ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 144

Brasília - DF, sexta-feira, 27 de julho de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e A bastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 26
Ministério da Cultura 27
Ministério da Defesa 30
Ministério da Educação 30
Ministério da Fazenda 35
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 55
Ministério da Integração Nacional 80
Ministério da Justiça 80
Ministério da Saúde 81
Ministério de Minas e Energia 163
Ministério do Esporte 172
Ministério do Meio Ambiente 172
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 172
Ministério do Trabalho 183
Ministério dos Direitos Humanos 187
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 190
Ministério da Segurança Pública 194
Ministério Público da União 198
Tribunal de Contas da União 199
Defensoria Pública da União 272
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 272

Total de páginas desta edição: 274

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.697, DE 26 DE JULHO DE 2018

Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam inscritos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas), heroínas e herói da Independência da Bahia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.451, DE 26 DE JULHO DE 2018

Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto no art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre os preceitos de acessibilidade relativos ao projeto e à construção de edificação de uso privado multifamiliar.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - edificação de uso privado multifamiliar - aquela com duas ou mais unidades autônomas destinadas ao uso residencial, ainda que localizadas em pavimento único;

II - unidade internamente acessível - unidade autônoma de edificação de uso privado multifamiliar, dotada de características específicas que permitam o uso da unidade por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, observado o disposto nos Anexos I e II;

III - unidade adaptável - unidade autônoma de edificação de uso privado multifamiliar cujas características construtivas permitam a sua adaptação, a partir de alterações de **layout**, dimensões internas ou quantidade de ambientes, sem que sejam afetadas a estrutura da edificação e as instalações prediais, observado o disposto neste Decreto;

IV - unidade com adaptação razoável - unidade autônoma de edificação de uso privado multifamiliar, com modificações e ajustes realizados por meio de tecnologia assistiva e de ajuda técnica, a que se refere o Anexo II, que permitam o uso da unidade por pessoa com deficiência auditiva, visual, intelectual ou nanismo; e

V - data do início da obra - a data de emissão do Cadastro Específico do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - CEI.

Parágrafo único. A alteração da quantidade de ambientes a que se refere o inciso III do **caput** somente poderá ser efetuada nas unidades autônomas com área privativa de, no máximo, setenta metros quadrados.

Art. 3º Os empreendimentos de edificação de uso privado multifamiliar serão projetados com unidades adaptáveis, nos termos do disposto neste Decreto, com condições de adaptação dos ambientes para as características de unidade internamente acessível, observadas as especificações estabelecidas nos Anexos I e II.

Parágrafo único. Nas unidades autônomas com mais de um pavimento, será previsto espaço para instalação de equipamento de transposição vertical para acesso a todos os pavimentos da mesma unidade autônoma.

Art. 4º As unidades autônomas das edificações de uso privado multifamiliar deverão ser adaptáveis.

Art. 5º As unidades autônomas adaptáveis deverão ser convertidas em unidades internamente acessíveis quando solicitado pelo adquirente, por escrito, até a data do início da obra.

§ 1º É vedada a cobrança de valores adicionais para a conversão de que trata o **caput**.

§ 2º Na hipótese de desistência ou de resolução contratual por inadimplemento do comprador da unidade internamente acessível, o incorporador poderá reter os custos adicionais incorridos devido à adaptação solicitada, desde que previsto expressamente em cláusula contratual.

Art. 6º Os empreendimentos que adotarem sistema construtivo que não permita alterações posteriores, tais como a alvenaria estrutural, paredes de concreto, impressão 3D ou outros equivalentes, poderão não atender às obrigações previstas nos art. 3º, art. 4º e art. 5º, desde que garantam o percentual mínimo de três por cento de unidades internamente acessíveis, não restritas ao pavimento térreo.

§ 1º Na hipótese de o percentual previsto no **caput** resultar em número menor do que um, os empreendimentos deverão garantir, no mínimo, uma unidade internamente acessível.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º, na hipótese de a aplicação do percentual previsto no **caput** resultar em número fracionado, este será arredondado para o número inteiro subsequentemente superior.

§ 3º O adquirente do imóvel poderá solicitar, por escrito, a adaptação razoável de sua unidade até a data do início da obra, para informar à construtora ou à incorporadora sobre os itens de sua escolha para instalação na unidade adquirida, observadas as especificações estabelecidas no Anexo II.

§ 4º É vedada a cobrança de valores adicionais para a aquisição de unidades internamente acessíveis ou a adaptação razoável da unidade autônoma, observado o percentual previsto no **caput**.

Art. 7º As áreas de uso comum das edificações de uso privado multifamiliar deverão ser acessíveis e atender aos requisitos estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade vigentes.

Art. 8º Serão reservados dois por cento das vagas de garagem ou estacionamento, vinculadas ao empreendimento, para uso comum, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, sem prejuízo do disposto no art. 47 da Lei nº 13.146, de 2015.

§ 1º Na hipótese de o percentual previsto no **caput** resultar em número menor do que um, os empreendimentos deverão garantir, no mínimo, a reserva de uma vaga de garagem ao estacionamento para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º, na hipótese de a aplicação do percentual previsto no **caput** resultar em número fracionado, as casas decimais da fração serão desprezadas.

§ 3º As vagas a que se refere o **caput** deverão ser localizadas próximo às rotas acessíveis de pedestres ou aos elevadores, atender aos requisitos estabelecidos nas normas técnicas de acessibilidade vigentes e ficar sob a administração do condomínio em área comum.

§ 4º O morador com deficiência com comprometimento de mobilidade e que tenha vaga vinculada à sua unidade autônoma poderá solicitar uma das vagas sob a administração do condomínio a qualquer tempo, hipótese em que o condomínio deverá ceder a posse temporária da vaga acessível em troca da posse da vaga vinculada à unidade autônoma do morador.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos empreendimentos que não ofertem vagas de estacionamento vinculadas às unidades autônomas da edificação.

Art. 9º Ficam dispensados do disposto neste Decreto:

I - edificações de uso privado multifamiliar cujo projeto tenha sido protocolado no órgão responsável pelo licenciamento anteriormente à data de entrada em vigor deste Decreto;

II - unidades autônomas com, no máximo, um dormitório e com área útil de, no máximo, trinta e cinco metros quadrados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - unidades autônomas com dois dormitórios e com área útil de, no máximo, quarenta e um metros quadrados;

IV - reforma e regularização de edificação de uso privado multifamiliar, desde que a construção da edificação original a ser reformada ou regularizada tenha se iniciado anteriormente à data de entrada em vigor deste Decreto;

V - reforma das unidades autônomas das edificações de uso privado multifamiliar; e

VI - regularização fundiária de interesse social, desde que o imóvel ou os núcleos informais a serem regularizados tenha se iniciado anteriormente à data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 10. Ficam excluídos do disposto neste Decreto os empreendimentos a que se refere o art. 32 da Lei nº 13.146, de 2015.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor dezoito meses após a data de sua publicação.

Brasília, 26 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA
Yana Dumaresq Sobral Alves
Silvani Alves Pereira
Gustavo do Vale Rocha

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE DA UNIDADE INTERNAMENTE ACESSÍVEL

Art. 1º Para a conversão de sua unidade autônoma em internamente acessível, o adquirente poderá escolher os seguintes itens referentes a características construtivas e recursos de acessibilidade, em conformidade com a norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT:

I - em todos os ambientes:

a) vão livre de passagem das portas;

b) largura mínima dos corredores;

c) tratamento de desníveis no piso no acesso à unidade autônoma e em seu interior, incluídos terraços e varandas;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

d) alcance visual adequado de janelas e guarda-corpos;

e) faixa de altura dos dispositivos de comando ou altura especificada pelo adquirente;

f) quando disponibilizados pelo empreendimento, equipamentos de comunicação com sinal sonoro e luminoso, tais como:

1. alarme;

2. campainha; e

3. interfone; e

g) portas com maçaneta tipo alavanca;

II - na sala e em, no mínimo, um dormitório:

a) área de manobra com amplitude mínima de cento e oitenta graus, com permissão para compensação com o uso do vão da porta; e

b) área de transferência lateral à cama que permita, no mínimo, o acesso de um módulo de referência a um dos lados;

III - em, no mínimo, um banheiro:

a) área de manobra com amplitude mínima de cento e oitenta graus com permissão para compensação com o uso do vão da porta;

b) aproximação frontal ao lavatório;

c) modalidade de transferência à bacia sanitária, para a qual poderá ser considerada a área do box para transferência à bacia sanitária;

d) dimensões mínimas do box para a área do chuveiro, cujo piso não poderá apresentar desnível em relação à área adjacente;

e) área de transferência para a área do chuveiro e/ou banheira; e

f) previsão de reforço nas paredes para instalação de barras de apoio e banco articulado; e

IV - na cozinha e na área de serviço:

a) área de manobra com amplitude mínima de cento e oitenta graus, com permissão para compensação com o uso do vão da porta;

b) áreas de aproximação lateral, com as dimensões do módulo de referência, a equipamentos eletrodomésticos, tais como:

1. fogão;

2. geladeira; e

3. micro-ondas;

c) área de aproximação frontal à pia;

d) altura da superfície da pia ou altura especificada pelo adquirente; e

e) alcance da torneira.

ANEXO II

TECNOLOGIA ASSISTIVA E AJUDAS TÉCNICAS DISPONIBILIZADAS SOB DEMANDA PARA ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL DE UNIDADES AUTÔNOMAS

Art. 1º Para a adaptação razoável de sua unidade autônoma, o adquirente poderá escolher os seguintes itens de tecnologia assistiva e ajudas técnicas disponibilizadas sob demanda:

I - puxador horizontal na porta do banheiro, em conformidade com a norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

II - barras de apoio junto à bacia sanitária, em conformidade com a norma NBR 9050 da ABNT;

III - barras de apoio no box do chuveiro, em conformidade com a norma NBR 9050 da ABNT;

IV - torneiras de banheiro, cozinha e tanque, com acionamento por alavanca ou por sensor;

V - lavatório e bancada de cozinha instalados em alturas adequadas ao uso por pessoa com nanismo;

VI - registro do chuveiro instalado em altura adequada ao uso por pessoa com nanismo;

VII - registro do banheiro instalado em altura adequada ao uso por pessoa com nanismo;

VIII - quadro de distribuição de energia instalado em altura adequada ao uso por pessoa com nanismo;

IX - interruptores, campainha e interfone instalados em alturas adequadas ao uso por pessoa com nanismo;

X - fita contrastante para sinalização de degraus ou escadas internas, em conformidade com a norma NBR 9050 da ABNT;

XI - interruptores de luz, tomadas elétricas e termostatos instalados em padrões e alturas adequadas ao uso por pessoa com nanismo;

XII - equipamentos de comunicação com sinal sonoro e luminoso, tais como:

a) alarme;

b) campainha; e

c) interfone; e

XIII - portas com maçaneta tipo alavanca.

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 402, de 26 de julho de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.697, de 26 de julho de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.007803/2018-02
Interessado: AR CERTACOM DIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento da empresa CERTACOM DIGITAL - EIRELI, CNPJ 12.494.298/0001-12 (AR CERTACOM DIGITAL), vinculada à AC INSTITUTO FENACON, com funcionamento no endereço: Av. XV de Novembro, 183 - Ed.IIIha Porchat, sala 5, térreo, Centro , Cornélio Procópio /PR.

Processo nº 00100.006896/2018-40
Interessado: AR SESCAP LDA

DEFIRO o credenciamento do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS E DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE LONDRINA - SESCAP/LDA, CNPJ 81.885.634/0001-70 (AR SESCAP LDA), vinculada à AC INSTITUTO FENACON, com funcionamento no endereço: Rua Piauí, 72, 2º Andar - Ed. Cond. Itamaraty, Centro - Londrina/PR.

Processo nº 00100.010372/2018-53
Interessado: AR WLM SERVICOS CARTORIAIS

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR WLM SERVICOS CARTORIAIS, vinculada as AC CERTISIGN MULTIPLA SSL e AC CERTISIGN MULTIPLA CODESIGNING com instalação técnica localizada na RUA RIACHUELO, 878, SÃO JOSÉ - ARACAJU/SE

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 474, DE 25 DE JULHO DE 2018

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC (1ª Revisão) 2017-2018 da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.390, de 8 de julho de 2016, e pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC (1ª Revisão) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD para o biênio 2017-2018, constante nos autos do Processo-SEI nº 55000.003170/2016-11 sob o SEI nº 0394801.

Parágrafo único. A íntegra do PDTIC estará disponível para consulta dos interessados no portal eletrônico: *www.mda.gov.br*.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 26 DE JULHO DE 2018

A CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA, instância de gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do seu Regimento Interno, aprovado na Resolução Ciapo nº 01, de 23 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial Permanente de Comunicação em Agroecologia e Produção Orgânica - GTCom, conforme deliberação da plenária da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - Ciapo, na reunião de 13 de novembro de 2017.

Art. 2º O GTCom tem como finalidade planejar, integrar, acompanhar e gerir as ações necessárias para a promoção da comunicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Pnapo.

Art. 3º Compõem o GTCom representantes indicados pelos órgãos partícipes da Ciapo, titular e suplente, sendo um da área técnica e um da área de comunicação.

§ 1º Por se tratar de grupo de trabalho interministerial na temática de comunicação, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República indicará titular e suplente para compor o GTCom.

§ 2º Poderão participar do GTCom representantes de instituições vinculadas aos órgãos partícipes da Ciapo.

§ 3º A critério da coordenação ou por sugestão de membros do GTCom, poderão ser convidados representantes de outros órgãos ou instituições governamentais ou da sociedade civil, no âmbito federal, estadual ou municipal, para participar de reuniões ou outras atividades.

§ 4º Novas indicações deverão ser oficializadas por escrito à Secretaria-Executiva da Ciapo.

Art. 4º O GTCom definirá a frequência das reuniões ordinárias e se reunirá sempre que necessário. As convocações poderão ser realizadas pela Secretaria-Executiva da Ciapo, mediante solicitação da coordenação do GTCom.

Art. 5º A participação no GTCom será considerada como serviço público de caráter relevante e não ensejará remuneração.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCO AURÉLIO PAVARINO
Secretário Executivo CIAPO
Substituto

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 38, DE 26 DE JULHO DE 2018

Define regras para o uso sustentável e para a recuperação dos estoques da espécie **Cardisoma guanhumi** (guaiamum, goiamú, caranguejo-azul, caranguejo-do-mato).

O MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 12, § 2º, inciso I, da Lei nº 13.502, de 19 de novembro de 2017, e o Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, na Portaria Interministerial nº 5, de 1º de setembro de 2015, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, e na Portaria nº 128, de 27 de abril de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, e de acordo com o que consta no Processo nº 02000.005671/2018-20, do Ministério do Meio Ambiente e no Processo nº 00350.000925/2018-18 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolvem:

Art. 1º Ficam definidas as regras para o uso sustentável e para a recuperação dos estoques da espécie **Cardisoma guanhumi**, popularmente conhecida por guaiamum, goiamú, caranguejo-azul e caranguejo-do-mato, observadas as medidas previstas no plano de recuperação nacional e nesta Portaria Interministerial.

Parágrafo único. A vigência desta Portaria Interministerial fica diretamente vinculada à vigência da Portaria nº 128, de 27 de abril de 2018, do Ministério do Meio Ambiente ou à vigência de outra norma que vier a substituí-la, que oficializar o plano de recuperação nacional e declarar a espécie passível de uso, enquanto vigorar a classificação oficial do **Cardisoma guanhumi** como espécie ameaçada de extinção em âmbito nacional.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - plano de recuperação nacional da espécie **Cardisoma guanhumi** - documento que estabelece diretrizes, medidas e recomendações para a conservação e a recuperação da espécie **Cardisoma guanhumi** em sua área de distribuição no território nacional, que poderá ser revisado periodicamente;

II - área de manejo - área com limites definidos, que possua plano de gestão local da atividade pesqueira ou instrumento equivalente instituído e implementado pelos órgãos da administração pública federal ou estadual, a partir de acordos locais de uso ou instrumento equivalente, e que poderá estar incluída em unidade de conservação de uso sustentável;

III - plano de gestão local da atividade pesqueira - documento que estabelece diretrizes, medidas e recomendações para a conservação e a recuperação da espécie em unidade de conservação de uso sustentável ou área manejada, que define os limites espaciais destas áreas, consideradas as recomendações definidas no plano de recuperação nacional e promovidas as adaptações locais necessárias, e que poderá ser revisado periodicamente; e

IV - acordos locais de uso - instrumentos reconhecidos pelo Poder Público que normatizam os critérios de conservação e de uso da espécie sob o regime de manejo, definidos com base nas diretrizes de plano de gestão local da atividade pesqueira ou de documento equivalente.

Parágrafo único. As definições de que trata o presente artigo são referenciais e podem ser supridas por instrumentos e/ou definições equivalentes, conforme o respectivo âmbito de aplicação.

Art. 3º Fica permitida a captura da espécie **Cardisoma guanhumi** de acordo com os seguintes critérios:

I - tamanho mínimo de captura - sete centímetros de largura da carapaça, sendo a medida tomada sobre o dorso do corpo, considerada a maior distância, de uma margem lateral à outra; e

II - métodos de captura permitidos:

a) armadilha "ratoeira", permitida apenas em áreas de apicum e de restinga, de acordo com a definição legal, vedada a utilização em áreas de mangue; e

b) captura manual com uso de capim como isca.

Art. 4º Ficam proibidas:

I - a captura, o transporte e a comercialização de fêmeas da espécie **Cardisoma guanhumi**, e, caso sejam capturadas de forma incidental, deverão ser devolvidas imediatamente ao seu ambiente;

II - a captura da espécie **Cardisoma guanhumi** nos Estados das Regiões Norte e Nordeste, durante os períodos de andada nos meses de dezembro a maio, anualmente, durante o prazo de sete dias corridos, contado do terceiro dia após o início das fases de lua nova e de lua cheia nesses meses, conforme informações do Anuário do Observatório Nacional;

III - a captura da espécie **Cardisoma guanhumi** nos Estados da Região Sudeste, durante os períodos de andada nos meses de abril a maio, anualmente, durante o prazo de sete dias corridos, contado do terceiro dia após o início das fases de lua nova e de lua cheia nesses meses, conforme informações do Anuário do Observatório Nacional e observado o disposto no art. 1º da Portaria nº 53, de 30 de setembro de 2003, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e

IV - a retirada de partes isoladas, tais como quelas, pinças ou garras dos espécimes, em qualquer época, no ato de captura, transporte ou comercialização, exceto em restaurantes ou em estabelecimentos congêneres onde ocorra o preparo da espécie **Cardisoma guanhumi** para consumo final.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por andada o período reprodutivo em que a espécie **Cardisoma guanhumi** sai de suas galerias e andam por seu ambiente para acasalamento e liberação de ovos.

Art. 5º Ficam permitidos o transporte, o armazenamento e a comercialização somente de animais da espécie **Cardisoma guanhumi** inteiros.

Art. 6º A partir de 1º de novembro de 2019:

I - a pesca da espécie **Cardisoma guanhumi** somente será permitida nas unidades de conservação de uso sustentável ou em áreas manejadas vinculadas aos planos de gestão locais formalmente instituídos, que apresentarem análise prévia de viabilidade da pesca sustentável e compatível com a recuperação da espécie; e

II - a captura da espécie **Cardisoma guanhumi** realizada em desacordo com o disposto no inciso I fica proibida.

Parágrafo único. Os planos de gestão locais deverão ser precedidos pelo monitoramento da captura da espécie **Cardisoma guanhumi** por, no mínimo, seis meses contínuos na área alvo do plano proposto ou por estudos específicos que trouxerem informações suficientes para realizar a análise prévia de viabilidade da captura sustentável e compatível com a recuperação da espécie local de que trata o inciso I do **caput**.

Art. 7º Os planos de gestão locais da atividade pesqueira ou os documentos equivalentes deverão ser formalizados pelos órgãos da administração pública federal ou estadual competentes, consideradas as recomendações definidas no plano de recuperação nacional, e especificarão regras e medidas a serem executadas gradativamente na área de abrangência, relacionadas:

I - à identificação e à autorização dos pescadores;

II - ao monitoramento das capturas e ao esforço de pesca;

III - ao controle e ao estabelecimento de diretrizes de fiscalização;

IV - ao estabelecimento de áreas de exclusão de pesca ou de outras medidas de ordena mento com vistas à proteção de áreas de agregação, de reprodução, de criação de juvenis ou de maior vulnerabilidade à pesca; e

V - à avaliação da efetividade das medidas.

§ 1º As regras de uso da espécie **Cardisoma guanhumi** previstas nos planos de gestão locais deverão ser estabelecidas na forma de regramentos legalmente vinculantes pelos órgãos da administração pública federal ou estadual competentes na área de abrangência do plano.

§ 2º A elaboração e a implementação de planos de gestão locais nas áreas manejadas de forma especial poderão ser conduzidas por órgãos da administração pública federal ou estadual competentes.

§ 3º Serão promovidas a publicidade e a divulgação das medidas definidas nos planos de gestão locais e da sua implementação, pelos órgãos da administração pública federal ou estadual competentes, especialmente junto às comunidades tradicionais e aos demais usuários, considerados os meios de comunicação mais apropriados.

§ 4º Os planos de gestão locais poderão estabelecer medidas de ordenamento adicionais ou diversas daquelas elencadas nos art. 3º, art. 4º e art. 5º, desde que justificadas tecnicamente de acordo com o contexto local.

Art. 8º Os responsáveis pelos planos de gestão locais deverão informar anualmente o Ministério do Meio Ambiente sobre as medidas implementadas e o resultado do monitoramento, de forma a subsidiar a revisão do plano de recuperação nacional e a avaliação quanto à manutenção da espécie **Cardisoma guanhumi** como passível de uso.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão ser encaminhadas até 31 de maio de cada ano.

§ 2º Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá, em conformidade com a análise dos relatórios de monitoramento, suspender a possibilidade de uso da espécie **Cardisoma guanhumi** na área em que for observada a ausência de dados ou a perda da estabilidade da população.

Art. 9º A comercialização da espécie **Cardisoma guanhumi** por pessoa física ou jurídica que não seja pescador ficará condicionada ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis na categoria "Atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre - Comércio de pescados", código 20-48, e à apresentação dos relatórios anuais de produção.

Art. 10. O produto da captura apreendido pela fiscalização, quando vivo, deverá ser devolvido ao seu habitat, preferencialmente ao local onde foi capturado, observado o disposto no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 11. As penalidades e as sanções estabelecidas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 2008, serão aplicadas aos infratores ao disposto nesta Portaria.

Art. 12. Ficam revogados os art. 2º, art. 4º e art. 5º da Portaria nº 53, de 2003, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 39, DE 26 DE JULHO DE 2018

Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco).

O MINISTRO DE ESTADO-CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 12, § 2º, inciso I, da Lei nº 13.502, de 19 de novembro de 2017, e o Decreto nº 9.330, de 5 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, na Portaria Interministerial nº 5, de 1º de setembro de 2015, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, e na Portaria nº 127, de 27 de abril de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, e de acordo com o que consta no Processo nº 02000.002782/2014-51 e no Processo nº 02000.005721/2018-79, do Ministério do Meio Ambiente e no Processo nº 00350.000916/2018-27 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolvem:

Art. 1º Estabelecer medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco), nas águas jurisdicionais brasileiras, observadas as regras estabelecidas no plano de recuperação nacional e nesta Portaria Interministerial.

Parágrafo único. A vigência desta Portaria está diretamente vinculada à vigência da Portaria nº 127, de 27 de abril de 2018, do Ministério do Meio Ambiente ou à vigência de outra norma que vier a substituí-la, que oficializar o plano de recuperação nacional e declarar a espécie passível de uso.

Art. 2º Fica proibida a pesca direcionada, o transporte, o desembarque e a comercialização da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco), nas águas jurisdicionais brasileiras, que não atendam aos limites estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º Fica permitida a captura da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco), somente nas águas jurisdicionais brasileiras adjacentes aos Estados de São Paulo e do Paraná, desde que observados os seguintes critérios:

I - a pesca, o transporte, o beneficiamento e a comercialização da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco) serão permitidos, desde que a espécie capturada apresente comprimento total mínimo de quarenta e cinco centímetros; e

II - a captura da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco) será permitida para fins de pesca comercial artesanal com a utilização de embarcações com Arqueação Bruta - AB de até 20AB, e pesca não comercial, vedada a pesca comercial industrial.

§ 2º As embarcações acima de vinte AB, que estejam autorizadas a operar em modalidades de pesca e que possuam a espécie **Genidens barbus** (bagre-branco) como fauna acompanhante previsível, poderão transportar e desembarcar a espécie em um limite de até cinco por cento do peso total da produção, observadas as restrições estabelecidas nesta Portaria.

§ 3º Na hipótese de captura incidental da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco), os animais deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura.

§ 4º A captura, a liberação ou o descarte de que trata o § 3º será registrado conforme o disposto na regulamentação específica.

§ 5º A captura da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco) respeitará as restrições estabelecidas pela Portaria nº N-42, de 18 de outubro de 1984, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

§ 6º Ficam proibidos o transporte, o desembarque, a retenção e a comercialização da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco), em todo o território nacional, durante o prazo de proibição de captura de que trata a Portaria nº N-42, de 1984, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Art. 3º A análise quanto à implementação do disposto nesta Portaria será realizada no prazo de dezoito meses, contado da data de sua publicação.

§ 1º A análise de que trata o **caput** será coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em articulação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

§ 2º Poderão ser solicitadas informações a órgãos e entidades, públicas ou privadas, para subsidiar a análise de que trata o **caput**.

§ 3º A análise de que trata o **caput** deverá considerar, no mínimo, informações sobre:

I - os pescadores e as embarcações licenciados para a pesca da espécie **Genidens barbus** (bagre-branco);

II - o monitoramento das capturas e o esforço de pesca;

III - o controle da pesca e as ações de fiscalização relacionadas com a sua implementação; e

IV - o estabelecimento de áreas de exclusão de pesca ou outras medidas de ordenamento com vistas à proteção de áreas de agregação, de reprodução, de criação de juvenis ou de maior vulnerabilidade à pesca.

§ 4º Ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente , observado o disposto no § 3º, suspenderá o uso da espécie **Genidens barbus** (bagre branco) na hipótese de ausência de dados ou perda da estabilidade da sua população.

Art. 4º Os órgãos competentes promoverão a publicidade e a divulgação das medidas estabelecidas no plano de recuperação dos bagres marinhos e da sua implementação junto às comunidades tradicionais e aos demais usuários.

Art. 5º A restrição geográfica de captura estabelecida no § 1º do art. 2º poderá ser revisada por meio da análise de novos dados de monitoramento da espécie **Genidens barbus** (bagrebranco) e considerará as recomendações do plano de recuperação dos bagres marinhos.

Art. 6º As penalidades e as sanções estabelecida na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, serão aplicadas aos infratores ao disposto nesta Portaria.

§ 1º As embarcações que atuarem em desacordo com as medidas estabelecidas nesta Portaria terão as suas autorizações de pesca canceladas ou suspensas pelo prazo estabelecido pelo órgão competente, o qual não poderá ser inferior a seis meses.

§ 2º As autorizações de pesca canceladas não poderão ser redistribuídas para outras embarcações.

§ 3º A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República encaminhará à autoridade marítima e ao órgão ambiental competente a relação de embarcações pesqueiras com a autorização de pesca cancelada para o embargo das atividades.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO FONSECA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

EDSON DUARTE
Ministro de Estado do Meio Ambiente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 226, DE 26 DE JULHO DE 2018

Institui o Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União no Estado de São Paulo (NEA-SP) e organiza, neste âmbito, a representação extrajudicial da União.

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, combinado com o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e considerando o constante dos processos administrativos nº 00748.000256/2018-11 e nº 00414.005666/2017-49, resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União no Estado de São Paulo (NEA-SP), vinculado administrativamente à Consultoria-Geral da União.

Art. 2º O NEA-SP constitui projeto piloto para a especialização institucional em representação extrajudicial da União nas arbitragens envolvendo a União no Estado de São Paulo.

§ 1º As atividades do NEA-SP serão realizadas até 30 de junho de 2019, período após o qual será promovida a respectiva avaliação quanto à possibilidade de prorrogação, com manutenção ou ampliação do atual modelo de atuação.

§ 2º A Procuradoria-Geral da União e a Consultoria-Geral da União designarão, conjuntamente, os integrantes do NEA-SP.

§ 3º A Procuradoria-Geral Federal poderá indicar membros que acompanharão os trabalhos do NEA-SP com o objetivo de colaboração e intercâmbio de expertise.

§ 4º O NEA-SP atuará em processos arbitrais privados em curso, quando a União for indicada como parte ou interessada, e coordenará os procedimentos administrativos para a preparação da atuação da União, de modo geral ou específico, em futuros procedimentos arbitrais privados.

§ 5º A supervisão jurídica será exercida conjuntamente pela Consultoria-Geral da União e pela Procuradoria-Geral da União.

Art. 3º As atividades do NEA-SP serão coordenadas por um membro da Advocacia-Geral da União (AGU).

Parágrafo único. O responsável pelo encargo de coordenar o NEA-SP deverá:

I - receber as notificações da União;

II - adotar as medidas necessárias para o patrocínio da defesa da União;

III - responder pelo expediente do Núcleo, assim como organizar e orientar os seus trabalhos; e

IV - promover e realizar a gestão do conhecimento relativo à sua atuação.

Art. 4º As Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios exercerão, conjuntamente com o NEA-SP, a representação extrajudicial da União em sua área de atuação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 59, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei n° 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso II, da Lei n° 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e no Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, que fixa a Política Nacional de Inteligência, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível - PNPC, com a finalidade de promover a proteção de conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

Art. 2º Cabe à ABIN, no desenvolvimento de suas atividades de contrainteligência de Estado, a implementação do PNPC, atuando em parceria com as instituições nacionais que geram ou detêm conhecimentos sensíveis, sob coordenação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR.

Art. 3º Nos casos de identificação da necessidade de ações de segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal, deverão ser observados os atos normativos expedidos pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Secretaria de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional - DSIC/GSIPR.

Art. 4º O PNPC será desenvolvido por intermédio das seguintes linhas de ação:

I - promoção da cultura de proteção de conhecimentos sensíveis;

II - identificação de vulnerabilidades nos sistemas de proteção das instituições parceiras;

III - identificação de ameaças e avaliação de riscos; e

IV - acompanhamento das instituições parceiras na implementação das ações de proteção de seus conhecimentos sensíveis.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento de tais linhas de ação, o PNPC contemplará atividades de sensibilização, realização de fóruns, elaboração de relatórios com apresentação de medidas preventivas e corretivas de proteção de conhecimentos sensíveis, além de outras atividades a serem definidas no âmbito das parcerias.

Art. 5º No desenvolvimento de suas atividades, o PNPC abrangerá, prioritariamente, as seguintes áreas de atuação:

I - temas estratégicos vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento científico ou tecnológico e socioeconômico;

II - temas estratégicos relativos a política externa; e

III - informações estratégicas de Estado.

Art. 6º As atividades do PNPC serão definidas em plano de trabalho bianual, que contemplará estratégias, projetos e metas, a ser submetido à aprovação do Diretor-Geral da ABIN, prezando pela eficiência e eficácia do Programa, de acordo com diretrizes do GSIPR.

Art. 7º Para fins de execução do PNPC, poderão ser firmados convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com as instituições parceiras, a serem firmados pelo Diretor-Geral da ABIN, de acordo com diretrizes do GSIPR.

Art. 8º As despesas decorrentes da implementação do PNPC correrão às expensas das dotações orçamentárias anualmente consignadas à ABIN, ou em conformidade com o que estabelecerem as parcerias firmadas nos termos do art. 2º da presente Portaria.

Art. 9º Fica revogada a Portaria GSIPR nº 42, de 17 de agosto de 2009.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.205, DE 20 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, no Decreto nº 8.236, de 5 de maio de 2014, e o que consta do Processo nº 21042.005460/2018-45, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização à Associação Nacional de Criadores "Herd-Book Collares", registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº 012, na categoria de Entidade de Âmbito Nacional, para efetuar os trabalhos de registro genealógico de bovinos da raça retinta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

DECISÃO DE 19 DE JULHO DE 2018

Processo nº 21000.023606/2018-21
Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo § 9º, art. 15, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997 RESOLVE:

a) conhecer do recurso interposto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, contra a DECISÃO SNPC nº 17, de 27 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de março de 2018, a qual indeferiu o pedido de proteção da cultivar de amendoim, híbrido entre as espécies [Arachis hypogaea x (A. ipaensis e A. duranensis)], denominada BRS 425, protocolo n° 21806.000265/2017-69, mas negar-lhe provimento, tendo em vista a manifestação contida no Parecer nº 4/2018/DFIA/SNPC/DFIA/MAPA/SDA/MAPA, o qual acolho e agrego a esta decisão, nos termos do § 1º, art. 50, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

b) determinar a publicação desta decisão no Diário Oficial da União, em cumprimento ao disposto no art. 46, da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 2.461, DE 24 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe confere o item XXII do artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de Junho de 2010, publicada no DOU de 14 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21012.002829/2018-15, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o número BR BA 0686, a empresa VRM SAUDE AMBIENTAL LTDA, CNPJ Nº 27.925.325/0001-31 localizada na Rua Sete de Setembro SN, Catu de Abrantes, Município de Camaçari, Bahia, CEP: 42.841-000, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos Fitossanitários e Quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: FUMIGAÇÃO EM CONTEINERES (FEC-Fosfina); FUMIGAÇÃO EM PORÕES DE NAVIOS (FPN-FOSFINA); FUMIGAÇÃO SOB CÂMARA DE LONA (FCL-Fosfina); e TRATAMENTO TÉRMICO -(HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá prazo de (1) um ano e poderá ser renovado por mais (4) quatro anos, mantido o mesmo número do credenciamento, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa Nº 66 de 27/11/2006, publicada no DOU de 12/01/2007, seção 1, páginas 2 a 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSANAH RODRIGUES SETÚVAL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 2.529, DE 26 DE JULHO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições previstas na Portaria SE/MAPA nº 1.631, de 05 de julho de 2016, publicada no DOU nº 129, de 07 de julho de 2016, na Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, RESOLVE,

Art. 1º Habilitar o Médico Veterinário Francisco Mendes Coelho, inscrito no CRMV - CE nº 2690, para emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais nos municípios de Caridade-CE, Canindé-CE, Itatira-CE e Apuiarés-CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 79, DE 26 DE JULHO DE 2018

O CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 265, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018, e considerando o(s) processo(s) - 21018.002630/2018-37, resolve:

Art. 1º - Atualizar a Habilitação nº 003/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) ANTONIO CARLOS DE SOUZA BRITO inscrito(a) no CRMV ES nº 591 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para suínos nos municípios de SANTA MARIA DE JETIBÁ, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, VARGEM ALTA e FUNDÃO, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FARINA DE FREITAS

PORTARIA Nº 82, DE 26 DE JULHO DE 2018

O CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 265, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018, nos termos da Instrução Normativa 6, de 16 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2018 e o que consta do processo 21018.002715/2018-15, resolve:

Art. 1º - HABILITAR sob o nº 156/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) ANDERSON NUNES MARTINS inscrito(a) no CRMV ES nº 1708 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a saída de animais de Eventos Agropecuários nos municípios do Estado do Espírito Santo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FARINA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 88, DE 23 DE JULHO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul, observando o disposto nas Portarias Ministeriais MAPA nº 561 e nº 562, de 11 de abril de 2018, considerando o Memorando-Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018, e embasado na Instrução Normativa nº nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Art. 1° HABILITAR o Médico Veterinário Humberto Rubens Gomes para realizar colheita e remessa de material para diagnóstico de Mormo no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovado pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e demais normas e dispositivos complementares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 10, DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XXII do artigo 44 do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018.

Considerando o disposto na Instrução Normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002;

Considerando o constante dos autos do processo 21028.014200/2016-87; resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa WFLB EMBALAGENS EM MADEIRA LTDA, CNPJ sob nº 14.860.219/0001-75, localizada à Rua Cunha Quitão, nº 350, Bairro Chácara do Quitão, CEP: 35.680-417, Itaúna/MG, sob o número BR MG 632, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, conforme o Art.2, Parágrafo Único, do Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 139, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO RAFAEL PEREIRA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os elementos climáticos que mais influenciam na produção da soja (Glycine Max (L.) Merril) são a precipitação pluvial, temperatura do ar e fotoperíodo. A disponibilidade de água é importante, principalmente, em dois períodos de desenvolvimento da cultura: germinação/emergência e floração/enchimento de grãos. Déficits hídricos expressivos, durante a floração/enchimento de grãos, provocam alterações fisiológicas na planta, como o fechamento dos estômatos e o enrolamento de folhas

e, como consequência, causam a queda prematura de folhas e de flores e abortamento de vagens, resultando, em redução do rendimento de grãos.

A soja adapta-se melhor a temperaturas do ar entre 20ºC e 30ºC. A temperatura ideal para seu crescimento e desenvolvimento está em torno de 30ºC. A faixa de temperatura do solo adequada para semeadura varia de 20ºC a 30ºC, sendo 25ºC a temperatura ideal para uma emergência rápida e uniforme.

O crescimento vegetativo da soja é pequeno ou nulo a temperaturas menores ou iguais a 10ºC. Temperaturas acima de 40ºC têm efeito adverso na taxa de crescimento. A floração da soja somente é induzida quando ocorrem temperaturas acima de 13ºC. A floração precoce ocorre, principalmente, em decorrência de temperaturas mais altas, podendo acarretar diminuição na altura de planta.

A época de semeadura é um dos fatores que mais influenciam o rendimento da cultura da soja, ou seja; é ela quem determina a exposição da cultura à variação dos fatores climáticos limitantes.

Assim, semeaduras em épocas inadequadas podem afetar o porte, o ciclo e o rendimento das plantas e aumentar as perdas na colheita.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo da soja no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura.

O balanço hídrico foi estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados nas estações disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimada para períodos decendiais em cada estação climatológica disponível no Estado.

c) fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - foram utilizados valores médios de coeficiente de cultura (Kc) para períodos decendiais determinados em experimentação no campo para cada região de adaptação, e por meio de consulta a literatura específica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 35, 55 e 75 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima - ETr/ETm), para cada fase fenológica da cultura e para cada estação pluviométrica. A estes foram aplicadas funções frequências para obtenção das frequências de 80%, 70% e 60% de ocorrência dos índices.

Foram indicados os municípios que apresentaram, em no mínimo, 20% de seu território a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de soja no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação por macrorregião sojícola, as cultivares foram agrupadas, consoante seu Grupo de Maturidade Relativa (GMR), conforme a seguinte especificação:

Macrorregião 2: Grupo I (GMR < 6.8); Grupo II (6.8 ≤ GMR ≤ 7.6) e Grupo III (GMR >7.6);

Macrorregião 3: Grupo I (GMR < 7.6); Grupo II (7.6 ≤ GMR ≤ 8.2) e Grupo III (GMR >8.2);

Macrorregião 4: Grupo I (GMR < 7.9); Grupo II (7.9 ≤ GMR ≤ 8.5) e Grupo III (GMR >8.5).

Macrorregião 2

GRUPO I

AVANTI SEEDS: AV AGILY RR, AV GURIA RR e SW BRIZA RR;

BAYER S/A: BS 2640RR, FPS Paranapanema RR, FPS Solimões RR, TEC 5936IPRO, TEC 6702IPRO, RA626, TECIRGA 6070RR, BSIRGA1642IPRO, CZ26B42IPRO, CZ16B39LL, CZ15B92IPRO e BS2590IPRO;

CEI - CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO: INT 6100, INT 6201, INT 6603, INT5900, INT6000, INT 6300 e INT7100 IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2630RR, CD 2590IPRO, CD 2611IPRO, CD 2644IPRO, CD 2620IPRO, CD 202IPRO, DS5916IPRO, CD 2591IPRO, 5D645RR, CD 2631AP, CD 2609RR e 96R70IPRO;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 95Y21, 95Y72, 95R51, 95Y52 e BG4657;

EMBRAPA SOJA: BRS 184, BRS 283, BRS 284, BRS 295RR, BRS 316RR, BRS 317, BRS 359RR, BRS 360RR, BRS 388RR, BRS 391, BRS 397CV, BRS 1001IPRO, BRS 1003IPRO, BRS 413RR, BRS 414CV e BRS 511;

EXPO GRAIN COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI: BA 6230 Xi, BA 6525 Xi, BA 6380 Xi, BA 6011 Xi e BA 5770 Xi;

FTS SEMENTES S/A: FTS ARAPOTY RR, FTS Campo Mourão RR, FTR 1154 RR, FTR 2155 RR, FTR 1157 RR, FTR 2557 RR, FTR 4160 IPRO, FTR 4153 IPRO, FTR 3156 IPRO e FTR 2161 RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX CANCHEIRO RR, GMX GUAPO RR e GMX XIRÚ RR;

GDM GENETICA DO BRASIL: BMX Força RR, BMX Potência RR, BMX Titan RR, DMario 70i, BMX TURBO RR, 6863 RSF, 6458RSF IPRO, 6563RSF IPRO, 6160RSF IPRO, 7166RSF IPRO, 6663 RSF, 61I59RSF IPRO, 63I64RSF IPRO, 59I60RSF IPRO, 66I68RSF IPRO, FPS Netuno RR, FPS Júpiter RR, ROOS AVANCE RR, PRE 6336, BALU 3711, RK5813 RR, PRE 5808, 62MS00 RR, FPS SOLAR IPRO, GUAIA6510 RR, PRE6310 IPRO, RK6316 IPRO, ADV4317 IPRO, 95R90IPRO, 57HO123 TP IPRO, 58HO110 MM IPRO, 61HO125 IPRO, 59HO124 PR IPRO, 64I61RSF IPRO, DS6217 IPRO, FPS1867 IPRO , 64HO114 IPRO, 66HO116 IPRO e 65I65RSF IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, SRM 5200, SRM6256, RM 5885, SRM5944 e SRM 5951;

HO SEMENTES LTDA: HS 63126 e HS 61103;

MONSOY LTDA: M6410IPRO, M6210IPRO, M5917IPRO, AS 3610IPRO, M5947IPRO, BS2606IPRO, 6391IPRO, 6333IPRO, 5993IPRO, AS 3590IPRO, 95R95IPRO, 6287IPRO, 6114IPRO, 6037IPRO, 6023IPRO, 6039IPRO, 6240IPRO e 6453IPRO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NA 5909 RG, NS 5959 IPRO, NS6700IPRO, NS 6006 IPRO, NS6601IPRO, NS6535IPRO e NS6390IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: NK 7059 RR, SYN1049 RR, SYN1059 RR, Syn1060ap, SYN1152 RR, SYN1157 RR, SYN1158 RR, SYN1163 RR, SYN1257 RR, SYN1258 RR, SYN1261 RR, SYN1263 RR, SYN 13561 IPRO, SYN 1359S IPRO, SYN 1360C IPRO, SYN 13610 IPRO, SYN1363 RR, SYN 13671 IPRO, CA1151811 IPRO, CA1156543 IPRO, SYN 1561 IPRO, SYN 1562 IPRO, SYN 15630 IPRO, SYN 15640 IPRO, SYN 15600 IPRO, SYN1365 RR, SYN 1665 IPRO, SYN 1657 IPRO, SYN 1662 IPRO, CA1255292 IPRO, UB12521065 IPRO e CA1255493 IPRO;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA.: TMG7161RR, TMG 7262RR, TMG 7062 IPRO, TMG 7060 IPRO, TMG7363RR, 5D634RR, 60163IPRO, 5D6215 IPRO, ST620IPRO, CZ36B31IPRO, TMG7063IPRO, DS6716IPRO, Produza IPRO, SG1059IPRO, TMG 1067 RR, TMG1264RR, TMG2158IPRO, TMG 1266RR, 5D610RR, 5D615RR, TMG 1066RR, TMG7067IPRO, 5400IPRO, 6400IPRO, SG10i58IPRO, TMG7059IPRO, SG10i61IPRO, DS6017IPRO, TMG7260IPRO, TMG7061IPRO e TMG1759RR.

GRUPO II

BAYER S/A: TEC 7022IPRO;

CARAIBA GENETICA: CG 7369RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2737RR, CD 2694IPRO, CD 2730IPRO, CD 2720IPRO, CD 2687RR, CD 2686IPRO, CD 206RR, CD 208, CD 217, CD 2747RR e CD 2700IPRO;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 97Y07, 97R21 e 96Y90;

EMBRAPA SOJA: BRS 133, BRS 232, BRS 239, BRS 245 RR, BRS 282, Embrapa 48, BRS 7380RR e BRS 1074IPRO;

FTS SEMENTES S/A: FTS Fenix e FTS Realeza RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX REDOMÃO RR;

GDM GENETICA DO BRASIL: 8473 RSF, 7869 RSF, 6968 RSF, 68I70RSF IPRO, FPS ANTARES RR, NEX467 RR, RK6813 RR, RK7214 IPRO, PRE6800 IPRO, 64MS00 IPRO e HO7510 IPRO;

MONSOY LTDA: CD 2728IPRO, AS3680IPRO, AS 3730IPRO, 7045IPRO e M7110IPRO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NA 7337RR, NS 7300 IPRO, NS 7209 IPRO, NS 7000 IPRO, NS 7237 IPRO, NS 7338 IPRO, NS 6909 IPRO, NS6823RR, NS6906IPRO, NS6828IPRO e NS7709IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN 1366C IPRO, SYN 13670 IPRO, SYN9070 RR e SYN9074 RR.

GRUPO III

BAYER S/A: TEC 7849IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 237RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y30, P98Y11, P98Y51, P98Y70 e 98Y12;

EMBRAPA SOJA: BRS 267;

FTS SEMENTES S/A: FTS 2178 e FTS Jaciara RR;

GDM GENETICA DO BRASIL: 8576 RSF;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 7901;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1080 RR.

Macrorregião 3

GRUPO I

AVANTI SEEDS: AV AGILY RR, AV GURIA RR e SW BRIZA RR;

BAYER S/A: BS 2640RR, TEC 5936IPRO, TEC 6702IPRO, TEC 7022IPRO, RA626, TEC 7548IPRO, BSIRGA1642IPRO, CZ26B42IPRO, CZ16B39LL, ST649LL, ST719LL, ST693IPRO e ST729LL;

CARAIBA GENETICA: CG 67RR, CG 68RR, CG 7464RR e CG 7369RR;

CEI - CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO: INT7100 IPRO e INT7200 IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2630RR, CD 2737RR, CD 2750IPRO, CD 2730IPRO, CD 2720IPRO, CD 2687RR, CD 2686IPRO, AF 7503IPRO e CD 2747RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 97Y07, 95Y21, 95Y72, 97R21, BG4272, 95R51, 96Y90, BG4569 e BG4668;

EMBRAPA SOJA: BRS 245 RR, BRS 262, BRS 283, BRS 284, BRS 334RR, BRS 361, BRSGO 6959RR, BRS 6970IPRO, BRS 7170IPRO, BRS 7270IPRO, BRS 7470IPRO, BRS 7570IPRO, BRS 1074IPRO, BRS 1003IPRO, BRS 317, BRS 7380RR, BRS 1001IPRO, BRS 232, BRS 511, BRS 6780, BRS 6980 e BRS 1010IPRO;

EXPO GRAIN COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI: BA 6525 Xi e BA 6380 Xi;

FTS SEMENTES S/A: FTS Campo Mourão RR, FTR 4160 IPRO, FTR 4153 IPRO, FTR 3156 IPRO e FTR 2161 RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX CANCHEIRO RR, GMX REDOMÃO RR, GMX XIRÚ RR e GMX GUAPO RR;

GDM GENETICA DO BRASIL : BMX Força RR, BMX Potência RR, BMX TURBO RR, 8473 RSF, 7869 RSF, 7874 RSF, 6563RSF IPRO, 7166RSF IPRO, 8075RSF IPRO, 6663 RSF, 6968 RSF, 6970RSF IPRO, 6266RSF IPRO, 63I64RSF IPRO, 68I70RSF IPRO, 73I70RSF IPRO, 68I68RSF IPRO, 74I77RSF IPRO, 74I78RSF IPRO, 68I69RSF IPRO, FPS Netuno RR, FPS Júpiter RR, ROOS AVANCE RR, PRE 6336, BALU 3711, FPS ANTARES RR, NEX467 RR, 71MF00 RR, RK5813 RR, RK6813 RR, GUAIA7487 RR, PP7500 IPRO, PRE 5808, RK7214 IPRO, 62MS00 RR, FPS SOLAR IPRO, GUAIA6510 RR, GUAIA7379 IPRO, L60177 IPRO, PRE6310 IPRO, RK6316 IPRO, ADV4317 IPRO, ADV4341 IPRO, 64MS00 IPRO, 74Ho112 TP IPRO, 76MS00 IPRO, 95R90IPRO, 97R22 IPRO, ADV4672 IPRO, L60174 IPRO, HO7510 IPRO, 61HO125 IPRO, 75HO111 CI IPRO, 75I76RSF IPRO, ADV4766 IPRO, DS7417 IPRO, 67HO107 IPRO, RK7518 IPRO, 66I68RSF IPRO, 58HO110 MM IPRO, FPS1867 IPRO , 64HO114 IPRO, 66HO116 IPRO, 66MS00 IPRO, GA 67IPRO e L60162IPRO;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, RM 5885 e GNZ 1675 RR;

HO SEMENTES LTDA: HS 63126 e HS 61103;

MONSOY LTDA: M7211RR, AS 7307RR, M7110IPRO, M6952IPRO, CD 2728IPRO, M6410IPRO, M6972IPRO, AS3680IPRO, M6210IPRO, M7198IPRO, M5947IPRO, AS 3730IPRO, 7533IPRO, BS2606IPRO, 95R95IPRO, 6993IPRO, 7398IPRO, 7332IPRO e 7545IPRO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NA 7337RR, NA 5909 RG, NS 7227, NS 7490, NS 7200, NS 7300 IPRO, NS 7209 IPRO, NS 7000 IPRO, NS 7237 IPRO, NS 7338 IPRO, NS 7114, NS 7494, NS 6909 IPRO, NS6700IPRO, NS7011IPRO, NS7497RR, NS7225IPRO, NS6906IPRO, NS6828IPRO, NS7447IPRO, NS7505IPRO, NS7007IPRO, 5G7315IPRO, NS6601IPRO, NS7709IPRO e NS7202IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: NK 7059 RR, SYN1059 RR, Syn1060ap, SYN1163 RR, SYN1263 RR, SYN 13561 IPRO, SYN 1359S IPRO, SYN 1360C IPRO, SYN 13610 IPRO, SYN9070 RR, SYN9074 RR, SYN 1366C IPRO, SYN 13670 IPRO, SYN 13671 IPRO, SYN 1562 IPRO, SYN 15640 IPRO, CA1156543 IPRO, UB12520200 IPRO, SYN 1665 IPRO, SYN 1667 IPRO e UB1350578 IPRO;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA.: TMG 7262RR, TMG 7062 IPRO, TMG 7060 IPRO, TMG7363RR, 60163IPRO, 5D6215 IPRO, ST620IPRO, CZ36B31IPRO, TMG7063IPRO, DS6716IPRO, Produza IPRO, TMG1264RR, TMG2158IPRO, TMG7067IPRO, SG10i58IPRO, DS6017IPRO, TMG7260IPRO, TMG7061IPRO, 6400IPRO e 5400IPRO;

UNISOJA S/A: TMG1174RR, ANTA 82, TMG1175RR, TMG2173IPRO e C59319IPRO.

GRUPO II

AVANTI SEEDS: AV MAMBA RR e SW ADARA RR;

BAYER S/A: TEC 7849IPRO, TECMT 8024RR, W 787 RR, W 791 RR, W 799 RR, BS4790IPRO e ST777IPRO;

CARAIBA GENETICA: CG 7665RR e CG 8166RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 237RR, CD 246, AF 7601IPRO, 5G8015IPRO, AF8103IPRO e DS8017IPRO;

DU PONT DO BRASIL S.A.: BG4377, 97R73, P98Y11 e 98Y12;

EMBRAPA SOJA: BRS 8160RR, BRSMG 820RR, BRS 7980, BRSGO 7654RR, BRSGO 7755RR e BRSGO 7858RR;

FTS SEMENTES S/A: FTS 2178, FTS Jaciara RR, FTS AVANTE RR, FTS BALSAS RR, FTS GALANTE RR, FTS GRACIOSA RR, FTS MASTER RR, FTS TRIUNFO RR, FTR 2182 IPRO, FTR 4179 IPRO, FTR 4280 IPRO, FTR 3180 IPRO, FTR 4182 IPRO, FTR 3178 IPRO e FTR 4180 IPRO;

GDM GENETICA DO BRASIL: 8576 RSF, 8077 RSF, 8579RSF IPRO, 75I77RSF IPRO, 80I84RSF IPRO, 75MF00 RR, PP8201 IPRO, RK8115 IPRO, 77HO110 IPRO, 81I84RSF IPRO, 83HO113 TP IPRO, ADV4779 IPRO, 98Y21IPRO, BG4781IPRO e 82MS00 IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 1678 RR;

MONSOY LTDA: M7908RR, M-SOY 8001, M7639RR, AS 8113RR, AS 8197RR, M7739IPRO, AS 3797IPRO, RK7814IPRO, ST 797 IPRO, TMG 2181IPRO, 7962IPRO, MS09203M020, MS09208M431 e 7681IPRO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 8290, NS 7901, NS 7670, 5G795, NS8094RR, NS7667IPRO, NS7780IPRO e AN 8572;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1080 RR, SYN1180 RR, SYN1279 RR e SYN 1378C IPRO;

UNISOJA S/A: TMG1176RR, TMG1179RR, TMG1182RR, TMG4182, 5G801, TMG1180RR e TMG2179IPRO.

GRUPO III

AVANTI SEEDS: AV BRUTA RR e SW ATRIA RR;

BAYER S/A: W 842 RR;

CARAIBA GENETICA: CG Araguaia RR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2851IPRO e CD 251RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y30, 99R03, P98Y51, P98Y70 e BG4184;

EMBRAPA SOJA: BRS 8560RR, BR/EMGOPA 314 (Garça Branca) e BRSGO 8360;

FTS SEMENTES S/A: FTS 4188, FTR 1186 IPRO, FTR 1192 IPRO, FTR 3190 IPRO, FTR 4183 IPRO e FTR 4288 IPRO;

MONSOY LTDA: L8307RR, M8527RR, M-SOY 8757, M-Soy 8866, M-SOY 8870, M-SOY 9350, AS 8380RR e M8372IPRO;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 8270 e NS 8693;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1183 RR;

UNISOJA S/A: FMT Tucunaré, TMG132RR, TMG133RR e TMG4185.

Macrorregião 4

GRUPO I

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, SRM5944, SRM6256, GNZ 1675 RR, GNZ 1774 RR, GNZ 1674 RR, RM 5885, GNZ 550S RR, SRM 4602, SRM 5200 e SRM 5951.

NOTAS:

1.Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2.Devem ser utilizadas, no plantio, sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

3.As macrorregiões sojícolas estão especificadas na Instrução Normativa nº 1, de 2 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2012.

4.Os períodos de semeadura indicados na relação abaixo, devem ser adotados em conjunto com boas práticas agrícolas e objetivos conservacionistas, exemplos: integração lavoura pecuária (ILP) e plantio direto consolidado com rotação de culturas, essas práticas são primordiais para o manejo de solo

e água, contribuindo substancialmente para a redução de riscos de deficiência hídrica na agricultura.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27			
Alcinópolis	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Amambai	36	26 a 27 + 34 a 36	26 a 27 + 34 a 36	26 a 27 + 31 a 35	28 a 33	28 a 33	28 a 30		
Anastácio	36	30 a 36	30 a 36	29 a 35	27 a 29	27 a 29	28		
Anaurilândia	32 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 31	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Angélica	36	31 a 36	31 a 36	31 a 35	26 a 30	26 a 30	26 a 30		
Antônio João	36	30 a 36	30 a 36	26 a 35	26 a 29	26 a 29			
Aparecida do Ta- boado	29 a 36	29 a 36	29 a 36		28	28	28	27	27
Aquidauana	32 a 36	29 a 36	29 a 36	29 a 31	28	28	28	27	27
Aral Moreira	35 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 34	26	26			
Bandeirantes	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28	27	27	27
Bataguassu	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	27 a 29	27 a 29	26 a 29	26	26
Batayporã	36	30 a 36	30 a 36	31 a 35	26 a 29	26 a 29	26 a 30		
Bela Vista		35 a 36	35 a 36	35 a 36	27 a 34	27 a 34	27 a 34	26	26
Bodoquena		36	36	36	29 a 35	29 a 35	29 a 35	28	28
Bonito		32 a 36	32 a 36	32 a 36	27 a 31	27 a 31	27 a 31		
Brasilândia	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	28 a 29	28 a 29	28 a 29	27	27
Caarapó	35 a 36	31 a 36	31 a 36	26 + 33 a 34	26 a 30	26 a 30	27 a 32		
Camapuã	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28			27	27	27
Campo Grande	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27	26	26	26
Caracol		36	36	36	27 a 35	27 a 35	27 a 35		
Cassilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Chapadão do Sul	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Corguinho	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	27 a 28	27	27
Coronel Sapucaia	35 a 36	26 a 27 + 31 a 36	26 a 27 + 31 a 36	26 a 34	28 a 30	28 a 30			
Corumbá	31 a 36	30 a 36	30 a 36	29 a 30	29	29	28	28	28
Costa Rica	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Coxim	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Deodápolis	36	33 a 36	33 a 36	33 a 35	26 a 32	26 a 32	29 a 32		
Dois Irmãos do Buriti	32 a 36	29 a 36	29 a 36	29 a 31	27 a 28	27 a 28	27 a 28	26	26
Douradina	35 a 36	33 a 36	33 a 36	33 a 34	27 a 32	27 a 32	26 a 32	26	26
Dourados	35 a 36	30 a 36	30 a 36	26 a 34	26 a 29	26 a 29			
Eldorado				36	26 a 36	26 a 36	26 a 35		
Fátima do Sul	36	33 a 36	33 a 36	33 a 35	26 a 32	26 a 32	26 a 32		
Figueirão	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Glória de Doura- dos	36	33 a 36	33 a 36	33 a 35	26 a 32	26 a 32	26 a 32		
Guia Lopes da Laguna	36	30 a 36	30 a 36	29 a 35	27 a 29	27 a 29	26 a 28	26	26
Iguatemi		26 + 35 a 36	26 + 35 a 36	26 + 34 a 36	27 a 34	27 a 34	27 a 33		
Inocência	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	27 a 28	27 a 28	27		
Itaporã	35 a 36	31 a 36	31 a 36	31 a 34	27 a 30	27 a 30	26 a 30	26	26
Itaquiraí		35 a 36	35 a 36	34 a 36	26 a 34	26 a 34	26 a 33		
Ivinhema	36	31 a 36	31 a 36	32 a 35	26 a 30	26 a 30	26 a 31		
Japorã		26 + 35	26 + 35	26 + 35 a 36	27 a 34 + 36	27 a 34 + 36	27 a 34		
Jaraguari	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27	26	26	26
Jardim		30 a 36	30 a 36	29 a 36	27 a 29	27 a 29	27 a 28	26	26
Jateí	36	34 a 36	34 a 36	33 a 35	26 a 33	26 a 33	26 a 32		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Juti	36	34 a 36	34 a 36	34 a 35	26 a 33	26 a 33	26 a 33		
Ladário		36	36	33 a 36	30 a 35	30 a 35	31 a 32	29	29
Laguna Carapã	35 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 34	26	26			
Maracaju	35 a 36	30 a 36	30 a 36	29 a 34	27 a 29	27 a 29	26 a 28	26	26
Miranda		36	36	32 a 36	30 a 35	30 a 35	29 a 31	29	29
Mundo Novo		26	26	26	27 a 36	27 a 36	27 a 36		
Naviraí		34 a 36	34 a 36	34 a 36	26 a 33	26 a 33	26 a 33		
Nioaque	36	30 a 36	30 a 36	29 a 35	27 a 29	27 a 29	26 a 28	26	26
Nova Alvorada do Sul	32 a 36	31 a 36	31 a 36	30 a 31	27 a 30	27 a 30	27 a 29	26	26
Nova Andradina	33 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 32	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Novo Horizonte do Sul	36	33 a 36	33 a 36	33 a 35	26 a 32	26 a 32	26 a 32		
Paraíso das Águas	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Paranaíba	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Paranhos	26 a 27+30 a 36	26 a 27+30 a 36	31 a 36	31 a 36	a 36				
Pedro Gomes	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Ponta Porã	35 a 36	30 a 36	30 a 36	26 a 34	26 a 29	26 a 29			
Porto Murtinho		36	36	36	30 a 35	30 a 35	29 a 35	27 a 29	27 a 29
Ribas do Rio Pardo	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27			
Rio Brilhante	33 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 32	27 a 29	27 a 29	26 a 29	26	26
Rio Negro	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28			
Rio Verde de Mato Grosso	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Rochedo	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28	27	26 a 27	26 a 27
Santa Rita do Pardo	31 a 36	30 a 36	30 a 36	30	28 a 29	28 a 29	28 a 29	26 a 27	26 a 27
São Gabriel do Oeste	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28			
Sete Quedas	26	26 a 28	26 a 28 +34 a 36	26 a 28 +34 a 36	29 a 33	29 a 33	29 a 33		
Selvíria	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	28	28	28	27	27
Sidrolândia	31 a 36	29 a 36	29 a 36	29 a 30	27 a 28	26 a 28	26	26	
Sonora	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Tacuru		26 a 27+34 a 36	26 a 28+34 a 36	26 a 28+34 a 36	28 a 33	28 a 33	29 a 33		
Taquarussu		32 a 36	32 a 36	31 a 36	26 a 31	26 a 30			
Terenos	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27	26	26	26
Três Lagoas	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	27 a 28	27 a 28	27 a 28		
Vicentina	36	34 a 36	34 a 36	34 a 35	26 a 33	26 a 33	26 a 33		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27			
Alcinópolis	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Amambai	34 a 35	26 a 36	26 a 36	26 a 33 + 36					
Anastácio	32 a 36	28 a 36	28 a 36	29 a 31	27	27	27 a 28		
Anaurilândia	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	26 a 28	26 a 28	26 a 28		
Angélica	32 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 31	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Antônio João	34 a 36	28 a 36	28 a 36	26 a 33	26 a 27	26 a 27			
Aparecida do Ta- boado	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Aquidauana	30 a 36	29 a 36	29 a 36	28 a 29	28	28	27	27	27
Aral Moreira	34 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 33	26	26			
Bandeirantes	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28			27	27	27
Bataguassu	30 a 36	28 a 36	28 a 36	28 a 29	27	27	26 a 27	26	26
Batayporã	30 a 36	29 a 36	29 a 36		26 a 28	26 a 28	26 a 29		
Bela Vista		29 + 34 a 36	29 + 34 a 36	29 a 36	27 a 28 + 30 a 33	27 a 28 + 30 a 33	26 a 28	26	26
Bodoquena		32 a 36	32 a 36	32 a 36	28 a 31	28 a 31	28 a 31	27	27
Bonito		29 a 36	29 a 36	29 a 36	27 a 28	27 a 28	27 a 28		
Brasilândia	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	27 a 28	27 a 28	27 a 28	26	26
Caarapó	34 a 36	29 a 36	29 a 36	26 a 33	26 a 28	26 a 28			
Camapuã	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Campo Grande	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	26	26	26
Caracol		35 a 36	35 a 36	34 a 36	27 a 34	27 a 34	27 a 33		
Cassilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Chapadão do Sul	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Corguinho	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Coronel Sapucaia	34 a 36	26 a 36	26 a 36	26 a 33					
Corumbá	30 a 36	30 a 36	30 a 36	29	29	29	28	28	28
Costa Rica	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Coxim	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Deodápolis	33 a 36	30 a 36	30 a 36	30 a 32	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
dois Irmãos do Buriti	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27	26	26	26
Douradina	34 a 36	30 a 36	30 a 36	29 a 33	27 a 29	27 a 29	26 a 28	26	26
Dourados	34 a 36	28 a 36	28 a 36	28 a 33	26 a 27	26 a 27	26 a 27		
Eldorado		34	34	30 + 34 a 35	26 a 33 + 35 a 36	26 a 33 + 35 a 36	26 a 29 + 31 a 33 + 36		
Fátima do Sul	34 a 35	30 a 36	30 a 36	32 a 33 + 36	26 a 29	26 a 29	26 a 31		
Figueirão	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Glória de Doura- dos	34 a 35	30 a 36	30 a 36	32 a 33 + 36	26 a 29	26 a 29	26 a 31		
Guia Lopes da Laguna	34 a 36	29 a 36	29 a 36	27 a 33	27 a 28	27 a 28	26	26	26
Iguatemi		26 + 33 a 36	26 + 33 a 36	26 + 30 a 36	27 a 32	27 a 32	27 a 29		
Inocência	29 a 36	29 a 36	29 a 36	27 a 28	27 a 28	27 a 28			
Itaporã	33 a 36	29 a 36	29 a 36	29 a 32	27 a 28	27 a 28	26 a 28	26	26
Itaquiraí		33 a 35	33 a 35	33 a 35	26 a 32 + 36	26 a 32 + 36	26 a 32 + 36		
Ivinhema	33 a 35	30 a 36	30 a 36	30 a 32 + 36	26 a 29	26 a 29	26 a 29		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Japorã		26 + 33 a 34	26 + 33 a 34	26 a 35	27 a 32 + 35 a 36	27 a 32 + 35 a 36	36		
Jaraguari	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	26	26	26
Jardim		29 a 36	29 a 36	29 a 36	27 a 28	27 a 28	26 a 28	26	26
Jateí	35	30 a 36	30 a 36	30 a 34 + 36	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Juti	35	32 a 36	32 a 36	32 a 34 + 36	26 a 31	26 a 31	26 a 31		
Ladário		34 a 36	34 a 36	32 a 36	30 a 33	30 a 33	29 a 31	29	29
Laguna Carapã	34 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 33	26	26			
Maracaju	30 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 29	27	27	26	26	26
Miranda		32 a 36	32 a 36	31 a 36	29 a 31	29 a 31	29 a 30	27 a 28	27 a 28
Mundo Novo		26	26	26 a 27 + 34	27 a 36	27 a 36	28 a 33 + 35 a 36		
Naviraí		33 a 36	33 a 36	30 a 36	26 a 32	26 a 32	26 a 29		
Nioaque	34 a 36	28 a 36	28 a 36	28 a 33	27	27	26 a 27	26	26
Nova Alvorada do Sul	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	27 a 28	27 a 28	26 a 28	26	26
Nova Andradina	30 a 36	29 a 36	29 a 36	29	26 a 28	26 a 28	26 a 28		
Novo Horizonte do Sul		30 a 36	30 a 36	30 a 36	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Paraíso das Águas	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Paranaíba	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Paranhos	34	26 a 36	26 a 36	26 a 33 + 35 a 36					
Pedro Gomes	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Ponta Porã	34 a 36	28 a 36	28 a 36						
Porto Murtinho		35 a 36	35 a 36	35 a 36	28 a 34	28 a 34	27 a 34	27	27
Ribas do Rio Par-	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27			
do									
Rio Brilhante	32 a 36	29 a 36	29 a 36	29 a 31	27 a 28	27 a 28	26 a 28	26	26
Rio Negro	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Rio Verde de Ma-to Grosso	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Rochedo	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28			26 a 27	26 a 27	26 a 27
Santa Rita do Pardo	30 a 36	28 a 36	28 a 36	28 a 29	27	27	26 a 27	26 a 27	26 a 27
São Gabriel do Oeste	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28			
Sete Quedas		26 a 36	26 a 36	26 a 36					
Selvíria	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Sidrolândia	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27	26	26	26
Sonora	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Tacuru		26 a 36	26 a 36	26 a 36					
Taquarussu		30 a 36	30 a 36	30 a 36	26 a 29	26 a 29	26 a 29		
Terenos	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	26	26	26
Três Lagoas	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27			
Vicentina	35	30 a 36	30 a 36	32 a 34+36	26 a 29	26 a 29	26 a 31		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 3	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Água Clara	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	27		
Alcinópolis	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Amambai	33 a 35	26 a 36	26 a 36	26 a 32 + 36			32 a 35		
Anastácio	30 a 35	28 a 36	28 a 36	27 a 29 + 36	27	27	28 a 33 + 35 a 36		
Anaurilândia	29 a 36	27 a 36	27 a 36	27 a 28	26	26	28 a 29 + 36	26	
Angélica	30 a 36	28 a 36	28 a 36	26 a 29	26 a 27	26 a 27	29 a 31		
Antônio João	32 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 31	26	26	28 a 32 + 36		
Aparecida do Ta- boado	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Aquidauana	29 a 35	29 a 36	29 a 36	28 + 36	28	28	28 + 35 a 36	27	27
Aral Moreira	32 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 31	26	26	26 a 32 + 35 a 36		
Bandeirantes	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Bataguassu	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	28 + 36	26	26
Batayporã	29 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 28	26	26	28 a 30 + 36		
Bela Vista		28 a 36	28 a 36	27 a 36	27	27	32 a 35	26	26
Bodoquena		30 a 36	30 a 36	29 a 36	28 a 29	28 a 29		27 a 28	27
Bonito	33 a 35	28 a 36	28 a 36	27 a 32 + 36	27	27	31 a 35		
Brasilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	28 + 36	26	26
Caarapó	32 a 35	27 a 36	27 a 36	26 a 31 + 36	26	26	31 a 33 + 35		
Camapuã	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Campo Grande	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	26	26	26
Caracol		33 a 36	33 a 36	28 a 36	27 a 32	27 a 32		27	
Cassilândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Chapadão do Sul	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Corguinho	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	36	27	27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coronel Sapucaia	32 a 35	26 a 36	26 a 36	26 a 31 + 36			26 a 36		
Corumbá	30 a 36	30 a 36	30 a 36	29	29	29	29 + 36	28	28
Costa Rica	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Coxim	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	28		
Deodápolis	32 a 35	29 a 36	29 a 36	28 a 31 + 36	26 a 28	26 a 28	31 + 35	26 a 27	
Dois Irmãos do Buriti	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	28 a 29 + 36	26	26
Douradina	32 a 35	28 a 36	28 a 36	27 a 31 + 36	27	27	31 a 32 + 35	26	26
Dourados	31 a 36	28 a 36	28 a 36	26 a 30	26 a 27	26 a 27	28 a 31 + 36		
Eldorado		32 a 33	32 a 33	26 a 34	26 a 31 + 34 a 36	26 a 31 + 34 a 36		35 a 36	
Fátima do Sul	32 a 35	29 a 36	29 a 36	28 a 31 + 36	26 a 28	26 a 28	32 + 34 a 35	26 a 27	
Figueirão	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Glória de Doura- dos	32 a 35	29 a 36	29 a 36	29 a 31 + 36	26 a 28	26 a 28	32 + 34 a 35	26 a 28	
Guia Lopes da Laguna	32 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 31	27	27	30 a 32 + 36	26	26
Iguatemi		26 a 36	26 a 36	26 a 36			32 a 33		
Inocência	29 a 36	29 a 36	29 a 36	27 a 28	27 a 28	27 a 28	27		
Itaporã	31 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 30	27	27	28 a 31	26	26
Itaquiraí		31 a 35	31 a 35	29 a 35	26 a 30 + 36	26 a 30 + 36		26 a 28 + 36	
Ivinhema	31 a 35	28 a 36	28 a 36	28 a 30 + 36	26 a 27	26 a 27	31 a 32 + 34 a 35	26 a 27	
Japorã		26 a 34	26 a 34	26 a 34	35 a 36	35 a 36		35 a 36	
Jaraguari	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27		26	26
Jardim	33 a 35	28 a 36	28 a 36	27 a 32 + 36	27	27	31 a 35	26	26
Jateí	32 a 34	29 a 36	29 a 36	28 a 31 + 35 a 36	26 a 28	26 a 28	32 a 34	26 a 27	
Juti	32 a 35	28 a 36	28 a 36	28 a 31 + 36	26 a 27	26 a 27	32 a 35	26 a 27	
Ladário		32 a 35	32 a 35	32 a 35	30 a 31 + 36	30 a 31 + 36		29 a 31 + 36	29
Laguna Carapã	32 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 31	26	26	28 a 32 + 36		
Maracaju	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	27 a 31 + 36	26	26
Miranda		30 a 35	30 a 35	29 a 35	28 a 29 + 36	28 a 29 + 36	31 a 32	28 + 36	27
Mundo Novo		26 + 32 a 33	26 + 32 a 33	26 a 34	27 a 31 + 34 a 36	27 a 31 + 34 a 36		35	
Naviraí	33 a 34	30 a 35	30 a 35	29 a 32 + 35	26 a 29 + 36	26 a 29 + 36	32 a 33	26 a 28 + 36	
Nioaque	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	28 a 32 + 36	26	26
Nova Alvorada do Sul	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27	28 a 29 + 36	26	26
Nova Andradina	29 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 28	26	26	28 a 29 + 36		
Novo Horizonte do Sul	32 a 34	29 a 36	29 a 36	29 a 31 + 35 a 36	26 a 28	26 a 28	31 a 32 + 34 a 35	26 a 28	
Paraíso das Águas	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Paranaíba	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	27	27	27
Paranhos	33	26 a 36	26 a 36	26 a 32 + 34 a 36			32 a 35		
Pedro Gomes	28 a 36	28 a 36	28 a 36					27	27
Ponta Porã	28 + 32 a 36	27 a 36	27 a 36	26 a 27 + 29 a 31	26	26	28 a 31 + 36		
Porto Murtinho		32 a 36	32 a 36	32 a 36	28 a 31	28 a 31		27 a 31	27
Ribas do Rio Par- do	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	27		
Rio Brilhante	29 a 36	28 a 36	28 a 36	27 a 28	27	27	28 a 31 + 36	26	26
Rio Negro	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	28		
Rio Verde de Ma- to Grosso	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	28		
Rochedo	29 a 36	28 a 36	28 a 36	28			27	26 a 27	26 a 27
Santa Rita do Par- do	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	28 + 36	26	26
São Gabriel do Oeste	29 a 36	29 a 36	29 a 36	28	28	28	28		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sete Quedas	33	26 a 36	26 a 36	26 a 32 + 34 a 36			32 a 34		
Selvíria	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Sidrolândia	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	27	26	26
Sonora	28 a 36	28 a 36	28 a 36				27	27	27
Tacuru	33	26 a 36	26 a 36	26 a 32 + 34 a 36			32 a 34		
Taquarussu	31 a 33	29 a 36	29 a 36	29 a 30 + 34 a 36	26 a 28	26 a 28	31 a 34	26 a 28	
Terenos	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	26 a 27	26	26
Três Lagoas	28 a 36	28 a 36	28 a 36	27	27	27	27		
Vicentina	32 a 35	29 a 36	29 a 36	28 a 31 + 36	26 a 28	26 a 28	32 a 35	26 a 27	

PORTARIA Nº 155, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO RAFAEL PEREIRA

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os elementos climáticos que mais influenciam na produção da soja (Glycine Max (L.) Merril) são a precipitação pluvial, temperatura do ar e foto- período. A disponibilidade de água é importante, principalmente, em dois períodos de desenvolvimento da cultura: germinação/emergência e floração/enchimento de grãos. Déficits hídricos expressivos, durante a floração/enchimento de grãos, provocam alterações fisiológicas na planta, como o fechamento dos estômatos e o enrolamento de folhas e, como consequência, causam a queda prematura de folhas e de flores e abortamento de vagens, resultando, em redução do rendimento de grãos.

A soja se adapta melhor a temperaturas do ar entre 20ºC e 30ºC. A faixa de temperatura do solo adequada para semeadura varia de 20ºC a 30ºC, sendo 25ºC a temperatura ideal para uma emergência rápida e uniforme.

O crescimento vegetativo da soja é pequeno ou nulo a temperaturas menores ou iguais a 10ºC. Temperaturas acima de 40ºC têm efeito adverso na taxa de crescimento. A floração da soja somente é induzida quando ocorrem temperaturas acima de 13ºC. A floração precoce ocorre, principalmente, em decorrência de temperaturas mais altas, podendo acarretar diminuição na altura de planta. A época de semeadura é um dos fatores que mais influenciam o rendimento da cultura da soja, ou seja, é ela quem determina a exposição da cultura à variação dos fatores climáticos limitantes. Assim, semeaduras em épocas inadequadas podem afetar o porte, o ciclo e o rendimento das plantas e aumentar as perdas na colheita.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar as áreas aptas e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo da soja no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura.

O balanço hídrico foi estimado com o uso das seguintes variáveis climáticas e agronômicas:

a) precipitação pluviométrica - utilizadas séries históricas com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados nas estações disponíveis no Estado;

b) evapotranspiração potencial - estimada para períodos decendiais em cada estação climatológica disponível no Estado.

c) fase fenológica da cultura - Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica, considerando ciclos de 100, 110, 120, 130, 140, 150, 160, 170 e 180 dias de acordo com o GMR da cultivar, o período de semeadura e a região do Estado.

d) coeficiente de cultura - foram utilizados valores médios de coeficiente de cultura (Kc) para períodos decendiais determinados em experimentação e disponível na literatura reconhecida pela comunidade científica (Kc ini = 0,35, Kc med = 1,15 e Kc fim= 0,50); e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipos 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 35, 55 e 75 mm, respectivamente.

As simulações do balanço hídrico foram realizadas para períodos decendiais. Os valores médios do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração máxima da cultura - ETrc/ETmc), para cada fase fenológica da cultura e para cada estação pluviométrica. A partir desses resultados foi feita uma análise de frequência na série de resultados. E, a partir dos resultados da análise de frequência, o enquadramento dos municípios e decêndios nas faixas de risco de até 20%, 30% e 40%. A faixa de 20% corresponde ao intervalo de resultados com risco menor ou igual a 20%. A faixa de 30% corresponde ao intervalo de resultados com risco de 21 até 30%. E a faixa de 40% corresponde ao intervalo de resultados com risco de 31 até 40%.

Em Santa Catarina, os valores de ISNA foram considerados da seguinte forma:

i.Na fase de semeadura/emergência igual ou maior que 0,60;

ii.Na fase de florescimento e enchimento de grãos passaram a ser ajustados de forma variável aos decêndios, conforme tabela abaixo:

Decêndio	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
ISNA Fase 3	0,54	0,52	0,50	0,50	0,50	0,51	0,52	0,54	0,59	0,65

Este ajuste decorre de uma particularidade do Estado, que apresenta variações térmicas expressivas e um regime hídrico que pode levar a ganhos de produtividade assimetricamente positivos nos decêndios iniciados em outubro, ligados a uma curva de produtividade potencial decrescente no sentido dos decêndios do final do ano.

Foram indicados os municípios que apresentaram, em no mínimo, 20% de seu território a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de soja no Estado de Santa Catarina os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

Destacando-se ainda que, nos solos de natureza hidromórfica (sujeitos a alagamento) NÃO SÃO COBERTOS RISCOS POR INUNDAÇÃO (EXCESSO HÍDRICO), uma vez que se subtende, nesses casos, à necessidade de escolha de área com sistema de drenagem eficiente e uso de cultivares e sistema de produção específicos.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação por macrorregião sojícola, as cultivares foram agrupadas, consoante seu Grupo de Maturidade Relativa (GMR), conforme a seguinte especificação:

Macrorregião 1: Grupo I (GMR < 6.4); Grupo II (6.4 ≤ GMR ≤ 7.4) e Grupo III (GMR >7.4);

Macrorregião 1

GRUPO I

AVANTI SEEDS: AV AGILY RR, AV GURIA RR;

BAYER S/A: AMS Tibagi RR, FPS Iguaçu RR, FPS Paranapanema RR, FPS Solimões RR, TEC 5936IPRO, TEC 6029IPRO, TECIRGA 6070RR, FUNDACEP 66RR, BS1519LL, BS 1511 IPRO, CZ16B39LL, BS1580IPRO, CZ15B92IPRO, BS1543IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2585RR, CD 2630RR, CD 2590IPRO, CD 2611IPRO, CD 2620IPRO, DS5916IPRO, CD 2591IPRO, CD 2631AP, CD 2609RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 95Y21, 95Y72, 95R51, 95Y52, BG4657;

EMBRAPA SOJA: BRS 284, BRS 359RR, BRS 360RR, BRS 378RR, BRS Estância RR, BRS 399RR, BRS 5601RR, BRS 1001IPRO, BRS 1010IPRO, BRS 413RR, BRS 6203RR, BRS 1007IPRO, BRS 433RR;

EXPO GRAIN COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI: BA 6230 Xi, BA 6380 Xi, BA 6011 Xi, BA 5770 Xi;

FEPAGRO: FEPAGRO 37RR;

FTS SEMENTES S/A: FTS Ibyara RR, FTR 1154 RR, FTR 2155 RR, FTR 1157 RR, FTR 2557 RR, FTR 4160 IPRO, FTR 4153 IPRO, FTR 3156 IPRO, FTR 2161 RR;;;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX CANCHEIRO RR, GMX GUAPO RR, GMX GURI RR, GMX Aporreada RR;

GDM GENETICA DO BRASIL : BMX ATIVA RR, BMX ENERGIA RR, BMX Força RR, BMX Titan RR, DMario 58i, DMario 6200, DMario 70i, BMX TURBO RR, Don Mario 5.9i, 5953 RSF, 6863 RSF, 6260RSF IPRO, 6458RSF IPRO, 6563RSF IPRO, 5958RSF IPRO, 6160RSF IPRO, 6663 RSF, 5855RSF IPRO, 54I52RSF IPRO, 58I60RSF IPRO, 61I59RSF IPRO, 63I64RSF IPRO, 50I52RSF IPRO, 53I54RSF IPRO, 55I57RSF IPRO, 59I60RSF IPRO, FPS1755 IPRO, FPS Netuno RR, FPS Urano RR, FPS Júpiter RR, ROOS AVANCE RR, ROOS Camino RR, AFS 110RR, NEX 458 RR, RK5813 RR, FPS ATALANTA IPRO, NEX457 IPRO, PRE 5808, ROTA54 IPRO, 62MS00 RR, FPS SOLAR IPRO, PRE6310 IPRO, 95R90IPRO, 57HO123 TP IPRO, 58HO110 MM IPRO, 61HO125 IPRO, 59HO124 PR IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 550S RR, SRM 4602, SRM 5200, SRM6256, RM 5885, SRM5944, SRM 5951;

LUIZ ALBERTO BENSO: BENSO 1RR, BENSO 3RR;

MONSOY LTDA: M5410IPRO, M6210IPRO, M5917IPRO, M5947IPRO, M5892IPRO, AS 3570IPRO, AS 3610IPRO, M5705IPRO, M5730IPRO, BS2606IPRO, M5838IPRO, AS 3590IPRO e 95R95IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: NK 7059 RR, SYN1049 RR, SYN1059 RR, Syn1060ap, SYN1152 RR, SYN1157 RR, SYN1158 RR, SYN1163 RR, SYN1257 RR, SYN1258 RR, SYN1261 RR, SYN1263 RR, SYN 13561 IPRO, SYN 1359S IPRO, SYN 1360C IPRO, SYN 13610 IPRO, CA1151811 IPRO, CA1156543 IPRO, SYN 1561 IPRO, SYN 15600 IPRO, SYN 1657 IPRO;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA.: TMG7161RR, TMG 7262RR, TMG 7062 IPRO, TMG 7060 IPRO, TMG7363RR, 5D634RR, 60163IPRO, 5D6215 IPRO, ST620IPRO, CZ36B31IPRO, TMG7063IPRO, Produza IPRO, TMG2158IPRO, 5D610RR, 5D615RR, 5400IPRO, SG10i58IPRO, TMG7059IPRO, SG10i61IPRO, DS6017IPRO, TMG7260IPRO, TMG7061IPRO, TMG1759RR;

GRUPO II

AVANTI SEEDS: SW BRIZA RR;

BAYER S/A: BS 2640RR, TEC 6702IPRO, TEC 7022IPRO, RA626, BS1691IPRO, CZ26B42IPRO;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 2737RR, CD 2644IPRO, CD 2694IPRO, CD 2730IPRO, CD 2720IPRO, CD 202IPRO, CD 2686IPRO, 5D645RR, CD 206RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 97Y07, 97R21, 96Y90;

EMBRAPA SOJA: BRS 133, BRS 216, BRS 232, BRS 257, BRS 262, BRS 282, BRS 283, BRS 295RR, BRS 316RR, BRS 317, Embrapa 48, BRS 1003IPRO, BRS 1006IPRO, BRS 511;

EXPO GRAIN COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI: BA 6525 Xi;

FTS SEMENTES S/A: FTS ARAPOTY RR, FTS Campo Mourão RR, FTS Fenix, FTS TAPES RR, FTS IPÊ RR;

GAÚCHA MELHORAMENTO: GMX REDOMÃO RR, GMX XIRÚ RR, GMX REDOMONA RR;

GDM GENETICA DO BRASIL: BMX Potência RR, 7869 RSF, 7166RSF IPRO, 6968 RSF, 68I70RSF IPRO, 66I68RSF IPRO, PRE 6336, BALU 3711, FPS ANTARES RR, NEX467 RR, RK6813 RR, GUAIA6510 RR, RK6316 IPRO, ADV4317 IPRO, 64MS00 IPRO;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR;

MONSOY LTDA: M6410IPRO;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN1363 RR, SYN 1366C IPRO, SYN 13671 IPRO, SYN9070 RR, SYN 1562 IPRO, SYN 15630 IPRO, SYN 15640 IPRO, SYN1365 RR;

TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA.: DS6716IPRO, TMG 1067 RR, TMG1264RR, TMG 1266RR, TMG 1066RR, TMG7067IPRO.

GRUPO III

BAYER S/A: TEC 7849IPRO;

EMBRAPA SOJA: BRS 245 RR, BRS 256RR;

FEPAGRO: FEPAGRO-RS 10;

FTS SEMENTES S/A: FTS Realeza RR;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN 13670 IPRO.

NOTAS:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

3. As macrorregiões sojícolas estão especificadas na Instrução Normativa nº 1, de 2 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2012.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Abelardo Luz	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Agrolândia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Agronômica	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Água Doce	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Águas De Chapecó	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Águas Frias	28 a 35	27	36	27 a 36			27 a 36		
Águas Mornas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Alfredo Wagner	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Alto Bela Vista	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Anchieta	28 a 35	27	36	27 a 36			27 a 36		
Angelina	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Anita Garibaldi	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Anitápolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Antônio Carlos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Apiúna	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Arabutã	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Araquari	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Araranguá	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Armazém	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Arroio Trinta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Arvoredo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ascurra	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Atalanta	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Aurora	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Arroio Do Silva	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Balneário Barra Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Camboriú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Gaivota	29 a 35	27 a 28 + 36		27 a 36			27 a 36		
Balneário Piçarras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Rincão	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Bandeirante	29 a 32	27 a 28 + 33 a 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Barra Bonita	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Barra Velha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Bela Vista Do Toldo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Belmonte	29 + 31 a 32	28 + 30 + 33 a 35	27	27 a 35	36		27 a 36		
Benedito Novo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Biguaçu	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Blumenau	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Bocaina Do Sul	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Bom Jardim Da Serra	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Bom Jesus Do Oeste	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Bom Retiro	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Bombinhas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Botuverá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Braço Do Norte	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Braço Do Trombudo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Brunópolis	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Brusque	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Caçador	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Caibi	29 a 32	27 a 28 + 33 a 35		27 a 35	36		27 a 36		
Calmon	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Camboriú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Campo Alegre	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Campo Belo Do Sul	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Campo Erê	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Campos Novos	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Canelinha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Canoinhas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Capão Alto	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Capinzal	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Capivari De Baixo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Catanduvas	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Caxambu Do Sul	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Celso Ramos	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Cerro Negro	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Chapadão Do Lageado	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Chapecó	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Cocal Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Concórdia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Cordilheira Alta	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Coronel Freitas	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Coronel Martins	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Correia Pinto	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Corupá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Criciúma	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Cunha Porã	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Cunhataí	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Curitibanos	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Descanso	29 a 32	27 a 28 + 33 a 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Dionísio Cerqueira	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Dona Emma	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Doutor Pedrinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Entre Rios	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ermo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Erval Velho	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Faxinal Dos Guedes	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Flor Do Sertão	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Florianópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Formosa Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Forquilhinha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Fraiburgo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Frei Rogério	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Galvão	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Garopaba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Garuva	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Gaspar	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Governador Celso Ramos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Grão Pará	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Gravatal	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guabiruba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guaraciaba	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Guaramirim	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guarujá Do Sul	28 a 35	27	36	27 a 36			27 a 36		
Guatambú	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Herval D'Oeste	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ibiam	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ibicaré	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ibirama	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Içara	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ilhota	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imaruí	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imbituba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imbuia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Indaial	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Iomerê	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ipira	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Iporã Do Oeste	31 a 32	28 a 30 + 33 a 35	27	27 a 35	36		27 a 36		
Ipuaçu	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ipumirim	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Iraceminha	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Irani	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Irati	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Irineópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itá	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Itaiópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itajaí	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itapema	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itapiranga		28 a 34	27 + 35	28 a 35	27 + 36		27 a 35	36	
Itapoá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ituporanga	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jaborá	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Jacinto Machado	27 a 36			27 a 36			27 a 36		

Jaguaruna	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Jaraguá Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jardinópolis	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Joaçaba	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Joinville	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
José Boiteux	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jupiá	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Lacerdópolis	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Lages	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Laguna	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lajeado Grande	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Laurentino	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lauro Muller	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lebon Régis	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Leoberto Leal	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lindóia Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lontras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Luiz Alves	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Luzerna	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Macieira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Mafra	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Major Gercino	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Major Vieira	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Maracajá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Maravilha	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Marema	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Massaranduba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Matos Costa	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Meleiro	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Mirim Doce	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Modelo	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Mondaí	31 a 32	28 a 30 + 33 a 35	27	27 a 35	36		27 a 36		
Monte Carlo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Monte Castelo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Morro Da Fumaça	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Morro Grande	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Navegantes	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Nova Erechim	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Nova Itaberaba	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Nova Trento	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Nova Veneza	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Novo Horizonte	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Orleans	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Otacílio Costa	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Ouro	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ouro Verde	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Paial	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Painel	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palhoça	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Palma Sola	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Palmeira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Palmitos	29 a 32	27 a 28 + 33 a 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Papanduva	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Paraíso	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Passo De Torres	29 a 35	27 a 28 + 36		27 a 36			27 a 36		
Passos Maia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Paulo Lopes	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Pedras Grandes	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Penha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Peritiba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Pescaria Brava	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Petrolândia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Pinhalzinho	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Pinheiro Preto	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Piratuba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Planalto Alegre	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Pomerode	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ponte Alta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ponte Alta Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ponte Serrada	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Porto Belo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Porto União	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Pouso Redondo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Praia Grande	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Presidente Castello Branco	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Presidente Getúlio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Presidente Nereu	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Princesa	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Quilombo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Rancho Queimado	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Das Antas	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Rio Do Campo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Do Oeste	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Dos Cedros	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Fortuna	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Negrinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Rufino	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Riqueza	29 a 32	27 a 28 + 33 a 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Rodeio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Romelândia	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Salete	27 a 36			27 a 36			27 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Saltinho	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Salto Veloso	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Sangão	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Santa Cecília	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Santa Helena	31 a 32	28 a 30 + 33 a 35	27	27 a 35	36		27 a 36		
Santa Rosa De Lima	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Santa Rosa Do Sul	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Santa Terezinha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Santa Terezinha Do Progresso	27 a 35		36	27 a 36			27 a 36		
Santiago Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Santo Amaro Da Imperatriz	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Bento Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Bernardino	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
São Bonifácio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Carlos	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
São Cristovão Do Sul	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
São Domingos	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
São Francisco Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Batista	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Do Itaperiú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Do Oeste		28 a 35	27	27 a 35	36		27 a 35	36	
São João Do Sul	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
São Joaquim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São José Do Cedro	28 a 35	27	36	27 a 36			27 a 36		
São José Do Cerrito	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
São Lourenço Do Oeste	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
São Ludgero	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Martinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Miguel Da Boa Vista	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
São Miguel Do Oeste	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
São Pedro De Alcântara	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Saudades	29 a 34	27 a 28 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Schroeder	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Seara	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Serra Alta	28 a 35	27	36	27 a 36			27 a 36		
Siderópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Sombrio	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Sul Brasil	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Taió	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Tangará	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Tigrinhos	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36			27 a 36		
Tijucas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Timbé Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Timbó	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Timbó Grande	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Três Barras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Treviso	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Treze De Maio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Treze Tílias	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Trombudo Central	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Tubarão	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Tunápolis		28 a 35	27	27 a 35	36		27 a 36		
Turvo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
União Do Oeste	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Urubici	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urupema	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urussanga	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Vargeão	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Vargem	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Vargem Bonita	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Vidal Ramos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Videira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Vitor Meireles	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Witmarsum	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Xanxerê	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Xavantina	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Xaxim	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Zortéa	28 a 36			28 a 36			28 a 36		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Abelardo Luz	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Agrolândia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Agronômica	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Água Doce	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Águas De Chapecó	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Águas Frias	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Águas Mornas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Alfredo Wagner	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Alto Bela Vista	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Anchieta	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Angelina	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Anita Garibaldi	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Anitápolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Antônio Carlos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Apiúna	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Arabutã	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Araquari	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Araranguá	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Armazém	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Arroio Trinta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Arvoredo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ascurra	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Atalanta	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Aurora	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Arroio Do Silva	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Balneário Barra Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Camboriú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Gaivota	28 a 35	27	36	27 a 35	36		27 a 36		
Balneário Piçarras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Balneário Rincão	28 a 35	27 + 36		27 a 36			27 a 36		
Bandeirante	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Barra Bonita	27 a 34	35		27 a 35	36		27 a 36		
Barra Velha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Bela Vista Do Toldo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Belmonte	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Benedito Novo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Biguaçu	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Blumenau	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Bocaina Do Sul	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Bom Jardim Da Serra	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Bom Jesus Do Oeste	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Bom Retiro	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Bombinhas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Botuverá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Braço Do Norte	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Braço Do Trombudo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Brunópolis	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Brusque	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Caçador	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Caibi	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Calmon	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Camboriú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Campo Alegre	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Campo Belo Do Sul	29 a 35	36		29 a 36			29 a 36		
Campo Erê	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Campos Novos	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Canelinha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Canoinhas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Capão Alto	29 a 35	36		29 a 36			29 a 36		
Capinzal	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Capivari De Baixo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Catanduvas	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Caxambu Do Sul	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Celso Ramos	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Cerro Negro	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Chapadão Do Lageado	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Chapecó	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Cocal Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Concórdia	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Cordilheira Alta	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Coronel Freitas	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Coronel Martins	27 a 35		36	27 a 36			27 a 36		
Correia Pinto	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Corupá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Criciúma	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Cunha Porã	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Cunhataí	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Curitibanos	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Descanso	28 a 33	27 + 34 a 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Dionísio Cerqueira	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Dona Emma	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Doutor Pedrinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entre Rios	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ermo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Erval Velho	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Faxinal Dos Guedes	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Flor Do Sertão	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Florianópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Formosa Do Sul	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Forquilhinha	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Fraiburgo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Frei Rogério	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Galvão	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Garopaba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Garuva	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Gaspar	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Governador Celso Ramos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Grão Pará	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Gravatal	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guabiruba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guaraciaba	27 a 34	35		27 a 35	36		27 a 36		
Guaramirim	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Guarujá Do Sul	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Guatambú	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Herval D'Oeste	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Ibiam	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Ibicaré	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ibirama	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Içara	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ilhota	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imaruí	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imbituba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Imbuia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Indaial	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Iomerê	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ipira	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Iporã Do Oeste	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Ipuaçu	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ipumirim	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Iraceminha	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Irani	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Irati	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Irineópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itá	27 a 35		36	27 a 36			27 a 36		
Itaiópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itajaí	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itapema	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Itapiranga		28 a 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Itapoá	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ituporanga	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jaborá	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Jacinto Machado	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Jaguaruna	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Jaraguá Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jardinópolis	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Joaçaba	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Joinville	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
José Boiteux	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Jupiá	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Lacerdópolis	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Lages	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Laguna	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Lajeado Grande	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Laurentino	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lauro Muller	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lebon Régis	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Leoberto Leal	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Lindóia Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Lontras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Luiz Alves	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Luzerna	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Macieira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Mafra	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Major Gercino	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Major Vieira	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Maracajá	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Maravilha	27 a 34	35		27 a 35	36		27 a 36		
Marema	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Massaranduba	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Matos Costa	28 a 36			28 a 36			28 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Meleiro	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Mirim Doce	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Modelo	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Mondaí	29 a 32	27 a 28 + 33 a 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Monte Carlo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Monte Castelo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Morro Da Fumaça	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Morro Grande	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Navegantes	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Nova Erechim	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Nova Itaberaba	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Nova Trento	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Nova Veneza	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Novo Horizonte	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Orleans	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Otacílio Costa	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Ouro	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Ouro Verde	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Paial	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Painel	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palhoça	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Palma Sola	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Palmeira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Palmitos	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Papanduva	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Paraíso	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Passo De Torres	28 a 35	27	36	27 a 35	36		27 a 36		
Passos Maia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Paulo Lopes	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Pedras Grandes	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Penha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Peritiba	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Pescaria Brava	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Petrolândia	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Pinhalzinho	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Pinheiro Preto	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Piratuba	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Planalto Alegre	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Pomerode	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Ponte Alta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ponte Alta Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ponte Serrada	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Porto Belo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Porto União	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Pouso Redondo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Praia Grande	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Presidente Castello Branco	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Presidente Getúlio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Presidente Nereu	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Princesa	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Quilombo	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Rancho Queimado	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Das Antas	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Rio Do Campo	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Do Oeste	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Dos Cedros	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Fortuna	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Negrinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Rio Rufino	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
Riqueza	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Rodeio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Romelândia	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Salete	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Saltinho	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Salto Veloso	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Sangão	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Santa Cecília	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Santa Helena	29 a 32	27 a 28 + 33 a 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Santa Rosa De Lima	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Santa Rosa Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Santa Terezinha	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Santa Terezinha Do Progresso	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Santiago Do Sul	27 a 35		36	27 a 36			27 a 36		
Santo Amaro Da Imperatriz	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Bento Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Bernardino	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
São Bonifácio	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Carlos	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
São Cristovão Do Sul	29 a 36			29 a 36			29 a 36		
São Domingos	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
São Francisco Do Sul	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Batista	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Do Itaperiú	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São João Do Oeste	32	28 a 31 + 33 a 34	27 + 35	27 a 35		36	27 a 35	36	
São João Do Sul	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
São Joaquim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José	27 a 36			27 a 36			27 a 36		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

São José Do Cedro	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
São José Do Cerrito	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
São Lourenço Do Oeste	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
São Ludgero	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Martinho	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
São Miguel Da Boa Vista	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
São Miguel Do Oeste	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
São Pedro De Alcântara	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Saudades	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Schroeder	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Seara	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Serra Alta	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Siderópolis	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Sombrio	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Sul Brasil	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Taió	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Tangará	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Tigrinhos	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Tijucas	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Timbé Do Sul	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Timbó	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Timbó Grande	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Três Barras	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Treviso	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Treze De Maio	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Treze Tílias	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Trombudo Central	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Tubarão	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Tunápolis	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Turvo	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
União Do Oeste	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Urubici	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urupema	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urussanga	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Vargeão	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Vargem	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Vargem Bonita	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		
Vidal Ramos	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Videira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Vitor Meireles	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Witmarsum	27 a 36			27 a 36			27 a 36		
Xanxerê	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Xavantina	27 a 35	36		27 a 36			27 a 36		
Xaxim	27 a 35	36		27 a 35	36		27 a 36		
Zortéa	28 a 35	36		28 a 36			28 a 36		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá			30 a 33		31 a 33	29 a 30 + 34 a 35		29 a 35	28 + 36
Água Santa	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Agudo		29 a 33	34	29 a 33	28 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Ajuricaba		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Alecrim			29 a 33		29 a 34	28 + 35	30 a 33	27 a 29 + 34 a 35	
Alegrete						31 a 34		32 a 34	29 a 31 + 35
Alegria		30 a 33	28 a 29 + 34	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Almirante Tamandaré Do Sul	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Alpestre	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Alto Alegre	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35	36	
Alto Feliz	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Alvorada		30 a 33	29 + 34	30 a 34	29 + 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Amaral Ferrador		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Ametista Do Sul	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
André Da Rocha	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Anta Gorda	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Antônio Prado	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Arambaré		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	31 a 34	29 a 30 + 35	28 + 36
Araricá	30 a 33	29 + 34	28 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Aratiba	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Arroio Do Meio	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Arroio Do Padre		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Arroio Do Sal	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Arroio Do Tigre	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 34	27 + 35 a 36	
Arroio Dos Ratos		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Arroio Grande		29 a 33	28 + 34	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Arvorezinha	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Augusto Pestana		30 a 33	29 + 34	30 a 34	29 + 35	27 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Áurea	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Bagé			29 a 34		29 a 34	28 + 35	30 + 32	29 + 31 + 33 a 35	28 + 36
Balneário Pinhal		32	30 a 31 + 33 a 34		29 a 34	35	31 a 34	29 a 30 + 35	27 a 28 + 36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Barão	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Barão De Cotegipe	28 a 33	34 a 35		28 a 35	36		28 a 35	36	
Barão Do Triunfo		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	30 + 32	28 a 29 + 31 + 33 a 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Barra Do Guarita		29 a 33	27 a 28 + 34	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Barra Do Quaraí						31 a 34			31 a 34
Barra Do Ribeiro		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	31 a 34	29 a 30 + 35	27 a 28
Barra Do Rio Azul	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Barra Funda	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Barracão	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Barros Cassal	29 a 33	28 + 34		28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Benjamin Constant Do Sul	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Bento Gonçalves	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Boa Vista Das Missões		28 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Boa Vista Do Buricá		30 a 33	29 + 34	31 a 33	28 a 30 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Boa Vista Do Cadeado	33	29 a 32 + 34	28	30 a 34	28 a 29 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Boa Vista Do Incra	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	
Boa Vista Do Sul	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Bom Jesus	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bom Princípio	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Bom Progresso		29 a 33	28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36
Bom Retiro Do Sul	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Boqueirão Do Leão	29 a 32	28 + 33	34	28 a 34	35		28 a 35	36	
Bossoroca			29 a 33		30 a 34	28 a 29 + 35	31 a 33	29 a 30 + 34 a 35	27 a 28
Bozano		29 a 33	28 + 34	30 a 34	28 a 29 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Braga		29 a 33	27 a 28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 34	35	36
Brochier	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Butiá		29 a 33	34	29 a 33	34 a 35	27 a 28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Caçapava Do Sul			29 a 34		29 a 34	28 + 35	29 a 33	28 + 34 a 35	36
Cacequi			31 a 33		31 a 34	29 a 30 + 35		29 a 35	
Cachoeira Do Sul		29 a 32	33 a 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Cachoeirinha		29 a 33	34	30 a 34	29 + 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Cacique Doble	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Caibaté		33	29 a 32		29 a 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28
Caiçara	30 a 32	28 a 29 + 33 a 34	27	27 a 34	35		27 a 35	36	
Camaquã		29 a 32	33 a 34	30 + 32 a 33	28 a 29 + 31 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Camargo	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Cambará Do Sul	29 a 35	36		29 a 35	36		29 a 36		
Campestre Da Serra	29 a 34	35	36	29 a 35	36		29 a 36		
Campina Das Missões			29 a 33		30 a 34	28 a 29 + 35	32 a 33	28 a 31 + 34 a 35	27
Campinas Do Sul	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Campo Bom	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Campo Novo		29 a 33	28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	28 a 34	27 + 35	36
Campos Borges	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Candelária		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Cândido Godói			29 a 33		29 a 34	28 + 35	32 a 33	28 a 31 + 34 a 35	27
Candiota			29 a 34		29 a 34	28 + 35	30 a 33	29 + 34 a 35	28 + 36
Canela	29 a 33	34	35 a 36	29 a 35	36		29 a 35	36	
Canguçu		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 34	28 + 35 a 36	
Canoas		29 a 34		30 a 34	29 + 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Canudos Do Vale	29 a 32	28 + 33 a 34		28 a 34	35		28 a 35	36	
Capão Bonito Do Sul	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Capão Da Canoa	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Capão Do Cipó		32 a 33	29 a 31 + 34		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Capão Do Leão		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Capela De Santana	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
Capitão	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Capivari Do Sul		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	32 a 33	29 a 31 + 34	35	30 a 34	29 + 35	27 a 28 + 36
Caraá	32	28 a 31 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36 + 27	28 a 35	27	36
Carazinho	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Carlos Barbosa	29 a 32	33 a 34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Carlos Gomes	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Casca	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Caseiros	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Catuípe		30 a 33	29 + 34	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Caxias Do Sul	29 a 34	35	36	29 a 35	36		29 a 36		
Centenário	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Cerrito		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Cerro Branco		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Cerro Grande	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Cerro Grande Do Sul		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
Cerro Largo			29 a 33		29 a 34	28 + 35	32 a 34	29 a 31 + 35	27 a 28
Chapada	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Charqueadas		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34 a 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Charrua	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Chiapetta		30 a 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Chuí					31 a 32 + 34	29 a 30 + 33 + 35	34	31 a 33 + 35 a 36	29 a 30
Chuvisca		29 a 33	28 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Cidreira		32	29 a 31 + 33 a 34	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28 + 36
Ciriaco	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Colinas	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Colorado	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Condor		29 a 34	27 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 34	27 + 35	36
Constantina	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Coqueiro Baixo	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Coqueiros Do Sul	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Coronel Barros		30 a 33	29 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Coronel Bicaco		29 a 33	27 a 28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		28 a 34	27 + 35	36
Coronel Pilar	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Cotiporã	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Coxilha	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Crissiumal		30 a 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
Cristal		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	36
Cristal Do Sul	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Cruz Alta	32 a 33	29 a 31 + 34	28	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Cruzaltense	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Cruzeiro Do Sul	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
David Canabarro	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Derrubadas		29 a 33	27 a 28 + 34	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Dezesseis De Novembro					31 a 34	29 a 30 + 35	31 + 33	29 a 30 + 32 + 34 a 35	27 a 28
Dilermando De Aguiar			30 a 34		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	28 + 36
Dois Irmãos	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Dois Irmãos Das Missões		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 34	35	36
Dois Lajeados	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Dom Feliciano		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Dom Pedrito						29 a 34		29 a 34	35
Dom Pedro De Alcântara	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 35	36	
Dona Francisca		30 a 33	29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Doutor Maurício Cardoso		30 a 32	29 + 33	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
Doutor Ricardo	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Eldorado Do Sul		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34 a 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Encantado	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Encruzilhada Do Sul		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Engenho Velho	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Entre Rios Do Sul	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Entre-Ijuís		31 a 33	29 a 30 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Erebango	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Erechim	28 a 33	34 a 35		28 a 35	36		28 a 36		
Ernestina	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Erval Grande	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Erval Seco		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Esmeralda	28 a 34	35	36	28 a 36			28 a 36		
Esperança Do Sul		29 a 33	28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36
Espumoso	29 a 33	28 + 34		28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Estação	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 35	36	
Estância Velha	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Esteio		29 a 34		29 a 34	35	27 a 28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Estrela	29 a 33	28 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Estrela Velha	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Eugênio De Castro		31 a 33	29 a 30 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Fagundes Varela	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 35	36	
Farroupilha	29 a 33	34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Faxinal Do Soturno		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Faxinalzinho	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Fazenda Vilanova	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Feliz	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Flores Da Cunha	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Floriano Peixoto	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Fontoura Xavier	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Formigueiro		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	35	36 + 28
Forquetinha	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	
Fortaleza Dos Valos	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Frederico Westphalen	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 34	35		27 a 35	36	
Garibaldi	29 a 32	33 a 34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Garruchos					32	29 a 31 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35
Gaurama	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
General Câmara		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Gentil	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Getúlio Vargas	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Giruá		31 a 33	29 a 30 + 34	33	29 a 32 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Glorinha		29 a 34		29 a 34	35	27 a 28	29 a 35	27 a 28	36
Gramado	29 a 33	34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Gramado Dos Loureiros	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Gramado Xavier	30 a 32	28 a 29 + 33	34	28 a 34	35		28 a 35		36
Gravataí		29 a 34		29 a 34	35	27 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Guabiju	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Guaíba		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28
Guaporé	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Guarani Das Missões			29 a 33		29 a 34	28 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27
Harmonia	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27	36
Herval		30 + 32	29 + 31 + 33 a 34	32	29 a 31 + 33 a 35	28 + 36	30 a 34	29 + 35 a 36	28
Herveiras	30	28 a 29 + 31 a 33	34	28 a 33	34 a 35		28 a 34	35	36
Horizontina		31 a 32	29 a 30 + 33	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Hulha Negra			29 a 34		29 a 34	28 + 35	32	29 a 31 + 33 a 35	28 + 36
Humaitá		29 a 33	28 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
Ibarama	33	29 a 32 + 34	28	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Ibiaçá	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Ibiraiaras	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Ibirapuitã	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ibirubá	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35	36	
Igrejinha	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Ijuí		29 a 33	28 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34 a 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Ilópolis	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Imbé		29 a 33	34	30 a 33	28 a 29 + 34 a 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Imigrante	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Independência		31 a 33	29 a 30 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Inhacorá		30 a 33	28 a 29 + 34	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Ipê	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Ipiranga Do Sul	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Iraí	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Itaara		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36
Itacurubi			31 a 33		31 a 34	29 a 30 + 35	33	29 a 32 + 34	28 + 35
Itapuca	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Itaqui						31 a 34		32 a 34	29 a 31 + 35
Itati	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 35	36	
Itatiba Do Sul	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 36		
Ivorá		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Ivoti	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Jaboticaba	31	28 a 30 + 32 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Jacuizinho	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Jacutinga	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Jaguarão		32	29 a 31 + 33 a 34	32	29 a 31 + 33 a 35	28 + 36	30 a 34	29 + 35 a 36	28
Jaguari		33	30 a 32		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	28
Jaquirana	29 a 35	36		29 a 35	36		29 a 36		
Jari		32 a 33	29 a 31 + 34		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36
Jóia	33	30 a 32	29 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	27 a 28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Júlio De Castilhos	33	29 a 32 + 34		29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Lagoa Bonita Do Sul		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36
Lagoa Dos Três Cantos	29 a 33	28 + 34		28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Lagoa Vermelha	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Lagoão	29 a 32	28 + 33	34	28 a 34	35		28 a 35	36	
Lajeado	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	
Lagoão	29 a 32	28 + 33	34	28 a 34	35		28 a 35	36	
Lajeado	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	
Lajeado Do Bugre	29 a 32	28 + 33 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Lavras Do Sul			30 a 33		29 a 33	34 a 35		29 a 34	28 + 35
Liberato Salzano	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Lindolfo Collor	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Linha Nova	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Maçambará						29 a 34		30 a 34	28 a 29 + 35
Machadinho	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Mampituba	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Manoel Viana						30 a 34		31 a 34	29 a 30 + 35
Maquiné	28 a 34	27	35	27 a 35	36		27 a 35	36	
Maratá	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Marau	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Marcelino Ramos	27 a 35		36	27 a 35	36		27 a 36		
Mariana Pimentel		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28
Mariano Moro	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Marques De Souza	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Mata		33	30 a 32		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	28
Mato Castelhano	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Mato Leitão	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Mato Queimado			29 a 33		29 a 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28
Maximiliano De Almeida	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Minas Do Leão		29 a 33	34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Miraguaí		29 a 33	27 a 28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 34	35	36
Montauri	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 35	36	
Monte Alegre Dos Campos	29 a 34	35	36	29 a 35	36		29 a 36		
Monte Belo Do Sul	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Montenegro	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Mormaço	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Morrinhos Do Sul	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Morro Redondo		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Morro Reuter	29 a 33	34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Mostardas			31 a 34		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	
Muçum	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Muitos Capões	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Muliterno	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Não-Me-Toque	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Nicolau Vergueiro	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Nonoai	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Nova Alvorada	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Nova Araçá	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Nova Bassano	28 a 34		35	28 a 35	36		28 a 36		
Nova Boa Vista	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Nova Bréscia	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nova Candelária		30 a 33	29 + 34	31 a 33	28 a 30 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
Nova Esperança Do Sul			31 a 33		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	28
Nova Hartz	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Nova Pádua	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Nova Palma		29 a 33	34	29 a 33	28 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Nova Petrópolis	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 35	36	
Nova Prata	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Nova Ramada		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	28 a 34	27 + 35	36
Nova Roma Do Sul	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Nova Santa Rita		29 a 34		29 a 34	35	27 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Novo Barreiro	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Novo Cabrais		29 a 33	34	29 a 33	28 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Novo Hamburgo	32	29 a 31 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
Novo Machado		31	29 a 30 + 32 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35	36
Novo Tiradentes	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Novo Xingu	29 a 33	28 + 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Osório		29 a 34	28	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
Paim Filho	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Palmares Do Sul		32	30 a 31 + 33 a 34		29 a 34	35	31 a 34	29 a 30 + 35	28
Palmeira Das Missões		28 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 34	35	36
Palmitinho		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Panambi	33	29 a 32 + 34	27 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 34	27 + 35	36
Pantano Grande		29 a 32	28 + 33 a 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
Paraí	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Paraíso Do Sul		29 a 33	34	29 a 33	28 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Pareci Novo	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Parobé	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Passa Sete		28 a 33	34	28 a 33	34 a 35		28 a 34	35	36
Passo Do Sobrado	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Passo Fundo	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Paulo Bento	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Paverama	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Pedras Altas			29 a 34		29 a 34	28 + 35	30 a 33	29 + 34 a 35	28 + 36
Pedro Osório		29 a 33	28 + 34	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Pejuçara	33	29 a 32 + 34	28	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Pelotas		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Picada Café	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Pinhal	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Pinhal Da Serra	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Pinhal Grande	33	29 a 32 + 34	28	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Pinheirinho Do Vale		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Pinheiro Machado		30 a 32	29 + 33 a 34	32	29 a 31 + 33 a 34	28 + 35	29 a 33	28 + 34 a 35	36
Pinto Bandeira	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Pirapó					31 a 33	29 a 30 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35
Piratini		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	36	29 a 34	28 + 35 a 36	
Planalto	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Poço Das Antas	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35		28 a 35	36	
Pontão	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Ponte Preta	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Portão	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Porto Alegre		30 a 33	29 + 34	31 a 34	29 a 30 + 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Porto Lucena			30 a 32		31 a 34	28 a 30	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35
Porto Mauá			29 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35	
Porto Vera Cruz			30 a 32		30 a 34	28 a 29	32 a 33	28 a 31 + 34 a 35	27
Porto Xavier					31 a 33	29 a 30 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35
Pouso Novo	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Presidente Lucena	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Progresso	29 a 32	28 + 33 a 34		28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Protásio Alves	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Putinga	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Quaraí						31 a 34			30 a 35
Quatro Irmãos	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Quevedos		31 a 33	29 a 30 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Quinze De Novembro	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Redentora		29 a 33	27 a 28 + 34	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 34	35	36
Relvado	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Restinga Seca		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Rio Dos Índios	29 a 33	27 a 28 + 34 a 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
Rio Grande		29 a 33	28 + 34	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Rio Pardo		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36
Riozinho	28 a 33	34	35 + 27	27 a 35	36		27 a 35	36	
Roca Sales	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Rodeio Bonito	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Rolador			29 a 33		30 a 34	28 a 29 + 35	31 a 34	29 a 30 + 35	27 a 28
Rolante	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Ronda Alta	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Rondinha	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Roque Gonzales					31 a 34	29 a 30	33	29 a 32 + 34	27 a 28 + 35
Rosário Do Sul						29 a 34		30 a 33	29 + 34 a 35
Sagrada Família	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Saldanha Marinho	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Salto Do Jacuí	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 34	27 + 35 a 36	
Salvador Das Missões			30 a 33		30 a 34	28 a 29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	27 a 28
Salvador Do Sul	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35		28 a 35	36	
Sananduva	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Santa Bárbara Do Sul	32 a 33	28 a 31 + 34	27	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 34	35 a 36	
Santa Cecília Do Sul	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Santa Clara Do Sul	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santa Cruz Do Sul	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 34	27 + 35	36
Santa Margarida Do Sul			31 a 33		31 a 34	29 a 30 + 35		29 a 35	
Santa Maria		31 a 33	29 a 30 + 34	32	29 a 31 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	35	36 + 28
Santa Maria Do Herval	29 a 33	34	35	29 a 34	35	36	29 a 35	36	
Santa Rosa			29 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Santa Tereza	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Santa Vitória Do Palmar			29 a 34	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	36	31 a 34	29 a 30 + 35 a 36	28
Santana Da Boa Vista		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	30 + 32	28 a 29 + 31 + 33 a 34	35	29 a 33	28 + 34 a 35	36
Sant'Ana Do Livramento						30 a 34		32 a 33	29 a 31 + 34 a 35
Santiago		33	29 a 32		29 a 34	28 + 35	32 a 34	29 a 31 + 35	28
Santo Ângelo		31 a 33	29 a 30 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Santo Antônio Da Patrulha		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
Santo Antônio Das Missões					31 a 33	29 a 30 + 34	31	29 a 30 + 32 a 34	28 + 35
Santo Antônio Do Palma	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Santo Antônio Do Planalto	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Santo Augusto		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35	27	28 a 34	27 + 35	36
Santo Cristo			29 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	30 a 33	28 a 29 + 34 a 35	27
Santo Expedito Do Sul	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
São Borja						29 a 34		31 a 34	29 a 30 + 35
São Domingos Do Sul	28 a 34		35	28 a 35	36		28 a 36		
São Francisco De Assis					32 a 33	29 a 31 + 34 a 35		29 a 34	28 + 35
São Francisco De Paula	29 a 34	35	36	29 a 35	36		29 a 36		
São Gabriel			31 a 33		31 a 34	29 a 30 + 35		29 a 35	
São Jerônimo		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34	35	29 a 34	28 + 35	36
São João Da Urtiga	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
São João Do Polêsine		30 a 33	29 + 34	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
São Jorge	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
São José Das Missões	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
São José Do Herval	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
São José Do Hortêncio	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
São José Do Inhacorá		31 a 32	29 a 30 + 33	32 a 33	28 a 31 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
São José Do Norte		29 a 32	33 a 34	30 a 34	28 a 29 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
São José Do Ouro	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
São José Do Sul	30 a 33	29 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
São José Dos Ausentes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São Leopoldo	32	29 a 31 + 33 a 34	35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
São Lourenço Do Sul		29 a 34	28	29 a 34	28 + 35	36	29 a 34	28 + 35 a 36	
São Luiz Gonzaga			29 a 33		29 a 34	28 + 35	31 a 34	29 a 30 + 35	27 a 28
São Marcos	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
São Martinho		30 a 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
São Martinho Da Serra		30 a 33	29 + 34	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
São Miguel Das Missões		32 a 33	29 a 31 + 34		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
São Nicolau					31 a 33	29 a 30 + 34	31	29 a 30 + 32 a 34	27 a 28 + 35
São Paulo Das Missões			30 a 32		31 a 33	28 a 30 + 34	33	29 a 32 + 34	27 a 28 + 35
São Pedro Da Serra	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
São Pedro Das Missões		28 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
São Pedro Do Butiá			30 a 33		30 a 34	28 a 29 + 35	31 a 33	29 a 30 + 34 a 35	27 a 28
São Pedro Do Sul		32 a 33	29 a 31 + 34		29 a 34	35	30 a 34	29 + 35	28 + 36
São Sebastião Do Caí	30 a 33	29 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
São Sepé		32	29 a 31 + 33 a 34	32	29 a 31 + 33 a 34	35	30 a 33	29 + 34 a 35	28 + 36
São Valentim	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35		36	27 a 35	36	
São Valentim Do Sul	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
São Valério Do Sul		30 a 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36

São Vendelino	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
São Vicente Do Sul			31 a 33		30 a 34	29 + 35		29 a 35	28
Sapiranga	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Sapucaia Do Sul		29 a 34		29 a 34	35	27 a 28	29 a 35	27 a 28	36
Sarandi	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Seberi	31	28 a 30 + 32 a 34	27	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Sede Nova		29 a 33	28 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36
Segredo	30 a 31	28 a 29 + 32 a 33	34	28 a 34	35		28 a 34	35 a 36	
Selbach	29 a 33	28 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35		27 a 35	36	
Senador Salgado Filho			29 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27
Sentinela Do Sul		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	31 a 34	29 a 30 + 35	28 + 36
Serafina Corrêa	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Sério	29 a 32	28 + 33	34	28 a 34	35		28 a 34	35 a 36	
Sertão	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 35	36	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sertão Santana		31 a 32	29 a 30 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	30 a 34	29 + 35	27 a 28
Sete De Setembro		32 a 33	29 a 31		29 a 34	27 a 28 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
Severiano De Almeida	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Silveira Martins		30 a 33	29 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Sinimbu	30 a 32	28 a 29 + 33	34	28 a 34	35		28 a 34	35	36
Sobradinho		29 a 33	28 + 34	29 a 33	28 + 34 a 35		28 a 34	35	36
Soledade	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Tabaí	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27	36
Tapejara	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Tapera	29 a 33	28 + 34		28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Tapes		32	29 a 31 + 33 a 34		29 a 34	28 + 35	31 a 33	29 a 30 + 34 a 35	28
Taquara	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Taquari	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 35	27 a 28	36
Taquaruçu Do Sul		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Tavares			30 a 34		30 a 34	29 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34 a 35	28 + 36
Tenente Portela		29 a 33	27 a 28 + 34	28 a 34	27 + 35		27 a 34	35	36
Terra De Areia	29 a 34	28	27 + 35	28 a 35	27	36	27 a 35	36	
Teutônia	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	
Tio Hugo	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Tiradentes Do Sul		29 a 33	28 + 34	30 a 33	27 a 29 + 34	35	28 a 34	27 + 35	36
Toropi		33	29 a 32 + 34		29 a 34	35	30 a 34	29 + 35	28 + 36
Torres	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Tramandaí		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34 a 35	28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Travesseiro	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	
Três Arroios	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Três Cachoeiras	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 35	36	
Três Coroas	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36		27 a 35	36	
Três De Maio		31 a 32	29 a 30 + 33	32 a 33	29 a 31 + 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Três Forquilhas	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Três Palmeiras	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Três Passos		29 a 33	28 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 34	35	36
Trindade Do Sul	29 a 33	27 a 28 + 34	35	27 a 35		36	27 a 35	36	
Triunfo	32	29 a 31 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Tucunduva		31 a 32	29 a 30 + 33		29 a 34	27 a 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Tunas	30 a 33	28 a 29 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35		28 a 35	27 + 36	
Tupanci Do Sul	28 a 34	35	36	28 a 35	36		28 a 36		
Tupanciretã	33	29 a 32 + 34		30 a 34	29 + 35	27 a 28	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Tupandi	29 a 33	28 + 34	27 + 35	28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	
Tuparendi			29 a 33		29 a 34	27 a 28 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	
Turuçu		29 a 34	28	29 a 34	28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	
Ubiretama			29 a 33		29 a 34	28 + 35	31 a 34	28 a 30 + 35	27
União Da Serra	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Unistalda					31 a 34	29 a 30 + 35	32 a 33	29 a 31 + 34	28 + 35
Uruguaiana						31 a 34			31 a 34
Vacaria	29 a 34	35	36	29 a 35	36		29 a 36		
Vale Do Sol	31 a 32	29 a 30 + 33 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 34	27 + 35	36
Vale Real	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Vale Verde	31	29 a 30 + 32 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Vanini	28 a 34		35	28 a 35	36		28 a 36		
Venâncio Aires	31 a 33	29 a 30 + 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	28 a 35	27 + 36	
Vera Cruz	31	29 a 30 + 32 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Veranópolis	28 a 34		35	28 a 35	36		28 a 35	36	
Vespasiano Correa	28 a 33	34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Viadutos	27 a 34	35	36	27 a 35	36		27 a 36		
Viamão		31 a 33	29 a 30 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34 a 35		30 a 34	29 + 35	27 a 28 + 36
Vicente Dutra	29 a 32	28 + 33 a 34	27 + 35	27 a 34	35	36	27 a 35	36	
Victor Graeff	29 a 33	28 + 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Vila Flores	28 a 34	35		28 a 35	36		28 a 36		
Vila Lângaro	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Vila Maria	28 a 33	34	35	28 a 35		36	28 a 35	36	
Vila Nova Do Sul			31 a 33		30 a 34	29 + 35	32	29 a 31 + 33 a 35	36
Vista Alegre		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Vista Alegre Do Prata	28 a 33	34	35	28 a 35	36		28 a 36		
Vista Gaúcha		29 a 34	27 a 28	28 a 34	27 + 35		27 a 35	36	
Vitória Das Missões		31 a 33	29 a 30 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Westfalia	29 a 32	28 + 33 a 34	35	28 a 34	35	36	28 a 35	36	
Xangri-Lá		29 a 34	28 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36	28 a 35	27	36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 5.564, DE 25 DE JULHO DE 2018

Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) a seguir relacionada(s), constante(s) do processo nº 53560.003476/2016-99, tendo em vista a manutenção da irregularidade fiscal, com fulcro no art. 139, caput, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, fulcro no art. 18, parágrafo 5º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, desde a data indicada para cada entidade na relação. A extinção não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: número da entidade, número do Fistel, número do CPF ou CNPJ, nome da entidade, UF, validade da autorização de radiofrequência.

3950549, 50401922154, 05959479000292, COMERCIAL PRAIAS BELAS LTDA, RN, 14/04/2015; 3960145, 50402260988, 6855894000188, COMPANHIA AGRICOLA DO RIBEIRÃO, PI, 27/09/2015; 487228, 07020264336, 08571762000150, ENTECO ENGENHARIA LTDA, RN, 11/02/2015; 3963500, 50402478428, 16660668420, JOSE PAULINO JUNIOR, RN, 16/11/2015; 3949311, 50401896218, 01488023000150, LUNC TRANSPORTES DE ENTULHOS E LIXO LTDA EPP, RN, 16/03/2015; 3958728, 50402316100, 07075011000180, NORPEIXE INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADO LTDA, RN, 01/08/2015; 487503, 20000038342, 09112376000162, TRANSFLOR LTDA, RN, 07/06/2015; 3955265, 50402122089, 36432237149, VALMIR JOSE BORDIGNON, PI, 08/07/2015.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 26 DE JULHO DE 2018

322ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.007095/2018	198.657.848-82	MARCELO BUSSOTTI REYES	26/07/2023
920.007096/2018	645.754.700-15	OSCAR ENDRIGO DORNELES RODRIGUES	26/07/2023
920.007097/2018	599.970.520-72	MARCO AURELIO BENEDETTI RODRIGUES	26/07/2023
920.007098/2018	220.525.788-97	RAFAEL PLANA SIMOES	26/07/2023
920.007099/2018	078.740.378-47	LUIS HENRIQUE BASSOI	26/07/2023
920.007100/2018	190.944.618-11	SIMONE APARECIDA CAPELLINI	26/07/2023
920.007101/2018	311.091.283-04	ILKA MARIA VASCONCELOS	26/07/2023
920.007102/2018	043.703.169-10	FERNANDO HENRIQUE BORBA	26/07/2023
920.007103/2018	522.314.100-87	ANDRE BITTENCOURT LEAL	26/07/2023
920.007104/2018	008.225.245-97	NADY ROCHA	26/07/2023
920.007105/2018	069.070.636-70	THIAGO CORREA DE SOUZA	26/07/2023
920.007106/2018	090.908.677-08	BRUNO SOARES MOREIRA CESAR BORBA	26/07/2023

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 26 DE JULHO DE 2018

323ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000005/2004	721.575.508-87	OSWALDO LUIZ ALVES	26/07/2023
920.001115/2004	399.585.824-49	FABIO HISSA VIEIRA HAZIN	26/07/2023
920.001245/2004	110.153.906-25	SERVIO TULIO ALVES CASSINI	26/07/2023
920.001600/2005	756.037.807-20	ROSANE NASSAR MEIRELES GUERRA LIBERIO	26/07/2023
920.004979/2012	691.339.566-34	EDUARDO LAZARO MARTINS NAVES	26/07/2023
920.005471/2013	039.539.296-90	LEONARDO BONATO FELIX	26/07/2023

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

ATO Nº 5.591, DE 26 DE JULHO DE 2018

Expede autorização à RADIO SANT'ANA DE TIANGUA LTDA, CNPJ nº 07.525.579/0001-55 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.363, DE 18 DE JULHO DE 2018

Expede autorização à(ao) FUNDACAO CRISTA ESPIRITA CULTURAL PAULO DE TARSO, CNPJ nº 34.175.133/0001-10 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 5.466, DE 20 DE JULHO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO DO CARIOCA SHOPPING, CNPJ nº 21.921.680/0001-56 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 5.496, DE 23 DE JULHO DE 2018

Processo nº 53508.003060/2018-77.

Expede autorização à BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA, CNPJ nº 12284894000178, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 3.441/SEI-MCTIC, DE DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA-SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.034226/2018-62, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Estrada Municipal da Taboleta, n° 696 para a Rua Major Carlos Bitencourt, n° 472 - Vila Celeste, na localidade de Piquete / SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 264/2003 publicada no Diário Oficial da União em 20 de junho de 2003, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 1043/2005, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2005, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53830.001288/1999.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22°36'13"S e longitude 45°11'21"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.387/SEI-MCTIC, 4 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.036324/2018-34, resolve:

Art. 1º Consignar à TV VALE DO PARAÍBA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Joanópolis/SP, o canal 17 (dezessete), correspondente à faixa de frequência de 488 a 494 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 3.590/SEI-MCTIC, 25 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO ITAPOAN S.A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no Município de DIAS D'ÁVILA, estado da BAHIA, por meio do canal 21 (vinte e um), reúso do canal de SALVADOR/BA, visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.073146/2017-41 e da Nota Técnica 15732/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.657/SEI-MCTIC, 19 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.030512/2018-59, resolve:

Art. 1º Consignar à TV SERRA AZUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Palmas/TO, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.389/SEI-MCTIC, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.031217/2018-10, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

Entidade	CNPJ	Localidade/UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse	Motivo do Indeferimento
TV ÔMEGA LTDA.	02.131.538/0001-60	PORTO VELHO(SANTA BÁRBARA) /RO	3	24	S	SEQ-G12009 01250.031285/2018-89	A entidade está irregular junto ao Fistel

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.390/SEI-MCTIC, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, Art. 77, § 1º, inciso VI, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, bem como o que consta no Processo nº 01250.029683/2018-35, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento pela continuidade do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em tecnologia digital, das entidades abaixo relacionadas.

Entidade	CNPJ	Localidade/UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo de Manifestação de Interesse	Motivo do Indeferimento
TV ÔMEGA LTDA.	02.131.538/0001-60	PALMAS/TO	5	19	S	SEQ-G12038 01250.030175/2018-08	A entidade está irregular junto ao Fistel
TV ÔMEGA LTDA.	02.131.538/0001-60	PORTO NACIONAL/TO	4	32	S	SEQ-G12040 01250.030918/2018-31	A entidade está irregular junto ao Fistel

Art. 2º As notas técnicas a respeito dos indeferimentos estarão à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º As entidades acimas relacionadas poderão solicitar o reexame das análises dos pleitos, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao, se o pedido foi via Sequencial, ou pelo CADSEI se foi via protocolo.

Art. 4º Não havendo pedido de reexame do indeferimento, os autos serão arquivados.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.329/SEI-MCTIC, DE 20 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.036887/2018-22, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de PORTO NACIONAL, estado do TOCANTINS, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), nos termos da Nota Técnica nº 16111/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL

PORTARIA Nº 3.789, DE 24 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS - SEPOD, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.041540/2018-00, de 23/07/2018, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 10324, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da referida Lei.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, bem como atuar conforme nela disposto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA Nº 3.791, DE 24 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS - SEPOD, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.041523/2018-64, de 23/07/2018, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.542.593/0001-13 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 12.475, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da referida Lei.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, bem como atuar conforme nela disposto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 2.284-E, DE 25 DE JULHO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.

18-0407 DIGITÓPOLIS - A SÉRIE
Processo: 01416.007636/2018-09
Proponente: RENATO LEPSCH ANIMAÇÃO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 30.195.248/0001-16
Valor total aprovado: R$ 3.626.000,00
Valor aprovado no Art. 25 da Lei nº. 8.313/91: R$ 114.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Banco: 001 - agência: 1565-2 conta corrente: 2239-x
18-0449 A LENDA DO PÁSSARO DE FOGO
Processo: 01416.008245/2018-01
Proponente: MAR BRASILIS PRODUÇÕES CULTURAIS SUL LTDA.
Cidade/UF: Florianópolis/SC
CNPJ: 29.848.725/0001-16
Valor total aprovado: R$ 762.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 1774-4 conta corrente: 27867-X
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 322.000,00
Banco: 001 - agência: 1774-4 conta corrente: 27866-1
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.
18-0431 ASSEXYBILIDADE
Processo: 01416.008159/2018-91
Proponente: SEUFILME PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 17.192.316/0001-25
Valor total aprovado: R$ 625.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3223-9 conta corrente: 20686-5
18-0432 VIOLETTA
Processo: 01416.006179/2018-27
Proponente: BIÔNICA CINEMA E TV LTDA.ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.570.789/0001-65
Valor total aprovado: R$ 7.700.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.315.000,00
Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13190-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13187-3
18-0434 CAMINHO ABERTO
Processo: 01416.005774/2018-45
Proponente: ESTRANGEIRA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.407.304/0001-94
Valor total aprovado: R$ 1.567.855,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 184.500,00
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 41946-X
18-0435 MARIELLE FRANCO
Processo: 01416.008251/2018-51
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
Valor total aprovado: R$ 864.380,20
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 421.161,19
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42545-1
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42546-X
18-0438 ILHA DO MEL
Processo: 01416.008164/2018-01
Proponente: EVOLUÇÃO FILMES LTDA.
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 00.074.355/0001-25
Valor total aprovado: R$ 1.737.783,40
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.650.894,23
Banco: 001 - agência: 1534-2 conta corrente: 36831-8
18-0439 CLARA CLAREAR
Processo: 01416.008206/2018-04
Proponente: RIO BONITO PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Santo André/SP
CNPJ: 17.582.548/0001-90
Valor total aprovado: R$ 627.479,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 596.000,00
Banco: 001 - agência: 1202-5 conta corrente: 74530-8
18-0440 A CIÊNCIA DO COMBATE
Processo: 01416.008174/2018-39
Proponente: RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA.
Cidade/UF: Cotia/SP
CNPJ: 02.947.857/0001-49
Valor total aprovado: R$ 3.473.685,21
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5897-1
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2434-1 conta corrente: 5898-X
18-0442 OOPART
Processo: 01416.006971/2018-81
Proponente: DECC FILMES LTDA. ME
Cidade/UF: São José dos Campos/SP
CNPJ: 11.135.705/0001-32
Valor total aprovado: R$ 227.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 110.000,00
Banco: 001 - agência: 0175-9 conta corrente: 94423-8
18-0444 A FAMÍLIA DE INÁCIO
Processo: 01416.008264/2018-20
Proponente: MOSAICO FILME LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 14.592.038/0001-05
Valor total aprovado: R$ 1.072.500,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.018.875,00
Banco: 001 - agência: 1189-4 conta corrente: 52243-0
18-0445 EM BUSCA DO PRESENTE
Processo: 01416.008218/2018-21
Proponente: MLMADER PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 17.690.350/0001-20
Valor total aprovado: R$ 5.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13189-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4055-X conta corrente: 13191-1
18-0446 FLÁVIO DE CARVALHO - ANTROPÓFAGO IDEAL
Processo: 01416.008305/2018-88
Proponente: SEUFILME PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 17.192.316/0001-25
Valor total aprovado: R$ 750.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3223-9 conta corrente: 20687-3
18-0448 PERIPATÉTICO - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.008169/2018-26
Proponente: BE BOSSA NOVA CRIACOES E PRODUCOES S/A
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 07.533.507/0001-50
Valor total aprovado: R$ 1.419.707,60
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.348.722,22
Banco: 001 - agência: 3348-0 conta corrente: 6077-1
18-0450 BRAHMAN GLOBAL
Processo: 01416.007253/2018-22
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL - EIRELI
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.899.840,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.804.848,00
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18474-8
18-0453 VIVALDI
Processo: 01416.008406/2018-59
Proponente: MOONSHOT CREATIVE LAB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.942.250/0001-11
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,01
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18475-6
Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.
18-0405 DIGITÓPOLIS - A ORIGEM DO ANTIVÍRUS
Processo: 01416.005586/2018-17
Proponente: RENATO LEPSCH ANIMAÇÃO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 30.195.248/0001-16
Valor total aprovado: R$ 1.664.007,70
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 1565-2 conta corrente: 2240-3
18-0410 DIGITÓPOLIS - OS ANTIVÍRUS - ANIMAÇÃO
Processo: 01416.007666/2018-15
Proponente: RENATO LEPSCH ANIMAÇÃO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 30.195.248/0001-16
Valor total aprovado: R$ 400.000,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 30.000,00
Banco: 001 - agência: 1565-2 conta corrente: 2238-1
18-0436 FAMÍLIA NORDESTINA - 2° TEMPORADA
Processo: 01416.008166/2018-92
Proponente: FORMATA PRODUCOES E CONTEUDO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49
Valor total aprovado: R$ 2.678.220,84
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.428.309,80
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 23079-0
18-0437 VIRANDO JOGO
Processo: 01416.008162/2018-12
Proponente: RENDERFRAME PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 20.290.522/0001-82
Valor total aprovado: R$ 9.472.445,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.400.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3128-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3130-5
18-0441 FUGA PARA O RIO
Processo: 01416.008211/2018-17
Proponente: MAGIA FILMES PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 58.064.189/0001-66
Valor total aprovado: R$ 1.606.215,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 525.904,25
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18473-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18476-4
18-0443 A JUÍZA
Processo: 01416.006649/2018-52
Proponente: ESCARLATE CONTEÚDO AUDIOVISUAL E EXPERIENCIAS CRIATIVASLTDA - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 13.029.754/0001-16
Valor total aprovado: R$ 8.000.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 525-8 conta corrente: 34907-0
Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 484, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182162 - 43º Festival de Inverno de Campina Grande
Solidarium - Instituto de Arte, Cultura e Cidadania
CNPJ/CPF: 07.330.799/0001-23
Processo: 01400011651201812
Cidade: Campina Grande - PB;
Valor Aprovado: R$ 1.031.127,00
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Realização do 43º Festival de Inverno de Campina Grandeé um evento que tem como base a informação, formação , inclusão e diversão por meio da afluência de diversos seguimentos, das artes e da cultura.São 9 dias de apresentações de espetáculos das artes cênicas, dança, performances, intervenções, cursos/ oficinas e painéis, ministrados por profissionais de reconhecida competência científica, proporcionando aos artistas, arte-educadores , estudantes e a população em geral, a oportunidade para enriquecer os conhecimentos da práxis cultural e ainda trazer aos participantes a oportunidade da reinvenção do cotidiano através da arte.
182178 - Amor Profano
MORENTEFORTE COMUNICACOES LTDA
CNPJ/CPF: 55.236.483/0001-10
Processo: 01400011768201804
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.440.245,50
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a produção e montagem do espetáculo Teatral Amor Profano, com Viviane Pasmanter em São Paulo e Rio de Janeiro
182217 - Dança e Cidadania 2019
LUCIA HELENA NEGRI TEIXEIRA EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 19.680.699/0001-06
Processo: 01400012428201892
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 727.966,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Aulas de ballet clássico para 350 crianças e jovens oriundos de escolas públicas e de regiões periféricas das cidades em que o projeto é executado. Aulas dadas nas regiões em que residem e na Academia Ballet Harmonia (mais adiantados). Durante o ano os alunos serão preparados para apresentações em público. Estão previstas para 2019 a montagem/apresentação de dois espetáculos, num total de dez apresentações em teatro(s) em cidades em que o projeto é realizado.
182189 - ESPETÁCULO DE BALLET - APIAÍ SP
ALANA ELENA ALIAGA 35144358802
CNPJ/CPF: 13.534.561/0001-12
Processo: 01400012035201889
Cidade: Apiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 244.280,00
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a realização apresentações de ballet.
182201 - FENADI - 2018
UNIAO DAS ETNIAS DE IJUI
CNPJ/CPF: 01.635.128/0001-94
Processo: 01400012047201811
Cidade: Ijuí - RS;
Valor Aprovado: R$ 383.873,00
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Democratizar o acesso às produções artísticas e culturais da Festa Nacional das Culturas Diversificadas - FENADI, ampliando a interação entre os diversos grupos e a comunidade, valorizando sobremaneira a arte da dança, do teatro, da musica clássica e instrumental e a cultura dos centros culturais que formam a União das Etnias de Ijuí - Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul.
182190 - FESTIVAL DE DANÇA CRIANÇA INDAIATUBANA FELIZ 2019
Associação Beneficente ABID
CNPJ/CPF: 03.508.076/0001-10
Processo: 01400012036201823
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 386.795,75
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar oficinas de dança gratuitas, voltadas para crianças e adolescentes, com apresentação dos alunos do projeto e artistas convidados em festival de dança gratuito para todos os públcos.
182216 - GALO DA MADRUGADA 2019
CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA
CNPJ/CPF: 11.451.275/0001-68
Processo: 01400012411201835
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 2.351.125,00
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto GALO DA MADRUGADA 2019 faz parte do programa ALEGRIA O ANO INTEIRO, que visa preservar e incrementar o folclore, a cultura popular e o turismo em Recife e no Estado. Ação que compõem este projeto é o grandioso DESFILE DE CARNAVAL, congregando cerca de 2 milhões de foliões, com participações espontâneas do público, desfile com trios elétricos e carros alegóricos.
182188 - GISBERTA - Turnê
FABRICA DE EVENTOS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.381.362/0001-03
Processo: 01400012034201834
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.010.346,60
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto contempla a circulação do espetáculo GISBERTA. O espetáculo conta a história de Gisberta, transexual brasileira que foi torturada e assassinada em Portugal e tornou-se símbolo da luta contra a transfobia. Também está incluído na proposta uma roda de bate-papo sobre o a questão LGBTIQ no Brasil.
182165 - NATAL NO CAMINHO DAS ESTRELAS 2018 - CARLOS BARBOSA - RS
S E S EVENTOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.468.964/0001-73
Processo: 01400011662201801
Cidade: Gramado - RS;
Valor Aprovado: R$ 489.988,44
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Natal no Caminho das Estrelas contempla a realização de diversos espetáculos que conjugam Artes Cênicas, Música, Artes Circenses e Folclore. Todas as atividades realizadas pelo evento são gratuitas: Chegada do Papai Noel, Noite Estrelada, Happy Hours, Paradas de Natal, Paradinhas e Encontro de Ternos de Reis.
182173 - Nina e o Reino das Galochas
Boreal Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 12.706.403/0001-30
Processo: 01400011712201841
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 173.371,88
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Nina e o Reino das Galochas" é um espetáculo teatral musicado repleto de magia, encantamento e fantasia, dirigida a crianças de 05 a 12 anos. Com este projeto pretendemos contar a jornada de Nina pelo Reino das Galochas, levando a mensagem de conscientização, cuidado com o meio ambiente e preservação das espécies em extinção, por meio da realização de apresentações gratuitas em escolas públicas paranaenses.
182176 - Planeta Água em Cena 4
INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
Processo: 01400011766201815
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.466.393,26
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Planeta Água em Cena 4" consiste na realização de peça teatral infantil, de autoria de Sérgio Vale e direção geral de Adriano Veríssimo, e a edição de um livro de literatura infantil do mesmo tema, os quais serão inteiramente gratuitos, garantindo o acesso irrestrito à cultura, por meio das apresentações abertas ao público em geral e distribuição dos exemplares em escolas da rede pública.
182208 - Temporada DellArte de Dança
Dell'Arte São Paulo Eventos e Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 01.657.230/0001-90
Processo: 01400012054201813
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.224.151,72
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Temporada Dell'Arte de Dança consiste na apresentação de consagradas companhias de dança do cenário internacional em uma turnê nacional em diversas cidades brasileiras.
182192 - TUDO O QUE ELA SABE SOBRE MIM
NITIREN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.777.210/0001-04
Processo: 01400012038201812
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.351.563,84
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporadas de espetáculo teatral TUDO O QUE ELA SABE SOBRE MIM, com texto inédito de Diogo Vilela.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182194 - 13ª Temporada de Musica Instrumental Brasileira de Sorocaba
MDA INTERNATIONAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 04.795.835/0001-36
Processo: 01400012040201891
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.281.953,75
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A 13ª Temporada de Música Instrumental Brasileira de Sorocaba prevê shows gratuitos, além de Oficinas gratuitas chamadas de "Matrizes e Matizes da Música Popular",ministradas pelo Profº Dr. Sérgio Molina, e Palestras gratuitas de Música Popular Brasileira, ministradas pelo historiador e musicólogo Zuza Homem de Mello. O intuito da Temporada é mostrar a grande música brasileira, através de seus mais variados intérpretes e compositores, oferecendo uma programação totalmente GRATUITA em todas suas atividades.
182164 - AÇÃO COMUNITÁRIA FUNDARTE
Associação Amigos da FUNDARTE
CNPJ/CPF: 91.693.630/0001-44
Processo: 01400011661201858
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Aprovado: R$ 211.130,50
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende atender em OFICINAS de artes crianças e jovens vinculados as escolas públicas ou associações de bairros do município de Montenegro/RS. As oficinas são de violão (com vagas para alunos portadores de deficiência visual ou algum transtorno intelectual), flauta doce, banda escolar com baliza, percussão e sopros, e coro. Atenderá também o Coro Saber Viver formado por pessoas com idade a partir de 60 anos. Realizará um WORKSHOP de teatro para professores da rede pública de ensino. Este projeto prevê além das oficinas -produto principal -e o workshop a realização de apresentações públicas (MOSTRAS).
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182203 - É DEVER RESPEITAR O DIREITO
PRISCILLA PEREIRA MACHADO
CNPJ/CPF: 100.972.717-64
Processo: 01400012049201801
Cidade: Maricá - RJ;
Valor Aprovado: R$ 508.212,45
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta cultural envolve a produção do livro "É Dever Respeitar o Direito", a produção de um média metragem com a mesma temática, e, a realização de uma exposição com fotos 3D e a exibição do filme durante as exposições.
182215 - FLIR - FESTIVAL LITERÁRIO INTERATIVO DE RUA
PIPOCA.CO ENTRETENIMENTO E SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA
CNPJ/CPF: 24.909.502/0001-06
Processo: 01400012408201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.047.803,83
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O primeiro FLIR - Festival Literário Interativo de Rua, é um encontro democrático e estimulante entre autores atuais, novos leitores, livrarias e editoras, em um ambiente permeado de tecnologia e entretenimento nas ruas de São Paulo. O evento reunirá em dois grandes palcos mesas literárias com autores e palestras, e também artistas de rua. oficinas de grafite-poesia e escrita, contação de histórias, declamação de poesias, entre outros.
182185 - LIVRO DARYAN DORNELLES RETRATOS 2008 / 2018
Fotonauta Fotografia LTDA
CNPJ/CPF: 04.846.121/0001-00
Processo: 01400012030201856
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 368.664,20
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Edição e publicação de um livro de arte, que contempla retratos de grandes personalidades do universo cultural, esportivo epolítico brasileiro através das lentes do fotógrafo Daryan Dornelles. As fotografias serão acompanhadas de breves textos explicativos em Português e Inglês.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
182179 - Heliel Morinati
HELIEL FERRAZ PESSOA
CNPJ/CPF: 035.396.985-07
Processo: 01400011771201810
Cidade: Vitória da Conquista - BA;
Valor Aprovado: R$ 629.822,38
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Heliel Morinati" foi modelado para realizar a gravação de um CD gravado em estúdio e um DVD ao vivo. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
182187 - JULIA DE CASTRO SHOW KIDS
GILMAR SIDNEI DE CASTRO
CNPJ/CPF: 632.196.039-04
Processo: 01400012033201890
Cidade: Santo Antônio do Sudoeste - PR;
Valor Aprovado: R$ 736.316,52
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Busca-se realizar apresentações musicas da JULIA DE CASTRO SHOW KIDS, apresentações gratuitas, para o publico infantojunil, com a participação de personagens e fantoches infantis, que levam uma mensagem de respeito, boas maneiras dentre outros, levando em consideração a sensibilidade da criança, alem da valorização da diversidade cultural.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)
182237 - FESTA NACIONAL DO CHURRASCO
Centro de Tradições Gauchas Alexandre Pato
CNPJ/CPF: 90.837.709/0001-39
Processo: 01400012474201891
Cidade: Lagoa Vermelha - RS;
Valor Aprovado: R$ 403.340,90
Prazo de Captação: 27/07/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a 19ª edição da FESTA NACIONAL DO CHURRASCO, que reúne múltiplas atividades culturais e artísticas como o 5º Rodeio Crioulo Internacional, 9ª Mostra de Fotografias, doces e comida campeira. Este projeto visa incentivos fiscais para os segmentos que consistirão no somatório de atividades que visam fomentar e difundir a cultura gaúcha através da 9ª Mostra de Fotografias, doces e comida campeira, concurso de danças e atividades artísticas do folclore gaúcho.

PORTARIA Nº 485, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170455 - 5x Comédia - Itinerâncias
Nós 3 Produções Ltda
CNPJ/CPF: 04.755.944/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 215.510,00
Valor total atual: R$ 2.918.232,00
155586 - Teatrando Por Aí Nas Escolas
Marina Almeida Monteiro
CNPJ/CPF: 15.169.460/0001-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 13.000,00
Valor total atual: R$ 400.600,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 486, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
170312 - Cristiano Scheifler Blasmusik Instrumental
Raquel Brambilla
CNPJ/CPF: 000.199.820-03
Cidade: Três de Maio - RS;
Valor Reduzido: R$ 21.150,00
Valor total atual: R$ 146.375,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
178773 - ARTRIO 2018
BEX FEIRAS E EVENTOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 11.472.564/0001-43
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 647.700,00
Valor total atual: R$ 4.917.958,01
171652 - Fabricando Arte XIII
G.C. CULTURAL EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.572.337/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 17.440,00
Valor total atual: R$ 477.656,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
179362 - LIVRO: ROTA DO CAFÉ - FAZENDAS DE MINAS GERAIS
Clésio Barbosa
CNPJ/CPF: 049.569.968-37
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 10.259,44
Valor total atual: R$ 256.591,16

PORTARIA Nº 487, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 170614 - A MANDALA DO SABOR, publicado na portaria nº 0193/17 de 27/03/2017, publicada no D.O.U. em 28/03/2017.

Onde se lê:

O PROJETO SE REFERE Á EDIÇÃO DE 3500 LIVROS TOTALMENTE ILUSTRADOS PARA DISTRIBUIÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO RS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ONG'S E ENTIDADES ASSISTENCIAIS VOLTADAS A CRIANÇAS CARENTES. SERÃO DISTRIBUÍDOS 875 LIVROS PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ONDE SERÃO FEITAS CINCO (05) ATIVIDADES com os alunos. Serão produzidos 5 áudio-books e 10 e-books. O livro contém 26 poemas construídos com rima em linguagem acessível ao universo infantil. Para cada letra do alfabeto há uma referência a um tipo de alimento, que é o título para cada poema com a respectiva ilustração. No final do livro, há a figura da capa - a mandala- para a criança colorir.

Leia-se: O PROJETO SE REFERE Á EDIÇÃO DE 2000 LIVROS TOTALMENTE ILUSTRADOS PARA DISTRIBUIÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO RS, BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ONG'S E ENTIDADES ASSISTENCIAIS VOLTADAS A CRIANÇAS CARENTES. SERÃO DISTRIBUÍDOS 500 LIVROS PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ONDE SERÃO FEITAS CINCO (05) ATIVIDADES com os alunos. Serão produzidos 5 áudio-books e 10 e-books. O livro contém 26 poemas construídos com rima em linguagem acessível ao universo infantil. Para cada letra do alfabeto há uma referência a um tipo de alimento, que é o título para cada poema com a respectiva ilustração. No final do livro, há a figura da capa - a mandala- para a criança colorir.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 118, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 795, de 10 de julho de 2018 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
177932 - 4º FESTCINE POÇOS DE CALDAS (FESTIVAL NACIONAL DE CINEMA DE POÇOS DE CALDAS)
BRUNO BENETTI MONTEIRO
CNPJ/CPF: 089.054.536-78
Cidade: - MG;
Prazo de Captação: 14/07/2018 à 31/08/2018
171356 - Documentário Se Essa Rua, Se Essa Rua Fosse Minha
LUIZ FELIPE DE SOUZA MORAES 34881231898
CNPJ/CPF: 24.481.994/0001-73
Cidade: Batatais - SP;
Prazo de Captação: 21/07/2018 à 31/12/2018
164031 - DVD O Casamento da Ararinha-azul 3ª edição
Marcelo Silva Santos
CNPJ/CPF: 824.342.396-68
Cidade: - MG;
Prazo de Captação: 05/07/2018 à 31/12/2018
172425 - NOSSAS HISTÓRIAS POSITHIVAS
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 15/07/2018 à 31/12/2018

ANEXO II

175881 - Jovem Cine
Amarildo Rodrigues
CNPJ/CPF: 043.554.688-01
Cidade: Salto - SP;
Prazo de Captação: 16/07/2018 à 31/12/2018
161874 - Programa Suprassumo
CNPJ/CPF: 782.454.191-68
Cidade: - GO;
Prazo de Captação: 26/07/2018 à 31/12/2018

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 975/SCGC, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 1º, inciso XIII, alínea "e", do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e o que consta do Processo nº 67362.000426/2018-62, do GTE, resolve:

Conceder ao Maj QOAV MARCELO ALEXANDRE BROWNE ISSA (Nr Ord 304759-8), do efetivo do GTE a Medalha-Prêmio "Força Aérea Brasileira", criada pelo Decreto nº 41.639, de 31 de maio de 1957, por haver-se distinguido em criação técnico-operacional de interesse da Força Aérea Brasileira.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 976/SCGC, DE 10 DE JULHO DE 2018

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o Art. 1º, inciso XIII, alínea "e", do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e o que consta do Processo nº 67209.000257/2018-33, do 3º GDAAE, resolve:

Conceder ao 2S BET Wallace Mergulhão de Almeida Bartholomeu (Nr Ord 441001-7), do efetivo do 3º GDAAE a Medalha-Prêmio "Força Aérea Brasileira", criada pelo Decreto nº 41.639, de 31 de maio de 1957, por haver-se distinguido em criação técnico-operacional de interesse da Força Aérea Brasileira.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 199, DE 19 DE JULHO DE 2018

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 237/MB/2016, em conformidade com o art. 10.5 da SGM-105 (4ª Revisão), resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria no 105/2018, deste EM, publicada na Edição nº 75, Seção 1, Pág. 19 do DOU, de 19 de abril de 2018, conforme segue abaixo:

onde se lê: "períodos de 9 a 16 (Campanha 1) e de 23 a 30 de julho de 2018 (Campanha 2)".

leia-se: "períodos de 31 de julho a 6 de agosto de 2018 (Campanha 1) e de 21 a 27 de janeiro de 2019 (Campanha 2)".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Almirante de Esquadra ILQUES BARBOSA JUNIOR

DESPACHO Nº 28/EMA, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo nº: 61074.005624/2018-81
Interessado: Embaixada do Peru no Brasil.
Objetivo: Trânsito da Plataforma Itinerante de Acción Social (PIAS) "RÍO PUTUMAYO I", pertencente à Marinha de Guerra Peruana, no período de 21 a 24 de Julho de 2018, nos rios Amazonas e Iça ou Putumayo e todos os seus afluentes e confluentes.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES.
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 705, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 248/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200901675;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, com sede na Rua Buenos Aires, nº 283, Centro, Suplementar Rua Regente Feijó, nº 69, Lojas 1, 2, 4 e 5, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (CNPJ 60.967.551/0001-50).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 706, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 294/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201510377;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Senai - CETIQT, com sede na Rua Doutor Manoel Cotrim, nº 195, bairro Riachuelo, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) (CNPJ 33.564.543/001-90).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 707, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 313/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201503296;

Art. 2º Fica recredenciado o Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, com sede na Rua Gastão Gonçalves, nº 79, Bairro Santa Rosa, no Município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, mantido pela Associação Brasileira de Educadores Lassalistas (CNPJ 60.916.731/0001-03).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 708, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 291/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200906562;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Reges de Osvaldo Cruz, localizada na Rua Chile, 501, no município de Osvaldo Cruz, no estado de São Paulo, mantida pela Rede Gonzaga de Ensino Superior (CNPJ nº 08.667.147/0001-41).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 709, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 441/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20075460;

Art. 2º Fica recredenciada a instituição Faculdades Integradas de Botucatu, com sede na Avenida Leonardo Villas Boas, 351 Vila Nova, Botucatu - SP, mantida pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu (CNPJ nº 50.357.029/0001-01).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 710, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 97/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201505938;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário ETEP, por transformação da Faculdade de Tecnologia de São José dos Campos, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 882, Bairro Jardim Esplanada, no Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, mantido pelo CETEC Educacional S.A. (CNPJ 07.761.676/0001-47).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 711, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 251/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201417109;

Art. 2º Fica recredenciado o FIAM-FAAM Centro Universitário (UniFIAM-FAAM), com sede na Avenida Morumbi, nº 501, bairro Morumbi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade de Cultura e Ensino Ltda. (CNPJ 43.318.823/0001-72).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 712, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 289/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201606054;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo (FCMSCSP), com sede na rua Doutor Cesário Mota Júnior, nº 61, bairro Vila Buarque, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (CNPJ 62.327.663/0001-72).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

PORTARIA Nº 713, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, bem como na Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídas, do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Funções Comissionadas de Coordenação de Curso a elas referentes, constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

ANEXO

Do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino

CÓDIGO	ÓRGÃO	FCC
26403	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	23
26407	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	6
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	3
26426	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	5
	Total	37

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 800, de 04 de julho de 2018, publicada no DOU de 06 de julho de 2018, Seção 1, Página 15, que trata da homologação do processo seletivo simplificado para preenchimento de vagas de Professor substituto dos campi Angra dos Reis, Maracanã, Maria da Graça, Nova Friburgo e Valença Edital nº 012/2018 de 08 de junho de 2018, publicado no DOU de 22/06/2018, seção 3, página 32:

CAMPUS NOVA FRIBURGO

Área de Conhecimento: MATEMÁTICA

Onde se lê: Loena Martins do Couto Leia-se: "...Loena Marins do Couto...".

Onde se lê: Caroline Parajara Leia-se: "...Caroline Nascimento Parajara...".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 976, DE 25 DE JULHO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.003703/2018-55; RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 005/2018, publicado no D.O.U. em 08/02/2018, e no Correio de Sergipe em 09/02/2018,conforme informações que seguem:

Disciplinas	Sociologia
Classe/Nível	D I - Nível 1
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: EWERTHON CLAUBER DE JESUS VIEIRA - 84,07 2º LUGAR: SÔNIA CRISTINA SANTOS DE AZEVEDO CERQUEIRA - 81,36 3º LUGAR: RICARDO RAMOS SHIOTA - 72,37 4º LUGAR: RODRIGO FERNANDES RIBEIRO - 69,40 5º LUGAR: CAMILO ANTÔNIO SANTA BÁRBARA JUNIOR -68,25
Cotas (Lei nº12.990/14)	Nenhum candidato aprovado.
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 26 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e os arts. 3º e 6º do Anexo I da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e

CONSIDERANDO:

A importância da participação do professor e dos profissionais da educação no processo de escolha dos materiais no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD;

A transparência no processo de escolha;

As diversidades sociais e culturais que caracterizam a sociedade brasileira, bem como o pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas no processo de escolha;

As responsabilidades atribuídas pelo PNLD a toda comunidade escolar, especialmente redes de ensino, gestores escolares e professores;

O disposto no caput do art. 37 da Constituição e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O disposto no Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017;

O disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

A necessidade de assegurar os princípios previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

O constante dos autos do Processo nº 23034.025623/2018-31, resolve, ad referendum:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Anexo, as normas de conduta para o processo de execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD.

Art. 2º Participam da execução do PNLD as seguintes instituições:

I - Ministério da Educação - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Básica e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;

II - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - Redes de Ensino;

IV - Escolas Beneficiadas; e

V - Representante.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

ANEXO

REGULAMENTO DE CONDUTA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - Etapa de Escolha: período que vai desde a publicação do resultado parcial da avaliação pedagógica até o último dia disponível para registro da escolha dos materiais no sistema informatizado disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

II - Registro da Escolha: período em que o sistema está disponível para registro da escolha dos materiais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD pelas escolas;

III - Avaliação Pedagógica: etapa de análise dos materiais inscritos no PNLD, coordenada pelo Ministério da Educação - MEC e realizada por equipe de avaliação supervisionada por comissão técnica específica, integrada por especialista das diferentes áreas do conhecimento;

IV - Materiais: obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos;

V - Região: corresponde às divisões regionais do Brasil: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

VI - Envolvidos: pessoa física ou jurídica implicada na denúncia;

VII - Agente infrator: aquele que por ação ou omissão descumpre as normas do PNLD;

VIII - Redes de Ensino: sistema responsável pela manutenção das escolas, administrado pelo Poder Público, conforme estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. A rede de ensino pode ser dividida em rede federal, estadual, distrital e municipal;

IX - Escolas Beneficiadas: escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital; e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, conforme disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, da rede que tenha feito adesão ao PNLD; e

X - Representante: preposto, distribuidor ou qualquer pessoa que represente o titular de direito autoral.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 2º São obrigações do MEC e do FNDE:

I - garantir a isonomia do processo de execução do PNLD;

II - divulgar a forma de execução e atendimento do PNLD aos participantes do Programa, no que couber;

III - promover e apoiar ações voltadas para a formação da comunidade escolar com vistas a favorecer a escolha e o uso dos materiais nas escolas;

IV - salvaguardar a observância de dispositivos legais e regulamentações do Conselho Nacional da Educação no tocante às normas que regem as práticas pedagógicas e curriculares nas escolas e nos materiais didáticos;

V - evidenciar, nos materiais oficiais, os selos ou as logomarcas do PNLD; no caso de materiais impressos, deverão estar na primeira capa;

VI - adotar as providências cabíveis no caso de infração às normas de conduta estabelecidas nesta Resolução; e

VII - denunciar qualquer desvio a esta Resolução.

Art. 3º São obrigações das redes de ensino:

I - promover a isonomia do processo de execução do PNLD, a fim de que todas instituições envolvidas tenham as mesmas condições de participação;

II - manter sigilo sobre os dados de acesso ao sistema de registro de escolha dos materiais do PNLD;

III - manter atualizada, no sistema disponibilizado pelo FNDE, a situação da adesão ao PNLD, atentando para o prazo estabelecido na legislação;

IV - definir e informar ao FNDE se o modelo de escolha do material será único (para cada escola, para grupo de escola ou para todas as escolas) na Etapa de Escolha;

V - propiciar uma escolha condizente com os princípios do PNLD;

VI - orientar os docentes quanto a sua relevante participação no processo de escolha dos materiais didáticos;

VII - orientar as escolas quanto à Etapa de Escolha e à importância de registrar a escolha no sistema disponibilizado pelo FNDE;

VIII - informar, em sistema disponibilizado pelo FNDE, sobre a visita do representante do titular de direito autoral que realizou divulgação de material do PNLD na rede de ensino;

IX - responder às informações solicitadas pelo FNDE/MEC, no prazo estipulado, especialmente nos casos de apuração de infração às normas de conduta;

X - acompanhar os processos de apuração de conduta e dar os encaminhamentos em sua esfera de decisão;

XI - zelar pela adequada utilização, conservação, armazenamento e desfazimento dos materiais do PNLD;

XII - determinar que as escolas beneficiadas utilizem o material do PNLD, ainda que tenham adotado material complementar;

XIII - garantir o transporte dos materiais a serem remanejados entre as escolas de sua rede;

XIV - avaliar e validar as solicitações de livros da reserva técnica, considerando os limites desses materiais;

XV - zelar pela integridade dos materiais distribuídos pelo PNLD;

XVI - viabilizar a entrega dos materiais do PNLD, conforme legislação do PNLD;

XVII - adotar as providências cabíveis no caso de escolas que infringirem as normas de conduta; e

XVIII - denunciar ao FNDE qualquer desvio a esta Resolução.

Art. 4º São obrigações das escolas beneficiadas:

I - garantir a isonomia no processo de escolha e a participação do professor na escolha do material adequado à realidade da escola e dos alunos;

II - manter sigilo sobre os dados de acesso ao sistema de registro de escolha dos materiais do PNLD;

III - informar, em sistema disponibilizado pelo FNDE, sobre a visita de representante que realizou divulgação de material do PNLD;

IV - registrar a escolha do material didático nos sistemas disponibilizados pelo FNDE de acordo com a Ata de Escolha assinada pelos professores;

V - divulgar, em local público, a Ata da Escolha, o Comprovante do Registro da Escolha e o Comprovante de Modelo de Escolha pela rede obtido no sistema de escolha;

VI - informar, no sistema de remanejamento, sobre a falta ou sobra de livros;

VII - demandar livros da reserva técnica, quando o remanejamento não for suficiente para suprir a necessidade de materiais;

VIII - zelar pela adequada utilização, conservação, armazenamento e desfazimento dos materiais do PNLD;

IX - utilizar o material do PNLD, ainda que tenha sido adotado material complementar;

X - responder às informações solicitadas pelo FNDE/MEC, no prazo estipulado, especialmente nos casos de apuração de infração às normas de conduta; e

XI - denunciar ao FNDE qualquer desvio a esta Resolução.

Art. 5º São obrigações dos representantes com materiais inscritos no Programa, além de outras previstas em editais específicos de convocação do PNLD:

I - cadastrar, em sistema disponibilizado pelo FNDE, os representantes que farão divulgação de material do PNLD em escolas beneficiadas ou rede de ensino;

II - garantir que, durante a Etapa de Escolha, a divulgação do seu material seja feita, conforme especificação em edital e normas vigentes;

III - respeitar as normas estabelecidas na legislação do PNLD;

IV - responder às solicitações do FNDE/MEC, no prazo estipulado, especialmente nos casos de apuração de infração às normas de conduta; e

V - denunciar ao FNDE qualquer desvio a esta Resolução.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES

Art. 6º É vedado ao MEC e ao FNDE, a qualquer tempo:

I - aceitar vantagens em razão das atividades desempenhadas no PNLD;

II - aceitar presentes ou brindes dos representantes em razão das atividades desempenhadas no PNLD;

III - utilizar espaço de representantes para a realização de eventos relacionados ao PNLD, a qualquer tempo; e

IV - divulgar informação que obtiver em função de atividade relacionada ao PNLD, de caráter sigiloso ou que proporcione vantagem indevida.

Art. 7º É vedado às redes de ensino, a qualquer tempo:

I - aceitar vantagens em razão da escolha dos materiais do PNLD;

II - aceitar presentes ou brindes dos representantes em razão da escolha dos materiais do PNLD;

III - disponibilizar espaço público para a realização de eventos relacionados ao PNLD promovidos pelos representantes;

IV - permitir a participação dos representantes em eventos organizados pela rede;

V - convocar a comunidade escolar para quaisquer eventos organizados pelos representantes para fins de apresentação dos materiais inscritos/aprovados no Programa;

VI - compelir as escolas a danificar o material do PNLD, no todo ou em parte; e

VII - reter os materiais do PNLD destinados às escolas.

Art. 8º É vedado às escolas beneficiadas:

I - aceitar, a qualquer tempo, vantagens em razão da escolha dos materiais do PNLD;

II - aceitar, a qualquer tempo, presentes ou brindes dos representantes em razão da escolha dos materiais do PNLD;

III - permitir o acesso de representantes em suas dependências durante o período de Registro da Escolha;

IV - permitir acesso de representantes aos dispositivos em que é realizado o registro da escolha;

V - disponibilizar, a qualquer tempo, espaço público para a realização de eventos promovidos pelos representantes;

VI - permitir, a qualquer tempo, a participação dos representantes em eventos promovidos pela escola;

VII - solicitar reposição de materiais do PNLD diretamente aos representantes;

VIII - reproduzir e/ou revender materiais do PNLD;

IX - recusar-se a receber os materiais do PNLD; e

X - danificar, no todo ou em parte, os materiais do PNLD com ciclo de atendimento vigente.

Art. 9º É vedado aos representantes com materiais inscritos no Programa:

I - oferecer vantagens de qualquer espécie a pessoas ou instituições vinculadas ao PNLD, a qualquer tempo;

II - distribuir presentes ou brindes a pessoas ou instituições vinculadas ao PNLD, a qualquer tempo;

III - acessar o sistema disponibilizado para registro da escolha dos materiais do PNLD;

IV - realizar orientação pedagógica e/ou divulgação de materiais do PNLD nas escolas beneficiadas ou nas redes de ensino durante o período de Registro da Escolha;

V - realizar divulgação de materiais do PNLD, diretamente nas escolas beneficiadas ou nas redes de ensino, sem cadastro no sistema disponibilizado pelo FNDE;

VI - divulgar materiais inscritos antes do resultado parcial da Avaliação Pedagógica;

VII - divulgar materiais e/ou soluções educacionais não avaliados e não aprovados na Avaliação Pedagógica;

VIII - distribuir ou divulgar qualquer material com características gráficas ou outras características que induzam os professores a acreditar que se trata de material oficial, produzido pelo MEC ou pelo FNDE;

IX - utilizar logomarcas oficiais, selos do PNLD, ou marcas e selos graficamente semelhantes, que induzam ao entendimento de que se trata de material oficial do MEC ou do FNDE;

X - patrocinar ou apoiar eventos relativos ao PNLD realizados para os membros das escolas beneficiadas ou redes de ensino, a qualquer tempo, com qualquer valor, material de propaganda ou outro benefício;

XI - realizar eventos relativos ao PNLD para os membros das escolas beneficiadas ou redes de ensino, a qualquer tempo; e

XII - induzir, pressionar ou assediar pessoas vinculadas à escola beneficiada ou rede de ensino para escolher seus materiais.

CAPÍTULO IV

DOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO

Art. 10. Os materiais distribuídos para fins de divulgação deverão observar as diretrizes a seguir:

I - impressão do texto "Material de divulgação - versão submetida à avaliação", na primeira capa do material de divulgação em faixa diagonal, do canto esquerdo inferior ao canto direito superior, com largura mínima de 5 cm, fazendo constar, no mesmo espaço, o código da respectiva coleção; e

II - caso sejam distribuídas amostras de livros, com a íntegra ou parte dos conteúdos aprovados no processo de Avaliação Pedagógica, essas deverão reproduzir fielmente as páginas correspondentes às obras inscritas, respeitada a numeração original, sendo vedada a inserção, modificação ou adaptação de quaisquer dos seus conteúdos.

§ 1º Fica proibida a distribuição de edições passadas da obra inscrita no Programa ou quaisquer outras obras ou edições comercializadas no mercado privado, mesmo que possuam conteúdos semelhantes às obras inscritas.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a divulgação das obras aprovadas em sua integralidade, por meio digital.

§ 3º Os representantes deverão disponibilizar ao FNDE, sempre que solicitado, o material de divulgação que tenha sido distribuído.

§ 4º A obrigação de que trata o § 3º deste artigo é válida apenas para as solicitações apresentadas em até um ano após o encerramento do período de escolha.

§ 5º Os materiais distribuídos na divulgação deverão ser produzidos com as mesmas especificações de matéria-prima e acabamento definidas no edital do Programa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V

DA ENTRADA DE REPRESENTANTES NAS ESCOLAS

Art. 11. O FNDE disponibilizará Sistema para o cadastro dos representantes que farão divulgação de material do PNLD em escolas beneficiadas ou redes de ensino.

Art. 12. Os responsáveis pelas escolas poderão, observado o disposto no Capítulo III desta Resolução, principalmente no art. 8º, inciso III, e respeitados os princípios da isonomia e da transparência, permitir a visitação dos representantes cadastrados.

Parágrafo único. Para as visitas dos representantes, os gestores das escolas deverão:

I - registrar as visitas no Sistema, com a identificação dos participantes, data e horário; e

II - impedir que as visitas coincidam com as reuniões pedagógicas para escolha.

CAPÍTULO VI

DA APURAÇÃO DE DENÚNCIA

Art. 13. Fica mantida a Comissão Especial de Apuração de Conduta - CEAC, instituída na Portaria Normativa MEC nº 7, de 5 de abril de 2007, que tem por objetivo analisar e apurar o descumprimento desta Resolução no caso de recebimento de denúncias referentes ao PNLD.

§ 1º A CEAC é constituída por, no mínimo, cinco servidores do FNDE, nomeados pelo Presidente do FNDE.

§ 2º O quorum mínimo para as reuniões da Comissão é de três membros.

§ 3º Durante a apuração das denúncias, a CEAC poderá realizar diligências a fim de levantar os elementos de instrução necessários à instrumentalização do procedimento.

§ 4º A CEAC notificará os envolvidos para que apresentem razões e justificativas em até dez dias úteis.

§ 5º Caso sejam necessários esclarecimentos adicionais, estes deverão ser fornecidos em até cinco dias úteis.

§ 6º Após a conclusão dos trabalhos, a CEAC produzirá Relatório de Denúncia com o resultado das apurações, a indicação das respectivas penalidades, se for o caso, e as recomendações de encaminhamento para decisão do Presidente do FNDE.

§ 7º O Presidente do FNDE, após julgamento e decisão, emitirá notificação aos agentes infratores para comunicar do resultado da apuração.

§ 8º Após notificação, os agentes infratores poderão impetrar recurso administrativo dirigido ao Presidente do FNDE, no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Caso não haja reconsideração por parte dessa autoridade, no prazo de cinco dias úteis, ela encaminhará o recurso para julgamento pelo Conselho Deliberativo.

§ 9º Interposto o recurso, o Conselho Deliberativo poderá emitir notificação aos agentes infratores para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem informações e/ou esclarecimentos.

§ 10. O Presidente do Conselho Deliberativo poderá decidir pelo deferimento total ou parcial do recurso, ou pelo seu indeferimento no prazo de trinta dias úteis a contar do recebimento do recurso, devendo a decisão ser informada aos agentes infratores.

§ 11. É assegurado o direito de acompanhar o processo, resguardando o sigilo do denunciante e observando o art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO VII

DAS SANÇÕES

Art. 14. O descumprimento do estabelecido nesta Resolução acarretará, após a devida análise e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa:

I - advertência escrita, quando se tratar dos incisos IV e V do art. 5º, incisos II, VI, VIII e IX do art. 9º;

II - a reincidência, por três anos consecutivos, em infrações que levem à advertência acarretará multa de um por cento dos valores dos contratos referentes às denúncias;

III - multa de dois e meio por cento dos valores dos contratos referentes aos materiais distribuídos na Região em que ocorreu a infração para os casos de descumprimento dos incisos I, II e III do art. 5º e incisos I e VII do art. 9º;

IV - multa de cinco por cento dos valores dos contratos referentes aos materiais distribuídos na Região em que ocorreu a infração para os casos de descumprimento dos incisos III, IV, V, X e XI do art. 9º;

V - suspensão da participação do representante no próximo processo de aquisição de materiais do PNLD, a ser aplicada pelo Presidente do FNDE, nos casos de reincidência por três programas, subsequente ou não, no prazo de dez anos, de infração penalizada com multa.

§ 1º As multas deverão ser aplicadas pelo Presidente do FNDE.

§ 2º As multas referidas nos incisos III e IV não podem ser inferiores a um por cento do valor do contrato do representante no respectivo programa/ano.

§ 3º A aplicação das multas previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

§ 4º Além das medidas estabelecidas nesta Resolução, o FNDE deverá notificar os órgãos competentes em caso de ocorrência de fato que tenha repercussão nas esferas civil e criminal.

§ 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nos arts. 3º, 4º, 7º e 8º, depois de apurado pela CEAC, será objeto de denúncia ao órgão do agente público envolvido.

§ 6º O descumprimento das obrigações estabelecidas nos arts. 2º e 6º, depois de apurado pela CEAC, será objeto de denúncia à Comissão de Ética do respectivo órgão.

§ 7º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§ 8º As sanções aplicadas deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Aplica-se aos processos de denúncia apurados pela CEAC o prazo prescricional de três anos disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

Art. 16. Os agentes públicos envolvidos nas ações do PNLD deverão observar as situações que configuram conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego, conforme art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.561-GR/IFAM, DE 26 DE JULHO DE 2018

A REITORA SUBSTITUTA do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria n° 1.942-GR/IFAM, de 02/07/2015, publicada no DOU n° 125, de 03/07/2015, seção 2, pág. 26, e, resolve:

Prorrogar, por 12 (doze) meses a partir de 01/08/2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 011, de 01 de agosto de 2017, publicado no DOU nº 143, de 01/08/2017, seção 3, página 28, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 010 - CAMPUS LÁBREA, de 03/07/2017, publicado no DOU nº 127, de 05/07/2017, seção 3, página 43.

SANDRA MAGNI DARWICH

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 637, DE 26 DE JULHO DE 2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fica instituído o "Prêmio Calouro-Destaque", a ser concedido pelo Inep em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Art. 2º A premiação ocorrerá pelo menos uma vez a cada ano e terá como seu público-alvo estudantes brasileiros regularmente matriculados em instituições públicas de ensino superior que estejam cursando o primeiro ano de graduação vinculados a qualquer área do conhecimento.

Art. 3º O prêmio tem como principais objetivos:

I - reconhecer o desempenho dos estudantes do público-alvo que demonstrarem grau destacado de desenvolvimento de competências cognitivas; e

II - subsidiar estudos e pesquisas quantitativas e qualitativas que guardem correlacionamento com as competências finalísticas do Inep.

Art. 4º Mediante realização de prova de conhecimentos gerais, será concedido prêmio no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em espécie, ou em produto(s) de valor equivalente, a cada um dos estudantes mais bem classificados, de acordo com os critérios previstos em Edital.

Art. 5º A premiação será patrocinada pela OEI.

Art. 6º As edições do Prêmio serão disciplinadas em editais próprios, publicados pela Presidência do Inep.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 522, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	IES	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	200713009	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA JOÃO FERNANDES VIEIRA, Nº 130, BOA VISTA, RECIFE/PE
2	200900530	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Sequencial)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	INSTITUICAO UNIVERSITARIA MOURA LACERDA	RUA PADRE EUCLIDES, 995, CAMPOS ELÍSIOS, RIBEIRÃO PRETO/SP
3	200901898	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RUA 16, 24, VILA TANQUE, JOÃO MONLEVADE/MG
4	200902790	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. RUDGE RAMOS, 1501, RUDGE RAMOS, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
5	200912623	BELEZA, ESTÉTICA E IMAGEM PESSOAL (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
6	201000323	ESTÉTICA CAPILAR (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	BR 285, KM 335, S/Nº, OURO PRETO, CARAZINHO/RS
7	201005794	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS, 2560, LADO PAR, 1306, CIDADE NOVA, RIO DE JANEIRO/RJ
8	201011892	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL	RUA DEPUTADO GERALDO DI BIASE, Nº 81, ATERRADO, VOLTA REDONDA/RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9	201202656	FARMÁCIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE VASSOURAS	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	AVENIDA EXPEDICIONÁRIO OSWALDO DE ALMEIDA RAMOS, 208, BLOCO 7 CENTRO, VASSOURAS/RJ
10	201305782	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA PITÁGORAS VOTORANTIM	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AV. JUSCELINO KUBISTCHEK DE OLIVEIRA, 279, CENTRO, VOTORANTIM/SP
11	201306547	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	25 (vinte e cinco)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA S/S LTDA	RODOVIA FRANCISCO ALVES NEGRÃO (SP 258), KM 285, PILÃO D'ÁGUA, ITAPEVA/SP
12	201306977	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	270 (duzentas e setenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA BELA VISTA, 739, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
13	201306978	LOGÍSTICA (Tecnológico)	270 (duzentas e setenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA BELA VISTA, 739, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
14	201306979	MARKETING (Tecnológico)	270 (duzentas e setenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA BELA VISTA, 739, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
15	201307071	MARKETING (Tecnológico)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA AFONSO CELSO, 235, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
16	201358057	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE AVEC DE VILHENA	REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR - REGES	AVENIDA LILIANA GONZAGA, 1265, BELA VISTA, VILHENA/RO
17	201358218	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO BELO HORIZONTE DE ENSINO SUPERIOR	ASSUPERO - ENSINO SUPERIOR S/S LTDA.	AVENIDA DO CONTORNO, 9.384, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG
18	201408434	ESTÉTICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	RODOVIA SC 401, 5025, 2º ANDAR, SACO GRANDE, FLORIANÓPOLIS/SC
19	201408541	GASTRONOMIA (Bacharelado)	30 (trinta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE BARRETOS	AVENIDA PROFESSOR ROBERTO FRADE MONTE, 389, AEROPORTO, BARRETOS/SP
20	201502443	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA E MÍDIAS DIGITAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO	RUA JOANA ANGÉLICA, 63, IPANEMA, RIO DE JANEIRO/RJ
21	201505699	SEGURANÇA NO TRÂNSITO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NITERÓI, S/N, BAIRRO DAS GRAÇAS, CARATINGA/MG
22	201505922	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB	EQN 707/907, CONJUNTO C, S/N, CAMPUS DO CEUB, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
23	201506147	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	RUA DIRCEU GIORDANI, 696, JARDIM UNIVERSITÁRIO, XANXERÊ/SC
24	201600267	LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	FUNDACAO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE	RUA SERVIDÃO DIOMAR, S/N, ANEXO AO NÚCLEO DE APRENDIZAGEM MARIA MARIANO, CENTRO, BOM RETIRO/SC
25	201600269	QUÍMICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	FUNDACAO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE	AVENIDA CASTELO BRANCO, 170, UNIVERSITÁRIO, LAGES/SC
26	200913572	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A	AVENIDA INDUSTRIAL, Nº 3.300, CAMPESTRE, SANTO ANDRÉ/SP
27	201414431	GASTRONOMIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	RODOVIA MA - 225, KM 04, POVOADO SANTA CRUZ, BARREIRINHAS/MA
28	201408391	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	AVENIDA PROFETA ISAÍAS, CENTRO, ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA
29	200900384	HISTÓRIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, AEROPORTO, BOA VISTA/RR
30	201604000	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE SANTO ANDRÉ	UNIESP S.A	RUA DELFIM MOREIRA, Nº 40, CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
31	201209135	JORNALISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	AVENIDA DA UNIVERISDADE, Nº 3.890, BENFICA, FORTALEZA/CE
32	201606705	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE SUMARÉ	UNIESP S.A	RUA JOSÉ MARIA MIRANDA, Nº 480, CENTRO, SUMARÉ/SP

PORTARIA Nº 523, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo SEI nº 23000.020233/2018-61, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos concluintes até o final do ano de 2018, os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	IES	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	23000.020233/2018-61	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura) - Cód. 104284	50 (cinquenta)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	AVENIDA MARIA ANUNCIAÇÃO GOMES DE GODOY, 1650, INDUSTRIAL I, MALAFAIA, BAGÉ/RS
2	23000.020233/2018-61	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura) - cód.104288	50 (cinquenta)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	AVENIDA MARIA ANUNCIAÇÃO GOMES DE GODOY, 1650, INDUSTRIAL I, MALAFAIA, BAGÉ/RS

PORTARIA Nº 524, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Os cursos reconhecidos por esta Portaria deverão passar por avaliação in loco quando da próxima renovação de reconhecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201001926	LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura) - cód.123405	50 (cinquenta)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	AVENIDA MARIA ANUNCIAÇÃO GOMES DE GODOY, 1650, INDUSTRIAL I, MALAFAIA, BAGÉ/RS
2	201206461	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE SÃO LOURENÇO - FASAMA	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RUA MADAME SCHIMIDT, Nº 90, FEDERAL, SÃO LOURENÇO/MG

PORTARIA Nº 525, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201357263	LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura)	26 (vinte e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	RUA MANOEL DE ABREU, S/Nº, MULTIRÃO, ABAETETUBA/PA
2	201306442	DIREÇÃO DE ARTE (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
3	201206910	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SANTO ANTÔNIO	SEEA-SOCIEDADE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS DE ALAGOINHAS LTDA	RUA CONSELHEIRO JUNQUEIRA, S/N, RUA DO CATU, ALAGOINHAS/BA
4	201405998	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	CAMPUS DO SERTÃO - RODOVIA AL 145, KM 3, S/N, DELMIRO GOUVEIA/AL
5	201405039	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC SOROCABA - ESAMC	ESCOLA SUPERIOR DE GESTAO DE NEGOCIOS LTDA	RUA ARTHUR GOMES, Nº 51, CENTRO, SOROCABA/SP

PORTARIA Nº 526, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo e-MEC 201708744, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, em caráter experimental, com base no artigo 81 da Lei n° 9.394/1996, no art. 44 do Decreto 9.235/2017 e no art. 27 da Portaria Normativa nº 23/2017, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Micro e Pequenas Empresas, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, ofertado pela Universidade do Vale do Taquari, na Rua Avelino Tallini, 171, Universitário, Lajeado/RS, mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - FUVATES.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 359, DE 26 DE JULHO DE 2018

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Previdência.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição da República, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Previdência, na forma do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O Anexo II contém o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Previdência.

Art. 2º Ficam revogados os Anexos IV e V da Portaria nº 751, de 29 de dezembro de 2011, do Ministério da Previdência Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria de Previdência (SPREV), órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, tem por finalidade:

I - assistir o Ministro de Estado na definição e no acompanhamento das políticas de previdência, incluídos o Regime Geral de Previdência Social, os Regimes Próprios de Previdência Social e o Regime de Previdência Complementar;

II - estabelecer diretrizes e parâmetros gerais para a formulação e a implementação das políticas públicas de Previdência Social;

III - propor a edição de normas gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos militares dos Estados e Distrito Federal;

IV - orientar, acompanhar e supervisionar os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos militares dos Estados e Distrito Federal;

V - propor e acompanhar políticas de seguro e prevenção contra acidente de trabalho e de benefícios por incapacidade;

VI - subsidiar o Ministro de Estado na celebração de acordo de metas de gestão e desempenho com a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

VII - acompanhar o acordo de metas de gestão e desempenho da Previc;

VIII - monitorar e avaliar a implementação das políticas e diretrizes pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pela Previc, e acompanhar as ações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev;

IX - orientar, acompanhar, normatizar e supervisionar as ações da Previdência Social na área de benefícios e, em coordenação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, as ações de arrecadação;

X - coordenar, orientar e apoiar tecnicamente as atividades do Conselho Nacional de Previdência, do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar;

XI - definir diretrizes relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária e financeira;

XII - assistir o Ministro de Estado na coordenação das atividades dos conselhos nacionais, dos fóruns e dos demais colegiados afetos à previdência;

XIII - assistir o Ministro de Estado na análise e no acompanhamento das negociações com governos e entidades internacionais no que diz respeito à previdência;

XIV - acompanhar a política externa do Governo federal no que diz respeito à previdência;

XV - propor e acompanhar as políticas de gestão dos cadastros da previdência;

XVI - acompanhar as atividades de pesquisa estratégica e de inteligência previdenciária;

XVII - atuar na celebração de acordos e convênios sobre assuntos pertinentes à previdência social na esfera internacional; e

XVIII - acompanhar as atividades da Subsecretaria de Gestão da Previdência relacionadas aos sistemas federais afetos à Secretaria de Previdência.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Previdência (SPREV) tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Gabinete da Secretaria de Previdência (GABIN)
1.1. Coordenação Técnico-Administrativo (COTAD)
1.1.1. Divisão de Assuntos Administrativos (DIADM)
1.2. Coordenação de Órgãos Colegiados (COORC)
1.2.1. Serviço de Assuntos Administrativos (SEADM)
1.3. Coordenação de Análise Técnica (COATE)
1.4. Serviço de Suporte a Eventos Oficiais (SESEO)
2. Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS)
2.1. Coordenação Técnico-Administrativo (COTRG)
2.1.1. Divisão de Assuntos Administrativos (DIARG)
2.2. Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários (CGEPR)
2.2.1. Coordenação de Pesquisas e Estudos Previdenciários (COPEP)
2.2.2. Coordenação de Análise de Conjuntura (COACO)
2.2.3. Coordenação de Políticas Previdenciárias (COPPS)
2.2.4. Divisão de Políticas e Estudos Comparativos (DIPEC)
2.2.5. Divisão de Políticas de Inclusão Previdenciária (DPINP)
2.3. Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuaria (CGEDA)
2.3.1. Coordenação de Estatística (COEST)
2.3.2. Coordenação de Atuária (COATU)
2.3.3. Coordenação de Acompanhamento, Análise e Avaliação (COAVA)
2.3.4. Divisão de Produção de Estatísticas (DIPES)
2.3.5. Serviço de Acesso às Informações Estatísticas (SAINE)
2.4. Coordenação-Geral de Legislação e Normas (CGLEN)
2.4.1. Coordenação de Legislação (COLEG)
2.4.2. Coordenação de Regulamentação (COREG)
2.4.3. Divisão de Análise de Legislação (DALEG)
2.4.4. Divisão de Análise de Acordos Internacionais (DAINT)
2.4.5. Divisão de Análise de Regulamentação (DAREG)
2.4.6. Serviço de Assuntos Administrativos (SEASD)
2.5. Coordenação-Geral de Seguro Contra Acidentes do Trabalho (CGSAT)
2.5.1. Coordenação do Fator Acidentário de Prevenção (CDFAP)
2.5.2. Divisão de Contencioso do Seguro contra Acidentes do Trabalho (DISAT)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.5.3. Serviço de Assuntos Administrativos (SEAAD)
2.6. Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade (CGMBI)
2.6.1. Coordenação de Avaliação dos Benefícios por Incapacidade (COABI)
2.6.2. Divisão de Benefícios por Incapacidade (DIBIN)
2.6.3. Serviço de Análise de Contestações e Recursos do Fator Acidentário de Prevenção (SECRF)
3. Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS)
3.1. Coordenação de Integração e Relacionamento Institucional (CORIN)
3.1.1. Divisão de Atendimento e Assuntos Administrativos (DIATE)
3.2. Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal (CGNAL)
3.2.1. Coordenação de Estudos e Diretrizes de Normatização (CONOR)
3.2.2. Coordenação de Orientação e Informações Técnicas (COINT)
3.2.2.1. Divisão de Orientação Normativa (DIVON)
3.2.2.2. Serviço de Suporte a Informações Técnicas (SESIT)
3.2.3. Coordenação de Acompanhamento Legal (COALE)
3.2.3.1. Divisão de Análise da Legislação (DIALE)
3.3. Coordenação-Geral de Estruturação de Informações Previdenciárias (CGEIP)
3.3.1. Coordenação de Gerenciamento de Informações Previdenciárias (COGIP)
3.3.1.1. Divisão de Informações Previdenciárias (DIPRE)
3.3.2. Coordenação de Gerenciamento e Estruturação de Cadastros (COGEC)
3.3.2.1. Divisão de Estruturação de Cadastros (DIESC)
3.3.3. Serviço de Informações Gerenciais (SEING)
3.4. Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos (CGACI)
3.4.1. Coordenação de Estudos e Diretrizes Atuariais, Econômicas e Contábeis (CODAE)
3.4.2. Coordenação de Acompanhamento Atuarial (COAAT)
3.4.2.1. Serviço de Análise e Registro de Plano de Custeio (SERPC)
3.4.3. Divisão de Acompanhamento Contábil (DIACO)
3.4.4. Divisão de Acompanhamento de Investimentos (DIINV)
3.5. Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso (CGAUC)
3.5.1. Coordenação de Auditoria (COAUD)
3.5.1.1. Divisão de Planejamento e Monitoramento de Auditorias (DIPLA)
3.5.1.2. Serviço de Apoio a Auditoria e Contencioso (SEAUC)
3.5.2. Coordenação de Contencioso Administrativo Previdenciário (COCAP)
3.5.2.1. Divisão de Acompanhamento de Repasse e Parcelamentos (DIREP)
4. Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC)
4.1. Coordenação de Relacionamento Institucional (COORI)
4.1.1. Divisão de Atendimento e Assuntos Administrativos (DIAAD)
4.2. Coordenação-Geral de Estudos Técnicos e Análise Conjuntural (CGEAC)
4.2.1. Coordenação de Análise Conjuntural (COANC)
4.2.1.1. Divisão de Estudos Técnicos e Conjunturais (DIESC)
4.2.2. Coordenação de Informações Técnicas e Gerenciais (COINF)
4.2.2.1. Divisão de Informações Técnicas e Gerenciais (DITEG)
4.3. Coordenação-Geral de Diretrizes de Previdência Complementar (CGDPC)
4.3.1. Coordenação de Diretrizes e Política de Previdência Complementar (CODIP)
4.3.1.1. Divisão de Acompanhamento de Diretrizes das Políticas (DIAPO)
4.3.2. Coordenação de Análise Regulatória (COARG)
4.3.2.1. Divisão de Acompanhamento Regulatório (DIARE)
5. Subsecretaria de Gestão da Previdência (SEGEP)
5.1. Coordenação Técnico-Administrativo (COTGE)
5.1.1. Divisão de Assuntos Administrativos (DIAGE)
5.2. Divisão de Comunicação Interna (DICOM)
5.3. Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CGDIN)
5.3.1. Coordenação de Gestão da Estratégia e da Inovação Institucional (COGIN)
5.3.1.1. Divisão de Gestão da Inovação e Organização Institucional (DIGIO)
5.3.1.2. Divisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação Estratégica (DIPLE)
5.3.1.3. Serviço de Gestão de Informação Corporativa (SEGIC)
5.3.2. Divisão de Recursos Humanos (DIREH)
5.3.3. Divisão de Logística e Serviços Gerais (DILOG)
5.3.3.1. Serviço de Apoio e Suporte Logístico (SSLOG)
5.3.4. Divisão de Orçamento e Finanças (DIOFI)
5.3.4.1. Serviço de Gerenciamento de Convocações (SEGCO)
5.4. Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária (COINP)
5.4.1. Coordenação Operacional (COPER)
5.4.2. Coordenação de Informações Estratégicas (CIEST)
5.4.3. Divisão de Contrainteligência (DICOI)
5.4.4. Divisão de Suporte à Atividade de Inteligência (DISAI)
5.5. Coordenação-Geral de Cadastros Previdenciários (CGCAD)
5.5.1. Coordenação de Informações Sociais de Previdência (COISP)
5.5.2. Serviço de Tratamento de Informações Previdenciárias (SETIP)
5.6. Coordenação-Geral de Acordos e Cooperações Internacionais (CGCAI)
5.6.1. Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais (COGAI)
5.6.1.1. Serviço de Assuntos Técnicos (SEATE)
5.6.2. Divisão de Cooperação Técnica e Organismos Internacionais (DCTOI)

Art. 3º A Secretaria de Previdência será dirigida por Secretário; o Gabinete por Chefe de Gabinete; as Subsecretarias por Subsecretários; as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais; as Coordenações por Coordenadores; as Divisões e os Serviços por Chefes, cujas funções serão providas na forma desta Portaria.

§ 1º Para o desempenho de suas funções, o Secretário de Previdência contará com os titulares de cargos em comissão e funções gratificadas, conforme discriminado no Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.

§ 2º Os ocupantes dos cargos em comissão integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Previdência serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores indicados em portaria do Secretário de Previdência, na forma da legislação específica, ressalvadas as situações definidas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete da Secretaria de Previdência (GABIN) compete:

I - assistir o Secretário em sua representação política e social, incumbindo-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - coordenar a agenda de compromissos diários da Secretaria;

III - coordenar e dar tratamento aos processos, expedientes, atos normativos e de correspondências submetidos à Secretaria;

IV - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Secretaria;

V - articular-se entre os titulares das Subsecretarias para obtenção de informações necessárias à tomada de decisões referentes a assuntos submetidos à consideração do Secretário e transmitir diretrizes, instruções e orientações;

VI - acompanhar as nomeações e exonerações de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança, funções comissionadas técnicas e gratificações de exercício no âmbito do Gabinete;

VII - acompanhar e controlar as indicações das representações em órgãos colegiados;

VIII - exercer as funções de Secretaria-Executiva dos Órgãos Colegiados da Previdência Social e da Previdência Complementar Fechada;

IX - planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades do Gabinete e de suas unidades;

X - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

Art. 5º À Coordenação Técnico-Administrativo (COTAD) compete:

I - coordenar a execução das atividades de apoio administrativo e aquelas relacionadas com o acompanhamento da execução financeira, e de apoio à administração de pessoal, materiais, patrimônio e serviços gerais, no âmbito do Gabinete, interagindo com as áreas respectivas;

II - emitir e controlar a emissão de requisições de passagens e de concessão de diárias a servidores da unidade;

III - executar as atividades de redação, revisão e controle de expedientes sujeitos a despachos do Chefe de Gabinete e do Secretário de Previdência;

IV - coordenar e orientar a classificação e organização das informações, para fins de pesquisa e recuperação, assim como acompanhar e controlar as atividades de comunicação administrativa e publicação de atos administrativos da Secretaria;

V - ordenar e controlar o registro eletrônico da documentação oficial, assim como providenciar, junto à Imprensa Nacional, a publicação dos atos oficiais;

VI - pesquisar e acompanhar a tramitação de processos de interesse do Gabinete;

VII - acompanhar a prestação de serviços de terceiros, no âmbito do Gabinete, em articulação com as unidades competentes;

VIII - preparar as nomeações e exonerações de ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança, funções comissionadas técnicas e gratificações de exercício no âmbito da Secretaria, em conformidade com as unidades competentes;

IX - organizar e manter atualizados os dados cadastrais dos servidores do Gabinete da Secretaria de Previdência, fornecendo os elementos necessários à gestão de pessoal;

X - receber, expedir, controlar, ordenar e registrar documentos, processos e correspondências internas e externas, no âmbito do Gabinete;

XI - catalogar e classificar material bibliográfico e outros de interesse do Gabinete; e

XII - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária anual do Gabinete.

Art. 6º À Divisão de Assuntos Administrativos (DIADM) compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos, comunicação administrativa e publicação de atos, em conformidade com as unidades setoriais competentes;

II - executar e controlar as atividades relacionadas com pessoal no âmbito do Gabinete da Secretaria, em conformidade com as unidades setoriais competentes; e

III - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades do Gabinete.

Art. 7º À Coordenação de Órgãos Colegiados (COORC) compete:

I - exercer o papel de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência (CNP), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV) e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC);

II - articular, planejar, coordenar e executar as atividades técnico-administrativas e de assessoria necessárias ao desempenho das competências atribuídas ao CNP, ao CNPC, ao CONAPREV e à CRPC, inclusive às delegadas a grupos e organizações;

III - atender e prestar informações aos membros dos Órgãos Colegiados e às partes interessadas;

IV - coordenar os processos de indicação de representantes para os Órgãos Colegiados da Previdência, inclusive no que se refere à análise curricular dos representantes da sociedade civil indicados;

V - coordenar o levantamento e a sistematização de informações que permitam subsidiar os Conselhos nas deliberações de assuntos da sua área de competência;

VI - sistematizar e manter atualizadas no sítio do Ministério as informações relativas ao processo de julgamento da CRPC e as normas do CNP e do CNPC;

VII - elaborar relatório anual das atividades do CNP, do CNPC, do CONAPREV e da CRPC;

VIII - acompanhar e avaliar as ações estratégicas de sua área de competência; e

IX - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Secretário de Previdência.

Art. 8º Ao Serviço de Assuntos Administrativos (SEADM) compete:

I - instruir e preparar estudos e despachos de natureza técnica para deliberação da chefia imediata;

II - prestar apoio e assistência técnica ao CNP, ao CNPC, ao CONAPREV e à CRPC;

III - secretariar as reuniões do CNP, do CNPC, do CONAPREV e da CRPC e adotar as medidas destinadas ao cumprimento de suas decisões;

IV - realizar o registro e o encaminhamento das correspondências e documentos dirigidos à Secretaria-Executiva dos Órgãos Colegiados;

V - preparar e controlar a publicação, no Diário Oficial da União, das resoluções e documentos dos Órgãos Colegiados;

VI - manter atualizados os registros e arquivos pertinentes ao CNP, ao CNPC, ao CONAPREV e à CRPC, conselhos descentralizados de Previdência Social, comissões ou grupos de trabalho;

VII - preparar os atos de nomeação, exoneração, recondução ou substituição dos membros dos Órgãos Colegiados, para assinatura das autoridades competentes;

VIII - manter e organizar a documentação arquivística de recondução, nomeação, exoneração ou substituição dos membros dos Órgãos Colegiados; e

IX - preparar e controlar a publicação, no Diário Oficial da União, das resoluções e documentos dos Órgãos Colegiados.

Art. 9º À Coordenação de Análise Técnica (COATE) compete:

I - apoiar o Secretário de Previdência nos assuntos técnicos administrativos que transitam pelo Gabinete da Secretaria, com análise e preparação dos despachos, bem como outras atribuições que lhe forem cometidas pela Chefia de Gabinete;

II - articular, planejar, coordenar e executar as atividades técnico-administrativas e de assessoria, necessárias ao desempenho das competências atribuídas aos Órgãos Colegiados, inclusive as delegadas a grupos e organizações; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário ou pela Chefia de Gabinete.

Art. 10. Ao Serviço de Suporte a Eventos Oficiais (SESEO) compete:

I - orientar e acompanhar as solenidades, recepções e eventos oficiais da Secretaria, e as visitas de personalidades civis e militares, nacionais ou estrangeiras;

II - recepcionar e encaminhar as visitas de personalidades civis e militares, nacionais ou estrangeiras para reuniões e audiências com o Secretário;

III - manter cadastro atualizado de autoridades civis, militares e eclesiásticas, para fins de correspondência protocolar; e

IV - dar apoio ao Secretário em suas viagens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 11. À Subsecretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS) compete:

I - assistir o Secretário de Previdência na formulação, no acompanhamento e na coordenação das políticas do Regime Geral de Previdência Social, de seguro e prevenção contra acidentes de trabalho e de benefícios por incapacidade, na proposição de normas e na supervisão dos programas e atividades;

II - subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de políticas previdenciárias de seguro e prevenção contra acidentes de trabalho e de benefícios por incapacidade;

III - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social nas áreas de benefícios;

IV - coordenar, acompanhar e avaliar as ações de acordos internacionais do Regime Geral de Previdência Social;

V - orientar, acompanhar, normatizar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social na área de benefícios e custeio e, em coordenação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, as ações de arrecadação;

VI - desenvolver projetos de racionalização e simplificação do ordenamento normativo e institucional do Regime Geral de Previdência Social;

VII - elaborar projeções e simulações das receitas e das despesas do Regime Geral de Previdência Social;

VIII - coordenar e avaliar informações previdenciárias, acidentárias, socioeconômicas e demográficas;

IX - coordenar e elaborar estudos com o objetivo de aprimorar o Regime Geral de Previdência Social;

X - coordenar, acompanhar, supervisionar e avaliar as ações do Regime Geral de Previdência Social e as políticas direcionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social nas áreas que guardem inter-relação com seguro e prevenção contra acidentes de trabalho e de benefícios por incapacidade;

XI - elaborar estudos e pesquisas e propor ações formativas com o objetivo de aprimorar a legislação e a regulamentação do seguro contra acidentes de trabalho, dos benefícios por incapacidade e das aposentadorias especiais;

XII - acompanhar o equilíbrio financeiro entre as receitas do seguro contra acidentes de trabalho e as despesas com pagamento de benefícios de natureza acidentária e da aposentadoria especial;

XIII - coordenar, acompanhar e avaliar as contestações do Fator Acidentário de Prevenção;

XIV - acompanhar e aprimorar os métodos e a regulamentação para o reconhecimento dos agravos à saúde relacionados ao trabalho dos segurados do Regime Geral de Previdência Social;

XV - propor, no âmbito da previdência e em articulação com os demais órgãos envolvidos, políticas destinadas à saúde e à segurança no trabalho e à saúde dos trabalhadores, com ênfase na proteção e na prevenção;

XVI - propor diretrizes gerais para as atividades de perícia médica e reabilitação profissional no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;

XVII - monitorar, analisar e elaborar estudos sobre os benefícios por incapacidade e as aposentadorias especiais;

XVIII - aprimorar e monitorar as políticas previdenciárias destinadas às pessoas com deficiência;

XIX - articular-se com entidades públicas e organismos nacionais e internacionais, com atuação no campo econômico-previdenciário, para a realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes; e

XX - promover e coordenar ações relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária.

Art. 12. À Coordenação Técnico-Administrativo (COTRG) compete:

I - coordenar a pauta de trabalho e assistir o Subsecretário em seus despachos;

II - proceder ao exame de processos e demais expedientes submetidos à deliberação do Subsecretário;

III - gerenciar, avaliar e responder os pedidos de acesso à informação e as demandas de ouvidoria;

IV - responder às solicitações oriundas das unidades integrantes da estrutura do Ministério;

V - controlar o atendimento das demandas relativas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), recebidas de outros órgãos;

VI - coordenar o atendimento das demandas de órgãos de controle e a prestação de contas de atividades a cargo da Subsecretaria;

VII - participar do planejamento e do acompanhamento da execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em articulação com as áreas competentes;

VIII - coordenar a articulação da Subsecretaria com entidades governamentais e organismos nacionais, com atuação no campo econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

IX - participar da elaboração do planejamento estratégico e monitorar as ações estratégicas afetas à Subsecretaria, em conformidade com as unidades administrativas competentes;

X - acompanhar a celebração e a implementação de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, no âmbito da Subsecretaria;

XI - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Subsecretaria;

XII - coordenar o atendimento e apoio administrativo da Subsecretaria; e

XIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 13. À Divisão de Assuntos Administrativos (DIARG) compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos e correspondências internas e externas;

II - gerenciar, avaliar e responder os pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

III - cadastrar as solicitações de diárias e passagens nacionais e internacionais dos servidores da Subsecretaria; e

IV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários (CGEPR) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II - coordenar e realizar estudos focados na sustentabilidade do RGPS, na sua relação com os demais regimes de previdência e no contexto amplo de seguridade social;

III - analisar os diversos indicadores socioeconômicos e populacionais e seus impactos no comportamento das receitas e despesas da Previdência Social;

IV - avaliar o RGPS como política pública no âmbito da seguridade social;

V - estimar impactos decorrentes de propostas de alterações na legislação previdenciária, sob aspectos financeiros e de proteção social;

VI - subsidiar a execução de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de informações sobre o RGPS;

VII - municiar o Subsecretário com informações a fim de subsidiar o processo de tomada de decisão;

VIII - elaborar boletins, artigos e livros para a divulgação de análises e dados sobre o desempenho econômico-financeiro da Previdência Social e da seguridade social;

IX - apoiar a Secretaria de Previdência nas suas relações com organismos internacionais por meio de dados, estudos e participação em eventos, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais;

X - prestar informações decorrentes de solicitações de órgãos públicos e da sociedade em geral, referentes às competências desta Coordenação-Geral;

XI - participar de reuniões, seminários, cursos, conferências, simpósios, fóruns, congressos, oficinas, convênios e demais eventos que versem sobre assuntos de sua competência;

XII - avaliar a adequação técnica de estudos previdenciários resultantes de convênios e contratos com instituições de ensino e pesquisa;

XIII - articular-se com a sociedade civil por meio de participação em órgãos colegiados, comitês, grupos de trabalho e comissões referentes ao RGPS e demais políticas intersetoriais e transversais;

XIV - coordenar e publicar estudos que versem sobre a previdência brasileira dentro do contexto internacional;

XV - subsidiar a Secretaria de Previdência na celebração de acordos de cooperação técnica, com organismos nacionais e internacionais, visando o intercâmbio de experiências na área de Previdência Social, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais;

XVI - calcular e publicar o resultado do RGPS; e

XVII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 15. À Coordenação de Pesquisas e Estudos Previdenciários (COPEP) compete:

I - planejar, organizar, coordenar e publicar estudos com foco prioritário na sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II - avaliar políticas públicas no âmbito do RGPS;

III - estimar os impactos financeiros decorrentes de propostas de alteração na legislação previdenciária;

IV - desenvolver indicadores de cobertura previdenciária para avaliar sua evolução histórica e analisar sua importância nas condições socioeconômicas da população;

V - avaliar a Previdência Social na sua inter-relação com a demografia, mercado de trabalho e nível de renda;

VI - manusear e tabular bancos de dados com a finalidade de extrair estatísticas diretamente relacionadas à avaliação de políticas públicas e impactos financeiros no âmbito do RGPS; e

VII - subsidiar as demais áreas da Subsecretaria com informações relativas à sua área de atuação.

Art. 16. À Coordenação de Análise de Conjuntura (COACO) compete:

I - planejar, organizar, coordenar e publicar estudos com foco prioritário na análise conjuntural de indicadores previdenciários e das variáveis socioeconômicas a eles relacionadas;

II - revisar e analisar o resultado mensal do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

III - relacionar os indicadores da conjuntura econômica com as receitas e despesas do RGPS, tendo em vista o desempenho e as perspectivas da Previdência Social e da seguridade social;

IV - subsidiar as demais áreas da Subsecretaria no que diz respeito à produção e disponibilização de indicadores previdenciários; e

V - analisar, avaliar e monitorar as relações entre contribuintes e beneficiários no âmbito do RGPS.

Art. 17. À Coordenação de Políticas Previdenciárias (COPPS) compete:

I - planejar, organizar, coordenar e publicar estudos com foco prioritário na atuação e desempenho da Previdência Social, como política de proteção previdenciária no âmbito da Seguridade Social;

II - elaborar, com base em estudos e pesquisas na área da Previdência Social, recomendações para o aperfeiçoamento das políticas previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

III - avaliar a qualidade técnica de estudos previdenciários resultantes de convênios e contratos com instituições de ensino e pesquisa;

IV - elaborar e publicar o resultado mensal do RGPS;

V - subsidiar as demais áreas da Secretaria no que diz respeito à produção e disponibilização de dados e informações relacionados às políticas previdenciárias; e

VI - apoiar a Secretaria de Previdência na interação com a sociedade civil por meio de participação em órgãos colegiados, comitês, grupos de trabalho e comissões no âmbito da Previdência e demais políticas intersetoriais e transversais.

Art. 18. À Divisão de Políticas e Estudos Comparativos (DIPEC) compete:

I - realizar estudos e análises acerca do sistema de previdência brasileiro no contexto internacional;

II - realizar estudos e análises acerca dos sistemas de seguridade social de outros países, com foco nas políticas previdenciárias;

III - coletar e fornecer informações socioeconômicas e previdenciárias dos sistemas de seguridade social de outros países; e

IV - subsidiar as demais áreas da Secretaria com informações relativas à sua área de atuação.

Art. 19. À Divisão de Políticas de Inclusão Previdenciária (DPINP) compete:

I - realizar estudos e análises acerca da inclusão previdenciária e temas transversais;

II - estabelecer relação das políticas previdenciárias com as demais políticas de proteção social;

III - subsidiar a Subsecretaria na interação com a sociedade civil por meio de participação em órgãos colegiados, comitês, grupos de trabalho e comissões referentes ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e demais políticas intersetoriais e transversais; e

IV - apoiar as ações relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária e financeira.

Art. 20. À Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária (CGEDA) compete:

I - conceituar, definir e organizar informações necessárias à elaboração de análises estatísticas, para subsidiar a tomada de decisão, quando da elaboração dos planos de custeio e de benefícios, tomando como princípio o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência Social;

II - manter modelos de projeção previdenciária de curto e longo prazo, com avaliações periódicas do equilíbrio financeiro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de acordo com os parâmetros macroeconômicos definidos pela área econômica, com a legislação

III - subsidiar a formulação de propostas de alteração nas políticas e diretrizes do Sistema do Regime Geral de Previdência Social, considerando aspectos atuariais, demográficos e estatísticos, assim como avaliar em termos de impactos financeiros e atuariais os projetos de lei em tramitação que afetam de forma direta ou indireta os planos de custeio ou de benefícios do RGPS;

IV - subsidiar as demais áreas da Secretaria de Previdência no que diz respeito à produção de informações estatísticas, demográficas e atuariais e atender, de acordo com a disponibilidade da informação e de recursos orçamentários, as solicitações de dados de contribuições e benefícios previdenciários oriundas de agentes externos à Secretaria de Previdência, que visam embasar estudos técnicos e acadêmicos, desde que justificadas e respeitando o sigilo de informações conforme legislação vigente;

V - elaborar e publicar os Anuários Estatísticos da Previdência Social e de Acidentes do Trabalho, consolidando e atualizando as informações trienais sobre a Previdência Social e os acidentes do trabalho;

VI - produzir e disponibilizar periodicamente boletins estatísticos mensais com os resultados ligados à área de benefícios do RGPS, complementados com as informações sintetizadas sobre arrecadação previdenciária e o fluxo de caixa do Regime Geral de Previdência Social;

VII - apurar índices e dados necessários à operação do Sistema do Regime Geral de Previdência Social, mantendo as séries históricas dos mesmos; e

VIII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 21. À Coordenação de Estatística (COEST) compete:

I - definir conceitos relativos às informações estatísticas e realizar estudos estatísticos para o Sistema do Regime Geral de Previdência Social;

II - organizar e manter atualizadas bases de dados estatísticos de natureza previdenciária e socioeconômica;

III - apurar índices e dados necessários à avaliação do Sistema do Regime Geral de Previdência Social;

IV - elaborar e publicar os Anuários Estatísticos da Previdência Social e de Acidentes do Trabalho; e

V - fornecer subsídios para a realização de estudos socioeconômicos relacionados à Previdência Social.

Art. 22. À Coordenação de Atuária (COATU) compete:

I - realizar avaliações atuariais dos planos de benefícios;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - propor e desenvolver modelos para estimativa das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

III - estabelecer e implementar plano para publicação periódica de informações estratégicas para Previdência Social, tais como: projeções de beneficiários e segurados e projeções de custos do sistema; e

IV - estabelecer articulação com outros órgãos vinculados ao Ministério e entidades externas afetas às suas áreas de competência, visando o aprimoramento das atividades acima especificadas.

Art. 23. À Coordenação de Acompanhamento, Análise e Avaliação (COAVA) compete:

I - elaborar, publicar e avaliar as estatísticas básicas mensais relativas à Previdência Social;

II - acompanhar e avaliar os conceitos, métodos e procedimentos estatísticos utilizados nos sistemas de informação da Secretaria de Previdência e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e propor alterações visando à unificação de padrões; e

III - estabelecer articulação com o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV), visando à integração das ações de produção de dados estatísticos.

Art. 24. À Divisão de Produção de Estatísticas (DIPES) compete:

I - elaborar e publicar os Boletins Estatísticos da Previdência Social e os Boletins Estatísticos Regionais da Previdência Social; e

II - apoiar demais unidades da Secretaria de Previdência na produção de estatísticas sobre o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 25. Ao Serviço de Acesso às Informações Estatísticas (SAINE) compete:

I - apoiar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas que viabilizem à sociedade o acesso a informações estatísticas de Previdência Social; e

II - manter disponível aos usuários sistemas de consulta dos dados dos Anuários Estatísticos da Previdência Social e de Acidentes do Trabalho.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Legislação e Normas (CGLEN) compete:

I - propor e elaborar projetos de lei de atualização do Plano de Benefícios e, em articulação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Plano de Custeio do Regime Geral de Previdência Social;

II - propor e elaborar projetos de regulamentação da legislação aplicável ao Plano de Benefícios e, em articulação com a RFB, ao Plano de Custeio, em relação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

III - acompanhar o cumprimento da legislação do RGPS, por parte dos órgãos de execução;

IV - orientar os órgãos de execução quanto à aplicação da legislação do RGPS;

V - realizar estudos objetivando a formulação ou reformulação das diretrizes para o RGPS, visando a sua adequação ao contexto socioeconômico e seu aperfeiçoamento e racionalização;

VI - participar da elaboração de anteprojeto de lei ou medida provisória que envolvam matéria de interesse do RGPS;

VII - elaborar manifestação técnica sobre projetos de lei, medida provisória, decretos e outros atos normativos e questionamentos que envolvam matéria de interesse do RGPS, inclusive no que se refere a convenções, tratados e demais atos normativos internacionais;

VIII - assessorar tecnicamente as negociações de acordos internacionais de Previdência Social;

IX - participar de grupos de trabalho e comissões que têm como finalidade discutir matéria de interesse da Previdência Social;

X - subsidiar a elaboração e a implementação das reformas

XI - oferecer subsídios por meio de pronunciamento técnico para a solução de controvérsias em relação à aplicação da legislação previdenciária;

XII - fornecer os subsídios necessários, por meio de pronunciamento técnico, para defesa da União, quando requeridos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e órgãos da Advocacia-Geral da União nas ações judiciais relacionadas ao RGPS e aos benefícios de legislação especial;

XIII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XIV - subsidiar a elaboração de atos decorrentes de deliberação do Conselho Nacional de Previdência (CNP).

Art. 27. À Coordenação de Legislação (COLEG), compete:

I - realizar estudos sobre a legislação aplicada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e apresentar propostas de aprimoramento da legislação da Previdência Social;

II - detalhar, acompanhar e controlar a legislação do RGPS, objetivando facilitar sua aplicabilidade técnico-operacional;

III - analisar propostas de ajustes legais, tendo em vista a melhoria dos níveis de qualidade e produtividade do RGPS, inclusive no que se refere a convenções, tratados e demais atos normativos internacionais;

IV - analisar tecnicamente a aplicação da legislação previdenciária, como forma de uniformização de entendimento;

V - desenvolver meios e condições para a efetiva aplicabilidade dos dispositivos legais inerentes ao RGPS;

VI - elaborar anteprojetos de lei relacionados ao RGPS;

VII - analisar e oferecer subsídios por meio de pronunciamento técnico para a solução de controvérsias em relação à aplicação da legislação previdenciária; e

VIII - fornecer os subsídios necessários, por meio de pronunciamento técnico, para defesa da União, quando requeridos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e órgãos da Advocacia-Geral da União nas ações judiciais relacionadas ao RGPS e aos benefícios de legislação especial.

Art. 28. À Coordenação de Regulamentação (COREG), compete:

I - realizar estudos sobre o regulamento da legislação aplicada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e apresentar propostas de aprimoramento;

II - detalhar, acompanhar e controlar a regulamentação do RGPS, objetivando facilitar sua aplicabilidade técnico-operacional;

III - analisar propostas de ajustes na regulamentação da legislação, tendo em vista a melhoria dos níveis de qualidade e produtividade do RGPS;

IV - elaborar manifestações técnicas em processos encaminhados à apreciação da Secretaria de Previdência como forma de uniformização de entendimentos;

V - elaborar anteprojetos de decretos e propor demais atos normativos relacionados ao RGPS;

VI - analisar e oferecer subsídios, por meio de pronunciamento técnico, para a solução de controvérsias em relação à aplicação da regulamentação do RGPS; e

VII - fornecer subsídios necessários, por meio de pronunciamento técnico, para defesa da União quando requeridos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU) nas ações judiciais relacionadas ao RGPS e aos benefícios de legislação especial.

Art. 29. À Divisão de Análise de Legislação (DALEG), compete:

I - elaborar manifestações técnicas sobre propostas e projetos de alteração das leis referentes ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II - elaborar manifestações técnicas em processos encaminhados à apreciação da Secretaria de Previdência, como forma de uniformização de entendimentos; e

III - manter atualizados os textos consolidados da legislação do RGPS.

Art. 30. À Divisão de Análise de Acordos Internacionais (DAINT), compete:

I - elaborar minuta de acordo de Previdência Social a ser enviada pela unidade de cooperação e de acordos internacionais a outro país acordante, para conhecimento prévio e posterior negociação;

II - analisar e instruir minuta de acordo de Previdência Social proposto pelo outro país acordante, para posterior negociação; e

III - participar das comissões técnico-administrativas instituídas em acordos internacionais de Previdência Social.

Art. 31. À Divisão de Análise de Regulamentação (DAREG), compete:

I - elaborar manifestações técnicas sobre propostas e projetos de alteração de atos regulamentares e normativos referentes ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

II - elaborar manifestações técnicas em processos encaminhados à apreciação da Secretaria de Previdência, como forma de uniformização de entendimentos; e

III - manter atualizados os textos consolidados da regulamentação do RGPS.

Art. 32. Ao Serviço de Assuntos Administrativo (SEASD), compete:

I - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos e correspondências internas e externas;

II - manter atualizados os registros e arquivos pertinentes de manifestações técnicas emitidas; e

III - elaborar e instruir despachos de natureza técnica.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Seguro Contra Acidentes do Trabalho (CGSAT) compete:

I - acompanhar e avaliar as receitas do Seguro Contra Acidentes do Trabalho (SAT);

II - acompanhar e avaliar as despesas com pagamento de benefícios de natureza acidentária e da aposentadoria especial;

III - elaborar propostas de regulamentação da legislação aplicável à arrecadação e à fiscalização das contribuições sociais decorrentes dos riscos do meio ambiente de trabalho;

IV - acompanhar a implementação, manutenção e atualização de bases de dados previdenciários sobre segurança e saúde do trabalhador;

V - propor o aprimoramento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

VI - calcular o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

VII - subsidiar tecnicamente as defesas judiciais relativas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e ao Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT);

VIII - dar cumprimento às decisões judiciais relativas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

IX - responder demandas relacionadas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e ao Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT);

X - revisar o enquadramento por atividade econômica do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT); e

XI - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 34. À Coordenação do Fator Acidentário de Prevenção (CDFAP) compete:

I - elaborar, acompanhar e homologar o cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

II - elaborar as demandas evolutivas e corretivas do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

III - realizar estudos e análises para propositura de aprimoramento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

IV - realizar estudos e análises dos resultados do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e

V - realizar estudos e análises para revisão do enquadramento por atividade econômica do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT).

Art. 35. À Divisão de Contencioso do Seguro Contra Acidentes do Trabalho (DISAT) compete:

I - subsidiar tecnicamente as defesas judiciais relativas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e ao Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT);

II - dar cumprimento às decisões judiciais relativas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

III - analisar as demandas administrativas relacionadas ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e ao Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT); e

IV - realizar estudos e análises das decisões judiciais para propositura de aprimoramento do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT).

Art. 36. Ao Serviço de Assuntos Administrativos (SEAAD), compete:

I - cadastrar, acompanhar e homologar as demandas evolutivas e corretivas relacionadas ao cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

II - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos e correspondências internas e externas;

III - elaborar e instruir despachos de natureza técnica; e

IV - manter atualizados os registros e arquivos pertinentes de manifestações técnicas emitidas.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade (CGMBI) compete:

I - acompanhar a implementação, manutenção e atualização de bases de dados previdenciários sobre segurança e saúde do trabalhador;

II - avaliar a legislação aplicável às contribuições sociais decorrentes dos riscos do meio ambiente de trabalho e a aposentadoria especial, e elaborar propostas de aprimoramento;

III - participar da formulação da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador;

IV - participar de estudos e pesquisas em matéria de segurança e saúde no trabalho, visando constituir uma rede de colaboradores para o desenvolvimento técnico científico na área;

V - propor e realizar estudos junto aos segmentos interessados, visando à elaboração e à instituição de programas e mecanismos de prevenção e proteção em segurança e saúde no trabalho;

VI - avaliar e propor instrumentos normativos para aplicação dos nexos técnicos na caracterização da natureza da incapacidade;

VII - propor, acompanhar e avaliar informações de Saúde e Segurança do Trabalhador no eSocial;

VIII - desenvolver análises e pesquisas sobre séries históricas e a tendência de comportamento de benefícios por incapacidade;

IX - elaborar, desenvolver e acompanhar projetos relativos aos benefícios por incapacidade e aposentadoria especial;

X - subsidiar, quando demandado, as ações regressivas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

XI - atender demandas e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados a benefícios por incapacidade;

XII - acompanhar e participar da implementação de políticas previdenciárias destinadas às pessoas com deficiência;

XIII - supervisionar, controlar e acompanhar a execução das atividades de análise de contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e

XIV - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 38. À Coordenação de Avaliação dos Benefícios por Incapacidade (COABI) compete:

I - supervisionar, controlar e acompanhar a execução das atividades da equipe de análise de contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

II - supervisionar e acompanhar o gerenciamento das informações mensais sobre as contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

III - supervisionar, controlar e acompanhar o tratamento de dados relativos à gestão quantitativa e qualitativa das metas de análise de contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

IV - supervisionar o desenvolvimento e a publicação de estudos e boletins no âmbito da Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade;

V - acompanhar e supervisionar a implementação, manutenção e atualização de bases de dados previdenciários sobre segurança e saúde do trabalhador;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - acompanhar e monitorar as informações de Saúde e Segurança do Trabalhador no eSocial;

VII - supervisionar a formalização e a operacionalização dos acordos e convênios de cooperação técnica firmados pela Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade que envolvam compartilhamento, utilização ou repasse de dados e informações vinculados aos benefícios por incapacidade;

VIII - acompanhar e supervisionar o desenvolvimento de análises e pesquisas sobre séries históricas e a tendência de comportamento de benefícios por incapacidade; e

IX - supervisionar a elaboração e desenvolvimento de projetos relativos aos benefícios por incapacidade e aposentadoria especial.

Art. 39. À Divisão de Benefícios por Incapacidade (DIBIN) compete:

I - desenvolver pesquisas de aprimoramento e inovação legislativa a partir da condução de estudos sobre a questão da saúde e segurança do trabalhador e aquelas destinadas às pessoas com deficiência;

II - preparar, controlar e acompanhar as publicações de boletins, estudos, pesquisas e artigos elaborados, as séries históricas e as tendências de comportamento de benefícios por incapacidade;

III - controlar e acompanhar a publicação e as análises das contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em 1a e 2a instâncias administrativas;

IV - acompanhar, supervisionar e controlar o atendimento às empresas sobre assuntos relacionados ao recálculo do FAP, quanto ao andamento de contestações e recursos e pedido de vista de processos;

V - preparar, controlar e acompanhar respostas às demandas e aos pleitos originários dos órgãos e entidades da Administração Pública, de segurados e contribuintes relacionados a benefícios por incapacidade;

VI - formalizar e operacionalizar os acordos e convênios de cooperação técnica firmados, referentes a benefícios por incapacidade; e

VII - prover dados e análises técnicas, quando demandado, para fundamentação de ações regressivas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 40. Ao Serviço de Análise de Contestações e Recursos do Fator Acidentário de Prevenção (SECRF) compete:

I - executar e controlar as análises das contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) em 1a e 2a instâncias administrativas;

II - executar e supervisionar as publicações dos resultados da análise de contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

III - executar, acompanhar e controlar as atividades de recálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

IV - executar, acompanhar e controlar a distribuição de processos de contestações e recursos do cálculo e recálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

V - executar, supervisionar e controlar o tratamento de dados relativos à gestão quantitativa e qualitativa das metas de análise de contestações e recursos do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

VI - executar, controlar e acompanhar o gerenciamento das informações mensais sobre as contestações e recursos do cálculo Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e

VII - uniformizar procedimentos de análise das contestações e de recursos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Art. 41. À Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social (SRPPS) compete:

I - assistir o Secretário de Previdência na formulação, no acompanhamento e na coordenação das políticas dos Regimes Próprios de Previdência Social;

II - assistir a proposição de normas relativas aos parâmetros e às diretrizes gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social;

III - coordenar e desenvolver estudos técnicos necessários para subsidiar a formulação de políticas, o aperfeiçoamento da legislação aplicada e o acompanhamento da situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social;

IV - acompanhar e avaliar os impactos das propostas de alteração da legislação federal aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social;

V - orientar, supervisionar e acompanhar os Regimes Próprios de Previdência Social;

VI - coordenar e acompanhar a auditoria direta e indireta dos Regimes Próprios de Previdência Social;

VII - gerenciar os critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

VIII - coordenar e administrar o Processo Administrativo Previdenciário;

IX - prestar suporte ao desenvolvimento de sistemas e ações destinados à formação e ao aperfeiçoamento dos cadastros dos Regimes Próprios de Previdência Social;

X - coordenar e avaliar informações e dados relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social;

XI - promover ações destinadas à modernização da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social;

XII - estabelecer parcerias com entidades representativas dos Regimes Próprios de Previdência Social para o desenvolvimento de estudos e ações conjuntas, o intercâmbio de experiências e a disseminação de conhecimentos;

XIII - promover a articulação institucional, a cooperação técnica e o intercâmbio de informações relacionadas ao acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social com outros órgãos; e

XIV - coordenar e desenvolver ações de educação previdenciária relacionadas aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Art. 42. À Coordenação de Integração e Relacionamento Institucional (CORIN) compete:

I - coordenar a pauta de trabalho e assistir o Subsecretário em seus despachos;

II - proceder ao exame de processos e demais expedientes submetidos à deliberação do Subsecretário;

III - gerenciar, avaliar e responder os pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

IV - responder às solicitações oriundas das unidades integrantes da estrutura do Ministério;

V - controlar o atendimento das demandas relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), recebidas de outros órgãos;

VI - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Subsecretaria;

VII - coordenar o atendimento das demandas de órgãos de controle e a prestação de contas de atividades a cargo da Subsecretaria;

VIII - coordenar a articulação institucional, a cooperação técnica e o intercâmbio de informações com outros órgãos e entidades cuja atuação se relacione com os RPPS;

IX - participar do planejamento e do acompanhamento da execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em articulação com as áreas competentes;

X - coordenar e acompanhar a implantação de programas destinados à modernização da gestão dos RPPS;

XI - integrar ações entre as diferentes unidades organizacionais da Subsecretaria;

XII - coordenar o atendimento e apoio administrativo da Subsecretaria;

XIII - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência; e

XIV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 43. À Divisão de Atendimento e Assuntos Administrativos (DIATE) compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas com pessoal, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades setoriais competentes;

II - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos e correspondências internas e externas;

III - atender os representantes dos entes federativos e das unidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e distribuir as demandas que dependam de análise das áreas técnicas da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social; e

IV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal (CGNAL) compete:

I - coordenar a elaboração, acompanhamento e apreciação das alterações constitucionais e minutas de projetos de lei relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - propor e auxiliar na elaboração dos atos normativos relativos às normas gerais de organização e funcionamento aplicáveis aos RPPS;

III - coordenar e supervisionar as ações referentes à interpretação, aplicação e alteração da legislação relacionada aos RPPS;

IV - coordenar a elaboração de manuais de procedimento de análise e orientações técnicas relativos à legislação aplicável aos RPPS, visando uniformizar a sua aplicação;

V - gerenciar a análise de consultas e a elaboração de informações e pareceres técnicos no que se refere às matérias de sua competência;

VI - coordenar e supervisionar a análise da legislação recebida dos RPPS;

VII - coordenar a elaboração de subsídios técnicos nos processos judiciais em face da União quanto aos critérios exigidos para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

VIII - desenvolver e participar de ações de capacitação e de educação previdenciária destinadas ao aperfeiçoamento das atividades, projetos e matérias sob sua responsabilidade;

IX - articular-se com órgãos e entidades para troca de informações e realização de ações conjuntas relativas à aplicação das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a demandas judiciais de interesse geral dos RPPS;

X - propor o aperfeiçoamento dos procedimentos tecnológicos e dos cadastros e sistemas de gerenciamento de informações no que se refere às atribuições de sua competência;

XI - orientar e acompanhar as demais atividades e projetos das Coordenações sob sua subordinação;

XII - apoiar a Secretaria de Previdência nas suas relações com organismos internacionais por meio de dados, estudos e participação em eventos, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais;

XIII - subsidiar a Secretaria de Previdência na celebração de acordos de cooperação técnica, com organismos nacionais e internacionais, visando o intercâmbio de experiências na área de Previdência Social, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais;

XIV - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 45. À Coordenação de Estudos e Diretrizes de Normatização (CONOR) compete:

I - redigir minutas de projetos de alteração das regras constitucionais relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - elaborar minutas de projetos de lei em disciplina das normas constitucionais e atos normativos de regulamentação das normas infraconstitucionais relativas aos RPPS;

III - apreciar e elaborar manifestações em projetos de normas gerais relativos à matéria de benefícios previdenciários dos RPPS;

IV - preparar manifestações técnicas em tese visando à uniformização da interpretação da legislação previdenciária relacionada aos RPPS, que versem sobre matéria sem análise de caso concreto;

V - acompanhar os projetos de normas em discussão no âmbito do Poder Executivo e no Congresso Nacional das matérias relativas aos RPPS;

VI - acompanhar a jurisprudência dos tribunais superiores nas matérias relativas aos RPPS;

VII - dar suporte à elaboração das normas internas referentes à análise da legislação e acompanhamento dos RPPS;

VIII - solicitar a divulgação da legislação sobre os RPPS na página da Previdência Social na internet;

IX - assessorar tecnicamente a unidade organizacional responsável pela negociação de Acordos Internacionais de Previdência Social que envolvam os RPPS;

X - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência; e

XI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 46. À Coordenação de Orientação e Informações Técnicas (COINT) compete:

I - coordenar a análise de consultas e a elaboração de informações sobre as matérias de sua competência;

II - atender as demandas originadas de órgãos externos, relativas às matérias de sua competência;

III - dirimir questionamentos em tese relacionados à legislação de benefícios previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que versem sobre matéria sem análise de caso concreto;

IV - elaborar relatórios gerenciais sobre a regularidade da legislação encaminhada pelos entes federativos, relativa aos seus RPPS;

V - cumprir as decisões judiciais que determinam a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) ou a exclusão das irregularidades relativas ao CRP dos cadastros da União, conforme orientação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

VI - manter o controle da emissão e renovação do certificado específico para cumprimento de decisão judicial, nos casos em que foi determinada a suspensão de irregularidades relacionadas ao CRP dos cadastros da União;

VII - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência; e

VIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 47. À Divisão de Orientação Normativa (DIVON) compete:

I - proceder a análise de consultas e a elaboração de informações sobre as matérias de sua competência;

II - elaborar respostas para atendimento a consultas recebidas dos entes federativos por meio eletrônico;

III - receber e atender as demandas distribuídas quanto às matérias de sua competência; e

IV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 48. Ao Serviço de Suporte a Informações Técnicas (SESIT) compete:

I - preparar informações técnicas em processos judiciais acerca do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) quanto aos critérios exigidos para sua emissão cuja análise seja de responsabilidade da Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal, e consolidar as informações quanto aos critérios cuja análise seja de responsabilidade de outras áreas da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social;

II - efetuar o registro das ações judiciais relativas ao CRP no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

III - auxiliar no cumprimento das decisões judiciais que determinam a emissão do CRP ou a exclusão das irregularidades relativas ao CRP dos cadastros da União, conforme orientação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

IV - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

V - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 49. À Coordenação de Acompanhamento Legal (COALE) compete:

I - acompanhar, orientar e supervisionar os entes federativos quanto ao cumprimento da legislação e normas de Previdência Social, com vistas à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

II - analisar a legislação previdenciária recebida dos entes federativos quanto aos aspectos formais exigidos;

III - registrar a legislação previdenciária encaminhada pelos entes federativos no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

IV - supervisionar a análise e as notificações encaminhadas aos entes federativos quanto a análise da legislação;

V - executar os procedimentos relacionados à formalização dos acordos de cooperação técnica para operacionalização da compensação financeira previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

VI - organizar e manter a documentação arquivística da legislação previdenciária recebida dos entes federativos;

VII - auxiliar na elaboração de informações judiciais relacionadas às matérias de sua competência;

VIII - atender a demandas originadas de órgãos externos, relativas às matérias de sua competência;

IX - dirimir questionamentos em relação à análise da legislação dos RPPS;

X - elaborar relatórios gerenciais sobre a regularidade da legislação dos entes federativos quanto ao regime de previdência;

XI - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência;

XII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

XIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 50. À Divisão de Análise da Legislação (DIALE) compete:

I - analisar a legislação previdenciária dos entes federativos quanto à conformidade de seu conteúdo às normas gerais de instituição, organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - analisar a legislação previdenciária e outras informações prestadas pelos entes federativos para a definição de seu histórico previdenciário;

III - definir o histórico dos regimes previdenciários adotados pelos entes federativos e efetuar o seu registro no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

IV - elaborar e encaminhar notificações aos entes federativos, relativas à legislação analisada, e acompanhar o seu cumprimento;

V - informar aos interessados sobre o resultado da análise e registro da legislação recebida;

VI - responder consultas dos entes federativos acerca do resultado da análise da legislação recebida;

VII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

VIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 51. À Coordenação-Geral de Estruturação de Informações Previdenciárias (CGEIP) compete:

I - gerenciar e coordenar as atividades de estruturação, manutenção e supervisão do Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

II - gerenciar e coordenar as atividades de estruturação, manutenção e supervisão dos sistemas de informações cadastrais, funcionais, financeiras dos servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

III - participar da estruturação, manutenção e supervisão do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), no que se refere às informações relativas aos RPPS;

IV - gerenciar e coordenar as atividades de estruturação, manutenção e supervisão do Sistema de Informações Gerenciais de Atendimento e Acompanhamento dos RPPS (SIGA-RPPS), do Sistema de Informações Gerenciais do CADPREV e do Sistema de Gestão de Consultas da Subsecretaria;

V - subsidiar os estudos direcionados ao aperfeiçoamento dos RPPS;

VI - identificar, analisar, avaliar, propor e planejar soluções tecnológicas para automação de processos finalísticos e gerenciais;

VII - coordenar e acompanhar a manutenção das informações relativas aos RPPS, constantes no Portal da Previdência Social;

VIII - divulgar as informações relativas aos RPPS constantes dos sistemas sob sua gestão;

IX - gerenciar a disponibilização aos RPPS de informações provenientes de cruzamento de dados dos sistemas sob gestão da Subsecretaria;

X - supervisionar e avaliar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações relativos aos RPPS;

XI - subsidiar a execução de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de informações sobre os RPPS;

XII - articular com as demais áreas da Subsecretaria o aperfeiçoamento dos cadastros e sistemas de informações prestadas pelos RPPS;

XIII - propor ao Subsecretário o aprimoramento e desenvolvimento de aplicativos visando a melhoria do controle, supervisão, monitoramento e gestão dos RPPS;

XIV - desenvolver e participar de ações de capacitação e de educação previdenciária destinadas ao aperfeiçoamento das atividades, projetos e matérias sob sua responsabilidade;

XV - estabelecer, em conjunto com as demais Coordenações-Gerais, diretrizes, planos e projetos de modernização e expansão da capacidade tecnológica da Subsecretaria;

XVI - auxiliar na manutenção das informações relativas aos RPPS, constantes no Portal da Previdência Social na rede mundial de computadores;

XVII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XVIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 52. À Coordenação de Gerenciamento de Informações Previdenciárias (COGIP) compete:

I - gerenciar o Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

II - monitorar as bases de dados com informações relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para subsidiar a Subsecretaria em suas atribuições;

III - propor, desenvolver, gerenciar e subsidiar a disponibilização de indicadores relativos aos RPPS;

IV - avaliar e acompanhar a execução das medidas propostas, relacionadas ao aperfeiçoamento e funcionamento dos sistemas corporativos previdenciários;

V - gerenciar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas corporativos dos RPPS;

VI - propor e acompanhar, em conjunto com as áreas de negócio, diretrizes, planos e projetos de modernização e expansão da capacidade tecnológica da Subsecretaria;

VII - prestar suporte técnico aos usuários dos sistemas dos RPPS;

VIII - fornecer informações para subsidiar a atuação em ações judiciais e aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria, relacionadas às suas competências;

IX - propor melhorias nos sistemas de informações de responsabilidade da Subsecretaria; e

X - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 53. À Divisão de Informações Previdenciárias (DIPRE) compete:

I - acompanhar e avaliar os projetos de desenvolvimento e manutenção do Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

II - auxiliar na sistematização de indicadores propostos pelas áreas da Subsecretaria;

III - prestar suporte e orientação aos entes federativos em relação aos sistemas disponibilizados pela Subsecretaria;

IV - gerenciar as demandas corretivas e evolutivas nos sistemas de informações de responsabilidade da Subsecretaria;

V - prover treinamento técnico-operacional das aplicações relacionadas aos RPPS;

VI - acompanhar o desenvolvimento e homologação de produtos dos sistemas relacionados aos RPPS;

VII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência;

VIII - elaborar e publicar os manuais de operacionalização dos sistemas dos RPPS; e

IX - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 54. À Coordenação de Gerenciamento e Estruturação de Cadastros (COGEC) compete:

I - propor ações de estruturação do cadastro nacional de informações sociais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - gerenciar e estruturar o cadastro nacional dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

III - gerenciar o Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV) e a orientação e uniformização na sua utilização;

IV - disponibilizar aos RPPS informações provenientes de cruzamento de dados dos sistemas sob gestão da Subsecretaria;

V - revisar e aprovar os manuais com orientações de operacionalização dos sistemas relacionados aos RPPS;

VI - estruturar e gerenciar a execução de ações de capacitação relativas aos sistemas de cadastros sob gestão da Subsecretaria;

VII - avaliar e acompanhar a execução das medidas propostas, relacionadas ao aperfeiçoamento e funcionamento dos sistemas de cadastro da Subsecretaria;

VIII - propor melhorias corretivas e evolutivas nos sistemas de informações de responsabilidade da Subsecretaria;

IX - gerenciar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas relativos ao SIPREV e ao cadastro nacional de informações sociais dos servidores públicos; e

X - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 55. À Divisão de Estruturação de Cadastros (DIESC) compete:

I - gerenciar ações de melhorias e atualização do cadastro nacional de informações sociais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (SIPREV) e dos Sistemas de Informações Gerenciais;

II - consolidar as informações relativas aos beneficiários dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

III - gerenciar as demandas corretivas e evolutivas nos sistemas de informações de responsabilidade da Subsecretaria;

IV - prestar suporte e orientação aos entes federados em relação aos aplicativos e sistemas de cadastro disponibilizados pela Subsecretaria;

V - prover treinamento técnico e operacional das aplicações relacionadas ao cadastro nacional de informações sociais dos RPPS;

VI - acompanhar e homologar os produtos dos sistemas desenvolvidos para a Subsecretaria;

VII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

VIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação.

Art. 56. Ao Serviço de Informações Gerenciais (SEING) compete:

I - monitorar a qualidade das informações dos RPPS;

II - gerenciar a manutenção do Sistema de Informações Gerenciais de Atendimento e Auditoria dos RPPS (SIGA-RPPS);

III - apoiar e prestar suporte aos entes federativos em relação ao controle de acesso aos sistemas relacionados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

IV - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência;

V - auxiliar na manutenção das informações relativas aos RPPS, constantes no Portal da Previdência Social na rede mundial de computadores (INTERNET); e

VI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 57. À Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos (CGACI) compete:

I - coordenar e supervisionar o planejamento das ações de acompanhamento e análise das informações atuariais, contábeis e dos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - coordenar e supervisionar a elaboração e análise das projeções e simulações dos resultados financeiros e atuariais dos RPPS;

III - coordenar e supervisionar o desenvolvimento de estudos referentes aos assuntos atuariais, econômicos e a sistematização dos procedimentos contábeis e planos de contas aplicáveis aos RPPS;

IV - propor a formulação de atos normativos relativos ao aperfeiçoamento dos parâmetros atuariais, econômicos e contábeis dos RPPS;

V - coordenar e supervisionar a execução das ações de acompanhamento e orientação da observância do equilíbrio financeiro e atuarial, da aplicação das normas relativas à gestão e investimento dos recursos financeiros e dos procedimentos contábeis pelos RPPS;

VI - gerenciar a análise de consultas e a elaboração de informações e pareceres técnicos no que se refere às matérias de sua competência;

VII - desenvolver e participar de ações de capacitação e de educação previdenciária destinadas ao aperfeiçoamento das atividades, projetos e matérias sob sua responsabilidade;

VIII - articular-se com órgãos e entidades para troca de informações e realização de ações conjuntas de acompanhamento dos RPPS;

IX - aprovar os manuais de procedimentos de análise e orientações técnicas visando uniformizar a sua aplicação;

X - propor o aperfeiçoamento dos procedimentos tecnológicos e dos cadastros e sistemas de gerenciamento de informações no que se refere às atribuições de sua competência;

XI - propor e encaminhar subsídios para as ações de auditoria direta dos RPPS;

XII - orientar e acompanhar as demais atividades e projetos das Coordenações sob sua subordinação;

XIII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XIV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 58. À Coordenação de Estudos e Diretrizes Atuariais, Econômicas e Contábeis (CODAE) compete:

I - elaborar subsídios para o planejamento das ações de acompanhamento e análise das informações atuariais, contábeis e dos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - monitorar as informações atuariais, contábeis e dos investimentos dos RPPS;

III - auxiliar na elaboração do indicador de situação previdenciária dos RPPS;

IV - propor e executar procedimentos relacionados à captação, tratamento e análise de informações recebidas de outros órgãos, relacionadas ao acompanhamento dos RPPS;

V - propor a divulgação das informações atuariais, contábeis e econômicas dos RPPS;

VI - analisar e acompanhar os assuntos econômicos que possam impactar a gestão dos investimentos de recursos dos RPPS;

VII - participar da formulação de parâmetros gerais de atuária, contabilidade e investimentos dos recursos dos RPPS;

VIII - proceder a análise de consultas de interesse geral e a elaboração de informações sobre as matérias relativas aos assuntos atuariais, contábeis e econômicos dos RPPS;

IX - fornecer informações de subsídio às ações judiciais e aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria relacionadas às suas competências;

X - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 59. À Coordenação de Acompanhamento Atuarial (COAAT) compete:

I - acompanhar e orientar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) quanto à observância do equilíbrio financeiro e atuarial e dos parâmetros gerais de atuária;

II - controlar, acompanhar e analisar as informações atuariais encaminhadas pelos RPPS;

III - elaborar e analisar projeções e simulações dos resultados financeiros e atuariais dos RPPS;

IV - acompanhar o registro das informações dos planos de custeio dos RPPS no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

V - proceder à análise de consultas e emissão de pareceres, nas matérias de sua competência;

VI - fornecer informações de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria, relacionadas às suas competências;

VII - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência;

VIII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

IX - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 60. Ao Serviço de Análise e Registro de Plano de Custeio (SERPC) compete:

I - analisar a legislação previdenciária, encaminhada pelos entes federativos, relativa à instituição ou revisão de planos de custeio e de equacionamento de déficit atuarial e efetuar o registro no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV);

II - prestar informações que subsidiem a análise quanto à observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

III - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

IV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 61. À Divisão de Acompanhamento Contábil (DIACO) compete:

I - acompanhar e orientar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) quanto à observância dos procedimentos contábeis e do plano de contas aplicado ao setor público;

II - controlar, acompanhar e analisar as informações contábeis, orçamentárias e fiscais dos RPPS;

III - participar do desenvolvimento e sistematização dos procedimentos contábeis e planos de contas aplicáveis aos RPPS;

IV - proceder à análise de consultas e emissão de pareceres, nas matérias de sua competência;

V - fornecer informações de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria, relacionadas às suas competências;

VI - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

VII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 62. À Divisão de Acompanhamento de Investimentos (DIINV) compete:

I - acompanhar e orientar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) quanto à observância das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e dos parâmetros gerais relativos à elaboração da política de investimentos e aplicação dos recursos;

II - controlar, acompanhar e analisar as informações relativas às políticas de investimento e à aplicação de recursos dos RPPS;

III - proceder à análise de consultas e emissão de pareceres, nas matérias de sua competência;

IV - fornecer informações de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria, relacionadas às suas competências;

V - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

VI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 63. À Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso (CGAUC) compete:

I - coordenar e supervisionar o planejamento e a execução das ações de auditoria dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), quanto ao cumprimento da legislação de caráter normativo geral;

II - coordenar e supervisionar as ações do contencioso administrativo previdenciário;

III - coordenar e supervisionar a execução das ações de acompanhamento e orientação do caráter contributivo dos RPPS;

IV - examinar e encaminhar para aprovação do Subsecretário as representações emitidas às autoridades competentes;

V - gerenciar a análise de consultas e a elaboração de informações e pareceres técnicos sobre as matérias relativas às auditorias, ao contencioso administrativo previdenciário e à observância do caráter contributivo dos RPPS;

VI - propor o aperfeiçoamento de atos normativos relativos às matérias sob sua competência;

VII - desenvolver e participar de ações de capacitação e de educação previdenciária destinadas ao aperfeiçoamento das atividades, projetos e matérias sob sua responsabilidade;

VIII - desenvolver ações conjuntas de controle e supervisão dos RPPS com outros órgãos de fiscalização e controle;

IX - aprovar os manuais de procedimentos de auditoria e orientações técnicas;

X - propor o aperfeiçoamento dos procedimentos tecnológicos e dos cadastros e sistemas de gerenciamento da informação no que se refere às atribuições de sua competência;

XI - orientar e acompanhar as demais atividades e projetos das Coordenações sob sua subordinação;

XII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 64. À Coordenação de Auditoria (COAUD) compete:

I - acompanhar o planejamento e executar as ações de auditoria dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - coordenar o alinhamento das ações de auditoria às atividades de acompanhamento legal e das informações atuariais, contábeis e dos investimentos dos RPPS;

III - avaliar os resultados obtidos na execução das auditorias e supervisionar a matriz de risco para subsidiar o planejamento das ações de auditoria dos RPPS;

IV - revisar a Notificação de Auditoria-Fiscal (NAF), o Relatório de Auditoria e demais documentos resultantes da auditoria realizada;

V - analisar as representações emitidas às autoridades competentes, quando constatados indícios de crimes ou irregularidades na gestão dos RPPS, cuja apuração seja de responsabilidade de outros órgãos;

VI - elaborar manuais de procedimentos relativos às ações de auditoria e orientações técnicas, visando uniformizar a sua aplicação;

VII - proceder a análise de consultas e a elaboração de informações sobre as matérias relativas à auditoria, inclusive as destinadas a auxiliar na elaboração de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

VIII - propor o desenvolvimento e adequação dos sistemas de controle e de realização de auditorias;

IX - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência;

X - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

XI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 65. À Divisão de Planejamento e Monitoramento de Auditorias (DIPLA) compete:

I - elaborar o planejamento das ações de auditoria dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);

II - manter a matriz de risco para subsidiar o planejamento das ações de auditoria dos RPPS;

III - monitorar a execução das ações de auditoria dos RPPS;

IV - manter as informações dos sistemas de controle das auditorias; e

V - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 66. Ao Serviço de Apoio a Auditoria e Contencioso (SEAUC) compete:

I - prestar suporte operacional à realização das auditorias;

II - organizar e acompanhar os documentos relativos às auditorias planejadas e executadas;

III - instruir, organizar e acompanhar os processos administrativos previdenciários;

IV - alimentar os sistemas gerenciais de execução das auditorias e de controle do processo administrativo previdenciário;

V - efetuar os registros no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV) decorrentes dos processos administrativos previdenciários; e

VI - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 67. À Coordenação de Contencioso Administrativo Previdenciário (COCAP) compete:

I - controlar os processos administrativos previdenciários instaurados a partir das auditorias realizadas nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e zelar pelo cumprimento dos prazos processuais;

II - revisar as decisões proferidas e demais atos dos processos administrativos previdenciários;

III - acompanhar os registros no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social (CADPREV) decorrentes dos processos administrativos previdenciários;

IV - analisar as informações relativas aos termos de acordo de parcelamento de débitos dos RPPS, que contenham períodos objeto de auditoria direta, para verificação de sua conformidade às normas gerais;

V - orientar os entes federativos acerca dos procedimentos para regularização dos processos administrativos previdenciários;

VI - proceder à análise de consultas e a elaboração de informações sobre as matérias relativas ao contencioso administrativo previdenciário, inclusive as destinadas a auxiliar na elaboração de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

VII - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência;

VIII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

IX - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 68. À Divisão de Acompanhamento de Repasse e Parcelamentos (DIREP) compete:

I - executar o acompanhamento do caráter contributivo dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), por meio da análise das informações relativas ao repasse de valores devidos e ao cumprimento dos termos de acordo de parcelamento de débitos;

II - analisar as informações relativas aos termos de acordo de parcelamento de débitos dos RPPS, que não contenham períodos objeto de auditoria direta, para verificação de sua conformidade às normas gerais;

III - analisar os demonstrativos de informações previdenciárias apresentados pelos RPPS;

IV - orientar os entes federativos quanto às matérias de sua competência;

V - proceder à análise de consultas e a elaboração de informações sobre as matérias relativas ao acompanhamento do caráter contributivo e aos parcelamentos dos RPPS, inclusive as destinadas a auxiliar na elaboração de subsídios às ações judiciais, aos pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

VI - fornecer suporte ao desenvolvimento e implantação dos sistemas de acompanhamento do caráter contributivo e de parcelamentos dos RPPS;

VII - receber e atender as demandas distribuídas, quanto às matérias de sua competência; e

VIII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 69. À Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC) compete:

I - assistir o Secretário de Previdência na formulação e no acompanhamento das políticas e das diretrizes do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar;

II - acompanhar e avaliar os efeitos das políticas públicas e diretrizes governamentais relativas ao Regime de Previdência Complementar;

III - avaliar as propostas de alteração da legislação e os seus impactos sobre o Regime de Previdência Complementar e sobre as atividades das entidades fechadas de previdência complementar;

IV - promover, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a simplificação, a racionalização e o aperfeiçoamento da legislação do Regime de Previdência Complementar;

V - promover o desenvolvimento harmônico do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas, de maneira a fomentar o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais;

VI - assistir o Secretário de Previdência no acompanhamento do acordo de metas de gestão e desempenho com a Previc;

VII - auxiliar o Ministro de Estado na supervisão das atividades da Previc, inclusive quanto ao acompanhamento das metas de gestão e desempenho da Autarquia;

VIII - articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais e internacionais com atuação no campo econômico-previdenciário para a realização de estudos, conferências técnicas, congressos, seminários e eventos semelhantes, referente ao Regime de Previdência Complementar; e

IX - desenvolver ações de educação financeira relacionadas aos Regimes de Previdência Complementar.

Art. 70. À Coordenação de Relacionamento Institucional (COORI) compete:

I - coordenar a pauta de trabalho e assistir o Subsecretário em seus despachos;

II - proceder ao exame de processos e demais expedientes submetidos à deliberação do Subsecretário;

III - gerenciar, avaliar e responder os pedidos de acesso à informação e demandas de ouvidoria;

IV - responder às solicitações oriundas das unidades integrantes da estrutura do Ministério;

V - controlar o atendimento das demandas relativas ao Regime de Previdência Complementar (RPC) recebidas de outros órgãos;

VI - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Subsecretaria;

VII - coordenar o atendimento das demandas de órgãos de controle e a prstação de contas de atividades a cargo da Subsecretaria;

VIII - participar da elaboração do planejamento estratégico e monitorar as ações afetas à Subsecretaria, em conformidade com as unidades administrativas competentes;

IX - coordenar a articulação institucional, a cooperação técnica e o intercâmbio de informações com outros órgãos e entidades cuja atuação se relacione com o RPC;

X - participar do planejamento e do acompanhamento da execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em articulação com as áreas competentes;

XI - coordenar e acompanhar a implantação de programas destinados à modernização da gestão do RPC;

XII - coordenar o atendimento e apoio administrativo da Subsecretaria;

XIII - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação dos sistemas em sua área de competência; e

XIV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 71. À Divisão de Atendimento e Assuntos Administrativos (DIAAD) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - executar e controlar as atividades relacionadas com pessoal, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades setoriais competentes;

II - executar e controlar as atividades de apoio administrativo, gerenciamento de documentos e correspondências internas e externas;

III - executar as atividades de coleta, registro e tratamento de informações da atuação e dos resultados institucionais, com vistas a subsidiar a elaboração de relatórios de atividades e da gestão, bem como o atendimento de demandas internas e externas;

IV - distribuir as demandas que dependam de análise das áreas técnicas da Subsecretaria; e

V - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 72. À Coordenação-Geral de Estudos Técnicos e Análise Conjuntural (CGEAC) compete:

I - assistir o Subsecretário no acompanhamento e na análise da evolução e do desenvolvimento do Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - apoiar a participação do Subsecretário nos debates com as associações técnicas, organismos e instituições especializadas, no âmbito nacional e internacional, relativos à previdência complementar;

III - desenvolver, coordenar e divulgar estudos, pesquisas, análises conjunturais e diagnósticos, visando o desenvolvimento do RPC;

IV - acompanhar e analisar a evolução da liquidez, da solvência e do equilíbrio do RPC;

V - apresentar manifestação sobre os impactos técnicos e conjunturais de propostas relacionadas ao RPC e seus reflexos nos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar;

VI - coordenar estudos com vistas à evolução técnica, à modernização e ao desenvolvimento do RPC relativos aos aspectos econômicos, financeiros, contábeis, atuariais e sociais;

VII - coordenar a captação, o monitoramento e a disseminação de dados e informações econômicas e estatísticas do RPC;

VIII - acompanhar e avaliar os indicadores sociais, econômicos e previdenciários e seus impactos no RPC;

IX - propor e acompanhar o intercâmbio de informações econômicas, estatísticas e sociais de interesse do RPC com organismos e entidades nacionais e internacionais;

X - auxiliar nos procedimentos afetos à supervisão e ao acompanhamento da atuação institucional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

XI - coordenar as propostas de alteração e ajustes dos termos do acordo de metas de gestão e desempenho celebrado com a Previc;

XII - coordenar a elaboração de análises conjunturais, socioeconômicas e financeiras para subsidiar as propostas de políticas para o RPC;

XIII - desenvolver projetos de cooperação, afetos a sua área de competência, em parceria com organismos e entidades nacionais e internacionais;

XIV - apoiar a Secretaria de Previdência nas suas relações com organismos internacionais por meio de dados, estudos e participação em eventos, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais;

XV - subsidiar a Secretaria de Previdência na celebração de acordos de cooperação técnica, com organismos nacionais e internacionais, visando o intercâmbio de experiências na área de Previdência Social, em articulação com a unidade de cooperação e acordos internacionais; e

XVI - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 73. À Coordenação de Análise Conjuntural (COANC) compete:

I - coordenar e divulgar estudos técnicos e diagnósticos do Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - coordenar e divulgar estudos econômicos e conjunturais para auxiliar na proposição de políticas de previdência complementar;

III - manifestar-se sobre os impactos das propostas de regulação do RPC, sob os aspectos contábeis, atuariais e financeiros;

IV - propor e acompanhar a execução de pesquisas e estudos relativos aos temas pertinentes ao RPC;

V - acompanhar os indicadores econômicos, financeiros e sociais, objetivando avaliar o reflexo no RPC;

VI - assistir a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do acordo de metas de gestão e de desempenho da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

VII - propor aperfeiçoamento do acordo de metas de gestão e desempenho celebrado com a Previc; e

VIII - coordenar a celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, afetos à sua área de competência.

Art. 74. À Divisão de Estudos Técnicos e Conjunturais (DIESC) compete:

I - realizar estudos sobre os objetivos, a atuação e o desempenho das políticas previdenciárias vinculadas ao Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - elaborar manifestação acerca dos impactos das propostas de regulação do RPC, sob os aspectos contábeis, atuariais e financeiros;

III - analisar os reflexos dos indicadores econômicos, financeiros e sociais no RPC;

IV - elaborar proposta de aperfeiçoamento do acordo de metas de gestão e desempenho da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

V - prestar apoio administrativo à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do acordo de metas de gestão e de desempenho da Previc; e

VI - providenciar, dentro de sua área de competência, as ações necessárias à celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.

Art. 75. À Coordenação de Informações Técnicas e Gerenciais (COINF) compete:

I - coordenar pesquisa, coleta de dados e disponibilização de informações cadastrais, atuariais, contábeis, de investimentos e populacional de entidades fechadas de previdência complementar e de planos de benefícios, e outros indicadores de interesse do Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - propor indicadores para acompanhamento do desempenho do RPC;

III - propor a realização de ações de intercâmbio de informações, de estudos e de pesquisas com órgãos nacionais e internacionais;

IV - coordenar a disponibilização das publicações e informações de interesse do RPC;

V - coordenar ações de acompanhamento e monitoramento do RPC; e

VI - coordenar a celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, afetos à sua área de competência.

Art. 76. À Divisão de Informações Técnicas e Gerenciais (DITEG) compete:

I - efetuar a coleta e a análise de dados e informações de interesse do Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - elaborar material para divulgação de dados e informações;

III - manifestar-se sobre assuntos relativos à Coordenação de Informações Técnicas e Gerenciais;

IV - executar ações de acompanhamento e monitoramento do RPC;

V - executar ações de divulgação de informações e de publicações; e

VI - providenciar, na sua área de competência, as ações necessárias à celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.

Art. 77. À Coordenação-Geral de Diretrizes de Previdência Complementar (CGDPC) compete:

I - apoiar o Subsecretário na formulação de políticas e diretrizes do Regime de Previdência Complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar;

II - coordenar o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas e diretrizes governamentais relativas ao Regime de Previdência Complementar (RPC);

III - assessorar o Subsecretário na elaboração de propostas de normas relativas ao RPC;

IV - assistir o Subsecretário na proposição de discussões de educação financeira com foco no RPC;

V - apoiar a participação do Subsecretário nos debates relativos ao RPC com as associações técnicas, organismos e instituições especializadas, no âmbito nacional e internacional;

VI - propor diretrizes gerais para formulação e acompanhamento das políticas do RPC;

VII - acompanhar e propor o aprimoramento da regulação do RPC, compatibilizando-o com as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro;

VIII - apresentar projetos de racionalização e simplificação do ordenamento legal e normativo do RPC;

IX - manifestar-se sobre questionamentos legais, normativos e regulatórios do RPC;

X - coordenar ações para a disseminação e fortalecimento do RPC;

XI - apresentar manifestação técnica sobre propostas de alteração normativa e seus impactos sobre o RPC;

XII - coordenar a consolidação das normas aplicáveis ao RPC;

XIII - desenvolver projetos de cooperação, afetos à sua área de competência, em parceria com organismos e entidades nacionais e internacionais; e

XIV - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 78. À Coordenação de Diretrizes e Políticas de Previdência Complementar (CODIP) compete:

I - acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - acompanhar as discussões das associações, organismos e instituições especializadas no âmbito nacional e internacional, relativas à previdência complementar;

III - coordenar ações de educação financeira e propor material institucional e educativo com vistas à disseminação da cultura previdenciária e divulgação do RPC;

IV - propor e acompanhar ações para o fortalecimento do RPC; e

V - coordenar a celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, afetos à sua área de competência.

Art. 79. À Divisão de Acompanhamento de Diretrizes das Políticas (DIAPO) compete:

I - executar ações para disseminação e fortalecimento do Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - providenciar as ações necessárias à celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres;

III - acompanhar e oferecer subsídios ao processo de educação financeira com foco no RPC; e

IV - elaborar material institucional e educativo sobre o RPC.

Art. 80. A Coordenação de Análise Regulatória (COARG) compete:

I - realizar estudos para propor a racionalização, aperfeiçoamento e simplificação das normas afetas ao Regime de Previdência Complementar (RPC);

II - consolidar e divulgar as normas aplicáveis ao RPC;

III - executar análises para subsidiar a atividade de regulação e normatização do RPC;

IV - acompanhar a evolução dos modelos de regulação dos sistemas previdenciários, nacionais e internacionais, com vistas a propor aperfeiçoamento do RPC;

V - manifestar-se sobre propostas normativas no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC);

VI - manifestar-se sobre questionamentos legais, normativos e regulatórios do RPC;

VII - acompanhar, avaliar e manifestar-se sobre os projetos legislativos afetos ao RPC;

VIII - coordenar ações para o fortalecimento da governança das entidades fechadas de previdência complementar; e

IX - coordenar a celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, afetos à sua área de competência.

Art. 81. À Divisão de Acompanhamento Regulatório (DIARE) compete:

I - acompanhar a proposição e o andamento de projetos de lei no Poder Legislativo;

II - executar a atualização e consolidação da legislação afeta ao Regime de Previdência Complementar (RPC);

III - executar ações com enfoque na governança de entidades fechadas de previdência complementar; e

IV - providenciar as ações necessárias à celebração de acordos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres.

Art. 82. À Subsecretaria de Gestão da Previdência (SEGEP) compete:

I - assessorar o Secretário de Previdência nos assuntos referentes ao aperfeiçoamento da gestão pública, na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas relacionadas à previdência e ao fortalecimento da governança corporativa dessa Secretaria;

II - planejar, coordenar, monitorar, avaliar e propor, no âmbito do Comitê Estratégico de Gestão - CEG, os processos e os projetos relacionados à inovação institucional, em alinhamento com as políticas e as metodologias do Ministério, com vistas à melhoria contínua do desempenho institucional, à gestão da informação corporativa, à transparência das ações e à governança para resultados no âmbito dessa Secretaria;

III - planejar, coordenar e monitorar a elaboração do planejamento estratégico e da programação orçamentária no âmbito dessa Secretaria, de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério;

IV - planejar, coordenar e supervisionar a integração dos cadastros sociais do Governo brasileiro e de organismos internacionais e estrangeiros com atuação no âmbito da Previdência Social;

V - supervisionar e coordenar as atividades de prevenção, detecção, análise e combate à fraude ou outros atos lesivos ao patrimônio público em matérias relacionadas à previdência, por meio de ações e procedimentos técnicos de inteligência e de contrainteligência;

VI - gerenciar e acompanhar as negociações de acordos, o relacionamento e a afiliação junto às entidades internacionais referentes a temas previdenciários, em conjunto com os demais órgãos ou entidades públicas envolvidas com a matéria; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Previdência.

Art. 83. À Coordenação Técnico-Administrativo (COTGE) compete:

I - assessorar o Subsecretário no atendimento das demandas externas e oriundas das outras Subsecretarias;

II - executar as atividades de redação, revisão e controle de expedientes sujeitos a despachos da Subsecretaria;

III - pesquisar e acompanhar a tramitação de processos de interesse da Subsecretaria;

IV - receber, expedir, controlar, ordenar e registrar documentos, processos e correspondências internas e externas, no âmbito da Subsecretaria; e

V - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 84. À Divisão de Assuntos Administrativos (DIAGE) compete:

I - controlar as atividades administrativas, gerenciamento de documentos, comunicação administrativa e publicação de atos, em conformidade com as unidades setoriais competentes;

II - elaborar e instruir despachos de natureza técnica;

III - manter atualizados os registros e arquivos pertinentes de manifestações técnicas emitidas; e

IV - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 85. À Divisão de Comunicação Interna (DICOM) compete:

I - planejar, desenvolver e executar ações de comunicação do Secretário e Subsecretários, bem como assessorá-los nos assuntos relativos à esta área;

II - gerenciar a comunicação interna e externa da Secretaria de Previdência, em articulação com a unidade de Comunicação Social do Ministério da Fazenda;

III - desenvolver, gerenciar e zelar pela identidade visual da Previdência e por regras institucionais de aplicação de marcas e utilização de veículos de comunicação, bem como a coordenação, o planejamento e a divulgação de eventos institucionais;

IV - definir, elaborar e implementar produtos de comunicação e difundi-los em canais internos informação de interesse dos servidores da Previdência;

V - coordenar, definir e padronizar as publicações de Previdência no portal da internet e intranet;

VI - coordenar, implementar e manter os canais de comunicação eletrônica no âmbito da Secretaria de Previdência; e

VII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 86. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CGDIN) compete:

I - avaliar, desenvolver e acompanhar os estudos e tendências relacionadas à Previdência Social com vistas ao aprimoramento das políticas públicas;

II - propor, coordenar, monitorar e avaliar modelo de governança e gestão com vistas ao desempenho institucional;

III - planejar, coordenar e avaliar os processos relacionadas à gestão da estratégia e ao Plano Plurianual (PPA), em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

IV - coordenar, orientar e promover a articulação entre as unidades da Secretaria, com vistas a assegurar a integração das ações do processo de Planejamento Estratégico Institucional, a padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão para resultados;

V - planejar, coordenar e participar da elaboração da proposta orçamentária dessa Secretaria, em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

VI - propor, coordenar, monitorar e avaliar o processo de inovação institucional e a aplicação de metodologias de gerenciamento de processos de negócio, transformação e simplificação de serviços públicos, de custos, de riscos, de continuidade de negócio, de projetos e de qualidade, em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG) e Sistema de Custos do Governo Federal (SIC);

VII - propor, coordenar e monitorar o processo de organização institucional, com vistas à elaboração da arquitetura organizacional, do regimento interno e dos atos normativos relacionados ao desenvolvimento institucional;

VIII - coordenar, acompanhar e propor diretrizes de gestão da estratégia, da inovação e organização institucional, em consonância com as diretrizes do órgão setorial, por meio do Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional;

IX - coordenar e monitorar as diretrizes de gestão da informação corporativa, em consonância com o órgão setorial;

X - realizar a gestão do orçamento, programação e execução financeira, aquisições, convênios e contratos referentes à manutenção administrativa e administração patrimonial;

XI - planejar a seleção, alocação, movimentação, capacitação, desenvolvimento e administração de pessoal;

XII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência; e

XIII - exercer outras atribuições designadas pelo Subsecretário de Gestão da Previdência.

Art. 87. À Coordenação de Gestão da Estratégia e da Inovação Institucional (COGIN) compete:

I - desenvolver, coordenar e monitorar metodologias de inovação e transformação institucional com vistas à melhoria de processos e serviços públicos no âmbito desta Secretaria;

II - desenvolver, coordenar e monitorar o gerenciamento de processos, de custos, de riscos, de continuidade de negócio, de projetos e de qualidade, no âmbito desta Secretaria;

III - propor, coordenar, orientar e monitorar a modelagem de arquitetura organizacional e a elaboração dos atos normativos relacionados ao desenvolvimento institucional;

IV - propor, coordenar e disponibilizar metodologias de gestão da estratégia e gestão do desenvolvimento e inovação institucional;

V - coordenar e monitorar a avaliação de desempenho institucional junto às unidades desta Secretaria;

VI - orientar os processos relacionados ao ciclo de gestão do Plano Plurianual (PPA), em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Planejamento Federal;

VII - participar, elaborar e coordenar as diretrizes de gestão da inovação e organização institucional, de gestão da estratégia, de riscos e custos, em consonância com as diretrizes do órgão setorial, por meio do Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional;

VIII - participar e acompanhar a proposta orçamentária em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Orçamento Federal;

IX - coordenar e consolidar a elaboração dos relatórios legais em conjunto com as unidades organizacionais envolvidas no processo; e

X - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 88. À Divisão de Gestão da Inovação e Organização Institucional (DIGIO) compete:

I - aplicar, monitorar e orientar metodologias relativas ao gerenciamento de processos de negócio, de projetos no âmbito desta Secretaria;

II - aplicar, monitorar e orientar metodologias relativas ao gerenciamento da qualidade no âmbito desta Secretaria;

III - propor, monitorar e avaliar os indicadores de desempenho dos processos institucionais em conjunto com as unidades organizacionais;

IV - executar, monitorar e analisar a avaliação de desempenho institucional junto às unidades organizacionais;

V - monitorar e avaliar as estruturas organizacionais no âmbito desta Secretaria;

VI - propor e monitorar elaboração das normas, instruções, procedimentos operacionais e manuais de orientação relacionados à gestão do desenvolvimento e inovação institucional; e

VII - organizar, orientar e acompanhar a publicação de atos normativos relacionados a esta Secretaria.

Art. 89. À Divisão de Planejamento, Monitoramento e Avaliação Estratégica (DIPLE) compete:

I - coordenar, elaborar e acompanhar os processos de desenvolvimento do planejamento estratégico, com vista à formulação e desdobramento da estratégia;

II - propor, coordenar e disponibilizar metodologias de gestão da estratégia;

III - monitorar e orientar a execução dos processos relacionados ao ciclo de gestão do Plano Plurianual (PPA), em consonância com as diretrizes do órgão setorial do Sistema de Planejamento Federal;

IV - desdobrar e monitorar o Planejamento Estratégico Institucional em planos de ação, no âmbito desta Secretaria;

V - monitorar e avaliar o desempenho da gestão da estratégia, por meio dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos de Ação;

VI - consolidar a elaboração dos relatórios legais em conjunto com as unidades organizacionais envolvidas no processo;

VII - participar e acompanhar as diretrizes de gestão da estratégia, em consonância com as diretrizes do órgão setorial, por meio do Comitê Estratégico de Gestão e Inovação Institucional;

VIII - prestar orientação técnica às unidades organizacionais desta Secretaria, referente à elaboração e revisão do Plano Plurianual (PPA) e do Planejamento Estratégico Institucional (PEI); e

IX - zelar pela coerência e confiabilidade das informações inseridas nos sistemas gerenciais informatizados, relativos ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e ao Plano Plurianual (PPA).

Art. 90. Ao Serviço de Gestão da Informação Corporativa (SEGIC) compete:

I - estabelecer o intercâmbio de informações com as unidades organizacionais do Ministério, com vista a atender as demandas de gestão da informação e documentação, do serviço de acesso à informação e de ouvidoria;

II - executar e orientar as diretrizes e as atividades relacionadas à gestão da informação e documentação, em consonância com o órgão setorial;

III - executar e orientar as diretrizes e as atividades relacionadas ao gerenciamento de segurança da informação e comunicações, em co

IV - executar e controlar as atividades de elaboração e publicação das comunicações administrativas, adotando a padronização definida para atos administrativos;

V - manter as informações e documentações organizadas para fins de pesquisa, recuperação e acesso da informação;

VI - atender, coordenar e monitorar as demandas de gestão da informação e documentação referentes ao gerenciamento do serviço de acesso à informação, pertinentes a esta Secretaria; e

VII - atender, coordenar e acompanhar as manifestações de ouvidoria pertinentes a esta Secretaria.

Art. 91. À Divisão de Recursos Humanos (DIREH) compete:

I - acompanhar práticas referentes à administração de informações funcionais;

II - executar as atividades relacionadas à administração de terceirizados e do programa de estagiários no âmbito da Secretaria;

III - realizar análise e levantamento das necessidades de treinamento da Secretaria, com vistas à elaboração do Plano Anual de Capacitação, em conjunto com o órgão setorial;

IV - identificar e elaborar, em parceria com as unidades organizacionais, projetos de treinamento que atendam às necessidades identificadas;

V - acompanhar os planos e ações voltadas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de servidores da Secretaria;

VI - prestar informações funcionais aos servidores;

VII - receber documentos funcionais de servidores no âmbito da Secretaria;

VIII - manter controle dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança da Secretaria;

IX - analisar e encaminhar as solicitações de pagamento de substituições dos cargos comissionados da Secretaria ao órgão setorial;

X - acompanhar o quadro de lotação de pessoal para subsidiar a tomada de decisão quanto à distribuição da força de trabalho;

XI - consolidar as matérias a serem disseminadas no Boletim de Serviço; e

XII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 92. À Divisão de Logística e Serviços Gerais (DILOG) compete:

I - formalizar e conduzir processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, nos casos autorizados pela legislação vigente, para contratação de serviços ou aquisição de bens;

II - formalizar e conduzir processos de licitação para contratação de serviços ou aquisição de bens;

III - auxiliar as unidades interessadas na realização de pesquisa de preço e elaboração de termos de referência ou projetos básicos para contratação de serviços ou aquisições de bens realizadas no âmbito da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional;

IV - auxiliar as unidades solicitantes na elaboração de editais, quando as contratações ou aquisições devam ser realizadas mediante processos de licitação;

V - gerir os contratos firmados no âmbito da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional;

VI - utilizar atas de registro de preços, na condição de órgão participante ou órgão não participante;

VII - realizar aquisições e contratações, nos termos da legislação vigente, por meio de suprimento de fundos;

VIII - solicitar e acompanhar junto às Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda o fornecimento de bens ou a prestação de serviços constantes nos contratos celebrados por elas para atender os órgãos do Ministério da Fazenda; e

IX - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 93. Ao Serviço de Apoio e Suporte Logístico (SSLOG) compete:

I - apoiar as atividades relacionadas à logística e patrimônio;

II - dar suporte à movimentação dos bens patrimoniais; e

III - apoiar os processos de administração de material e serviços gerais.

Art. 94. À Divisão de Orçamento e Finanças (DIOFI) compete:

I - elaborar e consolidar a proposta orçamentária anual da Unidade Gestora sob responsabilidade da Secretaria da Previdência;

II - realizar e gerenciar a execução orçamentária e financeira Unidade Gestora sob responsabilidade da Secretaria da Previdência;

III - manter relacionamento com a Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério da Fazenda no que tange à gestão e execução orçamentária e financeira da Unidade Gestora sob responsabilidade da Secretaria da Previdência;

IV - analisar os processos de despesas sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional com vistas à adequação à legislação vigente em vigor;

V - assessorar o ordenador de despesa e as áreas da Secretária de Previdência quanto à gestão orçamentária e financeira da Unidade Gestora sob responsabilidade da Secretaria da Previdência;

VI - realizar as conformidades de registro de gestão e de operador relacionadas às movimentações orçamentárias e financeiras da Unidade Gestora sob responsabilidade da Secretaria da Previdência; e

VII - auxiliar no desenvolvimento das demais atividades da Subsecretaria.

Art. 95. Ao Serviço de Gerenciamento de Convocações (SEGCO) compete:

I - gerenciar a emissão de passagens aéreas para servidores e colaboradores eventuais, nos deslocamentos em objeto de serviço, inclusive para servidores removidos e seus dependentes;

II - prestar suporte técnico aos usuários do sistema informatizado, para cadastramento de convocações e propostas de viagens dos servidores e colaboradores eventuais; e

III - executar as convocações e propostas de viagens da Secretaria e suas unidades organizacionais subordinadas.

Art. 96. À Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária (COINP) compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar e executar ações especializadas para a obtenção de dados e informações orientadas à análise, à produção, à difusão e à salvaguarda de conhecimento estratégico de inteligência, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, em subsídio ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento das atividades de competência da Secretaria de Previdência;

II - articular-se com sistemas, órgãos, comissões, conselhos, agências e entidades, nos assuntos afetos à atividade de inteligência, em todos os níveis da administração pública, em especial os relacionados à inteligência de Estado, de segurança pública, fiscal, financeira ou voltados ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, de forma a promover a integração e a cooperação da Inteligência Previdenciária com as unidades de inteligência parceiras;

III - articular-se com órgãos, agências e entidades, em todos os níveis da administração pública, para promover a cooperação técnica, a atuação integrada e o intercâmbio de dados e informações, bem como o apoio operacional mútuo, visando à produção de conhecimento estratégico de inteligência e ao combate a ilícitos organizados contra a Previdência;

IV - planejar, coordenar e supervisionar o exercício sistemático e permanente de ações especializadas de inteligência e de contrainteligência, em especial aquelas voltadas à prevenção, à detecção, à investigação e ao combate a ilícitos organizados em detrimento da Previdência, inclusive aqueles que concorram para a sua consumação ou que deles decorram;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - planejar, coordenar e supervisionar a execução de ações conjuntas, inclusive na forma de Forças-Tarefas Previdenciárias, articulando-se com a Polícia Federal, Ministério Público Federal, Agência Brasileira de Inteligência e demais integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, bem como com órgãos e entidades em todos os níveis da administração pública, visando ao combate a ilícitos organizados contra a Previdência;

VI - propor a celebração de ajustes de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, com entidades e organismos nacionais e internacionais, visando o apoio operacional mútuo, o intercâmbio de informações e a capacitação e o aperfeiçoamento do seu quadro funcional, em matérias afetas à inteligência previdenciária;

VII - aprovar o Plano de Inteligência Previdenciária, a Doutrina de Inteligência Previdenciária, os manuais de procedimentos e os atos normativos, relativos às atividades de inteligência e de contrainteligência, em consonância com a Política Nacional de Inteligência e demais diretivas estabelecidas pelas autoridades competentes;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas desta Coordenação-Geral, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência;

IX - aprovar, promover, coordenar, subsidiar e supervisionar ações e projetos destinados ao aperfeiçoamento dos métodos de inteligência e contrainteligência e dos sistemas informatizados de apoio à atividade de inteligência previdenciária;

X - propor o aperfeiçoamento de atos normativos e sistemas informatizados afetos à matéria previdenciária, com base nos conhecimentos estratégicos de inteligência produzidos, especialmente quanto ao fortalecimento dos controles e da prevenção a fraudes;

XI - propor a instituição, modificação, extinção e abrangência geográfica de Núcleos e Representações de Inteligência Previdenciária, bem como a designação dos respectivos responsáveis;

XII - praticar atos de gestão dos recursos destinados às ações de caráter sigiloso, no interesse desta Coordenação-Geral; e

XIII - propor ações permanentes de capacitação e aperfeiçoamento destinadas à formação e ao desenvolvimento de pessoas para atuar na atividade de inteligência previdenciária.

Art. 97. À Coordenação Operacional (COPER) compete:

I - coordenar, subsidiar e controlar as atividades de análise, produção e difusão de conhecimento de inteligência desenvolvidas no âmbito de núcleos e representações de inteligência previdenciária;

II - orientar, subsidiar e controlar as atividades de inteligência desenvolvidas pelos grupos de trabalho integrantes das forças-tarefas previdenciárias;

III - gerir, apoiar e controlar a análise de denúncias e de indicativos de tipologias de fraudes para subsidiar a produção de conhecimento de inteligência voltado ao combate a ilícitos organizados contra a Previdência;

IV - propor, subsidiar e acompanhar ações e projetos destinados ao aperfeiçoamento dos métodos de inteligência e contrainteligência e dos sistemas informatizados de apoio à atividade de inteligência previdenciária;

V - orientar, monitorar e controlar as atividades de gestão de núcleos e representações de inteligência previdenciária, em especial aquelas relativas ao registro de informações gerenciais e de processos internos de interesse da Coordenação-Geral;

VI - gerenciar, sistematicamente, o registro e a atualização das informações estratégicas relativas às atividades desenvolvidas por núcleos e representações de inteligência previdenciária;

VII - zelar pela coerência e confiabilidade das informações inseridas nos sistemas gerenciais informatizados da Coordenação-Geral;

VIII - orientar, acompanhar e avaliar os núcleos e representações de inteligência previdenciária quanto à observância e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas nos manuais de procedimentos e atos normativos relativos à atividade de inteligência previdenciária, consoante os princípios, valores, conceitos e normas disciplinados na Doutrina de Inteligência Previdenciária; e

IX - exercer outras atividades designadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 98. À Coordenação de Informações Estratégicas (CIEST) compete:

I - planejar, coordenar e executar projetos, estudos e pesquisas para subsidiar ações de prevenção, detecção, investigação e combate a ilícitos previdenciários, a partir da análise de padrões de dados indicativos de tipologias de fraudes, mediante a aplicação de conhecimentos interdisciplinares em estatística, análise, inteligência e mineração de bases de dados;

II - propor, planejar e coordenar ações voltadas ao aprimoramento e aperfeiçoamento da integração de bases de dados, do intercâmbio e da disponibilização de informações estratégicas de interesse da Coordenação-Geral;

III - propor, coordenar e subsidiar ações e projetos destinados ao aperfeiçoamento dos métodos de inteligência e contrainteligência e dos sistemas informatizados de apoio à atividade de Inteligência Previdenciária, em especial os voltados à prevenção, detecção, investigação e combate a ilícitos previdenciários;

IV - administrar e operar os equipamentos e as ferramentas específicas necessárias à realização das atividades previstas nos incisos anteriores, ressalvadas as competências e iniciativas das áreas competentes;

V - planejar, coordenar e executar atividades de análise, produção e difusão de conhecimento estratégico de inteligência para subsidiar o planejamento, a supervisão e a execução das ações especializadas da Coordenação-Geral;

VI - planejar, coordenar, executar e orientar atividades de suporte ao desenvolvimento, aperfeiçoamento, adequação e aplicação de recursos tecnológicos inerentes às atividades de inteligência previdenciária; e

VII - exercer outras atividades designadas pelo Coordenador-Geral.

Art. 99. À Divisão de Contrainteligência (DICOI) compete:

I - gerenciar e executar as atividades de contrainteligência para subsidiar as ações da Coordenação-Geral e de suas unidades vinculadas, bem como para atender a demandas de órgãos congêneres, de acordo com as diretrizes estabelecidas;

II - propor critérios, métodos e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de contrainteligência;

III - orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de contrainteligência da Coordenação-Geral e de suas unidades subordinadas;

IV - promover, subsidiar e participar de ações e projetos em matérias de proteção do conhecimento e disseminação da cultura de contrainteligência;

V - elaborar propostas de políticas e diretrizes relativas à segurança orgânica no âmbito desta Secretaria de Previdência, ressalvadas as competências e iniciativas de suas demais áreas;

VI - propor, acompanhar e monitorar ações voltadas à integração, à cooperação e ao intercâmbio de informações com órgãos parceiros, especialmente por meio de ajustes de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, visando à produção de conhecimento estratégico de inteligência;

VII - identificar, viabilizar o acesso, consolidar e difundir fontes de informação de interesse para as atividades da Coordenação-Geral e de suas unidades subordinadas, em articulação com a Coordenação de Informações Estratégicas;

VIII - gerenciar as concessões, suspensões e cancelamentos de acesso à informação, aplicativos e sistemas no âmbito da Coordenação-Geral e de suas unidades vinculadas, em articulação com a Divisão de Suporte à Atividade de Inteligência; e

IX - realizar pesquisas estratégicas e apoiar a produção de conhecimento de inteligência e demais atividades de competência da Coordenação-Geral.

Art. 100. À Divisão de Suporte à Atividade de Inteligência (DISAI) compete:

I - coordenar, executar e subsidiar as atividades de suporte especializado às ações de inteligência e de contrainteligência;

II - organizar, consolidar e divulgar informações sobre os manuais de procedimentos e atos normativos relativos ao desempenho da atividade de inteligência previdenciária, consoante os princípios, valores, conceitos e normas disciplinados na Doutrina de Inteligência Previdenciária;

III - organizar, orientar e acompanhar a publicação de atos normativos relacionados a esta Coordenação-Geral; e

IV - gerenciar, monitorar e orientar as ações estratégicas e o cumprimento das metas relacionadas à Coordenação-Geral.

Art. 101. À Coordenação-Geral de Cadastros Previdenciários (CGCAD) compete:

I - planejar, definir, coordenar e disseminar as políticas de gerenciamento de cadastros previdenciários;

II - apoiar e otimizar o planejamento e a gestão de políticas públicas que demandarem conhecimento e a utilização dos dados constantes de cadastros corporativos;

III - propor e acompanhar a eficácia das medidas de ampliação, interoperabilidade, integração e melhoria da qualidade ou modernização dos cadastros previdenciários;

IV - assessorar e subsidiar a Secretaria de Previdência na representação junto aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério que possuam cadastros contendo informações previdenciárias, no intuito de integrar as informações e promover a interoperabilidade dos sistemas;

V - gerenciar a integração dos cadastros corporativos sociais do governo brasileiro e de organismos internacionais com atuação no âmbito previdenciário; e

VI - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 102. À Coordenação de Informações Sociais de Previdência (COISP) compete:

I - supervisionar e avaliar a gestão de dados e informações constantes dos cadastros corporativos, bem como seus aplicativos de consulta, respeitando a política de gestão e segurança da informação;

II - planejar e desenvolver aplicativos de consulta gerencial e estratégica a serem disponibilizados tanto no ambiente interno da Previdência como para o público externo;

III - planejar iniciativas necessárias ao aprimoramento da integração de dados e do intercâmbio de informações pelos órgãos da Administração Pública Federal;

IV - acompanhar, monitorar e avaliar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito dos acordos de cooperação técnica que tratem da disponibilização de dados constantes dos cadastros geridos pela Secretaria de Previdência;

V - manifestar-se, no âmbito de sua competência, acerca dos acordos, convênios e termos de execução descentralizada; e

VI - disponibilizar dados constantes dos cadastros de Previdência Social para uso técnico e científico.

Art. 103. Ao Serviço de Tratamento de Informações Previdenciárias (SETIP) compete:

I - apoiar e acompanhar a evolução de Comissões, Comitês, Grupos de Trabalho e discussões relacionadas à implementação, desenvolvimento, aprimoramento e manutenção dos sistemas de cadastros pertinentes à Previdência;

II - gerenciar, monitorar e avaliar aplicativos de consulta gerencial a serem disponibilizados internamente e para o público externo; e

III - divulgar internamente e externamente os acordos, convênios e termos de execução descentralizada relativos aos cadastros previdenciários.

Art. 104. À Coordenação-Geral de Acordos e Cooperações Internacionais (CGCAI) compete:

I - coordenar a negociação, elaboração e celebração dos Acordos Internacionais de Previdência, em articulação com as Subsecretarias e demais órgãos e instituições;

II - articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais e internacionais, para realização de projetos de cooperação técnica, estudos, seminários, congressos e eventos semelhantes, em atendimento às demandas da Secretaria;

III - coordenar, assessorar e subsidiar a representação da Secretaria de Previdência junto aos organismos internacionais dos quais participa como membro filiado ou associado; e

IV - planejar, coordenar e supervisionar as ações estratégicas e o cumprimento das metas, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional da Secretaria de Previdência.

Art. 105. À Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais (COGAI) compete:

I - supervisionar e acompanhar as atividades relativas à celebração e execução dos Acordos Internacionais de Previdência, em articulação com as subsecretarias e instituições externas no âmbito de sua competência;

II - articular-se com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na condução das negociações dos ajustes administrativos de Previdência; e

III - articular-se com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na operacionalização dos Acordos Internacionais de Previdência.

Art. 106. Ao Serviço de Assuntos Técnicos (SEATE) compete:

I - divulgar, disponibilizar e emitir parecer referente aos acordos internacionais;

II - executar atividades administrativas e zelar pela guarda de documentos oficiais; e

III - subsidiar, com informações referentes a acordos internacionais, o Anuário Estatístico da Previdência Social.

Art. 107. À Divisão de Cooperação Técnica e Organismos Internacionais (DCTOI) compete:

I - coordenar a realização de projetos de cooperação técnica, estudos, seminários, congressos e eventos semelhantes, em articulação com as subsecretarias;

II - coordenar o relacionamento e a afiliação da Secretaria de Previdência junto aos organismos internacionais de sua área de competência;

III - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em conformidade com as áreas competentes;

IV - acompanhar os trâmites dos cursos ofertados pelos organismos internacionais, em conformidade com as áreas competentes; e

V - acompanhar a instrução de processos de afastamento do País de servidores da Secretaria de Previdência.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 108. Ao Secretário de Previdência incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Previdência e, especificamente:

I - baixar atos administrativos sobre os assuntos de competência da Secretaria de Previdência;

II - firmar termo de cooperação técnica, acordos, ajustes, convênios, planos de ação e contratos, bem como ratificar os atos de contratações, independentemente da forma;

III - ratificar os atos de dispensa de licitação ou de reconhecimento de situação de inexigibilidade de processo licitatório no âmbito da Secretaria de Previdência;

IV - praticar os atos necessários à definição da localidade de desempenho das atividades dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, em exercício na Secretaria de Previdência, bem como ao retorno à unidade de lotação na Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 6.131, de 21 de junho de 2007;

V - exercer as atribuições que lhe forem expressamente cometidas; e

VI - praticar os demais atos necessários ao atingimento das finalidades e ao cumprimento das competências da Secretaria de Previdência.

Art. 109. Aos Subsecretários, no âmbito de suas respectivas áreas de competências, incumbe:

I - assistir o Secretário de Previdência, submetendo à sua apreciação os atos administrativos e regulamentares da respectiva Subsecretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades organizacionais que integram suas respectivas áreas;

III - participar da definição de diretrizes, objetivos e metas específicas da área de sua competência;

IV - coordenar a execução de políticas públicas inerentes às competências da respectiva Subsecretaria;

V - aprovar tecnicamente os programas e projetos sob sua responsabilidade antes da apreciação do Secretário de Previdência;

VI - indicar substitutos eventuais de ocupantes de cargos e funções em comissão da Subsecretaria pela qual responde;

VII - subsidiar o Secretário de Previdência no exercício de suas funções, especialmente nos assuntos afetos à sua própria área de atuação;

VIII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Secretário de Previdência; e

IX - aprovar acordos, ajustes, convênios, planos de ação e contratos, bem como ratificar os atos de contratações, independentemente da forma.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 110. Aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente:
I - assessorar o Subsecretário ao qual está subordinado nos assuntos de sua competência;
II - estabelecer a programação de trabalho e coordenar as atividades técnicas das respectivas áreas;
III - promover a integração operacional entre as unidades da Coordenação-Geral;
IV - identificar as necessidades e propor programa anual de treinamento e de aperfeiçoamento dos servidores das respectivas áreas;
V - coordenar a elaboração de atos administrativos;
VI - verificar o cumprimento das diretrizes gerais e das determinações do Subsecretário ao qual está subordinado;
VII - ordenar despesas no âmbito de suas competências, quando responsáveis por unidades gestoras;
VIII - representar o Subsecretário ao qual está subordinado nos assuntos de sua competência;
IX - supervisionar e responder pela realização dos processos, a execução das metas estratégicas e operacionais que estejam sob a responsabilidade de sua unidade; e
X - celebrar acordos, ajustes, convênios, cooperação técnica, planos de trabalho e contratos que estejam sob a responsabilidade de sua unidade.
Art. 111. Aos Coordenadores incumbe planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades.
Art. 112. Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe planejar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 113. A Secretaria de Previdência deverá manter estreito relacionamento cooperativo com os órgãos centrais dos demais sistemas da Administração Federal, em especial com o de Planejamento e Orçamento, tendo em vista a sua integração operacional.
Art. 114. Os casos omissos e dúvidas eventualmente surgidas com a aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Previdência.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA	1	Secretário	DAS 101.6
	3	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	3		FG-1
	7		FG-2
SUBSECRETARIA DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Legislação e Normas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Seguro Contra Acidentes do Trabalho	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Estruturação de Informações Previdenciárias	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
SUBSECRETARIA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1	Subsecretário	DAS 101.5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Estudos Técnicos e Análise Conjuntural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Diretrizes de Previdência Complementar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	9		FG-3
Coordenação-Geral de Cadastros Previdenciários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Acordos e Cooperações Internacionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 98.972, DE 25 DE JULHO DE 2018

Estabelece, no âmbito do Banco Central do Brasil, procedimentos para o atendimento às demandas formuladas com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI).

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e no art. 11, inciso VI, alínea "a", do Regimento Interno, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o Voto 162/2018-BCB, aprovado pela Diretoria Colegiada em sessão de 24 de julho de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos para atendimento, pelas unidades do Banco Central do Brasil, de demandas formuladas com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) -, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) constituído no âmbito da Autarquia.

Parágrafo único. O disposto nesta Portaria aplica-se também às solicitações de abertura de bases de dados da administração pública federal de que trata o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO E DA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Art. 2º O SIC constituído no âmbito do Banco Central do Brasil é atribuição do Departamento de Atendimento ao Cidadão (Deati), responsável pelo recebimento, pela triagem e pelo encaminhamento de pedidos às unidades da Autarquia, bem como pelo controle dos prazos e pelo envio das respostas às demandas de acesso à informação amparadas na LAI.

§ 1º A gestão das demandas de que trata o caput será realizada por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), com o auxílio do Sistema de Registros de Demandas do Cidadão (RDR).

§ 2º As demandas de que trata o caput serão registradas no RDR como do tipo "LAI".

Art. 3º O pedido de informação poderá ser realizado por meio eletrônico, correspondência, formulário impresso, telefone ou presencialmente e deverá ser instruído com:

I - o nome do requerente;

II - o número de documento de identificação válido;

III - a especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - o endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação solicitada.

§ 1º As demandas oriundas do atendimento presencial ou apresentadas por meio de correspondência, formulário impresso ou por telefone deverão ser convertidas para o formato eletrônico e registradas no e-SIC.

§ 2º O SIC do Banco Central do Brasil avaliará o preenchimento dos requisitos para processamento da demanda, informando o número do protocolo e o prazo para resposta, se positiva a avaliação, salvo em caso de requerimento formulado diretamente no e-SIC, cujo número do protocolo será gerado automaticamente.

§ 3º Não estando presentes os requisitos exigidos, o requerente deverá ser informado imediatamente da deficiência na instrução de seu pedido com base na determinação legal ou regulamentar pertinente.

§ 4º Os pedidos de informação ao amparo da LAI recebidos pelos protocolos das gerências regionais ou pelas unidades do Banco Central do Brasil deverão ser encaminhados à unidade central do SIC, localizada na Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate) do Deati, em Brasília, para registro no e-SIC.

CAPÍTULO III

DA RESPOSTA

Art. 4º Atendidos os requisitos para processamento da demanda, se já estiver disponível a informação solicitada, a resposta ao requerente deverá ocorrer de imediato, preferencialmente por meio eletrônico, ou com a indicação do local onde está disponível.

Art. 5º Não sendo possível a resposta imediata, o SIC encaminhará a demanda às unidades do Banco Central do Brasil responsáveis pelo assunto, por meio do RDR, registrando o prazo para resposta, nos termos do art. 7º desta Portaria.

Art. 6º A demanda deverá ser analisada imediatamente para confirmação de seu correto direcionamento, devendo as unidades do Banco Central do Brasil dar o adequado processamento interno ou devolvê-la ao SIC em caso de eventual equívoco, no prazo de 1 (um) dia útil, com indicação da unidade competente, sempre que possível.

Art. 7º O SIC do Banco Central do Brasil responderá ao requerente no prazo de até 20 (vinte) dias, prorrogável, uma única vez, por até 10 (dez) dias.

§ 1º O prazo de que trata o caput começa a contar:

I - a partir do dia útil seguinte ao do registro no e-SIC, caso este tenha sido feito em dia útil antes das 19h; ou

II - do dia útil posterior ao seguinte nos casos de registros feitos em dia útil entre 19h e 23h59 ou em dia não útil a qualquer hora.

§ 2º Na eventualidade de o último dia do prazo cair em dia não útil ou em dia de expediente reduzido, o prazo será estendido até o próximo dia útil de expediente completo.

§ 3º A unidade responsável deverá enviar ao SIC, até 2 (dois) dias úteis antes de expirar o prazo de que trata o caput, a resposta a ser encaminhada ao requerente ou informar justificadamente a necessidade de prorrogação do prazo, devendo o requerente ser cientificado pelo SIC sobre o adiamento da resposta.

§ 4º Nos casos de prorrogação do prazo de resposta mediante justificativa expressa, o SIC do Banco Central do Brasil deverá cientificar o requerente.

§ 5º Expirado o prazo e não tendo sido prestadas as informações pela unidade responsável, será ela notificada pelo SIC para oferecer imediatamente a resposta a ser encaminhada ao requerente.

§ 6º A unidade responsável deverá informar a possibilidade de recurso, a ser interposto pelo requerente no prazo de 10 (dez) dias e dirigido ao chefe da unidade.

§ 7º Na resposta do SIC do Banco Central do Brasil ao requerente deverá constar a indicação da unidade produtora da informação, bem como a informação sobre a possibilidade de recurso, na forma do § 6º.

Art. 8º Na hipótese de indeferimento do pedido de informação, a unidade deverá indicar na resposta as razões da negativa do acesso, especificando que se trata de:

I - informação pessoal, nos termos do art. 31 da LAI;

II - informação protegida por sigilo legal, nos termos do art. 22 da LAI, devendo ser indicado ainda o tipo de sigilo, conforme legislação específica;

III - informação classificada em grau de sigilo, nos termos do art. 23 da LAI, devendo ser indicado ainda o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e o Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada (CIDIC), podendo ser encaminhada ao requerente cópia do Termo de Classificação de Informação (TCI) com ocultação do campo "Razões para classificação"; ou

IV - incidência de outra hipótese de restrição de acesso, a exemplo da verificação de material de acesso restrito, nos termos do art. 45 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

§ 1º A demanda será indeferida quando se tratar de pedido genérico, desproporcional, desarrazoado ou que exija trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, nos termos do art. 13 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, devendo a resposta indicar os elementos que demonstrem a desproporcionalidade do pedido ou a necessidade de trabalho adicional.

§ 2º Na hipótese do inciso III do caput, a resposta ao requerente deverá indicar a possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará e disponibilização do respectivo formulário.

§ 3º Em caso de pedido de acesso a informação classificada ou de desclassificação, o SIC ou a unidade responsável manterá interlocução com o Gestor de Segurança e Credenciamento e o posto de controle ou unidade de guarda da informação, sem prejuízo dos demais procedimentos relativos ao tratamento de informação classificada, nos termos da regulamentação própria.

Art. 9º Caso o pedido não possa ser integralmente atendido no prazo legal, deverá a unidade apresentar o que estiver disponível, informando as razões pelas quais não atendeu plenamente à demanda no prazo e indicando data futura para a complementação da resposta, se for o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Na hipótese de ser necessário o manuseio de grande volume de documentos para atender ao pedido, a unidade deverá indicar ao SIC do Banco Central do Brasil, para efeito de resposta ao requerente, a data, o local e o modo pelo qual serão prestadas as informações, conforme o art. 15 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 10. Caso o Banco Central do Brasil não possua a informação solicitada, indicará, sempre que possível, o órgão ou a entidade que a detém ou remeterá a demanda diretamente ao órgão ou à entidade por intermédio do e-SIC.

Art. 11. Quando a demanda envolver pedidos de acesso visando à tutela de direitos fundamentais, como também sempre que a unidade responsável entender que ocorre qualquer hipótese legal de sigilo e de segredo de justiça, nos termos dos arts. 21 e 22 da LAI, respectivamente, ou houver dúvida jurídica, a minuta de resposta deve ser submetida à apreciação da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), em até 8 (oito) dias a partir do registro da demanda, via RDR.

Parágrafo único. A PGBC analisará a resposta, encaminhando, via RDR, em até 5 (cinco) dias, sua manifestação à unidade responsável.

Art. 12. A resposta ao requerente deve ser conclusiva, utilizar linguagem clara, concisa, objetiva e, sempre que possível, sem termos técnicos, com vistas a propiciar o entendimento do assunto pelo cidadão.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 13. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão.

§ 1º Os recursos oriundos do atendimento presencial ou apresentados por meio de correspondência, formulário impresso ou por telefone deverão ser convertidos para o formato eletrônico e registrado no e-SIC.

§ 2º O SIC do Banco Central do Brasil, verificando sua tempestividade, submeterá o recurso para manifestação do chefe da unidade que adotou a decisão, dando ciência do fato à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da LAI.

§ 3º Caso haja dúvida jurídica ou na hipótese de a decisão ser da alçada de membro da Diretoria Colegiada, o recurso deverá ser submetido à apreciação da PGBC, em até 24 (vinte e quatro) horas, via RDR.

§ 4º Na hipótese de que trata o § 3º, a PGBC analisará a matéria, encaminhando, via RDR, em até 72 (setenta e duas) horas, sua manifestação à autoridade responsável pela decisão.

§ 5º Recebida a manifestação da PGBC, a autoridade responsável decidirá em até 24 (vinte e quatro) horas, apresentando de imediato, via RDR, ao SIC do Banco Central do Brasil, a resposta a ser encaminhada ao recorrente.

§ 6º Quando a situação não se enquadrar no § 3º, a autoridade que receber o recurso, uma vez confirmado o seu correto direcionamento, apresentará ao SIC do Banco Central do Brasil a resposta a ser encaminhada ao recorrente, por meio do RDR, em até 4 (quatro) dias, contados a partir da data de seu registro no e-SIC.

Art. 14. Caso se trate de recurso em segunda instância, dirigido ao Presidente do Banco Central do Brasil, será adotado o seguinte procedimento:

I - o SIC do Banco Central do Brasil encaminhará o recurso à autoridade que proferiu a decisão de primeira instância, para eventual reconsideração ou para subsidiar a análise a cargo da PGBC, manifestando-se em até 24 (vinte e quatro) horas, dando ciência do fato à Autoridade de Monitoramento;

II - simultaneamente à providência de que trata o inciso I, o SIC do Banco Central do Brasil encaminhará o recurso à PGBC, que se manifestará sobre o assunto e submeterá a minuta de decisão ao Presidente, em até 72 (setenta e duas) horas;

III - proferida a decisão pelo Presidente, a PGBC comunicará imediatamente ao SIC do Banco Central do Brasil, via RDR, a resposta a ser encaminhada ao recorrente.

Art. 15. Caso se trate de recursos em terceira ou quarta instâncias, dirigidos ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) ou à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), respectivamente, será adotado o seguinte procedimento:

I - identificado o recurso, será dado conhecimento ao SIC do Banco Central do Brasil, à Autoridade de Monitoramento, ao Diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania, ao Gabinete do Presidente, à PGBC e ao chefe da unidade responsável pela resposta ao pedido de informação;

II - a Autoridade de Monitoramento será responsável pela interlocução com a Ouvidoria-Geral da União (OGU) do CGU ou com a CMRI, conforme o caso, para atendimento a eventuais pedidos de esclarecimentos adicionais, sem prejuízo de outras tratativas realizadas pelas unidades e autoridades indicadas no inciso I, que devem ser compartilhadas entre todos os envolvidos;

III - em caso de pedido de esclarecimentos adicionais, a PGBC e a unidade responsável pelo assunto se manifestarão sobre o recurso, apresentando minuta de resposta às autoridades indicadas no inciso I, cabendo à Autoridade de Monitoramento o encaminhamento à OGU ou à CMRI, conforme o caso;

IV - as manifestações e tratativas ocorridas na instrução do recurso, bem como a decisão proferida, deverão ser registradas pelo SIC do Banco Central do Brasil no RDR;

V - a Autoridade de Monitoramento acompanhará o cumprimento da decisão no âmbito do Banco Central do Brasil, podendo expedir recomendações às unidades e autoridades envolvidas.

CAPÍTULO V

DA RECLAMAÇÃO

Art.16. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, que se caracteriza pelo não atendimento em até 30 (trinta) dias de seu registro, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de até 10 (dez) dias à Autoridade de Monitoramento, que se manifestará no prazo de 5 (dias).

Parágrafo único. Aplicam-se às reclamações, no que couber, as disposições relativas aos recursos em pedidos de informação.

CAPÍTULO VI

DO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO

Art. 17. Apresentado pedido de desclassificação da informação ao Banco Central do Brasil, o SIC, adotando as medidas previstas no art. 3º, submeterá o assunto à autoridade classificadora.

§ 1º Quando a autoridade classificadora for o Presidente do Banco Central do Brasil, o pedido de desclassificação será encaminhado também à unidade responsável pela produção da informação.

§ 2º A autoridade classificadora deverá se manifestar no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, podendo decidir pela manutenção ou revisão da classificação, pela redução de prazo da classificação ou pela desclassificação, cabendo ao SIC do Banco Central do Brasil o encaminhamento da resposta ao requerente.

§ 3º Negado o pedido de desclassificação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência da decisão, que será submetido ao Presidente do Banco Central do Brasil, exceto quando este for a autoridade classificadora, para deliberação no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, cabendo ao SIC o encaminhamento da resposta ao requerente.

§ 4º Das decisões proferidas pelo Presidente do Banco Central do Brasil em pedidos de desclassificação, originalmente ou em grau recursal, caberá recurso à CMRI, no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência da decisão.

§ 5º O SIC do Banco Central do Brasil dará ciência à Autoridade de Monitoramento, ao Gestor de Segurança e Credenciamento e ao Gabinete do Presidente quanto aos pedidos de desclassificação registrados, aos recursos interpostos e às decisões proferidas.

§ 6º Aplica-se aos pedidos de desclassificação, no que couber, o disposto no art. 15 desta Portaria.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Quando o objeto do pedido de informação envolver dados custodiados pelo Banco Central do Brasil, mas produzidos por outro órgão ou entidade, a unidade responsável pela resposta poderá solicitar à Autoridade de Monitoramento, via RDR, que contate o produtor da informação para verificar eventual incidência de sigilo legal ou outra hipótese de restrição de acesso aplicável ao caso.

Art. 19. O SIC do Banco Central do Brasil e a Autoridade de Monitoramento disponibilizarão relatórios periódicos sobre o registro de pedidos e recursos de que trata esta Portaria.

Art. 20. As demandas encaminhadas pelo SIC às unidades do Banco Central do Brasil serão acompanhadas e respondidas pelos servidores responsáveis pelo controle do atendimento às demandas encaminhadas por meio do RDR, na forma da regulamentação própria.

Art. 21. Fica revogada a Portaria nº 72.055, de 1º de agosto de 2012.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN

BANCO DO BRASIL S/A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94
NIRE Nº 5330001458-2

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 2018

I. Data, Hora e Local: Às quinze horas do dia cinco de março de dois mil e dezoito, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-Presidente, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos e Nerylson Lima da Silva. A reunião ocorreu de forma virtual. Secretária: Patricia Rachel Andrioni (...) IV. Nomeação: 1. O Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos foi nomeado para o Conselho de Administração da BB Seguridade, nos termos dos Arts 14, § 2º, inciso "iii" e 18, § 2º, inciso "i" do Estatuto Social da Companhia, na vaga aberta em virtude da renúncia do Sr. Marcelo Pinheiro Franco, ocorrida em 01 de março de 2018. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de identidade nº 842.866, expedida pela Secretaria de Segurança Pública (DF), inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 350.710.601-91, com endereço na Quadra 105, Lote 4, Águas Claras, Brasília (DF). V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Patricia Rachel Andrioni, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, José Mauricio Pereira Coelho, Isabel da Silva Ramos e Nerylson Lima da Silva. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 2 FOLHAS 56 A 60. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 20.04.2018 sob o número 1061060 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 17 DE JULHO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 19957.001068/2017-91
TA/RJ2017/00565
Reg. Col. nº 0798/17

Acusado	Advogado
Michael Lenn Ceitlin	Marcelo Freitas Pereira OAB/SP 127.546

Interessado: Michael Lenn Ceitlin
Assunto: Pedido de Concessão de Efeito Suspensivo
Relator: Presidente Marcelo Barbosa

DESPACHO

1. Trata-se de pedido de concessão de efeito suspensivo ("Pedido") formulado por Michael Lenn Ceitlin ("Requerente") em face de decisão proferida pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários na sessão de julgamento realizada em 14.12.2017 ("Julgamento"), que impôs ao Requerente a penalidade de inabilitação temporária por 5 (cinco) anos para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na Comissão de Valores Mobiliários, por ter infringido o art. 245 da Lei nº 6.404/76.

2. O pedido consta do recurso interposto da decisão condenatória ("Recurso"), que está dirigido ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional - CRSFN. Ademais, cabe notar que, em seu Recurso, o Requerente menciona a questão do efeito suspensivo em um único trecho e de forma genérica, ao requerer que suas razões recursais sejam recebidas e processadas "com efeito suspensivo".

3. Não obstante o acima exposto, considerando que, nos termos do art. 34, § 2º, da Lei nº 13.506/17, a competência para apreciar a concessão do efeito suspensivo é da autoridade prolatora da decisão, de modo a dar o melhor aproveitamento à petição

recebida, o pedido será tratado como se fosse específico e endereçado ao Colegiado da CVM.

4. Deve-se destacar também que o prazo para apresentação do Pedido em tela não se confunde com o prazo para apresentação de recurso ao CRSFN. Com efeito, o prazo de 10 (dez) dias para solicitação do recebimento de recurso com efeito suspensivo foi concedido pelo Colegiado e informado ao final da sessão do Julgamento aos presentes, dentre os quais os representantes do Requerente, que também tomou conhecimento de tal prazo quando foi intimado formalmente sobre o resultado do Julgamento.

5. Conforme consta dos autos, tal intimação foi entregue em seu endereço domiciliar e residencial em 02 de maio de 2018, havendo sido recebida por terceiro. Posteriormente, o ora Requerente deu-se por intimado ao interpor recurso ao CRSFN em 11 de junho de 2018, oportunidade em que, no bojo de suas razões recursais, terminou por também realizar seu Pedido.

6. Como se vê, a apresentação do Pedido deu-se após o referido prazo, sendo, portanto, intempestivo.

7. Ad argumentandum, esclareço que, ainda que o presente Pedido fosse tempestivo e, dessa forma, passível de conhecimento por este Colegiado, as razões expostas pelo Requerente em seu Recurso não mereceriam prosperar.

8. Em primeiro lugar, porque os motivos expostos no Recurso visam à reforma da decisão em segunda instância, e não à concessão de efeito suspensivo. Ademais, porque em seu esforço de sustentar o não cabimento da aplicação da penalidade de inabilitação temporária, o Requerente se limita a utilizar alegações genéricas e sem o adequado embasamento legal.

9. Segundo o Requerente, o descumprimento do art. 245 da Lei nº 6.404/76 não autorizaria a aplicação da penalidade de inabilitação temporária pela Autarquia, restando prejudicado o atendimento aos princípios da legalidade e da motivação. Trata-se de argumento falacioso.

10. Conforme a leitura do art. 11, inciso IV e § 3º da Lei nº 6.385/76 permite concluir, a legislação autoriza expressamente a CVM a aplicar a penalidade de inabilitação temporária, até o prazo máximo de 20 (vinte) anos, para aqueles regulados que cometerem infrações de natureza grave ou que sejam reincidentes. Frisa-se aqui que o art. 11 é expressamente citado na conclusão que leva à imposição da pena em análise.

11. Dito isso, a Instrução CVM nº 491/11 prevê algumas hipóteses de infrações consideradas de natureza grave, o que, repita-se, enseja a aplicação das penalidades previstas no art. 11, incisos III a VIII da Lei nº 6.385/76. De acordo com o art. 1º, inciso I, alínea "j" da referida Instrução, o descumprimento do art. 245 da Lei nº 6.404/76 constitui infração grave e, portanto, pode levar o infrator a ser inabilitado temporariamente.

12. Com efeito, resta claro que tal argumento não mereceria prosperar, não cabendo ao Requerente se embasar em arrazoado que evidencia o desconhecimento da lei.

13. Diante da forma e conteúdo do Pedido, ressalto que eventuais pedidos que venham a ser apresentados em termos genéricos similares em hipótese alguma poderão ser acolhidos, sob pena de se esvaziar o regime legal introduzido pelo art. 34, § 2º da Lei nº 13.506/17.

14. A meu ver, com o advento da lei nº 13.506/17, o recebimento dos referidos recursos apenas no efeito devolutivo passou a ser a regra, e não a exceção. Desse modo, eventual

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

concessão de efeito suspensivo requer o recebimento de pedido devidamente fundamentado e a percepção de situação fática excepcional por parte deste Colegiado.

15. Feitas as considerações acima, diante da manifesta intempestividade do Pedido, voto pelo seu não conhecimento, de modo que o recurso da decisão condenatória da CVM, que impôs a Michael Lenn Ceitlin a penalidade de inabilitação temporária por 5 (cinco) anos para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser recebido apenas no efeito devolutivo.

16. Encaminhem-se os autos à CCP para que proceda com a intimação do Requerente e de seu advogado por meio de publicação no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 40 da Deliberação CVM nº 538/2008, bem como com o encaminhamento dos autos ao CRSFN.

MARCELO BARBOSA
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 20 DE JULHO DE 2018

Nº 16.498 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a RODRIGO MACARENCO, CPF nº 213.704.658-07, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.499 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FAUSTO DE ARRUDA BOTELHO, CPF nº 659.641.018-87, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.500 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a RUDOLF CHRISTIAN PFEIFFER, CPF nº 245.670.277-87, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.501 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a TORDESILHAS CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 30.791.155, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.502 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ANDRE RICARDO CASALE KITAHARA, CPF nº 279.169.728-40, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.503 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELLO ANTONIO CHILOV LUZETTI, CPF nº 255.435.748-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.504 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza TIAGO MANFRINATTI BERGAMO, CPF nº 364.149.198-37, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.505 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza NEON INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 30.394.973, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.506 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LEANDRO AUGUSTO TEIXEIRA DA SILVA, CPF nº 731.185.161-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.507 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a 3J GESTORA DE RECURSOS LTDA, CNPJ nº 29.063.944, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.508 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FELIPE SUZANO ALMEIDA MAGALHÃES, CPF nº 055.068.907-96, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.509 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza VICTOR UEBE, CPF nº 091.881.947-44, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.510 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RICARDO MARTINS GUARITÁ FONSECA, CPF nº 742.385.077-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RICARDO MAIA DA SILVA
Em Exercício

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos da sessão ordinária complementar a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 9 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 08:55 HORAS

TEMA 1: PER/DCOMP
Relator(a): ANDRE MENDES DE MOURA
1 - Processo nº: 10469.903390/2009-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPOR
2 - Processo nº: 10469.904109/2009-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPOR
3 - Processo nº: 10469.904110/2009-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPOR
4 - Processo nº: 10469.904111/2009-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPOR
5 - Processo nº: 10469.904112/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE LOCACAO E TRANSPOR

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 22, DE 26 DE JULHO DE 2018

Declara a manifestação dos Estados do Pará e do Piauí ao Convênio ICMS 50/18, aprovado na 169ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 05.07.2018 e publicado no DOU em 10.07.2018.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no caput do art. 4º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento do CONFAZ, torna pública que os Estado do Pará e do Piauí informaram a rejeição intempestiva à ratificação do Convênio ICMS 50/18, que altera o convênio ICMS 38/12, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista, celebrado na 169ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 5 de julho de 2018, pelos seguintes decretos:

- Decreto nº 2.148, de 25 de julho de 2018, publicado em edição Extraordinário do DOE de 25.07.2018, do Estado do Pará, que rejeita o Convênio ICMS nº 50/18, de 5 de julho de 2018, que altera o Convênio ICMS nº 38/12, o qual concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista; e

- Decreto nº 17.872, de 25 de julho de 2018, publicado no DOE de 25.07.2018, do Estado do Piauí, que rejeita o Convênio ICMS 50/18, que altera o Convênio ICMS 38/12, o qual concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 3, DE 25 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: ENTES PÚBLICOS. BASE DE CÁLCULO. CONTRIBUINTES. OPERAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS. FUNDEB.

As transferências intergovernamentais podem se constituir em transferências constitucionais ou legais ou em transferências voluntárias:

a) As transferências intergovernamentais constitucionais ou legais estão abrangidas pela regra do inciso III do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, devendo o ente transferidor excluir os valores transferidos de sua base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais e o ente beneficiário dos recursos deve incluir tais montantes na base de cálculo da sua contribuição;

b) As transferências intergovernamentais voluntárias estão abrangidas pelo § 7º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, devendo o ente transferidor manter os valores transferidos voluntariamente na base de cálculo de sua Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre Receitas Governamentais e o ente beneficiário deve excluir tais montantes de sua base de cálculo.

Os recursos do FUNDEB consistem em transferências intergovernamentais constitucionais ou legais operacionalizadas de modo indireto.

O § 6º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 1998, ordena que a União retenha, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, os valores a serem transferidos a outros entes, podendo esses valores ser excluídos da contribuição devida desses últimos.

Dispositivos Legais: Constituição da República Federativa do Brasil , de 5 de outubro de 1988; Lei nº 9.715, 25 de setembro de 1998, art. 2º, III, § 6º e § 7º e art. 7 º; Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, art. 67, art. 68, parágrafo único e art. 69; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º e art. 12, § 2º e § 6º; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 41; Lei Complementar nº 08, de 3 de dezembro de 1970, art. 2º; Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

CLÁUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Coordenadora-Geral
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 20 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720575/2018-86 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

transferência, o veículo marca BMW, modelo X3 Drive20i, ano 2013, cor prata, chassi WBAWX3104E0G18094, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 13/2444570-1, de 11/12/2013 , pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade de Carsten Sandhop, CPF nº 704.500.201-77.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 24 DE JULHO DE 2018

Concessão de Registro Especial de Controle de Papel Imune(REGIP) para estabelecimento gráfico que realiza operações com papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos, com a imunidade prevista na alínea "d", do inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, e o art. 270, o inciso III, do art. 286, e o inciso II, do art. 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º, art. 8º, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Controle de Papel Imune(REGIP) sob o nº GP-02101/00098, o estabelecimento RM GRAPH LTDA., inscrito no CNPJ nº 03.547.690/0001-91, localizado na Travessa Perebebui, nº 2179, no bairro do Marco, na cidade de Belém do Pará.

Art. 2º O estabelecimento constante do art. 1º realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade específica de gráfica (GP), nos termos constantes do processo administrativo nº 17734.722179/2017-24.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULINO DE CARVALHO BARROS JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2018

Concessão de Registro Especial de Controle de Papel Imune(REGIP) para estabelecimento importador que realiza operações com papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos, com a imunidade prevista na alínea "d", do inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018, o art. 270, o inciso III, do art. 286, e o inciso II, do art. 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º, art. 8º, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018 declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Controle de Papel Imune(REGIP) sob o nº IP-02101/00099, o estabelecimento RM GRAPH LTDA., inscrito no CNPJ nº 03.547.690/0001-91, localizado na Travessa Perebebui, nº 2179, no bairro do Marco, na cidade de Belém do Pará.

Art. 2º O estabelecimento constante do art. 1º realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade específica de importador (IP), nos termos constantes do processo administrativo nº 17734.722179/2017-24.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULINO DE CARVALHO BARROS JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 2017, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13421.720016/2017-80, declara:

Art. 1º A empresa INDUSTRIAS REUNIDAS CORINGA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.213.443/0001-40, por meio de seu estabelecimento situado à Rodovia AL 220, km 06, Planalto, Arapiraca - AL, CEP 57308-000, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de fabricação de alimentos, enquadrada no setor "indústria de transformação - alimentos e bebidas", considerado prioritário pelo art. 2º, VI, 'i', do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 26.004 ton/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2016 a 31/12/2025 (10 anos), em razão da modernização de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0276/2016.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO TAVARES MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara o direito à Redução do IRPJ e adicionais Incidentes sobre o lucro da exploração apurado por pessoa jurídica com estabelecimento situado na área de atuação da SUDENE.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º do Decreto n.º 4.213, de 2002, e pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 2017, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, e nos Decretos nº 4.213, de 2002, e nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10410.720447/2018-68, declara:

Art. 1º A empresa NOVA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 08.364.485/0002-95, por meio de seu estabelecimento situado à Av. Dr. Antônio Gouveia, 627, Pajuçara, Maceió - AL, CEP 57030-170, faz jus à REDUÇÃO de 75% do IRPJ e Adicionais calculados sobre o lucro da exploração da atividade de "serviços de hospedagem", enquadrada no setor "turismo - empreendimentos hoteleiros", considerado prioritário pelo art. 2º, II, do Decreto nº 4.213/2002, com capacidade instalada de 42.336 diária/ano, 100% incentivada, com prazo para fruição no período de 01/01/2017 a 31/12/2026 (10 anos), em razão da implantação de empreendimento na área de atuação da SUDENE, tudo nos termos do Laudo Constitutivo nº 0179/2017.

Art. 2º Para o gozo do direito à redução, a empresa beneficiária deverá atender às obrigações constantes do Anexo II do laudo constitutivo e observar o disposto nos artigos 62 e 63 da IN SRF nº 267, de 2002, demonstrando e destacando na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e atividades amparadas pelo incentivo fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO TAVARES MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 25 DE JULHO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.725682/2018-01, RESOLVE:

1. Autorizar o fornecimento de 8.640 (oito mil, seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa VIRTUS TRADING E CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., CNPJ nº 15.564.167/0001-52, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/087, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
GRAND MACNISH STANDARD	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL	8.640

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 24 DE JULHO DE 2018

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. Inscrita no Registro Especial, sob o n° 06101/220, a empresa CERVEJARIA TRES LOBOS LTDA, CNPJ Nº 04.029.796/0001-66, estabelecida na Rua Santa Rita, nº 221, Bairro Olhos D'agua, CEP: 30.390-550, Belo Horizonte/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2°. O estabelecimento exerce a atividade de PRODUTOR do produto a seguir discriminado, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.029620/0618-71.

NCM e EX	Produto	Marca	Tipo Rec.	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.30	Uísque	3 Lobos	Não Retornável	750	MG 000065-0.000023

Art. 3° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 24 DE JULHO DE 2018

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, inciso II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1°. Inscrita no Registro Especial, sob o n° 06101/221, a empresa CERVEJARIA TRES LOBOS LTDA, CNPJ Nº 04.029.796/0001-66, estabelecida na Rua Santa Rita, nº 221, Bairro Olhos D'agua, CEP: 30.390-550, Belo Horizonte/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2°. O estabelecimento exerce a atividade de ENGARRAFADOR do produto a seguir discriminado, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.029620/0618-71.

NCMe EX	Produto	Marca	Tipo Rec.	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.30	Uísque	3 Lobos	Não Retornável	750	MG 000065-0.000023

Art. 3° - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM POÇOS DE CALDAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 24 DE JULHO DE 2018

Declara nulo o CNPJ: 27.305.016/0001-69.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS/MG, no uso das competências que lhe confere o artigo 336 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, e considerando o contido nos autos do Processo Administrativo nº 18470.725849/2018-56 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, decide:

Art. 1º Declarar a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 27.305.016/0001-69, atribuído a empresa CARLOS GABRIEL DA SILVA 09299551618, endereço rua Angelica Mota, 468, CEP 21021-490 - Olaria - Rio de Janeiro. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e art.36 da Instrução Normativa já supramencionada.

Art. 2º A partir da data de publicação deste ato, são considerados nulos os documentos emitidos por essa empresa desde sua constituição em 15/03/2017.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.007, DE 1º DE JUNHO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. DESPESAS COM TRANSPORTE EM FROTA PRÓPRIA E DEPRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Não há permissão legal para apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep com base nas despesas de transporte de mercadorias vendidas em frota da própria pessoa jurídica revendedora, bem como dos encargos de depreciação incorridos no mês. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT n.º 490, de 26 de setembro de 2017, e à SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT N.º 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 10.637, de 2002, com alterações, arts. 2º, 3.º e 8º; Lei n.º 10.833, de 2003, arts. 3.º e 15, II.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. DESPESAS COM TRANSPORTE EM FROTA PRÓPRIA E DEPRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Não há permissão legal para apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins com base nas despesas de transporte de mercadorias vendidas em frota da própria pessoa jurídica revendedora, bem como dos encargos de depreciação incorridos no mês. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT n.º 490, de 26 de setembro de 2017, e à SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT N.º 7, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 10.833, de 2003, com alterações, arts. 2º, 3.º e 10.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.008, DE 26 DE JUNHO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE. ICMS-ST PAGO PELO ADQUIRENTE DE ENERGIA ELÉTRICA. CREDITAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. É vedada a apuração de créditos da não cumulatividade da Cofins em relação ao valor de ICMS pago pela pessoa jurídica adquirente de energia elétrica na condição de responsável pela retenção e recolhimento do imposto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 557-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (D. O. U de 2 DE JANEIRO DE 2018).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, Art. 3º, III; IN SRF nº 404, de 2004.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/PASEP

EMENTA: REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE. ICMS-ST PAGO PELO ADQUIRENTE DE ENERGIA ELÉTRICA. CREDITAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. É vedada a apuração de créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep em relação ao valor de ICMS pago pela pessoa jurídica adquirente de energia elétrica na condição de responsável pela retenção e recolhimento do imposto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 557-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (D. O. U de 2 DE JANEIRO DE 2018).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, Art. 3º, IX; IN SRF nº 404, de 2004.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 26 DE JULHO DE2018

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX/RJ, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.011713/0618-40, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 06.134.590/0001-21, extensivo, também, para a filial 06.134.590/0002-02 até 15/09/2030, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRO RIO O&G EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETROLEO LTDA CNPJ: 11.058.804/0001-68.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 13, DE 23 DE JULHO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 09 de outubro de 2017, e, tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 34, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e, ainda, considerando o que consta do processo 10865.721465/2018-19, decide:

1º - RESTABELECER a inscrição nº 06.555.641/0001-99, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada ARAUJO & MONZANI LTDA, em virtude da regularização das omissões que deram causa à baixa.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 05 de maio de 2018.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 10, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721879/2018-30, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune UP-08113/00274, IP-08113/00275 e GP-08113/00276, concedidos através dos ADE 0010/2012, 0011/2012 e 0012/2012, todos de 08/03/2012, publicados no DOU de 12/03/2012, ao estabelecimento da empresa ARVATO SERVIÇOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA., CNPJ nº 04.606.776/0004-53.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 11, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721884/2018-42, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00181 e UP-08113/00180, concedido(s) através dos ADE 0063/2010 e 0062/2010, ambos de 18/05/2010, publicados no DOU de 19/05/2010, ao estabelecimento da empresa BRECEL EDITORA E GRÁFICA LTDA., CNPJ nº 01.155.954/0001-36.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 12, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721888/2018-21, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08113/00201, concedido através do ADE 0020/2010, de 13/05/2010, publicado no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa MB ARTES GRÁFICAS LTDA., CNPJ nº 01.789.563/0001-73.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 13, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721897/2018-11, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00254 e IP-08113/00253, concedido(s) através dos ADE 0101/2010 e 0100/2010, ambos de 17/06/2010, publicados no DOU de 18/06/2010, ao estabelecimento da empresa DONNELLEY-COCHRANE GRÁFICA EDITORA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 01.860.960/0001-94.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 14, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721903/2018-31, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08113/00246, concedido através do ADE 0082/2010, de 19/05/2010, publicado no DOU de 20/05/2010, ao estabelecimento da empresa GRÁFICA KUROSAKI LTDA., CNPJ nº 01.941.569/0001-14.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 15, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721908/2018-63, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00265 e UP-08113/00264, concedido(s) através dos ADE 0127/2010 e 0126/2010, ambos de 30/08/2010, publicados no DOU de 31/08/2010, ao estabelecimento da empresa PREMIER SPELL GRÁFICA FOTOLITO E EDITORA LTDA., CNPJ nº 02.480.534/0001-98.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 16, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721911/2018-87, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08190/00517 e UP-08190/01446, concedido(s) através dos ADE 1460/2010 e 1458/2010, ambos de 29/09/2010, publicados no DOU de 01/10/2010, ao estabelecimento da empresa TOPPRESS GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ nº 11.071.041/0001-95.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 17, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721966/2018-97, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune DP-08113/00286, concedido(s) através do ADE 0001/2016, de 25/01/2016, publicado no DOU de 28/01/2016, ao estabelecimento da empresa PRAK CONNECTION EDITORA LTDA., CNPJ nº 13.631.523/0001-88.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 18, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721937/2018-25, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00004, concedido através do ADE 0039/2010, de 14/05/2010 e publicado no DOU de 17/05/2010, e UP-08113/00005 e DP-08113/00006, concedidos através dos ADE 0108/2010 e 0109/2010, ambos de 18/06/2010, publicados no DOU de 21/06/2010, ao estabelecimento da empresa FLOR DE ACACIA GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ nº 44.324.333/0001-41.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 19, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721938/2018-70, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08190/00170, concedido(s) através do ADE 0389/2010, de 13/05/2010, publicado no DOU de 18/05/2010, ao estabelecimento da empresa FOTOLITO GRAFA LIMITADA, CNPJ nº 61.514.428/0001-47.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 20, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721944/2018-27, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08113/00201, concedido através do ADE 0020/2010, de 13/05/2010, publicado no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa EDITORA IBIS LTDA., CNPJ nº 67.016.410/0001-00.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 21, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721977/2018-77, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune DP-08113/00195, concedido(s) através do ADE 0066/2010, de 18/05/2010, publicado no DOU de 19/05/2010, ao estabelecimento da empresa TEC2DOC SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E DOCUMENTOS LTDA., CNPJ nº 18.204.610/0021-16.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 22, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n°

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10882.721945/2018-71, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08190/00662, concedido através do ADE 0435/2010, de 14/05/2010, publicado no DOU de 20/05/2010, ao estabelecimento da empresa PROPOSTA EDITORIAL LTDA., CNPJ nº 43.709.971/0001-18.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 23, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721946/2018-16, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00196, concedido(s) através do ADE 0032/2010, de 14/05/2010, publicado no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa EDITORA ACATU LTDA., CNPJ nº 02.112.923/0001-60.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 24, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721947/2018-61, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune DP 008113/00141 e IP-08113/00140, concedido(s) através dos ADE 0017/2010 e 0018/2010, ambos de 13/05/2010, publicados no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa TBLV COMÉRCIO, IMP. E EXP. DE PAPEIS LTDA., CNPJ nº 04.155.947/0001-22.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 25, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721948/2018-13, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08113/00278, concedido(s) através do ADE 0026/2012, de 23/07/2012, publicado no DOU de 25/07/2012, ao estabelecimento da empresa MEGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DISPLAYS LTDA., CNPJ nº 04.260.976/0001-54.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 26, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721949/2018-50, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00241, concedido(s) através do ADE 0077/2010, de 19/05/2010, publicado no DOU de 20/05/2010, ao estabelecimento da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA, PUBLICIDADE E AGÊNCIA DE NOTÍCIAS LEIA LTDA., CNPJ nº 04.382.760/0001-61.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 27, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721950/2018-84, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00168, concedido(s) através do ADE 0031/2010, de 14/05/2010, publicado no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa ECA PRODUTOS DE ENSINO LTDA., CNPJ nº 07.447.892/0001-12.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 28, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721951/2018-29, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08124/00077, IP-08124/00077 e UP-08124/00077, concedido(s) através do ADE 0054/2010, de 22/06/2010, publicado no DOU de 24/06/2010, ao estabelecimento da empresa ROSILENE FERREIRA, CNPJ nº 08.053.583/0001-20.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 29, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721952/2018-73, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08190/01450, concedido(s) através do ADE 1465/2010, de 22/10/2010, publicado no DOU de 26/10/2010, ao estabelecimento da empresa SUA CASA CRED - SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 10.350.530/0001-13.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 30, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721953/2018-18, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00270, concedido(s) através do ADE 0051/2011, de 19/10/2011, publicado no DOU de 25/10/2011, ao estabelecimento da empresa EMPRESA JORNALÍSTICA CONTEÚDO INDEPENDENTE LTDA., CNPJ nº 12.059.922/0001-53.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 31, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721954/2018-62, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00279, concedido(s) através do ADE 0040/2012, de 13/08/2012, publicado no DOU de 16/08/2012, ao estabelecimento da empresa ROBERTA MORRONE DE SOUZA SMILARI, CNPJ nº 14.930.933/0001-92.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 32, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721955/2018-15, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00240, concedido(s) através do ADE 0076/2010, de 19/05/2010, publicado no DOU de 20/05/2010, ao estabelecimento da empresa EDITORA CORREIO DO POVO S/S LTDA., CNPJ nº 59.061.457/0001-59.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 33, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721956/2018-51, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00227, IP-08113/00189 e UP-08113/0228, concedido(s) através dos ADE 0041/2010, 0040/2010 e 0042/2010, todos de 14/05/2010, publicados no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa AÇÃO SOCIAL CLARETIANA., CNPJ nº 60.543.279/0016-68.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 34, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721957/2018-04, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00252, concedido(s) através do ADE 0099/2010, de 16/06/2010, publicado no DOU de 18/06/2010, ao estabelecimento da empresa IMAGE EDITORA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ nº 65.399.586/0001-54.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 35, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721958/2018-41, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune GP-08190/00564, concedido(s) através do ADE 0059/2012, de 05/03/2012, publicado no DOU de 07/03/2012, ao estabelecimento da empresa INTERFILL INDÚSTRIA GRÁFICA EIRELI., CNPJ nº 74.515.503/0001-36.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 36, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721959/2018-95, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08190/0082 e UP-08190/00183, concedido(s) através dos ADE 0422/2010 e 0414/2010, ambos de 14/05/2010, publicados no DOU de 20/05/2010, ao estabelecimento da empresa QUICKPRINT SERVIÇOS GRÁFICOS - EIRELI, CNPJ nº 74.675.547/0001-23.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 37, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721960/2018-10, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00250, IP-08113/00251 e UP-08113/00249, concedido(s) através dos ADE 0097/2010, 0098/2010 e 0096/2010, todos de 16/06/2010, publicados no DOU de 18/06/2010, ao estabelecimento da empresa TAIGA - GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ nº 01.359.988/0001-42.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 38, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721961/2018-64, resolve CANCELAR o Registro Especial - Papel Imune UP-08113/00224, concedido(s) através do ADE 0030/2010, de 14/05/2010, publicado no DOU de 17/05/2010, ao estabelecimento da empresa EVENTOFACIL EDITORA E EVENTOS LTDA., CNPJ nº 04.932.268/0001-12.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 39, DE 26 DE JULHO DE 2018

Cancela os Registros Especiais de Operação com Papel Imune abaixo identificados.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso da competência estabelecida pelo artigo 11 da Instrução Normativa RFB n.º 1817, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24 de julho de 2018, tendo em vista o disposto na mesma Instrução Normativa, que trata do Registro Especial de Controle de Papel Imune a que estão obrigados os fabricantes, os distribuidores, os importadores, as empresas jornalísticas ou editoras e as gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, e ainda considerando os autos do Processo Administrativo n° 10882.721962/2018-17, resolve CANCELAR os Registros Especiais - Papel Imune GP-08113/00185 e UP-08113/00184, concedido(s) através dos ADE 0065/2010 e 0064/2010, ambos de 18/05/2010, publicados no DOU de 19/05/2010, e IP-08113/00260, concedido através do ADE 0107/2010, de 17/06/2010, publicado no DOU de 18/06/2010, ao estabelecimento da empresa INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA HERTHA LTDA., CNPJ nº 08.362.302/0001-11.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO AUGUSTO QUAIOTTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 25 DE JULHO DE 2018

Declara inapta a inscrição no CNPJ, por decisão administrativa.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no contido nos arts. 40, II e 42 § 2º da IN-RFB nº 1.634, de 06.05.2016, do Processo nº 12452720029/2018-18, declara:

Art. 1º - INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, CNPJ nº 17.997.213/0001-32, da empresa TRI INJECT DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 26 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.002152/0316-91, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, AGENTE DE CARGA, a empresa NUNO FERREIRA CARGAS INTERNACIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.277.197/0001-65.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 26 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10120.005708/0816-14, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, AGENTE DE CARGA, a empresa BDP SOUTH AMERICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.706.460/0001-28.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 26 DE JULHO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR - DELEX, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dôssie nº 10010.004218/0916-19, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, IMPORTADOR/EXPORTADOR, a empresa ECOLAB QUIMICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.536.772/0001-42.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 23 DE JULHO DE 2018

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017,declara:

Art. 1º Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.002684/0618-25, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a" 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a navegação de apoio marítimo STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 09.078.935/0001-65, extensivo, exclusivamente, para a filial CNPJ nº 09.078.935/0002-46 e para a filial CNPJ nº 09.078.935/0003-27, até 12/03/2040, devendo ser observado o

disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é a DOMMO ENERGIA S.A., CNPJ (matriz) 08.926.302/0001-05.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data desua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 24 DE JULHO DE 2018

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	E-Processo
093.247.709-77	GABRIELA FRANCINI DA SILVA MERLO	10909.721272/2018-12

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 25 DE JULHO DE 2018

Anula inscrição no CPF.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Artigo único. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificadas, com efeitos ex tunc, a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de fraude na inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	DATA DE INSCRIÇÃO	PROCESSO
EMERSON JOSE DA SILVEIRA PINTO	012.063.889-43	21/09/2011	19985.721365/2018-09
ANDRE MARCUS DA SILVA	800.631.869-77	26/02/2018	11089.720096/2018-57
ANTONIO CARLOS ARTMAN	115.306.409-03	29/07/2014	11089.720068/2018-30
DANIEL CONSTANTINE YOUSSEF	013.714.669-80	23/06/2015	11089.720081/2018-99
GILBERTO KAUAN DA SILVA	800.360.379-07	27/06/2017	11089.720143/2018-62
HEITOR NASSIF	123.608.509-46	30/11/2015	11089.720152/2018-53
ISACK DA SILVA	013.220.549-16	21/07/2014	11089.720149/2018-30
ISACK DA SILVA JUNIOR	122.062.869-71	18/08/2015	11089.720163/2018-33
JOSIAS OLIVEIRA DA SILVA	123.835.019-48	14/12/2015	11089.720164/2018-88
JOSIEL BARBOZA BARROS	135.634.869-64	11/09/2017	11089.720118/2018-89
JOAO RODRIGO MACHADO DOS SANTOS	112.847.569-39	27/02/2014	11089.720111/2018-67
LEANDRO AUGUSTO DA SILVA	800.418.549-50	16/08/2017	11089.720182/2018-60
LUIZ GABRIEL CHEN	800.593.799-79	25/01/2018	11089.720085/2018-77
MARCELO LUIZ TAVARES	076.468.979-73	01/03/2007	11089.720165/2018-22
PAUL SMITH KANNER	121.779.229-50	30/07/2015	11089.720045/2018-25
RICARDO DOS SANTOS JUNIOR	012.653.959-69	24/04/2013	11089.720144/2018-15
VINICYUS STALIN DOS SANTOS	139.820.339-42	01/03/2018	11089.720084/2018-22

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 25 DE JULHO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do artigo 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007178540, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 25 DE JULHO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do artigo 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007178542, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 25 DE JULHO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do artigo 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, estabelecida na Rod. Antônio Heil, nº 1001, sala 303, Bairro Itaipava, Itajaí/SC, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.660 (doze mil, seiscentos e sessenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 0007178543, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
9.600	800	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
3.060	510	Gentleman Jack G6	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 26 DE JULHO DE 2018

Autoriza liberação para transferência de propriedade de veículo importado com isenção.

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 15165.721176/2018-21, resolve AUTORIZAR, com fundamento legal no artigo 124, inciso II combinado com o artigo 146, § 1º do Decreto nº 6.759, de 2009 e no artigo 20, § único da Instrução Normativa SRF nº 338, de 2003, a liberação para fins de transferência de propriedade do automóvel para passageiro marca BMW modelo X5 xdrive 35i, cor azul, ano de fabricação 2010, ano modelo 2011, motor nº 06637518, chassi nº WBAZV4105BL452801. Referido veículo foi submetido a despacho aduaneiro através da Declaração de Importação nº 10/1964069-5, registrada em 05/11/2010 tendo como adquirente da mercadoria o Consulado Geral da República da Polônia, CNPJ nº 05.134.494/0001-10.

CLAUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.162, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.619671/2018-91, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de NACLI SERVIÇOS S.A., CNPJ n. 30.862.594/0001-00, com sede na cidade de Curitiba - PR, na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de julho de 2018:

I - Mudança da denominação social para JNS SEGURADORA S.A.;

II - Eleição de administradores;

III - Mudança do objeto social; e

IV - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Conceder a JNS SEGURADORA S.A. autorização para operar seguros de danos em todo o território nacional.

Art. 3º Ratificar que o capital social de JNS SEGURADORA S.A. é de R$ 30.000.000,00, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Art. 4º Ratificar que o controle acionário indireto e a ingerência efetiva nos negócios de JNS SEGURADORA S.A. são exercidos pelo Sr. Jorge Nacli Neto.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP/DIORG Nº 1.002, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.610853/2018-05, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores e membros do comitê de auditoria de J. MALUCELLI SEGURADORA S.A., CNPJ n. 84.948.157/0001-33, com sede na cidade de Curitiba - PR, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 28 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO

Processo nº 52700.103845/2018-08
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, decide, acolher o PARECER Nº 73/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 10 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00437/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.103845/2018-08 e Processo JUCESP nº 995309/18-8

Recorrente: Somos Marcas e Patentes EIRELI

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Somos Business Portal de Conteúdo Ltda.-ME)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.104150/2018-35
Interessado: Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, decide, acolher o PARECER Nº 75/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 10 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00433/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 11 de julho de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.104150/2018-35 e Processo JUCESP nº 995463/17-7

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

(Fartura Alimentos Sorocaba EIRELI - ME)

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.102736/2017-84
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE/PE

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, decide, acolher o PARECER Nº 53/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 05 de julho de 2018, e o PARECER Nº 00451/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 18 de julho de 2018, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

Referência: Processo nº 52700.102736/2017-84 e Processo JUCEPE nº 17/829250-8

Recorrente: COFE - Empreendimentos Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 1.312-SEI, DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 33 da Portaria Nº 82-SEI, de 12 de janeiro de 2018, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao acompanhamento do 1º trimestre do Programa de Gestão de Teletrabalho do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, referente aos períodos de 7 de fevereiro a 30 de abril de 2018, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO

ANEXO I

ACOMPANHAMENTO DO 1º TRIMESTRES DO PROGRAMA DE GESTÃO DE TELETRABALHO

UNIDADE	SERVIDOR	PROCESSO SEI		
		7 a 28 de fevereiro de 2018	1º a 31 de março de 2018	1º a 30 de abril de 2018
Gabinete do Ministro	PABLINE ARAUJO REIS	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73
Gabinete do Ministro	PATRICIA DE LIMA FAVARETTO	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73
Corregedoria	ADRIANO MONTEIRO DA SILVA	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	ANA PAULA DE OLIVEIRA	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	ANDRE LUIS RIBEIRO BARBOSA	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	ARISTOTELES SOARES BENICIO	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	DAVY FREDERICO SOUZA	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	LUCIANA GOMES DE OLIVEIRA	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	MANUELA KIRSCHNER DO AMARAL	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Corregedoria	RICARDO FRANCA LAQUINTINIE	52286.100089/2018-95	52286.100095/2018-42	52286.100115/2018-85
Secretaria de Comércio e Serviços	GABRIELA DAOU VERENHITACH	52009.100067/2018-02	52009.100082/2018-42	52009.100120/2018-67
Secretaria de Comércio e Serviços	LUPERCIO COUTINHO GARCIA LEAO	52009.100067/2018-02	52009.100082/2018-42	52009.100120/2018-67
Secretaria de Comércio e Serviços	GISLAINE MENDES DE SOUZA FRAGASSI	52009.100060/2018-82	52009.100083/2018-97	52009.100122/2018-56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	DEMETRIO FLORENTINO DE TOLEDO FILHO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	RICHARDI FONSECA	52001.100373/2018-19	52001.100373/2018-19	52001.100373/2018-19
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	BRUNO LEAL SANTOS	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	GUSTAVO KOITI OKAMURA	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	LUDMILA DE AZEVEDO REZENDE SALGADO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARCIA LOPES MOL TONON	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARCIO MARTINS DE CASTRO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	PRISCILA DE SOUSA SILVA DALLA ROSA	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	ALEXANDRE MATTOS MACHADO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100501/2018-16
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	DYOGENES SILVA DE ANDRADE	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100501/2018-16
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	GERARDO FIGUEIREDO NETO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100501/2018-16
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARGARIDA MARIA ANDRADE DOURADO RECHE	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100501/2018-16
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	SERGIO LUIZ DE MORAES DE FREITAS	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100501/2018-16
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	JOMARA DE CARVALHO RIBEIRO	52001.100136/2018-40	Servidor excluído em 9 de fevereiro de 2018	
Secretaria Executiva	MARCELO SIMOES DOS REIS	52002.100079/2018-99	52002.100079/2018-99	52002.100079/2018-99
Secretaria Executiva	WANDER DE CASTRO SILVA	52005.100086/2018-61	52005.100160/2018-49	52005.100160/2018-49
Secretaria Executiva	JULIANA RIBEIRO MURUCCI VISONA	52006.100514/2018-45	52006.100559/2018-10	52006.100813/2018-80
Secretaria Executiva	FRANCISCA THATIANY FELIX DE SOUSA SENA	52007.100317/2018-16	52007.100457/2018-94	52007.100681/2018-86
Secretaria Executiva	CELIA REGINA PERNOMIAN	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56
Secretaria Executiva	MARLUCE NEVES SANTOS	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56
Secretaria Executiva	CAMILLA DE LIMA BONFIM DOS SANTOS	52004.100642/2018-17	52004.100642/2018-17	52004.100642/2018-17
Secretaria Executiva	CLEISSON AMORIM RODRIGUES	52004.100642/2018-17	52004.100642/2018-17	52004.100701/2018-49
Secretaria Executiva	SEBASTIAO FIGUEIREDO DE MORAIS FILHO	52004.100642/2018-17	52004.100642/2018-17	52004.100701/2018-49
Secretaria Executiva	ANTONIO DIOLINDO FILHO	52004.100731/2018-55	52004.100647/2018-31	52004.100709/2018-13
Secretaria Executiva	MILTON TERUO TAKANO	52003.100032/2018-15	52003.100032/2018-15	52003.100032/2018-15
Secretaria Executiva	THAIS BARRAL DE OLIVEIRA BRITO	52003.100041/2018-14	52003.100049/2018-72	52003.100059/2018-16
Secretaria de Comércio Exterior	MIGUEL MARQUES DA SILVA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	DIOGO GOMES DA SILVA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	AMANDA GONCALVES BOVOLENTA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	BERNARDO NOGUEIRA MATEUS FERREIRA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	BRUNO COSTA VALE DE ALMEIDA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	GUSTAVO PANIAGO NEVES	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	ANA PAULA ROST	52100.100450/2018-12	52100.100731/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	GLAUCIA BELEM DE OLIVEIRA	52100.100450/2018-12	52100.100731/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	JULIANA GONDIM GUIMARAES MACIEIRA	52100.100450/2018-12	52100.100731/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	MAURICIO LIMA FERREIRA	52100.100450/2018-12	52100.100731/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	OSCAR JOSE MERLIN JUNIOR	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	JURANDIR GONCALVES FERREIRA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	Lara Borges Caldas de Oliveira	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	LUIZ EDUARDO DE FREITAS GUIMARAES	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	THIAGO FERNANDES AQUINO	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	ANA JUNQUEIRA PESSOA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	SAMUEL MEIRELES DIAS E SOUSA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	HELOISA PEREIRA CHIKUSA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	FABRICIO MARQUES DA SILVA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	FLAVIA ANNIBELLI BARON	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	JORGE AUGUSTO VIEIRA LIMA	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	THALIS RYAN DE ANDRADE	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	GILBERTO ALUISIO MONTEIRO LARCHER	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria de Comércio Exterior	RAQUEL MAYER MOREIRA BARROS BRIZOLIM	52100.100450/2018-12	52100.100734/2018-09	52100.101021/2018-54
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LEONARDO OHANA GANEM	52700.101507/2018-23	52700.101507/2018-23	52700.101507/2018-23
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LILIANE TRINDADE DE SOUSA	52700.101525/2018-13	52700.101525/2018-13	52700.101525/2018-13
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	CAMILA FREITAS DA SILVA	52007.101455/2018-95	52700.102220/2018-11	52700.103077/2018-84
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LUANA RIBEIRO CAPITA	52700.101370/2018-15	52700.102264/2018-41	52700.102969/2018-68
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	LUCAS RAMALHO MACIEL	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	TIAGO DE ALMEIDA PINTO	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	NATALIA SEMERIA RUSCHEL	52250.100144/2018-54	52250.100144/2018-54	52250.100144/2018-54
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	ANDRE EMEDIATO BARBOSA DA SILVA	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	JOAO ANTONIO RAMON NETO	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84

Por força do art. 35 da Portaria nº 82- SEI, de 15 de janeiro de 2018, a partir de 1º de março de 2018, o período avaliativo do Teletrabalho compreende do primeiro ao último dia do mês.
No período de 7 de fevereiro a 30 de abril de 2018, 98,2% das atividades foram cumpridas dentro das metas e 1,06% das atividades não estavam dentro da metas. 0,82% das atividades estavam em andamento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE JULHO DE 2018

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DA SUPERINTENDÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS - INMETRO/SURGO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 17º do Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, combinado com a Portaria do MDIC de n.º 347, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) em Goianésia no Estado de Goiás, no dia 06 de agosto de 2018.

O atendimento será das 10h às 17h.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer munidos de seus veículos com os taxímetro e respectiva documentação veicular, seus documentos pessoais, o último certificado de verificação e a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à tarifa de 2018 devidamente paga no seguinte endereço:

● Av. Mato Grosso (próximo à Secretaria de Meio Ambiente), Centro, Goianésia- GO.

Art. 3º As verificações serão realizadas por ordem de chegada.

Art. 4º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto no prazo estabelecido, só poderão fazê-los na Superintendência do Inmetro no Estado de Goiás, localizado a Rua 148, s/nº, Setor Sul, em Goiânia.

Art. 5º O certificado de verificação referente 2019 será emitido no momento da verificação, caso não haja irregularidades.

Art. 6º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto na data estabelecida estarão sujeitos às penalidades legais.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias.

PATRÍCIA PINHEIRO BARROS FERREIRA

PORTARIA Nº 17, DE 25 DE JULHO DE 2018

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DA SUPERINTENDÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA NO ESTADO DE GOIÁS - INMETRO/SURGO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 17º do Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, combinado com a Portaria do MDIC de n.º 347, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) em Itumbiara no Estado de Goiás, no dia 08 de agosto de 2018.

O atendimento será das 10h às 17h.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer munidos de seus veículos com os taxímetro e respectiva documentação veicular, seus documentos pessoais, o último certificado de verificação e a Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à tarifa de 2018 devidamente paga no seguinte endereço:

● Avenida Francisco Domingos da Costa, nº51, Bairro Planalto, Itumbiara-GO.

Art. 3º As verificações serão realizadas por ordem de chegada.

Art. 4º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto no prazo estabelecido, só poderão fazê-los na Superintendência do Inmetro no Estado de Goiás, localizado a Rua 148, s/nº, Setor Sul, em Goiânia.

Art. 5º O certificado de verificação referente 2019 será emitido no momento da verificação, caso não haja irregularidades.

Art. 6º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto na data estabelecida estarão sujeitos às penalidades legais.

Art. 7º Revogam-se as disposições contrárias.

PATRÍCIA PINHEIRO BARROS FERREIRA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 62, DE 19 DE JULHO DE 2018

Altera a Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013 que regula a concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e na Portaria MDIC nº 267, de 30 agosto de 2013.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MDIC nº 52001.100572/2018-19, resolve:

Art. 1º A Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 2º O pedido de concessão da habilitação provisória será analisado pela Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico, do Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos. (NR)

[...]

II - envio de e-mail para o endereço eletrônico cgel.habilitacao@mdic.gov.br, a qualquer tempo, indicando, também, a razão social da empresa e o número de protocolo do Sistema de Informações Documentais - Próton, do Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, recebido pelo pleito. (NR)

[...]

Art. 3º ...

§ 1º Poderão ser incluídos novos modelos de produtos, além daqueles relacionados na portaria de habilitação provisória desde que:

a) Os modelos mencionados no § 6º do art. 2º sejam incluídos no pleito de habilitação definitiva;

b) Seja requerida a inclusão conforme prescreve o § 1º do art. 2º. (NR)

§ 2º A empresa interessada deverá solicitar a inclusão dos novos modelos no pleito de habilitação definitiva de que trata o caput do art. 1º. (NR)

§ 3º Os pleitos de inclusão de novos modelos serão analisados atendendo o prescrito nesta portaria para a habilitação provisória inicialmente concedida. (NR)[...]

Art. 5º O resultado do pedido de habilitação provisória será registrado pela Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico no pleito de habilitação definitiva, que manterá seu prosseguimento normal. (NR)

[...]

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 29, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 4, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da França e dos Países Baixos, fabricadas pelas empresas McCain Alimentaire SAS e McCain Foods Holland B.V., torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 4 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, o ajuste do preço a ser praticado pela McCain do Brasil nas suas revendas do produto objeto do compromisso de preços importado da McCain Alimentaires SAS e da McCain Foods Holland B.V deve ser realizado com base: na variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) - Produtos Industriais, aplicada ao preço de revenda em reais ou na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices - Overall Index) da Europa aplicada ao preço de revenda em euros e convertido para reais com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste; o que resultar no preço reajustado mais elevado.

2. Do mencionado preço de revenda reajustado, devem ser deduzidos: o percentual de 50,5% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e o percentual de 18,4% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os preços encontrados devem ser convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste.

3. Nos termos previstos, a variação dos índices IPA-OG e HICP foi calculada por meio da comparação entre o índice médio do período de reajuste anterior (junho de 2017 a novembro de 2017) e o índice médio do novo período de reajuste (dezembro de 2017 a maio de 2018). Constatou-se variação positiva de 4,3% do IPA-OG e variação positiva de 0,9% do HICP.

4. O preço reajustado foi apurado a partir da aplicação da variação do HICP ao preço de revenda em euros, convertido para reais. Deste preço foram deduzidos os percentuais previstos para apuração dos preços a serem praticados pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os respectivos preços foram convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste (1º de dezembro a 31 de maio de 2018).

5. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

5.1. O preço de revenda de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain do Brasil para o primeiro comprador independente no Brasil deverá ser igual ou superior a R$ 4.239,52/t (quatro mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos por tonelada), na condição ex fabrica, que, convertido com base na taxa de câmbio média do período de reajuste (1º de dezembro a 31 de maio de 2018), equivale a € 1.044,80/t (mil e quarenta e quatro euros e oitenta centavos por tonelada), líquido de impostos (PIS, CONFINS e ICMS), descontos, abatimentos e frete interno.

5.2. O preço de exportação de batatas congeladas a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland em suas exportações para a McCain do Brasil deverá ser igual ou superior a € 517,18/t (quinhentos e dezessete euros e dezoito centavos por tonelada), na condição CIF, para as exportações originárias da França e dos Países Baixos.

5.3. O preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain Argentina para os clientes independentes no Brasil deverá ser igual ou superior a € 852,56/t (oitocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e seis centavos por tonelada), na condição CIF.

6. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

CIRCULAR Nº 30, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001672/2018-73 e do Parecer nº 17, de 20 de julho de 2018, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 29 de julho de 2013, aplicado às importações brasileiras de tubos com costura, de aços inoxidáveis austeníticos graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm e inferior a 2.032 mm, com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificadas nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China e de Taipé Chinês.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

9. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

10. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

11. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

12. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 59, de 2013, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-9347/7733 ou pelo endereço eletrônico decom@mdic.gov.br.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Do histórico

Em 16 de julho de 2004, foi protocolada, pela Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal - ABITAM, petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável austenítico, com costura, originárias da República Popular da China e de Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Em 27 de abril de 2005, por meio da Circular SECEX nº 25, de 25 de abril de 2005, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável austenítico, com costura, originárias somente de Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A Circular SECEX nº 31, de 17 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 18 de abril de 2006, encerrou a investigação em questão, sem a aplicação de medidas, considerando que não foi caracterizado dano material à indústria doméstica decorrente das exportações objeto de dumping.

1.2. Da investigação original

Em 7 de março de 2012, por meio da Circular SECEX nº 6, de 6 de março de 2012, foi iniciada investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de tubos com costura, de aços inoxidáveis austeníticos, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm e inferior a 2.032 mm, com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da NCM, originárias da China e Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Tendo sido verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, conforme o disposto nº art. 42 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, a investigação foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU, de 29 de julho de 2013, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, conforme a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 2013

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
China	Evertec (Foshan) Stainless Steel Appliances MFG Co.	679,08
	Fujian Casey Stainless Steel Co. Ltd.	679,08
	Irestal (Shanghai) Stainless Pipe Co., Ltd	679,08
	Shanghai Triround Stainless Steel Tube Co., Ltd	679,08
	Zhejiang Jiuli Hi-Tech Metals Co., Ltd.	0,00
	Demais empresas	679,08
Taipé Chinês	Froch Enterprise Co. Ld.	911,71
	YC Inox Co. Ltd.	359,66
	Demais empresas	911,71

1.3. Do direito antidumping aplicado sobre as importações de outras origens

Em 20 de abril de 2017, foi iniciada, por meio da Circular SECEX nº 21, de 20 de abril de 2017, publicada no DOU de 24 de abril de 2017, investigação de dumping nas exportações para o Brasil de tubos com costura, de aço inoxidável austeníticos graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da NCM, originárias da Malásia, Tailândia e do Vietnã.

Nesse caso, foi verificada a existência de dumping nessas exportações para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, de modo que a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 39, de 13 de junho de 2018, publicada no DOU de 14 de junho de 2018, com a aplicação do direito antidumping definitivo, na forma de alíquota específica, nos montantes a seguir:

Direito antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 39, de 2018

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
Malásia	Pantech Stainless & Alloy Industries Sdn Bhd	367,56
	Roland Gensteel Industrial (Malaysia) Sdn. Bhd	740,02
	Superinox Max Fittings Industry Sdn.Bhd	740,02
	Superinox Pipe Industry Sdn. Bhd.	740,02
	Demais	740,02
Tailândia	Thai-German Products Public Co., Ltd.	747,56
	Viax International Co., Ltd.	747,56
	Eastern Metal Treinding Co., Ltd.	747,56
	Demais	747,56
Vietnã	Hoa Binh Production Trading Co., Ltd. (Inoxhoabinh Mill)	888,27
	Inox Hoa Binh Joint Stock Company (Inoxhoabinh Mill)	888,27
	Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd.	782,11
	Oss Daiduong International Joint Stock Company	806,14
	Sonha International Corporation	806,14
	Sonha Ssp Vietnam Sole Member Co., Ltd.	806,14
	Tien Dat Trade Import & Export Company Limited	806,14
	Demais	888,27

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada a Circular SECEX nº 64, de 30 de novembro de 2017, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos com costura, de aços inoxidáveis austeníticos graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e inferior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificadas nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China e Taipé Chinês, encerrar-se-ia no dia 29 de julho de 2018.

2.2. Da petição

Em 29 de março de 2018, as empresas Aperam Inox Tubos Brasil Ltda. e Marcegaglia do Brasil Ltda., doravante também denominadas, respectivamente, Aperam e Marcegaglia, ou, quando consideradas conjuntamente, somente peticionárias, protocolaram, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de tubos com costura, de aço inoxidável austenítico, graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China e Taipé Chinês, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Em 24 de maio de 2018, por meio do Ofício nº 591/2018/CGSC/DECOM/SECEX, foram solicitadas às peticionárias, com base no § 2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante denominado Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição.

As peticionárias, após solicitação tempestiva para extensão do prazo originalmente estabelecido para resposta ao referido Ofício, apresentaram, tempestivamente, as informações complementares no dia 8 de junho de 2018.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados como partes interessadas, além da peticionária, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping, os governos da China e Taipé Chinês, as associações ABITAM, ABINOX e INDA. Foram ainda identificadas como partes interessadas as empresas brasileiras indicadas na petição como prestadoras do serviço de tubificação.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8,058, de 2013, foram identificadas, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto do direito antidumping durante o período de investigação de continuação/retomada de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

2.4. Das verificações in loco na indústria doméstica

Fundamentado no princípio da eficiência, previsto no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, realizou-se a verificação in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente à elaboração deste documento de início de revisão.

Nesse contexto, foi solicitado à Marcegaglia e à Aperam, por meio dos Ofício nºs 586/2018/CGSC/DECOM/SECEX e 585/2018/CGSC/DECOM/SECEX, respectivamente, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuência para que equipe de técnicos realizasse verificação in loco dos dados apresentados, nos períodos de 18 a 22 de junho de 2018, em Garuva - SC, e de 25 a 29 de junho, em Ribeirão Pires - SP.

Após consentimento das empresas, técnicos do MDIC realizaram verificação in loco, nos períodos propostos, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas na petição de início da revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos no roteiro previamente encaminhado às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram verificados o processo produtivo de tubos de aço inoxidável, a estrutura organizacional das empresas e as publicações utilizadas como base para apuração do valor normal das origens sujeitas à aplicação da medida antidumping, assim como os dados de capacidade produtiva desses países. Finalizados os procedimentos de verificação, consideraram-se válidas as informações fornecidas pelas peticionárias, depois de realizadas as correções pertinentes.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita dos relatórios das verificações in loco foi juntada aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência dos procedimentos de verificação foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações constantes neste documento incorporam os resultados das referidas verificações in loco.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

O produto objeto do direito antidumping são tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, comumente classificados nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), doravante denominados apenas como tubos de aço inoxidável, quando originários da China e de Taipé Chinês.

As diversas microestruturas dos aços são função da quantidade dos elementos de liga presentes. Há, basicamente, dois grupos de elementos de liga: os que estabilizam a austenita (Ni, C, N e Mn) e os que estabilizam a ferrita (Cr, Si, Mo, Ti e Nb).

Os aços inoxidáveis são aqueles que contêm ferro-cromo (Fe-Cr) com pelo menos 10,5% de cromo e dividem-se em famílias, como:

a) austeníticos, comumente de série 3XX ou 300, referentes a aços não magnéticos com estrutura cúbica de faces centradas, que contêm, basicamente, ligas de ferro, níquel e cromo na sua composição, sem prejuízo de poderem conter outros elementos; e

b) ferríticos, comumente de série 4XX ou 400, correspondentes a aços magnéticos com estrutura cúbica de corpo centrado, que contêm, basicamente, ligas de ferro e cromo na sua composição, além de outros elementos possíveis, desprovidos de níquel e com características e aplicações bem específicas.

A adição de níquel como elemento de liga, em determinadas quantidades, permite transformar a estrutura ferrítica em austenítica, o que resulta em significativa alteração em diversas propriedades, como soldabilidade, resistência à corrosão e ductilidade.

Quanto ao processo de soldagem, nota-se que, na fabricação dos tubos de aço austenítico, são, comumente, empregadas solda Laser ou TIG (sigla para Tungsten Inert Gas), não sendo impeditivo a fabricação através de outros processos. Já os tubos de aço inoxidável ferrítico são, normalmente, fabricados por soldagem High Frequency (HF) sem adição de material, podendo, também, ser soldados por outros processos. A utilização de um ou outro tipo de soldagem depende, normalmente, da utilização que se pretende dar ao produto final, das normas de fabricação, das dimensões e da espessura. Além disso, a adição de material no processo de soldagem, prevista por algumas normas, não descaracteriza o produto objeto do direito antidumping, nem prejudica a similaridade relativamente ao produto nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com efeito, os aços austeníticos são normalmente utilizados na indústria alimentícia, em aplicações criogênicas, ornamentais, aplicações em altas temperaturas, componentes náuticos, construção civil, equipamentos para indústrias químicas, petroquímicas, de açúcar e álcool, alimentícia, farmacêutica e de papel e celulose, baixelas e utensílios domésticos. Os ferríticos são, em geral, utilizados em sistemas de exaustão automotivo, cutelaria, eletrodomésticos, frigoríficos, sinalização visual (placas e fachadas).

Cada família é dividida em graus distintos, conforme a composição específica, implicando distintas utilizações. Internacionalmente, utiliza-se para a definição dos graus a nomenclatura do American Iron and Steel Institute (AISI) ou a American Society for Testing and Materials (ASTM). Os aços austeníticos sujeitos à medida antidumping são de graus 304 e 316.

Segundo constou da petição, os tubos de aço inoxidável em referência são produzidos por conformação a frio de tiras, de chapas ou de bobinas de aço inoxidável austenítico, laminadas a quente e, quando necessário, a frio, e soldadas por processos elétricos automatizados na própria formação dos tubos. Produzidos, normalmente, com comprimentos de seis metros, podendo variar conforme o projeto. Os tubos devem apresentar superfície lisa e isenta de rebarbas, passando, para isso, por fases de acabamento, as quais podem variar conforme a aplicação para a qual se destinam esses tubos. Nesse sentido, cabe notar que, a despeito da superfície lisa, a apresentação de roscas nas extremidades dos tubos não os exclui da definição do produto objeto do direito antidumping.

Ainda segundo as peticionárias, os tubos também podem passar por processo adicional de acabamento (escovamento ou polimento) além do realizado em linha, em diferentes graus (granas), com vistas a se obter determinada apresentação visual ao produto. Os diferentes níveis de acabamento, entretanto, não impedem a substituição dos tubos entre si, servindo todos aos mesmos propósitos.

Com relação ao fato de que, para a fabricação do produto objeto da investigação, podem ser utilizadas tiras, chapas ou bobinas de aço inoxidável tanto apenas laminadas a quente como também aquelas laminadas a frio, pontua-se que a utilização de processo de laminação a frio posterior à laminação a quente dependerá de sua necessidade para se atingir menores espessuras que possam ser demandadas para a utilização que será dada a essas tiras, chapas ou bobinas. Com efeito, a necessidade de laminação a frio para atingir espessuras menores dependerá do próprio processo produtivo da produtora das tiras, chapas ou bobinas, vez que, por exemplo, determinado produtor pode obter produto de espessura de 1,50 mm laminado a quente, enquanto outro pode necessitar que o produto passe pela laminação a frio para se atingir a mesma espessura de 1,50 mm.

Os tubos sujeitos à medida antidumping são fabricados com os tipos de aço enquadrados, principalmente, nas seguintes normas AISI: a) TP-304; b) TP-304L; c) TP-304H; d) TP-316; e) TP-316L; f) TP-316H; e g) TP-316Ti.

Ponderou-se, na petição, que, embora a AISI seja a norma mais usual, há outras normas que podem ser utilizadas, as quais têm correspondência na norma AISI, conforme se sumariza nos quadros a seguir:

Correspondências com a norma AISI - Grau 304

País	Norma	Equivalências		
EUA	AISI	304	304L	304H
EUA	ASTM/SAE	S30400	S30403	S30409
Alemanha	W.N.	1.4301 1.4303	1.4307 1.4306	14.948
Alemanha	DIN 17707	X5 CrNi 18 10 X5 CrNi 18 12	X 2 CrNi 18 11	
Espanha	UNE	X 6 CrNi 19-10	X 2 CrNi 19-10	X 6 CrNi 19-10
França	Afnor	Z 6 CN 18-09	Z 2 CN 18-10	
Grã-Bretanha	BSI	304 S 31 304 S 15	304 S 11	304 S 51
Suécia	SIS	2333	2352	
União Europeia	Euronorm	X 6 CrNi 18 10	X 3 CrNi 18 10	
Japão	JIS	SUS 304	SUS 304 L	SUS F 304 H
Rússia	GOST	08KH18N10 06KH18N11	03KH18N11	

Correspondências com a norma AISI - Grau 316

País	Norma	Equivalências		
EUA	AISI	316	316L	316Ti
EUA	ASTM/ SAE	S31600	S31603	S31635
Alemanha	W.N.	1.4401 1.4436	14.404	14.571
Alemanha	DIN 17707	X 5 CrNiMo 17 12 2	X 5 CrNiMo 17 12 2 X 5 CrNiMo 17 13 3	X 6 CrNiMoTi17 12 2
Espanha	UNE	X 6 CrNiMo 17-12-03	X 6 CrNiMo 17-12-03	X 6 CrNiMoTi 17-12-03
França	Afnor	Z 6 CND 17-11 Z 6 CND 17-12	Z 2 CND 17-12	Z6 CNDT 17-12
Grã-Bretanha	BSI	316 S 31 316 S 33	316 S 11	320 S 31
Suécia	SIS	2347 2343	2348	2350
União Européia	Euronorm	X 6 CrNiMo 17 12 2 X 6 CrNiMo 17 12 3	X 3 CrNiMo 17 12 2 X 6 CrNiMo 17 12 3	X 6 CrNiMoTi 17 12 2
Japão	JIS	SUS 316	SUS 316 L	SUS 316 Ti
Rússia	GOST			08KH17N13M2T 10KH17N13M2T

Informou-se que, após a indicação do grau "304" ou "316", outras denominações podem ser utilizadas, como 304N, 304LN, 316N, 316LN, 316H, sem, entretanto, implicar descaracterização da similaridade relativa aos produtos listados anteriormente.

Os tubos também podem ser produzidos, independentemente da norma AISI do tipo do aço, segundo qualquer das normas ASTM seguintes: a) A-249; b) A-269; c) A-270; d) A-312; e) A-358; f) A-409; g) A-554; e h) A-778.

Com efeito, as listas das principais normas técnicas utilizadas internacionalmente na comercialização de tubos de aço inoxidável não são exaustivas, vez que, em todo o mundo, há entidades normalizadoras similares ao AISI e à ASTM, passíveis de estabelecer normas e/ou regulamentos técnicos para o produto objeto do direito antidumping.

Segundo as peticionárias, a despeito de não haver obrigatoriedade estabelecida, seja nacional ou internacionalmente, fato é que produtores e consumidores do produto se utilizam das referências aos graus estabelecidos nas normas AISI para definição das características de composição química do aço inoxidável, ou, então, os correspondentes graus de outras normas. Assim, normalmente, registros contábeis, documentos comerciais e marcações no produto indicam o grau do aço segundo a norma AISI ou normas correlatas.

Segundo as peticionárias, caso, de forma atípica, algum produto das origens investigadas não indique o grau do aço, a sua identificação poderá ser realizada a partir de sua composição química, considerando os parâmetros estabelecidos nas citadas normas. Em geral, essa informação consta do certificado de qualidade, permitindo que seja verificado qual o grau do aço segundo a norma AISI ou correlacionada, mesmo que essa norma não seja expressamente indicada no certificado.

Pontuou-se que certos tubos sujeitos a algumas normas (ASTM A-249, A-269, A-270, A-312), após sua conformação e soldagem, devem passar por processo de tratamento térmico como forma de garantir suas características mecânicas e de resistência à corrosão.

No que tange aos usos e aplicações dos tubos de aço inoxidável, houve destaque para o fato de o produto ter, por finalidade, a condução de fluídos, sendo utilizados em estrutura de equipamentos para indústrias de papel e celulose, química e petroquímica, açúcar e álcool, bebidas e alimentos, resistências elétricas e refrigeração, náuticos, indústria automobilística, bens de capital em geral e na construção civil.

Dada a altíssima capacidade de resistência desses tubos, são utilizados em ambientes corrosivos normalmente submetidos a picos de altas e baixas temperaturas, e, pelo apelo visual, também são largamente empregados na indústria de móveis e arquitetônica.

Dutos para transferência de produtos, caldeiras, trocadores de calor, como aquecedores, condensadores e refrigeradores, processadores de alimentos e quaisquer estruturas metálicas situadas em ambientes corrosivos e sistemas de instrumentação são exemplos de equipamentos que se utilizam de tubos de aço inoxidável.

Identificaram-se na petição, relativamente ao processo produtivo do produto objeto do direito antidumping, as seguintes etapas principais:

1. Recebimento da matéria-prima: fornecida em bobinas de aço inoxidável em pesos e larguras diversos;

2. Corte longitudinal das bobinas: em função dos diâmetros e espessuras produzidos, varia-se a largura das fitas para o abastecimento das formadoras, ou perfiladeiras, de tubos. Para transformação das bobinas em fitas, utilizam-se cortadoras longitudinais de bobinas, denominadas slitter, processo esse executado via corte a frio por facas paralelas rotativas que são ajustadas de acordo com a espessura do material. A tesoura normalmente possui desbobinador de bobinas, cabeçote de corte, looping para compensação de variação do comprimento das tiras cortadas e embobinador de fitas.

3. Fabricação dos tubos: para a transformação das fitas em tubos utilizam-se, normalmente, os seguintes processos:

3.a. Formação: transformação das fitas planas em tubos, por processo contínuo por meio de rolos conformadores. A máquina, normalmente denominada perfiladeira, é composta por um conjunto de rolos formadores que tem a função de dobrar o material plano e transformá-lo em circular. Na sequência, há o conjunto de rolos fin-pass que conformam o material de modo a ficar o mais redondo possível, mantendo o arranjo das duas extremidades da fita em posição para soldagem.

3.b. Soldagem: utilizam-se, comumente, os processos de soldagem por solda TIG, Plasma ou Laser. O conjunto é composto por pares de rolos e o cabeçote de soldagem, no qual é aplicada quantidade de energia suficiente para o aquecimento das bordas das fitas e, consequentemente, a fusão das mesmas.

3.c. Laminação do cordão de solda: realizada no caso de tubos de aço inoxidável que atendam às normas A-249 e A-270, podendo, também, ser solicitadas esporadicamente por clientes no caso das normas A-269 e A-312. Por esse processo, o tubo é prensado entre mandril interno e rolo externo para homogeneização da espessura.

4. Recozimento: tratamento térmico realizado a partir do aquecimento dos tubos até a temperatura definida por norma para homogeneização dos tamanhos dos grãos da estrutura do aço, que foram alterados em função da conformação e da soldagem. Esse processo pode ser feito por forno de recozimento contínuo, chamado processo secundário, ou em linha, denominado Bright Annealing. Os tubos de aço inoxidável são aquecidos a temperatura acima de 1.040ºC e resfriados rapidamente em água, no caso forno de recozimento contínuo, ou pela passagem do tubo em câmara com hidrogênio, no caso do processo Bright Annealing.

4.a. Após o recozimento contínuo: realização dos seguintes processos:

4.a.1. Endireitamento: realizado em equipamento com conjuntos de rolos desalinhados propositadamente para que os tubos, após passarem pela máquina, estejam dentro das medidas de tolerância quanto ao empenamento longitudinal;

4.a.2. Decapagem química: utilização de ácidos nítrico e fluorídrico para a remoção dos óxidos formados pelo aumento da temperatura durante o tratamento térmico. Os tubos são imersos na solução ácida e mantidos durante tempo pré-determinado. Retirados dos tanques de decapagem, são colocados em tanque para a neutralização da superfície dos tubos, feita com solução de água e soda cáustica e, posteriormente, lavados com água desmineralizada.

4.b. Após Bright Annealing: normalmente são dispensáveis as operações de endireitamento e de decapagem química, embora o cliente possa solicitar a decapagem química mesmo nesses casos.

O impacto mais relevante na rota produtiva é no lead time de produção, pois, no caso do Bright Annealing, o material pode ficar pronto na linha de conformação e soldagem, enquanto que no recozimento sem atmosfera controlada (off line ou não), o material deve passar por outra etapa de produção. Também é possível a configuração de tratamento térmico em linha, porém sem a proteção de atmosfera, de forma que o tubo sai da linha tratado e reto, necessitando apenas de decapagem.

5. Escovamento em linha: se necessário, após o processo de recozimento, é utilizado um escovamento em linha com o uso de escovas rotativas.

6. Inspeção dos tubos: feita normalmente pelo processo eddy-current (equipamento que detecta problemas de porosidade, trincas e furos tanto no metal base quanto na solda), permitindo a detecção de problemas de furos passantes, defeitos internos e defeitos externos.

7. Identificação dos tubos: por impressão do tipo jato de tinta. Ressalte-se que, no caso de tubos com acabamento polido, a marcação não ocorre, passando o tubo, em vez disso, pelo processo de polimento.

8. Escovamento adicional ou polimento: quando o grau de acabamento (grana) requerido pelo cliente é superior ao realizado diretamente no processo de formação conforme descrito, um processo adicional é realizado em máquina dedicada (polidora). Este equipamento conta com um sistema de escovas e aplicação química (massa) para dar brilho ao produto. Uma vez realizado o polimento, o tubo é embalado de forma individual em plásticos e posteriormente com amarração com cintas é formado um fardo.

9. Embalagem: formato padrão em sextavados, com a colocação de cintas de amarração e etiqueta de identificação do produto com os dados principais do pedido, norma, dimensões e quantidades do amarrado.

As peticionárias ressaltaram desconhecer a existência de outra rota de produção dos tubos de aço inoxidável objeto do direito antidumping.

Segundo informações constantes da petição, o produto objeto do direito antidumping é vendido por intermédio dos canais de distribuição seguintes: vendas diretas para as indústrias e consumidores finais ou por meio de distribuidores, autorizados ou não, para usuário final.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

As características físicas, normas utilizadas, usos e aplicações e canais de distribuição do produto similar são os mesmos do produto objeto da investigação, detalhados no item 3.1.

Haja vista a petição ter sido apresentada em nome da Aperam e da Marcegaglia, detalham-se as informações relativas ao produto similar produzido no Brasil em separado por empresa.

3.2.1. Aperam Inox Tubos Brasil Ltda.

A Aperam produz tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O processo produtivo da empresa envolve etapas semelhantes àquelas descritas no item 3.1, com a especificidade de que a matéria-prima utilizada na produção é fornecida em bobinas de aço inoxidável em pesos de até 16 toneladas e larguras até 1.500 mm.

Destaca-se que as informações obtidas com relação ao produto similar confeccionado pela Aperam foram objeto de confirmação pela autoridade investigadora quando da realização da verificação in loco.

3.2.2. Marcegaglia do Brasil Ltda.

A Marcegaglia produz tubos com costura, de aço inoxidável austenítico graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 15,87 mm e não superior a 168,28 mm, com espessura igual ou superior a 1,00 mm e igual ou inferior a 3,91 mm.

O processo produtivo da empresa envolve etapas semelhantes àquelas descritas no item 3.1, com as particularidades em destaque na sequência.

1. Recebimento da matéria-prima (bobinas de aço inoxidável);

2. Corte longitudinal das bobinas: a slitter possui a largura definida em função do diâmetro externo do tubo a ser produzido.

3. Desbobinador: além de desenrolar a slitter conforme consumo pela formadora, restringe eventual uso de uma slitter incorreta, pois, por estar atrelado ao sistema, este não permite o uso de código de slitter que não esteja cadastrado na estrutura do código do tubo que está sendo produzido.

4. Corte e emenda: descarta-se a última ponta da slitter que está sendo consumida e da que irá entrar na máquina, de modo que as duas pontas já cortadas no esquadro correto serão unidas com solda.

5. Acumulador fosso: permite que sejam acumulados alguns metros de fita, a fim de o operador ter tempo de fazer o corte e emenda sem a necessidade de parada da linha.

6. Fabricação dos tubos: para a transformação das fitas em tubos utilizam-se, normalmente, os seguintes processos:

6.a. Formação.

6.b. Soldagem.

6.c. Laminação do cordão de solda: caixas de lixa removem o restante do cordão de solda após o processo de laminação.

7. Pré-calibração: feita anteriormente ao forno de cozimento, com vistas a deixar o diâmetro externo do tubo próximo ao diâmetro externo final.

8. Recozimento / Túnel de resfriamento: o forno de recozimento tem a função de refinar a granulação do material e baixar sua dureza. No túnel de resfriamento, é rebaixada a temperatura do tubo após o recozimento, em uma atmosfera de gás Hidrogênio, a fim de se obter um recozimento brilhante.

9. Inspeção dos tubos (processo eddy-current): permite a detecção de problemas de furos ou partes com falta de solda e emenda da fita.

10. Calibração: tem a função de deixar o tubo com o diâmetro externo nominal final em função da Norma.

11. Cabeça turca: no caso de tubos redondos, corrige o flexamento (encurvamento) do tubo.

12. Planetária: faz o acabamento superficial em torno do tubo, homogeneizando a aparência externa.

13. Identificação dos tubos: por impressão do tipo jato de tinta no tubo com todas as informações do produto, como dimensões, material, norma, rastreabilidade, etc.

14. Serra circular: corta o tubo no comprimento desejado, geralmente no padrão de seis metros.

15. Biselamento: elimina das bocas do tubo as rebarbas e cantos vivos remanescentes do corte.

16. Embalagem: formam-se os fardos de tubos, conforme definido em instrução de fabricação, para seguirem para depósito em estoque.

A Marcegália apresentou fluxograma relativo ao processo envolvendo solda laser, para fins de ilustrar sua produção de tubos de aço inoxidável.

De maneira similar ao ocorrido na Aperam, as informações apresentadas pela Marcegaglia também foram objeto de verificação in loco pela autoridade investigadora.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da investigação é normalmente classificado no subitem tarifário 7306.40.00 da NCM, que, embora se refira exclusivamente a tubos de seção circular, inclui produtos de outros graus de aço inoxidável que não os dos grupos 304 e 316, estando, portanto, excluídos do escopo da investigação.

Além disso, esse subitem inclui tubos de graus 304 e 316, com diâmetro externo inferior a 6 mm (1/4 polegadas) ou superior a 2.032 mm (80 polegadas) e/ou que possuam espessura inferior a 0,40 mm ou superior a 12,70 mm, igualmente excluídos do escopo da investigação.

O produto objeto do direito antidumping pode ainda ser classificado no subitem 7306.90.20 da NCM, que se refere a outros tubos de aço inoxidável.

As alíquotas do Imposto de Importação dos subitens tarifários 7306.40.00 e 7306.90.20 foram definidas em 14%, conforme Resoluções CAMEX nºs 43/2006 e 94/2011 e permaneceram nesse patamar durante todo o período de análise de indícios de continuação/retomada do dano.

Foram identificadas as seguintes preferências tarifárias:

Preferências Tarifárias
Subposição Sistema Harmonizado 7306.40

País	Acordo	Data do Acordo	Nomenclatura	Preferência (%)
Argentina	APTR04 - Argentina - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	20
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Bolívia	APTR04 - Brasil - Bolívia	28/12/1984	NALADI/SH 96	48
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	28/05/1997	NALADI/SH	100
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	19/11/1996	NALADI/SH	100
Colômbia	APTR04 - Colômbia - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	31/01/2005	NALADI/SH	60
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28
Cuba	ACE62-Mercosul-Cuba	26/03/2007	NALADI/SH	60
Equador	APTR04 - Equador - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	40
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	31/01/2005	NALADI/SH	69
México	APTR04 - México - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	20
Paraguai	APTR04 - Paraguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	48
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Peru	APTR04 - Peru - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	14
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	29/12/2005	NALADI/SH	100
Uruguai	APTR04 - Uruguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28

Preferências Tarifárias
Subposição Sistema Harmonizado 7306.90

País	Acordo	Data do Acordo	Nomenclatura	Preferência (%)
Argentina	APTR04 - Argentina - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	20
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Argentina	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Bolívia	APTR04 - Brasil - Bolívia	28/12/1984	NALADI/SH 96	48
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	28/05/1997	NALADI/SH	100
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	19/11/1996	NALADI/SH	100
Colômbia	APTR04 - Colômbia - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	31/01/2005	NALADI/SH	60
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28
Cuba	ACE62-Mercosul-Cuba	26/03/2007	NALADI/SH	100
Equador	APTR04 - Equador - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	40
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	31/01/2005	NALADI/SH	69
México	APTR04 - México - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	20
Paraguai	APTR04 - Paraguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	48
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Peru	APTR04 - Peru - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	14
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	29/12/2005	NALADI/SH	100
Uruguai	APTR04 - Uruguai - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH 96	28
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	20/11/1991	NCM	100
Venezuela	APTR04 - Venezuela - Brasil	28/12/1984	NALADI/SH	28

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais deve ser avaliada a similaridade entre produto objeto da investigação e produto similar fabricado no Brasil. O § 2º do mesmo artigo instrui que esses critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva quanto à similaridade.

O produto objeto do direito antidumping e o produto similar produzido no Brasil são, em geral, produzidos a partir das mesmas matérias-primas, vez que a definição do aço a ser utilizado na fabricação dos tubos de aço inoxidável está relacionada às características do tubo. Com efeito, tanto o aço utilizado na fabricação quanto os próprios tubos estão sujeitos a normas e especificações técnicas, de forma que, no processo produtivo de ambos os produtos, importado e nacional, são utilizadas as mesmas matérias-primas.

Conforme demanda dos clientes, tanto o produto objeto do direito antidumping como o produto fabricado no Brasil seguem as mesmas normas internacionais.

O processo de produção do produto similar é o mesmo da maioria dos produtores identificados das origens investigadas. As normas internacionais abrangem certas etapas do processo, em especial no que diz respeito aos processos de soldagem, de modo que não há diferenças significativas entre o processo produtivo nas origens investigadas e no Brasil.

No que se refere aos usos e aplicações dos tubos de aço inoxidável, não há diferenças entre o produto objeto da investigação e aquele fabricado no Brasil, sendo ambos destinados às finalidades já anteriormente citadas.

Considerando-se o fato de tanto o produto objeto da investigação quanto o produto fabricado no Brasil estarem sujeitos a normas técnicas que definem suas principais características, há elevado grau de substituição entre esses produtos.

Por fim, conforme esclarecido nos itens 3.1 e 3.2, há informação de que o produto objeto do direito antidumping seria vendido por intermédio dos mesmos canais de distribuição que o produto fabricado no Brasil, quais sejam: vendas diretas para as indústrias e consumidores finais ou por meio de distribuidores, autorizados ou não, para usuário final.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se, para fins de início da revisão, a conclusão alcançada na investigação original de que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto do direito antidumping nos termos o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico e instrui que, nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

A Aperam e a Marcegaglia apresentaram-se, na petição, como as únicas produtoras brasileiras de tubos de aço inoxidável no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

Com vistas a ratificar esse dado, solicitaram-se informações acerca dos fabricantes nacionais de tubos de aço inoxidável objeto deste processo, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, às seguintes entidades: Associação Brasileira, da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (ABITAM) (Ofício nº 665/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018), Associação Brasileira do Aço Inoxidável (ABINOX) (Ofício nº 666/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018) e Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA) (Ofício nº 667/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018).

Via correspondência eletrônica, recebida em 11 de junho de 2018, a INDA informou apenas manter estatísticas relativas a distribuidores de aços planos ao carbono, não trazendo informações adicionais sobre quaisquer outros produtores domésticos de tubos de aço inoxidável. O Instituto indicou, no entanto, instituições que representariam os produtores e comerciantes de tubos no Brasil. Além das Associações já identificadas por meio da petição, a entidade indicou a Associação Brasileira dos Processadores e Distribuidores de Aços Inoxidáveis (APRODINOX).

Foi então encaminhada à APRODINOX solicitação de informações acerca dos fabricantes nacionais de tubos de aço inoxidável, por meio do Ofício nº 796/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 18 de junho de 2018.

Em 15 de junho de 2018, via mensagem por correio eletrônico, a ABINOX esclareceu que, dentre seus associados, apenas a Aperam produz tubos de aço inoxidável. Informou ter conhecimento de que a Marcegaglia, não associada, também produziria o produto. A Associação informou, no entanto, que não dispõe das informações relativas à produção e à venda de tubos de aço inoxidável.

A APRODINOX enviou resposta à solicitação de informações, via correspondência eletrônica, em 20 de junho de 2018, por meio da qual informou não dispor dos dados solicitados, por ser uma associação de processadores e distribuidores de aços inoxidáveis, e não de produtores de tubos de aços inoxidáveis.

Até o encerramento deste documento, ABITAM não havia encaminhado resposta à solicitação mencionada.

Cumpre ressaltar que as peticionárias fizeram constar da petição que, anteriormente, havia duas outras produtoras nacionais, a Soluções USIMINAS, que teria abandonado o mercado de tubos inoxidáveis, mantendo apenas a produção de tubos de outros tipos de aços, e a Dutex Maxitubos Ltda.,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

hoje sob a razão social Maxitubos Inox Ltda., que teria deixado de produzir o produto similar, passando a oferecer apenas serviços de tubificação. As peticionárias citaram, ainda, outras empresas, que seriam prestadoras do serviço de transformação em tubo.

A esse respeito, encaminhou-se comunicação à empresa Solução Usiminas, para fins de ratificação das informações prestadas pelas peticionárias (Ofício nº 674/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018).

A empresa apresentou resposta ao mencionado ofício, por meio de mensagem eletrônica, recebida em 12 de julho de 2018. A empresa Soluções USIMINAS forneceu suas informações de vendas do produto similar, referentes aos anos de 2013 e 2014 (P1 e P2). A esse respeito, esclareceu que encerrou a fabricação de tubos de aço inoxidável em 2013, razão pela qual, não mais dispõe de equipe industrial especifica da área, para fins de levantamento de informações relacionadas à produção tubos no ano 2013. As informações de vendas da empresa foram consideradas para fins da composição do mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável.

Foram ainda encaminhadas comunicações à empresa Maxitubos Inox Ltda. (Ofício nº 670/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018) e às demais empresas mencionadas pelas peticionárias, solicitando informação sobre a produção e a venda de tubos de aço inoxidável, bem como descrição do processo produtivo (principais etapas do processo, matérias-primas, materiais secundários e utilidades empregados). Solicitou-se, ainda, no caso de realização de serviço de industrialização para terceiros (tolling), detalhamento dessas operações e dos clientes atendidos por essas empresas.

As empresas em menção são as seguintes: Cavsteel Produtos e Serviços Ltda. (Ofício nº 668/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018), CSM Tube do Brasil Ltda. (Ofício nº 669/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018), Partners Indústria e Comércio de Tubos de Aço Inox e Metais Ltda. (Ofício nº 671/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018), Technology Industrial do Brasil Tubos Inoxidáveis (Ofício nº 672/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018) e Tubevia Negócios Tubulares Ltda. (Ofício nº 673/2018/CGSC/DECOM/SECEX, de 4 de junho de 2018.

Com exceção da Solução Usiminas, a qual ratificou a informação constante da petição de que teria encerrado suas atividades de produção de tubos de aço inoxidável, e forneceu seus dados de vendas do produto similar de 2013 e 2014, nenhuma das demais empresas encaminhou resposta à demanda em menção até o encerramento deste Documento.

Assim, para análise da continuação/retomada de dano para fins de início da revisão, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de tubos de aço inoxidável da Aperam e da Marcegaglia.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao valor normal.

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto no país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de indícios de dumping durante a vigência da medida

Segundo o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, para que um direito antidumping seja prorrogado, deve ser demonstrado que sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Para fins do início da revisão, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2017, a fim de se verificar a existência de indícios de probabilidade de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de tubos de aço inoxidável originárias da República Popular da China e de Taipé Chinês.

5.1.1. Da República Popular da China

5.1.1.1. Do valor normal

De acordo com o art. 8º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se "valor normal" o preço do produto similar, em operações comerciais normais, destinado ao consumo no mercado interno do país exportador.

Para fins de início da investigação, utilizou-se o valor normal construído na China, o qual foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, no caso, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar, uma vez que não dispõem de informações por grau de aço inoxidável.

O valor normal da China, para fins de início da investigação, foi construído a partir das seguintes rubricas:

a) matéria-prima;
b) energia elétrica;
c) mão de obra operacional direta e indireta;
d) insumos;
e) manutenção;
f) outros custos fixos;
g) depreciação;
h) despesas administrativas;
i) despesas comerciais;
j) despesas financeiras; e
k) lucro.

Para fins de início da investigação, não foram consideradas as outras despesas e receitas operacionais. Tais despesas e receitas encontram-se disponíveis na demonstração financeira da empresa Zhejian Jiuli Hi-Tech Metals Co. Ltd. (que foi utilizada como base para a obtenção dos percentuais relativos às despesas operacionais e à margem de lucro, conforme será detalhado mais adiante). Para fins de início da investigação, optou-se por adotar postura conservadora e desconsiderar outras despesas/receitas operacionais, para evitar distorções no valor normal ocasionadas por gastos alheios ao objeto social da empresa, já que ainda não se dispõe de detalhamento suficiente dos tipos de despesas e receitas, assim como dos respectivos valores, que as compõem.

Ressalte-se que os endereços eletrônicos que serviram como fonte de informação para a construção do valor normal nas origens investigadas foram conferidos, de modo que se constatou a veracidade das informações apresentadas pelas peticionárias.

Buscou-se diferenciar o valor normal construído por grau do aço utilizado (304 ou 316), consoante explicitado a seguir.

5.1.1.1.1. Da matéria-prima

O produto objeto da revisão é produzido por conformação de tiras, chapas ou bobinas de aço inoxidável austenítico, as quais podem ser laminadas a quente ou a frio. De acordo com as peticionárias, a principal matéria-prima utilizada na produção dos tubos com costura é a bobina de aço, de graus 304 e 316.

Ainda segundo as peticionárias, não há fontes de informação que apresentem os preços das bobinas laminadas a quente e a frio no mercado interno da China. As estatísticas de importação das bobinas neste país não são desagregadas por tipo de aço e sua utilização poderia estar sujeita a grandes distorções, conforme a composição dos graus diversos de aços inoxidáveis importados em tal país.

Dessa forma, a fim de obter o preço dessas bobinas para a construção do valor normal, consultou-se o sítio eletrônico da empresa MEPS (International) Ltd, fornecedora de informações sobre o mercado de aço, que disponibiliza, em bases mensais, preços praticados nas vendas de aço inoxidável dos graus 304 e 316 no mercado asiático.

A tabela a seguir apresenta os preços obtidos para as bobinas de aço inoxidável no mercado asiático, a partir da fonte mencionada, para o período de análise dumping (janeiro a dezembro de 2017).

Preços das Bobinas de Aço (em US$/t)

Mês	Bobina laminada a quente - grau 304	Bobina laminada a frio - grau 304	Bobina laminada a quente - grau 316	Bobina laminada a frio - grau 316
Jan/2017	2.052,00	2.237,00	2.947,00	3.160,00
Fev/2017	2.139,00	2.295,00	3.048,00	3.241,00
Mar/2017	2.075,00	2.237,00	2.935,00	3.134,00
Abr/2017	2.047,00	2.215,00	2.933,00	3.138,00
Mai/2017	1.936,00	2.112,00	2.801,00	3.018,00
Jun/2017	1.872,00	2.036,00	2.735,00	2.937,00
Jul/2017	1.902,00	2.049,00	2.759,00	2.944,00
Ago/2017	2.055,00	2.186,00	2.959,00	3.127,00
Set/2017	2.123,00	2.305,00	3.080,00	3.312,00
Out/2017	2.074,00	2.252,00	3.010,00	3.224,00
Nov/2017	2.102,00	2.258,00	3.043,00	3.236,00
Dez/2017	2.131,00	2.296,00	3.085,00	3.287,00
Preço médio - grau 304 (quente + frio)		2.124,42	Preço médio - grau 316 (quente + frio)	3.045,54

Com vistas a confirmar os dados apresentados pelas peticionárias, constantes da tabela acima, acessou-se o sítio eletrônico da MEPS em 5 de junho de 2018. Tendo em vista que a empresa constantemente atualiza os dados disponíveis para visualização de modo gratuito, somente se encontravam acessíveis naquela data os preços referentes ao período de março a dezembro de 2017. Para os meses checados, não houve divergência entre os dados disponibilizados pela MEPS e aqueles apresentados pelas peticionárias.

Registre-se que foi apresentada pelas peticionárias impressão do sítio eletrônico da MEPS, contendo os dados de janeiro a outubro de 2017, acessado em 25 de março de 2018. Na ocasião, ainda não se encontravam disponíveis os dados relativos a novembro e dezembro de 2017.

Para o consumo das bobinas de aço inoxidável, foram utilizados os índices técnicos das duas empresas que compõem a indústria doméstica (Aperam e Marcegaglia), referentes aos três tubos de cada grau mais vendidos por cada uma. Os índices técnicos representam a quantidade de aço necessária para a produção de uma tonelada do produto objeto da revisão/similar.

A partir dos dados apresentados, alcançaram-se os índices técnicos médios (média simples) de [Confidencial] (aço grau 304) e [Confidencial] (aço grau 316).

Considerando-se os preços médios das bobinas de aço e os respectivos índices de consumo, calcularam-se os seguintes custos com bobinas de aço inoxidável para a produção de uma tonelada do produto similar:

Grau do aço	Preço médio da bobina (US$/t) (a)	Índice técnico (b)	Custo (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	2.124,42	*[Confid]*	*[Confid]*
316	3.045,54	*[Confid]*	*[Confid]*

5.1.1.1.2. Da energia elétrica

As peticionárias apontaram a legislação chinesa (rt. 35, da "Electric Power Law of the People's Republic of China") que prevê a fixação de tarifas de energia elétrica com base em uma política centralizada, conforme descrito na Circular SECEX nº 50, publicada no Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2017, que tornou pública conclusão pela determinação preliminar positiva de subsídios acionáveis e de dano à indústria doméstica deles decorrente, nas importações brasileiras de laminados a quente originárias da China.

Segundo consta da referida determinação preliminar, a National Development and Reform Commission - NDRC fixaria preços diferentes para cada província, tipo de usuário e até mesmo para cada empresa, considerando os objetivos das políticas industriais chinesas que diferenciam indústrias encorajadas, permitidas ou proibidas.

Sendo assim, para fins de início da revisão, utilizou-se, para a composição do custo de energia elétrica na China, o preço praticado em Taipé Chinês, para o consumo (medido em kWh) e a demanda (medida em kW), relativo a consumidores industriais, obtido a partir de fonte oficial publicamente disponível e com grau de detalhamento adequado para os fins desta análise.

Os valores referentes ao consumo e à demanda de energia elétrica em Taipé puderam ser obtidos no sítio eletrônico da Taipower, empresa estatal produtora e fornecedora de energia elétrica no país. Dentre os preços disponíveis, utilizou-se a categoria alta tensão e serviço de tensão extra alta relativa à tensão extra alta, com voltagem de fornecimento na faixa de 69kV, 161kV ou 245 kV. Ressalte-se que há tarifas distintas conforme a estação do ano, de modo que se apurou uma tarifa média anual. A seguir, apresentam-se os preços verificados:

Preço de Energia Elétrica (US$/kWh)

Demanda	Consumo durante o horário de pico	Consumo fora do horário de pico
1,1700	0,0989	0,0415

Em seguida, buscou-se definir o consumo de energia elétrica por tonelada produzida de tubos de aço inoxidável, por meio da apuração das quantidades demandada e consumida de energia elétrica pelas peticionárias, obtidas a partir das faturas de energia elétrica da Aperam e da Marcegaglia.

De modo a se calcular um único índice médio de demanda de energia elétrica, dividiu-se a quantidade total de kW demandados pela Aperam e pela Marcegaglia pelo volume total de produção, em toneladas, reportado pelas duas empresas, para cada mês do período (janeiro a dezembro de 2017), considerando não apenas o produto similar doméstico, mas também os demais produtos por elas fabricados.

No caso do índice técnico de consumo de energia elétrica, tendo em vista que os dados de Taipé apresentam tarifas diferenciadas de acordo com o horário em que este se dá, foi necessário ratear a quantidade produzida pela indústria doméstica no horário de pico e fora do horário de pico, possibilitando, assim, a apuração de um índice técnico para cada período. Para tanto, considerou-se, conforme sugerido pelas peticionárias, que 3/16 da produção ocorreu no horário de pico, enquanto 13/16 ocorreu fora do horário de pico. Essa metodologia foi justificada pelas peticionárias pelo fato de o horário de pico utilizado para fins de tarifação de energia elétrica compreender o período de três horas. Ademais, levou-se em consideração um regime de produção em dois turnos (16 horas).

Levando-se em conta o consumo e a demanda da indústria doméstica, assim como os preços praticados em Taipé Chinês, apuraram-se os seguintes custos com energia elétrica:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Custo com Energia Elétrica

	Preço (em US$/kW ou US$/kWh) (a)	Índice técnico (b)	Custo (em US$/t) (c) = (a) x (b)
Demanda	5,6568	*[Confid]*	*[Confid]*
Consumo durante o horário de pico	0,0980	*[Confid]*	*[Confid]*
Consumo fora do horário de pico	0,0401	*[Confid]*	*[Confid]*
Total			*[Confid]*

5.1.1.1.3. Da mão de obra

Inicialmente, cumpre ressaltar que foram utilizados, para fins de cálculo do custo de mão de obra na China, os dados relativos a Taipé Chinês. Segundo as peticionárias, há significativa intervenção estatal no mercado laboral chinês, com controle sobre a liberdade de movimentação e acesso a direitos trabalhistas, nos termos do documento "China's Labour Market in Transition: Job Creation, Migration and Regulation", elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE).

Assim, para o cálculo do custo com mão de obra incorrido na produção de tubos de aço inoxidável na China, verificou-se, em primeiro lugar, os salários médios praticados no setor industrial de Taipé Chinês, conforme divulgado pelo sítio eletrônico do Ministério do Trabalho daquele país. Considerou-se, novamente, para fins de início da revisão, a existência de dados em fonte oficial publicamente disponível e com grau de detalhamento adequado para os fins desta análise

O salário médio mensal relativo ao ano de 2017 totalizou 49.989 novos dólares taiwaneses. Dessa forma, o valor médio mensal de salário no período analisado foi convertido para dólares estadunidenses pela paridade média diária da moeda entre janeiro e dezembro de 2017 (TWD 30,4405), alcançando-se o montante de US$ 1.642,19. Cumpre ressaltar que, no cálculo apresentado pelas peticionárias, estas haviam utilizado, para conversão desse valor, a média da taxa de câmbio de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, de modo que se corrigiu o cálculo a fim de se utilizar o período de análise de continuação ou retomada do dumping.

Para calcular o valor do salário por horas, considerou-se uma jornada de trabalho de 44 horas semanais e, ainda, que cada mês possui, em média, 4,2 semanas, resultando num total de 184,8 horas por mês.

Dividindo-se o salário mensal computado (US$ 1.642,19) pela quantidade média de horas por mês (184,8), alcançou-se o salário de US$ 8,87/h.

Para o índice técnico da mão de obra, ou seja, a quantidade de horas de trabalho necessárias para a produção de uma tonelada do produto similar, calculou-se a quantidade do produto similar produzida, de janeiro a dezembro de 2017, por cada empregado da indústria doméstica. Em seguida, a partir do número de horas de trabalho contidas no período de um ano, verificou-se a quantidade de horas de trabalho necessárias para a produção de cada tonelada, tanto com relação à mão de obra direta quanto à indireta.

Dessa forma, o custo de mão de obra para a produção de 1 tonelada do produto similar na China correspondeu à multiplicação do salário médio por hora em Taipé (US$ 8,87) pelos índices técnicos apurados com base nos dados da indústria doméstica para a mão de obra direta (15,06 h/t) e indireta (8,83 h/t), correspondendo a US$ 133,58/t e US$ 78,32/t, respectivamente.

5.1.1.1.4. Dos insumos, da manutenção e dos outros custos fixos

O cálculo do custo com insumos, manutenção e outros custos fixos foi realizado a partir da estrutura de custos da indústria doméstica. Verificou-se o percentual de representatividade de cada uma dessas rubricas no custo de matéria-prima da indústria doméstica. Esses percentuais foram aplicados ao custo de matéria-prima para a produção de tubos de aço inoxidável apurado para a China, conforme apresentado no item 5.1.1.1.1, considerando as médias dos aços de graus 304 e 316.

Ressalte-se que, em ambas as empresas, apurou-se os dados relativos a custos com base em sua estrutura de CPV devido à dificuldade de apuração de dados de custos de produção detalhados por rubrica. Cumpre ressaltar, ainda, que os cálculos a seguir refletem o resultado da verificação in loco dos dados da Aperam, visto que foram corrigidos os dados relativos à atribuição do custo total às diferentes rubricas.

5.1.1.1.5. Da depreciação, das despesas de vendas, gerais e administrativas, das despesas financeiras e do lucro

No caso da depreciação, das despesas de vendas, gerais e administrativas, das despesas financeiras e do lucro, foram considerados os dados financeiros relativos ao período de janeiro a dezembro de 2017 da empresa produtora de tubos de aço inoxidável na China Zhejiang Jiuli Hi-Tech Metals Co. Ltd, conforme divulgados pelo jornal estadunidense The Wall Street Journal.

Segundo as peticionárias, a escolha se justificou pelo fato de que a referida empresa é produtora/exportadora do produto objeto da revisão, sendo mais adequada, portanto, do que empresas chinesas fabricantes de outros produtos, ainda que do setor siderúrgico. Foram consideradas as informações da citada fonte, visto que a própria empresa não divulga publicamente seus demonstrativos financeiros.

Dessa forma, os dados financeiros relativos à empresa chinesa Zhejiang Jiuli, de janeiro a dezembro de 2017, foram considerados como representativos das demais produtoras/exportadores de seu país. Ressalte-se que as peticionárias haviam apresentado somente os dados relativos ao período de janeiro a setembro de 2017, uma vez que aqueles relativos ao último trimestre do ano não se encontravam disponíveis no momento da submissão da petição.

Buscou-se, na mesma fonte indicada, os dados relativos ao quarto trimestre de 2017. Cumpre ressaltar que foram encontradas divergências entre os valores reportados pelas peticionárias relativos ao CPV e despesas de vendas, gerais e administrativas no terceiro trimestre de 2017 e relativos à depreciação no primeiro e terceiro trimestre de 2017. Os dados foram corrigidos com base nos dados disponibilizados pelo The Wall Street Journal.

Os percentuais correspondentes a cada uma dessas rubricas foram obtidos por meio da divisão de seus valores pelo valor do CPV da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Percentuais de Despesas e Lucro - Empresa Zhejiang Jiuli

	Valores (mil RMB)	Percentuais (%)
CPV	2.052.884,40	100,0
Depreciação	210.973,80	10,3
Despesas de vendas, gerais e administrativas	370.749,00	18,1
Despesas financeiras	23.721,10	1,2
Lucro	369.939,60	18,0

O valor do lucro na tabela anterior foi calculado por meio da dedução dos seguintes valores da receita operacional auferida pela empresa: CPV, despesas de vendas, gerais e administrativas e despesas financeiras. Recorde-se que, pelos motivos já explicados no item 5.1.1.1, as outras despesas/receitas operacionais não foram levadas em consideração.

Inicialmente, o percentual de depreciação foi aplicado ao custo de produção, antes de seu próprio cômputo, conforme demonstrado a seguir:

Depreciação e Custo após a Depreciação na China (em US$/t)

	Aço grau 304	Aço grau 316
Matéria-prima	*[Confid]*	*[Confid]*
Energia elétrica	*[Confid]*	*[Confid]*
Mão de obra direta	133,58	133,58
Mão de obra indireta	78,32	78,32
Insumos	*[Confid]*	*[Confid]*
Manutenção	*[Confid]*	*[Confid]*
Outros custos fixos	*[Confid]*	*[Confid]*
Custo antes da depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*
Depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*
Custo após a depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*

Já os percentuais das demais despesas e do lucro foram aplicados ao custo após a depreciação. Observa-se:

Despesas Operacionais e Lucro na China (US$/t)

	Percentuais (%)	Aço grau 304	Aço grau 316
Custo após a depreciação	100,0	*[Confid]*	*[Confid]*
Despesas de vendas, gerais e administrativas	18,1	*[Confid]*	*[Confid]*
Despesas financeiras	1,2	*[Confid]*	*[Confid]*
Lucro	18,0	*[Confid]*	*[Confid]*

5.1.1.2. Do valor normal construído

Considerando os valores apresentados no item precedente, calculou-se o valor normal construído para a China por meio da soma do custo após a depreciação, as despesas operacionais e o lucro.

A fim de se proceder a justa comparação com o preço de exportação, apurou-se valor normal construído levando em conta os graus do aço, conforme tabela a seguir:

Valor Normal Construído na China (US$/t)

	Aço grau 304	Aço grau 316
Valor normal construído por grau do aço	4.282,57	5.816,30

Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado chinês. Ademais, essa opção revela-se mais conservadora, dado que prescinde da soma de valor de frete, resultando em valor normal menor.

5.1.1.3. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da revisão, será o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto sob análise.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de aço inoxidável da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de continuação/retomada de dumping, ou seja, de janeiro a dezembro de 2017. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Ressalte-se que, para determinar o volume importado por grau do aço, foram identificados por meio das descrições constantes dos dados fornecidos pela RFB quais itens correspondiam aos tubos de aço inoxidável de grau 304 e 316. Dessa forma, 89% do produto objeto da revisão importado da China, de janeiro a dezembro de 2017, corresponderam a tubos de aço inoxidável de grau 304. Já o restante (11%) foi representado por tubos de aço do grau 316.

Preço de Exportação

Grau do aço	Valor FOB (US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
304	728.252,68	246,3	2.956,72
316	133.108,52	30,3	4.393,57
Total	861.361,20	276,6	3.114,10

Dessa forma, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da revisão, no período de investigação de indícios de continuação/retomada de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, obteve-se o preço de exportação para a China de US$ 3.114,10/t (três mil cento e quatorze dólares estadunidenses e dez centavos por tonelada).

5.1.1.4. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping consiste na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição delivered, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China, por grau do aço.

Margem de Dumping

Grau do aço	Volume exportado (t) (A)	VN - PX (US$/t) (B)	A x B
304	246,3	1.325,85	326.561,95
316	30,3	1.422,73	43.103,33
Total	276,6	1.336,46	369.665,28

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas para a China:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
4.450,56	3.114,10	1.336,46	42,9

5.1.2. De Taipé Chinês

5.1.2.1. Do valor normal

Para fins de início da investigação, optou-se por apurar o valor normal construído em Taipé Chinês. Isso porque não se dispõe de informação mais precisa acerca dos preços praticados naquele país. Além disso, o valor normal construído foi apurado especificamente para o produto similar, o que torna a informação mais confiável, em relação a outras metodologias, como exportações para terceiros países, que, a mais das vezes, se baseiam em classificações tarifárias mais amplas que o produto similar.

O valor normal de Taipé Chinês, para fins de início da investigação, foi construído a partir da mesma metodologia utilizada para a China. Inclusive, para fins de início da investigação, não foram consideradas as outras despesas e receitas operacionais. Tais despesas e receitas encontram-se disponíveis na demonstração financeira das empresas Froch Enterprise Co. Ltd. e YC Inox Co. Ltd. (que foram utilizadas como base para a obtenção dos percentuais relativos às despesas operacionais e à margem de lucro, conforme será detalhado mais adiante), mas não se dispõe de detalhamento suficiente dos tipos de despesas e receitas, assim como dos respectivos valores, que compõem essas outras despesas/receitas operacionais. Sua desconsideração evita distorções no valor normal ocasionadas por gastos alheios ao objeto social da empresa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1.2.1.1. Da matéria-prima

Para o cálculo do custo com matéria-prima no mercado interno de Taipé Chinês, utilizou-se a mesma metodologia descrita no item 5.1.1.1.

Também para o mercado de Taipé Chinês, segundo as peticionárias, não há fontes de informação que apresentem os preços das bobinas laminadas a quente e a frio. Ainda que estejam disponíveis estatísticas de importação das bobinas neste país, tais estatísticas não são desagregadas por tipo de aço. Dessa forma, a utilização desta fonte de informação poderia estar sujeita a grandes distorções, conforme a composição dos graus diversos de aços inoxidáveis importados em tal país.

A tabela a seguir demonstra os custos com bobinas de aço inoxidável para a produção de uma tonelada do produto objeto da revisão/similar em Taipé:

Grau do aço	Preço médio da bobina (US$/t) (a)	Índice técnico (b)	Custo (US$/t) (c) = (a) x (b)
304	2.124,42	*[Confid]*	*[Confid]*
316	3.045,54	*[Confid]*	*[Confid]*

5.1.2.1.2. Da energia elétrica

Para a composição do custo com energia elétrica em Taipé Chinês, utilizou-se a mesma metodologia descrita no item 5.1.1.1.2, tendo, portanto, sido alcançados os mesmos resultados.

Verificou-se o preço praticado no país, para o consumo (medido em kWh) e a demanda (medida em kW), relativo a consumidores industriais, obtidos no sítio eletrônico da Taipower, empresa estatal produtora e fornecedora de energia elétrica no país.

Em seguida, foram calculados os índices técnicos de demanda de energia elétrica e de consumo, este último durante o horário de pico e fora do horário de pico, a partir dos dados das faturas de energia da Aperam e da Marcegaglia.

Levando-se em conta o consumo e a demanda da indústria doméstica, assim como os preços praticados em Taipé, apuraram-se os seguintes custos com energia elétrica:

Custo com Energia Elétrica

	Preço (em US$/kW ou US$/kWh) (a)	Índice técnico (b)	Custo (em US$/t) (c) = (a) x (b)
Demanda	5,6568	*[Confid]*	*[Confid]*
Consumo durante o horário de pico	0,0980	*[Confid]*	*[Confid]*
Consumo fora do horário de pico	0,0401	*[Confid]*	*[Confid]*
Total			*[Confid]*

5.1.2.1.3. Da mão de obra

Para o cálculo do custo com mão de obra em Taipé Chinês, incorrido na produção de tubos de aço inoxidável, foi utilizada a mesma metodologia descrita no item 5.1.1.1.3, tendo, portanto, sido apurados os mesmos resultados.

Em suma, foram verificados os salários médios praticados no setor industrial de Taipé Chinês, conforme divulgado pelo sítio eletrônico do Ministério do Trabalho do país, e o índice técnico da mão de obra, com base nos dados da indústria doméstica.

O custo de mão de obra para a produção de 1 tonelada do produto objeto da revisão/similar em Taipé correspondeu à multiplicação do salário médio por hora no país (US$ 8,87) pelos índices técnicos apurados com base nos dados da indústria doméstica para a mão de obra direta (15,06 h/t) e indireta (8,83 h/t), correspondendo a US$ 133,58/t e US$ 78,32/t, respectivamente.

5.1.2.1.4. Dos insumos, da manutenção e dos outros custos fixos

O cálculo do custo com insumos, da manutenção e outros custos fixos foi realizado a partir da mesma metodologia e dos mesmos valores já apresentados no item 5.1.1.1.4, ou seja, com base na estrutura de custos da indústria doméstica. Com efeito, verificou-se o percentual de representatividade de cada uma dessas rubricas no custo com matéria-prima da indústria doméstica. Esse percentual foi, então, aplicado ao custo com matéria-prima adotado para Taipé (considerando a média dos aços de graus 304 e 316).

5.1.2.1.5. Da depreciação, das despesas de vendas, gerais e administrativas, das despesas financeiras e do lucro

No caso da depreciação, das despesas de vendas, gerais e administrativas, das despesas financeiras e do lucro, foram considerados os dados financeiros relativos ao período de janeiro a dezembro de 2017 das empresas produtoras de tubos de aço inoxidável em Taipé Froch Enterprise Co. Ltd e YC Inox Co. Ltd., conforme divulgados pelo jornal estadunidense The Wall Street Journal.

Segundo as peticionárias, a escolha se justificou pelo fato de que as referidas empresas são produtoras/exportadoras do produto objeto da revisão, sendo mais adequadas, portanto, do que empresas chinesas fabricantes de outros produtos, ainda que do setor siderúrgico. Foram consideradas as informações da citada fonte, visto que as empresas não divulgam publicamente seus demonstrativos financeiros.

Dessa forma, os dados relativos às empresas Froch e YC Inox, de janeiro a dezembro de 2017, foram considerados como representativos das demais produtoras/exportadores de seu país. Cumpre registrar que as peticionárias haviam apresentado os dados da empresa Froch relativos ao período de janeiro a setembro de 2017, uma vez que aqueles relativos ao último trimestre do ano não se encontravam disponíveis no momento da submissão da petição.

Os percentuais correspondentes a cada uma dessas rubricas foram obtidos por meio da divisão de seus valores pelo valor do CPV das empresas, conforme demonstrado a seguir:

Percentuais de Despesas e Lucro - Empresas Froch e YC Inox

	Valores (milhões TWD)	Percentuais (%)
CPV	27.968,00	100,0
Depreciação	387,00	1,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	1.620,00	6,0
Despesas financeiras	167,00	0,7
Lucro	2.152,00	7,8

Para o cálculo do lucro, deduziram-se os seguintes valores do faturamento das empresas: CPV, despesas de vendas, gerais e administrativas e despesas/receitas financeiras.

Pelos motivos já explicados no item 5.1.1, as outras despesas/receitas operacionais não foram levadas em consideração.

Após a obtenção dos percentuais anteriores, estes foram aplicados ao custo de produção em Taipé.

A depreciação foi aplicada ao custo de produção, anteriormente ao seu próprio cômputo, conforme demonstrado a seguir:

Depreciação e Custo após a Depreciação em Taipé Chinês (em US$/t)

	Aço grau 304	Aço grau 316
Matéria-prima	*[Confid]*	*[Confid]*
Energia elétrica	*[Confid]*	*[Confid]*
Mão de obra direta	133,58	133,58
Mão de obra indireta	78,32	78,32
Insumos	*[Confid]*	*[Confid]*
Manutenção	*[Confid]*	*[Confid]*
Outros custos fixos	*[Confid]*	*[Confid]*
Custo antes da depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*
Depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*
Custo após a depreciação	*[Confid]*	*[Confid]*

Já os percentuais das demais despesas e do lucro foram aplicados ao custo após a depreciação, como demonstrado:

Despesas Operacionais e Lucro em Taipé Chinês (US$/t)

	Percentuais (%)	Aço grau 304	Aço grau 316
Custo após a depreciação	100,0	*[Confid]*	*[Confid]*
Despesas de vendas, gerais e administrativas	6,0	*[Confid]*	*[Confid]*
Despesas/receitas financeiras	0,7	*[Confid]*	*[Confid]*
Lucro	7,8	*[Confid]*	*[Confid]*

5.1.2.2. Do valor normal construído

Considerando os valores apresentados no item precedente, calculou-se o valor normal construído para Taipé Chinês por meio da soma do custo após a depreciação, as despesas operacionais e o lucro.

A fim de se proceder a justa comparação com o preço de exportação, apurou-se valor normal construído levando em conta os graus do aço, conforme tabela a seguir:

Valor Normal Construído em Taipé Chinês (US$/t)

	Aço grau 304	Aço grau 316
Valor normal construído por grau do aço	3.286,27	4.463,18

Considerou-se, para fins de início da investigação, que o valor normal construído se encontra na condição delivered, dada a inclusão de despesas de venda na sua composição, o que pressupõe a existência de frete interno no mercado de Taipé. Ademais, essa opção revela-se mais conservadora, dado que prescinde da soma de valor de frete, resultando em valor normal menor.

5.1.2.3. Do preço de exportação

De acordo com o art. 18 do Decreto nº 8.058, de 2013, o preço de exportação, caso o produtor seja o exportador do produto objeto da revisão, será o recebido ou a receber pelo produto exportado ao Brasil, líquido de tributos, descontos ou reduções efetivamente concedidos e diretamente relacionados com as vendas do produto sob análise.

Para fins de apuração do preço de exportação de tubos de aço inoxidável da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas exportações destinadas ao mercado brasileiro, efetuadas no período de investigação de indícios de continuação/retomada de dumping, ou seja, de janeiro a dezembro de 2017. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos não abrangidos pelo escopo da investigação, conforme definição constante do item 3.1.

Ressalte-se que, para determinar o volume importado por grau do aço, foram identificados por meio das descrições constantes dos dados fornecidos pela RFB quais itens correspondiam aos tubos de aço inoxidável de grau 304 e 316. De acordo com os dados de importações fornecidos pela RFB, 71,2% do produto objeto da revisão importado de Taipé, de janeiro a dezembro de 2017, corresponderam a tubos de aço inoxidável de grau 304. O restante (28,8%) do volume das importações foi representado por tubos de aço do grau 316.

Preço de Exportação

Grau do aço	Valor FOB (US$)	Volume (t)	Preço de Exportação FOB (US$/t)
304	517.782,20	221,25	2.340,24
316	265.271,44	89,67	2.958,46
Total	783.053,64	310,92	2.518,53

Dessa forma, dividindo-se o valor total FOB das importações de tubos de aço inoxidável, no período de investigação de indícios de continuação/retomada de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, obteve-se o preço de exportação para Taipé Chinês de US$ 2.518,53/t (dois mil quinhentos e dezoito dólares estadunidenses e cinquenta e três centavos por tonelada).

5.1.2.4. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping consiste na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Para fins de início da investigação, considerou-se que a apuração do preço de exportação, em base FOB, seria comparável com o valor normal na condição delivered, uma vez que este inclui frete até o cliente, e aquele, frete até o porto de embarque.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para Taipé Chinês, por grau do aço.

Margem de Dumping

Grau do aço	Volume exportado (t) (A)	VN - PX (US$/t) (B)	A x B
304	221,25	946,03	209.310,98
316	89,67	1.504,72	134.921,22
Total	310,92	1.107,15	344.232,20

A tabela a seguir resume o cálculo realizado e as margens de dumping, absoluta e relativa, apuradas para Taipé Chinês:

Margem de Dumping

Valor Normal US$/t	Preço de Exportação US$/t	Margem de Dumping Absoluta US$/t	Margem de Dumping Relativa (%)
3.625,68	2.518,53	1.107,15	44,0%

5.2. Da conclusão sobre os indícios de dumping durante a vigência da medida

As margens de dumping apuradas nos itens 5.1.1.4 e 5.1.2.4 demonstram a existência de indícios da prática de dumping nas exportações de tubos de aço inoxidável objeto da revisão da China e de Taipé para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2017.

5.3. Do desempenho do produtor/exportador

Para fins de avaliação do potencial exportador da China e de Taipé Chinês, as peticionárias apresentaram informações obtidas nos sítios eletrônicos de produtores/exportadores do produto objeto da revisão.

Com relação à China, as peticionárias indicaram informações constantes do sítio eletrônico da produtora/exportadora chinesa Irestal, segundo as quais a empresa mantém estoque permanente de 20.000 toneladas de produtos de aço inoxidável, dentre os quais figuram tubos conforme especificações do produto objeto da revisão. Ressalte-se que somente o volume de estoque permanente da referida empresa considerada individualmente representa 83,3% do mercado brasileiro aferido em P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Constaram ainda da petição informações acerca da produtora/exportadora Zhejiang Jiuli Stainless Steel Pipe Co., Ltd., a qual disporia, já em 2006, de capacidade produtiva anual equivalente a 50.000 toneladas de tubos de aço inoxidável com costura, conforme trecho de publicação daquele ano. A autoridade investigadora não teve acesso à publicação completa e tampouco a dados mais atualizados da empresa.

Com relação ao Taipé Chinês, constou da petição informação extraída do sítio eletrônico da produtora/exportadora Froch, de que a empresa dispõe de capacidade produtiva anual equivalente a 200.000 toneladas de tubos de aço inoxidável.

Ressalte-se que não foram obtidas informações dos outros produtores/exportadores dos países produtores do produto objeto da revisão. A esse respeito, as peticionárias destacaram que, ainda que se trate apenas de informação parcial da capacidade instalada e dos estoques existentes, os dados demonstrariam o grande potencial de China e Taipé Chinês.

Tendo em vista tratar-se de informações somente de determinadas empresas, sendo, inclusive, parte delas relativa a ano anterior ao período de análise da existência de indícios de continuação/retomada do dano, buscaram-se informações acerca das exportações mundiais de tubos de aço inoxidável. Nesse sentido, apurou-se, por meio de acesso ao sítio eletrônico TradeMap, as quantidades totais exportadas por China e Taipé Chinês de produtos classificados na subposição 7306.40 da NCM/SH.

Ressalte-se que, conforme item 3.3 deste Documento, as importações do produto objeto da investigação podem ser classificadas nos subitens 7306.40.00 e 7306.90.20 da NCM. No entanto, por meio dos dados oficiais de importação da RFB, foi possível constatar a existência somente de volume residual classificado no subitem 7306.90.20. Dessa forma, para fins de análise de desempenho exportador da China e de Taipé Chinês, julgou-se mais adequado considerar tão somente a subposição 7306.40 (nível mais desagregado disponível, no que tange a dados das exportações mundiais). A evolução das referidas exportações de 2013 a 2017 constam do quadro abaixo:

Volume exportado (em número índice de t) (Subposição 7306.40 do SH)

Exportadores	P1 - 2013	P2 - 2014	P3 - 2015	P4 - 2016	P5 - 2017
China (A)	100,0	107,8	114,6	114,7	152,9
Taipé Chinês (B)	100,0	107,5	101,8	97,0	103,6
Total (C=A+B)	100,0	107,6	107,2	104,5	124,5
Mundo (D)	100,0	105,5	100,8	101,6	107,1
C/D	28,1%	28,7%	29,9%	28,9%	32,7%

Da análise do quadro acima, conclui-se que o volume exportado por China e Taipé Chinês é bastante expressivo, de modo excede em muito o volume aferido para o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável, conforme item 6.2 deste Documento. Ademais, é possível constatar comportamento crescente do referido volume, seja em termos absolutos, seja em relação às exportações mundiais totais. Com efeito, de P1 a P5 o volume exportado pelas origens em análise aumentou 24,5%, de modo que sua participação nas exportações mundiais totais passou de 28,1% para 32,7%.

Por todo o exposto conclui-se pela existência de considerável potencial exportador do produto sujeito ao direito antidumping por China e Taipé Chinês.

5.4. Das alterações nas condições de mercado

O art. 107 c/c o inciso III do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se ocorreram eventuais alterações nas condições de mercado no país exportador, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo eventuais alterações na oferta e na demanda do produto similar.

Não foram identificadas instalações de novas fábricas do produto similar na China ou em outros países que pudessem ser responsáveis por possível desvio de comércio para o Brasil.

5.5. Da aplicação de medidas de defesa comercial

O art. 107 c/c o inciso IV do art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de que a extinção do direito antidumping em vigor levaria muito provavelmente à continuação ou retomada de dumping à indústria doméstica, deve ser examinado se houve a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

Conforme dados divulgados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), há medidas antidumping aplicadas às exportações de tubos de aço inoxidável da China e de Taipé Chinês, pela Turquia, Tailândia e Estados Unidos da América (EUA). Ademais, segundo à OMC, o produto em questão originário da China está também sujeito à cobrança de medidas compensatórias aplicadas pelos EUA.

Nesse sentido, considera-se haver possibilidade de redirecionamento das exportações com preços com indícios de dumping para o Brasil.

5.6. Da conclusão sobre os indícios de continuação/retomada do dumping

Além de haver indícios de que houve continuação da prática de dumping pelos exportadores da China e de Taipé Chinês durante a vigência do direito antidumping, há indícios de existência de relevante potencial exportador das origens sob análise. Ademais, a existência de medidas antidumping aplicadas aos produtos originários dos referidos países pelos Estados Unidos da América, Tailândia e Turquia indica a possibilidade de redirecionamento das exportações com preços com indícios de dumping para o Brasil.

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que há indícios de que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente haverá continuação de dumping nas exportações de tubos de aço inoxidável da China e de Taipé Chinês para o Brasil.

6. DAS IMPORTAÇÕES, DO CONSUMO NACIONAL APARENTE E DO MERCADO BRASILEIRO

Serão analisadas, neste item, as importações brasileiras, o consumo nacional aparente e o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, dividido da seguinte forma:

P1 - janeiro de 2013 a dezembro de 2013;
P2 - janeiro de 2014 a dezembro de 2014;
P3 - janeiro de 2015 a dezembro de 2015;
P4 - janeiro de 2016 a dezembro de 2016;e
P5 - janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de tubos de aço inoxidável importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes aos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da NCM, fornecidos pela RFB.

São classificadas nesses itens da NCM importações de tubos de aço ferrítico, tubos de aço de graus diversos do 304 e 316, tubos de seção quadrada, tubos com medidas (diâmetro externo e/ou espessura) diversas daquelas aplicáveis ao produto objeto da investigação, tubos sem costura, bem como de outros produtos, distintos do produto sob investigação.

Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, a fim de se obterem as informações referentes exclusivamente a tubos de aço inoxidável austenítico, de grau 304 ou 316, com costura, de seção circular, de espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm, e diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas). A metodologia para depurar os dados consistiu em excluir aqueles produtos que não estavam em conformidade com os parâmetros descritos neste item.

Em que pese a metodologia adotada, ainda restaram importações cujas descrições nos dados disponibilizados pela RFB não permitiram concluir se o produto importado correspondia de fato a tubos de aço inoxidável dentro das especificações descritas acima. Nesse contexto, para fins de início da revisão, foram consideradas como importações de produto objeto da investigação e produto similar originário das demais origens os volumes e os valores das importações de tubos de aço inoxidável cuja descrição não permitiu identificar as informações completas acerca do grau, diâmetro e espessura do tubo.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de tubos de aço inoxidável no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica.

Importações totais (em número índice de toneladas)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	34,5	13,8	4,6	7,0
Taipé Chinês	100,0	62,0	14,9	4,2	5,7
Total sob Análise	100,0	50,5	14,4	4,4	6,2
Vietnã	100,0	528,4	514,2	839,6	976,9
Tailândia	100,0	5.068,2	9.626,8	2.087,3	5.113,0
Índia	100,0	97,9	26,1	13,9	79,0
Malásia	100,0	857,4	667,8	222,2	297,2
Itália	100,0	126,2	114,3	68,3	88,9
Uruguai	100,0	63,6	43,6	54,2	64,8
Demais Países*	100,0	169,1	53,6	23,5	66,2
Total Exceto sob Análise	100,0	308,9	304,7	199,4	302,1
Total Geral	100,0	123,5	96,5	59,5	89,9

*Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Indonésia, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

O volume das importações brasileiras de tubos de aço inoxidável das origens investigadas diminuiu continua e significativamente até P4: -49,5% de P1 para P2, -71,4% de P2 para P3 e -69,9% de P3 para P4 - e registrou aumento de P4 para P5, de 43,5%. Assim, ao se considerar todo o período de análise, observou-se diminuição acumulada no volume importado de 93,8%.

Quanto ao volume importado de tubos de aço inoxidável das demais origens pelo Brasil, observou-se aumento de 208,9% de P1 para P2. Nos períodos subsequentes observaram-se quedas de 21,9% e 38,4% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente. Por fim, de P4 para P5, as importações das demais origens cresceram 51,6%. Relativamente a P1, as referidas importações aumentaram 202,3% em P5.

As importações brasileiras totais de tubos de aço inoxidável apresentaram o seguinte comportamento: aumento de 23,5% de P1 para P2, quedas de 21,9% e 38,4% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, e aumento de 51,1% de P4 para P5. Durante todo o período de investigação de indícios de continuação/retomada do dano, de P1 a P5, houve decréscimo de 10,1% no volume total de importações do produto.

6.1.2. Do valor e do preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

Os quadros a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de tubos de aço inoxidável no período de investigação de indícios de dano à indústria doméstica.

Valor das importações totais (em número índice de Mil US$ CIF)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	30,6	16,6	9,1	6,6
Taipé Chinês	100,0	60,0	15,2	3,2	4,9
Total sob Análise	100,0	46,7	15,9	5,9	5,7
Vietnã	100,0	497,4	460,4	601,7	751,4
Tailândia	100,0	4.753,5	8.809,0	1.494,9	3.938,1
Índia	100,0	91,9	22,7	9,7	61,1
Malásia	100,0	855,2	663,9	181,1	266,9
Itália	100,0	116,1	120,1	54,7	83,6
Uruguai	100,0	64,8	33,8	39,5	50,6
Demais Países*	100,0	178,9	109,9	36,9	65,2
Total Exceto sob Análise	100,0	259,4	246,0	125,7	203,0
Total Geral	100,0	118,5	93,6	46,4	72,3

*Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Indonésia, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

Preço das importações totais (em número índice de US$ CIF / t)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100,0	88,8	120,1	199,5	93,3
Taipé Chinês	100,0	96,8	102,4	76,6	86,5
Total sob Análise	100,0	92,4	109,8	135,6	90,7
Vietnã	100,0	94,1	89,6	71,7	76,9
Tailândia	100,0	93,8	91,5	71,6	77,0
Índia	100,0	93,8	87,1	69,6	77,3
Malásia	100,0	99,7	99,4	81,5	89,8
Itália	100,0	92,0	105,0	80,0	94,1
Uruguai	100,0	102,0	77,7	72,9	78,0
Demais Países*	100,0	105,8	205,2	157,1	98,4
Total Exceto sob Análise	100,0	84,0	80,7	63,1	67,2
Total Geral	100,0	95,9	97,0	78,0	80,4

*Demais Países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, EUA, Finlândia, França, Hong Kong, Indonésia, Israel, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Paquistão, Polônia, Reino Unido, Romênia, Suécia, Suíça, República Tcheca, Turquia e Ilhas Virgens Britânicas.

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada das importações de tubos de aço inoxidável das origens investigadas reduziu-se 9,3% em P5, comparativamente a P1. Houve decréscimo de 7,6% de P1 para P2, seguido de aumentos de 18,9% e 23,5% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente. De P4 para P5, o preço CIF das importações de tubos de aço inoxidável diminuiu 33,1%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O preço médio dos demais exportadores apresentou redução em P5, relativamente a P1, de 32,8%. Observados os intervalos separadamente, verificaram-se quedas sucessivas até P4: 16 % em P2, 3,9% em P3 e 21,9% em P4, sempre em relação ao período imediatamente anterior. Por fim, de P4 para P5, o preço médio do produto similar originário das demais origens apresentou aumento de 6,5%.

6.2. Do mercado brasileiro

Com vistas a se dimensionar o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno, líquidas de devoluções da indústria doméstica e as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da RFB, apresentadas no item 6.1.

Para fins de início desta revisão, considerou-se que o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente se equivaleram, tendo em vista que não houve consumo cativo pelas peticionárias e nenhuma das empresas indicadas como sendo responsáveis por realizar processo de tubificação respondeu à solicitação de informações enviada pela autoridade investigadora.

Mercado Brasileiro (em número índice de toneladas)

	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	109,9	2,2	50,5	70,9	75,5
P3	77,8	-	14,4	304,7	78,4
P4	83,7	-	4,4	199,4	64,7
P5	90,2	-	6,2	302,1	81,2

Observou-se que o mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável apresentou o seguinte comportamento: diminuiu 24,5% de P1 para P2, aumentou 3,9% de P2 para P3, diminuiu 17,5% de P3 para P4 e voltou a aumentar de P4 para P5, desta vez, em 25,5%. Durante todo o período de investigação, de P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou redução de 18,8%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número índice de toneladas)

	Mercado Brasileiro (A)	Importações origens investigadas (B)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origens (C)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	75,5	50,5	66,9	70,9	93,8
P3	78,4	14,4	18,4	304,7	388,4
P4	64,7	4,4	6,7	199,4	308,1
P5	81,2	6,2	7,7	302,1	372,2

Relativamente a P1, diminuiu [Confidencial]p.p., em P5, a participação das importações investigadas no mercado brasileiro. À exceção do interregno entre P4 e P5, quando ocorreu aumento de [Confidencial]p.p., houve redução dessa participação de [Confidencial]p.p. de P1 para P2, [Confidencial]p.p. de P2 para P3 e [Confidencial] p.p. de P3 para P4.

De outro lado, houve aumento da participação das outras importações durante o período analisado, com aumento acumulada de [Confidencial] p.p. em P5, comparativamente a P1. Com relação aos intervalos considerados individualmente, a participação no mercado brasileiro das referidas importações apresentou o seguinte comportamento: redução de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, aumento de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, redução de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e aumento de [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

6.3.2. Da relação entre as importações e a produção nacional

Apresenta-se, na tabela a seguir, a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de tubos de aço inoxidável.

Relação entre as importações investigadas e a produção nacional
(em número índice de toneladas)

	Produção Nacional (A)	Importações origens investigadas (B)	Relação (%) (B/A)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	115,2	50,5	43,8
P3	75,5	14,4	19,1
P4	93,1	4,4	4,7
P5	93,5	6,2	6,7

Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de tubos de aço inoxidável seguiu trajetória decrescente até P4, com reduções de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, [Confidencial] p.p. de P2 para P3 e [Confidencial] p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, houve aumento de 1,4 p.p. Assim, ao considerar-se todo o período de análise, essa relação, que era de [Confidencial]% em P1, passou a [Confidencial]% em P5, representando queda acumulada de [Confidencial] p.p.

6.4. Da conclusão a respeito das importações

No período de investigação de indícios de dano, as importações sujeiras ao direito antidumping decresceram significativamente:

a) em termos absolutos, tendo passado de [Confidencial] t em P1 para [Confidencial] t em P5 (redução de [Confidencial] t, correspondente a 93,8%);

b) relativamente ao mercado brasileiro, dado que a participação dessas importações passou de [Confidencial]% em P1 para [Confidencial]% em P5, tendo diminuído [Confidencial] p.p.; e

c) em relação à produção nacional, pois, em P1, representavam [Confidencial]% desta produção e, em P5, correspondiam apenas a [Confidencial]% do volume total produzido no país.

Em que pesem o pequeno aumento observado de P4 para P5, constatou-se redução substancial das importações sujeitas ao direito antidumping, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção nacional, ao consumo nacional aparente e ao mercado brasileiro.

Além disso, com exceção de P1 e P2, as referidas importações foram realizadas a preço CIF médio ponderado mais alto que o preço médio das outras importações brasileiras em todos os períodos analisados.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Como já demonstrado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de tubos de aço inoxidável das empresas Aperam e Marcegaglia, responsáveis, no período de revisão, pela totalidade da produção nacional do produto similar. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

Cumpre ressaltar que ajustes em relação aos dados reportados pelas empresas na petição e nas informações complementares foram incorporados, tendo em conta o resultado da verificação in loco.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de tubos de aço inoxidável de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, líquidas de devoluções, conforme informado na petição.

Vendas da Indústria Doméstica

	Vendas Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	Participação no Total (%)	Vendas no Mercado Externo (t)	Participação no Total (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	109,4	109,9	100,5	26,8	24,5
P3	78,7	77,8	98,8	225,3	286,3
P4	92,1	83,7	90,8	1.443,7	1.566,8
P5	93,7	90,2	96,2	655,1	699,2

Observou-se que o volume de vendas destinado ao mercado interno cresceu 9,9% de P1 para P2 e diminuiu 29,2%, de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, as vendas apresentaram aumento: 7,5% de P3 para P4 e 7,8% de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de investigação, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno caiu 9,8% em P5, comparativamente a P1.

Com relação às vendas para o mercado externo, houve diminuição de 73,3% de P1 para P2. Já de P2 para P3 e de P3 para P4, as referidas vendas apresentaram aumento de 743,2% e 540,8%, respectivamente. De P4 para P5 as vendas para o mercado externo diminuíram 54,6%. Quando considerados os extremos da série, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado externo apresentou crescimento acumulado de 554,7%.

Ressalta-se, nesse ponto, que as vendas externas da indústria doméstica representaram, no máximo, [Confidencial]% da totalidade de vendas de produto de fabricação própria ao longo do período de investigação de dano.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

Apresenta-se, na tabela seguinte, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	109,9	75,5	145,6
P3	77,8	78,4	99,2
P4	83,7	64,7	129,3
P5	90,2	81,2	111,1

Quando considerados os extremos da série, de P1 a P5, a participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro aumentou [Confidencial] p.p. A referida participação apresentou o seguinte comportamento, quanto considerados os intervalos individualmente: aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, diminuição de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, aumento de [Confidencial] p.p. de P3 pra P4 e redução de [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

A tabela seguinte esboça a distribuição do mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável consideradas as parcelas que couberam às vendas da indústria doméstica de fabricação própria, bem como as pertinentes às importações das origens investigadas e das demais.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Conforme constou da petição e confirmou-se por meio de verificação in loco, a produção do produto similar doméstico ocorre na planta da Aperam localizada em Ribeirão Pires (SP), sendo realizada por regime contínuo, com maquinário operando, normalmente, nos regimes de [Confidencial], a depender do volume de vendas. A Marcegaglia, por sua vez, cuja planta está localizada em Garuva (SC), também produz em regime contínuo, de acordo com o cronograma de fabricação e sua carteira de pedido.

No caso da Aperam, outros produtos, incluindo tubos de aço inoxidável dos graus 317L, 409, 309 ou 444, compartilham as mesmas linhas de produção do produto similar doméstico. Já os outros produtos fabricados nas mesmas linhas da Marcegaglia são, basicamente, tubos de aço inoxidável da série 400, tendo havido a produção de tubos de aço carbono, ainda que com pouca representatividade.

Durante o período de investigação de dano, não houve mudança na capacidade instalada nominal da Aperam, ao passo que a Marcegaglia, em decorrência da instalação de nova linha de produção, contou com aumento, em P1, de sua capacidade.

Para fins de apuração de sua capacidade instalada nominal, a Aperam partiu da maior produção mensal de cada uma das linhas de produção, ao longo de todo o período de análise. Verificou-se, então, no respectivo mês de maior produção, quantos foram os dias úteis efetivos de trabalho, obtendo-se a capacidade produtiva diária de cada linha de produção. A capacidade diária foi, então, multiplicada por 365 dias, obtendo-se a capacidade nominal, entendida como a capacidade máxima de cada uma das linhas.

No período de investigação de dano, houve paradas na produção decorrentes de férias coletivas, ocasionadas por [Confidencial]. De P1 a P5, essas paradas ocorreram nos seguintes intervalos: [Confidencial].

Para o cálculo da capacidade instalada nominal da Marcegaglia, multiplicou-se por doze a maior capacidade efetiva mensal verificada, para cada linha de produção, ao longo de todo o período de análise de dano. O cálculo da capacidade efetiva, por seu turno, considerou:

Capacidade efetiva = (horas disponíveis produção) x (produção efetiva por hora)

Onde:

a. Horas disponíveis produção = (horas nominais disponíveis) - (paradas)
b. Produção efetiva por hora = (produção) / (horas trabalhadas)
c. Paradas = (set-up) + (manutenção) + (laziness: paradas para refeição, por exemplo)
d. Horas trabalhadas = (horas programadas) - (set-up) - (manutenção) - (laziness)

A partir dessas fórmulas, calculou-se, para cada linha de produção, qual seria a capacidade instalada efetiva em cada mês do período de análise de dano. A fim de se evitarem distorções decorrentes da ausência de produção, em alguns meses, em determinada linha, foram somados os valores de cada um dos itens acima em cada período, calculando-se, então, a capacidade instalada efetiva ponderada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relativamente a paradas na produção, a Marcegaglia informou realizá-las anualmente, como férias coletivas. De P1 a P5, essas paradas ocorreram nos intervalos: [Confidencial]. Outras paradas nos equipamentos se dão para manutenção corretiva e preventiva. Foram mencionadas as seguintes paradas significativas em algumas linhas de produção:

Ano	Detalhamento
[Confidencial].	*[Confidencial].*
[Confidencial].	*[Confidencial].*

A capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, bem como o volume de produção do produto similar nacional e o grau de ocupação estão expostos na tabela a seguir.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número índice de toneladas)

Período	Capacidade Instalada Efetiva	Produção (Produto Similar)	Produção (Outros Produtos)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	113,9	115,2	72,3	87,4
P3	106,8	75,5	40,3	58,7
P4	105,9	93,1	40,3	69,8
P5	109,6	93,5	36,4	66,4

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica cresceu 15,2% de P1 para P2 e diminuiu 34,5% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, a produção retomou a trajetória de aumento: 23,3% de P3 para P4 e 0,4% de P4 para P5. De P1 para P5, o volume de produção diminuiu em 6,5%.

A produção de outros produtos também registrou decréscimo ao longo do período de análise, reduzindo-se em 63,6% de P1 para P5. Nos intervalos individuais, o volume de produção dos outros produtos diminuiu 27,7% de P1 para P2 e 44,3% de P2 para P3, quando houve, na sequência, aumento de 0,1% e redução 9,7%, respectivamente, de P3 para P4 e de P4 para P5.

A capacidade instalada, quando considerados os extremos do período de análise de dano, apresentou crescimento de 9,6% em P5, comparativamente a P1. Ao longo dos intervalos individuais, a capacidade efetiva cresceu 13,9% de P1 para P2, caiu 6,2% e 0,9 % de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, voltando a aumentar no intervalo seguinte: 3,5% de P4 para P5.

O grau de ocupação da capacidade instalada diminuiu [Confidencial] p.p.de P1 para P2 e [Confidencial] p.p. de P2 para P3. De P3 para P4, o grau de ocupação aumentou [Confidencial] p.p., mas se reduziu [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, observou-se, em P5, diminuição de [Confidencial] p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

7.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período investigado, considerando o estoque inicial, em P1, de [Confidencial] t.

Estoques (em número índice de toneladas)

Período	Produção (+)	Vendas Mercado Interno (-)	Vendas Mercado Externo (-)	Importações / Revendas (+/-)	Outras Entradas / Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	115,2	109,9	26,8	37,4	(314,7)	125,4
P3	75,5	77,8	225,3	0,1	(142,0)	76,2
P4	93,1	83,7	1.443,7	1,8	(81,7)	79,8
P5	93,5	90,2	655,1	15,7	(96,7)	71,3

Registre-se que as vendas no mercado interno e no mercado externo já estão líquidas de devoluções. As outras entradas/saídas referem-se a: a) ajustes decorrentes de inventários físicos; b) baixas de estoques decorrentes de sinistros, perdas, danos ou roubos; c) baixas para sucata; d) baixa por consumo, quando o material passa por retrabalho, sendo necessário baixar o produto e apontá-lo novamente; e) baixa de materiais enviados para terceiros para industrialização por encomenda, e posterior entrada decorrente do retorno de material enviado; f) baixas e entradas de estoques decorrentes de transferências para ou de outros itens; g) remessa de amostras para clientes; e h) outros casos, como lançamentos sem identificação na movimentação (ajustes manuais / materiais em terceiros).

Relativamente ao item (e) supramencionado, informou-se não se tratar de produção (formação) de tubo (tolling), mas, sim, de remessa para corte, por um fornecedor, de tubos produzidos na indústria doméstica.

O volume do estoque final de tubos de aço inoxidável da indústria doméstica aumentou 25,4% de P1 para P2, diminuiu 39,3% de P2 para P3, aumentou 4,8% de P3 para P4 4 diminuiu 10,6% de P4 para P5. Considerando-se os extremos da série, o volume do estoque final diminuiu 28,7%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise:

Relação Estoque Final/Produção

Período	Estoque Final (t) (A)	Produção (t) (B)	Relação (A/B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	125,4	115,2	108,9
P3	76,2	75,5	100,9
P4	79,8	93,1	85,7
P5	71,3	93,5	76,2

A relação estoque final/produção cresceu [Confidencial] p.p., de P1 para P2 e apresentou redução nos períodos subsequentes: [Confidencial] p.p., de P2 para P3; [Confidencial] p.p., de P3 para P4; e [Confidencial] p.p., de P4 para P5. Comparativamente a P1, a relação estoque final/produção diminuiu [Confidencial] p.p. em P5.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção/venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica.

Para os empregados diretos e indiretos relacionados à produção, nos casos em que não houve atribuição total do centro de custo a um ou a outro produto, considerou-se a participação do volume de produção dos tubos de aço inoxidável em relação ao volume total produzido em cada período. Para administração e vendas, verificaram-se os centros de custo que atendem às divisões dos tubos de aço inoxidável e utilizou-se a proporção sobre a representatividade do faturamento líquido do produto similar sobre o total da empresa.

Número de Empregados

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	96,9	67,4	70,9	69,9
Administração e Vendas	100,0	107,1	128,6	128,6	105,9
Total	100,0	97,5	71,5	74,7	72,3

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção diminuiu 3,5% de P1 para P2 e 30,4% de P2 para P3. Já de P3 para P4, o número de empregados aumentou 5,3%, o que se modificou no interregno seguinte, de P4 para P5, quando houve queda de 1,4%. Relativamente a P1, observou-se, em P5, diminuição de 30,3% nesse número.

O número de empregados em Administração e Vendas oscilou positivamente em 7,1% e 20%, respectivamente, de P1 para P2 e de P2 para P3. No intervalo seguinte, de P3 para P4, o número se manteve estável, tendo apresentado redução de P4 para P5 (-16,7%). Relativamente a P1, houve aumento de 7,1% em P5.

Com relação ao número total de empregados, houve redução de 2,8% de P1 para P2 e de 26,7% de P2 para P3, aumento de 4,6% de P3 para P4 e redução 3,2% de P4 para P5. Ao se considerar o período total de análise, de P1 para P5, observou-se redução de 27,8% do referido indicador.

A tabela a seguir apresenta a produtividade por empregado da indústria doméstica em cada período de análise:

Produtividade por empregado ligado à produção

Período	Empregados ligados à produção (n)	Produção (t)	Produtividade (t/n)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	96,9	115,2	118,9
P3	67,4	75,5	112,0
P4	70,9	93,1	131,3
P5	69,9	93,5	133,8

A produtividade por empregado ligado à produção cresceu 18,9 % de P1 para P2, tendo decrescido 5,8% e de P2 para P3. Nos demais intervalos, o indicador em questão aumentou: 17,3% de P3 para P4 e 1,9% de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise de dano, a produtividade por empregado ligado à produção apresentou aumento de 33,8%.

As informações sobre a massa salarial relacionada à produção/venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica encontram-se sumarizadas na tabela a seguir.

Massa Salarial (em número índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	114,0	86,3	96,3	104,2
Administração e Vendas	100,0	108,1	115,8	123,5	107,4
Total	100,0	113,1	90,9	100,6	104,7

Sobre o comportamento da massa salarial dos empregados da linha de produção, observou-se o seguinte comportamento: aumento de 14% de P1 para P2, redução de 24,3% de P2 para P3 e aumentos de 11,7% e 8,2% de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Na análise dos extremos da série, a massa salarial da linha de produção aumentou 4,2% em termos reais.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e às vendas do produto similar cresceu 7,4% em P5, quando comparado com o início do período de análise, P1. Nos intervalos individuais, observaram-se aumentos no indicador de 8,1% de P1 para P2, 7,1% de P2 para P3 e 6,6% de P3 para P5. Já no intervalo de P4 para P5, o referido indicador apresentou queda de 13,1%.

Com relação à massa salarial total, observou-se o seguinte comportamento: aumento de 13,1% de P1 para P2, redução de 19,6% de P2 para P3 e aumentos de 10,7% e 4,1% de P3 para P4 e de P4 para P5, respectivamente. Por fim, observou-se aumento de 4,7%, quando considerado todo o período de análise de dano, de P1 para P5.

7.6. Do demonstrativo de resultado

7.6.1. Da receita líquida

A tabela a seguir indica as receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica com a venda do produto similar nos mercados interno e externo. Cabe ressaltar que as receitas líquidas apresentadas estão deduzidas dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida (em número índice de mil R$ atualizados)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% total	Valor	% total
P1	Confidencial	100,0	Confidencial	100,0	Confidencial
P2	Confidencial	112,3	Confidencial	34,2	Confidencial
P3	Confidencial	83,2	Confidencial	245,5	Confidencial
P4	Confidencial	81,5	Confidencial	1.250,8	Confidencial
P5	Confidencial	87,6	Confidencial	631,2	Confidencial

Conforme tabela anterior, a receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu de P1 para P2 (12,3%), se reduziu de P2 para P3 e de P3 para P4 (-25,9% e -2,1%, respectivamente), e voltou a crescer de P4 para P5 (7,5%). Ao se analisar os extremos da série, verificou-se diminuição de 12,4% da receita obtida no mercado interno.

A receita líquida obtida com as exportações do produto similar variou ao longo do período de análise, nos seguintes percentuais: -65,8%, de P1 para P2; +618,7%, de P2 para P3; +409,5%, de P3 para P4; e -49,5%, de P4 para P5. Considerando-se todo o período de análise, a receita líquida obtida com as exportações do produto similar apresentou crescimento de 531,2%.

A receita líquida total, consequentemente, também oscilou ao longo do período de análise, havendo queda de [Confidencial]% em P5, comparativamente a P1. Quanto aos intervalos individuais, essa receita aumentou [Confidencial]%, de P1 para P2, diminuiu [Confidencial]%, de P2 para P3, o que foi seguido por aumentos de [Confidencial]% e de [Confidencial]%, respectivamente, de P3 para P4 e de P4 para P5.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, constantes da tabela seguinte, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas de tubos de aço inoxidável, líquidas de devolução, apresentadas anteriormente.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica
(em número índice de R$ atualizados/t)

Período	Preço de Venda Mercado Interno	Preço de Venda Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	102,2	127,7
P3	106,9	108,9
P4	97,4	86,6
P5	97,2	96,4

O preço médio de venda no mercado interno apresentou o seguinte comportamento: aumentos de 2,2% e de 4,7% de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente, seguidos por quedas de 8,9% de P3 para P4 e de 0,2% de P4 para P5. Considerados os extremos da série, houve queda acumulada de 2,8%.

O preço de venda praticado com as vendas para o mercado externo caiu 3,6% em P5, relativamente a P1. Nos intervalos individuais, esse preço aumentou 27,7% de P1 para P2, diminuiu 14,7% de P2 para P3 e 20,5% de P3 para P4, tendo aumentado 11,2% de P4 para P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.6.3. Dos resultados e margens

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultado obtido com a venda de tubos de aço inoxidável de fabricação própria no mercado interno.

Demonstrativo de Resultados (em número índice de mil R$ atualizados)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	112,3	83,2	81,5	87,6
CPV	100,0	110,3	89,3	78,0	89,0
Resultado Bruto	100,0	193,0	(165,5)	224,7	30,0
Despesas Operacionais	100,0	107,8	120,5	56,4	140,6
Despesas administrativas	100,0	111,9	126,3	130,0	116,0
Despesas com vendas	100,0	104,7	113,0	105,8	121,2
Resultado financeiro (RF)	100,0	166,5	207,5	(2,8)	136,6
Outras despesas (OD)	100,0	42,5	25,8	26,5	177,7
Resultado Operacional	(100,0)	(81,5)	(208,5)	(4,6)	(174,6)
Resultado Op. s/RF	(100,0)	(25,1)	(209,3)	(9,6)	(199,9)
Resultado Op. s/RF e OD	(100,0)	2,8	(504,9)	17,8	(235,5)

As receitas e despesas operacionais foram calculadas com base em rateio, pela representatividade do faturamento líquido do produto similar nacional em relação ao faturamento total das empresas.

Com relações às outras despesas a Aperam informou tratar-se da seguintes rubricas: provisões para contingências, provisões para acordo trabalhista, provisão para perdas depósito judicial, reversão de provisão para contingência, reversão da provisão para perdas depósito judicial, multas sobre infrações fiscais, impostos indiretos, multas dedutíveis, contingências judiciais, PIS e COFINS sobre outras receitas, outras despesas e receitas operacionais e outras despesas relativas à administração de impostos.

A Margegaglia, por sua vez, informou considerar como outras despesas as seguintes rubricas: ganhos/perdas de capital imobilizado, despesas tributárias, provisão perdas realização, além de contas de resultados operacionais, as quais incluem despesas diversas como multas de trânsito, assistência técnica e ajustes de ativos e passivos a valor presente. A empresa esclareceu ainda que somente a rubrica relativa a ganhos/perdas de capital imobilizado inclui também outras receitas.

O resultado bruto da indústria doméstica apresentou melhora de P1 para P2 (+93%). No entanto, de P2 para P3, o resultado apresentou queda de 185,7%, passando de lucro a prejuízo. O cenário foi revertido no período seguinte, quando o resultado aumentou 235,8% (de P3 para P4). O indicador voltou a apresentar queda de P4 para P5, desta vez de 86,7%, tendo, entretanto, se mantido positivo. De P1 para P5, o resultado bruto com a venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica piorou em 70%, mantendo-se, ainda assim, positivo.

Já o resultado operacional, negativo de P1 a P5, acumulou piora de 74,6% considerados os extremos da série. Houve redução do prejuízo operacional de P1 para P2 em 18,5%, seguida de piora do resultado de 155,9% de P2 para P3. O indicador apresentou melhora de 97,8% de P3 para P4 e voltou a piorar de P4 para P5 (-3.676,3%).

O resultado operacional, exceto resultado financeiro, negativo durante toda a série sob análise, apresentou redução do prejuízo em 74,9% de P1 para P2. Já de P2 para P3, o resultado negativo se agravou tendo havido piora de 732,9%. Houve recuperação de P3 para P4, com melhora do prejuízo de 95,4%, seguida de nova piora de P4 para P5 (-1992,1%). Ao se considerar todo o período de análise, o prejuízo aumentou o equivalente a 99,9%.

Com relação ao resultado operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, verificou-se melhora de 102,8% de P1 para P2, quando se passou de prejuízo a lucro. De P2 para P3, observou-se queda de 18.064,7% do indicador e retorno ao cenário de prejuízo. De P3 para P4, porém, esse indicador melhorou em 103,5%, passando novamente do prejuízo ao lucro. Por fim, de P1 para P5, o resultado voltou a ser negativo, tendo havido queda de 1.423,3% do indicador. Considerados os extremos da série, o resultado operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, apresentou piora de 135,5% em P5, relativamente a P1.

Encontram-se apresentadas, na tabela a seguir, as margens de lucro associadas aos resultados detalhados anteriormente.

Margens de Lucro (em número-índice de %)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	171,9	(198,9)	275,9	34,2
Margem Operacional	(100,0)	(72,6)	(250,7)	(5,7)	(199,4)
Margem Operacional s/RF	(100,0)	(22,4)	(251,5)	(11,7)	(228,1)
Margem Operacional s/RF e OD	(100,0)	2,5	(607,0)	21,8	(268,9)

A margem bruta se elevou [Confidencial] p.p. de P1 para P2. Já de P2 para P3, passou-se do lucro ao prejuízo, tendo havido queda de [Confidencial]p.p. Em P4 e P5 a margem bruta foi positiva, tendo havido, respectivamente, aumento de [Confidencial] p.p. e redução de [Confidencial] p.p., sempre em relação ao período anterior. Na comparação de P5 com P1, a margem bruta da indústria doméstica diminuiu [Confidencial] p.p.

A margem operacional, negativa em todos os períodos sob análise, apresentou comportamento semelhante: aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, redução de [Confidencial]p.p. de P2 para P3, aumento de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e redução de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Na comparação dos extremos da série, a redução total foi equivalente a [Confidencial] p.p.

A mesma tendência foi observada relativamente à margem operacional, exceto resultado financeiro: aumento de [Confidencial] p.p. de P1 para P2, redução de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, aumento de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e redução de [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Na comparação de P5 com P1, a margem operacional, exceto resultado financeiro, da indústria doméstica diminuiu [Confidencial] p.p.

Por último, a margem operacional, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou piora na comparação de P5 com o início da série (P1), de [Confidencial] p.p. Na análise dos intervalos individuais, observou-se: aumento de [Confidencial]p.p. de P1 para P2, redução de [Confidencial] p.p. de P2 para P3, aumento de [Confidencial] p.p. de P3 para P4 e redução de [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo de resultados obtido com a venda do produto similar no mercado interno, por tonelada vendida.

Demonstrativo de Resultados (em número índice de R$ atualizados/t)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	102,2	106,9	97,4	97,2
CPV	100,0	100,4	114,7	93,2	98,7
Resultado Bruto	100,0	175,6	(212,7)	268,6	33,2
Despesas Operacionais	100,0	98,0	154,9	67,5	155,9
Despesas administrativas	100,0	101,8	162,4	155,4	128,6
Despesas com vendas	100,0	95,3	145,2	126,4	134,4
Resultado financeiro (RF)	100,0	151,5	266,7	(3,4)	151,5
Outras despesas (OD)	100,0	38,6	33,2	31,7	197,1
Resultado Operacional	(100,0)	(74,1)	(268,1)	(5,5)	(193,7)
Resultado Operac. s/RF	(100,0)	(22,9)	(269,0)	(11,4)	(221,7)
Resultado Operac. s/RF e OD	(100,0)	2,6	(649,1)	21,3	(261,2)

O CPV unitário apresentou aumentos de 0,4% e 14,3% de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente. De P3 para P4, observou-se queda de 18,8% do indicador, seguida de novo aumento de P4 para P5 (+5,9%). Quando comparados os extremos da série, o CPV unitário acumulou redução de 1,3%.

O resultado bruto unitário da indústria doméstica variou positivamente de P1 para P2 (+75,6%). No entanto, de P2 para P3, diminuiu 221,2%, passando de lucro a prejuízo. De P3 para P4, houve aumento de 226,3%, de modo que a indústria doméstica voltou a operar com lucro bruto em P4. No intervalo seguinte, esse quadro se manteve, a despeito da redução de 87,6% do indicador. Comparativamente a P1, o resultado bruto unitário com a venda de tubos de aço inoxidável pela indústria doméstica diminuiu 66,8%.

O resultado operacional unitário, por seu turno, manteve-se negativo durante todo o período de investigação de dano, tendo havido piora de 93,7% desse indicador em P5, comparativamente a P1. Houve redução do prejuízo operacional de P1 para P2 em 25,9%, seguida de deterioração desse indicador no intervalo subsequente, com piora do prejuízo em 261,6% de P2 para P3. O resultado apresentou melhora de 97,9% de P3 para P4, seguida de nova piora de P4 para P5 (-3.403,7%).

O resultado operacional unitário, exceto resultado financeiro, negativo durante toda a série sob análise, apresentou comportamento no mesmo sentido, com melhora no prejuízo em 77,1% de P1 para P2. No intervalo seguinte, esse resultado negativo se agravou, quando houve piora em 1.076,9%%, de P2 para P3. A recuperação verificada de P3 para P2, com melhora do prejuízo em 95,8%, foi insuficiente para verificação de resultado positivo. De P4 para P5 o indicador apresentou piora de 1.841,1%. Ao se considerar todo o período de análise, o prejuízo unitário aumentou o equivalente a 121,7%.

Por fim, o resultado operacional unitário da indústria doméstica, exceto resultado financeiro e outras despesas, apresentou o seguinte comportamento: aumento de 102,6% de P1 para P2, passando de prejuízo a lucro, redução de 25.504,3% de P2 para P3, voltando ao cenário de prejuízo, aumento de 103,3% de P3 para P4, novamente passando de prejuízo a lucro e, por fim, redução de 1.327,8% de P4 para P5, o que implicou no retorno ao cenário de prejuízo. Considerados os extremos da série, observou-se piora de 161,2% no resultado operacional unitário, excluído o resultado financeiro e outras despesas, em P5, comparativamente a P1.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

No caso da Marcegaglia, tendo em vista a característica de haver produtos que, após fabricados, por serem cortados ou, então, cortados e embalados, têm sua codificação de produto alterada, entendeu-se ser mais adequado, para evitar duplicações ou necessidades de ajustes complexos, informar os custos dos produtos vendidos (CPV) efetivamente realizados para o produto similar, em cada um dos períodos do dano, em vez do custo de produção.

Segundo a empresa, os relatórios contábeis relativos ao CPV detalhariam as informações do custeio requeridas para fins de demonstração dos dados tal qual a tabela precedente, o que não ocorreria relativamente aos dados de custo de produção. Assim, para a abertura do custo de produção nas rubricas em menção, haveria necessidade de levantamento de informações diversas para posterior alocação e rateio de valores, o que distorceria os dados, além da dificuldade de se rastrearem essas informações na contabilidade da empresa.

A Aperam, por sua vez, a fim de uniformizar o critério de obtenção dos dados com aquele adotado pela Marcegaglia, informou os valores relativos ao CPV efetivamente incorrido para a comercialização do produto similar. Para tanto, foram considerados os custos de produção conforme valores registrados nas rubricas reportadas na petição, para cada tipo de produto.

No caso dos valores relativos a matéria-prima, tais valores foram extraídos diretamente do sistema contábil, representando os valores reais de tal rubrica, considerando o seu respectivo mês de consumo e valor real. A partir dos valores obtidos, foi verificada qual a participação de cada rubrica no custo total calculado, e posteriormente aplicado ao CPV total efetivo de cada tipo de produto.

Tendo em vista que a tabela seguinte refere-se aos dados do custo do produto vendido da Marcegaglia e da Aperam, consideraram-se as quantidades vendidas para o mercado interno e externo, para fins de se obterem os valores unitários.

Evolução dos Custos (em número índice de R$ atualizados/t)

	P1	P2	P3	P4	P5
1. Custos Variáveis	100,0	102,0	114,2	91,9	98,0
1.1 Matéria-prima[1]	100,0	102,6	113,4	90,7	97,2
1.2 Outros Insumos[2]	100,0	88,8	108,6	105,5	99,0
1.3 Utilidades[3]	100,0	96,4	177,3	141,7	141,8
2. Custos Fixos	100,0	86,8	116,9	99,2	102,3
Mão de obra direta	100,0	77,5	103,3	89,8	89,5
Mão de obra indireta	100,0	90,5	119,6	93,2	113,1
Depreciação	100,0	100,8	151,9	116,1	116,6
Outros custos fixos[4]	100,0	88,6	116,7	104,3	103,3
3. Custo de Produção (1+2)	100,0	99,8	114,6	93,0	98,6

[1] Nota: A rubrica "matéria-prima" inclui aço inoxidável em forma de bobinas, chapas ou fitas.

[2] Nota: A rubrica "outros insumos" inclui materiais de embalagem e materiais auxiliares de produção.

[3] Nota: A rubrica "utilidades" inclui energia elétrica.

[4] Nota: A rubrica "outros custos fixos" inclui manutenção industrial, aluguéis de equipamentos, além de outros gastos como serviços de transporte e materiais de expediente.

Verificou-se que o custo unitário de tubos de aço inoxidável apresentou a seguinte variação: manteve-se praticamente estável de P1 para P2 (-0,2%), aumentou 14,8% de P2 para P3, diminuiu 18,9% de P3 para P4 e aumentou 6% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, o custo de produção caiu 1,4% no acumulado.

A redução no custo de produção unitário de P1 para P5 é decorrente principalmente da diminuição dos custos com matérias-primas, que representam em média [Confidencial]% do custo de produção em todos os períodos. Observou-se que o custo com as matérias-primas diminuiu 2,8% em P5, comparativamente a P1.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo e o preço, explicitada na tabela seguinte, indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de investigação de indícios de dano.

Participação do Custo no Preço de Venda

Período	Custo (A) (R$ atualizados/t)	Preço no Mercado Interno (B) (R$ atualizados/t)	(A) / (B) (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	99,8	102,2	97,7
P3	114,6	106,9	107,2
P4	93,0	97,4	95,5
P5	98,6	97,2	101,5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A participação do custo no preço de venda apresentou a seguinte evolução: diminuiu [Confidencial] p.p. de P1 para P2, aumentou [Confidencial] p.p. de P2 para P3, diminuiu [Confidencial]p.p. de P3 para P4 e aumentou [Confidencial] p.p. de P4 para P5. Relativamente a P1, a participação do custo no preço de venda no mercado interno aumentou [Confidencial]p.p.

7.8. Do fluxo de caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica. Tendo em vista a impossibilidade de as empresas apresentarem fluxos de caixa completos e exclusivos para a linha de produção de tubos de aço inoxidável, a análise do fluxo de caixa foi realizada em função dos dados relativos à totalidade dos negócios das peticionárias.

Fluxo de Caixa (em número índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	99,7	216,5	(90,5)	(22,3)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(100,0)	(65,9)	(20,4)	12,0	(29,6)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	(297,9)	(709,2)	275,3	56,5
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	(1,6)	56,4	(27,9)	(31,4)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica, inicialmente positivo em P1, caiu 101,6%, passando a ser negativo em P2. De P2 para P3, o indicador aumentou 3.580,7%, atingindo seu maior resultado. De P3 para P4, contudo, observou-se variação negativa de 149,5% passando a figurar como negativo novamente em P4. Houve piora de 12,6% no indicador no intervalo de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série (de P1 para P5), constatou-se piora de 131,4% no indicador, que culminou em déficit de caixa gerado pelas empresas.

7.9. Do retorno sobre os investimentos

Apresenta-se, na tabela seguinte, o retorno sobre investimentos, conforme constou da petição, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos valores do ativo total de cada período, constantes das demonstrações financeiras das empresas. Ou seja, o cálculo refere-se aos lucros e ativo das peticionárias como um todo, e não somente os relacionados ao produto similar.

Retorno dos Investimentos (em número índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	(100,0)	(102,0)	(186,7)	(8,1)	(161,1)
Ativo Total (B)	100,0	98,4	82,8	74,0	69,1
Retorno (A/B) (%)	(100,0)	(103,6)	(225,5)	(11,0)	(233,3)

A taxa de retorno sobre investimentos da indústria doméstica, negativa em todos os períodos analisados, decresceu [Confidencial] p.p. de P1 para P2 e [Confidencial] p.p. de P2 para P3. A despeito da melhora verificada de P3 para P4, quando a taxa aumentou [Confidencial] p.p., voltou a apresentar queda de P4 para P5, de [Confidencial] p.p.. Considerando os extremos do período de análise de indícios de dano, houve queda de [Confidencial] p.p. do indicador em questão.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, e não exclusivamente para a produção do produto similar. Os dados aqui apresentados foram apurados com base nos balancetes trimestrais relativos às demonstrações financeiras das empresas relativas ao período de indícios de dano.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número índice de mil R$ atualizados)

	P1	P2	P3	P4	P5
Ativo Circulante	100,0	97,7	71,2	59,5	52,8
Ativo Realizável a Longo Prazo	100,0	120,0	124,7	91,9	91,2
Passivo Circulante	100,0	99,5	72,2	50,0	47,4
Passivo Não Circulante	100,0	72,3	91,1	98,2	94,8
Índice de Liquidez Geral	100,0	110,7	96,2	93,2	87,7
Índice de Liquidez Corrente	100,0	98,1	98,6	119,0	111,3

O índice de liquidez geral aumentou somente de P1 para P2 (+10,5%). Nos demais intervalos o índice apresentou reduções de 13,1% em P3, 2,7% em P4 e 5,6% em P5, sempre com relação ao período imediatamente anterior. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, esse indicador decresceu 11,8%.

O índice de liquidez corrente, por sua vez, oscilou ao longo do período, tendo apresentado a seguinte evolução: diminuiu 1,9% de P1 para P2, aumentou 1% e 19,8% de P2 para P3 e de P3 para P4, respectivamente, e diminuiu 6,3% de P4 para P5. O referido indicador apresentou aumento acumulado de 11,2% de P1 para P5.

7.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado em P4 (7,8%), porém inferior ao registrado em P1 (9,8%). Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de venda no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica não cresceu no período de revisão.

Isso não obstante, quando analisados os extremos da série, verifica-se que a redução de 9,8% do volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno foi acompanhada pelo decréscimo de 18,8%, de P1 a P5, do mercado brasileiro. Dessa forma, a indústria doméstica aumentou sua participação no mercado brasileiro ([Confidencial] p.p.) ao longo do período analisado, tendo apresentado, portanto, crescimento relativo.

Já de P4 para P5, o aumento de 7,8% do volume de vendas foi acompanhado de aumento de 25,5% do mercado brasileiro no mesmo intervalo. Nesse sentido, a indústria doméstica apresentou redução relativa de suas vendas, tendo reduzido sua participação no mercado brasileiro em [Confidencial] p.p. no período em questão.

7.12. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores expostos neste documento, verificou-se que, durante o período de análise da continuação ou retomada do dano:

a) as vendas da indústria doméstica no mercado interno diminuíram 9,8% na comparação entre P1 e P5. Tal evolução foi acompanhada por redução dos resultados operacionais se forem considerados os extremos da série, registrando, de P1 a P5: diminuição de 74,6% do resultado operacional, de 99,9% do resultado operacional exceto o resultado financeiro e de 135,5% do resultado operacional exceto o resultado financeiro e outras despesas;

b) a despeito da redução das vendas da indústria doméstica no mercado interno, evidenciada no item anterior, houve aumento da participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro (aumento de de [Confidencial] p.p. de P1 para P5), que por sua vez, apresentou queda de 18,8% quando comparado P1 com P5.

c) a produção de tubos de aço inoxidável da indústria doméstica diminuiu ao longo do período de análise, tendo havido decréscimo de 6,5% de P1 a P5. Esse decréscimo foi acompanhado pela redução do grau de ocupação da capacidade instalada tanto de P1 para P5 ([Confidencial] p.p.) quanto de P4 para P5 ([Confidencial]p.p.).

d) os estoques diminuíram 28,7% de P1 para P5 e 10,6% de P4 para P5.

e) o número de empregados ligados à produção diminuiu ao longo do período analisado. Com efeito, de P1 a P5 o indicador registrou uma redução de 30,3%. A produtividade por empregado, por sua vez, aumentou 33,8% de P1 para P5.

f) a receita líquida obtida pela indústria doméstica no mercado interno diminuiu 12,4% de P1 para P5, motivada pela redução das vendas da indústria doméstica no mercado interno e também pela redução do preço ao longo do período investigado (2,8% de P1 a P5).

g) observou-se aumento da relação custo/preço de P1 para P5 ([Confidencial]p.p.) visto que a redução dos custos de produção (-1,4% de P1 para P5) foi inferior à redução dos preços médios praticados pela indústria doméstica, os quais diminuíram 2,8% de P1 para P5.

h) o resultado bruto apresentou queda de 70% entre P1 e P5. Do mesmo modo a margem bruta apresentou evolução negativa de [Confidencial] p.p. no mesmo período. O resultado operacional, que se apresentou negativo de P1 a P5, diminuiu 74,6%, se considerados os extremos da série. No mesmo sentido, a margem operacional apresentou redução de [Confidencial] p.p. de P1 para P5.

i) comportamento semelhante foi apresentado pelo resultado operacional exceto o resultado financeiro, o qual evoluiu negativamente 99,9% de P1 para P5. A margem operacional sem as despesas financeiras diminuiu [Confidencial] p.p. de P1 para P5. Da mesma forma evoluiu o resultado operacional exceto o resultado financeiro e as outras despesas, o qual piorou 135,5%, e a margem operacional sem as despesas financeiras e as outras despesas, a qual apresentou redução de [Confidencial] p.p.

Verificou-se que a indústria doméstica apresentou piora na maioria de seus indicadores relacionados ao volume de vendas, de produção e de rentabilidade durante o período de análise. Quanto a sua participação no mercado brasileiro, apresentou aumento de P1 a P5 (+[Confidencial] p.p.), tendo, no entanto, diminuído [Confidencial] p.p. de P4 para P5.

Por todo o exposto, pode-se concluir pela deterioração dos indicadores da indústria doméstica de P1 a P5.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO/RETOMADA DO DANO.

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Nesse sentido, verificou-se que a indústria doméstica apresentou piora nos seus indicadores relacionados ao volume de vendas (redução de 9,8%) e ao volume de produção (redução de 6,5%) quando considerado todo o período de análise (de P1 a P5). Ademais, a indústria doméstica apresentou diminuição de 12,4% em sua receita líquida (considerando P1-P5), devido à redução do volume de vendas aliada à diminuição do preço do produto similar no mercado interno (preço de P5 é 2,8% menor que o de P1).

A indústria doméstica apresentou, ainda, piora em seus indicadores de rentabilidade, tendo operado com prejuízo operacional ao longo de todo o período. O resultado operacional exceto o resultado financeiro apresentou o mesmo comportamento. Por conseguinte, a margem operacional e operacional exceto o resultado financeiro também tiveram resultados negativos em todos os períodos (de P1 a P5). O resultado operacional exceto resultado financeiro e outras despesas foi positivo somente em P2 e P4, da mesma forma que a margem operacional exceto resultado financeiro e outras despesas. No entanto, ambos os indicadores foram negativos em P5, tendo apresentado, respectivamente, quedas de 135,5% e [Confidencial] p.p. quando considerados os extremos da série (de P1 a P5).

Ante o exposto, fica evidenciado que, ainda que o direito antidumping imposto tenha contribuído para neutralizar o dano causado pelas importações objeto de dumping, a sua extinção levaria muito provavelmente à deterioração ainda maior dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme o exposto no item 6 deste documento, verificou-se que, de P1 a P5, houve redução do volume das importações, na proporção de 93,8%, sendo que estas reduziram sua participação no mercado brasileiro em [Confidencial] p.p., passando a representar [Confidencial]% do mercado em P5, enquanto em P1 representavam [Confidencial]% do mercado.

Verificou-se que em P1 as importações objeto do direito antidumping somaram [Confidencial] toneladas. Em P5 esse montante foi reduzido a [Confidencial] toneladas. Observa-se ainda que a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondia a [Confidencial]% no primeiro período analisado, sendo que essa participação em P5 equivale a [Confidencial]%.

Ante o exposto, conclui-se que, devido à redução das importações sujeitas à medida, seja em termos absolutos, seja em relação ao mercado brasileiro, não se pode atribuir a elas a deterioração dos indicadores da indústria doméstica.

8.3. Do preço do produto investigado e do preço provável das importações e os prováveis efeitos sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A fim de se comparar o preço dos tubos de aço inoxidável importado das origens sujeitas ao direito antidumping com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado no mercado brasileiro.

Ressalte-se ainda que, para fins de justa comparação, procedeu-se à classificação do produto sujeito à medida antidumping, a partir da descrição das operações constantes dos dados oficiais de importação da RFB. Cumpre ressaltar que essa classificação se ateve à característica do CODIP referente ao grau do aço (304 ou 316), dado ser essa a única passível de identificação nas operações de importação.

Registre-se que em P1 há importações de tubos de graus não identificados, correspondentes a 0,7% do volume total de importações do produto sujeito à medida no referido período. Nesses casos, aplicou-se metodologia, de modo que todos os valores (valor, quantidade, AFRMM e II) referente aos tubos de graus não identificados foram atribuídos aos volumes e valores totais dos graus 304 e 316. A atribuição se deu por meio da aplicação de percentual, referente à participação do volume de cada um dos graus (304 ou 316) no volume de tubos cujo grau fora identificado no período em questão.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado no Brasil, em cada período de análise de dano, foram adicionados: (i) o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do AFRMM calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente, (iii) os valores unitários das despesas de internação, obtidos a partir das repostas aos questionários dos importadores quando da investigação antidumping relativa às importações da Malásia, da Tailândia e do Vietnã, constou do Anexo da Resolução CAMEX nº 39, de 2018 conforme estimativa calculada pela peticionária (2,2% do valor CIF); e (iv) o valor unitário, em reais, do direito antidumping recolhido durante cada período, obtido também dos dados de importação da RFB.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

Por fim, os preços internados do produto exportado pela origem objeto do direito antidumping foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obter os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

O preço de venda da indústria doméstica no mercado interno, por sua vez, foi obtido a partir dos dados das vendas líquidas reportadas na petição, calculados para os diferentes graus de aço (304 e 316). Para efeitos de justa comparação com o preço do produto importado, o referido preço foi ponderado pela participação de cada grau em relação ao volume total importado das origens investigadas.

Deve-se ressaltar que não há disponível, no caso da Aperam, os valores e quantidades das devoluções segmentados por tipo de produto. Dessa forma, utilizou-se rateio para fins de atribuição do valor e da quantidade das devoluções aos tubos de graus 304 e 316. O critério utilizado baseou-se na participação da quantidade vendida de cada tipo de produto sobre a quantidade vendida total. Os percentuais auferidos foram aplicados ao valor e quantidade totais das devoluções de cada período, a fim de se obter o valor e a quantidade das devoluções de vendas por tipo de produto e, finalmente, à receita líquida de vendas e a quantidade líquida de tubos de graus 304 e 316.

Constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto sujeito ao direito antidumping, quando considerado o direito antidumping, manteve-se acima dos preços da indústria doméstica, não tendo sido observada subcotação ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

Por outro lado, caso não houvesse cobrança do direito antidumping, não haveria subcotação em P3 e em P4. No entanto, nos demais períodos, P1, P2 e P4, os tubos de aço inoxidável seriam internalizados no Brasil a preço inferior ao preço praticado pela indústria doméstica.

Considerando a redução dos preços da indústria doméstica, evidenciada no item 7.6.2, observou-se depressão de preços. Com efeito, de P1 para P5 o preço médio de venda no mercado interno apresentou redução de 2,8%. Ressalte-se que, ainda assim, o preço do produto importado esteve subcotado em P5.

Por fim, tendo em vista que a queda de preços de P1 a P5 (-2,8%) não foi acompanhada de queda proporcionalmente maior dos custos de produção (-1,4%), constata-se a supressão dos preços da indústria doméstica, quando considerado o período completo de análise de continuação/retomada do dano.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação acerca da probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de início da presente revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão.

Verificou-se que o volume das importações de tubos de aço inoxidável das origens investigadas diminuiu consistentemente ao longo do período investigado. Com efeito, de P1 a P5, o volume dessas importações diminuiu em 93,8%, de modo que sua participação no mercado brasileiro saiu de [Confidencial]% em P1 para [Confidencial]% em P5.

Acerca dos resultados demonstrados pela indústria doméstica verificou-se, de P1 para P5, redução da quantidade vendida, da quantidade produzida e da receita líquida obtida com a venda do produto. Adicionalmente, a indústria doméstica apresentou piora em seus indicadores de rentabilidade, tendo operado com prejuízo operacional ao longo de todo o período.

A despeito da deterioração dos indicadores evidenciada ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano, esta não pode ser atribuída às importações objeto da revisão, tendo em vista a redução das referidas importações seja em termos absolutos, seja em relação ao mercado brasileiro

Isso não obstante, cumpre ressaltar a existência de subcotação do preço das importações originárias da China e de Taipé Chinês, em três dos cinco períodos analisados, inclusive em P5, quando desconsiderada a cobrança do direito antidumping. Ademais, conforme já analisado, as origens investigadas apresentam considerável potencial para aumento de suas vendas de tubos de aço inoxidável para o Brasil.

Assim, conclui-se que, embora o direito antidumping imposto tenha neutralizado o dano causado pelas importações sujeitas à medida, a sua não renovação levaria muito provavelmente à retomada do dano causado pelas importações com indícios de continuação de dumping.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

No que diz respeito a alterações em terceiros mercados quanto à imposição de medidas de defesa comercial por outros países, consoante já exposto no item 5.5 deste Documento, registre-se que, conforme dados divulgados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), há medidas antidumping aplicadas às exportações de tubos de aço inoxidável da China e de Taipé Chinês, pela Turquia, Tailândia e Estados Unidos da América (EUA). Ademais, segundo à OMC, o produto em questão originário da China está também sujeito à cobrança de medidas compensatórias aplicadas pelos EUA.

Ademais, no que tange ao mercado brasileiro, cumpre mencionar a recente aplicação de direito antidumping definitivo sobre as importações de tubos de aço inoxidável originários da Malásia, Tailândia e do Vietnã, por meio da Resolução CAMEX nº 39, de 13 de junho de 2018. Considera-se que a aplicação da referida medida, se acompanhada pela não prorrogação do direito antidumping objeto desta revisão, levaria, muito provavelmente, a um aumento das importações pelo Brasil de tubos originários da China e de Taipé Chinês.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.6.1. Volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras de tubos de aço inoxidável que as importações oriundas das outras origens aumentaram ao longo do período investigado (202,1% de P1 a P5 e 51,5% de P4 para P5).

Ressalte-se, a esse respeito, o comportamento crescente das importações originárias da Malásia, Tailândia e do Vietnã. Conforme restou demonstrado no âmbito da investigação encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 39, de 13 de junho de 2018, as importações das referidas origens se deram a preços de dumping no período de outubro de 2015 a setembro de 2016, o que contribuiu significativamente para o dano evidenciado pela indústria doméstica naquele processo, que, por sua vez, encontra-se refletido na deterioração dos indicadores do presente processo.

Nesse sentido, as importações de todas as origens, exceto a investigada, ganharam participação no mercado brasileiro tanto de P4 para P5 ([Confidencial] p.p.), quanto de P1 a P5 ([Confidencial] p.p.).

Ressalte-se, ademais, que o preço CIF em dólares estadunidenses das importações oriundas das outras origens foi inferior ao preço das importações provenientes da origem investigada em P3, P4 e P5.

8.6.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

Não houve alteração das alíquotas do Imposto de Importação de 14% aplicadas às importações brasileiras sob os subitens tarifários 7306.40.00 e 7306.90.20 no período de investigação de indícios de dano, de modo que não houve processo de liberalização dessas importações de P1 até P5.

8.6.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de tubos de aço inoxidável oscilou durante o período investigado, tendo apresentado o seguinte comportamento: diminuiu 24,5% de P1 para P2, aumentou 3,9% de P2 para P3, diminuiu 17,5% de P3 para P4 e aumentou 25,5% de P4 para P5. Durante todo o período de investigação, de P1 a P5, o mercado brasileiro apresentou redução de 18,8%.

A redução do mercado brasileiro, observada de P1 para P5, foi acompanhada pela diminuição de 93,8% das importações originárias da China e de Taipé Chinês. Ademais, ressalte-se a saída do mercado da empresa Solução Usiminas, que encerrou suas vendas do produto similar em P2. Já a indústria doméstica apresentou queda de vendas de P1 para P5 (9,8%), tendo, no entanto, aumentado sua participação no mercado brasileiro (+5,1%).

Quando analisado o interregno de P4 para P5, observa-se um aumento do mercado brasileiro em 25,5%. Por outro lado, as vendas da indústria doméstica diminuíram 7,8% no mesmo período.

Quanto às condições de demanda do mercado brasileiro, não se pode deixar de mencionar o fato de que as importações das outras origens apresentaram aumento de 202,3% de P1 para P5, de modo que sua participação no mercado brasileiro passou de [Confidencial] % para [Confidencial] %. Já de P4 para P5, as referidas importações aumentaram 51,6%.

Diante do exposto, mesmo que a redução do mercado verificada de P1 para P5 possa ter impactado os indicadores da indústria doméstica, concluiu-se, para fins de início da revisão, não ser a contração da demanda o principal fator causador da referida deterioração. Com efeito, de P4 para P5, constatou-se aumento de 25,5% do mercado brasileiro, porém este parece ter sido totalmente absorvido pelas importações das demais origens, tendo a indústria doméstica reduzido suas vendas em 7,8% e sua participação no mercado em [Confidencial] p.p. no mesmo período.

Além disso, durante o período analisado não foram constatadas mudanças no padrão de consumo do mercado brasileiro.

8.6.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio dos tubos de aço inoxidável, pelos produtores domésticos ou pelos produtores estrangeiros, tampouco fatores que afetassem a concorrência entre eles.

8.6.5. Progresso tecnológico

Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. Os tubos de aço inoxidável objeto da investigação e os fabricados no Brasil são concorrentes entre si.

8.6.6. Desempenho exportador

Como apresentado neste Documento, o volume de vendas de tubos de aço inoxidável ao mercado externo pela indústria doméstica aumentou 554,7% de P1 para P5. Ressalte-se que, ao longo do período de análise de probabilidade de continuação ou retomada do dano, embora possam ter contribuído para o desempenho dos custos da indústria doméstica, as exportações sempre representaram percentual pequeno em relação às vendas no mercado interno. Apenas em P4, essas exportações representaram [Confidencial]% das vendas totais, não ultrapassando [Confidencial]% nos demais períodos. Ademais, as exportações da indústria doméstica diminuíram 54,6% de P4 para P5.

Portanto, a deterioração dos indicadores da indústria doméstica não pode ser atribuída ao seu desempenho exportador.

8.6.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, aumentou 1,9% e 33,8% em P5 em relação a P1 e P4, respectivamente. Não se pode, portanto, atribuir a deterioração dos indicadores da indústria doméstica à sua produtividade.

8.6.8. Consumo cativo

Não houve consumo cativo pela indústria doméstica ao longo do período de análise de continuação/retomada do dano.

8.6.9. Importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

De início, cumpre notar que, das empresas que compõem a indústria doméstica, apenas a Aperam importou e revendeu, no mercado interno apenas, tubos de aço inoxidável.

Constou da petição que o produto revendido foi adquirido basicamente no mercado interno, embora tenha havido também aquisição de produto no mercado externo. Essas compras teriam ocorrido exclusivamente para fins de composição de faturamento, quando a empresa, ao adquirir outros tipos de produto, principalmente ferríticos, por vezes, adquire, também, o produto similar, em pequenos volumes. Ademais, conforme informações prestadas na petição e confirmadas por ocasião das verificações in loco, não houve importações das origens sujeitas à medida antidumping.

Informou-se que o produto importado foi revendido na forma em que é importado, podendo, ocasionalmente, haver apenas corte dos tubos em comprimentos menores.

Segundo a Aperam, a revenda do produto similar importado foi realizada, basicamente, para consumidores finais do segmento automotivo, podendo, esporadicamente, haver vendas a distribuidores de produtos siderúrgicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Destaque-se que a proporção das importações de tubos de aço inoxidável efetuadas pela indústria doméstica, em relação ao volume total importado do produto, considerando todas as origens, alcançou [Confidencial]% em P1, [Confidencial]% em P2 e [Confidencial]% em P3. Em P4 e em P5 a indústria doméstica não realizou importações.

Dessa forma, considerando a baixa representatividade de importações e revendas da indústria doméstica, bem como o fato de que não se importou em P4 e P5, não se pode atribuir a esses volumes a deterioração dos indicadores da indústria doméstica.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação/retomada do dano

Ante a todo o exposto, percebe-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping. Contudo, a indústria doméstica passou a sofrer com os efeitos danosos de importações de outras origens, realizadas também a preços de dumping.

Considerando-se a existência de potencial para que China e Taipé Chinês incrementem suas vendas de tubos de aço inoxidável para o Brasil, concluiu-se que a não renovação do direito antidumping levaria muito provavelmente ao agravamento da deterioração dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica e à retomada do dano causado por tais importações.

Em face de todo o exposto, pode-se concluir, para fins de início desta revisão, pela existência de indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, haverá retomada do dano à indústria doméstica decorrente das importações objeto do direito.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à continuação da prática de dumping nas exportações originárias da China e de Taipé Chinês e à retomada do dano dela decorrente.

Propõe-se, desta forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de tubos de aço inoxidável, comumente classificadas nos itens 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China e de Taipé Chinês, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

CIRCULAR Nº 31, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 72 decide, no âmbito do Processo MDIC/SECEX 52272.000987/2017-12, prorrogar por até oito meses, a partir de 17 de agosto de 2018, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de chapas de gesso ou de composições à base de gesso revestidas e/ou reforçadas com papel ou cartão do México, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, iniciada por meio da Circular SECEX nº 53 de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2017.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

CIRCULAR Nº 32, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.001668/2018-13 e do Parecer nº 19, 26 de julho de 2018, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 56, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 29 de julho de 2013, aplicado às importações brasileiras de pneus novos de borracha para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14", e bandas 165, 175 e 185, comumente classificadas no item 4011.10.00 da NCM, originárias da China.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro a dezembro de 2017. Já a análise da probabilidade de continuação do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de[janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

3. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se necessariamente por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), de acordo com a Portaria SECEX nº 58, de 29 de julho de 2015. O endereço do SDD é http://decomdigital.mdic.gov.br.

4. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

5. A participação das partes interessadas no curso desta revisão de medida de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante legal habilitado junto ao DECOM, por meio da apresentação da documentação pertinente no SDD. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas hipóteses previstas na Portaria SECEX nº 58, de 2015. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias após o início da revisão, sem possibilidade de prorrogação. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada, por meio do SDD, junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45, que disporão de trinta dias para restituí-los, por meio do SDD, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. Em virtude do grande número de produtores/exportadores da China identificados nos dados detalhados de importação brasileira, de acordo com o disposto no inciso II do art. 28 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão selecionados, para o envio do questionário, os produtores ou exportadores responsáveis pelo maior percentual razoavelmente investigável do volume de exportações do país exportador.

9. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SDD, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de cinco meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem nela tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

10. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

11. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

12. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

13. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 56, de 2013, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

14. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7735/7357 ou pelo endereço eletrônico pneusautorev@mdic.gov.br.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

Em 9 de janeiro de 2008, foi protocolizada, no Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, petição da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP, doravante também denominada peticionária ou ANIP, por meio da qual, em nome de suas associadas Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda., Bridgestone do Brasil Ind. e Comércio Ltda. e Pirelli Pneus Ltda., solicitou abertura de investigação de dumping nas exportações da República Popular da China para o Brasil de pneus novos de borracha, para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14" e bandas 165, 175 e 185 e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX no 46, de 8 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.), de 10 de julho de 2008, e foi encerrada por meio da Resolução CAMEX no 49, de 8 de setembro de 2009, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2009, com aplicação, por 5 anos, de direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica de US$ 0,75/kg às importações do produto em questão.

A Resolução CAMEX no 49, de 2009 também estabeleceu a suspensão, por até seis meses, da aplicação do direito antidumping mencionado para fabricantes de veículos de passageiros, tendo em vista o interesse nacional expresso na política governamental de estímulo à aquisição de automóveis populares, mediante redução do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI.

1.2. Da primeira revisão

Em 28 de dezembro de 2011, a ANIP, em nome de suas associadas Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda., Bridgestone Firestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda., Sociedade Michelin de Participação, Indústria e Comércio Ltda. ("Michelin") e Pirelli Pneus S.A., protocolizou no Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, pedido de revisão do direito antidumping aplicado às importações de pneus de automóveis quando originárias da China, com base no art. 58 do Decreto nº 1.602, de 1995, uma vez que o direito em vigor não estaria sendo eficaz para anular os efeitos danosos resultantes da prática de dumping.

A referida revisão foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 39, de 23 de agosto de 2012, publicada no D.O.U. de 24 de agosto de 2012 e retificada em 29 de agosto de 2012 e 12 de setembro de 2012. A revisão em tela foi iniciada no terceiro ano após a aplicação do direito e, considerando o prazo legal de doze meses para a sua conclusão, uma eventual alteração do direito ocorreria já transcorridos quatro anos da aplicação do direito original. Neste cenário, tal alteração do direito permaneceria em vigor por cerca de apenas um ano, visto que o art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, estabelecia que todo direito antidumping definitivo seria extinto no máximo em cinco anos após a sua aplicação. De forma a contornar tais limitações, a revisão do direito antidumping foi iniciada ao amparo do § 1º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Em 29 de julho de 2013, publicou-se no D.O.U a Resolução CAMEX nº 56, de 24 de julho de 2013, que prorrogou, por até cinco anos, o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus novos de automóveis originárias da China nos seguintes montantes:

Direito Antidumping Aplicado - Pneus de Automóveis - China

Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/kg)
GITI Radial Tire (Anhui) Company Ltd.	1,31
Shandong Jinyu Industrial Co. Ltd.	1,08
Shandong Yongsheng Rubber Group Co. Ltd.	1,30
South China Tire & Rubber Co. Ltd.	2,17
Apollo Internacional FZC	1,54
Beijing Capital Tire Co., Ltd.	
Cheng Shin Tire & Rubber (China) Co. Ltd.	
Cooper Chengshan (Shandong) Tire Company Ltd.	
Double Coin Holding Ltd.	
Federal Tire (Jiangxi) Ltd.	
Goodfriend Tyres Co., Ltd.	
Guangzhou Bolex Tyre Ltd.	
Hangzhou Zhongce Rubber Co., Ltd.	
Kenda Rubber Co., Ltd.	
Kumho Tire (Chang Chun) Co., Inc.	
Kumho Tire (Tianjin) Co., Ltd.	
Kumho Tire Co., Inc.	
Kumho Tire (Nanjing) Co. Ltd.	
Liaoning Permanent Tyre Co. Ltd.	
Pneuma Overseas Co. Ltd.	
Qingdao Cenchelyn Tyre Co., Ltd.	
Qingdao Jianfu Tire Co., Ltd.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sailun Co., Ltd.	
Shandong Changfeng Tyre Co., Ltd.	
Shandong Fenglun Tyre Co., Ltd.	
Shandong Guofeng Rubber Co., Ltd.	
Shandong Hengfeng Rubber & Plastic Co., Ltd.	
Shandong Linglong Rubber Co., Ltd.	
Shandong Linglong Tyre Co., Ltd.	
Shandong Shuangwang Rubber Co., Ltd.	
Shandong Yongtai Chemical Group Co., Ltd.	
Shengtai Group Co., Ltd.	
Sichuan Tyre & Rubber Co. Ltd.	
Triangle Tyre Co., Ltd.	
Zhao Qing Junhong Co., Ltd.	
Demais empresas	2,17

1.3. Das outras investigações

Em 29 de dezembro de 2011, a ANIP protocolizou no Departamento de Defesa Comercial - DECOM, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de pneus novos de borracha para automóveis de passeio, produto similar ao produto desta revisão, da Coreia do Sul, da Tailândia, de Taipé Chinês e da Ucrânia para o Brasil e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Por intermédio da Resolução CAMEX nº 1, de 15 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. em 16 de janeiro de 2016, foi encerrada a investigação supramencionada com aplicação de direito antidumping. O direito antidumping definitivo foi aplicado nos montantes especificados na tabela a seguir:

Direito Antidumping Aplicado - Pneus de Automóveis

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/kg)
Coreia do Sul	Hankook Tire Co. Ltd.	0,24
	Kumho Tire Co. Inc.	0,61
	Nexen Tire Corporation	0,14
	Demais	2,56
Tailândia	Sumitomo Rubber (Thailand) Co. Ltd.	1,32
	Svizz-One Corporation Ltd.	1,35
	Demais	1,35
Taipé Chinês	Todos	1,43
Ucrânia	Todos	1,23

2. DA PRESENTE REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada, no D.O.U., a Circular SECEX nº 64, de 30 de novembro de 2017, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping às importações brasileiras de pneus novos de borracha para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14", e bandas 165, 175 e 185, originárias da China, encerrar-se-ia no dia 29 de julho de 2018.

2.2. Da petição

Em 28 de março de 2018, a ANIP protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus novos de borracha dos tipos utilizados em automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14", e bandas 165, 175 e 185, normalmente classificadas no subitem 4011.10.00 da NCM, originárias da China, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

No dia 19 de abril de 2018, por meio do Ofício nº 460/CGMC/DECOM/SECEX, com base no §2º do art. 41 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram solicitadas à peticionária informações complementares àquelas fornecidas na petição.

A peticionária, após solicitação tempestiva para extensão do prazo originalmente estabelecido para resposta ao referido Ofício, apresentou tais informações tempestivamente no dia 7 de maio de 2018.

2.3. Das partes interessadas

De acordo com o § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificados como partes interessadas, além da peticionária, os produtores domésticos do produto similar, os produtores/exportadores estrangeiros, os importadores brasileiros do produto objeto do direito antidumping e o governo da China.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Decreto nº 8,058, de 2013, identificaram-se, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto do direito antidumping durante o período de revisão de continuação/retomada de dumping. Foram identificados, também, pelo mesmo procedimento, os importadores brasileiros que adquiriram o referido produto durante o mesmo período.

2.4. Das verificações in loco

Fundamentado no princípio da eficiência, previsto no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna, realizaram-se verificações in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica previamente à elaboração desta Circular de início de revisão.

Nesse contexto, foi solicitado, por meio dos Ofícios nºs 469/2018/CGMC/DECOM/SECEX, de 26 de abril de 2018, 505/2018/CGMC/DECOM/SECEX, de 30 de abril de 2018, e 587/2018/CGMC/DECOM/SECEX, de 21 de maio de 2018, em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, anuências para que equipes de técnicos realizassem verificações in loco dos dados apresentados pela Pirelli Pneus Ltda., no período de 14 a 18 de maio de 2018, em São Paulo - SP, pela Bridgestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda., no período de 21 a 25 de maio de 2018, em Santo André - SP, e pela Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., no período de 11 a 15 de junho de 2018, em Jundiaí - SP.

Após consentimento das empresas, técnicos realizaram verificações in loco, nos períodos propostos, com o objetivo de confirmar e obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas na petição de revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos nos roteiros previamente encaminhados às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram verificados o processo produtivo de pneus de automóvel, a estrutura organizacional das empresas e os coeficientes técnicos utilizados como base para apuração do valor normal da origem sujeita à aplicação da medida antidumping. Finalizados os procedimentos de verificação, consideraram-se válidas as informações fornecidas pela peticionária, depois de realizadas as correções pertinentes.

Em atenção ao § 9º do art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, a versão restrita dos relatórios das verificações in loco foram juntadas aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento das verificações foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações constantes neste documento incorporam os resultados das referidas verificações in loco.

3. Do produto e da similaridade

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

Conforme disposto na Resolução CAMEX nº 56, de 24 de julho de 2013, publicada no D.O.U de 29 de julho de 2012, o produto objeto do direito antidumping são os pneus novos de borracha para automóveis de passageiros, de construção radial, das séries 65 e 70, aros 13" e 14", e bandas 165, 175 e 185, doravante denominados "pneus de automóveis", normalmente classificados no item 4011.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originários da China.

Cabe ressaltar que os pneus abrangidos pelas especificações do parágrafo anterior, inclusive do tipo extra load ("XL"), estão no escopo do direito antidumping em tela. Estão excluídos, entretanto, os pneus de construção diagonal e os pneus com aros, séries e bandas distintos dos especificados

Estão excluídos, portanto, os pneus de construção diagonal e os pneus com aros, séries e bandas distintos dos especificados.

Quanto ao processo produtivo e canais de distribuição, o produto objeto do direito antidumping possui processo produtivo semelhante ao processo descrito no item 3.2, possuindo os mesmos canais de distribuição.

As bandas (165, 175 e 185) indicam a largura nominal do pneu expressa em milímetros. As séries (65 e 70) indicam o quociente percentual aproximado entre a altura da seção e a largura nominal do pneu. A letra R indica que o tipo de construção do pneu é radial e aros 13 e 14 indicam o diâmetro interno do pneu expresso em polegadas.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado no Brasil é o pneu novo, de borracha, para automóveis de passageiros de construção radial, das series 65 e 70, aros 13" e 14", bandas 165, 175 e 185, com as seguintes designações: 165/65 R 13, 165/65 R 14, 175/65 R 13, 175/65 R 14, 185/65 R 13, 185/65 R 14, 165/70 R 13, 165/70 R 14, 175/70 R 13, 175/70 R 14, 185/70 R 13 e 185/70 R 14.

O produto fabricado pela indústria doméstica é constituído das seguintes partes:

- Banda de rodagem: parte do pneu, constituída de elastômeros, que tem a função de entrar em contato com o solo;
- Lonas: camadas de cabos metálicos ou têxteis, impregnados com elastômeros, que constituem a estrutura resistente do pneu;
- Lona Carcaça: parte interior da estrutura resistente do pneu cujos cordonéis estendem-se de um talão ao outro;
- Lona de Proteção: também chamada de "Cinta de Proteção", é a parte exterior da estrutura resistente do pneu, que tem a finalidade de proteger as lonas de trabalho;
- Lona de Trabalho: também conhecida como "Cinta de Trabalho" ou "Lona Estabilizadora", é a parte da estrutura resistente do pneu radial que tem a finalidade de estabilizar o pneu;
- Flanco: também chamado de "Costado ou Lateral", é a parte lateral do pneu, compreendida entre a banda de rodagem e o talão;
- Talões: partes localizadas abaixo dos flancos, constituídas de anéis metálicos recobertos de elastômeros e envolvidos por lonas, com forma e estrutura tais que permitem o assentamento do pneu ao aro;
- Carcaça: estrutura resistente do pneu, constituída de uma ou mais camadas sobrepostas de lonas. É a parte do pneu que suporta a carga, assim que ele é inflado;
- Cabo ou Cordonel: resultado da torção de um ou mais fios metálicos ou têxteis que constituem as lonas;
- Ombros: partes externas da banda de rodagem nas intersecções com os flancos;
- Cordão ou filete de centragem: linha em relevo, próxima da área dos talões, que tem a finalidade de indicar visualmente a correta centralização do pneu no aro.

Os pneus podem, ainda, ser assim classificados:

a) Quanto ao suporte:

- Pneu sem câmara: pneu projetado para uso sem câmara do ar; e
- Pneu com câmara: pneu projetado para uso com câmara do ar.

b) Quanto à categoria de utilização: indica o tipo de aplicação a que se destina o pneu.

- Pneu normal: pneu projetado para uso predominante em estradas pavimentadas;
- Pneu reforçado: aquele cuja carcaça é mais resistente do que a de um pneu normal equivalente, podendo suportar mais carga;
- Pneu para uso misto: pneu próprio para utilização em veículos que trafegam alternadamente por estradas pavimentadas ou não; e
- Pneu para uso fora estrada: pneu com banda de rodagem especial para utilização fora de rodovias públicas.

c) Quanto à estrutura (ou construção): indica a forma de construção e a disposição das lonas da estrutura resistente do pneu.

- Pneu diagonal: aquele cuja estrutura apresenta os cabos das lonas estendidos até os talões e são orientados de maneira a formar ângulos alternados, sensivelmente inferiores a 90º em relação à linha mediana da banda de rodagem. Porém, a produção brasileira de pneus de automóveis do tipo diagonal é decrescente ("projetos antigos") e está sendo substituída pela produção de pneus do tipo radial devido a questões de desempenho e segurança do usuário; e
- Pneu radial: aquele cuja estrutura é constituída de uma ou mais lonas cujos fios estão dispostos de talão a talão e colocados aproximadamente a 90º, em relação à linha mediana da banda de rodagem, sendo essa estrutura estabilizada circunferencialmente por duas ou mais lonas essencialmente inextensíveis. Segundo a peticionária, o pneu radial é caracterizado pela aplicação de matérias-primas diferenciadas e apresenta processo produtivo mais complexo, conferindo melhor qualidade e desempenho.

d) Quanto ao desenho da banda de rodagem:

- Desenho de Banda de Rodagem Simétrico: desenho que apresenta, em relação ao eixo longitudinal, similaridade de escultura;
- Desenho de Banda de Rodagem Assimétrico: desenho que não apresenta, em relação ao eixo longitudinal, similaridade de escultura, vinculado à estrutura de carcaça específica ou não; e
- Desenho de Banda de Rodagem com Sentido de Rotação: desenho concebido para único sentido de rotação, vinculado à estrutura de carcaça específica ou não.

As principais funções desempenhadas pelos pneus são suportar estática e dinamicamente a carga, assegurar a transmissão da força do motor, assegurar a dirigibilidade, assegurar a frenagem do veículo e garantir a estabilidade e aderência.

Os pneus fabricados pela indústria doméstica são destinados a automóveis de passeio e são vendidos tanto para o mercado primário (montadoras de automóveis) quanto para o mercado secundário ou de reposição.

Os pneus produzidos pela indústria doméstica são constituídos de talões, lonas, cintas estabilizadoras, banda de rodagem, costado, ombro, amortecedores, liner, raias, sulcos, antifricção, cobre-talão, sub-banda de rodagem e compostos. As principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, negro de fumo, enxofre, antioxidantes, óleos minerais, pigmentos diversos, aceleradores e retardadores, óxido de zinco, cordonéis para a carcaça e arames de aço.

A indústria doméstica produz pneus de passeio radial para uso exclusivo sem câmara (tubeless). A linha de produtos é composta por pneus para uso na cidade (on-road) e misto (on/off road). Com relação ao desenho da banda de rodagem, os modelos são simétricos, assimétricos e com sentido de rotação.

O processo produtivo na indústria doméstica pode ser dividido em três fases:

a) Fase 1

A primeira fase da fabricação do pneu é a preparação do composto. Ele é formado por vários tipos de borracha natural e sintética, negro de fumo, aceleradores, pigmentos químicos, que são colocados em um misturador (banbury), onde é realizada a homogeneização dos elementos (mistura). Para cada parte do pneu há um composto específico, ou seja, com propriedades físicas e químicas diferentes.

Depois do composto pronto, parte-se para a produção dos componentes. Esses componentes são: banda de rodagem, parede lateral, talão, lonas de corpo, lonas estabilizadoras e estanque.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A banda de rodagem (parte do pneu que entra em contato com o solo) e a parede lateral são produzidas pelo processo de extrusão. Uma máquina chamada extrusora, espécie de rosca, vai girando, aquecendo e empurrando o composto para uma forma, na qual os componentes tomam seus formatos finais.

As lonas de corpo e a lâmina de estanque são formadas na calandra. Nela existem três ou mais rolos cilíndricos que produzem as lâminas de borracha. Essas lâminas se juntam a tecidos de poliéster e de náilon (também utilizado como reforço), formando as lonas de corpo.

Na formação das lonas estabilizadoras (feita pelo processo de extrusão), vários fios de aço recebem a camada de borracha e formam uma fita com largura determinada. Essas fitas são, então, cortadas em ângulos, concluindo a produção do componente. É importante diferenciar uma lona da outra: as lonas de corpo são aquelas formadas por poliéster e náilon; as lonas estabilizadoras são formadas por fios de aço; e a estanque, por sua vez, é formada apenas por borracha (composto).

O talão (parte do pneu que faz ligação com a roda) passa por uma pequena extrusora, que aplica uma camada de borracha sobre fios de aço. Esses fios são enrolados em cilindros que formam o componente.

b) Fase 2

No processo de construção, é produzida a carcaça (esqueleto do pneu que sustenta a carga). Uma parte dos componentes (estanque, lona de corpo e talão) é aplicada em uma máquina, parecida com um tambor, formando a carcaça. Em seguida, são aplicadas a lona estabilizadora e a banda de rodagem.

c) Fase 3

A fase 3 consiste na vulcanização, processo que dá forma ao pneu. Para tanto, o pneu é colocado em uma prensa sob determinada temperatura, pressão e tempo. Nessa prensa há um molde com as características específicas de cada produto, no qual são determinados a forma e o desenho finais da banda de rodagem.

Depois de vulcanizado, o pneu passa pela inspeção final, onde são efetuadas todas as inspeções e testes de liberação do pneu, garantindo, assim, a consistência e a confiabilidade no seu desempenho

O processo produtivo é comum a todos os tipos de pneus similares ao pneu objeto do direito, abrangendo todas as etapas desse processo, ou seja, desde o recebimento de matérias-primas, preparação dos compostos, preparação dos componentes e, finalmente, a construção do pneu que, após a fase final da produção, é destinado ao armazém de produtos acabados

3.3. Da classificação e tratamento tarifário

Os pneus de automóveis são normalmente classificados no seguinte subitem tarifário da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH: 4011.10.00, que abrange outros produtos que não o produto objeto do direito antidumping, como pneus com construção diagonal ou aros, séries e banda distintos dos especificados.

Apresenta-se a descrição do subitem tarifário supramencionado pertencentes à Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM/SH:

4011	Pneumáticos novos, de borracha
4011.10.00	Do tipo utilizado em automóveis de passageiros (incluindo os veículos de uso misto (*station wagons*) e os automóveis de corrida)

A alíquota do Imposto de Importação manteve-se inalterada em 16% para o subitem da NCM mencionado anteriormente durante período de análise da continuação ou retomada do dano à indústria doméstica - janeiro de 2013 a dezembro de 2017.

Cabe destacar que o referido subitem é objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto similar/objeto da investigação:

Preferências Tarifárias

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE18 - Mercosul	100%
Uruguai	ACE18 - Mercosul	100%
Paraguai	ACE18 - Mercosul	100%
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	100%
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolívia	100%
México	ACE55-México-Brasil	100%
Peru	ACE58-Mercosul-Peru	100%
Colômbia	ACE59-Mercosul-Colômbia	100%
Equador	ACE59-Mercosul-Equador	55%
Cuba	APTR04-Brasil-Cuba	28%
Israel	ALC-Mercosul-Israel	90%
Venezuela	APTR04-Venezuela-Brasil	28%

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva acerca da similaridade entre o produto objeto do direito e o similar.

Conforme informações obtidas na petição e durante os procedimentos anteriores, o produto em análise e o produto fabricado no Brasil apresentam as mesmas características físicas, são produzidos a partir das mesmas matérias-primas e seguem processo de produção semelhante. Apresentam a mesma composição química, possuem os mesmos usos e aplicações e suprem o mesmo mercado, sendo, portanto, considerados concorrentes entre si.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se, para fins de início da revisão, a conclusão alcançada na investigação original de que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto do direito antidumping nos termos o art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, define indústria doméstica como a totalidade dos produtores do produto similar doméstico. Nos casos em que não for possível reunir a totalidade destes produtores, o termo indústria doméstica será definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

A peticionária, Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP, possui entre seus associados seis fabricantes do produto similar nacional, a saber: Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda., Pirelli Pneus Ltda., Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda., Bridgestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda., Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda e Sumitomo Rubber do Brasil Ltda.

As empresas Bridgestone, Continental e Pirelli apresentaram os dados necessários para análise do dano. A ANIP forneceu na petição de abertura, além dos dados das referidas empresas, estimativas de produção conjunta das demais empresas associadas.

Ressalta-se que foram identificados outros produtores, que serão notificados e receberão questionários, do produto similar doméstico, o qual foi definido, no item 3.2 deste documento, como pneus novos, de borracha, para automóveis de passageiros de construção radial, das series 65 e 70, aros 13" e 14", bandas 165, 175 e 185.

Consideraram-se, portanto, as empresas associadas à ANIP como sendo a totalidade dos produtores nacionais de pneus de automóvel e, a partir do total produzido, apresentado pela Associação, estimou-se que as empresas que forneceram os dados para análise de dano representam 65% da produção nacional.

Dessa forma, para fins de análise dos indícios de dano, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de pneus de automóvel das empresas Bridgestone, Continental e Pirelli, responsáveis por 65% da produção nacional brasileira de pneus de automóveis durante o período de janeiro a dezembro de 2017.

5. DOS INDÍCIOS DE DUMPING

Segundo o art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, para que um direito antidumping seja prorrogado, deve ser demonstrado que sua extinção levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Para fins do início da revisão, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2017, a fim de se verificar a existência de indícios de probabilidade de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de pneus de automóveis, originárias da China.

5.1. Da existência de indícios de dumping durante a vigência do direito

5.1.1. Do valor normal

De acordo com item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto.

Para fins de início da investigação, optou-se pela construção do valor normal, com base em metodologia proposta pela peticionária acompanhada de documentos e dados fornecidos na petição. O valor normal foi construído a partir de valor razoável dos custos de produção, acrescidos de montante a título de despesas gerais, administrativas, financeiras e de vendas, bem como de um montante a título de lucro.

O valor normal para a China, para fins de início da investigação, foi construído a partir das seguintes rubricas:

a) matérias-primas;
b) mão de obra;
c) insumos;
d) manutenção;
e) depreciação;
f) energia elétrica;
f) outros custos fixos;
h) despesas gerais, administrativas, comerciais e de pesquisa e desenvolvimento; e
i) lucro.

Para construção do valor normal, a peticionária tomou como base a composição dos pneus mais representativos em termos de venda (aros 13" e 14") fornecidas pela peticionária. Destaca-se que na resposta ao pedido de informação complementar, foram incluídos os dados da [CONF.], e apresentadas as fichas técnicas de cada produto considerado na construção do valor normal. Além disso, confirmou-se que os produtos utilizados eram representativos em termos de volume de venda.

Os preços das principais matérias-primas (borracha sintética, borracha natural, negro de carbono, arames e tecidos), por sua vez, foram obtidos pela peticionária a partir dos dados de importação desses produtos em Taipé Chinês fornecidos pelo TradeMap, fonte oficial de divulgação de informações estatísticas do comércio exterior mundial. Foram consideradas as importações de todas as origens em conjunto. Segundo a peticionária, os preços de Taipé Chinês, além de estarem atualizados para 2017 à época da apresentação da petição, não seriam distorcidos pela interferência do governo chinês no mercado, conforme descrito no item 5.2 deste documento.

Para confecção deste documento foram confirmados, por meio de consulta ao sítio eletrônico do Trademap, os dados apresentados pela peticionária, detalhados a seguir:

Preço das matérias-primas

Produto	Classificação tarifária (SH)	Preço CIF* (US$/kg)
Borracha Sintética	4002.19	2,08
	4002.20	
	4002.39	
	4002.60	
	4002.70	
Borracha Natural	4001.22	1,94
	4001.29	
Negro de Carbono	2803.00	1,19
Arames	7217.20	1,78
	7217.30	
	7312.10	
Tecidos	5402.10	3,61
	5402.19	
	5402.10	
	5902.20	

Quanto aos preços das matérias-primas, necessário destacar que o volume importado no SH 4001.22 em 2017 totalizou 143,1 toneladas com um preço CIF de US$ 1,78/kg. A peticionária em resposta ao pedido de informações complementares destacou que apesar do volume não parecer representativo, o preço considerado não implicou em majoração indevida dos custos da borracha, uma vez que tal preço é inferior ao preço médio de exportação mundial de borracha natural na referida classificação tarifária (US$ 2,08/kg) e que a maior parte do preço da borracha natural foi oriundo do SH 4001.29, que apresentou volume de 68.933,6 toneladas.

Sobre os tecidos, a peticionária não apresentou valores para a matéria-prima classificada no SH 5402.10, sendo esclarecido na resposta às informações complementares que não ocorreram importações em tal código no período de análise de continuidade de dumping. Adicionalmente, a peticionária apontou que em nível mundial foram observadas apenas 8 toneladas de importação em 2017.

Destaca-se que químicos e outros insumos, que representam parcela pequena do custo de materiais, de forma conservadora, não foram considerados na construção do valor normal

A partir do preço da matéria-prima, foram acrescentadas despesas referentes aos gastos necessários para internalizar os insumos e leva-los até a porta da fábrica: impostos de importação, despesas de internação e frete. Destaca-se que a peticionária alegou que não seria correta a utilização das alíquotas de impostos da China, uma vez que dado às políticas públicas de estímulo ao setor de pneumáticos, estas poderiam não refletir preços de mercado. O Departamento não considerou válida essa alegação, uma vez que a definição de alíquotas de impostos de maneira geral não pode ser vista como uma distorção na economia, já que abrange todos os agentes econômicos daquele país. Dessa forma, utilizaram-se as alíquotas de impostos de importação (nação mais favorecida) da China do ano de 2017, obtidas a partir do sítio eletrônico Market Access Map do International Trade Centre UNCTAD/WTO, http://www.macmap.org/, acessado em 10 de maio de 2018, para internalização dos insumos.

Com obtenção dos preços das matérias-primas na fábrica, apurou-se o custo dos materiais para fabricação de um quilograma de pneu, com base na média dos coeficientes técnicas apresentados pelas empresas componentes da indústria doméstica, conforme quadro a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Custo Materiais

Matéria-prima	Preço na Fábrica (US$/kg)	Coeficiente Médio (kg/kg de pneu)	US$/kg de pneu
Borracha Sintética	2,27	[CONF.]	[CONF.]
Borracha Natural	2,36	[CONF.]	[CONF.]
Negro de Carbono	1,26	[CONF.]	[CONF.]
Arames	1,92	[CONF.]	[CONF.]
Tecidos	3,92	[CONF.]	[CONF.]
Químicos e outros	-	[CONF.]	[CONF.]
Total		[CONF.]	

Após obtenção dos custos de materiais, foram adicionados ao custo de fabricação os gastos referentes à mão de obra direta e indireta, às utilidades (energia elétrica, gás natural e outras), aos outros custos variáveis e aos custos fixos.

Quanto à mão de obra, a peticionária tomou como base a produção média mensal, em P5, por empregado direto e indireto, apurando-se o coeficiente técnico por empregado direto e indireto. Para se apurar o montante com mão de obra, a peticionária considerou os valores publicados pelo Ministério do Trabalho de Taipé Chinês, fonte de dados oficial e publicamente disponível, considerando o reajuste de 5% no salário mínimo ocorrido em 1º de janeiro de 2017, uma vez que o relatório utilizado apresentava dados até o ano de 2016.

Cabe destacar que os valores publicados pelo Ministério do Trabalho de Taipé Chinês são agregados em diversas colunas, sendo as seguintes relacionadas à remuneração de trabalhadores do setor manufatureiro: "average monthly earnings of manufacturing" e "average montlhy regular earnings of manufacturing". Diante da ausência de notas metodológicas, a peticionária optou por utilizar os dados da primeira coluna mencionada, por entender que "regular earnings" abrangeria apenas os salários, não computando qualquer outro benefício auferido pelo trabalhador. Destaca-se que diante da ausência de explicações acerca dos valores computados em cada rubrica, o Departamento de maneira prudencial optou por utilizar o valor mais baixo, registrado na coluna de "regular earnings". Os valores em novo dólar taiwanês foram convertidos para dólares estadunidenses com base na taxa de câmbio média para o ano de 2017 obtida no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

Quanto às utilidades, foram considerados o consumo de energia elétrica e gás natural por quilograma de pneu. Já para as demais utilidades (outros combustíveis e água), foram consideradas a participação desses custos no quilograma produzido pelas empresas supracitadas.

Os preços referentes à energia elétrica foram obtidos a partir da publicação Doing Business do Banco Mundial para Taipé Chinês no ano de 2017, que apresenta valor de 10,9 centavos de dólar estadunidense por quilowatt-hora. Já o valor do gás natural foi obtido a partir da publicação do Escritório de Energia, do Ministério de Assuntos Econômicos de Taipé Chinês, que apresenta o valor do gás natural para clientes industriais no ano de 2017, sendo o valor médio de NT$ 10,83/m^3 ou US$ 0,35/ m^3, convertido pela taxa de câmbio apontada anteriormente.

Quanto aos outros custos variáveis e os custos fixos, sem considerar mão de obra, a peticionária apresentou os valores tendo como base a participação de tais rubricas no custo de fabricação de cada quilograma de pneu, apurado conforme os dados das empresas [CONFIDENCIAL].

Após apuração do custo de produção, a peticionária para fins de apuração do valor normal acrescentou montantes referentes a despesas gerais e administrativas, despesas de venda, despesas de pesquisa e desenvolvimento e lucro, tendo como base os demonstrativos financeiros da empresa Cheng Shin Rubber, produtora do produto similar localizada em Taipé Chinês. Destaca-se que na resposta ao pedido de informação complementar foram apresentados os dados abrangendo o período de janeiro a setembro de 2017, compondo a maioria do período de análise de continuidade/retomada de dumping. Destaca-se que para fins de início da investigação, de maneira prudencial, o Departamento optou por não incluir as despesas com pesquisa e desenvolvimento, considerando que, dadas as características do produto objeto da medida antidumping e do produto similar, tendo como principal elemento para decisão de compra o preço de venda, são necessárias mais informações sobre a apropriação dessas despesas ao produto em tela. Conservadoramente, também não foram incluídas as despesas de venda. Os percentuais de despesa e lucro foram apurados a partir da representatividade no custo do produto vendido.

Com base nesses dados, apurou-se o valor normal construído, na condição ex fabrica para China.

Valor normal do pneu de automóveis

Em US$/kg

Rubrica\País	Taipé Chinês
1. Custos Variáveis	[CONF.]
1.1. Materiais	[CONF.]
- Borracha Sintética	[CONF.]
- Borracha Natural	[CONF.]
- Negro de Carbono	[CONF.]
- Arames	[CONF.]
- Tecidos	[CONF.]
- Químicos	[CONF.]
1.2. Utilidades	[CONF.]
- Energia Elétrica	[CONF.]
- Gás Natural	[CONF.]
- Outras Utilidades	[CONF.]
1.3. Outros Custos Variáveis	[CONF.]
2. Custos Fixos	[CONF.]
2.1. Mão de Obra	[CONF.]
3. Custo de Produção	[CONF.]
4. Despesas	[CONF.]
5. Lucro Operacional	[CONF.]
6. Valor Normal Construído	4,46

5.1.2. Do preço de exportação

Consoante item "iii" do Art. 5.2 do Acordo Antidumping, incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº1.355, de 30 de dezembro de 1994, a petição deverá conter informação sobre os preços pelos quais o produto em questão é vendido quando destinado ao consumo no mercado doméstico do país de origem ou de exportação ou, quando for o caso, informação sobre os preços pelo quais o produto é vendido pelo país de origem ou de exportação a um terceiro país ou sobre o preço construído do produto, e informação sobre o preço de exportação ou quando for o caso sobre os preços pelos quais o produto é vendido ao primeiro comprador independente situado no território do Membro Importador.

Para fins de apuração do preço de exportação dos pneus de automóvel da China para o Brasil, foram consideradas as respectivas importações brasileiras efetuadas no período de análise de indícios de dumping, ou seja, as importações realizadas de janeiro a dezembro de 2017. Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados tendo por base os dados detalhados das importações brasileiras, disponibilizados pela RFB, na condição FOB, excluindo-se as importações de produtos identificados como não sendo o produto objeto da investigação, conforme pode-se verificar no item 5.1 deste documento.

Preço de Exportação

Valor FOB (US$)	Volume (Kg)	Preço de Exportação FOB (US$/kg)
6.416.440,79	2.481.081,63	2,59

Desse modo, dividindo-se o valor total FOB das importações do produto objeto da investigação, no período de análise de dumping, pelo respectivo volume importado, em toneladas, apurou-se o preço de exportação de US$ 2,59/kg (dois dólares e cinquenta e nove centavos por quilograma), na condição FOB.

5.1.3. Da margem de dumping

A margem absoluta de dumping é definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping se constitui na razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

Deve-se ressaltar que tanto o valor normal apurado para a China, com base no valor normal construído, como o preço de exportação, apurado com base nos dados disponibilizados pela RFB, foram apresentados em condições adequadas para justa comparação para fins de início da presente investigação, considerando-se, para fins de início da investigação, que as despesas de entrega no mercado chinês seriam equivalentes às despesas para entrega no porto do produto a ser exportado.

Apresentam-se a seguir as margens de dumping absoluta e relativa apuradas para a China.

Margem de Dumping

Valor Normal US$/kg	Preço de Exportação US$/kg	Margem de Dumping Absoluta US$/kg	Margem de Dumping Relativa (%)
4,86	2,59	1,87	72,2%

5.1.4. Da conclusão sobre os indícios de continuação de dumping durante a vigência da medida

Tendo em vista a margem de dumping apurada para a China, considerou-se, para fins do início da revisão do direito antidumping em vigor, haver indícios suficientes da continuação da prática de dumping nas exportações de pneus de automóvel dessa origem para o Brasil.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

Ao tratar do desempenho do produtor/exportador, a peticionária inicialmente apresentou uma análise preliminar do funcionamento da economia chinesa. Destacou que em análises recentes, as autoridades dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE) concluíram que a China não operaria a partir de princípios de mercado. Destacou que o Departamento de Comércio dos EUA teria elaborado, em 26/10/2017, memorando5 sobre o status de não economia de mercado da China, e concluído que:

China is a non-market economy (NME) country because it does not operate sufficiently on market principles to permit the use of Chinese prices and costs for purposes of the Department's antidumping analysis. The basis for the Department's conclusion is that the state's role in the economy and its relationship with markets and the private sector results in fundamental distortions in China's economy.

Ressaltou que, no mesmo sentido, a União Europeia (UE) no documento "Commission Staff Working Document On Significant Distortions In The Economy Of The People's Republic Of China For The Purposes Of Trade Defence Investigations", teria concluído que o Partido Comunista Chinês e o Estado possuem um papel de liderança na governança econômica do país.

A peticionária destacou que estratégia chinesa para promover o rápido crescimento da sua economia é definida em suas políticas industriais, tanto de nível nacional quanto de nível local. A política industrial chinesa tem sido implementada através de uma série de "Planos Quinquenais", que permitem ao governo controlar o desenvolvimento econômico do país e implementar políticas específicas para apoiar a reestruturação e expansão de determinadas indústrias.

Apontou ainda que A Carta IEDI nº 582 resume as razões que explicam a alta competitividade industrial chinesa nos últimos anos:

No atual estágio de desenvolvimento, o baixo custo do trabalho na China explica muito pouco a competitividade industrial do país. Os salários na China poderiam, então, continuar crescendo, como vem acontecendo nos últimos anos, sem pôr em risco a expansão dos produtos chineses nos mercados internacionais. (...)

Ademais, a manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada, apesar de importante, não é capaz de explicar, sozinha, a evolução das exportações chinesas, que conseguem, inclusive, penetrar, cada vez mais, nos setores mais protegidos de seus parceiros comerciais. Assim, como se tem visto, a pressão da comunidade internacional pode até levar a uma valorização marginal da moeda chinesa sem ocasionar o encarecimento de suas exportações. Os baixos custos das empresas chinesas decorrem de extensivos e sistemáticos subsídios governamentais, contribuindo substancialmente para sua competitividade nos mercados globais.

A peticionária indicou também que a publicação dos EUA sobre o status de não economia de mercado da China, analisa os fatores que determinam a razão porque a China não seria uma economia de mercado, conforme abaixo resumido:

O governo chinês mantém controle e propriedade dos meios de produção com a prevalência de empresas com investimento estatal e com o sistema de uso e propriedade de terras. É significativo o volume de empresas estatais, além de grande parte dos recursos ser direcionado a setores de importância estratégica no país. A propriedade estatal garante o domínio do governo sobre a economia chinesa, uma vez que a grande maioria das empresas chinesas são de propriedade estatal ou tem um relacionamento muito próximo ao Estado. O Partido Comunista e, por extensão, o governo chinês, garante a adesão destas empresas à sua política industrial através de um sistema centralizado de nomeação dos administradores destas empresas. Além disso, para evitar a perda de seu controle, o governo chinês impõe restrições a investimentos estrangeiros em alguns setores.

O governo chinês mantém controle sobre a terra e meios de produção estratégicos. A terra na China é de propriedade do Estado, conforme previsto no art. 10, da Constituição chinesa: "Article 10 Land in the cities is owned by the state. Land in the rural and suburban areas is owned by collectives except for those portions which belong to the state in accordance with the law; house sites and private plots of cropland and hilly land are also owned by collectives. The state may in the public interest take over land for its use in accordance with the law. No organization or individual may appropriate, buy, sell or lease land, or unlawfully transfer land in other ways. All organizations and individuals who use land must make rational use of the land." Nos termos do referido dispositivo, portanto, e de modo geral, os terrenos localizados em áreas urbanas são de propriedade do governo central e os terrenos localizados em áreas rurais ou suburbanas são de propriedade dos governos rovinciais ou das "coletividades locais".10 A Decisão nº 40, do Conselho de Estado Chinês,11 etermina que os governos de todas as províncias, regiões autônomas e unicipalidades devem formular políticas sobre o uso da terra para implementar as políticas industriais chinesas.

Os recursos naturais são controlados por agências e políticas locais. Conforme o disposto no art. 3, da "Mineral Resources Law of the People's Republic of China", os recursos minerais existentes no território chinês são de propriedade estatal, a qual não é impactada pelo fato de que o uso do terreno onde eles se encontram eventualmente tenha sido conferido a uma empresa ou indivíduo. Os interessados em explorar tais recursos devem apresentar um pedido ao governo chinês e se registrar após receberem o direito de exploração. Dessa forma são implementadas políticas industriais que variam a provação e investimentos, standards de acesso, catálogos de orientação, apoio financeiro e restrições quantitativas. Por fim, o governo possui controle sobre os preços considerados como essenciais e estratégicos. Dentre os setores que possuem esse tipo de política, pode-se citar siderúrgico, químico e energia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A China ainda impõe barreiras significativas a investimentos, que incluem limites de capital próprio e requisitos de parceria local, aprovação e procedimentos regulatórios e transferência tecnológica e requisitos de localização. Os investimentos privados são governados de acordo com as prioridades e necessidade de investimento do governo chinês. A partir daí é decidido formas de apoio e limitação de investimento estrangeiro naqueles setores que o governo considera que é estrategicamente importante de manter o controle total.

Os salários são determinados por livre barganha entre trabalhador e empresariado. Não há sindicatos independentes para representar o trabalhador, bem como direito de greve, fator determinante em ações coletivas e negociações salariais. Todos os sindicatos estão sob o controle e direcionamento do "All-China Federation of Trade Unions"

(ACFTU).

O governo mantém controle sobre instituições financeiras, sendo que grande parte das operações ocorrem entre partes controladas pelo próprio estado. Os bancos chineses são regulados principalmente pela "China Banking Regulatory Commission" (CBRC), o mercado de ações e valores mobiliários é regulado pela "China Securities Regulatory Commission" (CSRC) e o mercado de seguros é regulado pela "China Insurance Regulatory Commission" (CIRC). Conforme consta no "China Banking Regulatory Commission 2014 Annual Report", o setor bancário chinês é altamente concentrado nas mãos dos cinco grandes bancos comerciais, controlados predominantemente pelo governo chinês. Os três "policy banks"15 e os 12 bancos "joint-stock"16 também têm uma participação relevante no sistema bancário chinês. A intervenção do governo chinês no sistema bancário não se dá apenas através da fixação de taxas de juros máximas e mínimas, sendo 87% dos ativos bancários são controlados pelo governo.17

O governo chinês tem desenvolvido um mercado de câmbio

estrangeiro. No entanto, o governo chinês ainda mantém restrições significativas em transações de conta capital e intervém no mercado onshore e offshore. O governo ainda mantém requisitos para a aprovação de transações da conta capital, não divulga os fatores utilizados para determinar a paridade de moedas com o RMB e intervém para limitar a extensão que a divergência entre mercados de câmbio estrangeiros onshore e offshore.

Em relação ao setor de pneumáticos e a fim de avaliar o potencial exportador da China, a indústria doméstica alegou que não dispunha de informação precisa sobre a capacidade produtiva e produção de pneus passeio na China. Não obstante, informou que, de acordo com a Tyre Press, em 2016, foram produzidos em torno de 600 milhões de unidades de pneus no país, muitos deles pneus para automóveis de passageiros. Já em 2017, estimou-se que foram produzidas 960 milhões de unidades de pneus no país e que a China seria a maior produtora mundial de pneus. A publicação também informa que o desenvolvimento da indústria automobilística chinesa, assim como o aumento das vendas internas de veículos, teria sido relevante para o aumento da demanda por pneus para carros novos e para o mercado de reposição.

A peticionária alegou que, de acordo com relatório da International Trade Comission dos Estados Unidos em análise de caso que apresentaria características similares ao caso presente, e que teria sido encerrado em 10 de agosto de 2015 com a condenação de produtores/exportadores chineses por práticas de dumping e subsídios, em 2014, aproximadamente 150 empresas foram identificadas como produtoras de pneus na China, sendo que 80 delas se identificaram como produtoras de pneus para automóveis de passageiros e "light trucks" ("PVLT"), com operações em 90 localidades. O relatório destaca que, de acordo com dados públicos da China Rubber Industry Association ("CRIA"), em 2014 a produção de PVLT na China teria sido estimada em 399 milhões de pneus, e as projeções para 2015 indicariam a produção de 418 milhões de PVLT em 2015.

A peticionária indicou ainda que o sítio eletrônico do Trademap indica que a China exportou 1.605.389 toneladas em P5 (janeiro a outubro) de produtos classificados sob a subposição 4011.10 do Sistema Harmonizado. Incluiu que, a despeito de tal código incluir outros produtos que não os investigados, mesmo uma fração deste montante seria significativa, se considerarmos que o mercado brasileiro, em P5, foi de cerca de 148 mil toneladas. Esses dados também denotariam que, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping no Brasil, muito provavelmente os pneus antes destinados para os mercados acima referidos seja direcionado para o mercado brasileiro.

Acrescentou que, além da medida aplicada pelo Brasil, os EUA aplicaram, em 10 de agosto de 2015, medida antidumping e medida compensatória contra as exportações de pneus de passageiros, o que constituiria claro indício da costumeira prática desleal de comércio.

Em relação ao setor de pneumáticos na China, a peticionária alegou que o setor possuiria uma política industrial voltado para os produtores de pneus intitulada "Tire Industry Policy". Neste sentido, alegou que, no caso da autoridade investigadora estadunidense, número C-570-041, Truck and Bus Tires from the People's Republic of China:

...the GOC [Governo da China] has a specific Tire Industry Policy to promote tire production, and "works such as investment management, land supply, environment evaluation, energy-saving evaluation, security permission, credit financing and power that are carried out by relevant departments on items including tire industry production construction and technology development should be based on this tire industry policy." The Tire Industry Policy, among other things, encourages "the development of safe, energy-saving, environmental protection, high-performance radial tires . . . and tubeless radial truck tires" and sets forth a target for the rate of truck tire radialization to reach 90% by 2015. Furthermore, the Tire Industry Policy states that "the cost of developing new technologies, new products and new techniques can enjoy preferential tax policies."

Under the Tire Industry Policy, in 2013, the China Rubber Industry Association "CRIA") drafted, and the GOC Ministry of Industry and Information Technology ("MIIT") published, Tire Industry Access Conditions, which tire enterprises must meet. MIIT has industry experts check tire enterprises, and then MIIT approves those enterprises that meet the Access Conditions. Once the tire enterprises are approved, they "will get the support of the national policies, banks, etc." (destaque nosso)

A peticionária alegou ainda que o objetivo da política chinesa seria alavancar o desenvolvimento da indústria petroquímica e renovação da política industrial e criar uma vantagem competitiva da indústria.

Chapter I Objective

Article 1 According to the needs of economic and social development, in accordance with the overall objectives of the development plan and petrochemical industry, through mergers and acquisitions, layout optimization, overall control, elimination of the outdated, technological innovation, energy conservation and other measures to actively promote the structural adjustment of tire industry and make it stronger.

Article 2 Adhere to the market-oriented, encourage backbone enterprises with comparative advantage, through the powerful combination, brand share, sales integration, etc., merger and reorganize the enterprises in difficulty and backward enterprises, and promote resources to the advantage of companies, promote the development of enterprise groups, improve industrial concentration, optimize the organizational structure; Guide the cluster development, optimize the layout structure; accelerate the elimination of backward production capacity, promote the product structure adjustment and upgrading.

Article 3 Encourage tire manufacturers to improve R & D capabilities, increase investment in research, carry out technical innovation, implement brand strategy, improve product technology and their core competitiveness.

Article 4 Regulate the conduct of all types of economic entities in tire production, distribution, consumption, etc., create a fair, unified market environment, establish the tire recall system and improve the standard of services.

Article 5 Develop recycling economy, improve the level of energy saving, pollution reduction and resource utilization; establish and improve the management of waste tire recycling system, and promote the coordinated development of production of new tires, tires refurbishment and recycling of waste tires.

A política industrial de pneumáticos motiva, inclusive, o desenvolvimento dos insumos produtivos:

Chapter IV Construction of complementary condition

Article 16 Encouraging tire enterprises to participate in the business of natural rubber planting and processing, optimizing the pretreating of natural rubber, improving process technology, products quality and logistics service level; leading the enterprises to "go out" and establishing natural rubber planting and processing bases at overseas. Perfecting and improving the reserve mechanism of natural rubber, strengthening future market construction of natural rubber, maintaining the smooth running of the domestic market of natural rubber.

Article 17 Speeding up the Development of isoprene rubber, halogenated butyl rubber and other varieties of rubber, increasing the variety brands of butadiene rubber, styrene butadiene rubber and other synthetic rubber, promoting the usage proportion and development and production capacity of synthetic rubber gradually.

Article 18 Actively encouraging the development and usage of new structure steel cord, high modulus and low shrinkage polyester cord fabric, high tenacity nylon cord fabric and other tire skeleton materials, accelerating the industrialization and application development of aramid fiber.

Article 19 Encouraging the development of environmental rubber auxiliaries, special carbon black, white carbon black and other raw materials.

Article 20 Encouraging the research and development of large and new type mixer unit, tread compound extrusion unit, wire rolling machine, cutting machine, steel wire tire cord radial tire molding machinery and tires semi-finished products, non-destructive testing of products, online testing inspection equipment and other key equipment of radial tire, promoting the production equipment and monitoring and control level.

Segundo a peticionária, o trecho anterior apresentaria motivação para o desenvolvimento de todas as principais matérias-primas do setor de pneumáticos: borracha sintética, borracha natural, negro de carbono e reforço metálico. Argumentou ainda que essa política já teria sido citada pelos EUA ao analisar casos de subsídios contra pneus de passeios em 11 de junho de 2015. Na ocasião, o Departamento de Comércio dos EUA concluiu que essa política motivava a indústria de pneumáticos e seus insumos de modo a reduzir drasticamente os custos da indústria local conforme detalhado a seguir confirmado na determinação final dos casos em questão:

1. "Notice of the Ministry of Industry and Information Technology on Issuing the Tire Industry Policy (Gong Chan Ye Zheng Ce {2010} No.2)," (Decision Memorandum for the Preliminary Affirmative CVD Determination) The "Notice of the Ministry of Industry and Information Technology on Issuing the Tire Industry Policy (Gong Chan Ye Zheng Ce {2010} No.2)," calls specifically for the use of loans in implementing the GOC's plans for the tire industry: "The works such as investment management, land supply, environment evaluation, energy-saving evaluation, security permission, credit financing and power that are carried out by relevant departments on items including tire industry production construction and technology development should be based on this tire industry policy." Additionally,

the "Catalogue of Chinese High-Technology Products for Export" of 2006

specifically lists "new pneumatic radial tire{s}, of rubber, of a kind used on motor cars (including station wagons and racing cars)" as products encouraged for export. Certain tire inputs, including synthetic rubber, are also among the "Encouraged Category" of projects listed in the "Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries (Amended in 2011)," a key component of the "Decision of the State Council on Promulgating the Interim Provisions on Promoting Industrial Structure Adjustment (No. 40 {2005} Guo Fa)," which contains a list of encouraged projects the GOC develops through loans and other forms of assistance, and which the Department relied upon

in prior specificity determinations.

[...]

Therefore, given the evidence demonstrating the GOC's objective of developing the tire sector, and producers of passenger tires in particular, through preferential loans, we preliminarily determine there is a program of preferential policy lending specific to producers of passenger tires within the meaning of section 771(5A)(D)(i) of the Act. We also preliminarily find that loans from SOCBs under this program constitute financial contributions, pursuant to sections 771(5)(B)(i) and 771(5)(D)(i) of the Act, because SOCBs are "authorities." The loans provide a benefit equal to the difference between what the recipients paid on their loans and the amount they would have paid on comparable commercial loans. To calculate the benefit from this program, we used the benchmarks discussed above under the "Subsidy Valuation Information" Section.20

[...]

3. Special Fund for Energy-Saving Technology Reform

(Final Decision Memorandum) According to the "Notice concerning organization and application for energy reward project for energy-saving and recycling economy in the year of 2012 by economic and trade commission in Putian City (Pushijingmao Energy {2012} No.57)," this grant is only given to companies that develop projects for "energy-saving and technological transformation, energy-saving and demonstration, recycling economy." According to Article 14 of the Tire Industry Policy, one of the main policy points is to "{v}igorously promote energy conservation and comprehensive utilization of resources. Guide and encourage tire manufacturers to combine informatization and industrialization and carry out technology transformation whose focus is variety increase, quality improvement, energy saving, pollution reduction and safety production."

Neste sentido, a peticionária argumentou que a política chinesa acima caracterizada influenciaria diretamente as matérias-primas, insumos, utilidades, bem como custo financeiro e operacional das empresas que atuam no setor de Pneus de Passeio na China. Além dos incentivos em razão da política voltada para o setor de pneumáticos, os principais insumos para a produção de pneus - borracha sintética, borracha natural, negro de carbono, reforço metálico, tecidos e químicos - também recebem influência do Estado em razão de fazerem parte de setores estratégicos da indústria chinesa, conforme os fatos a seguir:

a. A borracha está na lista de investimentos encorajados pelo governo chinês. Essas listas determinam a influência no fornecimento e determina a diretriz dada pelo governo;

b. O negro de fumo, é uma das variedades mais puras de carvão apresentando-se na forma amorfa, sendo mencionado que os recursos minerais existentes no território chinês seriam de propriedade estatal;

c. O reforço metálico que aqui se fala são os aços não ligados. Conforme investigações de subsídios nos EUA, UE e Brasil o setor siderúrgico é um dos setores prioritários da economia chinesa e, portanto, recipiente de uma série de subsídios e políticas de incentivo;

d. O 13º Plano Quinquenal inclui o "Textile industry development plan 2016-2020", que traz as diretrizes para o setor, incluindo segurança de fornecimento por meio de cooperação internacional

Conforme levantado pela UE, borracha e demais químicos estão englobados em produtos químicos. O setor químico chinês é um dos maiores do mundo e responsável por fornecer insumos a diversos outros setores. Consequentemente, é considerado estratégico pelo governo chinês. Grande parte das indústrias químicas são estatais.

Além dos insumos, as utilidades chinesas são controladas pelo Estado. Conforme o previsto no art. 35, da "Electric Power Law of the People's Republic of China", as tarifas de energia elétrica são fixadas com base em uma política centralizada. Confira-se: "The rates of electricity shall be based on a centralized policy, fixed in accordance with a unified principle and administered at different levels".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estas tarifas, porém seriam determinadas de acordo com a província a depender da situação local e objetivos políticos perseguido em cada província e categoria de cliente. Como grande parte da energia elétrica chinesa é produzida por empresas controladas pelo estado, o governo chinês utiliza os preços de energia para favorecer as empresas que estejam alinhadas com a sua política industrial. Além do incentivo à indústria diretamente, o 13º Plano Quinquenal (referente aos anos 2016 a 2020) é baseado em cinco pilares, quais sejam: inovação, abertura econômica, desenvolvimento sustentável, coordenação entre o espaço urbano e o rural e inclusão social. Conforme o relatório da UE30, este plano ainda estabelece o "Beltand Road Initiative" que motiva outros setores que estão ligados à indústria pneumática seja a montante (insumos) ou a jusante (automotivos), diretamente ligado aqui com a indústria pneumática:

We will encourage more of China's equipment, technology, standards, and services to go global by engaging in international cooperation on production capacity and equipment manufacturing through overseas investment, project contracting, technology cooperation, equipment exporting, and other means, with a focus on industries such as steel, nonferrous metals, building materials, railways, electric power, chemical engineering, textiles, automobiles, communications, engineering machinery, aviation and aerospace, shipbuilding, and ocean engineering.

Dessa forma, a peticionária pontuou que a política industrial chinesa de pneumáticos atua sobre forte intervenção estatal em toda a cadeia produtiva que se inicia com incentivos aos setores de químicos (borracha, químicos), siderúrgico, tecidos, motivado por uma política específica voltada para o setor de pneumáticos, culminando com o incentivo a setores que se utilizam de pneus. Adicionalmente, vale ressaltar a grande produção existente no país, conforme publicação especializada.

5.3. Da alterações nas condições de mercado e da aplicação de medidas de defesa comercial

Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio - OMC, verificou-se que no período de investigação o direito antidumping e as medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos da América às importações do produto similar originário da China permaneceram em vigor. Não foram observadas medidas adicionais aplicadas por outros membros da OMC no mesmo período.

5.4. Da conclusão acerca da continuação do dumping

A partir das informações anteriormente apresentadas, constatou-se haver indícios de continuação de dumping nas exportações de pneus de automóveis da China para o Brasil, realizadas no período de janeiro a dezembro de 2017

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de pneus de automóveis. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de retomada ou continuação de dano à indústria doméstica.

Assim, para efeito da análise relativa à determinação do início da investigação, considerou-se, de acordo com o § 4º do art. 48 do Decreto nº 8.058, de 2013, o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, dividido da seguinte forma: P1 - janeiro de 2013 a dezembro de 2017; P2 - janeiro de 2014 a dezembro de 2017; P3 - janeiro de 2015 a dezembro de 2017; P4 - janeiro de 2016 a dezembro de 2017; e P5 - janeiro de 2017 a dezembro de 2017.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de pneus de automóveis importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item tarifário 4011.10.00 da NCM, fornecidos pela RFB.

No item mencionado são classificadas importações de outros produtos distintos do produto objeto da medida antidumping. Por esse motivo, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais, de forma a se obterem os valores referentes ao produto objeto da medida antidumping. Foram desconsiderados os produtos que não correspondiam às descrições apresentadas no item 3.1, como por exemplo, pneus de construção diagonal e pneus com aros, séries e bandas distintos dos especificados.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de pneus de automóveis no período de investigação de retomada/continuidade de dano à indústria doméstica

Importações Totais (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	41,5	17,0	3,8	21,9
Total sob Análise	100	41,5	17,0	3,8	21,9
Argentina	100	102,1	58,9	69,7	66,4
México	100	101,4	142,5	104,1	268,8
Vietnã	100	271,8	260,9	263,0	371,4
Indonésia	100	91,3	22,7	16,1	47,0
Índia	100	209,6	164,5	34,5	130,8
Rússia	100	119,7	60,7	83,1	135,9
Sérvia	100	105,6	18,9	18,4	136,8
Demais Origens	100	32,6	10,6	11,0	7,3
Total Exceto sob Análise	100	82,2	48,1	43,4	65,9
Total Geral	100	74,9	42,6	36,3	58,0

Observa-se que de P1 para P4 houve quedas consecutivas nos volumes de importação da origem investigada, sendo de 58,5%, de P1 para P2, de 59%, de P2 para P3, e de 77,7% de P3 para P4. Na sequência houve incremento de 476,9%, de P4 para P5. Considerando os extremos da série houve queda de 78,1% de P1 para P5.

Em relação ao volume importado das origens não objeto do direito, também houve quedas consecutivas de P1 a P4, as quais corresponderam a 17,8%, de P1 para P2, de 41,4%, de P2 para P3, e de 9,9% de P3 para P4. Na sequência, houve incremento de 52% de P4 para P5. Ainda assim, considerando os extremos da série, houve queda de 34,1% de P1 para P5, no volume importado das origens não gravadas com o direito antidumping.

Constatou-se que as importações brasileiras totais de pneus de automóveis apresentaram contrações sucessivas de 25,1%, de P1 para P2, de 43,2%, de P2 para P3, e de 14,8%, de P3 para P4. No último período ocorreu incremento de 60%, de P4 para P5. Considerando todo o período de análise, houve queda de 42%, de P1 para P5.

6.1.2. Do valor e preço das importações

Visando a tornar a análise do valor das importações mais uniforme e considerando que o frete e o seguro, a depender da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, a análise foi realizada em base CIF.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações totais de pneus de automóveis no período de investigação de retomada de dano à indústria doméstica.

Valor das Importações Totais (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	38,0	14,0	2,8	15,9
Total sob Análise	100	38,0	14,0	2,8	15,9
Argentina	100	98,1	60,9	64,8	62,5
México	100	93,2	104,1	71,5	216,3
Vietnã	100	225,8	200,9	167,9	248,1
Indonésia	100	100,9	27,2	17,5	50,5
Índia	100	188,3	144,1	27,0	102,1
Rússia	100	114,3	44,2	51,8	88,0
Sérvia	100	112,9	15,2	14,5	105,2
Demais Origens	100	32,6	9,1	7,5	6,3
Total Exceto sob Análise	100	81,9	46,7	39,8	58,6
Total Geral	100	74,7	41,4	33,8	51,6

Verificou-se que o total importado das origens objeto do direito antidumping totalizou US$ 40.951,58 mil em P1, apresentando reduções sucessivas de 62%, de P1 para P2, de 63,1%, de P2 para P3, e de 79,8%, de P3 para P4, alcançando assim 1.157,85 (US$ mil) em P4. Na sequência houve incremento de 461,0%, de P4 para P5, chegando a US$ mil 6.495,53, representando retração de 84,1% em relação a P1.

Quando analisadas as importações das demais origens, foi observado retração de 18,1%, de P1 para P2, de 42,9%, de P2 para P3, e de 14,8%, de P3 para P4. Na sequência, houve aumento de 47,2% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se retração de 41,4% nos valores importados das origens não objeto do direito de P1 para P5.

O valor total das importações apresentou retração de 25,3%, de P1 para P2, de 44,6%, de P2 para P3, e de 18,4%, de P3 para P4. Na sequência, houve aumento de 52,8% de P4 para P5. Considerando todo o período de investigação, evidenciou-se retração de 48,4% no valor total das importações de P1 para P5.

Preço das Importações Totais (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
China	100	91,4	82,4	74,5	72,5
Total sob Análise	100	91,4	82,4	74,5	72,5
Argentina	100	96,1	103,4	92,9	94,1
México	100	91,9	73,1	68,7	80,5
Vietnã	100	83,1	77,0	63,8	66,8
Indonésia	100	110,5	119,8	108,6	107,4
Índia	100	89,9	87,6	78,5	78,1
Rússia	100	95,5	72,8	62,4	64,8
Sérvia	100	106,9	80,4	78,9	76,9
Demais Origens	100	99,8	85,4	68,6	85,6
Total Exceto sob Análise	100	99,7	97,1	91,8	88,9
Total Geral	100	99,8	97,3	93,1	89,0

Observou-se que o preço CIF médio por tonelada ponderado das importações brasileiras de pneus de automóveis objeto do direito antidumping apresentaram contrações sucessivas ao longo de todo o período de análise de dumping, sendo de 8,4%, de P1 para P2, de 9,8%, de P2 para P3, de 9,6%, de P3 para P4, de 2,8% de P4 para P5. Considerando o período de P1 a P5, o preço CIF médio das importações objeto do direito apresentou retração de 27,4%.

O preço CIF médio por tonelada ponderado de outros fornecedores presentou estabilidade com redução de 0,2% de P1 para P2, seguido por contrações de 2,6%, de P2 para P3, 5,6% de P3 para P4 e 3,1% de P4 para P5. Assim, considerando todo o período, houve queda de 11,1% de P1 para P5.

No que atine ao preço médio do total das importações brasileiras do produto em tela, observa-se que este apresentou quedas sucessivas de 0,2%, de P1 para P2, de 2,5%, de P2 para P3, de 4,2%, de P3 para P4, e de 4,5% de P4 para P5. Considerando todo o período, observou-se queda de 11%, de P1 para P5.

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de pneus de automóveis, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno, fornecidas na petição e confirmadas em verificação in loco, bem como as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas supra.

Mercado Brasileiro - (Em número índice, P1 = 100)

	Vendas Indústria Doméstica	Importações Objeto do Direito Antidumping	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	104,3	41,5	82,2	91,9
P3	99,2	17,0	48,1	75,4
P4	96,1	3,8	43,4	70,9
P5	95,8	21,9	65,9	79,9

Observou-se que o mercado brasileiro de pneus de automóveis apresentou quedas sucessivas equivalentes a 8,1%, de P1 para P2, 18%, de P2 para P3, e 5,9% de P3 para P4. No período seguinte, de P4 para P5, observou-se incremento de 12,7% no mercado brasileiro. Ao analisar os extremos da série, ficou evidenciada retração no mercado brasileiro de 20,1%.

6.3. Da evolução das importações

6.3.1. Da participação das importações no mercado

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de pneus de automóveis:

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número índice, P1 =100)

	Mercado Brasileiro (A)	Importações Objeto do Direito Antidumping (B)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (B/A)	Importações outras origen (C)	Participação no Mercado Brasileiro (%) (C/A)
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	91,9	41,5	45,2	82,2	89,4
P3	75,4	17,0	22,6	48,1	63,9
P4	70,9	3,8	5,4	43,4	61,1
P5	79,9	21,9	27,4	65,9	82,5

Observou-se que a participação das importações objeto do direito antidumping no mercado brasileiro apresentou retrações sucessivas de P1 para P4, sendo a diminuição observada de 4,2 p.p., de P1 para P2, de 1,7 p.p. de P2 para P3, de 1,3 p.p. de P3 para P4. No período seguinte, de P4 para P5, as importações objeto do direito apresentaram recuperação, crescendo 1,7 p.p., atingindo 2,1% de representatividade, representando retração de 5,5 p.p. na participação.

Já a participação das origens não gravadas com direito antidumping tiveram maior participação no mercado brasileiro e seu comportamento evoluiu de maneira semelhante ao das importações objeto do direito antidumping. Tais importações apresentaram retrações sucessivas de P1 a P4, quando atingiram sua menor participação, equivalente a 21,1%; na sequência houve de elevação de P4 para P5 equivalente a 8,1 p.p., atingindo 28,5% do mercado brasileiro.

6.3.2. Da participação das importações no mercado

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A tabela a seguir informa a relação entre as importações sujeitas ao direito antidumping e a produção nacional de pneus de automóveis.

Relação entre as Importações sob Análise e a Produção Nacional (em número índice, P1 = 100)

	Produção Nacional (kg)	Importações Origens Investigadas (kg)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	103,7	41,5	39,5
P3	101,0	17,0	17,3
P4	95,0	3,8	3,7
P5	97,4	21,9	22,2

A relação entre as importações investigadas e a produção nacional foi decrescente de P1 para P4, quando atingiu seu menor nível, equivalente a 0,3%, tendo apresentado elevação de P4 para P5 equivalente a 1,5 p.p. Desse modo, considerando todo o período observou-se retração de 6,3 p.p. de P1 para P5.

6.4. Da conclusão acerca das importações

No período de análise de retomada de dano, observou-se redução das importações objeto do direito antidumping:

a) em termos absolutos, tendo atingindo seu maior volume em P1 e o menor volume em P4;

b) em relação ao mercado brasileiro, uma vez que em P1 a participação era de 7,6%, tendo retraído para 0,4% em P4, quando atingiu seu menor nível de participação, e apresentando crescimento para 2,1% em P5, ainda assim, em inferior à participação alcançada em P1; e

c) em relação à produção nacional, pois, em P1, representavam 12,5%, tendo apresentado retração para 0,5%, em P4, e crescimento para 2,8%, em P5.

Apesar do incremento nas importações sob análise de P4 para P5, não se constatou, de P1 para P5, elevação destas importações, tanto em termos absolutos, como em termos relativos, ou em relação à produção e ao mercado brasileiro, o que demonstra a efetividade da medida aplicada.

Além disso, os preços médios em base CIF das importações originárias da China com indícios de continuação de dumping estiveram entre os mais baixos em todos os períodos analisados. Apenas os preços médios indonésios e indianos, em P1 e P2, e indianos e russos em P4 foram inferiores aos preços médios chineses, que, considerando todo o período, de P1 a P5, acumularam queda de 27,4%.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

De acordo com o disposto no art. 108 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano deve basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito e os demais fatores indicados no art. 104 do Regulamento Brasileiro.

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica compreendeu os mesmos períodos utilizados na análise das importações.

Ressalte-se que ajustes em relação aos dados apresentados pela empresa na petição de início e em resposta ao pedido de informações complementares foram efetuados, tendo em conta o resultado da verificação in loco realizada por equipe deste Departamento.

Como explicado anteriormente, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de pneus de automóveis das empresas Bridgestone, Continental e Pirelli. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados alcançados por 65% da produção nacional brasileira de pneus de automóveis durante o período de janeiro a dezembro de 2017.

Para a adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, atualizaram-se os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG-PA), da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice de preços médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de pneus de automóveis de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição e informações adicionais e confirmado durante a verificação in loco. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Vendas da Indústria Doméstica (em número índice, P1 = 100)

	Totais	Vendas no Mercado Interno	%	Vendas no Mercado Externo	%
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	103,7	104,3	100,6	89,7	86,6
P3	99,2	99,2	100,1	97,2	98,0
P4	96,0	96,1	100,1	93,3	97,2
P5	95,3	95,8	100,6	84,2	88,4

O volume de vendas de pneus de automóveis destinado ao mercado interno registrou crescimento de 4,3%, de P1 para P2, seguida de retrações consecutivas de 4,9%, de P2 para P3; e 3,1%, de P3 para P4; no período seguinte manteve certa estabilidade, com retração de 0,3%, de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno apresentou redução de 4,2%.

As vendas destinadas ao mercado externo, por sua vez, apresentaram redução de 10,3% de P1 para P2; seguida de aumento de 8,3% de P2 para P3, redução de 4,0%, de P3 para P4 e nova redução, de 9,8%, de P4 para P5. Considerando os extremos da série, essas vendas diminuíram 15,8%. As exportações da indústria doméstica, que em P1 representavam 4,6% do total de suas vendas, mantiveram certa estabilidade ao longo do período de investigação de dano, fechando em P5 com participação de 4,0%.

Com relação às vendas totais da indústria doméstica, observou-se crescimento de 3,7%, de P1 para P2, seguida de retrações consecutivas de 4,3%, de P2 para P3; e 3,2%, de P3 para P4; no período seguinte manteve certa estabilidade, com retração de 0,7%, de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, o volume de vendas da indústria doméstica apresentou redução de 4,7%.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número índice, P1 = 100)

	Vendas no Mercado Interno	Mercado Brasileiro	Participação
P1	100,0	100,0	100,0
P2	104,3	91,9	113,5
P3	99,2	75,4	131,7
P4	96,1	70,9	135,6
P5	95,8	79,9	119,9

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de pneus de automóveis registrou incrementos sucessivos equivalentes a 7,8 p.p. de P1 para P2, 10,5 p.p., de P2 para P3, e 2,3 p.p., de P3 para P4., na sequência apresentou retração de 9,1 p.p. de P4 a P5. Assim, ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se aumento nessa participação de 11,5 p.p

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

A capacidade efetiva de cada empresa que compõe da indústria doméstica foi apurada considerando-se as características dos equipamentos utilizados, os gargalos no processo produtivo e o mix de produção.

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade:

Capacidade Instalada e Produção

	Capacidade Instalada Efetiva (kg)	Produção (Produto Similar) (kg)	Produção (Outros Produtos) (kg)	Grau de Ocupação
P1	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	99,2	103,0	89,6	100,5
P3	106,6	101,8	106,4	96,6
P4	106,4	92,3	136,0	97,0
P5	109,4	98,0	139,2	98,9

O volume de produção do produto similar da indústria doméstica aumentou 3,0%, de P1 para P2, reduziu 1,2%, de P2 para P3, regrediu 9,4%, de P3 a P4, e aumentou 6,1% de P4 a P5. Também foi verificada retração de 2,0% quando considerados os extremos da série (P1 a P5).

A produção de outros produtos, que incluem outros tipos de pneus, reduziu 10,4%, de P1 para P2, na sequência apresentou elevações sucessivas equivalentes a 18,7% em P2, 27,8%, em P3, e 2,3% em P4, sempre em relação ao período anterior. Considerando os extremos da série, houve incremento de 39,2% de P1 para P5

O grau de ocupação da capacidade instalada, considerando todos os produtos, apresentou a seguinte evolução: aumento de de P1 para P2, retração de P2 para P3, aumento de P3 para P4 e aumento de P4 para P5. Quando considerados os extremos da série, observou-se queda.

7.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado.

Com relação às outras entradas/saídas e as importações/revendas, necessário destacar que o volume elevado em P5 se trata das vendas realizadas da Pirelli Pneus para a Pirelli Comercial, que não foram contabilizadas na coluna de vendas internas. Adicionalmente, dentro das outras entradas/saídas são também registradas [CONFIDENCIAL].

Estoque final (em número índice, P1 = 100)

	Produção	Vendas no Mercado Interno	Vendas no Mercado Externo	Importações (-) Revendas	Outras Entradas / Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0
P2	103,0	104,3	89,7	49,5	-	56,9
P3	101,8	99,2	97,2	(93,4)	-	78,4
P4	92,3	96,1	93,3	2.740,7	-	(3.965,6)
P5	98,0	95,8	84,2	10.241,9	-	(16.044,1)

O volume de estoque da indústria doméstica apresentou redução de 7,2% de P1 para P2, crescimento de 48,3% de P2 para P3, queda de 41,8% de P3 para P4, e crescimento de 46,2%, de P4 para P5. Ao se avaliar todo o período de análise de continuação ou retomada do dano, observou-se crescimento de 17,1%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção (em número índice, P1 = 100)

	Estoque Final	Produção	Relação
P1	100,0	100,0	100,0
P2	92,8	103,0	90,0
P3	137,6	101,8	135,1
P4	80,1	92,3	86,8
P5	117,1	98,0	119,6

A relação estoque final/produção apresentou redução de P1 para P2, crescimento de P2 para P3, queda de P3 para P4 e crescimento de P4 para P5. Considerando os extremos do período, de P1 a P5, a relação estoque final/produção acumulou crescimento.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

As tabelas a seguir apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial relacionados à produção e à venda de pneus de automóveis pela indústria doméstica.

Ressalte-se que o número de empregados total da empresa foi dividido entre funcionários de produção (direta e indireta) e administração e vendas com base nos [CONFIDENCIAL].

Com relação à massa salarial, [CONFIDENCIAL].

Número de Empregados (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	105,1	101,1	94,8	100,4
Administração e Vendas	100,0	114,2	93,6	133,5	112,5
Total	100,0	105,7	100,6	97,2	101,2

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção de pneus de automóveis apresentou oscilação durante o período investigado, registrando aumento de 5,1% de P1 para P2, queda de 3,9% de P2 para P3, nova queda de 6,2% de P3 para P4 e crescimento de 5,9% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção aumentou 0,4%.

No que diz respeito ao número de empregados ligados aos setores de administração e vendas, apresentou aumento de 14,2% de P1 para P2, queda de 18,0% de P2 para P3, crescimento de 42,6% de P3 para P4 e queda de 15,7% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção aumentou 12,5%.

O número total de empregados aumentou de 5,7% de P1 para P2, queda de 4,8% de P2 para P3, nova queda de 3,3% de P3 para P4 e crescimento de 4,0% de P4 para P5. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção aumentou 1,2%.

Produtividade por empregado (em número índice, P1 = 100)

Período	Empregados ligados à linha de produção	Produção (t)	Produção por empregado envolvido na linha da produção (t)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,1	103,0	98,0
P3	101,1	101,8	100,8

P4	94,8	92,3	97,3
P5	100,4	98,0	97,6

A produtividade por empregado envolvido na produção de pneus de automóveis reduziu 2,0% de P1 para P2, aumentou 2,8% de P2 para P3, caiu 3,4% de P3 para P4 e aumentou de de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, a produtividade por empregado retrocedeu 2,4%.

Massa Salarial (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	112,3	112,9	111,5	119,0
Administração e Vendas	100,0	118,0	113,1	109,9	48,3
Total	100,0	113,0	112,9	111,3	110,3

A massa salarial dos empregados da linha de produção apresentou elevações de 12,3%, de P1 para P2, e de 0,5%, de P2 para P3. Na sequência houve queda de 1,2%, de P3 para P4, e aumento de 6,7%, de P4 para P5. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à produção aumentou 19,0%.

A massa salarial total aumentou 13,0% de P1 para P2, recuou sucessivamente 0,1%, em P2; 1,4% em P3; e 0,9% em P4, sempre em relação ao período anterior. Assim, a variação da massa salarial total de P1 a P5 foi positiva em 10,3%.

7.6. Do demonstrativo de resultado

7.6.1. Da receita líquida

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita líquida de vendas do produto similar da indústria doméstica, conforme confirmado durante a verificação in loco. Ressalte-se que os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno estão deduzidos dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (em número índice, P1 = 100)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% total	Valor	% total
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
P2	[CONF.]	103,0	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
P3	[CONF.]	97,6	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
P4	[CONF.]	98,1	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
P5	[CONF.]	110,4	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

A receita líquida referente às vendas destinadas ao mercado interno registrou elevação de 3,0% de P1 para P2, queda de 5,3% de P2 para P3, aumento de 0,5% de P3 para P4 e crescimento de 12,6% de P4 para P5. Ao se considerarem os extremos da série, notou-se aumento de 10,4% da receita líquida de vendas no mercado interno.

Em relação à receita líquida obtida com as vendas no mercado externo, verificou-se que houve crescimento (29,5%) apenas entre P2 e P3. Nos demais períodos foram registradas reduções de 10,0% de P1 para P2, de 20,5% de P3 para P4 e de 25,4% de P4 para P5. Ao analisar o período de P1 para P5, observou-se decréscimo de 30,8%.

Por fim, a receita líquida total aumentou 2,4% de P1 para P2, retrocedeu 3,7% de P2 para P3, caiu 0,8% de P3 para P4 e cresceu 10,7% de P4 para P5. Ao se considerar o período de análise de dano como um todo (P1 a P5), esse indicador evoluiu positivamente em 8,2%.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 7.6.1 e 7.1 deste documento.

Preço Médio da Indústria Doméstica (em número índice, P1 = 100)

Período	Venda no Mercado Interno	Venda no Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	98,8	100,3
P3	98,3	119,9
P4	102,0	99,3
P5	115,2	82,2

Observou-se que o preço médio do produto similar doméstico diminuiu 1,2% de P1 para P2, caiu 0,5%, de P2 para P3, cresceu 3,8% de P3 para P4, aumentou 12,9% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, verificou-se aumento de 15,2% no preço médio da indústria doméstica no mercado interno.

No que diz respeito ao preço médio do produto vendido no mercado externo, houve aumento de 0,3% de P1 para P2 e de 19,5% de P2 para P3, reduções sucessivas de 17,2% e 17,3% de P3 para P4 e de P4 para P5 respectivamente. Considerando os extremos da série, observou-se redução de 17,8% nesse indicador.

7.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro obtidas com a venda de pneus de automóveis no mercado interno, conforme informado pela peticionária e confirmado durante o procedimento de verificação in loco.

Com o propósito de identificar os valores referentes à venda de pneus de automóveis, as despesas operacionais foram rateadas de acordo com a participação da receita líquida do produto similar na receita líquida total da empresa, excluídos os montantes de frete, comissões e outras despesas com vendas.

Demonstração de Resultados (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	103,0	97,6	98,1	110,4
CPV	100,0	101,2	99,5	95,0	110,1
Resultado Bruto	100,0	117,8	81,5	123,5	113,2
Despesas Operacionais	100,0	111,8	125,0	116,8	115,0
Despesas gerais e administrativas	100,0	133,5	126,1	134,3	105,3
Despesas com vendas	100,0	122,8	148,6	192,1	158,5
Resultado financeiro (RF)	100,0	66,4	127,0	54,6	87,6
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	(2,5)	(85,5)	(344,4)	65,6
Resultado Operacional	(100,0)	(71,5)	(413,5)	(72,6)	(127,2)
Resultado Operacional (exceto RF)	100,0	57,4	(372,1)	23,1	18,5
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	100,0	38,1	(279,7)	(95,4)	33,7

Margens de Lucro em número índice, P1 = 100

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	114,4	83,5	125,9	102,5
Margem Operacional	(100,0)	(69,4)	(423,9)	(74,1)	(115,3)
Margem Operacional (exceto RF)	100,0	55,7	(381,4)	23,6	16,7
Margem Operacional (exceto RF e OD)	100,0	37,0	(286,7)	(97,3)	30,5

O resultado bruto da peticionária auferido com a venda de pneus de automóveis no mercado interno cresceu 17,8% de P1 para P2, retrocedeu 30,9% de P2 para P3, aumentou 51,6% de P3 para P4 e caiu 8,3% de P4 para P5. Considerando o período como um todo, de P1 para P5, houve aumento de 13,2% no resultado bruto.

O resultado operacional da indústria doméstica foi negativo em todos os períodos tendo apresentado a seguinte variação: elevação de 28,5% de P1 para P2, redução de 478,5%, de P2 para P3, aumento 82,4%, de P3 para P4 e queda de 75,2%, de P4 para P5. Considerando os extremos da série observou-se redução de 27,2% no resultado operacional.

O resultado operacional sem resultado financeiro, que se apresentava positivo em P1, retrocedeu 42,6% de P1 para P2, retrocedeu outros 748,3% de P2 para P3, tornando-se negativo. Aumentou 93,8% de P3 para P4, tornando-se positivo. Na sequência, retrocedeu 20,1% de P4 para P5 mantendo-se ainda positivo. Considerando-se os extremos da série, este indicador acumulou redução de 81,5%.

O resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas sofreu reduções sucessivas de 61,9%, de P1 para P2, de 834,3%, de P2 para P3, quando se tornou negativo. Apresentou elevação de 65,9%, de P3 para P4, mantendo-se negativo, e elevação de 135,3%, de P4 para P5, tornando-se positivo. Assim, de P1 a P5, o prejuízo operacional sem resultado financeiro e outras despesas recuou 66,3%.

Observou-se que a margem bruta da indústria doméstica apresentou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, crescimento [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, retração de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, contata-se que a margem bruta da indústria doméstica cresceu [CONFIDENCIAL] p.p.

A margem operacional, por sua vez foi sempre negativa no período e registrou crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, crescimento [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4, retração de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, contata-se que a margem bruta da indústria doméstica retrocedeu [CONFIDENCIAL] p.p.

A margem operacional sem o resultado financeiro recuou [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2 e recuou outros [CONFIDENCIAL]p.p. de P2 para P3; aumentou [CONFIDENCIAL]p.p. de P3 para P4 e recuou [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 para P5. Considerando os extremos da série, de P1 para P5, a margem operacional sem o resultado financeiro recuou [CONFIDENCIAL]p.p.

A margem operacional sem o resultado financeiro e outras despesas recuou [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2 e recuou outros [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3; aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e aumentou outros 1,8 p.p. de P4 para P5. Considerando os extremos da série, de P1 para P5, a margem operacional sem o resultado financeiro recuou [CONFIDENCIAL] p.p.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a demonstração de resultados por quilograma vendido com vendas do produto similar no mercado doméstico.

Demonstração de Resultados Unitária (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	98,8	98,3	102,0	115,2
CPV	100,0	97,1	100,3	98,8	114,9
Resultado Bruto	100,0	113,0	82,1	128,5	118,1
Despesas Operacionais	100,0	107,1	125,9	121,5	120,1
Despesas gerais e administrativas	100,0	127,9	127,0	139,7	109,9
Despesas com vendas	100,0	117,7	149,7	199,8	165,4
Resultado financeiro (RF)	100,0	63,6	128,0	56,8	91,4
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	100,0	(2,4)	(86,1)	(358,3)	68,4
Resultado Operacional	(100,0)	(68,5)	(416,7)	(75,6)	(132,8)
Resultado Operacional (exceto RF)	100,0	55,0	(375,0)	24,1	19,3
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	100,0	36,5	(281,8)	(99,3)	35,1

O resultado bruto unitário auferido com a venda do produto similar doméstico no mercado brasileiro melhorou 13,0% de P1 para P2, recuou 27,3% de P2 para P3, cresceu 56,5% de P3 para P4, seguido de diminuição de 8,0% de P4 para P5. Na análise do período como um todo, o resultado bruto unitário aumentou 18,1%.

O resultado operacional unitário foi negativo em todos os períodos, apresentado o seguinte comportamento: reduções de 31,5%, de P1 para P2, e de 708,0%, de P2 para P3. Na sequência, aumentou 81,9%, de P3 para P4 e recuou 32,8%, de P4 para P5. Considerando os extremos da série, de P1 a P5, tal indicador recuou 32,8%.

O resultado operacional sem resultado financeiro por tonelada recuou 45,0%, de P1 para P2, recuou ainda 781,4%, de P2 para P3, aumentou 106,4% de P3 para P4, e se manteve constante de P4 para P5. Na análise do período como um todo, o prejuízo operacional sem resultado financeiro unitário diminuiu 64,9%.

7.7. Dos fatores que afetaram os preços domésticos

7.7.1. Dos custos

A tabela a seguir apresenta a evolução dos custos de produção associados à fabricação de pneus de automóveis pela indústria doméstica.

Evolução dos Custos (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
1 - Custos Variáveis	100,0	97,2	93,8	97,1	101,8
Matéria-prima	100,0	89,2	78,2	76,5	88,9
Borracha Natural	100,0	84,7	74,6	75,4	96,5
Borracha Sintética	100,0	89,2	83,8	85,6	94,8
Negro de fumo	100,0	94,6	69,0	56,1	65,8
Outros insumos	100,0	102,8	115,8	120,4	109,1
Arames	100,0	101,0	117,0	120,5	107,4
Tecidos	100,0	99,3	112,6	109,9	97,6
Quimícos	100,0	111,3	121,6	128,5	121,5
Outros	(100,0)	(207,0)	(226,5)	(112,8)	(157,2)
Utilidades	100,0	102,7	138,1	130,7	116,8
Energia Elétrica	100,0	103,9	170,6	161,5	132,9
Gás	100,0	101,4	98,2	92,0	96,7
Outros Combustíveis	100,0	99,8	96,0	95,8	97,7
Óleo	-	-	-	-	-
Água	100,0	111,2	43,6	59,6	49,6
Outros custos variáveis	100,0	107,5	98,4	112,2	118,9
Mão de obra direta	100,0	105,4	90,4	116,0	123,6
Mão de obra indireta	100,0	109,3	96,0	122,3	124,8
Manutenção	100,0	137,5	139,7	142,5	142,0
Materiais indiretos	100,0	106,6	98,9	115,7	105,7
Outros custos variáveis	100,0	76,7	79,4	46,6	73,2
2 - Custos Fixos	100,0	123,4	113,3	123,4	122,1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mão de obra direta	100,0	114,2	98,6	124,9	125,1
Depreciação	100,0	125,1	117,2	117,9	109,8
Outros custos fixos	100,0	127,2	118,4	127,4	131,4
3 - Custo de Produção (1+2)	100,0	99,9	95,8	99,7	103,9

O custo de produção por tonelada de pneus de automóveis diminuiu 0,1% de P1 para P2, recuou 4,1% de P2 para P3, aumentou 4,1%, de P3 para P4, elevou 4,2% de P4 para P5. Ao se considerar o período como um todo, o custo de produção total aumentou 3,9%.

7.7.1. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de análise.

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda

	Custo de Produção - R$ atualizados/(t)	Preço de Venda no Mercado Interno - R$ atualizados/(t)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	[CONF.]
P2	99,9	98,8	[CONF.]
P3	95,8	98,3	[CONF.]
P4	99,7	102,0	[CONF.]
P5	103,9	115,2	[CONF.]

Observou-se que a relação entre o custo de produção e o preço de venda da indústria doméstica diminuiu de P1 para P2, de P2 para P3, aumentou de P3 para P4, voltando a registrar redução de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, de P1 a P5, a relação custo/preço reduziu.

7.8. Do fluxo da caixa

A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa da indústria doméstica. Ressalte-se que os valores de caixa gerados no período correspondem à totalidade das operações da empresa, não somente aos resultados obtidos com vendas do produto similar.

Fluxo de Caixa (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	37,1	(34,6)	78,4	36,5
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(100,0)	(19,1)	(131,3)	(1,1)	(158,0)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(100,0)	(61,0)	238,1	(87,2)	(28,9)
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	24,2	27,4	342,6	(399,7)

Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da empresa recuou 75,8% de P1 para P2, cresceu 12,9% de P2 para P3, aumentou 1.151%. de P3 para P4, e caiu 216,7% de P4 para P5. Ao se analisar o período como um todo (P1 a P5), o caixa líquido total recuou 499,7%.

7.9. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica decorrente da totalidade das operações da empresa pelos ativos totais no último dia de cada período, constantes das demonstrações financeiras. Ou seja, o cálculo se refere aos lucros e ativos da empresa como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar doméstico.

Retorno sobre investimentos (mil R$)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	93,9	(62,5)	62,9	50,1
Ativo Total (B)	100,0	106,3	122,0	134,0	144,9
Retorno sobre o Investimento Total (A/B) (%)	100,0	88,4	(51,2)	47,0	34,6

Observou-se que a taxa de retorno sobre investimentos recuou de P1 para P2 e de P2 para P3, aumentou de P3 para P4, recuou de P4 para P5. Por fim, analisando os extremos da série, de P1 a P5, o retorno sobre investimentos diminuiu.

7.10. Da capacidade de captar recursos e investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, o Departamento calculou os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número índice, P1 = 100)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	118,7	97,3	92,6	87,0
Índice de Liquidez Corrente	100,0	127,1	91,0	87,5	75,8

O índice de liquidez geral diminuiu em todos os períodos analisados, sendo a contração de P1 para P5 de 13,5%. O índice de liquidez corrente, por sua vez, também diminuiu em todos os períodos da análise, contraindo-se 23,9% de P1 para P5.

7.11. Do crescimento da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi inferior ao volume de vendas registrado em P1 (-4,2%), e ao registrado em P4 (-0,3%).

Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de venda no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica não cresceu no período de revisão.

Além disso, frise-se que a redução de 4,2%, no volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno, foi acompanhada pela redução de 20,1%, de P1 a P5, do mercado brasileiro. Dessa forma, conclui-se que a indústria doméstica, apesar de não conseguir aumentar seu volume de vendas, aumentou sua participação no mercado brasileiro (aumento de 11,5 p.p.) devido à queda superior no mercado brasileiro e à redução da participação das importações investigadas no mercado brasileiro no mesmo período (-5,5 p.p.)

Dessa forma, conclui-se que a indústria doméstica não apresentou crescimento absoluto de suas vendas, apenas crescimento relativo em relação ao mercado brasileiro.

7.12. Da conclusão acerca dos indicadores da indústria doméstica

A partir da análise dos indicadores expostos neste documento, verificou-se que, durante o período de análise da continuação ou retomada do dano as vendas da indústria doméstica no mercado interno recuaram 4,2% na comparação entre P1 e P5. Tal redução, refletiu na queda nos resultados operacionais, que foram negativos em quatro dos cinco períodos analisados. Tais prejuízos também foram observados nos resultados operacionais excluindo-se os resultados financeiros e nos resultados operacionais excluindo-se os resultados financeiros e outras despesas operacionais.

Apesar da queda absoluta das vendas da indústria doméstica no mercado interno, evidenciada no item anterior, houve aumento na participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro (11,5 p.p. de P1 para P5, apesar da redução de 9,1 p.p. de P4 para P5). A produção de pneus de automóveis da indústria doméstica oscilou durante o período da análise, observando um decréscimo de 2% de P1 a P5. Esta redução foi acompanhada pela diminuição do grau de ocupação da capacidade instalada tanto de P1 para P5 (1,1 p.p.), enquanto de P4 para P5 observou-se incremento de 1,9 p.p.. Destaca-se que o grau de ocupação aumentou em decorrência do incremento da produção dos outros produtos, que apresentaram crescimento de 39,2% ao longo do período de análise de dano.

Por sua vez, os estoques aumentaram 17,1% de P1 para P5, apresentando crescimento relevante, de P4 para P5, com incremento de 46,2%. O número de empregados ligados à produção apresentou estabilidade ao longo do período analisado, de P1 a P5, com incremento de 0,4%, enquanto a massa salarial apresentou crescimento de 19%. A produtividade por empregado, por sua vez, reduziu 2,4% de P1 para P5, apresentando estabilidade, com contração de 0,3% de P4 para P5..

A receita líquida obtida pela indústria doméstica no mercado interno cresceu 10,2% de P1 para P5, motivada pelo incremento no preço da indústria doméstica, de 15,2%, a despeito da redução do volume de venda ao longo do período investigado (4,2% de P1 a P5). Observou-se redução da relação custo/preço de P1 para P5 visto que o incremento dos custos de produção (3,9% de P1 para P5) foi inferior ao incremento dos preços médios praticados pela indústria doméstica.

O resultado bruto foi positivo em todos os períodos da série, apresentando crescimento de 18,1% de P1 para P5, porém sendo observada contração de 8% de P4 para P5. A margem bruta apresentou evolução parecida, com estabilidade de P1 para P5, com incremento de [CONFIDENCIAL] p.p. e contração de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Já o resultado operacional se apresentou negativo em todos períodos, apresentando contração de 27,2% de P1 para P5 e 75,2% de P4 para P5. A margem operacional apresentou redução de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P5 e [CONFIDENCIAL]p.p. de P4 para P5. Comportamento semelhante foi apresentado pelo resultado operacional exceto o resultado financeiro, o qual apresentou redução de 81,5% de P1 para P5 e 20,1% de P4 para P5. A margem operacional sem as despesas financeiras reduziu [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P5 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Por sua vez o resultado operacional exceto o resultado financeiro e as outras despesas diminuiu 66,3% de P1 para P5 e cresceu 135,3% de P4 para P5, e a margem operacional sem as despesas financeiras e as outras despesas, a qual apresentou diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. de para P5, apresentando crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5.

Verificou-se que de P1 para P5, a indústria doméstica apresentou redução no volume de vendas, porém em proporção inferior à contração ao mercado brasileiro, o que permitiu crescimento na participação no mercado brasileiro. Tal crescimento decorreu com incremento do preço, porém tal melhoria não foi refletida no nas margens operacionais, que apresentaram deterioração no período, sendo necessário destacar que em P5 [CONFIDENCIAL].

Ao se observar o período de P4 para P5, verificou-se que as melhorias dos indicadores da indústria doméstica de P1 para P4 quase foram neutralizadas pela evolução no último interstício da análise, onde se observou contração de 0,3%, no volume de vendas da indústria doméstica, com incremento no preço de venda em 12,9% acompanhado por incremento no CPV em 16,2%, o que impactou negativamente as margens operacionais. Adicionalmente, a participação da indústria doméstica também apresentou forte retração, com queda de 9,1 p.p.

Dessa forma, pôde-se concluir pela continuidade do dano, uma vez constatada deterioração dos indicadores da indústria doméstica, especialmente quanto à lucratividade.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Nesse sentido, verificou-se que a indústria doméstica apresentou contração em seu volume de vendas, sendo a contração acumulada de 4,2% de P1 para P5. Por outro lado, essa contração foi em proporção inferior a contração do mercado brasileiro no mesmo período, que reduziu 20,1%. A evolução de tais indicadores, acarretou em crescimento na participação do produto similar nacional no mercado brasileiro, que atingiu 69,4% em P5, 11,5 p.p. superior a participação observada em P1. Ressalta-se, entretanto, que o maior nível de participação da indústria doméstica aconteceu em P4, quando essas vendas representaram 78,5% do mercado brasileiro. Essa evolução de P4 para P5, ocorreu em decorrência da contração das vendas da indústria doméstica, em 0,3%, apesar do crescimento de 12,7% no mercado brasileiro. Quanto à produção, acompanhando a evolução das vendas ao longo do período, este indicador apresentou contração de 2% de P1 para P5, o que não impediu que o estoque observado no final de P5 fosse 17,1% superior ao mesmo indicador em P1, sendo necessário destacar que a produção de P4 para P5 não acompanhou as vendas internas, o que acarretou em incremento nos estoques.

Ressalta-se que o crescimento relativo no mercado brasileiro foi acompanhando pelo incremento na receita líquida e no preço médio de venda no mercado interno, que cresceram 10,4% e 15,2%, respectivamente, de P1 para P5, que refletiram em incremento na margem bruta, [CONFIDENCIAL] p.p. no mesmo período. Por outro lado, a margem operacional líquida, a margem operacional líquida de receitas financeiras e a margem operacional líquida de receita financeiras e outras despesas apresentaram contração de [CONFIDENCIAL] p.p., [CONFIDENCIAL] p.p. e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente. Tal evolução reflete a evolução do CPV que de P1 para P5 apresentou crescimento de 14,8%. Nesse sentido, necessário destacar que tal evolução ocorreu em decorrência, principalmente, do crescimento de 14,8% de P4 para P5.

Diante de todo exposto, considerando que a indústria doméstica apresentou crescimento na sua participação no mercado brasileiro de P1 para P5, com incremento de preço e pequena deterioração de sua lucratividade, restou evidenciado que que o direito antidumping imposto ajudou a neutralizar o dano causado pelas importações objeto de dumping à indústria doméstica. Entretanto, verifica-se deterioração de P4 para P5 de indicadores da indústria doméstica, acompanhada pelo crescimento das importações objeto do direito, que cresceram 476,9%, representando ganho de 1,5 p.p. no mercado brasileiro, e das outras importações, que cresceram 52%, com ganho de 7,4 p.p., sendo necessário destacar que o preço internado das demais origens, com exceção da Argentina que apresenta preço próximo ao da indústria doméstica, é inferior ao preço do produto chinês internado.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme o exposto no item 6 deste documento, verificou-se que, de P1 a P5, houve redução do volume das importações objeto do direito antidumping, na proporção de 77,5%, o que ocasionou redução na participação no mercado brasileiro de 5,5 p.p., passando a representar 2,1 p.p. do mercado em P5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Verificou-se que em P1 as importações objeto do direito antidumping somaram 10.793,10 toneladas. Em P5 esse montante foi reduzido a 2.362,5 toneladas. Observa-se que a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondia a 7,6% no primeiro período analisado, sendo que essa participação em P5 equivale a 2,1%.

Ressalte-se que o preço das importações de pneus de automóvel da origem objeto do direito foi menor do que as demais origens em todos os períodos objeto da análise, estando inclusive subcotado em relação ao preço da indústria doméstica mesmo considerado o direito antidumping, conforme será detalhado no item 8.3.

Considerando o potencial exportador da origem investigada, conforme mencionado no item 5.2 deste documento, concluiu-se que caso o direito antidumping fosse extinto, muito provavelmente as importações de pneus de automóveis sujeitas ao direito antidumping cresceriam a preços subcotados, voltando a deslocar as vendas e a agravar o dano à indústria doméstica.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações a preços de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito das importações a preços de dumping sobre os preços da indústria doméstica deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado a preços de dumping em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto objeto de revisão é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço. Esta ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

A fim de se comparar o preço de pneus de automóveis importados da origem sujeita ao direito antidumping com o preço médio de venda da indústria doméstica no mercado interno, procedeu-se ao cálculo do preço CIF internado do produto importado da China no mercado brasileiro.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado da origem investigada, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Em seguida, foram adicionados: (i) o valor unitário, em reais, do Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o valor unitário do AFRMM calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, quando pertinente, (iii) os valores unitários das despesas de internação retirados da petição, conforme estimativa calculada pela peticionária (3% do valor CIF); e (iv) o valor unitário, em reais, do direito antidumping recolhido durante cada período, obtido também dos dados de importação da RFB.

Cumpre registrar que foi levado em consideração que o AFRMM não incide sobre determinadas operações de importação, como, por exemplo, aquelas via transporte aéreo e aquelas realizadas ao amparo do regime especial de drawback.

Por fim, os preços internados do produto exportado pela origem objeto do direito antidumping foram atualizados com base no IPA-OG, a fim de se obter os valores em reais atualizados e compará-los com os preços da indústria doméstica.

Já o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno foi obtido pela razão entre a receita líquida, em reais atualizados, e a quantidade vendida no mercado interno durante o período de investigação de continuação/retomada do dano.

A tabela a seguir demonstra o cálculo efetuado para cada período de investigação de continuação/retomada do dano:

Preço Médio CIF Internado e Subcotação (em número índice, P1 = 100)

	P1	P2	P3	P4	P5
Preço CIF (R$/t)	100,0	99,0	115,4	121,9	107,6
Imposto de Importação (R$/t)	100,0	97,7	117,1	118,8	47,4
AFRMM (R$/t)	100,0	94,2	95,2	71,2	96,5
Despesas de internação (R$/t)	100,0	99,0	115,4	121,9	107,6
Direito Antidumping (R$/t)	100,0	121,3	228,7	277,5	473,6
CIF Internado (R$/t)	100,0	100,7	124,8	133,9	131,3
CIF Internado (R$ atualizados/t) (a)	100,0	95,9	113,3	112,6	107,1
Preço da Indústria Doméstica (R$ atualizados/t) (b)	100,0	98,8	98,3	102,0	115,2
Subcotação (R$ atualizados/t) (b-a)	100,0	135,6	(93,0)	(33,0)	219,5

Da análise da tabela anterior, constatou-se que o preço médio CIF internado no Brasil do produto importado da China, quando considerado o direito antidumping, esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica em P1, P2 e P5. De P4 para P5, destaca-se que a ausência de subcotação evoluiu para a subcotação de todo o período de análise de dano, uma vez que o preço da indústria doméstica cresceu 12,9% e o preço CIF internado do produto objeto da medida reduziu 5%.

Considerando a evolução do preço da indústria doméstica, não foi possível observar depressão, uma vez que de P1 para P5 e de P4 para P5 houve incremento neste indicador. Por fim, não foi observada supressão, uma vez que os incrementos nos custos, de P1 para P5 (3,9%) e P4 para P5 (4,2%), foram acompanhados por incrementos de preços.

A tabela a seguir demonstra o cálculo efetuado para a origem objeto do direito antidumping, para cada período de investigação de continuação/retomada do dano, caso não houvesse cobrança do direito antidumping.

Subcotação sem direito antidumping - em número índice, P1 = 100

	P1	P2	P3	P4	P5
CIF Internado - sem direito antidumping	100,0	94,1	104,7	101,6	81,6
Preço da indústria doméstica	100,0	98,8	98,3	102,0	115,2
Subcotação (R$ atualizados/t)	100,0	125,2	62,2	104,5	305,5

Constata-se da análise da tabela anterior, que caso não houvesse a cobrança do direito antidumping, as importações do produto objeto da medida apresentariam subcotação em todos os períodos da análise de dano, sendo necessário destacar que a subcotação em P5, último período de análise de dano, seria a mais elevada, com um preço do produto investigado 40% inferior ao preço da indústria doméstica. Ademais, o preço CIF em dólares do produto objeto do direito em tela em P5 foi inferior ao preço de todas as demais origens que exportaram para o Brasil no mesmo período (vide item 6.1.2). Dessa forma, conclui-se que, na ausência do direito, as importações da origem gravada poderiam voltar a causar dano à indústria doméstica de forma significativa, dada a grande subcotação observada.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação acerca da probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de início da presente revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão.

Verificou-se que o volume das importações de pneus de automóveis da origem objeto do direito antidumping diminuiu consistentemente ao longo do período investigado. Com efeito, de P1 a P5, o volume dessas importações diminuiu em 78,1%, de modo que sua participação no mercado brasileiro saiu de 7,6% em P1 para 2,1% em P5.

Acerca dos resultados demonstrados pela indústria doméstica, verificou-se que de P1 para P5, houve aumento na participação no mercado brasileiro e no preço médio do produto similar, porém essa melhoria não foi refletida nas margens operacionais. Destaca-se que essa evolução, como apontado no parágrafo anterior, foi acompanhada pela queda nas importações objeto do direito antidumping. No entanto, no período de P4 para P5, essas importações voltaram a crescer (+476,5%), o que resultou em aumento da participação no mercado brasileiro nesse mesmo período (+1,7 p.p.). Adicionalmente, a sobrecotação registrada em P4 passou para subcotação em P5, a maior do período de análise de dano.

Ademais, conforme já analisado, a origem investigada apresenta considerável potencial para aumento de sua produção e vendas de pneus de automóveis para o Brasil.

Assim, apesar do direito antidumping imposto ter mitigado o dano causado pelas importações sujeitas à medida, conclui-se que há indícios de que a sua não renovação levaria muito provavelmente à retomada do dano causado pelas importações com indícios de continuação de dumping, dados os preços praticados nas exportações da China para o Brasil, a acentuada subcotação observada no item 8.3 deste documento e o elevado potencial exportador da origem objeto do direito.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

Conforme evidenciado no item 5.2, verificou-se que a estimativa de aumento da capacidade e da produção da China nos próximos anos deverá alterar as vendas externas da origem investigada, podendo resultar no aumento das exportações do produto objeto do direito para o Brasil.

A não prorrogação da medida antidumping atualmente em vigor, portanto, levaria ao aumento das importações pelo Brasil de pneus de automóveis de origem chinesa, com preços com indícios de continuação de dumping, ocasionando piora nos indicadores da indústria doméstica.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.6.1. Volume e preço de importação das demais origens

Verificou-se, a partir da análise das importações brasileiras de pneus de automóveis que as importações oriundas das outras origens diminuíram de P1 para P4 (17,8% em P2, 41,4% em P3, e 9,9% em P4, sempre em relação ao período anterior), e aumentaram 52%, de P4 para P5. Dentre essas importações, cabe destacar a existência de direitos antidumping aplicado às importações originárias da Coreia do Sul, Tailândia, Taipé Chinês e Ucrânia, que representaram 22,8% das importações totais em P1, e passaram a representar 0,3% em P5.

Entretanto, necessário destacar que em P5 as importações originárias das demais origens também apresentaram crescimento, com preço inferior ao preço do preço do produto objeto da medida, quando desconsiderado as importações originárias da Argentina, o que pode explicar em parte a deterioração dos indicadores da indústria doméstica em P5.

8.6.2. Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

A alíquota do imposto de importação aplicado às importações de pneus de automóveis esteve em 16% durante o período da revisão. Desse modo, eventual dano à indústria doméstica não poderia ser atribuído ao processo de liberalização dessas importações.

8.6.3. Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

O mercado brasileiro de pneus de automóveis apresentou contração ao longo do período de análise de dano, contraindo 20,1% de P1 para P5. Apesar dessa redução, a indústria doméstica foi capaz de apresentar ganhos relativos, aumentando sua participação em 11,5 p.p., uma vez que suas vendas apresentaram redução em menor intensidade, -4,2%. Destaca-se que no último interstício da análise, de P4 para P5, o mercado brasileiro apresentou recuperação, com crescimento de 12,7%, porém a indústria doméstica não foi capaz de acompanhar esse crescimento, apresentando contração de 0,3% no mesmo período, o que ocasionou redução de 9,1 p.p. na participação no mercado brasileiro nesse mesmo interstício.

De todo modo, não é possível descartar que a contração do mercado brasileiro ao longo do período de revisão tenha afetado os indicadores da indústria doméstica nesse mesmo período.

8.6.4. Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de pneus de automóveis pelo produtor doméstico e pelos produtores estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

8.6.5. Progresso tecnológico

Tampouco foi identificada a adoção de evoluções tecnológicas que pudessem resultar na preferência do produto importado ao nacional. O pneu de automóvel originário da China sujeito ao pagamento do direito antidumping e o fabricado no Brasil são concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

8.6.6. Desempenho exportador

Como apresentado neste documento, o volume de vendas de pneus de automóveis ao mercado externo pela indústria doméstica caiu tanto de P1 para P5 (-15,8%) quanto de P4 para P5 (-9,8%). Ressalte-se que, ao longo do período de análise de probabilidade de continuação ou retomada do dano, embora as exportações possam ter contribuído para o desempenho dos custos da indústria doméstica, sempre representaram percentual pequeno em relação às vendas totais da empresa, em torno de 4,4%.

8.6.7. Produtividade da indústria doméstica

A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, retrocedeu 2,4% de P1 para P5, apresentando leve recuperação no último período de análise. Essa redução está relacionada ao aumento do número de empregado (0,4%) ao longo de todo o período de análise de dano vis-à-vis à queda da produção (-2,0%) no mesmo período. Dessa forma, devido a melhora desse indicador no final do período, não se pode atribuir o dano à indústria doméstica à produtividade.

8.6.8. Importações ou a revenda do produto importado pela indústria doméstica

A indústria doméstica não registrou importação ou revenda de pneus de automóveis ao longo do período de investigação de continuação/retomada de dano. Portanto, eventual dano à indústria doméstica não poderia ser atribuído a tais importações/revendas.

8.6.9. Dos outros produtores nacionais

Como apontando no item 3 deste documento, a peticionária apresentou dados de três produtores nacionais do produto similar que representam em conjunto cerca de 65% da produção nacional, não tendo sido apresentados indicadores dos outros produtores nacionais. Considerando que o desempenho desses outros produtores nacionais pode ser relevante para a situação da indústria doméstica, ao longo do processo serão feitos esforços para obtenção e análise dessas informações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação ou retomada do dano

Ante a todo o exposto, percebe-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping, porém no último interstício, de P4 para P5, verifica-se incremento nessas importações com impactos sobre a lucratividade da indústria doméstica.

Considerando-se a existência de potencial para que a China incremente sua produção e vendas de pneus de automóveis para o Brasil e o preço provável dessas exportações para o Brasil na ausência do direito antidumping, concluiu-se que a não renovação do direito antidumping levaria muito provavelmente ao agravamento dos indicadores econômico-financeiros da indústria doméstica e à retomada do dano causado por tais importações.

Em face de todo o exposto, pode-se concluir, para fins de início desta revisão, pela existência de indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, haverá probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica decorrente das importações objeto do direito.

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante a análise precedente, há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levaria à continuação da prática de dumping nas exportações de pneus de automóveis originárias da China e à retomada do dano dela decorrente.

Propõe-se, desta forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de pneus de automóveis, comumente classificadas no item 4011.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Popular da China, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

Ministério da Integração Nacional

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO Nº 79, DE 26 DE JULHO DE 2018

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO).Relatório Circunstanciado do FCO-Exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2º, da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, toma público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, no art. 10, § 1º, incisos II e III, e § 2º, da Lei Complementar n. 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8º, inciso XII, alíneas "c" e "d", do Regimento Intemo, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve aprovar em ato de "ad referendum " do Conselho, o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FCO, formulado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao exercício de 2017, acompanhado do Parecer n. 06/2018-CONDEL/SUDECO, de 10.07.2018, da Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

CONSELHO DELIBERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ATO Nº 43, DE 26 DE JULHO DE 2018

Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO-exercício 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (CONDEL/SUDAM) considerando o disposto na Lei Complementar n. 124, de 03 de janeiro de 2007, e no uso das atribuições conferidas por meio do art. 4º, XII, "d" do Anexo I, do Decreto n. 8.275, de 27 de junho de 2014 e, do art. 8º, § 4º, do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM;

Considerando o prazo disposto no Anexo I, da Decisão Normativa TCU n.161, de 1 de novembro de 2017 e, considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolve comunicar:

Art. 1º A aprovação "Ad referendum", nesta data, do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO no exercício 2017, elaborado pelo Banco da Amazônia, consubstanciado na avaliação e nas medidas de ajustes necessárias constantes no Parecer n. 1/2018-CEP/CGEAP/DPLAN, de 23/04/2018 e no Parecer n. 2/2018-CGAVI/DGFAI, de 12 de julho de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM.

Art. 2º Autorizar que a Sudam encaminhe referido relatório ao Banco da Amazônia, acompanhado da decisão do Condel e dos Pareceres citados no art. 1º deste Ato.

Art. 3º A documentação técnica que dá suporte a esta decisão, de que trata o artigo primeiro, passa a integrar o presente ato.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser submetido ao Conselho Deliberativo na próxima reunião a ser realizada para conhecimento e ulteriores de direito.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

CONSELHO DELIBERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

RESOLUÇÃO Nº 122, DE 26 DE JULHO DE 2018

Aprova, "ad referendum" do Conselho Deliberativo da SUDENE, a Proposição nº 120/2018, que trata do Relatório de Resultados e Impactos - exercício de 2017, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 8º da Lei Complementar n. 125, de 3 de janeiro de 2007, o inciso XVI do art. 11 e art. 60 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como, o estabelecido pelo inciso III, art. 14º da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, torna público que, com base em pedido do Banco do Nordeste, instrumentalizado por Proposição apresentada pela SUDENE e considerando a urgência e relevância do assunto, resolve:

Art. 1º. Aprovar "ad referendum" do Conselho Deliberativo, a Proposição nº 120/2018, sancionada pela Diretoria Colegiada da SUDENE na 310ª reunião, de 19 de julho de 2018, que trata da aprovação do Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) - exercício de 2017.

Art. 2º. Autorizar a SUDENE a encaminhar o referido relatório, acompanhado da decisão deste colegiado, das Notas Técnicas n. 11/2018/DFIN/CGDF/CONF, de 5 de julho de 2018, e n. 004/DPLAN/CGCP, de 13 de julho de 2018, favorável à aprovação com ressalvas, às Comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em cumprimento ao disposto no § 4º, art. 20 da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, e à Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, de que trata o § 1º, art. 166 da Constituição Federal, cumprindo assim, o determinado pelo § 5º, art. 20 da mesma lei.

Art. 3º. A Proposição de que trata o artigo primeiro e a documentação técnica que lhe dá suporte, passam a integrar a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, devendo ser publicizada no sitio da SUDENE na internet, no endereço eletrônico www.sudene.gov.br..

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.110, DE 25 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 202 e 206, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.000415/1997-54, do Ministério da Justiça, resolve:

Revogar o ato que determinou a expulsão do Território Nacional de PETER MARTINO OWENS, de nacionalidade liberiana, filho de Peter Owens e de Odisa Owens, nascido em Monrovia, Libéria, em 6 de janeiro de 1965, constante do Decreto de 14 de maio de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 subsequente, posteriormente identificado como MARTIN CHUKA OKIGBO, de nacionalidade nigeriana, filho de Madubuko Okigbo e de Odisa Justina Okigbo, nascido em Onitsha, Nigéria, em 6 de setembro de 1965, tendo em vista a existência de prole brasileira, a teor do art. 55, inciso II, "a", da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.111, DE 25 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.004669/2016-69, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GILBERTO VALERIO ROMERO VISCARRA, de nacionalidade boliviana e paraguaia, filho de Gilberto Valerio Espinola e de Margarita Viscarra Cesperez, nascido em Santa Cruz de la Sierra, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 16 de janeiro de 1995, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.112, DE 25 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Ministro nº 460/2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68210, resolve

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ALFREDO JOSÉ RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 077.682.908-44.

GILSON LIBÓRIO

PORTARIA Nº 1.113, DE 25 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o Despacho nº 462/2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44520, resolve

Desprover o Recurso interposto por GLADSTONE AVELINO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 657.256.977-20, mantendo o indeferimento do Requerimento de Anistia, nos termos do parecer emitido na 175ª Sessão de Turma da Comissão de Anistia.

GILSON LIBÓRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 905, DE 25 DE JULHO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.002737/2018-19. Requerentes: Grupo Edson Queiroz ("GEQ")/Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda ("Indaiá") e Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda ("Nestlé Waters"). Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Yi Shin Tang, Raquel Cândido e Leonardo Peixoto Barbosa. Acolho a Nota Técnica nº 21/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 25 de julho de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 26 DE JULHO DE 2018

Nº 909. Ato de Concentração nº 08700.004416/2018-59. Requerentes: BCPE Max Dutch Bidco B.V., Gist-Brocades International B.V e DSM Sinochem Pharmaceuticals Pte. Ltd. Advogados: Bruno de Luca Drago e Milena Mundim. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 912. Ato de Concentração nº 08700.004351/2018-41. Requerentes: Veneza Negócios e Participações S.A. e Turvinho Participações Ltda. Advogados: José Carlos M. Berardo e Elen Lizas. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 916. Ato de Concentração nº 08700.004388/2018-70. Requerentes: Andorsi do Brasil S.A. e Predileto Investimentos S.A. Advogados: Guilherme Favaro Corvo Ribas, Enrico Spini Romanielo e Vinicius da Silva Ribeiro. Decido pela aprovação, sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 910, DE 25 DE JULHO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.003955/2018-71. Requerentes: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Instituto Biochimico Indústria Farmacêutica Ltda. Advogados: Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Ana Carolina Turato Carvalheira e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 13/2018/CGAA1/SGA1/Superintendência--Geral, de 25 de julho de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive com sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 26 DE JULHO DE 2018

Nº 917. Ato de Concentração nº 08700.002952/2018-10. Requerentes: Santa Helena Assistência Médica S.A., ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A., Sobam - Centro Médico Hospitalar S.A., Centro Médico Hospital Pitangueiras Ltda. e APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. Advogados: Vinicius Marques de Carvalho, Eduardo Frade Rodrigues e outros. Acolho o Parecer nº 6/2018/CGAA2/SGA1/SG, de 26 de julho de 2018, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 26 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Nº 129/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.025455/2018-87
Programa: "AGORA É DOMINGO"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rádio e Televisão Bandeirantes SA
CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra"AGORA É DOMINGO" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 09 de julho de 2018.
CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida.

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra "AGORA É DOMINGO" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência e linguagem imprópria, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

Nº 130/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.029358/2015-11
Programa: "O PURITANO DA RUA AUGUSTA"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: TV Brasil
CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "O PURITANO DA RUA AUGUSTA" com autoclassificação "livre", conforme requerimento protocolado em 30 de agosto de 2005.
CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida.

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra "O PURITANO DA RUA AUGUSTA" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência e drogas lícitas, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.192, DE 19 DE JULHO DE 2018

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria nº 47/SVS/MS, de 3 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Considerando a Portaria nº 1.201/GM/MS, de 3 de maio de 2018 que suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira maio de 2018, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de julho de 2018, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
BA	292660	Ribeira do Pombal
MG	316870	Timóteo
PE	260400	Carpina
SP	350210	Andradina
SP	353180	Monte Mor
SP	353760	Peruíbe

DESPACHO Nº 189, DE 25 DE JULHO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.022075/2011-33
INTERESSADOS: Núcleo Regional de Barbacena de Voluntários de Prevenção e Combate ao Câncer do Hospital Mário Penna
ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 197-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00777/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 02950/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 02993/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo Núcleo Regional de Barbacena de Voluntários de Prevenção e Combate ao Câncer do Hospital Mário Penna.

GILBERTO OCCHI
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 26 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 475ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 23 de outubro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.101703/2015-50	Unimed Patos de Minas Cooperativa de Trabalho Médicos	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 238, DE 25 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada- RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1° Fica aprovado o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação de medicamentos dinamizados industrializados, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 2° Esta Resolução tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos para o registro, a renovação de registro, as mudanças pós-registro e a notificação dos medicamentos dinamizados industrializados.

Seção II

Abrangência

Art. 3° Esta Resolução se aplica a medicamentos dinamizados industrializados.

§ 1° São considerados medicamentos dinamizados os medicamentos homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos, enquadrados em cada categoria conforme os critérios dispostos no art. 5º desta Resolução.

§ 2° Devem ser registrados os medicamentos dinamizados industrializados:

I - em formas farmacêuticas injetáveis; e

II - em qualquer forma farmacêutica, se:

a. contiverem tintura-mãe, em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado;

b. contiverem insumos ativos novos;

c. contiverem insumos ativos dinamizados em escala diferente da decimal ou da centesimal;

d. contiverem insumos ativos em potência fora da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

e. estiverem sujeitos à prescrição médica, nos termos desta Resolução.

§ 3° Devem ser notificados os medicamentos dinamizados industrializados que não se enquadrem nos termos do §2º deste art. 3º.

§ 4° O disposto neste regulamento não prejudica a aplicação da regulamentação específica a que estejam sujeitas substâncias entorpecentes, psicotrópicas e precursores ou qualquer outro produto submetido a controle especial.

§ 5° Não serão registradas como medicamentos dinamizados as associações de insumos ativos dinamizados ou de tinturas-mãe com insumos ativos de qualquer outra categoria, em uma mesma formulação ou em duas ou mais apresentações em uma mesma embalagem, para uso concomitante ou sequencial.

§ 6° Não são passíveis de registro ou notificação medicamentos dinamizados contendo insumos ativos em concentração que possa provocar reação tóxica aguda ou crônica.

Seção III

Definições

Art. 4° Para efeito deste Regulamento Técnico são adotadas as seguintes definições:

I - acorde de potência: mistura composta pelo mesmo insumo ativo em diferentes potências.

II - agitação ritmada: processo que consiste na agitação, manual ou automatizada, vigorosa e em ritmo determinado, de fármacos sólidos ou líquidos, solúveis, dissolvidos em insumo inerte adequado.

III - diluição: redução da concentração do insumo ativo pela adição de insumo inerte adequado.

IV - dinamização: processo de diluição seguida de agitação ritmada ou de sucussão ou trituração sucessiva do insumo ativo em insumo inerte adequado.

V - doença debilitante grave: aquela que prejudica substancialmente os seus portadores no desempenho das tarefas da vida diária e doença crônica que, se não tratada, progredirá na maioria dos casos, levando a perdas cumulativas de autonomia, a sequelas ou à morte.

VI - doenças não graves: doenças com evolução inexistente ou muito lenta, cujos sinais e sintomas devem ser facilmente detectáveis pelo paciente, seu cuidador ou pelo farmacêutico, sem necessidade de monitoramento laboratorial ou consulta com o prescritor.

VII - droga: matéria-prima de origem mineral, vegetal, animal, biológica ou sintética, utilizada como insumo ativo ou para sua preparação.

VIII - Histórico de Mudanças do Produto (HMP): formulário no qual deverão ser registradas informações a respeito do histórico anual do produto.

IX - insumo ativo: é a droga, a tintura-mãe ou a forma farmacêutica derivada, a partir do qual é obtido o medicamento dinamizado.

X - insumo ativo novo: é qualquer insumo ativo que não conste em pelo menos duas das referências bibliográficas citadas na lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 27, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

XI - forma farmacêutica derivada: preparação oriunda do insumo ativo, obtida por diluições em insumo inerte adequado, seguido de agitação ritmada ou de sucussões ou triturações sucessivas, conforme a farmacotécnica homeopática, antroposófica ou anti-homotóxica.

XII - formas farmacêuticas comparadas: medicamentos dinamizados de uma mesma empresa que tenham a mesma forma farmacêutica, os mesmos excipientes, o mesmo local de fabricação, o mesmo processo de fabricação e as mesmas especificações de embalagem primária, desde que não possuam nenhum insumo ativo em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado.

XIII - medicamento dinamizado: medicamento preparado a partir de insumos ativos dinamizados ou de tintura-mãe, com finalidade preventiva, paliativa ou curativa, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica.

XIV - medicamento dinamizado composto: aquele que contém mais de um insumo ativo dinamizado, tintura-mãe ou, ainda, que contém acordes de potência, ainda que somente de um insumo ativo, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica.

XV - medicamento dinamizado simples: aquele que contém apenas um insumo ativo dinamizado ou tintura-mãe em uma única potência, a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica e antroposófica.

XVI - mudanças múltiplas concomitantes: mudanças decorrentes de uma mudança principal prevista nesta Resolução.

XVII - mudanças múltiplas paralelas: duas ou mais mudanças simultâneas e diretamente relacionadas protocoladas conjuntamente.

XVIII - potência: indicação quantitativa do número de etapas de sucessivas dinamizações a que foram submetidos os insumos ativos da preparação.

XIX - procedimento ordinário: é o procedimento de peticionamento pós-registro que requer protocolo e que depende de manifestação favorável da Anvisa para a implementação da alteração;

XX- procedimento simplificado: é o procedimento de peticionamento pós-registro a ser utilizado exclusivamente para as petições que são classificadas como de implementação imediata por este regulamento;

XXI - sucussão: processo que consiste na agitação vigorosa e ritmada, no sentido vertical, contra anteparo semirrígido, de forma manual ou automatizada, do insumo ativo dissolvido em insumo inerte adequado.

XXII - tintura-mãe (TM): preparação farmacêutica líquida, resultante da ação dissolvente ou extrativa de um líquido adequado sobre um determinado insumo ativo, conforme farmacotécnica descrita nos compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA para medicamentos dinamizados.

XXIIII - trituração: processo de redução do insumo ativo a partículas menores, visando dinamizá-lo, por meio de processo automatizado ou manual, utilizando lactose ou outro insumo inerte previsto especificamente para esse fim em compêndio elencado nos incisos do art. 6º desta Resolução.

Seção IV

Enquadramento

Art. 5° Para fins de enquadramento nas diferentes categorias de medicamentos dinamizados deve ser observada a seguinte classificação:

I - são enquadrados como medicamentos dinamizados homeopáticos aqueles cuja indicação terapêutica seja definida com base nos fundamentos da Homeopatia e que sejam elaborados de acordo com a farmacotécnica homeopática.

II - são enquadrados como medicamentos dinamizados antroposóficos aqueles preparados conforme a farmacotécnica antroposófica ou aqueles cuja indicação terapêutica seja definida com base nos fundamentos da Medicina Antroposófica, ainda que preparados de acordo com a farmacotécnica homeopática.

III - são enquadrados como medicamentos dinamizados anti-homotóxicos aqueles que tenham suas indicações terapêuticas definidas segundo os conceitos da Homotoxicologia e sejam elaborados de acordo com a farmacotécnica homeopática ou anti-homotóxica.

Seção V

Disposições gerais

Art. 6º Devem ser utilizadas como referência para os métodos de produção e controle de qualidade das drogas, dos excipientes, dos insumos ativos e dos medicamentos dinamizados industrializados, as edições vigentes das seguintes farmacopeias e compêndios:

I - Farmacopeia Homeopática Brasileira;

II - Farmacopeia Homeopática Alemã (GHP/HAB);

III - Farmacopeia Homeopática Americana (HPUS);

IV - Farmacopeia Homeopática Britânica (BHP);

V - Farmacopeia Homeopática Mexicana;

VI - Farmacopeia Homeopática Indiana;

VII - Farmacopeia Europeia (Ph. EUR.);

VIII - Farmacopeia Francesa (PhFr); ou

IX - Código Farmacêutico Antroposófico (APC).

§ 1º São admitidas, no âmbito desta Resolução, apenas as escalas e métodos de dinamização aplicáveis ao uso do medicamento conforme os fundamentos da Homeopatia, da Antroposofia ou da Homotoxicologia, previstos nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX, deste art. 6º, ficando vedada a interconversão entre escalas.

§ 2º A escala e o método de dinamização dos insumos ativos devem ser descritos utilizando-se as abreviaturas e símbolos constantes da Farmacopeia Homeopática Brasileira, edição vigente.

§ 3º Na ausência de monografia ou método geral nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste art. 6º, poderão ser utilizadas como referências para o controle de qualidade das drogas, dos insumos ativos e das formas farmacêuticas, as farmacopeias constantes da Resolução - RDC nº 37, de 6 de julho de 2009, que trata da admissibilidade das farmacopeias estrangeiras, ou suas atualizações.

§ 4° Para o controle de qualidade de excipientes que tenham monografia inscrita nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste art. 6º, as farmacopeias constantes da Resolução - RDC nº 37, de 6 de julho de 2009 poderão ser utilizadas como referência, desde que essa opção seja justificada tecnicamente e que os ensaios e especificações exigidos sejam tão ou mais restritivos do que aqueles constantes da monografia inscrita nas farmacopeias e compêndios elencados nos incisos I a IX deste art. 6º.

§ 5º A justificativa da necessidade de desenvolvimento de método analítico próprio para o controle de qualidade de drogas, de insumos ativos, de excipientes e do medicamento dinamizado deve ser apresentada no momento do pedido de registro ou pós-registro junto à Anvisa e, nesse caso, deverá ser realizada a validação, que deve ser conduzida de acordo com a Resolução - RDC nº 166, de 25 de julho de 2017, ou suas atualizações.

§ 6º Para medicamentos dinamizados notificados que possuam insumos não inscritos em farmacopeias e compêndios oficiais, a justificativa da necessidade de desenvolvimento de método analítico próprio para o controle de qualidade de drogas, de insumos ativos, de excipientes e do medicamento dinamizado, bem como a validação, que deve ser conduzida de acordo com a Resolução - RDC nº 166, de 25 de julho de 2017, ou suas atualizações, devem estar disponíveis, podendo ser objeto de controle sanitário pela Anvisa, inclusive em inspeções de notificação.

Art. 7º Não será admitida a adição de corantes, flavorizantes e essências à formulação de medicamentos dinamizados.

§ 1º O uso de edulcorantes em medicamentos dinamizados é restrito àqueles essenciais para a obtenção da forma farmacêutica, desde que expressamente permitidos para uso em medicamentos dinamizados pelas farmacopeias ou pelos compêndios oficiais constantes do art. 6º desta Resolução.

§ 2º Para medicamentos dinamizados sujeitos a registro, a possibilidade de adição de outro tipo de excipiente será analisada individualmente pela Anvisa e estará restrita àqueles essenciais para a obtenção da forma farmacêutica.

Art. 8º A indicação terapêutica de medicamentos dinamizados compostos poderá ser dada considerando a indicação individual de cada um dos componentes do medicamento e deve ser comprovada a racionalidade da associação.

CAPÍTULO II

DA RESTRIÇÃO DE VENDA DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 9º A restrição de venda de medicamentos dinamizados industrializados é definida de acordo com os seguintes critérios:

I - são de venda sob prescrição médica, os medicamentos dinamizados industrializados:

a) em formas farmacêuticas injetáveis;

b) em qualquer forma farmacêutica, exceto as de uso tópico, cuja composição contiver pelo menos um dos insumos ativos em potência fora da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018.

II - são de venda sem prescrição médica, os medicamentos dinamizados industrializados:

a) em quaisquer formas farmacêuticas não injetáveis, cuja composição contiver todos os insumos ativos em potência compreendida dentro da faixa descrita na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018;

b) em formas farmacêuticas de uso tópico.

§ 1º Em qualquer caso, se a indicação terapêutica estiver relacionada à condição que requeira acompanhamento médico para fins de prevenção, diagnóstico ou tratamento, o medicamento será classificado como de venda sob prescrição médica.

§ 2º No caso de insumo ativo, escala ou potência que não conste na Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, caberá ao interessado submeter no processo de registro, para análise e aprovação da Anvisa, a proposta de restrição de venda, instruída com os dados de segurança e eficácia disponíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DA NOTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 10. A notificação de medicamentos dinamizados industrializados, mediante procedimento eletrônico, será realizada em sistema específico, disponível no sítio eletrônico da Anvisa.

§ 1º Apenas as empresas fabricantes, que cumprem as Boas Práticas de Fabricação e Controle, ou as empresas importadoras, que cumprem as Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento, e que estão devidamente autorizadas/licenciadas pela Autoridade Sanitária competente, podem notificar e fabricar os produtos abrangidos por esta Resolução, mediante habilitação da empresa no sistema de notificação simplificada.

§ 2º A habilitação de que trata o § 1º deste art. 10 é efetivada pela indicação da Resolução que publicou o respectivo certificado ou do expediente de solicitação de renovação do certificado, de acordo com a linha de produção, sendo que, nesse último caso, a situação da empresa no Banco de dados de Inspeção da Anvisa deverá estar satisfatória para a linha de produção que se pretende habilitar.

§ 3º A notificação tem validade de 5 (cinco) anos, contados da data da liberação da notificação no sistema eletrônico, e deve ser renovada a cada 5 (cinco) anos, respeitando os prazos estabelecidos no § 2º do art. 8º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

§ 4º Para renovação da notificação, a empresa responsável deverá declarar que o medicamento dinamizado foi comercializado, em cada potência ou associação de potências, durante pelo menos o tempo correspondente aos dois terços finais do último período de validade da notificação, devendo manter disponíveis para apresentação à autoridade sanitária, sempre que solicitado, inclusive durante inspeções, as notas fiscais, emitidas no País, que comprovem tal comercialização.

§ 5º As informações apresentadas na notificação de medicamentos dinamizados, bem como o conteúdo de toda documentação inserida no sistema e produzida durante o processo de fabricação desses produtos, são de responsabilidade da empresa responsável pela notificação e serão objeto de controle sanitário pela Anvisa, inclusive em inspeções de notificação.

§ 6º Caso seja constatada irregularidade na notificação do medicamento dinamizado, a área da Anvisa responsável pela concessão da notificação procederá ao cancelamento da notificação ou à suspensão cautelar da fabricação do medicamento, a depender da gravidade da irregularidade, sem prejuízo das demais sanções administrativas e penais a que a empresa esteja sujeita.

§ 7º A notificação de medicamento dinamizado está sujeita à Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.

§ 8º Antes da notificação de medicamento dinamizado, o solicitante deve requerer à Farmacopeia Brasileira a inclusão dos insumos ativos na lista da Denominação Comum Brasileira (DCB), caso ainda não estejam presentes nessa lista.

§ 9º O medicamento dinamizado notificado somente poderá ser fabricado e comercializado após a notificação no sistema eletrônico.

Art. 11. Os medicamentos dinamizados notificados devem conter somente insumos ativos constantes da Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018, nas escalas nela indicadas e em potências compreendidas na faixa por ela determinada para cada insumo.

Art. 12. Os medicamentos dinamizados notificados somente podem conter excipientes previstos nas farmacopeias e compêndios oficiais descritos nos incisos do art. 6º desta Resolução, observadas as limitações impostas pelo art. 7º desta Resolução.

Art. 13. Somente podem ser notificados medicamentos dinamizados de venda sem prescrição médica.

Art. 14. A indicação terapêutica dos medicamentos dinamizados notificados deve ser a definida na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, publicadas por meio da Instrução Normativa nº 25, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

§ 1º A indicação terapêutica deve ser redigida exatamente conforme descrita na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples.

§ 2º Para medicamentos dinamizados simples cujo insumo ativo conste no Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, edição vigente, desde que esse insumo ativo não esteja presente na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, deve ser adotada a indicação terapêutica dele constante, desde que possa ser enquadrada como de venda sem prescrição médica e, nesse caso, devem ser observados os seguintes critérios:

I - a indicação terapêutica será composta por "Auxiliar no tratamento dos sintomas " ou "Auxiliar no alívio dos sintomas" seguido do texto exato do tópico "Indicações" da monografia do insumo ativo inscrita no Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, à exceção da descrição das modalidades, condições de agravação e melhora, cuja inclusão é facultativa; e

II - para medicamentos dinamizados simples anti-homotóxicos ou antroposóficos, caso a indicação constante do Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira não seja aplicável à utilização do insumo ativo conforme os fundamentos e princípios dessas terapêuticas, deve ser solicitada à Anvisa a inclusão na Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, conforme procedimento definido pela Instrução Normativa nº 25, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

§ 3º É vedada a adoção de indicação terapêutica para medicamentos dinamizados simples notificados que contenham insumo ativo não constante da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples, publicada por meio da Instrução Normativa nº 25, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações ou do Formulário Homeopático da Farmacopeia Brasileira, edição vigente.

§ 4º A atualização da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos ou da Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples poderá ser solicitada à Anvisa, conforme procedimento definido pela Instrução Normativa nº 25, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

Art. 15. Cada forma farmacêutica do medicamento dinamizado deve ser notificada individualmente.

§ 1º Quando se tratar de medicamento dinamizado simples deverá ser informada cada uma das potências em que será fabricado e comercializado o medicamento, devendo ser mantida a mesma indicação terapêutica.

§ 2º Quando se tratar de medicamento dinamizado composto deve ser feita uma notificação individual para cada associação de potências a ser fabricada e comercializada pela empresa.

Art. 16. Os medicamentos dinamizados notificados deverão adotar nome, conforme Resolução - RDC nº 59, de 10 de outubro de 2014, que dispõe sobre os nomes dos medicamentos, seus complementos e a formação de famílias de medicamentos, ou suas atualizações.

Parágrafo único. No caso de medicamentos dinamizados simples, o nome poderá ser a Denominação Comum Brasileira, acrescida o nome da empresa responsável pela notificação.

Art. 17. No momento da notificação de medicamentos dinamizados, a empresa deve disponibilizar eletronicamente no sistema de notificação as seguintes informações:

I - todos os locais de fabricação, caso a empresa solicite a notificação de medicamento produzido em mais de um local de fabricação concomitantemente;

II - os insumos ativos do medicamento notificado;

III - a potência e a escala de cada insumo ativo;

IV - a forma farmacêutica da apresentação notificada;

V - o prazo de validade do medicamento;

VI - o relatório do estudo de estabilidade acelerado concluído e do estudo de longa duração em andamento ou do estudo de longa duração concluído, para 3 (três) lotes do medicamento, realizados conforme a Instrução Normativa nº 4, de 11 de abril de 2007, ou suas atualizações; e

VII - o layout dos rótulos das embalagens primária e secundária e de bula.

§ 1º Será admitida a existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, apenas se os insumos ativos de cada um deles atenderem às mesmas especificações técnicas e, no caso do insumo ativo ser tintura-mãe ou forma farmacêutica derivada, apenas se for fabricado de acordo com o mesmo processo produtivo farmacopeico.

§ 2º A documentação técnica que comprova o atendimento do disposto no § 1º deste art. 17 deve estar disponível na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.

§ 3º Ao notificar qualquer medicamento dinamizado junto à Anvisa, a empresa, assume completamente a responsabilidade sobre a veracidade das informações apresentadas.

Art. 18. Somente poderão ser comercializados medicamentos dinamizados que correspondam às exatas condições informadas na notificação.

Parágrafo único. Caso seja necessário realizar qualquer alteração dos dados informados na notificação, a empresa responsável deve cancelar a notificação anterior e realizar uma nova.

Art. 19. Todos os documentos que compõem o relatório técnico descrito na Seção III, à exceção apenas da subseção III do Capítulo IV desta Resolução, são requeridos para medicamentos dinamizados notificados e devem estar disponíveis na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Seção I

Das medidas antecedentes ao registro

Art. 20. Antes do peticionamento do registro de medicamento dinamizado, o solicitante deve requerer à Farmacopeia Brasileira a inclusão dos insumos ativos na lista da Denominação Comum Brasileira (DCB), caso ainda não estejam presentes nessa lista.

Seção II

Da documentação

Art. 21. Todos os documentos deverão ser encaminhados em via impressa e numerada, conforme Resolução - RDC nº 25, de 16 de junho de 2011, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo de documentos no âmbito da Anvisa, ou suas atualizações.

§ 1º O solicitante do registro deve adicionar à documentação impressa mídia eletrônica contendo todos os documentos completos que instruem a petição, em arquivos no formato pdf, que permitam busca textual e uso das ferramentas de cópia e colagem.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste art. 21 não se aplica aos casos em que esteja prevista a submissão dos documentos exclusivamente em meio eletrônico.

Art. 22. Toda documentação expedida por autoridades sanitárias ou governamentais em idioma estrangeiro, à exceção do inglês e do espanhol, usada para fins de registro deve ser acompanhada de tradução juramentada.

Art. 23. O pedido de registro de medicamento nos termos desta Resolução deve ser individual, por forma farmacêutica.

Art. 24. O pedido de registro do medicamento deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - formulários de petição devidamente preenchidos, carimbados e assinados;

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, ou isenção, quando for o caso; e

III -relatório técnico.

§1° No caso de a empresa fabricante do medicamento dinamizado ser diferente da requerente do registro, inclusive nos casos de terceirização de etapas da produção, a empresa fabricante deverá atender ao disposto nos §§ 3° e 4º deste art. 24 e deve ser apresentado, da empresa fabricante, o documento descrito no inciso III deste art. 24, no que for aplicável.

§ 2° Os documentos devem ser juntados à petição de registro na ordem disposta nesta Resolução e, logo depois da folha de rosto da petição, deve ser inserido índice dos documentos apresentados, com indicação da página e volume em que se encontra cada documento.

§ 3° Para registro do medicamento, é requerido CBPF, válido, emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento dinamizado será fabricado, ou deve ser apresentada cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF.

§ 4º A falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.

§ 5° É obrigatório o envio de documentação técnica e legal disposta neste art. 24 referentes a todos os locais de fabricação, caso a empresa solicite o registro de medicamento dinamizado produzido em mais de um local de fabricação concomitantemente.

§ 6º As informações contidas em rótulos, bulas e embalagens devem estar em idioma português.

§ 7º A apresentação pelo requerente de qualquer documento técnico não explicitamente solicitado nesta norma deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a sua relevância para a análise técnica, caso contrário será desconsiderado na análise da petição.

Seção III

Do relatório técnico

Art. 25. O relatório técnico deve conter as seguintes informações:

I - escala e potência de cada insumo ativo;

II - layout dos rótulos das embalagens primária e secundária;

III - layout de bula;

IV- relatório de produção;

V - relatório de controle da qualidade;

VI - relatório de segurança e eficácia;

VII - relatório do estudo de estabilidade;

VIII - nome e descrição da responsabilidade de cada fabricante e de cada local de fabricação proposto, envolvidos na produção, no controle de qualidade ou nos estudos de estabilidade, inclusive terceirizados; e

IX - dados de identificação dos fabricantes qualificados para cada insumo ativo.

§ 1º Será admitida a existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo apenas se os insumos ativos de cada um deles atenderem às mesmas especificações técnicas e, no caso do insumo ativo ser tintura-mãe ou forma farmacêutica derivada, apenas se for fabricado de acordo com o mesmo processo produtivo farmacopeico.

§ 2º A documentação técnica que comprova o atendimento do disposto no § 1º deste art. 25 deve instruir a petição de registro do medicamento.

Subseção I

Do relatório de produção

Art. 26. O relatório de produção deve conter as seguintes informações:

I - forma farmacêutica;

II - descrição detalhada da fórmula completa, conforme a DCB ou, em sua ausência, a Denominação Comum Internacional (DCI) ou a denominação utilizada no Chemical Abstracts Service (CAS), nessa ordem de prioridade;

III - descrição da quantidade de cada componente expressa no Sistema Internacional de Unidades (SI) por unidade farmacotécnica, indicando sua função na fórmula, bem como a potência e escala, no caso dos insumos ativos;

IV - método de produção do medicamento dinamizado, incluindo método de produção do insumo ativo, caso seja produzido pelo fabricante do medicamento dinamizado, método de obtenção das potências intermediárias e do produto acabado, com descrição detalhada de todas as etapas do processo de produção, inclusive por meio de fluxograma, contemplando os equipamentos utilizados identificados por princípio de funcionamento (classe) e desenho (subclasse) com suas respectivas capacidades;

V - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial no qual os métodos de produção estão descritos;

VI - métodos e especificações de controle em processo;

VII - tamanho do lote-piloto e definição do tamanho do lote industrial; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - descrição dos critérios de identificação do lote industrial.

Subseção II

Do relatório de controle da qualidade

Art. 27. O relatório de controle da qualidade deve apresentar as seguintes informações:

I - dados sobre o controle da Encefalopatia Espongiforme Transmissível (EET), conforme legislação específica vigente sobre o assunto.

II - os métodos de análise e as especificações dos insumos ativos, dos excipientes, do produto a granel, quando for o caso, e do produto acabado;

III - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial, em que os métodos de análise estão descritos;

IV - laudos de análise dos insumos ativos, dos excipientes e do produto acabado, emitidos pelo fabricante do medicamento, contendo o método utilizado, especificação e resultados obtidos;

V - laudos de análise dos insumos ativos, emitido pelo fabricante do insumo, com informação sobre a procedência e rastreabilidade da droga empregada e contendo o método utilizado, que deve estar descrito nas farmacopeias e compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa, especificação e resultados obtidos;

VI - laudos de análise dos excipientes, emitido pelo fornecedor, contendo o método utilizado, especificação e resultados obtidos; e

VII - descrição do material de embalagem primária e secundária e respectivos laudos de análise, emitidos pelo fabricante do medicamento, contendo métodos, especificações e resultados.

§ 1º Para o controle de qualidade de insumos ativos e excipientes, bem como do produto acabado, a monografia farmacopeica deve ser integralmente atendida, se disponível, sendo que deve ser apresentada justificativa técnica fundamentada, para os casos de não realização de qualquer dos ensaios previstos na monografia, justificativa essa que será avaliada pela Anvisa.

§ 2º Para insumos ativos de origem vegetal, deve ser apresentada:

I - a avaliação de micotoxinas, a ser realizada quando, em documentação técnico-científica, for citada a necessidade dessa avaliação ou quando houver relatos da contaminação da espécie por micotoxinas;

II - a determinação de resíduos de agrotóxicos e afins, que deve ser realizada conforme definido pela Resolução - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, ou suas atualizações, e que poderá ser dispensada para aqueles insumos comprovadamente obtidos a partir de espécies vegetais oriundas da agricultura orgânica; e

III - o laudo de análise, contendo método, especificação e resultados, do controle de qualidade da droga vegetal que deu origem à tintura-mãe ou a outro derivado extrativo utilizado como insumo ativo no produto acabado.

§ 3º Para os insumos ativos de origem animal, deve ser apresentada documentação emitida por profissional habilitado, que permita a comprovação da identificação do animal utilizado, conforme classificação zoológica, bem como atestado das condições de saúde do exemplar ou de suas partes, e das condições em que foi realizado o seu processamento.

§ 4º Para o controle de qualidade do produto acabado devem ser realizados todos os ensaios aplicáveis à forma farmacêutica.

§ 5º Para medicamentos dinamizados que contenham tintura-mãe de origem vegetal em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado, deve ser apresentado laudo de análise do produto acabado, indicando o método utilizado, especificação e resultados obtidos para os ensaios abaixo descritos:

I - perfil cromatográfico, acompanhado da respectiva imagem em arquivo eletrônico reconhecido pela Anvisa, com comparação que possa garantir a identidade das matérias-primas vegetais;

II - análise quantitativa dos marcadores específicos de cada espécie ou controle biológico; e

III - justificativa técnica da opção por marcadores ativos ou analíticos.

§ 6º Nos casos previstos no §5º deste art. 27, para associações de espécies vegetais em que a determinação quantitativa de um marcador por espécie não é possível, poderão ser apresentados os perfis cromatográficos que contemplem a presença de ao menos um marcador específico para cada espécie na associação, complementado pela determinação quantitativa do maior número possível de marcadores específicos para cada espécie.

§ 7º Nos casos previstos no §5º deste art. 27, para associações de espécies vegetais em que a identificação de marcadores não seja possível para alguma espécie no produto acabado, devem ser apresentados:

I - a justificativa da impossibilidade técnica de identificação na associação de um marcador específico de determinada espécie;

II - a documentação comprobatória de que os métodos analíticos normalmente aplicados em diferentes comprimentos de onda (ou em outro parâmetro analítico avaliado) para a identificação na associação foram investigados;

III - a identificação dos marcadores nas espécies vegetais, durante o controle em processo, quando a identificação ainda for possível;

IV - a identificação realizada imediatamente antes da introdução das tinturas-mãe no produto acabado;

V - os estudos de desenvolvimento do produto e dos lotes piloto, incluindo os perfis analíticos durante a adição gradual das tinturas-mãe; e

VI - o controle do registro dos lotes (histórico dos lotes).

§ 8º Em qualquer caso, se o insumo ativo estiver em diluição menor que 1 (uma) parte para 10.000 (dez mil) partes de veículo no produto acabado, é requerida a apresentação de método, especificação e resultados para os ensaios de identificação e teor do insumo ativo no medicamento dinamizado ou justificativa técnica da inviabilidade da realização desses ensaios.

§ 9º No caso de existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, deverá ser apresentado laudo de controle da qualidade de 3 (três) lotes do produto acabado produzido com insumo ativo de cada um dos fabricantes qualificados.

Subseção III

Do relatório de segurança e eficácia

Art. 28. O relatório de segurança e eficácia deve apresentar a comprovação da indicação terapêutica, segundo os fundamentos da Homeopatia, Homotoxicologia ou Antroposofia, conforme a categoria em que o medicamento dinamizado se enquadre, bem como as informações de segurança.

§ 1° Para comprovação da segurança e eficácia de medicamentos dinamizados deve ser utilizada a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada pela Instrução Normativa nº 27, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

§ 2° Para comprovação da segurança e eficácia de medicamentos dinamizados deve ser apresentada a inscrição de cada insumo ativo em, no mínimo, duas referências, dentre as elencadas no § 1º deste art. 28, de acordo com a categoria em que se enquadrem, sendo que uma referência não pode citar como fonte primária outra referência já utilizada na comprovação.

§ 3º No caso de insumo ativo, potência ou escala que não constem da Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados, publicada por meio da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018, caberá ao interessado no registro comprovar a eficácia e segurança do insumo ativo na potência e escala pretendidas, por meio da Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada pela Instrução Normativa nº 27, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações ou, caso se trate de insumo ativo novo, por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos que comprovem a sua segurança e eficácia na potência e escala pretendidas.

§ 4º Se o medicamento dinamizado contiver tintura-mãe em sua composição, deve ser apresentada comprovação de que esse uso está previsto nos compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa para medicamentos dinamizados e de que esses medicamentos se destinam à utilização conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica.

§ 5º Para medicamentos dinamizados compostos deve ser demonstrada a racionalidade da associação proposta.

§ 6º Para medicamentos dinamizados que adotarem as indicações terapêuticas previstas nos anexos da Instrução Normativa nº 25, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações, desde que todos os insumos ativos estejam em potências compreendidas na faixa estabelecida no anexo I da Instrução Normativa nº 26, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações, é dispensada a apresentação do relatório de segurança e eficácia.

§ 7º As indicações terapêuticas de medicamentos dinamizados somente poderão se referir ao tratamento de doenças debilitantes graves se forem apresentados estudos não clínicos e clínicos que comprovem a sua segurança e eficácia.

§ 8º Os estudos a que se referem os §§ 3º e 7º deste art. 28 devem ser realizados com o próprio medicamento ou, no caso de existirem em documentação técnico-científica, estão sujeitos à avaliação individual, pela Anvisa, quanto à qualidade e à representatividade do estudo, devendo ser demonstrado que foram realizados com o mesmo insumo ativo ou a mesma associação de insumos ativos, a mesma via de administração, a mesma forma farmacêutica, a mesma indicação terapêutica e a mesma posologia do medicamento que se pretende registrar.

§ 9° Os estudos não clínicos a que se referem os §§ 3º e 7º deste art. 28 devem ser realizados seguindo, como parâmetro mínimo, a última versão publicada pela Anvisa do Guia para a condução de estudos não clínicos de toxicologia e segurança farmacológica necessários ao desenvolvimento de medicamentos, considerando as especificidades dos medicamentos dinamizados.

§ 10 Os estudos clínicos a que se referem os §§ 3º e 7º deste art. 28 devem ser conduzidos de acordo com as Boas Práticas Clínicas e com a Resolução - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil.

§ 11 Todos os estudos clínicos conduzidos em território nacional para fins de registro de medicamento devem ser submetidos à aprovação prévia da Anvisa, segundo a Resolução - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, ou suas atualizações.

Subseção IV

Do relatório do estudo de estabilidade

Art. 29. A empresa solicitante do registro deve apresentar relatórios de estudo de estabilidade acelerado concluído acompanhado de estudo de estabilidade de longa duração em andamento ou de estudo de estabilidade de longa duração já concluído, de três lotes-piloto, todos de acordo com o Guia para a realização de estudos de estabilidade para medicamentos dinamizados, publicado pela Anvisa por meio da Instrução Normativa nº 4, de 11 de abril de 2007, ou suas atualizações.

Parágrafo único. No caso de existência de mais de um fabricante qualificado para o insumo ativo, deve ser apresentado relatório de estudo de estabilidade para 3 (três) lotes do medicamento produzidos com insumo ativo de cada um dos fabricantes qualificados, não sendo admitida, nesse caso, a adoção do conceito de formas farmacêuticas comparadas.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO E NOTIFICAÇÃO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS IMPORTADOS

Art. 30. Os fabricantes ou seus representantes que pretenderem comercializar medicamentos dinamizados produzidos em território estrangeiro, além de cumprir os requisitos desta Resolução referentes à fabricação nacional, devem apresentar:

I - autorização da empresa fabricante para o registro, a representação comercial e o uso da marca no Brasil, quando aplicável, ou justificativa da ausência desse documento;

II - métodos de análise, as especificações e os laudos de análise de controle da qualidade realizados pelo importador, de acordo com a forma farmacêutica e apresentação, para o produto acabado, a granel ou na embalagem primária; e

III - comprovação do registro do medicamento, emitida pelo órgão responsável pela vigilância sanitária do país de origem.

§ 1º Na impossibilidade de apresentação do documento solicitado no inciso III, deve ser apresentada comprovação de registro em vigor, emitida pela autoridade sanitária do país em que seja comercializado ou autoridade sanitária internacional e aprovado em ato próprio da Anvisa.

§ 2° Para registro ou notificação do medicamento, é requerido CBPF, válido, emitido pela Anvisa, para a linha de produção na qual o medicamento dinamizado será fabricado, ou deve ser apresentada cópia do protocolo de solicitação de inspeção para fins de emissão do CBPF.

§ 3º Para protocolo do pedido de registro, no caso de a Anvisa ainda não ter realizado inspeção na empresa fabricante, será aceito comprovante do protocolo de solicitação de inspeção sanitária à Anvisa, acompanhado de cópia do CBPF válido, por linha de produção, emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária do país fabricante.

§ 4º A Anvisa poderá efetuar a inspeção da empresa fabricante no país ou bloco de origem.

§ 5º A falta do CBPF válido não impedirá a submissão do pedido de registro, mas impedirá sua aprovação.

§ 6º A falta do CBPF válido impedirá a aprovação da habilitação da empresa para a notificação.

§ 7º Para a notificação, não será necessária a apresentação, no ato da notificação do medicamento, da comprovação do atendimento aos requisitos previstos nos incisos de I a III do art. 30, sendo que todos os documentos devem estar disponíveis na empresa para apresentação à autoridade sanitária sempre que solicitado, inclusive durante inspeções.

Art. 31. Além dos documentos elencados no art. 30 desta Resolução, deve ser informada a fase de produção em que o medicamento será importado, por exemplo, como produto acabado, produto a granel ou produto semiacabado na embalagem primária.

Art. 32. O prazo de validade do produto importado a granel deve ser contado a partir da data de fabricação do produto no exterior e não da data de embalagem no Brasil, respeitando o prazo de validade registrado na Anvisa.

Art. 33. As informações contidas em rótulos, bulas e embalagens deve estar em idioma português.

Art. 34. Havendo necessidade de importar amostras, deve-se solicitar à Anvisa a autorização prévia para importação.

Art. 35. O disposto neste Capítulo não prejudica a aplicação das disposições constantes nas demais normas aplicáveis a produtos importados.

CAPÍTULO VI

DA RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS

Art. 36. A renovação de registro de medicamentos dinamizados deve ser peticionada com os seguintes documentos:

I - formulários de petição devidamente preenchidos, carimbados e assinados; e

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, ou isenção, quando for o caso;

III - comprovação, pela apresentação de notas fiscais, emitidas no País, de comercialização do medicamento, para cada apresentação, durante pelo menos o tempo correspondente aos dois terços finais do período de validade do registro expirado, que comprovem tal comercialização.

§ 1º Poderá ser apresentada uma declaração referente às apresentações não comercializadas para as quais a empresa tenha interesse em manter o registro, desde que pelo menos uma apresentação tenha sido comercializada.

§ 2º A apresentação pelo requerente de qualquer documento técnico não explicitamente solicitado nesta norma deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a sua relevância para a análise técnica, caso contrário será desconsiderado na análise da petição.

Art. 37. No momento da renovação de registro, não poderão ser realizadas modificações no medicamento que caracterizem alterações pós-registro.

Art. 38. No momento da renovação de registro, não poderão ser inseridas na bula e nas rotulagens informações não aprovadas previamente pela Anvisa no registro ou em alterações pós-registro, sujeitando-se os infratores às medidas sanitárias cabíveis.

Parágrafo único. Se for necessário alterar bula ou rotulagem, tais alterações deverão ser solicitadas por meio de petição específica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VII

DA ROTULAGEM DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 39. A rotulagem dos medicamentos dinamizados deve atender à Resolução - RDC n° 71, de 22 de dezembro de 2009, que estabelece regras para a rotulagem de medicamentos, ou suas atualizações, e ao disposto a seguir:

I - os medicamentos dinamizados notificados devem trazer, nos rótulos da embalagem secundária, a frase: "Medicamento dinamizado notificado junto à Anvisa conforme RDC n° 238/2018", em substituição à informação do número de registro;

II - os rótulos das embalagens primárias e secundárias de todos os medicamentos dinamizados industrializados devem conter o texto "MEDICAMENTO HOMEOPÁTICO" ou "MEDICAMENTO ANTROPOSÓFICO" ou "MEDICAMENTO ANTI-HOMOTÓXICO", de acordo com a categoria em que se enquadrem, em caixa alta e tamanho mínimo de 30% (trinta por cento) do maior caractere do nome do medicamento; e

III - os rótulos das embalagens secundárias ou, na sua ausência, das embalagens primárias, de todos os medicamentos dinamizados industrializados devem conter, em local de destaque, em negrito e em tamanho de fonte legível, a seguinte frase: "As indicações terapêuticas deste medicamento foram definidas conforme dados publicados na literatura homeopática, antroposófica ou anti-homotóxica. Este medicamento não foi submetido a estudos clínicos para comprovação de eficácia.".

Parágrafo único. O disposto no inciso III deste art. 39 não se aplica a medicamentos dinamizados industrializados registrados que tiverem comprovação de segurança e eficácia realizada por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos.

CAPÍTULO VIII

DA BULA DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS INDUSTRIALIZADOS

Art. 40. Os medicamentos dinamizados industrializados devem adotar bula, que deve atender ao disposto na Resolução - RDC n° 47, de 8 de setembro de 2009, que estabelece regras para elaboração, harmonização, atualização, publicação e disponibilização de bulas de medicamentos para pacientes e para profissionais de saúde, ou suas atualizações.

Art. 41. Os medicamentos dinamizados notificados devem adotar apenas a bula para o paciente, conforme modelo constante da Resolução - RDC n° 47, de 8 de setembro de 2009.

Art. 42. Na elaboração da bula devem ser observados, além do disposto nos art. 40 e 41 desta Resolução, os seguintes requisitos:

I - nos itens "Para que este medicamento é indicado?" e "Indicações", a descrição da indicação terapêutica, dos sinais, sintomas e condições clínicas deve, para melhor compreensão do texto, ser redigida em linguagem acessível ao usuário, devendo ser observada a sinonímia entre o termo original, constante nas referências consultadas, e o seu equivalente em uso na clínica; e

II - nos itens "Como este medicamento funciona?" e "Características Farmacológicas":

a) iniciar o texto com a seguinte frase, em negrito: "As indicações terapêuticas deste medicamento foram definidas conforme dados publicados na literatura homeopática, antroposófica ou anti-homotóxica. Este medicamento não foi submetido a estudos clínicos para comprovação de eficácia."; e

b) descrever as ações esperadas para o medicamento de acordo com os conhecimentos da farmacologia e terapêutica homeopática, antroposófica ou homotoxicológica, conforme o caso.

Parágrafo único. O disposto na alínea a do inciso II deste art. 42 não se aplica a medicamentos dinamizados industrializados registrados que tiverem comprovação de segurança e eficácia realizada por meio da apresentação de estudos não clínicos e clínicos.

III - no item "Como devo usar esse medicamento?" e "Posologia e Modo de Usar":

a) informar de forma clara e objetiva as instruções específicas relacionadas à administração do medicamento dinamizado, se houver;

b) para medicamentos isentos de prescrição, informar a duração do tratamento ou tempo médio esperado para a remissão dos sintomas, conforme o caso; e

c) inserir, em negrito, a seguinte advertência: "Mantenha sempre a dose e a frequência de uso indicadas pelo prescritor ou o modo de usar sugerido nesta bula. Não desaparecendo os sintomas em até __ dias, consulte um profissional de saúde". No caso de aparecimento de sinais e sintomas de alerta que indiquem gravidade, procure avaliação médica com urgência."

IV - no item Dizeres Legais, para medicamentos dinamizados notificados, deve ser incluída a frase "Medicamento dinamizado notificado junto à Anvisa conforme RDC n° 238/2018", em substituição à informação do número de registro.

CAPÍTULO IX

DAS MUDANÇAS PÓS-REGISTRO

Art. 43. Este Capítulo classifica as mudanças pós-registro e estabelece os critérios, a documentação e os ensaios exigidos para cada tipo de mudança pós-registro e para o cancelamento de registro de medicamentos dinamizados registrados.

Seção I

Da classificação, protocolo e implementação das mudanças pós-registro

Art. 44. As mudanças pós-registro são classificadas de acordo com o seu potencial impacto na qualidade, segurança e eficácia do medicamento, podendo ser de implementação imediata, com ou sem protocolo individual, ou depender de aprovação prévia da Anvisa.

§ 1º As mudanças classificadas como de implementação imediata por esta norma, que a empresa identifique com potencial impacto significativo na qualidade, segurança e eficácia do medicamento, deverão ser peticionadas segundo o procedimento ordinário, com assunto pertinente, e aguardarão manifestação da Anvisa para a sua implementação.

§ 2º A empresa suspensa de protocolar segundo o procedimento simplificado, nos termos do art. 203 desta Resolução, deverá protocolar todas as mudanças pós-registro de sua titularidade de acordo com o procedimento ordinário.

Art. 45. A implementação das mudanças pós-registro classificadas como de implementação imediata deve ocorrer somente após a realização de todas as provas requeridas, que devem ser anexadas ao HMP ou à petição individual protocolada, conforme disposto neste Capítulo para cada caso.

§ 1º O disposto no caput deste art. 45 não se aplica ao caso de mudança paralela a outra que requeira aprovação prévia, hipótese em que a implementação das mudanças e o preenchimento do HMP deverá ser feito somente após a aprovação da Anvisa.

§ 2º A implementação imediata da alteração não impede a análise pela Anvisa, a qualquer tempo, da documentação exigida, podendo tais alterações serem anuídas, não anuídas, deferidas ou indeferidas.

§ 3º Em caso de indeferimento ou não anuência de alteração de implementação imediata, as condições anteriores à mudança deverão ser restabelecidas imediatamente após a manifestação da Anvisa.

Art. 46. As mudanças que requeiram aprovação prévia devem ser protocoladas e aguardar análise e manifestação favorável da Anvisa para serem implementadas.

§ 1° Após a aprovação a empresa terá até 180 (cento e oitenta) dias para implementação da modificação, exceto quando a decisão que aprovar a mudança estabelecer prazo diverso.

§ 2° Após a produção do primeiro lote com a mudança aprovada, não será permitida a produção de lotes em condição diferente.

Seção II

Das mudanças múltiplas

Art. 47. Nos casos de mudanças múltiplas para uma mesma apresentação, potência e forma farmacêutica, a empresa poderá protocolar essas mudanças paralelamente ou concomitantemente, conforme disposto nesta Resolução.

Art. 48. Nos casos de mudanças múltiplas paralelas, a empresa deverá protocolar cada mudança individual apresentando documentação única que contemple todas as provas relativas a cada um dos assuntos de petição, suprimindo documentos repetidos.

§ 1º A descrição das mudanças paralelas e sua correlação devem constar na justificativa a que se refere o inciso III do art. 50 desta Resolução.

§ 2º O requerente deve apresentar a avaliação do efeito aditivo de mudanças individuais paralelas no que se refere ao potencial impacto na qualidade, segurança e eficácia do medicamento e apresentar provas adicionais, se necessário.

Art. 49. Nos casos de mudanças múltiplas concomitantes, o requerente deve protocolar o assunto referente à mudança principal e detalhar a mudança concomitante na justificativa.

Parágrafo único. Somente serão consideradas concomitantes as mudanças assim definidas por esta Resolução.

Seção III

Das disposições gerais referentes à documentação requerida para mudanças pós-registro

Art. 50. Para as mudanças pós-registro poderão ser exigidos os seguintes documentos:

I - formulários de petição devidamente preenchidos, carimbados e assinados;

II - comprovante de pagamento da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, ou isenção, quando for o caso;

III - justificativa da mudança pós-registro solicitada, contemplando a descrição detalhada, o racional e conclusão da proposta, conforme modelo constante do Anexo I;

IV - declaração da empresa fabricante informando que somente a razão social foi alterada;

V - comprovação de Boas Práticas de Fabricação, para a linha de produção na qual o medicamento é fabricado;

VI - protocolo de estudo de estabilidade referente ao primeiro lote industrial ou relatório de estudo de estabilidade referente a 1(um) lote industrial do medicamento;

VII - quadro comparativo "A" do anexo II desta Resolução;

VIII - quadro comparativo "B" do anexo II desta Resolução;

IX - quadro comparativo "C" do anexo II desta Resolução;

X - laudos de análise de controle de qualidade do medicamento referentes a 1 (um) lote industrial obtido na condição registrada e 1 (um) lote industrial obtido na condição proposta, destacando as alterações propostas e contendo avaliação crítica do seu impacto;

XI - relatório de estudo de estabilidade referente a 1 (um) lote industrial do medicamento, obtido na condição proposta;

XII - relatório de validação dos métodos analíticos de controle de qualidade e dos métodos analíticos de estabilidade do medicamento, caso sejam diferentes;

XIII - documento que comprove o cumprimento, pelo laboratório contratado, das boas práticas laboratoriais, quando a inclusão ou alteração não for para laboratório instalado em indústria farmacêutica ou documento que comprove o cumprimento das boas práticas de fabricação ou das boas práticas laboratoriais, quando a inclusão ou alteração for de laboratório internacional.

XIV - relatório sumário de validação de processo;

XV- resultados e discussão relativos ao teste de eficácia do sistema conservante e avaliação do sistema antioxidante, quando utilizados na formulação;

XVI - protocolo de validação de processo e, para medicamentos estéreis, relatório sumário da validação do processo de esterilização;

XVII - descrição das alterações realizadas no processo de produção em função da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial;

XVIII - cópia do método de produção na edição vigente da farmacopeia ou compêndio oficial;

XIX - estudo de similaridade para os equipamentos envolvidos;

XX - comparação entre as especificações do insumo ativo registrado e proposto;

XXI - laudo de análise de controle de qualidade de 1 (um) lote do insumo ativo com a nova especificação proposta, emitido pelo fabricante do medicamento, contendo método, referências, especificações e resultados;

XXII - laudo de análise de 1 (um) lote do insumo ativo emitido pelo fabricante do insumo, contendo método, referências, especificações e resultados;

XXIII - cópia da farmacopeia ou compêndio oficial em que os métodos de análise e especificações estão descritos;

XXIV - documentação comprobatória sobre a procedência e rastreabilidade da droga empregada para obtenção do insumo ativo e avaliação da similaridade com a condição registrada;

XXV - informações do fabricante do insumo sobre o método de produção utilizado, bem como cópia da farmacopeia ou compêndio oficial em que está descrito;

XXVI - dados gerais do fabricante do insumo, com o endereço completo do local de fabricação do insumo ativo;

XXVII - relatório de estudo de estabilidade de longa duração ou acompanhamento referente a 1 (um) lote industrial do medicamento, demonstrando que não é estável no prazo de validade registrado;

XXVIII - relatório de estudo de estabilidade de longa duração referente a 3 (três) lotes do medicamento, sendo pelo menos 1 (um) lote industrial;

XXIX - justificativa para a nova apresentação, demonstrando que é condizente com a posologia e duração de tratamento aprovados;

XXX - comparação com a embalagem anterior, quando houver alteração de forma e dimensão da embalagem;

XXXI - código GTIN para as novas apresentações;

XXXII - especificações dos novos excipientes e laudo de análise de controle de qualidade desses excipientes, emitido pelo fabricante do medicamento, contendo método, especificações e resultados;

XXXIII - informações adicionais para os excipientes de origem animal de acordo com a legislação específica vigente sobre controle da Encefalopatia Espongiforme Transmissível;

XXXIV - caracterização da nova embalagem, abrangendo descrição, desenho detalhado, composição e especificações dos materiais componentes de cada parte da embalagem;

XXXV - especificações e laudo de análise de controle de qualidade do novo material de embalagem, emitido pelo fabricante do medicamento, com indicação das referências dos métodos analíticos empregados;

XXXVI - comprovação de que não ocorre interação entre a embalagem e seu conteúdo;

XXXVII - relatório de estudo de fotoestabilidade;

XXXVIII - comparação com dados da embalagem anterior, demonstrando a equivalência ou a superioridade da embalagem proposta em relação à capacidade protetora;

XXXIX - caracterização da embalagem secundária ou envoltório intermediário, com descrição, desenho detalhado, materiais componentes da embalagem e especificações. Comparação com a embalagem anterior, quando aplicável;

XL - dados que demonstrem a equivalência entre características da embalagem aprovada e da embalagem proposta, relacionadas à administração, uso, segurança e estabilidade do medicamento;

XLI - descrição e desenho do acessório e comprovação de que é compatível e adequado para realizar a administração ou a medida com exatidão e precisão, de acordo com a posologia e comparação com o acessório anterior (se aplicável), quando se tratar de alteração ou inclusão de acessório;

XLII - justificativa para exclusão e comprovação de que o medicamento pode ser administrado com exatidão e precisão na ausência do dispositivo, quando se tratar de exclusão de acessório;

XLIII - declaração da empresa requerente de que mantém inalterados os processos de produção e controle da qualidade;

XLIV - discussão do racional da nova potência proposta para o medicamento, com cópia das referências que embasam a discussão;

XLV - comprovação de segurança e eficácia do medicamento na condição proposta, conforme subseção III, seção III, capítulo IV desta Resolução;

XLVI - texto de bula atualizado, considerando a mudança pós-registro proposta;

XLVII - documentação referente aos estudos clínicos e não-clínicos ou patogenesia, que justifique a nova indicação terapêutica proposta, incluindo cópia das referências que embasam a solicitação;

XLVIII - método analítico proposto, contendo especificações e referências, e cópia das referências que o embasam;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XLIX - descrição dos testes e limites de especificação aprovados e propostos e a justificativa da exclusão do teste;

L - dados de avaliação de risco demonstrando que o teste a ser excluído não é significante para a qualidade, segurança e eficácia do medicamento, quando se tratar de exclusão de teste;

LI - descrição dos testes e limites de especificação aprovados e propostos e a justificativa dos novos limites de especificação propostos;

LII - dados de avaliação de risco demonstrando que a ampliação do limite das especificações não impacta na qualidade, segurança e eficácia do medicamento;

LIII - método analítico registrado e proposto, contendo especificações e referências, e cópia das referências bibliográficas que o embasam;

LIV - avaliação das diferenças entre o método aprovado e o método proposto;

LV - dados que demonstrem que o método analítico proposto é pelo menos equivalente ao método aprovado, quando se tratar de alteração de teste, mudança, inclusão ou alteração de método analítico;

LVI - especificações e laudo de análise de controle de qualidade do material de embalagem na condição proposta, emitido pelo fabricante do medicamento, com indicação das referências dos métodos analíticos empregados;

LVII - lista dos locais de embalagem primária, embalagem secundária ou de fabricação do medicamento, ou, ainda, dos fabricantes do insumo ativo que permanecem vigentes, assinada pelo responsável técnico da empresa detentora do registro;

LVIII - declaração de não comercialização do medicamento.

§ 1º Para todas as mudanças pós-registro são requeridos os documentos constantes dos incisos I, II e III deste art. 50.

§ 2º A relação dos demais documentos a serem apresentados para cada tipo de mudança pós-registro está definida nas seções V a XXV deste Capítulo.

§ 3º A não apresentação de qualquer dos documentos requeridos para o tipo de mudança pós-registro pleiteada deve ser justificada tecnicamente.

§ 4º Se durante a análise técnica for verificada a necessidade de apresentação de algum documento técnico adicional, este será solicitado pela Anvisa ao requerente, por meio de exigência técnica.

§ 5º A apresentação pelo requerente de qualquer documento técnico não explicitamente solicitado nesta norma deve ser acompanhada de justificativa que demonstre a sua relevância para a análise da mudança, caso contrário será desconsiderado para análise da petição.

§ 6° O cumprimento das Boas Práticas de Fabricação deverá ser atestado pela Anvisa por meio da emissão de CBPF, valendo-se das mesmas exigências e prerrogativas, relacionadas ao assunto, referentes ao registro de medicamentos dinamizados e dispostas nos Capítulos IV e V desta Resolução.

Art. 51. Nos casos em que for exigido relatório de estudo de estabilidade, poderá ser apresentado o estudo de estabilidade acelerado concluído acompanhado de estudo de estabilidade de longa duração em andamento ou o estudo de estabilidade de longa duração concluído.

Art. 52. Nos casos em que for exigido protocolo ou relatório de estudo de estabilidade em andamento, os dados do estudo de estabilidade gerados após o peticionamento deverão ser incluídos no HMP, ainda que o estudo não esteja concluído.

Art. 53. Os resultados fora de especificação do estudo de estabilidade em andamento devem ser informados imediatamente à Anvisa, incluindo a avaliação da necessidade de aplicação de medidas corretivas e preventivas.

Parágrafo único. Após conclusão da investigação realizada pela empresa, a proposta de ação referente às medidas corretivas e preventivas indicadas no caput deste art. 53 deverá ser enviada à Anvisa.

Art. 54. O prazo de validade do medicamento será definido de acordo com os resultados dos estudos de estabilidade apresentados.

§ 1º Para petições que devem aguardar a manifestação favorável da Anvisa, se o estudo de estabilidade enviado comprovar prazo de validade provisório inferior àquele registrado, este será reduzido independente do peticionamento da redução do prazo de validade.

§ 2º Para as petições de implementação imediata, se o estudo de estabilidade enviado comprovar prazo de validade provisório inferior àquele registrado, a empresa deve peticionar a redução do prazo de validade.

Art. 55. Os formulários contidos nos Anexos I e II desta norma devem ser apresentados de acordo com os modelos propostos.

Art. 56. Para as mudanças pós-registro que necessitem de atualização de texto de bula e rotulagem, é responsabilidade do requerente protocolar a atualização, nos termos da RDC nº 47, de 2009, e da RDC nº 71, de 2009, ou suas atualizações.

Parágrafo único. Exceto quando solicitados nesta norma ou a critério da Anvisa, não será necessário anexar à documentação que instrui a petição de mudança pós-registro os novos modelos de bula e rotulagem.

Art. 57. Nos casos em que a mudança pós-registro se referir a mais de uma potência de uma mesma forma farmacêutica, a mudança deverá ser protocolada com documentação de produção referente à menor potência, desde que se trate de formas farmacêuticas comparadas.

Parágrafo único. Nos casos a que se refere o caput deste art. 57, deve ser apresentada justificativa baseada na comparação das características das formulações e do processo produtivo das diferentes potências.

Art. 58. Nos casos em que sejam propostos mais de um local de fabricação do medicamento, mais de um fabricante da droga ou insumo ativo, mais de um processo produtivo ou mais de uma forma de acondicionamento, entre outras alterações, devem ser apresentadas as provas requeridas contemplando todas as combinações possíveis entre as condições registradas e as alterações propostas.

Parágrafo único. A não apresentação das provas nas condições descritas no caput deste art. 58 deve ser fundamentada tecnicamente, com informações e histórico que justifiquem sua ausência.

Art. 59. Quando uma mudança pós-registro exigir documentos técnicos, como ordem de produção, estudos de estabilidade, laudos de controle de qualidade, entre outros, será verificada a validade do certificado de Boas Práticas de Fabricação da empresa fabricante do medicamento existente no momento da produção dos lotes, relatórios e respectivas análises que foram submetidos à Agência.

Parágrafo único. A avaliação das condições de Boas Práticas de Fabricação de que trata o caput deste art. 59 poderá resultar na validação ou invalidação dos documentos apresentados.

Art. 60. Exceto nos casos de mudanças múltiplas paralelas e mudanças múltiplas concomitantes expressamente previstas nesta Resolução, a alteração a ser realizada no medicamento dinamizado registrado deve ser exclusivamente aquela indicada no assunto de petição e detalhada na justificativa.

Parágrafo único. Quaisquer outras alterações no medicamento não relacionadas ao assunto da petição pós-registro não serão avaliadas pela Anvisa e sua implementação pode caracterizar infração sanitária.

Seção IV

Do histórico de mudanças do produto

Art. 61. O HMP deve estar atualizado e facilmente disponível na empresa para apresentação à autoridade sanitária quando requerido.

Art. 62. Todas as mudanças pós-registro devem ser registradas no HMP simultaneamente à data de sua implementação.

Art. 63. O HMP deve conter as seguintes informações:

I - todas as mudanças pós-registro, quer requeiram aprovação prévia da Anvisa quer sejam de implementação imediata, com ou sem protocolização;

II - a lista de lotes fabricados e comercializados no ano, destinados exclusivamente à comercialização no mercado brasileiro, incluindo data de fabricação, número e tamanho do lote (massa/volume e unidades farmacotécnicas);

III - as atualizações dos documentos para os quais, no momento do registro, tenham sido apresentados apenas os dados iniciais ou protocolos de estudo; e

IV - outras informações que não são mudanças pós-registro, mas são atualizações de informações apresentadas no registro.

§ 1º As informações relativas aos incisos II, III e IV deste art. 63 devem constar do campo informações suplementares do HMP.

§ 2º Caso o requerente considere relevante apresentar outras informações que não as elencadas neste art. 63, tais informações devem constar no campo informações suplementares do HMP.

Art. 64. O HMP deverá ser protocolado anualmente, no mês do aniversário do registro do medicamento, mesmo que não tenha havido nenhuma mudança pós-registro, contendo os dados referentes ao período de 12 (doze) meses anteriores ao seu protocolo.

§ 1º O HMP deve ser protocolado por meio do peticionamento eletrônico, modalidade de petição eletrônica, não devendo ser enviada a documentação impressa.

§ 2º A petição do HMP dispensa a apresentação dos Formulários de Petição.

Seção V

Das mudanças relacionadas ao local de uma ou mais etapas do processo produtivo do medicamento

Subseção I

Da alteração de razão social do fabricante

Art. 65. O disposto nesta Subseção aplica-se à mudança exclusiva da razão social do fabricante do medicamento dinamizado.

Art. 66. A petição de alteração da razão social do fabricante requer a apresentação do documento constante do inciso IV do art. 50 desta Resolução.

Art. 67. A alteração da razão social do fabricante pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Subseção II

Da alteração ou inclusão de local de embalagem secundária

Art. 68. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração ou inclusão de endereço da linha de embalagem secundária.

Art. 69. A petição de alteração ou inclusão de local de embalagem secundária requer a apresentação do documento constante do inciso V do art. 50 desta Resolução.

Art. 70. A alteração ou inclusão de local de embalagem secundária pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Subseção III

Da alteração ou inclusão de local de embalagem primária

Art. 71. O disposto nesta Subseção refere-se às mudanças relacionadas à alteração ou inclusão do local da linha de embalagem primária do medicamento, com ou sem alteração de endereço.

Parágrafo único. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.

Art. 72. A petição de alteração ou inclusão do local da linha de embalagem primária requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos V e VI do art. 50 desta Resolução.

Art. 73. É permitida a inclusão ou alteração concomitante de equipamentos da linha de embalagem primária.

Art. 74. É permitida a alteração ou inclusão concomitante de local de embalagem secundária, quando se tratar do mesmo local de embalagem primária.

Art. 75. A alteração ou inclusão de local de embalagem primária pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Subseção IV

Da alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento

Art. 76. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração ou à inclusão de local de uma ou mais etapas ou da totalidade do processo de fabricação do medicamento.

§ 1º Para medicamentos dinamizados estéreis, a inclusão ou alteração de local de embalagem primária é considerada alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento.

§ 2º As substituições ou inclusões de local de embalagem secundária ou de local de embalagem primária, exceto para produtos estéreis, quando realizadas isoladamente, deverão seguir as subseções II e III desta Seção V.

§ 3º Não deverão ser peticionadas as alterações ou inclusões das etapas de aquisição de materiais, de pesagem, de rotulagem, de estocagem e de expedição do medicamento.

Art. 77. A petição de alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos V, VIII, X, XI e XII do art. 50 desta Resolução

§ 1º Devem ser incluídos no HMP, relatórios de estudos de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.

§ 2º Quando a alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento não resultar em mudança no processo de produção e nos equipamentos, ou resultar em mudança menor de produção ou em mudança menor de equipamento, o relatório de estudo de estabilidade poderá ser substituído pelo protocolo de estudo de estabilidade referente aos 3 (três) lotes industriais iniciais.

§ 3º Quando a alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento não resultar em mudança no processo de produção e controle de qualidade do medicamento, os documentos constantes do inciso VIII e XII do art. 50 desta Resolução devem ser substituídos pelo documento constante do inciso XLIII do mesmo artigo.

Art. 78. São permitidas, concomitantemente, a alteração do processo de produção, a alteração dos equipamentos, a inclusão ou alteração de local de controle de qualidade.

Art. 79. O pedido de alteração ou inclusão de local de fabricação do medicamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção V

Da inclusão ou alteração de local de controle de qualidade

Art. 80 O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou alteração de local da realização de um ou mais testes de controle de qualidade, com ou sem alteração de endereço, para fins de liberação do lote ou estudos de estabilidade do medicamento mantendo-se inalterados o teste, os limites de especificação e o método de análise.

Art. 81. A petição de alteração ou inclusão de local de controle de qualidade requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XII e XIII do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Quando a inclusão ou alteração for de laboratório instalado em indústria farmacêutica, esta deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) válido emitido pela Anvisa.

Art. 82. A alteração ou inclusão de local de controle de qualidade pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Seção VI

Das mudanças relacionadas ao processo de produção

Art. 83. São consideradas mudanças no processo de produção as alterações em etapas ou na totalidade do processo de produção do medicamento.

§ 1º É vedada qualquer alteração entre métodos de preparação do medicamento dinamizado.

§ 2º É vedada a alteração da escala de dinamização dos insumos ativos.

Subseção I

Das mudanças menores de produção

Art. 84. São consideradas mudanças menores de produção as alterações em parâmetros e etapas não críticos do processo, definidos pela validação do processo produtivo.

Art. 85. A petição de mudança menor de produção requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VIII, X, XIV e XV do art. 50 desta Resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Para a elaboração do relatório sumário de validação de processo, no mínimo 3 (três) lotes em escala industrial devem ter sido validados prospectivamente com êxito na condição proposta.

Art. 86 A mudança menor de produção pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção II

Das mudanças maiores de produção

Art. 87. São consideradas mudanças maiores do processo de produção as alterações em parâmetros e etapas críticos do processo, definidos pela validação do processo produtivo.

Parágrafo único. Independentemente dos resultados de validação do processo, são consideradas mudanças maiores de produção a alteração do ponto de partida para obtenção do insumo ativo, a alteração no processo de dinamização e, para medicamentos estéreis, a alteração no processo de esterilização ou de embalagem primária.

Art. 88. A petição de mudança maior de produção requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, X, XI, XV e XVI do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.

Art. 89. O pedido de mudança maior de produção deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção III

Da adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial

Art. 90. Trata-se da adequação do processo produtivo do medicamento em decorrência da atualização, pela farmacopeia ou outro compêndio oficial, do método de produção aprovado para o medicamento.

Art. 91. A adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, XVII e XVIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 92 A adequação do processo de produção em decorrência de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Seção VII

Das mudanças relacionadas aos equipamentos

Subseção I

Da alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária

Art. 93. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.

Art. 94. A petição de alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI e VIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 95. A alteração ou inclusão de equipamento de embalagem primária pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção II

Da mudança menor de equipamentos

Art. 96. São consideradas mudanças menores de equipamentos a alteração, a inclusão ou a exclusão de equipamento que não sejam classificadas como maiores nos termos do art. 100 desta Resolução.

Art. 97. A mudança menor de equipamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VIII, X e XIX do art. 50 desta Resolução.

Art. 98. É permitida, concomitantemente, a alteração da capacidade, a automatização do equipamento, ou a mudança menor de produção em função da alteração de equipamento.

Art. 99. A mudança menor de equipamento pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção III

Da mudança maior de equipamentos

Art. 100. São consideradas mudanças maiores de equipamentos a alteração, a inclusão ou a exclusão de equipamento utilizado para a dinamização e, para medicamentos estéreis, de qualquer equipamento relacionado às etapas de esterilização ou embalagem primária.

Art. 101. A mudança maior de equipamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, X, XI do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.

Art. 102. É permitida, concomitantemente, a mudança menor de produção em função da alteração de equipamento.

Art. 103. O pedido de mudança maior de equipamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção VII

Das mudanças relacionadas ao tamanho de lote

Subseção I

Da inclusão menor de tamanho de lote

Art. 104. O disposto nesta Subseção refere-se ao aumento ou redução do tamanho de lote para todas as formas farmacêuticas não estéreis e ao aumento em até 10 (dez) vezes do tamanho do lote de referência registrado para formas farmacêuticas estéreis.

Art. 105. A inclusão menor de tamanho de lote requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VIII, IX e X do art. 50 desta Resolução.

Art. 106. A inclusão menor de tamanho de lote pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção II

Da inclusão maior de tamanho de lote

Art. 107. O disposto nesta Subseção refere-se ao aumento superior a 10 (dez) vezes o tamanho do lote de referência registrado para formas farmacêuticas estéreis.

Art. 108. A inclusão maior de tamanho de lote requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, IX, X e XI do art. 50 desta Resolução.

Art. 109. O pedido de inclusão maior de tamanho de lote deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção VIII

Das mudanças relacionadas ao insumo ativo

Subseção I

Da alteração da especificação do insumo ativo

Art. 110. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração de especificação do insumo ativo, com ou sem alteração de fabricante.

Art. 111. A alteração de especificação do insumo ativo requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Quando se tratar de forma farmacêutica comparada, o documento constante do inciso XI do art. 50 somente será exigido caso o estudo de estabilidade utilizado para comprovação do prazo de validade tenha sido realizado com o medicamento para o qual se pleiteia a mudança pós-registro.

Art. 112. O pedido de alteração de especificação do insumo ativo deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção II

Da inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo

Art. 113. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo do medicamento dinamizado registrado, quando mantidas todas as especificações aprovadas do insumo ativo.

Parágrafo único, A alteração da razão social do fabricante do insumo ativo não é considerada alteração de fabricante, devendo constar como informação suplementar no HMP do medicamento.

Art. 114. A inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Quando se tratar de forma farmacêutica comparada, o documento constante do inciso XI do art. 50 somente será exigido caso o estudo de estabilidade utilizado para comprovação do prazo de validade tenha sido realizado com o medicamento para o qual se pleiteia a mudança pós-registro.

Art. 115. O pedido de inclusão ou alteração do fabricante do insumo ativo deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção IX

Das mudanças relacionadas aos excipientes

Subseção I

Da alteração menor de excipiente

Art. 116. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração qualitativa ou quantitativa de um excipiente farmacopeico por outro excipiente farmacopeico, desde que desempenhem a mesma função na formulação e às alterações no tamanho e composição dos glóbulos, desde que dentro dos limites farmacopeicos.

Parágrafo único. O disposto nesta Subseção não se aplica a medicamentos estéreis.

Art. 117. A alteração menor de excipiente requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, VII, VIII, X, XII, XXXII e XXXIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 118. A alteração menor de excipiente pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Subseção II

Da alteração maior de excipiente

Art. 119. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração qualitativa ou quantitativa de quaisquer excipientes em formas farmacêuticas estéreis e, para todas as formas farmacêuticas, à inclusão de excipiente cujo uso em medicamentos dinamizados não esteja previsto nas farmacopeias e compêndios oficiais reconhecidos pela Anvisa.

Art. 120. A alteração maior de excipiente requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VII, VIII, X, XI, XII, XXXII e XXXIII do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.

Art. 121. O pedido de alteração maior de excipiente deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção X

Das mudanças relacionadas ao prazo de validade

Subseção I

Da redução do prazo de validade

Art. 122. O disposto nesta Subseção refere-se à redução do prazo de validade do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.

Art. 123 A redução do prazo de validade do medicamento dinamizado requer a apresentação do documento constante do inciso XXVII do art. 50 desta Resolução.

Art. 124. Quando se tratar de formas farmacêuticas comparadas, a redução do prazo de validade deve ser peticionada para todos os medicamentos que utilizaram o estudo de estabilidade para comprovação do prazo de validade.

Art. 125. A redução do prazo de validade do medicamento dinamizado pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Subseção II

Da ampliação do prazo de validade

Art. 126. O disposto nesta Subseção refere-se à ampliação do prazo de validade do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.

Art. 127. A ampliação do prazo de validade do medicamento dinamizado requer a apresentação do documento constante do inciso XXVIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 128. O pedido de ampliação do prazo de validade do medicamento dinamizado deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção III

Da alteração dos cuidados de conservação

Art. 129. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração dos cuidados de conservação do produto acabado e do produto após aberto ou preparado.

Art. 130. A alteração dos cuidados de conservação requer a apresentação do documento constante do inciso XXVIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 131. É permitida, concomitantemente, a alteração do prazo de validade do medicamento em função da alteração dos cuidados de conservação.

Art. 132. O pedido de alteração dos cuidados de conservação do medicamento dinamizado deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XI

Da inclusão de nova apresentação

Art. 133. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova apresentação de medicamento dinamizado registrado, com diferente volume ou peso ou número de unidades farmacotécnicas, mantendo-se o tipo e composição do material de embalagem registrado.

Art. 134. A inclusão de nova apresentação requer o envio dos documentos constantes dos incisos XI, XXIX, XXX e XXXI do art. 50 desta Resolução.

Art. 135. O pedido de inclusão de nova apresentação deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XI

Da inclusão de novo acondicionamento

Art. 136. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de novo acondicionamento com mudança qualitativa do material de embalagem primária ou mudança do tipo de embalagem primária em relação aos acondicionamentos registrados.

Art. 137. A inclusão de novo acondicionamento requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VIII, XI, XXXI, XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII do art. 50 desta Resolução.

Parágrafo único. Deve ser incluído no HMP, relatório de estudo de estabilidade de longa duração de 3 (três) lotes do medicamento, que devem ser o lote apresentado nesta petição e os 2 (dois) primeiros lotes industriais produzidos após a aprovação e implementação da mudança.

Art. 138. O pedido de inclusão de novo acondicionamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XII

Da alteração de especificação de embalagem primária para condição equivalente ou mais protetora

Art. 139. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de especificação de embalagem primária, mantendo-se a mesma composição do material de embalagem primária registrado para a forma farmacêutica, à alteração do formato da embalagem primária ou à alteração quantitativa da composição da embalagem primária, sendo que, em todos os casos, desde que para condição equivalente ou mais protetora.

Art. 140. A alteração de especificação de embalagem primária para condição mais protetora requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos VI, XXXIV, XXXV e XXXVIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 141. A alteração de especificação de embalagem primária para condição mais protetora pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Seção XIII

Da mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário

Art. 142. O disposto nesta Seção refere-se à alteração, à inclusão ou à exclusão de embalagem secundária ou envoltório intermediário de um medicamento registrado.

Art. 143. A mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XI, XXXIV e XL do art. 50 desta Resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Se a mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário implicar em possível alteração na estabilidade do medicamento, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XI do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Se a mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário implicar em alteração na rotulagem, também deve ser enviado layout dos novos rótulos.

Art. 144. O pedido de mudança de embalagem secundária ou envoltório intermediário deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XIV

Da mudança de acessório

Art. 145. O disposto nesta Seção refere-se à alteração, à inclusão ou à exclusão de acessório ao medicamento registrado.

Art. 146. A mudança de acessório requer a apresentação do documento constante do inciso XLI ou do inciso XLII do art. 50 desta Resolução, conforme o caso.

Art. 147. O pedido de mudança de acessório deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XV

Da inclusão de nova potência

Art. 148. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova potência de um produto já registrado na mesma forma farmacêutica e indicação terapêutica, mantendo-se inalterados o processo de produção e controle de qualidade.

Art. 149. A inclusão de nova potência requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos X, XI, XLIII e XLIV do art. 50 desta Resolução.

Art. 150. O pedido de inclusão de nova potência deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XVI

Da alteração de posologia

Art. 151. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de posologia para um medicamento dinamizado registrado na mesma potência, forma farmacêutica, indicação terapêutica e população-alvo.

Art. 152. A alteração de posologia requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 50 desta Resolução.

Art. 153. O pedido de alteração de posologia deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XVII

Da ampliação de uso

Art. 154. O disposto nesta Seção refere-se ao aumento da população-alvo para um medicamento registrado, mantendo-se a indicação terapêutica.

Art. 155. A ampliação de uso requer a apresentação dos documentos XLV e XLVI do art. 50 desta Resolução.

Art. 156. O pedido de ampliação de uso deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XVIII

Da inclusão de nova via de administração

Art. 157. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de nova via de administração para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica, mesma potência e mesma indicação terapêutica.

Art. 158. A inclusão de nova via de administração requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 50 desta Resolução.

Art. 159. O pedido de inclusão de nova via de administração deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XIX

Da inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura

Art. 160. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica e mesma potência.

Art. 161. A inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLV e XLVI do art. 50 desta Resolução.

Art. 162. O pedido de inclusão de indicação terapêutica prevista em literatura deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XX

Da inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura

Art. 163. O disposto nesta Seção refere-se à inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura para um medicamento registrado na mesma forma farmacêutica e mesma potência.

Art. 164. A inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLVI e XLVII do art. 50 desta Resolução.

Art. 165. O pedido de inclusão de indicação terapêutica não prevista em literatura deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XXI

Das mudanças relacionadas ao controle de qualidade

Subseção I

Da inclusão de um novo teste de controle de qualidade

Art. 166. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão de um novo teste de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, mesmo quando a inclusão for decorrente de atualização de farmacopeia ou compêndio oficial.

Art. 167. A inclusão de um novo teste de controle de qualidade requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII e XLVIII do art. 50 desta Resolução.

§ 1º Caso a inclusão seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Caso a inclusão seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 50 desta Resolução.

§ 3º Caso a inclusão seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 50 desta Resolução.

Art. 168. A inclusão de um novo teste de controle de qualidade pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção II

Da exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto

Art. 169. O disposto nesta Subseção refere-se à exclusão de teste de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, decorrente de obsolescência.

Art. 170. A exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XLIX e L do art. 50 desta Resolução.

Art. 171. O pedido de exclusão de teste de controle de qualidade obsoleto deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção III

Do estreitamento dos limites de especificação

Art. 172. O disposto nesta Subseção refere-se ao estreitamento dos limites de especificação de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado, dentro da faixa dos limites atualmente aprovados, mantendo-se o mesmo método analítico.

Art. 173. O estreitamento dos limites de especificação requer a apresentação do documento constante do inciso LI do art. 50 desta Resolução.

§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 50 desta Resolução.

§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 50 desta Resolução.

Art. 174. O estreitamento dos limites de especificação pode ser implementado imediatamente e deve ser anotado no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção IV

Da ampliação dos limites de especificação

Art. 175. O disposto nesta Subseção refere-se à ampliação dos limites de especificação de controle de qualidade dos insumos ativos, excipientes ou produto acabado, mantendo-se o mesmo método analítico.

Art. 176. A ampliação dos limites de especificação requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos LI e LII do art. 50 desta Resolução.

§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 50 desta Resolução.

§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 50 desta Resolução.

Art. 177. O pedido de ampliação dos limites de especificação deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Subseção V

Da adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial

Art. 178. O disposto nesta Subseção refere-se à adequação de método analítico de controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou do produto acabado decorrente de atualização do método analítico aprovado na farmacopeia ou compêndio oficial em que está descrito.

Art. 179. A adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII, LIII e LIV do art. 50 desta Resolução.

§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 50 desta Resolução.

§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 50 desta Resolução.

Art. 180. A adequação de método analítico decorrente da atualização de farmacopeia ou compêndio oficial pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção VI

Da mudança de método analítico

Art. 181. O disposto nesta Subseção refere-se à inclusão ou à alteração de método analítico aprovado para o controle de qualidade dos insumos ativos, dos excipientes ou produto acabado para método analítico constante de outra farmacopeia ou compêndio oficial ou para método analítico de desenvolvimento próprio.

Art. 182. A mudança de método analítico requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos XII, LIII, LIV e LV do art. 50 desta Resolução.

§ 1º Caso a mudança seja relacionada ao produto acabado, também deve ser apresentado o documento constante do inciso X do art. 50 desta Resolução.

§ 2º Caso a mudança seja relacionada a insumo ativo, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXI do art. 50 desta Resolução.

§ 3º Caso a mudança seja relacionada a excipiente, também deve ser apresentado o documento constante do inciso XXXII do art. 50 desta Resolução.

Art. 183. O pedido de mudança de método analítico deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa, exceto quando a mudança se referir a excipientes, caso em que pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Subseção VII

Da mudança no controle de qualidade da embalagem

Art. 184. O disposto nesta Subseção refere-se à alteração dos testes, limites de especificações e métodos de controle de qualidade das embalagens.

Art. 185. A mudança no controle de qualidade da embalagem requer a apresentação dos documentos constantes dos incisos LI, LIII, LIV, LV do art. 50 desta Resolução.

Art. 186. A mudança no controle de qualidade da embalagem pode ser implementada imediatamente e deve ser anotada no HMP, anexando-se a ele a documentação técnica exigida.

Seção XXII

Da exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento

Art. 187. A exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento requer a apresentação do documento constante do inciso LVII do art. 50 desta Resolução.

Art. 188. A exclusão de fabricante do insumo ativo, de local de embalagem primária, de local de embalagem secundária ou de local de fabricação do medicamento pode ser implementada imediatamente após a data de protocolização da petição.

Seção XXIII

Da alteração de nome do medicamento

Art. 189. O disposto nesta Seção refere-se à alteração de nome do medicamento, desde que não tenha sido comercializado.

Art. 190. A alteração de nome do medicamento requer a apresentação do documento constante do inciso LVIII do art. 50 desta Resolução.

Art. 191. O pedido de alteração de nome do medicamento deve ser protocolado e só pode ser implementado após aprovação da Anvisa.

Seção XXIV

Do cancelamento de registro de apresentação do medicamento

Art. 192. O disposto nesta Seção refere-se ao cancelamento de registro de uma ou mais apresentações do medicamento.

Art. 193. O pedido de cancelamento de registro de apresentação do medicamento deve ser protocolado e terá efeitos após aprovação da Anvisa.

Seção XXV

Do cancelamento de registro do medicamento

Art. 194. O disposto nesta Seção refere-se ao cancelamento de registro de todas as apresentações do medicamento.

Art. 195. O pedido de cancelamento de registro do medicamento deve ser protocolado e terá efeitos após aprovação da Anvisa.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 196. Os detentores de registro de medicamentos dinamizados que, nos termos desta Resolução, passarem a se enquadrar como medicamentos dinamizados notificados, deverão proceder à adequação, obrigatoriamente, até a primeira renovação de registro após o início da vigência desta Resolução.

§ 1º Para a adequação, a empresa deve peticionar o cancelamento do registro do medicamento e, quando publicado o cancelamento, proceder à notificação, conforme este regulamento técnico.

§ 2º O registro dos medicamentos de que trata o caput deste art. 196 não será renovado e será realizado o cancelamento do registro daqueles que não se adequarem.

§ 3º O prazo para a realização da avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins será de até 3 (três) anos, contados a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 4º Para os medicamentos que, decorrido o prazo indicado no § 3º deste art. 196, ainda tiverem registro válido, a avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins devem ser incluídos pela empresa nas análises de controle de qualidade, devendo ser apresentados obrigatoriamente quando da notificação a que se refere o caput deste art. 196.

§ 5º Nos casos previstos no caput deste art. 196, desde que nenhuma alteração seja realizada na condição registrada, a notificação inicial do medicamento poderá ser realizada mediante a apresentação de estudo de acompanhamento de 1 (um) lote do medicamento, conduzido no último período de validade do registro, acompanhado do protocolo de estudo de estabilidade de 3 (três) novos lotes do medicamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 197. Os medicamentos dinamizados notificados conforme os critérios definidos pela Resolução - RDC nº 26, de 30 de março de 2007, que dispõe sobre o registro de medicamentos dinamizados industrializados homeopáticos, antroposóficos e anti-homotóxicos poderão ser comercializados até a data de vencimento da notificação e, após, deverão se adequar a este regulamento.

§ 1º A adequação referida no caput deste art. 197 pode ser feita antes da data de vencimento da notificação, a critério da empresa, que deve cancelar a notificação existente e realizar nova notificação, conforme este regulamento técnico.

§ 2º O prazo para a realização da avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins será de até 3 (três) anos, contados a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 3º Para os medicamentos que, decorrido o prazo indicado no § 2º deste art. 197, ainda tiverem notificação válida, a avaliação de micotoxinas e determinação de resíduos de agrotóxicos e afins devem ser incluídos pela empresa nas análises de controle de qualidade.

Art. 198. As petições já protocoladas na Anvisa para registro de medicamentos dinamizados que não tiveram decisão publicada e que se enquadrem na notificação serão encerradas, podendo a empresa interessada proceder imediatamente à notificação do medicamento.

Art. 199. Os medicamentos registrados que, nos termos desta Resolução, assim permanecerem, deverão proceder às adequações necessárias por meio do peticionamento de código de assunto específico.

§ 1º Alterações relacionadas a controle de qualidade, incluindo a avaliação de micotoxinas e resíduos de agrotóxicos e afins, devem ser peticionadas em até 3 (três) anos, contados a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 2º Alterações que não envolvam controle de qualidade, tais como alteração na restrição de venda, devem ser peticionadas em até 6 (seis) meses, contados a partir do início da vigência desta Resolução.

Art. 200. Para todos os medicamentos dinamizados atualmente registrados ou notificados, deverá ser incluída na rotulagem, conforme inciso III do art. 39 desta Resolução, e na bula, conforme alínea a do inciso II do art. 42 desta Resolução, a frase relativa às indicações terapêuticas, no prazo de 180 dias contados a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 1º Para medicamentos registrados, as inclusões de que trata o caput deste art. 200 devem ser realizadas por meio de notificação de alteração de texto de bula e de rotulagem.

§ 2º Para medicamentos notificados, as inclusões de que trata o caput deste art. 200 devem ser realizadas pela empresa no prazo indicado e os novos modelos de bula e rotulagem devem ser submetidos eletronicamente à Anvisa quando da renovação da notificação do medicamento.

Art. 201. As petições de registro protocoladas antes da data de vigência desta Resolução, cujos produtos permanecerem passíveis de registro serão analisadas conforme esta Resolução.

Art. 202. As petições pós-registro contempladas no escopo deste regulamento protocoladas antes da data de vigência desta Resolução, incluindo as que se encontram em análise, serão analisadas conforme as Resoluções vigentes à época do protocolo.

Parágrafo único. Para as petições que passaram a ser classificadas como de implementação imediata por esse regulamento, as empresas poderão solicitar a desistência da petição e seguir o disposto neste regulamento.

Art. 203. Quando for constatada irregularidade nas petições de implementação imediata, a empresa poderá ser suspensa da realização do procedimento simplificado de mudanças pós-registro.

§ 1º Considera-se irregularidade a ausência das provas requeridas ou com prova reprovada para a mudança na data de implementação.

§ 2º A empresa suspensa do procedimento simplificado fica impedida por 1 (um) ano, a partir da data de publicação da decisão de suspensão, de implementar modificações pós-registro sem a autorização prévia da Anvisa, para qualquer medicamento de sua titularidade.

Art. 204. Quando a petição de renovação de registro estiver em fase recursal, não será aplicável o procedimento simplificado para as petições pós-registro do processo correspondente.

Art. 205. Caso a mudança pós-registro a ser realizada no medicamento dinamizado não se enquadre em nenhuma classificação disposta nesta Resolução, caberá à Anvisa, mediante solicitação do requerente, estabelecer o assunto a ser peticionado, a documentação, os ensaios e outras provas que devem ser apresentadas pelo requerente para avaliação técnica.

§ 1º Caso o assunto a ser peticionado requeira protocolo, o pedido de mudança deve ser protocolado nos termos desta Resolução.

§ 2º Caso o assunto a ser peticionado não requeira protocolo, a mudança deve ser anotada no HMP, juntando-se a ele a documentação técnica requerida.

Art. 206. As obrigatoriedades referentes à farmacovigilância a que ficam sujeitos os detentores de registro e notificação de medicamentos dinamizados são tratadas em regulamento específico da área de farmacovigilância.

Art. 207 O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 208. Os efeitos do § 2º do art. 203 passarão a vigorar no prazo de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 209. Fica revogada a Resolução - RDC nº 26, de 30 de março de 2007.

Art. 210. Esta Resolução entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO I

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Descrição da solicitação[1]
Razão da solicitação[2]
Conclusão[3]
Declaro que nenhuma mudança, além da acima descrita, será realizada. Declaro, ainda, que as informações constantes no texto de bula e rotulagem serão alteradas de acordo com a solicitação acima descrita, sendo que, para petições que não sejam de implementação imediata, tal atualização ocorrerá somente após a aprovação desta Anvisa. Na condição de responsável técnico, de responsável pela garantia da qualidade e de responsável por assuntos regulatórios da empresa XXXXXX, atesto a veracidade das informações prestadas.
Assinaturas:
Responsável Técnico: Responsável pela Garantia da Qualidade: Responsável por Assuntos Regulatórios:

1. Descrição detalhada da mudança pós-registro pleiteada pelo requerente.
2. Motivação da alteração proposta pela empresa, incluindo os argumentos técnicos para a realização da alteração. Se pertinente, a empresa deverá anexar à justificativa, a documentação comprobatória da motivação.
3. Descrição detalhada dos documentos apresentados, incluindo todo o racional dos requisitos técnicos e sanitários e a avaliação referente ao cumprimento satisfatório de cada requisito previsto para a aprovação da mudança pós-registro, que permitiriam sua aprovação.

ANEXO II

QUADROS COMPARATIVOS
QUADRO A

Quadro A - Comparativo de fórmulas							
Forma Farmacêutica							
Potência							
			Fórmula anterior		Fórmula proposta		
Substância	Código DCB, DCI ou CAS	Função	Concentração (mg)	% na fórmula	Concentração (mg)	% na fórmula	Diferença percentual
			Peso médio =		Peso médio =		Ó das alterações em % =

QUADRO B

Quadro B - Comparativo de processos de produção					
Forma Farmacêutica					
Potência					
	Processo Aprovado		Processo Proposto		
Lista de equipamentos (incluindo automação, capacidade, desenho e princípio de funcionamento)					
Descrição e referência do método de produção das potências intermediárias[1]					
Descrição e referência do método de produção do medicamento dinamizado[1]					
Metodologias de controle em processo com especificação					
Fluxograma de produção aprovado					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação Unitária	Parâmetros da operação unitária[4]	Equipamentos	Controle em processo[5]
Fluxograma de produção proposto					
Etapa[2]	Substância[3]	Operação Unitária	Parâmetros da operação unitária[4]	Equipamentos	Controle em processo[5]

1. Descrever o processo na forma de tópicos, numerando cada uma das etapas e destacando as diferenças entre os processos. Informar em qual farmacopeia ou compêndio oficial o método de produção está descrito.
2. De acordo com a numeração da descrição do processo produtivo, identificar as etapas críticas do processo.
3. Indicar a ordem de adição das substâncias na etapa em que esta ocorrer.
4. Informações referentes à velocidade, temperatura, tempo etc., incluindo identificação dos parâmetros críticos.
5. Informar quais os testes que serão realizados e em qual etapa ocorrerão.

QUADRO C

Quadro C - Comparativo de tamanho do lote		
Forma Farmacêutica		
Potência		
	Massa/Volume	Unidades Farmacotécnicas
Tamanho do lote piloto		
Tamanho do lote produzido na inclusão de tamanho de lote		

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 239, DE 26 DE JULHO DE 2018

Estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, III e IV aliado ao art. 7°, III e IV, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1° e 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1° Esta Resolução estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares.

Parágrafo único. Esta Resolução se aplica de maneira complementar à Portaria SVS/MS n° 540, de 27 de outubro de 1997, que aprova o regulamento técnico: aditivos alimentares - definições, classificação e emprego, e suas alterações.

Art. 2° Os aditivos alimentares autorizados para uso em suplementos alimentares, nas suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso se encontram listados no Anexo I desta Resolução.

§ 1° No caso dos suplementos alimentares indicados para lactentes ou para crianças de primeira infância, os aditivos alimentares autorizados, nas suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso restringem-se àqueles listados no Anexo II desta Resolução.

§ 2° Os limites máximos previstos correspondem aos valores a serem observados no produto pronto para consumo, preparado de acordo com as instruções do fabricante.

§ 3° Quando forem utilizados dois ou mais aditivos alimentares com a mesma função tecnológica e para os quais existam limites máximos numéricos estabelecidos, a soma das quantidades destes aditivos no produto pronto para o consumo não pode ser superior ao limite estabelecido para o aditivo permitido em maior quantidade.

§ 4° O disposto no § 3° não se aplica aos aditivos corantes usados na fabricação de suplementos alimentares apresentados na forma de comprimidos, drágeas, cápsulas e tabletes.

§ 5° Caso um mesmo aditivo alimentar seja utilizado com o objetivo de exercer duas ou mais funções tecnológicas, para as quais tenham sido estabelecidos limites máximos numéricos diferentes, a quantidade máxima a ser utilizada não pode ser superior ao maior limite estabelecido para este aditivo, dentre as funções para as quais é autorizado.

§ 6° No caso de suplementos alimentares que podem ser consumidos em mais de uma forma, devem ser atendidas simultaneamente as provisões de aditivos alimentares para todas as formas previstas de consumo.

Art. 3° Os aditivos alimentares podem estar presentes no suplemento alimentar como resultado da transferência por meio dos ingredientes usados na sua formulação, desde que os aditivos alimentares estejam autorizados para uso nos ingredientes, nas respectivas funções e limites máximos.

§ 1° O disposto no caput não se aplica aos suplementos alimentares indicados para lactentes e crianças de primeira infância.

§° 2° O aditivo alimentar que estiver permitido para o suplemento alimentar está permitido para os ingredientes que entram em sua formulação, desde que seja atendido o disposto no art. 2° desta Resolução.

Art. 4° Os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares, suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso se encontram listados no Anexo III desta Resolução.

§ 1° No caso dos suplementos alimentares indicados para lactentes ou para crianças de primeira infância, os coadjuvantes de tecnologia autorizados, nas suas respectivas funções, limites máximos e condições de uso restringem-se àqueles listados no Anexo IV desta Resolução.

§ 2° No caso de suplementos alimentares que podem ser consumidos em mais de uma forma, devem ser atendidas simultaneamente as provisões de coadjuvantes de tecnologia para todas as formas previstas de consumo.

Art. 5° Os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia devem atender integralmente as especificações de identidade, pureza e composição estabelecidas em, pelo menos, uma das seguintes referências:

I - Comitê Conjunto de Especialistas da FAO/OMS sobre Aditivos Alimentares (Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA);

II - Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemicals Codex - FCC); ou

III - Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (European Food Safety Authority - EFSA).

Art. 6° O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 7° Revogam-se as seguintes disposições:

I - Resolução - RDC n° 24, de 15 de fevereiro de 2005, que aprova o regulamento técnico que aprova o uso dos aditivos alimentares, coadjuvantes de tecnologia, estabelecendo suas funções e limites, e veículos para suplementos vitamínicos e ou minerais;

II - Resolução - RDC n° 69, de 22 de outubro de 2007, que aprova a extensão de uso do aditivo INS 341ii fosfato dicálcico, fosfato dibásico de cálcio, fosfato de cálcio dibásico, hidrogênio ortofosfato de cálcio, fosfato de cálcio secundário, hidrogênio fosfato de cálcio ou hidrogênio monofosfato de cálcio, na função de veículo para suplementos minerais sólidos contendo substâncias bioativas;

III - Resolução - RDC n° 7, de 20 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre aditivos alimentares para suplementos vitamínicos e ou minerais;

IV - Resolução - RDC n° 57, de 4 de novembro de 2011, que aprova o uso de ácido esteárico como aditivo alimentar na função de glaceante para suplementos vitamínicos e ou minerais;

V - Resolução - RDC n° 55, de 7 de outubro de 2014, que dispõe sobre a extensão de uso do aditivo alimentar polivinil álcool (INS 1203) para suplementos vitamínicos e minerais sólidos em cumprimento ao Mandado de Segurança n° 0060760- 41.2014.4.01.3400.

Art. 8° O item 3 da Portaria SVS/MS n° 540, de 1997, passa vigorar acrescido do seguinte subitem:

"3.24. Agente carreador: substância utilizada para dissolver, diluir, dispersar ou modificar fisicamente outros aditivos ou nutrientes do alimento sem alterar sua função, com vistas a facilitar o manuseio, aplicação ou uso destes no alimento". (NR)

Art. 9° O art. 1° da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 18, de 24 de março de 2008, que dispõe sobre o regulamento técnico que autoriza o uso de aditivos edulcorantes em alimentos, com seus respectivos limites máximos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre os aditivos edulcorantes autorizados para uso em alimentos.

§ 1° Os aditivos edulcorantes autorizados para uso em alimentos, seus limites máximos e condições de uso encontram-se listados no Anexo desta Resolução.

§ 2° Os limites máximos previstos no Anexo desta Resolução correspondem aos valores a serem observados no produto pronto para o consumo, de acordo com as instruções de preparo do fabricante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3° Os edulcorantes permitidos para uso em fórmulas para nutrição enteral e seus limites máximos devem atender à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 160, de 6 de junho de 2017, que dispõe sobre os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologias autorizados para uso em fórmulas para nutrição enteral.

§ 4° Os edulcorantes permitidos para uso em suplementos alimentares e seus limites máximos devem atender à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 239, de 26 de julho de 2018, que estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares." (NR)

Art. 10. O item 1 das restrições constantes no Anexo da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 18, de 2008, que dispõe sobre o regulamento técnico que autoriza o uso de aditivos edulcorantes em alimentos, com seus respectivos limites máximos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Restrições:

1. Os edulcorantes somente podem ser utilizados para a substituição parcial ou total de açúcares nas seguintes categorias:

- Alimentos e bebidas para controle de peso, conforme Portaria SVS/MS n° 30, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos para controle de peso;
- Alimentos para dietas com restrição de açúcares, conforme itens 4.1.1.1, 4.1.1.2 e 4.1.1.3 da Portaria SVS/MS n° 29, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos para fins especiais;
- Alimentos e bebidas para dietas com ingestão controlada de açúcares, conforme item 4.2.4 da Portaria SVS/MS n° 29, de 1998;
- Fórmulas para nutrição enteral, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 21, de 13 de maio de 2015, que dispõe sobre o regulamento técnico de fórmulas para nutrição enteral;
- Alimentos e bebidas com informação nutricional complementar para os atributos "não contém açúcares", "sem adição de açúcares", "baixo em açúcares" ou "reduzido em açúcares" ou, ainda, referente aos atributos "baixo em valor energético" ou "reduzido em valor energético", quando feita a substituição parcial ou total do açúcar, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 54, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre o regulamento técnico sobre informação nutricional complementar;
- Suplementos alimentares, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 243, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares." (NR)

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO I

ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

14.0 SUPLEMENTOS ALIMENTARES				
14.1 SUPLEMENTOS ALIMENTARES LÍQUIDOS (INCLUSIVE SUSPENSÕES, SOLUÇÕES, XAROPES, EMULSÕES E CONTEÚDO LÍQUIDO DE CÁPSULAS GELATINOSAS)				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100ml)	Notas
ACIDULANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	334	Ácido tartárico	0,20	-
	338	Ácido fosfórico	0,07	Como P2O5.
AGENTE CARREADOR	1503	Óleo de ricínio	0,10	-
	1520	Propileno glicol	0,20	-
	1521	Polietileno glicol	7,00	-
AGENTE DE MASSA	420	Sorbitol, xarope de sorbitol, D-sorbita	*quantum satis*	-
	422	Glicerina ou glicerol	*quantum satis*	-
	460i	Celulose microcristalina	*quantum satis*	-
	465ii	Xarope de maltitol	*quantum satis*	-
	953	Isomalt (isomaltulose hidrogenada)	*quantum satis*	-
	965i	Maltitol	*quantum satis*	-
	1200	Dextrose	*quantum satis*	-
ANTIESPUMANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	Permitido para suplementos alimentares sólidos que podem ser consumidos simultaneamente na forma sólida ou líquida.
ANTIOXIDANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	304	Palmitato de ascorbila	0,05	Expresso como estearato de ascorbila. Somente para produtos que contenham substâncias bioativas ou lipossolúveis.
	307a	D-alfa-tocoferol	0,03	Sobre o teor de gordura. Somente para produtos que contenham substâncias bioativas ou lipossolúveis. Limite máximo de 0,6 g/100mL somente para uso em óleo de peixe ou óleo de alga, sozinho ou em combinação com outros antioxidantes já autorizados.
	307b	Mistura concentrada de tocoferóis		
	307c	DL-alfa-tocoferol		
	310	Propil galato	0,04	Sobre o teor de gordura. Sozinho ou em combinação com BHA, BHT e propil galato.
	320	Butil hidroxianisol (BHA)		
	321	Butil hidroxitolueno (BHT)		
ANTIUMECTANTE	551	Dióxido de silício, sílica	*quantum satis*	Somente para suspensões.
AROMATIZANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 2, de 2007.	*quantum satis*	Não permitido para conteúdo líquido de cápsulas gelatinosas, com exceção de produtos com óleo de peixe ou alho. Para aromatizantes provenientes de extratos vegetais, o limite máximo é de 2%, salvo disposto em regulamento específico.
CONSERVADOR	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	200	Ácido sórbico	0,20	-
	202	Sorbato de potássio	0,20	Como ácido sórbico.
	203	Sorbato de cálcio	0,20	
	210	Ácido benzoico	0,20	-
	211	Benzoato de sódio	0,20	Como ácido benzoico.
	212	Benzoato de potássio	0,20	
	213	Benzoato de cálcio, benzoato de monocálcio	0,20	
	214	Para-hidroxibenzoato de etila	0,15	-
	218	Para-hidroxibenzoato de metila	0,15	-
	242	Dimetil dicarbonato, dicarbonato dimetílico	0,025	-
CORANTE	100i	Curcumina, cúrcuma	0,01	Como curcumina.
	101i	Riboflavina, vitamina B2, lactoflavina	0,03	-
	101ii	Riboflavina 5'-fosfato de sódio	0,03	-
	102	Tartrazina	0,01	-
	110	Amarelo crepúsculo	0,01	-
	120	Carmim, cochonilha	0,01	Como ácido carmínico.
	122	Azorrubina	0,01	-
	123	Amaranto, Bordeaux S	0,01	-
	124	Ponceau 4R	0,01	-
	127	Eritrosina	0,005	-
	129	Vermelho 40	0,01	-
	131	Azul patente V	0,01	-
	132	Indigotina	0,01	-
	133	Azul brilhante FCF	0,01	-
	140i	Clorofila	*quantum satis*	-
	140ii	Clorofilina	*quantum satis*	-
	141i	Clorofila cúprica	0,005	-
	141ii	Clorofilina cúprica	0,005	-
	143	Verde rápido FCF	0,01	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	150a	Caramelo I - simples	*quantum satis*	-
	150b	Caramelo II - processo sulfito cáustico	0,40	-
	150c	Caramelo III - processo amônia	0,40	-
	150d	Caramelo IV - processo sulfito-amônia	0,40	-
	153	Carvão vegetal	*quantum satis*	-
	160ai	Beta - caroteno sintético idêntico ao natural	0,03	Sozinho ou em combinação.
	160aiii	Betacaroteno de *Blakeslea trispora*	0,03	
	160aii	Carotenos: extratos naturais (alfa, beta e gama)	*quantum satis*	-
	160b	Urucum, bixina, norbixina	0,01	Como bixina.
	160c	Páprica, capsorubina	0,01	-
	160di	Licopeno sintético	*quantum satis*	-
	160dii	Extrato de licopeno de tomate	*quantum satis*	-
	160diii	Licopeno de *Blakeslea trispora*	*quantum satis*	-
	160e	Beta-Apo-8'carotenal	0,01	-
	160f	Éster etílico ou metílico do ácido beta-apo-8'carotenóico	0,01	-
	162	Vermelho de beterraba, betanina	*quantum satis*	-
	163ii	Extrato de casca de uva	0,05	Como antocianina.
	171	Dióxido de titânio	*quantum satis*	-
EDULCORANTE	420	Sorbitol, xarope de sorbitol, D-sorbita	*quantum satis*	Não permitido para conteúdo líquido de cápsulas gelatinosas.
	421	Manitol	*quantum satis*	
	950	Acesulfame de potássio	0,035	
	951	Aspartame	0,075	
	952	Ácido ciclâmico e seus sais de cálcio, potássio e sódio	0,04	
	953	Isomalt isomaltulose hidrogenada	*quantum satis*	
	954	Sacarina e seus sais de cálcio, potássio e sódio	0,08	
	955	Sucralose	0,04	
	957	Taumatina	*quantum satis*	
	960	Glicosídeos de esteviol	0,06	
	961	Neotame	0,0065	
	964	Xarope de poliglicitol	*quantum satis*	
	965	Maltitol, xarope de maltitol	*quantum satis*	
	966	Lactitol	*quantum satis*	
	967	Xilitol	*quantum satis*	
	968	Eritritol	*quantum satis*	
EMULSIFICANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	432	Monolaurato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 20	0,50	-
	433	Monooleato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 80	0,50	-
	434	Monopalmitato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 40	0,50	-
	435	Monoestearato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 60	0,50	-
	436	Triestearato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 65	0,50	-
	444	Acetato de isobutirato de sacarose	0,03	-
	445iii	Ésteres de glicerol com resina de madeira	0,01	-
	473	Ésteres graxos de sacarose	0,50	-
	473a	Oligosteres de sacarose tipo I e tipo II	0,50	-
	474	Ésteres de glicerol e sacarose, sucroglicerídeos	0,50	-
	475	Ésteres de ácidos graxos com poliglicerol	0,50	-
	491	Monoestearato de sorbitana	0,50	-
	492	Triestearato de sorbitana	0,50	-
	493	Monolaurato de sorbitana	0,50	-
	494	Monooleato de sorbitana	0,50	-
	495	Monopalmitato de sorbitana	0,50	-
ESPESSANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	953	Isomalt (isomaltulose hidrogenada)	*quantum satis*	-
ESTABILIZANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	170i	Carbonato de cálcio	*quantum satis*	-
	444	Acetato de isobutirato de sacarose	0,03	-
	445iii	Ésteres de glicerol com resina de madeira	0,01	-
	405	Alginato de propileno glicol	0,10	-
	500ii	Bicarbonato de sódio	*quantum satis*	-
	967	Xilitol	*quantum satis*	-
REALÇADOR DE SABOR	620	Ácido glutâmico	*quantum satis*	Não permitido para conteúdo líquido de cápsulas gelatinosas.
	621	Glutamato de sódio, glutamato monossódico	*quantum satis*	
	622	Glutamato de potássio	*quantum satis*	
	623	Diglutamato de cálcio	*quantum satis*	
	624	Glutamato de monoamônio	*quantum satis*	
	625	Glutamato de magnésio	*quantum satis*	
	627	Guanilato dissódico, dissódio 5-guanilato	*quantum satis*	
	628	5-Guanilato de potássio	*quantum satis*	
	629	5-Guanilato de cálcio	*quantum satis*	
	630	Ácido inosínico	*quantum satis*	
	631	Inosinato dissódico, dissódico 5-inosinato	*quantum satis*	
	632	Inosinato de potássio	*quantum satis*	
	633	Inosinato de cálcio	*quantum satis*	
REGULADOR DE ACIDEZ	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	335ii	Tartarato dissódico	0,50	-
	338	Ácido fosfórico	0,50	Como P2O5.
	339ii	Fosfato de sódio dibásico, fosfato ácido dissódio, fosfato de dissódio, fosfato de sódio secundário	0,50	
	340i	Fosfato de potássio monobásico, fosfato monopotássico, fosfato ácido de potássio, ortofosfato monopotássico	0,50	
	340ii	Fosfato dipotássico, monofostato dipotássio, ortofosfato dipotássico	0,50	
	341i	Fosfato monocálcico, fosfato monobásico de cálcio	0,50	
	341ii	Fosfato dicálcio, fosfato dibásico de cálcio	0,50	
	341iii	Fosfato tricálcio, fosfato tribásico de cálcio	0,50	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEQUESTRANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	385	EDTA cálcio dissódico	0,015	Como cálcio dissódio etilenodiaminotetracetato anidro.
	450vi	Pirofosfato dicálcio, difosfato dicálcio	0,07	Como P2O5.
	452i	Polifosfato de sódio, metafosfato de sódio insolúvel, hexametafosfato de sódio, sal de Graham, tetrapolifosfato de sódio	0,07	
UMECTANTE	422	Glicerol, glicerina	*quantum satis*	-
14.2 SUPLEMENTOS ALIMENTARES SÓLIDOS E SEMISSÓLIDOS				
14.2.1 SUPLEMENTOS ALIMENTARES SÓLIDOS E SEMISSÓLIDOS (INCLUSIVE COMPRIMIDOS, GOMAS, DRÁGEAS, TABLETES, CÁPSULAS, CÁPSULAS GELATINOSAS, GÉIS, CREMES, PÓS, GRANULADOS, PASTILHAS E FORMAS MASTIGÁVEIS)				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100g)	Notas
ACIDULANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	334	Ácido tartárico	0,20	-
	460i	Celulose microcristalina	*quantum satis*	-
	1503	Óleo de ricínio	0,10	Somente para géis e semissólidos.
	1520	Propileno glicol	0,20	
	1521	Polietileno glicol	7,00	-
AGENTE DE MASSA	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	460i	Celulose microcristalina	*quantum satis*	-
AGENTE DE FIRMEZA	327	Lactato de cálcio	*quantum satis*	Somente para semissólidos.
	518	Sulfato de magnésio	*quantum satis*	-
ANTIOXIDANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	304	Palmitato de ascorbila	0,05	Expresso como estearato de ascorbila. Somente para produtos que contenham substâncias bioativas ou lipossolúveis.
	307a	D-alfa-tocoferol	0,15	Sobre o teor de gordura. Somente para produtos que contenham substâncias bioativas ou lipossolúveis.
	307b	Mistura concentrada de tocoferóis		
	307c	DL-alfa-tocoferol		
	310	Propil galato	0,04	Sobre o teor de gordura. Sozinho ou em combinação com BHA, BHT ou propil galato.
	320	Butil hidroxianisol (BHA)		
	321	Butil hidroxitolueno (BHT)		
ANTIUMECTANTE/ ANTIAGLUTINANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	341iii	Fosfato tricálcico, Fosfato tribásico de cálcio	2,50	Como P2O5.
	470iii	Estearato de magnésio	*quantum satis*	-
	500i	Carbonato de sódio	*quantum satis*	-
	500ii	Bicarbonato de sódio, ácido carbônico monossódico	*quantum satis*	-
	551	Dióxido de silício, sílica	*quantum satis*	-
AROMATIZANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 2, de 2007.	*quantum satis*	Não permitido em cápsulas, cápsulas gelatinosas, comprimidos, drágeas, com exceção de produtos com óleo de peixe ou alho, formas mastigáveis ou sublinguais. Para aromatizantes provenientes de extratos vegetais, o limite máximo é de 2%, salvo disposto em regulamento específico.
CONSERVADOR	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	Somente para semissólidos.
	200	Ácido sórbico	0,08	Como ácido ascórbico e somente para semissólidos.
	201	Sorbato de sódio	0,08	
	202	Sorbato de potássio	0,08	
	203	Sorbato de cálcio	0,08	
	210	Ácido benzoico	0,10	Somente para semissólidos
	211	Benzoato de sódio	0,10	Como ácido benzoico e somente para semissólidos.
	212	Benzoato de potássio	0,10	
	213	Benzoato de cálcio, benzoato de monocálcio	0,10	
CORANTE	100i	Curcumina, cúrcuma	0,015	Como curcumina.
	101i	Riboflavina, vitamina B2, lactoflavina	0,03	-
	101ii	Riboflavina 5'-fosfato de sódio	0,03	-
	102	Tartrazina	0,03	As lacas de alumínio estão autorizadas somente para o revestimento de comprimidos e drágeas.
	104	Amarelo de quinoleína	0,03	
	110	Amarelo crepúsculo	0,03	
	120	Carmim, cochonilha, ácido carmínico, sais de Na, K, NH4, Ca	0,03	Como ácido carmínico. As lacas de alumínio estão autorizadas somente para o revestimento de comprimidos e drágeas.
	122	Azorrubina, carmosina	0,03	As lacas de alumínio estão autorizadas somente para o revestimento de comprimidos e drágeas.
	123	Amaranto, Bordeaux S	0,03	
	124	Ponceau 4R	0,03	
	127	Eritrosina	0,005	
	129	Vermelho 40	0,03	
	131	Azul patente V	0,03	
	132	Indigotina	0,03	
	133	Azul brilhante FCF	0,03	
	140i	Clorofila	*quantum satis*	-
	140ii	Clorofilina	*quantum satis*	-
	141i	Clorofila cúprica	0,03	-
	141ii	Clorofilina cúprica	0,03	-
	143	Verde rápido FCF	0,03	As lacas de alumínio estão autorizadas somente para o revestimento de comprimidos e drágeas.
	150a	Caramelo I - simples	*quantum satis*	-
	150b	Caramelo II - processo sulfito cáustico	0,01	-
	150c	Caramelo III - processo amônia	0,01	-
	150d	Caramelo IV - processo sulfito-amônia	0,01	-
	153	Carvão vegetal	*quantum satis*	-
	160ai	Beta - caroteno sintético idêntico ao natural	0,03	Sozinho ou em combinação.
	160aiii	Betacaroteno de *Blakeslea trispora*	0,03	
	160aii	Carotenos: extratos naturais (alfa, beta e gama)	*quantum satis*	-
	160b	Urucum, bixina, norbixina, sais de Na e K	0,02	Como bixina.
	160c	Páprica, Capsorubina	0,02	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	160di	Licopeno sintético	*quantum satis*	-
	160dii	Extrato de licopeno de tomate	*quantum satis*	-
	160diii	Licopeno de *Blakeslea trispora*	*quantum satis*	-
	160e	Beta-Apo-8'carotenal	0,03	-
	160f	Éster etílico	0,03	-
	162	Vermelho de beterraba, betanina	*quantum satis*	-
	163ii	Extrato de casca de uva	0,05	Como antocianina.
	171	Dióxido de titânio	*quantum satis*	-
	172i	Óxido de ferro preto	0,75	-
	172ii	Óxido de ferro vermelho	0,75	-
	172iii	Óxido de ferro amarelo	0,75	-
EDULCORANTE	420	Sorbitol, xarope de sorbitol, D-sorbita	*quantum satis*	Não permitido em cápsulas, cápsulas gelatinosas, comprimidos e drágeas, com exceção das formas mastigáveis ou sublinguais.
	421	Manitol	*quantum satis*	
	950	Acesulfame de potássio	0,50	
	951	Aspartame	2,00	
	952	Ácido ciclâmico e seus sais de cálcio, potássio e sódio	0,125	
	953	Isomalt isomaltulose hidrogenada	*quantum satis*	
	954	Sacarina e seus sais de cálcio, potássio e sódio	0,12	
	955	Sucralose	0,24	
	957	Taumatina	*quantum satis*	
	960	Glicosídeos de esteviol	0,06	
	961	Neotame	0,0065	
	964	Xarope de poliglicitol	*quantum satis*	
	965	Maltitol, xarope de maltitol	*quantum satis*	
	966	Lactitol	*quantum satis*	
	967	Xilitol	*quantum satis*	
	968	Eritritol	*quantum satis*	
EMULSIFICANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	432	Monolaurato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 20	0,50	-
	433	Monooleato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato80	0,90	-
	434	Monopalmitato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 40	0,50	-
	435	Monoestearato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 60	0,50	-
	436	Triestearato de polioxietileno (20) sorbitana, polisorbato 65	0,50	-
	473a	Oligoesteres de sacarose tipo I e tipo II	0,25	-
	474	Ésteres de glicerol e sacarose, sucroglicerídeos	0,25	-
ESPESSANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	425	Goma Konjac	*quantum satis*	-
	470iii	Estearato de magnésio	*quantum satis*	-
	953	Isomalt (isomaltulose hidrogenada)	*quantum satis*	-
	1209	Copolímero enxertado de álcool polivinílico e polietilenoglicol	10,00	Somente para uso em comprimidos e tabletes.
ESTABILIZANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	170i	Carbonato de cálcio	*quantum satis*	-
	473	Ésteres graxos de sacarose	0,10	-
	500ii	Bicarbonato de sódio	*quantum satis*	-
	967	Xilitol	*quantum satis*	-
	1201	Polivinilpirrolidona, povidone	1,50	-
	1209	Copolímero enxertado de álcool polivinílico e polietilenoglicol	10,00	Somente para uso em comprimidos e tabletes.
	1505	Trietilcitrato, citrato de trietila	0,35	Somente para uso em comprimidos.
GELEIFICANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	Somente para produção de cápsulas gelatinosas ou semissólidos.
GLACEANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	400	Ácido algínico	*quantum satis*	-
	401	Alginato de sódio	*quantum satis*	-
	402	Alginato de potássio	*quantum satis*	-
	406	Agar	*quantum satis*	-
	407a	Alga Euchema processada, PES	*quantum satis*	-
	403	Alginato de amônio	*quantum satis*	-
	404	Alginato de cálcio	*quantum satis*	-
	407	Carragena, furcelarana e seus sais de sódio e potássio, musgo irlandês	*quantum satis*	-
	414	Goma acácia, goma arábica	*quantum satis*	-
	425	Goma Konjac	*quantum satis*	-
	440	Pectina amidada, pectina	*quantum satis*	-
	460i	Celulose microcristalina	*quantum satis*	-
	460ii	Celulose em pó	*quantum satis*	-
	461	Metilcelulose	*quantum satis*	-
	462	Etilcelulose	*quantum satis*	-
	463	Hidroxipropilcelulose, hiprolose	*quantum satis*	-
	464	Hidroxipropilmetilcelulose	*quantum satis*	-
	466	Carboximetilcelulose sódica	*quantum satis*	-
	570	Ácido esteárico	3,00	-
	903	Cera de carnaúba	0,50	-
	1201	Polivinilpirrolidona, povidone	1,50	-
	1203	Polivinil álcool	4,50	-
	1209	Copolímero enxertado de álcool polivinílico e polietilenoglicol	5,00	Somente para uso em comprimidos e tabletes.
	1503	Óleo de ricínio	0,10	-
	1521	Polietileno Glicol	7,00	-
REALÇADOR DE SABOR	620	Ácido glutâmico	*quantum satis*	Não permitido em cápsulas, cápsulas gelatinosas, comprimidos e drágeas, com exceção das formas mastigáveis ou sublinguais.
	621	Glutamato de sódio, glutamato monossódico	*quantum satis*	
	622	Glutamato de potássio	*quantum satis*	
	623	Diglutamato de cálcio	*quantum satis*	
	624	Glutamato de monoamônio	*quantum satis*	
	625	Glutamato de magnésio	*quantum satis*	
	627	Guanilato dissódico, dissódio 5-guanilato	*quantum satis*	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	628	5-Guanilato de potássio	*quantum satis*	
	629	5-Guanilato de cálcio	*quantum satis*	
	630	Ácido inosínico	*quantum satis*	
	631	Inosinato dissódico, dissódico 5-inosinato	*quantum satis*	
	632	Inosinato de potássio	*quantum satis*	
	633	Inosinato de cálcio	*quantum satis*	
REGULADOR DE ACIDEZ	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	338	Ácido fosfórico	0,22	Como P2O5.
	339ii	Fosfato de sódio dibásico, fosfato ácido dissódio, fosfato de dissódio, fosfato de sódio secundário	0,22	
	340i	Fosfato de potássio monobásico, fosfato monopotássico, fosfato ácido de potássio, ortofosfato monopotássico	0,22	
	340ii	Fosfato dipotássico, monofostato dipotássio, ortofosfato dipotássico	0,22	Como P2O5.
SEQUESTRANTE	-	Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
	385	EDTA cálcio dissódico	0,015	Como cálcio dissódio etilenodiaminotetracetato anidro.
UMECTANTE		Todos os autorizados pela Resolução RDC nº 45, de 2010.	*quantum satis*	-
14.2.2 EFERVESCENTES E PÓS PARA PREPARO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES				
Admitem-se as mesmas provisões de aditivos alimentares para a categoria 14.1: suplementos alimentares líquidos, exceto os conservadores. Admitem-se também as provisões de aditivos antiumectantes e umectantes permitidos para a categoria 14.2.1: suplementos alimentares sólidos e semissólidos.				

ANEXO II

ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

14.0 SUPLEMENTOS ALIMENTARES				
14.3 SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA.				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100ml ou 100g)	Notas
ACIDULANTE/ REGULADOR DE ACIDEZ	170i	Carbonato de cálcio	*quantum satis*	Para crianças de 6 a 36 meses.
	260	Ácido acético	0,50	
	270	Ácido lático (L-, D- e DL-)	*quantum satis*	Para crianças de 0 a 36 meses.
	330	Ácido cítrico	*quantum satis*	
	331i	Citrato monossódico	*quantum satis*	Para crianças de 0 a 36 meses. Deve atender aos limites de sódio.
	331iii	Citrato trissódico, citrato de sódio	*quantum satis*	
	332ii	Citrato tripotássico, citrato de potássio	*quantum satis*	
	339ii	Fosfato de sódio dibásico	0,44	Para crianças de 6 a 36 meses. Somente para ajuste de pH.
	340ii	Fosfato de potássio dibásico	0,44	
	500i	Carbonato de sódio	0,20	Para crianças de 0 a 36 meses. Sozinhos ou em combinação, e desde que a quantidade total adicionada atenda aos limites estabelecidos para sódio, potássio e cálcio.
	500ii	Bicarbonato de sódio, carbonato ácido de sódio		
	501i	Carbonato de potássio		
	501ii	Bicarbonato de potássio, carbonato ácido de potássio, hidrogeno carbonato de potássio		
	524	Hidróxido de sódio		
	525	Hidróxido de potássio		
	526	Hidróxido de cálcio		
	503i	Carbonato de amônio	*quantum satis*	Para crianças de 6 a 36 meses.
	503ii	Bicarbonato de amônio	*quantum satis*	
ANTIOXIDANTE	300	Ácido ascórbico (L-)	0,005	Para crianças de 6 a 36 meses. Sozinhos ou em combinação, expresso como ácido ascórbico.
	301	Ascorbato de sódio		
	302	Ascorbato de cálcio		
	303	Ascorbato de potássio	0,05	Para crianças de 6 a 36 meses.
	304	Palmitato de ascorbila	0,001	Para crianças de 0 a 36 meses.
	307b	Mistura concentrada de tocoferóis	0,001* 0,003**	* Para crianças de 0 a 5 meses e 29 dias. ** Para crianças de 6 a 36 meses, respectivamente. Sozinho ou em combinação com o INS 307.
	307	Tocoferol, alfa-tocoferol	0,003	Para crianças de 6 a 36 meses. Sozinho ou em combinação com o INS 307b.
AROMATIZANTE	-	Aromas naturais de frutas	*quantum satis*	Para crianças de 6 a 36 meses.
	-	Aroma natural de baunilha	*quantum satis*	
	-	Etil vanilina	0,005	
	-	Vanilina	0,005	
EMULSIFICANTE	322	Lecitinas	0,50	Para crianças de 0 a 36 meses.
	471	Mono e diglicerídeos de ácidos graxos	0,40	
ESPESSANTE	410	Goma garrofina, goma caroba, goma alfarroba, goma jataí	0,10	
	412	Goma guar	0,20	Para crianças de 6 a 36 meses.
	440	Pectina, pectina amidada	1,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

COADJUVANTES DE TECNOLOGIA AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

14.0 SUPLEMENTOS ALIMENTARES				
14.1 SUPLEMENTOS ALIMENTARES LÍQUIDOS (INCLUSIVE SUSPENSÕES, SOLUÇÕES, AEROSSÓIS, XAROPES, EMULSÕES E CONTEÚDO LÍQUIDO DE CÁPSULAS)				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100mL)	Notas
ENZIMA OU PREPARAÇÃO ENZIMÁTICA	-	Todas as autorizadas pela Resolução RDC nº 53, de 2014, e outros regulamentos específicos	*quantum satis*	-
GÁS PROPELENTE, GÁS PARA EMBALAGEM	290	Dióxido de carbono	*quantum satis*	-
	941	Nitrogênio	*quantum satis*	-
SOLVENTE DE EXTRAÇÃO OU PROCESSAMENTO	-	Álcool etílico	*quantum satis*	-
14.2 SUPLEMENTOS ALIMENTARES SÓLIDOS E SEMISSÓLIDOS				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100g)	Notas
ENZIMA OU PREPARAÇÃO ENZIMÁTICA	-	Todas as autorizadas pela Resolução RDC nº 53, de 2014, e outros regulamentos específicos	*quantum satis*	-
GÁS PROPELENTE, GÁS PARA EMBALAGEM	290	Dióxido de carbono	*quantum satis*	-
	941	Nitrogênio	*quantum satis*	-
LUBRIFICANTE	470	Sais de ácidos graxos	*quantum satis*	Com exceção dos sais com base em Al.
	470iii	Estearato de magnésio	*quantum satis*	-
	553iii	Talco, metasilicato ácido de magnésio	*quantum satis*	-
	905	Óleo mineral	*quantum satis*	-
SOLVENTE DE EXTRAÇÃO OU PROCESSAMENTO	-	Álcool etílico	*quantum satis*	-

ANEXO IV

COADJUVANTES DE TECNOLOGIA AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA, SUAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, LIMITES MÁXIMOS E CONDIÇÕES DE USO

14.0 SUPLEMENTOS ALIMENTARES				
14.3 SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA				
Função	INS	Nome	Limite máximo (g/100ml)	Notas
GASES PROPELENTES, GASES PARA EMBALAGENS	290	Dióxido de carbono	*quantum satis*	Para crianças de 0 a 36 meses.
	941	Nitrogênio	*quantum satis*	

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 240, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera a Resolução - RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, III e IV aliado ao art. 7°, III e IV, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1° e 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1° A ementa da Resolução - RDC n° 27, de 6 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário". (NR)

Art. 2° O art. 1° da Resolução - RDC n° 27, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Esta Resolução estabelece as categorias de alimentos e embalagens dispensadas e com obrigatoriedade de registro sanitário". (NR)

Art. 3° O art. 2° da Resolução - RDC n° 27, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° A empresa que detém o registro de produtos que, de acordo com esta Resolução, passam a ser dispensados da obrigatoriedade de registro, podem utilizar rotulagem contendo o número do registro concedido até a data do vencimento do registro ou até o final do estoque existente de embalagem deste produto". (NR)

Art. 4° O Anexo I da Resolução - RDC n° 27, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 5° O Anexo II da Resolução - RDC n° 27, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Resolução.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO I

ALIMENTOS E EMBALAGENS DISPENSADOS DA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO SANITÁRIO

Código	Categoria
100115	Açúcares e produtos para adoçar (1)
4200047	Aditivos alimentares (2)
4100114	Adoçantes dietéticos
4300164	Águas adicionadas de sais
4200020	Água mineral natural e água natural
4300083	Alimentos para controle de peso
4300078	Alimentos para dietas com restrição de nutrientes
4300086	Alimentos para dietas com ingestão controlada de açúcares
4300087	Alimentos para idosos
4300167	Bala, bombons e gomas de mascar
4100018	Café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis
4100166	Chocolate e produtos de cacau
4200055	Coadjuvantes de tecnologia (3)
4200071	Embalagens
4300194	Enzimas e preparações enzimáticas (4)
4100042	Especiarias, temperos e molhos
4200012	Gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis
4200123	Gelo
4200098	Mistura para o preparo de alimentos e alimentos prontos para o consumo
4100158	Óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal
4300151	Produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos
4300196	Produtos proteicos de origem vegetal
4100077	Produtos de vegetais (exceto palmito), produtos de frutas e cogumelos comestíveis (5)
4000009	Vegetais em conserva (palmito)
4100204	Sal
4200101	Sal hipossódico/sucedâneos do sal
4300041	Suplementos alimentares (6)

Observações:

(1) Adoçante de Mesa - desde que os edulcorantes e veículos estejam previstos em Regulamentos Técnicos específicos.

(2) Todos os aditivos alimentares devem estar previstos em regulamento técnico específico. Estão incluídos os fermentos químicos.

(3) Incluindo os fermentos biológicos e as culturas microbianas.

(4) Enzimas e preparações enzimáticas - desde que previstas em Regulamentos Técnicos específicos, inclusive suas fontes de obtenção, e que atendam às especificações estabelecidas nestes regulamentos.

(5) Cogumelos Comestíveis - nas formas de apresentação: inteiras, fragmentadas, moídas e em conserva.

(6) Exceto os suplementos alimentares contendo enzimas ou probióticos.

ANEXO II

ALIMENTOS E EMBALAGENS COM OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO SANITÁRIO

Código	Categoria
4300032	Alimentos com alegações de propriedade funcional e ou de saúde
4300033	Alimentos infantis
4200081	Fórmulas para nutrição enteral
4300031	Embalagens novas tecnologias (recicladas)
4300030	Novos alimentos e novos ingredientes
4300090	Suplementos alimentares contendo enzimas ou probióticos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA
RDC Nº 241, DE 26 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, III e IV aliado ao art. 7°, III e IV, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1° e 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Âmbito de Aplicação

Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos.

Art. 2° Esta Resolução se aplica de forma complementar ao disposto na:

I - Resolução n° 17, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para a avaliação de risco e segurança dos alimentos; e

II - Resolução n° 18, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para análise e comprovação de propriedades funcionais ou de saúde alegadas em rotulagem de alimentos.

Seção II

Definições

Art. 3° Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - probiótico: micro-organismo vivo que, quando administrado em quantidades adequadas, confere um benefício à saúde do indivíduo; e

II - linhagem: subpopulação de células de uma mesma espécie que apresentam as mesmas características e são identificadas por números, letras ou nomes que seguem o epíteto específico.

CAPÍTULO II

REQUISITOS PARA COMPROVAÇÃO DA SEGURANÇA E DOS BENEFÍCIOS À SAÚDE DOS PROBIÓTICOS PARA USO EM ALIMENTOS

Seção I

Princípios Gerais

Art. 4° O uso de probióticos em alimentos requer a comprovação da sua segurança e benefícios à saúde.

§ 1° A solicitação de comprovação de que trata o caput deve ser realizada mediante protocolo de petição de avaliação de segurança e de eficácia.

§ 2° O resultado da avaliação da petição de que trata o § 1° será publicado por meio de Resolução (RE).

Art. 5° A comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos não dispensa os alimentos adicionados de probióticos do cumprimento aos demais requisitos necessários para sua regularização, nos termos da Resolução n° 23, de 15 de março de 2000, que dispõe sobre o manual de procedimentos básicos para registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes à área de alimentos.

Art. 6° As decisões das petições de registros de alimentos contendo probióticos, protocoladas a partir da publicação desta Resolução, estarão vinculadas à decisão prévia da petição de avaliação de segurança e de eficácia, conforme o trâmite disposto no art. 4°.

Seção II

Identidade dos Probióticos

Art. 7° A comprovação da segurança dos probióticos e dos seus benefícios à saúde requer a caracterização e identificação inequívoca da linhagem do micro-organismo, por meio da apresentação de documentos técnicos ou estudos científicos que:

I - identifiquem a espécie, de acordo com a nomenclatura binomial mais atual;

II - identifiquem e caracterizem a linhagem, por meio de métodos genotípicos e fenotípicos;

III - especifiquem a origem da linhagem; e

IV - comprovem o depósito da linhagem em uma coleção de cultura internacionalmente reconhecida.

Seção III

Segurança dos Probióticos

Art. 8° A comprovação da segurança deve ser realizada por meio de documentos técnicos ou estudos científicos que demonstrem:

I - histórico de uso seguro;

II - ausência de registros de eventos adversos relevantes, obtidos a partir de estudos clínicos ou vigilância pós-uso;

III - ausência de fatores de virulência e patogenicidade relevantes para a saúde humana;

IV - ausência de produção de substâncias ou metabólitos que representem risco à saúde humana;

V - ausência de resistência potencialmente transferível a antibióticos relevantes para a saúde humana; e

VI - susceptibilidade a, pelo menos, dois antibióticos.

Art. 9° Sem prejuízo do disposto no art. 8° desta Resolução, quando os probióticos não forem isolados de alimentos ou da microbiota indígena humana e não tiverem sua segurança estabelecida em nível de gênero ou espécie, a segurança deve ser comprovada por meio dos seguintes estudos:

I - genotoxicidade e mutagenicidade;

II - toxicidade aguda;

III - toxicidade subcrônica;

IV - toxicidade a longo prazo; e

V - toxicidade reprodutiva e no desenvolvimento, quando a linhagem for destinada a crianças menores de três anos e gestantes.

Art. 10. Sem prejuízo do disposto nos arts. 8° e 9° desta Resolução, quando os probióticos forem destinados ao consumo por gestantes ou por crianças menores de três anos, a segurança da linhagem deve ser comprovada por meio de estudos clínicos que avaliem a ocorrência de efeitos adversos e os parâmetros de crescimento e de desenvolvimento.

Art. 11. Em caso de associações de probióticos, as linhagens utilizadas devem ter sua segurança comprovada individualmente.

Seção IV

Benefício dos Probióticos

Art. 12. O benefício à saúde associado ao uso do probiótico deve estar claramente identificado e refletir da forma mais adequada o conjunto de evidências apresentadas.

Parágrafo único. Nos produtos adicionados de probióticos, o benefício deve ser comunicado por meio da alegação de propriedade funcional ou de saúde aprovada para a linhagem, exceto quando houver disposição em contrário em regulamento técnico específico.

Art. 13. O benefício alegado pode ter caráter geral ou específico, levando em consideração a totalidade e o nível das evidências disponíveis.

Art. 14. A comprovação do benefício para probióticos requer demonstração da sobrevivência às condições do trato digestório humano e evidência de efeito em humanos obtida por meio de estudos que:

I - sejam conduzidos com a linhagem do micro-organismo;

II - envolvam um grupo representativo da população de interesse ou cujos resultados possam ser extrapolados para aquela de interesse;

III - considerem a quantidade mínima sugerida para obtenção do benefício;

IV - avaliem desfechos relevantes para o benefício alegado; e

V - minimizem vieses e fatores de confundimento.

Parágrafo único. Em adição às evidências em humanos tratada no caput, podem ser apresentados outros tipos de estudos e referências que ajudem a explicar a plausibilidade biológica do efeito alegado.

Art. 15. Quando o benefício a ser comprovado estiver associado a uma mistura de linhagens, os estudos em humanos devem ser realizados com a mesma mistura a que se pretende demonstrar o efeito alegado.

Parágrafo único. A comprovação do benefício à saúde tratada no caput não é necessária para a associação de probióticos em que todas as linhagens utilizadas já tenham um benefício comprovado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Caso o conjunto de evidências apresentado seja inconclusivo ou haja incertezas para a comprovação de segurança ou benefício da linhagem, podem ser requeridos estudos ou informações adicionais.

Art. 17. Fica estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) meses para adequação dos alimentos contendo probióticos que se encontram regularizados junto ao órgão competente na data de publicação desta Resolução.

Art. 18. As empresas responsáveis por petições de registro de alimentos contendo probióticos e por petições de avaliação de segurança e de eficácia de probióticos, pendentes de decisão da Anvisa quando da publicação desta Resolução, serão devidamente notificadas a manifestar-se expressamente no prazo de 30 (trinta) dias a partir da notificação, sobre o interesse em:

I - desistir do pedido;

II - aditar a petição, de acordo com as disposições aprovadas nesta Resolução;

III - informar que os documentos para avaliação de segurança e de eficácia do probiótico presente no produto objeto da petição de registro serão protocolados em petição específica de avaliação de segurança e de eficácia.

§ 1° O aditamento de que trata o inciso II deverá ser feito no prazo de até trezentos e sessenta e cinco dias a partir da data de publicação desta Resolução, em ato único.

§ 2° O protocolo do pedido de avaliação de segurança e de eficácia do probiótico previsto no inciso III deverá ser efetuado no prazo de até trezentos e sessenta e cinco dias, a partir da data de publicação desta Resolução.

§ 3° Para as empresas que optarem pela situação prevista no inciso III, a decisão sobre a petição de registro será vinculada à decisão prévia da petição de avaliação de segurança e de eficácia.

§4° Após o prazo estabelecido no §1° e no §2°, a petição será analisada independente do protocolo de pedidos de avaliação de segurança e de eficácia ou do aditamento de informações complementares ao registro.

Art. 19. As disposições transitórias estabelecidas nos arts. 17 e 18 não se aplicam aos suplementos alimentares contendo probióticos, os quais devem cumprir o disposto na Resolução - RDC n° 243, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

Art. 20. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 21. A Portaria SVS/MS n° 36, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos à base de cereais para alimentação infantil, passa a vigorar acrescida do seguinte subitem:

"4.1.8.1. No caso de probióticos, devem ser atendidos os requisitos da Resolução - RDC n° 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos." (NR)

Art. 22. O inciso V do art. 22 da Resolução - RDC n° 43, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis para lactentes, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

d) no caso de probióticos, devem ser atendidos os requisitos da Resolução - RDC n° 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos." (NR)

Art. 23. O inciso V do art. 22 da Resolução - RDC n° 44, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o regulamento técnico para fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

d) no caso de probióticos, devem ser atendidos os requisitos da Resolução - RDC n° 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos." (NR)

Art. 24. O Art. 4° da Resolução - RDC n° 22, de 13 de maio de 2015, que dispõe sobre o regulamento técnico de compostos de nutrientes e de outras substâncias para fórmulas para nutrição enteral e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4° A utilização em fórmulas para nutrição enteral de probióticos, de compostos de nutrientes e de outras substâncias não previstas nesta Resolução deve ser solicitada pelas empresas mediante protocolo de petição específica, contendo documentação que comprove o atendimento aos seguintes requisitos:

I - no caso de nutrientes e outras substâncias, os constituintes devem:

a) ser comprovadamente seguros para consumo humano, conforme Resolução n° 17, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para a avaliação de risco e segurança dos alimentos;

b) ser biodisponíveis com base em evidências de estudos com animais ou humanos; e

c) atender ao disposto no inciso II do art. 3° desta Resolução.

II - no caso de probióticos, devem ser atendidos os requisitos da Resolução - RDC n° 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos." (NR)

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA
RDC N° 242, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera a Resolução - RDC nº 24, de 14 de junho de 2011, a Resolução - RDC n° 107, de 5 de setembro de 2016, a Instrução Normativa - IN n° 11, de 29 de setembro de 2016 e a Resolução - RDC n° 71, de 22 de dezembro de 2009 e regulamenta o registro de vitaminas, minerais, aminoácidos e proteínas de uso oral, classificados como medicamentos específicos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7°, III, e IV, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, V, §§ 1° e 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1° O § 3° do art. 3° da Resolução - RDC n° 24, de 14 de junho de 2011, passa vigorar com a seguinte redação:

"§ 3° Esta Resolução não se aplica aos suplementos alimentares, contemplados no escopo da Resolução - RDC n° 243 de 26 de julho de 2018, ou suas atualizações, que não apresentam indicação terapêutica." (NR)

Art. 2° O inciso XII do art. 5° da Resolução - RDC n° 24, de 14 de junho de 2011, passa vigorar com a seguinte redação:

"XII - medicamentos à base de vitaminas e/ou minerais e/ou aminoácidos e/ou proteínas isolados ou associados entre si, para uso oral, com indicações terapêuticas bem estabelecidas e diferentes das alegações estabelecidas para suplementos alimentares;" (NR)

Art. 3° O art. 6° da Resolução - RDC n° 24, de 14 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 6° Os medicamentos específicos deverão seguir os critérios da Resolução - RDC n° 98, de 1° de agosto de 2016, ou suas atualizações, para serem considerados isentos de prescrição." (NR)

Art. 4° Os trechos do "ANEXO I - LISTA DE MEDICAMENTOS DE BAIXO RISCO SUJEITOS A NOTIFICAÇÃO SIMPLIFICADA", da Resolução - RDC n° 107,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de 5 de setembro de 2016, que altera a Resolução - RDC n° 199, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre os medicamentos de notificação simplificada, relativos aos medicamentos "ácido fólico", "carbonato de cálcio + colecalciferol" e "sulfato ferroso", passam a vigorar na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 5°. Os detentores de registro de medicamentos específicos à base de vitaminas e/ou minerais e/ou aminoácidos e/ou proteínas isolados ou associados entre si ou à Panax ginseng, para uso oral, terão prazo de até 60 (sessenta) meses, a contar da entrada em vigor desta Resolução, para adequação dos registros conforme disposto a seguir.

I - Caso sejam reenquadrados como suplementos alimentares, os detentores do registro devem observar os procedimentos para registro e dispensa de registro estabelecidos na Resolução n° 23, de 15 de março de 2000, ou suas atualizações, e na Resolução - RDC n° 27, de 6 de agosto de 2010, ou suas atualizações; ou

II - Caso permaneçam enquadrados como medicamentos específicos deverão apresentar, por meio de petição específica, comprovação de eficácia e segurança para indicação terapêutica proposta nos termos da Resolução - RDC n° 24, de 14 de junho de 2011, ou suas atualizações, acompanhados de novos textos de bula e rotulagem; ou

III - Caso permaneçam enquadrados como medicamentos específicos deverão apresentar, por meio de petição específica, justificativa e indicação do expediente da petição avaliada e aprovada pela Anvisa em que foi apresentada a comprovação de segurança e eficácia.

§ 1° Os detentores de registro de medicamentos específicos poderão em até 60 (sessenta) meses, a contar da vigência desta Resolução, solicitar sua revalidação como medicamento específico, mas não poderão deixar de observar o prazo final estabelecido no caput deste artigo para regularização dos produtos como suplementos alimentares.

§ 2° Os medicamentos específicos reenquadrados como suplementos alimentares e que não estiverem regularizados em até 60 (sessenta) meses, a contar da entrada em vigor desta Resolução, terão seus registros cancelados.

Art. 6° As petições já protocoladas na Anvisa para registro de medicamentos específicos ou pós-registro de medicamentos específicos que requeiram apresentação de relatório de segurança e eficácia e que não tiveram análise concluída, deverão adequar-se ao disposto nesta Resolução, por meio de aditamento, em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da entrada em vigor desta Resolução, sob pena de indeferimento.

Art. 7° Os medicamentos com notificação vigente à base das vitaminas e dos minerais listados no Anexo desta Resolução, deverão adequar rotulagem e texto de bula, se houver, até o momento de sua renovação.

Art. 8° Ficam revogados:

I. os incisos XI e XIV do art. 4°, o parágrafo único do art. 6°, os §§ 1° e 2° do art. 31 e os incisos I e III do art. 33 da Resolução - RDC n° 24, de 14 de junho de 2011, que dispõe sobre o registro de medicamentos específicos;

II. o texto a seguir, do "ANEXO - LISTA DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO" da Instrução Normativa - IN n° 11, de 29 de setembro de 2016, que dispõe sobre a lista de medicamentos isentos de prescrição:

Grupos Terapêuticos	Indicações Terapêuticas:	Observações
Aminoácidos, Vitaminas, Minerais	suplemento vitamínico e/ou mineral pós-cirúrgico/cicatrizante, suplemento vitamínico e/ou mineral como auxiliar nas anemias carenciais, suplemento vitamínico e/ou mineral em dietas restritivas e inadequadas, suplemento vitamínico e/ou mineral em doenças crônicas/convalescença, suplemento vitamínico e/ou mineral em idosos, suplemento vitamínico e/ou mineral em períodos de crescimento acelerado, suplemento vitamínico e/ou mineral na gestação e aleitamento, suplemento vitamínico e/ou mineral para	
	recém-nascidos, lactentes e crianças em fase de crescimento, suplemento vitamínico e/ou mineral para prevenção do raquitismo, suplemento vitamínico e/ou mineral para a prevenção/tratamento auxiliar na desmineralização óssea pré e pós menopausal, suplemento vitamínico e minerais antioxidantes, suplemento vitamínico e/ou mineral para prevenção de cegueira noturna/xeroftalmia, suplemento vitamínico como auxiliar do sistema imunológico	
Tônicos orais	Estimulante do apetite, astenia	

III. o art. 68 da Resolução - RDC n° 71, de 22 de dezembro de 2009, que estabelece regras para a rotulagem de medicamentos.

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PRODUTO	CONCENTRAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO	SINÔNIMOS	FORMA FARMACÊUTICA	INDICAÇÃO	MODO DE USAR	ADVERTÊNCIA	LINHA DE PRODUÇÃO
Ácido fólico	0,2 mg/mL	Vitamina B9	Solução Oral	Prevenção e tratamento da carência de folatos e redução da ocorrência de malformações fetais.	Uso adulto: Prevenção de ocorrência de malformações fetais: Tomar 2 mL ao dia. Prevenção de deficiência de ácido fólico: Tomar 2 mL ao dia. Para gestantes e lactantes tomar 4 mL ao dia. Tratamento de deficiência de ácido fólico: Tomar até 5 mL ao dia. Uso pediátrico: Prevenção de deficiência de ácido fólico: LACTENTES (0 a 11 MESES): Tomar 0,5 mL ao dia. CRIANÇAS (1 a 10 ANOS): Tomar 1,5 mL ao dia.	Este medicamento é contraindicado para pacientes que apresentam hipersensibilidade ao ácido fólico. A presença de ácido fólico nas preparações líquidas, pode aumentar a absorção do ferro alimentar, o que pode ser prejudicial aos pacientes talassêmicos que apresentam acúmulo deste elemento nos tecidos. Logo, o medicamento não deve ser administrado antes ou logo após as refeições. Doses muito altas de ácido fólico podem ocasionar convulsões em pacientes epilépticos tratados com fenitoína. Doses de ácido fólico acima de 0,1mg/dia podem mascarar casos de anemia perniciosa, pois as características hematológicas são normalizadas, enquanto os danos neurológicos progridem.	Líquido
Carbonato de cálcio + colecalciferol	1250 mg de carbonato de cálcio (equivalente a 500 mg de cálcio elementar) + 200 UI de colecalciferol	Carbonato de cálcio + vitamina D3	Comprimido ou Comprimido revestido	Prevenção do raquitismo e prevenção ou tratamento auxiliar na desmineralização óssea pré e pós-menopausal.	Adulto: tomar 1 a 3 comprimidos via oral ao dia. Ingerir após as refeições. Crianças: tomar 1 comprimido ao dia durante as refeições.	Contraindicações: hipercalcemia, hipervitaminose D, hipersensibilidade ao colecalciferol, ergocalciferol ou metabólitos da vitamina D.	Sólidos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

						Reações adversas: alterações lipídicas, hipervitaminose D, distúrbios gastrointestinais, bradicardia e arritmias. Superdosagem: anorexia, cansaço, náusea e vômito, diarreia, perda de peso, poliúria, transpiração, cefaleia, sede, vertigem e aumento da concentração de cálcio e fosfato no plasma e urina, hipercalcemia, insuficiência renal, calcificação de tecidos moles, hipercalciúria e cálculo renal.	
Carbonato de cálcio + colecalciferol	1250 mg de carbonato de cálcio (equivalente a 500 mg de cálcio elementar) + 400 UI de colecalciferol	Carbonato de cálcio + vitamina D3	Comprimido ou Comprimido revestido	Prevenção do raquitismo e prevenção ou tratamento auxiliar na desmineralização óssea pré e pós-menopausal.	Adulto: tomar 1 a 2 comprimidos via oral ao dia. Ingerir após as refeições. Crianças: tomar 1 comprimido ao dia durante as refeições.	Contraindicações: hipercalcemia, hipervitaminose D, hipersensibilidade ao colecalciferol, ergocalciferol ou metabólitos da vitamina D. Reações adversas: alterações lipídicas, hipervitaminose D, distúrbios gastrointestinais, bradicardia e arritmias. Superdosagem: anorexia, cansaço, náusea e vômito, diarreia, perda de peso, poliúria, transpiração, cefaleia, sede, vertigem e aumento da concentração de cálcio e fosfato no plasma e urina, hipercalcemia, insuficiência renal, calcificação de tecidos moles, hipercalciúria e cálculo renal.	Sólidos
Sulfato ferroso	40 mg de ferro elementar	Sulfato ferroso, ferro	Comprimido ou Comprimido revestido	Auxiliar nas anemias carenciais.	USO ADULTO 1 comprimido ao dia por via oral e em jejum.	Advertências e precauções: pacientes portadores de doenças hepáticas, úlcera péptica, gástrica ou duodenal, alcoolismo, insuficiência renal, indivíduos com hipersensibilidade. Administração de ferro por períodos maiores que 6 meses deve ser evitada. A suplementação de ferro não deve ser utilizada para o tratamento de anemia hemolítica em pacientes recebendo transfusão sanguínea, em uso de ferro por via parenteral. Reações adversas: constipação, diarreia, fezes escuras, náuseas, dor epigástrica, vômito, pirose, sangramento nas fezes, escurecimento dos dentes, irritação na garganta, urina escura e hemossiderose.	Sólido
Sulfato ferroso	60 mg de ferro elementar	Sulfato ferroso, ferro	Comprimido ou Comprimido revestido	Auxiliar nas anemias carenciais.	USO ADULTO 1 comprimido ao dia por via oral e em jejum.	Advertências e precauções: pacientes portadores de doenças hepáticas, úlcera péptica, gástrica ou duodenal, alcoolismo, insuficiência renal, indivíduos com hipersensibilidade. Administração de ferro por períodos maiores que 6 meses deve ser evitada. A suplementação de ferro não deve ser utilizada para o tratamento de anemia hemolítica em pacientes recebendo transfusão sanguínea, em uso de ferro por via parenteral. Reações adversas: constipação, diarreia, fezes escuras, náuseas, dor epigástrica, vômito, pirose, sangramento nas fezes, escurecimento dos dentes, irritação na garganta, urina escura e hemossiderose.	Sólido
Sulfato ferroso	25mg/mL de ferro elementar	Sulfato ferroso, ferro	Solução Oral	Auxiliar nas anemias carenciais.	USO EM CRIANÇAS DE 6 A 18 MESES 1 mL uma vez por semana em jejum	Advertências e precauções: pacientes portadores de doenças hepáticas, úlcera péptica, gástrica ou duodenal, alcoolismo, insuficiência renal, indivíduos com hipersensibilidade. Administração de ferro por períodos maiores que 6 meses deve ser evitada. A suplementação de ferro não deve ser utilizada para o tratamento de anemia hemolítica em pacientes recebendo transfusão sanguínea, em uso de ferro por via parenteral. Reações adversas: constipação,diarreia, fezes escuras, náuseas, dor epigástrica, vômito, pirose, sangramento nas fezes, escurecimento dos dentes, irritação na garganta, urina escura e hemossiderose.	Líquido

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180727000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 243, DE 26 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15, III e IV aliado ao art. 7°, III e IV, da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1° e 3° do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de julho de 2018, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Âmbito de Aplicação

Art. 1°Esta Resolução dispõe sobre os requisitos para composição, qualidade, segurança e rotulagem dos suplementos alimentares e para atualização das listas de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas e probióticos, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar destes produtos.

Art. 2° Esta Resolução não se aplica aos alimentos para fins especiais e aos alimentos convencionais, incluindo aqueles adicionados de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos.

Seção II

Definições

Art. 3° Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - constituinte: probióticos e ingredientes utilizados na composição de suplementos alimentares com a finalidade de fornecer nutrientes, substâncias bioativas ou enzimas;

II - enzima: proteína capaz de catalisar reações bioquímicas, aumentando sua velocidade, e que possui ação metabólica ou fisiológica específica no organismo humano;

III - ingrediente: toda substância, incluídos os aditivos alimentares, que se emprega na fabricação ou preparo de alimentos, e que está presente no produto final em sua forma original ou modificada;

IV - nutriente: substância química consumida normalmente como componente de um alimento, que proporcione energia, que seja necessária para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção da saúde e da vida ou cuja carência resulte em mudanças químicas ou fisiológicas características;

V - probiótico: micro-organismo vivo que, quando administrado em quantidades adequadas, confere um benefício à saúde do indivíduo;

VI - substância bioativa: nutriente ou não nutriente consumido normalmente como componente de um alimento, que possui ação metabólica ou fisiológica específica no organismo humano;

VII - suplemento alimentar: produto para ingestão oral, apresentado em formas farmacêuticas, destinado a suplementar a alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados.

CAPÍTULO II

REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE E SEGURANÇA

Art. 4° Os constituintes autorizados para uso na composição de suplementos alimentares restringem-se àqueles previstos nos Anexos I e II da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.

§1° Até que sejam atualizados os Anexos I e II da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, podem ser utilizados os constituintes aprovados por meio de Resolução (RE), resultante da avaliação da petição de avaliação de segurança e de eficácia de que trata o art. 20.

§ 2° Os constituintes de que trata o caput podem ser utilizados isolados ou em combinação, desde que não exista nenhuma restrição descrita nas condições aprovadas.

Art. 5° Os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares restringem-se àqueles previstos na Resolução - RDC n° 239, de 26 de julho de 2018, que estabelece os aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em suplementos alimentares.

Art. 6° Outros ingredientes podem ser empregados na elaboração de suplementos alimentares para fornecer sabor, cor ou aroma ou para dissolver, diluir, dispersar ou alterar sua consistência ou forma, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - sejam utilizados tradicionalmente na elaboração de alimentos;

II - atendam os respectivos padrões de identidade e qualidade;

III - não sejam classificados como aditivos alimentares ou coadjuvantes de tecnologia;

IV - não sejam classificados como novos alimentos ou novos ingredientes, segundo a Resolução n° 16, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico de procedimentos para registro de alimentos e ou novos ingredientes;

V - não sejam ingredientes fontes de aminoácidos, vitaminas, minerais, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, conforme Anexos I e II da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018;

VI - não descaracterizem a finalidade de uso ou a forma de apresentação do produto como suplemento alimentar; e

VII - não sejam objeto de qualquer alegação na rotulagem ou propaganda que sugira que o ingrediente é fonte de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos.

Parágrafo único. Caso os ingredientes de que trata o caput também constem como fontes de proteínas, carboidratos, fibras alimentares ou lipídios nos Anexos I e II da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, que estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares, não se aplicam os limites mínimos exigidos no art. 9° desta Resolução.

Art. 7° Não são permitidos na composição de suplementos alimentares:

I - substâncias consideradas como doping pela Agência Mundial Antidopagem;

II - substâncias sujeitas a controle especial, conforme Portaria n° 344, de 12 de maio de 1998, que aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, e suas atualizações;

III - substâncias obtidas das espécies que não podem ser utilizadas na composição de produtos tradicionais fitoterápicos, conforme Anexo I da Resolução - RDC n° 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos; e

IV - óleos e gorduras parcialmente hidrogenados.

Art. 8° Os ingredientes fontes de nutrientes, substâncias bioativas e enzimas de que trata o art. 4° desta Resolução devem atender integralmente às especificações de identidade, pureza e composição estabelecidas em, pelo menos, uma das seguintes referências:

I - Farmacopeia Brasileira;

II - Farmacopeias oficialmente reconhecidas, conforme Resolução - RDC n° 37, de 6 de julho de 2009, que trata da admissibilidade das farmacopeias estrangeiras, e suas atualizações;

III - Código Alimentar (Codex Alimentarius);

IV - Comitê Conjunto de Especialistas da FAO/OMS sobre Aditivos Alimentares (Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA);

V - Código de Produtos Químicos Alimentares (Food Chemicals Codex - FCC);

VI - Compêndio de Suplementos Alimentares da USP (USP Dietary Supplement Compendium - DSC); ou

VII - Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (European Food Safety Authority - EFSA).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput os ingredientes cujas especificações sejam aprovadas pela Anvisa.

Art. 9° As quantidades de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas e probióticos contidas nos suplementos alimentares devem atender aos limites mínimos e máximos de uso estabelecidos nos Anexos III e IV da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018.

§ 1° Os limites mínimos e máximos devem ser atendidos na recomendação diária de consumo do produto para os respectivos grupos populacionais indicados pelo fabricante.

§ 2° Os limites mínimos e máximos de que trata o caput não se aplicam aos suplementos alimentares destinados exclusivamente a Programas de Saúde Pública do Ministério da Saúde.

Art. 10. Os suplementos alimentares devem ser desenvolvidos e produzidos de forma a assegurar a manutenção das suas características até o final do prazo de validade, considerando as instruções de conservação e o modo de preparo indicados pelo fabricante.

§ 1° As condições estabelecidas no caput, devem ser garantidas por meio de estudos de estabilidade e controles de qualidade.

§ 2° A sobredosagem é permitida, desde que o produto tal como exposto à venda não ultrapasse as quantidades máximas estabelecidas no Anexo IV da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018.

Art. 11. A documentação referente ao atendimento dos requisitos previstos nesta Resolução deve estar disponível para consulta da autoridade competente.

Parágrafo único. A documentação de que trata o caput deve ser submetida à Anvisa para fins de registro dos suplementos alimentares sujeitos à obrigatoriedade de registro sanitário, conforme Anexo II da Resolução - RDC n° 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário.

CAPÍTULO III

REQUISITOS DE ROTULAGEM

Art. 12. Os produtos de que trata esta Resolução devem ser designados como "Suplemento Alimentar" acrescido da sua forma farmacêutica.

§ 1° A designação dos produtos pode ser complementada com as seguintes informações:

I - nomes individuais dos nutrientes, das substâncias bioativas ou das enzimas;

II - nomes das categorias de nutrientes, substâncias bioativas ou enzimas;

III - nome da fonte da qual foi extraída o nutriente, a substância bioativa ou a enzima; ou

IV - identificação da linhagem ou nome comercial do micro-organismo, no caso de suplementos alimentares contendo probióticos.

§ 2° Devem ser atendidos os requisitos específicos de designação de suplementos alimentares que constem nos Anexos V ou VI da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018.

Art. 13. A designação deve ser declarada próxima à marca do produto e com caracteres legíveis que atendam aos seguintes requisitos de declaração:

I - caixa alta;

II - negrito;

III - cor contrastante com o fundo do rótulo; e

IV - tamanho mínimo equivalente a 1/3 (um terço) do tamanho da maior fonte utilizada na marca do produto e nunca inferior aos limites mínimos estabelecidos no Anexo desta Resolução.

Art. 14. Sem prejuízo dos requisitos dispostos na Resolução - RDC n° 259, de 20 de setembro de 2002, que aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados, a rotulagem dos suplementos alimentares deve apresentar as seguintes informações:

I - a recomendação de uso, incluindo as seguintes informações agrupadas no mesmo local do rótulo:

a) os grupos populacionais dos Anexos III e IV da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, para o qual o produto é indicado, incluindo a faixa etária no caso de crianças;

b) a quantidade e a frequência de consumo para cada um dos grupos populacionais indicados no rótulo;

c) a advertência em destaque e negrito "Este produto não é um medicamento";

d) a advertência em destaque e negrito "Não exceder a recomendação diária de consumo indicada na embalagem"; e

e) a advertência em destaque e negrito "Mantenha fora do alcance de crianças".

II - as instruções de conservação, inclusive após a abertura da embalagem; e

III - a identificação da espécie de cada linhagem, de acordo com a nomenclatura binomial mais atual, na lista de ingredientes dos suplementos alimentares contendo probióticos.

§ 1° As informações exigidas na alínea a do inciso I podem ser complementadas por indicações para gêneros e faixas etárias específicas e para praticantes de atividade física e atletas dentro de cada grupo populacional indicado no rótulo.

§ 2° Devem ser atendidos os requisitos complementares de rotulagem para os suplementos alimentares estabelecidos no Anexo VI da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018.

Art. 15. A rotulagem nutricional dos suplementos alimentares deve seguir o disposto na Resolução - RDC n° 360, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, com as seguintes especificidades:

I - a porção declarada na informação nutricional deve ser a quantidade diária recomendada pelo fabricante, para cada um dos grupos populacionais e faixas etárias específicos indicados no rótulo;

II - a informação nutricional deve conter as quantidades de todos os nutrientes, substâncias bioativas, enzimas e probióticos fornecidos pelo produto declaradas nas unidades de medida previstas nos Anexos III e IV da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018; e

III - o percentual de valor diário (%VD) deve ser declarado para cada um dos grupos populacionais específicos indicados no rótulo, com base nos valores de ingestão diária recomendada dispostos na Resolução - RDC n° 269, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico sobre a ingestão diária recomendada (IDR) de proteína, vitaminas e minerais, quando estabelecidos.

Art. 16. As alegações autorizadas para uso em suplementos alimentares restringem-se àquelas previstas no Anexo V da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, desde que atendidos os respectivos requisitos.

§ 1° Não são permitidas variações textuais das alegações autorizadas, exceto quando:

I - as alegações para uma mesma substância forem reunidas numa única frase; ou

II - as alegações idênticas para substâncias diferentes forem reunidas numa única frase.

§ 2° O uso das alegações é opcional, exceto para os suplementos alimentares com probióticos ou com enzimas.

§ 3° Não são permitidas alegações relativas ao conteúdo e propriedades de aditivos alimentares e de coadjuvantes de tecnologia e relativas a propriedades dos ingredientes de que trata o art. 6° desta Resolução, salvo nos casos previstos pela legislação.

Art. 17. Sem prejuízo dos requisitos dispostos no Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos e dos requisitos dispostos na Resolução - RDC n° 259, de 2002, a rotulagem dos suplementos alimentares não pode apresentar palavras, marcas, imagens ou qualquer outra representação gráfica, inclusive em outros idiomas, que afirmem, sugiram ou impliquem, expressa ou implicitamente, que:

I - o produto possui finalidade medicamentosa ou terapêutica;

II - o produto contém substâncias não autorizadas ou proibidas;

III - a alimentação não é capaz de fornecer os componentes necessários à saúde; ou

IV - o produto é comparável ou superior a alimentos convencionais.

Art. 18. Os suplementos alimentares indicados para lactentes e crianças de primeira infância devem atender ao disposto na Lei n° 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e seus regulamentos.

Art. 19. A Resolução - RDC n° 54, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre o regulamento técnico sobre informação nutricional complementar, não se aplica aos suplementos alimentares.

CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA ATUALIZAÇÃO DAS LISTAS DE CONSTITUINTES, LIMITES DE USO, ALEGAÇÕES E ROTULAGEM COMPLEMENTAR

Art. 20. A atualização das listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018, deve ser solicitada pelas empresas mediante protocolo de petição específica de avaliação de segurança e de eficácia, contendo documentação que comprove o atendimento aos seguintes requisitos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - no caso de nutrientes, substâncias bioativas e enzimas, os constituintes devem:

a) ser comprovadamente seguros para consumo humano, conforme Resolução n° 17, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para a avaliação de risco e segurança dos alimentos;

b) atender ao disposto no art. 8° desta Resolução;

c) ter limites mínimos estabelecidos, sempre que possível, de forma a garantir uma ingestão significativa com base nas evidências científicas sobre as necessidades diárias ou o efeito metabólico ou fisiológico;

d) ter limites máximos estabelecidos de forma a reduzir o risco de consumo excessivo, considerando as evidências científicas relativas aos limites superiores de segurança, às especificidades do grupo populacional a que se destinam e às quantidades consumidas através de outras fontes alimentares;

e) ter a eficácia de suas alegações comprovadas, conforme Resolução n° 18, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas para análise e comprovação de propriedades funcionais e ou de saúde alegadas em rotulagem de alimentos.

II - no caso de probióticos, devem ser atendidos os requisitos da Resolução - RDC n° 241, de 26 de julho de 2018, que dispõe sobre os requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos.

Parágrafo único. O resultado da avaliação da petição de que trata o caput será publicado por meio de Resolução (RE), sendo permitido o uso do constituinte, do limite de uso, da alegação e da rotulagem complementar, nas condições aprovadas, até que sejam atualizadas as listas constantes da Instrução Normativa n° 28, de 26 de julho de 2018.

Art. 21. As decisões das petições de registros dos suplementos alimentares sujeitos à obrigatoriedade de registro sanitário, conforme Anexo II da Resolução - RDC n° 27, de 2010, protocoladas a partir da publicação desta Resolução, estarão vinculadas à decisão prévia da petição de avaliação de segurança e de eficácia, conforme o trâmite disposto no art. 20.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. Fica estabelecido o prazo de até 60 (sessenta) meses para adequação dos produtos que se encontram regularizados junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária na data de publicação desta Resolução.

§ 1° A adequação dos produtos de que trata o caput deve ser feita de maneira integral, em ato único.

§ 2° Os produtos fabricados e importados durante o prazo de adequação poderão ser comercializados até o final de seus prazos de validade.

Art. 23. Os produtos que passam a ser dispensados da obrigatoriedade de registro na categoria de suplementos alimentares, conforme Resolução - RDC n° 27, de 2010 poderão ser fabricados e importados nas condições aprovadas no registro, até o final do prazo de adequação estabelecido no art. 22 desta Resolução, ainda que os respectivos registros percam a validade.

§ 1° Os produtos de que trata o caput não serão passíveis de alterações de pós-registro, com exceção de transferência de titularidade.

§ 2° Os produtos de que trata o caput estarão dispensados da obrigatoriedade de registro e, adicionalmente, dispensados da necessidade de informar o início da fabricação à autoridade sanitária do Estado, do Distrito Federal ou do Município até o final do prazo de adequação estabelecido no art. 22 desta Resolução.

Art. 24. Os registros dos produtos concedidos até a data de publicação desta Resolução permanecerão vigentes até o final do prazo estipulado na sua concessão.

§1° A adequação dos produtos que permanecem sujeitos a obrigatoriedade de registro sanitário na categoria de suplementos alimentares, conforme Resolução - RDC n° 27, de 2010, deve ser efetuada mediante protocolo de petição de pós-registro.

§2° Até o final do prazo de adequação estabelecido no art. 22, os produtos que permanecem sujeitos a obrigatoriedade de registro sanitário na categoria de suplementos alimentares poderão ter seus registros revalidados, desde que mantidas as condições aprovadas no registro.

Art. 25 As petições de registro e pós registro de produtos que passam a ser dispensados da obrigatoriedade de registro na categoria de suplementos alimentares, conforme Resolução - RDC n° 27, de 2010, pendentes de decisão da Anvisa quando da publicação desta Resolução, serão indeferidas por perda de objeto, salvo se as empresas responsáveis, devidamente notificadas pela Agência, manifestarem-se expressamente pela desistência do pedido no prazo de 30 (trinta) dias a partir da notificação.

Art. 26. As petições de registro de produtos contendo probióticos ou enzimas que passam a ser enquadrados na categoria de suplementos alimentares e as petições de avaliação de segurança e de eficácia de novos ingredientes, enzimas ou probióticos para uso em suplementos alimentares, pendentes de decisão da Anvisa quando da publicação desta Resolução, serão avaliadas em conformidade com os requisitos e procedimentos estabelecidos nesta Resolução, podendo ser indeferidas por não atendimento a esses requisitos, salvo se as empresas responsáveis, devidamente notificadas, manifestarem expressamente no prazo de 30 (trinta) dias a partir da notificação, o interesse em:

I - desistir do pedido;

II - aditar a petição, de acordo com as disposições aprovadas nesta Resolução; ou

III - informar que os documentos para avaliação de segurança e eficácia da enzima ou do probiótico presente no produto objeto da petição de registro serão protocolados em petição específica de avaliação de segurança e de eficácia.

§ 1° O aditamento de que trata o inciso II deverá ser efetuado no prazo de até trezentos e sessenta e cinco dias a partir da data de publicação desta Resolução, em ato único.

§ 2° O protocolo do pedido de avaliação de segurança e de eficácia da enzima ou do probiótico previsto no inciso III deverá ser efetuado no prazo de até trezentos e sessenta e cinco dias, a partir da data de publicação desta Resolução.

§ 3 Para as empresas que optarem pela situação prevista no inciso III, a decisão sobre a petição de registro será vinculada à decisão prévia da petição de avaliação de segurança e de eficácia.

§ 4° Após os prazos estabelecidos no §1° e no §2°, a petição será analisada independente do protocolo de pedidos de avaliação de segurança e de eficácia ou do aditamento de informações complementares ao registro.

Art. 27. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 28. Revogam-se as seguintes disposições:

I - Portaria SVS/MS n° 32, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento técnico para suplementos vitamínicos e ou de minerais;

II - Portaria SVS/MS n° 40, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento que estabelece normas para níveis de dosagens diárias de vitaminas e minerais em medicamentos;

III - Portaria SVS/MS n° 222, de 24 de março de 1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos para praticantes de atividade física;

IV - Portaria SVS/MS n° 223, de 24 de março de 1998, que aprova o regulamento técnico para fixação e qualidade complementos alimentares para gestantes ou nutrizes;

V - Resolução - RDC n° 2, de 7 de janeiro de 2002, que aprova o regulamento técnico de substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedades funcional e ou de saúde;

VI - Resolução - RDC n° 18, de 27 de abril de 2010, que dispõe sobre alimentos para atletas;

VII - item 4.2 da Resolução n° 16, de 30 de abril de 1999, que aprova o regulamento técnico de Procedimentos para registro de Alimentos e ou Novos Ingredientes; e

VIII - itens 2.2.2 b), 2.2.3 b) e 4.2.2 da Portaria SVS/MS n° 29, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o regulamento técnico referente a alimentos para fins especiais.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

Área do painel principal do rótulo (cm²)	Fonte mínima (mm)
Menor que 50	1
Maior ou igual a 50 e menor que 170	2
Maior ou igual a 170 e menor que 650	3
Maior ou igual a 650 e menor que 2600	4,5
Maior ou igual a 2600	6

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 25, DE 25 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre as indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art.15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, em reunião realizada em 17 de julho de 2018, resolve:

Art.1º Determinar a publicação da "Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos" e da "Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples", na forma dos anexos desta Instrução Normativa.

Art. 2º As indicações terapêuticas constantes dos anexos desta Instrução Normativa foram definidas conforme dados publicados nas literaturas homeopáticas, antroposóficas ou anti-homotóxicas, uma vez que, para essas associações, não foram conduzidos estudos clínicos de comprovação de eficácia.

Parágrafo único. Todas as indicações terapêuticas constantes dos anexos desta Instrução Normativa são enquadradas como de venda sem prescrição médica.

Art. 3º As solicitações de alteração, inclusão ou exclusão às tabelas constantes dos anexos desta Instrução Normativa devem ser enviadas à Anvisa, por meio do peticionamento de código específico.

§ 1º A solicitação de inclusão ou de alteração referente ao constante dos anexos I e II, deve ser instruída com os seguintes documentos:

I - descrição da associação de insumos ativos ou do insumo ativo único, incluindo potência e escala de cada insumo;

II - descrição da indicação terapêutica pleiteada, acompanhada de cópia das referências que a comprovam;

III - demonstração da racionalidade da associação proposta, no caso de medicamentos dinamizados compostos; e

IV - proposta justificada de restrição de venda.

§ 2° Para comprovação da indicação terapêutica pleiteada deve ser utilizada a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, publicada pela Instrução Normativa n° 27, de 25 de julho de 2018, ou suas atualizações.

§ 3º Para a comprovação da indicação terapêutica, é necessária a inscrição de cada insumo ativo em, no mínimo, duas matérias médicas homeopáticas, artigos científicos, estudos clínicos ou compêndios reconhecidos pela Anvisa para medicamentos dinamizados de acordo com a categoria em que se enquadrem, sendo que uma referência não pode citar como fonte primária outra referência já utilizada na comprovação.

§ 4º Somente poderão ser incluídas nos anexos desta Instrução Normativa indicações terapêuticas referentes a doenças não graves, conforme definido no art. 4º da Resolução - RDC nº 238, de 25 de julho de 2018, que possam ser enquadradas como de venda sem prescrição médica.

§ 5º Para a solicitação de exclusão referente ao constante dos anexos I e II, deve ser apresentada, além da descrição da associação de insumos ativos ou do insumo ativo único que se deseja excluir, a justificativa técnica embasada com cópia das referências bibliográficas.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO I - Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados compostos.

	Associação de insumos ativos	Referências	Indicação	Categoria
1	Croton tiglium	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2ª ed., 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos	Homeopático

			sintomas de processos alérgicos que envolvem coriza, espirros, obstrução nasal, afecções nos olhos como inflamação e inchaço nas pálpebras, irritação cutânea, eczema, urticária e prurido.	
	Graphites	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003 KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2003. NASH, E.B. - Indicações Características de Terapêutica Homeopática - R. de Janeiro: Ed. Bras. da Federação Bras. de Homeopatia, 1979.		
	Rhus toxicodendron	ALLEN, Timothy F. - The Encyclopedia of Pure Matéria Médica (vol. I a XII) - New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II) - S. Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.		
	Sulphur	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. ALLEN, Timothy F. - The Encyclopedia of Pure Matéria Médica (vol. I a XII) - New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
2	Baryta carbonica	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B. Jain, 1976.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes da hipertrofia da adenoide e da amigdalite recorrente.	Antroposófico
	Berberis vulgaris	CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.J ain, 1976. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed.1997. VIJNOVSKY, B.-Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Calcarea carbonica	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed. ,1997. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Mercurius sulphuratus ruber	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed. ,1997. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
3	Agraphis nutans	Vannier, L et Poirier, J. Tratado de Matéria Médica Homeopática, 9' ed. São Paulo, 1987. BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 29 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 16, 1899. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed.,1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das amigdalites.	Homeopático
	Baryta carbonica	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 106 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 61, 1899. ALLEN, H.C., Sintomas chaves da Matéria Médica, São Paulo, Dynamis, 1996. Hahnemann, C.F.S., Matéria Médica Homeopática, Paris, 1876-1891. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984.		
	Calcarea iodata	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 151 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 88, 1899. Hahnemann, C.F.S., Matéria Médica Pura, Nova Delhi, 1992. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Thuya occidentalis	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 643 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 382, 1899. ALLEN, H.C., Sintomas chaves da Matéria Médica, São Paulo, Dynamis, 1996. DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática ? o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927.		

4	Calcarea carbonica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999.	Auxiliar no tratamento da redução de peso.	Homeopático
	Fucus vesiculosus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Thyroidinum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
5	Caulophyllum thalictroides	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.;	Auxiliar no tratamento dos sintomas incômodos que ocorrem durante a gestação e o parto.	Homeopático
	Causticum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.;		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.;		
	Sabina	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
6	Chionanthus virginica	BOERICKE, W. - Homeopathic Materia Medica, 9ª edição, 1982, pg. 196 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 119, 1899. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de enxaquecas e cefaleias.	Homeopático
	Iris versicolor	BOERICKE, W. - Homeopathic Materia Medica, 9ª edição, 1982, pg. 355 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 205, 1899. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II) - S. Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Sanguinaria canadensis	BOERICKE, W. - Homeopathic Materia Medica, 9ª edição, 1982, pg. 569 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 335, 1899. ALLEN, H.C., Sintomas chaves da Matéria Médica, São Paulo, Dynamis, 1996. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II) - S. Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
7	Carduus marianus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das disfunções gastrintestinais como constipação (prisão de ventre), diarreia, gastralgia (dores de estômago), dispepsia (sensação de peso no estômago), digestão lenta, distensão e dores abdominais, náuseas, mau hálito, gases, cólica e cefaleia (dor de cabeça).	Homeopático
	Chelidonium majus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Colocynthis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Lycopodium clavatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		

	Nux vomica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
8	Cantharis vesicatoria	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da cistite.	Homeopático
	Thuya occidentalis	DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003		
9	Berberis vulgaris	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da constipação (prisão de ventre), cólicas, indigestão, dores estomacais, azia, dores abdominais, distensão abdominal, náuseas e vômitos, flatulência e hemorroidas.	Homeopático
	Colocynthis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.		
	Nux vomica	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
10	Aesculus hippocastanum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II) - S. Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de hemorroidas.	Homeopático
	Capsicum annuum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Nux vomica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999.		
	Polygonum punctatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Ratanhia	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
11	Arsenicum iodatum	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 84 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 50, 1899.	Auxiliar no tratamento de enurese noturna.	Homeopático
	Causticum	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 181 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 106, 1899.		
	Thyroidinum	BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9' edição, 1982, pg. 647 -Nova Delhi. SIEFFERT, G. - Formulaire de Thérapeutique Positive Homeopathie - Paris, pg. 385, 1899.		

12	Borax	THE HOMEOPATHIC PHARMACOPOEIA OF THE UNITED STATES - 7. ed. p. 161, 1964. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de estomatite (sapinho e aftas).	Homeopático
	Kali chloricum	THE HOMEOPATHIC PHARMACOPOEIA OF THE UNITED STATES - 7. ed. p. 345, 1964. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
13	Calcarea phosphorica	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas incômodos da primeira dentição.	Homeopático
	China officinallis	DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
	Ipecacuanha	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
14	Causticum	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no alívio da tosse e da rouquidão.	Homeopático
	Conium maculatum	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Hepar sulphur	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002.		
	Spongia tosta	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
15	Berberis vulgaris	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das disfunções do fígado e da vesícula, como dores e cólicas biliares, gosto amargo na boca, vômitos e náuseas.	Homeopático
	Carduus marianus	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Chelidonium majus	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Lycopodium clavatum	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
16	Cocculus indicus	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento de náuseas e vômitos.	Homeopático
	Kreosotum	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Nux moschata	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Petroleum	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
17	Allium sativum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à gripe e aos resfriados.	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Gelsemium sempervirens	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Nux vomica	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
18	Hydrastis canadensis	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 92 edição, 1982, pg.332 - Nova Delhi.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da sinusite e do defluxo catarral.	Homeopático
	Kali bichromicum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 9" edição, 1982, pg.361 - Nova Delhi.		
	Magnesia carbonica	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.; LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE,W. - Homeopathic Materia Medica, 92 edição, 1982, pg. 414 - Nova Delhi.		
	Pulsatilla	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. BOERICKE,W. - llomeopathic Materia Medica, 9" edição, 1982, pg.436 -Nova Delhi.		
19	Antimonium tartaricum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da bronquite previamente diagnosticada e no alívio da tosse catarral.	Homeopático
	Bryonia alba	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Calcarea iodata	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Ipecacuanha	.TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004		
20	Cimicifuga racemosa	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da menopausa.	Homeopático

	Lachesis mutus	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999.		
	Sanguinaria canadensis	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Sepia succus	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002.		
21	Arsenicum iodatum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da bronquite asmática previamente diagnonsticada.	Homeopático
	Blatta orientalis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Grindelia robusta	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Lobelia inflata	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Natrum sulfuricum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
22	China officinallis	DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das dispepsias, como a digestão difícil.	Homeopático
	Graphites	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984.		
	Nux vomica	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2004.		
	Sulphur	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2004. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000.		
23	Baryta carbonica	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da amigdalite aguda e da faringite.	Homeopático
	Phytolacca decandra	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
24	Arsenicum album	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003 HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003	Auxiliar no tratamento dos sintomas da coriza e do defluxo.	Homeopático
	Natrum muriaticum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Sabadilla	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. ALLEN, H.C. - Sintomas-Chave da Matéria Médica Homeopática - S.Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003		

25	Acidum nitricum	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da prostatite previamente diagnosticada.	Homeopático
	Clematis erecta	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Pulsatilla	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Thuya occidentalis	DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
26	Bryonia alba	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas do reumatismo.	Homeopático
	Rhus toxicodendron	DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. VANNIER, L. & POIRIER, J. - Matéria Médica Homeopática - México: Ed. Porrua, 1979. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Ruta graveolens	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991 DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
27	Allium cepa	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica - A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, Vol. 2, 419. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da rinite e da coriza.	Homeopático
	Atropa belladonna	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica - A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, Vol. 2, 419. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.		
	Gelsemium sempervirens	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica - A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, Vol. 2, 419. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.		
	Kali bichromicum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.		
	Sabadilla	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica - A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, Vol. 2, 419. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 156.		
28	Rhus toxicodendron	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de gota, previamente	Homeopático

	Sarsaparilla	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	diagnosticada, dores articulares, gotosas e reumáticas, dores e rigidez nas costas, inchaço articular.	
	Urtica urens	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003 DUFILHO, R - Fichas de Matéria Medica Homeopática - o piano homeopático - São Paulo: Andrei, 2000.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das afecções relacionadas ao aparelho urinário, previamente diagnosticadas, como cólicas renais e dor ao término de urinar.	
29	Bryonia alba	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas do reumatismo e das dores reumáticas agudas e crônicas. Auxiliar no alívio das dores articulares, dores ósseas, dores musculares, dores nos membros e nos nervos, dores lombares, cefaleia (dores de cabeça), entorses (distensão dos ligamentos e torções).	Homeopático
	Mezereum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Ranunculus bulbosus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Rhus toxicodendron	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Ruta graveolens	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
30	Asclepias vincetoxicum	Leeser, O.: Lehrbuch der Homöopathie Bd. A, BI, BII, C, Arzneimittellehre - Heidelberg, Haug, 1961-1977, dt Reckeweg, H.-H.: Homeopathia Antihomotoxica: Materia Medica. - 4th Ed. - Baden - Baden: Aurelia 2002.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à gripe e aos resfriados.	Anti-homotóxico
	Sulphur	Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi : B. Jain Publishers, Reprint 1976. Allen, H. C.: Keynotes and Characteristics with Comparisons of some of the Leading Remedies of the Materia Medica: a Homoeopathic Classic. - Wellingborough: Thorsons, 1978		
31	Apis mellifica	BOERICKE, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi : Jain, Repr. 1976. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: Jain, Repr. 1985.;	Auxiliar no tratamento dos sintomas das inflamações agudas, geralmente febris, como otite, laringite e amigdalite.	Antroposófico
	Atropa belladonna	BOERICKE, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi : Jain, Repr. 1976. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: Jain, Repr. 1985.;		
32	Agnus castus	VIJNOVSKY, B.. Tratado de Matéria Médica (vol. I, II, III). São Paulo: Ed. Organon, 2ª ed., 2003. BOERICKE, Oscar E.: Materia Medica with Repertory & 50 Homoeopathic Indian Drugs. - New Delhi: Jain, Repr. 1986. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984.	Auxiliar no tratamento da fraqueza física e mental, combatendo a diminuição ou ausência do desejo sexual, auxiliando na melhora do desempenho sexual.	Homeopático
	Conium maculatum	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: Jain, Repr. 2007. KENT, J. T..Matéria Médica (vol. I e II). Rio de Janeiro: Luz Menescal Editores, 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		

	Nuphar luteum	HERING, C.. The Guiding Symptoms of our Mateda Medica (vol. I a X). New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. ALLEN, T. F..The Encyclopedia of Pure Mateda Medica (vol. I a XII). New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. BOERICKE, W..Materia Medica with Repertory & 50 Hornoeopathic Indian Drugs . New Delhi: B. Jaln Publishers, 1986.		
	Onosmodium virginianum	RIBEIRO FILHO, A..Repertório de Homeopatia.São Paulo: Editora Organon, 2005. VIJNOVSKY, B..Tratado de Matéria Médica (vol. I, II, 111). São Paulo: Ed. Organon, 2° ed., 2003. BOERICKE, W..Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
33	Ambra grisea	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes do envelhecimento natural ou precoce (perda de memória, esquecimento, vertigens, diminuição do tônus muscular, desmotivação, melancolia, desejo de solidão, insônia e emagrecimento), desde que descartadas outras hipóteses diagnósticas mais graves relacionadas a estes sintomas.	Homeopático
	Baryta muriatica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Conium maculatum	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Lycopodium clavatum	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
34	Aesculus hippocastanum	TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de hemorroidas e de congestão venosa hemorroidária.	Homeopático
	Hamamelis virginiana	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. , 2003.		
	Nux vomica	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. , 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Paeonia officinalis	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. , 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Sulphur	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
35	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de processos inflamatórios.	Homeopático
	Arnica montana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Atropa belladonna	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Hypericum perforatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Rhus toxicodendron	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Symphytum officinale	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999.		

36	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e do nervosismo	Homeopático
	Argentum nitricum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Arsenicum album	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Aurum metallicum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Phosphorus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Valeriana officinalis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
37	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados às gripes e às enfermidades inflamatórias agudas do sistema respiratório, coriza aquosa com	Antroposófico
	Bryonia alba	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976.	obstrução nasal e prostração durante a gripe.	
	Eucalyptus globulus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976.		
	Eupatorium perfoliatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Phosphorus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
38	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.	Auxiliar na predisposição a resfriar-se e no alívio dos sintomas decorrentes de gripes, resfriados e enfermidades inflamatórias agudas do sistema	Antroposófico
	Bryonia alba	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.	respiratório, como coriza aquosa, obstrução nasal e prostração durante a gripe.	
	Eucalyptus globulus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
	Eupatorium perfoliatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
	Ferrum phosphoricum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991.		
39	Berberis vulgaris	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de cólicas biliares,	Homeopático

	Chelidonium majus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.	intestinais e renais, nas quais as dores irradiam do ureter para a bexiga.	
	Colocynthis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.		
	Nux vomica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.		
40	Bryonia alba	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à gripe.	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Gelsemium sempervirens	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Rhus toxicodendron	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
41	Calcarea carbonica	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das disfunções gastrintestinais, como mau hálito, eructações, regurgitações, náuseas, atonia gastrintestinal, digestão lenta, pirose, dispepsia (desconforto digestivo), gastralgia (dor no estômago), sensibilidade na região epigástrica, flatulência e distensão abdominal.	Homeopático
	Carbo vegetabilis	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.; VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.; LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Lycopodium clavatum	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
42	Cimicifuga racemosa	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da menopausa.	Homeopático
	Lachesis mutus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Sanguinaria canadensis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Sepia succus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Valeriana officinalis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
43	Calendula officinalis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento das assaduras e das irritações da pele, como cicatrizante e antisséptico tópico.	Homeopático
	Hamamelis virginiana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Matricaria chamomilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 2018072700112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

44	Argentum nitricum	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1987. HORVILLEUR, A.- Vade-mécum da Prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e da insônia.	Homeopático
	Kali bromatum	CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica (Vol. I) - New Delhi: B. Jain, 2007. HERING, C. - The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. I) - New Delhi: B. Jain Publishers, 2005.		
45	Avena sativa	VARMA, P. N.; VAID, I.: Encyclopaedia of homoeopathic pharmacopoeia with fingerprint testing, standardization methods, clinical uses and prescribed potencies. - New Dehli: Jain, 1995. HERING, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas dos distúrbios do sono e dos estados de inquietação nervosa.	Anti-homotóxico
	Coffea cruda	CLARKE, J. H.: Dictionary of PractIcal Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1994. BOGER, C. M.: Boenninghausens's Characterlstles and Repertory. - Bombay: Roy & Co., 1936.		
	Passiflora incarnata	Pulford: Homoeopathic Materia Medica of Graphic Drug Pictures and Clinical Comments. - Repr. - New Delhi: Jain, 1944. COWPERTHWAITE, A.C.: Textbook of Materia Medica and Therapeutics. Chicago, 1885.		
	Zincum valerianicum	CLARKE, J. H.: DIctionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. BURT, W. H.: Charactedstic Materia Medica. - 2nd Ed. - New TorWPhiladelphia, 1873. HART, C. P.: Therapeutics of nervous Diseases. - New Delhi : Harjet & Co, 1989.		
46	Ferrum sidereum	MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p. HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p.	Auxiliar na prevenção de gripes e como estimulante do sistema imunológico.	Antroposófico
	Phosphorus	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Prunus spinosa	BOTT, V. Medicina Antroposófica, uma Ampliação da Arte de Curar. Vol. 1. São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1980. PELIKAN, W. Healing Plants - Insights Through Spiritual Science. Spring Valley: Mercury Press, 1997. 396 p.;		
47	Crotalus horridus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da dengue (cansaço, desânimo, indisposição, dor de cabeça, dor muscular, náuseas, inapetência, febres e calafrios, dor abdominal e dor retro-ocular).	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Phosphorus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
48	Bryonia alba	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003.; VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas do reumatismo.	Homeopático
	Rhus toxicodendron	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
49	Hydrastis canadensis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da rinite, da coriza e da obstrução nasal.	Antroposófico
	Quercus robur	HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
50	Argentum nitricum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da sinusite.	Antroposófico
	Atropa belladonna	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed. ,1997. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Berberis vulgaris	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B.Jain, 1976.		

	Hydrastis canadensis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Silicea	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
51	Aconitum napellus	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol.I e II) - S.Paulo: Santos ed., 1999.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à gripe.	Homeopático
	Atropa belladonna	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. ALLEN, H.C. - Sintomas-Chave da Matéria Médica Homeopática - S. Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000.		
	Gelsemium sempervirens	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B. Jain, 1976.		
52	Hydrastis canadensis	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed.,1991. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da faringite, rinite, sinusite, coriza, secreção nasal, espirros, obstrução nasal e cefaleia frontal.	Homeopático
	Kali bichromicum	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1984. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed. ,1991. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003.		
53	Arnica montana	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. I, 476-496. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 171-176. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no alívio da tosse seca ou produtiva.	Homeopático
	Atropa belladona	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. I, 67-128. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 256-269. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Cina	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. 3, 307-316. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 520-524.		
	Corallium rubrum	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. 3, 561-564. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 594-597.		
	Cuprum aceticum	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. 4, 4-16. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 638-643. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Drosera rotundifolia	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. 4, 171-178. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 679-683.		
	Ferrum phosphoricum	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. I, 1925, 770-774. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002.		
	Ipecacuanha	ALLEN, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - Ed. B. Publishers, 1877, vol. 5, 137-147. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. II, 1925, 37-44.		
	Solidago virgaurea	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. III, 1925, 1219-1222. BOERICKE, W. - Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory. 9 ed., Paris, 1927, 598-599.		
54	Aurum metallicum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes	Antroposófico
	Ferrum sulphuricum	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - The Homeopatic Publishing Company, London, vol. III, 1925, 1219-1222. MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	do estresse, contribuindo para a recuperação das atividades de concentração e	

	Kali phosphoricum	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	memória.	
	Silicea	LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002.		
55	Caulophyllum thalictroides	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1987.	Auxiliar no tratamento dos sintomas relacionados às alterações do ciclo menstruaI.	Homeopático
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Ruta graveolens	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Sabina	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.; CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Tanacetum vulgare	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987.		
56	Cimicifuga racemosa	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da Tensão Pré-Menstrual (TPM).	Homeopático
	Matricaria chamomilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Natrum muriaticum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Sepia succus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
57	Eupatorium purpureum	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das disfunções urinárias como dores nas costas na região renal, cálculos renais, queimação na bexiga e na uretra, inflamação na bexiga (cistite), micção difícil e dolorosa e incontinência urinária.	Homeopático
	Hydrangea arborescens	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Lycopodium clavatum	ALLEN, H.C.. Sintomas-Chave da Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Dynamis Editorial, 2ª ed., 2000. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987.		
58	Bryonia alba	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed.,1997. COWPERTHWAITE, A.C.: Textbook of Materia Medica and Therapeutics. Chicago, 1885.	Auxiliar no alívio da tosse espasmódica, produtiva ou seca e irritativa.	Antroposófico
	Ipecacuanha	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		

	Cuprum aceticum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Drosera rotundifolia	CLARKE, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III). - New Delhi: B. Jain, 2007. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
59	Dissulfeto ferroso	BOTT, V. - Medicina Antroposófica, uma Ampliação da Arte de Curar. Vol. 1 e 2. 3ª ed. - São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1991. 400 p. HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das inflamações das vias respiratórias, como¶amigdalite, laringite, faringite e traqueíte.	Antroposófico
	Mercurius sulphuratus ruber	SCHRAMM, H. M. Booklet of Remedies for the Anthroposophic Medicine. Basel: Novalis Verlag, 1997. 623 p. HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p.		
60	Passiflora alata	MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p. BOTT, V. Medicina Antroposófica, uma Ampliação da Arte de Curar. Vol. 1 e 2. São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1980. 400 p.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e da insônia.	Antroposofico
	Valeriana officinalis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. 640 p. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B. Jain, 1976. 1636 p.		
	Avena sativa	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. 640 p. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica - New Delhi: B. Jain, 1976. 1636 p.		
61	Bismuthum subnitricum	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III	Auxiliar no tratamento dos sintomas de gastrite aguda e transtornos digestivos como azia, espasmos, cólicas abdominais, má digestão, gases, náusea, eructação, vômitos e dores no estômago.	Antroposófico
	Antimonium crudum	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III		
	Atropa belladonna	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III		
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III		
62	Arnica montana	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p.	Auxiliar no tratamento de picadas de insetos e de queimaduras	Antroposófico
	Urtica urens	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
63	Atropa belladonna	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III	Auxiliar no alívio do desconforto causado por cólicas do trato gastrintestinal e sistema urogenital e de flatulências.	Antroposófico
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III		
	Tabacum	BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003. HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. São Paulo: Resenha Universitária, 1978. 1064 p. Vol 1, 2 e 3		
64	Cynara scolymus	HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. São Paulo: Resenha Universitária, 1978. 1064 p. Vol 1, 2 e 3 MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de distúrbios digestivos.	Antroposófico
	Peumus boldus	CAIRO, N. Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed.,1997. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Taraxacum officinale	HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. São Paulo: Resenha Universitária, 1978. 1064 p. Vol 1, 2 e 3 MORAES, W. A. Medicina Antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p.		
	Chelidonium majus	HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. São Paulo: Resenha Universitária, 1978. 1064 p. Vol 1, 2 e 3 WOLFF, O. Remedies for the Typical Diseases. Spring Valley: Mercury, 1996. 56 p.		

65	Aconitum napellus	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homoeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi : Jain, 1927.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados aos resfriados e à gripe.	Anti-homotóxico
	Bryonia alba	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi : Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homoeopathic Publ., 1904. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879.		
	Eupatorium perfoliatum	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homoeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi : Jain, 1927.		
	Phosphorus	Cowperthwaite, A. C.: Textbook of Materia Medica and Therapeutics. - Chicago, 1885. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879. Reckeweg, H. - H - Materia Medica, 4th compl. Rev. Edit., Aurelia Verlag, Baden-Baden, Germany, 2002.		
	Lachesis mutus	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homoeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi : Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homoeopathic Publ., 1904.		
66	Arsenicum iodatum	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.	Auxiliar no alívio das tosses associadas com calafrios, resfriados, bronquites e asma.	Anti-homotóxico
	Atropa belladonna	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Causticum	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Cuprum aceticum	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Scilla maritima	Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991. Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory : sides of the body & drug affinities. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1976.		
67	Mercurius cyanatus	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das amigdalites.	Anti-homotóxico
	Phytolacca decandra	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927 Reckeweg, Hans - Heinrich: Materia Medica: Homoeopathia antihomotoxica; a selective pharmacology. - Vol. I. - 2. Edition - Baden-Baden: Aurelia, 1991.		
	Atropa belladonna	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi : B. Jain Publishers, 1991.		
	Hepar sulphur	Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi : B. Jain Publishers, 1991. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Arnica montana	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Apis mellifica	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
68	Sepia succus	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas dos distúrbios funcionais do ciclo menstrual.	Anti-homotóxico
	Calcarea carbonica	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Ignatia amara	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Nux moschata	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Viburnum opulus	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Cyclamen europaeum	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi : B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Erigeron canadensis	Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927.		
69	Acidum phosphoricum	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de fadiga física e mental.	Anti-homotóxico
	Ignatia amara	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Hering, C.: Guiding Symptoms of our Materia Medica. Philadelphia, 1891.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Kali bromatum	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi : Jain, 1927. Hering, C.: Guiding Symptoms of our Materia Medica. Philadelphia, 1891.		
	Zincum valerianicum	Boger, C. M.: Synoptic Key of the Materia Medica. - 6th Ed. - New Delhi: Swaran, 1931. Burt, W. H.: Characteristic Materia Medica. - 2nd Ed. - New¶York/Philadelphia, 1873.		
	Sepia succus	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Hering, C.: Guiding Symptoms of our Materia Medica. Philadelphia, 1891.		
70	Matricaria chamomilla	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: Condensed Materia Medica. - Fourth Edition. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1991.	Auxiliar no alívio do desconforto causado por cólicas e por espasmos musculares.	Anti-homotóxico
	Colocynthis	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Atropinum sulphuricum	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991		
	Veratrum album	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Magnesia phosphorica	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Gelsemium sempervirens	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Agaricus muscarius	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi: Jain, 1927. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Passiflora incarnata	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New Delhi : Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Cuprum sulphuricum	Allen, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - New York [u.a.]: Boericke & Tafel, 1874-1879. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
	Aconitum napellus	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: Condensed Materia Medica. - Fourth Edition. - New Delhi: Jain,¶1991.		
	Ammonium bromatum	Allen, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - New York [u.a.] : Boericke & Tafel, 1874-1879. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: B. Jain Publishers, 1991.		
71	Petroleum	Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1976. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.	Auxiliar no tratamento dos sintomas relacionados à vertigem e à tontura.	Anti-homotóxico
	Cocculus indicus	Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1976. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Ambra grisea	Allen, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - New York [u.a.]: Boericke & Tafel, 1874-1879. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Conium maculatum	Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1976. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
72	Sanguinaria canadensis	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Gibson, D. M.: Studies of Homeopathic Remedies. - Beaconsfield (England): Beaconsfield Publishers, Marianne H. 1987.	Auxiliar no tratamento das manifestações clínicas do climatério.	Anti-homotóxico
	Sepia succus	Reckeweg, H.-H. em Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica, 4th. Ed. Baden Baden, Aurélia, 2002. Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
	Sulphur	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Reckeweg, H.-H. em Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica, 4th. Ed. Baden Baden, Aurélia, 2002.		
	Ignatia amara	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Reckeweg, H.-H. em Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica, 4th. Ed. Baden Baden, Aurélia, 2002.		
	Cedron	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Allen, Timothy F: The Encyclopedia of pure Materia Medica - New York Boericke & Tafel, 1874 - 1879.		
	Stannum metallicum	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - New¶Delhi : Jain, 1927.		
	Lachesis mutus	Clarke, John H: A Dictionary of practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint. 1985.		
		Burt, W. H.: Characteristic Materia Medica - 2nd Ed. - New¶York/Philadelphia, 1873.		
73	Arnica montana	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi: Jain, 1927. Hahnemann, S.: Materia medica pura. Vol. I e II - Editora Homeopática Brasileira, 1998. Hering, C.: Condensed Materia Medica. - Forth Edition. - New Delhi: Jain, 1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de entorse, contusão, hematoma, fratura, edema pós-cirúrgico	Anti-homotóxico

			e pós-traumático, de inchaço e de processo	
	Calendula officinalis	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Woodbury, B. C.: Homoeopathic Materia Medica for Nurses: the principles and practice of Homoeopathy with therapeutic Index. - Greenville: VanHoy, 1992.	inflamatório e degenerativo, especialmente relacionados ao aparelho locomotor.	
	Hamamelis virginiana	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Cowperthwaite, A. C.: A text-book of Materia Medica and Therapeutics: Characteristical, analytical and comparative. - 13. ed. - New Delhi: Jain, 1993. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.		
	Echinacea angustifolia	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi: Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Reckeweg, H.-H.: Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica. - 4th Ed. - Baden-Baden: Aurelia, 2002.		
	Echinacea purpurea	Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi: Jain, 1927. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Reckeweg, H.-H.: Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica. - 4th Ed. - Baden-Baden: Aurelia, 2002.		
	Matricaria chamomilla	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.		
	Symphytum officinale	Boericke, O. E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Dehli : B. Jain Publishers, Reprint 1976. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain Publishers, Reprint 1985.		
	Bellis perennis	Anshutz, E. P.: New, old and forgotten remedies. - 2nd Ed. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1917. Boericke, W.: Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. - NewDelhi: Jain, 1927.		
	Hypericum perforatum	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889. Cowperthwaite, A. C.: A text-book of Materia Medica and Therapeutics: Characteristical, analytical and comparative. - 13. ed. - New Delhi: Jain, 1993. Hering, C.: Condensed Materia Medica. - Forth Edition. - New Delhi: Jain, 1991.		
	Achillea millefolium	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Cowperthwaite, A. C.: Textbook of Materia Medica and Therapeutics. - Chicago, 1885. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.		
	Aconitum napellus	Boericke, O. E.: Materia Medica with Repertory: sides of the body & drug affinities. - New Dehli: B. Jain Publishers, Reprint. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Cowperthwaite, A. C.: Textbook of Materia Medica and Therapeutics. - Chicago, 1885.		
	Atropa belladonna	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Hahnemann, S.: Materia medica pura. Vol. I e II - Editora Homeopática Brasileira, 1998. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991. Reckeweg, H.-H.: Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica. - 4th Ed. - Baden-Baden : Aurelia, 2002.		
	Mercurius solubilis	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica. - Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.		
	Hepar sulphur	Allen, T. F.: The Encyclopedia of pure Materia Medica. - New York [u.a.]: Boericke & Tafel, 1874-1879. Boericke, Oscar E.: Materia Medica with Repertory : sides of the body & drug affinities. - New Delhi : Jain, Repr. 1976. Dunham, C.: Lectures on Materia Medica. - New Delhi: Jain Publishers, 1879.		
74	Rhus toxicodendron	Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879. Kent, J. T.: Lectures on Homeopathic Materia Medica together with Kent's "New Remedies" incorporated and arranged in one alphabetical Order / v. James Tyler Kent. - 4th Ed. - New Delhi : Jain Publishers, 1904.	Auxiliar no tratamento das dores e inflamações das articulações e dos ligamentos.	Anti-homotóxico
	Dulcamara	Gibson, D. M.: Studies of Homeopathic Remedies. - Beaconsfield (England): Beaconsfield Publishers, Marianne H, 1987. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879. Kent, J. T. Lectures on Homeopathic Materia Medica together with Kent's "New Remedies" incorporated and arranged in one alphabetical Order / v. James Tyler Kent. 4th Ed. New Delhi: Jain Publishers, 1904.		
	Sulphur	Buck, H.: The Outline of Materia Medica and clinical Dictionary. - NewDelhi: Jain Publishers, 1987. Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879. Kent, J. T.: Lectures on Homeopathic Materia Medica together with Kent's "New Remedies" incorporated and arranged in one alphabetical Order / v. James Tyler Kent. - 4th Ed. - New Delhi: Jain Publishers, 1904. Reckeweg, H.-H. em Homoeopathia Antihomotoxica: Materia Medica, 4th. Ed. Baden Baden, Aurélia, 2002.		
	Arnica montana	Allen, T. F.: Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol. 1-10). - New York / Philadelphia : Boericke & Tafel, 1879 Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904		
	Sanguinaria canadensis	Allen, T. F.: Handbook of Materia Medica and Homeopathic Therapeutics. - Philadelphia: Boericke & Tafel, 1889 Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (Vol. 1-3). - London: The Homeopathic Publ., 1904 Hering, C.: The Guiding Symptoms of our Materia Medica (Vol. 1-10). - Philadelphia, 1879		

75	Aconitum napellus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 12-20, 35-39. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 15-25.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e dos distúrbios do sono.	Homeopático
	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, Vol 2: 71-74, 121-123 ; Vol 10: 373-382, 645-646. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 256-269.		
	Calendula officinalis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 419-421, 405. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 366-368.		
	Chelidonium majus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 127-129, 173. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 462-467.		
	Jequirity	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 69-70. SEROR R. Recherche concernant Abrus precatorius (32nd review of the homeopathic press in English) Cahiers de Biothérapie, 1972, No. 35, 249-252.		
	Viburnum opulus	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1535-1541. VOISIN Henri Matière médicale du praticien homéopathe, (2nd edition 1976 - 3rd printing), 1980, 1208-1209.		
76	Aconitum napellus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 12-20, 35-39. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 15-25.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve, dos estados emotivos e dos distúrbios menores do sono.	Homeopático
	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, Vol 2: 71-74, 121-123 ; Vol 10: 373-382, 645-646. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 256-269.		
	Calendula officinalis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 419-421, 405. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 366-368.		
	Chelidonium majus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 127-129, 173. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 462-467.		
	Valeriana officinalis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 59-69. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1496-1502.		
	Viburnum opulus	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1535-1541. VOISIN Henri Matière médicale du praticien homéopathe, (2nd edition 1976 - 3rd printing), 1980, 1208-1209.		
77	Euphrasia officinalis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 256-258. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 741-743.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das irritações oculares.	Homeopático
	Calendula officinalis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 419-421. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 366-368.		
	Magnesia carbonica	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 89. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 355-363.		
78	Matricaria chamomilla	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 453-461. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à dentição.	Homeopático
	Phytolacca decandra	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 802-812. VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2a.ed. - S.Paulo: Andrei ed., 1984.		
	Rheum¶(Rheum palmatum ou Rheum officinale)	BOERICKE William Pocket manual of Homeopathic Materia Medica - with repertory, 9th ed., Paris, 1927, 549-550. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 973-978.		
79	Allium cepa	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 146-159. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 53-56.	Auxiliar no tratamento dos sintomas dos resfriados e rinites.	Homeopático
	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 67-127. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 256-269.		
	Gelsemium sempervirens	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 385-403. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 805-814.		
	Kali bichromicum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 213-264. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 87-98.		
	Sabadilla	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 443-457. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1036-1042.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

80	Allium cepa	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 146-159. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 53-56.	Auxiliar no tratamento dos sintomas dos resfriados e rinites.	Homeopático
	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 67-127. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 256-269.		
	Gelsemium sempervirens	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 385-403. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 805-814.		
	Kali bichromicum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 213-264. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 87-98.		
	Pulsatilla	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 205-241. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 907-926.		
	Sabadilla	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 443-457. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1036-1042.		
81	Matricaria chamomilla	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 453-461. VOISIN Henri Matière médicale du praticien homéopathe, (2nd edition 1976 - 3rd printing), 1980, 331-336.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de nervosismo passageiro e de distúrbios menores do sono.	Homeopático
	Gelsemium sempervirens	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 385-403. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 805-814.		
	Hyoscyamus niger	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 25-53. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 940-947.		
	Kali bromatum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 264-280. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 99-106.		
	Passiflora incarnata	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 730-731. KOLLITSCH Paul. Homéopathie : Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 171.		
	Stramonium	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 175-224. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1272-1281.		
82	Carbo vegetabilis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 565-590. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 397-405.	Auxiliar no alívio do desconforto causado pelas cólicas.	Homeopático
	Colocynthis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 477-507. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 572-576.		
	Cuprum metallicum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 4-16. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 638-643.		
83	Antimonium tartaricum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 390. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 128-134.	Auxiliar no alívio da tosse.	Homeopático
	Bryonia alba	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 276-279, 299-300. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 310-321.		
	Coccus cacti	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 406-418, 427-429. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 550-554.		
	Drosera rotundifolia	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 170-178. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 679-683.		
	Ipecacuanha	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 37-44. KOLLITSCH Paul Homéopathie: matière médicale ; thérapeutique, 1989, 322-323.		
	Rumex crispus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 424, 480. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1022-1027.		
	Spongia tosta	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 111-112, 117. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1237-1243.		
	Sticta pulmonaria	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 1265-1269. KOLLITSCH Paul Homéopathie: matière médicale ; thérapeutique, 1989, 85.		

84	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 67-127. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 256-269.	Auxiliar no tratamento de sintomas como congestão nasal, dor nos seios da face e cefaleia, decorrentes de resfriado ou de quadro alérgico.	Homeopático
	Sanguinaria canadensis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 481-497. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1076-1085.		
	Spigelia anthelmia	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 75-94. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1223-1231.		
85	Arnica montana	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 171-176. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 188-189.	Auxiliar no tratamento de sintomas como dor de garganta e rouquidão.	Homeopático
	Arum triphyllum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 561-565. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 200-202.		
	Atropa belladonna	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 67-128. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 256-269.		
	Bromum	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 305-308. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 66-67.		
	Bryonia alba	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 249-303. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 310-321.		
	Mercurius solubilis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 296-324. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 438-455.		
	Phytolacca decandra	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 502-519. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 802-812.		
	Pulsatilla	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 907-926. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 354-356.		
	Spongia tosta	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 106-117. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1237-1243.		
86	Cocculus indicus	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 388-402. VOISIN H. Matière médicale du praticien homéopathe, (2nd Edition 1976 - 3rd print), 1980, 393-400.	Auxiliar no tratamento de náuseas.	Homeopático
	Nux vomica	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 613-631. KENT J.T. Le Répertoire Homéopathique de Kent [Translation of 3rd Edition: Dr. Alain Horvilleur], Collection Médecines, 2001, 643.		
	Tabacum	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 467-503. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1356-1364.		
	Petroleum	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 742-751. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 401-402.		
87	Abies nigra	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 2-3. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 53.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da má digestão, como queimação, azia, estufamento e aerofagia.	Homeopático
	Carbo vegetabilis	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 565-590, 432-436. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 397-405.		
	Nux vomica	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, 83-126. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 613-631.		
	Robinia pseudoacacia	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1016-1019. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 104.		
88	Arsenicum album	ALLEN Timothy Field The Encyclopedia of pure materia medica, Ed. B. Jain Publishers, 1877, Vol I: 499-550; Vol X: 331-355. CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 177-187.	Auxiliar no tratamento de sintomas nos casos de diarreia aguda passageira.	Homeopático
	China officinalis	ALLEN Timothy Field The encyclopedia of Pure Materia Medica. A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, 182-214. CLARKE John Henry A dictionary of practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 476-487.		
	Podophyllum peltatum	ALLEN Timothy Field The encyclopedia of Pure Materia Medica. A record of the positive effects of drugs upon the healthy human organism - 1877, Vol VIII: 130-136, vol X: 623 CLARKE John Henry A dictionary of practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 1925, 865-873.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

89	Calendula officinalis	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 366-368. KOLLITSCH Paul Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 190.	Auxiliar no tratamento de feridas, de queimaduras superficiais localizadas e de picadas de insetos.	Homeopático
	Hypericum perforatum	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 947-951. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 190.		
	Achillea millefolium	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 490-493. KENT J.T. Matière Médicale Homéopathique [Traduction of the 4th Edition (1932)], 1981, 667-668.		
	Ledum palustre	CLARKE John H. A Dictionary of Practical Materia Medica, The Homopathic Publishing Company, London, 261-267. KOLLITSCH Paul. Homéopathie: Matière Médicale, Thérapeutique, 1989, 252-253.		
90	Cimicifuga racemosa	BOERICKE, W.. Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003. KENT, J. T.. Matéria Médica (vol. I e II). Rio de Janeiro: Luz Menescal Editores, 2003. LATHOUD, F.. Estudos de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Editora Organon,2ª ed., 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas relacionados à Tensão Pré-Menstrual (TPM).	Homeopático
	Calcarea carbonica	BOERICKE, W.. Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H.. A Dictionary of Pratical Materia Medica (vol. I, II, III). New Delhi: B.Jain, 2007. HERING, C.. The Guiding Symptoms of our Materia Medica (vol. I a X). New Delhi: B. Jain Publishers, 2005.		
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W.. Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B.. Tratado de Matéria Médica (vol. I, II, III). São Paulo: Ed. Organon, 2ª ed., 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		
	Pulsatilla	HERING, C.. The Guiding Symptoms of our Materia Medica (vol. I a X). New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. HORVILLEUR, A.. Vade-mécum da Prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		
	Natrum muriaticum	CHARETTE, G.. Matéria Médica Explicada. Revisão e Adaptação de Profª. Drª. Anna Kossak-Romanach. São Paulo: El Cid, 2ª ed., 1998. VIJNOVSKY, B.. Tratado de Matéria Médica (vol. I, II, III). São Paulo: Ed. Organon, 2ª ed., 2003.		
91	China officinallis	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da dengue, como dor de cabeça, sensibilidade dolorosa nos globos oculares, vertigem, febre intermitente, fraqueza, calafrios, debilidade por perda de líquidos, sede, náuseas, vômitos, diarreia, suores noturnos, dor nas costas, nos membros, nos ossos, nas articulações e dores abdominais.	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	ALLEN, H.C. - Sintomas-Chave da Matéria Médica Homeopática - S. Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. DUFILHO, R.. Fichas de Matéria Médica Homeopática - O Piano Homeopático. São Paulo: Andrei, 2000.		
	Gelsemium sempervirens	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica (Vol. I) - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Ledum palustre	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		
	Rhus toxicodendron	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica (Vol. I) - New Delhi: B. Jain, 2007.		
92	Allium cepa	BOERICKE, W.- Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003. HORVILLEUR, A.- Vade-mécum da Prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.	Auxiliar no alívio dos sintomas de gripes, de resfriados, de tosse seca, de rouquidão e de rinite alérgica.	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003. HORVILLEUR, A. - Vade-mécum da Prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		

	Hydrastis canadensis	CAIRO, N.. Guia de Medicina Homeopática.São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. KENT, J. T.. Matéria Médica (vol. I e II). Rio de Janeiro: Luz Menescal Editores, 2003.		
	Natrum muriaticum	CLARKE, J. H.. A Dictionary of Pratical Materia Medica (vol. I, II, III). New Delhi: B. Jain, 2007. KENT, J. T.. Matéria Médica (vol. I e II). Rio de Janeiro: Luz Menescal Editores, 2003.		
	Pulsatilla	HORVILLEUR, A.. Vade-mécum da Prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003. LATHOUD, F.. Estudos de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Editora Organon,2ª ed., 2004.		
93	Phytolacca decandra	BOERICKE, W.- Manual de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da amigdalite, da faringite, da laringite, da deglutição difícil e dolorosa, da dor e irritação da garganta, da garganta seca, vermelha e dolorida, da rouquidão e da afonia (perda de voz).	Homeopático
	Aconitum napellus	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003. LATHOUD, F.- Estudos de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Editora Organon,2ª ed., 2004.		
	Baryta carbonica	CLARKE, J. H. - A Dictionary of Pratical Matéria Médica (Vol. I) - New Delhi: B. Jain, 2007. LATHOUD, F.- Estudos de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Editora Organon,2ª ed., 2004.		
94	Hamamelis virginiana	HORVILLEUR, A. - Vademécum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004. VOISIN, H.- Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.	Auxiliar no tratamento dos sintomas relacionados a varizes e hemorroidas, como equimose, estase venosa e inchaço dos pés e pernas.	Homeopático
	Aesculus hippocastanum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004.		
	Acidum fluoricum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (Vol. I) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. VOISIN, H.. Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		
	Pulsatilla	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004.		
95	Argentum nitricum	ALLEN, T. F.- The Encyclopedia of Pure Materia Medica (vol. I a XII). New Delhi: B. Jain Publishers, 2005. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2004.	Auxiliar na redução do desejo intenso de fumar.	Homeopático
	Caladium seguinum	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademécum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003.		
	Lobelia inflata	ALLEN, H.C. - Sintomas-Chave da Matéria Médica Homeopática - S. Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. VOISIN, H.- Manual de Matéria Médica para o Clínico. São Paulo: Andrei, 2ª ed., 1987.		
	Plantago major	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed. 2003.		
96	Hamamelis virginiana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das varizes.	Homeopático
	Calcarea fluorica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Aesculus hippocastanum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
97	Ignatia amara	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e do nervosismo.	Homeopático
	Phosphorus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Abies nigra	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Asafoetida	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

98	Arsenicum album	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas do defluxo e da coriza.	Homeopático
	Natrum muriaticum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
99	Acidum phosphoricum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento de sintomas decorrentes do envelhecimento (falta de memória, vertigens, redução do tônus muscular, desmotivação, melancolia, desejo de solidão, insônia e emagrecimento).	Homeopático
	Baryta muriatica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Conium maculatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Lycopodium clavatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
100	Hamamelis virginiana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das varizes.	Homeopático
	Calcarea fluorica	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Pulsatilla	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Clematis vitalba	VOISIN, H. - Manual de Matéria Médica para o Clínico - 2ª.ed. - S. Paulo: Andrei ed., 1987.¶DEMARQUE Denis; JOUANNY Jacques; POITEVIN Bernard; SAINT-JEAN Yves; MASSON Jean-Louis. Farmacologia & Matéria médica homeopática. 1ª edição. Brasil: EDITORA ORGANON, 2009.		
101	Arnica montana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de processos dolorosos e inflamatórios relacionados a contusões, traumas, dores musculares, cãibras e torcicolos.	Homeopático
	Ruta graveolens	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Mentholum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Capsicum annuum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶TYLER, M.L. - Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II) - S. Paulo: Santos ed., 1999.		
	Camphora	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
102	Arnica montana	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar na prevenção e tratamento dos sintomas decorrentes de traumas cirúrgicos e no tramento dos sintomas de luxações e hematomas.	Homeopático
	Hypericum perforatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
103	Causticum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no alívio da tosse e da rouquidão.	Homeopático
	Conium maculatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Hepar sulphur	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Argentum nitricum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		

104	Arsenicum iodatum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da bronquite asmática previamente diagnosticada.	Homeopático
	Ipecacuanha	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Grindelia robusta	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Lobelia inflata	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Natrum sulfuricum	LATHOUD, F. - Estudos de Matéria Médica Homeopática. SP: Robe Editorial, 2002.¶VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
105	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e do nervosismo..	Homeopático
	Argentum nitricum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Arsenicum album	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Aurum metallicum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
	Ignatia amara	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Valeriana officinalis	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
106	Crotalus horridus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da dengue (cansaço, desânimo, indisposição, dor de cabeça, dor muscular, náuseas, inapetência, febres e calafrios, dor abdominal e dor retro-ocular).	Homeopático
	Eupatorium perfoliatum	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶LATHOUD, F. - Matéria Médica Homeopática. SP: Editora Organon, 2ª ed, 2004.		
107	Ignatia amara	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e do nervosismo.	Homeopático
	Aconitum napellus	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Abies nigra	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
	Asafoetida	VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.¶BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		
108	Aconitum napellus	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. X. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.	Auxiliar no alívio dos sintomas relacionados à gripe e aos resfriados.	Homeopático
	Arnica montana	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. BURT, W. H. Characteristic Materia Medica. 2nd ed. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1873.		
	Atropa belladonna	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. X. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Bryonia alba	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. BURT, W. H. Characteristic Materia Medica. 2nd ed. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1873.		
	China officinalis	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. BURT, W. H. Characteristic Materia Medica. 2nd ed. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1873.		
	Drosera rotundifolia	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IV. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1876. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Eupatorium perfoliatum	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IV. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1876. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Gelsemium sempervirens	BURT, W. H. Characteristic Materia Medica. 2nd ed. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1873. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		

	Senega officinalis	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. VIII. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1878. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Eucalyptus globulus	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IV. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1876. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
109	Drosera rotundifolia	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.	¶Auxiliar no alívio da tosse seca.	Homeopático
	Ipecacuanha	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume II. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Thymus serpyllum	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 8rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1922. SCHROYENS, F. Synthesis. London: Homeopathic Book Publ., 2000.		
	Cuprum aceticum	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Pulsatilla	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Lobelia inflata	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume II. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Atropa belladonna	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Viola odorata	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Coccus cacti	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Veratrum album	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
110	Atropa belladonna	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band I. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993	Auxiliar no tratamento dos sintomas de rinites e de sinusites.	Homeopático
	Calcarea carbonica	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. II. New Dehli: B. Jain Publishers, 1920. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band I. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Calcarea fluorica	HERING, C. - The Guiding symptoms of our Materia Medica. Volume III. Philadelphia: The American Homoeopathic Publishing society, J.M. Stoddart & Co, 1881. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Mercurius sulphuratus ruber	HERING, C. - The Guiding symptoms of our Materia Medica. Volume III. Philadelphia: The American Homoeopathic Publishing society, J.M. Stoddart & Co, 1881. VANNIER, L.; POIRIER, J. Précis de matière médicale homéopathique. 9e ed. Paris: Doin, 1985.		
	Hepar sulphur	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. III. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1876. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band I. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Hydrastis canadensis	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IV. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1876. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band I. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Kali bichromicum	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. V. New Dehli: B. Jain Publishers, 1920. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band I. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Kali sulphuricum	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume II. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band II. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Manganum sulphuricum	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume II. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.		
	Sabadilla	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band II. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Silicea	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IX. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. MEZGER, J. Gesichtete Homöopathische Arzneimittellehre. Band II. Heidelberg: Karl F. Verlag, 1993.		
	Thuya occidentalis	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IX. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. LEESER, O. Lehrbuch der Homöopathie. B I: Planzliche Arzneistoffe. Heidelberg: Karl F. Haugverlag, 1973.		
111	Allium cepa	ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica. 3rd ed. Philadelphia: Boericke & Tafel, 1910. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das conjuntivites alérgicas e das alergias respiratórias, como rinite.	Homeopático
	Euphrasia officinalis	ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica. 3rd ed. Philadelphia: Boericke & Tafel, 1910. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.		
	Histaminum	JULIAN, O. A. Dictionnaire de matière médicale homéopathique: les 130 nouveaux homéothérapiques. Masson: Paris, 1981. COMISSION D MONOGRAPHS ("Aufbereitungsmonographien für Arzneimittel der homöopathischen Therapierichtung").		

	Sabadilla	CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962. LEESER, O. Lehrbuch der Homöopathie: B/II: Pflanzliche Arzneistoffe. Heidelberg: Haug, 1971.		
	Arsenicum iodatum	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. MEZGER, J. Gesichtete homöopathische arzneimittellehre Band I. 10. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1993.		
	Arundo mauritanica	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. HERING, C. The Guiding symptoms of our Materia Medica. Volume II. Philadelphia: Estate of Constantine Hering, 1860.		
112	Matricaria chamomilla	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. III. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1862. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve e dos distúrbios do sono.	Homeopático
	Sumbul	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. IX. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Cicuta virosa	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. HAHNEMANN, S. Materia Medica Pura. Vol. I. London: Hahnemann Publishing Society, 1880.		
	Asafoetida	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. HERING, C. - The Guiding symptoms of our Materia Medica. Volume II. Philadelphia: Estate of Constantine Hering, copyright, 1880.		
	Nux vomica	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. VII. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1878. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Ignatia amara	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. V. New Dehli: B. Jain Publishers, 1920. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Staphysagria	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. HAHNEMANN, S. Materia Medica Pura. Vol. IV. New York: Radde W. and London: Balliere H., 1846.		
	Valeriana officinalis	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. X. New York and Philadelphia: Boericke and Tafel, 1879. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Hyoscyamus niger	ALLEN, T. F. The Encyclopedia of Pure Materia Medica. Vol. V. New Dehli: B. Jain Publishers, 1920. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
	Avena sativa	ANSHUTZ, E. P. New and old forgotten remedies. Philadelphia: Boericke and Tafel, 1900. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906.		
113	Magnesia muriatica	ALLEN, T. F. The encyclopedia of pure matéria médica. VOL. VI. New Delhi: Jain Publishers, 1920. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve, do estresse e da fadiga.	Homeopático
	Magnesia carbonica	ALLEN, T. F. The encyclopedia of pure matéria médica. VOL. VI. New Delhi: Jain Publishers, 1920. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.		
	Magnesia phosphorica	ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica: a Homoeopathic classic. 3rd ed. Philadelphia: Boericke & Tafel, 1910. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runyon, 1906.		
	Plumbum metallicum	ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica: a Homoeopathic classic. 3rd ed. Philadelphia: Boericke & Tafel, 1910. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.		
	Kali phosphoricum	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906. HERING, C. The Guiding symptoms of our Materia Medica. Volume VI. Philadelphia, 1877.		
	Ambra grisea	ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica: a Homoeopathic classic. 3rd ed. Philadelphia: Boericke & Tafel, 1910. BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke & Runyon, 1906.		
114	Gelsemium sempervirens	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England Health Science Press, 1962	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve.	Homeopático
	Colocynthis	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume 1. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Aconitum napellus	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume 1. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Mezereum	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume II. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Atropa belladonna	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume 1. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Nux vomica	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume 1. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Rhus toxicodendron	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume III. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 2018072700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Arnica montana	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
	Arsenicum album	BOERICKE, W. Pocket Manual of Homoeopathic Materia Medica. 3rd ed. New York: Boericke and Runion, 1906. CLARKE, J. H. A Dictionary of Practical Materia Medica. Volume I. Rustington, Sussex, England: Health Science Press, 1962.		
115	Aloe socotrina	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed., 1997. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I Vannier, L et Poirier, J. Tratado de Matéria Médica Homeopática, 9' ed. São Paulo, 1987.	Auxiliar no alívio do desconforto causado por cólicas, gases e diarreia.	Homeopático
	Carbo vegetabilis	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed., 1997 VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I Vannier, L et Poirier, J. Tratado de Matéria Médica Homeopática, 9' ed. São Paulo, 1987.		
	Carum carvi	ALLEN, Timothy F. - The Encyclopedia of Pure Matéria Médica - New Delhi: Jain Publishers, 1982. MADAUS, G. Lehrbuch der Biologischen Heilmittel: Band I. Zweite Nachdruckauflage - Hildesheim: Ohlms, 1979.		
	Matricaria chamomilla	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed., 1997 Vannier, L et Poirier, J. Tratado de Matéria Médica Homeopática, 9' ed. São Paulo, 1987. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I		
	Foeniculum vulgare	ALLEN, Timothy F. - The Encyclopedia of Pure Matéria Médica - New Delhi: Jain Publishers, 1982. MADAUS, G. Lehrbuch der Biologischen Heilmittel: Band I. Zweite Nachdruckauflage - Hildesheim: Ohlms, 1979.		
	Melissa officinalis	MADAUS, G. Lehrbuch der Biologischen Heilmittel: Band I. Zweite Nachdruckauflage - Hildesheim: Ohlms, 1979. LEESER, O. Lehrbuch der Homöopathie: B/II: Pflanzliche Arzneistoffe. Heidelberg: Haug, 1971.		
	Mentha piperita	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed., 1997. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol II		
	Prunus spinosa	VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol III Vannier, L et Poirier, J. Tratado de Matéria Médica Homeopática, 9' ed. São Paulo, 1987.		
	Zingiber officinale	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 22ª ed., 1997. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol III		
116	Antimonium crudum	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da ansiedade leve.	Homeopático.
	Ammonium muriaticum	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
	Aurum metallicum	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
	Kali carbonicum	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
	Mercurius solubilis	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
	Natrum muriaticum	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
	Sulphur	RIBEIRO FILHO, A. Repertórios de Homeopatia. São Paulo: Editora Organon, 2005. ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
117	Antimonium tartaricum	DUFILHO, R.. Fichas de Matéria Médica Homeopática - O Piano Homeopático. São Paulo: Andrei, 2000. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.	Auxiliar na redução do desejo intenso pelo consumo de bebidas alcoólicas e no alívio dos sintomas leves relacionados à ingestão ocasional de álcool.	Homeopático
	Nux vomica	LATHOUD, F.. Estudos de Matéria Médica Homeopática. São Paulo: Editora Organon, 2ª ed., 2004. TYLER, M. L.. Retratos de Medicamentos Homeopáticos (vol. I e II). SãoPaulo: Santos Ed., 1999. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica homeopática. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol II		
	Sulphur	Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica. - New Delhi: B. Jain, 2007. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II- Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2003.		
118	Berberis vulgaris	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II - Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2003. HORVILLEUR, A. - Vademécum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das disfunções hepatobiliares, como nos casos de cólica biliar, gosto amargo na boca, náuseas,	Homeopático
	Carduus marianus	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003.		

			vômitos biliosos, má digestão, azia e prisão de ventre.	
	Mentha piperita	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. Clarke, J. H.: A Dictionary of Practical Materia Medica (vol. I, II, III) - New Delhi: B. Jain, 2007.		
	Peumus boldus	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. DIAS, A. F. - Repertório Homeopático Essencial - Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
119	Colocynthis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. LATHOUD, F.. *Estudos de Matéria Médica Homeopática.* São Paulo: Editora Organon, 2ª ed., 2004.	Auxiliar no alívio do desconforto causado por cólicas abdominais flatulentas em recém-nascidos e crianças.	Homeopático
	Magnesia phosphorica	CAIRO, N. - Guia de Medicina Homeopática - São Paulo: Livraria Teixeira, 23ª ed., 2003. LATHOUD, F.. *Estudos de Matéria Médica Homeopática.* São Paulo: Editora Organon, 2ª ed., 2004.		
	Matricaria chamomilla	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. NASH, E.B.. Leaders in Homoeopathic Therapeutics. New Delhi: B. Jain Publishers, 2008.		
	Mentha piperita	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. DIAS, A. F. - Repertório Homeopático Essencial - Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2004.		
120	Baryta carbonica	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da amigdalite.	Homeopático
	Atropa belladonna	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. TYLER, M. L. Retratos de medicamentos homeopáticos (Vol. I). São Paulo: Santos Editora, 1999.		
121	Zincum metallicum	ALLEN, H.C. Sintomas-chave da matéria médica homeopática. São Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991.	Auxiliar no tratamento dos sintomas do esgotamento nervoso, como fadiga e debilidades nervosas leves.	Homeopático
	Acidum phosphoricum	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
122	Luffa operculata	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica (Vol I). São Paulo: ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas da rinite.	Homeopático
	Natrum muriaticum	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
	Pulsatilla	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
123	Aconitum napellus	ALLEN, H.C. Sintomas-chave da matéria médica homeopática. São Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.	Auxiliar no tratamento dos sintomas¶da ansiedade leve.	Homeopático
	Atropa belladonna	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
	Magnesia muriatica	KENT, J. T. - Matéria Médica Vol I e II - Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
124	Arnica montana	ALLEN, H.C. Sintomas-chave da matéria médica homeopática. São Paulo: Dynamis editorial, 2ª ed., 2000. CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das inflamações agudas e dores causadas por traumatismos físicos.	Homeopático
	Atropa belladonna	CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. São Paulo: Livraria Teixeira, 21ª ed., 1991. VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.		
125	Atropa belladonna	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de irritações oculares, como vermelhidão nos olhos e na	Homeopático

			conjuntiva, lacrimejamento, sensação de areia nos olhos, senação de queimação, sensibilidade à luz.	
	Euphrasia officinalis	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989.		
	Hepar sulphur	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
126	Atropa belladonna	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	Auxiliar no¶alívio da tosse.	Homeopático
	Drosera rotundifolia	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Laurocerasus	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Rumex crispus	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Senega officinalis	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013		
	Verbascum thapsus	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
127	Cineraria maritima	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	Auxiliar no tratamento dos sintomas das irritações oculares ocasionadas pelo uso intensivo da visão (para leitura, por exemplo) ou pela idade (como a dificuldade para ver de perto e a falta de nitidez).	Homeopático
	Natrum muriaticum	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Ruta graveolens	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
128	Apis mellifica	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de irritações oculares, como vermelhidão, inchaço, coceira, queimação e lacrimejamento.	Homeopático
	Euphrasia officinalis	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Sabadilla	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
129	Arnica montana	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	Auxiliar no tratamento¶da acne leve a moderada e da acne vulgar.	Homeopático
	Calendula officinalis	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Hepar sulphur	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Kali bromatum	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Mercurius solubilis	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Pulsatilla	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
130	Arnica montana	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de entorse, luxação,	Homeopático

	Calendula officinalis	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	contusão, hematoma, mialgia, queimadura, dor pós-operatória (dor no local da incisão), dor pós trauma e pós fratura óssea.	
	Hypericum perforatum	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013		
	Symphytum officinale	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
131	Atropa belladonna	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de irritações oculares, como secura, inflamação, vermelhidão nos olhos e conjuntiva,¶sensação de areia nos olhos.	Homeopático
	Euphrasia officinalis	ALLEN, T.F - The Encyclopedia of Pure Materia Medica (Vol 1-10) - New Delhi: B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 2005. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
	Mercurius corrosivus	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		
132	Antimonium sulphuratum auratum	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.	Auxiliar na expectoração de muco resistente e no¶alívio da tosse produtiva, decorrentes do resfriado comum.	Homeopático
	Kali iodatum	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013		
	Senega officinalis	BOERICKE W, Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica; B. Jain Publishers Pvt. Ltd, 9ª edição, 1989. CLARKE, J.H. - A Dictionary of Practical Materia Medica - New Delhi: B. Jain, 2013.		

ANEXO II - Tabela de indicações terapêuticas para registro e notificação de medicamentos dinamizados simples.

	Insumos ativos	Referências	Indicação	Categoria
1	Anas barbariae hepatis et cordis extractum	HORVILLEUR, A. - Vademecum da prescrição em homeopatia - São Paulo: Andrei, 2003 VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol II) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar na prevenção e no alívio dos sintomas relacionados à gripe e aos estados gripais.	Homeopático
2	Bryophyllum calycinum	Anthroposophic Remedies - Monographs of the Commission C. Filderstadt: Society of Anthroposophic Physicians in Germany, 1999. 956 p. HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A Imagem do Homem como Base da Arte Médica. Vol 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p.	Auxiliar no tratamento dos sintomas dos distúrbios do sono, da irritação, da angústia e das consequências do choque emocional.	Antroposófico
3	Euphrasia officinalis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas decorrentes de conjuntivite e de irritações oculares.	Homeopático
4	Paeonia officinalis	BOERICKE, W. - Manual de Matéria Médica Homeopática - Tomo II - São Paulo: Robe Editorial, 2003. VIJNOVSKY, B. - Tratado de Matéria Médica (vol I, II e III) - São Paulo: Ed. Organon, 2003.	Auxiliar no tratamento dos sintomas de hemorroidas.	Homeopático

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 26, DE 25 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os limites de potência para registro e notificação de medicamentos dinamizados.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art.15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, em reunião realizada em 17 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Determinar a publicação da "Tabela de Potências para Registro e Notificação de Medicamentos Dinamizados", na forma do anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O disposto no anexo I não prejudica a aplicação da regulamentação específica a que estejam sujeitas substâncias entorpecentes, psicotrópicas e precursores ou qualquer outro produto submetido a controle especial.

Art. 2º Para fins exclusivos de aplicação da tabela constante do anexo I desta Instrução Normativa, considera-se a correspondência entre as diluições das dinamizações nas escalas decimal e centesimal dispostas no anexo II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A correspondência entre as diluições não significa interconversão entre escalas.

Art. 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 5, de 11 de abril de 2007.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO I - Tabela de potências para registro e notificação de medicamentos dinamizados

Insumo ativo, conforme DCB (o nome entre parênteses corresponde à denominação HPUS)	Faixa de potências de venda sem prescrição (*classe C HPUS; **insumo ativo não constante da HPUS)
Abelmoschus	TM - D60
Abies canadensis	TM - D60
Abies nigra	TM - D60

Acacia arabica	D2 - D60
Acalypha indica	TM - D60
Acetaldehyde	D6 - D60
Acetanilidum	D3 - D60
Achillea millefolium (Millefolium)	TM - D60
Achyranthes calea	TM - D60
Acidum aceticum (Aceticum acidum)	D3 - D60
Acidum acetylsalicylicum (Acetylsalicylicum acidum)	D2 - D60
Acidum alpha-ketoglutaricum (Alpha-ketoglutaricum acidum)	D3 - D60
Acidum alpha-lipoicum (Alpha-lipoicum acidum)	D1 - D60
Acidum benzoicum (Benzoicum acidum)	D2 - D60
Acidum boricum (Boricum acidum)	D3 - D60
Acidum butyricum (Butyricum acidum)	D3 - D60
Acidum camphoricum (Camphoricum acidum)	D2 - D60
Acidum carbolicum (Carbolicum acidum)	D6 - D60
Acidum citricum (Citricum acidum)	D2 - D60
Acidum desoxyribonucleicum (DNA)	D2 - D60
Acidum fluoricum (Hydrofluoricum acidum)	D8 - D60
Acidum formicum (Formicum acidum)	D3 - D60
Acidum fumaricum (Fumaricum acidum)	D3 - D60
Acidum gallicum (Gallicum acidum)	D2 - D60
Acidum hydrocyanicum (Hydrocyanicum acidum)	D8 - D60
Acidum lacticum (Lacticum acidum)	D2 - D60
Acidum muriaticum (Muriaticum acidum)	D6 - D60
Acidum nitricum (Nitricum acidum)	D6 - D60
Acidum nitromuriaticum (Nitromuriaticum acidum)	D6 - D60
Acidum oroticum (Oroticum acidum)	D4 - D60
Acidum oxalicum (Oxalicum acidum)	D6 - D60
Acidum phosphoricum (Phosphoricum acidum)	D3 - D60
Acidum picricum (Picricum acidum)	D6 - D60
Acidum ribonucleicum (RNA)	D2 - D60
Acidum salicylicum (Salicylicum acidum)	D3 - D60
Acidum sarcolacticum (Sarcolacticum acidum)	D2 - D60
Acidum succinicum (Succinicum acidum)	D3 - D60
Acidum sulphuricum (Sulphuricum acidum)	D6 - D60
Acidum sulphurosum (Sulphurosum acidum)	D3 - D60
Acidum tannicum (Tannicum acidum)	D3 - D60
Acidum tartaricum (Tartaricum acidum)	D1 - D60
Acidum uricum (Uricum acidum)	D1 - D60
Aconitinum	D6 - D60
Aconitum ferox	D2 - D60*
Aconitum lycoctonum	D2 - D60*
Aconitum napellus	D2 - D60*
Aconitum, raiz	D5 - D60*
Actaea spicata	TM - D60
Adamas	D1 - D60
Adonis vernalis	D2 - D60*
Adrenalinum	D6 - D60
Adrenocorticotrophin	D6 - D60
Aesculinum	D6 - D60
Aesculus glabra	TM - D60
Aesculus hippocastanum	TM - D60
Aethiops antimonialis	D3 - D60
Aethiops mercurialis-mineralis	D6 - D60
Aethusa cynapium	D2 - D60*
Agaricinum	D3 - D60
Agaricus campanulatus	D3 - D60
Agaricus campestris	D2 - D60
Agaricus citrinus	D3 - D60
Agaricus emeticus	D2 - D60
Agaricus muscarius	D2 - D60
Agaricus pantherinus	D2 - D60
Agaricus phalloides	D6 - D60
Agaricus procerus	D2 - D60
Agaricus semiglobatus	D3 - D60
Agaricus stercorarius	D3 - D60
Agave americana	TM - D60
Agave tequilana	TM - D60
Agnus castus	TM - D60
Agraphis nutans	TM - D60
Agrimonia eupatoria	TM - D60
Agrimonia odorata, flores	D2 - D60
Agrostemma githago	TM - D60
Ailanthus glandulosus	TM - D60
Aletris farinosa	D3 - D60*
Alisma plantago	TM - D60
Allium cepa	TM - D60
Allium sativum	TM - D60
Alloxanum	D6 - D60
Alnus serrulata	TM - D60
Aloe socotrina (Aloe)	D1 - D60
Alstonia constricta	TM - D60
Alstonia scholaris	TM - D60
Althaea officinalis	TM - D60
Alumen	D3 - D60
Alumina	D3 - D60
Alumina silicata	D1 - D60
Aluminium metallicum	D6 - D60
Aluminium muriaticum	D3 - D60
Ambra grisea	D2 - D60
Ambrosia artemisiae, folha	TM - D60
Ammi visnaga	TM - D60
Ammoniacum gummi	TM - D60
Ammonium aceticum	D3 - D60
Ammonium benzoicum	D2 - D60
Ammonium bromatum	D2 - D60
Ammonium carbonicum	D3-- D60
Ammonium causticum	D4 - D60
Ammonium citricum	D3 - D60
Ammonium iodatum	D3 - D60
Ammonium muriaticum	D1 - D60
Ammonium nitricum	D3 - D60
Ammonium phosphoricum	D3 - D60
Ammonium picricum	D6 - D60
Ammonium tartaricum	D3 - D60
Ammonium valerianicum	D2 - D60
Ammonium vanadiatum	D4 - D60
Amorphophallus rivieri	D5 - D60*
Amygdala amara	D2 - D60*
Amygdalae amarae aqua	D3 - D60
Amygdalae amarae oleum	D6-- D60
Amygdalus persica	TM - D60
Amyl nitrosum	D6 - D60
Anacardium occidentale	D2 - D60*
Anacardium orientale	D2 - D60*
Anagallis arvensis	TM - D60
Ananassa	TM - D60
Anas barbariae hepatis et cordis extractum	D12 - D400
Anatherum muricatum	TM - D60
Anchusa officinalis	D5 - D60*
Anemone nemorosa	TM - D60
Anemopsis californica	TM - D60
Anethum graveolens	TM - D60
Angelica archangelica	TM - D60
Angelica atropurpurea	TM - D60
Angelica sinensis, raiz	D2 - D60*
Angophora lanceolata	TM - D60
Angustura vera	D3 - D60*
Anilinum	D4 - D60
Anilinum sulfuricum	D4 - D60
Anisum	TM - D60
Anthemis nobilis	TM - D60
Anthoxanthum odoratum	TM - D60
Anthracinum	D6 - D60
Antimonium arsenicicum	D6 - D60
Antimonium crudum	D6 - D60
Antimonium iodatum	D3 - D60
Antimonium muriaticum	D6 - D60
Antimonium oxydatum	D3 - D60
Antimonium sulphuratum auratum (Antimonium sulphuratum aureum)	D3 - D60
Antimonium tartaricum	D6 - D60
Antipyrinum	D6 - D60
Apiolum	D3 - D60
Apis mellifica	TM - D60
Apis venenum purum	D5 - D60
Apium graveolens	TM - D60
Apocynum androsaemifolium	D2 - D60*
Apocynum cannabinum	D2 - D60*
Aqua marina	D1 - D60
Aquilegia vulgaris	TM - D60
Aralia hispida	TM-- D60
Aralia quinquefolia	TM-- D60
Aralia racemosa	TM - D60
Aranea diadema	D2 - D60
Arbutinum	D3 - D60
Arbutus andrachne	TM - D60
Areca catechu	TM - D60
Argemone mexicana	TM - D60
Argentum cyanatum	D6 - D60
Argentum iodatum	D3 - D60
Argentum metallicum	D5- D60
Argentum muriaticum	D3 - D60
Argentum nitricum	D6 - D60
Argentum oxydatum	D3 - D60
Argentum phosphoricum	D3 - D60
Aristolochia clematitis	D5 - D60*
Aristolochia milhomens	D5 - D60*
Aristolochia serpentaria	D5 - D60*
Arnica montana	D2 - D60*
Arnica montana, raiz	D2 - D60*
Arsenicum album	D6 - D60
Arsenicum bromatum	D6 - D60
Arsenicum iodatum	D6 - D60
Arsenicum metallicum	D8 - D60
Arsenicum sulphuratum flavum	D6 - D60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Arsenicum sulphuratum rubrum	D6 - D60
Artemisia abrotanum (Abrotanum)	TM - D60
Artemisia absinthium (Absinthium)	D2 - D60*
Artemisia vulgaris	TM - D60
Arum dracontium	TM - D60
Arum italicum	TM - D60
Arum maculatum	TM - D60
Arum triphyllum	TM - D60
Arundo mauritanica	TM - D60
Asafoetida	TM - D60
Asarum canadense	TM - D60
Asarum europaeum	TM - D60
Asclepias curassavica	D3 - D60*
Asclepias incarnata	D3 - D60*
Asclepias syriaca	D3 - D60*
Asclepias tuberosa	D2 - D60*
Asclepias vincetoxicum	D4 - D60*
Asimina triloba	TM - D60
Asparagus officinalis	D2 - D60
Asperula odorata	TM - D60
Astacus fluviatilis	D2 - D60
Asterias rubens	D2 - D60
Astragalus menziesii	D5 - D60*
Atropa belladonna (Belladonna)	D2 - D60*
Atropinum	D6 - D60
Atropinum sulphuricum	D6 - D60
Aurum bromatum	D4 - D60
Aurum iodatum	D6 - D60
Aurum metallicum	D3 - D60
Aurum muriaticum	D3 - D60
Aurum muriaticum kalinatum	D3 - D60
Aurum muriaticum natronatum	D3 - D60
Aurum sulphuratum	D3 - D60
Avena sativa	TM - D60
Azadirachta indica	TM - D60
Badiaga	D2 - D60
Baja	TM - D60
Balsamum peruvianum	D1 - D60
Baptisia tinctoria	TM - D60
Barium oxacsuccinicum	D6 - D60
Barosma	TM - D60
Baryta acetica	D6 - D60
Baryta carbonica	D6 - D60
Baryta iodata	D6 - D60
Baryta muriatica	D6 - D60
Belladonna, raiz	D5 - D60*
Bellis perennis	TM - D60
Benzinum	D6 - D60
Benzoin odoriferum	D2 - D60*
Benzoinum	TM - D60
Berberinum	D3 - D60
Berberis aquifolium	D3 - D60
Berberis vulgaris	D2 - D60*
Berberis vulgaris fructus	TM - D60
Beryllium metallicum	D6 - D60
Beta vulgaris	TM - D60
Betainum muriaticum	D2 - D60
Betula alba cortex	TM - D60
Betula alba folha	TM - D60
Bismuthum metallicum	D6 - D60
Bismuthum oxydatum	D6 - D60
Bismuthum subnitricum	D6 - D60
Bixa orellana	TM - D60
Blatta americana	D2 - D60
Blatta orientalis	D2 - D60
Boletus luridus	D6 - D60
Boletus satanas	D6 - D60
Bombyx processionea	D3 - D60
Borago officinalis	D5 - D60*
Borax	D1 - D60
Bovista	TM - D60
Brassica napus	TM - D60
Bromum (Bromium)	D6 - D60
Brucinum	D6 - D60
Bryonia alba (Bryonia)	D2 - D60*
Bryophyllum calycinum, folha	D4 - D60**
Bufo rana	D6 - D60
Bunias orientalis	TM - D60
Buthus australis	D8 - D60
Buxus sempervirens	D2 - D60*
Cacao	TM - D60
Cactus grandiflorus	D3 - D60
Cadmium bromatum	D8 - D60
Cadmium iodatum	D2 - D60
Cadmium metallicum	D8 - D60
Cadmium muriaticum	D8 - D60
Cadmium sulphuratum	D6 - D60
Cadmium sulphuricum	D6 - D60
Caffeinum	D1 - D60
Cahinca	TM - D60
Cajuputum	D1 - D60
Caladium seguinum	D2 - D60*
Calcarea acetica	D1 - D60
Calcarea arsenicica	D6 - D60
Calcarea carbonica	D1 - D60
Calcarea caustica	D6 - D60
Calcarea fluorica	D3 - D60
Calcarea hypochlorata	D3 - D60
Calcarea hypophosphorosa	D1 - D60
Calcarea iodata	D3 - D60
Calcarea lactica	D1 - D60
Calcarea muriatica	D3 - D60
Calcarea oxalica	D3 - D60
Calcarea phosphorica	D1 - D60
Calcarea picrata	D4 - D60
Calcarea silicata	D3 - D60
Calcarea sulphurica	D1 - D60
Calendula officinalis	TM - D60
Calotropis gigantea	D4 - D60
Caltha palustris	TM - D60
Camphora	D3 - D60
Camphora monobromata	D2 - D60
Canchalagua	TM - D60
Candida albicans	D12 - D60
Candida parapsilosis	D12 - D60
Canna augustifolia	TM - D60
Cantharidinum	D8 - D60
Cantharis vesicatoria (Cantharis)	D3 - D60
Capsicum annuum	D2 - D60*
Carbo animalis	D1 - D60
Carbo vegetabilis	D1 - D60
Carboneum	D3 - D60
Carboneum chloratum	D6 - D60
Carboneum hydrogenisatum	D6 - D60
Carboneum oxygenisatum	D8 - D60
Carboneum sulfuratum	D6 - D60
Cardiospermum	TM - D60
Carduus benedictus	TM - D60
Carduus marianus	TM - D60
Cartilago suis	D3 - D60
Carum carvi	TM - D60
Cascarilla	TM - D60
Cassada	TM - D60
Castor equi	D3 - D60
Castoreum	D2 - D60
Catalpa bignonioides	TM - D60
Caulophyllum thalictroides	D2 - D60*
Causticum	D3 - D60
Ceanothus americanus	TM - D60
Cedron	D4 - D60*
Celtis occidentalis	TM - D60
Cenchris contortrix	D8 - D60
Centaurea tagana	D5 - D60*
Cephalanthus occidentalis	TM - D60
Cerasus virginiana	TM - D60
Cerebrum suis	D6 - D60
Cereus bonplandii	TM - D60
Cereus serpentinus	TM - D60
Cerium oxalicum	D6 - D60
Cetraria islandica	TM - D60
Cheiranthus cheiri	TM - D60
Chelidonium majus	TM - D60
Chelidonium majus, raiz	TM - D60
Chelone glabra	TM - D60
Chenopodii glauci aphis	D2 - D60
Chenopodium anthelminthicum (Chenopodium anthelminticum)	D5 - D60*
Chenopodium vulvaria	TM - D60
Chimaphila maculata	TM - D60
Chimaphila umbellata	TM - D60
China officinalis (Cinchona officinalis)	D1 - D60*
Chininum arsenicicum	D6 - D60
Chininum arsenicosum	D6 - D60
Chininum muriaticum	D3 - D60
Chininum purum	D3 - D60
Chininum salicylicum	D3 - D60
Chininum sulphuricum	D3 - D60
Chionanthus virginica	TM - D60
Chloramphenicolum	D8 - D60
Chloroformum	D3 - D60
Chlorpromazinum	D8 - D60
Cholesterinum	D3 - D60
Cholinum	D2 - D60
Chromium kalium sulfuricum	D3 - D60
Chromium oxydatum	D6 - D60
Chromium sulfuricum	D3 - D60
Chrysanthemum leucanthemum	TM - D60
Chrysarobinum	D3 - D60
Cicer arietinum	TM - D60

Cichorium intybus	TM - D60
Cicuta maculata	D2 - D60*
Cicuta virosa	D2 - D60*
Cimex lectularius	D2 - D60
Cimicifuga racemosa	TM - D60
Cina	TM - D60
Cinchoninum sulfuricum	D2 - D60
Cineraria maritima	D5 - D60*
Cinnamomum	TM - D60
Cistus canadensis	TM - D60
Citrus decumana	TM - D60
Citrus limonum	D1 - D60
Citrus vulgaris	TM - D60
Clematis erecta	D3 - D60*
Clematis virginiana	TM - D60
Clematis vitalba (Clematis vitalba folia)	TM - D60
Cobaltum metallicum	D6 - D60
Cobaltum muriaticum	D4 - D60
Cobaltum nitricum	D6 - D60
Coccinella septempunctata	D2 - D60
Cocculus indicus	D3 - D60*
Coccus cacti	TM - D60
Cochlearia armoracia	TM - D60
Cochlearia officinalis	TM - D60
Coenzyme A	D2 - D60
Coffea cruda	TM - D60
Coffea tosta	TM - D60
Colchicinum	D6 - D60
Colchicum autumnale	D2 - D60*
Collinsonia canadensis	TM - D60
Colocynthinum	D3 - D60
Colocynthis	D2 - D60*
Colostrum	D3 - D60
Comocladia dentata	TM - D60
Conchiolinum	D1 - D60
Condurango	TM - D60
Coniinum	D6 - D60
Coniinum bromatum	D6 - D60
Conium maculatum	D2 - D60*
Convallaria majalis	D3 - D60*
Convolvulus arvensis	TM - D60
Copaiva officinalis	TM - D60
Corallium rubrum	D1 - D60
Corallorhiza odontorhiza	D2 - D60*
Coriaria ruscifolia	D5 - D60*
Cornus alternifolia	TM - D60
Cornus circinata	TM - D60
Cornus florida	TM - D60
Cortisone aceticum	D6 - D60
Corydalis canadensis	TM - D60
Cotyledon umbilicus	D2 - D60
Coumarinum	D6 - D60
Cresolum	D6 - D60
Crocus sativus	D2 - D60*
Crotalus cascavella	D8 - D60
Crotalus horridus	D8 - D60
Croton tiglium	D2 - D60*
Cubeba officinalis	TM - D60
Cucurbita citrullus	TM - D60
Cucurbita pepo, flores	TM - D60
Cucurbita pepo, sementes	TM - D60
Culex musca	TM - D60
Cuphea petiolata	TM - D60
Cupressus australis	TM - D60
Cupressus lawsoniana	D3 - D60
Cuprum aceticum	D3 - D60
Cuprum ammoniae sulfuricum	D6 - D60
Cuprum arsenicosum	D6 - D60
Cuprum carbonicum	D3 - D60
Cuprum metallicum	D3 - D60
Cuprum muriaticum	D3 - D60
Cuprum nitricum	D6 - D60
Cuprum oxydatum nigrum	D6 - D60
Cuprum sulphuricum	D3 - D60
Curare	D8 - D60
Cyclamen europaeum	D2 - D60*
Cydonia vulgaris	TM - D60
Cynara scolymus	TM - D60
Cynodon dactylon	TM - D60
Cypripedium pubescens	TM - D60
Cysteinum	D4 - D60
Cytisus scoparius	TM - D60
Damiana	TM - D60
Daphne indica	TM - D60
Datura arborea	D5 - D60*
Datura metel	D2 - D60*
Delphininum	D6 - D60
Derris pinnata	TM - D60
Dichapetalum	TM - D60
Dictamnus albus	TM - D60
Digitalinum	D8 - D60
Digitalis purpurea	D3 - D60*
Digitoxinum	D8 - D60
Dioscorea villosa	TM - D60
Dioscoreinum	D6 - D60
Dirca palustris	TM - D60
Discus intervertebrales suis	D6 - D60
Dissulfeto ferroso	D3 - D60**
Dolichos pruriens	TM - D60
Doryphora decemlineata	TM - D60
Draba verna	TM - D60
Drosera rotundifolia (Drosera)	TM - D60
Duboisia myoporoides	D3 - D60*
Dulcamara	D1 - D60*
Dulcamara, flores	TM - D60
Echinacea	TM - D60
Echinacea purpurea	TM - D60
Elaeis guineensis	TM - D60
Elaps corallinus	D8 - D60
Elaterium	TM - D60
Embryo suis	D6 - D60
Emetinum	D6 - D60
Eosinum natrium	D3 - D60
Ephedra vulgaris	D2 - D60*
Epigaea repens	TM - D60
Epilobium palustre	TM - D60
Epiphegus virginiana	TM - D60
Equisetum arvense	TM - D60
Equisetum hyemale	D2 - D60*
Eranthis hyemalis	D2 - D60*
Erechtites hieracifolia	D5 - D60*
Erigeron canadensis	TM - D60
Eriodictyon californicum	TM - D60
Erodium	TM - D60
Eryngium aquaticum	TM - D60
Eryngium maritimum	TM - D60
Erythraea centaurium	TM - D60
Eschscholtzia californica	TM - D60
Eserinum	D6 - D60
Etherum	D3 - D60
Ethylicum	D1 - D60
Ethylum nitricum	D3 - D60
Eucalyptol	D3 - D60
Eucalyptus globulus	TM - D60
Eugenia caryophyllata	TM - D60
Eugenia jambosa	TM - D60
Euonymus atropurpureus	TM - D60
Euonymus europaeus	TM - D60
Eupatorium aromaticum	D5 - D60*
Eupatorium cannabinum	D5 - D60*
Eupatorium perfoliatum	D5 - D60*
Eupatorium purpureum	D5 - D60*
Euphorbia amygdaloides	D2 - D60*
Euphorbia corollata	D2 - D60*
Euphorbia cyparissias	D4 - D60
Euphorbia hypericifolia	D2 - D60*
Euphorbia lathyris	D2 - D60*
Euphorbia pilulifera	D2 - D60*
Euphorbium officinarum	D3 - D60*
Euphrasia officinalis	TM - D60
Eupion	D3 - D60
Fagopyrum esculentum	TM - D60
Fagus sylvatica	TM - D60
Fel tauri	D1 - D60
Ferrum aceticum	D2 - D60
Ferrum arsenicicum	D6 - D60
Ferrum bromatum	D3 - D60
Ferrum carbonicum	D1 - D60
Ferrum citricum	D3 - D60
Ferrum cyanatum	D1 - D60
Ferrum iodatum	D3 - D60
Ferrum lacticum	D3 - D60
Ferrum metallicum	D1 - D60
Ferrum muriaticum	D2 - D60
Ferrum pernitricum	D3 - D60
Ferrum phosphoricum	D1 - D60
Ferrum picricum	D6 - D60
Ferrum sidereum	D10 - D60**
Ferrum sulphuricum	D4 - D60
Ferrum tartaricum	D1 - D60
Ferula glauca	TM - D60
Ficus religiosa	TM - D60
Filix mas	TM - D60
Foeniculum vulgare	TM - D60
Folliculinum	D3 - D60
Formalinum	D3 - D60
Formica rufa	TM - D60
Fragaria vesca	TM - D60
Franciscea uniflora	TM - D60
Fraxinus americana	TM - D60
Fraxinus excelsior	TM - D60
Fuchsinum	D3 - D60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fucus vesiculosus	TM - D60
Fumaria officinalis	TM - D60
Funiculus umbilicalis suis	D6 - D60
Galanthus nivalis	TM - D60
Galega officinalis	TM - D60
Galium aparine	TM - D60
Galphimia glauca	TM - D60
Gambogia	TM - D60
Gaultheria procumbens	TM - D60
Gelsemium sempervirens	D2 - D60*
Genista tinctoria	TM - D60
Gentiana cruciata	TM - D60
Gentiana lutea	TM - D60
Gentiana quinqueflora	TM - D60
Geranium maculatum	TM - D60
Geranium robertianum	TM - D60
Geum rivale	TM - D60
Geum urbanum	TM - D60
Ginkgo biloba	TM - D60
Glandula suprarenalis suis	D6 - D60
Glechoma hederacea	TM - D60
Glonoinum	D6 - D60
Glycerinum	D1 - D60
Glycyrrhiza glabra	TM - D60
Gnaphalium leontopodium	TM - D60
Gnaphalium polycephalum	TM - D60
Gnaphalium uliginosum	TM - D60
Gossypium herbaceum	TM - D60
Granatum	TM - D60
Graphites	D1 - D60
Gratiola officinalis	TM - D60
Grindelia robusta (Grindelia)	TM - D60
Guaco	TM - D60
Guaiacum	TM - D60
Guarea trichilioides	TM - D60
Guatteria gaumeri	TM - D60
Gunpowder	D2 - D60
Gymnocladus canadensis	TM - D60
Haematoxylon campechianum	TM - D60
Hamamelis virginiana	TM - D60
Haronga madagascariensis	TM - D60
Hedeoma pulegioides	D2 - D60*
Hedera helix	D2 - D60*
Hekla lava	D1 - D60
Helianthus annuus	TM - D60
Heliotropium peruvianum	D5 - D60*
Helix tosta	D1 - D60
Helleborus foetidus	D2 - D60*
Helleborus niger	D2 - D60*
Helleborus viridis	D2 - D60*
Heloderma	D8 - D60
Helonias dioica	TM - D60
Hepar suis	D6 - D60
Hepar sulfuris kalinum	D2 - D60
Hepar sulphur (Hepar sulphuris calcareum)	D1 - D60
Hepatica triloba	TM - D60
Heracleum sphondylium	TM - D60
Histamina	D6 - D60**
Histaminum (Histaminum hydrochloricum)	D4 - D60
Hoitzia coccinea	D2 - D60*
Holarrhena antidysenterica	TM - D60
Homarus	D1 - D60
Humulus lupulus	TM - D60
Hura brasiliensis	D2 - D60*
Hura crepitans	TM - D60
Hydrangea arborescens	TM - D60
Hydrastininum muriaticum	D3 - D60
Hydrastis canadensis	D4 - D60*
Hydrocotyle asiatica	TM - D60
Hydrophis cyanocinctus	D8 - D60
Hydrophyllum virginianum	TM - D60
Hyoscyaminum	D6 - D60
Hyoscyaminum hydrobromatum	D6 - D60
Hyoscyamus niger	D2 - D60*
Hypericum perforatum	D2 - D60*
Hypothalamus	D6 - D60
Iberis amara	TM - D60
Ichthyolum	D3 - D60
Ignatia amara	D2 - D60*
Ilex aquifolium	TM - D60
Ilex paraguariensis	TM - D60
Illicium anisatum	TM - D60
Imperatoria ostruthium	TM - D60
Indigo	D3 - D60
Indium metallicum	D3 - D60
Indolum	D3 - D60
Influenzinum	D8 - D60
Inula helenium	TM - D60
Iodium	D3 - D60
Iodoformum	D3 - D60
Ipecacuanha	D2 - D60*
Ipomoea stans	D2 - D60*
Iridium metallicum	D3 - D60
Iris florentina	TM - D60
Iris foetidissima	TM - D60
Iris germanica	TM - D60
Iris tenax	TM - D60
Iris versicolor	TM - D60
Jacaranda caroba	TM - D60
Jalapa	TM - D60
Jasminum officinale	D5 - D60*
Jatropha curcas	TM - D60
Jatropha urens	D5 - D60*
Jequirity	D3 - D60*
Jonesia asoca	TM - D60
Juglans cinerea	TM - D60
Juglans regia	D4 - D60*
Juncus effusus	TM - D60
Juniperus communis	TM - D60
Juniperus virginiana	TM - D60
Justicia adhatoda	TM - D60
Kali aceticum	D2 - D60
Kali arsenicosum	D6 - D60
Kali bichromicum	D3 - D60
Kali bromatum	D1 - D60
Kali carbonicum	D2 - D60
Kali causticum	D6 - D60
Kali chloricum	D3 - D60
Kali chromicum	D3 - D60
Kali cyanatum	D8 - D60
Kali ferrocyanatum	D3 - D60
Kali iodatum	D1 - D60
Kali muriaticum	D1 - D60
Kali nitricum	D6 - D60
Kali oxalicum	D6 - D60
Kali permanganicum	D6 - D60
Kali phosphoricum	D1 - D60
Kali picricum	D6 - D60
Kali silicatum	D2 - D60
Kali sulphuricum	D1 - D60
Kali tartaricum	D3 - D60
Kali telluricum	D3 - D60
Kalmia latifolia	D2 - D60*
Kamala	TM - D60
Karaka	D5 - D60*
Karwinskia humboldtiana	D2 - D60*
Kino australiensis	TM - D60
Kousso	D2 - D60*
Kreosotum	D6 - D60
Laburnum anagyroides	TM - D60
Lac caninum	D3 - D60
Lac defloratum	D3 - D60
Lac felinum	D3 - D60
Lac vaccinum	D3 - D60
Lacerta agilis	TM - D60
Lachesis mutus	D8 - D60
Lachnanthes tinctoria	TM - D60
Lactuca virosa	D2 - D60*
Lamium album	TM - D60
Lapis albus	D6 - D60
Lappa major	TM - D60
Larix decidua, flores	D2 - D60
Lathyrus cicera	D2 - D60*
Latrodectus katipo	D8 - D60
Latrodectus mactans	D8 - D60
Latyrus sativus (Lathyrus sativus)	TM - D60
Laurocerasus	D2 - D60*
Ledum palustre	D3 - D60*
Lemna minor	TM - D60
Leonurus cardiaca	TM - D60
Lepidium bonariense	TM - D60
Leptandra virginica	TM - D60
Lespedeza capitata	TM - D60
Levico	D1 - D60
Levisticum officinale	TM - D60
Levomepromazinum	D8 - D60
Levothyroxinum	D10 - D60
Liatris spicata	TM - D60
Lilium tigrinum	TM - D60
Limulus	D3 - D60
Linaria vulgaris	TM - D60
Linum catharticum	TM - D60
Linum usitatissimum	TM - D60
Lithium benzoicum	D3 - D60
Lithium bromatum	D3 - D60
Lithium carbonicum	D3 - D60
Lithium muriaticum	D3 - D60
Lobelia cardinalis	D2 - D60*
Lobelia erinus	D2 - D60*
Lobelia inflata	D2 - D60*
Lobelia purpurescens	D2 - D60*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lobelia syphilitica	D2 - D60*
Lobelinum	D6 - D60
Lolium temulentum	D2 - D60*
Lonicera periclymenum	TM - D60
Lonicera xylosteum	TM - D60
Lophophytum leandri	TM - D60
Luffa operculata	TM - D60
Lupulinum	TM - D60
Lycopersicum esculentum	TM - D60
Lycopodium clavatum	TM - D60
Lycopus virginicus	TM - D60
Lysimachia nummularia	TM - D60
Macrotinum	D1 - D60
Magnesia carbonica	D1 - D60
Magnesia muriatica	D1 - D60
Magnesia oxydata	D1 - D60
Magnesia phosphorica	D1 - D60
Magnesia sulphurica	D1 - D60
Magnesium gluconicum dihydricum	D3 - D60
Magnesium metallicum	D3 - D60
Magnesium oroticum dihydricum	D4 - D60
Magnolia glauca	D3 - D60
Magnolia grandiflora	TM - D60
Mancinella	D2 - D60*
Mandragora officinarum	TM - D60
Manganum aceticum	D3 - D60
Manganum carbonicum	D3 - D60
Manganum metallicum	D3 - D60
Manganum muriaticum	D3 - D60
Manganum oxydatum nativum	D3 - D60
Manganum oxydatum nigrum	D8 - D60
Manganum phosphoricum	D6 - D60
Manganum sulphuricum	D3 - D60
Mangifera indica	TM - D60
Marrubium vulgare	TM - D60
Matico	TM - D60
Matricaria chamomilla (Chamomilla)	TM - D60
Matthiola graeca	D2 - D60*
Medicago sativa (Alfalfa)	TM - D60
Medulla ossis suis	D6 - D60
Medusa	D6 - D60
Melastoma ackermani	D2 - D60*
Melilotus alba	D2 - D60*
Melilotus officinalis	D2 - D60*
Melissa officinalis	TM - D60
Menispermum canadense	TM - D60
Mentha piperita	TM - D60
Mentha pulegium	TM - D60
Mentha viridis	TM - D60
Mentholum	D4 - D60
Menyanthes trifoliata	TM - D60
Mephitis mephitica	D6 - D60
Mercurialis perennis	TM - D60
Mercurius aceticus	D6 - D60
Mercurius auratus	D6 - D60
Mercurius bromatus	D6 - D60
Mercurius corrosivus	D6 - D60
Mercurius cum kali-iodatus	D6 - D60
Mercurius cyanatus	D8 - D60
Mercurius dulcis	D6 - D60
Mercurius iodatus flavus	D6 - D60
Mercurius iodatus ruber	D6 - D60
Mercurius methylenus	D6 - D60
Mercurius nitricus	D7 - D60
Mercurius praecipitatus albus	D6 - D60
Mercurius praecipitatus ruber	D6 - D60
Mercurius solubilis	D6 - D60
Mercurius sulfocyanatus	D6 - D60
Mercurius sulfuricus	D6 - D60
Mercurius sulphuratus ruber	D4 - D60
Mercurius vivus	D6 - D60
Methylene blue	D2 - D60
Mezereum	TM - D60
Mimosa pudica	TM - D60
Mitchella repens	TM - D60
Momordica balsamina	TM - D60
Morbilinum	D12 - D60
Moschus	D6 - D60
Mucosa nasalis suis	D6 - D60
Murex purpurea	D2 - D60
Musa sapienticum	TM - D60
Mygale	D8 - D60
Myosotis arvensis	TM - D60
Myrica cerifera	TM - D60
Myristica sebifera	TM - D60
Myrrha	TM - D60
Myrtus communis	TM - D60
Nabalus serpentarius	TM - D60
Nadidum	D2 - D60
Naja tripudians	D8 - D60
Naphthalinum	D3 - D60
Narcissus pseudo-narcissus	TM - D60
Nasturtium aquaticum	TM - D60
Natrum arsenicicum	D6 - D60
Natrum bicarbonicum	D1 - D60
Natrum bromatum	D2 - D60
Natrum carbonicum	D1 - D60
Natrum fluoratum	D3 - D60
Natrum hypochlorosum	D5 - D60
Natrum lacticum	D3 - D60
Natrum muriaticum	D1 - D60
Natrum nitricum	D1 - D60
Natrum nitrosum	D6 - D60
Natrum oxalaceticum	D3 - D60
Natrum phosphoricum	D1 - D60
Natrum pyruvicum	D3 - D60
Natrum salicylicum	D2 - D60
Natrum silicofluoricum	D3 - D60
Natrum sulfuratum	D3 - D60
Natrum sulfuricum	D1 - D60
Natrum sulfurosum	D2 - D60
Negundo	TM - D60
Nepenthes	TM - D60
Nepeta cataria	TM - D60
Niccolum carbonicum	D3 - D60
Niccolum metallicum	D3 - D60
Niccolum sulphuricum	D3 - D60
Nicotinamidum	D3 - D60
Nicotinum	D6 - D60
Nitri spiritus dulcis	D3 - D60
Nitrogenum oxygenatum	D3 - D60
Nuphar luteum	D2 - D60
Nux moschata	TM - D60
Nux vomica	D2 - D60*
Nymphaea odorata	TM - D60
Ocimum basilicum	TM - D60
Ocimum canum	TM - D60
Ocimum sanctum	TM - D60
Oenanthe crocata	D2 - D60*
Oenothera biennis	TM - D60
Oleander	D3 - D60*
Oleum animale	D6 - D60
Oleum morrhuae	D3 - D60
Oleum ricini	D2 - D60
Oleum santali	D1 - D60
Olibanum	TM - D60
Oniscus	TM - D60
Ononis spinosa	TM - D60
Onopordum	TM - D60
Onosmodium virginianum	TM - D60
Oophorinum	D6 - D60
Opuntia vulgaris	TM - D60
Orchitinum	D6 - D60
Oreodaphne californica	TM - D60
Origanum majorana	TM - D60
Ornithogalum umbellatum	TM - D60
Osmium metallicum	D6 - D60
Ostrya	TM - D60
Ova tosta	D1 - D60
Ovi gallinae pellicula	D1 - D60
Oxalis acetosella	TM - D60
Oxydendrum arboreum	TM - D60
Oxytropis lambertii	D3 - D60
Paeonia officinalis	TM - D60
Palladium metallicum	D6 - D60
Paloondo	TM - D60
Pancreas suis	D6 - D60
Pancreatinum	D6 - D60
Papaver rhoeas	D1 - D60*
Papaverinum hydrochloricum	D3 - D60
Paraffinum	D1 - D60
Parathormonum	D8 - D60
Pareira brava	TM - D60
Parietaria officinalis	TM - D60
Paris quadrifolia	D2 - D60*
Paronichia illecebrum	TM - D60
Parthenium	TM - D60
Passiflora alata	TM - D60**
Passiflora incarnata	TM - D60
Pastinaca sativa	TM - D60
Paullinia pinnata	TM - D60
Paullinia sorbilis	TM - D60
Pecten	TM - D60
Pediculus capitis	TM - D60
Penthorum sedoides	TM - D60
Pepsinum	D2 - D60
Persea americana	TM - D60
Pertussinum	D30 - D60
Petiveria tetrandra	TM - D60
Petroleum	D1 - D60
Petroselinum sativum	TM - D60
Peumus boldus (Boldo)	TM - D60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Phallus impudicus	TM - D60
Phaseolus	TM - D60
Phellandrium aquaticum	TM - D60
Phenacetinum	D6 - D60
Phloridzinum	D3 - D60
Phosphorus	D4 - D60
Physalis alkekengi	TM - D60
Physostigma venenosum	D4 - D60
Phytolacca decandra	D1 - D60*
Pichi	TM - D60
Picrotoxinum	D6 - D60
Pilocarpinum	D6 - D60
Pilocarpinum muriaticum	D6 - D60
Pilocarpinum nitricum	D6 - D60
Pilocarpus	D2 - D60*
Pimenta officinalis	TM - D60
Pimpinella saxifraga	TM - D60
Pinus lambertiana	TM - D60
Pinus sylvestris	TM - D60
Piper methysticum	TM - D60
Piper nigrum	TM - D60
Piperazinum	D2 - D60
Piscidia erythrina	TM - D60
Pituitarum posterium	D6 - D60
Pix liquida	D6 - D60
Placenta totalis suis	D6 - D60
Plantago major	TM - D60
Platinum metallicum	D3 - D60
Platinum muriaticum	D3 - D60
Plectranthus fruticosus	TM - D60
Plumbago littoralis	TM - D60
Plumbum aceticum	D6 - D60
Plumbum carbonicum	D6 - D60
Plumbum chromicum	D6 - D60
Plumbum iodatum	D6 - D60
Plumbum metallicum	D6 - D60
Podophyllinum	D3 - D60
Podophyllum peltatum	D4 - D60*
Polygonum punctatum	TM - D60
Polygonum sagittatum	TM - D60
Polyporus officinalis	D2 - D60
Polyporus pinicola	D2 - D60
Populus candicans	TM - D60
Populus tremula, flores	D2 - D60
Populus tremuloides	TM - D60
Potentilla anserina	TM - D60
Pothos foetidus	TM - D60
Primula obconica	TM - D60
Primula veris	TM - D60
Primula vulgaris	TM - D60
Proteus	D12 - D60
Prunus padus	TM - D60
Prunus spinosa	TM - D60
Prunus virginiana	TM - D60
Ptelea trifoliata	TM - D60
Pulex irritans	D6 - D60
Pulsatilla	TM - D60
Pulsatilla nuttalliana	TM - D60
Pyrethrum parthenium	D2 - D60*
Pyridoxinum hydrochloricum	D6 - D60
Pyrogenium	D12 - D60
Pyrus americana	TM - D60
Quebracho	TM - D60
Quercus glandium spiritus	D1 - D60
Quercus robur	TM - D60
Quillaja saponaria	D1 - D60*
Radium bromatum	D12 - D60
Ranunculus acris	D2 - D60*
Ranunculus bulbosus	D2 - D60*
Ranunculus ficaria	TM - D60
Ranunculus glacialus	D2 - D60*
Ranunculus repens	D2 - D60*
Ranunculus sceleratus	D2 - D60*
Raphanus sativus	TM - D60
Ratanhia	TM - D60
Rauwolfia serpentina	D5 - D60*
Resina laricis	TM - D60
Resorcinum	D3 - D60
Rhammus californica	TM - D60
Rhammus cathartica	TM - D60
Rhammus frangula	D1 - D60*
Rhammus purshiana	TM - D60
Rheum officinale OU Rheum palmatum (Rheum)	TM - D60
Rhodium metallicum	D2 - D60
Rhododendron chrysanthum	D2 - D60*
Rhus aromatica	D2 - D60*
Rhus diversiloba	D2 - D60*
Rhus glabra	D2 - D60*
Rhus toxicodendron (Rhus tox)	D2 - D60*
Rhus venenata	D2 - D60*
Ricinus communis	TM - D60
Robinia pseudoacacia	TM - D60
Rosa canina	TM - D60
Rosa damascena	TM - D60
Rosmarinus officinalis	TM - D60
Rubia tinctorum	TM - D60
Rumex acetosa	TM - D60
Rumex crispus	TM - D60
Rumex obtusifolius	TM - D60
Russula foetens	TM - D60
Ruta graveolens	D2 - D60*
Sabadilla	TM - D60
Sabal serrulata	TM - D60
Sabina	D2 - D60*
Saccharinum	D1 - D60
Saccharium officinale	D1 - D60
Saccharum lactis	D1 - D60
Salicinum	D2 - D60
Salix alba	TM - D60
Salix nigra	TM - D60
Salix purpurea	TM - D60
Salol	D3 - D60
Salvia officinalis	TM - D60
Samarskite	D1 - D60
Sambucus canadensis	TM - D60
Sambucus nigra	TM - D60
Sanguinaria canadensis	D2 - D60*
Sanguinarinum nitricum	D4 - D60
Sanicula	D1- D60
Santoninum	D6 - D60
Saponaria officinalis	TM - D60
Saponinum	D2 - D60
Sarracenia purpurea	TM - D60
Sarsaparilla	TM - D60
Sassafras officinale	TM - D60
Scammonium	D2 - D60*
Schinus molle	TM - D60
Scilla marítima	D2 - D60*
Scolopendra	D3 - D60
Scolopendrium vulgare	TM - D60
Scopolaminum hydrobromidum	D6 - D60
Scrophularia nodosa	TM - D60
Scutellaria lateriflora	TM - D60
Secale cornutum	D3 - D60
Sedum acre	TM - D60
Selenium metallicum	D6 - D60
Sempervivum tectorum	TM - D60
Senecio aureus	D5 - D60*
Senecio jacobaea	D5 - D60*
Senega officinalis	TM - D60
Senna	TM - D60
Sepia succus (Sepia)	D1 - D60
Serum anguillae	D3 - D60
Silica marina	D1 - D60
Silicea	D2 - D60
Silphium laciniatum	TM - D60
Sinapis alba	TM - D60
Sinapis nigra	TM - D60
Sium latifolium	D5 - D60*
Skatolum	D4 - D60
Skookum chuck	D1 - D60
Slag	D3 - D60
Solaninum	D6 - D60
Solanum arrebenta	D1 - D60*
Solanum carolinense	TM - D60
Solanum mammosum	TM - D60
Solanum nigrum	D2 - D60*
Solanum oleraceum	D2 - D60*
Solanum tuberosum	D2 - D60*
Solidago virgaurea	TM - D60
Sparteinum sulfuricum	D6 - D60
Spigelia anthelmia	D1 - D60*
Spigelia marilandica	TM - D60
Spilanthes oleracea	TM - D60
Spinacia	TM - D60
Spiraea ulmaria	TM - D60
Spiranthes autumnalis	D2 - D60*
Spongia tosta	D1 - D60
Stachys betonica	TM - D60
Stannum iodatum	D3 - D60
Stannum metallicum	D3 - D60
Staphysagria	D3 - D60*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Stellaria media	TM - D60
Sterculia acuminata	TM - D60
Stibium metallicum	D6 - D60
Sticta pulmonaria	TM - D60
Stigmata maydis (Stigmata maidis)	TM - D60
Stillingia sylvatica	TM - D60
Stramonium	D2 - D60*
Strontium bromatum	D6 - D60
Strontium carbonicum	D6 - D60
Strontium nitricum	D6 - D60
Strophanthus hispidus	D3 - D60*
Strophanthus sarmentosus	D3 - D60*
Strychninum	D6 - D60
Strychninum arsenicicum	D6 - D60
Strychninum nitricum	D6 - D60
Strychninum phosphoricum	D6 - D60
Strychninum sulfuricum	D6 - D60
Succinum	D3 - D60
Sulfanilamidum	D4 - D60
Sulfur hydrogenisatum	D6 - D60
Sulphur	D1 - D60
Sulphur iodatum	D3 - D60
Sumbul	TM - D60
Symphoricarpus racemosus	TM - D60
Symphytum officinale	D5 - D60*
Syzygium jambolanum	D2 - D60*
Tabacum	D2 - D60*
Tamus communis	D2 - D60*
Tanacetum vulgare	D2 - D60*
Tanghinia venenifera	D7 - D60*
Taraxacum officinale	TM - D60
Tarentula cubensis	D8-- D60
Tarentula hispanica (Tarentula hispana)	D8-- D60
Taxus baccata	D2 - D60*
Tellurium metallicum	D3 - D60
Terebinthina	D2 - D60
Tetradymite	D3 - D60
Teucrium marum	TM - D60
Teucrium scorodonia	TM - D60
Thallium metallicum	D6 - D60
Thaspium aureum	TM - D60
Thea sinensis	TM - D60
Theobrominum	D1 - D60
Theridion	D9-- D60
Thiosinaminum	D3 - D60
Thlaspi bursa-pastoris	TM - D60
Thuya lobbi	TM - D60
Thuya occidentalis	TM - D60
Thymolum	D3 - D60
Thymus serpyllum	TM - D60
Thyroidinum	D6 - D60
Tilia europaea	TM - D60
Titanium metallicum	D3 - D60
Tongo	D5 - D60*
Tormentilla	TM - D60
Torula cerevisiae	D1 - D60
Toxicophis pugnax	D8 - D60
Tradescantia diuretica	D2 - D60*
Trifolium pratense	TM - D60
Trifolium repens	TM - D60
Trillium pendulum	TM - D60
Trimethylaminum	D3 - D60
Triosteum perfoliatum	TM - D60
Triticum repens	TM - D60
Tropaeolum majus	TM - D60
Tuba uterina suis	D6 - D60
Tussilago fragrans	D5 - D60*
Tussilago petasites	D5 - D60*
Ulmus fulva	TM - D60
Upas tieute	D8 - D60
Uranium nitricum	D8 - D60
Urea	D1 - D60
Urtica crenulata	D2 - D60*
Urtica dioica	TM - D60
Urtica urens	TM - D60
Usnea barbata	TM - D60
Ustilago maydis (Ustilago maidis)	D2 - D60*
Uva ursi	TM - D60
Vaccinium myrtillus	TM - D60
Valeriana officinalis	TM - D60
Vanadium metallicum	D6 - D60
Vena suis	D6 - D60
Venus mercenaria	D8 - D60
Veratrinum	D6 - D60
Veratrum album	D2 - D60*
Veratrum nigrum	D2 - D60*
Veratrum viride	D1 - D60*
Verbascum thapsus	TM - D60
Verbena hastata	TM - D60
Verbena officinalis	TM - D60
Veronica beccabunga	TM - D60
Veronica officinalis	D2 - D60*
Vesicaria	TM - D60
Vespa crabo (Vespa crabro)	TM - D60
Viburnum opulus	TM - D60
Viburnum prunifolium	TM - D60
Vinca minor	D2 - D60*
Viola odorata	TM - D60
Viola tricolor	TM - D60
Vipera berus	D8 - D60
Viscum album	D2 - D60*
Wiesbaden	D1 - D60
Wyethia helenioides	TM - D60
Xanthoxylum fraxineum	TM - D60
Xerophyllum asphodeloides	TM - D60
Yucca filamentosa	TM - D60
Zincum aceticum	D2 - D60
Zincum bromatum	D3 - D60
Zincum carbonicum	D3 - D60
Zincum cyanatum	D6 - D60
Zincum gluconicum	D1 - D60
Zincum iodatum	D3 - D60
Zincum metallicum	D3 - D60
Zincum muriaticum	D6 - D60
Zincum oxydatum	D1 - D60
Zincum phosphoratum	D6 - D60
Zincum picricum	D6 - D60
Zincum sulfuricum	D3 - D60
Zincum valerianicum	D3 - D60
Zingiber officinale	TM - D60

ANEXO II - Tabela de correspondência entre diluições nas escalas decimal e centesimal

Escala Decimal	Escala Centesimal
D1 e D2	C1
D3 e D4	C2
D5 e D6	C3
D7 e D8	C4
D9 e D10	C5
D11 e D12	C6
D13 e D14	C7
D15 e D16	C8
D17 e D18	C9
D19 e D20	C10
D21 e D22	C11
D23 e D24	C12
D25 e D26	C13
D27 e D28	C14
D29 e D30	C15
D31 e D32	C16
D33 e D34	C17
D35 e D36	C18
D37 e D38	C19
D39 e D40	C20
D41 e D42	C21
D43 e D44	C22
D45 e D46	C23
D47 e D48	C24
D49 e D50	C25
D51 e D52	C26
D53 e D54	C27
D55 e D56	C28
D57 e D58	C29
D59 e D60	C30
D399 - D400	C200

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 27, DE 25 DE JULHO DE 2018

Publica a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art.15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, em reunião realizada em 17 de julho de 2018, resolve:

Art. 1° Publicar a Lista de referências para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos dinamizados, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. São consideradas todas as edições das obras listadas, exceto nos casos em que uma edição mais recente revogue total ou parcialmente as edições anteriores.

Art. 2° Fica revogada a Instrução Normativa nº 3, de 11 de abril de 2007.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

LISTA DE REFERÊNCIAS PARA AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE MEDICAMENTOS DINAMIZADOS

Lista comum para todas as categorias de medicamentos dinamizados

ALDO F. D. Repertório homeopático essencial. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica 2001.

ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica with bowel nosodes. 8ª ed. New Delhi: Jain, 1990.

ALLEN, H. C. Keynotes and characteristics with comparisons of some of the leading remedies of the materia medica: a Homoeopathic classic. Wellingborough: Thorsons, 1978.

ALLEN, H. C. Leitsymptome wichtiger mittel der homöopathischen materia medica. Göttingen: Burgdorf, 1990.

ALLEN, H. C. Nosoden. - 2. Aufl. Berg: Barthel & Barthel, 1992.

ALLEN, H.C. Sintomas-chave da matéria médica homeopática. 2ª ed. São Paulo: Dynamis editorial, 2000.

ALLEN, H.C. The materia medica of the Nosodes. 2ª ed. New Delhi: B. Jain, 2004.

ALLEN, T. F. Handbook of materia medica and homoeopathic therapeutics. New Delhi: Jain, Repr. 1992.

ALLEN, T. F. The encyclopedia of pure materia medica. New York [u.a.]: Boericke & Tafel, 1874-1879.

ALLEN, T. F. The encyclopedia of pure matéria médica. New Delhi: Jain Publishers, 1982.

ANSHUTZ, E. P. New and old forgotten remedies. Indian Edition. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

BANERJEA, S. K. Synoptic memorizer of materia medica. New Delhi: Jain, Repr. 1992. Vol. 2.

BANERJEE, N. K. Realistic materia medica with therapeutic repertory. New Delhi: Jain, Repr.1990.

BANERJEE, P. Materia medica of indian drugs. Howrah (India): Shiva, 1990.

BARTHEL, H. Charakteristika homöopathischer arzneimittel. Berg am Starnberger See: Barthel & Barthel, 1984.

BEISCH, K.; BLOESS, D. Ein Wirksamkeitsnachweis homöopathischer medikamente am beispiel der nosoden: eine regelphysiologische studie im testgang der EAV. Uelzen: Med. Lit. Verl. ges., 1979.

BERNEVILLE, F. DANO, G. Nosodotherapy, isotherapy, opotherapy. Pratap Homoeo Pharmacy & Clinic. New Delhi: Minerva [o.J.].

BLACKIE, M. G. Classical Homoeopathy: repertory edition. Beaconsfield: Beaconsfield, Repr. 1990.

BOERICKE, O. E. Materia medica with repertory & 50 homoeopathic indian drugs. New Delhi: Jain, Repr. 1986.

BOERICKE, O. E. Materia Medica with repertory: sides of the body & drug affinities. New Delhi: Jain, Repr. 1976.

BOERICKE, W. Homöopathische mittel und ihre wirkungen materia medica und repertorium. Leer. Grundlagen u. Praxis, 1972.

BOERICKE, W. Pocket Manual of Homeopathic Materia Medica. New Delhi: Jain, 1927.

BOERICKE, W. O. Manual de matéria médica homeopática- Tomo II. 9ª ed. São Paulo: Robe Editorial, 2003.

BOGER, C. M. A Synoptic key of the materia medica: a treatise for homoeopathic students. New Dehli: Jain, Repr. 1993.

BRUNINI, C. R. D. Repertório homeopático pediátrico. São Paulo: Robe Editorial, 2003.

BUCHMANN, W. Hahnemanns reine arzneimittellehre: grundlinien. Heidelberg: Haug, 1983.

BUCK, H. The outlines of materia medica and a clinical dictionary. New Delhi: Jain, Repr. 1987.

BURT, W. H. Characteristic materia medica. New Delhi: Jain, Repr. 1985.

BURT, W. H. Physiologial materia medica containing all that is known of the physical action of our remedies: together with their characteristic indications and pharmacology / William H. Burt. Third Edition. New Delhi: Jain, Repr. 1994.

CAIRO, N. Guia de medicina homeopática. 21ª ed. São Paulo: Livraria Teixeira, 1991.

CANDEGABE, E. F. Vergleichende homöopathische arzneimittellehre. 2. Aufl. Göttingen: Burgdorf , 1994.

CHAKRAVARTY, A. Homoeopathic drug personalities with therapeutics hints. New Delhi: Jain, Repr. 1989.

CHARETTE, G. Homöopathische arzneimittellehre für die praxis. 4. Aufl. Stuttgart: Hippokrates, 1985.

CHARETTE, G. Matéria médica explicada: Revisão e adaptação de Prof. Dra. Anna Kossak- Romanach. São Paulo: El Cid, 1994.

CHOUDHURI, N. M. A study on materia medica and repertory. New Delhi: Jain, Repr. 1986.

CHOUDHURI, N. M. A study on materia medica: an ideal text book for homoeopathic students. New Dehli: Jain, Repr. 1994.

CLARKE, J. H. A dictionary of practical materia medica. New Delhi: Jain, Repr. 1985.

CLARKE, J. H. A dictionary of practical materia medica. New Delhi: B.Jain, 1976.

COMISSION D MONOGRAPHS ("Aufbereitungsmonographien für Arzneimittel der homöopathischen Therapierichtung"), published in the Official Federal Bulletin of the German Federal Institute for Drugs and Medical Devices (BfArM).

COWPERTHWAITE, A. C. A text-book of materia medica and therapeutics: characteristical, analytical and comparative. 13ª ed. New Dehli: Jain, 1993.

DEMARQUE Denis; JOUANNY Jacques; POITEVIN Bernard; SAINT-JEAN Yves; MASSON Jean-Louis. Pharmacology and homeopathic materia medica. 3rd edition. Paris : CEDH 2015.

DEWEY, W. A. Homöopathie in frage und antwort: teil 1. materia medica. - Berg: Organon, 1986.

DEWEY, W. A. Homöopathische grundlagen in frage und antwort: homöopathisches lehrund lernbuch. 6 Aufl. Heidelberg: Haug, 1987.

DEWEY, W. A. Katechismus der reinen arzneiwirkungslehre: unter der berücksichtigung der homöopathie, der pharmakologie und der homöopathischen pharmazie als einführung in die homöopathische praxis für ärzte und studierende. 5. Aufl. - Ulm/Donau: Haug, 1958.

DORCSI, M. Homöopathie. Bd. 5: Arzneimittellehre. 2. verb. u. erw. Aufl. Heidelberg: Haug, 1983.

DORCSI, M. Homöopathie. Bd.2: Ätiologie. 4. Aufl. Heidelberg: Haug, 1985.

DORCSI, M. Homöopathie. Bd.4: Organotherapie. 5. Aufl. Heidelberg: Haug, 1985.

DUFILHO, R. Fichas de matéria médica homeopática: o piano homeopático. São Paulo: Andrei, 2000.

DUNHAM, C. Lectures on materia medica. 5ª ed. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

EIZAYAGA, F. X. El Moderno repertório de Kent. Buenos Aires: Ediciones Marecel, 1981.

FARRINGTON, E. A. Klinische arzneimittellehre: eine reihe von vorlesungen. Leipzig: Schwabe, 1891.

FARRINGTON, E. A. Matéria clínica médica. México. Escuela tipográfica Cristobal Colon, 1933.

FELLENBERG-ZIGLER, A. VON. Homöopathische arzneimittellehre. 16. Auflage. Heidelberg: Haug, 1977.

FELLENBERG-ZIGLER, A. VON. Homöopathische arzneimittellehre. 9. Aufl. - Leipzig: Schwabe, 1919.

GENNARO, A. R. Remington Farmacia. 17 ed. Buenos Aires: Editorial Medica Panamericana, v.1-2, 1987.

GENTRY, W. D. The rubrical and regional text-book of the homoeopathic materia medica: section on the urine and urinary organs. New Delhi: Jain, Repr.1983.

GESAMMELTE ARZNEIMITTELPRÜFUNGEN AUS STAPFS. Archiv für die homöopathische heilkunst (1822-1848) / hrsg. v. K.-H.Gypser ;A. Waldecker. - Bd.1-3. Heidelberg: Haug, 1991.

GESSNER, O. ORZECHOWSKY, G. (HRSG). Gift-und arzneipflanzen von mitteleuropa. 3. Auflage. - Heidelberg, 1974.

GIBSON, D. Studies of homoeopathic remedies. - beaconsfield: beaconsfield, 1987.

GLADWIN, F. E. Die. Materia-medica-familie - 2. erw. Auflage. Heidelberg: Haug, 1985.

GROSS, R. H. Comparative materia medica / ed. C. Hering. New Delhi: Jain, Repr. 1993.

GUTMAN, W. Grundlage der homöopathie und das wesen der arznei: eine neudarstellung von arzneibildern. 2. erw. Auflage - Heidelberg Haug; 1987.

HAHNEMANN, S. Chronische krankheiten : materia medica teil. Berg: Organon, 1983.

HAHNEMANN, S. Doenças crônicas. São Paulo: Homeopática Brasileira, 1998. Vol I.

HAHNEMANN, S. Matéria médica pura. São Paulo: Homeopática Brasileira, 1998. Vol. I e II.

HAHNEMANN, S. Reine arzneimittellehre. Bd. 1-6. Unveränd. Nachdruck von 1826. Heidelberg: Haug, 1991.

HAHNEMANN, S.; FIMMWLSBERG, J.; KÜNZLI V. Chronische krankheiten: theoretischer teil. Berg: Organon, 1983.

HALE, E. M. Materia medica and special therapeutics of the new remedies. New Delhi: Jain, 1991.

HEINIGKE, C. Dr. Carl Heinigke`s handbuch der homoeopathischen arzneiwirkungslehre. 2. Aufl. Leipzig: Schwabe, 1905.

HERING, C. Condensed materia medica. Fourth Edition. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

HERING, C. Guiding symptoms. New Delhi: B. Jain Publishers, 1971.

HERING, C. Kurzgefaßte arzneimittellehre Band I. u. II. Berlin: Berliner Verein homöopathischer Ärzte, 1889.

HERING, C. Kurzgefaßte arzneimittellehre. 3. rev. verm. u. best. Aufl. Göttingen: Burgdorf, 1985.

HERING, C. The Guiding symptoms of our materia medica. Band 1-10. - New Delhi: Jain, 1991.

HODLER, J. Homéopathie par les sels biochimiques et les minéraux: guide pratique. Soissons: Adrillion, 1982.

HORVILLEUR, A. Enzyklopädie der homöopathischen therapie. Heidelberg: Haug, 1987.

HORVILLEUR, A. Vademecum da prescrição em Homeopatia. São Paulo: Andrei, 2003.

HUGHES, R. A Manual of pharmacodynamics. Sixth Edition. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

HUGHES, R.; DAKE, J. P. A cyclopaedia of drug pathogenesy. New Delhi: Jain, Repr. 1988.

JAHR, G. H. G. Leitfaden zur ausübung der Homöopathie. Nachdr. d. Ausg. Leipzig, Bethmann's, 1854. Heidelberg: Arkana, 1984.

JOUANNY, J. The essential of Homeopathic. France: Boiron Lab, 2000.

JOUANNY, J. The essentials of homeopathic materia medica. Bordeaux: Boiron, 1980.

JULIAN, O. A. Dictionnaire de matière médicale homéopathique: les 130 nouveaux homéothérapiques. Masson: Paris, 1981

JULIAN, O. A. Materia medica der nosoden. 5. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1983.

JULIAN, O. A. Materia medica of new homoeopathic remedies. Beaconsfield: Beaconsfield, 1979.

JULIAN, O. A. Matière médicale d'Homéopathie: cent nouveaux et anciens remèdes réexpérimentés. Paris: Peyronnet, 1971.

JULIAN, O. A. Dictonary of homoeopathic materia medica of 131 new homoeotherapeutics. New Delhi: Jain, Repr. 1994.

KASTNER, R. F. Bönninghausens physiognomik der homöopathischen arzneimittel und ihre arzneiverwandtschaften. Heidelberg : Haug, 1995.

KENT, J. T. Kents arzneimittelbilder: vorlesungen zur homöopathischen materia medica / neu übers. u. hrsg. v. Edward Heits. 8. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1990.

KENT, J. T. Lectures on homoeopathic materia medica together with Kent's "New Remedies" incorporated and arranged in one alphabetical order / v. James Tyler Kent. New Delhi: Jain, Repr. 1993.

KENT, J. T. Matéria médica. Rio de Janeiro: Luz Menescal editores, 2002. Vol I e II.

KENT, J. T. New remedies, clinical cases, lesser writings, aphorisms and precepts. New Delhi: Jain, Repr. 1992.

KENT, J. T. Repertory of the Homeopathic Matéria médica. 6ª ed. New Delhi: World Homeop. Links, 1982.

KHANNA, A. Live Materia medica: illustrated cum rhymed materia medica of the polychrest remedies. 1. Indian Ed. New Dehli: Jain, 1989.

KOLLITSCH, P. Homéopathie: Matière médical thérapeutique. - Genève: Helios, 1989.

LATHOUD, F. Estudos de matéria médica homeopática. São Paulo: Robe Editorial, 2002.

LATHOUD, F. Matéria médica homeopática. 2ª ed. São Paulo: Editora Organon, 2004.

LATHOUD, J. A.: Materia medica. Band 1-3. Berg am Starnberger See: Organon, 1986.

LEESER, O. Lehrbuch der Homöopathie: Bd. A, B I, B II; C: Arzneimittellehre. Heidelberg: Haug, 1961-77.

LEESER, O. Lehrbuch der Homöopathie: Bd.2: Mineralische Arzneistoffe. Heidelberg: Haug, 1987.

LIPPE, A. D. Text book of materia medica. New Delhi: Jain, Repr. 1992.

MacFARLAN, M. Provings and clinical observations with high potencies. First Edition. - New Delhi: [o.V.], 1990.

MADAUS, G. Lehrbuch der biologischen Heilmittel. Leipzig: Thieme, 1938.

MADAUS, G. Lehrbuch der Biologischen Heilmittel: Bd. I - III. Nachdruckauflage - Hildesheim [u.a.] : Ohlms, 1976.

MANDL, E. Arzneipflanzen in der Homöopathie. Wien: Maudrich, 1985.

MANDL, E. Tiere, minerale und andere heilmittel in der Homöopathie: Eine ill. Auswahl. Wien: Maudrich, 1992.

MARTINDALE. The complete drug reference. 32 ed. Kathleen Parfitt, Pharmaceutical Press, Taunton Massachusetts, USA, 1999.

MATHUR, K. N. Systematic materia medica of homoeopathic remedies with totaly of characteristic symptoms: comparisons and various indications of each remedy. New Delhi: Jain, Repr. 1992.

MEZGER, J. Gesichtete homöopathische arzneimittellehre band II. 8. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1988.

MEZGER, J. Gesichtete homöopathische arzneimittellehre. Bd. I u. II. 4. verb. u. erw. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1977.

MIRILLI, J. A. Matéria médica temática. São Paulo: Robe Editorial, 1996.

NASH, E. B. Indicações características de terapêutica homeopática. Rio de Janeiro: Ed. Bras. da Federação Bras. de Homeopatia, 1979.

NASH, E. B. Leaders in homeopathic therapeutics with grouping and classification. New Delhi: Jain, 1987.

NASH, E. B. Leitsymptome in der homöopathischen therapie. 15. Aufl. - Heidelberg: Haug, 1988.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NASH, E. B. Leaders in homoeopathic therapeutics. New Delhi: B. Jain.

NETIEN, G.;TRAISNEL, M.;VERAIN, A. Galenica 16 - Médicaments homeopathiques - notions pratiques de pharmacie homeopathique. 2.ed. Paris: Technique et Documentation, 1986.

NOACK, A.; TRINKS, C. F. Handbuch der homöopathischen arzneimittellehre. Bd. 1-2. Unveränd. Nachdr. v. 1843 u. 1847. Göttingen: Burgdorf, 1984.

PHARMACOTECHNIE ET MONOGRAPHIES DE MÉDICAMENTS COURANTS. Lyon: Syndicat des Pharmacies et Laboratoires Homéopathiques, 1979, v. I.

PHARMACOTECHNIE ET MONOGRAPHIES DE MÉDICAMENTS COURANTS, Lyon: Syndicat des Pharmacies et Laboratoires Homéopathiques, 1982, v. II.

PIERCE, W. I. Plain talks on materia medica with comparisons. New Delhi: Jain, Repr. 1988.

POSSART, A. Homöopathische arzneimittellehre aller in den jahren 1850-1962 geprüften Mittel: Bd. 1-3. Göttingen: Burgdorf, 1986.

PULFORD, A; PULFORD, D. T. Homoeopathic materia medica of graphic drug pictures and clinical comments. Repr. New Delhi: Jain, 1992.

RIBEIRO FILHO, A. Repertório de sintomas homeopáticos. São Paulo: Editora Organon, 2005.

ROBERTS, H. A. The study of remedies by comparison. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

ROBERTS, H. A. O Estudo dos medicamentos por comparação. Trad. de Tarcísio de F. Bazílio. São Paulo: Robe editorial, 1996.

ROYAL, G. Abriß der homöopathischen arzneimittellehre. Regenburg: Sonntag, 1926.

SCHOELER, H. Kompendium der wissenschaftlichen und praktischen Homöopathie. Leipzig: Schwabe, 1940.

SCHROYENS, F. Synthesis. London: Homeopathic Book Publ., 1993.

SEUTEMANN, S. R. Kastner, Raimund F.: Homöotherapie mit Bio-Katalysatoren. Heppenheim: Kastner, 1979.

SHINGHAL, J. H. Graphic Pictures of selected remedies with repertory and therapeutic index. New Delhi: Jain, Repr. 1991.

STAUFFER, K. Klinische homöopathische arzneimittellehre. 7. Aufl. Regensburg: Sonntag, 1978

STAUFFER, K. Klinische homöopathische arzneimittellehre. - 9. Aufl. -Regensburg: Sonntag, 1984.

STAUFFER, K. Stauffers Homöopathisches taschenbuch: Kurzgefaßte therapie und arzneimittellehre zum gebrauche für die ärztliche praxis / Martin Schlegel. 17. Aufl. - Haug: Heidelberg, 1977.

STAUFFER, K. Stauffers homöopathisches taschenbuch: Kurzgefaßte therapie und arzneimittellehre zum gebrauche für die ärztliche praxis /Martin Schlegel. 9. Aufl. Haug: Ulm, 1965.

STIEGELE, A. Homöopathische arzneimittellehre. Stuttgart: Hippokrates, 1949.

TESTE, A. The homoeopathic materia medica: arranged systematically and practically. New Delhi: Jain, Repr. 1992.

TÉTAU, M. Matière médicale homéopathique clinique et associations biothérapeutiques. Paris: Maloine, 1983. Tome I + II.

TYLER, M. L. Retratos de medicamentos homeopáticos. São Paulo: Santos Editora, 1999. Vol. I e II.

VAKIL, P. Provings and clinical symptoms of new, old and forgotten remedies. First Edition. Bombay: VHP Vakil Homoeopathic Prakashans, 1992.

VANNIER, L. & POIRIER, J. Matéria médica homeopática. México: Ed. Porrua, 1979.

VANNIER, L.; POIRIER, J. Précis de matière médicale homéopathique. Paris: Doin, 1985.

VARMA, P. N.; VAID, I. Encyclopaedia of homoeopathic pharmacopoeia with fingerprint testing, standardization methods, clinical uses and prescribed potencies. New Dehli: Jain, 1995.

VERMEULEN, F. Synoptic materia medica 2. ed. Haarlem: Merlijn, 1993.

VIJNOVSKY, B. Tratado de matéria médica. São Paulo: Ed. Organon, 2003. Vol I, II e III.

VITHOULKAS, G. Essenzen homöopathischer arzneimittel. Frankfurt: Faust, 1986.

VOEGELI, A. Leit- und wahlanzeigende symptome der Homöopathie. Heidelberg: Haug, 1984.

VOISIN, H. Manual de matéria médica para o clínico. 2ª ed. São Paulo: Andrei ed., 1984.

VOISIN, H. Materia medica des homöopathischen praktikers. 2. verb. Aufl. Heidelberg: Haug, 1985.

WELLMER, W. Fibel homöopathischer arzneimittelbilder: Eine kleine arzneimittellehre; die 40 wichtigsten mittel und 33 nebenmittel. Heidelberg: Haug, 1981.

WOODBURY, B. C. Homoeopathic materia medica for nurses: the principles and practice of Homoeopathy with therapeutic Index. Greenville: VanHoy, 1992.

ZIMMERMANN, W. Homöopathische arzneitherapie: Eine kurzgefaßte integrierte Arzneimittellehre. 2. Aufl. Regensburg: Sonntag, 1974.

ZINKE, K. J. Ein homöopathie-leitfaden für die praxis/ von K. J. Zinke. Krefeld: D. Münks Verl. f. Medizin, 1976.

Estudos clínicos, toxicológicos e estudos de patogenesia publicados em revistas indexadas em bases de dados de relevância científica, observando-se a categoria do medicamento (homeopático, anti-homotóxico ou antroposófico).

Lista exclusiva para medicamentos anti-homotóxicos

RECKEWEG, H. H. Homoeopathia antihomotoxica: Eine gesichtete Arzneimittellehre. Bd. 1. 1. Aufl. - Baden-Baden: Aurelia, 1980.

RECKEWEG, H. H. Homoeopathia antihomotoxica: Eine gesichtete Arzneimittellehre. Bd. 1. 3. Aufl. - Baden-Baden: Aurelia, 1983.

RECKEWEG, H. H. Homoeopathia antihomotoxica: Symptomen- und modalitätenverzeichnis mit arzneimittellehre. 6. Aufl. - Baden-Baden: Aurelia, 1999.

RECKEWEG, H. H. Materia medica: homoeopathia antihomotoxica. 4th Ed. Baden-Baden: Aurelia, 2002.

RECKEWEG, H. H. Materia medica: homoeopathia antihomotoxica: a selective pharmacology. 2. ed. Baden-Baden: Aurelia, 1991. Vol.1.

Lista exclusiva para medicamentos antroposóficos

ANTHROPOSOPHIC REMEDIES - Monographs of the Commission C. Filderstadt: Society of Anthroposophic Physicians in Germany, 1999. 956 p.

BOTT, V. Medicina antroposófica, uma ampliação da arte de curar. 3ª ed., São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1991. 400 p. Vol. 1 e 2.

GLÖCKLER, M. Anthroposophic medicinal therapy for physicians and pharmacists, Stuttgart: Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft, 2005. 610 p. Vol. 1 e 2.

HUSEMANN, F.; WOLFF, O. A imagem do homem como base da arte médica. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1978. 1064 p. Vol 1, 2 e 3.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF ANTHROPOSOPHIC PHARMACISTS. Anthroposophic pharmaceutical codex, 2005. 131 p. Disponível em: < http://www.iaap.org.uk/downloads/codex.pdf>. Acesso em: abr 2018.

KIENLE, G. S.; KIENE, H.; ALBONICO, H. U. Anthroposophic medicine- effectiveness, utility, costs, safety. Stuttgart: Schattauer, 2006. 350 p.

LINDEN, W. Nascimento e infância: II - A criança doente. 4ª ed., São Paulo: Editora Antroposófica, 1986. 236 p.

MORAES, W. A. Medicina antroposófica: Um paradigma para o século XXI. São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Antroposófica, 2005. 384 p.

PELIKAN, W. Healing plants- insights through spiritual science. Spring Valley: Mercury Press, 1997. 396 p.

PELIKAN, W. The secrets of metals. 2ª ed. Herndon: Lindisfarne Books, 2006. 228 p.

SCHRAMM, H. M. Booklet of remedies for the anthroposophic medicine. Basel: Novalis Verlag, 1997. 623 p.

STEINER, R.; WEGMAN, I. Elementos fundamentais para uma ampliação da arte de curar. São Paulo: Editora Antroposófica, 2001. 104 p.

STEINER, R. La ciência espiritual y la medicina. Buenos Aires: Epidauro, 1989, 340 p.

VOGEL, H. H. Finding remedies- spiritual knowledge of man and nature. Natur Mensch Medizin Verlags, 2000.

WOLFF, O. Anthroposophic medicine and its remedies. Spring Valley: Mercury Press, 1988. 78 p.

WOLFF, O. Remedies for the typical diseases. Spring Valley: Mercury Press, 1996. 56 p.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN N° 28, DE 26 DE JULHO DE 2018

Estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art.15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, em reunião realizada em 17 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece as listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa se aplica de maneira complementar à Resolução RDC nº 243, de 26 de julho, de 2018, que dispõe sobre os requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

Art. 2º O Anexo I define a lista de constituintes autorizados para uso em suplementos alimentares, exceto para os suplementos alimentares indicados para lactentes (0 a 12 meses) ou crianças de primeira infância (1 a 3 anos).

Art. 3º O Anexo II define a lista de constituintes autorizados para uso em suplementos alimentares indicados para lactentes (0 a 12 meses) ou crianças de primeira infância (1 a 3 anos).

Art. 4º Consideram-se incluídos os diferentes graus de hidratação dos constituintes listados nos Anexos I e II, desde que contempladas na especificação de identidade, pureza e composição utilizada como referência, conforme art. 8º da Resolução RDC nº 243, de 26 de julho, de 2018.

Art. 5º O Anexo III define a lista de limites mínimos de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas e probióticos que devem ser fornecidos pelos suplementos alimentares na recomendação diária de consumo e por grupo populacional indicado pelo fabricante.

Art. 6º O Anexo IV define a lista dos limites máximos de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas e probióticos que não podem ser ultrapassados pelos suplementos alimentares na recomendação diária de consumo e por grupo populacional indicado pelo fabricante.

Art. 7º Nos casos em que os limites mínimos ou máximos constem como não estabelecido (NE), caberá ao fabricante definir as quantidades adequadas a serem ingeridas na recomendação diária de consumo do produto e por grupo populacional indicado pelo fabricante.

Art. 8º Nos casos em que os limites mínimos ou máximos constem como não autorizado (NA), não é permitida a indicação dos suplementos alimentares contendo esse constituinte para os respectivos grupos populacionais.

Art. 9º O Anexo V define a lista de alegações autorizadas para uso na rotulagem dos suplementos alimentares e os respectivos requisitos de composição e de rotulagem.

Art. 10. O Anexo VI define a lista de requisitos de rotulagem complementar dos suplementos alimentares.

Art. 11. O Anexo VII define a lista das quantidades de aminoácidos essenciais da proteína de referência.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO I

LISTA DE CONSTITUINTES AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES, EXCETO PARA OS SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES (0 A 12 MESES) OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA (1 A 3 ANOS).

NUTRIENTES	
Proteínas	CAS
Caseína	-
Caseinatos[i]	-
Caseínas e caseinatos	9000-71-9
Caseína hidrolisada	-
Caseinato de cálcio	9005-43-0
Caseinato de sódio	9005-46-3
Colágeno Tipo II[ii]	-
Espirulina (*Arthrospira platensis*)	-
Extrato de levedura (*Saccharomyces cerevisiae)*	-
Gelatina	9000-70-8
Gelatina hidrolisada/Colágeno hidrolisado	-
Levedura autolisada (*Saccharomyces cerevisae)*	-
Levedura de cerveja (*Saccharomyces cerevisae)*	-
Levedura inativa seca (*Saccharomyces cerevisiae, S. fragilis* ou *Torula utilis*)	-
Pólen apícola desidratado[iii]	
Proteína de soja	-
Proteína de soja concentrada	9010-10-0
Proteína de soja isolada	-
Proteína de trigo	-
Proteína de arroz	-
Proteína de soro do leite concentrada	-
Proteína de soro do leite hidrolisada	-
Proteína de soro do leite isolada	-
Soro do leite	-
Soro do leite reduzido de lactose	-
Soro do leite reduzido de minerais	-
Carboidratos	CAS
Amidos	-
Amido de milho (*Zea mays*)	-
Amido modificado	-
Açúcar invertido	8013-17-0
D-Frutose	57-48-7
D-Galactose	3646-73-9
D-Ribose	50-69-1

D-Tagatose	87-81-0
Dextrose (D-Glucose)	50-99-7
Isomaltulose	13718-94-0 58024-13-8
Lactose	63-42-3
Maltodextrina	-
Mel[iv]	-
Sacarose	57-50-1
Trealose	99-20-7
Xarope de glicose	-
Xarope de isomalte	64519-82-0
Fibras Alimentares	CAS
Alfa-ciclodextrina	10016-20-3
Amido fosfatado de batata (*Solanum tuberosum*),	-
Amido resistente de milho[ii]	-
Amido resistente de milho com alto teor de amilose[ii]	-
Ágar	9002-18-0
Arabinogalactana	9036-66-2
Baobá em pó (*Adansonia digitara*)[ii]	
Beta-glucana de farelo de aveia[ii]	-
Beta-glucana de levedura (*Saccharomyces cerevisiae)*	-
Celulose[ii]	-
Celulose microcristalina[ii]	9004-34-6
Dextrina	9004-53-9
Dextrina resistente de trigo ou milho[ii]	-
Fibra de beterraba	-
Frutooligossacarídeos (FOS)	-
Galactooligossacarídeos (GOS)[ii]	-
Goma acácia ou arábica (*Acacia senegal* L.)	9000-01-5
Goma guar (*Cyamoposis tetragonolobus*)	9000-30-0
Inulina	9005-80-5
Lactulose	4618-18-2
Maltodextrina resistente de milho (*Zea mays* L.)[ii]	-
Pectina	9000-69-5
Polidextrose	68424-04-4
Psyllium (*Plantago ovatae*)	-
Quitosana	9012-76-4
Semente de chia (*Salvia hispanica* L.)[ii]	-
Semente de chia moída desengordurada (*Salvia hispanica* L.)[ii]	-
Chia moída[ii]	-
Lipídios	CAS
Ácido docosahexaenóico (DHA) obtido de óleo de alga *Crypthecodinium cohnii*	-
Ácido docosahexaenóico (DHA) obtido de óleo de alga *Schizochytrium sp.*	-
Ácido docosahexaenóico (DHA) obtido de óleo de alga *Ulkenia sp.*	-
Ácido docosahexaenóico (DHA) obtido de óleo de atum (*Scombridae Thunnus*)[ii]	-
Ácido eicosapentaenóico (EPA) obtido de óleo de alga *Schizochytrium* sp.	-
Ácido linoleico	60-33-3
Azeite de oliva (*Olea europaea*)	8001-25-0
Diacilglicerol (DAG)	308082-33-9
Estearina de palma (*Elaeis guineenses*)	-
Estearina de palmiste (*Elaeis guineenses*)	-
Fosfolipídios de ovos	-
Lecitina	8002-43-5
Oleína de palma (*Elaeis guineenses*)	-
Oleína de palmiste (*Elaeis guineenses*)	-
Óleo de amêndoas (*Prunus dulcis*)	-
Óleo de amendoim (*Arachis hypogaea* L.)	8002-03-7
Óleo de abacate (*Persea americana*)[ii]	-
Óleo de babaçu (*Orbignya* sp.)	-
Óleo de cártamo (*Carthamus tinctorious* L.)	8001-23-8
Óleo de cártamo com alto teor de ácido oleico (*Carthamus tinctorious* L.)	-
Óleo de castanha do Brasil (*Bertholletia exceisa*)[ii]	-
Óleo de coco (*Cocos nucifera* L.)	8001-31-8
Óleo de canola (*Brassica napus* L., *B. rapa* L., *B. juncea* L. e *B. tournefortii Gouan*)	-
Óleo de canola com baixo teor de ácido erúcico (*Brassica napus* L., *B. rapa* L., *B. juncea* L. e *B. tournefortii Gouan*)	120962-03-0
Óleo de farelo de arroz (*Oryza sativa* L).	-
Óleo de fígado de bacalhau	-
Óleo de gergelim (*Sesamum indicum* L.)	-
Óleo de girassol (*Helianthus annuus* L.)	8001-21-6
Óleo de girassol com alto teor de ácido oleico (*Helianthus annuus* L.)	-
Óleo de girassol com médio teor de ácido oleico (*Helianthus annuus* L.)	-
Óleo de krill (*Euphasia superba*)	-
Óleo de linhaça/linho (*Linum usitatissimum* L.)	8001-26-1
Óleo de macadâmia[ii]	-
Óleo de milho (*Zea mays* L.)	8001-30-7
Óleo de palma (*Elaeis guineenses*)	8002-75-3
Óleo de palmiste (*Elaeis guineenses*)	8023-79-8
Óleo de peixe	-
Óleo de prímula (*Oenothera biennis* L.)	90028-66-3
Óleo de semente de abóbora (família *Curcubitaceae*)[ii]	-
Óleo de semente de algodão (*Gossypium* spp.)	8001-29-4
Óleo de semente de borragem (*Borago officinalis* L.)	84012-16-8
Óleo de semente de chia (*Salvia hispanica* L.)[ii]	-
Óleo de semente de mostarda branca (*Sinapis alba* L. ou *Brassica hirta Moench*)	-
Óleo de semente de mostarda marrom e amarela (*Brassica juncea* L. *Czernajew* e *Cossen*)	-
Óleo de semente de mostarda preta (*Brassica nigra* L. *Koch*)	-
Óleo de semente de uva (*Vitis vinifera* L.)	-
Óleo de soja (*Glycine max* L. *Merr*)	8001-22-7
Triglicerídeos de cadeia média	73398-61-5
Minerais	
Cálcio	CAS
Acetato de cálcio	62-54-4
Bisglicinato de cálcio	56960-17-9
Cálcio derivado de *Lithothamnion calcareum*	-
Carbonato de cálcio	471-34-1
Citrato de cálcio/Dicitrato tricálcico	813-94-5
Citrato de cálcio tetraidratado	5785-44-4
Citrato malato de cálcio	120250-12-6 142606-53-9
Cloreto de cálcio	10043-52-4
Cloreto de cálcio diidratado	10035-04-8
Concha de ostras	-
Dicálcio malato[ii]	671197-49-2
Fosfato de cálcio dibásico diidratado	7789-77-7
Fosfato de cálcio dibásico/Hidrogênio fosfato de cálcio	7757-93-9
Fosfato de cálcio monobásico/Dihidrogênio fosfato de cálcio	7758-23-8
Fosfato de cálcio tribásico/Fosfato tricálcico	12167-74-7 7758-87-4
Glicerofosfato de cálcio	27214-00-2
Gluconato de cálcio	299-28-5
Hidróxido de cálcio	1305-62-0
Lactato de cálcio	814-80-2
Lisinato de cálcio	6150-68-1
Malato de cálcio	17482-42-7
Óxido de cálcio	1305-78-8
Pidolato de cálcio	31377-05-6
Piruvato de cálcio	52009-14-0
Succinato de cálcio	140-99-8
Sulfato de cálcio	7778-18-9
Sulfato de cálcio diidratado	10101-41-4
Treonato de cálcio	70753-61-6
Cobre	CAS
Aspartato de cobre	-
Bisglicinato de cobre	13479-54-4
Gluconato cúprico/Cobre (II) D-gluconato	527-09-3
Óxido de cobre	1317-38-0
Sulfato cúprico	7758-98-7
Sulfato cúprico pentaidratado	7758-99-8
Cromo	CAS
Cloreto crômico/Cloreto de cromo (III)	10025-73-7
Cloreto crômico hexaidratado	10060-12-5
Lactato de cromo (III) triidratado	19751-95-2
Picolinato de cromo	14639-25-9
Ferro	CAS
Bisglicinato ferroso	20150-34-9
Citrato férrico	2338-05-8
Citrato férrico amoniacal	1185-57-5
Citrato ferroso	23383-11-1
Ferro carbonila	7439-89-6
Ferro eletrolítico	7439-89-6
Ferro reduzido por hidrogênio	7439-89-6
Fosfato de amônio ferroso	10101-60-7
Fosfato ferroso	10028-23-6
Fumarato ferroso	141-01-5
Glicinato férrico[ii]	34369-82-9
Gluconato ferroso	299-29-6
Lactato ferroso	5905-52-2
Ortofosfato férrico/Fosfato férrico	10045-86-0
Pidolato de ferro	69916-59-2
Pirofosfato férrico/Difosfato férrico	10058-44-3
Pirofosfato férrico de sódio/Difosfato férrico de sódio	1332-96-3
Sulfato ferroso	7720-78-7
Sulfato ferroso heptaidratado	7782-63-0
Taurato de ferro (II)	-
Fósforo	CAS
Fosfato de cálcio dibásico/Hidrogênio fosfato de cálcio	7757-93-9
Fosfato de cálcio tribásico/Fosfato tricálcico	12167-74-7 7758-87-4
Fosfato de cálcio monobásico/Dihidrogênio fosfato de cálcio	7758-23-8
Fosfato de magnésio tribásico/Trimagnésio Fosfato	7757-87-1
Fosfato de magnésio dibásico/Hidrogênio fosfato de magnésio	7757-86-0
Fosfato de potássio monobásico/Dihidrogênio fosfato de potássio	7778-77-0
Fosfato de potássio dibásico/Hidrogênio fosfato dipotássico	7758-11-4
Fosfato de potássio tribásico	7778-53-2
Fosfato de sódio dibásico/Hidrogênio fosfato dissódico	7558-79-4
Fosfato de sódio monobásico/Dihidrogênio fosfato de sódio	7558-80-7
Fosfato de sódio tribásico/Fosfato trissódico	7601-54-9
Iodo	CAS
Iodato de potássio	7758-05-6
Iodeto de potássio	7681-11-0
Iodeto de sódio	7681-82-5
Magnésio	CAS
Acetato de magnésio	142-72-3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acetiltaurato de magnésio	75350-40-2
Ascorbato de magnésio	15431-40-0
Bisglicinato de magnésio	14783-68-7
Carbonato de hidróxido de magnésio	12125-28-9
Carbonato de magnésio	546-93-0
Cloreto de magnésio	7786-30-3
Cloreto de magnésio hexaidratado	7791-18-6
Dimagnésio malato[ii]	1309-37-1
Fosfato de magnésio dibásico/Hidrogênio fosfato de magnésio	7757-86-0
Fosfato de magnésio tribásico/Fosfato trimagnésico	7757-87-1
Glicerofosfato de magnésio	927-20-8
Gluconato de magnésio	3632-91-5
Hidróxido de magnésio	1309-42-8
Lactato de magnésio	18917-93-6
Lisinato de magnésio	6150-68-1
Malato de magnésio	869-06-7
Magnésio creatina quelato[ii]	-
Óxido de magnésio	1309-48-4
Pidolato de magnésio	62003-27-4
Piruvato de magnésio	18983-79-4
Sais de magnésio do ácido cítrico	3344-18-1
Succinato de magnésio	556-32-1
Sulfato de magnésio	7487-88-9
Sulfato de magnésio heptaidratado	10034-99-8
Sulfato de magnésio monoidratado	14168-73-1
Taurato de magnésio	-
Manganês	CAS
Ascorbato de manganês	16351-10-3
Aspartato de manganês	-
Bisglicinato de manganês	14281-77-7
Citrato de manganês (II)	10024-66-5
Cloreto de manganês	7773-01-5
Glicerofosfato de manganês	1320-46-3
Gluconato de manganês	6485-39-8
Pidolato de manganês	29193-02-0
Sulfato de manganês	7785-87-7
Molibdênio	CAS
Molibdato de amônio	12054-85-2
Molibdato de potássio	13446-49-6
Molibdato de sódio	7631-95-0
Molibdato de sódio diidratado	10102-40-6
Potássio[v]	CAS
Bicarbonato de potássio/Hidrogênio carbonato de potássio	298-14-6
Carbonato de potássio	584-08-7
Citrato de potássio /Citrato tripotássico	866-84-2
Cloreto de potássio	7447-40-7
Fosfato de potássio dibásico/Hidrogênio fosfato dipotássico	7758-11-4
Fosfato de potássio monobásico/Dihidrogênio fosfato de potássio	7778-77-0
Fosfato de potássio tribásico	7778-53-2
Glicerofosfato de potássio	1319-70-6
Gluconato de potássio	299-27-4
Hidróxido de potássio	1310-58-3
Iodeto de potássio	7681-11-0
Lactato de potássio	996-31-6
Malato de potássio	585-09-1
Pidolato de potássio	4810-50-8
Selênio	CAS
Ácido selenioso	7783-00-8
Levedura enriquecida com selênio	-
Selenato de sódio	13410-01-0
Selenito de sódio	10102-18-8
Selenometionina	1464-42-2
Sódio[vi]	CAS
Bicarbonato de sódio	144-55-8
Carbonato de sódio	497-19-8
Citrato de sódio	68-04-2
Cloreto de Sódio	7647-14-5
Fosfato de sódio dibásico/Hidrogênio fosfato dissódico	7558-79-4
Fosfato de sódio monobásico/Dihidrogênio fosfato de sódio	7558-80-7
Fosfato de sódio tribásico/Fosfato trissódico	7601-54-9
Gluconato de sódio	527-07-1
Hidróxido de sódio	1310-73-2
Lactato de sódio	72-17-3
Sulfato de sódio	7757-82-6
Zinco	CAS
Acetato de zinco	557-34-6
Acetato de zinco diidratado	5970-45-6
Ascorbato de zinco	151728-40-4
Aspartato de zinco	19045-00-2 36393-20-1
Bisglicinato de zinco	14281-83-5
Carbonato de zinco	5263-02-5
Citrato de zinco	546-46-3
Citrato de zinco diidratado	5990-32-9
Cloreto de zinco	7646-85-7
Gluconato de zinco	4468-02-4
Lisinato de zinco	23333-98-4
Malato de zinco	2847-05-4
Óxido de zinco	1314-13-2
Picolinato de zinco	17949-65-4
Pidolato de zinco	15454-75-8
Sulfato de mono L-metionina de zinco	56329-42-1
Sulfato de zinco	7733-02-0
Sulfato de zinco heptaidratado	7446-20-0
Sulfato de zinco monoidratado	7446-19-7
Vitaminas	
Ácido fólico	**CAS**
Ácido fólico/Ácido N-pteroil-L-glutâmico	59-30-3
L-metilfolato de cálcio	151533-22-1
Ácido pantotênico	**CAS**
Pantenol/Dexpantenol/D-pantenol	81-13-0
D-pantotenato de cálcio	137-08-6
DL-pantenol	16485-10-2
Biotina	**CAS**
D-biotina	58-85-5
Colina	**CAS**
Bitartarato de colina/Hidrogênio tartarato de colina	87-67-2
Cloreto de colina	67-48-1
Niacina	**CAS**
Nicotinamida/Niacinamida	98-92-0
Ácido nicotínico	59-67-6
Vitamina A	**CAS**
Acetato de retinol/Acetato de retinila	127-47-9
Betacaroteno	7235-40-7
Palmitato de retinol/Palmitato de retinila	79-81-2
Retinol	68-26-8
Vitamina D	**CAS**
Vitamina D_2 (Ergocalciferol)	50-14-6
Vitamina D_3 (Colecalciferol)	67-97-0
Vitamina E	**CAS**
Acetato de dextroalfatocoferol/Acetato de D-alfa-tocoferol	58-95-7
Acetato de DL-alfa-tocoferol/Acetato de racealfatocoferol/Acetato de DL-alfato-coferila	7695-91-2
Dextroalfatocoferol/D-alfa-tocoferol	59-02-9
DL-alfa-tocoferol	10191-41-0
Mistura de tocoferóis	-
Succinato ácido de D-alfa-tocoferila	4345-03-3
Succinato ácido de DL-alfa-tocoferila	17407-37-3
Succinato de D-alfa-tocoferil-polietilenoglicol-1000	-
Vitamina K	**CAS**
Fitomenadiona	84-80-0
Menaquinona-7	2124-57-4
Vitamina C	**CAS**
Ácido ascórbico/Ácido L-ascórbico	50-81-7
Ascorbato de cálcio/L-ascorbato de cálcio	5743-27-1
Ascorbato de sódio/L-ascorbato de sódio	134-03-2
Palmitato de ascorbila/Ácido 6-palmitoil-L-ascórbico	137-66-6
Vitamina B_1	**CAS**
Cloridrato de tiamina	67-03-8
Nitrato de tiamina/Tiamina mononitrato	532-43-4
Vitamina B_2	**CAS**
Riboflavina	83-88-5
Riboflavina-5'-fosfato de sódio	130-40-5
Vitamina B_6	**CAS**
Cloridrato de piridoxina	58-56-0
Fosfato de piridoxal	54-47-7
Vitamina B_{12}	**CAS**
Cianocobalamina	68-19-9
Hidroxocobalamina	13422-51-0
Metilcobalamina	13422-55-4
Aminoácidos	
Ácido glutâmico	**CAS**
Ácido glutâmico	56-86-0
Cloridrato de ácido glutâmico	138-15-8
Glutamato de cálcio	19238-49-4
Glutamato de potássio	19473-49-5
Alanina	**CAS**
Alanina	56-41-7
Arginina	**CAS**
Arginina/L-Arginina	74-79-3
Aspartato de L-arginina	7675-83-4
Cloridrato de L-arginina	1119-34-12
Aspartato	**CAS**
Ácido aspártico	56-84-8
Cisteína	**CAS**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acetilcisteína/N-Acetil L-Cisteína	616-91-1
Cisteína	52-90-4
Cloridrato de cisteína	52-89-1
Glicina	**CAS**
Glicina	56-40-6
Histidina	**CAS**
Cloridrato de histidina	5934-29-2
Histidina	71-00-1
Isoleucina	**CAS**
Isoleucina	73-32-5
Leucina	**CAS**
Leucina	61-90-5
Lisina	**CAS**
Acetato de lisina	57282-49-2
Cloridrato de lisina	657-27-2
Metionina	**CAS**
Metionina	63-68-3
N-acetil-L-metionina	65-82-7
Fenilalanina	**CAS**
Fenilalanina	63-91-2
Prolina	**CAS**
Prolina	147-85-3
Serina	**CAS**
Serina	56-45-1
Treonina	**CAS**
Treonina	72-19-5
Triptofano	**CAS**
L-Triptofano	73-22-3
L-triptofano de glicose de milho (*Zea mays* L.)[ii]	-
Tirosina	**CAS**
Tirosina	60-18-4
Valina	**CAS**
Valina	72-18-4
Glutamina	**CAS**
Glutamina	56-85-9
OUTROS NUTRIENTES	
Adenosina	**CAS**
Concentrado hidrossolúvel de tomate (*Lycopersicon esculentum*)[ii]	-
Carnitina	**CAS**
Levocarnitina/L-carnitina	541-15-1
L-carnitina L-tartarato/Tartarato de L-carnitina	36687-82-8
Creatina	**CAS**
Creatina monohidratada	6020-87-7
Taurina	**CAS**
Taurina	107-35-7
SUBSTÂNCIAS BIOATIVAS	
10-HDA	**CAS**
Geleia real[iii]	-
Geleia real liofilizada[iii]	-
Ácido Clorogênico	**CAS**
Concentrado hidrossolúvel de tomate (*Lycopersicon esculentum*)[ii]	-
Alicina	**CAS**
Alho em pó (*Allium sativum* L.)	-
Extrato de alho em pó (*Allium sativum* L.)	-
Óleo de alho (*Allium sativum* L.)	8000-78-0
Astaxantina	**CAS**
Ésteres de astaxantina de *Haematococcus pluvialis*	-
Cafeína	**CAS**
Cafeína/1,3,7-Trimethylxanthine	58-08-2
Guaraná em pó (*Paulina cupana*)	-
Coenzima Q10	**CAS**
Coenzima Q10	303-98-0
Compostos fenólicos	**CAS**
Extrato de própolis[iii]	-
Fitoesterois e fitoestanois	**CAS**
Fitoesterois de árvores de coníferas (*Coniferophyta ou Pinophyta*)[ii]	-
Fitoesterois livres e esterificados obtidos de árvores coníferas (*Pinus elliottii* e *Pinus taeda*)[ii]	-
Fitoesterois de óleos de semente de soja, canola, colza, milho, palma, algodão, girassol ou linhaça[ii]	-
Fitoesterois de óleos de soja ou de pinheiro[ii]	-
Fitoesterol dispersível de *Pinus Maritima* L.[ii]	-
Fosfatidilserina	**CAS**
Lecitina de soja com alto teor de fosfatidilserina[ii]	-
Licopeno	**CAS**
Licopeno de *Blakeslea trispora*	502-65-8
Licopeno de tomate	502-65-8
Licopeno sintético	502-65-8
Luteína	**CAS**
Ésteres de luteína da flor de *Tagetes erecta*	-
Luteína da flor de *Tagetes erecta*	127-40-2
Proantociadininas	**CAS**
Cranberry em pó (*Vaccinium macrocarpon*)[ii]	-
Rutina	**CAS**
Concentrado hidrossolúvel de tomate (*Lycopersicon esculentum*)[ii]	-
Zeaxantina	**CAS**
Meso-zeaxantina	31272-50-1
Zeaxantina	144-68-3
Zeaxantina de flor de *Tagetes erecta*[ii]	-
ENZIMAS	
Lactase	**CAS**
Lactase de *Aspergillus oryzae*	-
Fitase	**CAS**
Fitase de *Aspergillus niger*	37288-11-2

[i] Para estes constituintes, aplicam-se somente as especificações estabelecidas na Portaria nº 146, de 7 de março de 1996, que aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de produtos lácteos, e suas atualizações.

[ii] Para estes constituintes, aplicam-se somente as especificações apresentadas em processos de avaliação aprovados pela Anvisa.

[iii] Para estes constituintes, aplicam-se somente as especificações estabelecidas na Instrução Normativa nº 3, de 19 de janeiro de 2001, que aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de apitoxina, cera de abelha, geleia real, geleia real liofilizada, pólen apícola, própolis e extrato de própolis, e suas atualizações.

[iv] Para estes constituintes, aplicam-se somente as especificações estabelecidas na Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000, que aprova os regulamentos técnicos de identidade e qualidade do mel, e suas atualizações.

[v] Constituintes permitidos apenas para suplementos líquidos de carboidratos e eletrólitos, desde que o teor de potássio não ultrapasse 700 miligramas por litro.

[vi] Constituinte permitido apenas para suplementos líquidos de carboidratos e eletrólitos, desde que o produto contenha, no mínimo, 460 miligramas de sódio por litro e, no máximo, 1.150 miligramas de sódio por litro.

ANEXO II

LISTA DE CONSTITUINTES AUTORIZADOS PARA USO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA LACTENTES (0 A 12 MESES) OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA (1 A 3 ANOS).

NUTRIENTES	
MINERAIS	
Cálcio	CAS
Carbonato de cálcio	471-34-1
Citrato de cálcio/Dicitrato tricálcico	813-94-5
Cloreto de cálcio	10043-52-4
Fosfato de cálcio dibásico/Hidrogênio fosfato de cálcio	7757-93-9
Fosfato de cálcio monobásico/Dihidrogênio fosfato de cálcio	7758-23-8
Fosfato de cálcio tribásico/Fosfato tricálcico	12167-74- 77758-87-4
Glicerofosfato de cálcio	27214-00-2
Gluconato de cálcio	299-28-5
Hidróxido de cálcio	1305-62-0
Lactato de cálcio	814-80-2
Óxido de cálcio	1305-78-8
Sulfato de cálcio	7778-18-9
Cobre	CAS
Gluconato cúprico/ Cobre (II) D-gluconato	527-09-3
Sulfato cúprico	7758-98-7
Cromo	CAS
Cloreto crômico/Cloreto de cromo (III)	10025-73-7
Ferro	CAS
Bisglicinato ferroso	20150-34-9
Citrato férrico	2338-05-8
Citrato férrico amoniacal	1185-57-5
Citrato ferroso	23383-11-1
Ferro carbonila	7439-89-6
Ferro eletrolítico	7439-89-6
Ferro reduzido por hidrogênio	7439-89-6
Fumarato ferroso	141-01-5
Gluconato ferroso	299-29-6
Lactato ferroso	5905-52-2
Pirofosfato férrico/Difosfato férrico	10058-44-3
Pirofosfato férrico de sódio/Difosfato férrico de sódio	1332-96-3
Sulfato ferroso	7720-78-7
Iodo	CAS
Iodato de potássio	7758-05-6
Iodeto de potássio	7681-11-0
Iodeto de sódio	7681-82-5
Magnésio	CAS
Acetato de magnésio	142-72-3
Carbonato de magnésio	546-93-0
Carbonato de hidróxido de magnésio	12125-28-9
Cloreto de magnésio	7786-30-3
Fosfato de magnésio dibásico/Hidrogênio fosfato de magnésio	7757-86-0
Fosfato de magnésio tribásico/Fosfato trimagnésico	7757-87-1
Glicerofosfato de magnésio	927-20-8
Gluconato de magnésio	3632-91-5
Hidróxido de magnésio	1309-42-8
Lactato de magnésio	18917-93-6
Óxido de magnésio	1309-48-4
Sais de magnésio do ácido cítrico	3344-18-1
Sulfato de magnésio	7487-88-9
Molibdênio	CAS
Molibdato de amônio	12054-85-2
Molibdato de sódio	7631-95-0
Selênio	CAS
Selenato de sódio	13410-01-0
Selenito de sódio	10102-18-8
Zinco	CAS
Acetato de zinco	557-34-6
Carbonato de zinco	5263-02-5
Cloreto de zinco	7646-85-7
Gluconato de zinco	4468-02-4
Óxido de zinco	1314-13-2
Sulfato de zinco	7733-02-0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VITAMINAS	
Ácido fólico	CAS
Ácido fólico/Ácido N-pteroil-Lglutâmico	59-30-3
L-metilfolato de cálcio	151533-22-1
Ácido pantotênico	CAS
Pantenol/ Dexpantenol/D-pantenol	81-13-0
D-pantotenato de cálcio	137-08-6
DL-pantenol	16485-10-2
Biotina	CAS
D-biotina	58-85-5
Colina	CAS
Bitartarato de colina/Hidrogênio tartarato de colina	87-67-2
Cloreto de colina	67-48-1
Niacina	CAS
Nicotinamida/Niacinamida	98-92-0
Ácido nicotínico	59-67-6
Vitamina A	CAS
Acetato de retinol/Acetato de retinila	127-47-9
Betacaroteno	7235-40-7
Palmitato de retinol/Palmitato de retinila	79-81-2
Retinol	68-26-8
Vitamina D	CAS
Vitamina D_2 (Ergocalciferol)	50-14-6
Vitamina D_3 (Colecalciferol)	67-97-0
Vitamina E	CAS
Acetato de dextroalfatocoferol/Acetato de D-alfa-tocoferol	58-95-7
Acetato de DL-alfa-tocoferol/Acetato de racealfatocoferol/Acetato de DL-alfatocoferila	7695-91-2
Dextroalfatocoferol/D-alfa-tocoferol	59-02-9
DL-alfa-tocoferol	10191-41-0
Succinato ácido de D-alfa-tocoferila	4345-03-3
Succinato ácido de DL-alfa-tocoferila	17407-37-3
Succinato de D-alfatocoferila polietileno glicol 1000	-
Vitamina K	CAS
Fitomenadiona	84-80-0
Vitamina B_1	CAS
Cloridrato de Tiamina	67-03-8
Nitrato de tiamina/Tiamina mononitrato	532-43-4
Vitamina B_2	CAS
Riboflavina	83-88-5
Riboflavina-5'- fosfato de sódio	130-40-5
Vitamina B_6	CAS
Cloridrato de piridoxina	58-56-0
Vitamina B_{12}	CAS
Cianocobalamina	68-19-9
Hidroxocobalamina	13422-51-0
Vitamina C	CAS
Ácido ascórbico/Ácido L-ascórbico	50-81-7
Ascorbato de cálcio/L-ascorbato de cálcio	5743-27-1
Ascorbato de sódio/L-ascorbato de sódio	134-03-2
Palmitato de ascorbila/Ácido 6-palmitoil-L-ascórbico	137-66-6

ANEXO III

LISTA DE LIMITES MÍNIMOS DE NUTRIENTES, SUBSTÂNCIAS BIOATIVAS, ENZIMAS E PROBIÓTICOS QUE DEVEM SER FORNECIDOS PELOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES NA RECOMENDAÇÃO DIÁRIA DE CONSUMO E POR GRUPO POPULACIONAL INDICADO PELO FABRICANTE.

Nutrientes	Unidades	Grupos Populacionais							
		0 a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 a 18 anos	[3]19 anos	Gestantes	Lactantes
Proteínas	g	NA	NA	NA	2,85	7,8	8,4	10,65	10,65
Carboidratos	g	NA	NA	NA	19,5	19,5	19,5	26,25	31,5
Fibras alimentares	g	NA	NA	NA	3,75	5,7	5,7	4,2	4,4
Lipídeos totais	g	NA	NA	NA	NA	NA	5	NA	NA
EPA e DHA	mg	NA	NA	NA	NA	NA	37,5	45[i]	45[i]
Ácido linoleico n-6	g	NA	NA	NA	1,5	2,4	2,55	1,95	1,95
Ácido alfa-linolênico n-3	g	NA	NA	NA	0,135	0,24	0,24	0,21	0,195
Colina	mg	NA	NA	30	37,5	82,5	82,5	67,5	88,5
Vitamina A[ii]	µg	60	75	45	60	135	135	115,5	195
Vitamina B_6	mg	NA	NA	0,075	0,09	0,195	0,26	0,285	0,3
Vitamina C	mg	NA	NA	2,25	3,75	11,25	13,5	12,75	18
Vitamina D[iii]	µg	1,5	1,5	2,25	2,25	2,25	3	2,25	2,25
Niacina[iv]	mg	NA	NA	0,9	1,2	2,4	2,4	2,7	2,55
Vitamina E[v]	mg	NA	NA	0,9	1,05	2,25	2,25	2,25	2,85
Ácido Fólico[vi]	µg	NA	NA	22,5	30	60	60	600	75
Ácido pantotênico	mg	0,255	0,27	0,3	0,45	0,75	0,75	0,9	1,05
Biotina	µg	0,75	0,9	1,2	1,8	3,75	4,5	4,5	5,25
Riboflavina	mg	0,045	0,06	0,075	0,09	0,195	0,20	0,21	0,24
Tiamina	mg	0,03	0,045	0,075	0,09	0,18	0,18	0,21	0,21
Vitamina B_{12}	µg	0,06	0,075	0,135	0,18	0,36	0,36	0,39	0,42
Vitamina K	µg	0,3	0,375	4,5	8,25	11,25	18	13,5	13,5
Cálcio[vii]	mg	30	39	105	150	195	180	195	195

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cobre	µg	NA	NA	51	66	133,5	135	150	195
Manganês	mg	NA	NA	NA	NA	NA	0,35	NA	NA
Molibdênio	µg	NA	NA	2,55	3,3	6,45	6,75	7,5	7,5
Fósforo[vii]	mg	NA	NA	69	75	187,5	105	187,5	187,5
Selênio	µg	2,25	3	3	4,5	8,25	8,25	9	10,5
Zinco	mg	0,3	0,45	0,45	0,75	1,65	1,65	1,8	1,95
Iodo	µg	NA	NA	13,5	13,5	22,5	22,5	33	43,5
Ferro	mg	0,04	1,65	1,05	1,5	2,25	2,7	4,05	1,5
Magnésio	mg	NA	NA	12	19,5	61,5	63	60	54
Cromo	µg	0,03	0,825	1,65	2,25	5,25	5,25	4,5	6,75
Leucina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	409,5	NA	NA
Lisina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	315	NA	NA
Valina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	273	NA	NA
Isoleucina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	210	NA	NA
Treonina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	157,5	NA	NA
Fenilalanina[viii]	mg	NA	NA	NA	NA	NA	262,5	NA	NA
Tirosina[viii]	mg	NA	NA	NA	NA	NA	262,5	NA	NA
Metionina[ix]	mg	NA	NA	NA	NA	NA	105	NA	NA
Cisteína[ix]	mg	NA	NA	NA	NA	NA	42	NA	NA
Histidina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	105	NA	NA
Triptofano	mg	NA	NA	NA	NA	NA	42	NA	NA
Arginina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Aspartato	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Glicina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Serina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Ácido glutâmico	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Prolina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Alanina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Glutamina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Taurina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
L-Carnitina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Creatina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.000	NA	NA
Adenosina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Substâncias bioativas	Unidade	Grupos Populacionais							
		0 a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 a 18 anos	[3]19 anos	Gestantes	Lactantes
Cafeína	mg	NA	NA	NA	NA	NA	75	NA	NA
Coenzima Q10	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Fitoesterois e fitoestanois	g	NA	NA	NA	NA	NA	0,8	NA	NA
Licopeno	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Luteína	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Zeaxantina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Astaxantina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Alicina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Compostos fenólicos	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
10-HDA (ácido hidroxidecenóico)	mg	NA	NA	NA	NA	NA	5	NA	NA
Rutina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Ácido clorogênico	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Proantociadininas	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Fosfatidilserina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Enzimas	Unidade	Grupos Populacionais							
		0 a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 a 18 anos	[3] 19 anos	Gestantes	Lactantes
Fitase	FTU	NA	NA	NA	NA	NA	190[x]	NA	NA
Lactase	U.FCC	NA	NA	NA	NA	NA	4.500[x]	NA	NA

[i] No mínimo, 30 mg devem ser de DHA.
[ii] Como equivalente de atividade de retinol (RAE). 1 RAE = 3,33 UI de vitamina A (atividade de retinol) = 1 µg retinol, 12 µg â-caroteno, 24 µg α-caroteno ou 24 µg â-criptoxantina.
[iii] Como Colecalciferol. 1 µg colecalciferol = 40 UI vitamina D.
[iv] Como niacina equivalente (NE). Niacina equivalente refere-se ao teor de ácido nicotínico e nicotinamida somado ao teor de niacina proveniente da eventual presença de triptofano. 60 mg de triptofano = 1 mg de niacina = 1 mg de niacina equivalente.
[v] Como α-tocoferol. α-Tocoferol inclui RRR-α-tocoferol, a única forma de α-tocoferol que ocorre naturalmente em alimentos, e as formas 2R-estereoisoméricas de α-tocoferol (RRR-, RSR-, RRS- e RSS-α-tocoferol), que ocorrem em alimentos fortificados e suplementos. Considerando a forma sintética disponível comercialmente (rac-α-tocoferil), com atividade de 0,67 x RRR-α-tocoferol, considera-se 1 UI de vitamina E como 1 mg de acetato de rac-α-tocoferil.
[vi] Como folato dietético equivalente (DFE). 1 DFE = 1 µg folato alimento = 0,6 µg de ácido fólico de suplemento.
[vii] A razão mínima de cálcio/fósforo deve ser de 1:1 e a razão máxima de 2:1, quando os dois minerais estiverem presentes no produto.
[viii] A soma da quantidade de fenilalanina e tirosina deve ser de, no mínimo, 262,5 miligramas.
[ix] A soma da quantidade de metionina e cisteína deve ser de, no mínimo, 157,5 miligramas.
[x] Quantidade mínima a ser fornecida por ocasião individual de consumo recomendada pelo fabricante.
U.FCC = Unidade de atividade enzimática determinada segundo o Food Chemical Codex.
FTU = Unidade de fitase determinada segundo o JECFA (quantidade de enzima que libera 1 micromol de fosfato inorgânico por minuto a partir de uma solução de 0,0051 mol/L de fitato de sódio a 37°C e pH 5,5).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

LISTA DOS LIMITES MÁXIMOS DE NUTRIENTES, SUBSTÂNCIAS BIOATIVAS, ENZIMAS E PROBIÓTICOS QUE NÃO PODEM SER ULTRAPASSADOS PELOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES NA RECOMENDAÇÃO DIÁRIA DE CONSUMO E POR GRUPO POPULACIONAL INDICADO PELO FABRICANTE.

Nutrientes	**Unidades**	**Grupos Populacionais**							
		0 a 6 meses	**7 a 11 meses**	**1 a 3 anos**	**4 a 8 anos**	**9 a 18 anos**	**[3] 19 anos**	**Gestantes**	**Lactantes**
Proteínas	g	NA	NA	NA	NE	NE	NE	NE	NE
Carboidratos	g	NA	NA	NA	NE	NE	NE	NE	NE
Fibras alimentares	g	NA	NA	NA	NE	NE	NE	NE	NE
Lipídeos totais	g	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
EPA e DHA	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.000	2.000	2.000
Ácido linoleico n-6	G	NA	NA	NA	15	24	25,5	19,5	19,5
Ácido alfa-linolênico n-3	G	NA	NA	NA	1,35	2,4	2,4	2,1	1,95
Colina	mg	NA	NA	800	750	1.743,56	3.235,15	2.725,10	2.744,88
Vitamina A[i]	µg	200	100	300	500	1.350,96	2.623,61	2.414,35	2.434,07
Vitamina B_6	mg	NA	NA	29,5	39,4	58,63	98,60	78,59	78,68
Vitamina C	mg	NA	NA	385	625	1.125,65	1.916,02	1.723,43	1.726,73
Vitamina D[ii]	µg	12,5	19,0	31,5	37,5	50,0	50,0	50,0	50,0
Niacina	mg	NA	NA	10	15	20	35	30	30
Vitamina E[iii]	mg	NA	NA	200	300	600	1000	800	800
Ácido Fólico[iv]	µg	NA	NA	150	200	202,31	614,86	605	629
Ácido pantotênico	mg	2,55	2,7	3	4,5	5,39	5,64	5,83	5,49
Biotina	µg	7,5	9	12	18	37,5	45	45	52,5
Riboflavina	mg	0,45	0,6	0,75	0,9	2,82	2,74	2,88	2,66
Tiamina	mg	0,3	0,45	0,75	0,9	2,14	2,02	2,11	1,93
Vitamina B_{12}	µg	0,6	0,75	1,35	1,8	9,64	9,94	10,46	10,07
Vitamina K	µg	3	3,75	45	82,5	129,56	149,06	132,31	126,02
Cálcio[v]	mg	800	1.240	1.800	1.500	2.516,59	1.534,67	2.015,51	2.082,58
Cobre	µg	NA	NA	660	2.560	3.960,51	8.975,52	6.935,01	7.036,33
Manganês	mg	NA	NA	NA	NA	NA	1,66	NA	NA
Molibdênio	µg	NA	NA	283	578	1.057	1.955	1.650	1.650
Fósforo[v]	mg	NA	NA	2.540	2.500	3.077,54	2.083,89	2.533,15	3.123,51
Selênio	µg	30	40	70	120	202,46	319,75	309,65	320,20
Zinco	mg	2	2	4	7	12,77	29,59	23,50	24,45
Iodo	µg	NA	NA	110	210	429,07	919,02	717,56	724,36
Ferro	mg	39,73	29	33	30	29	34,31	34,71	34,96
Magnésio	mg	NA	NA	65	110	350	350	350	350
Cromo	µg	0,3	8,25	16,5	22,5	52,5	250	45	67,5
Leucina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	5.660	NA	NA
Lisina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	4.940	NA	NA
Valina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.600	NA	NA
Isoleucina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.240	NA	NA
Treonina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.720	NA	NA
Fenilalanina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.820	NA	NA
Tirosina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.750	NA	NA
Metionina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	1.530	NA	NA
Cisteína	mg	NA	NA	NA	NA	NA	830	NA	NA
Histidina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.120	NA	NA
Triptofano	mg	NA	NA	NA	NA	NA	860	NA	NA
Arginina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.810	NA	NA
Aspartato	mg	NA	NA	NA	NA	NA	5.320	NA	NA
Glicina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.980	NA	NA
Serina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.151	NA	NA
Ácido glutâmico	mg	NA	NA	NA	NA	NA	15.880	NA	NA
Prolina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	5.360	NA	NA
Alanina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.320	NA	NA
Glutamina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	5.000	NA	NA
Taurina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.000	NA	NA
L-Carnitina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	2.000	NA	NA
Creatina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3.000	NA	NA
Adenosina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	1,2	NA	NA
Substâncias bioativas	**Unidades**	**Grupos Populacionais**							
		0 a 6 meses	**7 a 11 meses**	**1 a 3 anos**	**4 a 8 anos**	**9 a 18 anos**	**[3] 19 anos**	**Gestantes**	**Lactantes**
Cafeína	mg	NA	NA	NA	NA	NA	200 [vi]	NA	NA
Coenzima Q10	mg	NA	NA	NA	NA	NA	200	NA	NA
Fitoesterois e fitoestanois	g	NA	NA	NA	NA	NA	3	NA	NA
Licopeno	mg	NA	NA	NA	NA	NA	8	NA	NA
Luteína	mg	NA	NA	NA	NA	NA	20	NA	NA
Zeaxantina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3	NA	NA
Astaxantina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	6	NA	NA
Alicina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	3 [vii]	NA	NA
Compostos fenólicos totais	mg	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
10-HDA (ácido hidroxidecenóico)	mg	NA	NA	NA	NA	NA	25	NA	NA
Rutina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	0,6	NA	NA
Ácido clorogênico	mg	NA	NA	NA	NA	NA	0,12	NA	NA
Proantociadininas	mg	NA	NA	NA	NA	NA	7,5	NA	NA
Fosfatidilserina	mg	NA	NA	NA	NA	NA	400	NA	NA
Enzimas	Unidade	Grupos Populacionais							
		0 a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 3 anos	4 a 8 anos	9 a 18 anos	[3] 19 anos	Gestantes	Lactantes
Fitase	FTU	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA
Lactase	U.FCC	NA	NA	NA	NA	NA	NE	NA	NA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[i] Aplicável somente a vitamina A pré-formada. Como equivalente de atividade de retinol (RAE). 1 RAE = 1 µg retinol = 3,33 UI vitamina A.
[ii] Como colecalciferol. 1 µg colecalciferol = 40 UI vitamina D.
[iii] Como α-tocoferol. Considerando a forma sintética disponível comercialmente (rac-α-tocoferil), com atividade de 0,67 x RRR-α-tocoferol, considera-se 1 UI de vitamina E como 1 mg de acetato de rac- α-tocoferil.
[iv] Como folato dietético equivalente (DFE). 1 DFE = 1 µg folato alimento = 0,6 µg de ácido fólico de suplemento.
[v] A razão mínima de cálcio/fósforo deve ser de 1:1 e a razão máxima de 2:1, quando os dois minerais estiverem presentes no produto.
[vi] É permitida uma recomendação diária de 400 miligramas exclusiva para atletas, desde que a dose individual não ultrapasse 200 miligramas.
[vii] 1mg de alina equivale a 0,45 mg de alicina.
U.FCC = Unidade de atividade enzimática determinada segundo o Food Chemical Codex.
FTU = Unidade de fitase determinada segundo o JECFA (quantidade de enzima que libera 1 micromol de fosfato inorgânico por minuto a partir de uma solução de 0,0051 mol/L de fitato de sódio a 37°C e pH 5,5).

ANEXO V

LISTA DE ALEGAÇÕES AUTORIZADAS PARA USO NA ROTULAGEM DOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES E RESPECTIVOS REQUISITOS DE COMPOSIÇÃO E DE ROTULAGEM

Constituintes	**Alegações autorizadas**	**Requisitos específicos de composição e rotulagem**
Valor energético	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de valor energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 4 kcal (17kJ).
	Baixo em/Pouco/Baixo teor de/Leve em valor energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 40 kcal (170 kJ).
Proteínas	Fonte de proteínas.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) quantidade de proteína atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa; e b) quantidade de aminoácidos essenciais por grama de proteína do produto atenda aos valores mínimos estabelecidos para a proteína de referência, conforme Anexo VII desta Instrução Normativa.
	As proteínas auxiliam na formação dos músculos e ossos.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de proteínas.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) quantidade de proteína corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa; e b) quantidade de aminoácidos essenciais por grama de proteína do produto atenda aos valores mínimos estabelecidos para a proteína de referência, conforme Anexo VII desta Instrução Normativa.
	A proteína de soja auxilia na redução do colesterol.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que forneçam no mínimo 25 g de proteína de soja ao dia.
Açúcares	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de açúcares.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 0,5 g de açúcares; b) lista de ingredientes não contenha açúcares e/ou ingredientes que sejam entendidos como alimentos com açúcares, exceto se estes estiverem declarados com um asterisco, que faça referência depois da lista de ingredientes a seguinte nota: "(*) fornece quantidades não significativas de açúcares"; e c) formulação atenda às condições estabelecidas para o atributo "baixo em valor energético".
	Baixo em/Pouco/Baixo teor de/Leve em açúcares.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 2,5 g de açúcares; e b) formulação atenda às condições estabelecidas para o atributo "baixo em valor energético".
	Sem adição de açúcares.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que: a) não sejam adicionados de açúcares; b) sejam isentos de ingredientes que contenham açúcares adicionados; c) sejam isentos de ingredientes que contenham naturalmente açúcares e que sejam adicionados aos alimentos como substitutos dos açúcares para fornecer sabor doce; d) não utilizem nenhum meio durante seu processamento, tal como o uso de enzimas, que possa aumentar o conteúdo de açúcares no produto final; e) atendam as condições estabelecidas para o atributo "isento de açúcares"; e e) atendam às condições estabelecidas para o atributo "baixo em valor energético".
Lactose	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de lactose.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de lactose seja: a) igual ou menor a 100 mg na recomendação diária do alimento pronto para consumo; e b) igual ou menor a 100 mg por 100 g ou mL do alimento tal como exposto à venda.
Gorduras totais	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de gorduras totais.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 0,5g de gorduras totais; b) formulação cumpra com as condições estabelecidas para os atributos não contém gorduras saturadas, colesterol, e nenhum outro tipo de gordura é declarado com valores superiores a zero; c) formulação não contenha na lista de ingredientes gorduras, óleos ou ingredientes que sejam entendidos como alimentos com gorduras, exceto se estes estiverem declarados com um asterisco, que faça referência depois da lista de ingredientes a seguinte nota: "(*) fornece quantidades não significativas de gorduras"; e d) formulação atenda ao atributo "baixo em valor energético".
	Baixo em/ Pouco/ Baixo teor de/ Leve em gorduras totais.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 3 g de gorduras totais; e b) formulação atenda às condições estabelecidas para o atributo "baixo em valor energético".
Gorduras saturadas	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de gorduras saturadas.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 0,1 g de gorduras saturadas e *trans*.
	Baixo em/Pouco/ Baixo teor de/Leve em gorduras saturadas.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 1,5 g da soma de gorduras saturadas e *trans*; e b) energia proveniente de gorduras saturadas não seja superior a 10% do valor energético total do alimento.
Colesterol	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de colesterol.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 5 mg de colesterol; e b) formulação atenda as condições estabelecidas para o atributo "baixo em gorduras saturadas".
	Baixo em/Pouco/Baixo teor de/Leve em colesterol.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 20 mg de colesterol; e b) formulação atenda as condições estabelecidas para o atributo "baixo em gorduras saturadas".
Sódio	Não contém/Livre de/Zero (0 ou 0%)/Sem/Isento de sódio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 5 mg de sódio.
	Baixo em/Pouco/Baixo teor de/Leve em sódio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja recomendação diária do alimento pronto para consumo forneça no máximo 40 mg de sódio.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sal	Sem adição de sal.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que: a) não contenham sal (cloreto de sódio) adicionado; b) não contenham outros sais de sódio adicionados; c) não contenham ingredientes que tenham sais de sódio adicionados; e d) atendam ao atributo "não contém sódio".
Carboidratos	Os carboidratos auxiliam na recuperação da função muscular normal após exercícios extenuantes.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja: a) quantidade de carboidratos metabolizáveis atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa; e b) informação sobre o consumo na dose de 4 g/kg de peso corpóreo, nas primeiras 4 a 6 horas após o exercício extenuante, conste na rotulagem do produto.
Carboidratos e eletrólitos	Auxilia a manutenção do equilíbrio de fluidos e eletrólitos e no desempenho de exercícios físicos de resistência.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que: a) forneçam carboidratos como principal fonte de energia; b) contenham no mínimo 80 kcal/L e no máximo 350 kcal/L; c) contenham no mínimo 75% da energia derivada de carboidratos metabolizáveis; d) contenham no mínimo 20 mmol/L (460 mg/L) de sódio (na forma de Na^+) e máximo 50 mmol/L (1150 mg/L) de sódio (na forma de Na^+); e e) apresentem osmolalidade entre 200 e 330 mOsml/kg de água.
	Isotônico.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que: a) forneçam carboidratos como principal fonte de energia; b) contenham no mínimo 80 kcal/L e no máximo 350 kcal/L; c) contenham no mínimo 75% da energia derivada de carboidratos metabolizáveis; d) contenham no mínimo 20 mmol/L (460 mg/L) de sódio (na forma de Na^+) e máximo 50 mmol/L (1150 mg/L) de sódio (na forma de Na^+); e e) apresentem osmolalidade entre 270 e 330 mOsml/kg de água.
Fibras alimentares	As fibras alimentares auxiliam no funcionamento do intestino.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de fibras alimentares atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Fonte de fibras.	
	O psyllium auxilia na redução do colesterol sanguíneo.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que forneçam no mínimo 7 g de fibra de psyllium na recomendação diária de consumo.
	A quitosana auxilia na manutenção dos níveis de colesterol sanguíneo.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que forneçam no mínimo 3 g de quitosana na recomendação diária de consumo. Suplementos à base de quitosana cuja quantidade de fibras alimentares não atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa devem ser denominados de "suplemento alimentar de quitosana" acrescido da forma farmacêutica do produto. Nesse caso, a denominação de venda não pode fazer referência a fibras alimentares.
EPA e DHA	Fonte de ômega 3.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de EPA e DHA atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Os ácidos graxos ômega 3 EPA e DHA auxiliam na redução dos triglicerídeos.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares que forneçam no mínimo 1.500 mg de EPA e DHA somados na recomendação diária de consumo. Não é permitida a alegação caso o suplemento alimentar possua associação de ingredientes fontes de fitoesterois com ingredientes fontes de ácidos graxos ômega 3.
Ácido fólico	O ácido fólico auxilia na formação do tubo neural do feto durante a gravidez.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de ácido fólico atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O ácido fólico auxilia na síntese de aminoácidos.	
	O ácido fólico auxilia no processo de divisão celular.	
	O ácido fólico auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	O ácido fólico auxilia no metabolismo da homocisteína.	
	O ácido fólico auxilia na formação das células vermelhas do sangue.	
	Fonte de ácido fólico.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de ácido fólico.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de ácido fólico corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Ácido pantotênico	O ácido pantotênico auxilia no metabolismo energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de ácido pantotênico atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Fonte de ácido pantotênico.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de ácido pantotênico.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de ácido pantotênico corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Biotina	A biotina auxilia no metabolismo energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de biotina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa
	A biotina auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	A biotina contribui para a manutenção do cabelo e da pele.	
	A biotina auxilia na manutenção das mucosas.	
	Fonte de biotina.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de biotina.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de biotina corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Colina	Fonte de colina.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de colina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A colina contribui para o metabolismo lipídico.	

	A colina contribui para o metabolismo da homocisteína.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de colina.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de colina corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Niacina	A niacina contribui para a manutenção da pele.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de niacina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A niacina auxilia na manutenção de mucosas.	
	A niacina auxilia no metabolismo energético.	
	A niacina auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	Fonte de niacina.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de niacina.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de niacina corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Riboflavina	A riboflavina auxilia no metabolismo energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de riboflavina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A riboflavina auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	A riboflavina auxilia na formação de células vermelhas do sangue.	
	A riboflavina é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	
	A riboflavina auxilia na visão.	
	A riboflavina auxilia no metabolismo do ferro.	
	A riboflavina contribui para a manutenção da pele e de mucosas.	
	Fonte de riboflavina.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de riboflavina	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de riboflavina corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Tiamina	A tiamina auxilia no metabolismo energético.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de tiamina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A tiamina auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	Fonte de tiamina.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de tiamina.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de tiamina corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina A	A vitamina A auxilia na visão.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina A atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina A auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	A vitamina A auxilia no metabolismo do ferro.	
	A vitamina A contribui para a manutenção da pele.	
	A vitamina A auxilia na manutenção de mucosas.	
	A vitamina A auxilia no processo de diferenciação celular.	
	Fonte de vitamina A.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina A.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina A corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180727001 0

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Vitamina B_{12}	A vitamina B_{12} auxilia na formação de células vermelhas do sangue.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina B_{12} atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina B_{12} auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	A vitamina B12 auxilia no metabolismo energético.	
	A vitamina B12 auxilia no metabolismo dos carboidratos, proteínas e gorduras.	
	A vitamina B12 auxilia no metabolismo da homocisteína.	
	A vitamina B12 auxilia no processo de divisão celular.	
	Fonte de vitamina B_{12}.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina B_{12}.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina B_{12} corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina B_6	A vitamina B_6 auxilia na formação das células vermelhas do sangue.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina B_6 atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina B_6 auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	A vitamina B6 auxilia no metabolismo energético.	
	A vitamina B6 auxilia no metabolismo de proteínas e do glicogênio.	
	A vitamina B6 auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	A vitamina B6 auxilia no metabolismo de homocisteína.	
	A vitamina B6 auxilia na síntese de cisteína.	
	Fonte de vitamina B_6.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina B_6.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina B_6 corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina C	A vitamina C auxilia na absorção de ferro dos alimentos.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina C atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina C é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	
	A vitamina C auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	A vitamina C auxilia na formação do colágeno.	
	A vitamina C auxilia na regeneração da forma reduzida da vitamina E.	
	A vitamina C auxilia no metabolismo energético.	
	A vitamina C auxilia no metabolismo de proteínas e gorduras.	
	Fonte de vitamina C.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina C.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina C corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina D	A vitamina D auxilia na formação de ossos e dentes.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina D atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina D auxilia na absorção de cálcio e fósforo.	
	A vitamina D auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	A vitamina D auxilia no funcionamento muscular.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180727001 1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	A vitamina D auxilia na manutenção de níveis de cálcio no sangue.	
	A vitamina D auxilia no processo de divisão celular.	
	Fonte de vitamina D.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina D.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina D corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina E	A vitamina E é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina E atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Fonte de vitamina E.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina E.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina E corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Vitamina K	A vitamina K auxilia na coagulação do sangue.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina K atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A vitamina K auxilia na manutenção dos ossos.	
	Fonte de vitamina K.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de vitamina K.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de vitamina K corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Cálcio	O cálcio auxilia na formação e manutenção de ossos e dentes.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de cálcio atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O cálcio auxilia na coagulação do sangue.	
	O cálcio auxilia no funcionamento muscular.	
	O cálcio auxilia no funcionamento neuromuscular.	
	O cálcio auxilia no processo de divisão celular.	
	O cálcio auxilia no metabolismo energético.	
	Fonte de cálcio.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de cálcio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de cálcio corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Cobre	O cobre auxilia no funcionamento do sistema imune.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de cobre atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O cobre auxilia no metabolismo energético.	
	O cobre contribui para a pigmentação de cabelo e pele.	
	O cobre auxilia no transporte de ferro no organismo.	
	O cobre é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	
	O cobre auxilia na manutenção dos tecidos conjuntivos.	
	Fonte de cobre.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de cobre.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de cobre corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Cromo	O cromo auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de cromo atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Fonte de cromo.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de cromo.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de cromo corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Ferro	O ferro auxilia na formação das células vermelhas do sangue.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de ferro atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O ferro auxilia no metabolismo energético.	
	O ferro auxilia no transporte do oxigênio no organismo.	

	O ferro auxilia no processo de divisão celular.	
	O ferro auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	Fonte de ferro.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de ferro.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de ferro corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Fósforo	O fósforo auxilia na formação de ossos e dentes.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de fósforo atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O fósforo auxilia no metabolismo energético.	
	O fósforo auxilia no funcionamento das membranas celulares.	
	Fonte de fósforo.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de fósforo.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de fósforo corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Iodo	O iodo auxilia no metabolismo energético.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de iodo atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O iodo contribui para a manutenção da pele.	
Magnésio	O magnésio auxilia na formação de ossos e dentes.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de magnésio atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O magnésio auxilia no metabolismo energético.	
	O magnésio auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	O magnésio auxilia no equilíbrio dos eletrólitos.	
	O magnésio auxilia no funcionamento muscular.	
	O magnésio auxilia no funcionamento neuromuscular.	
	O magnésio auxilia no processo de divisão celular.	
	Fonte de magnésio.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de magnésio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de magnésio corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Manganês	O manganês é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de manganês atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O manganês auxilia na formação de ossos.	
	O manganês auxilia no metabolismo energético.	
	O manganês auxilia na manutenção dos tecidos conectivos.	
	Fonte de manganês.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de manganês.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de manganês corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Molibdênio	O molibdênio auxilia no metabolismo dos aminoácidos sulfurados.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de molibdênio atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	Fonte de molibdênio.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de molibdênio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de molibdênio corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Selênio	O selênio é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de selênio atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O selênio auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	Fonte de selênio.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de selênio.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de selênio corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.

Zinco	O zinco é um antioxidante que auxilia na proteção dos danos causados pelos radicais livres.	As alegações são restritas aos suplementos alimentares cuja quantidade de zinco atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	O zinco auxilia na visão.	
	O zinco auxilia no metabolismo da vitamina A.	
	O zinco contribui para a manutenção do cabelo, da pele e das unhas.	
	O zinco auxilia no metabolismo de proteínas, carboidratos e gorduras.	
	O zinco auxilia na síntese de proteínas.	
	O zinco auxilia no processo de divisão celular.	
	O zinco auxilia na manutenção de ossos.	
	O zinco auxilia no funcionamento do sistema imune.	
	Fonte de zinco.	
	Alto conteúdo/Rico em/Alto teor de zinco.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de zinco corresponda ao dobro dos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa, desde que não ultrapasse o limite máximo estabelecido no Anexo IV.
Cafeína	A cafeína auxilia no aumento do estado de alerta e na melhora da concentração.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de cafeína atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
	A cafeína auxilia no aumento da capacidade de resistência e no desempenho de exercícios físicos de resistência.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade recomendada de cafeína seja de 200 mg, consumida uma hora antes do exercício.
Creatina	A creatina auxilia no aumento do desempenho físico durante exercícios repetidos de curta duração e alta intensidade.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de creatina atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
Fitoesterois/Fitoestanois	Os fitoesterois/fitoestanois auxiliam na redução da absorção de colesterol.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares em cápsulas, comprimidos e tabletes de rápida desintegração cuja quantidade de fitoesterois atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa. Não é permitida a alegação caso o suplemento alimentar possua associação de ingredientes fontes de fitoesterois com ingredientes fontes de ácidos graxos ômega 3.
Fitase	A fitase auxilia na absorção de ferro presente em alimentos de origem vegetal.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de fitase atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.
Lactase	A lactase auxilia a digestão da lactose.	A alegação é restrita aos suplementos alimentares cuja quantidade de lactase atenda aos valores mínimos estabelecidos no Anexo III desta Instrução Normativa.

ANEXO VI

LISTA DOS REQUISITOS DE ROTULAGEM COMPLEMENTAR DOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES.

Aminoácidos **Adenosina** **Carnitina** **Creatina** **Taurina**	A advertência "Este produto não deve ser consumido por gestantes, lactantes e crianças" deve constar na rotulagem do produto.
10-HDA **Ácido clorogênico** **Alicina** **Astaxantina** **Cafeína**	
Coenzima Q10 **Compostos fenólicos** **Fitoesterois e fitoestanois** **Fosfatidilserina** **Licopeno** **Luteína**	
Proantociadininas **Rutina** **Zeaxantina**	
Fitase	A orientação de consumo imediatamente antes ou concomitante a alimentos contendo fitato (por exemplo, produtos integrais e produtos à base de cereais ou leguminosas) deve constar na rotulagem do produto. A informação que não pode ser adicionado a alimentos quentes (temperatura acima de 60°C), quando necessite de diluição ou preparo com outros alimentos, deve constar na rotulagem do produto.
Lactase	A informação que a dose deve ser ajustada às necessidades individuais de suplementação de lactase e o consumo de alimentos contendo lactose deve constar na rotulagem do produto.

ANEXO VII

LISTA DAS QUANTIDADES DE AMINOÁCIDOS ESSENCIAIS DA PROTEÍNA DE REFERÊNCIA.

Aminoácidos	**Miligrama de aminoácido/Grama de proteína**
Histidina	15
Isoleucina	30
Leucina	59
Lisina	45
Metionina	16
Cisteína	6
Metionina + cisteína	22
Fenilalanina + tirosina	38
Treonina	23
Triptofano	6
Valina	39

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.041, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 511318
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A 60.659.463/0029-92
EXTRATO DE CRANBERRY EM CÁPSULAS - 400 MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.378411/2017-14 5.6381.0338.001-1
PLASTICO 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
EXTRATO DE CRANBERRY EM CÁPSULAS - 360 MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.378411/2017-14 5.6381.0338.002-1
VIDRO 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
EXTRATO DE CRANBERRY EM CÁPSULAS - 200 MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.378411/2017-14 5.6381.0338.003-8
VIDRO 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
EXTRATO DE CRANBERRY EM CÁPSULAS - 180 MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.378411/2017-14 5.6381.0338.004-6
VIDRO 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
EXTRATO DE CRANBERRY EM CÁPSULAS - 90 MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.378411/2017-14 5.6381.0338.005-4
VIDRO 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

CLINOAGE INDUSTRIA DE PRODUTOS NATURAIS E ALIMENTÍCIOS EIRELI ME 24.264.443/0001-58
CHIA EM CÁPSULAS LONDRINA/PR
25351.355264/2017-90 6.7370.0018.001-3
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
CLINOAGE/ CLINOMAX/ FIOX/ RAIOVITA/ LA VIDA/ THEMAX/ DISTRIVIDA/ NATULON/ LONNATURE/ JEBONI/ RBS/ NUTRICEITO/ NUTRIZ/ AZFITO/ FITOFLY/ HERVALIKE
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

DYNAMIC LAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 06.113.700/0001-79
ALIMENTO EM PÓ C/ EXTRATOS DE ALCAÇUZ E CAMOMILA ENRIQUECIDO COM VITAMINAS C E D APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
25351.247070/2017-14 6.4953.0038.001-6
PLASTICO 18 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
DDENT-C
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

FARMOQUÍMICA S/A 33.349.473/0001-58
L. PARACASEI, L. RHAMNOSUS, L. ACIDOPHILLUS E B. LACTIS EM PO SÃO PAULO/SP
25351.467902/2015-33 6.7239.0003.001-8
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 01/2020
442 Alteração do Prazo de Validade do Produto
L. PARACASEI, L. RHAMNOSUS, L. ACIDOPHILLUS E B. LACTIS EM PO RIO DE JANEIRO/RJ
25351.467902/2015-33 6.7239.0003.002-6
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 01/2020
442 Alteração do Prazo de Validade do Produto
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS E BIFIDOBACTERIUM LACTIS EM COMPRIMIDOS SÃO PAULO/SP
25351.467950/2015-74 6.7239.0009.001-0
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 11/2021
454 Alteração de Fórmula do Produto
456 Alteração de Rotulagem
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS E BIFIDOBACTERIUM LACTIS EM COMPRIMIDOS RIO DE JANEIRO/RJ
25351.467950/2015-74 6.7239.0009.002-9
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 11/2021
454 Alteração de Fórmula do Produto
456 Alteração de Rotulagem

FITOPLANT IND. E COMÉRCIO LTDA. 12.410.720/0001-04
HIBISCUS EXTRATOS AQUOSO DESIDRATADO EM CÁPSULAS FEIRA DE SANTANA/BA
25351.484138/2017-57 6.7071.0037.001-7
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
FITOPLANT
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

FITOWAY LABORATORIO NUTRICIONAL LTDA - ME 10.848.178/0001-40
ÓLEO DE CARTAMO EM CÁPSULAS TARUMÃ/SP
25351.148325/2017-08 6.6660.0069.001-9
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
ABSOLUTE / ALL LIFE/ ATRATIVE/ BIO CARTAMO EXTRA / BIO DOCTUS/ BIONUTRICE / BOTANIC / BRASIL / BRASLIFE / BRAZILNATURALIS / CA / CARTAM PRO / CARTHAMUS PRO / CARTHAMUS 3D / CELLINEA / CL / CLINICAL NUTRITION / COACH / EMPORIO TOTAL / EVO / EVO CARTHAMUS / EVO CARTHAMUS GAINER / FISAAC / FITOWAY CA / FITOWAY CL / FITOWAY LA / FLOF / FLOS ALIMENTOS / FOREST FACTOR / GSN / HAHNEMANN NATURAL / INOAR / JURA / KAVARY / KICARTAMO / LA BOTANIC / LA CUT / LINOWAY / LINWAY CA / LINWAY CL / LINWAY LA / MILAGRE DA NATUREZA / MIRABILIS / MIX NUTRI / MR CLASS / NAÇAO VERDE / NATUCOM / NATUREWAY / NUTRAER MEGA / NUTREETOTAL / NUTRICAPS / NUTRIHEALTH / PERSONAL / CLUB / PHYTOMAIS / PORTONATUS / PROSAUDE / RMX / SOLNUTS / TOP FORMULA / VIRTUA NATURAL / WAY NUTRITION / YOSHIO / BEM ESTAR / CARTHAMUS OIL / FITOWAY / FTW / NATURELL / PANIZZA / SAO LUCAS / SAO PEDRO / DUALIMAX / OLEO DE CARTAMO PURE / FARMA FORMA / CARTAMO PURE / CARTAMO CAPS PURE / LA PURE / DROGARIA POP / POP / AGORA SAUDE / PHYTOABLE / TV SHOP / DV KURAY / IPANEMA NUTRITION / ORIENT MIX / OMIX / MAX FORMULA / VERDE SHOP / BALANCE / AZONI / REDE BRASIL SAUDAVEL / CARTAMO PLUS / NATUREMAXX / EKTUS / SIAM / US NUTRITION / NUTRAWEB / DROGA VEGETAL MARCAS NÃO APROVADAS: LIPO MAXX / LIPO ULTRA / LIPO ULTRA MAXX / LIPOACTIVE / PROBIOTICA
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

HERBAMED LABORATORIO NUTRACEUTICO LTDA ME 14.829.598/0001-30
HIBISCUS EXTRATO AQUOSO DESIDRATADO EM CÁPSULAS ASSIS/SP
25351.605027/2017-91 6.7154.0017.001-4
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
HERBAMED
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
GRAVIOLA EM CÁPSULAS ASSIS/SP
25351.605031/2017-59 6.7154.0018.001-1
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
HERBAMED
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
CRANBERRY EM CÁPSULAS ASSIS/SP
25351.605033/2017-48 6.7154.0019.001-5
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
HERBAMED
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

INDUSTRIA IPANEMA NUTRITION EIRELI - EPP 17.821.568/0001-76
COGUMELO AGARICUS BLAZEI MURILL EM CÁPSULAS SOROCABA/SP
25351.645823/2017-66 6.7224.0016.001-1
PLASTICO 02 Ano(s)
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
IPANEMA NUTRITION / FARMA PONTE
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

LABORNATUS DO BRASIL LTDA 05.953.916/0001-80
ÓLEO DE LINHAÇA EM CÁPSULAS MARATAÍZES/ES
25351.035772/2017-78 6.6469.0011.001-4
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
LABORNATU'S / PLUS / GRINGS LIFE 2 / NEW TIME / AQUOSLIFE / NUTRABEM / NUTRAMAX
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

MERCK S/A 33.069.212/0001-84
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS COM VITAMINAS E MINERAIS EM TABLETES ÁUSTRIA
25001.100560/2011-22 4.1077.0305.001-5
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 12/2021
454 Alteração de Fórmula do Produto

MOSTEIRO DEVAKAN PRODUTOS NATURAIS E ALIMENTICIOS LTDA 51.487.148/0001-33
CAFÉ VERDE MAIS CAFEÍNA, VITAMINA B6 E VITAMINA B12 EM CÁPSULAS DIADEMA/SP
25351.373391/2017-58 5.6372.0023.001-2
PLASTICO 02 Ano(s)
METALICA 02 Ano(s)
PLASTICA 02 Ano(s)
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
MOSTEIRO DEVAKAN / GREEN COFFEEE / NUTRIGOLD / JG NUNES / JF GOLD / A RAIZERA / ABRAAO / ACHILLEA / AID CONTER / BIO IN VITRO / ORGANIC / KFG / BIO SAÚDE / BORELA / BOTÂNICA HAACKE / BRIFARM / BRITTO / CACTUS / CAMPANHOLO / CELITO / APISNUTRI / APISPHARMA / DOCTORBERGES / DOSE EFETIVA / DR INDUSTRIA / DROGALIR / ELC / EMPORIO DO CHÁ / EQUILÍBRIO / ESPERANTO ESSENCIAL / F.J ANDRADE / FABIANA LOPES / FARMA DIET / FARMACIA CATEDRAL / FARMANI/ VIDA NATURAL / L.A / TOQUE DE VIDA / FHR NUTRITION / PREÇO POPULAR / FISIONUTRY / FITOPLANT / FITOVIDA / FITOWAY / PHYTOVIVER / MAXINUTRI / MAXTITANIUM / SUPLAY / FONTE VERDE / HERBALSAVE / J GERHKE / JW COSTA / J DE TOLEDO / J N ISACKSON / JADIR DOMINGO TREVISOL / GELIADE / SAUDE E SABOR / LABORNATUS DO BRASIL / LAPON / ORIENTE MIX / LUIZ CARLOS SABATINI / MADER / MED FARM / BIOGANIC BRASIL / GREEN VITTA / NUTUFORME NITCH NUTRITION / NATTU STAR / NATTU SAUDE / POWER FOODS / VULGO OITO ERVAS / SEMPRE BOM / SUPER BOM / JAVAM / WINLIFE / US NUTRITION / MERCOPROOL VITAL NATUS / / FAGAL / ORVALHO / NEOPHARMA / OURIFITO / PHYTOFARB / PNP COMERCIO / PSM PENAFORTE / PRONAPI / RG MAIA / VITAL / VITALLI / VEGETAL LIFE / UNICORP / WILMAR GRIPPA / NATIBLUE / NUTRAMAGIC / MEISSEN / RTK / BENATTUS / WHASHINGTON / DROGARIA MASTER / VIVER LEVE
4030 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes IMPORTADO

NATU BELL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA 06.304.868/0001-61
HIBISCUS EXTRATO AQUOSO DESIDRATADO EM CÁPSULAS EXTREMA/MG
25351.531233/2017-57 6.6569.0075.001-0
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
KATIGUA / NATU BELL / TRANSCEND / AGENUTRY / BIOFOODS / REGGENE / SHOPPING LINE / PRATIC FACIL / AKABI / ALL NATURAL / ALPHA NATURAIS / BIOBELLE /

BIOTERRA / BRASIL FOODS / DNT LIFE / ECO NUTRY / GALATICOS / HORIZONTE NATURAL / MAGAE / ESSENCE MAX / NATU MAIS / NATURAL FOODS / NATURAL QUALITY / NOVALLE / PHD FOODS / SHOP EXPRESS / SMART BL / VALE NATUBRAS / NATUMAR / NOVO MUNDO / BIOLIFE / NATUMIX / FLORA NATURAL / MEGA LIFE / VIDA NATURAL / PURE NUTRITION / AGIR SOLUTION / LIFE HEALTHY / NATURIVIDA / REACTIV / NUTRIAD / VIA VERDE / CEDEL / CRV NATURALISSIMA / SEIVA SUAVE / VALE DO CAMPO / TOP VIDA / NATUREMED / TOP VITTA / NSHOPBRASIL / SAUDE BRASIL PHARMA / LIS / ARMAZEM VITAL / FORTVITTA / PRONASFA / BURITI / HRJ DISTRIBUIDORA / LA NATURE / DELTA MARCAS / DENKEN / INPROFAR / BELFARMA / SHOP 100% SAÚDE / AKRON / VILA NATURAL / BIOLIFE / LIFE ESSENCE / PAULO SILAS / VIDA A 1000 / PRO SAUDE / RELFI / NUTRIELA / ALL-CIS / THE ONE / VITA RICO / DROGARIA AMÉRICA / ARMAZÉM VITAL / FORTVITTA / NATUREMED / LIS / ECO VALLE / THREPSI / TERALI / FOURESSENCE / EPA NATURAIS / PURIFIC / LEANFINE/ HIBISCO PRO / HIBISCO MAX / HIBISCO PURE / HIBISCO CAPS / CHÁ DE HIBISCO EM CAPSULAS / EXTRATO DE HIBISCO / HIBISCO TEA CAPSULAS / HIBISCO SABDARIFFA / HIBISCUS FLOWER / HIBISCUS CAPS
MARCAS NÃO APROVADAS: INIBCAPS / LEANFIT
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

TERRAMAIS INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA ME 11.978.853/0001-19
SEMENTES DE UVA COM COENZIMA Q10 E NICOTINAMIDA EM CÁPSULAS. SANTO ÂNGELO/RS
25351.276655/2017-30 6.7079.0021.001-4
CELULOSICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TERRAMAIS
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

TIARAJU FARMA, ALIMENTOS E COSMETICOS LTDA ME 23.739.581/0001-83
ÓLEO DE GIRASSOL E EXTRATO DE CRANBERRY EM PÓ EM CÁPSULAS 400MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.584940/2017-46 6.7315.0012.001-0
VIDRO 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
METALICA 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TIARAJU / SANCAPS / CRANBERRY / CRANBERRY OX / CRANCONTROL / CYS CRAN / OXICOCO / NUTRICRAN / CRANBERRY NUTRA / CISTIBERRY / CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
ÓLEO DE GIRASSOL E EXTRATO DE CRANBERRY EM PÓ EM CÁPSULAS 360MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.584940/2017-46 6.7315.0012.002-9
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TIARAJU / SANCAPS / CRANBERRY / CRANBERRY OX / CRANCONTROL / CYS CRAN / OXICOCO / NUTRICRAN / CRANBERRY NUTRA / CISTIBERRY / CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
ÓLEO DE GIRASSOL E EXTRATO DE CRANBERRY EM PÓ EM CÁPSULAS 200MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.584940/2017-46 6.7315.0012.003-7
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TIARAJU / SANCAPS / CRANBERRY / CRANBERRY OX / CRANCONTROL / CYS CRAN / OXICOCO / NUTRICRAN / CRANBERRY NUTRA / CISTIBERRY / CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
ÓLEO DE GIRASSOL E EXTRATO DE CRANBERRY EM PÓ EM CÁPSULAS 180MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.584940/2017-46 6.7315.0012.004-5
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TIARAJU / SANCAPS / CRANBERRY / CRANBERRY OX / CRANCONTROL / CYS CRAN / OXICOCO / NUTRICRAN / CRANBERRY NUTRA / CISTIBERRY / CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL
ÓLEO DE GIRASSOL E EXTRATO DE CRANBERRY EM PÓ EM CÁPSULAS 90MG SANTO ÂNGELO/RS
25351.584940/2017-46 6.7315.0012.005-3
METALICA 24 Meses
PLASTICO 24 Meses
VIDRO 24 Meses
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES 08/2023
TIARAJU / SANCAPS / CRANBERRY / CRANBERRY OX / CRANCONTROL / CYS CRAN / OXICOCO / NUTRICRAN / CRANBERRY NUTRA / CISTIBERRY / CISBERRY
4042 Registro Único de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A 60.665.981/0001-18
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS EM CÁPSULAS BRASÍLIA/DF
25060.006712/2012-00 6.6325.0001.001-2
PLASTICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 10/2022
454 Alteração de Fórmula do Produto
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS EM CÁPSULAS BRASÍLIA/DF
25060.006712/2012-00 6.6325.0001.003-9
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 10/2022
454 Alteração de Fórmula do Produto
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS EM CÁPSULAS BRASÍLIA/DF
25060.006712/2012-00 6.6325.0001.004-7
METALICA 24 Meses
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE. 10/2022
454 Alteração de Fórmula do Produto

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.042, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 511518
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

NUTRENDS EIRELI - ME 06.997.850/0001-92
GUARANÁ E LARANJA AMARGA EM TABLETES VARGINHA/MG
25351.516839/2015-00 000000000
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4034 Registro de Novos Alimentos e Novos Ingredientes - NACIONAL

UPNUTRI IND E LAB PROD NUTRACEUTICOS LTDA EPP 23.663.673/0001-27
CRANBERRY E ÓLEO DE CÁRTAMO EM CÁPSULAS ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR
25351.281779/2016-10 6.7321.0014.001-2
PLASTICA 02 Ano(s)
METALICA 02 Ano(s)
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
454 Alteração de Fórmula do Produto

VIDORA FARMACÊUTICA LTDA 92.762.277/0001-70
DEXTRINA RESISTENTE EM COMPRIMIDOS PORTO ALEGRE/RS
25351.090016/2014-61 6.2103.0025.001-3
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
454 Alteração de Fórmula do Produto
DEXTRINA RESISTENTE EM COMPRIMIDOS - SABOR LARANJA PORTO ALEGRE/RS
25351.090016/2014-61 6.2103.0025.002-1
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
454 Alteração de Fórmula do Produto
DEXTRINA RESISTENTE EM COMPRIMIDOS - SABOR AMEIXA PORTO ALEGRE/RS
25351.090016/2014-61 6.2103.0025.003-1
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
454 Alteração de Fórmula do Produto
DEXTRINA RESISTENTE EM COMPRIMIDOS - SABOR DOCE DE LEITE PORTO ALEGRE/RS
25351.090016/2014-61 6.2103.0025.004-8
PLASTICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
454 Alteração de Fórmula do Produto

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.043, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 512818
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

MEAD JOHNSON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO LTDA 10.351.637/0001-86
ÓLEO DE MICROALGAS SCHIZOCHYTRIUM sp. COM ÁCIDO DOCOSAHEXAENOICO (DHA)
25351.209022/2017-18
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
DHASCO®-B / DHA-B / DSM
404 Avaliação de Novos Alimentos ou Novos Ingredientes

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.044, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 511418
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

BASF S/A 48.539.407/0001-18
ÁCIDO LINOLEICO CONJUGADO (CLA)
25351.167852/2016-38
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
404 Avaliação de Novos Alimentos ou Novos Ingredientes

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.104, DE 19 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, com sede em Belém (PA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 552/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.427903/2017-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, CNPJ nº 04.928.479/0001-81, com sede em Belém (PA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.105, DE 19 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospitalar Pio XII, com sede em Seberi (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 551/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.116017/2018-46, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Pio XII,, CNPJ nº 89.286.249/0001-19, com sede em Seberi (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 24 de dezembro de 2018 à 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.106, DE 19 DE JULHO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de Goiás, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do Ofício nº 011/2018-CIB, de 8 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado de Goiás, com base nas Resoluções nºs 152 e 157/2018 - CIB, de 8 de junho de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de Goiás fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	87.084.760,46
Fundos Municipais de Saúde	1.137.064.569,73
TOTAL	1.224.149.330,19

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos), dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 8ª Parcela de 2018.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.110, DE 19 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Espírita de Marília, com sede em Marília (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 569/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.040509/2018-53, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Espírita de Marília, CNPJ nº 52.050.010/0001-35, com sede em Marília (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.113, DE 20 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana, com sede em Itarana (ES).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 574/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044058/2018-23, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Itarana, CNPJ nº 31.475.478/0001-00, com sede em Itarana (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 22 de março de 2018 à 21 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.114, DE 20 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Monte Santo, com sede em Monte Santo de Minas (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 553/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.063516/2018-23, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Monte Santo, CNPJ nº 22.628.044/0001-01, com sede em Monte Santo de Minas (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.115, DE 20 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, com sede em Ribeirão Preto (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 568/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.098963/2018-01, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Portuguesa de Beneficência, CNPJ nº 55.990.451/0001-05, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.116, DE 20 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospital de Caridade Nossa Senhora dos Navegantes, com sede em Porto Xavier (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 572/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044121/2018-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospital de Caridade Nossa Senhora dos Navegantes, CNPJ nº 87.617.874/0001-70, com sede em Porto Xavier (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 7 de outubro de 2018 à 6 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.117, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão - CTCA, com sede em Andradas (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00217/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU - Despacho nº 02337/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 25 de maio de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 298/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.132116/2016-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão - CTCA, CNPJ nº 15.171.442/0001-78, com sede em Andradas (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Fica Revogada a Portaria n º 771/SAS/MS, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 75, de 19 de abril de 2017, seção 1, página 70.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.118, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospitalar Manoel Francisco Guerreiro, com sede em Guaporé (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 578/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.029297/2018-53, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Manoel Francisco Guerreiro, CNPJ nº 03.184.906/0001-00, com sede em Guaporé (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de fevereiro de 2018 à 19 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.120, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação de Saúde de Paramirim, com sede em Paramirim (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 313/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.434257/2017-49, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde de Paramirim, CNPJ nº 14.193.338/0001-11, com sede em Paramirim (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 16 de setembro de 2017 à 15 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.121, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital de Caridade de Santiago, com sede em Santiago (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 573/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.068187/2018-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade de Santiago, CNPJ nº 96.136.643/0001-36, com sede em Santiago (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 17 de novembro de 2018 à 16 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.122, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da entidade PEVI - Projeto Esperança e Vida, com sede em São José do Rio Pardo (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 314/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.460630/2017-17, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da entidade PEVI - Projeto Esperança e Vida, CNPJ nº 67.998.161/0001-97, com sede em São José do Rio Pardo (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 817/SAS/MS, de 7 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 116, de 19 de junho de 2018, Seção 1, página 80.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.125, DE 23 DE JULHO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Casa de Nossa Senhora Aparecida, com sede em São Mateus (ES).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 311/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.044528/2010-00, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Nossa Senhora Aparecida, CNPJ nº 27.993.427/0001-94, com sede em São Mateus (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Fica revogada a Portaria 557/SAS/MS, de 9 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 15 de maio de 2018, Seção 1, página 43, que deferiu sub judice a Renovação do CEBAS, de forma provisória.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito a Portaria nº 760/SAS/MS, de 25 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 163, de 26 de agosto de 2015, Seção 1, página 36.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.126, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Aprazível, com sede em Monte Aprazível (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 565/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.099170/2018-00, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Aprazível, CNPJ nº 52.879.905/0001-87, com sede em Monte Aprazível (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 08 de maio de 2019 à 07 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.127, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, com sede em Ribeirão Preto (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 571/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.074949/2018-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, CNPJ nº 60.255.791/0001-22, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período DE 12 de maio de 2018 à 11 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.128, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Chavantes, com sede em Chavantes (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 588/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122868/2018-28, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Chavantes, CNPJ nº 73.027.690/0001-46, com sede em Chavantes (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.130, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Nossa Senhora da Conceição, com sede em Cunha (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 582/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122840/2018-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Nossa Senhora da Conceição, CNPJ nº 47.531.835/0001-31, com sede em Cunha (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.131, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Cultura, Recuperação e Integração Social de Pedreira Carisma, com sede em Pedreira (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 312/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.497030/2017-12, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação de Cultura, Recuperação e Integração Social de Pedreira Carisma, CNPJ nº 07.317.567/0001-35, com sede em Pedreira (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 709/SAS/MS, de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 100, de 25 de maio de 2018, seção 1, página 44.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.132, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Taquarituba, com sede em Taquarituba (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 566/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.080350/2018-18, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Taquarituba, CNPJ nº 45.437.175/0001-07, com sede em Taquarituba (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.133, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, com sede em Descanso (SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 577/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.118857/2018-43, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Descanso, CNPJ nº 83.520.122/0001-36, com sede em Descanso (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.134, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação dos Amigos do Hospital Itanhomi - AAHI, com sede em Itanhomi (MG).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 595/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.082157/2018-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação dos Amigos do Hospital de Itanhomi - AAHI, CNPJ nº 21.078.126/0001-59, com sede em Itanhomi (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.135, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Beneficência e Cultura de João Neiva, com sede em João Neiva (ES).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 600/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.087085/2018-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Beneficência e Cultura de João Neiva, CNPJ nº 27.727.452/0001-26, com sede em João Neiva (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de abril de 2019 à 23 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.136, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Pilar do Sul, com sede em Pilar do Sul (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 590/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.082178/2018-29, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Pilar do Sul, CNPJ nº 50.819.580/0001-11, com sede em Pilar do Sul (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de dezembro de 2018 à 18 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.138, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, com sede em Mafra (SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 586/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.077879/2018-46, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Caridade São Vicente de Paulo, CNPJ nº 85.131.993/0001-93, com sede em Mafra (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.139, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha SC, com sede em Maravilha (SC).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 319/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.000103/2014-12, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela a atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha SC, CNPJ nº 01.959.465/0001-37, com sede em Maravilha (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 401/SAS/MS, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 38, de 22 de fevereiro de 2017, Seção 1, página 47.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.140, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Ilumina, com sede em Piracicaba (SP).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 585/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.122852/2018-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Ilumina, CNPJ nº 10.281.182/0001-70, com sede em Piracicaba (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.141, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Paraíso Associação Assistencial Beneficente, com sede em Paraíso do Sul (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 580/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.007103/2018-69, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Paraíso Associação Assistencial Beneficente, CNPJ nº 87.769.493/0001-07, com sede em Paraíso do Sul (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período 1º de setembro de 2018 à 31 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.142, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospital Nossa Senhora de Pompeia, com sede em Viadutos (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 584/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.040470/2018-74, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospital Nossa Senhora de Pompeia, CNPJ nº 98.714.876/0001-02, com sede em Viadutos (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de março de 2018 à 27 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.144, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospitalar Marques de Souza, com sede em Marques de Souza (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 587/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.123189/2018-76, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Marques de Souza, CNPJ nº 91.160.358/0001-37, com sede em Marques de Souza (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.146, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Conferência de São Vicente de Paulo, com sede em Afonso Cláudio (ES).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 570/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.002740/2018-49, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Conferência de São Vicente de Paulo, CNPJ nº 27.002.674/0001-81, com sede em Afonso Cláudio (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.147, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto São Francisco, com sede em Ulianópolis (PA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 593/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.123677/2018-83, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto São Francisco, CNPJ nº 19.422.783/0001-20, com sede em Ulianópolis (PA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 03 de março de 2019 à 02 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.148, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Infantil Francisco de Assis, com sede em Cachoeiro de Itapemirim (ES).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 581/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.490016/2017-80, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Infantil Francisco de Assis, CNPJ nº 27.192.590/0001-58, com sede em Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 11 de outubro de 2018 à 10 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 1.149, DE 24 DE JULHO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital de Caridade São Roque, com sede em Faxinal do Soturno (RS).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 596/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.445537/2017-82, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade São Roque, CNPJ nº 89.891.337/0001-40, com sede em Faxinal do Soturno (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 23 DE JULHO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25000.087479/2018-49
Interessado: DROGARIA COLONIAL LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA COLONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.527.109/0001-81, Ref.: 25000.600027/2009-74, localizada no município de DOMINGOS MARTINS/ES, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.082480/2017-04
Interessado: BRUNO PERILLO DE SIQUEIRA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa BRUNO PERILLO DE SIQUEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.766.417/0002-18, Ref.: 25000.135187/2013-15, localizada no município de UBA/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.074861/2018-92
Interessado: ALVES & GUIMARAES LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa ALVES & GUIMARAES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.394.350/0001-42, Ref.: 25000.113859/2013-31, localizada no município de CAMAPUA/MS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

DESPACHOS DE 23 DE JULHO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25000.132649/2010-08.
Interessado: FARMELHOR DELIVERY LTDA - EPP.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMELHOR DELIVERY LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.467.875/0001-11, localizada no Município de PASSOS /MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.511190/2009-63.
Interessado: RAFAELA PRAVATO COLATO.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa RAFAELA PRAVATO COLATO, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.521.378/0001-94, localizada no Município de SALMOURAO/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

DESPACHOS DE 25 DE JULHO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25000.064915/2018-10.
Interessado: FARMACIA ISABELA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMACIA ISABELA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.326.912/0001-60, Ref.: 25000.524508/2009-76, localizada no município de ERVAL VELHO/SC, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.069141/2018-13.
Interessado: LUSTOSA & PENHA LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa LUSTOSA & PENHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.418.289/0001-83, Ref.: 25000.007602/2011-80, localizada no município de BOM JARDIM/MA, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.096193/2017-73.
Interessado: JOSE LUIZ FERREIRA DE RESENDE.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa JOSE LUIZ FERREIRA DE RESENDE, inscrita no CNPJ sob o nº 09.094.055/0002-63, Ref.: 25000.005918/2009-12, localizada no município de CAPINOPOLIS /MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.074642/2017-22.
Interessado: TASSIANA HAJEL & CIA LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa TASSIANA HAJEL & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.072.595/0001-04, Ref.: 25000.106927/2010-63, localizada no município de FRANCA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.079014/2018-14.
Interessado: FRANCISCO FROTA FILHO - FARMACIA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa FRANCISCO FROTA FILHO - FARMACIA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.901.721/0001-11, Ref.: 25000.039404/2012-66, localizada no município de FORTALEZA/CE, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.080820/2017-54.
Interessado: FARMACIA SANTA TEREZINHA DO AEROPORTO LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017, anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMACIA SANTA TEREZINHA DO AEROPORTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.235.012/0002-08, Ref.: 25000.081153/2007-55, localizada no município de JACAREZINHO/PR, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

DESPACHOS DE 25 DE JULHO DE 2018

Ref.: Processo n.º 25004.401832/2017-97.
Interessado: MANJAPANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa MANJAPANI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 07.325.668/0001-58, Ref.: 25000.163556/2012-89, localizada no Município de LUCELIA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.154487/2011-31.
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA OLIVEIRA & PINHEIRO LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA E PERFUMARIA OLIVEIRA & PINHEIRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.097.753/0001-83, localizada no Município de CAPELINHA/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25003.005222/2017-76.
Interessado: K. D FERNANDES & T. L DIAS LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa K. D FERNANDES & T. L DIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.188.609/0001-97, Ref.: 25000.580816/2009-81, localizada no Município de COMERCINHO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.074537/2017-93.
Interessado: DROGARIA CENTRAL DE MONTE CARMELO LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA CENTRAL DE MONTE CARMELO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.603.286/0001-32, Ref.: 25000.536289/2009-78, localizada no Município de MONTE CARMELO/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25004.004690/2017-13.
Interessado: DROGARIA POPULAR MINEIROS DO TIETE LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA POPULAR MINEIROS DO TIETE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.993.557/0001-24, Ref.: 25000.005774/2011-19, localizada no Município de MINEIROS DO TIETE/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25022.002143/2017-85.
Interessado: IOSSEF MIRANDA COMERCIO REPRESENTACOES SERVICOS LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa IOSSEF MIRANDA COMERCIO REPRESENTACOES SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.681.240/0001-61, Ref.: 25000.062082/2007-91, localizada no Município de JEQUIE/BA, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25016.006778/2017-31.
Interessado: L R DE MEDEIROS.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa L R DE MEDEIROS, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.453.267/0001-98, Ref.: 25000.212663/2010-68, localizada no Município de SAO BENEDITO /CE, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25003.402720/2017-63.
Interessado: RICCI & QUEIROZ LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5, de 28 de setembro de 2017, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa RICCI & QUEIROZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.806.998/0001-16, Ref.: 25000.115770/2010-67, localizada no Município de SANTA VITORIA/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 223, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 58/SGTES/MS, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.035723/2014-64	JESUS SOTOLONGO GOMEZ	4300503	RS	SANTA CRUZ DO SUL

PORTARIA Nº 224, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.183431/2016-07	ALEXIS RODRIGUES HUNG	2400406	RN	LAGOA D'ANTAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 225, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 538/SGTES/MS, de 25 de novembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 538/SGTES/MS, de 25 de novembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.171182/2016-07	NAYARA PAZ DE HORA SCHINDLER	4200518	SC	PORTO BELO

PORTARIA Nº 226, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 303/SGTES/MS, de 17 de outubro de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.435809/2017-36	ADRIANA CARLA CASTELUCCI	1100421	RO	CACOAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 7.186 - Processo nº 48500.000483/2014-41. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Uirapuru Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 554, de 10 de outubro de 2014, referente à autorização da EOL Uirapuru, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.CE.031830-2.01, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Acaraú, estado do Ceará.

Nº 7.187 - Processo nº 48500.000486/2014-85. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Santa Rosa Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 548, de 9 de outubro de 2014, referente à autorização da EOL Santa Rosa, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.CE.031829-9.01, com 20.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Acaraú, estado do Ceará.

Nº 7.188 - Processo nº 48500.003994/2013-34. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Angelim Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 616, de 17 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Ventos de Angelim, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.CE.032015-3.01, com 24.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Acaraú, estado do Ceará.

Nº 7.189 - Processo nº 48500.000303/2014-21. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Arara Azul Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 615, de 17 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Arara Azul, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032014-5.01, com 27.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.190 - Processo nº 48500.000302/2014-87. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Bentevi Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 611, de 12 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Bentevi, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031999-6.01, com 15.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.191 - Processo nº 48500.003200/2014-13. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde I Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 606, de 11 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Ouro Verde I, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031998-8.01, com 27.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.192 - Processo nº 48500.003199/2014-27. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde II Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 612, de 12 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Ouro Verde II, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032000-5.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.193 - Processo nº 48500.003198/2014-82. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde III Ltda. Objeto: Revogar a Portaria nº 613, de 12 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Ouro Verde III, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032001-3.01, com 25.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.194 - Processo nº 48500.000484/2014-96. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Objeto: Revogar a Portaria nº 553, de 13 de outubro de 2014, referente à autorização da EOL Serra do Mel I, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031664-4.02, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.195 - Processo nº 48500.000480/2014-16. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Objeto: Revogar a Portaria nº 554, de 13 de outubro de 2014, referente à autorização da EOL Serra do Mel II, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.031841-8.01, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 7.196 - Processo nº 48500.000481/2014-52. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Objeto: Revogar a Portaria nº 626, de 24 de novembro de 2014, referente à autorização da EOL Serra do Mel III, cadastrada sob Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032040-4.01, com 28.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002698/2018-21, resolve:

Nº 2.422 - Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - Ceral DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Copel Distribuição S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - Ceral DIS;

Nº 2.423 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - Ceriluz, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - Ceriluz;

Nº 2.424 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Ltda. - Cermissões, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Ltda. - Cermissões;

Nº 2.425 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - Certel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE SUL Distribuidora de Energia S/A., Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - Certel;

Nº 2.426 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - Cooperluz, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - Cooperluz;

Nº 2.427 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Coprel Cooperativa de Energia - Coprel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Coprel Cooperativa de Energia - Coprel;

Nº 2.428 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Creluz-D - Creluz-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa de Distribuição de Energia Creluz-D - Creluz - D;

Nº 2.429 - Processo nº 48500.002698/2018-21. Interessados: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai - Creral, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Rio Grande Energia S/A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica - RTP da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai - Creral, a vigorar a partir de 30 de julho de 2018, e outras providências.

A íntegra destas Resoluções e de seus respectivos anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.650, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002535/2017-67, decide conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Ampla Energia e Serviços S.A. para conversão dos pagamentos de compensações por violação dos indicadores individuais de continuidade em investimentos na área de concessão da Distribuidora para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.651, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004992/2017-96, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CEB Geração S.A. em face do Auto de Infração nº 73/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, que aplicou penalidade de multa em face da condição inadequada de conservação e manutenção da segurança da barragem da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Paranoá, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO N° 1.652, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000577/2018-44, decide conhecer do Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Celesc Distribuição S.A. - Celesc-D, em face do Despacho n° 361, de 2018, emitido pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão - SRT, que manteve a cobrança dos encargos de ultrapassagem de Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST e da Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem - PIU referentes ao mês de julho de 2017 no ponto de conexão de Campos Novos, com 138 kV, conforme apuradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.653, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001818/2018-72, decido: i) conhecer do Requerimento da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. com vistas ao expurgo parcial das PIS aplicadas pelo ONS, referentes às apurações realizadas para os anos de 2015, 2016 e 2017, relativas a pontos de conexão da distribuidora compostos exclusivamente por consumidores do grupo A, para, no mérito, negar-lhe provimento; e ii) determinar ao ONS que atualize os valores relativos à PIS atribuída à Elektro referente ao ano de 2017 por meio do Índice de Atualização da Transmissão - IAT acumulado até o ciclo tarifário vigente e que efetue nova cobrança à Elektro dos valores atualizados.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.654, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003311/2016-91, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A em face do Auto de Infração nº 1/2016, lavrado pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo - ARSESP, que aplicou penalidade decorrente do descumprimento dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica - PRODIST, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento no sentido de reduzir a penalidade de multa para R$ 43.806.090,78 (quarenta e três milhões, oitocentos e seis mil, noventa reais e setenta e oito centavos), referente à revisão da dosimetria das Não Conformidades NC.5 e NC.7, a ser recolhida conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.662, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003198/2014-82, decide i) aplicar, decorrente do atraso na implantação, multa total no valor de R$ 869.220,00 (oitocentos e sessenta e nove mil e duzentos e vinte reais), correspondente a 1% do investimento declarado à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, quando da habilitação no Leilão de Geração nº 10/2013, referente à EOL Ouro Verde III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.RN.032001-3.01, com 25.000 kW de Potência Instalada, outorgada, por meio da Portaria nº 613, de 12 de novembro de 2014, à Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde III Ltda., integrantes do Consórcio Ouro Verde III, inscritas no CNPJ/MF sob os nº 23.274.194/0001-19, nº 04.135.980/0001-90, nº 00.093.977/0001-09 e nº 14.037.258/0001-77, respectivamente, o que corresponde, na proporção de suas cotas-parte, a R$ 782.298,00 (setecentos e oitenta e dois mil duzentos e noventa e oito reais), a R$ 60.845,40 (sessenta mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), a R$ 25.989,68 (vinte e cinco mil e novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos) e a R$ 86,92 (oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Ouro Verde III Ltda. de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.666, DE 24 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005753/2017-53, decide (a) retificar o item (ii) do Despacho nº 1.403, de 26 de junho de 2018, de modo a suprimir a possibilidade de recurso à assembleia, passando a vigorar com a seguinte redação: (ii) autorizar o Conselho de Administração da CCEE a deliberar sobre o pedido de parcelamento da CEB, conforme teor do voto do relator; e (b) declarar a perda do objeto, por fato superveniente, do Pedido de Reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em face do Despacho nº 1.403, de 26 de junho de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DE 24 DE JULHO DE 2018

Nº 1.655 - Processo nº: 48500.000483/2014-41 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Uirapuru Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 1.042.040,00 (um milhão e quarenta e dois mil e quarenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Uirapuru, cadastrada sob o CEG EOL.CV.CE.031830-2.01, com 28.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Uirapuru Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.656 - Processo nº: 48500.000486/2014-85 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Santa Rosa Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 766.820,00 (setecentos e sessenta e seis mil e oitocentos e vinte reais), pelo atraso na implantação da EOL Santa Rosa, cadastrada sob o CEG EOL.CV.CE.031829-9.01, com 20.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Santa Rosa Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.657 - Processo nº: 48500.003994/2013-34 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Angelim Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 887.270,00 (oitocentos e oitenta e sete mil duzentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Ventos de Angelim, cadastrada sob o CEG EOL.CV.CE.032015-3.01, com 24.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Angelim Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.658 - Processo nº: 48500.000303/2014-21 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Arara Azul Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 954.270,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Arara Azul, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.032014-5.01, com 27.500 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Arara Azul Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.659 - Processo nº: 48500.000302/2014-87 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Bentevi Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 536.300,00 (quinhentos e trinta e seis mil e trezentos reais), pelo atraso na implantação da EOL Bentevi, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.031999-6.01, com 15.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Bentevi Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.660 - Processo nº: 48500.003200/2014-13 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde I Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 954.270,00 (novecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Ouro Verde I, cadastrada sob o CEG 48500.003200/2014-13, com 27.500 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Ouro Verde I Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.661 - Processo nº: 48500.003199/2014-27 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde II Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 1.039.320,00 (um milhão e trinta e nove mil e trezentos e vinte reais), pelo atraso na implantação da EOL Ouro Verde II, cadastrada sob o CEG 48500.003199/2014-27, com 30.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Ouro Verde II Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.662 - Processo nº: 48500.003198/2014-82 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda., Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e Central Eólica Ouro Verde III Ltda. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 869.220,00 (oitocentos e sessenta e nove mil e duzentos e vinte reais), pelo atraso na implantação da EOL Ouro Verde III, cadastrada sob o CEG 48500.003198/2014-82, com 25.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda., da Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. e da Central Eólica Ouro Verde III Ltda. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.663 - Processo nº: 48500.000484/2014-96 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 1.101.870,00 (um milhão e cento e um mil e oitocentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Serra do Mel I, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.031664-4.02, com 28.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda. e da Gestamp Eólica Brasil S.A. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.664 - Processo nº: 48500.000480/2014-16 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 1.101.870,00 (um milhão e cento e um mil e oitocentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Serra do Mel II, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.031841-8.01, com 28.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda. e da Gestamp Eólica Brasil S.A. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

Nº 1.665 - Processo nº: 48500.000481/2014-52 Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A., Eólica Tecnologia Ltda. e Gestamp Eólica Brasil S.A. Decisão: i) aplicar multa total no valor de R$ 1.101.870,00 (um milhão e cento e um mil e oitocentos e setenta reais), pelo atraso na implantação da EOL Serra do Mel III, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.032040-4.01, com 28.000 kW de Potência Instalada; e (ii) suspender, pelo período de um ano, o direito de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Eólica Tecnologia Ltda. e da Gestamp Eólica Brasil S.A. e suas controladoras, de contratarem ou participarem de licitações promovidas pela ANEEL.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.549, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001853/2017-19. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: prorrogar até 7/12/2018 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.127, de 24 de abril de 2017, para apresentação do Sumário Executivo e do projeto básico referentes à PCH Seropédica, cadastrada sob o CEG PCH.PH.RJ.037411-3.01, localizada no rio Guandu, no município de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.618, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001342/2011-01. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Hortência, com 14.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037301-0.01, localizada no rio Ariranha, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Alto Araguaia, estado de Mato Grosso.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.667, DE 24 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.002062/2004-67. Interessado: Usina Eldorado S.A. Decisão: alterar a potência instalada da UTE Eldorado, CEG UTE.AI.MS.029193-5.01, localizada no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso do Sul, de 141.019 kW para 140.000 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 25 DE JULHO DE 2018

Nº 1.679 - Processos nº 48500.003345/2018-48. Interessado: UTE Mendonça Geração e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Mendonça, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.AI.SP.040729-1.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Mendonça, no estado de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.680 - Processo nº 48500.001027/2009-51. Interessados: Promon Engenharia Ltda. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para elaboração dos Estudos de Inventário do rio Jaru e seu afluente o rio São Domingos, localizado na sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, no estado de Rondônia, de titularidade da Promon Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ 61.095.923/0001-69, com fulcro no §1º, artigo 10º, da Resolução nº 393, de 4 de dezembro de 1998, c/c artigo 13, da Resolução Normativa nº 672, de 4 de agosto de 2015; (ii) revogar os Despachos nº 2.461, de 7 de julho de 2009, e nº 1.180, de 16 de março de 2011, que concederam, respectivamente, o Registro Ativo e o Aceite aos Estudos de Inventário do rio Jaru e seu afluente o rio São Domingos.

Nº 1.681 - Processos nºs 48500.002221/2016-83, 48500.002921/2018-30, 48500.002922/2018-84, 48500.002923/2018-29, 48500.002924/2018-73, 48500.002925/2018-18 e 48500.002926/2018-62. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Cassilândia Ltda. Decisão: alterar o Despacho n° 1.101, de 4 de maio de 2016, de maneira a excluir a UFV Cassilândia 1, UFV Cassilândia 2, UFV Cassilândia 3, UFV Cassilândia 4, UFV Cassilândia 5 e UFV Cassilândia 6 (ii) registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) desses empreendimentos, cujas características estão descritas no Anexo deste Despacho, e de seus sistemas de transmissão de interesse restrito, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizados no município de Cassilândia, estado de Mato Grosso do Sul.

Nº 1.682 - Processos nº 48500.003156/2015-22, 48500.002914/2018-38, 48500.002915/2018-82, 48500.002916/2018-27, 48500.002917/2018-71 e 48500.002918/2018-16. Interessado: Solatio Energia Gestão de Projetos de Castilho II Ltda. Decisão: (i) alterar o Despacho n° 2.333, de 20 de julho de 2015, de maneira a excluir a UFV Castilho 1, UFV Castilho 2, UFV Castilho 3, UFV Castilho 4 e UFV Castilho 5; e (ii) registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) desses empreendimentos, cujas características estão descritas no Anexo deste Despacho, e de seus sistemas de transmissão de interesse restrito, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizados no município de Castilho, estado de São Paulo.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.568, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003998/2017-46, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Ampla Energia e Serviços S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Ampla, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

LINK WEB TELECOM LTDA-ME	QUICKNET TELECOM LTDA-EPP	NET FÁCIL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA-ME
MALUGAINFOR COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME	MADS PROVEDOR DE ACESSO DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME	TSCM NET BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME

DESPACHO Nº 1.569, DE 12 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003884/2017-04, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. - COSERN, e Alexandre Lace Rodrigues - ME.; (ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COSERN, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 1.573, DE 13 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003865/2017-70, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Companhia Energética do Ceará - COELCE, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela COELCE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ALUISIO WENDEL C. DA SILVA INTERNET - ME	CARNEIRO INFORMÁTICA LTDA ME	FRANCISCO ALEMBERG DE SOUZA LIMA ME
J. VIEIRA DE LUCENA ME	JOSÉ MARQUES DE ABREU JUNIOR-ME	PR SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO LTDA ME
RENÁRIA MARIA DIAS-ME	SEARA QUINTEIRO INTERCOM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI-ME	SERVIÇOS DE PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES KAIRONANET-LTDA
F. LEANDRO VERÇOSA-NET ME	FRANCISCO AFONSO DE PAIVA JUNIOR ME	FSF TECNOLOGIA LTDA
G HJ HOLANDA-ME	INFORME SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA-ME	LUIZ C S DA SILVA JUNIOR-ME
MEGANET TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET LTDA	SRD TELECOM EIRELI-ME	

DESPACHO Nº 1.579, DE 13 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005617/2017-63, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Sul-Sudeste, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

BORGES PEREIRA & CIA LTDA-EPP	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	BRUNO TODER SANTOS -ME
REDENILF SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA- REDENILF	MICRODATA DE LUCELIA SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA-EPP	INFOCAT INFORMÁTICA CATANDUVA LTDA-ME
MENDEX NETWORKS TELECOMUNICAÇÕES LTDA -EPP	SKYNEW ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM IFORMÁTICA LTDA-EPP	TV CABO DE SANTO ANASTÁCIO LTDA -EPP
CM NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI-ME	IFASTNET PROVEDOR DE INTERNET EIRELI-ME	TVC SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME
TV CABO DE SANTO ANASTÁCIO LTDA-EPP	PLINIO HONÓRIO SARTORI-ME	WISP ICONECTA SERVIÇOS DE REDE LTDA
INTERFOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA		

DESPACHO Nº 1.673, DE 25 DE JULHO DE 2018

Processo nº: 48500.003583/2017-72. Interessada: Eletrobrás Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a Eletrobrás Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em julho de 2018, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-011/2017-rev 0 - "Estudo de Suprimento ao Município de Presidente Figueiredo", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.687, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001873/2017-81. Interessado: Asja Sabará Serviços para o Meio Ambiente S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação comercial a partir de 27 de julho de 2018. Usina: UTE Asja Sabará. Unidades Geradoras: UG5, de 1.426 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Sabará, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 1.683, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.001911/2018-87. Interessados: Energisa Paraíba Distribuidora de Energia SA - EPB e Miriam da Silva Barros. Decisão: dar provimento parcial à reclamação da consumidora.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO N° 1.684, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 48500.006541/2017-93. Interessados: Auto Posto Intermares Ltda. e Energisa Paraíba - Distribuidora S.A. Decisão: negar provimento ao requerimento do consumidor.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.678, DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002006/2018-44, decide indeferir o pleito da Companhia Piratininga de Força e Luz -CPFL Piratininga de expurgo da Parcela de Ineficiência de Sobrecontração - PIS do ano de 2017 referente aos pontos de conexão B.SANTISTA 345 kV e T.ULTRAFERTIL 138 kV.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 884, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, e no Decreto nº 9.392, de 30 de maio de 2018, e de acordo com o Despacho nº 701, de 4 de junho de 2018, e no que consta no processo nº 48610.006786/2018 e com base na Resolução de Diretoria nº 448, de 26 de julho de 2018, torna público o seguinte ato:

Ficam aprovados e autorizados, conforme apresentado na tabela abaixo, os pagamentos da subvenção econômica ao óleo diesel devida no período de 30 de maio de 2018 a 7 de junho de 2018.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
04.585.532/0001-99	DAX OIL REFINO S/A	6.366,50
94.845.674/0001-30	REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.	114.943,22

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 881, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Portaria ANP nº 318, de 27 de dezembro de 2001, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.200956/2018-95, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica transferida a titularidade da Autorização ANP nº 285, de 07/06/2017, publicada no DOU de 08/06/2017, da BRASKEM PETROQUÍMICA LTDA., CNPJ nº 04.705.090/0007-62, para a BRASKEM S.A., CNPJ nº 42.150.391/0054-82, relativa à operação da planta produtora de solventes localizada na Rua da União, 765, Jardim Sônia Maria, Mauá - SP.

Art. 2º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 637, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.007362/2018-15, resolve:

Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20617-7.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 638, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.007544/2018-88, resolve:

Conceder autorização para o concessionário Shell Brasil Petróleo Ltda., CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20628-4.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 880, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, em função de decisão judicial prolatada nos autos do Agravo de Instrumento nº 1006607-17.2018.4.01.0000, torna pública a revogação do Despacho ANP nº 7, publicado no D.O.U., em 04/01/2018, com o consequente restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos outorgada por meio do Despacho ANP nº 123/2000, publicado no D.O.U. em 08/03/2018, à sociedade FLÓRIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.783/0001-86, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 882, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0188111	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RCR LTDA	03.323.519/0003-60	48610.007847/2018-09
PR/SP0188107	AUTO POSTO ARARENSE EIRELI	28.100.099/0001-12	48610.007378/2018-10
PR/PR0188100	AUTO POSTO CHAPADAO BR 153 LTDA	28.917.336/0001-32	48610.007488/2018-81
PR/CE0188055	AUTO POSTO GUARACIABA LTDA	30.520.405/0001-11	48610.007590/2018-87
PR/SP0188099	AVANCO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.887.794/0001-76	48610.007760/2018-23
PR/PI0188103	BENEDITO N. NERY	27.468.843/0001-73	48610.007831/2018-98
PR/PI0188037	BRUNO PAES LANDIM BRAGA	25.446.920/0001-69	48610.007586/2018-19
PR/GO0188074	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS VILELAO LTDA	30.789.081/0001-11	48610.007596/2018-54
PR/MG0188096	E.A.L VARGAS COMERCIO COMBUSTIVEIS EIRELI	36.288.637/0002-53	48610.007657/2018-83
PR/PA0188102	ELZEMIR DA SILVA FRANCA - COM. DE COMBUSTIVEIS	26.011.259/0001-21	48610.007510/2018-93
PR/BA0188094	ENTREPOSTO COMERCIAL DE AMARALINA LTDA	26.571.630/0001-00	48610.007654/2018-40
PR/CE0188057	EUSEBIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	29.867.536/0001-90	48610.007593/2018-11
PR/CE0188095	F.NOBRE COMERCIO DE PETROLEO LTDA	30.370.632/0001-08	48610.007656/2018-39
PR/MA0188098	ITAMAR MARTINS MACEDO	00.480.346/0002-15	48610.007674/2018-11
PR/MA0188108	J F MARINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	26.619.401/0001-18	48610.006551/2018-62
PR/AL0188101	J P A COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	27.273.818/0001-34	48610.007526/2018-04
PR/RS0188105	LEONARDO DANNI QUINZZANI	10.447.389/0004-14	48610.007508/2018-14
PR/PA0188136	MOURA & SILVA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	09.567.276/0001-20	48610.006986/2018-15
PR/CE0188061	PBB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	18.717.475/0003-20	48610.007371/2018-06
PR/CE0188060	PBB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	18.717.475/0005-92	48610.007379/2018-64
PR/CE0188062	PBB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	18.717.475/0006-73	48610.007374/2018-31
PR/CE0188054	PENTECOSTE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.720.861/0001-26	48610.007587/2018-63
PR/MG0188135	PETROARCOS AUTOPOSTO LTDA	29.921.786/0001-61	48610.007388/2018-55
PR/AC0188106	PETRUS E COMERCIO LTDA	18.496.582/0001-04	48610.006905/2018-79
PR/MG0188014	POSTO ALIANCA LTDA	28.997.838/0001-10	48610.007380/2018-99
PR/MT0188109	POSTO BASSNUF RODRIGUES LTDA	29.228.408/0001-05	48610.006744/2018-13
PR/BA0188056	POSTO CRUZ DERIVADOS DE COMBUSTIVEL LTDA	28.782.410/0001-50	48610.007072/2018-63
PR/RS0188097	POSTO DE SERVICOS FRITSCH LTDA	98.042.294/0003-80	48610.007412/2018-56
PR/MG0188114	POSTO SALINENSE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	29.382.044/0001-05	48610.007849/2018-90
PR/SP0188036	RAFAEL MACHADO ROSSI & CIA LTDA	29.108.481/0001-35	48610.007585/2018-74
PR/TO0188058	R.C.PIAS	21.069.858/0001-82	48610.005973/2018-11
PR/PR0188104	REDE GUAPO DE POSTOS DE COMBUSTIVEL LTDA	17.569.551/0003-35	48610.007832/2018-32
PR/MT0188137	REDE MAIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	23.891.404/0001-18	48610.007442/2018-62
PR/SP0188035	REDE SUPER PETRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	19.058.043/0002-37	48610.006836/2018-01
PR/BA0188059	REGIVAN JESUS DOS SANTOS	25.321.668/0001-61	48610.005401/2018-31
PR/SP0188034	SETE ESTRELAS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	00.256.893/0035-80	48610.007385/2018-11
PR/PB0188110	SOLANGIA ROLIM FREITAS MENDES	26.614.292/0001-46	48610.007290/2018-06
PR/RS0188134	TVT COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.754.000/0001-69	48610.006654/2018-22

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 883, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RO0246013	A BISPO DA COSTA BARBOSA DISTRIBUIDORA	29.068.631/0001-24	48610.005393/2018-23
GLPMA0302732	A. DA S. OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS	24.005.374/0001-68	48610.006263/2018-16
GLPPA0302801	A. M. CORREA JATY	08.873.205/0001-93	48610.007418/2018-23
GLPES0302858	ADILAN SANTOS DE JESUS 03983628583	30.474.501/0001-70	48610.007484/2018-01
GLPMA0302963	AGUIAR PETROLEO E LOCACOES LTDA	27.192.758/0001-25	48610.007666/2018-74
GLPMG0302865	ALESSANDRO LAURINDO DA COSTA 08035674641	24.080.355/0001-04	48610.007476/2018-57
GLP/PR0246014	A.M DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	21.221.889/0001-07	48610.001518/2018-46
GLPSC0302921	AMORIM SUPERMERCADO EIRELI	26.983.891/0001-37	48610.007677/2018-54
GLP/GO0246015	ANTONIO TAVARES BENTO EIRELI	30.021.375/0001-07	48610.004730/2018-65
GLPSP0302869	AUTO POSTO BIZUNGA LTDA	53.027.959/0001-87	48610.007429/2018-11
GLPPA0302797	AVILA & RAMALHEIRO LTDA	12.220.766/0001-60	48610.007420/2018-01
GLPMS0302666	BEATRIZ LIRA TROVO	28.727.152/0001-00	48610.007423/2018-36
GLPMT0302749	C A V FERREIRA GAS	19.252.679/0001-34	48610.007426/2018-70
GLP/CE0246016	CARNEIRO & SILVA COMERCIAL DE GAS GLP LTDA EPP	13.808.330/0003-11	48610.004023/2016-15
GLP/MS0246017	CLAUDEMIR LEAL DA SILVA - ME	10.405.407/0001-52	48610.000096/2018-91
GLPSC0302780	CRISTIANE SCHULTZ 06088862971	29.686.204/0001-00	48610.006151/2018-57
GLPSP0302867	DANIEL CEZAR DEMILIO 39645557895	28.368.084/0001-30	48610.007471/2018-24
GLPSP0302913	DANIELA BATISTA DA SILVA FERNANDES FARIAS	23.488.388/0001-17	48610.007040/2018-68
GLPMS0302949	DIB GAS LTDA	25.332.331/0001-50	48610.007563/2018-12
GLPSC0302899	DIRLEI BUSSAQUERA	11.393.375/0001-85	48610.007681/2018-12
GLP/SP0246018	DISTRIBUIDORA DE GAS L MAGINA EIRELI ME	24.838.200/0001-86	48610.000118/2018-13
GLP/MG0246019	EDGAR EDSON BAIA & CIA LTDA - ME	17.434.645/0001-35	48610.013308/2017-10
GLPPE0302904	EDINALDO JOSE JOAQUIM 76643492491	29.929.511/0001-74	48610.007770/2018-69
GLPRS0302782	EICH E EICH LTDA	09.493.681/0001-41	48610.006104/2018-11
GLPPE0302856	ELIZA DO NASCIMENTO SILVA 08515992493	26.567.931/0001-60	48610.007483/2018-59
GLP/BA0246020	EREMITA SANTOS ROCHA ME	20.872.781/0001-11	48610.004416/2018-82
GLP/AM0246021	ERICKSON RODOLPHO MACIEL DA SILVA 87024853204	23.674.784/0001-39	48610.004213/2018-96
GLP/RS0246022	EZI DA SILVA MENDES - ME	03.693.855/0001-33	48610.001429/2018-08
GLPRR0302799	F. CEZAR DE MATOS	10.352.764/0001-08	48610.007419/2018-78
GLPPA0302929	FABRICIO MENEZES SOUTO	30.423.906/0001-80	48610.006926/2018-94
GLPMS0302850	FERNANDO GOMES DO NASCIMENTO 73409499172	27.361.214/0001-40	48610.007633/2018-24
GLPRR0302771	FERREIRA E SOUSA LTDA	10.556.292/0001-05	48610.006021/2018-14
GLPAP0302824	FRANCA & COSTA LTDA	28.505.149/0001-41	48610.006063/2018-55
GLP/RN0246023	FRANCISMAR MANOEL DA SILVA 05990055480	27.314.989/0001-64	48610.003779/2018-09
GLPSP0302927	GASBOM BANDEIRANTES COMERCIO DE GAS LTDA	13.865.318/0001-87	48610.007176/2018-78
GLP/PR0246024	GISELE CRISTINA BARRETO AISSA COMERCIO DE GAS - ME	27.437.848/0001-39	48610.004741/2018-45
GLPSP0302744	GISELE CRISTINA DOS SANTOS ROQUE SUF 22035620805	30.482.695/0001-56	48610.007466/2018-11
GLP/GO0246025	GORDIM GAS - EIRELI - ME	25.035.670/0001-74	48610.004447/2018-33
GLP/MG0246026	GUILHERME HENRIQUE GOULART 12552637680	28.964.845/0001-16	48610.004763/2018-13
GLP/MT0246027	IDARI PEDRO LOTTI ME	03.821.156/0001-21	48610.003812/2018-92
GLPPR0302713	ISABELLY CAROLINI JORGE COMERCIO DE GAS	30.015.063/0001-82	48610.007496/2018-28
GLPPE0302826	J CARLOS DA SILVA FREITAS GAS	29.800.094/0001-65	48610.006127/2018-18
GLPMG0302773	J F DOS PRAZERES COMERCIO DE GAS	29.853.605/0001-07	48610.006329/2018-60
GLPGO0302906	J P DA SILVA MERCEARIA	07.122.306/0001-60	48610.007771/2018-11
GLP/BA0246028	JESSICA NAYANE OLINO RAMOS - ME	29.388.267/0001-80	48610.004406/2018-47
GLPMA0302736	JESSICA PACHECO MATOS 06456399319	29.800.536/0001-73	48610.006228/2018-99
GLP/PR0246029	JOEL CARDOSO DE ARAUJO 04356564901	28.277.899/0001-03	48610.003262/2018-10
GLPSC0302897	JONAS ALVES DA LUZ 08201768930	29.865.160/0001-85	48610.007680/2018-78
GLP/BA0246030	JOSE CARLOS DE ALMEIDA CARDOZO JUNIOR - ME	28.763.876/0002-90	48610.003835/2018-05
GLP/SP0246031	JOSE FERREIRA VICENTE NETO 02585183831	29.375.928/0001-32	48610.003790/2018-61
GLP/SC0246032	JOSE HENRIQUE SILVA DE AFONSO 05565504554 - ME	28.314.911/0001-02	48610.005097/2018-22
GLPPR0302669	K P DIACHUK DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA	29.859.166/0001-40	48610.007501/2018-01
GLPMS0302792	KASSILENE NUNES DE OLIVEIRA SILVA 82203334134	29.772.755/0001-96	48610.007473/2018-13
GLP/TO0246033	LEONARDO DA SILVA MELO 86635727868	28.679.279/0001-09	48610.004895/2018-37
GLPBA0302778	LIGEIRINHO GAS EIRELI	30.332.965/0001-42	48610.007441/2018-18
GLPMG0302828	LIMA MASSUIA & MASSUIA LTDA	64.370.232/0001-14	48610.006394/2018-95
GLPSP0302862	LUCAS ROCHA SANTOS 48164880817	29.464.486/0001-09	48610.007470/2018-80
GLPSP0302901	LUCIANO DA SILVA DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	30.263.139/0001-99	48610.007768/2018-90
GLP/RS0246034	LUIS L B DOS SANTOS - ME	22.990.515/0001-19	48610.004403/2018-11
GLP/GO0246035	M. R. N DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	06.699.173/0001-26	48610.001354/2018-57
GLPGO0302944	MARCELO PACIFICO DE VASCONCELOS 81451857187	19.572.615/0001-10	48610.007565/2018-01
GLPPB0302822	MARCIO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA 08195771467	30.202.862/0001-68	48610.007637/2018-11
GLP/MG0246036	MARIA APARECIDA FONSECA 75620650634	18.049.797/0001-87	48610.000092/2018-11
GLPPA0302787	MARIA DA COSTA SANTOS COMERCIO	01.463.943/0001-13	48610.006234/2018-46
GLP/PR0246037	MARIA DO CARMO CAMPOS LELES DE FREITAS 03004690985	25.198.182/0001-88	48610.003666/2018-03
GLPMG0302891	MARILENE PEREIRA DA SILVA 04103244690	29.322.438/0001-78	48610.007678/2018-07
GLPRN0302908	MATEUS LUCAS DA SILVA 09613674403	26.509.396/0001-90	48610.007773/2018-01
GLP/RJ0246038	MR COMERCIO DE GAS LIQUIEFEITO LTDA - ME	27.670.388/0001-94	48610.005497/2018-38
GLPSC0302953	NILOSUL IND. E COM. LTDA	03.422.646/0006-60	48610.007580/2018-41
GLPMT0302738	OSNEI LOURENCO DE OLIVEIRA 24851502818	23.471.425/0001-84	48610.006348/2018-96
GLPMT0302924	PATRICIA MUNHOZ CERVANTES 72226528172	29.840.933/0001-79	48610.007676/2018-18
GLP/RS0246039	PAULA CELY MOURA 01178573001	28.415.927/0001-01	48610.001620/2018-41
GLP/SP0246040	PETERSON GALVAO SANTOS EPP	07.859.529/0004-57	48610.004644/2018-52
GLP/SC0246041	PETRO POSTO UNIÃO LTDA	79.249.942/0004-00	48610.005220/2018-13
GLP/MG0246042	POSTO ABC PERDOES EIRELI	26.095.327/0001-88	48610.010468/2017-15
GLPSP0302852	PRISCIELLEN FERNANDA BARBOSA DE MELO 39751334810	29.138.577/0001-46	48610.007479/2018-91
GLPAM0302803	R S DA COSTA COMERCIO	29.320.367/0001-74	48610.007416/2018-34
GLPSP0302854	RAFAEL MODESTO DE OLIVEIRA 40869417835	30.007.176/0001-36	48610.007482/2018-12
GLPMS0302742	RAYNE DA SILVA ANDRADE	29.787.359/0001-32	48610.007472/2018-79
GLP/PB0246043	RIVAILDA DO NASCIMENTO LIMA 04884375475	25.974.566/0001-45	48610.000263/2018-02
GLPSC0302883	RONALDO AMARAL SILVA 04650303940	15.747.583/0001-96	48610.007686/2018-45
GLP/RN0246044	SAMELA RAYANE SIQUEIRA DE ARAUJO 10468399429	28.973.161/0001-80	48610.003678/2018-20
GLPMG0302729	SANIA MARTINS BORGES	28.097.325/0001-53	48610.005956/2018-83
GLPMG0302894	SIDONIO DE JESUS SILVA	02.010.654/0002-02	48610.007679/2018-43
GLPBA0302734	SILANDIA NERI DOS SANTOS	29.005.450/0001-59	48610.005937/2018-57
GLP/AM0246045	SILVA E DAMASCENO LTDA - EPP	27.271.301/0001-06	48610.004522/2018-66
GLP/SP0246046	SIMONE CANDIDO DA COSTA 16619108822	28.176.665/0001-70	48610.004083/2018-91
GLP/PI0246047	SOUSA E MARTINS SERVICOS DE LIMPEZA CONSTRUCOES E VENDA DE GAS LTDA	29.447.614/0001-06	48610.004455/2018-80
GLP/MG0246048	STEFANY NAESSA RODRIGUES DE ARAUJO	29.602.027/0001-36	48610.005501/2018-68
GLP/BA0246049	STOCK GAS COMERCIO E SERVCIÇOS DE GAS LTDA - ME	11.820.272/0001-54	48610.007405/2017-73
GLPMG0302740	SUPERMERCADO TECO LTDA	23.814.205/0001-06	48610.006403/2018-48
GLPMG0302935	SUSAN OLIVEIRA DA SILVA	26.951.203/0001-57	48610.007576/2018-83
GLP/RN0246050	T C S VICENTE DISTRIBUIDORA	14.338.728/0001-32	48610.004160/2018-11
GLPRS0302939	TCHE BEBIDAS E EVENTOS LTDA	26.615.648/0001-66	48610.007579/2018-17
GLPPE0302776	THIAGO E JOSIANA RAPIDAO GAS LTDA	03.619.571/0005-20	48610.006146/2018-44
GLP/AP0246051	V C RIBEIRO - ME	03.618.862/0001-70	48610.001025/2018-14
GLPSP0302718	VITOR AMARAL TOLEDO	08.840.736/0002-60	48610.005953/2018-40
GLP/AP0246052	W. L. L. LISBOA LTDA - EPP	02.936.285/0003-64	48610.003700/2018-31
GLP/CE0246053	WILSON ANTONIO O GONÇALVES	22.067.885/0001-89	48610.005153/2018-29

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 35/2018/AM

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Lidiane Colares de Almeida - 880060/14 - A.I. 9/18

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 37/2018/AM

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antonio Jardson Silva de Oliveira - 880068/17
Força Imobiliaria Ltda - 880197/16
mg da Amazonia Ltda - 880195/12
Nilton Domingues de Oliveira - 880035/17
Paulo Roberto Viegas da Costa - 880137/14
Petterson Marques Vidal - 880122/16
Terra & Mar Mineração Ltda Epp - 880509/11

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 98/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.409/2009-XAVIER S. & SILVA LTDA-AIQUARA/BA, IPIAÚ/BA - Guia n° 85/2018-50.000t-Areia-Validade:13/10/2019
871.239/2013-SIGMAGEO PESQUISA MINERAL GEOPROCESSAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA ME-ARACI/BA, TUCANO/BA - Guia n° 89/2018-4.000t-Quartzo-Validade:31/08/2019
872.782/2013-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-IPUPIARA/BA - Guia n° 84/2018-16.000t-Quartzito-Validade:20/03/2019
871.096/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-BOQUIRA/BA, MACAÚBAS/BA - Guia n° 88/2018-16.000t-Quartzito (ornamental)- Validade:05/03/2020
870.198/2016-LM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA EPP-IPUPIARA/BA - Guia n° 77/2018-6.000t-Minério de Mangânes-Validade:14/11/2018
870.959/2016-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-CAETANOS/BA - Guia n° 79/2018-16.000t-Quartzito- Validade:22/06/2019
870.928/2017-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-ITAGUAÇU DA BAHIA/BA - Guia n° 83/2018-16.000t-Quartzito-Validade:11/07/2019

CEZAR CARAM ISSA

870.955/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-ARAÇÁS/BA - Guia n° 80/2018-50.000t-Areia-Validade:11/10/2019
871.638/2017-GRAN MINAS EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA. EPP-MACAÚBAS/BA - Guia n° 82/2018-16.000t-Quartzito- Validade:08/12/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
871.658/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- Área de 899,52ha para 225,48ha-Calcário
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.409/2009-XAVIER S. & SILVA LTDA-Areia
870.451/2013-PEDREIRA AMORIM LTDA.-Gnaisse (Brita)
872.782/2013-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-Quartzito
871.096/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-Quartzito
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
871.390/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME-ALVARÁ N°1336/2016
871.671/2015-MINERACAO EXIDO LTDA ME-ALVARÁ N°16306/2015
872.062/2015-COMPANHIA BRASILEIRA DE BENTONITA LTDA-ALVARÁ N°7768/2016
872.126/2015-MANDURI MINERADORA E AGROPECUÁRIA LTDA.-ALVARÁ N°6051/2016
872.328/2015-ESAMP EMPRESA SANTA MARIA DE PESQUISA MINERAL LTDA-ALVARÁ N°5289/2016
872.777/2015-MGA MARMORES E GRANITOS ALTOÉ LTDA-ALVARÁ N°8431/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

873.053/2015-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°7780/2016
870.155/2016-TRINDADE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA ME-ALVARÁ N°7829/2016
870.985/2016-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°9.015/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
872.681/2013-MINERAX BRASIL MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°5620/2014
872.682/2013-MINERAX BRASIL MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°5621/2014
870.050/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°17252/2015
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
871.131/2001-FONTE D' VIDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS E BEBIDAS LTDA- Fonte Nossa Senhora Aparecida Marca "Fonte d, Vida" Embalagens de 200ml e 20l- CAMAÇARI/BA, DIAS D'ÁVILA/BA
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
871.223/2006-PEDREIRAS IRMÃOS TEIXEIRA INDÚTRIA E COMÉRCIO LTDA.-SÃO FÉLIX DO CORIBE/BA, SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA - Guia n° 86/2018-50.000t-Calcário- Validade:28/03/2020
872.060/2007-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-IBITIARA/BA, SEABRA/BA - Guia n° 90/2018-4.815t-Conglomerado (ornamental ou de revestimento)-Validade:19/07/2019
873.541/2008-GLOBUS MINERAÇÃO COMERCIO LTDA ME-ANGICAL/BA, BARREIRAS/BA, RIACHÃO DAS NEVES/BA - Guia n° 81/2018-36.000t-Areia-Validade:30/06/2020
870.499/2010-MINERAÇÃO ARAUJO LTDA ME-IBITIARA/BA - Guia n° 91/2018-16.000t-Quartzito (brita)-Validade:30/09/2019
872.447/2012-MINERAÇÃO DOIS MIL EIRELI LTDA-CARINHANHA/BA, MALHADA/BA - Guia n° 78/2018-45.000t-Areia (construção civil)- Validade:27/11/2018
871.304/2014-ELIZENEIDE GOMES DA SILVA ME-CAMAÇARI/BA - Guia n° 87/2018-50.000t-Areia-Validade:30/10/2019

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 127/2018/BA

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
872.458/2008-CALBAHIA CALCARIO DA BAHIA MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 23/05/2013, Relação n° 204/2013, Seção , pág. - Onde se lê: "... Aprovo o relatório de pesquisa (3.17),..." Leia-se: "...Aprovo o relatório de pesquisa de Calcário com redução de área em virturde da mesma não estar totalmente mineralizada/inciso I do art.30 C.M., a área fica reduzida de 347,55ha para 49,33ha..."
870.499/2010-MINERAÇÃO ARAUJO LTDA ME - Publicado DOU de 01/03/2016, Relação n° 10/2016, Seção , pág. - Onde se lê:"... Granito...", Leia - se:"... Quartzito..."

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 72/2018/MT

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Britanop Mineração Ltda Epp Cpf/cnpj :10.364.264/0001-88 - Processo minerário: 866702/12 - Processo de cobrança: 966437/18 Valor: R$.11.140,04
Titular: Clóvis Elias Brescovici Cpf/cnpj :03.975.339/0001-00 - Processo minerário: 867231/05 - Processo de cobrança: 966436/18 Valor: R$.16.400,78
Titular: Fernando Cesar de Carvalho me Cpf/cnpj :03.082.047/0001-30 - Processo minerário: 867119/07 - Processo de cobrança: 966472/18 Valor: R$.13.780,60
Titular: Minerpav Mineradora Leverger Ltda Cpf/cnpj :16.786.280/0001-45 - Processo minerário: 867048/10 - Processo de cobrança: 966434/18 Valor: R$.47.753,78
Titular: Pedreira lm Ltda Cpf/cnpj :07.950.724/0001-45 - Processo minerário: 866730/12 - Processo de cobrança: 966473/18 Valor: R$.103.856,94
Titular: sb Pedreira Ltda Cpf/cnpj :22.743.714/0001-22 - Processo minerário: 866696/14 - Processo de cobrança: 966435/18 Valor: R$.73.323,78

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 73/2018/MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Afranio Vilela Torres - 866362/17
Henrique Ocon Kawakami - 866580/16

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 94/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.048/2018-DANIEL DE ALMEIDA TORRES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.406/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1069/2018
868.408/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1069/2018
868.409/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1069/2018
868.060/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1062/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
868.311/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°6180/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.023/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP-OF. N°1035/2018
826.024/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP-OF. N°1041/2018
868.082/2005-WAL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1098/2018
868.301/2007-INTTERPLAN EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°1032/2018
868.218/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°1212/2018
868.219/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°1225/2018
868.333/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1014/2018
868.334/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1010/2018
868.335/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1007/2018
868.336/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1016/2018
868.337/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1019/2018
868.339/2012-MZ MINERADORA LTDA ME-OF. N°1050/2018
868.340/2012-MZ MINERADORA LTDA ME-OF. N°1052/2018
868.341/2012-MZ MINERADORA LTDA ME-OF. N°1063/2018
868.239/2016-HS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1028/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.023/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP-OF. N°1036/2018
826.024/1998-MINERAÇÃO PORTO CAMARGO LTDA EPP-OF. N°1042/2018
868.082/2005-WAL MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°1099/2018
868.219/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°1226/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
960.229/1979-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA- AI N° 787/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
960.229/1979-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°1034/2018 E 1100/2018
866.744/1985-SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S A-OF. N°1068/2018
866.006/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP-OF. N°1067/2018
868.049/2001-ALIMENTOS NATURAIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°814/2018
868.406/2007-CERÂMICA GERALDE LTDA EPP-OF. N°1065/2018
868.037/2008-SILVA, FERREIRA, SILVA & ZAR LTDA ME-OF. N°1074/2018
868.038/2008-CERÂMICA GERALDE LTDA EPP-OF. N°1065/2018
Aceita defesa apresentada(475)
960.229/1979-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 289/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.110/2004-MENDESTON GRANITOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°1691/2018-SFPAM/FISCALIZAÇÃO/SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.232/2005-SEBASTIÃO NEPOMUCENO-OF. N°1657 e 1658/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
830.812/2008-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME-OF. N°1701;1702/2018-Fiscalização DNPM/MG
830.655/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. N°1230/2018-Fiscalização DNPM/MG
Despacho publicado(256)
833.110/2004-MENDESTON GRANITOS COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-1692 e 1693/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
830.812/2008-AREAL SITIO DA PEDRA LTDA - ME-Determina a apresentação de ART (Engenheiro de Minas) conforme ofício nº1703/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
830.655/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental e ART conforme ofício nº1229/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.057/2002-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.
833.953/2008-IM DA SILVA MINERAÇÃO ME
830.658/2009-JAIME COSTA FILHO
831.052/2009-JOSÉ EUSTÁQUIO DA CUNHA
833.476/2010-MINERAÇÃO BARROSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
833.906/2010-MINERAÇÃO ALVARENGA LTDA.
833.235/2012-CICLO METAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
832.999/2013-MINERAÇÃO PIEDADE LTDA. ME
830.330/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.059/2009-MINERADORA TOPÁZIO LTDA ME-AI N°906/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG,Argila Primavera Ltda Me
832.688/2009-MINERAÇÃO SERRA DO ANDAIME LTDA ME-AI N°907/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.061/2010-ITALO CICERO DE ARAUJO FERREIRA-AI N°908/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.516/2010-HERBERT RODRIGUES-AI N°909/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.702/2010-SIDERURGIA SANTO ANTÔNIO LTDA-AI N°910/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
834.715/2010-JOSÉ GARCIA DA SILVA-AI N°911/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.866/2011-JOSÉ BRÁULIO BRITO ME-AI N°912/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.798/2014-NADSON TORRES SARMENTO ME-AI N°913/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.434/2015-PAULO AUGUSTO DA SILVA ME-AI N°914/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
831.547/2003-SAGODI MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1264/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.174/2012-TEIXEIRA & SASSERON LTDA ME-OF. N°1236/2018-DGTM/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
835.847/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ENGENHO DA SERRA LTDA.- Fonte Engenho da Serra - Marca Legítima Fonte Minas Gerais - Embalagem:510 mL, com gás- ITAMONTE/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
001.063/1958-MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL S A-AI N° 631 e 632/2018-DNPM/MG
000.323/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.- AI N° 659;660;661;662;204 e 205;201 e 202;199 e 200;197 e 198;495;496;497;534;535;536 e 537/2018 - DNPM/MG
812.501/1973-MINERAÇÃO DUCAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N° 1R/2018/AnaPro-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.492/1940-NIQUELMINAS S.A.-OF. N°1666/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
001.063/1958-MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL S A-OF. N°1651 e 1652/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
805.074/1968-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°1663/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
831.264/2017-PROSPECTAR CONSULTORIA MINERO AMBIENTAL LTDA ME
831.265/2017-PROSPECTAR CONSULTORIA MINERO AMBIENTAL LTDA ME
831.358/2017-PROSPECTAR CONSULTORIA MINERO AMBIENTAL LTDA ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

830.360/2018-MINERAÇÃO TIÃO DUTRA LTDA ME
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.142/1996-GERALDO AMARO DA SILVA-OF. N°1157/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.554/2003-MINERADORA VALE DAS GARÇAS LTDA.-OF. N°1143/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.400/2004-AREIA SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.ME-OF. N°1147/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.688/2006-CORREA E MATIAS LTDA-OF. N°1159/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
834.605/2007-VALDENIR FREITAS ALVES ME-OF. N°1132/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.710/2009-CONSTRUTORA SCALZO CARDOSO LTDA-OF. N°1351 e 1161/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
834.622/2010-CERAMICA MOREIRA JUNIOR LTDA-OF. N°1142/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.820/2012-MARIO LUCIO RESENDE OLIVEIRA LOCACOES DE MAQ E EQUIP EPP-OF. N°1138/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
833.219/2013-CARLOS ROBERTO GONTIJO - ME-OF. N°1141/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
833.273/2013-PEDREIRA MARQUES LTDA ME-OF. N°1160/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.601/2015-ALDO MESSIAS PINTO-OF. N°1139/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
830.954/2013-MINERAÇÃO DE AREIA LAMBARI LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
831.576/2016-CERÂMICA NOSSA SENHOR DE FÁTIMA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.035/2014-LOPES E MARQUES COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°1148/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.318/2017-ELENICE MARIA DE SOUZA-OF. N°1149/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.499/2017-CONSTRUTORA J. MAIA LTDA-OF. N°1153/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.682/2017-MAGNO LAVORATO-OF. N°1155/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
834.753/2011-DANIELA PEREIRA SILVA ARAUJO
831.574/2017-WILSON PINTO NIQUINI
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
831.531/2009-ODAERCIO FERREIRA DIAS
830.828/2015-SPLENDOUR MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 290/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.091/2000-MINERAÇÃO VALE DO JACARE LTDA-OF. N°86/2018-CESD/SUPRIN/ DNPM/MG-LAC;Veneza Mineração e Pesquisa Minerais Ltda
831.486/2014-CERÂMICA CRUZADO LTDA-OF. N°85/2018-CESD/SUPRIN/ DNPM/MG-LAC;Indústria Cerâmica Colina Ltda
833.483/2014-ALUÍSIO PINHEIRO VENTURELLI-OF. N°83/2018-CESD/SUPRIN/ DNPM/MG-LAC;Ludgério Ferreira de Sousa FI
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.123/2001-NESTLE WATERS BRASIL BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA- Cessionário:ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA- CPF ou CNPJ 09.285.874/0001-07- Alvará n°7212/2002
833.144/2005-RONALDO PESSANHA-Cessionário:MINERAÇÃO CASTELO BRANCO MONTE SIÃO LTDA EPP- CPF ou CNPJ 26.164.589/0001-57- Alvará n°10.135/2006
832.586/2010-FRANCISCO DE LUCCA JUNIOR-Cessionário:MORRO DE PEDRO EXTRACAO MINERAL E MADEIRA LTDA EPP- CPF ou CNPJ 27.729.609/0001-52- Alvará n°16809/2010
830.662/2012-JOÃO ALEXANDRE CARNEIRO-Cessionário:ARTUR COUTO OLIVEIRA SANTOS- CPF ou CNPJ 702.400.606-44- Alvará n°6510/2015
832.194/2012-HUGO DA SILVA- Cessionário:MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- CPF ou CNPJ 83.471.722/0001-51- Alvará n°835/2013
834.043/2012-GOLD MINERAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS,PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 02.693.593/0001-44- Alvará n°10823/2015
831.701/2013-MÁRIO BATISTA CARDOSO-Cessionário:MSA MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA- CPF ou CNPJ 29.850.019/0001-09- Alvará n°9816/2014
830.980/2014-LUIZ GONZAGA DOS SANTOS-Cessionário:COMERCIAL E TRANSPORTE MIRANDA E SANTOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.386.640/0001-00- Alvará n°2936/2015
831.502/2014-MINERAÇÃO TRÊS PONTÕES LTDA ME.- Cessionário:GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME- CPF ou CNPJ 00.334.445/0001-08- Alvará n°14876/2015
832.525/2014-LUIZ GONZAGA DOS SANTOS-Cessionário:COMERCIAL E TRANSPORTE MIRANDA E SANTOS LTDA ME- CPF ou CNPJ 19.386.640/0001-00- Alvará n°536/2015
832.073/2016-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Cessionário:CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 24.339.646/0001-66- Alvará n°5580/2017
832.074/2016-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Cessionário:CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 24.339.646/0001-66- Alvará n°5581/2017
832.075/2016-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Cessionário:CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 24.339.646/0001-66- Alvará n°5582/2017
832.076/2016-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Cessionário:CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 24.339.646/0001-66- Alvará n°7916/2017
832.077/2016-PEDREIRAS DO BRASIL S A-Cessionário:CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 24.339.646/0001-66- Alvará n°5583/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.509/2013-MAGNO AUGUSTO DA SILVEIRA-Cessionário:ASM TOPOGRAFIA E CONSULTORIA AMBIENTAL- CPF ou CNPJ 12.927.127/0001-30- Alvará n°8930/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
834.754/2011-FRANCISCO CARLOS PEREIRA-OF. N°84/2018-CESD/SUPRIN/ DNPM/MG-LAC;Francisco Carlos Pereira & Cia Ltda ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
831.027/1980-MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.- n° 2486/1993 - Cessionário: ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.- CNPJ 18.565.382/0001-66
830.086/1991-SÉRGIO COCONNI RIBEIRO- n° 2486/1993 - Cessionário: FAUSTO RIBEIRO E CIA LTDA- CNPJ 04.207.893/0001-00
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
830.993/2010-SEQUENZIA GIUSEPPE-Cessionário:HUMBERTO RIZZO DE ANDRADE- CNPJ 759.609.906-87- PLG n°004/2012
830.994/2010-SEQUENZIA GIUSEPPE-Cessionário:HUMBERTO RIZZO DE ANDRADE- CNPJ 759.609.906-87- PLG n°005/2012
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
831.246/2000-AREAL SÃO CRISTOVÃO LTDA-Cessionário:AREAL SANTA RITA LTDA- CNPJ 71.430.177/0001-76- Registro de Licença N° 1462/2000- Vencimento da Licença: Indeterminado

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 291/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.352/2010-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°113/2018-ERPC-Superintendência DNPM/MG
833.327/2010-AREIAS DO VALE LTDA ME-OF. N°121/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
830.003/2011-MINERAÇÃO PARAOPEBA LTDA-OF. N°1104/2018-Fiscalização DNPM/MG
832.324/2014-CSM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°118/2018-Fiscalização/ 3ºDS/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 292/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.198/2001-AGUEDA DUARTE-MARTINHO CAMPOS/MG, PITANGUI/MG - Guia n° 65/2018-18.000 Toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:10/05/2020 ou PL
832.001/2002-MINERAÇÃO ROCHA VIVA EIRELI EPP-CONSELHEIRO PENA/MG - Guia n° 98/2018-12.000 Toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:18/01/2022 ou PL
833.956/2012-CAMPOS MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-MALACACHETA/MG - Guia n° 124/2018-6.288,0 Toneladas/ano-Gnaisse (revestimento)- Validade:27/02/2022 ou PL
832.759/2013-SANTA ELIZA COMERCIO E EXRAÇÃO DE AREIA LTDA-MARAVILHAS/MG, PEQUI/MG - Guia n° 113/2018-16.000 Toneladas/ano-Granito- Validade:14/04/2022
830.442/2014-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-CONSELHEIRO PENA/MG, RESPLENDOR/MG - Guia n° 89/2018-2.397 Toneladas/ano-Granito (revestimento)- Validade:27/02/2022 ou PL
830.619/2014-CARLOS PAULO MACHADO ME-FRUTAL/MG - Guia n° 99/2018-8.500 Toneladas/ano-Cascalho (agregado)- Validade:21/10/2020
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.050/1988-SUAÇUÍ MINERAÇÃO LTDA.-ÁGUA BOA/MG, SÃO JOSÉ DA SAFIRA/MG - Guia n° 140/2018;141/2018 e 142/2018-3.120 Toneladas/ano;1.000kg/ano ou 1 Tonelada/ano;1,2 kg/ano ou 1.200 g/ano-Feldspato ;Turmalina (coleção/decorativa);Turmalina (gema)- Validade:07/02/2022 ou PL
831.677/1990-COBRE SUL MINERAÇÃO LTDA-COROMANDEL/MG, PATOS DE MINAS/MG - Guia n° 110/2018-540 ct/ano-Diamante (beneficiado)- Validade:30/01/2022
831.488/2004-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-ANDRADAS/MG - Guia n° 148/2018-20.000 Toneladas/ano-Bauxita- Validade:22/02/2022 ou PL
830.340/2005-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-PIRANGA/MG - Guia n° 144/2018-20.000 Toneladas/ano-Esteatito- Validade:20/12/2018 (vencimento do T.A.C.)
830.386/2005-SÃO GONÇALO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-CAPARAÓ/MG, ESPERA FELIZ/MG - Guia n° 147/2018-8.000 Toneladas/ano-Granito- Validade:07/02/2022
830.223/2010-ALVASIL ALYSSON VALLADARES DA SILVA LTDA ME-SETE LAGOAS/MG - Guia n° 139/2018-10.000 Toneladas/ano (bruta)-Calcário- Validade:24/07/2021 ou PL
832.745/2011-WEDSON SCHERRER DE CARVALHO JUNIOR EIRELI ME-GOVERNADOR VALADARES/MG - Guia n° 84/2018-24.000Toneladas/ano-Areia (construção civil)- Validade:07/03/2022 ou PL
830.535/2013-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.-DOURADOQUARA/MG, MONTE CARMELO/MG - Guia n° 102/2018-10.000 Toneladas/ano-Areia (agregado)- Validade:22/08/2021

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 293/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.341/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA- Área de 336,98 ha para 163,75 ha-Minério de Alumínio e Granito
832.306/2011-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.- Área de HOLCIM (BRASIL) S/A - 951,78 ha para 58,34 ha-Calcário
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
833.983/2006-GRANBLACK COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-Granito (ornamental)
833.315/2013-DANIEL DONATO NUNES-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 294/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.988/2017-MARCOS EUGÊNIO TERRA MACHADO-OF. N°1660/2018-Fiscalização DNPM/MG
Despacho publicado(256)
830.988/2017-MARCOS EUGENIO TERRA MACHADO-Determina a apresentação de licença ambiental (Licença Ambiental - Areia) e ART do responsável pelos trabalhos de lavra conforme ofício nº1659/2018 - Fiscalização/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.031/2001-COSENTINO LATINA LTDA.-OF. N°125/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
830.454/2003-VÉRITAS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°126 e 127/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
831.714/2003-GRANITOS VALE DO JEQUITINHONHA EIRELI-OF. N°130/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
830.357/2016-ITAPORÉ MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°129 e 131/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 295/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.665/2009-EDILSON CORRÊA MARIANI-AI N°946/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

832.563/2009-PORTO DE AREIA SANTA RITA DE CASSIA LTDA.-AI N°948/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
830.625/2013-DRAGA IRMÃOS CALEARE LTDA.-AI N°947/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 300/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.653/2013-GALILEIA GRANITOS LTDA-OF. N°119 e 132/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
831.382/2003-DILU HOLDING LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental, conforme ofício nº1312/2018 - DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.364/1988-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-OF. N°1361/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.864/1992-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°1262/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.301/1992-APARECIDA DE OLIVEIRA PAULA NUNES-OF. N°1281/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG e Ferreira Calcário Ltda (cessionário)
830.520/1998-RAVAGLIA MÁRMORES E GRANITOS LTDA EPP-OF. N°1261/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.245/1999-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°119/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG
831.797/2003-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°1401/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.933/2007-MÁRMORES E GRANITOS TEIXEIRA LTDA-OF. N°1341/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.864/1992-NACIONAL DE GRAFITE LTDA-OF. N°1263/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.245/1999-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°118/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG
831.382/2003-DILU HOLDING LTDA-OF. N°1311/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.971/2014-MINERAÇÃO ANGULAR LTDA.-OF. N°1362/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.890/1953-VALE S A-OF. N°1406/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
043.306/1956-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1405/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.985/2002-GÉRSON VIEIRA-OF. N°1350/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
833.079/2003-PMC ARTEFATOS DE CIMENTO DE SÃO VICENTE DE MINAS LTDA.- M.E.-OF. N°1227/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.288/2005-AREAL LOBO LTDA - ME-OF. N°1251/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.932/2008-COMERCIAL DE AREIAS GABRANT LTDA ME-OF. N°1268/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.968/2009-AREIA E ARGILA SILVA LTDA ME-OF. N°1197/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.161/2010-PMZ AUTOMÓVEIS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA.-OF. N°1241/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
833.001/2010-JOSE CARDOSO PEREIRA ME-OF. N°1229/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.850/2011-CERÂMICA SÃO JORGE LTDA-OF. N°1164/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
830.997/2012-COMERCIAL REHFED LTDA-OF. N°1158/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.259/1989-CONSTRUTORA BELCON LTDA ME-Registro de Licença N° 755/1989 - Vencimento em 16/02/2021
830.921/1998-MINERAÇÃO MONTREAL LTDA- Registro de Licença N° 1091/1999 - Vencimento em 26/03/2044
830.985/2002-GÉRSON VIEIRA- Registro de Licença N° 2170/2003 - Vencimento em Indeterminado
830.807/2003-ANTONIO RODRIGUES FERREIRA ME-Registro de Licença N° 2365/2004 - Vencimento em 26/01/2023
831.882/2003-DRAGA HIPOLITO LTDA ME- Registro de Licença N° 2302/2003 - Vencimento em 11/12/2021
832.333/2003-AREEIRA MOREIRA & MOREIRA LTDA.-Registro de Licença N° 3073/2007 - Vencimento em 22/01/2023
833.079/2003-PMC ARTEFATOS DE CIMENTO DE SÃO VICENTE DE MINAS LTDA.- M.E.- Registro de Licença N° 2418/2004 - Vencimento em 08/03/2028
831.288/2005-AREAL LOBO LTDA - ME- Registro de Licença N° 2730/2005 - Vencimento em 11/01/2020
830.966/2006-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA CAMPOS DE BARROSO LTDA.- Registro de Licença N° 2930/2006 - Vencimento em 12/12/2022
831.372/2006-CERÂMICA CRUZADO LTDA- Registro de Licença N° 2980/2006 - Vencimento em 07/12/2019
834.164/2006-CERÂMICA MECASA LTDA- Registro de Licença N° 3027/2007 - Vencimento em 17/01/2020
834.256/2006-CERÂMICA MECASA LTDA- Registro de Licença N° 3314/2008 - Vencimento em 17/01/2020
830.895/2007-AREAL CANTA GALO LTDA ME- Registro de Licença N° 3236/2007 - Vencimento em 18/01/2022
831.932/2008-COMERCIAL DE AREIAS GABRANT LTDA ME- Registro de Licença N° 3404/2009 - Vencimento em 05/02/2021
830.968/2009-AREIA E ARGILA SILVA LTDA ME-Registro de Licença N° 3959/2013 - Vencimento em 21/12/2020
830.161/2010-PMZ AUTOMÓVEIS COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 3453/2010 - Vencimento em 31/12/2018
833.001/2010-JOSE CARDOSO PEREIRA ME- Registro de Licença N° 3695/2011 - Vencimento em 30/05/2019
831.946/2011-INDÚSTRIA CERÂMICA MINAS LTDA - EPP- Registro de Licença N° 4365/2015 - Vencimento em 11/01/2020
830.925/2013-CICLO METAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Registro de Licença N° 4633/2016 - Vencimento em Indeterminado
830.047/2014-CONSTRUTORA VIGAMA LTDA EPP-Registro de Licença N° 4215/2014 - Vencimento em 07/03/2021
830.610/2014-ALPE EMPREENDIMENTOS LTDA. ME-Registro de Licença N° 4585/2015 - Vencimento em 31/12/2018
830.318/2015-FLAVIO DO CARMO HELENO- Registro de Licença N° 4924/2017 - Vencimento em Indeterminado
830.891/2016-SILVANIO ANTONIO FERNANDES ME-Registro de Licença N° 4895/2017 - Vencimento em 04/03/2019
831.040/2016-MINERAÇÃO PIEDADE LTDA. ME-Registro de Licença N° 4861/2017 - Vencimento em 14/11/2019
831.403/2016-CASCALHEIRA ESTIVINHA LTDA ME-Registro de Licença N° 4917/2017 - Vencimento em 16/01/2020
832.388/2016-CONSTRUTORA TRIUNFO SA- Registro de Licença N° 4838/2017 - Vencimento em 07/02/2021
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
832.393/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
832.393/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.033/2016-ARAUJO & BORBA MINERADORA LTDA ME-OF. N°889/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
832.024/2016-MINERADORA TOPÁZIO LTDA ME-OF. N°1145/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG- João Luiz Gonçalves Paulino (responsável técnico)
831.333/2017-VS CONSTRUTORA CIVIL EIRELLI-OF. N°1154/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.490/2017-GRANJAS GOIANAS LTDA-OF. N°1144/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.495/2017-TRANSPORTE E MINERAÇÃO QUARTZO DE MINAS LTDA ME-OF. N°1150/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
831.516/2017-JUSCELINO TEIXEIRA DE SOUZA-OF. N°1029/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
831.488/2017-MARCELIO HOMEM CAMPOS ME-OF. N°1152/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 301/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
832.070/2012-ILZA HELENA DE SIQUEIRA SENE ME
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
830.475/2008-COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS GARIMPEIROS-COOPEMG
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
832.325/2005-FLORÁLIA TRANSPORTES LTDA
830.735/2013-JOSÉ MARCOS PEREIRA FERREIRA
831.179/2013-ROBERTO PORTO RABELO
832.986/2015-ADÃO JOSÉ FERREIRA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.846/2004-MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO DE AREIA ZOZÓ LTDA ME
832.773/2010-JOSÉ PAULO BORGES ME
830.438/2015-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LAMBARI LTDA ME
833.035/2015-DRAGAGEM SÃO FRANCISCO LTDA ME
831.400/2016-ILZA HELENA DE SIQUEIRA SENE ME
830.682/2017-OLARIA MINAS LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 302/2018/MG

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
833.208/2013-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA-Registro de Licença N° 4168/2014-Onde se lê:"...Areia ..." Leia-se:"...Areia e Argila ..."
831.759/2016-THIAGO SANTANA MAIA ME- Registro de Licença N° 4833/2017-Onde se lê:"...Thiago Santana Maia ..." Leia-se:"...Thiago Santana Maia - ME ..."
Torna sem efeito exigência(766)
832.393/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°854/2015-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG-DOU de 12/05/2015.

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 303/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.042/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF. N°1175/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.954/1979-MINERAÇÃO TAPEREBÁ S A-OF. N°117/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.094/2017-EDELIO DOS SANTOS-OF. N°1185/2018-DGTM/SUPRIN/ DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
830.033/2014-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 82/2018/RO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa - 886195/17 - Not.339/2018 - R$ 1.914,40
Claudiney Rocha Finotti - 886084/16 - Not.331/2018 - R$ 1.440,15
Ivo Candido Batista - 886148/16 - Not.337/2018 - R$ 1.605,71
Julio Cesar Caro Villagra - 886270/16 - Not.345/2018 - R$ 7.319,41
Navegação Ana Carolina - 886429/13 - Not.341/2018 - R$ 27.421,72
Nilton da Silva Ferreira - 886102/16 - Not.347/2018 - R$ 172,65
Valdir Alves Pereira - 886144/17 - Not.335/2018 - R$ 0,00
Victor Marcello - 886509/14 - Not.343/2018 - R$ 0,00
Wos Express a e m Import Export e Pericia Ltda - 886045/17 - Not.333/2018 - R$ 32.829,85

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 83/2018/RO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Carlos Eduardo de Oliveira Barbosa - 886195/17 - Not.340/2018 - R$ 3.688,54
Claudiney Rocha Finotti - 886084/16 - Not.332/2018 - R$ 3.908,49
Ivo Candido Batista - 886148/16 - Not.338/2018 - R$ 3.688,54
Julio Cesar Caro Villagra - 886270/16 - Not.346/2018 - R$ 3.688,54
Navegação Ana Carolina - 886429/13 - Not.342/2018 - R$ 7.377,10
Nilton da Silva Ferreira - 886102/16 - Not.348/2018 - R$ 3.908,49
Valdir Alves Pereira - 886144/17 - Not.336/2018 - R$ 0,00
Victor Marcello - 886509/14 - Not.344/2018 - R$ 0,00
Wos Express a e m Import Export e Pericia Ltda - 886045/17 - Not.334/2018 - R$ 3.908,49

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 84/2018/RO

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Agua Mineral Lind Água Ltda - 880087/85 - Not.330/2018 - R$ 3.518,25

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 112/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.715/2017-AGNALDO CELESTINO DE SOUZA JÚNIOR
815.164/2018-ARMÓDIO DIAS ME
815.330/2018-EVERTON FRANCISCO BALDISSERA
815.334/2018-AREAL PRATA LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.319/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA FANTONI LTDA-OF. N°1976/2018
815.320/2018-TERRAPLENAGEM DUMKE LTDA-OF. N°1976/2018
815.321/2018-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°1971/2018
815.322/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHRAMM LTDA-OF. N°1975/2018
815.323/2018-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°1972/2018
815.331/2018-EVERTON FRANCISCO BALDISSERA-OF. N°1974/2018
815.362/2018-MINÉRIOS AZAMBUJA LTDA-OF. N°1959/2018
815.371/2018-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°1979/2018
815.372/2018-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°1973
815.373/2018-TRANSPORTADORA SÃO ROQUE LTDA-OF. N°1978/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.434/2015-HUNDT & HUNDT LTDA ME- Área de 49,48 ha para 25,55 ha-Saibro e Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.719/2006-PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA-OF. N°1953/2018
815.059/2010-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°1947/2018
815.991/2010-LOTTI MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE EXTRAÇAO MINERAL EIRELI EPP-OF. N°1956/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.280/2011-VALDECIR MARCOS REBELATTO ME-DIONÍSIO CERQUEIRA/SC - Guia n° 63/2018-16.000toneladas/ano-Basalto (pedra de talhe)- Validade:13/07/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.701/2010-A.J.E TERRAPLANAGEM LTDA ME-OF. N°1955/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.097/1991-ÁGUAS MINERAIS CAROLINA LTDA ME- AI N° 146/2018 e 147/2018
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
815.097/1991-ÁGUAS MINERAIS CAROLINA LTDA ME- AI Nº 537/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
813.836/1968-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1945/2018
813.836/1968-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1945/2018
818.787/1970-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1945/2018
815.097/1991-ÁGUAS MINERAIS CAROLINA LTDA ME-OF. N°2007/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
813.836/1968-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1943/2018
812.675/1969-MINERAÇÃO FLORESTA LTDA.-OF. N°1948/2018
818.787/1970-INCEPA REVESTIMENTOS CERÃMICOS LTDA-OF. N°1943/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
815.388/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
815.587/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES- Registro de Extração N°74/2018 de 16/07/2018
815.135/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA-Registro de Extração N°71/2018 de 16/07/2018
815.262/2018-MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL- Registro de Extração N°67/2018 de 16/07/2018
815.263/2018-MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL- Registro de Extração N°16/2018 de 16/07/2018
815.264/2018-MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL- Registro de Extração N°69/2018 de 16/07/2018
815.265/2018-MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL- Registro de Extração N°70/2018 de 16/07/2018
815.305/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA- Registro de Extração N°75/2018 de 16/07/2018
815.347/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS ALVES- Registro de Extração N°73/2018 de 16/07/2018
815.349/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA- Registro de Extração N°72/2018 de 16/07/2018

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 75/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
820.779/2017-BELATERRA AGROPECUARIA LTDA
820.818/2017-V8 EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME
820.841/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
820.842/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
820.843/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
820.844/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
820.845/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
820.846/2017-AMANDA VILLANI BORGES
820.882/2017-CERÂMICA CIRINEU LTDA EPP
820.002/2018-ROQUE YURI TANDEL ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
821.399/2014-SOLANGE PONZO DE MENEZES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.220/2006-SALZEDAS & HUNGARO LTDA-Cessionário:MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PANORAMA ME- CPF ou CNPJ 04.321.767/0001-73- Alvará n°267/2012
820.488/2016-LUCIANO BENEDITO QUALIO ME-Cessionário:FRAGA RIZZO & CIA. LTDA- CPF ou CNPJ 45.228.053/0001-00- Alvará n°4.193/2018
820.556/2016-JOSÉ SANTANA FILHO-Cessionário:ÉRICA CRISTINA RAMIRO SANTANA- CPF ou CNPJ 297.804.718-63- Alvará n°4.194/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
813.944/1974-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A-OF. N°190/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
814.271/1974-VITERBO MACHADO LUZ-FI-OF. N°193/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
801.522/1975-VIRGILIO CALEGARI- FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°197/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
806.423/1975-MINERAÇÃO SERRA DA GRAÚNA LTDA.-OF. N°239/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
802.800/1978-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°276/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.446/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-OF. N°284/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.447/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-OF. N°285/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.448/2008-PORTO DE AREIA JAUZINHO LTDA.-OF. N°286/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.866/2009-MINERADORA SÃO JULIÃO LTDA-OF. N°311/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.867/2009-MINERADORA SÃO JULIÃO LTDA-OF. N°311/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.014/2010-PORTO SÃO LOURENÇO LTDA-OF. N°301/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.014/2010-PORTO SÃO LOURENÇO LTDA-OF. N°301/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.014/2010-PORTO SÃO LOURENÇO LTDA-OF. N°296/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.895/2011-GILBERTO FRANCISCO RENATO ALLARD CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO ME-OF. N°298/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.295/2012-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°291/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.295/2012-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°289/18-SAP/DTM/DNPM/SP
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
813.944/1974-ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S A-OF. N°191/2018-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
814.271/1974-VITERBO MACHADO LUZ-FI-OF. N°192/2018-SAP/DTM/DNPM/SP-180 dias
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)
820.331/1978-MINERAÇÃO AMILCAR MARTINS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
808.408/1974-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°189/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
806.423/1975-MINERAÇÃO SERRA DA GRAÚNA LTDA.-OF. N°240/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
802.800/1978-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°277/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.543/2000-MINERAÇÃO ORIÇANGA LTDA.-OF. N°198/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.072/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS-OF. N°308/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.389/2004-EVENTOS SERRA DOURADA LTDA ME-OF. N°288/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
820.548/2009-CERÂMICA FORMIGARI LTDA EPP-OF. N°287/2018-SAP/DTM/DNPM/SP
821.014/2010-PORTO SÃO LOURENÇO LTDA-OF. N°295/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.895/2011-GILBERTO FRANCISCO RENATO ALLARD CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO ME-OF. N°297/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.559/2012-COMÉRCIO DE AREIA COSER LTDA-OF. N°299/18-SAP/DTM/DNPM/SP
821.295/2012-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°290/18-SAP/DTM/DNPM/SP
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
820.399/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINHAS PAULISTA-OF. N°644/2018-DTM/DNPM/SP
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
820.379/2017-MUNICÍPIO DE TARUMÃ- Registro de Extração N°45/2018 de 04/07/2018
820.837/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORINEA- Registro de Extração N°46/2018 de 04/07/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.354/2015-MARCELO MIROTTI ROSA-OF. N°278/18-SAP/DTM/DNPM/SP
820.615/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°611/2018-DTM/DNPM/SP
820.622/2017-SANTO AGOSTINHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA.-OF. N°610/2018-DTM/DNPM/SP
820.633/2017-TPB TERMINAL PORTUÁRIO BRITES LTDA-OF. N°609/2018-DTM/DNPM/SP
820.639/2017-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°607/2018-DTM/DNPM/SP
820.645/2017-MIL ONIBUS MAIS DUNAS LTDA-OF. N°618/2018-DTM/DNPM/SP
820.650/2017-MARCIO LOUCATELLI-OF. N°615/2018-DTM/DNPM/SP
820.651/2017-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°614/2018-DTM/DNPM/SP
820.653/2017-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°612/2018-DTM/DNPM/SP
820.665/2017-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°605/2018-DTM/DNPM/SP
820.685/2017-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA-OF. N°604/2018-DTM/DNPM/SP
820.687/2017-ISABELA REZENDE NOGUEIRA DE BARROS-OF. N°603/2018-DTM/DNPM/SP
820.689/2017-FRANCISCO ESTRELLA RUIZ & CIA LTDA. EPP-OF. N°601/2018-DTM/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Esporte

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JULHO DE 2018

A Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, fundamentado na Portaria nº 438, de 09 de maio de 2018, fundamentado na Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000; do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; do Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013; do Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 e da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; em atenção ao Edital de Chamamento Público SNELIS nº 3/2018, Publicado no Diário Oficial da União - DOU, nº 110 de 11 de junho de 2018, seção 03, resolve:

Art. 1º Tornar pública a homologação do resultado final do Edital de Chamada Pública nº 3/2018, correspondente À SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTA QUE RECEBERÁ SUPORTE FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR POR INTERMÉDIO DA ORGANIZAÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA E VIABILIZAR SUA PARTICIPAÇÃO NO XXIV JOGOS SULAMERICANOS ESCOLARES, EXERCÍCIO DE 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2018

CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA	ENTIDADE	NOTA
1º	056563/2018	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR - CBDE	58

ANDRÉA BARBOSA ANDRADE DE FARIA

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 296, DE 25 DE JULHO DE 2018

Define o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF de 2019, do Serviço Florestal Brasileiro-SFB

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, resolve:

Art. 1º Fica definido o Plano Anual de Outorga Florestal - Paof de 2019, conforme cópia anexa ao Processo nº 02209.000151/2018-94, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MMA, e disponível no endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, na Rede Mundial de Computadores - Internet <www.florestal.gov.br>

Parágrafo único. O Serviço Florestal Brasileiro publicará no Diário Oficial da União o resumo executivo do Paof de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 2.101, DE 23 DE JUNHO DE 2018

Delega competência ao Diretor de Planejamento, Administração e Logística e dá outras providências

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e tendo em vista o disposto no artigo 6º da Estrutura Regimental do Ibama, aprovada pelo Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017, e o artigo 130 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 14, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 11 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

CONSIDERANDO o previsto nos artigos 12 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 02001.008414/2018-30, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Planejamento, Administração e Logística e, nos seus impedimentos e afastamentos, ao seu substituo legal, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, praticar atos referentes à gestão orçamentária, financeira e administrativa, necessária à execução das atividades inerentes a serviços gerais, informações e informática, modernização administrativa e recursos humanos.

Parágrafo Único. Não se inclui nas competências delegadas a prática de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva do Presidente do Ibama.

Art. 2º Fica autorizada a subdelegação das competências referidas no art. 1º aos Coordenadores Gerais, vinculados a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística, mediante manifestação prévia do Presidente.

Art. 3º A presente portaria deverá ser referida nos atos de delegação de competência com base nela praticados.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1285, de 09 de maio de 2018.

Parágrafo único. Convalidar os atos praticados pelos Coordenadores Gerais de Administração e de Gestão de Pessoas, no período de 10 de maio de 2018 até a data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 25 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para o provimento de 500 (quinhentos) cargos, de nível superior, de Policial Rodoviário Federal do quadro de pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Art. 2º O provimento dos cargos a que se refere o art. 1º dependerá de prévia autorização do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e está condicionado:

I - à existência de vagas na data de publicação do edital de abertura das inscrições para o concurso público; e

II - à declaração do ordenador de despesa responsável, quando do provimento dos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela realização do concurso público será do Ministro da Segurança Pública, a quem caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 4º O prazo para a publicação do edital de abertura do concurso público será de até 6 (seis) meses, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 7.504, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre maio/junho de 2018, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 3º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2018 foi aprovado pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 03.01.2018, no valor global de R$ 68.809.297.837,00 (sessenta e oito bilhões, oitocentos e nove milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 240 projetos e 267 atividades, distribuídos em 86 empresas estatais federais.

2. O Orçamento de Investimento teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura de créditos, transposições, incorporações e suplementações de créditos, no decorrer do exercício, no montante de R$ 32.837.845.606,00 (trinta e dois bilhões, oitocentos e trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e seis reais). Desse movimento, resultou uma Dotação Autorizada no montante de R$ 101.647.143.443,00 (cento e um bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais). O número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento manteve-se em 86, sendo 80 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

3. As 86 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- 6, no setor financeiro e de seguros;
- 3, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- 40, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- 16, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- 7, no setor de administração portuária;
- 1, no setor de serviços postais;
- 1, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- 3, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, projetos navais e hemoderivados;
- 7, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;
- 1, no setor de pesquisa e desenvolvimento de energia; e
- 1, no setor de comunicações.

4. Na Tabela 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R$ 101.647.143.443,00 (cento e um bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, cento e quarenta e três mil e quatrocentos e quarenta e três reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2018 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 240 projetos e 267 atividades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 3º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos Suplementação	Créditos Cancelamento	Movimento Líquido
Dotação Inicial (Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018)			R$ 68.809.297.837,00
Decreto 9352 de 23.04.2018 (Reabertura de Crédito Especial DEST)	162.000.000	0	162.000.000
Banco do Brasil S.A. - BB	162.000.000	0	162.000.000
Portaria DEST 3764 de 05.04.2018 (Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação)	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Portaria/Ato/Resolução 77 de 10.04.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	133.763.099	133.763.099	0
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	9.573.099	9.573.099	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	124.190.000	124.190.000	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Suplementação de subtítulos de projetos ou atividades até o limite de 30% do respectivo valor constante da Lei nº 13.587 de 02 de janeiro de 2018 (LOA-2018).)	614.369	614.369	0
Banco da Amazônia S.A. - BASA	510.915	510.915	0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	103.454	103.454	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (A Suplementação/Cancelamento de dotações orçamentárias de subtítulos de projetos, atividade integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa, não se aplica a restrição dos 30% do respectivo valor constante da LOA-2018.)	31.905.000	31.905.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	31.905.000	31.905.000	0
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-2014 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	32.669.514.245	6.814.245	32.662.700.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	6.814.245	6.814.245	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	32.662.700.000	0	32.662.700.000
Portaria/Ato/Resolução P187 de 28.06.2018 (Adequação do Orçamento de Investimentos ao Orçamento Fiscal e da Seguridade)	13.145.606	0	13.145.606
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	10.120.242	0	10.120.242
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	3.025.364	0	3.025.364
Resumo dos Créditos	34.557.283.319	1.719.437.713	32.837.845.606
Dotação Total Autorizada			R$ 101.647.143.443,00

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018 (Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

6. Até o terceiro bimestre de 2018, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 27.870.927.661,00 (vinte e sete bilhões, oitocentos e setenta milhões, novecentos e vinte e sete mil e seiscentos e seis reais) equivalentes a 27,4% da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

7. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2018 e os valores já realizados no período de janeiro a junho deste ano.

TABELA 02 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	59.042.773	13.890	342.803	0,6
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.048.651.050	82.418.608	206.078.525	19,7
Ministério da Fazenda	6.495.256.135	421.346.958	1.128.807.296	17,4
Ministério de Minas e Energia	92.570.674.324	7.269.427.959	26.309.101.233	28,4
Ministério da Saúde	329.590.154	1.638.734	5.749.763	1,7
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.025.537.750	88.139.710	211.978.504	20,7
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111.709.615	1.347.200	7.060.760	6,3
Ministério da Defesa	6.681.642	803.684	1.808.777	27,1
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	27,4

Fontes de financiamento dos investimentos

8. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 03 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/tc)
Recursos Próprios	97.087.018.454	7.422.525.811	94,4	27.092.532.703	97,2
Geração Própria	97.087.018.454	7.422.525.811	94,4	27.092.532.703	97,2
Recursos Para Aumento Do Patrimônio Líquido	1.457.830.968	179.502.704	2,3	393.402.827	1,4
Controladora	397.253.722	46.103.335	0,6	50.234.619	0,2
Tesouro	1.060.577.246	133.399.369	1,7	343.168.208	1,2
Direto	650.832.413	87.396.565	1,1	190.276.846	0,7
Saldos de Exercícios Anteriores	409.744.833	46.002.804	0,6	152.891.362	0,5
Operações De Crédito De Longo Prazo	2.536.383.092	240.432.408	3,1	335.789.658	1,2
Internas	2.536.383.092	240.432.408	3,1	335.789.658	1,2
Outros Recursos De Longo Prazo	565.910.929	22.675.820	0,3	49.202.473	0,2
Controladora	565.910.929	22.675.820	0,3	49.202.473	0,2
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	100,0	27.870.927.661	100,0

9. Dos gastos realizados com investimentos em 2018, parcela equivalente a 97,2% do total realizado foi financiada com recursos de Geração Própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 95,5%.

Despesa por Funções e Subfunções

10. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

11. As tabelas 04 e 05 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no terceiro bimestre de 2018 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 04 - Execução OI - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Agricultura	59.042.773	13.890	342.803	0,6
Saúde	329.590.154	1.638.734	5.749.763	1,7
Indústria	76.635.172	2.657.132	9.087.874	11,9
Comércio e Serviços	6.416.763.628	412.663.792	1.074.006.448	16,7
Transporte	1.046.705.750	88.261.784	212.358.076	20,3
Comunicações	961.618.000	82.197.063	205.129.740	21,3
Previdência Social	200.000.000	7.580.141	53.678.903	26,8
Defesa Nacional	6.681.642	803.684	1.808.777	27,1
Energia	92.550.106.324	7.269.320.523	26.308.765.277	28,4
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	27,4

TABELA 05 - Execução OI - por SubFunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Administração Geral	2.226.647.822	252.032.189	412.869.493	18,5
Tecnologia da Informação	3.530.365.460	131.335.298	650.265.112	18,4
Suporte Profilático e Terapêutico	322.310.924	1.638.734	5.622.532	1,7
Produção Industrial	60.880.064	1.094.550	11.715.789	19,2
Comercialização	608.034.000	78.610.895	162.147.608	26,7
Serviços Financeiros	2.656.436.869	134.072.416	321.568.499	12,1
Comunicações Postais	300.000.000	25.279.675	51.028.805	17,0
Telecomunicações	149.000.000	46.406.084	134.924.048	90,6
Energia Elétrica	7.857.591.154	505.616.350	1.279.329.884	16,3
Combustíveis Minerais	79.158.510.000	6.035.420.848	23.671.008.507	29,9
Biocombustíveis	10.275.000	330.047	988.285	9,6
Transporte Aéreo	558.310.771	73.931.885	170.997.177	30,6
Transporte Hidroviário	1.481.528.379	330.999.596	481.969.545	32,5
Transportes Especiais	2.727.253.000	248.368.176	516.492.377	18,9
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	27,4

Despesa por Programa

12. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 06 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.656.436.869	134.072.416	321.568.499	12,1
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.234.264.684	457.593.404	1.196.776.367	19,2
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	322.310.924	1.638.734	5.622.532	1,7
Aviação Civil	558.310.771	73.931.885	170.997.177	30,6
Combustíveis	7.274.031.000	753.716.304	1.669.584.099	23,0
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	249.000.000	53.068.827	142.945.541	57,4
Energia Elétrica	7.708.159.635	498.273.307	1.258.144.637	16,3
Petróleo e Gás	76.145.435.000	5.876.060.227	23.058.325.758	30,3
Transporte Aquaviário	430.273.379	13.546.821	37.587.878	8,7
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	68.921.181	3.234.818	9.375.173	13,6
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	27,4

13. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo e Gás, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 10 programas:

- Petróleo e Gás, 82,7%;
- Combustíveis, 6%;
- Energia Elétrica, 4,5%;
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 4,3%; e
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais, 1,2%.

Despesa por Órgão/Unidade

14. A Tabela 07 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação autorizada para 2018, do realizado no 3º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 07 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Desemp. % (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	59.042.773	13.890	342.803	0,6
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	5.519.300	0	66.216	1,2
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	1.630.000	12.360	162.775	10,0
Ceagesp - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO	51.893.473	1.530	113.812	0,2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	1.048.651.050	82.418.608	206.078.525	19,7
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	86.433.050	206.907	905.169	1,0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.000.000	35.298.385	69.444.262	8,7
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	162.218.000	46.913.316	135.729.094	83,7
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.495.256.135	421.346.958	1.128.807.296	17,4
Banco da Amazônia S.A. - BASA	47.911.586	3.013.281	3.054.330	6,4
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	187.000.000	6.475.877	15.488.306	8,3
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	164.833.500	411.977	1.784.021	1,1
Casa da Moeda do Brasil - CMB	76.635.172	2.657.132	9.087.874	11,9
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.426.993.104	98.839.695	338.658.386	14,0
Cobra Tecnologia S.A.	43.475.233	11.733.081	16.316.831	37,5
Banco do Brasil S.A. - BB	3.337.157.704	290.581.074	690.432.774	20,7
Bbtur Viagens e Turismo Ltda	5.000.000	17.500	33.923	0,7
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	3.249.836	37.200	37.200	1,1
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	3.000.000	0	234.748	7,8
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	200.000.000	7.580.141	53.678.903	26,8
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	92.570.674.324	7.269.427.959	26.309.101.233	28,4
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	10.000.000	670.324	1.619.893	16,2
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.771.320.563	68.291.528	148.777.684	8,4
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	41.236.176	2.067.481	6.949.295	16,9
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	630.515.006	18.143.035	56.361.419	8,9
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	144.394.321	7.905.193	26.597.135	18,4
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.559.005.808	133.520.433	398.890.445	25,6
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	818.350.980	48.613.565	142.331.704	17,4
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	70.708.751.000	4.177.899.970	19.639.487.624	27,8
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	675.485.000	89.218.743	187.167.748	27,7
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	100.000	0	39.771	39,8
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	315.000	0	0	0,0
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	122.639.854	6.824.021	26.216.713	21,4
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	179.044.644	29.385.338	71.328.503	39,8
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	301.911.502	34.358.270	92.523.535	30,6
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	510.368.709	35.119.673	67.144.775	13,2
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	70.209.000	6.780.807	15.348.826	21,9
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	55.640.295	1.546.742	7.849.211	14,1
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME	716.704.600	51.234.882	144.883.565	20,2
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.367.797.000	333.313.566	513.762.195	37,6
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	148.065.774	19.890.589	20.862.583	14,1
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	200.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	9.756.974.000	1.804.276.281	3.832.713.386	39,3
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	1.753.643.000	283.831.757	696.663.621	39,7
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	189.700.000	1.137.665	24.018.142	12,7
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	95.698.000	17.801.395	27.743.902	29,0
Stratura Asfaltos S.A.	3.997.000	200.341	512.995	12,8
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	12.275.000	464.344	1.363.780	11,1
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	9.533.000	0	1.739.147	18,2
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	8.343.000	0	5.408.762	64,8
Gas Brasiliano Distribuidora S.A.	58.187.000	1.416.393	5.269.306	9,1
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	675.070	587.290	587.290	87,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	100.000	0	43.741	43,7
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	30.681.588	1.668.831	7.688.997	25,1
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	135.281.497	3.516.656	11.680.987	8,6
Araucária Nitrogenados S.A.	110.000.000	49.613.218	64.286.732	58,4
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	36.530.511	0	0	0,0
Transpetro International B.v.	76.368.000	11.348.769	19.857.761	26,0
Brasil Ventos Energia S/a	48.000	9.748	16.598	34,6
Transenergia Goiás S.A.	1.500.000	0	83.687	5,6
Geradora Eolica Ventos de Angelim S.A.	12.069	0	7.875	65,2
Geradora Eolica Ventos de Santa Rosa S.A.	12.069	0	9.533	79,0
Geradora Eolica Ventos de Uirapuru S.A.	12.069	0	0	0,0
Geradora Eolica Arara Azul S.A.	12.069	0	6.485	53,7
Geradora Eolica Bentevi S.A.	12.069	0	4.391	36,4
Geradora Eolica Ouro Verde I S.A.	12.069	0	10.430	86,4
Geradora Eolica Ouro Verde Ii S.A.	12.069	0	8.996	74,5
Geradora Eolica Ouro Verde Iii S.A.	12.069	0	5.562	46,1
Energia dos Ventos V S.A.	57.442.818	4.468.414	5.125.736	8,9
Energia dos Ventos Vi S.A.	86.311.597	6.374.011	6.937.708	8,0
Energia dos Ventos Vii S.A.	86.170.841	5.784.869	6.543.403	7,6
Energia dos Ventos Viii S.A.	57.674.081	4.477.066	4.932.726	8,6
Energia dos Ventos Ix S.A.	57.420.817	5.084.029	5.747.984	10,0
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	101.693.580	2.581.522	11.937.746	11,7
Eólica Hermenegildo I S.A.	3.141.372	1.200	1.200	0,0
Eólica Hermenegildo Ii S.A.	2.690.568	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Iii S.A.	5.019.000	0	0	0,0
Eólica Chuí Ix S.A.	1.423.200	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	329.590.154	1.638.734	5.749.763	1,7
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	329.590.154	1.638.734	5.749.763	1,7
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	1.025.537.750	88.139.710	211.978.504	20,7
Companhia Docas do Ceará - CDC	16.542.483	206.872	939.872	5,7
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	59.360.937	7.432.926	18.283.211	30,8
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	133.614.470	388.228	2.036.165	1,5
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	167.271.979	2.603.933	11.902.254	7,1
Companhia Docas do Pará - CDP	20.455.831	197.182	333.062	1,6
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	47.412.667	3.130.845	4.871.645	10,3
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	19.272.612	230.211	1.503.602	7,8
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	561.606.771	73.949.513	172.108.693	30,6
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	111.709.615	1.347.200	7.060.760	6,3
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	109.958.315	1.347.200	6.836.660	6,2
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.751.300	0	224.100	12,8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA DEFESA	6.681.642	803.684	1.808.777	27,1
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	6.681.642	803.684	1.808.777	27,1
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	27,4

15. Das 86 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2018, 25 apresentaram, até o terceiro bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, superior à média geral de 27,4%. São elas: Uirapuru, 87,0%; OURO VERDE I, 86,4%; Telebras, 83,7%; VENTOS DE SANTA ROSA, 79,0%; OURO VERDE II, 74,5%; VENTOS DE ANGELIM, 65,2%; Petroquímicasuape, 64,8%; Araucária, 58,4%; ARARA AZUL, 53,7%; OURO VERDE III, 46,1%; TSBE, 43,7%; Ceal, 39,8%; Gaspetro, 39,8%; PIB BV, 39,7%; PNBV, 39,3%; Transpetro, 37,6%; Cobra, 37,5%; BENTEVI, 36,4%; BRASIL VENTOS, 34,6%; Codesa, 30,8%; Cepisa, 30,6%; Infraero, 30,6%; Liquigás, 29,0%; Petrobras, 27,8%; BR, 27,7%. As empresas EÓLICA CHUÍ IX, EÓLICA HERMENEGILDO II, EÓLICA HERMENEGILDO III, Eletropar, PB-LOG, PPSA, VENTOS DE UIRAPURU, não apresentaram execução no período.

Distribuição geográfica da despesa

16. A Tabela 08 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 70,6% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 10,7%.

TABELA 08 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 3° Bimestre (b)	Realizado até 3° Bimestre (c)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(c) c/Tc
Exterior	9.481.290.185	1.555.803.368	2.979.638.555	9,3	10,7
Nacional	67.806.004.459	4.357.743.141	19.685.657.385	66,7	70,6
Região Centro-Oeste	279.379.136	179.617.295	186.256.696	0,3	0,7
Região Nordeste	5.495.424.619	432.027.984	1.239.626.531	5,4	4,4
Região Norte	2.371.351.443	154.036.769	406.687.088	2,3	1,5
Região Sudeste	15.693.772.886	1.109.510.387	3.260.613.356	15,4	11,7
Região Sul	519.920.715	76.397.799	112.448.050	0,5	0,4
Total	101.647.143.443	7.865.136.743	27.870.927.661	100,0	100,0

17. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 29,0%; Exterior, 31,4%; Região Norte, 17,2%; Região Nordeste, 22,6%; Região Sudeste, 20,8%; Região Sul, 21,6%; e Região Centro-Oeste, 66,7%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

18. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO-2018).

19. As tabelas de 8 a 12, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 3º bimestre de 2018, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 115 da LDO de 2018, tendo presente que:

1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 08 a 12

TABELA 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2017															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	124.289.209	124.289.209	21.970.515	10.847.277	7.815.186	18.114.912	34.363.977	14.540.931	16.636.411	64.462.656	35.637.912	24.188.642	59.859.540	7.355.921	6.535.339	932.413	49.605.996
Acre	5.721.312	5.721.312	1.041.292	357.885	668.704	255.056	1.581.307	584.434	1.232.634	3.251.009	1.674.140	796.163	3.654.834	594.558	332.869	13.027	1.126.024
Amapá	5.605.220	5.605.220	145.719	104.875	362.018	210.375	2.890.149	396.152	1.495.932	3.920.846	947.586	736.788	3.198.594	263.792	198.544	21.054	1.923.236
Amazonas	14.908.825	14.908.825	317.171	2.336.188	1.349.501	1.323.650	3.541.141	3.263.082	2.778.092	8.095.191	3.729.732	3.083.902	6.974.201	905.256	1.499.002	317.088	5.213.278
Pará	51.136.300	51.136.300	6.273.699	5.416.299	2.710.972	9.949.168	15.989.657	5.670.638	5.125.867	25.997.480	14.362.458	10.776.362	19.586.037	2.762.153	1.878.184	251.923	26.658.004
Rondônia	25.216.501	25.216.501	6.578.708	1.820.921	1.621.585	4.295.411	6.497.797	2.114.139	2.287.941	11.957.832	9.178.323	4.080.346	11.795.405	1.208.860	1.500.298	56.796	10.655.144
Roraima	3.887.102	3.887.102	482.574	64.454	266.829	166.376	1.468.965	561.765	876.139	2.533.187	392.012	961.903	2.960.495	213.937	262.608	1.827	448.234
Tocantins	17.813.949	17.813.949	7.131.352	746.655	835.578	1.914.876	2.394.961	1.950.721	2.839.806	8.707.110	5.353.662	3.753.177	11.689.975	1.407.365	863.834	270.699	3.582.076
Região Nordeste	324.660.539	324.660.539	36.638.621	54.246.820	18.826.155	16.375.337	71.222.224	71.640.850	55.710.532	172.590.460	70.399.788	81.670.291	173.720.772	20.156.795	21.246.368	2.504.521	107.032.083
Alagoas	15.040.281	15.040.281	1.412.418	2.051.308	952.003	461.955	1.509.549	5.283.493	3.369.555	7.904.926	2.601.049	4.534.306	11.125.232	750.699	770.773	55.940	2.337.638
Bahia	86.969.982	86.969.982	14.704.889	14.024.996	4.974.559	5.238.309	17.892.410	16.731.204	13.403.614	47.701.731	20.192.990	19.075.261	44.382.598	6.196.372	6.047.684	782.930	29.560.398
Ceará	48.733.436	48.733.436	3.353.157	10.066.664	3.556.063	2.582.840	11.081.377	9.512.369	8.580.965	24.891.857	11.071.725	12.769.854	23.552.397	3.086.574	3.684.761	366.659	18.043.045
Maranhão	36.532.562	36.532.562	6.139.851	4.354.154	2.012.580	1.459.315	10.801.736	5.640.309	6.124.617	21.069.419	7.909.799	7.553.344	17.700.097	2.611.224	1.985.809	166.673	14.068.758
Paraíba	20.980.636	20.980.636	1.176.118	2.264.476	1.218.514	744.036	2.814.884	7.863.221	4.899.387	10.583.169	3.264.660	7.132.807	15.255.968	1.120.872	1.189.471	82.569	3.331.756
Pernambuco	53.697.597	53.697.597	3.351.008	16.529.151	2.982.144	2.446.421	10.664.721	10.582.820	7.141.333	27.449.449	12.911.720	13.336.428	25.500.935	2.863.374	3.119.983	599.207	21.614.099
Piauí	22.857.783	22.857.783	3.410.900	1.610.679	1.440.557	1.818.654	6.270.653	3.530.505	4.775.833	12.228.509	5.186.884	5.442.390	11.246.233	1.388.209	1.518.781	365.195	8.339.363

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio Grande do Norte	26.933.431	26.933.431	1.219.882	2.089.578	1.111.193	976.255	8.808.779	7.361.647	5.366.097	14.137.935	4.723.299	8.072.197	15.473.689	1.289.279	2.026.598	35.575	8.108.290
Sergipe	12.914.832	12.914.832	1.870.398	1.255.813	578.542	647.551	1.378.116	5.135.281	2.049.132	6.623.467	2.537.661	3.753.704	9.483.623	850.191	902.508	49.773	1.628.737
Região Sudeste	959.679.556	959.679.556	56.579.424	174.340.242	51.005.442	100.116.442	203.663.872	213.657.087	160.317.046	662.153.154	54.453.698	243.072.704	470.193.154	32.576.495	36.723.596	16.027.810	404.158.501
Espírito Santo	25.716.727	25.716.727	4.587.097	1.998.833	1.619.561	2.966.178	4.290.364	6.717.954	3.536.739	17.018.950	2.088.121	6.609.656	17.739.615	1.406.933	1.215.649	368.563	4.985.967
Minas Gerais	189.121.966	189.121.966	23.492.609	20.984.878	10.156.631	16.202.116	20.705.541	50.474.596	47.105.594	126.328.537	10.878.439	51.914.990	125.073.480	8.670.266	7.288.546	3.671.513	44.418.161
Rio de Janeiro	231.273.604	231.273.604	1.076.066	32.916.185	7.014.930	34.495.928	77.160.651	35.396.742	43.213.104	184.431.017	10.045.412	36.797.175	78.551.389	3.733.372	3.823.216	2.864.707	142.300.920
São Paulo	513.567.258	513.567.258	27.423.652	118.440.346	32.214.321	46.452.221	101.507.316	121.067.795	66.461.609	334.374.650	31.441.726	147.750.882	248.828.670	18.765.924	24.396.185	9.123.026	212.453.453
Região Sul	360.365.715	360.365.715	72.454.867	50.073.396	23.897.249	47.052.815	36.344.919	93.167.961	37.374.510	216.029.883	27.112.975	117.222.857	221.507.627	21.512.091	19.517.217	10.845.040	86.983.741
Paraná	142.010.520	142.010.520	33.232.226	18.365.670	10.853.093	17.381.989	12.057.266	36.677.281	13.442.992	83.674.406	10.291.633	48.044.481	88.465.334	7.825.752	6.856.361	4.398.010	34.465.063
Rio Grande do Sul	126.969.601	126.969.601	27.360.822	17.654.003	7.130.491	16.226.137	13.871.406	32.993.393	11.733.349	77.335.711	9.011.931	40.621.959	80.536.463	7.799.080	6.940.966	2.968.415	28.724.678
Santa Catarina	91.385.595	91.385.595	11.861.818	14.053.722	5.913.664	13.444.689	10.416.247	23.497.287	12.198.169	55.019.766	7.809.412	28.556.417	52.505.831	5.887.258	5.719.890	3.478.615	23.794.000
Região Centro-Oeste	241.266.619	241.266.619	50.403.268	15.504.440	9.500.016	27.113.065	54.610.577	50.499.872	33.635.380	149.402.794	28.473.800	63.390.025	156.695.908	13.061.813	8.691.856	2.980.225	59.836.817
Distrito Federal	77.789.998	77.789.998	2.450.730	2.084.870	1.746.342	13.741.724	28.124.580	16.860.283	12.781.470	60.456.330	4.190.976	13.142.692	47.008.268	1.728.507	1.373.294	568.635	27.111.294
Goiás	74.042.530	74.042.530	19.050.142	4.882.710	3.290.887	4.713.247	12.037.809	19.649.098	10.418.637	39.210.011	9.757.458	25.075.061	56.023.744	4.301.928	2.823.553	1.041.608	9.851.697
Mato Grosso	51.238.557	51.238.557	18.743.232	1.992.680	2.554.864	5.766.035	9.448.173	7.090.931	5.642.643	27.728.888	7.750.717	15.758.952	30.762.361	4.807.904	3.079.781	933.432	11.655.080
Mato Grosso do Sul	38.195.533	38.195.533	10.159.163	6.544.180	1.907.923	2.892.059	5.000.016	6.899.561	4.792.630	22.007.565	6.774.648	9.413.320	22.901.535	2.223.474	1.415.228	436.550	11.218.747
TOTAL	2.010.261.639	2.010.261.639	238.046.695	305.012.175	111.044.047	208.772.571	400.205.570	443.506.702	303.673.880	1.264.638.948	216.078.173	529.544.518	1.081.977.002	94.663.114	92.714.375	33.290.009	707.617.139

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 3º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	237.013.330	21.659.895	2.903	8.876	25.550	338	131.950	7.911	21.482.366	18.926.634	1.221	2.732.040	21.621.219	23.770	8.454	1.108	5.344
Acre	23.987.490	2.157.867	113	83	138	17	13.620	319	2.143.577	1.867.768	56	290.043	2.156.338	1.300	157	1	71
Amapá	15.902.242	2.810.667	11	1.538	9.397	9	16.440	197	2.783.075	2.698.111	39	112.516	2.800.139	4.910	5.551	3	63
Amazonas	32.545.351	2.838.759	59	2.013	2.041	104	15.777	1.588	2.817.178	2.724.457	103	114.199	2.831.159	2.877	816	99	3.807
Pará	72.736.663	6.380.707	824	4.901	13.100	95	38.906	3.900	6.318.982	6.080.414	332	299.961	6.367.370	10.386	1.258	997	697
Rondônia	42.850.676	2.978.739	830	187	445	30	22.342	658	2.954.247	2.364.240	420	614.078	2.976.029	2.100	271	0,996	337
Roraima	13.846.283	1.712.761	189	36	111	5	7.778	205	1.704.437	1.472.751	47	239.964	1.712.172	523	47	0,106	20
Tocantins	35.144.627	2.780.395	877	117	319	79	17.088	1.045	2.760.869	1.718.892	224	1.061.279	2.778.013	1.674	353	6	349
Região Nordeste	710.228.234	79.356.287	5.789	70.111	183.981	599	413.877	39.096	78.642.834	47.020.656	6.744	32.328.887	79.161.906	103.188	50.517	11.407	29.270
Alagoas	34.916.718	20.136.238	146	127	348	13	14.842	2.972	20.117.790	10.917.080	104	9.219.054	20.134.171	1.772	249	2	43
Bahia	187.505.583	18.727.600	2.203	52.608	147.964	216	139.384	8.830	18.376.395	13.361.465	2.024	5.364.111	18.605.212	62.186	37.306	4.518	18.377
Ceará	122.829.950	10.187.059	352	5.053	13.737	111	60.963	5.442	10.101.401	6.612.590	818	3.573.651	10.172.892	10.534	2.053	601	978
Maranhão	60.946.986	3.937.910	1.050	460	697	89	30.388	3.133	3.902.094	1.691.066	735	2.246.110	3.931.374	3.378	680	26	2.452
Paraíba	52.016.429	2.928.520	198	356	538	27	24.885	3.673	2.898.843	1.488.382	306	1.439.832	2.925.347	2.367	375	21	411
Pernambuco	104.703.715	9.258.077	774	5.999	13.409	95	66.658	5.910	9.165.233	4.817.509	903	4.439.665	9.230.061	12.424	4.189	6.227	5.176

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Piauí	40.445.666	5.365.183	589	281	476	13	20.374	2.055	5.341.395	3.144.418	848	2.219.917	5.362.045	1.982	492	6	659
Rio Grande do Norte	75.741.875	4.168.713	147	4.924	6.561	17	42.689	4.358	4.110.016	2.394.262	671	1.773.780	4.155.568	7.175	4.873	3	1.094
Sergipe	31.121.312	4.646.987	329	304	252	17	13.694	2.723	4.629.668	2.593.886	335	2.052.766	4.645.235	1.369	299	3	81
Região Sudeste	2.394.929.875	136.528.958	14.346	380.709	214.538	10.985	1.209.146	92.848	134.606.387	99.426.880	611	37.101.468	135.672.477	134.025	28.752	18.475	675.229
Espírito Santo	67.595.868	5.358.295	564	733	1.883	182	35.629	2.621	5.316.683	4.957.421	66	400.808	5.352.641	4.203	628	157	666
Minas Gerais	845.713.968	41.580.517	5.855	17.262	36.525	1.288	212.240	18.037	41.289.309	30.660.532	223	10.919.761	41.522.991	30.169	9.239	4.188	13.930
Rio de Janeiro	462.385.432	25.329.708	509	16.579	76.025	6.120	368.454	26.722	24.835.298	18.768.929	20	6.560.758	25.116.112	38.188	5.006	7.353	163.049
São Paulo	1.019.234.607	64.260.438	7.418	346.134	100.105	3.394	592.823	45.467	63.165.098	45.039.997	301	19.220.140	63.680.734	61.465	13.879	6.777	497.583
Região Sul	1.376.353.216	66.361.777	16.198	41.556	56.217	3.028	401.557	31.890	65.811.331	43.906.897	530	22.454.350	66.251.528	64.325	17.703	6.514	21.708
Paraná	790.918.353	22.004.374	7.081	5.856	10.018	1.053	138.956	13.823	21.827.585	11.021.058	222	10.983.094	21.971.795	17.657	4.075	1.016	9.832
Rio Grande do Sul	381.840.324	26.418.097	6.376	11.896	14.070	1.071	147.760	10.837	26.226.088	19.118.919	150	7.299.028	26.384.079	20.251	4.556	1.446	7.766
Santa Catarina	203.594.539	17.939.306	2.741	23.804	32.128	904	114.840	7.230	17.757.658	13.766.920	158	4.172.228	17.895.654	26.417	9.073	4.052	4.110
Região Centro-Oeste	859.784.948	30.560.171	13.947	11.356	18.743	3.624	337.328	23.567	30.151.605	16.352.559	3.004	14.204.608	30.474.604	47.257	9.562	6.386	22.361
Distrito Federal	305.096.716	5.292.838	747	5.085	8.870	2.622	189.447	8.040	5.078.026	4.779.651	95	513.092	5.244.469	24.615	3.787	1.319	18.648
Goiás	135.529.824	13.404.444	5.750	4.666	8.427	455	61.259	9.591	13.314.297	7.079.051	1.328	6.324.065	13.382.391	12.730	3.436	4.791	1.096
Mato Grosso	342.752.850	7.008.850	4.642	277	820	366	49.406	2.950	6.950.390	3.184.295	871	3.823.684	7.000.298	6.277	1.436	148	690
Mato Grosso do Sul	76.405.558	4.854.038	2.809	1.328	626	181	37.217	2.986	4.808.892	1.309.562	710	3.543.766	4.847.446	3.635	902	128	1.927
TOTAL	5.578.309.603	334.467.088	53.184	512.609	499.029	18.573	2.493.857	195.313	330.694.523	225.633.626	12.109	108.821.353	333.181.734	372.565	114.988	43.889	753.911

Os dados do BASA do mês de junho foram copiados do mês anterior.

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 3º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	240.364.502	21.664.069	1.946	9.663	26.036	2.353	134.387	8.004	21.481.679	18.927.822	2.506	2.733.741	21.620.894	24.001	8.686	1.157	9.332
Amortização	219.199.378	15.199.615	1.611	6.863	18.560	1.936	127.417	5.603	15.037.627	13.283.789	1.866	1.913.960	15.164.780	20.373	6.382	830	7.250
Encargos	21.165.124	6.464.454	335	2.801	7.476	418	6.970	2.401	6.444.052	5.644.032	640	819.781	6.456.114	3.627	2.304	326	2.082
Acre	23.850.995	2.157.970	65	103	192	33	13.713	328	2.143.534	1.867.752	112	290.105	2.156.292	1.333	167	3	174
Amortização	22.423.123	1.514.482	50	74	155	28	13.437	230	1.500.509	1.311.313	83	203.087	1.512.907	1.294	132	2	147
Encargos	1.427.872	643.487	15	29	38	6	276	99	643.026	556.440	30	87.018	643.385	39	35	0,763	27
Amapá	16.753.071	2.810.920	7	1.538	9.422	31	16.681	197	2.783.045	2.698.209	114	112.598	2.800.149	4.950	5.550	4	268
Amortização	15.415.076	1.970.116	4	1.069	6.616	26	14.104	138	1.948.158	1.891.208	77	78.831	1.962.305	3.694	3.899	4	214
Encargos	1.337.995	840.805	3	468	2.806	5	2.577	59	834.886	807.001	37	33.767	837.844	1.256	1.651	0,397	54
Amazonas	31.887.995	2.838.985	28	2.182	2.067	192	15.974	1.639	2.816.903	2.724.344	297	114.344	2.831.271	2.959	923	91	3.742

Amortização	28.779.206	1.991.630	23	1.559	1.472	163	15.371	1.147	1.971.894	1.911.334	217	80.078	1.985.451	2.686	726	69	2.698
Encargos	3.108.790	847.356	5	623	595	29	603	492	845.009	813.010	80	34.266	845.821	273	196	22	1.044
Pará	76.726.223	6.383.709	537	5.506	13.337	1.251	40.244	3.967	6.318.867	6.081.711	1.157	300.842	6.367.367	10.440	1.385	1.007	3.511
Amortização	68.511.752	4.478.729	430	3.905	9.493	1.018	37.742	2.777	4.423.364	4.267.133	866	210.729	4.465.564	8.568	1.066	711	2.820
Encargos	8.214.471	1.904.981	107	1.601	3.844	233	2.502	1.190	1.895.503	1.814.577	291	90.113	1.901.803	1.871	319	296	691
Rondônia	43.233.608	2.979.397	458	169	519	533	22.880	656	2.954.182	2.364.449	582	614.366	2.975.739	2.112	307	10	1.230
Amortização	39.912.708	2.092.173	373	130	414	432	22.361	459	2.068.004	1.661.618	440	430.115	2.088.892	2.007	243	9	1.023
Encargos	3.320.900	887.224	85	38	104	101	520	197	886.178	702.831	142	184.251	886.847	104	64	1	207
Roraima	13.747.220	1.712.748	143	40	129	22	7.826	193	1.704.395	1.472.723	35	239.991	1.712.111	533	56	0,341	47
Amortização	12.796.292	1.201.136	106	28	97	19	7.662	135	1.193.089	1.033.107	26	168.003	1.200.533	510	49	0,307	44
Encargos	950.928	511.612	36	12	32	4	165	58	511.305	439.616	9	71.988	511.579	24	7	0,034	3
Tocantins	34.165.390	2.780.339	709	125	370	290	17.068	1.024	2.760.752	1.718.634	209	1.061.496	2.777.964	1.675	299	42	360
Amortização	31.361.220	1.951.349	625	96	313	249	16.741	716	1.932.608	1.208.076	156	743.116	1.949.128	1.614	267	36	303
Encargos	2.804.170	828.990	84	29	57	41	328	307	828.144	510.557	53	318.380	828.836	60	31	6	57
Região Nordeste	703.088.213	79.355.700	4.689	73.147	185.621	2.382	409.761	38.284	78.641.816	47.019.034	8.236	32.328.430	79.160.354	104.333	50.761	10.116	30.135
Amortização	634.922.918	55.647.304	4.053	51.962	130.842	2.024	381.141	26.799	55.050.483	33.010.134	6.621	22.630.548	55.497.995	82.730	36.838	7.138	22.602
Encargos	68.165.294	23.708.396	636	21.185	54.779	358	28.620	11.485	23.591.333	14.008.900	1.614	9.697.882	23.662.359	21.603	13.923	2.977	7.534
Alagoas	35.021.851	20.136.583	118	240	585	69	14.924	2.938	20.117.710	10.917.337	161	9.219.085	20.134.091	1.824	240	8	420
Amortização	30.814.112	14.099.866	102	182	403	59	14.606	2.056	14.082.456	7.646.362	129	6.453.375	14.097.622	1.752	211	7	273
Encargos	4.207.740	6.036.717	16	58	182	10	318	881	6.035.254	3.270.975	32	2.765.710	6.036.469	73	28	1	146
Bahia	187.522.227	18.726.170	1.863	53.333	148.384	784	136.897	8.868	18.376.042	13.359.452	2.516	5.364.202	18.605.172	62.346	37.153	3.107	18.391
Amortização	169.832.915	13.134.631	1.609	37.527	104.144	671	120.929	6.207	12.863.543	9.377.452	2.041	3.755.138	13.046.473	46.362	26.279	2.196	13.320
Encargos	17.689.312	5.591.538	254	15.806	44.239	113	15.968	2.660	5.512.498	3.981.999	475	1.609.064	5.558.699	15.983	10.875	911	5.071
Ceará	115.799.978	10.188.382	252	5.819	14.078	367	61.350	5.363	10.101.152	6.613.887	965	3.573.530	10.172.739	10.877	2.167	604	1.995
Amortização	104.517.321	7.147.997	219	4.189	10.012	310	58.555	3.754	7.070.958	4.645.692	745	2.501.560	7.134.890	9.410	1.696	431	1.569
Encargos	11.282.657	3.040.386	34	1.631	4.066	57	2.796	1.609	3.030.194	1.968.196	220	1.071.970	3.037.849	1.467	471	173	426
Maranhão	61.342.210	3.937.237	1.000	656	858	216	29.504	3.066	3.901.937	1.690.349	903	2.245.985	3.931.155	3.457	640	44	1.941
Amortização	55.342.587	2.764.643	838	512	713	184	28.726	2.146	2.731.523	1.191.636	725	1.572.282	2.759.171	3.292	572	36	1.573
Encargos	5.999.622	1.172.593	162	144	145	32	778	920	1.170.413	498.713	178	673.702	1.171.984	165	68	9	368
Paraíba	51.964.866	2.928.654	164	434	599	107	25.004	3.460	2.898.886	1.488.541	393	1.439.721	2.925.170	2.462	405	28	589
Amortização	46.783.663	2.057.278	141	335	482	91	24.483	2.422	2.029.324	1.049.129	313	1.007.836	2.054.073	2.358	335	21	491
Encargos	5.181.203	871.376	23	98	117	16	521	1.038	869.562	439.412	80	431.885	871.097	104	70	7	98
Pernambuco	106.125.109	9.257.442	396	7.078	13.637	379	65.053	5.637	9.165.263	4.816.344	1.749	4.439.349	9.229.578	12.661	4.400	6.260	4.544
Amortização	95.748.691	6.494.976	348	5.221	9.699	327	59.560	3.946	6.415.875	3.385.910	1.413	3.107.653	6.473.194	10.357	3.475	4.394	3.556
Encargos	10.376.418	2.762.466	48	1.857	3.939	52	5.493	1.691	2.749.387	1.430.434	336	1.331.696	2.756.384	2.304	925	1.866	988
Piauí	40.697.789	5.365.393	502	308	530	231	20.646	2.006	5.341.171	3.144.543	687	2.220.163	5.361.768	2.023	502	47	1.054
Amortização	36.897.704	3.761.726	444	242	430	189	20.130	1.404	3.738.887	2.206.986	577	1.554.163	3.758.446	1.932	455	38	855
Encargos	3.800.085	1.603.668	58	66	100	42	516	602	1.602.284	937.557	110	666.000	1.603.322	91	47	9	199
Rio Grande do Norte	74.046.464	4.168.785	114	4.967	6.656	135	42.648	4.278	4.109.987	2.394.553	536	1.773.696	4.155.542	7.277	4.971	6	989
Amortização	67.964.628	2.929.297	102	3.512	4.726	113	40.742	2.995	2.877.107	1.687.248	416	1.241.633	2.918.981	5.946	3.577	6	788
Encargos	6.081.835	1.239.488	12	1.455	1.930	22	1.906	1.283	1.232.880	707.305	120	532.063	1.236.561	1.331	1.394	0,683	201

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sergipe	30.567.718	4.647.053	280	312	294	94	13.736	2.668	4.629.669	2.594.028	326	2.052.699	4.645.139	1.408	284	9	214
Amortização	27.021.297	3.256.890	249	241	232	80	13.411	1.868	3.240.809	1.819.719	264	1.436.907	3.255.145	1.321	239	8	176
Encargos	3.546.422	1.390.163	30	71	62	14	325	800	1.388.860	774.308	63	615.792	1.389.994	86	45	1	37
Região Sudeste	2.418.104.126	136.560.114	10.992	393.925	216.185	25.207	1.218.399	92.283	134.603.123	99.442.571	12.137	37.105.406	135.676.170	136.816	29.598	18.587	698.943
Amortização	2.086.675.075	95.857.919	9.759	280.276	153.837	22.868	1.101.390	64.598	94.225.191	69.870.257	10.907	25.976.755	95.195.499	119.344	23.726	13.330	506.021
Encargos	331.429.051	40.702.195	1.233	113.649	62.348	2.339	117.010	27.685	40.377.932	29.572.313	1.230	11.128.652	40.480.672	17.472	5.872	5.258	192.922
Espírito Santo	68.734.375	5.358.714	371	842	1.926	452	35.667	2.757	5.316.700	4.957.388	250	401.077	5.352.784	4.357	665	133	775
Amortização	63.079.781	3.761.193	342	634	1.399	389	34.710	1.930	3.721.790	3.480.135	210	280.849	3.755.768	4.053	604	103	666
Encargos	5.654.594	1.597.521	29	208	527	63	957	827	1.594.910	1.477.253	40	120.228	1.597.016	305	62	31	108
Minas Gerais	839.590.993	41.584.005	4.799	18.989	37.191	2.385	213.647	17.416	41.289.576	30.661.981	1.261	10.920.763	41.524.030	30.727	8.857	4.263	16.128
Amortização	669.817.568	29.165.022	4.104	13.748	26.460	2.035	203.130	12.191	28.903.354	21.518.890	1.038	7.645.095	29.116.357	26.430	6.799	3.056	12.380
Encargos	169.773.425	12.418.982	696	5.241	10.731	350	10.517	5.225	12.386.222	9.143.091	223	3.275.668	12.407.672	4.297	2.059	1.207	3.747
Rio de Janeiro	498.967.489	25.341.835	509	23.010	73.218	15.630	370.208	27.140	24.832.120	18.775.830	6.828	6.559.178	25.115.980	38.692	5.278	7.577	174.309
Amortização	437.224.642	17.794.055	483	17.569	51.536	14.722	307.664	18.998	17.383.083	13.195.804	6.539	4.591.712	17.626.265	31.274	4.019	5.351	127.147
Encargos	61.742.847	7.547.780	26	5.441	21.682	908	62.544	8.142	7.449.037	5.580.026	288	1.967.466	7.489.715	7.418	1.259	2.225	47.162
São Paulo	1.010.811.269	64.275.560	5.313	351.084	103.850	6.739	598.877	44.970	63.164.727	45.047.373	3.799	19.224.388	63.683.377	63.040	14.797	6.614	507.732
Amortização	916.553.084	45.137.648	4.830	248.325	74.442	5.722	555.885	31.479	44.216.964	31.675.429	3.120	13.459.099	44.697.109	57.588	12.305	4.819	365.827
Encargos	94.258.185	19.137.912	483	102.759	29.408	1.017	42.991	13.491	18.947.763	13.371.944	679	5.765.289	18.986.269	5.452	2.492	1.795	141.905
Região Sul	1.383.118.035	66.368.345	15.103	44.271	58.237	6.683	403.277	31.131	65.809.644	43.906.669	3.562	22.458.114	66.252.948	65.384	17.718	6.816	25.479
Amortização	1.131.489.575	46.570.721	13.747	32.052	41.633	5.648	388.095	21.792	46.067.753	30.845.458	2.995	15.722.268	46.473.276	56.099	14.201	4.963	22.183
Encargos	251.628.459	19.797.625	1.356	12.219	16.604	1.035	15.181	9.339	19.741.891	13.061.211	567	6.735.846	19.779.672	9.286	3.518	1.853	3.296
Paraná	795.679.918	22.007.758	7.983	6.430	11.079	2.515	139.326	13.315	21.827.110	11.021.987	1.221	10.984.550	21.972.913	17.911	4.150	1.216	11.568
Amortização	616.680.468	15.446.934	7.268	4.836	8.161	2.134	135.781	9.321	15.279.435	7.756.100	1.006	7.689.829	15.415.178	16.482	3.561	930	10.784
Encargos	178.999.450	6.560.824	715	1.595	2.919	381	3.546	3.994	6.547.676	3.265.887	215	3.294.722	6.557.735	1.429	590	286	784
Rio Grande do Sul	382.628.238	26.419.614	5.180	12.960	14.426	2.270	148.535	10.732	26.225.511	19.117.891	1.282	7.300.441	26.384.131	20.622	4.569	1.532	8.760
Amortização	327.209.392	18.534.580	4.718	9.451	10.317	1.913	142.434	7.513	18.358.236	13.422.631	1.095	5.110.854	18.504.799	17.776	3.857	1.124	7.024
Encargos	55.418.846	7.885.034	463	3.509	4.109	357	6.101	3.220	7.867.275	5.695.260	187	2.189.588	7.879.332	2.846	713	408	1.736
Santa Catarina	204.809.879	17.940.973	1.940	24.880	32.732	1.898	115.416	7.084	17.757.023	13.766.791	1.060	4.173.122	17.895.904	26.851	8.999	4.068	5.150
Amortização	187.599.715	12.589.206	1.762	17.765	23.155	1.602	109.881	4.959	12.430.082	9.666.727	894	2.921.585	12.553.299	21.840	6.783	2.909	4.374
Encargos	17.210.164	5.351.766	178	7.115	9.577	297	5.535	2.125	5.326.940	4.100.064	166	1.251.537	5.342.605	5.010	2.216	1.159	776
Região Centro-Oeste	868.540.671	30.562.102	11.053	11.445	19.263	6.710	340.254	23.219	30.150.158	16.353.446	2.465	14.206.190	30.474.163	48.057	8.955	6.520	24.408
Amortização	744.732.291	21.486.546	10.057	8.361	14.091	6.314	325.398	16.254	21.106.071	11.539.178	2.198	9.945.169	21.411.419	44.002	7.108	4.637	19.380
Encargos	123.808.380	9.075.556	996	3.083	5.172	396	14.856	6.966	9.044.087	4.814.268	267	4.261.021	9.062.744	4.054	1.847	1.883	5.028
Distrito Federal	314.503.365	5.296.140	291	5.093	8.910	4.720	191.305	8.363	5.077.459	4.782.163	483	513.494	5.245.902	25.027	3.711	1.382	20.118
Amortização	292.630.566	3.756.929	282	3.633	6.330	4.614	181.769	5.854	3.554.446	3.396.972	417	359.539	3.714.242	23.110	2.790	978	15.808
Encargos	21.872.800	1.539.211	9	1.460	2.579	106	9.536	2.509	1.523.012	1.385.191	66	153.955	1.531.660	1.917	921	404	4.310
Goiás	134.973.315	13.403.760	4.625	5.051	8.636	713	61.840	9.193	13.313.703	7.078.585	805	6.324.369	13.381.349	12.991	3.349	4.854	1.217
Amortização	119.732.838	9.399.435	4.210	3.656	6.266	611	58.413	6.435	9.319.843	4.971.381	734	4.427.320	9.381.287	11.166	2.544	3.419	1.019
Encargos	15.240.477	4.004.325	415	1.395	2.370	101	3.427	2.758	3.993.860	2.107.204	71	1.897.049	4.000.061	1.825	805	1.435	199
Mato Grosso	343.593.926	7.008.972	3.788	424	961	862	49.859	2.830	6.950.248	3.183.857	572	3.824.542	6.999.898	6.371	992	172	1.538

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Amortização	262.852.448	4.921.475	3.358	357	850	737	48.729	1.981	4.865.461	2.243.428	507	2.677.540	4.912.968	6.169	905	151	1.281
Encargos	80.741.478	2.087.497	430	66	111	125	1.130	849	2.084.786	940.430	65	1.147.002	2.086.930	202	87	21	257
Mato Grosso do Sul	75.470.065	4.853.230	2.349	878	756	415	37.250	2.834	4.808.748	1.308.841	605	3.543.784	4.847.014	3.668	901	111	1.535
Amortização	69.516.440	3.408.708	2.206	715	644	351	36.487	1.984	3.366.320	927.397	541	2.480.770	3.402.921	3.557	868	89	1.273
Encargos	5.953.625	1.444.523							1.442.428			1.063.014					263
			143	163	112	64	763	850		381.444	65		1.444.093	111	33	23	
TOTAL	5.613.215.546	334.510.330	43.784	532.451	505.342	43.335	2.506.078	192.921	330.686.420	225.649.542	28.907	108.831.882	333.184.529	378.590	115.719	43.195	788.298
Amortização	4.817.019.237	234.762.105	39.227	379.514	358.962	38.790	2.323.441	135.046	231.487.125	158.548.817	24.588	76.188.700	233.742.969	322.548	88.255	30.898	577.435
Encargos	796.196.309	99.748.226							99.199.295			32.643.182					210.862
			4.557	152.937	146.380	4.545	182.636	57.875		67.100.725	4.319		99.441.560	56.043	27.464	12.297	

Os dados do BASA do mês de junho foram copiados do mês anterior.

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

onsolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018 Saldos	Saldos em 30.06.2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	122.072.183	120.114.568	22.926.914	10.060.423	7.329.677	16.099.733	31.926.680	14.447.848	17.323.294	63.274.548	34.352.222	22.487.799	60.184.767	7.125.881	6.302.873	883.752	45.617.296
Acre	5.616.513	5.618.802	1.089.707	337.561	614.787	238.943	1.487.757	574.706	1.275.343	3.266.887	1.617.529	734.386	3.700.754	561.148	322.375	11.421	1.023.104
Amapá	5.188.915	5.351.428	149.692	105.707	336.492	188.507	2.649.047	396.007	1.525.977	3.822.963	873.382	655.083	3.188.749	224.534	200.234	20.256	1.717.657
Amazonas	15.763.074	14.682.359	348.118	2.167.212	1.323.740	1.234.981	3.344.005	3.211.775	3.052.528	8.207.898	3.535.565	2.938.896	6.862.066	823.324	1.392.964	325.378	5.278.626
Pará	47.325.193	48.134.256	6.560.728	4.810.940	2.473.418	8.793.025	14.651.856	5.603.463	5.240.827	24.701.247	13.536.871	9.896.138	19.588.972	2.708.864	1.751.148	241.902	23.843.370
Rondônia	25.033.744	24.558.205	6.950.827	1.839.649	1.547.738	3.792.064	5.959.073	2.115.841	2.353.013	11.749.285	9.016.358	3.792.562	12.085.487	1.197.446	1.464.507	47.990	9.762.776
Roraima	4.106.201	3.899.994	528.572	60.840	248.494	148.864	1.420.563	573.698	918.963	2.561.223	404.156	934.615	3.020.578	203.463	253.489	1.591	420.873
Tocantins	19.038.542	17.869.521	7.299.272	738.514	785.007	1.703.349	2.414.379	1.972.358	2.956.641	8.965.043	5.368.361	3.536.117	11.738.161	1.407.101	918.157	235.214	3.570.888
Região Nordeste	341.528.575	325.248.144	37.738.580	51.211.289	17.186.191	14.591.695	75.338.457	72.453.422	56.728.510	174.212.674	68.907.987	82.127.482	175.272.417	19.011.146	21.001.811	3.795.829	106.166.940
Alagoas	15.498.660	14.694.834	1.440.663	1.938.200	714.840	405.914	1.427.714	5.317.997	3.449.506	7.647.528	2.544.437	4.502.869	11.204.996	699.173	780.251	49.707	1.960.706
Bahia	88.831.405	88.400.171	15.044.788	13.300.613	4.554.468	4.670.066	20.379.388	16.693.942	13.756.906	49.714.912	19.700.660	18.984.599	44.422.962	6.036.513	6.200.138	2.194.230	29.546.328
Ceará	57.292.141	47.409.871	3.452.942	9.299.862	3.215.412	2.326.326	10.694.285	9.591.365	8.829.679	23.594.285	10.924.716	12.890.870	23.705.558	2.744.141	3.570.794	363.146	17.026.233
Maranhão	36.822.244	37.206.067	6.190.064	4.157.530	1.851.328	1.332.830	11.685.803	5.706.908	6.281.603	21.785.921	7.741.913	7.678.233	17.919.784	2.532.505	2.025.307	148.247	14.580.224
Paraíba	22.239.115	20.846.583	1.209.850	2.186.962	1.157.659	663.556	2.696.290	8.075.631	4.856.634	10.424.247	3.178.350	7.243.986	15.432.934	1.025.876	1.159.171	74.791	3.153.809
Pernambuco	54.267.313	54.332.912	3.729.139	15.450.546	2.753.258	2.162.346	12.269.955	10.856.199	7.111.468	28.614.432	12.065.179	13.653.301	25.983.980	2.626.834	2.909.527	566.062	22.246.509
Piauí	23.420.560	22.647.585	3.498.304	1.583.679	1.386.476	1.601.146	5.998.711	3.579.205	5.000.064	12.103.291	5.348.197	5.196.097	11.522.598	1.347.164	1.509.234	324.478	7.944.110
Rio Grande do Norte	29.584.821	26.861.251	1.252.921	2.046.580	1.016.113	858.542	8.850.079	7.441.745	5.395.270	13.846.692	4.857.930	8.156.629	15.499.628	1.187.537	1.929.138	32.096	8.212.853
Sergipe	13.572.319	12.848.871	1.919.908	1.247.318	536.637	570.969	1.336.231	5.190.429	2.047.379	6.481.367	2.546.606	3.820.898	9.579.978	811.402	918.251	43.072	1.496.168
Região Sudeste	961.362.495	928.523.243	59.933.667	161.123.853	49.358.342	85.894.016	194.410.442	214.221.942	163.580.981	646.461.855	42.927.213	239.134.175	466.500.104	29.786.162	35.877.529	15.915.131	380.444.317
Espírito Santo	24.420.999	25.297.682	4.779.834	1.890.073	1.577.196	2.696.485	4.252.106	6.582.379	3.519.608	17.052.890	1.904.429	6.340.363	17.597.094	1.252.577	1.178.381	391.976	4.877.655
Minas Gerais	193.213.383	185.634.225	24.548.762	19.257.966	9.490.038	15.104.720	19.297.742	51.096.435	46.838.563	124.880.171	9.841.056	50.912.998	124.034.541	8.112.591	7.670.210	3.596.381	42.220.503
Rio de Janeiro	232.592.824	219.146.081	1.076.540	26.484.891	9.822.196	24.986.123	75.407.285	34.978.393	46.390.652	177.530.492	3.238.064	38.377.525	78.683.431	3.229.763	3.550.756	2.641.256	131.040.873
São Paulo	511.135.290	498.445.255	29.528.531	113.490.924	28.468.911	43.106.687	95.453.308	121.564.735	66.832.158	326.998.302	27.943.664	143.503.289	246.185.039	17.191.231	23.478.182	9.285.518	202.305.286

Região Sul	370.085.728	353.797.591	73.549.947	47.359.084	21.876.607	43.398.345	34.625.056	93.927.260	39.061.292	216.257.859	24.080.997	113.458.736	220.087.450	20.452.542	19.501.994	10.542.981	83.212.624
Paraná	145.600.220	138.626.577	32.330.693	17.791.744	9.792.393	15.920.536	11.687.376	37.185.939	13.917.898	82.745.442	9.293.155	46.587.980	87.347.651	7.571.051	6.780.736	4.198.501	32.728.638
Rio Grande do Sul	129.562.515	125.452.409	28.555.976	16.590.250	6.774.090	15.027.262	13.096.899	33.097.962	12.309.969	78.363.473	7.880.176	39.208.760	80.484.070	7.428.049	6.927.371	2.882.475	27.730.445
Santa Catarina	94.922.993	89.718.605	12.663.278	12.977.090	5.310.124	12.450.547	9.840.782	23.643.359	12.833.426	55.148.943	6.907.666	27.661.996	52.255.729	5.453.442	5.793.887	3.462.004	22.753.542
Região Centro-Oeste	242.912.026	239.335.385	53.297.566	15.415.633	8.979.720	24.026.944	51.684.576	50.847.662	35.083.282	148.515.809	29.012.126	61.807.450	157.137.432	12.262.564	9.299.413	2.846.110	57.789.866
Distrito Federal	74.954.571	74.487.609	2.906.861	2.076.991	1.706.865	11.643.569	26.266.868	16.538.031	13.348.424	57.943.941	3.803.245	12.740.423	45.575.477	1.316.890	1.449.069	504.874	25.641.298
Goiás	76.514.066	74.727.122	20.174.809	4.498.552	3.081.906	4.455.342	11.456.308	20.047.283	11.012.924	39.676.017	10.280.163	24.770.942	57.066.098	4.040.853	2.910.728	978.616	9.730.827
Mato Grosso	51.495.014	51.117.111	19.596.636	1.845.716	2.413.545	5.270.100	8.994.888	7.211.167	5.785.060	28.166.410	8.049.742	14.900.959	31.162.391	4.713.914	3.523.734	909.904	10.807.168
Mato Grosso do Sul	39.948.376	39.003.542	10.619.260	6.994.374	1.777.404	2.657.933	4.966.513	7.051.182	4.936.875	22.729.440	6.878.975	9.395.127	23.333.466	2.190.907	1.415.882	452.714	11.610.573
TOTAL	2.037.961.007	1.967.018.931	247.446.675	285.170.283	104.730.537	184.010.732	387.985.211	445.898.134	311.777.359	1.248.722.745	199.280.545	519.015.642	1.079.182.171	88.638.295	91.983.620	33.983.803	673.231.043

Os dados do BASA do mês de junho foram copiados do mês anterior.

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 3º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	137.965	70.730	12.083	0	0	0	58.646	0	0	70.730	0	0	16.592	15.182	15.224	0	23.731
Acre	23.426	2.542	0	0	0	0	2.542	0	0	2.542	0	0	488	0	2.055	0	0
Amapá	512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	56.622	18.589	3.473	0	0	0	15.116	0	0	18.589	0	0	2.085	0	4.189	0	12.315
Pará	21.255	32.849	8.610	0	0	0	24.239	0	0	32.849	0	0	8.686	15.182	8.980	0	0
Rondônia	1.806	9.743	0	0	0	0	9.743	0	0	9.743	0	0	5.334	0	0	0	4.410
Roraima	28.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	5.595	7.006	0	0	0	0	7.006	0	0	7.006	0	0	0	0	0	0	7.006
Região Nordeste	33.450	62.386	662	894	0	0	60.830	0	0	62.386	0	0	1.229	57.272	3.647	0	237
Bahia	4.510	52.981	662	894	0	0	51.425	0	0	52.981	0	0	255	52.726	0	0	0
Ceará	0	974	0	0	0	0	974	0	0	974	0	0	974	0	0	0	0
Maranhão	0	3.647	0	0	0	0	3.647	0	0	3.647	0	0	0	0	3.647	0	0
Pernambuco	19.904	237	0	0	0	0	237	0	0	237	0	0	0	0	0	0	237
Piauí	9.036	4.546	0	0	0	0	4.546	0	0	4.546	0	0	0	4.546	0	0	0
Região Sudeste	123.966	59.351	0	36.880	0	0	22.471	0	0	59.351	0	0	26.063	22.497	8.835	0	1.956
Minas Gerais	15.269	3.959	0	1.800	0	0	2.159	0	0	3.959	0	0	2.754	0	1.205	0	0
Rio de Janeiro	11.055	22.230	0	20.080	0	0	2.150	0	0	22.230	0	0	21.462	0	541	0	226
São Paulo	97.642	33.163	0	15.000	0	0	18.163	0	0	33.163	0	0	1.847	22.497	7.089	0	1.729
Região Sul	26.977	25.485	1.256	9.557	0	0	14.672	0	0	25.485	0	0	5.477	1.656	5.466	3.013	9.874
Paraná	16.024	6.534	0	3.896	0	0	2.638	0	0	6.534	0	0	2.966	0	0	3.013	556
Rio Grande do Sul	2.222	12.746	0	4.280	0	0	8.466	0	0	12.746	0	0	0	0	5.466	0	7.280
Santa Catarina	8.731	6.205	1.256	1.381	0	0	3.568	0	0	6.205	0	0	2.511	1.656	0	0	2.038
Região Centro-Oeste	15.761	11.056	1.948	0	0	0	9.108	0	0	11.056	0	0	3.429	1.948	0	0	5.678
Goiás	12.070	6.644	0	0	0	0	6.644	0	0	6.644	0	0	2.648	0	0	0	3.995
Mato Grosso do Sul	3.691	4.412	1.948	0	0	0	2.464	0	0	4.412	0	0	781	1.948	0	0	1.683
TOTAL	338.119	229.007	15.949	47.331	0	0	165.727	0	0	229.007	0	0	52.791	98.556	33.173	3.013	41.476

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 563, DE 26 DE JULHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o disposto na Lei Nº 13.587, de 2 de Janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Regulamentar a gestão das ações orçamentárias de responsabilidade deste Ministério, constantes da Lei nº 13.587/2018, Lei Orçamentária Anual (LOA) 2018, e identificar as Unidades Administrativas por elas responsáveis.

Art. 2º O acompanhamento da execução orçamentária previsto na Portaria nº 103, de 19 de outubro de 2012, será realizado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, em módulo específico, semestralmente.

Art. 3º A gestão das ações de responsabilidade do Ministério do Trabalho - MTb, fica a cargo das Unidades Administrativas responsáveis, indicadas no Anexo I desta Portaria.

Art. 4º À Unidade Administrativa Responsável pela Ação compete:

I - viabilizar e acompanhar a execução da ação sob sua responsabilidade;

II - responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso e quantificado na meta física da ação e dos planos orçamentários;

III - garantir a utilização dos recursos de forma eficiente;

IV - gerir os riscos e as restrições que possam influenciar a execução da ação; e

V - proceder à análise crítica da execução da ação, contemplando o cumprimento ou não da meta e evidenciando os eventos que contribuíram ou que tenham prejudicado a execução.

Art. 5º Compete a Subsecretaria de Orçamento e Administração (SOAD), coordenar o processo de acompanhamento orçamentário, oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos relativos à gestão das ações no MTb, assim como proceder o envio dos dados no SIOP.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 1.062/MTb, de 20 de setembro de 2017.

CAIO VIEIRA DE MELLO

ANEXO I

RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES

Programa 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária		
Ação		Unidade Administrativa Responsável
20JT	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento	Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Emprego/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde do Trabalho	Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTb
20YV	Democratização das Relações de Trabalho	Secretaria de Relações do Trabalho/MTb
20YW	Promoção e Difusão de Conhecimentos que Contribuam para a Promoção de Segurança, Saúde dos Trabalhadores e Subsidiem Políticas Públicas no Campo de Trabalho	Diretoria Técnica/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
20YX	Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	Coordenação-Geral de Cadastro, Identificação Profissional e Estudos/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
20YY	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho	Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
20Z1	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Departamento de Políticas de Empregabilidade/SPPE/MTb
20Z3	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial/Departamento de Gestão de Benefícios/SPPE/MTb
215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária	Subsecretaria de Economia Solidária/MTb
2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho	Coordenação-Geral de Cadastro, Identificação Profissional e Estudos/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
2599	Formulação, Articulação e Execução da Política Laboral de Imigração e Emigração	Coordenação-Geral de Imigração/GM/MTb
2B12	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	Coordenação-Geral de Fomento a Geração de Emprego e Renda/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
2C43	Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Coordenação-Geral do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador/Departamento de Gestão de Benefícios/SPPE/MTb
4245	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Coordenação-Geral de Cadastro, Identificação Profissional e Estudos/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Assessoria de Comunicação Social/GM/MTb
4741	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial/Departamento de Gestão de Benefícios/SPPE/MTb
4767	Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT	Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTb
8617	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo o Trabalhador - FAT	Coordenação-Geral de Fomento a Geração de Emprego e Renda/Departamento de Emprego e Renda/SPPE/MTb
8274	Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	Subsecretaria de Economia Solidária/MTb

Programa 2083 - Qualidade Ambiental		
Ação		Unidade Administrativa Responsável
8274	Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores Atuantes com Resíduos Sólidos	Subsecretaria de Economia Solidária/MTb

Programa 2131 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Do Trabalho		
Ação		Unidade Administrativa Responsável
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SOAD/SE/MTb
00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Serviço de Administração de Pessoal/Coordenação de Recursos Humanos/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
2000	Administração da Unidade - UO 40901 - FAT	Gabinete do Ministro/MTb
2000	Administração da Unidade - UO 40101 - MTb	Secretaria Executiva/MTb
2000	Administração da Unidade - UO 40203 - Fundacentro	Diretoria de Administração e Finanças/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SOAD/SE/MTb
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Serviço de Administração de Pessoal/Coordenação de Recursos Humanos/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SOAD/SE/MTb
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Serviço de Administração de Pessoal/Coordenação de Recursos Humanos/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SOAD/SE/MTb
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Serviço de Administração de Pessoal/Coordenação de Recursos Humanos/Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho/MTb
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP/SOAD/SE/MTb
4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	Assessoria Especial de Gestão Estratégica/MTb

PORTARIA Nº 564, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera o Anexo VI da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Trabalho e específicos singulares do Ministério do Trabalho.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º O Anexo VI à Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Trabalho e específicos singulares deste Ministério, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

2.1. Coordenação de Políticas de Atendimento - CPA ....."(NR)

"Art. 9º .....

I - coordenar projetos de implantação de padronização de procedimentos e serviços das unidades descentralizadas;

II - supervisionar e avaliar a implementação de ações para a modernização da rede física das unidades descentralizadas;

III - manifestar-se quanto à oportunidade e conveniência da alocação, expansão e reestruturação das unidades descentralizadas;

IV - coordenar, orientar e avaliar estudos voltados para monitoramento do desempenho da rede de atendimento das unidades descentralizadas;

V - participar do planejamento, monitoramento e avaliação de programas, planos e ações finalísticos e estratégicos executados pelas unidades descentralizadas, com vistas a compatibilizá-los às estratégias da rede atendimento;

VI - planejar, orientar e acompanhar a gestão orçamentária das unidades descentralizadas e avaliar sua execução;

VII - propor diretrizes e subsidiar a elaboração da proposta orçamentária das unidades descentralizadas e sua programação orçamentária e financeira;

VIII - avaliar pedidos de descentralização de créditos orçamentários das unidades descentralizadas;

IX - propor alterações orçamentárias referentes ao orçamento das unidades descentralizadas; e

X - coordenar e propor, em articulação com a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Institucional, a execução de atividades relativas à melhoria contínua de gestão dos processos no âmbito das unidades descentralizadas.

Art. 10. A Coordenação de Políticas de Atendimento compete:

I - propor diretrizes e padrões para a modernização da rede física e dos serviços prestados no âmbito das unidades descentralizadas;

II - prestar apoio técnico aos projetos de organização e redimensionamento da rede de atendimento das unidades descentralizadas; e

III - propor metodologias de avaliação do desempenho institucional das unidades descentralizadas. "(NR)

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 26 DE JULHO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000722/2015-01	206100116	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
2	46200.000723/2015-48	206100132	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
3	46200.000724/2015-92	206100973	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
4	46200.000725/2015-37	206137010	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
5	46200.000726/2015-81	206134053	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
6	46200.000728/2015-71	206132981	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
7	46200.000729/2015-15	206110758	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
8	46200.000730/2015-40	206100523	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
9	46200.000731/2015-94	206113447	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
10	46200.000732/2015-39	206113536	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
11	46200.000733/2015-83	206113579	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
12	46200.000741/2015-20	206113510	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
13	46200.000742/2015-74	206100663	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
14	46200.000743/2015-19	206100817	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
15	46200.000745/2015-16	206100752	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
16	46200.000746/2015-52	206100787	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
17	46200.000747/2015-05	206100809	Empresa de Transportes Sao Judas Tadeu Ltda	AC
18	47904.014125/2011-68	21087709	Adalberto Barbosa Guedes - ME	BA
19	46204.009325/2010-42	20912471	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
20	46281.000750/2010-53	19581793	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
21	47904.016339/2014-11	205150918	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
22	47904.017165/2014-12	205241671	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
23	47904.017167/2014-01	205241425	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
24	47904.008598/2011-26	20961693	Mauro Francisco de Moraes	BA
25	47904.008602/2011-56	19596880	Mauro Francisco de Moraes	BA
26	47904.008603/2011-09	20961707	Mauro Francisco de Moraes	BA
27	47904.008604/2011-45	19596979	Mauro Francisco de Moraes	BA
28	47904.008605/2011-90	20962410	Mauro Francisco de Moraes	BA
29	47904.008606/2011-34	20962380	Mauro Francisco de Moraes	BA
30	47904.008607/2011-89	20962398	Mauro Francisco de Moraes	BA
31	47904.008615/2011-25	19596987	Mauro Francisco de Moraes	BA
32	47904.008616/2011-70	20962401	Mauro Francisco de Moraes	BA
33	47904.008617/2011-14	20961685	Mauro Francisco de Moraes	BA
34	47904.008618/2011-69	19596995	Mauro Francisco de Moraes	BA
35	47904.018178/2013-10	202033864	Renovar Construtora Ltda - ME	BA
36	47904.005804/2013-16	25450433	Usina Santa Maria Ltda	BA
37	47904.005805/2013-52	25450441	Usina Santa Maria Ltda	BA
38	47904.005806/2013-05	25450450	Usina Santa Maria Ltda	BA
39	46208.010213/2014-28	204124930	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
40	46208.010382/2014-68	204177111	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
41	46208.010383/2014-11	204177162	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
42	46208.010384/2014-57	204177219	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
43	46208.010753/2014-10	204241383	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
44	46208.014489/2014-85	204848997	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
45	46208.014490/2014-18	204849047	Acarneiro Engenharia Ltda - ME	GO
46	46234.002756/2014-54	204772974	Altamiro de Sousa Filho	MG
47	46245.004492/2013-63	202485285	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
48	46245.004493/2013-16	202485293	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
49	46245.004495/2013-05	202485331	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
50	46245.004496/2013-41	202485277	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
51	46245.004497/2013-96	202485111	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
52	46245.004498/2013-31	202485269	API SPE26 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	MG
53	47747.006696/2015-11	206983654	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda	MG
54	47747.000339/2016-11	208766693	Conservo Servicos Gerais Ltda	MG
55	46241.000517/2011-28	22260161	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG
56	46241.000518/2011-72	22260153	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG
57	46241.000519/2011-17	22269010	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG
58	46241.000520/2011-41	22173501	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG
59	46240.000356/2016-97	209021357	Joao Marques Bastos	MG
60	46240.000358/2016-86	209030852	Joao Marques Bastos	MG
61	46240.000359/2016-21	209030950	Joao Marques Bastos	MG
62	46240.000360/2016-55	209030992	Joao Marques Bastos	MG
63	46240.000316/2016-45	208911103	Santiago Empreendimentos e Construcoes Ltda - EPP	MG
64	47747.001146/2016-88	209037831	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
65	47747.001148/2016-77	209037806	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
66	47747.001149/2016-11	209037784	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
67	47747.001150/2016-46	209037776	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
68	47747.001151/2016-91	209037768	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
69	47747.001152/2016-35	209037741	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
70	47747.001153/2016-80	209037725	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
71	47747.001154/2016-24	209037881	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
72	47747.001155/2016-79	209037873	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
73	47747.001157/2016-68	209037849	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
74	47747.001158/2016-11	209037903	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
75	47747.001159/2016-57	209037920	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
76	47747.001160/2016-81	209037946	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
77	47747.001161/2016-26	209037954	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
78	47747.001162/2016-71	209037971	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
79	47747.001165/2016-12	209035072	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
80	47747.001174/2016-03	209036265	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
81	47747.001176/2016-94	209039086	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
82	47747.001177/2016-39	209039078	Topo Engenharia e Consultoria Ltda	MG
83	46653.006496/2014-55	205352251	Pantanal Vigilância e Segurança Ltda - ME	MT
84	46213.009361/2007-00	16821564	Hospital Memorial Sao Jose Ltda	PE
85	46213.009367/2007-79	16821611	Hospital Memorial Sao Jose Ltda	PE
86	46213.009369/2007-68	16821637	Hospital Memorial Sao Jose Ltda	PE
87	46213.009372/2007-81	16821661	Hospital Memorial Sao Jose Ltda	PE
88	46318.001429/2016-17	209115513	Conterpavi Construções Terraplenagem Pavimentação Ltda.	PR
89	46871.001177/2012-17	20770650	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
90	46871.001178/2012-61	20770669	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
91	46871.001179/2012-14	20770677	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
92	46871.001180/2012-31	20770685	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
93	46871.001181/2012-85	20770693	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
94	46871.001182/2012-20	20770707	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
95	46871.001183/2012-74	20770715	Aguas de Santo Antonio S.A	RJ
96	46871.001187/2012-52	20770758	Aguas de Santo Antonio S.A.	RJ
97	46215.006865/2012-15	22851976	Investicob Investgacao e Cobranca Ltda	RJ
98	46228.003314/2013-23	201438046	M R Rios Pereira Construcoes Ltda - ME	RJ
99	46228.003315/2013-78	201438071	M R Rios Pereira Construcoes Ltda - ME	RJ
100	46228.003316/2013-12	201438011	M R Rios Pereira Construcoes Ltda - ME	RJ
101	46228.003317/2013-67	201437970	M R Rios Pereira Construcoes Ltda - ME	RJ
102	46215.020034/2013-29	201611791	Persona - Vigilancia e Seguranca Ltda - ME	RJ
103	46215.475238/2009-17	19403615	Pizzaria NS2000 Ltda.	RJ
104	46334.005190/2013-11	202559238	Posto de Gasolina Maior Ltda	RJ
105	46871.001215/2012-31	20512023	Residencial Cidade Nova	RJ
106	46871.001216/2012-86	20512031	Residencial Cidade Nova	RJ
107	46871.001217/2012-21	20512040	Residencial Cidade Nova	RJ
108	46871.001218/2012-75	20512058	Residencial Cidade Nova	RJ
109	46871.001219/2012-10	20512066	Residencial Cidade Nova	RJ
110	46215.010532/2012-82	20525176	Riotur Empresa de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A	RJ
111	46215.010534/2012-71	20525141	Riotur Empresa de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A	RJ
112	46215.010535/2012-16	20525150	Riotur Empresa de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A	RJ
113	46215.010537/2012-13	20525192	Riotur Empresa de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A	RJ
114	46215.010538/2012-50	20525206	Riotur Empresa de Turismo do Municipio do Rio de Janeiro S.A	RJ
115	46230.004743/2013-79	200596993	Sao Francisco Utilidades - Eireli	RJ
116	46871.000905/2014-35	204138663	SS Carmo Comércio de Informática Ltda. - ME	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

117	46228.002368/2013-71	200969731	Tempero Gourmet do Brasil -Emp. Aliment. Ltda.	RJ
118	46216.003299/2014-33	204152941	Multifos Nutricao Animal Ltda.	RO
119	46216.001381/2015-12	206295626	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
120	46216.001382/2015-59	206295707	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
121	46216.001383/2015-01	206301081	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
122	46216.001384/2015-48	206295740	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
123	46216.001385/2015-92	206295669	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
124	46216.001386/2015-37	206302959	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
125	46216.001405/2015-25	206291159	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
126	46216.001406/2015-70	206300468	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
127	46216.001412/2015-27	206301758	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
128	46216.001413/2015-71	206288794	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
129	46216.001415/2015-61	204663890	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
130	46216.001423/2015-15	206300417	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
131	46216.001424/2015-51	206290969	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
132	46216.006153/2015-21	208464531	Sol Arte Papelaria Ltda - EPP	RO
133	46216.006154/2015-75	208464549	Sol Arte Papelaria Ltda - EPP	RO
134	46218.013987/2013-19	201577178	Caixa Econômica Federal	RS
135	46274.000148/2014-39	202639851	FDC Indústria de Pré-Fabricados de Concreto Ltda. - EPP	RS
136	46218.016737/2015-94	208115196	Vit Servicos Auxiliares de Transportes Aereos Ltda	RS
137	46218.016738/2015-39	208115099	Vit Servicos Auxiliares de Transportes Aereos Ltda	RS
138	46218.016739/2015-83	208115111	Vit Servicos Auxiliares de Transportes Aereos Ltda	RS
139	46301.000153/2015-58	205791921	MG Materiais de Construcao Ltda	SC
140	46301.000216/2015-76	205793398	MG Materiais de Construcao Ltda	SC
141	46221.001469/2014-76	202994503	Fazenda de Cana de Açúcar Taquari Ltda.	SE
142	46221.001470/2014-09	202994511	Fazenda de Cana de Açúcar Taquari Ltda.	SE
143	46221.001471/2014-45	202994520	Fazenda de Cana de Açúcar Taquari Ltda.	SE
144	46253.004450/2015-95	207821917	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
145	46253.004451/2015-30	208084827	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
146	46253.004452/2015-84	208084843	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
147	46253.004453/2015-29	208084860	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
148	46253.004454/2015-73	208084886	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
149	46253.004455/2015-18	208084916	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
150	46253.004456/2015-62	208084932	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
151	46253.004457/2015-15	208084941	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
152	46253.004458/2015-51	208084975	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
153	46253.004459/2015-04	208085378	All- America Latina Logistica Malha Norte S/A	SP
154	46258.003923/2013-25	202004040	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
155	46258.003979/2013-80	202070913	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
156	46258.003980/2013-12	202070905	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
157	46258.003985/2013-37	202061001	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
158	46258.003987/2013-26	202036707	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
159	46258.003990/2013-40	202065251	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
160	46258.003991/2013-94	202066444	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
161	46258.003992/2013-39	202064743	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
162	46258.003993/2013-83	202063925	Constrinvest Construtora e Comercio Ltda. EPP	SP
163	46258.002886/2013-38	201325934	Elektro Eletricidade e Servicos S/A	SP
164	46262.005333/2015-30	208602097	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
165	46262.005334/2015-84	208602259	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
166	46262.005335/2015-29	208602437	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
167	46262.005336/2015-73	208601767	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
168	46262.005337/2015-18	208602216	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
169	46262.005338/2015-62	208602330	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
170	46262.005339/2015-15	208601759	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
171	46262.005340/2015-31	208601783	Evolufer Ferramentaria e Usinagens Ltda ME	SP
172	46255.000772/2014-64	203045726	GMR Gradual Realty S.A.	SP
173	46260.002031/2014-49	203341414	GMR Gradual Realty S.A.	SP
174	46260.002032/2014-93	203359879	GMR Gradual Realty S.A.	SP
175	46260.002033/2014-38	203350855	GMR Gradual Realty S.A.	SP
176	46260.002034/2014-82	203351584	GMR Gradual Realty S.A.	SP
177	46260.002035/2014-27	203353226	GMR Gradual Realty S.A.	SP
178	46260.002036/2014-71	203353561	GMR Gradual Realty S.A.	SP
179	46260.002037/2014-16	203359402	GMR Gradual Realty S.A.	SP
180	46260.002038/2014-61	203359623	GMR Gradual Realty S.A.	SP
181	46260.002039/2014-13	203360672	GMR Gradual Realty S.A.	SP
182	46260.002040/2014-30	203360842	GMR Gradual Realty S.A.	SP
183	46260.002041/2014-84	203361105	GMR Gradual Realty S.A.	SP
184	46260.002593/2014-92	203605381	GMR Gradual Realty S.A.	SP
185	46260.002594/2014-37	203604628	GMR Gradual Realty S.A.	SP
186	46260.002595/2014-81	203540506	GMR Gradual Realty S.A.	SP
187	46260.002596/2014-26	203599047	GMR Gradual Realty S.A.	SP
188	46260.002597/2014-71	203598733	GMR Gradual Realty S.A.	SP
189	46260.003218/2014-60	203964357	GMR Gradual Realty S.A.	SP
190	46264.000461/2014-96	23889241	GP - Guarda Patrimonial de Sao Paulo Ltda	SP
191	46255.000499/2014-78	202895793	GP - Guarda Patrimonial de Sao Paulo Ltda.	SP
192	46260.007392/2014-81	205234321	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	SP
193	46260.007393/2014-26	205234224	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	SP
194	46260.007395/2014-15	205234275	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	SP
195	46260.007396/2014-60	205234348	Rio de Janeiro Refrescos Ltda	SP
196	46260.007397/2014-12	205563180	Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	SP
197	46385.000360/2015-20	207904260	Sapore S.A.	SP
198	46258.002259/2014-88	203713940	Supermercado Estrela de Regente Feijo Ltda	SP
199	46258.000353/2015-83	205886086	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
200	46258.000354/2015-28	205886213	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
201	46258.000355/2015-72	205886302	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
202	46258.000356/2015-17	205887805	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
203	46258.000357/2015-61	205887708	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
204	46258.000358/2015-14	205887601	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
205	46258.000359/2015-51	205887546	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
206	46258.000360/2015-85	205887481	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
207	46258.000361/2015-20	205887422	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
208	46258.000362/2015-74	205887236	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
209	46258.000363/2015-19	205887201	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
210	46258.000364/2015-63	205887091	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
211	46258.000365/2015-16	205886744	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
212	46258.000366/2015-52	205886566	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
213	46258.000431/2015-40	205911421	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
214	46258.000432/2015-94	205911447	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
215	46258.000433/2015-39	205911609	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
216	46258.000434/2015-83	205911676	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
217	46258.000435/2015-28	205911757	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

218	46258.000436/2015-72	205911781	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
219	46258.000437/2015-17	205911901	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
220	46258.000438/2015-61	205912044	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
221	46258.000439/2015-14	205912117	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
222	46258.000440/2015-31	205912168	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
223	46258.000441/2015-85	205912273	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
224	46258.000442/2015-20	205912311	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
225	46258.000443/2015-74	205912362	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
226	46258.000444/2015-19	205912443	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
227	46258.000445/2015-63	205912486	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
228	46258.000446/2015-16	205912583	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
229	46258.000447/2015-52	205912648	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
230	46258.000448/2015-05	205912737	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
231	46258.000449/2015-41	205912834	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
232	46258.000462/2015-09	205909914	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
233	46258.000463/2015-45	205909965	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
234	46258.000464/2015-90	205909990	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
235	46258.000465/2015-34	205910068	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
236	46258.000466/2015-89	205910092	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
237	46258.000467/2015-23	205910131	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
238	46258.000468/2015-78	205910157	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
239	46258.000469/2015-12	205910173	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
240	46258.000470/2015-47	205910238	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
241	46258.000471/2015-91	205910271	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
242	46258.000472/2015-36	205910335	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
243	46258.000473/2015-81	205910394	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
244	46258.000474/2015-25	205910475	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
245	46258.000635/2015-81	206080794	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
246	46258.000636/2015-25	206080883	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
247	46258.000637/2015-70	206080921	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
248	46258.000638/2015-14	206080999	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
249	46258.000698/2015-37	206081812	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
250	46258.000699/2015-81	206082002	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
251	46258.000771/2015-71	206063873	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
252	46258.000772/2015-15	206076215	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
253	46258.001310/2015-15	206516509	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
254	46258.001311/2015-60	206516479	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
255	46258.001312/2015-12	206516444	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
256	46258.001313/2015-59	206517068	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
257	46258.001314/2015-01	206515251	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
258	46258.001315/2015-48	206515227	Supermercado Estrela de Regente Feijó Ltda	SP
259	46219.029082/2008-85	015351351	União Química Farmacêutica Nacional S.A.	SP
260	46255.000284/2015-38	205842852	Urbitec Construcoes Ltda	SP
261	46255.000385/2015-17	205930786	Urbitec Construcoes Ltda	SP
262	46255.000386/2015-53	205930131	Urbitec Construcoes Ltda	SP
263	46255.000512/2015-70	205930328	Urbitec Construcoes Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46241.000521/2011-96	100.196.268	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG
2	46241.000522/2011-31	705.038.611	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	MG

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46247.001198/2013-80	202538958	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
2	46247.001199/2013-24	202539423	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
3	46247.001200/2013-11	202539750	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
4	46247.001205/2013-43	202545555	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
5	46247.001207/2013-32	202546055	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
6	46247.001208/2013-87	202546187	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
7	46247.001209/2013-21	202546331	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
8	46247.001210/2013-56	202546667	Frisa Frigorifico Rio Doce S A	MG
9	46230.008327/2012-69	20506848	Consorcio Queiroz Galvao - Iesa - Galvao	RJ
10	46216.001404/2015-81	206291281	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO
11	46216.001414/2015-16	206301600	Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondonia	RO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46240.001236/2014-45	200.310.771	Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais	MG

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.005801/2013-74	025450409	Usina Santa Maria Ltda.	BA
2	47904.005802/2013-19	025450417	Usina Santa Maria Ltda.	BA
3	47904.005803/2013-63	025450425	Usina Santa Maria Ltda.	BA
4	47904.005807/2013-41	025450468	Usina Santa Maria Ltda.	BA
5	47904.005808/2013-96	025450476	Usina Santa Maria Ltda.	BA

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.001979/2015-16	205944159	Caixa Econômica Federal	BA
2	47904.001992/2015-67	205944281	Caixa Econômica Federal	BA
3	47904.001993/2015-10	205944299	Caixa Econômica Federal	BA
4	47904.002003/2015-52	205944388	Caixa Econômica Federal	BA
5	47904.011421/2013-79	201058065	Nascimento Premoldados Ltda. - ME	BA
6	46275.000397/2015-03	205877184	Associação Hospital de Caridade de Santo Angelo	RS
7	46473.003453/2013-55	200983512	Expertise Marketing Promocional Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.008410/2012-15	020489668	Rápido Araguaia Ltda.	GO
2	46306.000733/2015-03	206508506	Motos Mato Grosso Ltda.	MT
3	47533.015349/2013-14	202481000	Mendes & Zanini Confecções Ltda. - ME	PR
4	46216.000736/2014-67	202743292	Auto Posto Calama Ltda.	RO
5	46275.000398/2015-40	205877397	Associação Hospital de Caridade de Santo Angelo	RS
6	46258.003986/2013-81	202035972	Constrinvest Construtora e Comércio Ltda. - EPP	SP
7	46261.006138/2014-56	205284302	M.C. Figueira Rodrigues - Brinquedos e Presentes Ltda.	SP

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.012106/2013-69	201200694	Nascimento Premoldados Ltda. - ME	BA

3) Pelo arquivamento em razão de:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46397.000122/2006-94	11958731	Auto Posto Santa Branca Ltda.	SP

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processo de interdição no seguinte termo:

Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46655.000118/2018-71	4.007.688-1	Indústria e Comércio de Espumas e Colchões Cuiabá Ltda.	MT

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Di reitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 277, DE 24 DE JULHO DE 2018

Altera a Portaria MDH n° 179, de 5 de abril de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto n° 9.417, de 20 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria MDH n° 179, de 5 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A Comissão DUDH 70 será composta por um representante titular e um suplente das seguintes unidades do Ministério dos Direitos Humanos:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria Nacional de Cidadania;

III - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

IV - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

V - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

VI - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

VII - Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 298, DE 23 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos para a concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 160, de 7 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 9 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam regulamentados, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, os procedimentos relativos à concessão de diárias e à emissão de passagens em território nacional e internacional, realizadas no interesse da Administração Pública.

Art. 2º A emissão de diárias e passagens ocorrerá, exclusivamente, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Art. 3º O Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos definirá os limites de gastos com diárias e passagens aéreas de cada unidade gestora do Ministério no início de cada exercício.

Parágrafo único. Os limites de que trata o caput poderão ser reajustados em negociação com a Secretaria Executiva, desde que haja justificava técnica e disponibilidade orçamentária, a partir de proposta apresentada pelos Secretários Nacionais.

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins desta portaria, consideram-se:

I - agenciamento de viagens: serviço prestado por agência de turismo, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços correlatos, conforme especificações contidas no instrumento convocatório;

II - bilhete de passagem: compreende a tarifa e a taxa de embarque;

III - cartão de Pagamento do Governo Federal - (CPGF) - Passagem Aérea: meio de pagamento eletrônico, operacionalizado por instituição financeira autorizada, de uso exclusivo para pagamento das despesas relativas à aquisição direta de passagens aéreas;

IV - companhia aérea: empresa de prestação de serviços aéreos comerciais de transporte de passageiros;

V - ordenador de despesa: autoridade investida de competência para autorizar a emissão de empenho, pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda;

VI - passagem aérea: compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;

VII - proponente ou concedente: autoridade responsável pela aprovação da viagem no SCDP e pela aprovação da prestação de contas da viagem realizada;

VIII - administrador de reembolso: responsável por acompanhar as solicitações de crédito dos bilhetes de passagens não utilizados nas situações de cancelamento do bilhete, alterações no trecho, não aprovação da PCDP com bilhete emitido ou não realização da viagem;

IX - Proposta de Concessão de Diárias e Passagens cadastrada (PCDP): proposta cadastrada no SCDP, onde constam os dados do servidor, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

X - serviços correlatos: serviços prestados pelas agências de turismo que se interligam com a prestação de serviços de agenciamento de viagens tais como: transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros;

XI - solicitante de passagem: servidor formalmente designado pela autoridade competente, no âmbito de cada unidade, de acordo com o disposto no regimento de cada órgão ou entidade, responsável por realizar os procedimentos administrativos descritos nos incisos II e III do artigo 13 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 3/2015;

XII - trecho: compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea.

XIII - assessor: servidor que auxilia, orienta, presta assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e ao titular de cargo de natureza especial, subsidiando-os com análises, proposições, dados ou informações de caráter técnico e tático, em matérias afetas aos compromissos, eventos, reuniões da autoridade superior;

TÍTULO II

DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Art. 5º A concessão de diárias, passagens e locomoção deverá ser autorizada, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), pelo Secretário-Executivo.

Parágrafo único. O Secretário-Executivo Adjunto poderá, excepcionalmente, autorizar a concessão de diárias, passagens e locomoção quando a indisponibilidade do Secretário-Executivo puder inviabilizar a viagem.

Art. 6º A solicitação de autorização para as viagens, realizada por despacho da Autoridade Superior do órgão, deverá ser protocolada à Secretaria Executiva do Ministério dos Direitos Humanos, via SEI, contendo, de modo claro e objetivo, os seguintes dados:

I - tipo da viagem (evento, reunião, curso, congresso, capacitação etc.);

II - cargo e/ou função;

III - quantidade de pessoas e seus nomes;

IV - justificativa da viagem;

V - discriminação das atividades a serem executadas pelas pessoas;

VI - programação do evento / missão e pauta da reunião.

VII - trechos e datas de ida e de volta;

VIII - duração total;

IX - cotação;

X - valor total das diárias;

XI - valor total do adicional de deslocamento;

XII - valor total das passagens;

XIII - valor total;

XIV - justificativa para o afastamento quando ocorrer aos sábados, domingos e feriados;

XV - justificativa para solicitação apresentada fora do prazo;

XVI - justificativa para embarque e desembarque em trechos distintos (quando houver);

XVII - justificativa para participação de suplente (quando houver); e

XVIII - justificativa para aquisição de passagens terrestres e/ou fluviais (ressarcimento).

Art. 7º Para viagens nacionais, as solicitações de autorização de viagem deverão ser protocolados com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data inicial do deslocamento.

§ 1º Fica facultado o envio da autorização prévia, via SEI, da Secretaria Executiva nas reuniões ordinárias dos Conselhos, desde que obedecido o prazo mínimo de dez dias de antecedência na aquisição das passagens no SCDP;

§ 2º Havendo solicitação de cancelamento da viagem do Conselheiro titular em prazo inferior a dez dias, após emitido o bilhete, não será caracterizada urgência para a concessão de passagens e diárias ao Conselheiro suplente.

Art. 8º Para viagens internacionais, o prazo para recebimento de processo administrativo pela Secretaria Executiva será de, pelo menos, trinta dias do início da missão, observados os requisitos para os afastamentos nacionais, devendo constar ainda:

I - carta-convite ou documento congênere manifestando interesse da organização do evento, organismo ou entidade internacional, governo estrangeiro, quanto à participação de representante do Ministério dos Direitos Humanos; e

II - memorando com solicitação de autorização do dirigente da unidade, ou seu substituto legal, informando o nome da pessoa indicada a participar da missão, expressando a existência de ônus, ônus limitado ou sem ônus para a Instituição, conforme disposto no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985.

Parágrafo único. Nos casos de solicitação de passagens e diárias para missão no exterior de pessoas sem vínculo com a administração pública, a Secretaria demandante deverá, além do requerido no caput, elaborar minuta de exposição de motivos, contendo as justificativas quanto à escolha do colaborador, a ser submetida ao Ministro de Estado, com a finalidade de alcançar autorização do Exmo. Sr. Presidente da República, na forma do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 9º Em caráter excepcional, a autoridade superior poderá autorizar viagem em prazo inferior ao estabelecido nos arts. 6º e 7º desta portaria, desde que devidamente formalizada a justificativa e comprovada a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

Art. 10. Concedida a autorização por meio de despacho, o procedimento seguirá o fluxo normal do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

Parágrafo único. Cabe ao servidor responsável pela solicitação de autorização eletrônica o controle da inserção dos dados no SCDP.

TÍTULO III

DA PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - PCDP

Art. 11. O cadastramento no SCDP observará a exigência de dados e documentos anexados à proposta de concessão de diárias e passagens do sistema. Para deslocamentos de servidores da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional, do Ministério dos Direitos Humanos, ou convidados de outros órgãos de outras esferas, colaboradores eventuais e conselheiros, são necessários:

I - formulário obrigatório devidamente preenchido, conforme modelo constante no Anexo I;

II - memorando de solicitação de autorização da viagem;

III - autorização formal da autoridade superior;

IV - convite;

V - programação da missão;

VI - atos normativos de criação de instâncias colegiadas, bem como, ato de designação de conselheiros e respectivos suplentes; e

VII - documentação que comprove a participação em atividades que exijam a realização de trechos com embarque e desembarque em locais distintos (quando houver).

Art. 12. As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o servidor por despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, e serão calculadas com valores definidos na legislação específica.

§ 1º O servidor não fará jus ao recebimento de diárias, devendo escolher a opção de 0% (zero por cento) para o percentual no valor das diárias, quando do cadastramento da PCDP, nos seguintes casos:

I - as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana forem custeadas pela administração, entidade nacional ou entidade estrangeira;

II - a natureza da missão implicar a ausência de despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana;

III - o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo;

IV - o deslocamento ocorrer dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião em que o servidor estiver sediando, desde que constituídas por municípios limítrofes e regulamente instituídas por Lei Complementar; e

V - as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana for custeada por governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.

§ 2º O servidor fará jus à metade do valor da diária, devendo escolher a opção de 50% (cinquenta por cento) para o percentual no valor das diárias, quando do cadastramento da PCDP, nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos dentro do território nacional:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

b) quando retornar à sede de serviço no dia;

c) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

d) quando o servidor ficar hospedado em imóvel pertencente a União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades; ou

e) quando designado para compor equipe de apoio às viagens do Presidente ou do Vice-Presidente da República;

II - nos deslocamentos para o exterior:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

b) quando houver mais de um pernoite fora do país, no dia da partida do território nacional;

c) quando chegar ao território nacional no dia;

d) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

e) quando o servidor ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades;

f) quando o governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com alimentação ou pousada.

§ 3º O servidor fará jus à totalidade do valor da diária, devendo escolher a opção de 100% (cem por cento) para o percentual no valor das diárias, quando do cadastramento da PCDP, em todas as situações não previstas nos §§ 1º e § 2º deste artigo.

§ 4º O servidor que, na qualidade de assessor, acompanhar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos, bem como o titular de cargo de natureza especial, fará jus à diária correspondente a de titular de cargo de natureza especial;

§ 5º O servidor que acompanhar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos, bem como o titular de cargo de natureza especial, para preparar ou prestar apoio logístico em assuntos relacionados à organização de eventos, reuniões ou compromissos do Ministro de Estado, bem como informá-lo dos detalhes de sua participação, fará jus à diária correspondente ao cargo que ocupa, conforme estabelecido na NOTA TÉCNICA Nº 88/2014/CGNOR/DENOP/SEGEP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 13. Serão descontadas as importâncias percebidas pelo servidor como auxílio-transporte e auxílio-alimentação relativos aos dias úteis, inclusive o de retorno.

Art. 14. A concessão de diárias para membros de colegiados observará as seguintes regras:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - no caso de colegiados com composição definida por lei ou decreto, a diária corresponderá ao valor previsto no item "c" do Anexo I do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006; e

II - no caso de colegiados com composição definida por ato de hierarquia normativa inferior a decreto, a concessão dependerá de autorização do Secretário-Executivo e a diária corresponderá ao valor previsto no item "e" do Anexo I do Decreto nº 5.992, de 2006.

§ 1° A concessão de diárias para membros de colegiados representantes de outros entes da Federação, de outros Poderes, de Empresas Públicas ou de Sociedades de Economia Mista poderá ser realizada nas seguintes hipóteses:

I - o Secretário-Executivo declara que é de interesse da União a presença de determinado membro no evento ou atividade que ensejou a viagem;

II - o membro declara que representa associação em âmbito municipal ou estadual, ou entidade equivalente; ou

III - o membro declara que naquele evento ou atividade não representa exclusivamente o ente com o qual mantém vínculo.

§ 2° Em qualquer das hipóteses previstas no § 1º, será exigida do membro declaração de que não recebe diárias da entidade que representa.

Art. 15. Será concedido adicional, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento do local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Parágrafo único. Quando a locomoção urbana ocorrer por meio oficial diverso ou viabilizado pela Administração, não será devido o adicional de deslocamento.

Art. 16. A aquisição de passagens aéreas será realizada diretamente junto às companhias aéreas credenciadas, por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

§ 1° Os procedimentos relativos à concessão de passagens aéreas e diárias, desde a solicitação até a prestação de contas da viagem, serão de responsabilidade da respectiva unidade gestora.

§ 2° Os perfis de ordenador de despesa e proponente/concedente no SCDP será exercido pelo substituto nos casos de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.

§ 3° O CPGF ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade gestora, ao qual será atribuído o perfil de ordenador de despesas no SCDP, Titular do Cartão de Crédito e Fiscal de Contrato.

Art. 17. As propostas de concessão de diárias e passagens em viagens internacionais serão precedidas de autorização para afastamento do país concedida pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos, e será publicada no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A autorização para afastamento a que alude esse artigo poderá ser delegada, conforme previsão expressa.

Art. 18. As propostas de concessão de diárias e passagens serão instruídas e operacionalizadas, obrigatoriamente, no SCDP.

§ 1° Nas hipóteses excepcionais de inoperância do SCDP, poderá ser solicitada à Secretaria Executiva autorização para a concessão de diárias e passagens sem a utilização do SCDP.

§ 2° Nas hipóteses de que trata o § 1°, a solicitação deverá conter a justificativa técnica sobre o problema ocorrido e será assinada pelo proponente e ordenador de despesas, devendo o solicitante da unidade proponente inserir as informações e documentos no SCDP tão logo seja retomada a normalidade do seu funcionamento.

§ 3° A operacionalização do SCDP será realizada por servidores do Ministério formalmente designados, sendo vedada a atuação de colaboradores, prestadores de serviços, consultores e estagiários.

Art. 19. A solicitação da proposta deverá ser realizada no SCDP, de forma a garantir que a reserva dos trechos ocorra com antecedência mínima de 10 dias do início da viagem no SCDP.

Parágrafo único. As viagens em prazo inferior ao estabelecido no caput só serão aceitas com justificativa formalizada pela unidade proponente.

Art. 20. Cabe ao Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos autorizar despesas referentes a:

I - deslocamentos de servidores por prazo superior a 10 (dez) dias contínuos;

II - mais de 40 (quarenta) diárias intercaladas por servidor no ano;

III - deslocamentos de mais de 10 (dez) pessoas para o mesmo evento;

IV - deslocamentos em caráter de urgência; e

V - deslocamentos relativos a atividades necessárias de sigilo.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso I do caput à concessão de diárias e passagens necessárias à participação de servidores em cursos de formação ou de aperfeiçoamento ministrado por escolas de governo.

§ 2º É considerado deslocamento em caráter de urgência a viagem nacional cuja data de solicitação de concessão de diária e passagem no SCDP seja inferior a dez dias de sua ocorrência.

§ 3º A autorização para deslocamentos em caráter de urgência será discricionária, e dependerá de justificativa expressamente apresentada pela chefia imediata do servidor, apontando obrigatoriamente:

a) o motivo da não apresentação das informações em tempo hábil para aprovação;

b) a imprescindibilidade para a ocorrência da atividade fora do prazo; e

c) a impossibilidade de remarcação.

§ 4º Na hipótese do inciso V, as autorizações para despesas com diárias e passagens no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos poderão ser realizadas de forma confidencial, quando envolverem operações relativas aos programas federais de proteção a pessoas ameaçadas ou outras ações, conforme dispuser lei, desde que expressamente justificadas e considerando o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º Configura-se a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas a aceitação da justificativa, conforme o disposto no § 2º do art. 5º do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

§ 6º A recorrência dos encaminhamentos em caráter de urgência poderá gerar consideração de "ato antieconômico" e, por decorrência, a responsabilização da autoridade solicitante.

Art. 21. A escolha da tarifa mais vantajosa recairá sobre o menor preço que atenda a condições de conveniência de horário, ao período de participação do servidor no evento, ao tempo de traslado e à otimização do trabalho, e obedecerá aos seguintes parâmetros:

I - a escolha do voo deve recair prioritariamente em percursos de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

II - os horários de partida e de chegada devem estar compreendidos no período entre 7 e 21 horas, salvo inexistência de voos;

III - o horário de chegada do voo deve anteceder o horário previsto para o início dos trabalhos em, no mínimo, 3 horas.

§ 1º Deverão ser expressamente justificadas, realizando-se com estrita finalidade pública, as solicitações de deslocamentos que se iniciarem em sextas-feiras, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados.

§ 2º Em viagens internacionais, realizadas no período noturno, quando a soma dos trechos da origem até o destino ultrapassar 8 horas, o embarque ocorrerá, prioritariamente, com um dia de antecedência.

§ 3º A escolha da tarifa privilegiará o menor preço, prevalecendo a classe econômica, observado o disposto neste artigo, e no art. 1º do decreto nº 9.280, de 6 de fevereiro de 2018.

Art. 22. As solicitações poderão incluir restrições quanto ao aeroporto de embarque ou desembarque nas cidades em que houver mais de um, desde que estejam acompanhadas de justificativas que evoquem interesses da Administração, otimização do tempo de trabalho ou preservação da capacidade laborativa do proposto.

Art. 23. Os gastos com bagagem despachada pelo servidor ou pessoa a serviço, serão ressarcidos quando o afastamento se der por mais de 2 (dois) pernoites fora da sede, limitado a uma peça por pessoa, observadas as restrições de peso ou volume impostas pela companhia aérea, mediante comprovação nominal do pagamento.

Parágrafo único. Quando o custo de compra de passagem sem bagagem acrescido do custo de ressarcimento da compra da mesma junto à companhia aérea for menor que o custo de compra de passagem com bagagem despachada inclusa, recomenda-se a escolha da primeira opção.

Art. 24. As alterações de bilhetes serão realizadas apenas no âmbito do SCDP e após a autorização do proponente, ordenador de despesas e da autoridade superior, desde que comprovado o interesse público e solicitadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas do horário de embarque.

§ 1° A solicitação de autorização de alteração de bilhete deverá ser requerida via SEI ou e-mail, pela unidade gestora à Secretaria Executiva.

§ 2° Os procedimentos para alteração terão andamento no SCDP, mediante complementação ou nova solicitação.

Art. 25. O proposto poderá alterar, às suas custas, percurso, data ou horário dos bilhetes nacionais anteriormente emitidos, desde que cumprido o objetivo de sua viagem e não haja comprometimento do desempenho de suas atribuições no órgão de exercício.

Parágrafo único. Nos casos de não comparecimento do proposto ao embarque no horário estabelecido, ficarão sob sua responsabilidade as despesas relacionadas a eventuais alterações.

Art. 26. Quando o proposto não informar à unidade proponente acerca da não utilização dos bilhetes emitidos, implicando na impossibilidade de reembolso ao Ministério dos Direitos Humanos dos valores pagos, ele deverá ressarcir o erário o montante correspondente ao prejuízo havido.

Parágrafo único. O proponente/concedente da unidade gestora analisará a justificativa do proposto, podendo facultativamente acatá-la, isentando-o do pagamento do reembolso.

TITULO V

DA APROVAÇÃO DAS PCDP's

Art. 27. O proponente, autoridade superior e ordenador de despesas deverão retornar a PCDP ao solicitante quando:

I - o percentual de diárias escolhido estiver em desacordo com o artigo 11 desta portaria;

II - o desconto de auxílio-alimentação e transporte estiver em desacordo com o artigo 12 desta portaria;

III - os trechos cadastrados não corresponderem aos destinos mencionados na autorização formal da autoridade superior;

IV - o adicional de deslocamento estiver em desacordo com o art. 14 desta portaria;

V - o disposto no art. 20 desta portaria não for observado; ou

VI - o SCDP indicar que o proposto tem uma ou mais prestações de contas pendentes.

Art. 28. É vedada ao proponente a aprovação da prestação de contas das suas próprias viagens, ficando a aprovação delegada ao seu substituto.

Art. 29. É vedada à autoridade superior aprovar a sua própria viagem, ficando a autorização delegada ao seu substituto ou ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos.

TITULO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 30. Para a prestação de contas de missões em território nacional, o servidor ou colaborador eventual deverá apresentar, no prazo máximo de cinco dias corridos, no SCDP e SEI, contados da conclusão da missão, os seguintes documentos:

I - relatório de viagem (Anexo I), constando, além da agenda realizada, relato detalhado de atividades desenvolvidas, bem como proposição de ações, programas ou plano de trabalho como consequência da missão realizada;

II - apresentação dos bilhetes ou canhotos dos cartões de embarque, em original ou segunda via, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela companhia aérea, bem como por meio do registro eletrônico da situação da passagem no SCDP; e

III - apresentação de documentos relacionados com o objetivo das viagens realizadas a serviço, a exemplo de atas de reunião, certificados de participação ou presença, entre outros.

Art. 31. Para a prestação de contas de missões em território internacional, o servidor ou colaborador eventual deverá apresentar, no prazo máximo de quinze dias, no SCDP e SEI, contados da conclusão da missão, os seguintes documentos:

I - relatório de viagem substanciado, informando relato detalhado de atividades desenvolvidas no período, os objetivos esperados e alcançados, os benefícios auferidos para a proteção dos direitos humanos a partir da missão, bem como sugestões de encaminhamentos internos e relativos a desenvolvimento de cooperação técnica internacional;

II - original ou segunda via dos canhotos dos cartões de embarque, ou bilhete eletrônico, ou o recibo do passageiro obtido quando da realização do check-in via internet, ou a declaração fornecida pela empresa de transporte;

III - documentos relacionados com o objetivo das viagens realizadas a serviço, a exemplo de atas de reunião, certificados de participação ou presença, entre outros;

IV - formulário de resultados da missão internacional, conforme modelo (Anexo I); e

V - documentação que comprove a impossibilidade de participação quando se tratar de solicitação de cancelamento de bilhetes.

Art. 32. O servidor ou o colaborador eventual ficará impedido de realizar nova viagem enquanto estiverem pendentes as prestações de contas a que se referem os artigos 31 e 32 desta portaria.

Art. 33. Havendo passagens ou diárias concedidas e não utilizadas em sua integralidade, a prestação de contas ocorrerá mediante o encaminhamento dos documentos ao administrador de reembolso no prazo máximo de cinco dias corridos, acompanhados de relatório com justificativa da sua não utilização.

Parágrafo único. Caso o retorno do servidor ocorra em data anterior ao autorizado no SCDP, as diárias recebidas em excesso deverão ser restituídas.

Art. 34. Na hipótese de alteração do período da viagem por interesse da Administração, a unidade gestora deverá, no ato da prestação de contas no SCDP, realizar o ajuste necessário para adequação dos valores das diárias com vistas à sua complementação, no caso de permanência superior à planejada, ou posterior emissão da Guia de Recolhimento da União pela Divisão de Diárias e Passagens da Coordenação-Geral de Logística - DIVDIP para devolução de valores, no caso de permanência inferior à planejada.

Parágrafo único. A devolução de valores deverá ser providenciada pelo proposto no prazo máximo de cinco dias corridos, contados da data do retorno à sede originária de serviço, em caso de utilização parcial, ou da data prevista para o início da viagem, se não houver o deslocamento, mediante quitação de Guia de Recolhimento da União emitida pela DIVDIP.

CAPÍTULO VII

DA RESTITUIÇÃO

Art. 35. As solicitações de restituição de valores referentes a serviços correlatos deverão ser encaminhadas junto às solicitações de passagens à autoridade superior via SEI.

Art. 36. As solicitações de autorização de restituição de gastos com bagagem devem ser encaminhadas para o ordenador de despesas da área, via processo SEI, com as informações necessárias à avaliação, sendo:

I - número da PCDP;

II - motivo da viagem (evento, reunião, curso, congresso, capacitação etc.);

III - período da viagem;

IV - justificativa para a solicitação de ressarcimento;

V - valor do ressarcimento; e

VI - comprovantes legíveis de compras do objeto a ser ressarcido.

Art. 37. Cabe ao ordenador de despesas avaliar a solicitação e encaminhar o parecer à DIVDIP deste Ministério, que o lançará no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

Art. 38. Os ressarcimentos de gastos com bagagens despachadas se darão em comprimento com a legislação descrita na Instrução Normativa Nº 4, de 11 de julho de 2017.

TITULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. O trâmite processual referente à solicitação de passaporte oficial será informado por meio de memorando-circular da Secretaria Executiva.

Parágrafo único. Fica estipulada a obrigatoriedade da devolução do passaporte oficial à Administração quando da exoneração dos ocupantes de cargos em comissão que não tenham vínculo com a administração pública federal.

Art. 40. Qualquer demanda referente a cadastro ou exclusão de usuários, alteração de perfil ou atualização de dados cadastrais no SCDP deverá ser dirigida à DIVDIP.

Art. 41. Os servidores deste Ministério deverão observar, igualmente, o tutorial do SCDP, que detalha a legislação sobre os afastamentos do país, concessão de diárias e passagens e outras questões correlatas.

Art. 42. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão solucionados pelo Secretário-Executivo, podendo ser ouvidas a Assessoria Especial de Controle Interno e/ou a Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Direitos Humanos.

Art. 43. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Formulários

BRASÃO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS Setor Comercial Sul B - Quadra 9 - Lote C Torre A - Bairro Asa Sul, Edifício Parque Cidade Corporate Brasília-DF - CEP 70.308-200 Telefone: (61) 2027 3878			
FORMULÁRIO OBRIGATÓRIO			
DADOS PESSOAIS			
Nome:		Data de Nascimento:	Grau de escolaridade:
Endereço:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone residencial:	Telefone do trabalho:	Telefone Celular:	
CPF:	Nº da Identidade/Órgão Emissor:	E-mail:	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco:	Código do Banco:		
Código da Agência:	Conta:		
DADOS DA VIAGEM			
Período do Evento:			
Emitir:	( ) Passagem e Diária	( ) Somente Passagem	( ) Somente Diária

TRECHOS		PARTIDA	CHEGADA
ORIGEM (AEROPORTO)	DESTINO (AEROPORTO)	Data/Horário	Data/Horário

(Local), (dia) de (mês) de (ano).

_____

Assinatura
Nome
Cargo

BRASÃO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS Setor Comercial Sul B - Quadra 9 - Lote C Torre A - Bairro Asa Sul, Edifício Parque Cidade Corporate Brasília-DF - CEP 70.308-200 Telefone: (61) 2027 3878	
RELATÓRIO DE VIAGEM	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR, CONVIDADO, CONSELHEIRO OU COLABORADOR	
Nome:	CPF:
Função:	Número da PCDP:
Órgão de Exercício:	
IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO	
( ) Viagem nacional	( ) Viagem internacional
Percurso: Quantidade de diárias recebidas:	Data e hora de partida: Data e hora de chegada:
Justificativa para em caso de prestação de contas realizadas fora do prazo de 5 (cinco) dias para viagens nacionais e 30 (trinta) dia para viagens internacionais, contados a partir da data de retorno à SEDE:	

DATA	DESCRIÇÃO DA(S) ATIVIDADE(S) REALIZADA(S)

(Local), (dia) de (mês) de (ano).

_____

Assinatura

Nome

Cargo

CHECK LIST PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS
a - Relatório de viagem devidamente preenchido b - Documentos comprobatórios da prestação de contas nas atividades previstas (certificados; lista de presença; declaração de comparecimento ou participação; apresentação dos bilhetes ou canhotos dos cartões de embarque, em original ou segunda via, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela companhia aérea, bem como por meio do registro eletrônico da situação da passagem no SCDP

BRASÃO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS Setor Comercial Sul B - Quadra 9 - Lote C Torre A - Bairro Asa Sul, Edifício Parque Cidade Corporate Brasília-DF - CEP 70.308-200 Telefone: (61) 2027 3878
FORMULÁRIO DE RESULTADOS DE MISSÃO INTERNACIONAL
Processo SEI:
Interessado:
Motivo: nome da missão/evento
Período da missão:
1 - Destino cidade/país:
2 - Unidade Solicitante: (Secretaria/Instituição Vinculada):
( ) GM

( ) SE
( ) SNC
( ) SNDCA
( ) SNDPD
( ) SNDPI
( ) SNPIR
( ) SAA
( ) SPO
( ) SECON
( ) AI
( ) ASPAR
( ) CONJUR
3 - A missão foi realizada com a participação de outros servidores e/ou colaboradores eventuais? ( ) Sim. Quantos? _____ ( ) Não. Se sim, quais instituições foram representadas: _____
4 - O número de integrantes da delegação do MDH foi suficiente para cumprir com os objetivos da missão e atender as demandas que surgiram durante a missão? ( ) Sim ( ) Não
5 - A missão atendeu as expectativas institucionais da sua Unidade? ( ) Sim ( ) Não Por que? _____
6 - Foi firmado algum compromisso formal e/ou informal durante a missão? Em caso negativo, avance para a questão 10. ( ) Sim, formal ( ) Sim, informal ( ) Não 6.1 - Marque a natureza do compromisso: ( ) Cooperação cultural ( ) Cooperação técnica ( ) Intercâmbio ( ) Contribuição financeira ( ) Outro. Qual_____ 6.2 - Trata-se de um novo compromisso ou de novas responsabilidades que se inserem em compromissos assumidos anteriormente? ( ) Novo compromisso ( ) Compromisso já existente
7 - Durante a missão sugiram demandas imprevistas que deverão ser resolvidas? ( ) Sim ( ) Não Quais? _____
8 - Sobre a missão, você considera que sua participação atendeu a uma ou mais linhas listadas abaixo? Em caso positivo, qual/quais?
9 - Sobre a relevância da missão para a política internacional do MDH, você considera que ela atendeu de fato à/ao:
9.1 ( ) Aprofundamento das relações na temática de defesa dos direitos humanos
9.2 ( ) Atuação do MDH em organismo internacional ou mecanismo regional prioritário;
9.3 ( ) Cooperação em curso com o governo do país de destino da missão;
9.4 ( ) Impulso ao desenvolvimento de cooperação técnica internacional;
9.5 ( ) Absorção de conhecimentos, técnicas, experiências e/ou informações para; aplicação nas políticas e ações desenvolvidos pelo MDH;
9.6 ( ) Divulgação de boas práticas brasileira na defesa e promoção dos Direitos Humanos;
9.7 ( ) Capacitação no exterior de interesse da unidade demandante.
10 - Use o espaço abaixo para fazer considerações adicionais:
(Local), (dia) de (mês) de (ano). _____ Assinatura Nome Cargo

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 484, DE 26 DE JULHO DE 2018

Altera a Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e revoga dispositivos das Resoluções nºs 25, de 25 de abril de 2008, e 472, de 6 de junho de 2018.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI, XXVI, XXVIII e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.001432/2018-18, deliberado e aprovado na 15ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 24 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre a autorização prévia para a construção de aeródromos e seu cadastramento junto à ANAC, passa a vigorar acrescida do Anexo "Tabela de Infrações", constante do Anexo desta Resolução, e com as seguintes alterações:

"Art.2º .....

.....

§ 3º .....

.....

III - construção ou ampliação de edificações na área operacional dos aeródromos.

IV - (Revogado)

.....

§ 6º Ficam dispensadas de autorização prévia da ANAC as modificações de características físicas de aeródromo existente previstas em Plano Diretor Aeroportuário - PDIR aprovado ou validado, as decorrentes de contrato de concessão e as realizadas em aeródromos certificados.

§ 7º As alterações de características físicas não sujeitas a autorização prévia da ANAC não estão isentas de verificações, inspeções e procedimentos afins realizados para a fiscalização do cumprimento desta ou de outras normas, bem como não conferem a qualquer aeródromo a dispensa do cumprimento das normas de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano, ou expedidas pela Autoridade Aeronáutica, tais como as que exigem análise de objeto projetado no espaço (OPEA)." (NR)

"Art. 11. .....

.....

§ 2º A abertura do aeródromo ao tráfego, objeto de ato do órgão competente da ANAC, terá vigência e aplicabilidade às operações de aeronaves civis após a divulgação das respectivas informações em serviço de informação aeronáutica disponível na internet - AIS WEB, ou outro serviço de informações que vier a substituí-lo ou complementá-lo." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§7º Os operadores de aeródromos certificados pedirão alteração de característica física ou operacional por meio do procedimento previsto no RBAC 139, sendo dispensados de realizar o procedimento previsto no § 1º, inciso I, deste artigo." (NR)

"Art. 17. .....

.....

III - (Revogado)" (NR)

"Art. 17-A. O operador de aeródromo que realizar construção, obra ou alteração física sem autorização prévia da autoridade de aviação civil nos casos em que esta Resolução impõe essa exigência incorrerá nas infrações previstas no Anexo - Tabela de Infrações." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados:

I - na Resolução nº 158, 13 de julho de 2010:

a) o inciso IV do § 3º do art. 2; e

b) o inciso III do art. 17;

II - os itens 2, 3 e 17 da Tabela II - Construção, modificação, operação, manutenção e resposta à emergência em aeródromos, do Anexo III da Resolução nº 25, de 25 de abril de 2008; e

III - as alíneas "a", "b" e "j" da Tabela II - Construção, modificação, operação, manutenção e resposta à emergência em aeródromos, do Anexo III da Resolução nº 472, de 6 de junho de 2018.

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 485, DE 26 DE JULHO DE 2018

Revoga a IAC 135-1002.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.506923/2017-61, deliberado e aprovado na 15ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 24 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Instrução de Aviação Civil 135-1002 (IAC 135-1002), de 20 de setembro de 2005, intitulada "Normas para a elaboração e análise do programa de treinamento de operações para operadores de transporte aéreo regidos pelo RBHA 135"; e

II - a Portaria DAC nº 976/DGAC, de 20 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2005, Seção 1, página 340, que aprovou a mencionada IAC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO PAES DE BARROS JÚNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.290, DE 24 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista os arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.000302/2018-50, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Senador Nilo Coelho / Petrolina (PE) (SBPL), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBPL, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.225, DE 16 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00066.011844/2018-59, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 121-011, Revisão A (IS nº 121-011A), intitulada "Procedimentos para elaboração de programa de treinamento operacional de comissários de voo segundo o RBAC nº 121".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 2.224, DE 16 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.522574/2017-25, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 61-007, Revisão A (IS nº 61-007A), intitulada "Procedimentos para trâmite de informações acerca da execução de um programa de treinamento operacional".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 2.260, DE 19 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.023924/2018-56, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 135-001, Revisão B (IS nº 135-001B), intitulada "Procedimentos para credenciamento de piloto examinador no âmbito do RBAC nº 135".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 2.261, DE 19 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.023924/2018-56, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos desta Portaria, a Instrução Suplementar nº 135-003, Revisão C (IS nº 135-003C), intitulada "Procedimentos para elaboração e efetivação de programas de treinamento operacional (PrTrnOp) para operações conduzidas segundo o RBAC nº 135".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.276, DE 20 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.005751/2018-94, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.159/SPO, de 11 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 13 de julho de 2018, Seção 1, página 101.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

PORTARIA Nº 2.332, DE 25 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137), e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.526128/2017-90, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2011-12-0IEA-01-01, emitido em favor da sociedade empresária POTÊNCIA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, a partir do dia 25 de Julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 2.313, DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso IX do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, § 2º, e 55 da Resolução nº 338, de 22 de julho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00058.025604/2018-31, resolve:

Art. 1º Estabelecer, conforme Anexo desta Portaria, o Calendário de Atividades da temporada de Inverno 2019 (W19) para os Aeroportos Coordenados e Aeroportos de Interesse.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

ANEXO

Calendário de Atividades Aeroportos Coordenados e de Interesse Resolução nº 338/2014	Inverno 2019 W19
Divulgação da Declaração de Capacidade	15/04/2019
Divulgação da Lista de Histórico (SHL)	22/04/2019
Limite para Validação dos Históricos de Slot (AHD)	09/05/2019
Limite para a Submissão Inicial (ISD)	16/05/2019
Divulgação da Alocação Inicial (SAL)	06/06/2019
Conferência Internacional de Slot (SC)	18/06/2019
Limite para Devolução de Slot (SRD)	15/08/2019
Conferência Nacional de Slot (SCB)	20/08/2019
Divulgação da Base de Referência (BDR)	31/08/2019
Vigência da Temporada	27/10/2019 a 28/03/2020

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.252, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002155/2018-10, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 02/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado VIX-30, localizado no porto organizado de Vitória, consubstanciada no documento SEI nº 0554825.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para promoção dos ajustes necessários nos estudos e preenchimento das minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.253, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002985/2018-39, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 03/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário localizado no porto organizado de Cabedelo, denominado AI-01, consubstanciada no documento SEI nº 0554977.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA para promoção dos ajustes necessários nos estudos e preenchimento das minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 6.254, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002989/2018-17, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 03/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário localizado no porto organizado de Cabedelo, denominado AE-10, consubstanciada no documento SEI nº 0554941.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA para promoção dos ajustes necessários nos estudos e preenchimento das minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.255, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002990/2018-41, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 03/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário localizado no porto organizado de Cabedelo, denominado AE-11, consubstanciada no documento SEI nº 0554929.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA para promoção dos ajustes necessários nos estudos e preenchimento das minutas de edital e contrato de arrendamento com os resultados obtidos da equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.256, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010482/2018-37, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de julho de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de consulta e audiência públicas, visando a obtenção de subsídios para aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal localizado no porto organizado de SUAPE, dedicado à movimentação e armazenagem de veículos (cargas Ro-Ro), denominado SUA01.

Art. 2º Determinar à Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade - GMS, desta Agência, providências quanto à apresentação do Termo de Referência Ambiental, de que trata o inciso III do art. 14 da Lei nº 12.815, de 2013.

Art. 3º Determinar ao Gabinete do Diretor-Geral - GAB, desta Agência, providências no sentido de efetuar consultas ao Poder Público Municipal e à Autoridade Aduaneira, nos termos do que dispõem os incisos I e II do art. 14 da Lei nº 12.815, de 2013 e, bem assim, junto à Autoridade Portuária acerca da existência de eventuais ações judiciais em trâmite.

Art. 4º Determinar ao Gabinete do Diretor-Geral - GAB, desta Agência, que adote as providências necessárias para o encaminhamento de proposta junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, visando a equalização do valor atribuído pela Administração aos estudos correspondentes, considerando seu aproveitamento parcial por parte da EPL - Empresa de Planejamento e Logística S/A.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.258, DE 26 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, com fulcro no que determina o art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999, e considerando o que consta do Processo nº 50300.006766/2017-48, resolve:

Art. 1º Conceder Medida Administrativa Cautelar ao pleito de procedência da empresa START NAVEGAÇÃO LTDA, visando a suspensão dos efeitos do Ofício CA-DIRPPRE-GM-150/2018, editado pela Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, para que sejam mantidas as instalações e operação dos armazéns removíveis instalados na retroárea do denominado "Cais de Capuaba", no porto organizado de Vitória, até manifestação conclusiva de mérito por parte da Diretoria Colegiada desta Agência.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 34, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processo nº 50300.002208/2016-22. Fiscalizada: NITSHORE ENGENHARIA E SERVIÇOS PORTUÁRIOS S/A, CNPJ nº 07.522.140/0001-79. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso protocolado, uma vez que tempestivo, e no mérito, dar-lhe provimento parcial, mantendo a aplicação da penalidade de multa no que se refere ao cometimento da infração capitulada no art. 32, XXXII, da Resolução nº 3274/2014-ANTAQ (Fato 1), no valor de R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais).

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Superintendente

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 33, DE 4 DE MAIO DE 2018

Processo nº 50300.011135/2017-41. Fiscalizada: JACK NAVEGAÇÃO E TRANSPORTE LTDA., CNPJ nº 01.941.701/0001-98. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 1.350,00 (mil e trezentos e cinquenta reais), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXX do artigo 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Chefe

DESPACHO Nº 58, DE 26 DE MAIO DE 2018

Processo nº 50300.012924/2017-07. Fiscalizada: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTANA - ME, CNPJ nº 34.923.854/0001-61. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 3.224,86 (três mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXX do artigo 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 26, DE 24 DE JULHO DE 2018

O Superintendente de Outorgas - Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 30, da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 15/05/2018, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.001231/2014-38, resolve:

Autorizar a empresa CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 00.649.990/0001-93, com sede à Rua Mário Trilha, 136, Ilha da Conceição, CEP 24.050-190 - Niterói/RJ, a dar início à operação parcial do TUP localizado no mesmo endereço, abrangendo as atividades de construção e reparação naval e movimentação de carga geral, em observância às normas e regulamentos da ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão de nº 009/2017-MTPA.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, Corpo de Bombeiros e Órgão de Meio Ambiente.

RENATO HUGO REIS BORGES

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 27, DE 25 DE JULHO DE 2018

O Superintendente de Outorgas - Substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 30, da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 15/05/2018, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.009459/2018-08, resolve:

Autorizar a empresa Techint Engenharia e Construção S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.575.775/0001-80, com sede na Rua Tabapuã, nº 41, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04533-010, a dar início à operação integral na área expandida de 55.573,75m², a qual se integra aos 140.100m² de área original, totalizando 195.673,75m² de seu Terminal de Uso Privado denominado Unidade Offshore Techint - UOT, localizado na Rua Ponta do Poço S/N, Balneário Pontal do Sul, município de Pontal do Paraná/PR, CEP 83255-000, para fins de movimentação e/ou armazenagem de carga geral, em observância às normas e regulamentos da ANTAQ e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 95/2015-ANTAQ e ao seu 1º Termo Aditivo.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

RENATO HUGO REIS BORGES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 424, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 012, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207337/2018-19, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - Campinas (SP), prefixo nº 16-0083-30.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 425, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 013, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207339/2018-08, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - Santos (SP), prefixo nº 16-0086-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 426, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 014, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207361/2018-40, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Brusque (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0075-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 427, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 015, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207365/2018-28, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - São Paulo (SP), prefixo 16-0094-30.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 428, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 016, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207372/2018-20, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Araranguá (SC) - Campinas (SP), prefixo nº 16-0019-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 429, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 017, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207402/2018-06, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 09-0001-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 430, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 018, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207416/2018-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0090-30.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 431, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 019 de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207427/2018-00, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Blumenau (SC), prefixo nº 09-0228-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 432, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 020, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207437/2018-37, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Foz do Iguaçu (PR) - Florianópolis (SC), prefixo nº 09-0225-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 433, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 021, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207502/2018-24, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Rio do Sul (SC), prefixo nº 09-0010-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 434, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 022, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207556/2018-90, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Foz do Iguaçu (PR) - Aparecida (SP), prefixo nº 09-0337-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 435, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 023, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207663/2018-18, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha São Paulo (SP) - Florianópolis (SC), prefixo nº 08-0001-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 436, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 024, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207665/2018-15, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Medianeira (PR) - São Paulo (SP), prefixo nº 09-0326-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 437, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 025, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207671/2018-64, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Criciúma (SC), prefixo nº 09-0038-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 438, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 026, de 19 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207678/2018-86, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Navegantes (SC), prefixo nº 09-0019-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 439, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 183, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207345/2018-57, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Jaraguá do Sul (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0009-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 440, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 184, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207378/2018-05, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - Santos (SP), prefixo nº 16-0088-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 441, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 185, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207488/2018-69, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Lages (SC), prefixo nº 09-0224-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 442, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 186, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207380/2018-76, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Florianópolis (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0087-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 443, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 187, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207407/2018-21, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha São Paulo (SP) - Balneário Camboriú (SC), prefixo nº 08-0004-60.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 444, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 188, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207504/2018-13, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Campinas (SP) - Florianópolis (SC), prefixo nº 08-0000-30.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 445, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 189, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207456/2018-63, delibera:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Curitiba (PR) - Florianópolis (SC), prefixo nº 09-0003-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 446, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 190, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207646/2018-81, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a supressão da linha Foz do Iguaçu/PR - Niterói/RJ, prefixo nº 09-0332-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 447, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 191, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.207559/2018-23, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. de supressão da linha Foz do Iguaçu/PR - Rio de Janeiro/RJ, prefixo nº 09-0336-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 448, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 192, de 17 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.101358/2014-08, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa S.P.J. TRANSPORTE E TURISMO LTDA. - ME, CNPJ nº 07.303.231/0001-13, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com os parágrafos 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, c/c o artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho 2001.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 449, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 194, de 20 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.949530/2018-22, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES para a supressão do mercado Rio de Janeiro (RJ) - Mogi das Cruzes (SP) e implantação do mercado Nova Iguaçu (RJ) - Santos (SP), como seção na linha Rio de Janeiro (RJ) - Santos (SP), via Mogi das Cruzes (SP), prefixo nº 07-0021-00, com a alteração da denominação da linha para Via Ribeirão Pires (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 51 do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Revogar a Deliberação nº 282, de 23 de maio de 2018.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 450, DE 24 DE JULHO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 196, de 20 de julho de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.294880/2018-30, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
ARNILDO PIETROWSKY - EIRELI	00.0908	27.423.711/0001-25
D & D GAROPABA VIAGENS E TURISMO LTDA	00.0909	09.676.806/0001-79
FRAN LOCADORA E TURISMO LTDA - ME	00.0910	04.550.417/0001-89
GONÇALVES E BARBOSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.0911	30.189.667/0001-45
J. V. C. DA CRUZ - TRANSPORTES LTDA	00.0912	16.642.192/0001-70
MENDES E OLIVEIRA LTDA	00.0913	11.507.912/0001-70
RÁPIDO TENDOLINI TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.0914	01.968.004/0001-20
RD TURISMO LTDA - ME	00.0915	21.264.225/0001-25
S. M. ZANCHET TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIRELI	00.0916	28.337.340/0001-21
TOP LINE TURISMO EIRELI	00.0917	28.617.646/0001-31

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 77, DE 25 DE JULHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no inciso III, art. 8º, do Anexo da Resolução n° 5.818/2018, fundamentada no Processo nº 50501.114478/2018-81, resolve:

Art. 1º Homologar a autorização provisória, em conformidade com o Art. 26 do ATIT, para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional urbano fronteiriço de passageiros entre a Estado Plurinacional da Bolívia e a República Federativa do Brasil, para a Empresa TRANSBOLPAR S.R.L referente à operação da linha Puerto Suarez (BO) - Rio de Janeiro (BR), com fronteira em Corumbá, a qual caducará na data em que for concedida ou denegada a licença complementar definitiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 90, DE 26 DE JULHO DE 2018

Autorizar a transferência gratuita e, em caráter provisório, de 53 (cinquenta e três) vagões modelo HAD da Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) para a Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e, no que consta no Processo nº 50510.071258/2017-65, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência gratuita, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, da Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA para a Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, de 53 (cinquenta e três) vagões, modelo HAD, inscritos sob os NBPs: 607938, 619175, 619179, 607930, 619195, 619169, 619200, 619255, 619231, 619225, 619204, 619226, 619215, 619206, 608084, 607952, 619216, 619224, 619229, 619182, 619194, 601700, 619201, 619245, 603027, 608137, 619190, 619252, 619184, 619214, 619198, 618991, 619247, 619186, 631572, 619199, 619219, 619253, 607926, 619211, 619172, 603013, 619239, 619176, 619183, 619167, 619209, 608010, 619220, 603019, 619254, 608004, 619207.

Art. 2º A FCA deverá encaminhar à ANTT o instrumento contratual celebrado com a EFVM, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS

PORTARIA Nº 4, DE 26 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere a competência delegada por meio do art. 5º da Portaria nº 93, de 01 de fevereiro de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 93, de 01 de fevereiro de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

III - 19/05/2018 a 16/09/2018 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

IV - 17/09/2018 - divulgação, pelo Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário - SNP/MTPA, das respostas às contribuições no sítio http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466' ,em 'Consultas públicas em andamento','Santos';

V - 18/09/2018 a 27/09/2018 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos, por meio do endereço eletrônico poligonais.santos@transportes.gov.br;

VI - 28/09/2018 a 29/10/2018 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, na forma do art. 59 da Lei nº 9.784/1999." NR

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.874, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48866 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: Conceder autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0021-26, sediada no Amazonas, para adquirir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3744 (três mil e setecentas e quarenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.875, DE 4 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/49187 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:
Conceder autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0004-10, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
60 (sessenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 3.894, DE 6 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12385 - DPF/JZO/BA, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPECIAL FRUIT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 69.954.626/0001-33 para atuar na Bahia.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.045, DE 11 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/50138 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:
Conceder autorização à empresa FORMAV TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 13.284.866/0001-13, sediada no Maranhão, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12 (doze) Espingardas calibre 12
16 (dezesseis) Pistolas calibre .380
1 (um) Revólver calibre 38
1362 (uma mil e trezentas e sessenta e duas) Munições calibre .380
480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 12
54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38
24 (vinte e quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
7 (sete) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
24 (vinte e quatro) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
27 (vinte e sete) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
7 (sete) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
7 (sete) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.050, DE 11 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/50856 - DPF/BRA/BA, resolve:
Conceder autorização à empresa OESTE ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.428.315/0001-09, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3179 (três mil e cento e setenta e nove) Munições calibre .380
1358 (uma mil e trezentas e cinquenta e oito) Munições calibre 12
29410 (vinte e nove mil e quatrocentas e dez) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.055, DE 11 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/51325 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:
Conceder autorização à empresa FIDELYS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 08.819.936/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
794 (setecentas e noventa e quatro) Munições calibre 38
55 (cinquenta e cinco) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.074, DE 12 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/46518 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IND. PRODUTOS ALIMENTICIOS PIRAQUE S.A., CNPJ nº 33.040.122/0001-60 para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1538/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.099, DE 13 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52004 - DPF/STS/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA RIVIERA DE SÃO LOURENÇO, CNPJ nº 44.311.157/0001-03 para atuar em São Paulo.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.136, DE 16 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28924 - DPF/SJK/SP, resolve:
Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S A, CNPJ nº 61.602.199/0018-60, para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.150, DE 16 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45135 - DPF/CRU/PE, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODA CENTER SANTA CRUZ, CNPJ nº 08.039.105/0001-66 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.158, DE 16 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/49948 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO ARUJAZINHO IV, CNPJ nº 54.782.792/0001-22 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1616/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.168, DE 16 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52813 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOC. ALDEIA DA SERRA - RESID. MORADA DAS ESTRELAS, CNPJ nº 60.552.270/0001-37 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.198, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/43018 - DPF/CAS/SP, resolve:
Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CRC SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 13.575.189/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1520/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.206, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/46120 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:
Conceder autorização à empresa VEMAP COMERCIO DE VEICULOS MAQUINAS E PEÇAS LTDA, CNPJ nº 04.894.544/0001-03, sediada no Amazonas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.236, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54013 - DPF/VDC/BA, resolve:
Conceder autorização à empresa PEGASO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 17.245.961/0001-69, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.237, DE 18 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54067 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conceder autorização à empresa DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 13.649.411/0001-54, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.262, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/41502 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAMPEDRO - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA RESERVA AMBIENTAL DO SITIO SÃO PEDRO, CNPJ nº 51.683.894/0001-00 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1636/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.265, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/46342 - DPF/CGE/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OPTIMUS SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 18.905.384/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1637/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.285, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/31354 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KATANA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.147.170/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1640/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.289, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42472 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EFITEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 11.715.500/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1445/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.292, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47088 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0008-03, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2520 (duas mil e quinhentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.293, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48575 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A, CNPJ nº 07.024.792/0001-83 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.301, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/53853 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa FORMAV CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ nº 04.536.735/0002-76, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Revólveres calibre 38

23234 (vinte e três mil e duzentas e trinta e quatro) Munições calibre .380

14516 (quatorze mil e quinhentas e dezesseis) Munições calibre 12

54000 (cinquenta e quatro mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.303, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54701 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa ESTAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 24.848.636/0001-56, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente PLANVIL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.837.257/0001-04:

12 (doze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente PLANVIL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.837.257/0001-04:

170 (cento e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.304, DE 23 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54798 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve: Conceder autorização à empresa GLOBAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.265.823/0001-74, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1364 (uma mil e trezentas e sessenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.319, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22790 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRAL ACUCAREIRA SANTO ANTONIO S/A, CNPJ nº 12.718.011/0001-90 para atuar em Alagoas com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1671/2018 (CNPJ nº 12.718.011/0001-90) e nº 1672/2018 (CNPJ nº 12.718.011/0010-81).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.326, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/37585 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RGS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.485.521/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1659/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.327, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/39550 - DPF/SJE/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GUARDIÃ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 26.743.708/0003-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1467/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.329, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/40970 - DPF/MGA/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KRATTOS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 29.177.161/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1527/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.331, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42439 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARNECE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.634.867/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1677/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.332, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/42555 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1642/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.337, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/47155 - DPF/SOD/SP, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAMURAY SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI., CNPJ nº 04.760.731/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1545/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.344, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52769 - DPF/SAG/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEFORT EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 05.574.503/0001-94, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

45 (quarenta e cinco) Revólveres calibre 38

450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.348, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54259 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 02.250.366/0004-97, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ALPHANTARES SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.782.986/0001-97:

23 (vinte e três) Revólveres calibre 38

14 (quatorze) Pistolas calibre .380

7 (sete) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Espingardas calibre 12

3 (três) Revólveres calibre 38

1020 (uma mil e vinte) Munições calibre .380

262 (duzentas e sessenta e duas) Munições calibre 12

408 (quatrocentas e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.349, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54558 - DPF/UDI/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa TRANSFEDERAL TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 26.324.424/0004-48, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

72 (setenta e duas) Munições calibre 12

549 (quinhentas e quarenta e nove) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.350, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54734 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE ENSINO EM SEGURANÇA OPORTUNIDADE SEG LTDA, CNPJ nº 10.754.054/0001-04, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

714 (setecentas e quatorze) Munições calibre 12

3764 (três mil e setecentas e sessenta e quatro) Munições calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.356, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55505 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa MULTIFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA -ME, CNPJ nº 15.686.556/0001-50, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

165 (cento e sessenta e cinco) Revólveres calibre 38

2970 (duas mil e novecentas e setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.361, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55985 - DPF/ITZ/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFAV - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 11.391.962/0001-35, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3180 (três mil e cento e oitenta) Munições calibre .380

550 (quinhentas e cinquenta) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

1 (um) Espargidor de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

3 (três) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

DELIBERAÇÃO Nº 749, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Rio de Janeiro - CESPORTOS/RJ, capeados pelo Ofício nº 075/2017-CESPORTOS/RJ, de 01 de dezembro de 2017, consistentes no Parecer e no Relatório Circunstanciado de Verificação, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, deliberaram:

a) REVALIDAR, por unanimidade, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 071/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO - Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara - T.A.B.G, CNPJ Nº 02.709.449/0005-82, localizada na Ilha D'Água s/n°, Baia de Guanabara, Ilha do Governador, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 751, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, capeados pelo Ofício nº 050/2017-CESPORTOS/PE, de 28 de dezembro de 2017, consistentes no PARECER DE AUDITORIA n° 002/2017-CESPORTOS/PE, Relatório Final Circunstanciado de Auditoria n° 002/2017-CESPORTOS/PE, Relatório Técnico N° 008/2017- ANTAQ e Despacho da ANTAQ referente ao TAC 007/2017, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual, confome a Ata da Assembleia da CESPORTOS/PE de 06/12/2017, deliberaram:

a) REVALIDAR, por unanimidade, por 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 126/2006, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, da SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇUCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINDAÇUCAR/PE, CNPJ Nº 11.012.986/0001-36, localizada na Praça Comunidade Luso Brasileira, nº 70, Bairro do Recife, Município do Recife, Estado de Pernambuco, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

b) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 756, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeados pelo Ofício nº 257/2017-CESPORTOS/SP, de 11 de dezembro de 2017, consistentes na revisão do Anexo L do Plano de Segurança Pública Portuária, conforme a Ata de Reunião de 05 de dezembro de 2017, deliberaram:

a) APROVAR, por unanimidade, a revisão do Anexo L do Plano de Segurança Pública Portuária, da instalação LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORÍFICOS, CNPJ Nº 58.317.751/0002-05, localizada na via de acesso rodoviário ao Tecon, s/n°, Município de Guarujá, Estado de São Paulo, que analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual restou deliberado pela aprovação; e

b) DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 758, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados nos autos do Processo nº 08020.004091/2018-63, de interesse da TÁTICAS TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA - ME, nome fantasia TÁTICAS CONSULTORIA, CNPJ nº . 28.309.671/0001- 58, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, a ser habilitada pela CONPORTOS, bem como do seu corpo técnico, deliberaram:

a) CREDENCIAR, por unanimidade, a empresa TÁTICAS TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA - ME, nome fantasia TÁTICAS CONSULTORIA, CNPJ nº . 28.309.671/0001- 58,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

localizada na Rua Dante Melara, nº 247, Bairro Cajuru, Município de Curitiba, Estado do Paraná, como Organização de Segurança (OS), habilitando-a para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território brasileiro;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança (OS) tem como sócios JOSIANE GERHARDT STEGLICH, CPF nº 963.737.410-87, e LUZIANE IGNES PEROTTO GRYZINSKI, CPF nº 322.807.189-87;

c) CREDENCIAR como integrantes do corpo técnico da empresa GILBERTO RICHTER, CPF nº 310.508.407-04, e JOSÉ GRYZINSKI FILHO, CPF nº 374.234.527-34, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento. E, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança (OS) respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

d) DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 759, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados nos autos do Processo nº 08020.004090/2018-19, de interesse da BORGHETTI CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 29.761.395/0001-27, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o seu credenciamento como Organização de Segurança - OS, a ser habilitada pela CONPORTOS, bem como do seu corpo técnico, deliberaram:

a)CREDENCIAR, por unanimidade, a empresa BORGHETTI CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 29.761.395/0001-27, localizada na Quadra SCN, Quadra 2 Entrada A, S/N, Bloco D, Sala 420, Ed. Liberty Mall, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, como Organização de Segurança (OS), habilitando-a para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território brasileiro;

b)REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança (OS) tem como sócios EZIO RICARDO BORGHETTI, CPF nº 913.553.548-20, e CAROLINE BORGES GIACOMAZZI BORGHETTI, CPF nº 032.597.131-58;

c)CREDENCIAR como integrantes do corpo técnico da empresa EZIO RICARDO BORGHETTI, CPF nº 913.553.548-20, MARTA FORNARI DE ARY PIRES, CPF nº 546.431.717-15, ORLANDO ALVES DOS SANTOS, CPF nº 783.881.208-91 e ADRIANA APARECIDA TRINDADE, CPF nº 925.212.079-34, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento. E, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança (OS) respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

d)DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 760, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise dos documentos apresentados nos autos do Processo nº 08020.004183/2018-43, de interesse da HNS PORT CONSULTING & SECURITY LTDA, CNPJ nº 14.876.525/0001-08, à luz da Resolução nº 44 - CONPORTOS, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o seu recredenciamento como Organização de Segurança - OS, a ser habilitada pela CONPORTOS, bem como do seu corpo técnico, deliberaram:

a)RENOVAR O CREDENCIAMENTO, por unanimidade, da empresa HNS PORT CONSULTING & SECURITY LTDA, CNPJ nº 14.876.525/0001-08, localizada na Rua João Josino da Silva, nº 102, Sala 02, Lagoa da Conceição, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, como Organização de Segurança (OS), habilitando-a para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias sediadas no território brasileiro;

b)REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança (OS) tem como sócios HANS MARTIM KUCHENBECKER, CPF nº 590.184.610-91, GILBERTO BARRETO DA COSTA PEREIRA, CPF nº 022.627.974-04 e JOSÉ AURÉLIO KALFELD, CPF nº 856.599.329-91;

c)CREDENCIAR como integrantes do corpo técnico da empresa HANS MARTIM KUCHENBECKER, CPF nº 590.184.610-91, GILBERTO BARRETO DA COSTA PEREIRA, CPF nº 022.627.974-04 e JOSÉ AURÉLIO KALFELD, CPF nº 856.599.329-91, ficando certo que somente estes poderão ter acesso às áreas e documentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento. E, ainda, que os dirigentes da Organização de Segurança (OS) respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

d)DETERMINAR à Secretaria-Executiva da CONPORTOS que publique este ato em Diário Oficial da União e promova os registros aplicáveis.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 761, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após análise do Relatório Final Circunstanciado nº 01/2017, de 14 de março de 2017, oriundo da CESPORTOS/PR, bem como do teor do Despacho de Julgamento nº 125/2017/GFP/SFC, produzido pela ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - no bojo do processo ANTAQ de número 50300.008849/2016-91, e do conteúdo do Despacho nº 158/2017/CONPORTOS/SENASP, deliberaram:

a)CASSAR, na forma da Resolução nº 47/2011-CONPORTOS, com a nova redação dada pela Resolução nº 50/2013-CONPORTOS, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO Nº 150/2006, concedida pela Deliberação nº 116/2006, de 06 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2006, à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, CNPJ nº 79.621.439/0001-91, Autoridade Portuária responsável pela administração do Porto de Paranaguá, situada na Avenida Ayrton Sena da Silva, 161, Dom Pedro II, Paranaguá, Estado do Paraná, ficando a nominada empresa impedida de emitir a Declaração de Proteção, de que trata a Resolução nº 33 - CONPORTOS, de 11 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14 de janeiro de 2005, caso solicitada por qualquer comandante de navio; e

b)DETERMINAR que a Secretaria-Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante o Ministério da Defesa / Marinha do Brasil e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para as providências a seu cargo.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

DELIBERAÇÃO Nº 762, DE 9 DE JULHO DE 2018

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 114ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de julho de 2018, após a constatação do tempo decorrido desde a publicação em Diário Oficial da União da Deliberação CONPORTOS nº 651/2016, de 09 de novembro de 2016, a qual sobrestou a análise do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 02.762.121/0009-53, até o envio do Estudo de Avaliação de Risco e do Plano de Segurança Pública Portuária do TERMINAL DE VEÍCULOS DE SANTOS S.A, CNPJ nº 07.380.119/0002-67, ambas localizadas na Avenida Santos Dumont, s/nº, Bairro Conceiçãozinha, Município do Guarujá, Estado de São Paulo, na área do Porto Organizado de Santos, sem que, até o momento, haja notícia de efetiva resposta ao requisitado pelo Colegiado Nacional, deliberaram:

a)CONCEDER prazo de 60 dias para que seja cumprido o disposto na Deliberação CONPORTOS nº 651/2016, de 09 de novembro de 2016, sob pena da cassação da Declaração de Cumprimento nº 109/2005, concedida à SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 02.762.121/0009-53, ou seja apresentado um Estudo de Avaliação de Risco e Plano de Segurança Pública Portuária contemplando a respectiva instalação portuária e o TERMINAL DE VEÍCULOS DE SANTOS S.A, CNPJ nº 07.380.119/0002-67, visto que ambos possuem áreas adjacentes, acessos e infraestruturas básicas comuns e compartilham a mesma Unidade de Segurança;

b)DETERMINAR que a Secretaria-Executiva promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e oficie à CESPORTOS/SP - Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis em São Paulo - para notificação da instalação portuária acerca da deliberação e acompanhamento do caso.

MARCELO JOÃO DA SILVA
Presidente
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

UBIRATAN DE FARIA MELLO
Ministério da Defesa / Marinha do Brasil

GABRIEL BOFF MOREIRA
Ministério das Relações Exteriores

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Ministério da Fazenda

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 23 DE JULHO DE 2018

NOTÍCIA DE FATO 221.2018.000048
EMENTA. OPERAÇÃO THAUMATURGO. NEGATIVA DE ACESSO DE MAGISTRADO PELO COMANDANTE DA OPERAÇÃO. LEGALIDADE DO ATO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE COMPORTAMENTO CRIMINOSO. ARQUIVAMENTO.

Representação apresentada em desfavor de General-de-Brigada, comandante de operação de varredura em presídio situado em Cruzeiro do Sul/AC. Operação Thaumaturgo. Legalidade do ato atribuído à autoridade militar. Ainda que momentaneamente, o oficial-general detinha o controle operacional, devendo zelar pela efetividade da operação e pela segurança dos agentes públicos empregados, podendo, para tanto, controlar a entrada e a permanência de quem quer que fosse no estabelecimento prisional, durante a realização da missão. Conferência de interpretações distintas pelo representante e pelo representado às normas que regiam a operação de garantia da lei e da ordem. Ausência de indícios de comportamento criminoso. Arquivamento determinado pelo PGJM.

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 210.2017.000003
EMENTA. PIC. PRONTUÁRIO MÉDICO. ACESSO SUPOSTAMENTE INDEVIDO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. APURAÇÃO DE ERRO MÉDICO. DIREITO DA PROFISSIONAL INVESTIGADA DE VALER-SE DO MATERIAL PARA O EXERCÍCIO DE SUA DEFESA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. ARQUIVAMENTO.

Procedimento Investigatório Criminal instaurado para apurar as circunstâncias do acesso a prontuário de paciente menor do HFAB. Alegação de obtenção indevida de cópia, sem requerimento formal nem autorização dos responsáveis. Não caracterização de violação de sigilo. Apuração de erro médico, por iniciativa dos representantes da paciente. Direito do profissional investigado de valer-se do prontuário médico para o exercício de sua defesa. Acesso autorizado pelo Diretor do Hospital. O material interessa à própria investigação, e não apenas à defesa da pessoa sindicada. Ausência de indícios de crime militar. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 4, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.097326/18-10, que tem como interessados: SES e Auto Posto Millenium 2000 Ltda referente a possível improbidade administrativa.

FERNANDA DA CUNHA MORAES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

DECISÃO NORMATIVA Nº 169, DE 25 DE JULHO DE 2018

Aprova, para o exercício de 2019, os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal, o art. 2º, *caput*, da Lei Complementar 61, de 26 de dezembro de 1989 e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), e tendo em vista o disposto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, e nas Leis Complementares 61, de 26 de dezembro de 1989, e 65, de 15 de abril de 1991, bem assim o que consta no processo TC 018.435/2018-1, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma dos Anexos I a III desta Decisão Normativa, os coeficientes individuais dos Estados e do Distrito Federal destinados ao rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, previsto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2019.

Art. 2º As unidades federadas disporão de trinta dias, a partir da publicação desta Decisão Normativa, para apresentar contestação fundamentada, que poderá ser protocolada nas Secretarias de Controle Externo nos estados ou na Sede deste Tribunal, nos termos do art. 292 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

ANEXO I

IPI EXPORTAÇÃO - COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO
EXERCÍCIO 2019

UF	Unidade da Federação	Coeficiente
AC	Acre	0,014240%
AL	Alagoas	0,037113%
AP	Amapá	0,160280%
AM	Amazonas	0,590296%
BA	Bahia	4,406543%
CE	Ceará	0,971043%
DF	Distrito Federal	0,112038%
ES	Espírito Santo	3,877403%
GO	Goiás	2,384212%
MA	Maranhão	1,494722%
MT	Mato Grosso	1,475362%
MS	Mato Grosso do Sul	1,979664%
MG	Minas Gerais	11,260243%
PA	Pará	6,470040%
PB	Paraíba	0,074707%
PR	Paraná	9,171670%
PE	Pernambuco	1,562989%
PI	Piauí	0,025219%
RJ	Rio de Janeiro	17,551891%
RN	Rio Grande do Norte	0,093609%
RS	Rio Grande do Sul	9,974080%
RO	Rondônia	0,397255%
RR	Roraima	0,004670%
SC	Santa Catarina	5,781431%
SP	São Paulo	20,000000%
SE	Sergipe	0,037997%
TO	Tocantins	0,091283%
T O T A L		100,000000%

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 169, de 25 de julho de 2018 - ANEXO II
IPI EXPORTAÇÃO - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2019

(A) Unidade da Federação	(B) Valor das exportações jul/2017 a jun/2018 (US$ FOB) (*)	(C) Participação inicial	(D) Participação com trava (20%)	(E) Participação excedente	(F) Participação das UFs abaixo da trava	(G) Redistribuição do excedente	(H) Participação final
AC - Acre	16.880.533	0,012057%	0,012057%	0,000000%	0,012057%	0,002182%	0,014240%
AL - Alagoas	43.995.624	0,031425%	0,031425%	0,000000%	0,031425%	0,005688%	0,037113%
AP - Amapá	190.003.953	0,135715%	0,135715%	0,000000%	0,135715%	0,024565%	0,160280%
AM - Amazonas	699.765.542	0,499826%	0,499826%	0,000000%	0,499826%	0,090470%	0,590296%
BA - Bahia	5.223.730.767	3,731189%	3,731189%	0,000000%	3,731189%	0,675353%	4,406543%
CE - Ceará	1.151.121.672	0,822219%	0,822219%	0,000000%	0,822219%	0,148824%	0,971043%
DF - Distrito Federal	132.814.950	0,094867%	0,094867%	0,000000%	0,094867%	0,017171%	0,112038%
ES - Espírito Santo	4.596.462.261	3,283146%	3,283146%	0,000000%	3,283146%	0,594257%	3,877403%
GO - Goiás	2.826.361.570	2,018804%	2,018804%	0,000000%	2,018804%	0,365408%	2,384212%
MA - Maranhão	1.771.916.553	1,265639%	1,265639%	0,000000%	1,265639%	0,229083%	1,494722%
MT - Mato Grosso	1.748.965.892	1,249246%	1,249246%	0,000000%	1,249246%	0,226116%	1,475362%
MS - Mato Grosso do Sul	2.346.790.121	1,676258%	1,676258%	0,000000%	1,676258%	0,303406%	1,979664%
MG - Minas Gerais	13.348.441.964	9,534482%	9,534482%	0,000000%	9,534482%	1,725762%	11,260243%
PA - Pará	7.669.901.080	5,478432%	5,478432%	0,000000%	5,478432%	0,991608%	6,470040%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB - Paraíba	88.561.628	0,063258%	0,063258%	0,000000%	0,063258%	0,011450%	0,074707%
PR - Paraná	10.872.544.957	7,766006%	7,766006%	0,000000%	7,766006%	1,405664%	9,171670%
PE - Pernambuco	1.852.843.824	1,323443%	1,323443%	0,000000%	1,323443%	0,239546%	1,562989%
PI - Piauí	29.895.696	0,021354%	0,021354%	0,000000%	0,021354%	0,003865%	0,025219%
RJ - Rio de Janeiro	20.806.868.314	14,861862%	14,861862%	0,000000%	14,861862%	2,690029%	17,551891%
RN - Rio Grande do Norte	110.968.087	0,079262%	0,079262%	0,000000%	0,079262%	0,014347%	0,093609%
RS - Rio Grande do Sul	11.823.761.465	8,445438%	8,445438%	0,000000%	8,445438%	1,528643%	9,974080%
RO - Rondônia	470.924.877	0,336371%	0,336371%	0,000000%	0,336371%	0,060884%	0,397255%
RR - Roraima	5.535.471	0,003954%	0,003954%	0,000000%	0,003954%	0,000716%	0,004670%
SC - Santa Catarina	6.853.590.919	4,895361%	4,895361%	0,000000%	4,895361%	0,886071%	5,781431%
SP - São Paulo	45.165.856.232	32,260921%	20,000000%	12,260921%	0,000000%	0,000000%	20,000000%
SE - Sergipe	45.043.922	0,032174%	0,032174%	0,000000%	0,032174%	0,005824%	0,037997%
TO - Tocantins	108.211.227	0,077293%	0,077293%	0,000000%	0,077293%	0,013990%	0,091283%
T O T A L	140.001.759.101	100,000000%	87,739079%	12,260921%	67,739079%	12,260921%	100,000000%

(*) Obs: o valor informado corresponde ao valor dos produtos industrializados exportados para o exterior na proporção do ICMS que deixou de ser exigido em razão da não incidência prevista na alínea "a" do inciso X e da desoneração prevista na alínea "f" do inciso XII, ambos do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (LC 65/91, art. 4º).

ANEXO III

IPI EXPORTAÇÃO - NOTA EXPLICATIVA
EXERCÍCIO 2019

Em cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais sobre o cálculo previsto no art. 159, inciso II, da Constituição Federal relativo aos coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), fixados pela presente Decisão Normativa TCU.

Para o cálculo dos coeficientes, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- os coeficientes para o rateio são calculados para aplicação no ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro, tomando-se por base o valor em dólar norte-americano das exportações ocorridas nos doze meses antecedentes a primeiro de julho do ano imediatamente anterior (LC 61/89, art. 1º, § 3º);

- a participação de cada unidade é limitada ao máximo de 20% (vinte por cento) do montante a ser distribuído, sendo o eventual excesso redistribuído entre os demais participantes, de forma proporcional às respectivas participações (CF, art. 159, e LC 61/89, art. 1º, § 4º).

O Anexo I da presente Decisão Normativa TCU apresenta os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal no rateio da parcela de 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), enquanto o Anexo II apresenta a memória dos cálculos que produziram esses coeficientes.

As tabelas apresentadas foram construídas a partir dos preceitos legais e possuem as seguintes informações:

1) TABELA "COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO"

"UF": sigla da Unidade da Federação (UF);

"Unidade da Federação": nome por extenso da UF;

"Coeficiente": coeficiente individual de participação de cada UF, em percentagem.

2) TABELA "MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES"

"Unidade da Federação" (Coluna A) - sigla e nome da UF;

"Valor das exportações jul/2017 a jun/2018 (US$ FOB)" (Coluna B) - valor dos produtos industrializados exportados para o exterior na proporção do ICMS que deixou de ser exigido em razão da não-incidência prevista na alínea "a" do inciso X e da desoneração prevista na alínea "f" do inciso XII, ambos do § 2º do art. 155 da Constituição Federal (LC 65/91, art. 4º) calculado com base no valor sem frete (*free on board* - FOB, livre a bordo), em dólares, das exportações realizadas no período de julho de 2017 a junho de 2018 pela UF, apurado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Secex/MDIC (LC 61/89, art. 1º, § 3º);

"Participação inicial" (Coluna C) - percentual de participação de cada UF no valor total das exportações, sem limitação (cada elemento da coluna B dividido pelo total da coluna B);

"Participação com trava (20%)" (Coluna D) - percentual de participação de cada UF no valor total das exportações, com limitação superior (trava) de 20% (cada elemento da coluna B dividido pelo total da coluna B, mantendo-se em 20% a participação da UF que ultrapassar esse percentual);

"Participação excedente" (Coluna E) - percentual excedente aos 20% que será redistribuído entre os demais participantes;

"Participação das UFs abaixo da trava" (Coluna F) - percentual de participação de cada UF que ficou abaixo da trava dos 20%;

"Redistribuição do excedente" (Coluna G) - participação de cada UF na redistribuição do excedente, de forma proporcional à sua respectiva participação (cada elemento da coluna F dividido pelo total da coluna F e, em seguida, multiplicado pelo total da coluna E);

"Participação final" (Coluna H) - coeficiente final de participação percentual de cada UF, que corresponde à soma das colunas D e G, com 6 casas decimais e total ajustado para exatos 100,000000%.

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA Nº 14, DE 18 DE JULHO DE 2018 (SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA DO PLENÁRIO)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 17 horas e 55 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral, em exercício, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado.

Ausentes, em férias, os Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 13, referente à sessão extraordinária realizada em 4 de julho de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA

Foi excluído de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o seguinte processo:

TC-012.901/2013-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSO TRANSFERIDO DA PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA

O processo TC-006.175/2013-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi transferido da pauta da sessão ordinária realizada nesta data para a presente sessão.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1645 a 1656.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-006.175/2013-9 - Acórdão 1657

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-008.442/2015-0 - Acórdão 1658

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 1645 a 1650 e 1655 a 1657.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1645 a 1650, 1655 e 1656 apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, segue transcrito o acórdão de nº 1657, apreciado de forma unitária, que consta também do Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1645/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143 inciso III e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao denunciante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.772/2018-2 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1646/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 43, inciso I, e 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; e 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la procedente, mandando adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.904/2017-8 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/MA
1.6. Representação legal: não há
1.7. Dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região de que a descrição incorreta e inexata dos cargos públicos ocupados por servidores em documentos públicos afronta o disposto no art. 3ª, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, bem como aos princípios da legalidade e transparência, devendo essa instituição, doravante, exigir dos servidores, em especial aos lotados no Serviço Médico, que todos os documentos que assinem contenham a descrição correta e exata do cargo em que estão investidos;
1.8. Dar ciência desta decisão ao denunciante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;
1.9. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1647/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao denunciante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.931/2018-3 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1648/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 43, inciso I, e 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.755/2018-4 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Superintendência de Seguros Privados (Susep)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat)
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar definitivamente o apensamento deste processo ao TC 010.729/2018-6, com fulcro nos incisos I e VII do art. 2º e art. 37 da Resolução-TCU 259/2014, para que a análise da atuação da Susep como agente fiscalizador das despesas que compõem o objeto da denúncia contida nestes autos seja realizada por ocasião da inspeção proposta no âmbito do mencionado processo;
1.9. Dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Superintendência de Seguros Privados.

ACÓRDÃO Nº 1649/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143 inciso III e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao denunciante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.753/2018-0 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada
1.2. Unidade: Governo do Estado de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1650/2018 - TCU - Plenário

Vista esta denúncia sobre possíveis irregularidades na contratação, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT do escritório de advocacia Caputo, Bastos e Serra Advogados, por inexigibilidade de licitação, pelo valor de R$ 2,8 milhões, para atuação no Dissídio Coletivo 1000295-05.2017.5.00.000 (contrato 28/2018).

Considerando que a denúncia atende aos requisitos de admissibilidade dos arts. 234 e 235 do Regimento Interno;

considerando que o denunciante apontou, em síntese, as seguintes ocorrências: (i) a ECT contratou o referido escritório, sem licitação, às vésperas do julgamento de dissídio coletivo sobre o plano de saúde dos Correios; (ii) a contratação foi intermediada pelo Assessor Especial da Presidência dos Correios Guilherme Henrique de Araújo, que teria relacionamento com o titular do escritório contratado; (iii) o documento apresentado ao Tribunal Superior do Trabalho - TST foi produzido por advogados do quadro dos Correios e apenas recebeu a chancela do escritório contratado; (iv) há ministro do TST com laços familiares com o escritório contratado; (v) o valor da contratação extrapola qualquer parâmetro técnico utilizado para dimensionar o trabalho desenvolvido pelo escritório em curto espaço de tempo;

considerando que, conforme informações prestadas em resposta à oitiva, a ECT relatou que, a partir de 2012, passou a conviver com problemas econômico-financeiros, com dificuldades para garantir a manutenção do plano de saúde ofertado a seus empregados, já que arcava com 94% dessas despesas, e que esses custos se elevaram, de modo a atingir o patamar de R$ 1,866 bilhão em 2017, o que agravou a situação deficitária da empresa e deu ensejo ao pedido de Dissídio Coletivo para Revisão de Cláusula Convencional ingressado perante o TST, diante da falta de êxito nas negociações junto à representação dos trabalhadores;

considerando que, segundo informações fornecidas pelos Correios, com a implantação do novo custeio, a ECT arcará inicialmente com 70% dos valores, e os empregados, com 30%, desconsiderando o custo com os genitores, os quais a empresa ainda deverá arcar até julho de 2019, o que implicará economia de aproximadamente R$ 336 milhões em 2018;

considerando que, conforme a jurisprudência firmada pelo TCU, a contratação de serviços advocatícios mediante inexigibilidade de licitação é possível se atendidos, simultaneamente, os requisitos da singularidade do objeto e da notória especialização do contratado (acórdãos 3.924/2012 - 2ª Câmara e 2.832/2014-Plenário e decisão 907/1997 - Plenário);

considerando que o processo judicial em apreço possui grau elevado de relevância econômico-financeira e estratégica, em razão dos valores envolvidos na demanda e dos montantes de recursos a serem despendidos pelos Correios em caso de insucesso na revisão da cláusula relacionada ao custeio do plano de saúde de seus empregados, o que caracteriza a singularidade do objeto;

considerando o caráter inédito da questão processual ocorrida no referido dissídio coletivo, reforçado pelo fato de ministros do TST aduzirem, na sessão de julgamento ocorrida em 12/3/2018, que o conhecimento do processo levaria à mudança da jurisprudência histórica daquele Tribunal;

considerando que o escritório contratado demonstrou possuir recursos e atributos necessários para aumentar as possibilidades de êxito no dissídio, em razão da notória especialização no Direito Trabalhista, com atuações exitosas perante tribunais superiores;

considerando que, apesar de a petição inicial do dissídio ter sido elaborada pelo corpo jurídico próprio da empresa, a demanda apresentava questões processuais complexas, de modo que as audiências realizadas pelo escritório contratado com os ministros do TST teriam sido decisivas para superá-las;

considerando que, para o ano de 2017, em razão das alterações das regras de custeio do plano ocasionadas em decorrência do julgamento do dissídio coletivo (ainda não transitado em julgado), houve redução da obrigação do passivo (benefício pós-emprego de saúde da empresa), o que ocasionou a reversão de parte dessa obrigação como custo de serviço passado, com redução de R$ 2,9 bilhões;

considerando que o valor da contratação revelou-se compatível com os valores praticados em causas similares patrocinadas pelo escritório e indicadas nos documentos que instruíram a contratação direta e, além disso, afora os honorários, a maior parcela dos pagamentos dependerá do grau de sucesso no atendimento da demanda inicial do contratante, além de o valor despendido não se apresentar significativo em relação ao benefício a ser obtido pelos Correios (0,09655%);

considerando que os apontamentos do denunciante de envolvimento entre integrante do corpo administrativo dos Correios e sócios do escritório e de laços familiares entre ministro do TST e o escritório contratado não vieram acompanhados de evidências plausíveis;

considerando que, com base nas informações prestadas pela ECT e pelo escritório de advocacia Caputo, Bastos e Serra Advogados, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog se manifestou em pareceres uniformes por considerar a denúncia improcedente;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno, em conhecer desta denúncia e considerá-la improcedente; em retirar a chancela de sigilo, mantendo-a em relação ao denunciante; em dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, à Caputo, Bastos e Serra Advogados e ao denunciante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-011.139/2018-8 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
1.7. Representação legal: Marcio Yoshio Tazaki (OAB/DF 37.940) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1655/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, por meio do qual foram noticiadas a este Tribunal possíveis irregularidades praticadas pelo Conselho Federal de Enfermagem - Cofen na contratação de funcionários para ocupar cargos comissionados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e no pagamento irregular de verbas trabalhistas indenizatórias, tais como aviso prévio e multa sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Considerando que o Cofen apresentou requerimento solicitando que os presentes autos sejam encaminhados ao relator do processo de representação TC-030.787/2015-7, Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por prevenção, em razão de o objeto de ambos os processos serem análogos (§ 1º da instrução da unidade técnica);

Considerando a posição da unidade técnica, no sentido de que o objeto de ambos os processos são efetivamente análogos, o que estabelece conexão, e de que o objeto tratado no referido TC-030.787/2015-7 é mais amplo que o tratado nos presentes autos, o que indica provável continência (§§ 3º e 4º da instrução);

Considerando que este processo é mais recente que aquele, o que estabelece a prevenção do respectivo relator, e ainda que a apuração naquele processo está mais adiantada que neste processo (§ 4º da instrução);

Considerando as propostas uniformes da unidade técnica, no sentido de que estes autos sejam apensados ao TC-030.787/2015-7;

Considerando que a proposta de apensamento por prevenção, em razão de conexão e/ou continência depende da concordância dos relatores de ambos os processos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, por unanimidade, em:

a) apensar esses autos ao TC-030.787/2015-7, em razão de prevenção por conexão e continência; e

b) dar ciência deste acórdão ao Cofen e ao denunciante.

1. Processo TC-004.631/2018-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Enfermagem
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Representação legal: Fabio Broilo Paganella (11.842/OAB-DF) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 15/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1656/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do referido art. 235, sem prejuízo de encaminhar cópia da peça 9 e da instrução da unidade técnica ao Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx, para adoção das medidas que entender cabíveis e de dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar - CRO-1ªRM por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Secex/RJ:

1. Processo TC-018.412/2018-1 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar - CRO-1ªRM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1657/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.175/2013-9.
1.1. Apenso: 036.058/2012-2.
2. Grupo II- Classe de Assunto: I-Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Carlos Augusto Morais Ferreira Gomes (123.304.933-04); Jorge Stênio Macedo Osterno (061.725.803-10); Andrea Vasconcelos Silva (782.151.373-34); Elisângela Silva de Mesquita (848.938.183-68); Maria do Socorro Vasconcelos Silva (907.369.823-53); Construtora Sayonara Ltda (07.995.496/0001-20); Marcus Venicius Soeiro Osterno (511.344.383-20); Jose Grijalma Rocha Silva (260.671.103-34); JPL Construções Ltda. (02.960.998/0001-00); Ana Beatriz de Castro Alves Linhares Feijão (321.004.003-63).
4. Entidade: Município de Marco - CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE 12.844) e Renata Mirian Costa Felix (OAB/CE 27.977).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos em face do Acórdão 740/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração de todos os recorrentes, à exceção do recurso interposto pelo ex-prefeito José Grijalma Rocha Silva, por ter sido apresentado intempestivamente, tal qual dispõe o § 2º do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

9.2. dar provimento aos recursos da empresa JPL Construções Ltda. e de sua sócia proprietária, Sra. Ana Beatriz de Castro Alves Linhares Feijão, tornando insubsistente o Acórdão 740/2016-TCU-Plenário em relação a essas responsáveis, excluindo-as da relação processual;

9.3. dar provimento aos recursos dos Srs. Carlos Augusto Morais Ferreira Gomes e Marcus Venícius Soeiro Osterno, julgando-se regulares as contas dos responsáveis, afastando sua responsabilidade em relação ao débito (item 9.2), à multa (item 9.3) e à sanção aplicada por meio do item 9.6 da decisão recorrida;

9.4. negar provimento aos recursos de Jorge Stênio Macedo Osterno, Andrea Vasconcelos Silva, Elisângela Silva de Mesquita, Maria do Socorro Vasconcelos Silva e Construtora Sayonara Ltda.;

9.5. tornar pública a presente deliberação;

9.6. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do RI/TCU; e

9.7. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Prefeitura Municipal de Marco/CE.

10. Ata n° 14/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1657-14/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 1651, adotado no processo TC-006.001/2018-1, constante da Relação nº 24 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 1652, adotado no processo TC-006.838/2018-9, constante da Relação nº 24 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 1653, adotado no processo TC-017.770/2018-1, constante da Relação nº 24 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 1654, adotado no processo TC-016.570/2018-9, constante da Relação nº 24 da Ministra Ana Arraes; e

Acórdão nº 1658, adotado no processo TC-008.442/2015-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Os acórdãos de nº 1651 a 1654 e 1658 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

A Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 1º de agosto, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, lembrou que nessa sessão reservada serão apreciadas as propostas apresentadas pelos membros do Plenário e do Ministério Público junto ao TCU acerca da decisão prolatada pelo Juiz Federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, que vedou a utilização por esta Corte de Contas dos elementos informativos e provas produzidas no âmbito da Operação Lava-Jato e, às 18 horas e 5 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de julho de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

ATA Nº 27, DE 18 DE JULHO DE 2018
(SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 14 horas e 36 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral, em exercício, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado.

Ausentes, em férias, os Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 26, referente à sessão ordinária realizada em 11 de julho de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 12 e 18 de julho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 023.784/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 023.484/2018-7
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 000.126/2018-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Matéria administrativa ou Projeto de Ato Normativo
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros que compõem o Plenário, excluídos, em caso de projeto de ato normativo, o autor da proposição e o relator do projeto nas comissões. Arts. 72 a 74; 76; inciso III do art. 154 do RITCU. Art. 19 da Resolução-TCU 175/2005. Art. 28, § 2º,da Resolução-TCU 249/2012.
Relator sorteado: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Processo: 010.690/2017-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro José Múcio Monteiro

Processo: 018.563/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Arts. 8º a 10 da Resolução-TCU 280/2016. Art. 18-A da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro José Múcio Monteiro

Processo: 020.172/2018-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Arts. 8º a 10 da Resolução-TCU 280/2016. Art. 18-A da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro José Múcio Monteiro

Processo: 020.202/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Arts. 8º a 10 da Resolução-TCU 280/2016. Art. 18-A da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro Vital do Rêgo

Recurso: 006.035/2005-4/R002
Recorrente: ALTAMIRO JOSE DA COSTA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 017.429/2005-7/R001
Recorrente: DOMINGOS WALDEMAR BISINOTTO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 022.314/2010-5/R001
Recorrente: RAIMUNDA FLORENTINO DE OLIVEIRA LEITE
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 005.585/2013-9/R002
Recorrente: Francisco Carlos Donato Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 033.714/2013-4/R004
Recorrente: ACADEMIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
Alexandre Henrique de Lemos Marinho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 002.038/2014-5/R001
Recorrente: Yves Ribeiro de Albuquerque
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 018.402/2014-3/R002
Recorrente: Antônio Luiz Silva de Menezes/ José Coutinho Barbosa/ Jorge Marques de Toledo Camargo/ Rogério Almeida Manso da Costa Reis/João Pinheiro Nogueira Batista/ Irani Carlos Varella
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 021.701/2014-8/R002
Recorrente: CENTRO DE CULTURA POPULAR VIVA ARTE
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 024.669/2014-8/R002
Recorrente: José Lavoisier Gomes Dantas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 000.497/2015-0/R002
Recorrente: Carla de Souza Marques
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 000.497/2015-0/R003
Recorrente: Manoelina Pereira Medrado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 000.497/2015-0/R004
Recorrente: Maria Jose Rodrigues Froes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 000.497/2015-0/R005
Recorrente: Domingos Sávio da Costa Torres
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 000.497/2015-0/R006
Recorrente: Mario Augusto Lopes Moyses
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 008.449/2015-5/R002
Recorrente: PAULO ROBERTO DIAS MORALES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.449/2015-5/R003
Recorrente: Gleice Regina Balbino de Almeida
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.449/2015-5/R004
Recorrente: Washington Luiz de Paula

Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.449/2015-5/R005
Recorrente: WILTON PINTO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.449/2015-5/R006
Recorrente: MARCIO LANDVOIGT
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 008.449/2015-5/R007
Recorrente: JUAREZ GOMES DE MATOS BASTOS
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 011.923/2015-6/R001
Recorrente: Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 017.124/2015-8/R001
Recorrente: Espólio de Arlindo Barbosa Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 022.906/2015-0/R001
Recorrente: GILMAR DE ASSIS RODRIGUES
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 035.786/2015-9/R001
Recorrente: ASSOCIACAO PINACOTECA ARTE E CULTURA - APAC
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 035.786/2015-9/R002
Recorrente: MIGUEL MARTIN GUTIERREZ FILHO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 026.751/2016-0/R001
Recorrente: José Thomé Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 006.854/2017-6/R001
Recorrente: José Garcia de Freitas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 013.463/2017-9/R001
Recorrente: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 034.472/2017-7/R001
Recorrente: HELIO BAIS MARINS FILHO
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Registrou, com pesar, o falecimento do Ministro emérito do TCU Luciano Brandão Alves de Souza, ocorrido no dia 12 de julho corrente, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Informou que foi declarado luto oficial por três dias em todas as unidades do Tribunal. Após a leitura da comunicação, o Presidente Raimundo Carreiro solicitou que os presentes à sessão guardassem um minuto de silêncio em memória do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, o que foi observado. A presente comunicação, acompanhada da homenagem publicada no União será encaminhada à família do Ministro emérito. O Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado e o Ministro Benjamin Zymler usaram da palavra para manifestar pesar. O Ministro-Substituto Weder de Oliveira se manifestou, oralmente e por escrito (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata).

Distribuição de exemplares do Manual de Gestão de Riscos do TCU, aprovado pela Portaria-TCU nº 184/2018 e elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos e com os demais normativos do Tribunal sobre o tema. O Ministro-Substituto Weder de Oliveira usou da palavra para elogiar a iniciativa e a qualidade da publicação.

Proposta de referendar a decisão do Ministro Augusto Nardes de dissolver o Grupo de Trabalho constituído para estudar a formação e o funcionamento de Comitê composto pelo Ministério Público Federal, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Advocacia-Geral da União e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, objetivando a viabilização de acordos de leniência. Aprovada.

Inclusão, no Plano Operacional da Selog, da ação de controle prevista no item 9.2 do Acórdão 1.108/2018-PL, de relatoria da Ministra Ana Arraes, sem a necessidade de substituições de trabalhos previamente definidos, consoante informado pela Secretaria-Geral de Controle Externo, em cumprimento ao artigo 1º Portaria-TCU nº 548, de 19 dezembro de 2017.

Inclusão, no Plano Operacional da SecexSaúde, do acompanhamento das Novas Regras de Transferência Fundo a Fundo, proposto pelo Ministro Bruno Dantas na sessão de 16 de maio do corrente ano, consoante informado pela Secretaria-Geral de Controle Externo, em cumprimento ao artigo 1º Portaria-TCU nº 548, de 19 dezembro de 2017.

Inclusão, no Plano Operacional da Sefti, da ação de controle proposta pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti na sessão de 16 de maio do corrente ano, consoante informado pela Secretaria-Geral de Controle Externo, em cumprimento ao artigo 1º Portaria-TCU nº 548, de 19 dezembro de 2017.

Entre as fiscalizações iniciadas na última semana, destaque para o levantamento das ações conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, em prol da desburocratização dos serviços públicos prestados aos cidadãos, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1594 a 1616.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-013.391/2017-8 e TC-033.054/2010-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-011.987/2005-0, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-004.263/2018-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-030.322/2017-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-021.696/2013-6 e TC-031.770/2017-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSO TRANSFERIDO PARA A PAUTA DA SESSÃO RESERVADA

O processo TC-006.175/2013-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, foi transferido para a pauta da sessão extraordinária reservada realizada nesta data.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-014.624/2014-1, que trata de auditoria com o objetivo de analisar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada na importação nos portos marítimos da região Sudeste, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler. Na oportunidade, foi realizada sustentação oral pelo Dr. Cássio Lourenço Ribeiro em nome de Fernando Antônio Brito Fialho, Pedro Brito do Nascimento e Tiago Pereira Lima. O Ministro Walton Alencar Rodrigues e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado usaram da palavra para discutir a matéria. Já votaram a relatora e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que a acompanhou. O voto proferido pela relatora consta do Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-025.285/2017-3, que trata de consulta acerca da competência e da possibilidade de supressão, sem contrapartida financeira, de direitos conferidos à União por meio de ações de classe especial (golden shares) criadas quando da desestatização de companhias federais, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Vital do Rêgo. Já votaram o relator e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que o acompanhou. O voto proferido pelo relator consta do Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-001.054/2018-0, que trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades em concorrência conjunta para a contratação de serviços de implantação de TV institucionais em prol do Sesc/RJ e do Senac/RJ, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. O Dr. Ubiratan Aguiar, representante legal do Sesc/RJ, após o relator apresentar uma breve síntese sobre o processo, postou-se ao lado da mesa dos trabalhos e, pela ordem, solicitou sustentação oral. O Presidente Raimundo Carreiro respondeu que a sustentação oral tem rito próprio (art. 168 do RITCU), mas, com a concordância do relator, concedeu-lhe a palavra para esclarecer questão de fato. Já votou o relator, o voto proferido consta do Anexo III desta Ata.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-028.038/2009-5, que trata de recurso de revisão interposto por Tertuliano José Cavalcanti Lustosa contra decisão que julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e de multa, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS repassados ao Município de Corrente/PI, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Rafael Lobato não compareceu para produzir sustentação oral em nome de Tertuliano José Cavalcanti Lustosa. Acórdão 1617.

Na apreciação do processo TC-014.624/2014-1, que trata de auditoria com o objetivo de analisar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada na importação nos portos marítimos da região Sudeste, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Cássio Lourenço Ribeiro produziu sustentação oral em nome de Fernando Antônio Brito Fialho, Pedro Brito do Nascimento e Tiago Pereira Lima. A Presidência indeferiu, com base no **caput** do art. 168 do Regimento Interno, os pedidos de sustentação oral requeridos pelos Drs. Rafael Wallbach Schwind e Cláudio Renato do Canto Farág e pelo Sr. Murillo Correa Barbosa, em nome da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público, da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais e Aduaneiros e da Associação de Terminais Portuários Privados, respectivamente, tendo em vista que os requerentes não são partes nos autos. O processo foi objeto de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Na apreciação do processo TC-034.036/2011-3, que trata de auditoria realizada com o objetivo de verificar a regularidade da execução de convênios firmados entre a Confederação Brasileira de Ciclismo e o Ministério do Turismo para implantação de infraestrutura, preparação e organização dos Jogos Olímpicos de 2016, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Fernando Silva Junior produziu sustentação oral em nome da Confederação Brasileira de Ciclismo e de José Luiz Vasconcellos, Marco Antônio Barbosa, Hudson Henrique de Oliveira e Lúcio Orlando Coser. Acórdão 1619.

Na apreciação do processo TC-011.884/2016-9, que trata de auditoria para avaliar a sustentabilidade, a eficácia e a vulnerabilidade dos processos de trabalho do Fundo de Financiamento da Educação - Fies nos anos de 2010 a 2015, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, os Drs. Victor Minervino Quintiere, Otávio Ribeiro Lima Mazieiro e Carolina Scherer Bicca declinaram de produzir sustentação oral em nome de Aloízio Mercadante Oliva, Fernando Haddad e Miriam Aparecida Belchior, respectivamente. Acórdão 1643.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-028.038/2009-5 - Acórdão 1617

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-005.484/2018-9 - Acórdão 1618

O Ministro Benjamin Zymler, o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, o Ministro Walton Alencar Rodrigues e o Presidente Raimundo Carreiro (art. 107 do RITCU) usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRA ANA ARRAES

TC-034.036/2011-3 - Acórdão 1619

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-008.876/2018-5 - Acórdão 1620

TC-023.292/2018-0 - Acórdão 1621

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-011.577/2018-5 - Acórdão 1623 - REFERENDO DE CAUTELAR

TC-011.817/2010-0 - Acórdão 1624

TC-013.396/2017-0 - Acórdão 1625

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TC-014.583/2016-0 - Acórdão 1622
O Ministro-Substituto Weder de Oliveira usou da palavra para discutir a matéria.

TC-014.919/2010-9 - Acórdão 1626

TC-022.832/2018-1 - Acórdão 1627 - REFERENDO DE CAUTELAR

TC-024.434/2014-0 - Acórdão 1628

TC-025.584/2010-3 - Acórdão 1629
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-028.618/2017-3 - Acórdão 1630

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-019.228/2014-7 - Acórdão 1631
O Ministro Vital do Rêgo usou da palavra para discutir a matéria.

TC-025.860/2014-3 - Acórdão 1632

MINISTRA ANA ARRAES

TC-009.832/2010-6 - Acórdão 1633
O Ministro Benjamin Zymler usou da palavra para discutir a matéria.

TC-011.884/2016-9 - Acórdão 1643
O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti apresentou voto divergente, que foi vencido pela maioria do Colegiado.

TC-010.227/2013-0 - Acórdão 1634

TC-010.448/2017-9 - Acórdão 1635

TC-018.333/2018-4 - Acórdão 1636

TC-021.230/2016-1 - Acórdão 1637

TC-028.563/2017-4 - Acórdão 1638

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-009.834/2010-9 - Acórdão 1639

TC-022.809/2012-0 - Acórdão 1640

TC-025.551/2014-0 - Acórdão 1641

TC-030.684/2012-9 - Acórdão 1642

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

TC-010.764/2018-6 - Acórdão 1644

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1594 a 1616, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1617 a 1644, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1594/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao sr. Evandro Barbosa Dias, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao subitem 9.12 do Acórdão 1.527/2012, proferido pelo Plenário, em Sessão de 20/6/2012, conforme Ata 23/2012-Plenário, alterado pelo subitem 9.2 do Acórdão 3.255/2012, proferido pelo Plenário, em Sessão de 28/11/2012, conforme Ata 49/2012-Plenário.

Sr. Evandro Barbosa Dias:

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 20/6/2012

Valor recolhido: R$ 6.024,28 Data do último recolhimento: 8/11/2016

Data	Valor (R$)
07/10/2013	148,72
01/11/2013	149,24
04/12/2013	150,08
08/01/2014	150,94
04/02/2014	152,33
27/02/2014	153,17
31/03/2014	154,23
05/05/2014	155,65
29/05/2014	156,69
25/06/2014	157,41
31/07/2014	158,04
29/08/2014	158,05
30/09/2014	158,44
31/10/2014	159,36
24/11/2014	160,04
19/12/2014	160,85
30/01/2015	162,11
26/02/2015	164,12
27/03/2015	166,12
27/04/2015	168,41
27/05/2015	169,76
30/06/2015	171,01
31/07/2015	172,38
31/08/2015	173,44
30/09/2015	173,81
30/10/2015	174,75
30/11/2015	176,19
30/12/2015	177,97
16/02/2016	181,95
11/03/2016	183,60
29/04/2016	184,40
31/05/2016	185,54
30/06/2016	186,96
20/09/2016	189,42
26/10/2016	189,57
08/11/2016	189,53

1. Processo TC-010.514/2008-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 021.578/2013-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.577/2013-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.464/2014-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.409/2014-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.421/2014-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.412/2014-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 013.053/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 002.459/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.418/2014-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 008.287/2007-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL); 013.052/2014-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.404/2014-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 001.484/2014-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 021.580/2013-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.417/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.508/2016-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.419/2014-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.743/2014-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.509/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 006.408/2014-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 001.481/2014-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Agência de Tecnologia, Pesquisa e Ensino do Nordeste (ATNE) (07.093.505/0001-97); Alaíde de Meneses Tavares (474.306.485-68); Capacitar - Associação Para Organização e Administração de Evento, Educação e Capacitação (04.922.709/0001-03); Centro de Gestão e Cooperação Profissional (94.443.884/0001-00); Clóvis Rodrigues Cardoso (067.561.155-53); Doracy de Andrade Santos (138.074.985-91); Evandro Barbosa Dias (068.589.105-49); Fábio Brito Fraga (976.042.675-72); Ginaldo Domingos Martins Santos (103.094.545-49); Ginaldo José Silveira Santos (353.095.395-49); Graciana Ramalho de Carvalho (918.155.925-91); Graça Lourdes Lira Vieira Barreto (151.110.245-49); Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) (03.735.851/0002-51); Jorge Alberto Moura Araujo (126.791.195-68); Josefa Mesquita de Santana Matos (051.980.035-49); Joselice Andrade Santos (103.952.105-34); José Luiz Rodrigues de Barros (902.336.897-53); Lindbergh Gondim de Lucena (000.720.918-51); Paulo César Reis (102.503.605-00); Rita de Cássia Carvalho Santos Fontes (102.140.705-49); Tereza Cristina de Menezes Guimarães (336.983.335-20); Valdilene Alves Sobral (312.031.835-34)

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Sergipe

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.7. Representação legal: Ana Edite Menezes Vasconcelos Silva (1851/OAB-SE), Augusto Sávio Léo do Prado (2365/OAB-SE), Sheila Lobão Molina (4363/OAB-SE), Madson Lima de Santana (3863/OAB-SE), Evânio José de Moura Santos (2884/OAB-SE), José Augusto de Oliveira (2366/OAB-SE), Luzia Cristina Guedes Magalhães (2716/OAB-SE), Agnaldo José dos Santos Filho (4470/OAB-SE) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1595/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos, em:

1. considerar cumpridas as determinações dirigidas, por meio do item 1.6.5 do Acórdão nº 2.275/2015 - Plenário, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso - Sinfra (MT);

2. considerar cumpridas as determinações dirigidas, por meio do item 1.6.6, alíneas "a" e "c", do Acórdão nº 2.275/2015 - Plenário, ao Ministério da Integração Nacional;

3. considerar parcialmente cumprida a determinação dirigida, por meio do item 1.6.6, alínea "b", do Acórdão nº 2.275/2015 - Plenário, ao Ministério da Integração Nacional;

4. determinar à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso - Sinfra (MT), em relação ao Convênio Siconv nº 702.222, que:

4.1. restitua à conta-corrente específica do mencionado convênio a quantia de R$ 8.820,59 (oito mil e oitocentos e vinte reais e cinquenta e nove centavos), acrescida da remuneração da caderneta de poupança calculada a partir do dia 27/12/2012 até a data de seu efetivo depósito;

4.2. comprove que os serviços de pavimentação da Rua José Monteiro da Silva medidos pela Sinfra (MT) foram realmente executados pela empreiteira contratada em julho de 2017, tendo em vista que a equipe de fiscalização do TCU detectou, durante visita realizada em junho de 2015, que esse trecho já havia sido pavimentado anteriormente pela Prefeitura Municipal de Cáceres (MT);

4.3. caso sejam confirmados os indícios de superfaturamento mencionados no item acima, adote as medidas cabíveis para resguardar o erário e obter o ressarcimento pelos prejuízos eventualmente comprovados;

4.4. torne funcional o sistema de drenagem objeto do Convênio Siconv nº 702.222, tendo em vista as irregularidades descritas no presente Monitoramento, mormente no tocante à retirada dos poços de visita e sua substituição por caixas de ligação e passagem, o que impediu o acesso para a realização de inspeções e limpezas às galerias subterrâneas do mencionado sistema; e

4.5. informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, quais foram os resultados das providências adotadas;

5. determinar ao Ministério da Integração Nacional, em relação ao Convênio Siconv nº 702.222:

5.1. atue junto à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso - Sinfra (MT), visando solucionar as irregularidades descritas no presente Monitoramento, mormente no tocante à retirada dos poços de visita e sua substituição por caixas de ligação e passagem, o que impediu o acesso para a realização de inspeções e limpezas às galerias subterrâneas do sistema de drenagem objeto do Convênio Siconv nº 702.222;

5.2. acompanhe as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso - Sinfra (MT) visando apurar os indícios de superfaturamento nas medições das obras relativas ao Convênio Siconv nº 702.222, considerando que os serviços de pavimentação da Rua José Monteiro da Silva foram medidos por aquela secretaria estadual como se tivessem sido executados em julho de 2017 pela empreiteira contratada, mas a equipe de fiscalização do TCU, durante visita realizada em junho de 2015, constatou que esse mesmo trecho já havia sido pavimentado pela Prefeitura Municipal de Cáceres (MT);

5.3. adote as medidas cabíveis caso seja confirmada a existência de dano ao erário no que diz respeito aos indícios apontados no item anterior e esse prejuízo não seja ressarcido pelo convenente; e

5.4. informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, os resultados das providências adotadas; e

6. dar ciência deste acórdão à Sinfra (MT) e ao Ministério da Integração Nacional.

1. Processo TC nº 006.194/2017-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Marcelo Duarte Monteiro (CPF nº 654.212.051-34).

1.2. Órgãos/Entidades: Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Infra-estrutura do Estado de Mato Grosso - Sinfra (MT).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1596/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, VII, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação; em considerá-la improcedente; em indeferir o requerimento de medida cautelar, inaudita altera pars, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida; e em determinar o arquivamento, dando ciência ao representante e ao Comitê Paralímpico Brasileiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.721/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Comitê Paraolímpico Brasileiro
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Representação legal: Fernanda Massad de Aguiar Fabretti, OAB/SP 261.232.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1597/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, indeferir o requerimento de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção, considerar a representação improcedente e determinar o arquivamento, dando ciência à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.192/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Paraná (37.115.367/0022-95)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1598/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, fazer as seguintes determinações, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.788/2016-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. determinar ao IBGE, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, c/c art. 2º da Resolução-TCU 265/2014, que apresente no próximo relatório de gestão as providências adotadas para o cumprimento das seguintes determinações:
1.6.1. em relação ao risco de comprometimento da precisão das pesquisas em razão do incremento da mão de obra temporária e de sua menor especialização:
1.6.1.1. monitore, de maneira específica, com o envolvimento da auditoria interna, o gerenciamento do risco de supervisão, por servidores efetivos, da coleta de dados nas agências;
1.6.2. em relação ao risco da não realização de pesquisas essenciais:
1.6.2.1. estruture as ações e medidas em implementação por meio de um plano de tratamento de riscos que contemple, no mínimo, as ações necessárias, os responsáveis e o respectivo cronograma;
1.6.2.2. apresente as conclusões do estudo referente ao mapeamento do quantitativo ideal de servidores do seu quadro permanente;
1.6.2.3. priorize as ações e medidas em implementação para o risco identificado neste item, bem como dê atenção na continuidade de respostas e controles para manter ou reduzir o respectivo nível de risco, com envolvimento dos responsáveis pelo seu gerenciamento descentralizado;
1.6.3. em relação ao risco da não realização de pesquisas nas periodicidades devidas:
1.6.3.1. incorpore ao seu planejamento medidas que avaliem o efeito de novas demandas na alocação de sua força de trabalho e sua possível interferência na adequada programação das pesquisas essenciais, registrando tais situações no relatório de gestão, bem como as possíveis medidas adotadas quanto à manutenção do adequado nível de risco residual;
1.6.3.2. priorize as ações e medidas em implementação para o risco identificado neste item, bem como dê atenção na continuidade de respostas e controles para manter ou reduzir o respectivo nível de risco, com envolvimento dos responsáveis pelo seu gerenciamento descentralizado;
1.7. apor a chancela de sigilo ao presente processo e ao relatório de inspeção, nos termos dos artigos 6º e 8º, inciso III, da Resolução-TCU 294/2018; e
1.8. dar ciência desta decisão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais do Senado Federal, às Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República, advertindo-os quanto ao sigilo existente nos presentes autos.

RELAÇÃO Nº 21/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1599/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1065/2018 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 16/5/2018, Ata nº 17/2018, relativamente ao preâmbulo, para que, onde se lê "restituindo os autos à SeinfraPetróleo", leia-se "restituindo os autos à SecexEstatais", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.712/2010-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet)
1.6. Representação legal: Representação legal: Paola Allak da Silva (OAB/RJ 142.389), Debora Signorelli Carvalho (OAB/SP 315.247), Maria Elizabeth Martins da Costa (OAB/MG 32.434), Henrique Paduan Alvares, Antônio Franco de Carvalho (OAB/RJ 1.101-B), José Oswaldo Guimarães de Abreu (OAB/SP 120.086) e outros
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1600/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado, arquivando-a, dando-se ciência à representante e à Itaipu Binacional, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.479/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 003.680/2018-5 (Solicitação)
1.2. Representante: Sybex Comércio e Serviço em Informática Ltda.
1.3. Unidade: Itaipu Binacional - Eletrobrás/MME
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Selog
1.7. Representação legal: Alexandre Ezechiello (OAB/RJ 143.732) e outros
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1601/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado, arquivando-se o processo após cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-023.074/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP (CNPJ 05.340.639/0001-30)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/AM
1.6. Representação legal: Anselmo da Silva Ribas (OAB/SP 193.321), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1602/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 27 da Lei 8.443/1992 e 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Gilson Gonçalo de Arruda, José Eduardo Vieira e Associação dos Criadores de Mato Grosso - Acrimat, ante o recolhimento integral, pela última, do débito solidário que lhes foi imputado e em expedir quitação ante o recolhimento integral das multas individuais a eles cominadas.

- Quitação relativa ao débito solidário constante do subitem 9.2 do acórdão 729/2014 - Plenário

Gilson Gonçalo de Arruda, José Eduardo Vieira e Associação dos Criadores de Mato Grosso - Acrimat

Valor original do débito solidário: R$ 1.477,50 Data de origem do débito: 26/03/2014
Valor recolhido: R$ 192.711,62 Data do último recolhimento 09/05/2018

- Quitação relativa à multa individual constante do subitem 9.4 do **acórdão 729/2014 - Plenário**

Associação dos Criadores de Mato Grosso - Acrimat

Valor original da multa: 10.000,00 R$ Data de origem da multa: 26/03/2014
Valor recolhido: R$ 11.071,00 Data de recolhimento 25/06/2015

Gilson Gonçalo de Arruda

Valor original da multa: 10.000,00 R$ Data de origem da multa: 26/03/2014
Valor recolhido: R$ 11.071,00 Data de recolhimento 15/06/2015

José Eduardo Vieira

Valor original da multa: 10.000,00 R$ Data de origem da multa: 26/03/2014
Valor recolhido: R$ 11.071,00 Data de recolhimento 25/06/2015

1. Processo TC-000.743/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Responsáveis: Associação dos Criadores de Mato Grosso - Acrimat (CNPJ 15.072.416/0001-92); Gilson Gonçalo de Arruda (CPF 008.960.551-91); José Eduardo Guimarães Vieira (CPF 021.824.401-00).
1.3. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso (Secex-MT).
1.7. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e Armando Biancardini Candia (OAB/MT 6.687), representando Associação dos Criadores de Mato Grosso - Acrimat, Gilson Gonçalo de Arruda e José Eduardo Guimarães Vieira.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1603/2018 - TCU - Plenário

Vista esta denúncia sobre possíveis irregularidades no Chamamento Público 1/2018 da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, voltado para a prospecção do mercado imobiliário em

Brasília/DF com vistas a futura aquisição de imóvel para abrigar a sede dessa empresa.

Considerando que a denúncia atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU;

considerando que o denunciante apontou indícios referentes à: (i) utilização de procedimento indevido, uma vez que deveria ser utilizada a modalidade de concorrência; (ii) inexistência de parâmetros para julgamento; (iii) ausência de critérios para avaliação das propostas e para habilitação de interessados; (iv) fixação de prazo inadequado para a apresentação das propostas, entre outras supostas falhas;

considerando que, conforme informações prestadas em resposta à oitiva, o Chamamento Público 1/2018 visava apenas à prospecção de mercado para subsidiar a escolha de modelo de negócio a ser adotado na aquisição de imóvel e dele não resultará contratação;

considerando que todas as propostas que atenderam aos critérios estabelecidos foram acolhidas e não foi estabelecida concorrência entre elas;

considerando que, de acordo com a EBC, será realizado o procedimento necessário para licitação ou aquisição direta após a decisão sobre o modelo de negócio a ser adotado e todos os procedimentos serão submetidos às instâncias deliberativas pertinentes;

considerando que, nesse contexto, o chamamento público foi utilizado como procedimento integrante dos estudos preliminares, afetos à etapa de planejamento da contratação;

considerando que, com base nas informações da EBC, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog se manifestou em pareceres uniformes com proposta de considerar a denúncia improcedente;

considerando que, em vista desse encaminhamento, a medida cautelar mencionada pela denunciante para suspender a referida contratação se mostra desnecessária;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno, em conhecer desta denúncia e considerá-la improcedente; em retirar a chancela de sigilo, mantendo-a em relação ao denunciante; em dar ciência desta deliberação à Empresa Brasil de Comunicação e ao denunciante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC 008.827/2018-4 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.7. Representação legal: Samira Bacellar Tavares de Sousa (OAB/DF 26.435) e outros, representando Empresa Brasil de Comunicação.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1604/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Coordenação de Relações Institucionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UJRJ e conceder-lhe mais 15 (quinze) dias, contados do término do prazo inicialmente fixado, para atendimento das determinações constantes do item 9.2 do acórdão 1.007/2018 - Plenário.

1. Processo TC-025.213/2016-4 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Interessada: Débora Alves Abrantes (CPF 038.818.437-01).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1605/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.8.1 e 1.8.2 do acórdão 832/2016 - Plenário; em considerar implementadas as recomendações dos subitens 9.1.1, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 e em implementação as do subitem 9.1.2, todos do acórdão 735/2014 - Plenário; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 42, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA); e em apensar este processo ao TC 009.504/2013-3.

1. Processo TC-007.747/2015-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Secretaria Nacional de Portos - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1606/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação do item 1.7, do acórdão 1.854/2016 - Plenário; em apensar o processo ao TC 027.740/2015-3; e em dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 31 ao Ministério da Integração Nacional.

1. Processo TC-027.325/2016-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Ministério da Integração Nacional.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1607/2018 - TCU - Plenário

Vistos os pedidos de reexame interpostos por vários servidores do Tribunal Superior do Trabalho - TST (peças 197/220) contra os acórdãos 1.120, 1.857 e 2.698/2017 - Plenário (peças 92, 154 e 168), bem como o pedido formulado pelo TST (peça 195) de admissão como litisconsorte na apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ e pelo Superior Tribunal Militar - STM em face da primeira deliberação citada.

Considerando que, por meio do acórdão 1.120/2017 - Plenário (relator o ministro Benjamin Zymler), o Tribunal, ao considerar procedente representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip (subitem 9.1) com vistas a avaliar a concessão administrativa do reajuste de 13,23% (referente à Vantagem Pecuniária Individual - VPI decorrente da aplicação da Lei 10.698/2003) aos servidores públicos federais de órgãos que compõem o Poder Judiciário e o Ministério Público da União, expediu determinações, a serem cumpridas pelos órgãos, relativas à anulação dos atos irregulares e à cessação dos pagamentos correspondentes (subitem 9.2) e ao ressarcimento pelo STJ, STM e TST de valores pagos administrativamente (subitem 9.3);

considerando que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip propôs, em suma, indeferir o ingresso dos servidores que apresentaram os expedientes às peças 197/220 como partes interessadas no processo; não conhecer, em consequência, dos pedidos de reexame por eles interpostos; e autorizar àquela unidade técnica não conhecer de pedidos semelhantes que derem entrada no Tribunal relacionados a esta representação (peças 231/2);

considerando que o parecer da Sefip fundamentou-se no acórdão 276/2018 - Plenário (da minha relatoria - peça 196), mediante o qual o TCU não conheceu de pedidos de reexame formulados por outros servidores do TST, por falta de legitimidade e de interesse recursal;

considerando que a Resolução TCU 259/2014 atribui competência para examinar preliminarmente a admissibilidade de pedido de reexame à Serur (artigo 49, inciso I);

considerando que a deliberação a respeito do conhecimento, ou não, de recurso compete ao relator ou a colegiado do TCU, e que a referida Resolução TCU 259/2014 somente menciona a possibilidade de delegação de competência pelo presidente do Tribunal quando se trata de mera petição em processo com decisão transitada em julgado e sem viabilidade jurídica para interposição de quaisquer outros recursos (art. 50, § 4º);

considerando que a Secretaria de Recursos - Serur manifestou-se, em essência, por receber o pedido do TST como mera petição, por não existir previsão na Lei 8.443/1992 e no Regimento Interno para a "figura jurídica do litisconsorte nos processos de controle externo", mas sugeriu estender o efeito suspensivo atribuído pelo acórdão 1.857/2017 - Plenário aos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do acórdão 1.120/2017- Plenário àquele órgão, em razão da existência de circunstâncias objetivas nos recursos do STJ e do STM que podem ser aproveitadas ao requerente (peça 244/5);

considerando que é necessário racionalizar a tramitação processual, a fim de permitir a apreciação do mérito dos pedidos de reexame do STJ e do STM;

considerando que a extensão do efeito suspensivo dos recursos ao TST tende a inibir a apresentação de recursos autônomos por servidores daquele órgão;

considerando que o titular da Serur, após avaliar o deliberado pelo Conselho da Justiça Federal no processo CJF-ADM-2015/00035 (peça 167), destacou não haver perda de objeto da apreciação dos pedidos de reexame já conhecidos pelo TCU (peça 245);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992 e 146, 161, 281 e 282 do Regimento Interno, em: (i) indeferir os pedidos de ingresso dos recorrentes a seguir indicados como interessados no processo; (ii) não conhecer dos pedidos de reexame por eles interpostos, por ausência de legitimidade e de interesse recursal; (iii) receber o pedido do Tribunal Superior do Trabalho - TST como mera petição e negar-lhe seguimento, mas estender àquele órgão o efeito suspensivo atribuído pelo acórdão 1.857/2017 - Plenário aos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do acórdão 1.120/2017- Plenário; (iv) efetuar a determinação abaixo; e (v) dar ciência desta deliberação ao TST e aos ora recorrentes.

1. Processo TC-014.624/2016-8 (PEDIDOS DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: I.

1.2. Interessados/recorrentes:

1.2.1. Interessado no pedido à peça 195: Tribunal Superior do Trabalho - TST.

1.2.2. Interessada habilitada no processo: Advocacia-Geral da União.

1.2.3. Recorrentes: Alexis Turazi (CPF 796.572.571-15), Ana Cecília de Brito Tótoli Rodrigues (CPF 782.890.171-20), Ana Paula Marinho Costa de Medeiros (CPF 523.650.004-44), Angela Fernandes Bresolin Vasconcelos (CPF 034.137.351-60), Clara Fernanda Waquim Carvalho (CPF 552.624.571-34), Edmar Correia Pessoa (CPF 288.043.921-34), Euvânia de Almeida Rezende (CPF 336.773.361-04), Fábio Silva de Abreu (CPF 828.714.691-72), Felipe de Melo Gama (CPF 994.439.291-04), Giovana Horta Barreto Nabut (CPF 343.937.141-72), Ivana de Castro Nascimento Bernardo (CPF 765.193.331-15), Katiane Alves Pires Diógenes (CPF 715.426.041-68), Luciano Alves Pinto (CPF 004.863.311-99), Mabel Rodrigues Alvim Silva (CPF 316.337.901-00), Maria Cecilia de Almeida Monteiro Lemos (CPF 088.831.288-18), Maria das Graças Pires Mendes Cateb (CPF 291.825.223-91), Maria Thereza Maia Coleta de Sousa (CPF 005.637.321-05), Mônica Pinto Nascimento (CPF 009.148.715-36), Paulo Sérgio Costa Mendes Cateb (CPF 252.355.163-20), Priscila Vasconcelos Carrano (CPF 706.787.661-34), Rejane Alves da Silva Brito (CPF 648.912.401-72), Rosemary Ferreira de Lima Modena Lacerda (CPF 178.534.328-95), Sandra Marise Guimarães Tenório Hexsel (CPF 457.911.981-91) e Tiago Felipe de Moraes (CPF 708.340.401-15).

1.3. Unidades: Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Conselho Nacional do Ministério Público e Ministério Público da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Relatores das deliberações recorridas: ministro Benjamin Zymler e ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

1.8. Representação legal: Anna Dias Rodrigues (OAB/MG 131.159) e outros representando a Advocacia-Geral da União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.9. Determinar à Secretaria de Recursos - Serur que proceda, com a urgência que o caso requer, ao exame do mérito dos pedidos de reexame às peças 115 e 128, conjuntamente, se for o caso, com o exame da admissibilidade de eventuais novos recursos que venham a ser apresentados por servidores públicos dos órgãos envolvidos neste processo.

ACÓRDÃO Nº 1608/2018 - TCU - Plenário

Vista esta representação, com pedido de cautelar, formulada por Digi Soluções de Comunicação Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços 19/2018 do Tribunal de Contas da União - TCU , cujo objeto foi a "Contratação de Solução integrada de comunicação com uso de tecnologia VoIP (voice over IP), incluindo os sistemas de comunicação baseado em IP, de tarifação e bilhetagem, de gerenciamento, monitoramento e manutenção, aparelhos de telefonia IP, gateways e conectores necessários e serviços de instalação, configuração, treinamento e suporte técnico necessários ao funcionamento e manutenção da solução" (peça 1).

Considerando que a representante apontou, em síntese, como "dissonâncias", que: (i) o equipamento "gateway GSM de telefonia celular" ofertado na proposta da empresa Telesul Telecomunicações Ltda. (KMG GSM 160), vencedora da licitação, não atenderia às exigências especificadas no edital (homologação pela Anatel e pelo fabricante da plataforma de telefonia IP); (ii) a avaliação técnica realizada pelo TCU estaria equivocada, ao considerar que o equipamento resultaria da composição dos módulos EBS Server PRO e EBS - GMS; e, (iii) as informações que apontariam a ausência das certificações exigidas teriam sido retiradas do sítio eletrônico da fabricante após a interposição de recurso administrativo contra o resultado do pregão;

considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas- Selog verificou que as alegações da representante neste feito foram objeto de recurso administrativo, o qual foi devidamente instruído e considerado improcedente pela unidade licitante, com fundamento em diligências e pareceres técnicos (peças 10, 11 e 12);

considerando a improcedência de todas as questões levantadas pela representante;

considerando que os atos praticados pelo Tribunal de Contas da União, no Pregão Eletrônico 19/2018, observaram as exigências legais;

considerando que não se configurou o perigo na demora e nem a fumaça do bom direito, pressupostos necessários à adoção de medida cautelar;

considerando que a representante requereu habilitação como interessada neste feito (peça 15); entretanto, não restou configurado interesse público na atuação processual da requerente, nos termos do art. 146 do Regimento Interno;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer esta representação; em considerá-la improcedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada bem como a habilitação da empresa como parte interessada; em encaminhar cópia eletrônica desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica; à representante, e em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-017.414/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Representante: Digi Soluções de Comunicação Ltda. (CNPJ 06.126.611/0001-67).
1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1609/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer da unidade técnica e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 169, inciso V, do Regimento Interno, 12, § 3º, da Resolução TCU 234/2010 e 7º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 63/2010, em: (i) conhecer desta solicitação e autorizar, em caráter excepcional, a prorrogação do prazo para que o Instituto Nacional da Mata Atlântica envie o relatório de gestão referente ao exercício de 2017 até o dia 30/7/2018, considerando a informação constante da página do TCU na Internet de que tal relatório ainda está em processamento; (ii) dar ciência desta deliberação ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e (iii) arquivar estes autos.

1. Processo TC-017.302/2018-8 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Classe: VII.
1.2. Solicitante: ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
1.3. Unidade: Instituto Nacional da Mata Atlântica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex/ES.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1610/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de ofício e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a Súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 1.210/2018 - Plenário, prolatado na sessão de 30/05/2018, para que, em seu subitem 1.8, mantidos os demais termos da deliberação ora retificada,

onde se lê:

"1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: enviar os autos à Secex-AM, unidade técnica instrutora do processo, para fins de apreciação da presente peça e adoção das medidas que entender pertinentes, sem prejuízo da oportuna manifestação da Secretaria de Recursos, nos termos da Resolução TCU 259/2014, no caso de futura interposição de recursos."

leia-se:

"1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há".

1. Processo TC-029.105/2017-0 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.
1.3. Unidades: Controladoria Regional da União no Estado do Amazonas e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: não atuou.
1.7. Representação legal: não há
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1611/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) revogar a medida cautelar deferida no Acórdão 386/2018-TCU-Plenário, que suspendeu o início das obras na área denominada "Pátio do Pari", com fulcro no art. 276, § 6º, do RITCU;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Município de São Paulo, à SPU/SP, ao Circuito de Compras São Paulo SPE S/A e à representante; e

d) arquivar os presentes autos nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-003.163/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Circuito de Compras Sao Paulo SPE S.A. (23.419.923/0001-88).
1.2. Órgão: Secretaria do Patrimônio da União; Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.6. Representação legal: Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 251.382); L'Inti Ali Miranda Faiad (OAB/SP 320.862); Vicente de Paulo de Moura Viana (OAB/DF 34.318); Geovanne Soares Amorim de Sousa (OAB/DF 43.884) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1612/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar o prazo estipulado pelos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 783/2018-Plenário, por mais vinte dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, em atendimento à solicitação do DNIT contida na peça 169.

1. Processo TC-033.891/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Requerente: Halphe Luiggi Mônico Rosa, Diretor Geral (Interino) do Dnit.
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA). 1.6. Representação legal: Cecilia Machado Cafezeiro (CPF 897.111.495-91), representando a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA); Paulo Aristóteles Amador de Sousa (CPF 854.786.794-53), representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); Gilberto Mendes Calasans Gomes (43391/OAB/DF) e outros, representando OAS Engenharia e Construções S.A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 24/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1613/2018 - TCU - Plenário

Considerando que, à Peça nº 89, a unidade técnica identificou o erro material sobre o CNPJ da Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (responsável nestes autos), já que teria sido grafado no Acórdão 3.418/2010-TCU-Plenário, no Acórdão 1.669/2014-TCU-Plenário e no Acórdão 625/2015-TCU-Plenário como 03.170.243/0001-66 em vez de 23.704.778/0001-87;

Considerando que o Acórdão 3.418/2010 e o Acórdão 625/2015 foram prolatados pelo Plenário do TCU, sob a relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, ao passo que o Acordão 1.669/2014 foi proferido pelo Plenário, ao apreciar o recurso de reconsideração interposto pelos Srs. Eliseu Barroso de Carvalho Moura e Hieron Barroso Maia, sob a relatoria do emérito Ministro José Jorge;

Considerando, diante disso, que, no presente momento, deve-se proceder à retificação do Acórdão 3.418/2010 e do Acórdão 625/2015 prolatados pelo Plenário do TCU, sob a relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, cabendo determinação à unidade técnica para que encaminhe o correspondente feito ao Gabinete do Ministro Vital do Rego (sucessor do emérito Ministro José Jorge neste Tribunal) para que aprecie a proposta de retificação do aludido Acordão 1.669/2014-TCU-Plenário;

Considerando, por fim, que, nesse sentido, estão os pareceres do MPTCU (Peça nº 91) e da Secex/MA (Peça nº 89), reconhecendo a necessidade de correção dos referidos acórdãos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.418/2010 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Extraordinária de 8/12/2010 (Ata nº 49/2010), no que concerne ao seu item.3, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, e o Acórdão 625/2015 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão Ordinária de 25/3/2015 (Ata nº 10/2015), no que concerne ao seu item.9.1, mantendo inalterados os demais termos do aludido acórdão, em sintonia com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

a) onde se lê:
Acórdão nº 3.418/2010- Ata nº 49/2010-Plenário
"3. Responsáveis: ... Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (CNPJ 03.170.243/0001-66);"
leia-se:
"3. Responsáveis: ...Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (CNPJ 23.704.778/0001-87);"

b) onde se lê:
Acórdão n° 625/2015 - Ata nº 10/2015- Plenário
"9.1. ...Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (03.170.243/0001-66)...;"
leia-se:
"9.1. ...Convap - Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (CNPJ 23.704.778/0001-87)...;"

1. Processo TC-020.530/2004-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Eliseu Jose Lopes Barroso (CPF 217.087.033-49); Hieron Barroso Maia (CPF 089.036.703-53); Moacir Rocha de Sousa (CPF 032.327.863-91); Raimundo Gomes da Rocha Neto (CPF 249.384.403-34); Wellington Manoel da Silva Moura (CPF 170.199.582-49) e Construtora Vale do Itapecuru Ltda. (CNPJ 23.704.778/0001-87).
1.2. Entidade: Município de Pirapemas - MA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.6. Representação legal:
1.6.1.Walmir Azulay de Matos (OAB/MA 5.550) e outros, representando Wellington Manoel da Silva Moura;
1.6.2.Eriko Jose Domingues da Silva Ribeiro (OAB/MA 4.835) e outros, representando Eliseu Jose Lopes Barroso;
1.6.3 Jose Norberto Lopes Campelo (OAB/PI 2.594) e outros, representando Hieron Barroso Maia e Eliseu Jose Lopes Barroso.
1.7. 1.7. Determinar à Secex-MA que encaminhe o correspondente feito ao Gabinete do Ministro Vital do Rego (sucessor do emérito Ministro José Jorge neste Tribunal) para que aprecie a proposta de retificação do aludido Acordão 1.669/2014-TCU-Plenário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1614/2018 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de auditoria para avaliar a implantação, com recursos federais, do corredor de transporte por BRT (bus rapid transit) e do sistema inteligente de transporte (SIT) na região sul do Município de Palmas - TO (BRT Sul);

Considerando que o item 9.1 do Acórdão 1.371/2018-TCU-Plenário determinou que fosse comunicado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que ainda não foram integralmente implementadas pelo Município de Palmas - TO as medidas corretivas necessárias ao devido saneamento dos indícios de irregularidade graves sobre o Edital RDC Eletrônico nº 1/2015, no bojo do Termo de Compromisso n.º 0444.024-63/2014, diante dos serviços de regularização ambiental, da elaboração de projetos básico e executivo e da execução das obras de implantação do corredor de transporte por BRT e do sistema inteligente de transporte na região sul de Palmas - TO (BRT Sul de Palmas - TO), em face do possível dano ao erário sob o valor de R$ 227.580.000,00;

Considerando que, em face da aludida situação, subsistem os indícios sob o tipo IG-P no referido empreendimento, em sintonia com o art. 121, § 1º, IV, da Lei n.º 13.408 (LDO 2017), de 2016;

Considerando que, em consonância com item 9.1.1 do Acórdão 1371/2018-Plenário, o TCU poderá reavaliar a recomendação para a paralisação do empreendimento, caso a Prefeitura Municipal de Palmas - TO adote todas as medidas corretivas prolatadas pelos Acórdãos 460/2017 e 2.089/2017, do Plenário, promovendo, especialmente, a elaboração do estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental para a implantação do referido BRT, na cidade, com a aprovação pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal, além de contemplar as análises técnico-econômicas adequadas e suficientes sobre todo o empreendimento, com a devida quantificação da demanda por transporte na região a partir da escolha da melhor solução técnica para o atendimento dessa demanda e a quantificação das despesas com a operação e a manutenção do empreendimento, em plena consonância com os dados utilizados na referida análise;

Considerando, contudo, que, por meio do Ofício PGM nº 243/2018/GAB, a Prefeitura de Palmas - TO encaminhou ao TCU, em 12/07/2018, o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do Corredor de Transporte de Passageiros - Corredor BRT Palmas", devendo a unidade técnica se manifestar conclusivamente sobre essa documentação após a devida análise pelas instituições competentes da administração federal;

Considerando, enfim, que, em sintonia com as informações prestadas pelos técnicos da Prefeitura de Palmas - TO junto ao Gabinete do Ministro-Relator, o aludido empreendimento contaria com linha de financiamento tendente a expirar no final de 2018, subsistindo a necessidade, então, de se atribuir a devida prioridade à tramitação do presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em prolatar a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-018.777/2016-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apenso: TC-012.557/2017-0 (AUDITORIA) e TC-014.825/2017-1 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: André Luís Camargo Castro (CPF 252.686.508-58); Antônio Luiz Cardozo Brito (CPF 485.256.421-34); Caroline Colombo dos Santos (CPF:874.245.921-49); Eneas Ribeiro Neto (CPF 323.332.261-53); Eraldo Luís Lopes Carvalho (CPF 714.868.449-87); Frederico Coli Mendes (CPF 033.037.061-82); João Marciano Junior (CPF 492.378.371-00); Joaquim Jose de Oliveira Junior (CPF 438.266.011-49); Juliano Afonso Rodovalho (CPF 950.993.011-34); Maria Lucylla Rassi Sant Anna (CPF 838.182.511-34); Robson Freitas Correa (CPF 318.984.672-34); Rosana Ramos Rabello (CPF 566.575.106-59); Shirlene da Silva Martins (CPF 034.777.507-13); Valeria Ernestina de Oliveira (CPF 693.932.731-20); Tiisa - Triunfo Iesa Infra-estrutura SA. (CNPJ 10.579.577/0001-53) e Viviene Gomide Dumont Vargas (CPF 97.996.761-34).

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

1.4. Unidades jurisdicionadas: Município de Palmas - TO; Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades (vinculador).

1.5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.8. Representação legal:

1.8.1. Públio Borges Alves, como Procurador-Geral do Município de Palmas, e outros, representando o Município de Palmas - TO;

1.8.2. Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando a Caixa Econômica Federal;

1.8.3. Eduardo Lamonato Faggion (OAB/SP 262.991) e outros, representando a TIISA - Infraestrutura e Investimentos S.A.

1.9. Determinar:

1.9.1. ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal que, conjuntamente e dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da ciência deste Acórdão, analisem o estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental ora encaminhado pela Prefeitura de Palmas - TO, por meio do Ofício PGM nº 243/2018/GAB, devendo apresentar, ao TCU, a correspondente manifestação conclusiva sobre a regularidade, ou não, com a aprovação, ou não, do aludido empreendimento destinado à implantação, com recursos federais, do corredor de transporte por BRT (bus rapid transit) e do sistema inteligente de transporte (SIT) na região sul do Município de Palmas - TO (BRT Sul);

1.9.2. à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana que adote as seguintes medidas:

1.9.2.1. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado da cópia do estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental encaminhado pela Prefeitura de Palmas - TO por meio do Ofício PGM nº 243/2018/GAB, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento à determinação prolatada pelo item 1.9.1 deste Acórdão; e

1.9.2.2. promova o monitoramento da determinação prolatada pelo item 1.9.1 deste Acórdão, devendo submeter o feito ao Ministro-Relator com o superveniente parecer conclusivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da manifestação conclusiva conjunta determinada pelo aludido item 1.9.1 deste Acórdão.

RELAÇÃO Nº 16/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1615/2018 - TCU - Plenário

Considerando o falecimento do responsável antes do trânsito em julgado da deliberação condenatória;

Considerando a jurisprudência deste Tribunal:

"- Havendo o falecimento do responsável antes do trânsito em julgado da decisão sancionatória, a multa e a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança aplicadas devem ser tornadas, de ofício, insubsistentes - acórdão 2650/2017-TCU-Plenário;

- Falecendo o responsável em data anterior à prolação da decisão condenatória, cabe revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta, uma vez que não cabe a aplicação de sanção a responsável falecido, em face da sua natureza personalíssima - acórdão 3500/2016-TCU-1ª Câmara;"

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 174 e 175, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em tornar, de ofício, insubsistente a multa aplicada ao Sr. João Lauer Kneip, por meio do subitem 9.3.6 do acórdão 3297/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-006.930/2004-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Joao Lauer Kneip (085.252.691-15).

1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal (MJ).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1616/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, 'e', do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar até o dia 31/7/2018 o prazo estabelecido para o Comando da Aeronáutica, nos itens 9.1 e 9.2 do acórdão 1153/2014-TCU-Plenário.

1. Processo TC-005.504/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 030.725/2011-9 (REPRESENTAÇÃO); 036.935/2011-5 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Raul Canal (OAB/DF 10.308) e outros, representando Marcelo Luiz Mauad; Djalma Nogueira dos Santos Filho (OAB/DF 4.604) e outros, representando Marcio Lima Medeiros; Ana Maria Moreira de Lima Schmidi (OAB/SP 84.910), representando Heitor Ettori.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1617/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 028.038/2009-5.

1.1. Apensos: nº 018.314/2013-9, 018.316/2013-1 e 018.313/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ nº 00.530.493/0001-71) e Secretaria Municipal de Saúde de Corrente - PI (CNPJ nº 02.034.458/0001-97)

3.2. Responsáveis: Salmon Lustosa Cavalcante Filho (CPF nº 057.656.968-21) e Tertuliano José Cavalcanti Lustosa (CPF nº 216.800.513-34)

3.3. Recorrente: Tertuliano José Cavalcanti Lustosa (216.800.513-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Corrente (PI).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal:

8.1. Dirceu Euler Lustosa Cavalcanti (6.783/OAB-PI) e outros, representando Tertuliano José Cavalcanti Lustosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pelo Sr. Tertuliano José Cavalcanti Lustosa contra o Acórdão nº 1.324/2011 - 2ª Câmara, proferido durante o julgamento de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em decorrência de irregularidades constatadas na aplicação dos recursos do SUS repassados ao Município de Corrente (PI), nos exercícios de 2000 a 2002, visando à implantação dos Programas Saúde Bucal, Farmácia Básica e Epidemiologia e Controle de Doenças,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Tertuliano José Cavalcanti Lustosa, tendo em vista que ele não atende aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos dos arts. 35 da Lei 8.443/1992 e 288 do Regimento Interno do TCU;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e aos interessados.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1617-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1618/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.484/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta.

3. Interessado: Procuradoria Geral da República.

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo Ministério Público da União - MPU, por intermédio do Dr. Alexandre Camanho de Assis, Secretário-Geral do órgão, com delegação de competência concedida pela Procuradora-Geral da República, Exma Sr.ª Raquel Elias Ferreira Dodge, sobre a possibilidade de:

a) relativização do entendimento firmado pelo TCU de modo a permitir que o custeio para a realização de concurso público ocorra integralmente por meio de recolhimento das taxas de inscrição pagas pelos candidatos ao concurso, sem necessidade de previsão no orçamento;

b) o aproveitamento, pelos órgãos públicos, de candidatos aprovados em concursos promovidos por outros órgãos, ainda que ausente previsão no edital nesse sentido, sempre observada, no entanto, a correlação das atribuições dos cargos e requisitos para investidura.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 264, inciso II, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente consulta;

9.2. responder ao consulente que:

9.2.1. permanece válido, na íntegra, mesmo sob a égide da Emenda Constitucional 95/2016, o entendimento no sentido de que as receitas decorrentes da arrecadação de taxa de inscrição em concurso público promovido por órgão estatal, e também as despesas necessárias à sua concretização, devem ser integralmente registradas no Orçamento da União em deferência aos princípios da universalidade, do orçamento bruto e da transparência na gestão fiscal;

9.2.2. é vedado o aproveitamento, pelos órgãos públicos, de candidatos aprovados em concursos promovidos por outros órgãos, se ausente previsão no edital nesse sentido, por ofensa aos princípios constitucionais da publicidade, da isonomia, da impessoalidade e da moralidade, bem como ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

9.2.3. o aproveitamento de candidatos aprovados em concursos púbicos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2.3.1. requer previsão expressa no edital do concurso de onde serão aproveitados os candidatos e a observância da ordem de classificação, a finalidade ou a destinação prevista no edital;

9.2.3.2. deve ser devidamente motivado, restringir-se a órgãos/entidades do mesmo Poder e ser voltado ao provimento de cargo idêntico àquele para o qual foi realizado o concurso, ou seja, de mesma denominação e que possuam os mesmos requisitos de habilitação acadêmica e profissional, atribuições, competências, direitos e deveres;

9.2.3.3. somente poderá alcançar cargos que tenham seu exercício previsto para as mesmas localidades em que tenham exercício os servidores do órgão/entidade promotor do certame;

9.2.4. na verificação da observância do limite anual de gastos previsto na Emenda Constitucional 95/2016, as despesas com a realização de concursos para o provimento de cargos públicos decorrentes de vagas não onerosas devem ser computadas apenas na parcela que exceder a arrecadação com as respectivas taxas de inscrição;

9.2.5. é possível editar créditos suplementares ou especiais para fazer frente às despesas com a realização de concursos para o provimento de cargos públicos decorrentes de vagas não onerosas, lastreados na arrecadação das taxas de inscrição, que somente poderão ser executados na medida da efetiva arrecadação da receita que lhe confere lastro;

9.2.6. as disposições contidas nos subitens 9.2.4 e 9.2.5 deste acórdão se aplicam somente para as despesas necessárias à realização de concursos públicos para o provimento de cargos efetivos, não se aplicando a situações em que outras despesas sejam eventualmente suportadas por taxas ou outras formas de arrecadação previstas em lei; e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1618-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1619/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.036/2011-3

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Hudson Henrique de Oliveira (CPF 018.825.799-33), José Luiz Vasconcellos (CPF 367.628.309-00), Marco Antonio Barbosa (CPF 535.375.059-49), Lúcio Orlando Coser (CPF 005.975.969-05), Aroforte Indústria e Comércio de Peças e Acessórios para Bicicletas Ltda. - atual Luna Comércio de Peças e Acessórios para Bicicletas Eireli (CNPJ 02.065.651/0001-95), ASC7 - Centro Esportivo Eireli (CNPJ 07.324.949/0001-96), Dias Comércio de Bicicletas Ltda. (CNPJ 10.406.099/0001-80), D.R.A.J. Representações Comerciais Ltda. (CNPJ 12.118.992/0001-35), GMX Sports & Eventos Ltda. (CNPJ 13.233.116/0001-12) e Mundi Produções e Eventos Ltda. (atual Mundion Projetos Esportivos Ltda. - CNPJ 09.378.588/0001-96).

4. Unidades: Confederação Brasileira de Ciclismo - CBC e Ministério do Turismo.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Representação legal:

8.1. Anderson Marques de Oliveira (OAB/SP 218.977) e outro representando a CBC;

8.2. Luciano Henrique Alvim Battistoti Hostins (OAB/SC 10.405) representando Hudson Henrique de Oliveira, José Luiz Vasconcellos, Lúcio Orlando Coser e Marco Antonio Barbosa;

8.3. Cássio Nagasawa Tanaka (OAB/PR 19.263) e outra representando a Luna Comércio de Peças e Acessórios para Bicicletas Eireli;

8.4. Roberto Medaglia Marroni Neto (OAB/RS 50.942) e outro representando a GMX Sports & Eventos Ltda.;

8.5. Eduardo Han (OAB/DF 11.714), Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344) e outros representando a Mundion Projetos Esportivos Ltda.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o relatório da auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR com o objetivo de verificar a regularidade da execução dos convênios firmados com a Confederação Brasileira de Ciclismo - CBC e a Confederação Brasileira de Canoagem - CBCA para implantação de infraestrutura, preparação e organização dos Jogos Olímpicos de 2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos artigos 26, 28, inciso II, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 215 a 217 e 219, inciso II, 250, § 2º, e 268, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir João Tomasini Schwertner (CPF 239.853.990-34) e as empresas cadastradas com os nomes de Aroforte Indústria e Comércio de Peças e Acessórios para Bicicletas Ltda., ASC7 Centro Esportivo Ltda., Dias Comércio de Bicicletas Ltda. - ME, D.R.A.J. Representações Comerciais Ltda., GMX Sports & Eventos Ltda. e Mundi Produções e Eventos Ltda. da relação processual;

9.2. aplicar as seguintes multas individuais aos responsáveis indicados, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
José Luiz Vasconcellos	6.000,00
Hudson Henrique de Oliveira	4.500,00
Marco Antonio Barbosa	4.000,00
Lúcio Orlando Coser	3.000,00

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acimas imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado do Paraná, para as providências que entender cabíveis, à Confederação Brasileira de Ciclismo - CBC e ao ministro de Estado do Esporte, para ciência; e

9.9. enviar, ainda, cópia desta deliberação e das peças 21 a 23 dos autos à empresa ASC7 - Centro Esportivo Eireli.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1619-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1620/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.876/2018-5

2. Grupo II, Classe VII - Representação

3. Representante: Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 01.181.242/0003-53)

3.1. Interessada: Compwire Informática S/A (CNPJ 01.181.242/0003-53)

4. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sefti

8. Representação legal:

8.1. Juliano Couto Gondim Naves (21.149/OAB-DF) e outros, representando Serviço Federal de Processamento de Dados.

8.2. Romildo Olgo Peixoto Júnior (28.631/OAB-DF) e Arthur Simas Pinheiro (48.314/OAB-DF), representando Compwire Informática S/a.

8.3. Mariana Kaawa Yammine de Almeida Barros (37488/OAB-DF) e Luiz Antônio Beltrão (OAB/DF 19.773) representando Tecnisys Informatica e Assessoria Empresarial Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação apresentada pela empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda., em razão de irregularidades supostamente cometidas no Pregão Eletrônico 1.609/2017 conduzido pelo Serpro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 45 e 49 da Lei 8.443/92, 113, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos arts. 235, 237, inciso VII, 250 e 251 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. assinar prazo de quinze dias ao Serviço Federal de Processamento de Dados para que adote as seguintes providências:

9.2.1. tornar sem efeito as exclusões dos lances apresentados pela empresa Compwire Informática S.A. durante a fase aleatória do pregão, ocorridas às 11:20:30, 11:21:16 e 11:33:03, relativas respectivamente aos lances apresentados nos seguintes horários: 11:18:33.830, 11:20:31.287 e 11:21:16.623;

9.2.2. caso a empresa não honre a proposta, proceder à anulação do PE SRP 1.609/2017;

9.3. determinar ao Serviço Federal de Processamento de Dados que:

9.3.1. não permita a adesão de outros órgãos ou entidades à ata de registro de preços originada do Pregão Eletrônico 1.609/2017;

9.3.2. não contrate os serviços relativos aos itens 2 e 3 em quantidades acima das previstass no edital do Pregão Eletrônico 1.609/2017;

9.4. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados de que:

9.4.1. a ausência de critérios para analisar-se a inexequibilidade dos preços das propostas, conforme verificado no edital do PE SRP 1.609/2017, afronta o art. 48, II, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 56, § 4º, da Lei 13.303/2016;

9.4.2. a exclusão de lances considerados inexequíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

9.4.3. a ausência de motivação para prever-se no edital a possibilidade de adesão tardia à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes da licitação contraria a jurisprudência desta Corte;

9.4.4. a estimativa de preços obtida a partir de consulta restrita a potenciais fornecedores, sem se levar em consideração outras fontes como parâmetro, afronta a jurisprudência desta Corte;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Serviço Federal de Processamento de Dados, à representante e à empresa Compwire Informática S.A.;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1620-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1621/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-023.292/2018-0

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Câmara dos Deputados

4. Unidade: Ministério da Fazenda

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação de cópia integral dos autos do TC-025.285/2017-3.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei nº 8.443/92, no art. 232, inciso II, do Regimento Interno; e nos arts. 4º, inciso I, alínea "a", 14, inciso IV, 15, inciso I, e 17, inciso I, da Resolução TCU nº 215/2008, em:

9.1. conhecer da presente solicitação;

9.2. encaminhar cópia integral do TC-025.285/2017-3 ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia;

9.3. considerar a solicitação integralmente atendida.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1621-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1622/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 014.583/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Cristiano Rodrigues Kono (CPF nº 653.237.182-34) e Gilberto Magalhães Occhi (CPF nº 518.478.847-68).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2. Recorrente: Caixa Econômica Federal (CNPJ nº 00.360.305/0001-04).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (SECEX-RR).

8. Representação legal:

8.1. Murilo Fracari Roberto (22.934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Caixa Econômica Federal contra o subitem 9.1.3 do Acórdão nº 2.979/2016 - Plenário, que foi proferido durante o julgamento de fiscalização realizada com vistas a mapear e medir o grau de aderência aos controles internos administrativos, em nível de atividade, nos setores da Caixa Econômica Federal de Roraima/Gerência Executiva de Governo - Gigov/RR (Filial Boa Vista/RR) responsáveis pelas fases de acompanhamento, fiscalização, análise e aprovação das contas dos contratos de repasse,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, dar-lhe provimento e excluir o subitem 9.1.3 do Acórdão nº 2.979/2016 - Plenário;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que, no prazo de 60 dias, informe ao Tribunal os procedimentos de controles internos que utiliza para mitigar o risco nas atividades examinadas no âmbito desta auditoria.

9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos Srs. Cristiano Rodrigues Kono e Gilberto Magalhães Occhi.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1622-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1623/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.577/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

4. Órgão: Ministério do Trabalho.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, oferecida pelo Ministério Público de Contas, noticiando a existência de possíveis irregularidades na Portaria 1.287/2017, editada pelo Ministério do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar a medida cautelar concedida, em 17/7/2018, por meio do despacho acostado à peça 18 dos autos, transcrito no relatório que acompanha este acórdão;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Trabalho e ao representante.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1623-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1624/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.817/2010-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Relatório de Auditoria)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Consorcio CR Almeida / Via / Emsa (08.396.100/0002-71); Gustavo Adolfo Andrade de Sá (160.953.084-53); José Ivalmir Neves Cavalcanti (685.992.504-34); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Luiz Clark Soares Maia (040.065.774-00); Luiz Eduardo Diogo Pompeu (687.456.057-34); Marcelo Almeida Lima (003.869.047-07); Marcos José Pupin (010.262.428-35); Moacir Carlos Araújo Júnior (010.135.914-45); Normando Lima de Oliveira Filho (806.592.334-87); Rosemberg Pereira da Silva (789.069.114-91)

3.2. Recorrentes: Consorcio CR Almeida / Via / Emsa (08.396.100/0002-71); José Ivalmir Neves Cavalcanti (685.992.504-34); Marcos José Pupin (010.262.428-35); Luiz Eduardo Diogo Pompeu (687.456.057-34).

4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764), Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB-DF 41.605), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Nathália Lima de Souza Duarte (OAB/MG 132.953), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Consórcio CR Almeida / Via / Emsa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Consórcio CR Almeida / Via / Emsa, José Ivalmir Neves Cavalcanti, Marcos José Pupin e Luiz Eduardo Diogo Pompeu em desfavor do Acórdão 538/2015-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelo Consórcio CR Almeida / Via / Emsa, e pelos srs. José Ivalmir Neves Cavalcanti, Marcos José Pupin e Luiz Eduardo Diogo Pompeu para, no mérito, negar-lhes provimento.

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Ministério da Defesa, ao Comando do Exército, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), ao 2º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, ao 1º Grupamento de Engenharia de Construção do Exército e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao Acórdão 268/2014-Plenário.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1624-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1625/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.396/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Renato de Souza Duque (510.515.167-49).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal:

8.1. Márcio Gomes Leal (84.801/OAB-RJ) e outros, representando Renato de Souza Duque.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo apartado do TC 016.119/2016-9, com o objetivo de dar celeridade e proporcionar maior clareza ao exame da manifestação do Sr. Renato de Souza Duque quanto à sua responsabilização apontada nos autos do processo originário, concernente à prática de fraudes a licitações conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para a implantação da Refinaria do Nordeste (Rnest), em Ipojuca/PE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Renato de Souza Duque;

9.2. aplicar ao Sr. Renato de Souza Duque a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 59.988,01 (cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais e um centavo), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. considerar graves as infrações cometidas pelo Sr. Renato de Souza Duque;

9.5. com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar o Sr. Renato de Souza Duque para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal por um período de 8 (oito) anos;

9.6. dar ciência deste acórdão ao responsável, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal no Paraná, ao Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União e ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria-Geral da União.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1625-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1626/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.919/2010-9.

1.1. Apensos: 013.325/2014-0; 000.282/2014-6; 017.813/2014-0; 016.984/2015-3; 025.241/2012-5; 018.921/2016-7; 011.859/2016-4; 005.290/2013-9; 025.629/2016-6; 005.178/2015-0; 000.027/2016-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A. (15.102.288/0001-82); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (40.450.769/0001-26); Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial (14.310.577/0001-04); Consórcio Arco Metropolitano do Rio (09.551.901/0001-46); Consórcio Arco do Rio (09.536.294/0001-45); Delta Construções S.A. (10.788.628/0001-57); Gisela Kraus (793.159.337-53); Gustavo Ferreira Gomes (437.867.317-72); Henrique Alberto Santos Ribeiro (217.067.357-15); Hudson Braga (498.912.607-63); José Paes Leme da Motta (627.671.947-15); José Osório do Nascimento Filho (495.587.147-04); João Carlos de Oliveira Azedias (986.322.647-53); Luiz Antônio Pagot (435.102.567-00); Luiz Emygdio de Oliveira (376.444.677-34); Nilton de Britto (140.470.121-49); Walter Luiz Correa Magalhaes (199.181.007-53).

3.3. Recorrente: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S. A. (40.450.769/0001-26).

4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. André Luís Santos Meira (25.297/OAB-DF) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.;

8.2. Jefferson Lourenço dos Santos e outros, representando Consórcio Arco Metropolitano do Rio.

8.3. Jean Guilherme Arnaud Deon (44.764/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.A. e Consórcio Arco do Rio;

8.4. Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

8.5. Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392), Raul Dias dos Santos Neto (OAB/SP 334.856), Edimar Ramos Gonçalves (35900/OAB-DF) e outros, representando Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.;

8.6. Fernando Antônio Muniz Lima, Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073) e outros, representando Construtora OAS S.A. Em Recuperação Judicial;

8.7. João Gabriel Perotto Pagot (12055/OAB-MT) e outros, representando Luiz Antonio Pagot;

8.8. Diego Ricardo Marques (30782/OAB-DF), representando Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. contra o Acórdão 768/2018-Plenário, por meio do qual o TCU determinou a instauração de processos apartados de tomada de contas especial em virtude dos indícios de superfaturamento observados nas obras de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, na BR-493/RJ, no segmento compreendido entre o entroncamento com a BR-040 e o Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A., uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterado o Acórdão 768/2018-Plenário;
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1626-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Vital do Rêgo.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1627/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC nº 022.832/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (CNPJ nº 05.340.639/0001-30).
4. Entidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Piauí.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. EPP (CNPJ nº 05.340.639/0001-30), com fundamento no art. 113, § 1º da Lei 8.666/1993, noticiando possíveis irregularidades no edital do Pregão Presencial nº 001/2018, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional no Estado do Piauí (Senai/PI), para contratação de pessoa jurídica especializada no gerenciamento informatizado, com fornecimento de cartões eletrônicos, da compra de combustíveis e lubrificantes em rede de postos credenciados para uso na frota do Senai/PI, conforme especificações e quantidades constantes no mencionado edital e em seus anexos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;
9.2. referendar a cautelar suspensiva concedida por meio do despacho acostado à peça 11, com todas as demais decisões ali proferidas, nos termos do art. 276 do Regimento Interno do TCU; e
9.3. determinar que a unidade técnica dê prosseguimento ao presente feito, com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1627-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1628/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.434/2014-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto:
3. Responsáveis: Marco Otílio Duarte Rodrigues (033.407.377-46); Leila Chaves Cabral (652.395.989-91); Sabrina dos Santos Soares (024.166.279-61); Maurício Chedid dos Santos (388.634.999-34); João Batista Leal (215.933.379-49); Marco Antônio Ribeiro (198.263.540-15); Tatiani Kochinski (038.128.779-37); Rovaris & Mazzetto Serviços Médicos Odontológicos Ltda. (10.193.774/0001-30); Cardiomed Prestadora de Servicos Medicos - EPP (07.402.208/0001-86)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - SC.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).
8. Representação legal:
8.1. Samaroni Benedet (20.618/OAB-SC), representando Tatiani Kochinski;
8.2. Renê Elias Rotta (9.139/OAB-SC), representando Leila Chaves Cabral, Marco Otílio Duarte Rodrigues, Sabrina dos Santos Soares e Maurício Chedid dos Santos;
8.3. Odilon Machuca (64.918/OAB-PR), representando Marco Antônio Ribeiro;
8.4. Eduardo Ribeiro (30.785/OAB-SC), representando João Batista Leal;
8.5. Ébano Bruno Panizzi (16.759/OAB-SC), representando Cardiomed Prestadora de Servicos Medicos S/s - EPP;
8.6. William Ribeiro Goulart (38.247/OAB-SC), representando Rovaris & Mazzetto Serviços Médicos Odontológicos Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa do sr. Marco Antônio Ribeiro e das empresas Rovaris & Mazzetto Serviços Médicos Odontológicos Ltda. e Cardiomed Prestadora de Serviços Médicos S/S Ltda., nos termos do § 1º do art. 250 do Regimento Interno do TCU;
9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa dos srs. Tatiani Kochinski, Leila Chaves Cabral, Marco Otílio Duarte Rodrigues, e Sabrina dos Santos Soares, nos termos do § 1º do art. 250 do Regimento Interno do TCU;
9.3. rejeitar as razões de justiticativa do sr. João Batista Leal, aplicando-lhe a pena de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);
9.7. determinar à Secex-PR, que, no prazo máximo de noventa dias, independentemente da interposição de recurso contra os subitens anteriores deste acórdão, constitua processos apartados para apurar:
9.7.1. as ocorrências relacionadas a pagamentos indevidos no bojo das execução dos contratos decorrentes dos pregões presenciais 384/2013, 035/2014 e 045/2014, realizados pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - SC;
9.7.2. a autorização, pelo então dirigente do Hospital Municipal Ruth Cardoso, de contratação, por dispensa de licitação, de empresas nas quais esse dirigente figurava como sócio ou administrador;
9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1628-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1629/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.584/2010-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Monitoramento)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Edevar Valnier (224.001.509-82); Edevar Valnier (224.001.509-82); Moacir Joao de Espindola (216.065.959-20); Olimpio Placido Schmitt (178.826.999-34); Olimpio Placido Schmitt (178.826.999-34); Valmira Silva dos Santos (415.247.139-53); Valmira Silva dos Santos (415.247.139-53)
3.2. Responsáveis: Moacir Joao de Espindola (216.065.959-20); Olimpio Placido Schmitt (178.826.999-34); Valmira Silva dos Santos (415.247.139-53).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:
8.1. Daniela de Lara Prazeres (12.204/OAB-SC) e outros, representando Valmira Silva dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o acompanhamento das determinações contidas no Acórdão nº 4.734/2012-2ª Câmara, com a redação dada pelo Acórdão nº 4.773/2013-2ª Câmara, reiteradas pelo Acórdão nº 6.721/2016-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 40, 44 e 60 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 241, 243, 250, inciso II, 270 e 273 do Regimento Interno, em efetuar as determinações adiante especificadas, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. rejeitar as razões de justicativa apresentadas e aplicar individualmente à Srª. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a pena de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. considerar graves as condutas praticadas pela Srª. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com fundamento nos arts. 60 da Lei nº 8.443/1992 e 270, § 1º, do RITCU;
9.3. inabilitar a Sra. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), pelo período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443/1992, e no art. 270 do Regimento Interno do TCU;
9.4. determinar, cautelarmente, o afastamento temporário da Sra. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87) da função de Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC até o trânsito em julgado do presente acórdão, comunicando-se imediatamente tal fato ao Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, alertando-o do disposto no § 1º do art. 44 da LOTCU;
9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:
9.5.1. exclua imediatamente dos proventos dos interessados Olímpio Plácido Schmitt (178.826.999-34) e Valmira Silva dos Santos (415.247.139-53), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o montante pago a título de parcela judicial referente às horas extras, tendo em vista a absorção da referida vantagem por novos padrões de remuneração advindos das reestruturações da carreira dos servidores aposentados, conforme determinado no subitem 1.8.1.2 do Acórdão nº 6.721/2016-1ª Câmara;
9.5.2. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelos interessados a título da parcela referente à URV de 3,17% e horas extras judiciais conforme subitem 1.8.1.3 do Acórdão nº 6.721/2016-1ª Câmara, procedendo-se à reposição ao erário dos valores recebidos em descumprimento à referida deliberação, conforme disposto no enunciado nº 106 da Súmula desta Corte de Contas;
9.5.3. instaure a competente tomada de contas especial no sentido de que seja reconhecida a responsabilidade solidária da Srª. Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87), Diretora titular do Departamento de Administração de Pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em relação aos valores pagos em desacordo com o Acórdão nº 6.721/2016-1ª Câmara;
9.5.4. promova, caso não comprovado o tempestivo recolhimento, o desconto integral ou parcelado da multa estipulada no subitem 9.1 deste Acórdão sobre os vencimentos da responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;
9.5.5. emita e disponibilize no SISAC, no prazo de 30 (trinta) dias, novos atos de aposentadoria em favor dos inativos tratados nestes autos que tiveram seus atos considerados ilegais, escoimados das irregularidades apuradas no Acórdão nº 4.734/2012-2ª Câmara, alterado parcialmente pelo Acórdão nº 4.773/2013-2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.6. determinar à Sefip que:
9.6.1. realize o monitoramento das determinações constantes da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
9.6.2. encaminhe cópia do inteiro teor desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal da União que atua junto à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da multa referida no subitem 9.1, caso não recolhida tempestivamente pela responsável e inviabilizado o desconto em folha da dívida;
9.8. encaminhar cópia do inteiro teor da presente deliberação à Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União, para que tome ciência das condutas praticadas pela Procuradoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Federal que atua junto à Universidade Federal de Santa Catarina e adote as providências que entender cabíveis;

9.9. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado, na pessoa do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, à gestora responsável Rita de Cássia Knabben (298.612.689-87) e aos interessados, encaminhando-lhes cópia do inteiro teor da presente decisão.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1629-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1630/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.618/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Marco Antonio Carvalho Silva (311.294.396-15); Marco Antonio de Souza Pires (283.671.206-63); Marco Antônio Guarize (285.371.226-53); Margareth Inez Silva (500.869.106-63); Maria Angela Erthal Collier Simões (272.833.806-04); Márcio José Gomes (208.334.156-20)

3.2. Recorrentes: Marco Antonio Carvalho Silva (311.294.396-15); Márcio José Gomes (208.334.156-20); Marco Antonio de Souza Pires (283.671.206-63); Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita (37.116.985/0001-25).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Felipe Teixeira Vieira (31.718/OAB-DF) e outros, representando Marco Antonio Carvalho Silva.

8.2. Alessandra Damian Cavalcanti (17.717/OAB-DF) e outros, representando Sindireceita.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 2.759/2017-Plenário, por meio do qual foi determinado ao órgão de origem que fizesse cessar o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, aos inativos, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, dar a eles parcial provimento;

9.2. alterar o comando expresso no item 9.2.2 do Acórdão 2.759/2017-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

"*9.2.2. fazer cessar, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais proferidas nos Mandados de Segurança 35.410, 35.494, 35.490 e 35.500, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos inativos do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, **caput** e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter **pro labore faciendo**, da base de cálculo de contribuição previdenciária*";

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1630-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1631/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.228/2014-7

1.1. Apenso: TC-010.017/2015-1

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Empresa de Pesquisa Energética; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Meio Ambiente; Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal:

8.1. José Renato Pinto da Fonseca e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica.

8.2. Alexandre de Sá Chiganer (143.095/OAB/RJ) e outros, representando Empresa de Pesquisa Energética.

8.3. Antonio Carneiro Maia Neto (138278/OAB/RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

8.4. Polyanna Ferreira Silva Vilanova (19.273/OAB/DF) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das deliberações exaradas por meio dos Acórdãos 1.196/2010, 1.171/2014, 184/2015 e 994/2015, todos do Plenário, decorrentes de fiscalizações em que se avaliaram a Segurança Energética do País e a utilização racional dos recursos e o pleno atendimento à legislação e metas ambientais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas/implementadas as seguintes determinações/recomendações:

9.1.1. subitens 9.2.1, 9.2.2.1, 9.2.2.2 e 9.2.2.3 do Acórdão 1.171/2014-TCU-Plenário, com redação do item 9.2 dada pelo item 9.2 do Acórdão 184/2015-TCU-Plenário, e reiterados pelo item 9.3 do Acórdão 184/2015-TCU-Plenário;

9.1.2. subitens 9.2.1 e 9.2.2 e item 9.3 do Acórdão 994/2015-TCU-Plenário;

9.2. considerar em cumprimento/em implementação as seguintes determinações/recomendações:

9.2.1. subitens 9.1.2.1, 9.2.1.4 e 9.2.1.5 do Acórdão 1.196/2010-TCU-Plenário;

9.2.2. subitens 9.3.1 e 9.3.3 Acórdão 1.171/2014-TCU-Plenário, ambos reiterados pelo item 9.3 do Acórdão 184/2015-TCU-Plenário;

9.2.3. subitem 9.3.4 Acórdão 1.171/2014-TCU-Plenário, com prazo estabelecido pelo item 9.4 do Acórdão 184/2015-TCU-Plenário

9.2.4. item 9.4 do Acórdão 994/2015-TCU-Plenário;

9.3. determinar à Aneel, nos termos do inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU que:

9.3.1. em conjunto com o ONS e a CCEE, adotem as medidas necessárias, a exemplo da representação dos dados no planejamento da operação, bem como da eventual necessidade de compatibilização entre a Resolução Normativa 440/2011 e os Procedimentos de Rede do ONS, para sanar a incompatibilidade entre a carga prevista e a carga total do sistema que, entre 2014 a 2016, apresentou diferença de 2.000 MW Médios com impactos significativos no Custo Marginal de Operação, e ainda que, mesmo após mudança nos procedimentos de rede recentes, apresentou em maio/2017 divergência de 400 MW médio entre a carga projetada e a carga total do sistema;

9.3.2. com espeque no art. 3º da Lei 12.527/2011 c/c o inciso XXXIII do art. 4º do Decreto 2.335/1997, publique ou faça publicar, no prazo de noventa dias:

9.3.2.1. dados relativos à operação fora da ordem de mérito, em formato compatível com planilhas eletrônicas, com o custo dos despachos por segurança energética, explicitando, por submercado, o montante de energia (MW médio) despachado fora da ordem do mérito, a respectiva justificativa e o custo variável unitário (CVU);

9.3.2.2. dados de geração, comercialização e operação de energia elétrica, em formato compatível com planilhas eletrônicas, agregados de sorte a possibilitar acompanhamento sistêmico do setor, incluindo, no mínimo, as seguintes séries históricas: i) geração mensal em MW médio por usina despachada pelo ONS, por subsistema; ii) geração mensal em MW médio por usina não despachada pelo ONS, por subsistema; iii) garantia física em MW médio com sazonalização mensal por usina (despachadas e não despachadas), por subsistema; iv) insuficiências de lastro de energia, por subsistema; v) MRE mensal, por subsistema; vi) PLD médio mensal, por subsistema; vii) consumo mensal do Ambiente de Contratação Livre (ACL), por subsistema; viii) consumo mensal do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), por subsistema; ix) número e volume de energia em contratos do ACL (mensal, semestral, anual, 4 anos ou mais); e x) transações mensais de energia em MW médio, por classe, entre vendedores e compradores;

9.4. determinar ao MME que apresente ao TCU, no prazo de noventa dias, plano de ação, acompanhado de cronograma, contendo medidas adicionais para correção do desequilíbrio estrutural que persiste no sistema, considerando que: (i) a redução da garantia física, vigente a partir de 2018, foi de apenas 1.317 MW médio, sendo que há 4.885 MW médio em contratos de energia de reserva, correspondentes a nove leilões de energia de reserva, com custo estimado em R$ 116 bilhões; (ii) a revisão de garantia física atual contemplou apenas variáveis econômicas, não tendo sido alterados os estudos essenciais para a completa revisão das garantias físicas, tais como, usos consuntivos da água, produtibilidade das usinas e curvas cota-área-volume dos reservatórios, essenciais ao adequado recálculo das garantias físicas;

9.5. determinar ao MME que, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com a Agência Nacional de Águas - ANA e outros entes que eventualmente considerar conveniente, apresente ao TCU, no prazo de cento e vinte dias, plano de ação, acompanhado de cronograma e de matriz de responsabilidades, acerca das medidas ainda não concluídas para a obtenção de todas as informações necessárias à completa revisão das garantias físicas a que se refere o subitem 9.3.1 do Acórdão 1.171/2014-TCU-Plenário, reiterado pelo item 9.3 do Acórdão 184/2015-TCU-Plenário.

9.6. dar ciência à Casa Civil quanto à determinação supra, enquanto órgão coordenador da atuação interinstitucional do governo;

9.7. recomendar ao MME que:

9.7.1. reavalie o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) no que se refere à sua compatibilidade técnica frente às mudanças ocorridas nos últimos anos na matriz de geração de energia elétrica;

9.7.2. ao tratar da nova repactuação do *Generation Scalling Factor* (GSF), no âmbito das Bandeiras Tarifárias, em homenagem ao equilíbrio entre os princípios da regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, elencados no art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/1995, considere a proporcionalidade da assunção de riscos pelo consumidor em um contexto de mercado monopolista, bem como a capacidade contributiva do consumidor, uma vez que de 2015 até março de 2017 o consumidor já arcou com R$ 18,47 bilhões face a primeira repactuação do GSF;

9.7.3. a partir da matriz energética de referência a que se refere o item 9.9.1 deste Acórdão, incorpore nas justificativas das decisões de expansão de capacidade de geração, quando da inclusão dos empreendimentos nos leilões de geração, os custos e benefícios associados ao empreendimento, em termos de segurança energética, modicidade tarifária, emissão de CO2 e outros aspectos de ordem social, ambiental, técnica e econômica que entender relevantes;

9.7.4. faça constar a análise comparativa a que se refere o item 9.9.2 deste Acórdão nas justificativas da decisão de inclusão de termelétricas fósseis nos leilões de geração, de modo a explicitar os custos e benefícios de ordem social, ambiental, técnica e econômica decorrentes da referida decisão;

9.8. recomendar à Presidência da República a criação de instância decisória formal, supra e interinstitucional, presidida por representante direto do Presidente da República, que, subsidiada pelas avaliações (pareceres, propostas, avaliações etc) sobre as variáveis individuais (técnica, econômica, ambiental e social) e sobre as alternativas possíveis, elaboradas pelos órgãos e instituições competentes, decida, com base no menor impacto econômico, social e ambiental, considerando compromissos de segurança energética, modicidade tarifária, cumprimento de acordos internacionais e da legislação regente e em nome do Estado e do povo brasileiro, com a transparência devida, qual tecnologia e/ou qual projeto de geração de energia elétrica será adotado e, em contrapartida, quais ônus serão assumidos, por quem serão assumidos e de que forma serão compensados;

9.9. recomendar à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que, em atenção às competências constantes do art. 4º da Lei 10.847/2004:

9.9.1. elabore a "matriz energética brasileira de referência", considerando o melhor conjunto de soluções para a expansão da capacidade de energia elétrica, sob o ponto de vista da segurança energética, modicidade tarifária, utilização racional e adequada das diversas tecnologias de geração disponíveis, emissão de CO2, além dos outros aspectos de ordem ambiental, social, técnica, econômica, histórico-arqueológica e burocrática:

9.9.1.1. envide esforços, juntamente com o Ministério de Minas e Energia, no sentido da implementação, mais ampla possível, de tal matriz energética de referência, no planejamento energético, sobretudo na ampliação da capacidade de geração;

9.9.1.2. na construção de tal cenário de referência, sugere-se considerar, na opção a ser feita, o maior conjunto de alternativas possíveis, considerando tecnologias, fontes de energia e potenciais hídricos disponíveis;

9.9.1.3. aquelas soluções ou projeto cujo custo de transmissão se torne relevante, o mesmo deveria ser incluído no cenário de referência.

9.9.2. elabore avaliações comparativas e alternativas à adoção das UTEs fósseis constantes do Planejamento Decenal de Expansão de Energia 2026 ou daquele que venha a sucedê-lo, considerando-se pelo menos UHEs com e sem reservatório, com base em critérios que propiciem o compromisso adequado entre segurança energética, modicidade tarifária, cumprimento dos acordos internacionais e legislação ambientais, especialmente os relacionados à contenção/redução da emissão de gases produtores do efeito estufa;

9.10. dar ciência às Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(CMA) do Senado Federal, às Comissões de Minas e Energia (CME) e de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Consumidor e Ordem Econômica), ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e à Advocacia-Geral da União, em especial, das medidas constantes nos itens 9.8, 9.9.1, 9.9.2, 9.7.3 e 9.7.4. deste acórdão, bem como que:

9.10.1. segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2017-2026, elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Energética - EPE, será necessário aumentar em cerca de 45% a capacidade de geração de energia elétrica no país no curto período de dez anos, no qual, fora a adoção de geração a partir de fontes alternativas, se optou, em regra, por substituição da implantação de usinas hidrelétricas por termelétricas, sem que se tenha a clareza e transparência necessária quanto aos custos e benefícios associados a essa opção, por exemplo, em termos de segurança energética, modicidade tarifária e emissão de gases de efeito estufa;

9.10.2. segundo cálculos da EPE, a substituição da oferta de energia, no Sistema Interligado Nacional (SIN), representada pela UHE São Luiz do Tapajós e respectivo tronco de interligação Tapajós-Sudeste por usina termelétrica em ciclo combinado a gás natural resultará em repasses tarifários adicionais para o consumidor de energia da ordem de R$ 774,4 milhões anuais, o que perfaz R$ 23 bilhões ao longo da concessão (30 anos), além de ocasionar emissões anuais adicionais de gases causadores de efeito estufa da ordem de 6,5 milhões de toneladas de CO^2;

9.11. dar ciência da presente decisão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial quanto aos tópicos II e XIII do Voto condutor, considerando a existência de financiamentos com características diferenciadas para cada segmento de geração (termelétrica fósseis, hidrelétrica, solar etc) e os respectivos efeitos sobre os leilões de energia nova;

9.12. determinar à Segecex, que inclua no próximo plano operacional da SeinfraElétrica, a realização de auditoria, tendo como objeto a participação termelétrica na matriz energética nacional, analisando sua relevância para o adequado desenvolvimento do setor e para a manutenção da segurança energética, incluindo, nesta fiscalização, avaliação comparativa quanto à modicidade tarifária e aos impactos ambientais decorrentes da emissão de GEE, para asseguração da demanda de ponta em cenários de ampliação do uso de fontes alternativas; e

9.13. restituir os autos à SeinfraElétrica para que sejam monitorados os itens em implementação/em cumprimento, bem como as determinações resultantes da apreciação dos presentes autos.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1631-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1632/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-025.860/2014-3.
2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira (513.269.812-34); Antonio Carlos da Silva (002.008.322-04); Aécio Flávio Ferreira da Silva (009.497.872-72); Aécio Flávio Ferreira da Silva Filho (508.008.502-97); Clodoaldo Martins de Oliveira Júnior (215.613.948-23); David José Nóvoa Tadros (474.199.542-91); José Roberto Tadros (001.844.462-87); Lamisse Said da Silva Cavalcanti (335.753.472-04); Mauricio Aucar Seffair (160.285.032-15); Muni Lourenço Silva Júnior (405.480.662-72); Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha (111.795.702-00); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/AM (04.262.769/0001-39)
3.2. Recorrente: Aécio Flávio Ferreira da Silva (009.497.872-72).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
8. Representação legal:
8.1. Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16010/OAB/DF) e outros, representando Aécio Flávio Ferreira da Silva e Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas;
8.2. Márcio Augusto Ramos Tinoco (3447/OAB/PI), representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas e Federação do Comércio do Amazonas - Fecomércio;
8.3. Fernanda Couto de Oliveira (11413/OAB/AM) e outros, representando Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha.
8.4. Igor de Mendonca Campos (766/OAB/AM) e outros, representando Andressa Heinrich Barbosa de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em processo de representação do Ministério Público Federal (MPF), referente a diversas irregularidades na gestão do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM), incluindo nepotismo e pagamento de contratos sem a respectiva contraprestação, nesta oportunidade apreciando-se Embargos de Declaração ao Acórdão 898/2018 - TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Aécio Flávio Ferreira Da Silva, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e encaminhar os autos à Serur para exame de admissibilidade dos expedientes recursais interpostos.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1632-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1633/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.832/2010-6
1.1. Apensos: TC 030.442/2015-0, TC 017.101/2012-3 e TC 010.552/2009-1
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional
3.2. Responsáveis: Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15), Antônio Luiz Coelho dos Santos Neto (CPF 849.259.576-00), Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A. (CNPJ 40.450.769/0048-90), Carlos Eduardo Sardenberg Bellot (CPF 490.791.077-00), Dennis Arguelles Botinelly (CPF 861.211.387-34), João Jorge Vieira Sampaio (CPF 275.681.307-97), Jorge Luiz Zelada (CPF 447.164.787-34), José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), Luiz Cláudio de Amorim Gonçalves (CPF 847.139.687-49), Marco Aurélio da Rosa Ramos (CPF 352.544.320-04), Maria das Graças Silva Foster (CPF 694.772.727-87), Michel Martignago Mondardo (CPF 983.373.439-15), Márcio de Almeida Ferreira (CPF 236.504.788-20), Paulo Maurício Cavalcanti Gonçalves (CPF 332.551.307-78), Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49) e Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04).
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural - SeinfraPetróleo.
8. Representação legal: Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283) e outros representando a Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.; Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros representando a Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural - SeinfraPetróleo, no âmbito do Fiscobras 2010, nas obras de implantação do Terminal de Barra do Riacho e dos oleodutos de interligação do terminal à Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, no Espírito Santo.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, 43, inciso II, e 47 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157, inciso IV, 250 e 252 do Regimento Interno, em:
9.1. determinar a instauração de processo apartado de tomada de contas especial para identificação do dano e dos responsáveis e obtenção dos ressarcimentos, no tocante a cada empresa listada, relativos aos seguintes prejuízos causados à Petrobras:
9.1.1. dano de R$ 31.179.306,66 (trinta e um milhões, cento e setenta e nove mil, trezentos e seis reais e sessenta e seis centavos), na data-base do contrato, decorrente de paralisação de obra iniciada sem autorização dos órgãos competentes, no contrato 0802.0045377.08.2, celebrado com a Mendes Júnior Trade e Engenharia S.A.;
9.1.2. dano de R$ 67.255.591,94 (sessenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos), na data-base do contrato, decorrente de paralisação de obra iniciada sem autorização dos órgãos competentes, no contrato 0802.0045378.08.2, firmado com a Carioca Christiani Nielsen S.A.
9.2. cientificar a Petrobras das seguintes impropriedades, identificadas no contrato 0802.0040725.08.2 - serviços de montagem de três esferas de armazenamento de gases - Confab Montagens Ltda.;
9.2.1. realização de contratação sem parcelamento do objeto, apesar de técnica e economicamente viável, em afronta à súmula TCU 247;
9.2.2. não motivação prévia de atos que dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório e que deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão, o que ofende o § 3º do art. 30 da Lei 13.303/2016 e o item 2.2 do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras, aprovado pelo Decreto 2.745/1998.
9.3. determinar à SeinfraPetróleo que identifique, para efeito de inclusão no rol de responsáveis da tomada de contas especial a ser instaurada, a responsabilidade do gerente de Engenharia, do presidente da Petrobras, dos administradores e ex-empregados das empresas responsáveis pelos contratos e de outros envolvidos no dano apurado;
9.4. determinar à SeinfraPetróleo que, após a vinculação dos responsáveis por cada parcela do débito à adequada associação das respectivas condutas e nexos causais com as irregularidades, submeta o processo ao exame desta relatora previamente às citações;
9.5. determinar à SeinfraPetroleo que, no âmbito da tomada de contas especial a ser instaurada em relação ao Contrato 0802.004.5377.08.2, celebrado com a empresa Mendes Júnior, também analise legalidade e economicidade das alterações procedidas pelo 4º, 6º, 10º, 15º, e 18º termos de aditamento contratual, submetendo à relatora as propostas cabíveis no caso de serem encontradas irregularidades.
9.6. encaminhar cópia desta decisão ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, à Procuradoria da República no Estado do Paraná e à Petrobras, para as providências cabíveis;
9.7. após o trânsito em julgado desta deliberação, apensar estes autos à tomada de contas especial a ser autuada, na forma do art. 41 da Resolução TCU 259/2014.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1633-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1634/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.227/2013-0
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Pensão Civil).
3. Recorrente: Ministério Público junto ao TCU (procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé).
4. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Passo Fundo/RS - INSS/MPS.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto pelo Ministério Público junto ao TCU - MPTCU, representado pelo procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé, contra o acórdão 2.379/2015 - Plenário.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 2º, incisos II e VII, 36 e 40, inciso I e § 2º, da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 22, parágrafo único, da Resolução TCU 175/2005, em:
9.1. apensar, provisoriamente, os TCs 010.227/2013-0, 003.997/2013-8, 003.993/2014-0 e 012.735/2007-4 ao TC 003.957/2014-4, este último de relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, para que os pedidos de reexame interpostos nos cinco processos sejam apreciados, de forma conjunta, no âmbito daquele que passa a ser o processo principal;
9.2. determinar à Secretaria de Recursos que, vencida a fase de apreciação dos pedidos de reexame do MPTCU, sejam os autos encaminhados à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para desapensamento e consequente apreciação, pelo relator original de cada processo, dos respectivos atos de concessão.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1634-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1635/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.448/2017-9
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas - Sesi/AM (CNPJ 33.641.358/1794-54) e Comdasp Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 84.486.513/0001-44).
4. Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas - Sesi/AM.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal:
8.1. Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152), Mauro Porto (OAB/DF 12.878) e outros representando o Sesi/AM;
8.2. Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB/AM 2.024) e outras representando a Comdasp; e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos pelo Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Amazonas - Sesi/AM e pela Comdasp Consultoria Empresarial Ltda. contra o acórdão 1.414/2017 - Plenário, que determinou providências para anulação da Concorrência 4/2016 e dos atos dela decorrentes.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1635-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1636/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.333/2018-4
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.
4. Unidade: Ministério da Educação.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta solicitação do Congresso Nacional, cujo objeto é o requerimento de informação acerca do TC 021.230/2016-1, que tratou da proposta de fiscalização e controle 64/2014, de autoria do deputado Márcio Carlos Marinho, encaminhada pelo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados por meio do ofício 72/2016, de 6/7/2016, mediante o qual se requereu a este Tribunal que procedesse a fiscalização sobre os procedimentos de autorização, funcionamento e avaliação dos cursos de graduação em Direito realizados pelo Ministério da Educação.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008 e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer desta solicitação;
9.2. informar ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados que o TC 021.230/2016-1 foi apreciado nesta sessão e encaminhar-lhe cópia da respectiva deliberação;
9.3. encaminhar à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados cópia do acórdão 1.175/2018-Plenário (TC 010.471/2017-0), bem como do relatório e do voto que o fundamentaram;
9.4. considerar a solicitação integralmente atendida;
9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1636-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1637/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.230/2016-1
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados.
4. Unidade: Ministério da Educação - MEC.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta Solicitação do Congresso Nacional, cujo objeto é a Proposta de Fiscalização e Controle 64/2014, de autoria do Deputado Márcio Carlos Marinho, encaminhada pelo Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados por meio do ofício 72/2016, de 6/7/2016, mediante o qual se requereu que este Tribunal procedesse a fiscalização sobre os procedimentos de autorização, funcionamento e avaliação dos cursos de graduação em Direito realizados pelo Ministério da Educação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 17, inciso II, da Resolução TCU 215/2008 e 169, inciso V, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar este processo.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1637-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1638/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.563/2017-4
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente/Interessados:
3.1. Recorrente: Alexandre Correa Luiz Ferroz (CPF 849.297.667-53).
3.2. Interessados: Alexandre Correa Luiz Ferroz (CPF 849.297.667-53), Amélia Araújo (CPF 024.413.148-15), Antônio Barrionuevo Zapata (CPF 201.630.538-04), Antônio de Paiva Ferreira (CPF 238.873.466-53) e Antônio Ivo de Barros Mainardi (CPF 031.085.628-00).
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: José Carlos Tavares de Moraes Sarmento (OAB/RJ 80.183) e outros representando Alexandre Correa Luiz Ferroz.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Alexandre Correa Luiz Ferroz contra o acórdão 2.754/2017 - Plenário, que considerou legal o ato de sua aposentadoria e expediu determinação à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo para cessar o pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade previsto na Lei 13.464/2017 aos interessados neste processo.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer deste recurso e dar-lhe provimento parcial;
9.2. suspender o cumprimento do subitem 9.2.2 do acórdão 2.754/2017 - Plenário enquanto estiver vigente liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança 35.494;
9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo que acompanhe o deslinde do Mandado de Segurança 35.494 no Supremo Tribunal Federal e, em caso de decisão desfavorável ao ora recorrente e aos demais interessados nestes autos, faça cumprir o disposto no subitem 9.2.2 do acórdão 2.754/2017 - Plenário, sob pena de responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União as informações necessárias ao acompanhamento do Mandado de Segurança 35.494 no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis, com ciência à Consultoria Jurídica desta Corte;
9.5. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1638-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1639/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.834/2010-9.
1.1. Apensos: 009.585/2011-7; 010.165/2011-8; 028.462/2013-0; 003.027/2014-7; 007.804/2015-6; 014.291/2015-0; 006.041/2013-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ana Lúcia Neves Mendonça (070.830.887-21); Comperj Petroquímicos Básicos S.A. (10.693.579/0001-79); Consórcio Techint-Andrade Gutierrez (11.663.724/0001-31); Consórcio SPE - Skanska-Promon-Engevix (11.476.212/0001-66).
3.2. Responsáveis: Adalberto Ermida Franco (563.015.707-82); Jairo Luis Bonet (892.774.147-15); José Pita Domingues (612.768.397-15); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Nilo Carvalho Vieira Filho (302.450.287-49); Petrobras S.A. (30.012.447/0001-41); e Sérgio dos Santos Arantes (335.417.367-04).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal: Gustavo de Souza Vellame (OAB/RJ 153.962); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Polyanna Ferreira Silva (OAB/DF 19.273); Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada nos contratos relativos ao Comperj, no ano de 2010, nas obras de implantação das unidades de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV), de Hidrocraqueamento Catalítico (UHCC) e de Coqueamento Retardado (UCR);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. aplicar os efeitos da decisão proferida nos autos dos Mandados de Segurança 34.793/DF e 35.158/DF, que tramitam no âmbito do Supremo Tribunal Federal, para revogar a medida acautelatória de indisponibilidade de bens adotada no Acórdão 632/2017-TCU-Plenário em face das empresas Galvão Engenharia S/A e Alumini Engenharia S/A;
9.2. com fundamento nas razões de decidir constantes do Acórdão 2.572/2016-TCU-Plenário, de relatoria do Exmo. Ministro Bruno Dantas, sobrestar os processos TC 009.175/2017-2 e TC 009.204/2017-2, até que se concluam os procedimentos de recuperação judicial pelos respectivos juízos de falências;
9.3. solicitar à Advocacia-Geral da União que adote as medidas judiciais cabíveis junto ao juízo falimentar competente, caso já não tenha feito, para assegurar a constrição patrimonial relativa às empresas Alumini Engenharia S/A e Galvão Engenharia S/A, com fundamento nas determinações exaradas pelos Mandados de Segurança 34.793/DF e 35.158/DF, de relatoria de Min. Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal;
9.4. solicitar à 2ª Vara de Recuperação Judicial e Falências da comarca de São Paulo (SP) e à 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro que encaminhem a este Tribunal as decisões que vierem a ser proferidas relativas aos processos de recuperação judicial das empresas Alumini Engenharia S/A e Galvão Engenharia S/A, respectivamente.
9.5. encaminhar cópia desta deliberação às empresas Alumini Engenharia S/A e Galvão Engenharia S/A.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1639-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1640/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.809/2012-0.
1.1. Apenso: 025.664/2009-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. (02.865.068/0001-69).
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Jose Venâncio Correa Filho (OAB/MA 12.178); Luciano Allan Carvalho de Matos (OAB/MA 6.205) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela empresa Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. em face do Acórdão 1.080/2016-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU julgou suas contas irregulares, condenou-a ao pagamento de débito solidário e imputou-lhe multa com base no art. 57 da Lei 8.443/1992;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a excluir a empresa Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. (02.865.068/0001-69) da relação processual;
9.2. tornar insubsistentes, no que diz respeito exclusivamente à empresa Consent - Construtora Serviços e Terraplanagem Ltda. (02.865.068/0001-69), os itens 9.2, 9.3, 9.3.2 e 9.4 do Acórdão 1.080/2016-TCU-Plenário, mantendo inalterados os comandos para os demais responsáveis;
9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1640-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1641/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.551/2014-0.
1.1. Apenso: 016.015/2016-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Fábio Colletti Barbosa (771.733.258-20).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Não atuou.
7. Unidade Técnica: Não atuou.
8. Representação legal: Celso Cintra Mori (OAB/SP 23.639) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Fábio Colletti Barbosa, ex-integrante do Conselho de Administração da Petrobras, contra o Acórdão 2.284/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU determinou a citação desse responsável, bem como a decretação de indisponibilidade de seus bens;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterada a decisão recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1641-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1642/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.684/2012-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessado: Luana da Silva Rocha (060.519.244-85).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Pedro Arnaldo Santos de Andrade (OAB/AL 13.534) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão civil, emitido pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e instituído pelo ex-servidor Oscar Correia da Silva em favor da beneficiária Luana da Silva Rocha (menor sob guarda);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. tornar insubsistente o Acórdão 8.789/2012-TCU-2ª Câmara em atenção à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança 32.038/DF;
9.2. considerar **ilegal** e recusar registro ao ato de pensão civil instituído por Oscar Correia da Silva (033.226.024-00), em favor de Luana da Silva Rocha (060.519.244-85), nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU, em razão da ausência de comprovação da dependência econômica da beneficiária em relação ao instituidor;
9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, *caput*, do Regimento Interno do TCU;
9.4.2. comunique à beneficiária Luana da Silva Rocha (060.519.244-85) do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada foi informada do julgamento deste Tribunal.
9.5. Informar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que a decisão de mérito proferida nos autos do Mandado de Segurança 32.038/DF não ampara, atualmente, o pagamento da pensão emitida em favor da Sra. Luana da Silva Rocha não podendo tal decisão servir de justificativa para a manutenção do benefício em favor da referida interessada.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1642-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1643/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.884/2016-9
1.1. Apensos: TC 019.289/2017-0, TC 021.202/2017-6, TC 025.227/2017-3, TC 013.658/2015-8 e TC 009.110/2017-8
2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.2. Responsáveis: Aloizio Mercadante Oliva (CPF 963.337.318-20), Célia Corrêa (CPF 221.301.361-68), Esther Dweck (CPF 074.525.207-93), Fernando Haddad (CPF 052.331.178-86), José Henrique Paim Fernandes (CPF 419.944.340-15), José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (CPF 524.117.291-20), Miriam Aparecida Belchior (CPF 056.024.938-16) e Nelson Henrique Barbosa Filho (CPF 009.073.727-08).
4. Unidades: Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Fundo de Financiamento da Educação - Fies.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto - SecexEducação e Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Representação legal:
8.1. Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641) e outros representando Nelson Henrique Barbosa Filho e Esther Dweck;
8.2. João Antonio Sucena Fonseca (OAB/DF 35.302) e outros representando Fernando Haddad; Bruna Wills (OAB/DF 46.082) representando José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior;
8.3. Bruno Espineira Lemos (OAB/DF 17.918) e outros representando Aloizio Mercadante Oliva;
8.4. Carolina Scherer Bicca (CPF 956.287.700-00) representando Miriam Aparecida Belchior;
8.5. Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros representando a Caixa Econômica Federal;
8.6. Roberto Covac (OAB/SP 93.102) e outros representando a Associação Brasileira de Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas; e outros.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria realizada no Fundo de Financiamento da Educação - Fies com o objetivo de avaliar sua sustentabilidade, bem como a eficácia e a vulnerabilidade de seus processos de trabalho.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso IV, da Constituição Federal, 1º, inciso I, 43, inciso II, e 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 234, 235 e 250, inciso IV, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer da denúncia e da representação tratadas nos processos apensos TCs 013.658/2015-8 e 009.110/2017-8, respectivamente, e considerá-las procedentes;
9.2. acatar as justificativas apresentadas por José Henrique Paim Fernandes no TC 013.658/2015-8 quanto ao subitem 9.1.3.1 do acórdão 3.001/2016 - Plenário;
9.3. acatar as justificativas apresentadas por Fernando Haddad, Aloízio Mercadante Oliva e José Henrique Paim Fernandes quanto aos subitens 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.1.3 e 9.1.1.4 do acórdão 3.001/2016 - Plenário;
9.4. acatar as justificativas apresentadas por Miriam Aparecida Belchior, Nelson Henrique Barbosa Filho, Célia Corrêa, José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior e Esther Dweck quanto aos subintes 9.1.2.1 e 9.1.2.2 do acórdão 3.001/2016 - Plenário;
9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que avalie a conveniência de realizar fiscalização da sistematização e real utilização, pelos poderes Executivo e Legislativo, do anexo de análise de risco fiscal da Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumento de governança dos programas de governo;
9.6. dar ciência da deliberação aos responsáveis, aos Ministérios da Educação, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e à Procuradora da República Eliana Pires Rocha, em atenção ao pedido de informações objeto do processo TC 025.227/2017-3;
9.7. arquivar estes autos.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1643-27/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministros-Substitutos convocados com votos vencidos: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1644/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.764/2018-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
3.2. Responsáveis: Andreia Vasconcelos Tomaz (486.848.563-68); Anne Emily Cintra Marques (002.972.433-30); Antônio Abelardo Benevides Moraes (116.132.973-00); Giovanna Luna Araujo Vinhas (231.589.993-15); Maria da Conceicao Pinheiro Nogueira (728.328.273-49); Maria de Fatima de Souza Ribeiro (499.731.423-49); Mateus Marinho Alencar (926.762.193-91); Rafael Veras Paz (957.521.533-87).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2018, nas obras da segunda etapa da construção da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. dar ciência e alertar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará que foi identificado na presente auditoria risco de significativo descumprimento do prazo previsto para conclusão da segunda etapa da construção de sua nova sede (itens 28 a 34 da instrução reproduzida no relatório), em razão dos reiterados atrasos constatados na execução das obras, sendo recomendável que, além da aplicação das cláusulas penais previstas no contrato, seja avaliada a adoção de outras medidas tendentes à normalização do cronograma físico-financeiro e à mitigação do risco de materialização de prejuízos operacionais e financeiros decorrentes da inexecução do objeto no prazo avençado;

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE);

9.3. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 27/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1644-27/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado às 17 horas e 54 minutos, e, às 17 horas e 53 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 25 de julho de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

ATA Nº 24, DE 17 DE JULHO DE 2018
(Sessão Ordinária da Câmara)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
Subsecretário das Câmaras: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas, André Luís de Carvalho, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausentes, por motivo de férias, os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 23, referente à Sessão realizada em 11 de julho de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- 016.725/2013-1, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- 020.950/2011-0, de relatoria do Ministro José Múcio Monteiro; e

- 014.965/2017-8 e 016.023/2016-1, cujor Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 6647 a 6707.

RELAÇÃO Nº 18/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 6647/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que os atos submetidos ao exame desta Corte, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência ou irregularidade nas versões que lhe foram encaminhadas, não estão mais dando ensejo a pagamentos irregulares no momento de sua apreciação de mérito, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 1º, da Resolução TCU 206, de 24/10/2007, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.966/2007-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Jose Soncino Sampaio Doria (864.343.068-49); Maria José Chioda Crialesi (748.408.518-91)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araraquara/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Sefip, para que proceda às anotações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6648/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, considerando que o ato em exame pelo Tribunal, após a cessação do pagamento da rubrica judicial referente a horas extraordinárias, não apresenta qualquer outra inconsistência ou irregularidade na versão que lhe foi submetida a julgamento, mas atualmente está dando ensejo a pagamentos irregulares, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno e art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-028.199/2010-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Ramos (202.467.496-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, para que:
1.7.1.1. no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias para fazer cessar o pagamento a Carlos Alberto Ramos (202.467.496-87) da parcela complementar prevista no art. 15 da Lei 11.091/2005, tendo em vista a absorção da referida vantagem por leis supervenientes que instituíram novas estruturas remuneratórias relativamente ao cargo ocupado pelo interessado, conforme previsto no § 3º do referido dispositivo legal;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;
1.7.1.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;
1.7.2. à Sefip, para que monitore o cumprimento das determinações constantes do item 1.7.1, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

ACÓRDÃO Nº 6649/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a seguinte determinação:

1. Processo TC-015.082/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Noelle Carvalho Castro (005.769.961-57)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Sefip, para que proceda às alterações devidas no Sistema Sisac.

ACÓRDÃO Nº 6650/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, bem como em fazer a determinação adiante especificada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.086/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Coelho Cardoso da Silva (030.757.307-93); Mirian Fujita (019.402.309-50)
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Sefip que, consoante disposto no art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206/2007, providencie a correção, no sistema Sisac, da data de validade do respectivo concurso público a que se submeteram os interessados, conforme indicado na instrução à peça 5.

ACÓRDÃO Nº 6651/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.917/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Grasielle Chagas Lucas (733.476.981-34)
1.2. Órgão: Ministério do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6652/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.167/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Laisa Mirth Rabelo (048.885.406-75)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6653/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno, em fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.327/2013-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Caroline Alencar Mariz de Oliveira (072.894.754-45); Claudia Alencar Mariz de Oliveira (072.894.694-70); João Guilherme Alencar Mariz de Oliveira (072.894.714-58); Maria de Fatima Alencar Costa de Oliveira (238.178.604-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba, para que:
1.7.1.1. em cumprimento à determinação contida no item 9.3 do Acórdão 6.279/2014-1ª Câmara, exclua a parcela denominada *"DPNI- §4º, ART. 5º, LEI 11.490/07"*, posteriormente denominada *"DIFERENÇA INDIVIDUAL L. 12998"*, oriunda da vantagem

denominada PCCS, da base de cálculo da pensão instituída pelo Sr. Sebastião Mariz de Oliveira (122.754.174-00) em favor dos interessados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelos interessados e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, o ressarcimento ao erário, levando-se em consideração os termos do item 9.3 do Acórdão nº 6.279/2014-1ª Câmara;

1.7.1.3. efetuado o recálculo dos proventos da pensão, proceda ao cadastramento de novo ato dos interessados no sistema Sisac, conforme determinação contida no subitem 9.4.1 do Acórdão n° 6.279/2014-1ª Câmara;

1.7.2. à SEFIP, para que:

1.7.2.1. promova a audiência da Sra. Neidja Torres de Araújo (112.268.384-72), Chefe do Serviço de Gestão Administrativa do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na Paraíba, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 12, inciso III da Lei 8.443/1992, apresente suas razões de justificativa pelo não cumprimento do comando contido no item 9.3 do Acórdão 6.279/2014-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas determinou a exclusão da rubrica denominada *"DPNI-§4º, ART. 5º, LEI 11.490/07"*, posteriormente denominada *"DIFERENÇA INDIVIDUAL L. 12998"*, oriunda da vantagem denominada PCCS, da base de cálculo da pensão instituída pelo Sr. Sebastião Mariz de Oliveira (122.754.174-00) em favor dos interessados;

1.7.2.2. monitore o cumprimento do item 1.7.1, representado ao Tribunal em caso de descumprimento.

ACÓRDÃO Nº 6654/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a retificar o Acórdão 8.661/2013-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com o parecer inserto à peça 47, nos seguintes termos:

a) onde se lê:

"9.1 julgar irregulares as contas de Artur Sérgio de Almeida Reis, José Raimundo de Araújo Campos e do Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

leia-se:

"9.1 julgar irregulares as contas de Artur Sérgio de Almeida Reis, José Raimundo de Araújo Campos e do Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas mencionadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:"

1. Processo TC-002.513/2012-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 006.401/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Artur Sérgio de Almeida Reis (694.428.785-49); Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico (07.551.794/0001-20); José Raimundo de Araújo Campos (102.665.345-20)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE)

1.7. Representação legal: Marcela Pithon Brito dos Santos Dantas (OAB/SE 4.389); Max de Carvalho Amaral (OAB/SE 5.229)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 6655/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração, interposto pela Sra. Luciana Marão Félix, ex-Prefeita Municipal de Araióses/MA, contra o Acórdão 1.033/2018-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal de Contas da União julgou irregular Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor da recorrente e a condenou ao pagamento de multa em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município Araióses (MA), no exercício de 2008, à conta do Programa Brasil Alfabetizado (BRALF), na forma da Resolução CD/FNDE/MEC 36, de 22/7/2008, alterada pela Resolução CD/FNDE/MEC 40/2008,

Considerando que a recorrente foi regularmente notificada do Acórdão 1.033/2018-1ª Câmara por meio Ofício 0669/2018-TCU/SECEX-MA, de 9/3/2018, conforme ciência aposta em aviso de recebimento, em 21/3/2018, entregue no endereço da destinatária (peças 57 e 59);

Considerando que a recorrente protocolou embargos de declaração no TCU, no dia 11/4/2018 (peça 63);

Considerando que a oposição dos embargos de declaração foi intempestiva uma vez que, entre a data da ciência da notificação do acórdão recorrido (21/3/2018) e a data do protocolo da peça recursal no TCU (11/4/2018), foi ultrapassado o prazo de 10 dias previsto no artigo 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, contado na forma do artigo 183, incisos I, alínea "d", e II, c/c o artigo 185 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o Acórdão 3.432/2018-1ª Câmara não conheceu dos embargos de declaração opostos pela Sra. Luciana Marão Félix contra o Acórdão 1.033/2018-1ª Câmara;

Considerando que a recorrente foi notificada do Acórdão 3.432/2018-1ª Câmara pelo Ofício 1086/2018-TCU/SECEX-MA, de 26/4/2018, conforme ciência aposta em aviso de recebimento, em 4/5/2018 (peças 66 e 67);

Considerando que a recorrente protocolou o presente recurso de reconsideração no TCU no dia 14/5/2018 (peça 70);

Considerando que a oposição do recurso de reconsideração foi intempestiva uma vez que a oposição de embargos de declaração é causa de suspensão do prazo para interposição dos demais recursos (art. 34, § 2º da LOTCU), porém, tal regra não se aplica quando os embargos não foram conhecidos por restarem intempestivos;

Considerando, pois, que o termo a quo para a interposição do recurso de reconsideração ocorreu com a notificação da decisão original, pois não houve a ocorrência de suspensão;

Considerando que na presente peça recursal, a recorrente limita-se a manifestar sua insatisfação com o conteúdo do acórdão recorrido e a rediscutir o mérito do processo fundamentado em alegações jurídicas, sem apresentar fatos novos;

Considerando que os elementos trazidos aos autos pela recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, Regimento Interno/TCU;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público junto ao Tribunal no sentido do não conhecimento do presente recurso, por intempestivo e não apresentar fatos novos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, caput, e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

1. não conhecer do recurso de reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos; e

2. dar ciência deste acórdão à recorrente, bem como dos pareceres que o fundamentam.

1. Processo TC-004.537/2015-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: espólio de José Cardozo do Nascimento (039.163.403-87); Luciana Marão Félix (556.997.823-20)

1.2. Recorrente: Luciana Marão Félix (556.997.823-20)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araióses - MA

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.8. Representação legal: Diomar Bezerra Lima (16076/OAB-DF) e outros, representando Luciana Marão Félix; Scheila Maria de Araújo Rocha (7965/OAB-MA), representando José Cardozo do Nascimento.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6656/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU e no enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante desta Corte de Contas, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos, em autorizar o apostilamento dos Acórdãos nº 1.779/2007, 276/2017 e 1.894/2018, todos da Primeira Câmara, para fazer constar as seguintes alterações:

- Item 9.5 do Acórdão nº 1.779/2007 - 1ª Câmara:

onde se lê:

"atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao termino do prazo estabelecido";

leia-se:

"atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento";

- Item 1.2 do Acórdão nº 276/2017- 1ª Câmara:

excluir o nome do responsável "Gilson Freire de Santana (CPF 522.035.493-00)";

- Item 1.2 do Acórdão nº 1.894/2018 - 1ª Câmara:

excluir o nome do responsável "Gilson Freire de Santana (CPF 522.035.493-00)".

1. Processo TC nº 014.899/2001-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC nº 010.141/2011-1 (SOLICITAÇÃO) e 029.837/2009-6 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Andréa Lacerda Martins Soares Branco (CPF nº 816.766.546-15); Deusdedith Alves Sampaio (CPF nº 089.566.855-68); Francisco das Chagas Pereira Vieira (CPF nº 236.919.133-34); Gilson Freire de Sant'anna (CPF nº 101.988.221-20); Gilson Freire de Santana (CPF nº 522.035.493-00); Gilzete Alves Sampaio Guimaraes (CPF nº 259.964.522-00); Ildemar Gonçalves dos Santos (CPF nº 032.612.393-87); Leonardo Lourenço de Queiroz (CPF nº 047.360.366-72); Maria dos Anjos de Sousa Almeida (CPF nº 840.011.944-49); Prefeitura Municipal de Açailândia - MA (CNPJ nº 07.000.268/0001-72) e Silney de Oliveira Budal (CPF nº 208.646.479-72).

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de Açailândia - MA.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Representação legal:

- Thiago Sebastiao Campelo Dantas (9.487/OAB-MA), representando Maria dos Anjos de Sousa Almeida;

- Sebastião Souza da Silva (598/OAB-MA), representando Leonardo Lourenço de Queiroz;

- Mauricio Tadeu Dias Pereira (7.590/OAB-MA) e outros, representando Gilzete Alves Sampaio Guimaraes;

- Mario Cesar Fonseca da Conceição (5.063/OAB-MA), representando Gilson Freire de Sant'anna.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência do Acórdão nº 1.894/2018 - 1ª Câmara à recorrente e aos demais interessados.

ACÓRDÃO Nº 6657/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143 e 217 do Regimento Interno, em autorizar o pagamento das dívidas apuradas no presente processo em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que os responsáveis comprovem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor:

1. Processo TC-025.475/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 023.700/2017-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas (80.672.561/0001-76); Luiza Maria Semkiw de Andrade (528.918.799-53)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.7. Representação legal: Bartolomeu Pereira (15.821/OAB-PR) e outros, representando Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6658/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU e no enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante desta Corte de Contas, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos, em autorizar o apostilamento do Acórdão nº 4.544/2018 - 1ª Câmara, para fazer constar a seguinte alteração:

Onde se lê:

"3.1. Responsáveis: Pra Frente Brasil - ONG/OSCIP (CNPJ nº 06.018.530/0001-43) e Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71)"

Leia-se: "3.1. Responsáveis: ONG Pra Frente Brasil (CNPJ nº 06.018.530/0001-43) e Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71)".

1. Processo TC nº 029.083/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: ONG Pra Frente Brasil (CNPJ nº 06.018.530/0001-43) e Rosa Malvina da Silva (CPF nº 150.379.308-71)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6659/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a retificar o Acórdão 4.991/2018-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com o parecer inserto à peça 47, nos seguintes termos:

a) onde se lê:

"8. Advogados constituídos nos autos: não há"

leia-se:

"8. Representante legal constituído nos autos: Ronald Rogério Lopes Smarzaro (OAB/PR 29.463) representando Paulo Jobel Bezerra de Araujo"

1. Processo TC-031.839/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - Me (10.268.780/0001-09); Paulo Jobel Bezerra de Araujo (517.615.809-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/PR

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO)

1.6. Representante legal constituído nos autos: Ronald Rogério Lopes Smarzaro (OAB/PR 29.463)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. remeter os autos à Secex/TO para que sejam expedidas as competentes notificações e, posteriormente, à Serur para que seja realizado o exame preliminar de admissibilidade do recurso inserto à peça 49, nos termos do art. 49, inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 6660/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 27 da Lei nº 8.443/1992 e 218 do Regimento Interno do TCU, em dar quitação ao Sr. Altamiro Nascimento (CPF nº 312.302.885-20), tendo em vista o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do item 9.4 do Acórdão nº 4.745/2010 - 1ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos presentes autos.

1. Processo TC nº 016.311/2008-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Altamiro Nascimento (CPF nº 312.302.885-20); Edelson Santana Filho (CPF nº 217.088.355-04); Gilbene Pereira Santos (CPF nº 556.177.355-00) e Willekeson Nascimento (CPF nº 575.016.375-04).

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de São Francisco (SE) - CNPJ nº 13.118.435/0001-87.

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de São Francisco (SE).

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.7. Representação legal: Layana Tyara Campos Dertônio (4.990/OAB-SE) e outros, representando Altamiro Nascimento.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6661/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU e com o inciso I do art. 463 do Código de Processo Civil, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 5.825/2018-1ª Câmara, proferido no processo a seguir relacionado, para fins de correção de erro material, de acordo com o parecer emitido nos autos, mantendo-se os demais termos do instrumento legal, ora retificado.

1. Processo TC-016.950/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Leandro Joaquim da Silva Pereira (38.204/OAB-PE) e outros, representando L. & R. Santos Construções Ltda. (CNPJ 07.408.234/0001-11).

1.6. Determinações:

1.6.1. Retificar o item 4 do acórdão: onde se lê: "4. Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional", leia-se: "Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional de Pernambuco";

1.6.2. Retificar o subitem 8.1 do acórdão: onde se lê: "8.1. Leandro Joaquim da Silva Pereira (38.204/OAB-PE) e outros, representando L. & R. Santos Construções Ltda. e L. & R. Santos Construções Ltda.", leia-se "Leandro Joaquim da Silva Pereira (38.204/OAB-PE) e outros, representando L. & R. Santos Construções Ltda. (CNPJ 07.408.234/0001-11)".

ACÓRDÃO Nº 6662/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 235, 237, inciso I e parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.848/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 018.093/2018-3 (Solicitação); 015.133/2016-8 (Solicitação); 006.360/2017-3 (Solicitação); 029.630/2016-9 (Solicitação)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - Dnit/MT

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná sobre o acúmulo de funções a cargo do pregoeiro, Sr. Alexandre Caron Karas, no âmbito do Pregão eletrônico 472/2014, conforme apontado no parágrafo 23 da instrução que fundamenta esta deliberação.

1.7.2. encaminhar cópia desta deliberação à representante, Exma. Sra. Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada, Procuradora da República, encaminhando-lhe a íntegra dos autos em meio magnético;

1.7.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

RELAÇÃO Nº 2/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 6663/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno, ACORDAM em considerar cumpridas as determinações contidas no Acórdão nº 8.665/2013-TCU-1ª Câmara, autorizando-se o arquivamento dos autos:

1. Processo TC-011.019/2013-1 (MONITORAMENTO EM APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcos Roberto de Melo (842.226.709-87)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6664/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno, e considerando que, no monitoramento acerca do cumprimento do Acórdão 272/2014-TCU-1ª Câmara, foi constatado que ainda se encontra pendente de julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o recurso de apelação interposto nos autos do Mandado de Segurança 0030319-66.2013.4.01.3900/AP, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.607/2013-2 Monitoramento (em Pensão Civil)

1.1. Interessada: Elma de Deus Silva (208.490.602-49)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Amapá

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Autorizar a Sefip a encaminhar informações à Consultoria Jurídica do TCU e ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para a adoção das providências cabíveis acerca do processo judicial acima referido, nos termos da questão de ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011.

1.8. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 6665/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.204/2018 - TCU - Primeira Câmara, prolatado na Sessão de 27/3/2018, Ata nº 9/2018, relativamente ao subitem 9.2, para que, onde se lê "... a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; ", leia-se "... a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor; ", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.680/2001-3 Recurso de Reconsideração (em Prestação de Contas - Exercício: 2000)

1.1. Apensos TC-012.192/2002-7 (Representação) e TC-006.954/2002-4 (Representação)

1.2. Recorrente: Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves (563.646.871-72)

1.3. Unidade: Fundação Cultural Palmares

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6666/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 26, 27 e 28 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, 217 e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.5.6 do Acórdão 3.931/2014 - 1ª Câmara, Sessão de 15/7/2014, Ata 24/2014.

Valor original da multa: R$ 4.000,00 Data de origem: 15/7/2014

Valor recolhido R$	Data do recolhimento	Valor recolhido R$	Data do recolhimento	Valor recolhido R$	Data do recolhimento
116,79	30/03/2015	121,53	28/03/2016	135,57	28/03/2017
116,79	30/03/2015	121,53	29/04/2016	135,57	28/03/2017
116,79	27/04/2015	121,53	23/05/2016	135,57	27/04/2017
116,79	29/05/2015	121,53	24/06/2016	135,57	270/4/2017
116,79	30/06/2015	121,53	25/07/2016	135,57	07/06/2017
116,79	27/07/2015	121,53	24/08/2016	135,57	07/06/2017
116,79	31/08/2015	121,53	13/10/2016	135,57	21/06/2017
116,79	28/09/2015	121,53	31/10/2016	135,57	21/06/2017
116,79	10/11/2015	121,53	29/11/2016	135,57	27/07/2017
116,79	27/11/2015	121,53	29/11/2016	135,57	27/07/2017
121,53	19/02/2016	135,57	31/01/2017	135,57	29/08/2017
121,53	19/02/2016	135,57	31/01/2017	154,89	28/09/2017

1. Processo TC-011.585/2003-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2002)

1.1. Responsável: Paulo Edson Pereira de Souza (001.225.642-00)

1.2. Unidade: Fundo de Investimento da Amazônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6667/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso III, e 243 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendidos os comandos expedidos por meio dos subitens 9.3.1 e 9.3.3 do Acórdão 3.350/2016, alterado pelos Acórdãos 4.395/2016 e 5.538/2016, todos da 1ª Câmara, determinando o encerramento do processo, conforme proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-031.176/2013-5 Prestação de Contas - Exercício: 2012 (Monitoramento)

1.1. Responsáveis: Aderson Santos da Frota (000.926.902-97); Airton Ângelo Claudino (171.936.566-00); Albertino de Souza Carvalho (185.822.221-49); Américo Augusto do Souto Rodrigues Esteves (815.400.007-53); André Silva Spínola (030.098.416-20); Antônio Carlos Mattos de Vasconcelos (052.327.082-87); Antônio Carlos da Silva (002.008.322-04); Athaydes Mariano Felix (021.855.208-49); Aécio Flávio Ferreira da Silva (009.497.872-72); Fernando Alberto de Lima e Silva (011.404.852-53); Isa Assef dos Santos (022.729.112-34); José dos Santos da Silva Azevedo (000.728.342-34); José Alves Bezerra (024.980.222-87); José Roberto Tadros (001.844.462-87); Luiz Leopoldo e Silva (043.516.302-72); Maurício Aucar Seffair (160.285.032-15); Moysés Benarrós Israel (000.291.902-82); Muni Lourenço Silva Júnior (405.480.662-72); Márcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00); Mário Reynaldo Tadros (011.837.452-49); Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha (111.795.702-00); Paulo Henrique Ângelo Souza (649.580.942-53); Pedro Geraldo Raimundo Falabella (001.067.122-68); Ronney César Campos Peixoto (573.311.702-87); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (04.322.004/0001-47); Valdemar Pinheiro Filho (007.900.792-91)

1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/AM

1.6. Representação legal: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010) e outros, representando Aécio Flávio Ferreira da Silva; Adrianne Antony Gonçalves (OAB/AM 3.399) e outros, representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 6668/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, e no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com a redação dada pela Resolução-TCU 235/2012, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.880/2015 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 7/4/2015, Ata nº 10/2015, relativamente ao subitem 9.3, para que, onde se lê "*(...) o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento (...)*", leia-se: "*(...) o qual deverá ser atualizado monetariamente desde a data deste acórdão, até o efetivo recolhimento, se pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor (...)*", bem como tornar insubsistente a multa aplicada a Antônia da Costa Jucá, por meio do item 9.2, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório, notificando os herdeiros (o espólio) da responsável e os demais interessados desta deliberação, autorizando a unidade técnica a dar prosseguimento aos processos de cobrança executiva relativos ao débito e às multas remanescentes e mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.786/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônia da Costa Jucá (CPF 238.688.643-34), ex-prefeita (falecida) e Ubiratan da Costa Jucá (CPF 394.156.941-49), prefeito

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Carolina/MA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secex/MA

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 6669/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada pelo item 9.6.2 do Acórdão 5.735/2016-1ª Câmara, feita por Luana Moura Pinho Grassi, ACORDAM em adotar as seguintes providências:

1. Processo TC-036.241/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 020.895/2014-3 (SOLICITAÇÃO); 031.251/2011-0 (REPRESENTAÇÃO); 029.941/2016-4 (SOLICITAÇÃO); 021.357/2016-1 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Antônio Fernando Lima Santos (267.331.455-53); Clédiston de Andrade (017.665.095-41); Cosme Rocha Santos (256.023.495-53); Elis Simone Mamlak (533.393.985-34); Luana Moura Pinho Grassi (002.049.405-08); Manoel Messias Sukita Santos (534.531.585-04); Maria Telma Santos (412.912.715-20); Prefeitura Municipal de Capela/SE (13.119.961/0001-61); Robério dos Anjos Andrade (911.246.545-34); ST Locadora de Veículos Ltda. (02.479.172/0001-15)

1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Capela/SE

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE)

1.7. Representação legal: Nadson Costa Cerqueira (OAB/SE 5.424); Madson Lima de Santana (OAB/SE 3.863); José Benito Leal Soares Neto (OAB/SE 6.215); Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646); Tarcísio André Targino Matos (4349/OAB-SE); e outros

1.8. Autorizar o pagamento da dívida de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária;

1.8. Alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.9. Determinar à Secex/SE que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

1.10. Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pela responsável.

ACÓRDÃO Nº 6670/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 46 da Lei 8.112/1990, ACORDAM em mandar fazer a seguinte determinação, conforme pareceres emitidos nos autos, arquivando estes em seguida:

1. Processo TC-017.610/2011-7 (AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Edmilson Silva de Menezes (027.236.382-00); Emília Amaral Silva Rolim (022.655.832-00); Flávia Skrobot Barbosa Grosso (026.631.392-20); Francisco Joanes Paula de Paiva (077.805.322-91); José Antônio Greco (064.069.588-45); Plínio Ivan Pessoa da Silva (145.889.862-87); e San Marino Locação de Veículos e Transportes Ltda. (26.995.290/0001-44)

1.2. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secex/AM

1.6. Representação legal: Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885) e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546)

1.7. Determinar à Suframa que realize o desconto, integral ou parcelado, em folha de pagamento, do valor do saldo devedor relativo à multa individual aplicada aos servidores José Antônio Greco (CPF 064.069.588-45) e Plínio Ivan Pessoa da Silva (CPF 145.889.862-87) pelo Acórdão 3.761/2014 - 1ª Câmara, devendo a Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas orientar a unidade sobre o modo de proceder, encaminhando-lhe os demonstrativos atualizados das dívidas.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 6671/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.998/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Aparecida do Carmo Carneiro Rodrigues (508.809.002-10); Matilde Costa (051.778.202-20).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6672/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.342/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arlindo Pereira de Sousa (087.036.124-49); Felizolina Alves da Silva (048.267.872-00); Francisca Alves da Silva Gomes (139.285.622-15); Francisca Vieira Lemos (024.911.922-68); Francisca dos Santos Vieira (037.133.772-00); Francisco Magipo (021.872.722-49); Geraldo Siqueira Filho (035.728.702-91); Hilário Marcelino de Souza (079.540.002-06); Jofre Oliveira Chagas (030.599.442-53); Maria Alice de Lima e Souza (192.034.622-87).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6673/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.601/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alfredo Cipriano Lopes (024.685.572-04); Bento Elizeu Demetrio (090.786.492-91); João Gregório da Silva (060.553.382-20); Leda Alencar da Silva (107.094.362-20); Maria do Socorro Fernandes Marques (013.683.702-68); Olivia Monteiro da Costa (498.974.202-82); Rubens Alves Chaves (015.432.372-15).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6674/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos servidores Iracema de Jesus Daniel Araújo (CPF: 630.934.217-72), José Medeiros Pereira (CPF: 041.495.214-68), Sebastião dos Reis (CPF: 275.676.647- 04), Tereza Honorato dos Santos (CPF: 602.330.287-49), Vera Beatriz Troglio Sponchiado (CPF: 289.919.230-20) e Walter de Souza Carvalhal (CPF: 023.337.167- 20); e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos servidores Alda Henrique da Silva (CPF: 120.769.961-68) e José Cláudio da Silva (CPF: 019.974.162-04).

1. Processo TC-015.451/2007-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alda Henrique da Silva (120.769.961-68); Iracema de Jesus Daniel Araujo (630.934.217-72); Jose Claudio da Silva (019.974.162-04); Jose Medeiros Pereira (041.495.214-68); Sebastião dos Reis (275.676.647-04); Tereza Honorato dos Santos (602.330.287-49); Vera Beatriz Troglio Sponchiado (289.919.230-20); Walter de Souza Carvalhal (023.337.167-20).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6675/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.400/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel Souza Santana (219.620.491-91) e Paulo de Matos Ferreira Diniz (030.086.901-06).
1.2. Entidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6676/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.163/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ary José dos Santos (019.434.056-20); Assis Alexandre Nunes (001.034.033-53); Assis Alexandre Nunes (001.034.033-53); Benedito Pedroso (042.517.177-91); Benedito Pereira da Silva (002.504.902-00); Carlos Alberto Teixeira de Freitas (129.532.027-49); Cid Pereira Avila (020.814.316-53); Cloe Fernandes do Amaral (028.038.600-15); Crezo de Oliveira Xavier (074.948.584-15); Daniel Gomes Correa (137.966.158-72); Eliane Souza de Vasconcellos (260.994.707-00); Elio de Oliveira Ramos (357.295.207-78); Elizabeth Pereira Quintella (347.863.177-72); Elizabeth de Campos Corrêa (083.209.266-53); Guilhermino de Jesus Barcelos Feijo (084.959.390-53); Jaime Serra Filho (261.376.667-00); Jair Cancio de Assis (398.254.267-72); Jo O Pereira Chaves (389.420.387-00); João Enio Cecchini (012.347.570-87); João Evangelista Teles Caminha (056.289.116-15).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6677/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.720/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Gonçalves Barbosa (023.451.702-63).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6678/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.506/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Flavia Tereza Dias Menezes (699.725.751-87); Ana Luiza Silva Veloso (116.998.306-57); Bruno Bertaglia (885.602.522-15); Cadmiel Jose Fagundes dos Santos (735.582.301-91); Daniel Ramos (038.600.589-32); Daniela de Sousa Magalhaes (013.271.842-14); Erlon Antonio Brugger (828.920.676-34); Flavia Mayumi Okamoto (353.609.948-35); Jhon Lennon Caldera da Silva (041.803.191-60); Joao Henrique Galvao (221.660.348-10); Joao Marcos Carvalho Coimbra (700.521.551-61); Jose Luiz Araujo Silva (044.756.091-35); Juliana Santos Alencar (022.561.842-77).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6679/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.850/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Greice Carolina Novais de Souza Ribeiro (816.742.875-34).
1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6680/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.408/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto Gomes da Paixao (856.811.214-53); Cassiana Irani dos Santos Lima (028.210.534-44); Ewerton Alexander de Oliveira Batista (054.798.754-42); Felipe Cunha de Vasconcelos (075.240.154-88); Jose Mario Delaiti de Melo (035.166.004-62).
1.2. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6681/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.445/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Weber da Rosa (053.985.269-44); Anabela Lenhart Lopes (999.021.840-49); Anderson Correa de Andrade (009.623.739-23); Anderson Niada Marcelo (066.786.089-41); Anderson Rodrigues Fagundes (409.398.978-81); Anderson Sales da Silva Faria (431.185.618-07); Anderson Santos dos Anjos (032.634.685-61); Andre Almeida Scaff (070.306.969-13); Andre Ferreira Bento (087.036.519-32); Andre Ferreira de Souza (364.522.988-44); Andre Henrique Vareiro da Costa (316.451.188-43); Andre Lasas Carrao (362.855.178-19); Andre Luis Benedito (299.715.218-65); Andre Luis Caetano Santos (332.402.678-45); Andre Luis Ferreira (333.036.648-62); Andre Rodrigues Campos (385.136.838-09); Andre Sabatto de Souza Del Ducca (414.526.648-03); Andre Sales de Oliveira Guerra (355.029.218-08); Andre de Abreu Trielli (370.063.598-21); Andre de Pieri Pimentel (230.701.218-45).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6682/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-008.576/2012-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Toshio Fujishima (063.248.432-20).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6683/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.512/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Noeme Barbosa Marques (088.948.087-77).
1.2. Órgão: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6684/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.574/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Secundino Gonçalves (037.740.822-00).
1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6685/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.576/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aldenir Chagas de Oliveira (672.392.002-30); Antonio Alves Nogueira (011.466.612-15); Claudio Roberto Paiva de Moura (133.354.302-63); Geny Alencar dos Reis Almeida (515.102.602-00); Janira Augusta da Silva Santos (078.675.812-00); Luiz Alberto Nogueira (478.033.982-00); Maria Antonieta Guerreiro Lamas (769.199.439-72); Maria Isabel de Lima e Castro (412.867.232-72); Maria Suely de Oliveira (216.305.772-00); Pedro Araújo de Souza (835.139.652-49); Raimunda Bento de Melo (804.798.552-34); Rosangela Maria Paiva de Moura (216.174.652-91); Terezinha do Menino Jesus Chaves da Silva (339.448.902-30); Tufic Libdy (034.068.812-20).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6686/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.773/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Freire Ferrer (750.438.663-49); Amelia do Amaral (845.867.029-15); Daniella Reis Abrahão Elias (756.910.941-49); Dilcar Almeida da Silva (726.256.787-04); Francisca Cavalcanti Castello (099.103.217-93); Francisca Ribeiro de Araujo (430.504.685-72); Francisca Silva Xavier (424.557.583-20); Hilda Cordeiro Brandão (310.500.004-63); Layane Costa Silvestre (068.444.854-84); Lindaura Maria Piazera (005.616.219-77); Manoel Cesar Amado Tavares (297.078.547-15); Maria Elisa de Castro Lima (076.881.237-20); Maria de Nazareth Fagundes Galvão (043.750.494-80); Maria do Patrocínio Cossich (091.213.157-87); Marilia Pereira de Sousa Torkarski (074.292.797-08); Nelci Barreiro Bittencourt (080.548.127-36); Norma Rodrigues Marques Vilela (043.605.848-06); Osmarina Fegundes Mazepa (064.260.799-01); Palmyra Lucia Luz de Campos (072.114.657-00); Zuleika Duarte de Lira (256.873.367-53).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6687/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.777/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Brasilina de Almeida Vilas Boas (057.212.457-00); Edite Barbosa da França Nambar (013.171.467-86); Elsa Fontana Simon (320.945.820-00); Ismélia Marcon da Silva (102.681.077-93); Josefa Maria da Silva (085.450.457-51); Juraci do Canto Velazquez (011.690.760-68); Klember Roberto Mendonça de Araújo (360.417.937-87); Ludmila Dietrich Kortbawi (076.434.056-54); Margarida Gomes (175.167.907-10); Maria Alice Carneiro Maribondo (064.025.704-60); Maria Alice Vaz Pereira do Amaral (186.750.779-04); Maria Eugenia Barroso Severiano (135.933.403-30); Maria Pimenta Novaes (910.971.936-91); Maria Pinto de Mendonça (685.046.167-20); Maria da Conceição Veras Gomes (634.544.751-04); Maria da Gloria Brita Meirelles (345.850.957-72); Maria do Socorro Carneiro de Araújo (272.522.994-49); Nair de Almeida Barone Martins (192.191.058-53); Sonia Dietrich Kortbawi (422.804.436-00); Suzete Gomes da Silva (567.345.904-10); Zorilda Tavares Campos Camêlo (056.873.564-10); Zulmira da Silva Menezes (128.116.457-72).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6688/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-021.779/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adenil Brito dos Santos Junior (883.325.192-68); Albert Rub (095.962.407-49); Antonio de Oliveira Neves (046.380.267-53); Bruno Leonardo de Almeida Soares (117.273.057-10); Camila Cristina Jesus de Gouvea (119.718.127-06); Davidson Cesar Honorio dos Santos (056.722.377-97); Ernestina da Silveira Coelho (231.521.849-72); Eulalia Martins Passos (912.598.606-63); Eulilia Moraes Magalhães (722.959.027-20); Gisélia Cerqueira Bittencourt (233.099.205-00); Gleydison Carlos Honorio dos Santos (056.701.817-27); Joce dos Santos e Silva (863.584.727-04); José Renato Olmos Soeiro Santos (056.446.957-27); José Renato Olmos Soeiro Santos (056.446.957-27); Karl Hlavacsek (093.452.997-34); Luzia Cristina Oliveira de Souza (636.655.147-20); Maria Angélica Olmos Soeiro Santos (633.418.597-72); Maria Clara Veiga Pinto (122.710.517-70); Maria Inês Silva (608.082.767-00); Maria Tomásia Sousa Lima (335.801.543-20); Maria da Gloria de Almeida Soares (592.544.757-34); Marinalda Silva (863.584.727-04); Nely Pontes da Silva Pinto (395.863.757-49); Paula Cristina de Souza Honorio (056.680.647-94); Rosicler de Nazare dos Santos Lima (226.679.202-44); Sonia Almeida Santana Junqueira (312.446.295-53); Thompson Leonardo de Souza Honorio (056.680.667-38); Vanessa Cristina de Souza Honorio (095.853.437-38); Vicktoria Gonçalves Freire Motta (030.263.131-30); Wanderson Carlos Honorio dos Santos (086.533.167-79).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6689/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, motivado pelo falecimento dos beneficiários, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.662/2018-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Nazaré dos Santos (089.848.752-87); Celestino Alves da Costa (016.903.452-68).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6690/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, motivado pelo falecimento dos beneficiários, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.663/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jorge Madureira Modesto (044.300.502-87); Jose do Carmo Sampaio (089.781.902-00); José Maria Souto (036.199.402-82); Manoel Lopes Soares (038.449.602-44).

1.2. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6691/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Acórdão 644/2005-TCU-Plenário e com o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 3.672/2014-TCU-2ª Câmara (peça 43), prolatado na Sessão Ordinária de 22/7/2014, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.2. (...) desde a data do acórdão que vier a ser proferido (...)"

Leia-se:

"9.2. (...) desde a data do presente acórdão (...)"

1. Processo TC-001.667/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Danilo de Camargo (035.840.478-97) e Paulo Frateschi (054.796.198-70).

1.2. Órgão: Justiça Eleitoral.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

1.6. Representação legal: Helio Freitas de Carvalho da Silveira (OAB/SP 154.003) e outro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 19/2018 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 6692/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares, com ressalva, as contas do Sr. Eduardo Silva Santana e do Município de Tanhaçu/BA, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação, bem como adotando as providências expostas no item 1.7 adiante, conforme proposta uniforme formulada pela Secex/BA (peças 52/54) e pelo MP/TCU (peça 55).

1. Processo TC-018.842/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eduardo Silva Santana, ex-Prefeito (CPF 483.077.935-72); Município de Tanhaçu/BA.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tanhaçu/BA; Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: José Denivaldo Santos Venefrides (OAB/BA 46.420).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado de cópia da instrução da Secex/BA (peças 52/54) e do parecer do MP/TCU (peça 55), aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Assistência Social; e

1.7.2. autorizar, nos termos do art. 169, inciso III, do RI/TCU, que a Secex/BA proceda o arquivamento do presente processo após as comunicações processuais cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 6693/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em corrigir, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 548/2018-TCU-1ª Câmara, conforme a seguir:

Onde se lê:

"9.2. julgar irregulares as contas do Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho e do Sr. Francisco Grigório da Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992, condenando-os, em solidariedade, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor";

Leia-se:

"9.2. julgar irregulares as contas do Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho e do Sr. Francisco Grigório da Silva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992, condenando-os, em solidariedade, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor";

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-029.614/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho (04.298.926/0001-66); Francisco Grigorio da Silva (161.736.942-04).

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Teatro de Bonecos de Porto Velho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6694/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/MG (peça 2), em:

a) não conhecer da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU;

b) recomendar ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG), que instaure procedimento disciplinar, se ainda não o fez, em face de eventual conduta irregular praticada pela empregada Gizele Souza Silva Leal, na celebração do convênio com a Associação dos Farmacêuticos do Vale do Aço, em 17/1/2017, para a divulgação no CRF/MG de cursos de pós-graduação em saúde estética;

c) acerca do pedido de ingresso do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG) nos autos, como interessado, dar-lhe ciência de que, na qualidade de entidade jurisdicionada, o CRF/MG é, automaticamente, parte no processo;

d) dar conhecimento deste acórdão ao representante, acompanhado de cópia da instrução à peça 2 destes autos;

e) arquivar os presentes autos, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-011.871/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG)

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF/MG)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 6695/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, por meio da qual a empresa Luxor Comércio e Serviços de Reprodução de Escritório Ltda. - ME noticiou a este Tribunal indícios de fraude à licitação, com suposto direcionamento do Pregão Eletrônico - PE 003/2018-ES, realizado pelo SEBRAE/ES em 13/4/2018, cujo objeto consistiu na contratação de empresa especializada no fornecimento de solução completa de *outsourcing* de impressão e locação de equipamentos, fornecimento de insumos entre outros, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Considerando que a presente representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 c/c art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

Considerando, entretanto, que o Sebrae/ES, por meio de petição datada de 3/7/2018, comunica a este Tribunal o cancelamento do referido pregão eletrônico, em razão de solicitação da área técnica demandante dos serviços, a qual foi aprovada pelo Diretor Superintendente da entidade (peça 21 dos autos);

Considerando que o cancelamento do pregão eletrônico objeto da representação implica em perda de objeto do processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação;

b) encerrar o presente processo por perda de objeto;

c) comunicar ao Sebrae-ES e à empresa representante o encerramento do feito;

d) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-019.922/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Luxor Comércio e Serviços de Reprodução de Escritório Ltda. - ME

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6696/2018 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação, autuada por determinação do item 9.3 do Acórdão 3.364/2016-1ª Câmara, para ser apurada a responsabilidade, no âmbito da SPPE/MTE, pela escolha do Sindimoto/GO para firmar o Convênio MTE/SPPE/Codefat 89/2009 (Siafi 728505), sem a observância estrita das regras estabelecidas pela Resolução/Codefat 575/2008 - e normas correlatas -, mormente no que se refere à ausência de vistoria física na sede daquele sindicato.

Considerando que a representação preenche os requisitos exigidos em lei e no Regimento Interno deste Tribunal, pelo que deve ser conhecida;

Considerando que o Acórdão 362/2015-Plenário, no âmbito do TC-005.381/2011-8, relatado pelo Sr. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, já avaliou a legitimidade da CPP 22/2009, confrontada com a Resolução Codefat 575/2008, para efeito de escolha do Sindimoto/GO enquanto parte beneficiária do Convênio 89/2009, e também já avaliou a questão relativa à necessidade de vistoria física na sede do referido sindicato como providência que se incluía entre as atribuições fiscalizatórias do órgão concedente, as quais, se corretamente executadas, poderiam ter evitado prejuízo então observado ao erário;

Considerando a proposta uniforme da unidade técnica no sentido de que a representação seja conhecida e, no mérito, considerada cumprida a providência relativa ao subitem 9.3 do Acórdão 3.364/2016-1ª Câmara, em razão da apuração e deliberação realizadas no âmbito do TC-005.381/2011-8;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação;

b) no mérito, considerar cumprida a providência relativa ao item 9.3 do Acórdão 3.364/2016-1ª Câmara; e

c) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-034.419/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: José Valter da Silva Piovesan (086.183.118-71); Sindimoto - Sind Trab Cond de Veic de Duas Rodas do Est de Goiás (01.066.691/0001-99)

1.2. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (37.115.367/0035-00)

1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 6697/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, fazendo-se a determinação abaixo:

1. Processo TC-024.631/2010-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Ferreira Fontenele (006.393.032-34) e Áurea Vital dos Santos (030.589.052-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (AC e RO).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (AC e RO), com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que emita novo ato de Francisco Ferreira Fontenele, informando o fundamento legal correto, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do RI/TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6698/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.182/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Leopoldo Bandeira (812.878.520-68); Adriano Vergilio (008.249.141-04); Agnaldo Gomes de Jesus (039.394.921-40); Ailton Rogerio Iranxe (029.315.011-74); Alcelio da Silva Brandao (010.825.932-30); Aldeir Detol da Silva (040.666.081-67); Aldenir Ezenezokae (037.644.851-24); Aldery da Silva Dias (066.429.895-89); Ana Celia Barroso de Carvalho Lima (807.304.183-91); Ana Luiza de Assuncao (924.973.222-87).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6699/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.186/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arlyson Alves Silva (888.857.392-53); Elisneyva do Carmo e Silva (019.724.963-95); Filipe Santos de Resende (034.922.073-59); Gisely Vilar de Oliveira (527.335.802-72); Henrique Melo de Farias (916.606.293-49); Jardenia Camelo Trajano (862.898.372-49); Julio Cesar dos Santos Barbosa (986.051.351-15); Keylla Nobrega Cruz Marques Lins (008.048.154-02); Marcella Karoline Tavares dos Santos (884.902.622-68); Miucha Micheli Figueiredo Magalhaes (590.210.202-20).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6700/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-019.188/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nicole Franciele da Silva Reis (037.154.651-66); Paula Gomes Dias (082.518.479-74); Paulo Berto Dias (079.184.417-02); Raul Guilherme Ramos de Andrade (034.437.339-80); Reber Miranda Dias (006.556.175-90).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6701/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma a seguir relacionado:

1. Processo TC-020.196/2012-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: José Lauro Couto Soares (409.196.410-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6702/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não foi apresentado o parecer da unidade de auditoria interna sobre as contas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul, conforme previsto no art. 6º, I, da DN TCU 146/2015.

Considerando que tal falha já havia sido constatada nas contas da referida entidade relativas ao exercício de 2012, autuadas no TC 030.254/2013-2, as quais foram apreciadas mediante o acórdão 4786/2016-TCU-1ª Câmara, tendo sido objeto de ciência à unidade jurisdicionada.

Considerando que, conforme relatório de gestão do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul, a unidade de auditoria está subordinada à Diretoria Superintendente, sendo que, de acordo com as melhores práticas internacionais e empresariais, tal unidade deve estar vinculada à instância à qual cabem as deliberações finais em matéria administrativa, que é o Conselho Deliberativo Estadual, consoante já se posicionou esta Corte na apreciação das contas de outras unidades estaduais do Sebrae, conforme acórdão 8547/2017-TCU-1ª Câmara e acórdão 11250/2017-TCU-1ª Câmara.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, na forma do art. 143, I, 'a ', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, dando-se ciência ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul:

1. Processo TC-000.640/2018-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)

1.1. Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado (156.610.401-72); Ademar Silva Junior (437.525.511-00); Alfredo Zamlutti Júnior (002.607.971-20); Andre Luis da Silva Dantas (386.337.361-87); Atilio Carlos D Agosto (274.265.448-85); Camila Celeste Brandao Ferreira Itavo (272.457.738-82); Camila da Silva Serra (000.192.051-04); Claudio George Mendonça (639.690.841-72); Célia Maria Silva Corrêa Oliveira (018.751.938-20); Delmar Ribeiro Martins (250.900.629-00); Deoneida Lana Lube (258.008.171-20); Edison Ferreira de Araújo (289.039.438-72); Evaldo Emiliano de Souza (523.680.099-49); Evandro Narciso de Lima (321.404.282-34); Fabio Alexandre Pereira (679.162.879-00); Fernando Mendes Lamas (172.439.809-10); Fábio Edir dos Santos Costa (123.548.048-81); Glaucio Zanettin Fernandes (142.200.968-84); Jaime Elias Verruck (322.517.771-72); Jeovan de Carvalho Figueiredo (690.064.071-00); José Roberto Giuliani (584.023.818-04); Kelly Cristina Valadares de Pinho Sanches (673.555.601-15); Lourival Vieira Costa (487.781.508-25); Luiz Cláudio Sabedotti Fornari (020.282.800-00); Marcelo Augusto Santos Turine (070.327.978-57); Marcio Nunes Fonseca (257.923.771-20); Marilda Moraes Garcia Bruno (075.992.978-55); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Mauricio Koji Saito (850.686.919-68); Sergio Salles de Morais (457.598.809-00); Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro (172.009.112-91).

1.2. Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (Sebrae/MS) que, doravante, apresente ao TCU todas as peças exigidas pela decisão normativa que dispuser sobre os processos de prestação de contas do exercício, em especial o parecer da unidade de auditoria interna sobre a gestão da entidade

1.7.2. recomendar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (Sebrae/MS) que reposicione hierarquicamente sua unidade de auditoria interna, para esta seja diretamente subordinada ao Conselho Deliberativo Estadual.

1.7.3. dar ciência desta deliberação ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (Sebrae/MS), à unidade nacional do Sebrae e à Controladoria-Regional da União no Mato Grosso do Sul.

ACÓRDÃO Nº 6703/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e', do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo estabelecido à Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR(13)MT), no item 9.7. do acórdão 10532/2017-TCU-1ª Câmara, a contar da notificação da presente deliberação.

1. Processo TC-027.622/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Apensos: 004.111/2018-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.109/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Salvador Soltério de Almeida (328.766.451-49); Valdir Mendes Barranco (616.746.301-82).

1.3. Órgão: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: Elvis Antonio Klauk Junior (OAB/MT 15.462), representando Salvador Soltério de Almeida e Valdir Mendes Barranco.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6704/2018 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 6º, I, e 19 da IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;

Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 199, § 2º, do RI/TCU, no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 6º, I, 15, I, e 19, ambos da IN/TCU 71/2012, e na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o presente processo, dando-se ciência desta deliberação ao responsável, à Fundação Nacional de Saúde e ao município de Alagoinhas/BA.

1. Processo TC-017.540/2017-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Joseildo Ribeiro Ramos (159.633.305-72).

1.2. Entidade: Município de Alagoinhas/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6705/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação ao responsável e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-029.752/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Hudson Duarte Moreira (004.385.705-10).

1.2. Entidade: Município de Marcionílio Souza/BA.

1.3. Interessado: Fundo Nacional de Saúde.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin. 1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6706/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 2), ao representante.

1. Processo TC-017.270/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO).

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.3. Entidade: Governo do Estado de Rondônia.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6707/2018 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o requerimento de medida cautelar, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 12), ao representante.

1. Processo TC-022.907/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Mamoré Máquinas Agrícolas Ltda. (19.614.838/0001-01).

1.2. Entidade: Governo do Estado de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 030.132/2010-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Marcelo Cama Proença Fernandes apresentou sustentação oral em nome de José Antônio Antonioni e da Associação Sulriograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software - Softsul.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6708 a 6733, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 6708/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.132/2010-0

1.1. Apensos: TC 028.302/2013-3 e TC 016.581/2006-6

2. Grupo I - Classe: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: José Antonio Antonioni, diretor-presidente (CPF 239.203.000-68), e Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software - Softsul (CPNJ 74.877.226/0001-01)

4. Unidade: Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software - Softsul (CPNJ 74.877.226/0001-01)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS)

8. Representante legal:

8.1. Marcelo Cama Proença Fernandes (OAB/DF 22071) e outros, representando José Antonio Antonioni;

8.2. Ivone Terezinha Rocha da Silva (OAB/RS 52828) e outros, representando Lucila Akemi Ii Senga;

8.3. Renato Vanderlei Schmidt da Veiga (OAB/RS 24681), representando Lucila Akemi Ii Senga e Softsul;

8.4. Juliana Dias Simões (OAB/RS 78882), representando Paulo César Zanin;

8.5. Gerson Luiz Oliveira Dias (OAB/RS 72760), representando Ceolin Tecnologia da Informação Ltda., A & A Assessoria e Consultoria S/C, Alessandra Carla Ceolin, Consulte Ambiental - Consultoria e Assessoria Ambiental Ltda., Masterfone Telecomunicaçõess Ltda. e MN Digitalizações e Assessoria em Comunicações Ltda. - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, nesta fase processual, tratam de recurso de reconsideração interposto conjuntamente por José Antônio Antonioni e pela Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software (Softsul) contra o Acórdão 3.949/2014-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por José Antônio Antonioni e pela Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software (Softsul) e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar os recorrentes.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6708-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6709/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.092/2013-6
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Herson Rodrigues Figueiredo Junior (CPF 015.141.908-69), Nivaldo Benvenho (CPF 604.722.359-15) e Londrina Convention & Visitors Bureau (CNPJ 02.888.001/0001-40)
4. Unidade: Londrina Convention & Visitors Bureau
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogados constituídos nos autos: Fabrício Massi Salla (OAB/PR 24.338) e outros

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Herson Rodrigues Figueiredo Junior, Nivaldo Benvenho e Londrina Convention & Visitors Bureau contra o Acórdão 6.946/2015 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial;
9.2. excluir, da fundamentação legal constante do item 9.3 do Acórdão 6.946/2015 - 1ª Câmara, a alínea "c" do inciso III do art. 16 da Lei 8.443/1992;
9.3. tornar sem efeito o item 9.4 do Acórdão 6.946/2015 - 1ª Câmara;
9.4. alterar o fundamento legal das multas aplicadas por meio do item 9.5 do Acórdão 6.946/2015 - 1ª Câmara, que passa a ser o art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e seus valores individuais, que passam para R$ 10.000,00 (dez mil reais);
9.5. alterar o valor da multa aplicada pelo item 9.6 do Acórdão 6.946/2015 - 1ª Câmara, que passa a ser de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
9.6. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Paraná, em complemento ao Ofício 1547/2015-TCU/SECEX-PR.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6709-24/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6710/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.500/2013-7
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Câmara dos Deputados
3.1. Interessados: Antonio Osller Malagutti (CPF 040.426.978-87), Dalton Eduardo Dalla Costa (CPF 112.829.671-34), Helena Heller Domingues de Barros (CPF 488.071.171-34), Leonidas Braz da Guarda (CPF 073.227.121-53), Luis Alberto de Avelar da Silva (CPF 162.000.985-49), Maria de Fátima Fonseca Jeker (CPF 116.947.691-00), Marlina de Sousa (CPF 046.693.981-72), Rita Feitosa da Silva (CPF 115.797.221-72), Samira El Ammar Muller (CPF 223.538.011-53) e Silvio Moreira da Costa (CPF 066.373.611-00)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 3.116/2013-TCU-1ª Câmara (Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues), que considerou legais os atos de concessão de aposentadoria contidos no presente processo e expediu determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6710-24/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6711/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.745/2013-0
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrentes: Câmara dos Deputados e Terezinha Fernandes Spinola
3.1. Interessados: Symira Palatinik (CPF 000.476.781-00), Terezinha Fernandes Spindola (CPF 027.118.507-49), Terezinha Nóbrega Araújo da Cunha (CPF 101.571.661-04), Valdemir Pereira Rocha (CPF 004.389.361-91), Waldemar Capistrano (CPF 046.608.031-04), Waldemar Villas Bôas Filho (CPF 001.815.361-53), Waldemar de Souza Carvalho (CPF 003.258.991-34), Yvette Vieira Pinto de Almeida (CPF 000.290.761-53) e Zenildo Vidal Santana (CPF 000.173.961-15)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedidos de reexame interpostos pela Câmara dos Deputados e pela ex-servidora Terezinha Fernandes Spinola contra o Acórdão 3.336/2013-TCU-1ª Câmara (Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues), que considerou legais os atos de concessão de aposentadoria contidos no presente processo e expediu determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6711-24/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6712/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.928/2013-7
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Câmara dos Deputados
3.1. Interessados: José Romero Pereira (CPF 001.481.051-49), José de Lima Silva (CPF 000.456.751-04), Juarez Rocha Gomes (CPF 001.596.971-15), Jurandir Romero Menon (CPF 074.177.051-20), Levy Machado (CPF 000.117.381-20), Lola Azra Barrenechea (CPF 185.156.141-20), Luiz de Oliveira Pinto (CPF 002.127.091-00), Lêda Gayer Costa (CPF 108.071.520-72), Maria Elizabet Neves (CPF 023.180.241-20), Maria Jamille Cuneo Danigno (CPF 001.564.691-20) e Maria de Lourdes Sant'Anna Freitas (CPF 000.102.351-91)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 3.337/2013-TCU-1ª Câmara (Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues), que considerou legais os atos de concessão de aposentadoria contidos no presente processo e expediu determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6712-24/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6713/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.250/2013-4
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Câmara dos Deputados
3.1. Interessados: Alberto de Oliveira (CPF 000.064.321-15), Benício Mendes Teixeira (CPF 001.988.621-72) e Carlota Barrionuevo Martin Chagas (CPF 001.814.041-68)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 3.593/2013-TCU-1ª Câmara (Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues), que considerou legais os atos de concessão de aposentadoria contidos no presente processo e expediu determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6713-24/18-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.
13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6714/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.836/2013-9
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Câmara dos Deputados
3.1. Interessados: Adauto Paes de Andrade (CPF 057.290.331-68), Adir dos Santos Pinto (CPF 067.890.301-82), Aécio Flávio Machado (CPF 264.486.027-04), Benone Jerônimo Ferreira (CPF 003.148.031-49), Dalcy Bezzi Coelho (CPF 102.064.261-00), Davi Ávila Menezes (CPF 076.621.731-00), Dinah Maria Watzke (CPF 000.465.401-30), Dinah de Freitas Torres Rocha (CPF 001.462.851-15), Eden Peçanha de Souza (CPF 290.407.367-15), Eliane Cassas do Amaral Travassos Vidigal da Silva Lemos (CPF 023.551.323-72), Eudes Gomes de Oliveira (CPF 009.766.361-15), Eunice Gonçalves Pereira (CPF 055.152.971-72), Euzenir Alves da Costa (CPF 066.357.681-49), Flávio Gonzaga (CPF 000.494.171-34), Francisco Barbosa do Nascimento (CPF 004.105.781-34), George de Cerqueira Leite Zarur (CPF 004.093.671-68) e Gilberto Pacheco Lopes (CPF 008.461.471-49)
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 3.594/2013-TCU-1ª Câmara (Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues), que considerou legais os atos de concessão de aposentadoria contidos no presente processo e expediu determinação acerca da observância do teto remuneratório no cálculo dos proventos dos inativos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6714-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6715/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.815/2010-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Civil).

3. Interessados: Marcia Mafra Gonzalez (345.089.882-53); Marlucia Mafra Gonzalez e Silva (147.213.092-87); Mônica Mafra Gonzalez (202.973.862-04).

3.2. Recorrente: Mônica Mafra Gonzalez (202.973.862-04).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Cynthia Luiza Silva Fernandes (OAB/AM 5.627), Hildebrando Afonso Filho (OAB/RJ 79.397), Rosa Claudia da Silva Ribeiro (OAB/RJ 60.344) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Mônica Mafra Gonzalez contra o Acórdão 6.850/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de pensão civil instituído pelo ex-servidor Valentim Gonzalez e Gonzalez em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6715-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6716/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.188/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Orleandro Alves Feitosa (254.390.142-68); Município de São João da Ponta/PA (01.613.320/0001-80); e Valmira do Socorro Ferreira da Costa (279.193.402-25).

4. Entidade: Município de São João da Ponta/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: Helena Maria Rocha Lobato (OAB/PA 4.147) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Orleandro Alves Feitosa, ex-prefeito, e da Sra. Valmira do Socorro Ferreira da Costa, secretária de Saúde à época dos fatos, em razão de prejuízos causados ao Sistema Único de Saúde - SUS, devido à falta de comprovação de despesas com procedimentos do SIA/SUS no aludido município, no período entre 2005 e 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator em:

9.1. excluir o município de São João da Ponta/PA (01.613.320/0001-80) do rol de responsáveis;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Orleandro Alves Feitosa (254.390.142-68) e da Sra. Valmira do Socorro Ferreira da Costa (279.193.402-25), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c arts. 1º, inciso I, 209, incisos III, do RITCU;

9.3. condenar, solidariamente, os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RITCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores já ressarcidos:

Data	Valor Histórico (R$)
19/1/2005	6.500,00
19/1/2005	2.683,00
14/3/2005	3.957,00
11/11/2005	4.317,08
12/112005	83,02
18/11/2005	547,94
21/11/2005	2.400,00
13/6/2006	81,96
13/6/2006	81,96
13/6/2006	547,94
21/6/2006	2.800,00
21/6/2006	6.185,83
14/8/2006	6.185,83
19/8/2006	2.800,00
31/8/2006	547,94
31/8/2006	81,96
13/9/2006	547,94
14/9/2006	81,96
20/9/2006	7.137,50
26/9/2006	2.800,00
16/10/2006	81,96
17/10/2006	6.384,08
17/10/2006	2.800,00
19/10/2006	547,94
9/11/2006	81,96
16/11/2006	7.137,50
16/11/2006	2.800,00
30/11/2006	547,94
15/12/2006	2.800,00
15/12/2006	7.137,50
18/12/2006	2.800,00
19/12/2006	377,01
21/12/2006	547,94

9.4. aplicar ao Sr. Orleandro Alves Feitosa (254.390.142-68) e à Sra. Valmira do Socorro Ferreira da Costa (279.193.402-25), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.7. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e à Procuradoria da República no Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6716-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6717/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.583/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério da Cultura (MinC).

3.2. Responsável: Ílvio Mendes do Amaral (438.493.506-49).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: Cristiane Garcia Olivieri (OAB/SP 98.683) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor do Sr. Ílvio Mendes do Amaral, executor dos recursos captados por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/1991), em razão da impugnação parcial de despesas vinculadas ao projeto Pronac 05-4150, que tinha por objeto a realização da temporada do espetáculo teatral "Acredite, um Espírito Baixou em Mim";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Ílvio Mendes do Amaral (438.493.506-49), com fundamento no art. 16, inciso II, da Lei 8443/1992;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério da Cultura;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6717-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6718/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.667/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais (04.240.443/0001-00) e Corina Ilda da Silva Ferreira (046.202.006-11).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor da Sra. Corina Ilda da Silva Ferreira (046.202.006-11) e da Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais (04.240.443/0001-00), em razão da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse 239.152-89/2007;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais (04.240.443/0001-00) e da Sra. Corina Ilda da Silva Ferreira (046.202.006-11), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I e III, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno;

9.2. condenar os responsáveis indicados no subitem anterior ao pagamento da importância de R$ 353.080,00 (trezentos e cinquenta e três mil e oitenta reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 18/2/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, multa individual à Sra. Corina Ilda da Silva Ferreira (046.202.006-11) e à Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais (04.240.443/0001-00), no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6718-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6719/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.119/2016-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Adir Engel (390.140.969-68); Edésio Volpato (533.950.939-72); Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região (07.235.954/0001-22).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (MTur).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da associação denominada Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região e dos Srs. Edésio Volpato e Adir Engel, presidente e contador da entidade, signatários do Convênio 671/2010 (Siafi 736671), em decorrência da impugnação total de despesas do referido ajuste, que tinha como objetivo o incentivo ao turismo por meio da realização do evento "Feagro Vale 2010" no município de Braço do Norte/SC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Edésio Volpato e Adir Engel e a associação Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Edésio Volpato e Adir Engel e da associação Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2°, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com arts. 1º, incisos I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condená-los solidariamente ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos.

VALOR ORIGINAL (REAIS)	DATA DA OCORRÊNCIA
100.000,00	22/10/2010

9.3. aplicar aos Srs. Edésio Volpato e Adir Engel e à associação Feagro-Vale Feira e Exposição Agropecuária do Vale do Braço do Norte e Região, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6719-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6720/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-001.990/2017-9.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense - Fanep (02.599.286/0001-07); José Jorge Soares Monteiro (268.375.602-04); Maria de Jesus dos Santos Lima (593.008.332-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará - Incra/SR-01 (00.375.972/0003-22).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará (Incra/SR-01) em desfavor da Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense (Fanep), do Sr. José Jorge Soares Monteiro e da Srª Maria de Jesus dos Santos Lima, presidentes da referida fundação, em razão de omissão no dever de prestar contas e de não cumprimento do objeto do Convênio 90000/2004 (Siafi 513943),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense, o Sr. José Jorge Soares Monteiro e a Srª Maria de Jesus dos Santos Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Jorge Soares Monteiro com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2°, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU

9.3. julgar irregulares as contas da Srª Maria de Jesus dos Santos Lima e da Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2°, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, incisos III, da mesma lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU

9.4. condenar solidariamente o Sr. José Jorge Soares Monteiro, a Srª Maria de Jesus dos Santos Lima e a Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

9.4.1. Sr. José Jorge Soares Monteiro solidariamente com a Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense:

VALOR ORIGINAL (REAIS)	DATA DA OCORRÊNCIA
33.812,25	15/12/2004

9.4.2. Srª Maria de Jesus dos Santos Lima solidariamente com a Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense:

VALOR ORIGINAL (REAIS)	DATA DA OCORRÊNCIA
73.280,02	27/7/2006
85.000,00	11/12/2006
42.500,00	4/7/2007
81.781,99	16/11/2007

9.5. aplicar à Srª Maria de Jesus dos Santos Lima e à Fundação Sócio-ambiental do Nordeste Paraense, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6720-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6721/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.956/2015-0

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eudécio Gomes do Rego (CPF 594.241.332-00) e Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras - Asprucc (CNPJ 83.212.993/0001-92).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Superintendência Regional do Sul do Pará (Incra/SR-27).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Sul do Pará (Incra/SR-27), em decorrência da não apresentação da prestação de contas do Convênio 10.023/2008, celebrado com a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras (Asprucc), para "a introdução de unidades de industrialização e comercialização no Projeto de Assentamento Gameleira, localizado no Município de Eldorado do Carajás-PA",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Eudécio Gomes do Rego (CPF 594.241.332-00) e a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras - Asprucc (CNPJ 83.212.993/0001-92), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Eudécio Gomes do Rego (CPF 594.241.332-00) e da Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras - ASPRUCC (CNPJ 83.212.993/0001-92), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
182.160,00	10/7/2009

9.3. aplicar ao Sr. Eudécio Gomes do Rego (CPF 594.241.332-00) e à Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Localidade da Cristalândia e Região das Capoeiras - ASPRUCC (CNPJ 83.212.993/0001-92), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações; e

9.5. dar ciência da presente deliberação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Superintendência Regional do Sul do Pará (Incra/SR-27), para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6721-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6722/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.941/2018-6.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Corinto Cordeiro de Barros (415.671.024-68); Herundino de Ramos (397.839.609-20); Lazaro Inacio da Silva (595.137.306-97); Rosa Maria da Silva (932.982.938-49).

4. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, emitidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, submetidos, para fins de registro, à apreciação desta Corte, de acordo com o art. 71, III, da Constituição Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria do Sr. Corinto Cordeiro de Barros (peça 1), Sr. Lazaro Inacio da Silva (peça 3) e Sra. Rosa Maria da Silva (peça 4), determinando os respectivos registros;

9.2. considerar ilegal e negar o registro ao ato de aposentadoria do Sr. Herundino de Ramos (peça 2);

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, relativamente ao ex-servidor Herundino de Ramos, nos termos dos art. 39 da Lei 8.443/1992 e art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.4.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, emita e submeta o novo ato, livre da irregularidade apontada, ao Tribunal pelo sistema vigente, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, e do art. 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento.

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6722-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6723/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.473/2016-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério das Cidades; Município de Alto Paraíso/RO (63.762.025/0001-42)

3.2. Responsável: Altamiro Souza da Silva (139.662.862-20).

4. Entidade: Município de Alto Paraíso/RO.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra o Sr. Altamiro Souza da Silva, ex-prefeito de Alto Paraíso/RO (gestão 2005 a 2008), em decorrência da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 200.481-42/2006, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa, e o município de Alto Paraíso/RO, cujo objeto era a implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, o Sr. Altamiro Souza da Silva;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, e com arts. 1º, I, e 209, II e III, e 214, III, do RI/TCU, as contas do Sr. Altamiro Souza da Silva e condená-lo ao pagamento das quantia de R$ 63.144,90 (sessenta e três mil cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 3/1/2008, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Altamiro Souza da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República em Rondônia, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6723-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6724/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.383/2016-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsável: Almir de Almeida (670.647.799-00)

4. Órgão: Prefeitura Municipal de Perobal/PR

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE)

8. Representação legal: Guilherme Druciak de Castro (OAB/PR 61.030)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão da impugnação total das despesas executadas no âmbito do Convênio 63/2008 - Siconv 626748,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas do sr. Almir de Almeida (670.647.799-00), condenando-o ao pagamento da quantia abaixo discriminada, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (consoante art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
100.000,00	3/7/2008	Débito
245,66	10/9/2008	Crédito

9.2. aplicar ao sr. Almir de Almeida (670.647.799-00) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RITCU, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, com fulcro no art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não sejam atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e

9.7. dar ciência do presente acórdão ao responsável, à Prefeitura de Perobal/PR e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6724-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6725/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.444/2018-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Izabel Gripp dos Santos (508.429.866-34).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão civil emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais em favor de Maria Izabel Gripp dos Santos, na condição de viúva do instituidor Francisco Norberto dos Santos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão civil da Sra. Maria Izabel Gripp dos Santos (508.429.866-34), negando-lhe o correspondente registro, em virtude da percepção cumulativa da função gratificada FGR e dos quintos da mesma função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.4. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.4.1. esclarecer à unidade jurisdicionada que poderá ser editado novo ato de pensão em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos do art. 260, caput, c/c o art. 262, § 2º, do RITCU;

9.4.2. monitorar o cumprimento do item 9.3 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6725-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6726/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.883/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: José Nataniel Lopes Reis (239.982.023-15).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Oeiras - PI.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Oeiras/PI, na modalidade fundo a fundo, para os Programas de Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, ambos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. José Nataniel Lopes Reis, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Nataniel Lopes Reis, ex-prefeito de Oeiras/PI na gestão 2005/2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal, em consonância com o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos.

Data de Ocorrência	Valor Histórico - R$
21/2/2008	6.300,00
18/3/2008	6.300,00
10/4/2008	6.300,00
15/5/2008	6.300,00
10/6/2008	6.300,00
4/7/2008	6.300,00
18/8/2008	6.300,00
8/9/2008	6.300,00
23/10/2008	6.300,00
12/11/2008	6.300,00
23/12/2008	6.300,00
19/2/2008	7.075,50
18/3/2008	7.075,50
24/4/2008	7.075,50
13/5/2008	7.075,50
10/6/2008	7.075,50
7/7/2008	7.075,50
11/8/2008	7.075,50
8/9/2008	7.075,50
8/12/2008	7.075,50
26/12/2008	7.075,50
25/2/2008	4.720,00
25/3/2008	4.720,00
23/4/2008	4.740,00
19/5/2008	4.740,00
16/6/2008	4.640,00
4/7/2008	4.500,00
21/8/2008	4.500,00
19/9/2008	4.400,00
15/10/2008	4.340,00
17/11/2008	4.300,00
21/2/2008	3.100,00
14/3/2008	3.100,00
18/4/2008	3.100,00
15/5/2008	3.100,00
11/6/2008	3.100,00
8/7/2008	3.100,00
8/8/2008	3.100,00
8/9/2008	3.100,00
14/10/2008	3.100,00
13/11/2008	3.100,00
19/12/2008	3.100,00
4/7/2008	13.818,75
21/8/2008	13.818,75
15/9/2008	13.818,75
17/10/2008	13.818,75
17/11/2008	13.818,75
19/12/2008	13.818,75
27/2/2008	3.180,00
15/2/2008	2.027,00
14/3/2008	2.027,00
18/4/2008	2.027,00
15/5/2008	2.027,00
13/6/2008	2.027,00
7/7/2008	2.027,00
8/8/2008	2.027,00
5/9/2008	2.027,00
14/10/2008	2.027,00
12/11/2008	2.027,00
10/12/2008	2.027,00

9.3. aplicar ao Sr. José Nataniel Lopes Reis, ex-prefeito de Oeiras/PI na gestão 2005/2008, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em consonância com o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento das dívidas indicadas nos subitens anteriores em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.6. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6726-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6727/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.863/2013-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Complemento Planejamento e Decorações Ltda. (00.396.200/0001-05); Eurides Pereira Tavares (052.993.068-49); Marelli Moveis Para Escritório S/A. (88.766.936/0001-79); Odilon José de Almeida (004.832.811-15); Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53)

3.2. Recorrente: Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal:

8.1. Claudismar Zupiroli (12250/OAB-DF), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (121685/OAB-RJ) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho.

8.2. Gustavo Henrique Caputo Bastos (7383/OAB-DF) e outros, representando Marelli Moveis Para Escritorio S/A.

8.3. Francisco de Assis Campos Neto (06657/OAB-DF), representando Eurides Pereira Tavares e Odilon José de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 4993/2018 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos específicos de admissibilidade previstos pelo art. 34, caput, § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6727-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6728/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.524/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Responsáveis: Impertec Impermeabilizações e Construções Ltda. (36.971.836/0001-80); Sergio Bastos dos Santos (346.803.731-72)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Colniza.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados mediante convênio,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar irregulares as contas do sr. Sergio Bastos dos Santos e da empresa Impertec Impermeabilizações e Construções Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia abaixo relacionada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir da data correspondente até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

DATA	VALOR (R$)
4/6/2008	96.513,09

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados, individualmente, a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com os valores indicados:

Responsável	Valor (R$)
sr. Sergio Bastos dos Santos	17.000,00
empresa Impertec Impermeabilizações e Construções Ltda.	17.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, alertando aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do art. 16, 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6728-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6729/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.911/2004-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Instituto Brasileiro de Turismo (33.741.794/0001-01)

3.2. Responsáveis: Cobrate Cia Brasileira de Terraplenagem e Engenharia (14.737.522/0001-85); Daniel Badauê Passos (235.853.237-15); Francisco Nascimento Filho (438.595.425-91); Joelson Hora Costa (149.093.915-68); Lúcia Carlos da Silva (170.648.135-72); Maria da Conceição Vieira Nunes (116.606.435-20)

3.3. Recorrente: Joelson Hora Costa (149.093.915-68).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Sergipe.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).

8. Representação legal:

8.1. Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo.

8.2. José Rollemberg Leite Neto (23656/OAB-DF) e outros, representando Joelson Hora Costa.

8.3. Eliseu Klein (23661/OAB-DF), representando Daniel Badauê Passos e Joelson Hora Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Joelson Hora Costa ao Acórdão 1.727/2018-1ª Câmara, que apreciou recurso de reconsideração interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 1.607/2015-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou tomada de contas especial considerando irregulares as contas do responsável em virtude de superfaturamento observado nas obras de construção da ponte sobre o Rio Japaratuba, custeadas com recursos do Convênio 146/1997 (Siafi 334.719), celebrado entre o Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) e a extinta Secretaria de Estado dos Transportes e da Energia do Sergipe - SETREN,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Joelson Hora Costa, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.727/2018-1ª Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6729-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6730/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.422/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrente: Jorge Abissamra (027.491.428-06).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos - SP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Representação legal: Fatima Cristina Pires Miranda (OAB 109889) e Wilton Luis da Silva Gomes (OAB 220788/SP), representando Jorge Abissamra.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 6.835/2017 - 1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6730-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6731/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.066/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: José de Ribamar Assunção Costa (076.916.373-49); Osmar de Abreu Viana (012.271.223-49); Rosinete Sousa Lima (328.414.773-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos inicial e de alteração de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão em favor dos Srs. José de Ribamar Assunção Costa, Osmar de Abreu Viana e Rosinete Sousa Lima (328.414.773-04),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos iniciais de aposentadoria dos Srs. José de Ribamar Assunção Costa (076.916.373-49) e Rosinete Sousa Lima (328.414.773-04), determinando-se os correspondentes registros;

9.2. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria do Sr. Osmar de Abreu Viana (012.271.223-49), negando-se o registro correspondente;

9.3. em relação ao ato considerado ilegal, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato tido por ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. oriente o órgão jurisdicionado no sentido de que poderá ser editado novo ato de aposentadoria em favor do interessado, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, o qual deverá ser submetido a novo julgamento por esta Corte de Contas, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU;

9.5.2. monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.4 acima.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6731-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6732/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.383/2009-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3.1. Interessada: Maria Beatriz Maia Junqueira (130.301.836-53).

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. André Campos de Figueiredo Silva (63.580/OAB-MG) e outros, representando Maria Beatriz Maia Junqueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria da sra. Maria Beatriz Maia Junqueira, ordenando seu registro;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada;

9.3. autorizar o arquivamento deste processo.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6732-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 6733/2018 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº 033.469/2015-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ nº 32.884.108/0001-80) e Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF nº 310.702.215-20).

3.2. Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ nº 32.884.108/0001-80) e Lourival Mendes de Oliveira Neto (CPF nº 310.702.215-20).

4. Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio (CNPJ nº 32.884.108/0001-80).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pela Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e pelo seu presidente, Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, contra o Acórdão nº 7.246/2016 - 1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em decorrência de irregularidades detectadas na execução do Convênio nº 304/2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterados os termos do acórdão recorrido; e

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 24/2018 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6733-24/18-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Benjamin Zymler (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 59 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário das Câmaras

Aprovada em 18 de julho de 2018.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ATA Nº 26, DE 11 DE JULHO DE 2018
(SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 14 horas e 33 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), bem como do Procurador-Geral, em exercício, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado.

Ausentes, em férias, os Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas; em missão oficial, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira; e, com causa justificada, o Ministro Benjamin Zymler (v. Anexo IV).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 25, referente à sessão ordinária realizada em 4 de julho de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 5 e 11 de julho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 023.279/2018-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 023.269/2018-9
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 023.134/2018-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 013.501/2008-8
Interessado: UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA/UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Motivo do sorteio: Impedimento ou suspeição do relator atribuído por LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos que compõem o Plenário. Art. 39, VIII; parágrafo único do art. 151 do RITCU. Art. 11 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro Benjamin Zymler

Processo: 020.316/2018-6
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Conflito de competência
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos envolvidos no conflito de competência. Art. 34 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Processo: 023.148/2018-7
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Conflito de competência
Tipo do sorteio: Sorteio entre os ministros e ministros-substitutos envolvidos no conflito de competência. Art. 34 da Resolução-TCU 175/2005.
Relator sorteado: Ministro-Substituto Augusto Sherman

Recurso: 011.775/2011-4/R002
Recorrente: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S/A
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 006.978/2013-4/R002
Recorrente: Paulo César de Sousa Furtado
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 002.026/2014-7/R002
Recorrente: Daniel Vaz Freire/ OPÇÃO BRASIL
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 005.846/2014-5/R004
Recorrente: Raimundo Antônio de Macêdo
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 026.203/2015-4/R001
Recorrente: Aurino Oliveira Machado Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 020.109/2016-4/R001
Recorrente: Ernane Bilotte Primazzi
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 035.388/2017-0/R001
Recorrente: TELEMÁTICA ENGENHARIA E SISTEMA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 002.057/2018-2/R001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrente: Rita Maria Penha Xavier da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

COMUNICAÇÕES:

Da Presidência (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Convocação da sessão solene de outorga do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União para o dia 31 de outubro, às 10 horas, e emissão do Aviso Circular nº 1-GCMTCU/2018, solicitando aos Ministros a indicação, até o próximo dia 17 de agosto, de até dois nomes de personalidades nacionais ou estrangeiras a serem agraciadas.

Registro do recebimento do Aviso Interministerial AGU/CGU nº 2, no qual são tecidas diversas considerações acerca da atuação do Tribunal em relação aos acordos de leniência conduzidos e celebrados por aquelas instituições e da nota de esclarecimento da SeinfraOperações (ambos os documentos constam do Anexo I desta Ata). Dada a relevância da matéria, o Presidente Raimundo Carreiro deu ciência do assunto aos membros do Colegiado, para que, na condição de relatores dos respectivos processos, adotem as providências que entenderem necessárias e submetam a este Plenário as propostas que, nas suas compreensões, lhes pareçam as mais acertadas.

Registro de que os técnicos desta Corte responsáveis por atuar nos processos de fiscalização dos acordos de leniência têm atuado com a competência e dedicação que lhes são características e com o mais absoluto respeito ao inciso I do art. 86 de nossa Lei Orgânica (Lei nº 8.443/92).

Entre as fiscalizações iniciadas na última semana, destaque para auditoria no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, com a finalidade de avaliar a fiscalização e a inspeção agropecuária, bem como os processos administrativos decorrentes das infrações autuadas na execução dessas atividades.

Revisão do Plano Estratégico do TCU (PET 2015-2021), a fim de propiciar a atualização da estratégia face às mudanças de contexto ocorridas durante a vigência do referido documento, sob a coordenação da Seplan, em parceria com a Segecex.

Distribuição de publicação contendo a transcrição integral da segunda reunião do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública - Cecap, realizada no dia 3 de abril na Sala de Conferências Ministro Bento José Bugarin.

Do Ministro Vital do Rêgo (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Participação, no dia 5 de julho, de reunião com o Interventor Federal na Segurança Pública no Rio de Janeiro, General de Exército Walter Souza Braga Netto. Na ocasião, o Interventor apresentou a estruturação do gabinete de intervenção, historiando os principais fatos e dificuldades vivenciados desde o início das ações.

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Sugestão de que a Presidência convide os membros do Ministério Público Federal atuantes na força-tarefa da operação Lava-jato, para participar da discussão, agendada para a sessão reservada do Plenário do próximo dia 1º de agosto, sobre a decisão prolatada pelo Juiz Federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, que vedou a utilização, por esta Corte de Contas, dos elementos informativos e das provas produzidas no âmbito da mencionada operação.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1553 a 1565.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-006.194/2017-6, TC-011.817/2010-0, TC-014.583/2016-0, TC-014.919/2010-9, TC-022.832/2018-1, TC-024.434/2014-0, TC-028.038/2009-5 e TC-033.054/2010-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-015.107/2016-7, TC-018.944/2008-0 e TC-019.725/2017-5, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-025.285/2017-3, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-000.743/2011-9, TC-007.747/2015-2, TC-008.626/2016-2, TC-008.827/2018-4, TC-010.448/2017-9, TC-014.624/2014-1, TC-014.624/2016-8, TC-017.302/2018-8, TC-017.414/2018-0, TC-025.213/2016-4, TC-027.325/2016-4, TC-029.105/2017-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-001.118/2015-3, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-005.484/2018-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-001.054/2018-0, TC-011.958/2018-9 e TC-021.696/2013-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-006.569/2018-8, que trata de representação em face de irregularidades em contratações de empresa em cujo quadro social se encontram parentes do magistrado contratante, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. O voto proferido pelo relator consta do Anexo III desta Ata.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-007.860/2015-3, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos pactuados por meio de convênio que teve por objeto apoiar o evento "Circuito Goiano de Rodeio - Temporada 2008", cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, os Drs. Huilder Magno de Souza e Mariana de Carvalho Nery não compareceram para produzir sustentação oral em nome de Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes Melo. Acórdão 1568.

Na apreciação do processo TC-008.111/2015-4, que trata de tomada de contas especial instaurada em razão do não encaminhamento de toda a documentação exigida para a prestação de contas dos recursos pactuados por meio de convênio que teve por objeto apoiar o evento "18ª Exposição Agropecuária de Sanclerlândia", cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, os Drs. Huilder Magno de Souza e Mariana de Carvalho Nery não compareceram para produzir sustentação oral em nome de Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes Melo. Acórdão 1569.

Na apreciação do processo TC-005.490/2018-9, que trata de embargos de declaração interpostos por Coopertran contra decisão que referendou medida cautelar, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, a Presidência indeferiu, com base no caput e no § 9º do art. 168 do Regimento Interno, o pedido de sustentação oral requerido pelo Dr. Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima em nome de Coopertran Ltda, tendo em vista que o requerente não é parte nos autos e tratar-se de embargos de declaração. Acórdão 1559.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos art. 119, § 3º, do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-041.559/2012-6 (Ata nº 37/2017), que trata de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades cometidas na execução de contrato firmado entre o Dnit e a empresa DM Construtora de Obras Ltda. para realização de serviços emergenciais na rodovia BR-010/MA, trecho Divisa TO/MA-Divisa MA/PA, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro e revisor, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. A proposta do relator, por maioria, sagrou-se vencedora. Acórdão 1566.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-041.559/2012-6 - Acórdão 1566

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-007.860/2015-3 - Acórdão 1568
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-008.111/2015-4 - Acórdão 1569
Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-000.321/2018-4 - Acórdão 1567

TC-012.450/2018-9 - Acórdão 1570

TC-016.426/2015-0 - Acórdão 1571

TC-018.086/2018-7 - Acórdão 1572 - REFERENDO DE CAUTELAR

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-008.216/2010-0 - Acórdão 1573

TC-035.433/2017-5 - Acórdão 1574

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-012.647/2018-7 - Acórdão 1575

TC-028.838/2017-3 - Acórdão 1576

TC-028.943/2017-1 - Acórdão 1577

TC-029.156/2017-3 - Acórdão 1578

TC-029.198/2017-8 - Acórdão 1579

TC-029.623/2017-0 - Acórdão 1580

TC-029.624/2017-7 - Acórdão 1581

TC-030.144/2017-5 - Acórdão 1582

TC-031.845/2013-4 - Acórdão 1583
Nos termos do art. 28, inciso XI, do Regimento Interno, foi computado o voto do Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-008.834/2012-1 - Acórdão 1584

TC-016.212/2017-7 - Acórdão 1585
TC-025.041/2016-9 - Acórdão 1586

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição ao MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-011.764/2018-0 - Acórdão 1587

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-022.830/2018-9 - Acórdão 1588 - REFERENDO DE CAUTELAR

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-002.680/2012-2 - Acórdão 1589
O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho apresentou voto divergente, que foi vencido pela maioria do Colegiado.

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA, em substituição ao MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-013.815/2016-4 - Acórdão 1590
O Ministro-Substituto André Luís de Carvalho usou da palavra para discutir a matéria.

TC-035.919/2011-6 - Acórdão 1591
O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usou da palavra para discutir a matéria.

TC-035.857/2015-3 - Acórdão 1593
O Ministro Augusto Nardes, o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, o Ministro José Múcio Monteiro, os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho e o Presidente Raimundo Carreiro (art. 107 do RITCU) usaram da palavra para discutir a matéria.
Os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho apresentaram declarações de voto.

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-007.181/2012-4 - Acórdão 1592

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1553 a 1565, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1566 a 1593, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1553/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso por não atender os requisitos específicos de admissibilidade e dar ciência ao recorrente, do teor deste acórdão:

1. Processo TC-005.108/2015-2 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 012.051/2016-0 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela (42.255.075/0001-63); Nilo Mendes Figueiredo (049.512.477-04).
1.3. Recorrente: Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela (42.255.075/0001-63).
1.4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.9. Representação legal: Nilo Mendes Figueiredo Junior e outros, representando Nilo Mendes Figueiredo; Alessandra Pinto de Queiroz (147730/OAB-RJ) e outros, representando Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1554/2018 - TCU - Plenário

Considerando que a presente representação versa a respeito de irregularidades ocorridas no âmbito da Concorrência Sesc/DR-PE 005/2017, promovido pelo Serviço Social do Comércio - Departamento Regional em Pernambuco (Sesc/DR-PE), no valor global estimado de R$ 106.037.286,95;
Considerando que por meio do Acórdão Nº 1218/2018-TCU-Plenário, este Tribunal referendou, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno, a medida cautelar concedida por meio do despacho inserto à peça 28, suspendendo o andamento da Concorrência Sesc/DR-PE 005/2017 e determinando oitiva da entidade, até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito da matéria;
Considerando que, em resposta à oitiva realizada por esta Corte de Contas, o Sesc/DR-PE informou que optou pela anulação da Concorrência Sesc/DR-PE 005/2017;
Considerando que restou caracterizada a ocorrência de impropriedades na condução do procedimento licitatório, cuja concretização poderiam redundar em prejuízo à legalidade e à competitividade do certame.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade em:
1. conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;
2. revogar, com fulcro no art. 276, § 5º, do Regimento Interno/TCU, a medida cautelar concedida por este Tribunal, em razão do cancelamento do PE 150/2017 e da apreciação de mérito deste processo;
3. com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência das seguintes ocorrências ao Serviço Social do Comércio - Departamento Regional em Pernambuco, e determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que sejam instituídos mecanismos de controle com vistas à prevenção de ocorrência dessa falha e de outras semelhantes:
a) para fins de qualificação técnica dos licitantes, exigir comprovação de experiência para execução de "obra externas e urbanização" em quantitativos que não guardam proporção razoável com o total de serviços a serem executados na obra objeto da contratação, o que está em desacordo com a Súmula 263 do TCU e a jurisprudência desta Corte de Contas, consoante assentado nos Acórdãos 3663/2016-Primeira Câmara (Relator: Augusto Sherman), 1851/2015-Plenário, 244/2015-Plenário (Relator: Bruno Dantas), Acórdão 827/2014-Plenário (Relator: Augusto Sherman), Acórdão 1052/2012-Plenário (Relator: Marcos Bemquerer) e 737/2012-Plenário (Relator: Marcos Bemquerer);
b) falta de clareza do subitem 3.3.1, alínea 'b.4', para fins de qualificação técnica dos licitantes, o que desrespeita o princípio do julgamento objetivo, previsto no art. 3º da Lei de Licitações; e
c) não aceitar atestados que atendam aos requisitos do art. 62 da Resolução/Confea 1.025/2009, quando emitidos pela própria empresa licitante, configurando restrição à competitividade do certame licitatório.
4. comunicar ao Serviço Social do Comércio - Departamento Regional em Pernambuco, o inteiro teor desta deliberação
5. determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-014.804/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc No Estado de Pernambuco
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.5. Representação legal: Alessandro Luis Couto Rodrigues, representando Administração Regional do Sesc No Estado de Pernambuco; Alice Carneiro Leao Mendonca de Araujo (40025/OAB-PE) e outros, representando Walter Lopes Engenharia Ltda; Victor Luiz Weinstein de Azevedo (24691/OAB-PE) e outros, representando Cinzel Incorporacoes Imobiliarias Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1555/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação do Ministro de Estado da Saúde, Substituto, Sr. Adeilson Loureiro Cavalcante, de dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias para a apresentação do Relatório de Gestão como forma de prestação de contas do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará (NEMS/PA), relativamente ao exercício de 2017;
Considerando que o pedido de prorrogação de prazo deveu-se a troca de gestor deste NEMS/PA e consequente substituição de Apresentadores de Contas com poder de delegação, o que prejudicou a continuidade dos serviços;
Considerando que, segundo a Decisão Normativa TCU 163/2017, o órgão de controle interno deverá apresentar as peças de prestação de contas de sua responsabilidade até a data limite fixada no Anexo I, cabendo às autoridades supervisoras o prazo sucessivo de quinze dias;
Os ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU c/c com o art. 61, caput, da Resolução - TCU 259/2014 e ante as razões expostas pelo relator, em conhecer da solicitação e autorizar por mais 30 (trinta) dias, a contar desta deliberação e em caráter excepcional, que o Ministério da Saúde encaminhe a prestação de contas anual do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará (NEMS/PA) relativa ao exercício de 2017 e arquivar os presentes autos após dar ciência deste acórdão à autoridade solicitante e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará (NEMS/PA), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.065/2018-9 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará (00.394.544/0187-18).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1556/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação do Ministro de Estado da Integração Nacional, Senhor Antônio de Pádua de Deus Andrade, de dilação de prazo, até 1º de dezembro de 2022, para entrega de processos de tomadas de contas especiais instauradas pela extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
Considerando que a presente solicitação é formulada pelo Ministro da Integração Nacional, autoridade legitimada para tal, por força do previsto no artigo 11, § 2º, da IN TCU 71/2012;
Considerando que o Ministro justifica que, em cumprimento a Recomendação 001/2010 da Controladoria Geral da União, concentrou seus recursos materiais e humanos nas tomadas de contas especiais com maior valor relativo e, dentre essas, nas mais antigas;
Considerando que a justificativa apresentada pela autoridade é plausível, pois a inovação trazida pela IN TCU 71/2012 impôs um esforço adicional aos órgãos responsáveis pela instauração e organização das tomadas de contas especiais, principalmente aqueles que tenham em seu estoque processos antigos e/ou um número significativo de processos;
Considerando que as dificuldades vivenciadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste na condução das tomadas de contas especiais de sua alçada já são conhecidas pelo Tribunal, pois vêm sendo relatadas nos Relatórios de Gestão da unidade, que apontam como principal problema da área o estoque de tomadas de contas especiais das extintas Sudene (depois recriada) e Agência do Desenvolvimento do Nordeste (Adene);
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ACORDAM, em: conhecer da presente solicitação e dar-lhe provimento, com fundamento no artigo 11, § 2º, da Instrução Normativa TCU 71, de 28 de novembro de 2012; prorrogar, em caráter excepcional, até 1º de dezembro de 2022, o prazo para que o Ministério de Estado da Integração Nacional encaminhe as tomadas de contas especiais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e em arquivar estes autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-021.228/2018-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (03.353.358/0001-96)
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. recomendar à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que, em seus futuros Relatórios de Gestão, informe sobre o andamento de cada uma das tomadas de contas especiais acima elencadas, atentando, no exame das mesmas, para a verificação do prazo entre a data provável da ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis, de modo a não desperdiçar esforços em instrução de processos onde esse prazo exceda 10 (anos), o que dispensa a instauração de tomada de contas especial por força do previsto no art. 6º, II, da IN TCU 71/2012.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1557/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.044/2015-4 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
2. Apensos: 036.780/2016-2 (Cobrança Executiva); 036.781/2016-9 (Cobrança Executiva)
3. Recorrente: Marcone de Lima Borba (220.669.774-20)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Bezerros/PE
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
8. Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (29.702/OAB-PE)

9. Acordão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recurso de revisão interposto por Marcone de Lima Borba contra o Acórdão 5.397/2016 - 2ª Câmara.
Considerando que está correta a análise da Serur (peças 96 a 98) no sentido de que o recorrente não apresenta fatos novos, o que impede o cumprimento do requisito específico de admissibilidade previsto no inciso III do art. 35 da Lei 8.443/1992;
Considerando que também não foi alegada nenhuma das demais hipóteses em que se admite o recurso de revisão;
Considerando que a argumentação do recorrente restringe-se à apresentação de teses jurídicas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e nos termos do art. 35 da Lei 8.443/1992, em não conhecer do recurso de revisão, notificando o recorrente desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 1558/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação do prazo para atendimento dos subitens 9.2.2.2, 9.3.2.2 e 9.4.2.2 do Acórdão 595/2018-Plenário, por trinta dias, conforme solicitado, com fixação do novo vencimento em 25/7/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.257/2017-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Unidades: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Petróleo Brasileiro S.A.; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.5. Representação legal: Alcefredo Pereira de Souza (OAB/AM 3.002), Marlene de Fátima Ribeiro Silva (OAB/DF 9.583), Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238) e outros
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1559/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.490/2018-9 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO)
2. Embargante: Cooperativa de Transporte Rodoviário - Coopertran Ltda. (00.691.905/0001-55)
3. Unidade: Banco do Brasil S.A.
4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
4.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
5. Representante do Ministério Público: não atuou
6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP)
7. Representação legal: Jonas Sidnei Santiago de Medeiros Lima (OAB/DF 12.907)

8. Acordão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de embargos de declaração opostos pela Cooperativa de Transporte Rodoviário - Coopertran Ltda. em face do Acórdão 1.102/2018 - Plenário, que ratificou o despacho de peça 21, especialmente quanto à negativa do pedido de ingresso da representante como parte no processo.
Considerando que a autora do recurso é a representante e que o despacho de peça 21, ratificado pelo mencionado acórdão, explicitou adequadamente as razões pelas quais não se poderia admitir o ingresso da peticionária como parte no presente processo;
Considerando que o art. 287, § 1º, do RITCU é claro no sentido de que somente as partes e o Ministério Público junto ao Tribunal podem apresentar embargos de declaração; e
Considerando que a espécie recursal manejada se presta estritamente a aclarar a deliberação combatida quanto aos vícios de obscuridade, omissão e contradição, que não estão caracterizados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e nos termos dos art. 34 da Lei 8.443/1992, em não conhecer dos embargos de declaração de peça 41, dando-se ciência desta deliberação à embargante.

ACÓRDÃO Nº 1560/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar e arquivando-se o processo após cientificar o representante e o TRE/PA, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.413/2018-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Alex Mendes de Souza - EPP (14.986.916/0001-77)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA)
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 19/2018 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1561/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 264 e 265, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como consulta, eis que ausentes os requisitos de admissibilidade;

b) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Sra. Ivone Silva dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Serra do Navio no Estado do Amapá; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-016.056/2018-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Serra do Navio/AP (34.925.230/0001-83).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Serra do Navio/AP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 29/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1562/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução à peça 58 destes autos, em:

a) considerar cumprida a determinação prolatada por meio do subitem 9.6 do Acórdão 360/2015-TCU-Plenário, alterado pelos Acórdãos 815/2015 e 1.415/2015, ambos do Plenário;

b) apensar os presentes autos ao TC-023.731/2010-9, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução/TCU 259/2014 e do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1. Processo TC-009.060/2015-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Fransergio Alves Rocha (831.362.581-34)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Riachinho - TO
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1563/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão 602/2017 - Plenário, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o parecer da Secex/PB:

1. Processo TC-025.781/2016-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Aline Alves Batista (044.181.594-44); Empresa Paulo Ernesto do Rego Filho (02.035.769/0001-70); Jair da Silva Ramos (676.528.674-87); João Paulo Barbosa Leal Segundo (009.930.624-74); Lindolfo Pires Neto (368.594.434-72); Luciana Torres Maroja Santos (491.602.223-87); Maria do Socorro Cardoso (645.241.834-34); Ronilson Barbosa Dias (036.477.204-29); Severino Pinho de Souza (020.599.594-20); Valbério de Farias (065.943.804-60); Walfredo Leal Costa Junior (692.310.954-04)
1.2. Órgão/Entidade: Município de São Sebastião de Lagoa de Roça/PB; Município de Boqueirão/PB, Município de Caturité/PB; Município de Alagoa Nova/PB; Secretaria de Estado de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 23/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1564/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.0569/2018 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão de 9/5/2018 (Ata nº 16/2018), no que concerne aos seus itens 9.2.4; 9.2.6 e 9.2.8, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/RJ, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

a) onde se lê:

"9.2.4. (...)

VALOR	DATA
403,00	31/03/2009
465,00	08/05/2009
465,00	28/05/2009
465,00	29/06/2009
465,00	30/07/2009
465,00	28/08/2009
465,00	01/10/2009
465,00	29/10/2009
465,00	30/11/2009

leia-se:

"9.2.4. (...)

VALOR	DATA
403,00	31/03/2009
465,00	08/05/2009
465,00	28/05/2009
465,00	29/06/2009
465,00	30/07/2009
465,00	28/08/2009
465,00	01/10/2009
465,00	29/10/2009
465,00	30/11/2009
465,00	29/12/2009

b) onde se lê:

"9.2.6. (...)

VALOR	DATA
28,00	02/02/2009
415,00	02/02/2009
465,00	02/03/2009
465,00	01/04/2009
465,00	04/05/2009
465,00	01/06/2009
465,00	02/07/2009
465,00	03/08/2009
465,00	01/09/2009
465,00	01/10/2009
465,00	03/11/2009
465,00	01/12/2009
465,00	07/01/2010
510,00	02/02/2010
510,00	01/03/2010
510,00	01/04/2010
510,00	03/05/2010
510,00	01/06/2010
510,00	02/07/2010
510,00	03/08/2010
28,00	02/02/2009
415,00	02/02/2009
465,00	02/03/2009
465,00	01/04/2009
465,00	04/05/2009
465,00	01/06/2009
465,00	02/07/2009
465,00	03/08/2009
465,00	01/09/2009

leia-se:

"9.2.6. (...)

VALOR	DATA
28,00	02/02/2009
415,00	02/02/2009
465,00	02/03/2009
465,00	01/04/2009
465,00	04/05/2009
465,00	01/06/2009
465,00	02/07/2009
465,00	03/08/2009
465,00	01/09/2009
465,00	01/10/2009
465,00	03/11/2009
465,00	01/12/2009
465,00	07/01/2010
510,00	02/02/2010
510,00	01/03/2010
510,00	01/04/2010
510,00	03/05/2010
510,00	01/06/2010
510,00	02/07/2010
510,00	03/08/2010

c) onde se lê:

"9.2.8. (...)

VALOR	DATA
263,00	03/02/2009
465,00	03/03/2009
465,00	07/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	05/06/2009
465,00	03/07/2009
465,00	07/08/2009
465,00	03/09/2009
465,00	06/10/2009

leia-se:

"9.2.8. (...)

VALOR	DATA
263,00	03/02/2009
465,00	03/03/2009
465,00	07/04/2009
465,00	05/05/2009
465,00	05/06/2009
465,00	03/07/2009
465,00	07/08/2009
465,00	03/09/2009
465,00	06/10/2009
465,00	10/11/2009
465,00	07/12/2009
465,00	05/01/2010

1. Processo TC-010.485/2017-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Luiz Henrique Nunes da Silva (CPF 504.695.177-00).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1565/2018 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.7 do Acórdão 1.879/2017 proferido pelo Plenário do TCU no bojo do TC 011.182/2015-6, ao cuidar das obras de construção da Usina Termelétrica (UTE) de Mauá 3, diante da irregular manutenção da suspensão da execução do Contrato OC 83.599/2012 pela Construtora Andrade Gutierrez S.A. no período total de 596 dias;

Considerando que, no presente momento, trata-se exclusivamente da proposta formulada pela SeinfraElétrica à Peça 57 com vistas à prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.9 do aludido Acórdão 1.879/2017-Plenário;

Considerando que o aludido item 9.9 do Acórdão 1.879/2017 foi proferido pelo Plenário do TCU nos seguintes termos:

"(...) *9.9. determinar à controladora Eletrobras, com base no art. 45 da Lei nº. 8.443/1992, que encaminhe a esta Corte de Contas todos os relatórios produzidos pelo escritório americano Hogan Lovells sobre irregularidades no empreendimento de obras da UTE Mauá 3, no prazo de 15 (quinze) dias após a conclusão dos trabalhos;*"

Considerando que, em atenção ao referido item 9.9 do Acórdão 1.879/2017-Plenário, a Eletrobras suscitou a impossibilidade de apresentação dos aludidos relatórios, em face, especialmente, de: (i) suposto sigilo da relação cliente-advogado; (ii) suposta interpretação por parte de terceiros e, especialmente, pelos autores de ações judiciais contra a empresa nos EUA, alegando que a estatal estaria abrindo mão do sigilo dos relatórios, ao entregá-los ao TCU; e (iii) evidente importância das referidas informações;

Considerando, contudo, que esses argumentos apresentados pela Eletrobras não merecem prosperar, diante, especialmente, dos seguintes motivos:

(i) a competência outorgada ao TCU, pelo art. 71, IV e IX, da CF88, alcança não apenas a avaliação da regularidade na contratação em si, mas também a apuração da regularidade da execução contratual, avaliando a prestação dos serviços e as entregas de produtos tangíveis, a exemplo dos citados relatórios;

(ii) o sigilo suscitado pela Eletrobras, a partir do art. 5º, XIV, da CF88 e, no caso da advocacia, do Código de Ética da OAB (arts. 35 a 38), não afastaria o acesso do TCU sobre as aludidas informações;

(iii) o sigilo previsto no aludido Código de Ética da OAB é imposto ao advogado, mas não ao tomador de serviço;

(iv) o STF reconhece a prerrogativa conferida pela CF88 ao TCU para o efetivo acesso a informações sigilosas dentro do exercício das suas competências (v. g.: MS 33.340-DF); e

(v) o simples fornecimento de informações ao TCU não se consubstanciaria na abertura do sigilo, até porque o correspondente sigilo será devidamente salvaguardado no âmbito do TCU, nos termos da Lei nº 12.527 (Lei de Acesso a Informação), de 2011;

Considerando, enfim, que a proposta formulada pela unidade técnica tende a permitir que os dirigentes da Eletrobras atentem para a necessidade de não sonegar informações ao TCU, já que, ao agirem assim, podem ser devidamente punidos em sintonia com a legislação aplicável, além de poderem passar a responder solidariamente pelo eventual dano ao erário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tagColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 42, § 1º, da Lei nº 8.443, de 1992, em fixar excepcionalmente o novo prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, para que o Diretor-Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), além dos demais gestores da aludida empresa estatal, promovam o efetivo cumprimento ao item 9.9 do Acórdão 1.879/2017-TCU-Plenário, alertando-os, desde já, no sentido de que o não atendimento às determinações do TCU pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268 do RITCU, sem a prévia audiência dos responsáveis, além da possível responsabilização solidária pelo eventual dano ao erário, sem prejuízo de o TCU prolatar a determinação abaixo, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-030.138/2017-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Faria de Paiva (CPF 412.893.746-00); Construtora Andrade Gutierrez S.A. (CNPJ 17.262.213/0001-94); Edvaldo Luís Risso (CPF 005.199.978-16); Francisco Paulo Almeida da Rocha (CPF 192.643.992-91); Joaquim Antônio de Carvalho Brito (CPF 111.238.264-04); José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior (524.117.291-20); José da Costa Carvalho Neto (CPF 044.602.786-34); Luís Hiroshi Sakamoto (CPF 098.737.591-15); Luiz Armando Crestana (CPF 197.843.090-68); Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91); Marcos Vinícius de Almeida Nogueira (CPF 317.578.981-15); Pedro Mateus de Oliveira (CPF 135.789.286-15); Radyr Gomes de Oliveira (CPF 119.281.152-68); Ronaldo Ferreira Braga (CPF 075.198.183-49) e Tarcísio Estefano Rosa (CPF 299.887.729-04).

1.2. Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

1.6. Representação legal: Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB/AM 6.142), e outros representando a Amazonas Distribuidora de Energia S.A;

1.7. Determinar à SeinfraEletrica que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Eletrobras, para ciência, ressaltando que o não atendimento às determinações do TCU pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268 do RITCU, sem a prévia audiência dos responsáveis, além da possível responsabilização solidária pelo eventual dano ao erário.

ACÓRDÃO Nº 1566/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.559/2012-6

2. Grupo II - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto (Diretor de Engenharia do extinto DNER, CPF 020.109.818-04), Antônio Máximo da Silva Filho (Chefe do Setor de Melhoramentos e Restauração/15 do extinto DNER, CPF, 022.328.803-97), Francisco Augusto Pereira Desideri (Chefe de Divisão de Construção do extinto DNER, CPF 310.929.347-15), Genésio Bernardino de Souza (Diretor-Geral do extinto DNER, CPF 001.702.916-34, falecido), Gerardo de Freitas Fernandes (Chefe do Serviço. Engenharia Rodoviária/15 do extinto DNER, CPF 062.944.483-87), Leônidas Soriano Caldas Neto (Chefe do 15º DRF do extinto DNER, CPF 054.805.743-53), Maurício Hasenclever Borges (Diretor-Geral do extinto DNER, CPF 006.996.756-34) e DM Construtora de Obras Ltda. (CNPJ 76.483.726/0001-94)

4. Unidade: Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão (DNIT/MA)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA)

8. Advogados constituídos nos autos: Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903), Roger Santos Ferreira (OAB/PR 29.960) e outros

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 2.948/2011 - Plenário, proferido em auditoria realizada no 15º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (15º DRF/DNER), atual Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte no Estado do Maranhão (DNIT/MA), em decorrência de suposto superfaturamento no Contrato PG 141/99, celebrado entre a autarquia e a empresa DM Construtora de Obras Ltda., para realização de serviços emergenciais "*na Rodovia BR-010-MA, trecho Div. TO/MA - Div. MA/PA, subtrecho entr. BR-222 (B) (Açailândia) (km. 289,20) - Div. MA/PA (Itinga) (km 348,10), segmento km 307,14 - km 307,65 (Travessia do Corpo Estradal sobre o Rio Perdidos)*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade de Alfredo Soubihe Neto, Antônio Máximo da Silva Filho, Genésio Bernardino de Souza, Leônidas Soriano Caldas Neto e Maurício Hasenclever Borges em relação ao débito tratado nesta tomada de contas especial;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3°, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Francisco Augusto Pereira Desideri, de Gerardo de Freitas Fernandes e da DM Construtora de Obras Ltda. e condená-los, solidariamente, ao recolhimento, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, de R$ 67.640,72 (sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e dois centavos) e R$ 366.724,15 (trezentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), atualizados monetariamente a partir de 28/12/1999 e de 19/1/2000, respectivamente, e acrescidos de juros de mora de 5/5/2015 até a data do pagamento;

9.3. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1566-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Revisor).

13.3. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: André Luís de Carvalho (Revisor).

ACÓRDÃO Nº 1567/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.321/2018-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Representante: Afluir Negócios e Tecnologias em Informática Eireli-EPP (CNPJ 06.264.574/0001-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal:

8.1. Representação legal: José Luiz Bueno Barbosa (peça 1);

8.2. Leonardo Estevam Maciel Campos Marinho (OAB-DF 23.119) e outros, representando Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda. (peça 86);

8.3. Jonas Cecílio (OAB-DF 14.344) e outros, representando Core Consultoria e Serviços Ltda. (peça 29).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Afluir Negócios e Tecnologias em Informática Eireli-EPP (CNPJ 06.264.574/0001-53), noticiando supostos direcionamento e sobrepreço verificados em processos licitatórios destinados a soluções de Registro Eletrônico de Saúde utilizando o padrão OpenEHR, objetos dos Pregões Eletrônicos SRP 35/2017 e SRP 36/2017 (peças 2 e 3, p. 1),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar adotada por meio do despacho contido na peça 15 destes autos, referendada pelo Acórdão 31/2018-TCU-Plenário e mantida pelo Acórdão 605/2018-TCU-Plenário;

9.3. assinar prazo de 15 (quinze) dias para que o Ministério da Saúde, com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c artigo 45 da Lei 8.443/992, adote as seguintes medidas, necessárias ao exato cumprimento da lei:

9.3.1. anule o Pregão Eletrônico para Registro de Preços 35/2017, na forma do art. 49, caput, da Lei 8.666/1993, e declare a nulidade do contrato administrativo dele decorrente, em razão do disposto no art. 49, § 2º, e na forma do art. 59, todos daquela mesma Lei, devendo ser devolvida a parcela do objeto recebida e ressarcidos os pagamentos eventualmente recebidos pelos contratados aos cofres do Tesouro Nacional;

9.3.2. anule o Pregão Eletrônico para Registro de Preços 36/2017, na forma do art. 49, caput, da Lei 8.666/1993, e declare a nulidade do contrato administrativo dele decorrente, em razão do disposto no art. 49, § 2º, e na forma do art. 59, todos daquela mesma Lei, devendo ser devolvida a parcela do objeto recebida e ressarcidos os pagamentos eventualmente recebidos pelos contratados aos cofres do Tesouro Nacional;

9.4. dar ciência ao Ministério da Saúde sobre as seguintes impropriedades:

9.4.1. a exigência do subitem 17.1.3 do termo de referência do PE SRP 35/2017, que impõe ao licitante ter prestado serviços utilizando exatamente o mesmo modelo de referência a ser utilizado no objeto, sem justificar o motivo de não serem aceitos outros modelos de referência ou tecnologias que eventualmente guardem similaridade com aquele, possivelmente restringe a competição e afronta o art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 134/2017, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, 1.742/2016, da relatoria do Ministro Bruno Dantas, e 1.585/2015, da relatoria do Ministro-Substituto André de Carvalho, dentre outros;

9.4.2. a ausência de levantamento adequado das soluções disponíveis no mercado, relativamente ao estudo técnico preliminar do PE SRP 36/2017, afronta o disposto no art. 12 da IN MP/SLTI 4/2014;

9.5. deferir o pedido formulado pela empresa Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda. para ingresso como parte interessada no processo, à luz dos arts. 144 e 146 do Regimento Interno do TCU;

9.6. reconhecer, de ofício, com fundamento no art. 144, § 2º, do Regimento Interno do TCU, a empresa Core Consultoria e Serviços Ltda. como parte interessada no processo;

9.7. dar ciência do presente acórdão ao Ministério da Saúde, ao representante e às empresas Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda. e Core Consultoria e Serviços Ltda.;

9.8. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) que monitore o cumprimento desta deliberação, nos termos do art. 243, do Regimento Interno do TCU; e

9.9. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1567-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1568/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.860/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Claudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Edlane Karina Mendes da Silva (042.392.604-77); Ideia 7 Comunicação e Marketing Ltda. - ME (07.158.872/0001-21); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39) e Ricardo Lima da Silva (030.480.644-78).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal:

8.1. Julio Wglesio Neres Magalhães (30.570/OAB-GO) e outros, representando Ideia 7 Comunicação e Marketing Ltda. - ME.

8.2. Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor da entidade Premium Avança Brasil e da Sra. Cláudia Gomes de Melo, na condição de presidente dessa entidade, em razão de irregularidades afetas ao Convênio 1280/2008 (SICONV 700391),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel para todos os efeitos a Sra. Edlane Karina Mendes da Silva, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos dos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ricardo Lima da Silva, aproveitando à Sra. Edlane Karina Mendes da Silva os argumentos aduzidos pelo referido responsável, com base no art. 161 do Regimento Interno do TCU;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela entidade Premium Avança Brasil, pela Sra. Cláudia Gomes de Melo e pela empresa Ideia 7 Comunicação e Marketing Ltda. - ME (CNPJ 07.158.872/0001-21);

9.4. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Premium Avança Brasil, Cláudia Gomes de Melo e da empresa Ideia 7 Comunicação e Marketing Ltda. - ME, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU),

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
18/12/2008	300.000,00 (Débito)
14/1/2009	300,00 (Crédito)

9.5. aplicar aos responsáveis a seguir identificados, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.5.1. Premium Avança Brasil, R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

9.5.2. Cláudia Gomes de Melo, R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

9.5.3. Ideia 7 Comunicação e Marketing Ltda. - ME, R$ 90.000,00 (noventa mil reais);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.8. considerar graves as infrações cometidas por Cláudia Gomes de Melo;

9.9. aplicar à Cláudia Gomes de Melo a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 6 (seis) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.10. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992;

9.11. remeter cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações judiciais que entender cabíveis;

9.12. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1568-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1569/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.111/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Claudia Gomes de Melo (478.061.091-53); Elo Brasil Produções Ltda. - Me (10.760.664/0001-02); Mauro Garcez Mourão (044.917.961-30); Premium Avança Brasil (07.435.422/0001-39).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal:

8.1. Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Claudia Gomes de Melo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor da entidade Premium Avança Brasil e da Sra. Cláudia Gomes de Melo, na condição de presidente dessa entidade, em razão de irregularidades afetas ao Convênio 785/2009 (SICONV 704311),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os efeitos a empresa Elo Brasil Produções Ltda. e o Sr. Mauro Garcez Mourão, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos dos arts. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 e 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, as contas de Premium Avança Brasil, Cláudia Gomes de Melo, Elo Brasil Produções Ltda. e Mauro Garcez Mourão, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir de 23/11/2009, até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional;

9.3. aplicar aos responsáveis a seguir identificados, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente entre a data do presente acórdão e a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Premium Avança Brasil, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

9.3.2. Cláudia Gomes de Melo, R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

9.3.3. Elo Brasil Produções Ltda.- ME, R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.3.4. Mauro Garcez Mourão, R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. considerar graves as infrações cometidas por Cláudia Gomes de Melo;

9.7. aplicar à Cláudia Gomes de Melo a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 6 (seis) anos, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, nos termos do art. 61 da Lei 8.443/1992;

9.9. remeter cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações judiciais que entender cabíveis;

9.10. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1569-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1570/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.450/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Interessados/Responsáveis/Representante:

3.1. Interessados: Orangelife Comércio e Indústria Ltda. (09.449.181/0001-02) e Procuradoria da República/DF - MPF/MPU (26.989.715/0012-65).

3.2. Representante: Procurador da República João Gabriel Morais de Queiroz.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal:

8.1. Vinicius Fonseca dos Santos e Silva (38.981/OAB-DF) e outros, representando Orangelife Comércio e Indústria Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Ministério da Saúde relacionadas à contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa Orangelife Comércio e Indústria Ltda., para o fornecimento de 400.000 unidades de testes diagnósticos de HIV, com valor estimado de R$ 13.920.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer a presente representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência ao Ministério da Saúde de que a ausência de justificativa suficiente para respaldar a contratação por inexigibilidade de licitação, consoante verificado no processo 25000.483635/2017, referente à aquisição do autoteste Action (Termo de Referência 3875), afronta o disposto no art. 26, parágrafo único, inciso II, da Lei 8.666/93;

9.3. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério da Saúde que, em futuras aquisições de autoteste por punção digital, para diagnóstico in vitro referente à determinação qualitativa de anticorpos contra o HIV I e II, adote, de maneira tempestiva, as medidas necessárias à realização do devido procedimento licitatório, nos termos da Lei 8.666/93, tendo em vista a existência do registro, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de novo autoteste por punção digital;

9.4. dar ciência desta decisão ao Ministério da Saúde, à empresa Orangelife Comércio e Indústria Ltda. e à Procuradoria da República no Distrito Federal / Ministério Público Federal/1º Ofício de Combate à Corrupção, Exmo. Sr. Procurador João Gabriel Morais de Queiroz; e

9.5. autorizar o arquivamento do presente processo, após a adoção das providências determinadas neste julgado e a efetivação das competentes comunicações, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1570-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1571/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.426/2015-0.

1.1. Apenso: 006.502/2017-2

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Monitoramento).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação (05.465.986/0008-65).

3.2. Recorrente: Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação (05.465.986/0008-65).

4. Órgãos/Entidades: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 1.567/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério da Integração Nacional e à Secretaria Nacional de Defesa Civil.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1571-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1572/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.086/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1: PJF Almeida Construções e Serviços Eireli - ME (CNPJ 13.777.403/0001-93)

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas (Dnocs).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com proposta de medida cautelar, apresentada pela empresa PJF Almeida Construções e Serviços Eireli - ME, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 001/2018-DA/L (Processo 59400.002743/2018), conduzida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), com vistas à contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de implantação da barragem Barbosa, no Município de Lavras da Mangabeira/CE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. referendar a medida cautelar adotada em 9/7/2018, por meio do despacho à peça 10 destes autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado despacho;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), e à empresa PJF Almeida Construções e Serviços Eireli - ME.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1572-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1573/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.216/2010-0.

1.1. Apensos: TC 003.357/2011-2; TC 014.770/2015-6

2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Luiz Antonio Pagot (CPF 435.102.567-00), ex-diretor geral do Dnit, e Silvio Figueiredo Mourão (CPF 729.316.637-00), ex-coordenador geral de Custos de Infraestrutura do Dnit

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: SeinfraRodoviaAviação

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase, de análise das razões de justificativa apresentadas por Luiz Antônio Pagot e Silvio Figueiredo Mourão, em resposta a audiência determinada pelo Acórdão 2.490/2010 - Plenário, tendo em vista irregularidades verificadas em auditoria realizada na construção da ponte sobre o Rio Madeira na BR-319/RO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, antes as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Silvio Figueiredo Mourão;

9.2. rejeitar as razões de justificativa de Luiz Antônio Pagot e aplicar-lhe multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência dessa deliberação aos responsáveis;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1573-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1574/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-035.433/2017-5

2. Grupo I, Classe II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência (CPIPREV)

4. Unidades: Ministério da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexPrevidência

8. Representante legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação formulada pelo 1º Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência (CPIPREV), por meio da qual se informa ao Presidente do TCU da disponibilidade, na internet, do relatório final da comissão, ressaltando a existência de recomendações a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 15, inciso II e § 2º, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1 prorrogar o prazo para atendimento da solicitação por 90 (noventa) dias;

9.2 remeter cópia desta deliberação à Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência;

9.3 considerar em atendimento a solicitação objeto deste processo.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1574-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1575/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.647/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados: Tribunal de Contas da União, Congresso Nacional.

4. Entidade: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Solicitação do Congresso Nacional, por meio da qual é submetido ao Tribunal, pelo Exmo. Deputado Roberto de Lucena, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, requerimento para que seja realizada fiscalização com o objetivo de examinar a regularidade na aplicação dos recursos federais recebidos pela Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), sediada no município de Pouso Alegre/MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. autorizar, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 239, inciso I, do Regimento Interno do TCU, a realização da auditoria de conformidade junto à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, podendo se estender aos demais atores responsáveis pelo repasse de recursos públicos da União, com o objetivo de aferir a regularidade dos atos adotados nas diversas fases que compuseram a execução da despesa, frente à eventual situação de endividamento da FUVS, fixando-se o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a finalização do relatório de auditoria;

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais que inclua, no Plano Operacional da Segecex 2018/2019, a auditoria de conformidade a ser realizada, nos termos do art. 14, inciso II, da Resolução TCU 215/2008; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Exmo. Deputado Roberto de Lucena, informando-lhe que, tão logo sejam concluídos os trabalhos de fiscalização, ser-lhe-á dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas pelo Tribunal.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1575-26/18-P.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1576/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.838/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Responsáveis: não há.

4. Entidades: Município de Boa Vista/RR; Município de Rorainópolis/RR; Município de São Luiz/RR; Caixa Econômica Federal (CEF); e Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex-RR).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada nos municípios de Boa Vista/RR, Rorainópolis/RR e São Luiz/RR, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1 determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), ao Município de Boa Vista/RR, que exija da(s) empresa(s) contratada(s) a lista de placas dos caminhões utilizados no transporte e descarte do material de bota-fora e confronte os valores cobrados pela empresa com os quantitativos de material que efetivamente foram retirados e com o quantitativo de descarte registrados pela empresa que controla o aterro municipal, informando a este Tribunal, no prazo de trinta dias, o resultado da verificação e as providências tomadas;

9.2 realizar, com fulcro no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU (RITCU), a oitiva do Município de Rorainópolis/RR, da Caixa Econômica Federal e da empresa Essencial Serviços e Comércio LTDA ME, para que, com relação aos Contratos de Repasse 790549/2013 e 800636/2013, se manifestem quanto:

9.2.1 à inexecução parcial do objeto, informando quais serviços foram concluídos e quais continuam pendentes;

9.2.2. à serventia/utilidade dos serviços concluídos;

9.2.3. às providências para uma possível retomada e conclusão das obras.

9.3. dar ciência, com fundamento no art. 250, inciso III, do RITCU:

9.3.1. aos municípios de Rorainópolis/RR e de São Luiz/RR que a escolha não fundamentada dos objetos dos contratos de repasse firmados no âmbito da Ação 1D73, a exemplo do ocorrido no âmbito dos Contratos de Repasse 790549/2013, 800636/2013 e 794142/2013, contraria o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição Federal, e o Manual para Apresentação de Propostas - Programa 2054, de acordo com o qual a escolha do tipo da intervenção deve buscar a melhor relação custo-efetividade e o local deve atender ao maior número de famílias possível, de modo a ampliar o alcance dos recursos destinados ao projeto;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima que monitore o atendimento à determinação contida no subitem 9.1 desta decisão.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1576-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1577/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.943/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Responsável: José Ronaldo de Carvalho (054.116.885-15).

4. Entidades: Município de Feira de Santana - BA; Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no município de Feira de Santana/BA, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Prefeitura do Município de Feira de Santana/BA que, no prazo de quinze dias, adote as seguintes providências relacionadas ao Contrato de Repasse 01029156-93 (Siafi 829714):

9.1.1. encaminhe informações atualizadas acerca da execução físico-financeira das obras, os serviços concluídos e pendentes, bem como o prazo previsto para a conclusão das obras;

9.1.2. manifeste-se sobre a compatibilidade da execução físico-financeira das obras e informe as medidas adotadas para corrigir desconformidades porventura existentes;

9.2. dar ciência ao Município de Feira de Santana que:

9.2.1. a escolha não fundamentada dos objetos dos contratos de repasse firmados no âmbito da Ação 1D73, a exemplo do ocorrido no âmbito dos Contratos de Repasse 01029156-93 e 1008080-23, contraria o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição Federal, e o Manual para Apresentação de Propostas - Programa 2054, de acordo com o qual a escolha do tipo da intervenção deve buscar a melhor relação custo-efetividade e o local deve atender ao maior número de famílias possível, de modo a ampliar o alcance dos recursos destinados ao projeto;

9.2.2. a contratação de empresa cujo quadro societário seja composto por servidor do município à época da assinatura do ajuste, como ocorrido no Contrato de repasse 1008080-23, em virtude da contratação da empresa 5M Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 09.022.141/0001-80) que, em julho/2015, possuía a servidora Mônica Santana de Jesus (CPF 032.902.625-96) no quadro societário, contraria o art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1577-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1578/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.156/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidades: Município de Horizonte/CE; Município Paracuru/CE; Caixa Econômica Federal (CEF); e Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada nos municípios de Horizonte/CE e Paracuru/CE, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário em:

9.1 dar ciência aos municípios de Horizonte/CE e Paracuru/CE que a escolha não fundamentada dos objetos dos contratos de repasse firmados no âmbito da Ação 1D73, a exemplo do ocorrido no âmbito dos Contratos de Repasses 767977/2011 e 790294/2013, contraria o princípio da eficiência, disposto no art. 37 da Constituição Federal, e o Manual para Apresentação de Propostas - Programa 2054, de acordo com o qual a escolha do tipo da intervenção deve buscar a melhor relação custo-efetividade e o local deve atender ao maior número de famílias possível, de modo a ampliar o alcance dos recursos destinados ao projeto;

9.2 dar ciência desta deliberação e do Relatório de Fiscalização 416/2017 aos municípios de Horizonte/CE e Paracuru/CE; e

9.3 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1578-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1579/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.198/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidades: Município de Tarauacá/AC; Caixa Econômica Federal (CEF); e Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no Município de Tarauacá/AC no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário em:

9.1. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RITCU), à Caixa Econômica Federal, Gerência Executiva de Governo em Rio Branco (Gigov/RB), que, com relação ao Contrato de Repasse Siconv 804327/2014:

9.1.1. não realize novos pagamentos até que seja assinado termo aditivo promovendo o ajuste dos quantitativos inicialmente previstos no projeto, de modo a adequar as dimensões das vias às dimensões de fato executadas e, por consequência, os quantitativos contratados, medidos e pagos, caso o ajuste ainda esteja vigente; ou

9.1.2. adote as medidas necessárias para restituição de potencial prejuízo ao erário, a exemplo da abertura de tomada de contas especial, caso o contrato tenha sido encerrado sem a devida correção dos quantitativos medidos e pagos;

9.2. dar ciência ao Ministério das Cidades sobre a existência de falha no acompanhamento do Contrato de Repasse Siconv 804327/2014, realizada pela Gerência Executiva de Governo em Rio Branco (Gigov/RB), que não foi capaz de identificar divergência significativa entre o projeto da obra e sua execução, tendo em vista que as dimensões de pavimentação executadas nas Ruas Projetadas 1, 2 e 3 não são compatíveis com as quantidades projetadas/contratadas, medidas e pagas, fato que afrontou o disposto no art. 5º, inciso II e § 1º, inciso I, da Portaria Interministerial MPOG/CGU 507/2011 c/c Cláusula Segunda, item 2.1, inciso III, no Anexo ao Contrato de Repasse - Condições Gerais - Setor Público;

9.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1579-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1580/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.623/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidades: Município de Marechal Deodoro/AL; Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no Município de Marechal Deodoro/AL, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário em:

9.1. dar ciência ao Município de Marechal Deodoro que não exigir da empresa contratada a reparação, correção e reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultante da execução ou materiais empregados, conforme identificado na execução dos serviços de pavimentação da Avenida Benedito Agnelo, pela empresa H L Construções e Serviços Ltda., no âmbito do Contrato 26/2015, afronta o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório de Fiscalização 425/2017, à Caixa Econômica Federal - Gerência de Filial de Governo de Maceió (Gigov/AL); e

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1580-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1581/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.624/2017-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Município de União dos Palmares/AL, Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no Município de União dos Palmares, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário em:
9.1. dar ciência ao Município de União dos Palmares que não manter os documentos relacionados aos contratos de repasse firmados com a União Federal, conforme identificado em relação ao processo licitatório relacionado aos Contratos de Repasses 1014.543-36/2014 (Siconv 801369/2014) e 1018.219-06/2014 (Siconv 806063/2014), afronta o disposto no art. 3º, *caput* e §§ 3º e 4º, da Portaria Interministerial 507/2011;
9.2. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1581-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1582/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.144/2017-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidades: Município de Carmo do Cajuru/MG; Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no Município de Carmo do Cajuru/MG, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário em:
9.1. dar ciência ao Município de Carmo do Cajuru/MG, com vistas a prevenir a repetição de falhas de mesma natureza daquelas ocorridas no âmbito do Contrato de Repasse 0366.328-88/2011, que:
9.1.1. a não apresentação de toda a documentação atinente às contratações realizadas com recursos federais, a exemplo da ausência de informações sobre as distâncias médias de transporte, impede que seja atestada a devida execução do objeto pelos órgãos de controle interno e externo e contraria o termo do contrato de repasse, em sua cláusula 11.1;
9.1.2. o atraso na execução das obras de pavimentação, cujo prazo inicial passou de quatro meses para quatro anos, retarda o alcance do interesse público e o benefício à população, contrariando o princípio constitucional da eficiência;
9.1.3. a ausência dos documentos de acompanhamento da obra, tais como o diário de obras e os relatórios do fiscal do empreendimento, contraria o art. 67 da Lei 8.666/1993;
9.1.4. a não comprovação da publicação no Diário Oficial da União dos termos aditivos firmados no âmbito do Contrato Administrativo 188/2012 (2º TA, de 27/5/2014 e 4º TA, de 29/1/2016), celebrado entre a Prefeitura de Carmo de Cajuru e a Empresa de Conservação Brasileira (Emconbras), contraria o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;
9.1.5. a prorrogação de contratos já extintos pelo término da vigência, em regra geral, contraria a jurisprudência desta Casa, a exemplo do Acórdão 127/2016-TCU-Plenário;
9.1.6. ausência de motivação para o acréscimo de 20,27% no valor do contrato celebrado com a empresa Reginaldo Roberto de Carvalho - ME contraria o art. 65 da Lei 8.666/1993;
9.2. encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais cópia do Relatório de Fiscalização 446/2017 e do relatório e voto que fundamentam a presente decisão, para que adote as providências que entender cabíveis com relação aos problemas apontados no loteamento do bairro Vitória do Município de Carmo do Cajuru/MG;
9.3. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1582-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1583/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.845/2013-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso Administrativo.
3. Recorrentes: Vagner Cavalheiro Prieb (822.551.210-34) e União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União (TCU).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Administração (Segedam).
8. Advogados constituídos nos autos: Elaine Cristina Gomes, OAB/DF 26.873; Leonardo Tavares Chaves, OAB/DF 25.672; Lorena da Silva Sales, OAB/DF 31.201; Juliano Costa Couto, OAB/DF 13.802 e Marcos da Silva Alencar, OAB/DF 29.090.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de administrativos interpostos pela União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) e por Vagner Cavalheiro Prieb, CPF 822.551.210-34, contra decisão do Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União (TCU) que denegou solicitação de alteração de regime previdenciário de autoria do servidor desta Corte de Contas, Sr. Vagner Cavalheiro Prieb, matrícula 9.979-1;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos administrativos por atenderem aos requisitos de admissibilidade dispostos nos arts. 56, § 1º, da Lei 9.784/1999 e 107, inciso I, e 108 da Lei 8.112/1990, para, no mérito, dar-lhes provimento de sorte a deixar assente que a data de ingresso no serviço público mencionada no § 16 do art. 40 da CF/1988, com redação dada pela EC 20/1998, refere-se também a data em que o ex-militar passou a ocupar cargo efetivo no âmbito das Forças Armadas, cujo direito de opção, previsto no mencionado dispositivo constitucional, será a ele assegurado quando do ingresso em cargo público civil federal de provimento efetivo, desde que sem solução de continuidade e a data de ingresso no cargo militar efetivo das Forças Armadas tenha ocorrido até a data de entrada em vigor do regime de previdência complementar da União a que se refere a Lei 12.618/2012;
9.2. tornar sem efeito o despacho da Secretaria-Geral de Administração deste TCU (peça 24) que indeferiu solicitação do servidor desta Corte de Contas, Sr. Vagner Cavalheiro Prieb, matrícula 9.979-1, para alteração do regime previdenciário a que foi enquadrado, de sorte a ser vinculado ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União;
9.3. deferir ao requerente o direito a ser enquadrado no Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União, nos termos do art. 40 da CF/1988;
9.4. dar ciência deste Acórdão aos interessados e à Secretaria-Geral de Administração deste TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1583-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1584/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-008.834/2012-1
2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/SP.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações prolatadas por meio do subitem 9.1 do Acórdão 3132/2014-TCU-Plenário, com os ajustes introduzidos pelo Acórdão 1570/2017-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. afastar a necessidade de monitoramento do subitem 9.1.1 Acórdão 3132/2014-TCU-Plenário, ante as disposições do subitem 9.1 do Acórdão 1570/2017-TCU-Plenário;
9.2. considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 3132/2014-TCU-Plenário;
9.3. dar ciência ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que:
9.3.1. a delegação às suas fundações de apoio da captação, gestão e aplicação das suas receitas próprias, de que tratam os arts. 4º a 8º, 11 e 13 da Lei 10.973/2004, deve ser formalizada por meio da celebração de contrato ou convênio, conforme previsto no art. 18, parágrafo único, daquela lei;
9.3.2. o pagamento de remuneração às fundações de apoio com base em percentual fixo sobre a receita arrecadada, a exemplo das informações trazidas aos autos por meio do Ofício GAB 477/2016, referente à Prestação de Contas da Funcate relativa a março/2016, não atende ao disposto na determinação prolatada por meio do subitem 9.1.2 do Acórdão 3132/2014-TCU-Plenário;
9.3.3. em que pesem as disposições do art. 12, incisos III e V, do Decreto 7.423/2010 não terem sido objeto de detalhamento na norma de relacionamento entre o Inpe e suas fundações de apoio, publicada no DOU de 16/5/2017, o Inpe deve atender o disposto nos mencionados incisos na execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados nos termos da Lei 8.958/1994, envolvendo a aplicação de recursos públicos;
9.4. dar ciência desta deliberação ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e
9.5. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1584-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1585/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.212/2017-7
2. Grupo: I - Classe: I - Natureza: Embargos de declaração
3. Recorrente: Di Gagliardi Buffet Ltda. (38.055.554/0001-69).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores - MRE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: José Gagliardi, OAB/DF 9947; Leonor Rocha Timburiba Gagliardi, 9960/OAB/DF.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, nos quais se aprecia embargos de declaração interpostos pela empresa Di Gagliardi Buffet Ltda. EPP contra o Acórdão 432/2018-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32 e 34 da Lei 8.443/92, e art. 143 do RI-TCU, em:
9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração; e
9.2. dar ciência desta deliberação à Embargante.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1585-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1586/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-025.041/2016-9
2. Grupo: I - Classe: IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Selog.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada por determinação do subitem 9.2 do Acórdão 2.214/2016-TCU-Plenário, em decorrência de irregularidades identificadas na execução do Contrato 6/2011, firmado entre o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a empresa Works Construção e Serviços Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e auxiliares,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário que:
9.1.1. com fulcro na Constituição Federal, art. 71, inciso IX, e assegurando aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, adote, no prazo de noventa dias, as medidas necessárias à recuperação dos valores pagos em decorrência das parcelas de aviso prévio trabalhado indevidamente contidas nas planilhas de custos e formação de preços, quando das prorrogações do Contrato 6/2011, firmado com a empresa Works Construção e Serviços Ltda. (CNPJ 56.419.492/0001-09), comunicando ao TCU, no mesmo prazo, as medidas adotadas para dar cumprimento à determinação;
9.1.2. indique interlocutor (nome, cargo, meio de contato) com disponibilidade para tratar da matéria objeto deste processo;
9.2. determinar à Selog que, caso a medida determinada no subitem 9.1.1 deste acórdão se mostre infrutífera, dê imediato prosseguimento a este processo de tomada de contas especial; e
9.3. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1586-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1587/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.764/2018-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério da Fazenda; Ministério de Minas e Energia.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de desestatização referente à nova outorga de concessão da UHE Porto Primavera em face dos artigos 26, 27, 28 e 30 da Lei 9.074/1995, regulamentados pelo Decreto 9.271/2018, e da iminente alienação do controle acionário da atual concessionária da usina, a Companhia Energética de São Paulo - Cesp;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Ministério de Minas e Energia, na qualidade de Poder Concedente, que, antes da licitação do controle acionário da CESP, considere os valores dos contratos da UHE Porto Primavera celebrados em decorrência dos Leilões 2/2005-Aneel e 2/2006-Aneel nos fluxos de caixa estimados para a outorga, de forma a alocar à concessão os efeitos econômicos desses instrumentos a partir do ano de 2028;
9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério de Minas e Energia, na qualidade de Poder Concedente, que:
9.2.1. em futuras concessões, busque equacionar a incompatibilidade existente entre o curto prazo da estimativa resultante da atual metodologia de precificação da energia no futuro e os longos prazos contratuais normalmente adotados em concessões;
9.2.2. avalie a oportunidade e conveniência de buscar meios próprios para desenvolver os estudos de viabilidade da UHE Porto Primavera exigidos por meio da Cláusula Quarta, Subcláusula Primeira, item II, da minuta do novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera, eliminando a referida previsão contratual, se for o caso;
9.3. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Ministério de Minas e Energia que encaminhe, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as conclusões a respeito das recomendações contidas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 acima, motivando a decisão de adoção ou não adoção;
9.4. encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Energia Elétrica, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Fazenda e à Empresa de Pesquisa Energética; e
9.5. restituir o presente processo à SeinfraElétrica para continuidade do acompanhamento nos termos da Instrução Normativa TCU 27/1998.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1587-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1588/2018 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 022.830/2018-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.340.639/0001-30).
4. Entidade: Serviço Social da Indústria no Estado do Piauí - Sesi-PI.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP sobre supostas irregularidades no Pregão Presencial nº 4/2018 conduzido pelo Serviço Social da Indústria no Estado do Piauí - Sesi-PI, sob o valor total de R$ 420.685,72, para a contratação de pessoa jurídica especializada no gerenciamento informatizado, com o fornecimento de cartões eletrônicos utilizados na operação de compra de combustíveis e lubrificantes em rede de postos credenciados para o uso da frota do Sesi-PI, conforme as especificações e as quantidades apontadas no edital;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;
9.2. referendar a cautelar suspensiva concedida por meio do Despacho acostado à Peça 11, com todas as demais decisões ali proferidas, nos termos do art. 276 do RITCU; e
9.3. determinar que a unidade técnica dê prosseguimento ao presente feito, com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1588-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1589/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-002.680/2012-2
1.1 Apensos: TC-035.959/2016-9, TC-035.961/2016-3 e TC-035.962/2016-0
2. Grupo II, Classe I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Sérgio Silva Valdemar (CPF 349.783.641-91)
3.1. Interessada: Fermáquinas Máquinas e Equipamentos - Eireli (CNPJ 01.405.034/0001-29)
4. Unidade: Base Aérea de Anápolis
5. Relator: Ministro José Mucio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidades Técnicas: Secex/GO e Serur
8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596), Marcelo de Almeida Garcia (OAB/GO 11.854), Márcio Monteiro Reis (OAB/RJ 93.815) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina, na fase atual deste processo de tomada de contas especial, recurso de revisão interposto por Sérgio Silva Valdemar contra o Acórdão 1.529/2015 - 1ª Câmara, modificado pelo Acórdão 4.631/2016 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 16, inciso II, e 35 da Lei 8.443/1992 e no art. 281 do Regimento Interno, em:
9.1 conhecer do recurso de revisão interposto por Sérgio Silva Valdemar, dando-lhe provimento;
9.2 tornar insubsistente, quanto ao recorrente e à Fermáquinas Máquinas e Equipamentos - Eireli - EPP, os itens 9.3, 9.4, 9.6 e 9.7 do Acórdão 1.529/2015 - 1ª Câmara, com a redação atribuída pelo Acórdão 4.631/2016 - 1ª Câmara;
9.3 julgar regulares com ressalva as contas de Sérgio Silva Valdemar, dando-lhe quitação;
9.4 excluir a Fermáquinas Máquinas e Equipamentos - Eireli da relação processual;
9.5 dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Fermáquinas Máquinas e Equipamentos - Eireli e ao Ministério Público Militar.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1589-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto convocado com voto vencido: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1590/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.815/2016-4.
1.1. Apensos: 023.808/2016-0; 003.304/2017-5; 024.996/2017-3; 010.647/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Procurador da República Wellington Divino Marques de Oliveira.
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação noticiando irregularidades na utilização das cotas para o exercício de atividade parlamentar da Câmara dos Deputados,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da representação, por atender os requisitos previstos no art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. encaminhar à Câmara dos Deputados cópia dos elementos contidos na presente representação, para adoção dos procedimentos de apuração previstos nos respectivos normativos internos, bem como de outros que entender pertinentes, comunicando este Tribunal sobre as medidas adotadas no prazo de 180 dias a contar da notificação deste acórdão;
9.3. determinar ao Controle Interno da Câmara dos Deputados que acompanhe as providências adotadas para apuração e correção dos fatos noticiados nestes autos e informe o resultado dessas ações no próximo Relatório de Gestão relativo às suas contas ordinárias;
9.4. dar ciência deste acórdão ao representante.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1590-26/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1591/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.919/2011-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Adhemar Lopes de Almeida (008.025.888-32); Eugênio Conolly Peixoto (194.299.914-34); Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91); Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20).
3.2. Recorrente: Ministério Público Junto ao TCU (Procurador Júlio Marcelo de Oliveira).
4. Órgão: Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Representação legal:

8.1. Aline Crivelari (OAB/SP 230.844) e outros, representando Banco do Brasil S.A..

8.2. Flávia Holanda Duarte (OAB/CE 17.798) e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Junto ao TCU contra o Acórdão 1.709/2015 - TCU - Plenário, por meio do qual decidiu-se conhecer e arquivar, por perda de objeto, a presente representação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fundamento nos arts. 32 e 33, combinado com o art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame e, no mérito, considerá-lo procedente, para reformar o Acórdão 1.709/2015 - TCU - Plenário, de modo a:

9.1.1 determinar, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992, a conversão deste processo em tomada de contas especial e autorizar, desde logo, as citações e as audiências propostas na instrução da peça 130, encaminhando-se os autos ao relator a quo para as providências cabíveis;

9.1.2 revogar a determinação do subitem 9.3;

9.1.3 apensar os presentes autos ao processo de tomada de contas especial que vier a ser autuado, na forma prevista no art. 41 da Resolução-TCU 259/2014;

9.2 com fundamento no art. 198, parágrafo único, do RI/TCU, dar ciência desta deliberação ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

9.3 dar ciência deste Acórdão ao recorrente, à Subsecretaria de Reordenamento Agrário, ao Banco do Brasil S.A., ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., e aos Srs. Eugênio Conolly Peixoto e Adhemar Lopes de Almeida.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1591-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1592/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.181/2012-4.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amilton de Albuquerque Santos (430.092.637-91), André Luiz Teixeira Lima (033.788.894-97), Antonio Gomes Leite Filho (581.037.168-04), Carlos Henrique Santoro (017.058.808-43), Daniele Lima da Rocha (073.222.977-41), Herman Rubens Walenkamp (261.746.007-00), João Paulo Boia (529.634.467-72), Jurema Santos Rozsanyi Nunes (594.317.767-15), Lidia Maria Ferraz do Amaral (001.790.378-54), Luiz Carlos Lima (384.397.946-49), Marcos de Lêu Araujo (021.614.587-28), Marina Maia dos Santos Bastos (773.754.167-53), Roberto Jorge Rita Fracassi (253.494.577-72), Sergio Giorgio Rita Fracassi (371.723.527-34) e Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda. (30.257.513/0001-43).

4. Órgão: Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro/Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.

8. Representação legal: João Estenio Campelo Bezerra, OAB/DF 2.218; Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra, OAB/DF 44.089; Ricardo Rodrigues Figueiredo, OAB/DF 15.050; Regianne dos Santos Lito, OAB/DF 43.518; Pedro Albino de Paiva; Giambenito Pianezzola Filho, OAB/RJ 55.588; Juliana Malafaia Moreira Ferreira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial deflagrada por força do Acórdão 121/2012 - Plenário, proferido nos autos do TC-004.488/2010-5, mediante o qual se realizou fiscalização em contratos firmados entre unidades do Comando da Aeronáutica, localizadas nos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, e a empresa Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação jurídico-processual instaurada por esta Tomada de Contas Especial os Srs. Sergio Giorgio Rita Fracassi e Roberto Jorge Rita Fracassi;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, I, e 17 da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos Srs. André Luiz Teixeira Lima, Antonio Gomes Leite Filho, Carlos Henrique Santoro, Daniele Lima da Rocha, Herman Rubens Walenkamp, Jurema Santos Rozsanyi Nunes, Lidia Maria Ferraz do Amaral, Luiz Carlos Lima, Marcos de Lêu Araujo e Marina Maia dos Santos Bastos, dando-lhes quitação plena;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. João Paulo Boia e Amilton de Albuquerque Santos e da empresa Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento do débito abaixo especificado, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas infra, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. Sr. João Paulo Boia, Sr. Amilton de Albuquerque Santos e empresa Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.951.511,35	18/8/2008
394.624,89	17/10/2008

9.3.2. Sr. Amilton de Albuquerque Santos e empresa Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.058.680,78	25/9/2008

9.4. aplicar, individualmente, a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992 aos Srs. João Paulo Boia e Amilton de Albuquerque Santos, e à empresa Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda., nos valores abaixo especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Amilton de Albuquerque Santos	700.000,00
Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda.	700.000,00
João Paulo Boia	500.000,00

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas mencionadas nos subitens 9.2 e 9.3 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1592-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1593/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.857/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (VINCULADOR).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento autuado com fulcro no art. 1º da Instrução Normativa TCU 74/2015, com o intuito de fiscalizar o processo de celebração de acordo de leniência previsto no art. 16 da Lei 12.846/2013 entre a Controladoria Geral da União e a empresa colaboradora identificada na peça 1 dos autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada, em virtude da perda do objeto, a proposta de concessão de cautelar contida na peça 41 dos autos;

9.2. devolver o processo à Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura para que proceda ao acompanhamento da etapa prevista no art. 1º, III, da IN-TCU 74/2015, tendo em vista a entrega a esta Corte, em 10/7/2018, por parte da Controladoria Geral da União e da Advocacia Geral da União, do acordo de leniência assinado com as empresas que integram o Grupo Econômico Odebrecht (peças 43 a 46);

9.3. tornar públicos este acórdão, bem como o relatório e o voto que o fundamentam e as peças 28, 29 e 31 destes autos.

9.4. classificar toda a documentação entregue pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União relativa ao acordo de leniência (peças 43 a 46), com o grau de sigilo "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) , c/c os arts. 6º e 9º, § 3º, da Resolução-TCU 294, de 2018, pelo tempo em que o sigilo for atribuído nos órgãos de origem, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas ao desenvolvimento destes autos.

10. Ata n° 26/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/7/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1593-26/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Vital do Rêgo.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.4. Ministros-Substitutos que votaram com ressalva: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado no próximo dia 18 de julho, logo após o encerramento da sessão ordinária e, às 16 horas e 49 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 18 de julho de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA,
DE 31/07/2018, ÀS 15H

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

010.039/2001-7
Natureza: Processo de Contas - Exercício: 2000
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Amaury Guilherme Bier; Andrea Sandro Calabi; Anecir Scherre; Aser Cortines Peixoto Filho; Emilio Humberto Carazzai Sobrinho; Fabio de Oliveira Barbosa; Fernando Manuel Teixeira Carneiro; Guilherme Gomes Dias; Henrique Costabile; Isabel Pereira de Souza; Isaltino Alves da Cruz; Jorge Luiz Avila da Silva; Jose Joaquim de Santana; Jose Luiz Rosenberis Cunha; Jose Maria Nardeli Pinto; Jose Renato Correa de Lima; João Aldemir Dornelles; Leopoldo Silveira Furtado; Luiz Frederico de Bessa Fleury; Luiz Nelson Guedes de Carvalho; Maria do Socorro Almeida Araujo; Norival da Silva; Paulo Patay; Paulo Roberto Haddad; Raphael Rezende Neto; Telma de Castro; Valdery Frota de Albuquerque; Waldemir Messias de Araújo; Wilson Risolia Rodrigues
Representação legal: não há

012.808/2007-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Maria Ferreira Rios; Elsinda Carvalho de Sousa; Lúcia Maria Cunha Freires; Maria da Conceição da Silva; Rosa Mendes do Amaral Siqueira; Teresinha de Jesus Soares Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Piauí - DNIT/MT
Representação legal: não há

013.517/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denizete Lima de Mesquita; Deymes Silva de Aguiar; Dieyme de Souza Silva; Edinalva Silva dos Anjos; Franceli Mariano de Moura; Francisca das Chagas Viana; Francisco Daniel Pereira da Silva; Francisco das Chagas Rodrigues Teixeira; Israeliton Guilherme Barbosa; Jakelinne Lopes de Sousa Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec
Representação legal: não há

013.652/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Yana Stein de Barros; Ygor Flávio de Moraes Santos; Yuit Distefano Odaguiri Enes Oliveira; Yuri Nakakura Palmeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.697/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Bolze Kloeckner; Vanessa Dorneles Charao; Vanessa Hax; Vanessa Martins Pires; Vanessa de Souza Valim; Vania Aparecida da Silva Rodrigues; Vinicius Toledo da Costa; Viviane Pereira Prusch Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

013.826/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Medeiros Costa; Antonnyo Palmielly Diogenes Lima; Aysla Monique Fernandes Ferreira dos Santos; Barbara Raquel Coutinho Toscano Azevedo; Bruno Erick de Barros Lucena; Bruno Erick de Barros Lucena; Bruno Ricardo de Souto Leite; Cecilia Nogueira Valença; Claudiane dos Santos Vasconcelos; Flávio Hildemberg da Silva Gameleira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

014.080/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Emilia Gonzaga de Souza; Maria Eugênia Diniz Figueiredo Cireno; Maria Fatima de Sousa; Maria Francisca Pinheiro Coelho; Maria Luisa Ferreira Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.415/2005-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2004
Responsáveis: Ademirson Ariovaldo da Silva; Arno Hugo Augustin Filho; Aser Cortines Peixoto Filho; Bernardo Gouthier Macedo; Carlos Augusto Borges; Clarice Coppetti; Elvio Lima Gaspar; Fernando Nogueira da Costa; Francisco Egídio Pelúcio Martins; Francisco Tadeu Barbosa de Alencar; Fábio Lenza; Hélcio Tokeshi; Isaltino Alves da Cruz; Joaquim Vieira Ferreira Levy; Jorge Eduardo Levi Mattoso; João Aldemir Dornelles; João Carlos Garcia; Lucio da Silva Santos; Luiz Antonio de Castro; Luiz Frederico de Bessa Fleury; Manoel Felipe Rego Brandao; Marcos José Rodrigues Torres; Maria do Socorro Almeida Araújo; Norival da Silva; Paulo Roberto Paixão Bretas; Telmo Marques Costa; Wilson Risólia Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

014.472/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciana Graziela de Oliveira Boiça
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

014.474/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ligia Alencar Pacifico Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

014.478/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diogo Araujo de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

014.487/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alan Santos dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

015.241/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Marcos Antonio de Oliveira, Reitor do IFRN
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

016.378/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marilaine Bittencourt Mendes; Pedro Antonio Theobald; Raimundo Nonato Figueredo Salazar; Sandra Regina da Silva Souza; Sergio Gonçalves Nascimento; Sílvia Lúcia Maximiano Muniz de Souza; Tânia Márcia de Moura Fé Saione; Tânia de Oliveira Panaro do Nascimento; Tereza Cristina de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

016.422/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Andrea Caetano da Silva; Cleodetes Pereira Santos; Dayse Maria Pires; Ofir Bergemann de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

016.572/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Denise Mitie Fukuda; Guiomar Gonçalves de Medeiros; Lucas Paes Martins de Albuquerque; Maria da Conceição Di Tomaso Bastos Barroso; Paulo Cesar Costa de Albuquerque; Pedro Henrique Fukuda de Oliveira; Rita de Cassia Braga Lentini; Vasti Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

016.587/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: André Luís Ribeiro Pinto; Dalva Ribeiro do Amaral Pinto; Gabriel Luis Ribeiro Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

016.643/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelina Beserra da Silva; Flora Maria de Mattos Fernandes; Joselita Gonçalves de Almeida; Laura Gonçalves dos Santos; Leda Maria Guimaraes Cavalcanti; Marina Gonçalves de Almeida; Maristela Gonçalves de Almeida; Salomão Gonçalves de Almeida; Vanderley Gonçalves de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

016.865/2006-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2005
Responsáveis: Ademirson Ariovaldo da Silva; Alexandra Reschke; Aser Cortines Peixoto Filho; Bolivar Tarrago Moura Neto; Carlos Alberto Cotta; Carlos Augusto Borges; Clarice Coppetti; Elvio Lima Gaspar; Fernando Nogueira da Costa; Francisco Egídio Pelúcio Martins; Fábio Lenza; Gustavo Caldas Guimaraes de Campos; Hélcio Tokeshi; Isaltino Alves da Cruz; Joaquim Vieira Ferreira Levy; Jorge Eduardo Levi Mattoso; Jorge Fontes Hereda; João Aldemir Dornelles; João Carlos Garcia; Lucio da Silva Santos; Luiz Antonio de Castro; Luiz Frederico de Bessa Fleury; Manoel Felipe Rego Brandao; Maria do Socorro Almeida Araújo; Norival da Silva; Paulo Roberto Paixão Bretas; Ricardo Soriano de Alencar; Telmo Marques Costa; Wilson Risólia Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

017.605/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria da Mota Moura; Ana Paula da Graça Souza Blengini; Ana Paula da Silva Lopes; Anderson Flores Polonine; Anderson Fratejane Borchio Fonseca; André Luiz Henriques de Carvalho; André da Silva Barcelos; Angela Cristina Pereira Di Gianni; Angela Maciel Puglia; Anna Karina Vieira de Azevedo Y Oviedo; Antonia Ribeiro; Antonio José Placido; Arialdo Ribeiro Viana Filho; Aryvaldo da Silva Machado; Beatriz Gomes Reis; Bernardo Vieira Pinto; Bianca Isabela Acampora e Silva Ferreira; Carine Beatriz da Cruz Correa Nascimento; Carla Marisa Ribeiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

017.609/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giovana Christiano Medeiros de Freitas; Gleiciane Rocha Ferreira; Graziella Penha Claudino; Guilherme Inocencio Matos; Guilherme Quintanilha Fernandes; Guilherme Raymundo Sá; Guilherme de Almeida Souza; Gustavo Machado Vilaça; Guylerme Velasco de Souza Figueiredo; Henry Costa Lubanco; Heraldo dos Santos; Herivelton Pinto de Oliveira; Huslayne da Silva Carvalho; Ilton de Azevedo Peixoto Junior; Isabella de Oliveira Concebida; Isadora Lopes Barbosa Vasconcellos; Israel Andrade Esquef; Ivan Mello Pisani; Jamile Maureen de Sousa Oliveira; Jaqueline Lobato de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

017.612/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Alves Carvalho; Juliana Lourenço Madureira da Silva; Juliana Macedo Delarmelina; Juliana de Souza Azevedo; Julio Cezar Negri Ramos; Jusselem Ferreira Sampaio; Karla Cynthia Quintanilha da Costa Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

017.619/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sidney Pinto Pereira da Rosa; Silvana Monteiro de Castro Carneiro; Silvia Gonsalves de Carvalho Matta; Solange da Silva Figueiredo; Suelly Lima dos Santos; Tadeu Santos de Souza Reis; Thaís Duarte Bifano; Thatiane de Souza Medeiros; Thiago Miranda Paravidino da Silva; Thiago Muniz Barbosa; Tiago Paiva Toledo Bellotti; Tiago de Azevedo Santos; Veronica Cristina Coco do Santos; Veronica Rangel Barreto; Vinicius Barcelos da Silva; Vivian Vasques de Oliveira Leite; Viviane de Andrade Queiroz Alexandre; Waldirio Manhaes Pinheiro; Willames de Andrade Graça
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Representação legal: não há

017.625/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nadielan da Silva Lima; Niraldo Riann de Melo; Ramon Batista Ramos; Ricardo Farias de Almeida; Rogério Tiburcio da Silva; Valentina Nascimento e Melo de Oliveira; Vinicius Araújo Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

017.631/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Lindolfo da Costa; Rodrigo dos Santos Almeida; Rosana Duarte Grasse; Rurik Galimberti Peixoto de Abreu; Samanta Vieira Pereira; Samantha Grisol da Cruz Nobre; Sebastião Tadeu de Oliveira Almeida; Simone Xavier Pontes; Sérgio Dias da Silva; Thaís Alves Gallo Andrade; Tiago Pereira Dourado; Vanessa Alves de Sousa Lesser; Vanessa Reccioppo de Moraes; Vanessa das Neves Pimentel; Victor Gomes Pereira; Vitor Hugo dos Santos Teixeira; Vivian Martins Lopes de Souza; Weslei da Silva Rocha; Willian Hermogenes Ferreira; Zaira Batista Pinto Mahmud
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.632/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leiliane Cristina Cardoso Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

017.714/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia dos Santos da Sila; Marcos Galvão Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

017.721/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mediã Barbosa Figueiredo; Miguel Antonio Felix de Andrade; Milyene de Brito Amorim; Mirla Regina da Silva Lopes; Monica de Oliveira Machado; Nadine Michaelle da Silva Derze; Natasha Varjão Volpati; Nathassia Maria de Faria Guedes; Nayara Dorigon Rodrigues; Necila Fernandes de Souza; Nedy Bianca Medeiros de Albuquerque; Neyarla de Souza Pereira Barros; Océlio Lima de Oliveira; Oscar Nestor Condo Maqui; Ozias da Silva Lima;

Patricia Satrapa Silva; Patrícia Carvalho Redigulo; Patrícia Nunes Miranda Mendonça; Paulo Antônio Mariano; Paôla Fortunato Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

017.731/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Kamilla Mesquita Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

017.732/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lara Fabiana Morais Borges; Lara Reis Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

017.754/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Bouth Pinto; Fernanda Izidro Monteiro; Flavia de Abreu Marques; Gabrielle Macedo da Fonseca; Glaucia dos Santos Vianna; Helen Pereira Ferreira; Hugo Carvalho Villa Maior; Isabel Regina Alves de Carvalho; Isabella Queiroz Welmowicki; Ivan Finamore Araujo; Janaina de Assis Matos; José Augusto Ortiz Alexandre; Juliana Zarur de Andrade Silva; Katia Cristina Vanffossen; Katia de Souza e Almeida Bizzo; Keila Ferreira da Silva; Laila Maria Cardoso Zalfa; Larissa Santiago de Souza; Leandro Martins Turano; Leonardo Carmo Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
Representação legal: não há

017.792/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Givanya Bezerra de Melo; Graciele Oliveira Faustino; Greciene Lopes dos Santos Maciel; Gustavo Camelo Neto; Gustavo Campos Lima; Gustavo Henrique de Souza Leão; Helcio Beserra do Nascimento Junior; Helder Marx Almeida de Moura Lima; Heloisa Oliveira Fonseca; Hemilis Joyse Barbosa Rocha; Henrique Pereira Barros; Hilca Mariana Costa Gomes; Hugo Franklin Lima de Oliveira; Hugo Henrique Costa do Nascimento; Hugo José de Franca Clemente; Humberto Meira de Araujo Neto; Ines Maria Gonzales Vidal; Islania Lima da Rocha; Israel Silva e Macedo; Ithallo Sathio Bessoni Tanabe
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

017.797/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiza Soares Vieira da Silva; Majores de Omena Tenorio; Manoel Valquer Oliveira Melo; Manuella Aragão Pinheiro; Marcel Vidal de Albuquerque; Marcilio de Souza Silva; Marcio Silva Santos; Marco Barone; Marcos Antonio Rocha Tenorio; Marcos José Batista dos Santos; Marcos Paulo José de Melo Silva; Marcus Antonio Breda Junior; Maria Alcina Terto Lins; Maria Betania Gomes da Silva Brito; Maria Elizabeth da Costa Marques; Maria Fernanda da Silva; Maria Jeane Bomfim da Silva; Maria Lenilda Caetano Franca; Maria Patricia Pereira Melo; Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

017.803/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tulio Henrique Ferreira da Silva; Ueslen Rocha Silva; Uilder do Espirito Santo Celestino; Vagner Gomes Bijago; Valdevan Rosendo dos Santos; Valeria Nunes de Souza; Valquiria Bezerra Nascimento; Valéria Maria de Melo Lima; Vicente José Barreto Guimarães; Victor Fentanes Guimarães Santos; Victor José Bastos da Silva; Victor Ranieri Bomfim Sampaio de Araujo; Vivaldo Ferreira Chagas Junior; Viviane Cavalcante Tavares Monteiro; Vivianne Maria Padilha Barbosa; Vladimir José Dantas; Walkiria Rejane de Almeida; Wandearley da Silva Dias; Wanubya Maria Menezes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

017.811/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia de Pinna Mendes; Ana Luisa Soares da Silva; Ana Luiza Valadão Freitas Geremias; Ana Maria de Lima Barros; Ana Paula Grillo El Jaick; Ana Paula Loureiro de Almeida; Analy Machado de Oliveira Leite; Anderson Sant anna da Rocha; Anderson Santos do Valle; André Domingos dos Santos Alonso; André Ferreira Nunes da Silva; André Lucio de Oliveira; André Luis Souza de Lima; André Luis Vargas Cabral; André Luiz Ferreira; André Luiz Gomes da Silva; André Luiz Morgado Pellerano; Andrea Aparecida Campbell Cunha; André Boziki Xavier do Carmo; André Saddy
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.816/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Freire Pinto; Carolina Souza da Silva; Caroline Arante da Silva; Caroline Catanhede Lopes; Cecilia Fernanda Saraiva de Oliveira; Cecilia Maculan Adum; Cecilia Vianna de Andrade; Cesar Augusto Ferreira de Carvalho; Charles Oliveira Magalhães; Charlles da Fonseca Lucas; Christian Edward Cyril Lynch; Christian Sade Vasconcelos; Christopher Gaffiney; Cintia Fernandes do Couto; Clara de Oliveira Renno; Clarissa Rodrigues Gonzales; Claudia dos Reis Ferreira; Cláudia Adam Ramos; Cláudia Leite Amaral Fontoura; Cláudia Maria de Viveiros Cabeceiras
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.821/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elias Pereira da Silva; Eliezer Pires da Silva; Elisa Fruhauf Garcia; Elisabete Gonçalves de Souza; Elize Ayumi Hayashi; Eloisa da Silva Periera; Elvino de Carvalho Mendonça; Emerson Portilho Huguenin; Emillia Conceição dos Santos; Emmanoel de Oliveira Boff; Epaminondas Moraes de Souza; Eric Nelson Santiago Gonçalves; Erica Maia Campelo Arruda; Erica Souza Guimarães; Erica Torres; Erineudo de Lima Canuto; Erlange Andrade Borges; Erwan Plouguemé; Estefania de Oliveira Cherem; Estela Maris de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.859/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Goretti Andrade Rodrigues; Maria Luisa Furlin Bampi; Maria Odete de Oliveira Carvalho; Maria Regina de Souza Gonçalves; Maria Rosangela da Cunha; Maria Tereza Albuquerque Pereira; Maria de Fatima Valentim Pessanha; Mariana Baltar Freire; Mariana Cabral da Rocha; Mariana Calhau Martins; Mariana Costa dos Santos; Mariana Tavares Ferreira; Mariana de Araujo Aguiar; Mariangela Rangel Pereira; Marianne de Medeiros Tabalipa; Marilene Santos de Azevedo; Marina Caminha Ferreira Gomes; Marina de Carvalho Alecrim Alves; Marina de Carvalho Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.865/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Phillipe Bauer de Araújo Dória; Pierre Guedes Brendel; Polyana Bastos de Oliveira; Princya dos Santos Nascimento Silva; Priscila Leal Seifert; Priscila Seixas da Costa; Priscila da Silva Castilho; Priscilla Ferreira da Silva Franco; Priscilla Grezzi Pinto Teixeira; Priscilla Rodrigues Camara; Rachel Fatima dos Santos Nunes; Rachel Nicolau Santos; Rachel Nunes Ornellas; Rafael Bastos Thomas; Rafael Brito da Silva; Rafael Monteiro dos Santos; Rafael Moreira Carvalho; Rafael Nacif de Toledo Piza; Rafael Senos dos Santos; Ralph Santos Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

017.887/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Roberto Rodrigues Xavier; Pedro Henrique Faria Silva Trocoli Couto; Pedro Henrique Fulgencio Michel; Priscila Aparecida Gontijo Ferreira; Priscila Lara Vieira Bonisson; Regina Celia Lopes Valadares; Renata Magalhães Cyrino; Renata Viegas Vieira; Rita de Cassia Duarte Leite; Rodrigo Augusto Ferreira; Rodrigo Carlos Pinheiro; Rodrigo Cesar de Miranda; Rodrigo Otavio Silveira Silva; Rubens Rangel Silva; Samyra Maria dos Santos Nassif Lacerda; Sandra Ludwig; Sandro Elisson da Silveira; Sergio Diniz Ferreira; Siane Paula de Araujo; Silvia Fernandes Mauricio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

017.892/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adauri Silva Bastos; Adriana Ferreira de Souza; Adriana Rezende Perisse; Adriana Sansão Fontes; Adriana Schneider Alcure; Adriane Figueirola Martins; Adrianne Ogeda Guedes; Adriano Marins da Costa; Adriano Mauricio de Almeida Côrtes; Adriano Saldanha Gomes de Oliveira; Adriany Ferreira de Mendonça; Agada Raffaela Meliande; Albert Savino Khattar; Alberto Antonio Taveira; Alberto Dias Mendes; Albino Lopes D Almeida; Alda Maria de Jesus de Almeida; Alejandro José Manzano Gomez; Aleksandra Menezes de Oliveira; Alessandra Filomena Mourthe Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.898/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Gonzales Henriques; Bruno Correia de Figueiredo; Bruno Luis Santiago Cruz; Caio Amitrano de Alencar Imbassahy; Camila Monteiro Siqueira; Camila Nagem Marques; Candida Luiza Borges da Silva; Carla Duby Coscio Cuellar; Carla Reis de Araujo; Carla Vianna Lima Meriguetti; Carla da Silva Nunes; Carla de Jesus Jorge; Carlomagno Pacheco Bahia; Carlos Alberto Linhares da Silva; Carlos Alberto Macedo Pinto Filho; Carlos Alberto Marquesa Soares; Carlos Alberto Meirelles de Abreu Filho; Carlos Alberto Peres Krykhtine; Carlos Alberto dos Santos; Carlos André Weidt Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.906/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dayse Carla Gênero Serra; Deborah Moraes Gonçalves de Oliveira; Deisiane Rodrigues dos Santos; Delfina Renck Reis; Denilson Botelho de Deus; Denise Lucia de Menezes; Denise Pinheiro da Costa Monteiro; Denise de Alcantara Pereira; Diana Araujo Pereira; Diana Berman Correa Pinto; Diana Sayao Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.911/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo de Barros Manhães
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.916/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elizabete Rodrigues dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.923/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabio da Silva Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.930/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe José da Costa Padilha; Fernanda Alt Froes Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.935/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernanda Hamann de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.940/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Lucio Pereira Alves; José Ricardo de Freitas Guimarães; José Roberto Moncada Geraldo; José Sergio Duarte da Fonseca; José Teixeira D Assumpção Junior; José Roberto da Silva; Joy Helena Worms Till; Juliana Miguel Moura Neves; Juliana Pereira Pedroza; Juliana Rangel do Nascimento; Juliana Rezende Montenegro Medeiros de Moraes; Juliana Silva Pontes; Julio Cesar Gomes Leal; Julio Cesar Lessa Barreto; Karina Amendola da Silva Guimarães; Karlyson de Castro Tavares; Katia Carneiro de Paula; Katia Correa Gorini; Katia Leite Mansur
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.970/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Claudio Maciel Freire; José Abdon Luna Accioly; José Candido de Souza Ferraz Júnior; José Carlos Gomes da Silva; José Nunes da Silva; José Roberto Wanderley de Castro; José Rodrigues de Lucena Neto; João Alexandre de Almeida Pimentel; João Carlos dos Santos; João Ferreira da Silva Júnior; João Manoel de Freitas Mota; João Marcos Leitão Santos; João Paullo Sousa Aragão; João Roberto Ratis Tenório da Silva; Juliana Alves de Andrade; Juliana Ferreira Gomes da Silva; Juliana Maria Quaresma Johner; Juliana Nunes Carvalho; Juliana Regueira Basto Diniz; Júlio César Damasceno
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

018.165/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aline Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

018.638/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cristiano de Castro Burgos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

018.660/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Espinosa Maica; João Assis Dulci
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

018.666/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo Bezerra Paz Leitão
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

019.065/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alice Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

020.316/2018-6
Natureza: Denúncia

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Unidade Jurisdicionada: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG
Interessado: Primeiro Time Informática Ltda
Representação legal: não há

020.524/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cláudia Colaço; Cláudio Alvarenga Campos Mayrink; Danniele Cristine Medeiros da Costa Dantas; Deise Maria Novaski Biscouto; Laís Mota dos Santos; Lilian Cordeiro Lisboa; Paulo Antonio Gori de Oliveira; Sabrina Ribas Freitas; Samara Rafaele de Medeiros Pereira; Sueli Aparecida Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.528/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Batiane Aparecida Pereira Vieira; Carla Patrícia dos Reis; Elder Morais Fontes; Elson Paixão Silva Leite; Esmeraldino Pereira Almeida; Jéssica Rocha Fernandes; Liliane Bellenzier; Maria da Guia Clementino Ferraz; Mateus Palmeira Pereira; Roberto Augusto Silva Molina
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.605/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Farnese Rezende; Carolina Teixeira Cunha; Frederico Rodrigues da Cunha Pereira; Gabriela Dornfeld; Gláucia de Araujo Luz; Janaína Martins Rodrigues Assis; Janna Talita Araujo Souza; Janon Mazeti Moreira; Jorge Henrique Fernandes de Lima; Joseane Lopes Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.606/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Gama de Sousa; André Cançado Frois; Carolina Passos de Rezende Martins; Grazielle Riceto Dias Silva; Igor Rafael Silva e Fritz; Ilana Rafaela da Silva Pereira; Isaac Azevedo Silva; Isabella Fernandes Ferreira; Jaqueline Martins Nunes do Nascimento Monteiro; Rodrigo Santos Aguilar
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.611/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Ramos Cobucci; Cássio Vilela Komatsu; Jaisson Gustavo da Fonseca; Jaqueline Caldas Brasil; Jenaíne Oliveira Paixão; Joana Luíza de Lima Silva; João Valle Maurício Neto; Jonathan Cramer Soares; Jordânia Kelly Pereira Souto; Juliana de Oliveira Silva Santiago
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.664/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Algemiro Rieth; Ana Paula Lopes Brandão Oliveira Mercês; Erika Camilla Monteiro; Juviliana Pereira Correa; Luciene Martins dos Santos Silva; Lucila Isabel Schwertner Sprandel Kutter; Luiz Augusto Lobo Bandeira; Maria Divina dos Santos Borges Farias; Patrícia Silva Aires; Viviane Saraiva de Mello Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.672/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriella Bárbara Feliciano; Guilherme Teixeira Pereira; Juliane Mendes de Oliveira; Júlio Cesar Martins Aquino; Leidiana Braga Rodrigues; Luccas Melo Chagas; Monique Benn Gomes; Nilton Oliveira de Souza; Ronaldo Shigueo Omoto; Thiago Lima Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.677/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Rogério Kobayashi; Clarissa Ferreira Cunha; Clayton Miranda Silva; Fábio Ramos Teixeira; Giseli Venturini; Lorena Gonzales Siqueira; Luciana Gontijo; Luciana Miwa Nita Watanabe; Nágila Ferreira Azambuja; Scilla Lazzarotto Correia Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.718/2015-2
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Responsável: José Lourenço Bomfim Júnior
Recorrente: José Lourenço Bomfim Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Miranda do Norte - MA
Representação legal: Fernando Antonio da Silva Ferreira - OAB/MA 5.148

020.751/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ducileni Mazocco Ardisson; Fernanda Coutinho Andrade; Joice Guimarães Brinkerhoff; Julio Cesar Luz Santos; Liziane Soares Ferreira; Maurício Pedrini Junior; Paula Roberta Monteiro Machado; Priscila Caetano de Oliveira Souza; Tasso Hamm Lucas; Tatiana Azambuja Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.754/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abimael Torcate de Souza 12970628718; Everton José de Paula; Gislane Sousa Baliza 13893130313; Hevyla Sandy Costa Lima; Joelma Souza Pereira; Renata Bernardon; Sidney Gomes Pereira; Vanuza da Silva Barboza; Vivian Maria Marques; Weverton César Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.759/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre de Abreu Gastaud; Andreia Tomazoni; Chaline Stankowski Michelotti; Cláudio José Merlo Esperon; Laura Souza Pinto; Maria Soraia Samhan Hassan; Paula Ruiz Trevisol; Renato Di Paula Gomes Cruz 13859581456; Sabrina de Souza; Solino de Matos Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.770/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira Troccoli; Ana Carolina de Oliveira e Silva Montandon; Deborah Arraes Castelo Branco; José Carvalho Lopes Junior; Karine Rossato; Maria Amélia Gonçalves Carreiro; Mario Santos Aguiar; Michele Mamede de Oliveira; Patrícia Lorraine Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.774/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Teixeira Machado; Francisca Vieira Alonso Loli; Franklin Nascimento de Andrade; Gabriela Rodrigues de Rodrigues; Gilvan da Cruz Barbosa Araújo; Jussara de Oliveira Pinheiro Duarte; Lucas de Mello Ferreira; Renata Mesquita Gomes; Vanessa Costa dos Santos Damascena; Wanderson Guarino
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.782/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luíza Resende de Melo Freitas; Bruno Fajardo do Nascimento; Carlos Cesar Silva Alves; Luís Eduardo Rias Cardoso; Rodrigo Tobias Giffoni; Samara Cebalho Sales; Susan Louise Kakitani Takata; Thiago Santos Rosa; Victor Cardoso Vasques; Yara Mariana Alvim Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.787/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Medeiros de Moraes Brasileiro; Christyann Lima Campos Batista; Dulce Amorim Argolo Peres Moreira; João Ângelo Oselame Hoffmann; Juliana Brandão Pinto Carneiro; Juliana Cavalcanti de Siqueira Charamba; Manoel Juvenal da Costa Neto; Pablo Tiago Rodrigues Gonçalves; Raquel Fernandes dos Santos Dias; Samila Andrade Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.946/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Figueiredo de Araujo Franco; Alexandre José dos Santos Silva; Bruno Anderson Araujo da Mota; Jerusa Cristina da Silva; Lediane Moraes Storck; Leia Cristine Balduino; Marcelo Zanolli Medeiros; Matheus Assunção Sousa; Patrícia Amaral Bicalho; Romenique Barbosa Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.948/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Bertolini; Claudineia da Silva; Eveline Medeiros Nóbrega; Hudson Lacerda da Silva; Juliana Hiromi Vatanabe; Leonardo Aparecido Lima da Silva; Lúcia Regina Ramires de Freitas; Luciana Leitão Justino; Valéria dos Santos Serra Silva; Welton Dias de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.964/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Florenice Alves Cardoso; Francisca Cleide Gomes Diniz; Janaina Inácio Pires; Jander Paulo Batista; Jéssica Mariana Rosa; Jorge Augusto Osório; José do Socorro Almeida; Josianne Cristina da Cruz Reis; Julio Beserra Evaristo; Osvaldo Rui Dias Martins Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.967/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joana Starling de Carvalho; João Vicente Moreira Almeida; Joicy Aline Alencar de Oliveira; Jonatan de Moura Bacelar; Jouselane Saara Gomes de Sousa; Joyce Araujo de Miranda; Juciara Alves da Silva; Juliana Burlamaqui Carvalho; Juliana Francisca de Sousa; Julio Cesar Azevedo Facchini
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.975/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francileide de Paula Avelino; Francisco de Araujo Costa Neto; Jaqueline Soares da Silva Lara Molina; Jeamile Lima Bezerra; Jean Xavier de Souza Clemente; Jéssica Moreira Silva; José Francisco Junior; José dos Santos Teixeira; Júlia Santos Costa Chiossi; Juliana dos Santos Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.978/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franciluz Morais Bispo; Francioneide Patrícia de Sousa; Francisca Maria Ferreira de Sousa Carvalho; Graziella Paula de Oliveira Neri; Guilhermo Justino Mundim; Ianessa Arantes Valle; Ide de Assis Sousa de Farias; Igor Andrade Reis Haddad; Janaína Costa Cavalcanti; José Vicente de Castro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

020.987/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geraldo Costa Junior; José Ishac Brandão El Khouri
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

020.993/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anamaria Araujo e Silva Barbosa; Elisafran de Menezes Lemos; Rômulo Farias Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

021.000/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Lemos Nunes; Deyse Borges; Ivana Russi Gomes; Karine da Rosa Pereira; Letícia Silva Ribeiro; Luana Cristina Berwig; Renata Heidrich Guimarães; Roberto Bairros dos Santos; Rosane Vandam de Souza da Silva; Virgínia Andelieri da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

021.005/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Maria dos Santos Caixeta Xavier; Francisco das Chagas Eulálio Martins Junior; Gláucia Michelle de Oliveira Gomes Silveira; Greice Roberta de Carvalho; Isabela Nascimento Borges; Jaqueline Pires Rocha Silva; Jéssica Karolyne de Sousa Passos; Juliano Aparecido de Jesus; Letice Maria Barboza de Deus Hardman; Márcio Andrade Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.096/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Maia Teodoro Pereira; Arline Alexandre de Souza; Dilson Ruben de Macedo Filho; José Tadeu Tramontini Filho; Neuma Pinheiro de Carvalho; Paloma Cheab Ribeiro Moura Costa; Paola Ribeiro da Luz Silva; Patrícia Guedes de Souza; Paulo Hiroshi Shibasaki Fujita; Paulo Marcelo Pires Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.100/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Telma Ribeiro de Sousa; André Dutra; Jemima Silva Inocêncio; João Victor Duarte Lobo; José Maria Moraes de Souza Junior; Maira Machado da Silva; Maria Aparecida de Sousa; Nathalia Azevedo Sposito; Roberta Pricila Costa Dantas Céu; Valmir Amarante Mendonça

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.109/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adaucto Wanderley da Nóbrega Junior; Ana Paula Pereira Neto Barbosa; Carolina Telo Gehlen Branco; Flávio Nunes da Silva; Gicelda Mara Ferreira da Silva; Hebe Flávia Pereira Lopes; Leandro Rocha Messias; Luís Flávio França Vinhosa Muniz; Luís Guilherme Teixeira dos Santos; Renatha Dagnaisser Cavalcanti Colaço
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.110/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Camila Souza dos Anjos Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.112/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Masashi Guimarães Kato; Amanda da Rocha Oliveira Cardoso; Cica Teixeira Penedo; Eduardo Ravásio Machado; Juliana Elmor Mainczyk; Karina Hatchwell Gerhardt; Reginaldo Paula Pessoa de Azevedo Filho; Thuila Kelly Silva de Moura; Tiago Nobre Morais; Tiago de Assis Quitério
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

021.116/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cláudia Ottaiano Rodrigues Frota; Daniel Teixeira da Costa Araujo; Danilo dos Santos Oliveira; Gabriela Cristina Cândido da Silva; Gilmário Guerreiro da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

021.121/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Costa Góes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

021.126/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Rosito Pinto Kruel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

021.142/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Gabriela de Figueiredo Araujo; André Luiz dos Santos Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

021.540/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Kaira Fernanda Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

021.542/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Olinda Bastião de Oliveira Brambilla
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

021.552/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexia Eisfeld Leite de Assumpção Magalhães; Andressa Merath Teixeira; Antonio José Merath Teixeira; Diogo Merath Teixeira; Eleonora Soares da Silva; Enéas Guedes Pinto da Costa; Ernande Camillo da Silva Filho; Fernando Augusto Marques; Fernando Correa Marques; Helber Penha Valle; Hélio Vecchio Alves Maurício; Hilda Soares de Abreu; Isaura Fernandes Ângelo; João Augusto Novaes Thomaz Netto; Marília e Silva Peixoto; Marly Gomes de Moraes; Mônica Helena Ângelo de Souza; Nelson de Freitas; Neyde Simões Costa; Rafael Gomes Pereira; Rodrigo Thomaz Pereira; Sônia Fagundes da Silva; Tamara Merath Teixeira; Yedda Araújo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

021.747/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ícaro Cardoso Costa; Lenomar Alves Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

021.755/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Itamar Gamba de Souza; Josieli Andrade Gonçalves; Julieta Batista Dario; Maria Adelaide Marco Peres de Souza; Maria da Penha Oliveira Cabral; Mateus Oliveira Cabral; Rosa Sacalhuca dos Santos; Ruth Gambá de Souza; Tatiane de Oliveira Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Alegre - MEC
Representação legal: não há

021.759/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angelita Barbosa da Costa; Gerarda Teixeira Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Crato - MEC
Representação legal: não há

021.764/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cristina Rodrigues Santos Pinheiro; Anna Paraventi; Bruno Rana; Joseph Johnson; Samuel Morais da Silva; Takashi Yoneda; Zélia Livramento de Marco Ferreira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

021.768/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Irene Filuszteck Notari; Larissa Maria Gomes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

021.772/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Moraes Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

021.785/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Edith Maciel de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

021.879/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adalgiza da Silva Lima; Beatriz Maria Azambuja Bastos Guimarães; Maria Miguelina Sampaio Pereira; Maria da Silva Machado; Seri da Silva Fraga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

021.887/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Mariana Ferreira Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.889/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Nepomuceno; Alexandre Rocha Cunha; Anna da Cruz Ribeiro; Antonio Pinho dos Santos Filho; Celidônio José Luiz; Christoper White Sabatino; David Libânio Corbo; Jandyra Carvalho Moreira; Jayme Leal; José Ferreira da Silva; Luís Vieira Dutra Nicácio; Luiz Felipe Mesquita Baptista; Nadyr Nascimento Pimenta; Renilda Brust da Silva; Rosalvo do Valle; Sônia Maria Fonseca Alvarenga; Vera Lúcia Gonçalves Lima; Walter Ayres; Wanderval Ferreira da Silva; Zenaide da Silva Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.891/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Maria Kos Amarante; Douglas Idomeu Pontes; Eduardo Expedito de Aragão Araújo; Isaac Eduardo Hazan; Luiz da Silva Torreão; Maria da Guia Pereira; Maria de Lourdes Machado Rodrigues; Maria do Carmo dos Santos Marinho; Ormezinda Silva Soares; Paulo Rogério Teixeira da Silva; Pedro de Albuquerque Bezerra; Rita Lacerda de Lima; Roberto Luiz Gomes Miranda; Rosa Serafim de Araujo; Rosana Serafim de Araujo; Rubens Luís Miranda; Salete Miguel da Silva; Vera Lúcia Cyrillo Vieira; Wilma Barbosa Lima; Yolanda Gonçalves Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.894/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Luzinete Moura da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

022.156/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Adelaide Jordão Santiago
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

022.159/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcelo Henrique de Garcia Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.172/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Geraldo da Silva Paiva; Manoel Alves de Oliveira; Simplício Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

022.174/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lylia da Silva Guedes Galetti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

022.180/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Romeu Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

022.182/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão João Basílio; Almiro Lopes de Freitas; Antonio Alves de Freitas; Antonio Lopes Rosado; Antonio Mariano; Antonio Rafael Arcanjo de Freitas; Antonio Rodrigues; Antonio de Pádua Clemente Ramos; Antonio de Pádua Fialho Medina; Ary Teixeira de Oliveira; Augusto Ferreira Marota; Avelino Mantovani Barbosa; Camilo Raimundo da Silva; Cid Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

022.187/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jota Brasileiro; Juarez Aquino da Silva; Leanil Aloísio; Lindor José Dias; Luzia Maria Bernardes Brustolini; Manoel Araujo Alves; Márcio Geraldo da Silva; Marcos Barbosa Neto; Maria Barduni; Maria Elisa Rocha de Campos Machado; Maria Eugênia Maffia; Maria Helena Pedrosa de Oliveira; Maria Pompeia Jannuzzi de Oliveira; Maria do Carmo Leandro Leite; Marília Cláudia Romeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

022.222/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelson Gama Vieira; Paulo Carneiro de Moura; Petrúcio Galdino da Silva; Saul Hernan Risco Briceno; Sinai Alves de Oliveira; Thaumaturgo Roque Silva; Valéria Hora de Albuquerque Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

022.225/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agostinho Gosson; Amaurício Pereira Cortez; Ana Marta Morais Costa; Ana Paula de Sousa; Antonio Carneiro da Silva; Antonio Ribeiro da Silva Filho; Antônio Silva de Oliveira; Antônio Tarso Campos Colares; Antônio Valdinar de Carvalho Custódio; Arnaldo Vasconcelos; Artur Eduardo Benevides; Edilson Soares dos Santos; Eliane de Lima Marcelino; Erivaldo Moreira Gadelha; Etevaldo José de Jesus Pereira; Francisca Neuza Vieira Lopes; Francisco Apolônio de Souza; Francisco Audísio Dias; Francisco das Chagas Rodrigues Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

022.281/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Dulce de Oliveira; Maria Evany de Lima Nascimento; Maria Ivonete Silva de Paula; Maria Nazaré da Costa; Maria Sales de Oliveira; Maria do Socorro Nascimento da Silva; Maria do Socorro Paiva da Silva; Marlene Lurdes da Silva; Maurício Pedro de Amorim; Milton Ribeiro Dantas; Omiro Batista da Silva; Oscar Nogueira Fernandes; Osvaldo Damore; Paulo Rodrigues Costa; Raimundo Camilo do Nascimento; Raimundo Pedro da Silva; Renato da Costa Alves; Sebastião Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.285/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cristina Maria Gomes do Monte
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.290/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alba Maria da Silveira; Carlos Clarimundo Dorneles Schoeller; Davi Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.383/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Keila Kleveston Schneider
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

022.388/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iracilda Luíza Tavares; Jair Oliveira Ramos; Jardeane Reis de Araújo; Jeová Correia Miranda; Joan Alessandro Barros Silva; Jonatas Aparecido Guimarães; Joscelyn Antonio Alves da Costa Junior; Josivaldo Alves da Silva; Keila Ribeiro Vieira; Layssa de Jesus Alves Duarte; Lina Maria Viezzer Grondin; Luana Priscilla Rodrigues Macêdo; Lívia Santos Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.393/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Olívia Tozzi Bittencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

022.555/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lilian Maria dos Santos Silva Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.561/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Gomes Granja; Marcelo Santos Silva D'Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.563/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Felipe de Brum Lopes; Marcos Pereira Leite Lima; Marcos Vinícius dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.568/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria da Penha Araujo Murta; Maria do Carmo Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.572/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Mariana Figueiredo de Castro Pereira; Mariana Marinho da Costa Lima Peixoto; Mariana Moraes Paes; Mayla Kezy Silva Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

022.628/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rafaela Elói de Almeida Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.630/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raul Sena Ferreira; Rita Gabriela Araujo Carvalho; Rodrigo Barreto Alves; Simone Pontes Xavier; Suelen Oliveira de Souza Leira; Tatiana Fernandes Dias da Silva; Tatiana Galdino da Silva; Tânia Aparecida Gomes Paes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.641/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jarmonielle de Oliveira Pereira; Renato Jefferson Bezerra Leão
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

022.683/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cláudio Dantas Frota
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

022.686/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Arlete Maria Monte Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.698/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neusa Sampaio Batalha
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.699/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rita de Cássia Codá dos Santos; Sônia Maria Coquillard Ayres Homena; Terezinha Serafim Araujo Fernandes; Wanderley Maria de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

022.727/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Manoel Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.736/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Fidelis da Silva; José Reinaldo Maracaípe Costa; Maísa Nonato Chagas; Rodrigo Mendes Espíndola; Rosiane de Souza Silva; Talitha Bueno Embersics; Wellington Rodrigues da Silva; Willian Alves Pagnocelli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

022.767/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Renata Sathler de Queiroz; Alexsandra Ferreira da Silva; Ana Carolina de Azevedo Carvalho; Ana Maria Quintela Maia; André Vinícius Dias Senra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.773/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Márcio Leichsenring; Maria Lúcia Teixeira Guerra de Mendonça; Mariana Magalhães Marques; Mariana Paranhos Stelling; Marlon Tomazella Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.777/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Viudes Garcia da Silva; Bárbara Cristina Mendanha Reis; Caroline Gonçalves; Daniel Scaramella Moreira; Dayanne Sarah Lima Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

022.783/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Rodrigues Peixoto; José Elias Ferreira da Silva; Kevin Reiny Rocha Mota; Laura Cristina Tibiletti Balieiro; Maria Carolina Rodrigues Boaventura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

022.787/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francine Nascimento Silva; Gláucia Amaral Braga; Jardilene da Silva Moura; Josué Leonardo Santos de Souza Lisboa; Kelvin Alves Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

022.791/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Ricardo Zílio Abdala; Rafael de Freitas Valle Dresch
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.797/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeter Bochnia Ribeiro; José Augusto Martins da Costa; José Elabras Filho; Lara Soares Morales Bittencourt Emmanuel; Laura Zaiden e Ferreira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.799/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marc André Michael Thorsten Sammeth; Marcella Costa Brajão; Marcelo Chaves de Azevedo; Marcelo Duarte Magalhães; Marcelo dos Santos Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

023.371/2017-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Alessandro Rosendo de Oliveira; Anida Claudia Dominici Soares; Antonio Augusto Goncalves Carocha; Aselio Vieira Passos; Carlos Alberto da Silva Souza; Carlos Castilho do Nascimento; Cassius Rodrigo de Almeida Silva; Fabiana Martinelli Santana de Barros; Fernando Augusto da Cunha Oliveira; Joao Carlos Ferreira Marinho de Carvalho; Jose Luis Moura de Azevedo; Luiz Felicio Palermo; Maria Lucia de Pontes; Maria Mota Pires; Newson Reis Monteiro; Pablo Alves de Souza Pontes; Paulo César Paz de Mello; Rodrigo Fernandes Gomes Bomfim; Sergio Mendes Costa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

023.622/2017-2
Natureza: Representação
Representantes: Carlos Wagner Dias Ferreira, Almiro José da Rocha Lemos e Francisco Glauber Pessoa Alves, Juízes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte - Justiça Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

024.960/2017-9
Natureza: Representação
Interessado: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

025.021/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ação Faça Uma Família Sorrir; David Carlos de Oliveira; Waldir Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ação Faça Uma Família Sorrir (AFFAS)
Representação legal: Ana Carolina Diniz de Matos (135.963/OAB-MG), representando Ação Faça Uma Família Sorrir, Waldir Gomes da Silva e David Carlos de Oliveira

025.725/2017-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Alexandre Xavier Ywata de Carvalho; Alice Pessoa de Abreu; Andre Bojikian Calixtre; Antônio Ernesto Lassance de Albuquerque Junior; Brand Arenari; Carlos Roberto Paiva da Silva; Claudio Hamilton Matos dos Santos; Daniel Ferreira Pereira Goncalves da Mata; Ernesto Lozardo; Fernanda de Negri; Flavia de Holanda Schmidt Squeff; Guilherme Mendes Resende; Jessé José Freire de Souza; Jose Aparecido Carlos Ribeiro; João Alberto de Negri; Juliano Cardoso Eleuterio; Lenita Maria Turchi; Manoel Carlos de Castro Pires; Marco Antonio Freitas de Hollanda Cavalcanti; Marco Aurelio Costa; Mathias Jourdain de Alencastro; Roberto Dutra Torres Junior; Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Representação legal: não há

031.040/2015-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Governador Edison Lobão/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

034.070/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaela Bezerra Facanha Correia; Raimundo Nonato Junior; Rute Regis de Oliveira da Silva; Tatiane Kelly Barbosa de Azevedo Carnaval
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.368/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliane Pirolo; Francisco Fiorelli; Jose Pereira Alvim Filho; Solange de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

008.761/2008-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Fatima Ferreira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro
Representação legal: não há

017.932/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Onildo da Silva Botelho; Roldao Lucas Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

021.650/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriano Ramire Canella; Aida Batista Moreno; Cristal da Costa Thompson; Dalila Jordão; Jefferson Azevedo Ribeiro; Joao Luiz Mouro Filho; Lenira Lopes de Nonno; Leny da Franca Bastos; Lira Gomes Netto; Luiz Carlos Telles; Maria Alice Macedo; Maria Delmira Figueiredo Leite; Marly Rodrigues de Oliveira; Nhandeyaro Homem dos Santos; Nivalda de Oliveira Silva; Odette Leite Barroso; Ruth Barreto Amaral; Ruth Moreira de Moraes; Teresa Bruno da Silva Cardoso; Zulmira Wilken
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.136/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Silva e Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

022.141/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Pereira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

027.393/2015-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Carlos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.600/2009-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA
Responsáveis: Telmiston Pereira Carvalho, Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Jenipapo dos Vieiras/MA e Ingersol Poços Artesianos Ltda. - ME
Representação legal: Mauro Henrique Ferreira Gonçalves Silva (OAB/MA 7.930), João Batista Ericeira Filho (OAB/MA 8.296) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

000.199/2018-4
Natureza: Prestação de Contas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Responsáveis: Ana Claudia Oliveira da Nóbrega Vital do Rêgo; Jackson de Araújo Lucena
Representação legal: não há

004.359/2017-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Icó - CE
Responsáveis: Francisco Antônio Cardoso Mota; Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior
Representação legal: Rafael Mota Reis (OAB-CE 27985) e outros, representando Jose Jaime Bezerra Rodrigues Júnior

006.308/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vicente Lobo Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

006.646/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jaime Bau
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

011.321/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Carneiro; Francisco George Nogueira Josino
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

012.867/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Porfirio de Andrade Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

015.094/2013-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Yone Bastos Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

016.149/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laercio Martins de Oliveira e Silva; Lilian Alves Pires; Luciana Rangel da Silva; Luis Felipe de Oliveira Nabuco de Araujo; Mariana Valentim de Moraes Silva; Nayá Neves de Miranda; Pedro Arthur Braune Guedes; Polyanne Torquato de Queiroz; Ricardo Aguiar dos Prazeres; Roseane Murcelle Cirilo
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Portos (extinta)
Representação legal: não há

017.232/2018-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tauá - CE
Representação legal: não há

017.594/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Cavalcante Medeiros Neves; Fabio Cardoso; Juliana Moreira Passos de Sousa; Leonardo Di Praga Nunes de Oliveira; Leonardo Jose Lopes; Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha; Otavio do Nascimento Manei; Rafael Resende Stival; Ralyse Christine Antunes Madureira Riera; Rejane Ennes Cicerelli; Rone Alves Ribeiro Lima; Samuel Quintino Dutra; Thays Cristina de Araujo Tschiedel; Victor Cabral Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: não há

018.484/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Juarez Manoel Dorneles Przybylski
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

019.003/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Matheus Oliveira Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

019.063/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dalton da Silva Neiva; Daniele Nunes de Castro; Isabel Dolabela de Lima Lopes; Jose Eduardo Canavezes Souza; Julio Cesar Katekawa; Kaue Lunard Kawashita
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

019.155/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isabela Soares Machado e Silva; Larissa Wendling
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

020.364/2016-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

020.549/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Franz Hadman Jasper
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

020.761/2017-1
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará
Representação legal: não há

020.926/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dionnathan Gomes Pinheiro; Elline Alves Rodrigues; Esmeralda Marques dos Santos Acioly
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: não há

021.051/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Pereira de Sousa Rocha; Karina Gomes de Sena Sella
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

021.092/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jairo Sardeiro Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

021.143/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelo Moraes de Senna; Cassio Felipe Bueno; Flavio Silveira Fraga; Ricardo O Reilly Cabral Posada
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

021.513/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cilenio Peres Barga; Dalvirene Pinheiro Ciriaco; Jandira de Lourdes dos Santos; Juvina Maria de Jesus Baracho; Luceny Peres Barga; Maria da Gloria Moura; Rosa Cristina Adriano Peres Barga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

021.535/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marilene Costa Botelho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/MT
Representação legal: não há

021.548/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eron Bonfim Firmino; Larissa Bonfim Firmino; Renan Bonfim Firmino
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - Dnit/MT
Representação legal: não há

021.549/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dagmar Paulina de Barros; Fernanda Cristina de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso do Sul - Dnit/MT
Representação legal: não há

021.989/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Martins Duarte; Joao Antonio da Silva; Miguel Ribeiro da Silva; Nilo de Souza Filgueiras
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

021.991/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gervasio Marcinichen
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Santa Catarina - Dnit/MT
Representação legal: não há

021.999/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Diogo Lustosa Filho; Antônio Câncio de Oliveira Filho; Antônio de Sousa Matos Neto; Arnor Pereira da Silva; Benedito Torquato de Oliveira; Eliezer Nogueira Maia; Raimundo Ângelo da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Ceará - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.001/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonimar Martins de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado da Paraíba - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.002/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Jovenal Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Pará
Representação legal: não há

022.003/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Luiz Moreira Campos; Altamiro Soares Filho; Carlos Rogerio Caldeira de Lima; Celso Machado; Edson Carneiro; Genair Fernandes de Oliveira; Joao Nery de Lima; Osmar do Carmo; Roberto Elias Azzi; Ronald Barbosa de Oliveira; Vicente Paulo Alves Gonçalves

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.020/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Augusto de Araújo Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.021/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.022/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Ribamar Tavares; Rivo Sergio de Brito; Rivo Sergio de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Maranhão - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.023/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Francisco Godoy de Godoy
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.025/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Dias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Tocantins - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.026/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcio Lanzuerksy Brandao Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Alagoas - Dnit/MT
Representação legal: não há

022.215/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Juarez de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

022.636/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camilo Silva de Oliveira Coelho; Erni Paulo Giotto; Gabriela dos Reis Wane
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Representação legal: não há

022.694/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Denise Lisboa Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

028.215/2017-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Florivaldo Vieira Martins; Jardel Rodrigues da Silva; Maria de Nazare Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Representação legal: não há

028.898/2017-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará
Representação legal: não há

031.760/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Amauri Sousa Lima; Antônio Carlos de Melo Victório; Construtora Sercel Ltda; Enpa Engenharia e Parceria Ltda; Rui Barbosa Egual; Tamasa Engenharia Sa
Representação legal: Bárbara Queiroz Borges Testa (83.492/OAB-MG) e outros, representando Enpa Engenharia e Parceria Ltda; Guilherme Antonio Brito Gonçalves Barbosa (OAB-DF 45.197) e outros, representando Construtora Sercel Ltda; Tatiana Barbosa Farias Machado (OAB-MT 11120), representando Antônio Carlos de Melo Victório, Amauri Sousa Lima e Rui Barbosa Egual; Marina Hermeto Correa (OAB-75.173MG) e outros, representando Tamasa Engenharia Sa; Leonardo Gomes Bressane (OAB-MT 10102) e outros, representando Agrimat Engenharia Industria e Comercio Ltda

032.352/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Francisco Glairton Rabelo Cunha
Responsável: Ila Maria Pinheiro Nogueira Saraiva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jaguaretama - CE
Representação legal: não há

032.596/2016-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsáveis: Anselmo Nobumassa Ono; Antonio Carlos Fernandes Pacheco; Deise Lopes Pires; Helio de Carvalho Pinto; Summer Cool Projeto, Instalação e Manutenção de Sistemas Ltda; Thermon Ar Condicionado Ltda
Representação legal: Daniel Manoel Palma, representando Summer Cool Projeto, Instalação e Manutenção de Sistemas Ltda; Rafael Ramos Leoni (OAB-SP 287214), representando Anselmo Nobumassa Ono

033.643/2015-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Farias de Castro
Responsáveis: José Farias de Castro; Omar de Caldas Furtado Filho; Planmetas Construções e Servicos Ltda - Me; Prefeitura Municipal de Brejo - MA
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Álvaro Valadão Borges Neto (OAB-MA 5509) e outros, representando Omar de Caldas Furtado Filho; Walter de Sousa Barros, representando José Farias de Castro

033.984/2017-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia
Responsáveis: Elio Ebert de Oliveira; Elizabeth Tominaga Boero; Helena da Silva Rocha Sete; Ivan Freitas de Oliveira Filho; Jair Sezário Luz; Maria de Lourdes da Silva; Odete Soares de Oliveira Souza; Osvaldo Veiga; Ruyvaldo Correia Sales; Zeneide dos Santos Souza Carneiro
Representação legal: não há

035.247/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Amanda Arruda Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Granja - CE
Responsável: Eliezer Oliveira de Arruda Coelho Filho
Representação legal: não há

036.276/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Carlos Antonio Chagas Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: Gustavo Esperança Vieira (OAB-SP 212756) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Ministro VITAL DO RÊGO

003.526/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mayara Evelyn Gomes Lopes; Natalie Suzuki; Pedro Henrique Cunha Soares; Pedro Henrique Ramalho Dias; Renata Nascimento Paschoal Sampaio; Sabrina Leonzi D'alessandro; Saylon Alves Pereira; Tami Maekawa; Viktor Aschermann; Vitor Felipe e Silva de Oliveira Nery; Vitor Júnio Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

012.304/2018-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG
Responsáveis: Carlos Alberto Ramos de Faria e Evandro Nery
Representação legal: não há

014.341/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Cristina de Oliveira Freire; Celina Pastorello Gauer; Gramisson Machado Cavalcante; Luiz Paulo Ribeiro de Andrade; Marcelo Sampaio Moura; Mirian Helena Hoeschl Abreu; Priscila Gradvohl de Assis; Tauli Stein de Barros; Vicente de Paulo Castro Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

021.572/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alda Olimpia Falcao; Berenice Rocha da Silva; Coralia Barros da Silva; Daniely Lopes da Silva; Dany Lopes da Silva; Edimar Oliveira Albuquerque; Marfisa Nunes de Mello Maia; Otilia Paiva Passos; Ozaira Lima do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Acre
Representação legal: não há

021.575/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Rames José Ganum Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

021.775/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Carvalho da Silva; Anisisa Leopoldina e Silva; Balbina Cavalcante Pinheiro; Carmem de Castro Tapias; Carmem de Castro Tápias; Doralice Regina D'emery Peixoto; Edson Rodrigues Lira; Felipe da Silva Rosa; Felipe da Silva Rosa; Felipe da Silva Rosa; Fátima de Souza da Silva; Guilherme Gomes Imbelloni; Iracema Batista dos Santos; Lenita Coelho Prestes; Leonidas Tápias; Liete Lemos Imbelloni; Maria Hilmar Viana de Lima; Maria Lucia Santiago Bello Rosa; Maria da Paz Medeiros de Araújo; Maria de Lourde Cerqueira; Marilia Cambraia de Albuquerque; Marlem Haddad Rocha; Priscilla de Souza Gomes; Ricardo Cardoso Simões
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.780/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Carolina Lopes Cosenza; Aristéia Ferreira Pinto; Aurora Slanma Villa Nova; Barbara Cristina Silva Ramos; Barbara Cristina Silva Ramos; Dulce Lopes Paradela; Erothides de Oliveira Antunes; Geralda Gonçalves da Silva; Geralda Gonçalves da Silva; Irma Francecshi Monteiro; Jandira Claudiano dos Santos Rodrigues; Jorge Barbosa; Luana Karla dos Santos Rodrigues; Margarida Maria Sampaio Cavalcante; Maria da Penha Ribeiro dos Santos; Maria do Céu Barreto Fixina; Marilia de Salles Venuto; Nely da Fonseca Sarquis; Nilson Pinheiro Ramos; Rafael Dantas Freitas; Rosangela Maria da Silva; Salmon Quintas Ramos; Severina Camara Leão; Vanda de Oliveira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

021.967/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Crusius Netto; Joana Amaral Lopes; Maria Ledi Hanauer; Matheus de Moraes Grinchpum; Rubem Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

022.162/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Telles de Vasconcelos; Domingos Dalla Costa Diderot
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Representação legal: não há

022.457/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edcarlos Batista dos Santos; Edenize Vigilato da Paixao; Eder Bernardes da Silva; Eder Ferreira Bispo da Cunha; Edilia Benka; Edimar de Souza de Jesus; Edimax Lima dos Santos; Edinalva Aparecida Palma; Edinei de Matos Sousa; Edison Radesca; Edivaldo Ferreira Barbosa; Edlene Dias do Nascimento Silva; Edmundo Henrique Vasques Moreira; Ednaldo Calahani Felicio; Eduardo Coelho Marubayashi; Eduardo Eugenio Inacio; Eduardo Felix da Silva; Eduardo Perez Goncalves; Eduilza Rodrigues de Sousa Reges; Edvaldo Amaro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.461/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Barroso Soares; Fabricio Gabriel Lopes Bezerra; Fabricio Renno Bueno da Cunha; Fabrizio Pereira Franco; Fagner Monteiro Nascimento; Fagner de Lima Gusmao Solano; Falber Goes do Espirito Santo; Fatima Torres Portugal; Felipe Antonio do Nascimento Moura; Felipe Augusto Casagrande Bortolozo; Felipe Campos; Felipe Carvalho Goulart; Felipe Fantacussi de Oliveira; Felipe Ferreira de Lima; Felipe Machado de Cristo; Felipe Martins Moraes Daher; Felipe Sampaio de Aguiar Magalhaes; Felipe Santiago Bisulli; Felipe Vinicius da Silva Rodrigues; Felipe de Faro dos Xavier de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.466/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geraldo Donizeti Silvino de Oliveira; Geraldo Joaquim de Oliveira Junior; Geraldo Tadeu Nunes dos Santos de Oliveira; Gerson Altoe; Gerson Martins; Geyza Santana Barbosa;

Gilson Celso Rodrigues Filho; Gilvan Dias de Carvalho Junior; Giovana Aparecida Pardial de Oliveira; Giovana Bedin Pereira; Giovana David Gomes; Giovana Fernandes Prates; Giovanna Rezende Nunes; Giovanna Silva Zanella; Girlene de Sousa Goncalves; Gisele Cristina Dedemo; Giselle Cordeiro; Gislaine Rafaela Pereira da Silva; Gislandio Lacerda da Silva; Gislane Tavares de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.471/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ismael Ferreira da Silva; Israel Monteiro Rocha Magalhaes; Ivan Mazzutti; Ivani Rocha; Ivany Cristina de Oliveira Santos; Izabel Cristina Lopes dos Santos; Izorlei Nordio; Jacimara Marsura Abel; Jackson Candido da Silva; Jackson Feitosa Castelo Branco; Jaderson da Silva Souza; Jailson de Assis dos Santos; Jailton Lopes de Farias; Jaime Procopio da Silva; Jaine Schuhmacher; Jaini Candido; Jairo Ary de Freitas; Jairo Correa de Lacerda Junior; James Milani Wanderbroock; Janaina de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.477/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jucilene Gomes da Silva; Julia Andriani dos Santos; Juliana Alessandra Silli Seidler; Juliana Alves Silva; Juliana Matos Oliveira; Juliana Pamela Giacobelli; Juliana Sousa Pereira; Juliana Vieira dos Santos; Juliana da Silva; Juliana da Silva Dagnino; Juliano Goncalves; Juliano dos Santos; Julio Cesar Baldo Vanzella; Julio Cesar Donadel; Julio Cesar Negherbon; Julio Cesar dos Reis Piau; Julio Fumio Futaba; Julio Santos Silva; Jumma Severo Silva Costa; Jusinete Oliveira Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.482/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leticia Brites da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.485/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Gabriel Francisco; Luciano Jose dos Santos; Luciano Rosseto dos Santos; Luciene dos Santos Espindola; Lucilene Cage de Souza; Lucimara Batista de Souza; Lucimara Cristina Pereira Silva; Lucinara de Cassia Alves; Lucitania Ferreira Veloso Medeiros; Luis Fernando Guilherme Lemos; Luis Gabriel Mietto Romao; Luis Henrique Couto Paixao; Luis Matheus Cunha Ferreira; Luiz Alfredo Vieira; Luiz Antonio de Chiara; Luiz Carlos Campion; Luiz Carlos Pereira; Luiz Carlos Terra; Luiz Felipe Martins; Luiz Gonzaga de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.490/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Donizete Rodrigues; Maria Edivania Braz; Maria Fernanda Goncalves Pinto; Maria Gerdalucia Fideles; Maria Isabella Santana Furtuoso; Maria Julia dos Santos Izidoro; Maria Luciene Alves Araujo Ximenes; Maria Lucy dos Santos; Maria Luisa Oliveira Cardoso; Maria Luiza Greco Copriva; Maria Marilany Maia; Maria Oliva Guimaraes Serafim; Maria Paula Ferreira Gomes; Maria Regina Ferreira Pinto Lima; Maria Regina dos Santos; Maria de Fatima Moreira de Mattos; Maria de Lourdes de Souza Carvalho Russo; Maria do Carmo Arruda Leite; Maria do Carmo Santana Matos; Maria do Perpetuo Socorro Verissimo Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.495/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maycon Ramos de Melo; Mayla Ferreira Estevam; Mayra Ferreira de Souza; Meire Satie Kiyama; Melissa Eliane Ferreira de Paula; Melissa Thomazini Sabino; Mhaido Lucas Martins Soares; Micheli Dias da Silva; Michelle Oliveira Silva; Michelly Vicente Cabo Winter Quintiliano; Mieko Leticia Sakuma; Miguel Roncada Haddad; Milena Morita Mantovani; Milene Mariane dos Santos; Milenna Wild Guimaraes; Milton Fraga Leitao Filho; Milton Massanao Nakamura; Milton Ramos de Camargo Junior; Mirian Amalia Mercado; Mitchel de Souza David
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.497/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Murillo Sousa Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.504/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Lima da Silva; Rafael Littig Santana; Rafael Lourenco; Rafael Sanches Schumaher; Rafael Santos de Medeiros; Rafael Simões Roedel; Rafael Viana Mendes; Raiany Cristine Cruz da Silva; Raimunda Nadia Rabelo Freires; Raimundo Jose de Santana; Raisa Yasmin Ranzani Gaspar; Raissa Ana de Carvalho; Ramon Luiz Refosco; Randerson Santos de Figueiredo; Raphael Martini Vicente; Raphael Vieira dos Santos Goncalves; Raphaela Eugenia Noronha Dias; Raquel Avila; Raquel Eliane de Matos Rasquinha; Raquel Fiuza Casses
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.509/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Romario da Silva Santos; Romulo Araujo Lemos; Romulo Jose Ribeiro Tostes; Ronaldo Lofiego Pereira de Souza; Ronaldo Mendes Sampaio Junior; Ronaldo Silva Junior; Ronan Rocha de Souza; Ronie Fernandes; Rosana Gottmann; Rosana Peixoto Vieira; Rosane Nascimento de Almeida; Rosemary Candido Bonifacio; Rosiana Leticia Bispo Guimaraes; Rosilaine Sitta Lenzi de Oliveira; Rossana Danielle de Fatima Martins; Rozenilde Francisco dos Santos; Ruan Ricardo de Araujo Castro Lages; Rubens Basso; Rubens Guilherme Toscan; Rubens Lopes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.511/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Samuel Desiderio Braquehais
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.514/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Suele Cristina de Souza; Suelen Cristina Batista da Silva; Suelen Furhmann; Sueli Aparecida Venancio; Sueli Conceicao dos Santos; Sueli Pereira Costa; Sueli Rafael; Sueni Moreira; Suerda Lima Cortez dos Santos; Sylas Penna Abraham; Tadeu Zomer Locatelli; Taina Potiguara Pereira de Franca; Taiz Ferreira de Oliveira; Talita Aparecida Simao Carvalho; Talita Taines Almeida Santos; Talita Vieira Kawagoe; Tallyta Camargo Santos; Tamie Oliveira Iwanaga; Tamires Buzetti Picco; Tamires Santos Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.519/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Valadares; Virginia Machado da Silva; Vitor Augusto Cardoso Brusth; Vitor Ribeiro dos Santos; Viviane Ferreira dos Santos; Viviane Roseno Michail; Viviane de Almeida Marques; Wagner Marconi Passamai; Wainer Ribeiro; Waldemir de Andrade Santos; Walkiria de Cassia Nogueira; Wallacy Batista Cavalcante; Walter Rodrigo Barbosa de Souza; Washington Luis Fontes Santana; Washington Maniero; Weberton Antonio dos Santos; Welington Cardoso Barbosa; Wellington Junio Pereira Furlan; Wellington Silva Mendes Rios; Wellington de Carvalho Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

022.654/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessado: Maria Beatriz da Silva Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Estado do Acre
Representação legal: não há

044.452/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Eliana Maria Carvalho Romeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

015.345/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Estado de Sergipe
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe
Representação legal: não há

024.090/2018-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: Brunella Fonseca Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.746/2016-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Giuseppa Socorro Teixeira Zanchi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
Representação legal: não há

006.342/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Deoli dos Anjos Deserto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

012.331/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Winpress Comércio e Serviço de Equipamentos de Escritório EIRELI - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

021.134/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Kanazokemaece; Airton Dias; Airton Porrete Konozokaye; Alan Dias da Silva Apinage; Alberto Carlos Alves dos Santos; Alcidia Cesario de Torres; Aldir Barbosa Brito; Alex Alves Zomaizokiece; Ana Paula Gottardi Barbosa Maia dos Santos; Diogo Alexandre Arantes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

021.733/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abygail Baptista de Souza; Ailton Ferreira da Silva; Anna Paranhos de Campos; Delva Gouveia Correia; Deneide Andrade Santos Veiga Lopes; Ednar Dias dos Santos; Emilse Cardoso de Souza; Gilda da Conceicao Josetti de Oliveira; Grinaura Maia Mayerhoffer; Helena da Conceicao Costa; Helena de Souza Goncalves; Ivete Ferreira Carneiro; Maria Aparecida Vitor da Silva; Maria Braga da Silva; Maria Dalva Beliago dos Santos; Maria Estelita de Aguiar Lopes; Maria Leopoldina de Souza; Maria da Silva Almeida Santos; Paulina Coutinho de Moraes; Rosa Souto; Ruth Velloso de Freitas Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.740/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adayr dos Santos Neves; Aldecyra Carvalho de Almeida; Almerinda Beatriz Honorato; Angela Duarte Braga; Edith Peixoto Lima Alonso; Ely de Jesus Teixeira da Costa; Emilia Cruz Mendes; Floria Fragoso dos Santos; Geralda Elias Lopes1; Helena Maria Honorato de Assis; Isau Aires da Cruz; Jurema Ribeiro Moreira Sampaio; Laura Rosa Marcal; Lucia Barbosa Pinto; Maria Gomes de Assumpção; Mariana Nogueira de Almeida; Nancy Falcao Junqueira; Nilda Rangel dos Santos; Rosa Silva Franca Leite; Walter Faria Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.746/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cecilia Simão do Nascimento; Jose Vanildo Cordeiro da Silva; Maria Cordeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

021.837/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Celia Maria Ferreira Freitas; Esther Rubim dos Santos; Hayde Tatagiba de Souza Durão; Maria Elizanete Laurentino Santos; Marly de Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.139/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maurilia Pacheco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.200/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Romulo de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

023.880/2018-0
Natureza: Representação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representante: Alforge Segurança Patrimonial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Embrapa/UEP/Recife
Representação legal: não há

025.876/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amazonas
Representação legal: não há

031.787/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: CCS - Central de Construções & Serviços Ltda.; Iara Soares Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tomar do Geru/SE
Representação legal: não há

033.585/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Farmácia
Representação legal: não há

034.685/2016-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP)
Representação legal: Samuel França Torres dos Santos e outros, representando Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP)

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.387/2016-9
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação de parcelados recursos repassados pelo FNAS a título de cofinanciamento federal das ações continuadas da assistência social.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Turilândia/MA
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Responsável: Domingos Sávio Fonseca Silva
Representação legal: não há

001.872/2015-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Turiaçu/MA
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Responsável: Raimundo Nonato Costa Neto
Representação legal: não há

003.062/2018-0
Atos de admissão de pessoal expedidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
Interessados: Ariele Souza de Andrade; Bruna Ferreira Antunes; Cristiane de Lima Campos Oliveira; Debora Tavares Grizendi; Elizangela de Sousa Silva; Isabela Barboza da Silva Tavares Amaral; Jessica Conceicao Santos Freitas; Jose Ricardo Paganelli David; Pablo Maicon Marostica; Valeria Cavalcante da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.143/2018-0
Atos de admissão de pessoal expedidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
Interessados: Eduardo Vieira Braga Espindola; Erico de Pinho Menezes; Genildo Ribeiro de Melo; Johnnata dos Santos Silva; Katarine Carvalho Caetano; Marcel Machado da Motta; Nair Cristina Leite Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.397/2016-6
Tomada de contas especial instaurada pela FNS em razão da execução parcial de convênio cujo objeto era a construção de sistema de abastecimento de água.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bom Despacho/MG
Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Onilza Simone Albuquerque Vaz
Responsável: Espólio de Geraldo Simão Vaz
Representação legal: Carlos Magno Vaz Gontijo (OAB/MG 38.676)

009.006/2018-4
Ato de admissão de pessoal expedido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
Interessado: Tiago Engel Knevitz
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

009.561/2016-1
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio.
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsáveis: Francisco SE Sousa Santos; Organização da Educação Indígena Xacriaba
Representação legal : não há

010.298/2015-0
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE em virtude de irregularidades na comprovação dos recursos repassados ao município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Primeira Cruz - MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Responsável: Urbano Souza da Silva
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

008.947/2012-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de um convênio firmado com o município de Serrano do Maranhão/MA para a aquisição de equipamentos e de material permanente para postos e centro de saúde.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsáveis: Leocádio Olímpio Rodrigues; Rosângela Alves de Azevedo
Representação legal: não há

016.100/2010-7
Pessoal. Aposentadoria. Magistério. Contagem ponderada do tempo de serviço. Pagamento continuado do percentual de 28,86%.
Interessados: Almir Nadim Raslan; Aparecida Eliza Ferreira; Arnaldo Santos Gasparini; Aurea Machado Vidal; Beatris Pereira da Costa; Denise Tibau de Vasconcelos Dias; Eurdes Carlos Garcia; Helio Alfredo Godoy; Isolete Lins Campestrini; Joao Batista Campagnani Ferreira; Lauro Joppert Swensson
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: Rejane Ribeiro Fava Geabra (OAB/MS 6.966) e outros, representando Eurdes Carlos Garcia; Walfrido Ferreira de Azambuja Junior (OAB/MS 4.088) e outros, representando Joao Batista Campagnani Ferreira

028.432/2011-8
Recurso de reconsideração interposto por João Eudes Machado Tenório contra decisão que julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento do débito apurado e aplicou-lhe multa, com fulcro no art. 57 da Lei 8443/1992, em razão de irregularidades identificadas na execução de convênio que tinha por objeto propiciar condições de combate ao mosquito aedes aegypti no município de Pesqueira/PE.
Recorrente: João Eudes Machado Tenório
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Eutropio Monteiro Leite; João Eudes Machado Tenório; Prefeitura Municipal de Pesqueira/PE
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004), Bernardo de Lima Barbosa Filho (OAB/PE 24.201), Caique Andre Avila de Miranda (OAB-DF 24.383) e outros, representando João Eudes Machado Tenório; Jorival França de Oliveira Júnior (OAB/PE 14.115), representando Prefeitura Municipal de Pesqueira/ PE

Ministro BRUNO DANTAS

004.786/2006-0
Apreciação de aposentadorias instituídas no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão em favor de Bianor Baldez e outros.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
Interessados: Bianor Baldez; Heloisa Cardoso Varão Santos; Jacy do Vale Silva; João Batista Cardoso; João Batista Vieira Barros
Representação legal: Mário de Andrade Macieira (4217/OAB-MA) e outros, representando Heloisa Cardoso Varão Santos

006.663/2016-8
Pedido de Reexame contra decisão que determinou ao município a realização de concurso público para admissão de profissionais do Programa Saúde na Família.
Recorrente: Município de Rio Piracicaba - MG
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio Piracicaba - MG
Representação legal: Débora Magalhães Almeida (OAB-MG 130.991) e outros, representando o Município de Rio Piracicaba - MG

013.083/2008-6
Pedido de Reexame interposto por Monique Nogueira Galvão, chefe da Seção Operacional de Gestão de Pessoas/ INSS/GEXCPG, contra deliberação que considerou ilegal a aposentadoria de Maria Ely Costa de Oliveira.
Recorrente: Monique Nogueira Galvão, chefe da Seção Operacional de Gestão de Pessoas/ INSS
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS
Interessada: Maria Ely Costa de Oliveira
Representação legal: não há

013.164/2017-1
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de ex-prefeitos de Itapipoca/CE em razão da não consecução dos objetivos pactuados em contrato de repasse celebrado entre o Ministério das Cidades e o município para execução de produção habitacional.

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapipoca/CE
Responsáveis: Dagmauro Sousa Moreira; João Ribeiro Barroso
Representação legal: Maria de Lourdes Pinto Martins (11663/OAB-CE) e outros, representando Município de Itapipoca/CE e João Ribeiro Barroso

021.365/2013-0
Pedido de reexame interposto por Gilberto José Prestes da Silva contra decisão que, dentre outras medidas, considerou ilegal seu ato de aposentadoria.
Recorrente: Gilberto José Prestes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Interessados: Euridice Josefina Bazo Tôrres; Gilberto Jose Prestes da Silva; Primavera Cozubek Mallet; Sueli Carmo Pollo Minello; Sueli Carmo Pollo Minello
Representação legal: Luiz Antonio Muller Marques e outros, representando Sueli Carmo Pollo Minello; Rafael da Cás Maffini (44.404/OAB-RS) e outros, representando Euridice Josefina Bazo Tôrres

022.447/2017-2
Apreciação de pensão civil instituída no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em favor de Palmira Ferreira Alves.
Interessada: Palmira Ferreira Alves, pensionista de Severino Cordeiro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

025.796/2015-1
Apreciação de pensão civil instituída no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
Interessada: Cristiane Januária Salustiano Gonçalves, pensionista de Sebastião Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

026.449/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária em razão da impugnação parcial das despesas de convênio celebrado com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde para implantação de uma central de biodisponibilidade e bioequivalência na Faculdade de Ciências da Saúde na Universidade de Brasília, com o objetivo de dar apoio às ações de vigilância sanitária e suporte técnico-científico à política de medicamentos genéricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Responsáveis: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde; José Garrofe Dórea; Mourad Ibrahim Belaciano
Representação legal: Rodrigo Ladislau Batista (27.727/OAB-DF), representando Mourad Ibrahim Belaciano; Guilherme Navarro e Melo (15.640/OAB-DF) e outros, representando José Garrofe Dórea; Julio Otsuschi (13301/OAB-DF), representando Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde - Funsaúde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

027.197/2017-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo FNDE, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à Unidade Executora Heráclito de Castro e Silva, nos exercícios 2012 e 2013, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Unidade Executora Heráclito de Castro e Silva
Responsável: Francisco Luciano Souza da Silva
Representação legal: não há

028.921/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos por meio de Termo de Compromisso cujo objeto era o custeio a Equipe Nacional Permanente de Canoagem Velocidade Masculina com o objetivo de conquistar vaga para os Jogos Olímpicos de Pequim.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsável: Espólio de Renato Teixeira Pinto;
Representação legal: não há

036.249/2016-5
Pedido de reexame interposto por Sônia Maria Diogo e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES contra decisão que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Sônia Maria Diogo e fixou medidas corretivas.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Recorrentes: Sônia Maria Diogo e Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: Odasir Piacini Neto (OAB-DF 35.273) e outros, representando Sônia Maria Diogo

041.796/2012-8
Monitoramento de acórdão que considerou ilegal pensão civil instituída no âmbito da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Interessadas: Irany Lins de Albuquerque e Ivany Lins de Albuquerque, pensionistas de Silverio Lins de Albuquerque
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

003.238/2015-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos de convênio com o objetivo de apoiar a realização da 16ª Festa da Linguiça de Maracaju.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maracaju/MS
Responsável: Celso Luiz da Silva Vargas
Representação legal: Erimar Hildebrando (OAB/MS 9.393)

012.731/2007-5
Atos de concessão de pensão civil emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Mato Grosso. Apreciação para fins de registro.
Interessados: Fabiana Alves Pereira; Valdinei da Silva Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Representação legal: João Batista dos Anjos (OAB/MT 6.658) e outros

020.595/2015-8
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e condenou-os ao pagamento de débito e de multa, em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio referente à prevenção à exploração sexual de crianças e de adolescentes em regiões de grandes obras de desenvolvimento ou de preparação para a Copa do Mundo de 2014.
Recorrente: Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - Cecria e Vicente de Paula Faleiros
Representação Legal: Arthur Simas Pinheiro (OAB/DF 48.314), Ivan Luz Carvalho (OAB/CE 19.364) e Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361)

021.851/2008-0
Atos de concessão de pensão civil emitidos pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo. Apreciação para fins de registro.
Interessadas: Maria Luiza de Jesus; Natália Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.214/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos transferidos no âmbito do Programa de Proteção Básica e do Programa de Proteção Social Especial na modalidade fundo a fundo.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Bento do Norte/RN
Responsável: Geraldo de Assunção Pereira
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.231/2016-9
Embargos de declaração opostos pelo responsável, em face do Acórdão 2143/2018-1ª Câmara.
Embargante: Edval Luz Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Abaíra - BA
Responsável: Edval Luz Silva
Representação legal: Lindolfo Antonio Nascimento Rebouças (OAB/BA 16.374)

014.833/2015-8
Tomada de contas especial ante a omissão no dever de prestar contas de recursos de convênio, cujo objeto é implantar projeto no Município de Ilhéus, visando atender adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos, egressos do sistema prisional; expostos à violência doméstica e/ou urbana; em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas; em situação de rua e vítimas da criminalidade ou residentes em áreas de atuação do PRONASCI e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ilhéus/BA
Responsáveis: Município de Ilhéus/BA, Jabes Sousa Ribeiro e Newton Lima Silva
Representação legal: Otávio Augustus Carmo (OAB/BA 8.783); Marco Aurélio Lélis de Souza (OAB/BA 17.875); Alcksander Alves e Souza (OAB/BA 18.632); Mesáque Barbosa Soares (OAB/BA 40.608); Thiago Nogueira Lino (OAB/BA 32.312); Ítalo Assunção Cavalcante (OAB/BA 32.693); Silvana Vieira Lins (OAB/BA 19.957); Maria Stela Menezes Carillo Silva (OAB/BA 19.868); Eileen Maria Tavares Lacerda (OAB/BA 6.259); Aloysio da Silva Santos Filho (OAB/BA 8.324); Célia Maria Costa Passos (OAB/BA 7.744); Fabiano Almeida Resende (OAB/BA 18.942 e OAB/DF 20.541); Sinésio Bomfim Souza Terceiro (OAB/BA 36.034); Higor Costa Pinto (OAB/BA 41.861); Márcio Cunha Rafael dos Santos (OAB/BA 19.012)

018.128/2016-5
Tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde - Funasa/BA, em razão da não execução do objeto pactuado com o Município de Sobradinho/BA que teve por objeto "a execução da ação Melhorias Sanitárias Domiciliares", no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando a construção de 288 módulos sanitários em residências da Vila São Joaquim.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sobradinho/BA
Responsáveis: Genilson Barbosa da Silva; WTM-Construções e Transportes Ltda
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - BA
Representação legal: não há

018.508/2013-8
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) - Ministério da Saúde, em desfavor do Prefeito Municipal de Jaru/RO e do Secretário de Saúde do Município de Jaru/RO por terem realizado pagamentos irregulares com recursos do SIA/SUS.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jaru/RO
Responsáveis: José Amauri dos Santos, ex-Prefeito; Roberto Emanuel Ferreira, ex-Secretário Municipal de Saúde; Município de Jaru/RO
Representação legal: Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Marcelo Andre Azevedo Veras (OAB/RO 7768), Rodrigo Venturelle de Brito (OAB/RO 7031), Henrik França Lopes (OAB/RO 7795), Nayberth Henrique Alcuri Aquinio Bandeira (OAB/RO 2854) e Hudson da Costa Pereira (OAB/RO 6084), representando o Município de Jaru/RO

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

016.242/2017-3
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caatiba/BA
Responsável: Omar Sousa Barbosa
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde)
Representação legal: não há

020.210/2010-8
Ato inicial e ato de alteração de aposentadoria.
Interessados: Maria Orfiria Ribeiro da Silva; Walfrido de Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná Incra-SR/PR
Representação legal: não há

Em 27 de julho de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

EXTRATO DE PAUTA
SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA,
DE 31/07/2018, ÀS 16H

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

006.325/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduardo José Martins da Silva; Jandira Valadares de Lima; Maria Aparecida Santos Fonseca; Maria Josina Fernandes Melo; Maria Luiza Vital Barbosa de Souza; Maria da Soledade Alves Ferreira; Rogério Netto; Salvador Correa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

006.351/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aparecida Campos Sousa e Silva; Celeste da Silva Nazario; Flavia Cabral Xavier; Jose Altan Alves Lacerda; Jose da Luz Caminho; Marcia Maria de Oliveira Sakamoto; Maria Lucia de Lima; Marta Fagundes Vieira; Miguel Lopes Lima; Monica Saraiva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

006.366/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fatima Denise Araujo Silva; Hascalon Rodrigues Lima; Joel Almeida Costa Lima; Lucia de Fatima Freitas de Lima; Luiza Leão Feitosa de Andrade; Romana Marques Silva; Selma Regina Lima Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

006.378/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Charles Michel Salame; Edelvira Maria Sinimbu de Lima Damasceno; Izabel Soares dos Santos; Lucio Rodrigues Macedo; Paulo Roberto da Costa Nery; Sonia Maria Pereira dos Santos Raiol
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Representação legal: não há

006.397/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Hassel Mendes da Silva; Giovana Cristina Ferreira Esteves; Lucimar Guimarães de Sousa; Marcio Ronaldo da Silva; Maria Soares Monteiro Martins; Norival Marques Martins; Rodopiano de Souza Florencio; Sonia Maria da Silva; Tereza Eugenia Maria Infante de J. Breves Beiler
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

006.402/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivanice Cavalcanti da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

007.332/2010-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL
Responsável: Lauro Pereira da Fonseca
Interessado: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL
Representação legal: não há

008.743/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Antonio Nascimento Costa; Marco Antonio Oliveira da Motta; Marco Antonio Pecanha de Araujo; Marco Antonio Pinto Nogueira; Marco Antonio Ramos Rocha; Marco Antonio Resende; Marco Antonio Rodrigues; Marco Antonio Xavier Monteiro; Marco Aurelio Coutinho; Marco Aurelio da Silva Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

008.754/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Jabor Rosa; Marcos Jorge da Silveira; Marcos Jose Gomes da Silva; Marcos Jose da Silva Damasco; Marcos Jose de Oliveira; Marcos Jose de Souza Gomes; Marcos Lourenco dos Santos; Marcos Lucio Alves Ribeiro; Marcos Luis Soares Nunes; Marcos Luiz Batista Carramao
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

012.079/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Emiliana Pereira da Silva e Costa; Maria Joana de Oliveira; Neyde Maria Barros Telles; Severina Lira Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

013.939/2012-2
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República de São Mateus/ES
Responsáveis: Antonio Carlos Machado; Gildevan Alves Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pinheiros - ES
Representação legal: Andrea Carla Ribeiro da Cruz (47289/OAB-DF) e outros, representando Gildevan Alves Fernandes; Kayo Alves Ribeiro (11.026/OAB-ES), representando Antonio Carlos Machado

014.360/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celia Almeida da Silva; Dercy Gomes dos Reis; Ernani Saltz; Joana da Silva Marques; Lígia Regina Nunes Correa Antunes; Marcia Regina dos Santos Vieira; Maria Lúcia Guimarães; Maria Lúcia Mendonça; Sandra Leite Ribeiro; Sandra de Almeida Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

020.539/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Ribeiro Sparremberger; Cristina Pedrini da Assuncao; Jose Fernando de Azevedo; Karine Picoli Duarte; Kelen Regina Oliveira Machado; Marcelo Martins Pereira; Marcia de Oliveira Hoffmann; Mariani Souza Wandame Frassao; Paula Brasil Pesce; Priscila Liao dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

020.872/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anusca Fetter dos Santos; Carolina Magali Beckmann; Cintia Machado; Claudio Fonseca Saucedo; Eliseu Fontoura da Silva; Joseane Castro de Amorim; Leocadia Pocai Alves; Patricia Rosana Rosa de Mello; Tatiane Lanzarini Luiz; Tobias Ludwig do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

021.123/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Paula Silva Moreira Dorneles; Cristiane Reis Valadares; Daniele Prado da Silva; Edna Cristina Arbogast Fontoura; Leticia Rocha Garcia Soares; Liria Regina Berriel de Medeiros; Miriam Trombetta Franco; Priscila Ross Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

021.508/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Benedita Maria Oliveira de Almeida; Hilda de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

021.568/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alda Inêz Caldeira Victoria; Andrelina da Cruz Silva Santos; Antonieta do Amaral Braga; Caroline Couto Faria; Clarice Teixeira Caldeira Brant; Clarinda Dulce Barbosa; Dalzira Pires de Morais Moura; Danielle Couta de Freitas; Ernestina Cardoso da Silva; Josefino Maria Dias; José Bispo; Laureston Conceição de Souza; Lenita Almeida Cordeiro; Lindalva de Moraes Brito; Lucilia Martins Teixeira; Marcus Vinicius Lima Oliveira; Marcus Vinicius Mendonça Lopes; Maria Ilca dos Reis; Maria de Lourdes Ferreira de Carvalho; Rita Gonçalves Cardoso; Ryanderson Soares dos Santos; Samara Soares dos Santos; Thais Cristina da Silva Souza; Velma da Conceição de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

021.587/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Romeiro Silva; Airton Tavares da Silva; Aldo Ferraris; Andressa Cristina Antonio dos Remedios; Antonieta de Almeida Marinho; Antonio Marcos Pinto Feijo; Aristostelina de Araújo Pires; Avany Freitas Tavares; Deusidete Elza de Medeiros Oliveira; Eunice Pereira Nascimento; Helio de Azeredo Coutinho; Herminio Vargas de Lima; Ilza Couto Sodré; Jessica Sodré de Oliveira; Lia Bravo Cruz; Maria Lucineia de Oliveira Vieira; Maria das Dores Soares; Maria de Lourdes Costa Ferreira; Marilene Assumpcao Lima; Zelia Alves Pereira; Zeny dos Santos Gama
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.588/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Altelina da Silva Alves; Bellardette da Cruz Rosa; Diego Cruz Mello; Eunice Andrade Rangel; Inacia de Souza Paiva; Julia Barreto de Carvalho; Lais Silva Marcovistz; Leonice de Mendonça Freire; Maria Francisca Ribeiro da Silva; Maria Lopes de Souza Pinheiro; Marise dos Santos Barros; Nair Sabina de Vasconcelos; Nelly da Cunha Miranda; Nilcea Silva da Penha; Nilcia Melgaço Pereira; Nilta Nery dos Santos; Waldete da Silva Santos; Zilar Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.589/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adenlidia Soares Firmo; Alice Pinto de Almeida; Ana Galvão Pereira; Andreia Amorim da Rocha; Berenice Francisca Correia; Conceicao da Silva Domingues; Doralice das Dores Pereira Ferras; Helena Leite Tristão; Isiete Catroli Vanderlei; Julieta de Araujo Fernandes; Leir Sales Fiuza Pessanha; Maria Izaura Ferreira Siqueira; Maria Izaura Ferreira Siqueira; Maria Terezinha dos Santos; Marilda da Silva de Souza; Marilda da Silva de Souza; Milita Lobo de Souza Santos; Neide Paula da Cruz; Severina da Costa de Souza; Thaina Martins de Moraes; Vilma da Silva Marques; Zeny Oliveira da Sá Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.701/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Antonia Pedro da Silva Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.702/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalcina Maria da Silva; Antonia Dias da Silva; Aurelina Pessoa de Araujo; Helena Apolonia da Silva; Herminia Analia Placida; Jose Francilino dos Santos; Lina Maria da Silva; Luis Antonio Xavier de Souza; Maria Amelia Feitosa de Gois; Maria Batista de Souza; Maria Concebida do Espirito Santo; Maria Edileuza Xavier; Maria Everasio da Silva; Maria Virgilina de Francisco Viana; Maria da Silva Bandeira; Maria das Dores de Assis Calixto; Maria dos Santos da Silva; Marta Maria dos Anjos; Moises Araujo Oliveira; Rita Moreira da Silva; Rozalina Batista de Carvalho; Severina Ferreira de Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.703/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgisa Alves de Mendonça; Ana Moreira de Araujo; Antonio Marcos Carvalho de Mendonça; Atenor Carvalho Mendonça; Dagmar Almeida Publio Pereira; Francisca Cardoso de Abreu; Francisca Pinto Batista; Grigoria Maria da Silva; Hilda Maria da Silva; Juliana Araujo Nobre; Kaline Alves dos Santos; Leopoldina Maria dos Santos; Mabel Walsh Gonçalves dos Santos; Marcelo de Oliveira Nune; Maria Ana dos Santos; Maria Bento Caitano; Maria Magestoza de Menezes e Costa; Maria das Neves de Jesus; Noemia Castro da Cruz Freitas; Perpetua Alexandre da Costa; Tereza Christina da Silva; Vicente Furtado Leite; Willian Carvalho de Mendonça
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.704/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ducila Pereira Mendes; Edetuides Cardoso Silva; Generosa Maria de Jesus Pinho; Severina Emilia de Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.706/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adbeel Goes de Oliveira; Alberto Costa Moura; Ana Batsita dos Santos; Antonia Maria da Conceicao; Cicero Eutropio da Silva; Eidel Eutropio da Silva; Enoque Alves dos Santos; Fernanda Patricia Alves de Almeida; Francisca Costa Sudário; Geraldina Rebelo dos Santos; Gullymam Brandao Osterno; Hermelinda Lima Cavalcante; Judith Francisca de Cerqueira; Luiza Alves dos Santos; Luiza Alves dos Santos; Maria Alves de Lucena; Maria Cabral de Sousa; Maria Ernestina da Silva; Maria Parente Aguiar; Maria da Penha Nobrega do Nascimento; Maria do Socorro Alves de Almeida; Nelson Xavier Soares; Rogerio Tavares de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.709/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elisabete Cavalcante Nunes; Ruth Cavalcanti Nunes; Ruth Cavalcanti Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.712/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelma Maria da Silva; Allison Raniere Ferreira do Nascimento; Analia Militana de Lima; Antonia Sealda Porfirio; Clarissa Freire Fernandes; Clistenes Francisco Silva Rufino; Fabio Antonio Silva Rufino; Francisca Lopes Gonçalves; Ilda Maria de Almeida; Joana Ferreira Araujo; Josefa Raimunda de Sousa; Luana Nascimento Ribeiro; Lídia Guilhermina Ferreira; Maria Antonieta da Silva Pereira; Maria Bezerra de Sousa; Maria Constancia Souza Pereira; Maria Luzinete do Nascimento; Maria das Dores Silva; Maria de Lourdes Martins da Silva; Maria do Rosário dos Santos Lima; Sueuda Sales Sousa; Thaoana Larissa Souza Novaes; Valdice Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.715/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelia Gomes da Silva; Adriana Andrade Matias; Andreina Andrade de Oliveira; Antonio Carlos dos Santos; Dario Santos da Silva; Edna Medeiros de Melo; Emilia Soares de Souza; Eunice Vieira Silva; Francisca Pereira de Sousa; Francisca Pinheiro Sampaio; Francisca Rosa Vieira; Joelma Cruz de Andrade; Josefa Julia dos Santos; Maria Batista Sousa; Maria Criselda da Silva Pereira; Maria Jose da Costa; Maria Oscalia dos Santos; Maria de Lourdes Albuquerque; Osvaldo Jose dos Santos; Quermina Maria de Medeiros; Roselita Cristina da Silva; Sandra de Almeida Costa; Valda Caetano Albuquerque; Wagna Regina de Almeida Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.718/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Francisca Pereira; Benedito Lopes Aquino; Brigida Viana Studart Gurgel; Cassimiro de Sousa; Cicero Correa da Silva; Damiana Ferreira da Silva; Fagner Ferreira da Cruz; Fernando Ferreira da Cruz; Flavio Ferreira da Cruz; Francisca Dantas de Negreiros; Gracilene Correa da Silva; Josefa Correia da Silva; Juliana Neri da Silva; Maria Albertina Alves de Araujo; Maria Auxiliadora Maciel; Maria Ferraz Pereira; Maria Goes Barros; Maria Oliveira Rebelo; Maria Raquel Almeida; Maria Soares da Silva; Maria do Carmo de Almeida de Sousa; Perciliana Maria da Conceiçao; Raimunda Moreira Silva de Aquino; Raimunda Moreira Silva de Aquino; Roza Maria da Conceição Simões Maciel; Zenivaldo Correa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.720/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandrina Gomes da Silva; Angelina Rodrigues de Souza; Cecilia Barroso de Sousa; Celio Pinto de Barros; Christiane Bernadeth Nogueira Melo; Cicero Barroso de Sousa; Deoclecio Andrade de Oliveira; Edmilson Romao da Silva; Fernando Mario Mamede Vidal; Francisco Chagas Girão; Giselle Queiroz Limeira Paula; Kamila Rafaella de Carvalho Almeida; Leonor Marcelino de Oliveira; Maria Netis de Souza; Maria Rodrigues dos Santos Oliveira; Maria Senhora da Silva; Maria do Socorro Alves de Souza; Mozart Willian Torres Ribeiro; Nathalia de Andrade Menezes; Raimundo Nonato Filho; Walmir Pinto Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.723/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Altina Duarte da Silva; Aurelina Monteiro da Silva; Dirce Pereira Alves; Fraancisca Maria de Sousa; Gercina Gomes de Lima; Germana Fernandes Araujo; Izabel Pereira Ribeiro; Janair Gomes da Silva; Jaqueline de Lima Bezerra; Josefa Braga da Silva; Luisa Joana de Almeida; Maria Braz Ferreira; Maria Delfina da Silva; Maria Gomes Pereira; Maria Lucileide Dantas de Oliveira; Maria das Dores dos Santos; Mario Soares Dias; Masonita Ribeiro Parente; Natalicia Mendes da Silva Ferreira; Natalicia Mendes da Silva Ferreira; Silmara Ribeiro Parente; Tereza Freire Tavares; Zulmira Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

021.731/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Augusto de Albuquerque Pinto; Brunna Mayara Silva Pereira; Brunno da Silva Santos; Danielle Alves da Silva; Elisangela da Silva Santos; Elma da Silva Santos; Erica da Silva Santos; Eronides Cavalcante de Melo e Silva; Ivani da Silva Santos; Jessica Soares de Alencar; Josefa Francisca Feitosa; Joyce Botelho da Silva; Lourival Luiz dos Santos Junior; Marcelo Ramos de Oliveira Sales; Marcos Ramos de Oliveira Sales; Maria Anete dos Reis Soares Leão; Maria Jose da Silva; Maria José Carvalho dos Santos; Maria José Tenório de Oliveira; Maria José da Silva; Marinalva Ramos de Oliveira Sales; Maxwel Pedro da Silva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Michelle Ramos de Oliveira Sales; Mirian Alves da Silva; Nair Cavalcanti Portela; Natanael Alvaro da Silva; Raimunda Lucia Sales de Oliveira; Ruan Deyvison da Silva Azevedo; Severina Modesto da Silva; Suelen Madalena da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.798/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Celioney Ramos da Costa; Elvira da Silva Andrade Silva; Josefa Oliveira dos Santos; Luana Andrade Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

021.807/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Campos de Castro; João Batista Furtado Filho; Luiza Benjamin de Melo; Maria José Souza da Costa; Maria Neide França de Sá; Maria Neusina Pires; Maria Yolanda Bastos de Freitas; Maria de Jesus Brito Almeida; Maria de São José Herculano Cipriano; Raquel Rita da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.816/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Hernani Bonfim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Representação legal: não há

021.821/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aida Gomes Haddad; Antonio Pinto Monteiro; Clymene de C; Deolinda Lanna Barroso; Didima da Silva Affonso; Dora Zimelson Schermann; Joao Luiz Teixeira; Manoela Mendes Pereira; Maria Jose Muniz Goncalves; Maria da Gloria Allevato; Maria de Lourdes de Oliveira; Norival Pontes; Paulo Jose Gallo; Paulo Jose Gallo Junior; Roberto Ferreira Callado Espinola; Sebastiao Ferreir da Silva; Waldemira Cabral da Silva; Washigton Julio Abel; Zeneida Magalhães Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

021.823/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adilson Batosta Moreira; Ana Carolina Garcia dos Santos; Ana Teodora da Silva; Arlete Silva Nogueira; Arlinda Vieira da Silva; Clebio Nogueira Camoes; Delzira Oliveira Brum; Dirceu de Jesus Caldeira; Francisco Livramento de Vasconcelos; Gracirete Castilho Vieira; Idarlete de Aguiar Nascimento; Isidoro Macario Coimbra; Maria Augusta Pinho de Souza; Maria Auxiliadora Abel; Maria da Gloria Assis Pereira Tostes; Marizete dos Santos Bernstein; Neide Mendonca Brandao; Orlezina Beckman Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

021.826/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria da Penha Martins Quites; Oscar Cabral Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: não há

021.827/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agostinho Leite Lopes Veloso; Antonio Manoel de Araujo; Dalila Aparecida de Lima Lopes; Edith Gonçalves Marques; Eneida Maria de Oliveira; Eunice dos Santos Ribeiro; Gelcy dos Santos Boavista; Ilson Chaves; Inercy Fulgencio Barreto; Isabel da Fonseca Ferreira; Joao de Sousa Lima; Lucilia Raja Gabaglia; Maria Carmelita Soares Bezerra; Maria da Penha Nunes da Silva; Maria de Lourdes Gonzaga; Maria de Lourdes Marques de Mendonça; Neusa Gomes de Vasconcellos; Olivia Dalmaschio Gavão; Saturnina Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

021.828/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abel Antunes de Araujo; Alda Vieira da Silva; Antonio Pereira de Moura Filho; Edna Alves da Silva de Souza; Elizete da Silva Costa; Emerentina Dias Novaes; Erundina Maria Tavares; Jhony Fonseca da Silva; Joao Chaves da Cruz; João Paulo Andrade Dittz Chaves; Karl Bugkel; Leda Muniz Cardoso de Moraes; Leonor Calumby; Lidiane Estevão da Silva; Livan Almeida Pinto; Maria Aparecida de Almeida; Maria Nazareth Azevedo Gusmão; Orita Andrade Dittz Chaves; Raimundo Tome da Silva; Salvador Domingos Alves; Zulmira Lopez Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

021.829/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Almerinda Viana de Lima; Anne Maria de Moura Falcao; Antonio de Sousa Pereira; Aurino Cavalcanti do Nascimento; Carlos Alberto Bento de Paula; Fernando Jose de Agosto; Floraci Gomes de Oliveira; Gilson Bernardes; Jamille Monteiro Gomes; Jose Cardoso Gomes Cardoso; Lenir Rosa Gonçalves; Lucinea Maria Viana de Lima; Maria da Conceição Lopes de Oliveira; Maria da Silva Rosa; Nabor de Oliveira Machado Rosa; Nilton Marinho; Pedro Gonçalves Barreto; Renato Yoshio Etiwatari; Roberto de Andrade Lima; Rosa Sa Silva; Sabrina Cristina Santana Amaral Ferreira; Suely Narcizo Pacheco; Tais Camilo de Oliveira; Thamires Camilo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

021.899/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Laura Pedro de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
Representação legal: não há

021.901/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Geruza de Lima Santos; Ivone Fonseca de Lima; Maria Lúcia Tenório de Albuquerque; Mariana Lima Felippe; Mirian de Melo Lopes; Nêda Tenório Cerqueira; Paulo Silvio Ramires; Rita Verissimo de Medeiros; Yanara Luciane Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

021.902/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Justina da Silva Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

021.904/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aurea Gomes Seraine; Francisca Ione Pequeno Holanda; Francisca Reginez Marques Mariano; Francisco Clairton da Silva Nogueira; Francisco Lopes Barros; Guanapuan Rodrigues de Sousa Vieira; Lucila Bezerra Porto; Marcia Rodolfo da Silva; Marfisa Neves Fujita; Maria Argentina Aguiar de Oliveira; Maria Jose Sousa Rodrigues; Mauricia Aguiar Mont Alverne; Osvaldo Holanda de Araujo; Patricia Cardoso de Alencar Seraine; Rodrigo Cardoso de Alencar Seraine; Terezinha de Sousa Ferreira Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.905/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Matheus Texeira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.906/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio dos Santos Vieira; Avani Melo de Castro; Diego Nunes de Faraday; Evaldo Rodrigues da Silva; Francisca Mimosa Magalhaes; Gloria Maria Machado Muratori; Jacqueliny Ferreira Gomes; Jorge Alexsandro Ferreira Gomes; Juliana Pinheiro; Luiza de Marillac Aquino; Maria Jose Alves; Maria Olga Rodrigues Cerqueira; Maria de Almeida Nunes; Maria do Socorro Araujo Arrais; Michella Brasil; Rondynelle Gomes Paz; Roseane de Mendonça Furtado; Sebastiana Barbosa Coelho Cintra; Talita de Oliveira Brasil; Tereza Cristina de Mendoça Furtado; Thamires de Araujo Brasil; Zacarias Fernandes Lima Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.908/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bartolomeu Felizardo de Santana; Fabiano Santos Lisboa; Ilena Ramlow; Jadyr Rodrigues Gobbi; Jose Euripedes Vieira Pedrinha; Julieta Pimenta de Freitas; Julio Botelho; Lucas Luan Almeida de Oliveira; Maria Elisa Costa Socorro; Maria de Lourdes Abelha de V. Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

021.909/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Joao Dionizio de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

021.910/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Edson Marinho; Terezinha de Jesus Bezerra Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

021.912/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Andre Luiz Rabello da Silva; Antonia Rezende Pontes; Ernesto Frade; Florestina de Oliveira Gomes; Graciema Serra Lemos; Heloísa Maria Costa Reis Nunes Ribeiro; Hilda Assis Cardoso; Hortência Hudon Vilela; Iracema França; Josiany Coelho Campos; Laura Eufrásio Morais; Lucas Antonio Liduario; Maria Beatriz Ribeiro Medeiros da Fonseca; Maria Eugênia Lorieri Coelho; Marly Rabello da Silva; Meyre Albuquerque e Silva; Meyre Albuquerque e Silva; Paulo Rodrigues Machado; Riza Pereira Rodrigues; Rosalva Ramalho Teixeira; Yvonne Leal Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.913/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eny Lima do Nascimento; Eridane Forneris dos Santos; Felipe Augusto Braga Sena; Leda Maria de Oliveira; Luiz Eustáquio Pereira Vilela; Rigel Forneris dos Santos; Tony Cezar de Oliveira Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.914/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marcus Antonius Alves Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.915/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adenis da Conceição; Antonio Malizia; José Penido Filho; Laura Rabelo da Costa de Carvalho; Maria José da Silva; Sebastiana Luiza Soares; Thays Rosario Aureliano
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.916/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Antônio Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.919/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jesse Cancino Bretas; Maria Angela Souza Cruz; Maria Christina Cancino; Sebastiao Mauricio de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.922/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Íris Andrade da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.923/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ami da Cunha Menezes; Ariane Marques de Morais; Carlos Roberto Cavalari; Edith Teixeira Vivas Pinho; Hélvia de Oliveira Resende; Iracema de Almeida Ministerio; Liége de Almeida Soares; Sebastiana de Araújo Morais; Yedda Lucia do Couto Victor; Zilda Lima de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.924/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Lourival de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

021.925/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alberico Pereira Lacerda; Aline Botelho Ramos de Goes; Ana Carla Martins Ferreira; Divani Florencio Lacerda; Edira da Silva Lins; Evandro Queiroz de Lima; Gustavo Higino da Silva; Jose Paulo da Silva; Kamilla Mulatinho de Souza Leao; Margareth Gonçalves de Oliveira; Maria Antonia Nunes; Maria Auristela Bacalhau Japiassu; Maria Leonila de Luna; Maria Ribeiro de Luna; Maria Stela Mulatinho de Souza Leao; Maria de Fátima Lima do Nascimento; Maria de Lourdes Barros dos Santos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Natalli Leonila de Luna; Nely de Mendonça Câmara Cavalcanti; Nilo Jose Ferreira; Rivanildo Ivo dos Santos; Rosalia Alves de Sousa; Wanda Silveira Vieira; Wirla Maia Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.926/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agenor Maranhao Lapenda; Aline Idalina Cassimiro; Ana Lucia Rodrigues da Silva; Cleonice Leite Dias; Gabriel Silva de Andrade; Joaquim Antonio de Andrade; Josefa Barbosa da Silva; José Francisco da Silva Filho; Maria Jose da Fonseca; Maria Lucia Toledo da Costa; Mariluce Lemos de Araujo; Pedro Botelho de Oliveira; Silvio Cesar Barros da Paz; Sofia Pedro de Souza; Victor de Melo Alves; Wellington Silva da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

021.928/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Agenor Batista; Alex Amaral dos Santos; Altair de Souza Chaves; Dalete Pires de Mendonça; Ilza Berolatti Carvalho; Joanna D'arc da Costa Pereira de Souza; Kilza Cantanhede Lopes Cardoso; Larcy Corrêa; Lucilia Florindo da Silva; Maria Eugenia de Moura; Maria Lydia do Valle; Maria Myriam Fgreire Peres; Maria de Lourdes Alheiro da Silva; Mariana Jagl de Pinho Barreto; Natalia Pio da Silva; Paulo Cesar de Moura; Thais Maria Siqueira de Resende; Victor Aguiar de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.929/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Fatima de Noronha; Coaracy Ribeiro Granja; Denyse Cavalcante Dutra; Elsa Maria Reis Cassus; Felix Garcia Gutierrez; Gloria Pereira Magalhaes; Goreth Maria Cristina Marinho dos Santos; Hilda Lopes da Cruz Felix; Jercy de Moraes Vianna; Jorgina Reçol Muniz; Lylian Domenico; Margarida da Silva Suzano; Maria da Penha dos Santos; Marina Correa da Silva Vieira; Michele de Siqueira; Nayara Santos Neves; Noeme Lantelme Poppe; Patricia Moraes Mello; Paulo Rubem Gonçalves Lisboa; Rosa Santos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.931/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Ignácio Luiz Gomes; Alda Scapin Jordao Costa; Anesia Cavalcante Guedes de Figueiredo; Antonio Goncalves Ferreira Filho.; Arthur Emílio do Nascimento Gonçalves; Arthur Napoleao Assumpçao Machado; Felisbela da Conceicao Reduto; Geni Gomes do Nascimento; Giselda Coelho Lopes; Juliana da Silveira Lucas; Lygia Vaz de Mello; Maria Avelina de Araujo; Maria Elisa Pereira Fernandes; Maria de Lourdes Moura Manescal; Maria de Lourdes de Barros Reis; Maria do Carmo Pereira Bellizzi; Marli Braz Rabelo; Mirian Poubel Boechat; Nadir de Oliveira Figueiredo; Telma Maria de Novaes Pessanha; Thereza Stella Duarte de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.932/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adiramelia dos Santos Silva; Antonieta Fischer Viana; Berta Martins Seixas; Brenda Cortes; Carmine Runco; Eliane Mendonça da Silva; Etelvina dos Santos Teixeira; Evaldo Braz Pereira; Gabriel Vianna Maia Santos; Germana Barboza da Motta; Germana Vieira da Cruz; Guilherme da Silva Martins; Gustavo da Silva Martins; Henny Almeida de Moura Estevao; Jorge Rosa Vieira; Jose Carlos de Souza; Marcia Martignoni Cortes; Maria Anita Costa Lança; Marly Celano Barbosa; Mirella Cortes; Rosa Maria dos Santos; Sabrina Silva Martins; Suely Pereira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.933/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aida Ferreira Pinto; Almir Mouguet da Fonseca; Aracy Menezes; Arthur Nunes Ribeiro; Celia Gonçalves dos Santos; Deo de Souza Nogueira; Edla Maria Jose Faria Noe; Emilio Faria dos Santos; Jose dos Santos; José Dagmar de Jesus; Julieta Rodrigues Carvalho; Lucio Rocha Santos; Maria do Socorro Carvalho Boa Vista Alborio; Marina Moreira Goulart; Marlene Ferreira de Almeida; Nilza Cardoso Braga; Pablo Gonçalves Guimarães; Thatyana Correia da Silva; Thiago Luiz Ferreira Sampaio; Yara da Motta Costa; Yara da Motta Costa; Zenir Pinto de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.935/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Almir de Lima Pontes; Eliane de Lonthfranc Palha; Elza de Castro Soucasaux; Florita Maciel Alves; Genicéia da Silva Pontes; Gilbertson Torres; Luiz Carlos Moraes Campos; Margarida Monteiro Del Valle; Maria Jose Alves Fidélis; Maria Jose Coelho Salvado; Maria Luiza Cardoso; Maristela Cancio de Pontes; Mirian de Oliveira Vieira; Norma de Oliveira da Costa; Osmar de Barros Teixeira; Ruy Durante Jobim; Santina Liberato da Costa; Therezinha Lessa Polonio; Zilda Neves de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.936/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre Barbosa; Amauri dos Santos Nunes; Antonio Bernardo Coelho; Antonio Calil Filho; Bruna Patricia da Costa Ferreira; Claudio Garcia de Freitas; Edna de Azevedo Mello; Felisbino de Araujo; Gabriel Ferreira dos Santos; Jose Mauricio Goncalves Sampaio; Lea da Conceição Teixeira Tancredo; Oswaldo Relva Peixoto Filho; Pedro Paulo de Souza; Samanta Clara Silva; Telmo Nitzsche; Udsonina Perasio; Wesley Rodrigo Oliveira dos Santos; Wilcêa Barcelos Diniz Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.937/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Lambert de Passos; Adelina da Costa Marques; Andre Felipe Carvalho de Pinna; Angelica Conceição Moraes Ennes; Carlos Chagas Ribeiro; Edir Amaral de Jesus; Eweraldo Ramos de Oliveira; Francisco Xavier de Azeredo; Hilka Camara Machado Netto; José Lucas dos Santos Rocha; Laura Amelia Poggi da Rocha; Manoel de Oliveira Chaves; Maria da Conceição Silva; Maria de Lourdes Batista dos Santos; Maria de Lourdes Breves Pereira; Maria de Lourdes Pereira; Marina Gomes Santarella de Souza; Patrick Augusto Lopes da Fonseca; Rodrigo da Silva Lima; Roza Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.939/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daisy Pinheiro Villela; Erina do Nascimento Goulart; Ivone Vidal da Silva; Joao Marcos de Carvalho; Julieta Dickmann de Sa; Laura Maria Borges da Silva; Leonelina Silveira Alves; Maria Irene Santos de Macena; Maria da Gloria Gomes Maciel; Maria da Gloria Ribeiro de Souza; Maria de Lourdes Alves Ramos; Marilda Dantas Joao; Marly Alves de Souza; Mayara Jully de Jesus Ramos; Nanci da Silva Pereira; Nancy Carr Barbosa; Nancy Carr Barbosa; Rodrigo Alvarenga Pessanha de Araujo; Rosa Calabrez Lyrio
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.940/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Annita Hungria Mandu da Silva; Bruno Luiz da Costa Teodoro; Cremilda Antonia da Conceição; Deonea da Silva Fontes; Farailde de Brito de Oliveira; Flavio do Cabo de Carvalho Nebenzahl; Heloisa Desiree Schwin Marques; Jaciara Maria do Nascimento; Josefina Sousa Cardoso de Castro; Luiz Paulo Teodoro; Maria Eutilia Coquito; Maria Graciela Meinberg Fadul; Maria José dos Santos Jardim; Maria Neide Pereira; Marilda Nicolay Ramos; Natal Marques; Quiteria de Freitas Vasconcelos; Regina Maria Freire Rodrigues; Sebastiana Rosa de Oliveira; Waldo Barreto de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.941/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alfredo Nascimento Filho; Claudiana Bastos Aguero; Edyr de Castro Canongia; Erlite Cordeiro Paula; Francisco Arao Felix; Jacy Renk; Jorge da Silva; Jose Humberto Leal Gueiros; Jose Soares; Julieta Gonçalves de Araújo; Maria Lisboa Lopes; Maria Nazareth Azevedo Gusmao; Maria Ribeiro de Carvalho; Maria Teixeira Costa; Maria da Conceição Fernandes; Norma Sylla do Amaral Peixoto; Rita Meyer; Robson Claudio Nogueira Aguero; Tacyra Leal Gueiros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.942/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adhemylson Marques de Menezes; Adriano Luiz; Aracelli Villas Boas Martins; Bianor Zacarias Marques; Carlos Rozenberg; Eduarda Rezende Cerejeira Guedes; Esther Guimarães Carvalho; Gilda Nogueira de Castro; José Domingos Irmão; Juracy de Oliveira e Silva; Lelia Novaes Ferreira; Lia Lobo de Albuquerque; Manoel Tarcisio; Manoel Walter Nunes de Barros; Maria de Fatima Santos; Maria de Souza Marques; Ney da Costa Dourado; Neymar Ferreira Serpa; Olivia Athanasio Pacheco; Rayana Ferreira Oliveira da Silva; Roberto Lyra Madeira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.943/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alecia de Souza Sampaio; Benedito Manoel Zacharias; Dulce Dutra Pimentel; Edith Goncalves Ferreira Coimbra; Iclea da Silva Forte; Janete da Silva Siqueira; Jorge Guimarães de Araujo; Maria Apparecida Lima Silva; Maria Martins do Carmo; Maria do Carmo Lima Alvarenga; Moacyr Antonio da Silva; Nair Alves Ferreira; Noemia Baptista Tone Fuly; Rebeca Cristine do Nascimento Costa; Regina Maria Guapiassu Bravo Prado; Renata Alves Sampaio; Rose Mary Luiza do Nascimento; Ruth de Souza Torres; Suedir Pereira Santos; Theresina de Jesus Rainho de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.944/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alvarina Roza da Silva Izidoro; Armênia Lemgruber Boechat; Celeste Antonio Pimenta; Celia Teixeira dos Santos; Cleria Teixeira Costa; Filomena Francisco Cordeiro; Iracema Pancini Zanuncio; Irany Cubeiro Silva; Isabel Maria Vasconcellos da Silva; Maria Castro de Oliveira Neves; Maria Dionísia da Costa; Maria da Conceicao Vital da Silva; Maria de Lourdes dos Santos Pereira; Marilene Goncalves; Odete Cecilia da Costa; Petronilha Marinho Batista; Rosa Vantil Freitas; Stella Maria Leão Telles Menezes; Thamires de Menezes Ezic Tavares; Verônica Cristina dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.946/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alda Silva de Barros; Amelia José do Nascimento; Azeneth Silva Pacheco; Conceição Fabiana da Silva; Dagmar Oliveira da Costa; Dulcineia Guimaraes da Silva; Hortencia Marques Ferreira; Ilka de Carvalho Neves; Ilza Moraes do Couto da Silva; Jose Barbosa de Oliveira Filho; Kika Bentovit Araujo Ferreira; Leny dos Santos Souto; Lidia Ferreira Barreto; Lindalva Gomes Marcena; Maria de Loourdes Santos; Nair Mendes; Olga Pereira Soares; Paula Cristina Cirino Santos; Rubenita Cavalcante da Silva; Terezinha Goncalves Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.947/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Peres da Costa; Camila dos Santos Cavalcante; Camillo Siqueira Cavalcante; Carlos Antonio Mello do Carmo; Carmen Serra Badaró; Dalva Oliveira da Cruz; Elody Lima Pires; Erika dos Santos Cavalcante; Ilka de Freitas; Isabelle Luiz Guedes Gomes; Jefferson dos Santos Cavalcante; Josefa Lopes de Farias; José Rosa Cavalcante; Karina dos Santos Cavalcante; Kelly dos Antos Cavalcante; Lia Marcia Marreiros dos Santos; Licia Siqueira dos Santos; Lourdes da Silva Carvalho; Maria Antonia de Oliveira; Maria Dulce de Oliveira Modica; Maria Lage Batista da Costa; Maria do Carmo Guedes Gomes; Marina Celia Cavalcanti de Albuquerque; Nilza Lima de Almeida; Noris Dias Damasceno da Silva; Paulo Andre Mello do Carmo; Suely Grilo Costa; Thais da Silva Costa; Thiago Andre da Silva Costa; Wanderson Mello do Carmo; Wesley Schiess Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.948/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amadeu Alves Cordeiro da Fonseca; Arivaldo Correia dos Santos; Deolinda da Conceicao Nepomuceno; Emilia Maria de La Rocque Ribeiro; Euridice Dias Pinto; Helena Andrade de Queiroz Vieira; Heloisa Lopes de Abreu; Irinéa Pereira de Sousa; Juvaldo Silva de Mattos Junior; Maria Antonieta Macedo do Rozario; Maria da Guia Oliveira; Maria das Graças de Oliveira; Neida Martins Pereira; Neide Bastos de Santanna; Nelson Maurell Filho; Neuza Correa de Aguiar Gomes; Ocredinir Magalhães de Santanna; Paulo Mandarino; Terezinha Maria da Silva; Vinicius Gama Rego Santos; Vivian de Souza Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.950/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgiza Raposo da Silva; Carmen Angela de Souza Costa; Gilson Carlos Monteiro Medina; Irany Duque Cezar; Jenny Pereira da Silva Orosco; Joaquim Jose Pereira; Lea Montes de Souza Ribeiro; Lea Montes de Souza Ribeiro; Margarida Craveiro Costa Rodrigues; Maria Augusta Gloria Vitorino; Maria Bastos Lins; Maria Celeste da Costa de Oliveira; Maria José Gomes Januário; Nadyr Silveira de Oliveira; Neuza Barros da Silva; Nilda Ribeiro Baptista; Perciliana Alves Campos; Roberta Serra de Carvalho Camargo; Sebastiana Cotardo de Araujo Paula; Vera Lucia Florencio
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.952/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cristina Silva Pinho; Antonio Carlos Penha; Antonio Vieira; Bibiana Rosa Magalhaes; Daniel Fajersztajn; Elisario de Amorim; Felipe Sampaio Costa; Frederico Cruz Fusaro; Gabriel Ayres Barbosa Hildenbrand; Gabriel Fajersztajn; Giseli Sampaio Costa; Ignez Santanna; Jaqueline da Silva Santana; Joaquim José Alves; Jorge Cassio Gomes Luiz; Jose Victor Peixoto Barreto; Luiz Claudio dos Santos; Marinoni Sebastião de Oliveira; Maurilio dos Santos Costa; Nicolau Flávio Perroni; Roberto Canongia Filho; Sebastião Araujo; Yann Mattheus Pereira Barcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.953/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adriana Belmont Xavier; Angelica Santos de Souza; Antonio Elias dos Santos; Antonio Luiz de Oliveira; Celso Joaquim Santos; Claudio Frambach; Dilmar Domingues da Costa; Edson Nunes de Morais; Fernando José Alves Camões.; Francisco Ferreira do Nascimento; Hermann Lacerda de Alencar Motta; Heucy de Miranda; James Ray Soren; Jean Pierre Belmont Xavier; José Sebastião Azevedo Camões.; Leonardo Xavier da Silveira; Luan de Oliveira Aires; Luis Fernando Sampaio Fonseca; Luzia Xavier de Carvalho; Manoel Buarque de Macedo; Maria Magdalena Lopes Santos; Naudilei Leandro Costa Carvalho; Nilson Matheus Soares; Nilton Leandro Costa Carvalho; Onofre Lucio Cordeiro Xavier; Wellington Ramos Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.954/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amalia de Oliveira Ribeiro; Anna Pereira Notaroberto; Carlos Eduardo de Oliveira Nascimento; Carolina Pereira Bueno; Emilce Correa dos Santos; Gabriel Gonçalves Pereira; Glaucia de Oliveira Nascimento; Guiomar Silva de Souza; Jorge Fernando de Carvalho; João Dias dos Santos; Julia de Souza Farias; Lais Gonçalves Pereira; Lourdes Ferreira da Silva; Luiz Carlos de Melo Leite; Luzia Nabia de Almeida; Maria Ligia Silveira; Maria Ligia Silveira; Marlene Marques Rodrigues Alves; Osiris Guerreiro; Stella Almeida de Azevedo; Walcyra Senna de Abrunhosa; Walter Dufrayer Ortiz
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.955/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Cavalcanti da Silva; Arlete Oliveira de Navarro Leitao; Esther Cendon Barbosa; Iara Anapurus; Jane Montenegro Cavalcante; Jorge da Silva Mattos; Luiz Jorge Santos de Souza; Luiza Bessa da Rocha; Maria Helena José da Silva; Maria Nazarete de Souza Araujo; Maria da Conceição de Freitas Cavalcante; Oneyda de Sant Anna Valero; Paulo Cesar da Silva Brito; Pedro Anapurus; Sandra Helena de Oliveira; Santina Santos de Oliveira; Selma Lago Monteiro; Thais Souza Paiva de Pino; Ubaldina de Sá Freire Silva; Walter de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.957/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alcebiades Penha; Alice Izabel Oliveira; Amanda Sabino de Oliveira; Anderson Sabino de Oliveira; Auta Borges de Sousa; Celestino das Neves; Fabiana Fernandes da Silva; Joaquim Jose da Mota Monteiro; João Félix dos Santos; Jurema Teixeira Alves; Manoel Reis de Oliveira; Maria Ferreira da Silva; Marlene Mesquita da Silva; Matheus da Silva Pereira; Nazareth A Silva Combat; Nizia Mara Fonseca Mendonca; Paloma Borges Martins Correia; Paula Cristina da Silva de Melo; Paulo Cezar de Mattos; Samantha Russo Novaes Ribeiro; Vicente Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.958/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia dos Reis Fonseca; Conceição Soares Dias; Gelza Marques Aldeia; Haroldo de Andrade Pinto; Helena de Souza Marques de Ramos; Hugo Wuillougby O'neil; Joao Carlos Pinto de Oliveira; Joao Souto Menezes; Jose Ferreira Portela; Karine Braga Fonseca; Laura Santos Fichter; Maria Helena Cortes Sarmento; Maria de Lourdes Muniz Mariano Ramos; Nilton Barbosa Pereira; Orlando Teixeira Lobo; Regina Inez dos Santos; Stella Xavier de Mello Bentes; Terezinha Artiles Martins Teixeira; Wandoyr Gonçalves; Yolanda Rego Motta Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.959/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angela Maria Pinheiro da Costa; Anna Lucia Rabello Bastos Pinheiro; Augusta Fernandes da Silva Cortes; Aurea Agricola dos Santos; Cordelia Barbosa da Silva de Sa Lessa; Denair Ribeiro da Costa; Elzy dos Santos de Paiva; Iara Trindade Marcilio; Irene de Leão Dutra; Isis Maria Meira Vannier; Jose Rodrigues Ferreira; Leontina Lopes Leite; Luzia Santos do Espirito Santo; Maria Amelia Canella Paiva; Maria dos Santos Salleiro; Morgana Lopes Dias; Orlandina Mendes Miranda; Oswaldo Abrantes Muniz Filho; Pedro Alves dos Santos; Therezinha de Jesus Louchard de Araujo; Zilma de Castro Weber
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.960/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Frossard Abreu; Canuta Capparelli de Moura; Clayde da Silva Ribeiro; Doralice Marques da Silva; Edilaine dos Santos Barcellos; Eunice Monte de Oliveira; Ileia Tavares; Itanyra Cardoso Ferreira; Ivan de Moura Freire; Jupira Dias da Silva; Leda Gorrilhas Magalhães; Maria Eunice Beltrão Salgado; Maria Eunice Beltrão Salgado; Maria Jose Goncalves; Maria Madalena Gomes; Maria Sonia de Souza; Maria de Fatima Rodrigues Guimarães; Maria de Pompea Araujo Lima; Nilza Nunes Pereira; Yolanda Bencardino Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.961/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Cesar de Barros e Vasconcelos; Aurea Lopes Sampaio; Clementino Camara Junior; Delicia Alves Rufino; Ephigenia Christina Cesar Mafra Salles Fernandes; Guiomar Schbert Souto; Ivone Pereira de Castro; Licia Leite Santos; Luis Paulo de Oliveira Rego; Maria Helena Moraes de Souza; Maria Naba Rocha Gomes; Maria Natividade Ferreira Pessoa; Nilza Silva da Conceicao; Renâ Torres do Patrocínio; Rossinez Noleto da Cunha; Teresinha de Jesus Mendes e Senna; Wilson Banedicto Barros; Zelia Gomes de Lima Giorno
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.962/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alfida Pereira da Silva; Antonio Cortes Filho; Arlette Aurea de Carvalho Gomes; Carmen Lucia Magalhães Alves; Dulce da Silva de Farias; Dulcinea da Silva Costa; Duranice Mello da Costa Lima; Honoralice Ana dos Santos Sanches; Jorge Francisco Ramalho; Lidia Maria Roza Levy; Lina Rabinovitch; Luzia Carmelita Pacheco; Maria Jose de Lima Borges; Mercedes Azulay Wainer; Sebastiana Emilia da Silva; Therezinha Maria Felix; Vera Lucia Pires Avallone; Vilma Costa Baptista; Waldir da Silva Maia Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.964/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandra Ignez de Sá Nogueira Faccini; Ana Paula de Cassia Milagres; Antonio Carlos Queiroz Borges; Cely Pinos Gibeiro; Dolly Sandes Milagres; Elina Guedes da Costa; Gilda Carvalhoza Ferreira da Silva; Lea Franco Correa; Lia de Castro; Luiza Di Gregorio Urti; Maria Jose Fabiano Koeler; Maria das Graças Reis de Moraes; Neuza de Siqueira Pinto; Orchidea de Souza Moura; Renato Kudsi Bezerra; Reynaldo Clemente Borges; Solange Coelho Grijó; Therezinha de Lourdes da Silva; Victoria Moniz de Aragão de Goes Daquer
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.966/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Julio Camilo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.968/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Apparecida Euclydes Nunes Ghisi; Cassia Denise Pimenta de Oliveira; Celia Maria Rodrigues Soares; Cleone Leonor Borin Negrão; Eda Flavia Lotufo Rodrigues Alves Patricio; Ivone Falcão; José Aparecido Dutra; José Herculano Lins Maldonado; João Cosme do Nascimento; Julinda de Alcantara Sales; Lourdes Candida Feliciano; Maria Aparecida de Oliveira; Maria Tereza Dias Ferreira Fontelles; Maria de Lourdes Ruivo Aralhe; Maria de Lourdes de Sampaio Vianna Pardini; Roque Bernardino de Lima; Saveria Botta de Assis; Teresinha de Jesus Oliveira; Ulysses Berton; Wilson Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

021.969/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abigail Conforti Gimenes; Alfredo Antunes dos Santos França; Antonio Ananias Teixeira; Carlos Francisco da Silva; Nadir Gusmão Fadul; Nazareth Raccioni Dal Gallo; Nely Yasbeck Waissman
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.005/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geraldo Mandu de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs em Alagoas
Representação legal: não há

022.006/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cicero Paulino de Souza; Deusdete Felismino Rodrigues; Francisco Luci Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Ceará
Representação legal: não há

022.019/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ricardo Sardinha Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins
Representação legal: não há

022.047/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Francisco Rossoni Faria; Darcy Rodrigues de Aguiar; Dulcimar Nazareth Guimarães de Macedo; Dulcimar Nazareth Guimarães de Macedo; Edir Monteiro Barradas; Eulino Pereira dos Santos; Geraldo Feroni; Gerson Euzebio Dias; Jayme Correia; Jose Mirandola; Jose Tosta Machado; José Paulino da Silva; João Marciano Alves; Maria Ottilia Capeleto Tartaglia; Pedro José Ribeiro; Zulemar Felicio de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.054/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão João Ruas; Aurora Brasilino Cruz; Flaviano Francisco dos Santos; Fábio Máximo Lenzoni; Maria de Lourdes Rivetti Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

022.056/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Waldomiro Costa Zuba
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

022.068/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Pimentel Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.069/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Oscar Alexandre Brito; Sonia Nobrega Cordeiro de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

022.106/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Barbosa; Abires de Arruda; Adalio Barbosa de Araujo; Adauto Leopoldo de Araújo; Adelgisio Oliveira Lima; Adercio Cordeiro de Souza; Aderson Martins Viana; Adonias Alves dos Santos; Adonias Formiga Dantas; Afonso Ferreira Neres; Afonso Gomes de Sousa; Afrodizio Durval Gondim Pamplona; Agnelo Arruda Lacerda; Agostinho Alves de Oliveira; Alba Pinto Fernandes; Albertina Bonfim da Costa; Alberto Pereira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.111/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dilson Vieira Regis; Dionisio Pedro da Silva; Dionisio Pereira de Pinho; Dionizio Cardozo da Silva; Djalma de Mendonça; Domingos Cardoso do Nascimento; Domingos Moreira de Andrade; Domingos Rodrigues Freire; Edison Almeida Leite; Edmundo Cerqueira Campos; Edson Rodrigues Lira; Eduardo Alves de Souza; Edvaldo Barbosa; Elesbão Gonçalves Sudário; Elias Pereira Lima; Elival Freire de Santanna; Elza Maria Mateus
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.117/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivanor Meira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.122/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Deusdete Ferreira; Jose Dias Cabral; Jose Dias de Carvalho; Jose Emir Lacerda; Jose Euclides de Sousa; Jose Ferreira Alcantara; Jose Ferreira da Costa; Jose Ferreira da Silva; Jose Ferreira da Silva Filho; Jose Francisco dos Santos; Jose Gaspar Cavalcanti Uchoa; José Deusemar Linhares; José Eliseu de Almeida; José Felix da Silva; José Ferreira da Silva; José Ferreira de Araújo; José Ferreira de Araújo; José Firmiano de Menezes; José Galdino da Silva I
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.125/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Tavares; Jose Vieira Rodrigues; Jose Vieira da França; Jose Xavier da Silva; Jose Xavier de Lima; Josias Fernandes Deousa; Juarez Elpidio Machado; Julieta Alves de Oliveira; Julio Mariz Melo; Julito Aires Caluete; Juracy da Silva Tavora; Juvenal Arlindo da Silva; Juvino Pompilio dos Santos; Leobino Plinio dos Santos; Lourenço Pinto Freitas; Lucas Eustáquio Damasceno; Lucio Caminha Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.128/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Ursulino de Oliveira; Manoel Valentin; Manoel Valter Quaresma; Manoel Vieira Carneiro; Manuel Alves Rocha; Marden Leitão Figueiredo; Margarida Maria Abreu da Silva; Maria Geraldina Barbosa Girao; Maria Gomes Pereira; Maria Helena de Queiroz; Maria Leopoldina Portela; Maria do Carmo Duarte Leão; Marinildes Maria da Silva Costa; Miguel Francisco Filho; Miguel Freitas Confessor; Miguel Higino de Oliveira; Miguel Izidio Lopes; Miguel Nogueira Neto; Moises Soares de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

022.192/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Delfino Filho; Antonio Flavio de Oliveira; Antonio de Almeida Machado; Francisco Marques Sobrinho; Francisco Zaqueu Ferreira do Vale; Jose de Araujo Feitosa; Josias Candido de Oliveira; José Darci Silveira; José Everton Guimarães; José Stênio Pita Junior; Lenite da Silveira Pacheco; Luis Lindenberg Caracas Uchôa; Manoel Gesualdo de Araujo; Murilo Bezerra Rodrigues; Raimundo Nonato de Araujo; Ronaldo Gomes Lima Verde; Sisnando José Silva da Costa; Xenia Paula Maia de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

022.202/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Raimunda Moraes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

022.204/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Cesar Costa Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Ipanema
Representação legal: não há

022.297/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Cardozo Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
Representação legal: não há

022.302/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalzir Augusto Balieiro; Enilson Chagas de Pinho; Natalina Ribeiro Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

022.305/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agrimar Viana Amorim; Alfredo Fernandes Franco; Antonio Eliseu da Silva; Antonio Lins Melo; Antonio Mota Pontes; Augusto Leverger de Paula Arruda; Cleber Sales Duarte; Eduval Idio Bezerra; Everton Francisco Mendes Mont_alverne; Ezequiel Soares de Oliveira; Francisco Americo de Oliveira Lima; Francisco Euler Pontes; Francisco Humberto de Carvalho; Francisco Sampaio de Oliveira; Francisco Soares Costa; Jaime Bezerra Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

022.309/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sandra Regina Braga Vargas; Vitor Antonio Piumbini; Wilson Gentil; Yolanda Felippe Aranha
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

022.311/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Lourdes Amate
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

022.314/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Pereira de Mendonca; Antonio Sadi; Armando Musman
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.315/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito José dos Santos Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.318/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.320/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hilton Moreira da Silva; Hugo de Paiva Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.321/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ionilda Amaral Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.324/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Mazoca Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.327/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Brandão Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.329/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Marques da Silva; Jose Nogueira Costa; José Henrique Ferreira de Araújo; José Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.337/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Rosenir Ambrosio Panissi; Maria Sebastiana Peloso
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.341/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vicente Alves Pessoa; Virginia Fonseca Mussa de Freitas; Waldemar Bussardes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.342/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Walter Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.343/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wivaldino Assis de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.347/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Otávio Meira Fernandes da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

022.354/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Filgueira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

022.357/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Afonso Celso Freitas Jacques
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.358/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivan Fernandes Salema Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

022.362/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Arthur Ramos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

022.365/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Idemar Marinho Barros; Maria Luiza Pessoa Cavalcanti; Wilson Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.539/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Caio Tomazini Munhoz Moya
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar
Representação legal: não há

022.540/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Cristine Sampaio Gomes Nunes; Guilherme Wanderley Rego e Ferreira dos Santos; Lucilene Lins Fagundes; Paulo Ferraz da Costa Aguiar; Roberta Pessoa Moreira; Roberta dos Santos Guilherme; Édila Gaike da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.638/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Natalia Gattass Ferreira Soares Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.639/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscila Guedes dos Reis; Taiz de Oliveira Dias; Victor do Nascimento Soares; Viviane Almeida da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

022.731/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aureliano Pimenta; Carlos Alberto da Silva; Leonardo Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

027.123/2009-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Laerte Augusto de Souza
Interessado: Município de Simonésia/MG
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.778/2006-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Águas
Responsáveis: Daniel Pereira de Araújo; João César da Mata; Paulo Celio de Figueiredo
Representação legal: José Augusto Moreira Pimentel (OAB/MG 47.407) representando João César da Mata

003.635/2011-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Fernandes de Sousa; Expedito Felício Almeida; Francisco Gomes Galvão; Francisco Gomes Galvão; Francisco Paulo Rodrigues da Silva; Francisco das Chagas Mendes; Francisco de Assis Oliveira Nascimento; Francisco de Assis Oliveira Nascimento; Irene Pereira Martins da Silva; Januário de Sousa Reis; Januário de Sousa Reis; José Antonio da Luz; João de Deus Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Representação legal: não há

004.193/2018-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Associação Amizade Cristã de Guarulhos; Carmelo Zitto Neto; Denise Laura Xavier Veluchi; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro
Representação legal: não há

005.584/2018-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Antonio Carlos Girelli Gomez; Carmelo Zitto Neto; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; Instituto Espaço Empreendedor Brasileiro
Representação legal: não há

007.995/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Célia Rosário Lage Medina Cavalcante; Erick Wellington Lagama Lamarca; Lair Carmen Slveira da Rocha Guimarães; Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: Matheus Pio de Souza (OAB/DF 16.824/E) e outros, representando Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro; Angelo Fabiano Farias da Costa e outros, representando Erick Wellington Lagana Lamarca; Melissa Folmann (OAB/PR 32.362) e outros, representando Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães

010.820/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Isolabela Barrios; Andrei Brandão Polivanov; Andreia de Paula Mota da Silva; Andrey Carneiro Guedes; Andrey Daniel Stefanovicz; André Souza do Vale; Angelo Antonio Falanga; Antonio Jander de Souza Rodrigues; Antonio Ricardo da Cunha Ribeiro; Arianne Madureira Barcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

010.831/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ednelson de Jesus dos Santos; Elias Amadio de Brito Andrade; Eline Morais Santana; Elmo Jackson Fernandes Rodrigues Júnior; Emerson Luiz Nunes Ribeiro; Erick Tivelli; Erico Britto Neves; Eugenio da Cunha Borges; Everton Bruno Almeida; Felipe Antunes Pieroni
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

010.845/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Paulino do Nascimento Neto; Magno José Dantas da Rocha; Marcela Souza Peres; Marcello de Castro Belotti; Marcelo Battisti Bochi; Marcelo Maços de Oliveira Guttler; Marcelo Moser; Marcio Bandeira de Mello de Albuquerque; Marco Gewerc
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

010.846/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Venicius Souza Ferraz; Marcos Vinicius Brito da Silveira; Marcus Cabral Adrião; Marcus Vinicius de Oliveira Ribeiro; Masaki Iwabuchi; Mauricio Roberto Cury; Morgana Pereira de Melo; Nataly Fiorentini Sant'anna; Nelson Andrade; Olderico Pinheiro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

010.849/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Osmário de Oliveira Araújo; Otavio Sant Ana Martins Romeo; Otto Massignan Weydmann; Patricia Regina Dias dos Santos; Paul Marius Andersen; Paula Clark Ribeiro de Santi; Paulo Apicelo de Souza Pereira; Paulo Augusto Calenzani; Paulo Guilherme Barcellos da Silva; Paulo Henrique Gouvea Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - Mme
Representação legal: não há

011.223/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Wagner Luiz de Aquino
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caraguatatuba/SP
Representação legal: não há

011.415/2006-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Responsáveis: Ipem-pr; Joao Alziro Herz da Jornada; José Antonio Fonseca; Leonaldo Paranhos da Silva; Marco Antonio Lima Berberi; Roberto Luiz de Lima Guimarães
Interessado: Jose Domingos Scarpelini
Representação legal: Camila Herzog Koch (OAB/RS 60010), representando Joao Alziro Herz da Jornada; Roberto André Oresten (OAB/PR 14188) e outros, representando Ipem-PR; Adriana da Costa Ricardo Schier (OAB/PR 27589) e outros, representando Marco Antonio Lima Berberi

011.556/2016-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sossêgo/PB
Responsáveis: Carlos Antônio Alves da Silva; Juraci Pedro Gomes
Representação legal: Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto (OAB/PB 14.916) e outros, representando Juraci Pedro Gomes; Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1663) e outros, representando Carlos Antônio Alves da Silva

012.830/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

013.749/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Leonardo Gomes Alencar de Sousa Menezes; Bruno Moreira de Carvalho; Carlos Eduardo Carvalho Lima; Cesar Augusto Brasilino Lima; Cristovao Luiz Sa Santos; Deveth Lima Ferreira; Diogo de Santana Candido; Douglas Leonardo da Costa Silva; Edson de Souza Carneiro; Eduardo Julio de Freitas Donald
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

013.769/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano Chagas da Costa; Felipe Lira Handro; Hugo Rodrigues Bezerra; Jorge Eduardo Tomio Althoff; Luís Cláudio Cardoso da Paixão; Marcus Vinicius dos Passos Perusso; Nilton de Sousa Pinheiro; Raimundo Ozias Pinheiro Filho; Simone Rodrigues da Silva Araújo; Tarcio Pires Maximo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

015.743/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Alvorada Sistema Ambiental Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Juquitiba/SP
Representação legal: não há

017.493/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldinéia Ximenes da Costa; Antonio de Souza Pacheco; Bruno Sátiro Mendonça de Souza; Carlos Eduardo de Moura; Celio Rodrigues Oliveira; Dacia Mercado Franaç; Fabio Silva de Oliveira; Fernanda Cristina Damasceno Jucá; Fladson Pereira Paixão; Geison Felix da Silva; Glauber da Silva Saraiva; Guilerme Levy Mendes Teixeira; Jamil Darub Telles; Jane Gomes da Silva e Silva; Jefferson Teixeira Sarmento de Lima; Jussara Aparecida Andrade Lima; Kellen Pinheiro Eler; Kely Andrade de Oliveira; Lais Tsuda de Sá; Neyvo Pinheiro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Eletricidade do Acre
Representação legal: não há

017.590/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Felipe Vairo; Jorge Ribeiro de Moraes Junior; Luiz Tadeu Carqueija Mota; Ney Carlos Barbosa de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Escritório do CPRM no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

017.747/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Walber Monteiro de Almeida; Wallace Martinho Pereira; Wanderson Silverio Silva; Yasmine Emilia Matsutani
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.a
Representação legal: não há

018.014/2015-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Benedito de Pontes Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes/AL
Responsáveis: Amara Cristina da Solidade Brandão; Benedito de Pontes Santos; Maria Simone Martins Machado Correia; Zumbi Construcoes e Empreendimentos Ltda - Me
Representação legal: Fernando Antonio Jambo Muniz Falcao (OAB/AL 5.589) e outros, representando Benedito de Pontes Santos; Carlos Roberto Ferreira Costa (OAB/AL 3173), representando Maria Simone Martins Machado Correia

018.177/2015-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Nilton Lopes de Farias
Responsáveis: Flavia Brasil dos Santos Estumano; Nilton Lopes de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Baião/PA
Representação legal: Dario Ramos Pereira (OAB/PA 19024) e outros, representando Flavia Brasil dos Santos Estumano; José Augusto Dias da Silva (OAB/PA 8.570), representando Flavia Brasil dos Santos Estumano e Nilton Lopes de Farias

018.513/2018-2
Natureza: Representação
Representante: município de Ferraz de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ferraz de Vasconcelos/SP
Representação legal: não há.

018.658/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deireal Zandomeneco Junior; Esmelino Paulo Silva Gomes; Fabiano Freitas Rocha; Fernando Weirich Schrenk; Glauco Henrique da Silva; Jessica Campos Savi; Jose Moises Garcia; Lucas Bueno Silva; Mauricio Pires; Mikhail Zimmer Heidrich
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

018.659/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Calebe Soares; Edemilson de Jesus; Edenilson Vanjura; Felipe Levati Montagnoli; Guilherme Benetti; Iara Simoni Pereira; Lucas Alberto Fachinello; Marcos Vinicius Machado Goncalves; Marcos de Avila Silva; Matheus Ferreira Inacio
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

019.133/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Jorge Elias Musa Carballo
Representação legal: não há

019.656/2017-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cunha/SP
Responsáveis: Joao Dias Mendes de Souza; José de Araújo Monteiro; Osmar Felipe Júnior
Representação legal: não há

020.202/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Paraíba
Representação legal: não há

020.309/2018-0
Natureza: Consulta
Consulente: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Anadia/AL
Representação legal: não há

020.315/2017-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajueiro/AL
Responsável: Antônio Palmery Melo Neto
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.467/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gabriel Avelino Franklin
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

020.735/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mario Innocencio dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A
Representação legal: não há

021.165/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: não há

021.497/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Associação da Música de Santa Maria; Janete Vieira da Silva; Sidney Geovane Marchiori Mello
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/RS 51.040), representando Associação da Música de Santa Maria, Janete Vieira da Silva e Sidney Geovane Marchiori Mello

022.536/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eduardo Luiz Bonecker Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
Representação legal: não há

022.538/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jacqueline Soares Fullim; Julio Cesar Dias de Souza; Marcos Dias de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.A. - Mme
Representação legal: não há

022.982/2017-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Alagoas
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

023.665/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Antonio Barbosa Lopes; João Geraldo Bugarin; João Geraldo Bugarin
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Leonardo Tavares Chaves (OAB/DF 25.672) e outros, representando João Antonio Barbosa Lopes

024.443/2010-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarice de Oliveira Fonseca; Delia Maria da Silva; Maria de Lourdes Francisco dos Santos; Maria de Lourdes Francisco dos Santos; Rosilda de Fatima da Silva e Souza; Tamara Francisco dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

028.730/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Ribeirão Preto/
SP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP
Representação legal: não há

043.465/2012-9
Natureza: Tomada de Contas
Exercício: 2011
Órgão/Entidade/Unidade: 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PA
Responsáveis: Augusto Cezar de Paula Moreira; Irlando Ricardo Monteiro Lopes; Isnard Alves Ferreira; José Moacyr Chagas Junior; João Henrique Maceira do Amaral; Lauderice Celi Pagliarini; Selma Cezar Dias
Representação legal: Glauce Maria Brabo Pinto (OAB/PA 8687), representando Isnard Alves Ferreira e Selma Cezar Dias

700.301/1996-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Cauler Construtora Ltda; Construtora e Incorporadora Tittanegro Ltda; Delta Engenharia Industria e Comercio Ltda; Empreiteira Conrado; Engefam - Construções e Serviços Ltda; Estruturas Metalicas Esquadro Ltda; Francisco Alves de Arruda; Irac Comercial e Servicos Ltda - Me; Jorge Luiz Gomes da Silva; José Zucoloto; João Carlos de Oliveira Rocha; João Wanderley Tavares; Leila Jorge Domingos; Maria Alves dos Santos Vrech; Modesto Vasques Filho; Mpo Engenharia Const. e Com. Ltda; Redan Comercio e Servicos da Construcao Ltda; Relight Engenharia Ltda; Roztec Manutenção e Reformas Ltda; Sergio Loduca Cruz
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando Caixa Econômica Federal

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.345/2018-0
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: E1 Mídia Exterior Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: 6º Batalhão da Polícia do Exército, vinculado ao Ministério da Defesa
Representação legal: Marcos Eugênio Costa da Silva, representando 6. Região Militar - Exército Brasileiro; Felipe de Araújo Vicente e outros, representando Viva Comunicação Ltda. - EPP

000.652/2015-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Clidenor José da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cacimba de Dentro/PB
Representação legal: Barbara Alcântara Oliveira da Fonseca (OAB/PB 22487) e outros, representando Clidenor José da Silva

003.285/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Rosa Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

003.365/2016-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Magalhães Barata/PA
Responsáveis: Raimundo Faro Bitencourt; Raimundo Nonato de Lima Braga
Representação legal: não há

004.164/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Gilda Macedo Mendes; Elias Santos Silva; Paulo Marcos da Silva Garcia; Rosilene Domard Ribeiro; Vicente de Nigris Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

006.331/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Nascimento Gama; Saint Clair Hendrickson Perius
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
Representação legal: não há

012.042/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Carmelo Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

020.730/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maira Paranhos Azevedo; Marcela Santos de Souza Almeida; Marcela Silva Soares Siman; Marcela Vieira da Silva; Marcelo Eduardo Schramm Junior; Marcelo Martins de Melo; Marcelo Yukio Hoshina Tsutsumi; Marcia Oliveira Cerqueira; Marcio Aurélio Costa; Marcio Cappellini Picoral
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.733/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ueberth Liberal de Matos; Ulisses Sabino Ribeiro; Vanessa Silva da Roza; Victor Marcilio de Araujo Souza Peixoto; Vinicius Henriques Cavalcante; Vitor Aguiar Batista; Viviane Aparecida de Sousa; Volney de Mello e Silva; Wallace Santos Amaral; Walther Thiago Maia Galvão Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: não há

020.764/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raimundo Nonato Rosa Neto; Raphael Peres Rocha de Oliveira; Raquel de Lorenzi Soares; Rawlinson Mana; Rayssa Sibelle Baracho Correia; Rebecca Argacof Ramos Khoury; Reinaldo Viana Vieira; Renato dos Santos de Macedo; Ricardo Garrido Peres; Ricardo Quezado Amaro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

020.768/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Myriam Isabel da Cruz Vianna Cardoso; Wendel de Almeida Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev
Representação legal: não há

020.864/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Davi Santana Souza; Savio Souza Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

021.580/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônia Mourão Cavalcante; Aziz Studart Alves Lotfi; Benedita Trindade e Silva; Constância Gomes de Freitas; Edilza Vidal Mariano; Estevam Barros de Carvalho; Francisco Martins de Lima; Iolanda Campos Lopes; Iolanda Mamede Aguiar; Janette Prado Meireles; José Pascual Milan; Maria Carvalho Marques; Maria de Lourdes Bernardo Gomes; Newton Magalhães Monteiro; Odila Marina Mendes Barreto; Ritanice Cruz Cunha; Teresinha Albuquerque Ramos; Vanessa Correia Matos; Walmar Eleutério Costa Mariano; Walmara Daiana Costa Mariano; Walmário Costa Mariano
. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
Representação legal: não há

021.593/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Branco Pinto; Maria Campos Ferreira; Ruth Silva de Freitas Pedro; Thaís Guimarães Mendes Veloso; Wellington Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.598/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aladir de Oliveira Almeida; Carmem Dora Alves Martins; Celita Alves da Silva; Daniela Cristina da Silva; Doralice Santos Nunes; Efigênia Soares da Silva; Elza Guimarães Correa; Ernestina Ferreira Martins; Helena Borcard Pessanha; Laura Alves Borges; Maria Carolina Cordeiro Pires de Carvalho de Albuquerque; Maria Cecília Dantas Pereira; Maria José Alcides Mendonça; Maria da Conceição Gonçalves Azevedo; Maria de Lourdes Souza Camelo; Mariana Moraes Maciel; Martha Alves Borges; Nilza Azevedo da Fonseca; Suzeth Machado de Oliveira; Sylvia Fernandes Mellis; Therezinha Abreu Porto; Tiago Santos Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.608/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Celinia Cerqueira de Souza; Doelinda Cândida Barreira; Gláucia Gentil de Aguiar Cardoso; Gracina Rodrigues de Souza; Ivette Albuquerque da Silva; Juracy Figueiredo Confort; Maria Aparecida Figueira Fossari; Maria Enoque Menezes da Silva; Maria Peixoto; Maria da Graça Vicente de Franca; Marinha Soares Magalhães; Odette Fernandes Lamassa; Oswaldina Martins Silva; Raimunda Nonata da Silva; Ruth Alves dos Santos; Semite Izay; Tarcila Damasceno Moliterno; Tarcila da Mota Pessanha; Waldemir Bastos dos Santos; Yvone de Andrea Villardo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.610/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albino Joaquim Balthazar; Deborah Soares Peixoto de Oliveira; Edir Castro Borges; Helena Almeida de Mello; Helena Roubaud Batalha; Lélia Galvão Caldas da Cunha; Lindiane Lira Ferreira; Maria Elisa da Silva Oliveira; Maria Helena Costa Pereira de Vasconcellos; Maria Helena Glenadel Gnanni Ernesto; Maria de Lourdes Silva Souza; Marina Lira Ferreira; Maryza Arruda; Neuza Garcez de Farias; Paulo da Silva Brandão; Regina Maria da Silva Lopes; Renato Lopes Ferraz; Selda Hesse Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.616/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Nazareth Severiano Ponce Maranhão
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.619/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Monteiro Reioy; Cecília Baptista do Nascimento; Cecy Vieira Netto; Clahir Folhes de Carvalho; Dagmar de Oliveira Carvalho; Denair Fuly Madeira; Dinah Cohen Bomfim; Eliza Martha Oliveira Baptista; Gene Jalkauskas; Genilda Batista Peçanha de Almeida; Haydee Cardozo da Silva Pereira; Inês Maria Muniz da Cruz; Léa Perciliano dos Santos; Lindomar de Souza Benevides; Ludval Martins da Cruz; Maria Terezinha de Azevedo; Rosane Lemos da Silva Gomes; Sylvia Marques de Oliveira; Therezinha Pereira de Melo; Yara Ferreira Lemos; Zenith de Souza Antunes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.623/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cássia Maria Cerveira Reis; Elza Amaral de Miranda Bastos; Euclydes Alves; Gloria dos Santos Silva; Hélio Reis; Ivete Braga da Silveira; José Maria Fernandes; Jovita Rivello Machado; Leny de Almeida Mattos; Maria Augusta da Silva; Maria Terezinha de Lemos Araújo; Maria do Carmo Neves da Silva; Onescina Limeira Malafaia; Regina Celi Rodrigues de Araújo; Regina Lucia Monteiro de Barros; Ruth do Espirito Santo; Serene Moreira Lopes; Walfredo de Almeida Vieira Lopes; Walter Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.629/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Clara Barbosa Vaz; Ayrton Gemino e Silva; Erival de Mendonca Uchoa; Francisco de Góes Camarão; Imperia Giovanna Farah; Margarida Maria de Menezes Linhares; Maria Rosa Vianna da Fonseca Hermes; Maria Teixeira Penha; Maria da Gloria Roza Falcão; Nildo Cordeiro; Norberto Piovano Fiol; Odaniza Medeiros; Rachel Maia; Reynaldo Dias Vieira Cavalcantti; Ricarda Pereira Campos; Sylviny Ribeiro de Sa Pereira; Todor Todorof; Zenaide de Monsores Rodrigues; Zilda Ferreira da Silva Zeferino
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.635/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Blandina Perestrelo Duarte Afradique; Dora da Fonseca e Silva Pessoa; Doralice Fernandes da Silva; Edith Rodrigues Leal; Elane de Souza Melcher; Eliane de Souza Melcher; Idalina Gaspar Fernandes; Isabel Eufrosina da Silva; Islândia Avolio Sampaio; Júlia Vincenzo de Siqueira; Maria da Graça Machado Macedo; Maria de Lourdes Teixeira de Souza Paiva; Melania Campos Dallorto; Neuza dos Anjos Proença; Renato de Almeida Silva; Romulo Vianna Fernandes; Ruth Bezerra de Albuquerque Maranhão; Wanda Julião Gomes; Yolanda Secioso Moreira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

021.642/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alba Pedra de Athayde; Alda Coelho Pereira; Arlette de Araújo Simões; Charles Abreu Loureiro; Chiquita de Carvalho Gomes; Cláudia Regina Frapolli; Ítalo Constantino; Jamili de Jesus Araújo Teixeira Alves; Jason Freitas Alves; João Paulo de Souza; Laurita Barbosa de Oliveira; Lea Machado Lobato; Lúcia Marques de Oliveira; Maria Expedicto de Castro; Maria Luzia Nunes de Oliveira; Ney Barboza Sineiro; Pablo Frapolli Tavares; Ruth Meirelles Vianna; Sandra Gottlieb Araújo; Suely Ribeiro Thomaz; Walter José de Araújo Teixeira Alves; Yara Abreu Loureiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

025.286/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Maria Gonçalves Rosa Bellan
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Piracicaba/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

025.912/2009-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Frederico Petrônio Tore de Albuquerque; Laerte Alves de Souza; Lucia Tore de Albuquerque; Vânia Maria de Araujo Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/norte
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

003.410/2017-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Responsável: Maria Jose Cabral Grillo
Representação legal: não há

006.407/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Ferreira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

015.330/2012-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wanderley Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

015.955/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Carlos Carneiro Gomes; Luiz Carlos Moreira Soares; Luiz Otavio Menezes Lopes; Marcos Troquez e Pericles Correa Lobão
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

018.015/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elielson da Silva e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/PA
Representação legal: não há

018.478/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Alzenir de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

019.343/2017-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

021.522/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Iolanda Maciel Moreira Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.992/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Jose de Araujo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

022.028/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Péricles Torres de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco/PE
Representação legal: não há

022.167/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Vale do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

022.380/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manoel de Carvalho da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/TO
Representação legal: não há

022.640/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renan Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/RO
Representação legal: não há

023.609/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Maciel Auditores S/S
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Representação legal: Luis Felipe Canto Barros (OAB/RS 65.230) e outros, representando Maciel Auditores S/S

027.443/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arthur Pereira Frantz
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul
Representação legal: Luiz Antonio Muller Marques (OAB/DF 33.680) e outros, representando Alcides Macagnan

028.711/2015-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Renato de Lima Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

029.099/2016-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

029.531/2017-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Responsáveis: Alberto Beltrame; Alberto Scofano Mainieri; Alberto Tamagna; Amarílio Vieira de Macedo Neto; Ario Zimmermann; Edison Luis da Silva Vasconcelos; Eva Neri Rubim Pedro; Fausto Figueira de Mello Junior; Francisco de Assis Figueiredo; Gleisson Cardoso Rubin; Hélio Henkin; Jair Ferreira; Jane Fraga Tutikian; Jorge Luis Bajerski; Jose Geraldo Lopes Ramos; Luciane Moni Soares; Luiz Claudio Costa; Marcelo Kalume Reis; Maria Helena Guimaraes de Castro; Milton Berger; Nadine Oliveira Clausell; Rui Vicente Oppermann e Tanira Andreatta Torelly Pinto
Representação legal: não há

030.034/2010-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gerson Camerino Soares Junior; Isa Moreira Soares; Isabela da Silva Fernandes; Jacira Pereira da Silva; Maria de Lourdes de Sousa Morais; Mateus Morais e Tania Moreira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

003.638/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Granja/CE
Responsáveis: Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia; Esmerino Oliveira Arruda Coelho; Sanebras Projetos, Construções e Consultorias Ltda.
Representação legal: Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), representando Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia; Wilson da Silva Vicentino (OAB/CE 12844), representando Sanebras Projetos, Construções e Consultorias Ltda. e Esmerino Oliveira Arruda Coelho

003.909/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Augusto dos Santos; Celio Coelho Teixeira; Celso Mendes Paiva; Cláudio Roque Lopes Correia; Gabriel Francisco Guedes; Jorge Delfino; Rosimeri Peclat de Almeida Silva; Wilson Souza Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

003.951/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Antonio Batista dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

007.124/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alba Ninfa Pereira Dutra; Ilza Bica de Castro Lázaro; Ivana Lima Verde e Silva; Lucia Marli Silva Vargas Maia Monteiro; Maria José Turbino Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

008.252/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Amelia Rocha Ribeiro; Edna Coelho Avila; Eliana de Mello Costa; Esther Pereira da Silva Morrot Coelho; Joana D'arc dos Santos Rocha da Silva; Maria Aparecida da Silva; Maria Luiza de Mello Costa; Regina Marcia da Silva Barreto de Souza; Socorro Fonseca do Lago Avila; Tania Maria Alves de Macedo Mello; Vera Lucia de Mello Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

008.274/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Andreia Christiane Ribeiro Lima; Angela Maria de Paula; Carla Christina Monteiro Bersan; Etiene Guimarães Monteiro; Heloisa Helena de Andrade Marques Silva; Marcia Kingma Terra; Solange de Fátima Silva de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

008.278/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angeolina Alves Siqueira; Eline de Almeida Marques Basmage; Helena Valdez de Souza; Jacqueline Maria de Almeida Marques; Julia Alves de Siqueira; Luzia Paiva Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

008.826/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Francilene de Luna Maximo; Francimaria de Luna Maximo Nogueira; Francineide Maximo Pessoa Lima; Francinelma de Luna Maximo; Francinette de Luna Maximo; Francinilde de Luna Maximo; Ilza Miranda Burgos; Maria Arlinda de Melo Sales;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Maria Jose Neves Varisco; Monica Pires de Almeida Xavier da Costa; Veronica Pires de Almeida Xavier da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

010.685/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Cecilia Braga Coelho; Ana Maria Sabino; Emilia Piedade; Fernanda Coelho Marques de Oliveira; Izabel Regina Coelho Marques de Oliveira; Lucia Helena de Oliveira Moura; Luiza Angelica Coelho da Silva Loureiro; Mara Cidia da Silva Oliveira; Maria Cinira dos Santos Seixas
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

010.693/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Dayse Maria Ferrer Botelho; Denise Maria Botelho Regadas; Guilhermina Leda Botelho Soares; Maria Goretti Ferrer Botelho; Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

011.206/2018-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão/PE
Responsável: Clovis Jose Pragana Paiva
Representação legal: não há

012.662/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Luiza Oliveira da Silva; Ana Paula Rodrigues do Nascimento de Mello Ribeiro; Gilda Ache Taveira; Iracema Guimaraes dos Santos; Luzia Maria Goncalves Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.747/2018-1
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar - CRO/1
Representação legal: não há

012.780/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Barbara Sueli Cerutti; Belita Rosental; Elaine Martins Cerutti; Gloria Antelman; Lais Rodrigues Fernandes; Marcia Martins Cerutti; Marina da Gloria Moraes Rego Reis; Marli Carvalho Peixoto; Raquel Faerman; Sandra Regina Cerutti; Sonia Carvalho do Amaral; Sueli Carvalho Evangelista; Tais Rodrigues Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.783/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Angela das Graças Poppe Neumann de Souza; Cristina de Macedo Viana Aguieiras; Daniele Pereira de Freitas; Nadir de Carvalho Paes; Nilcia de Macedo Viana Botelho; Oremita Pacheco Leal dos Santos; Soraia Pereira de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

012.784/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Carla dos Santos Gomes; Ana Maria Ribas; Ana Maria dos Santos Assis; Dalva Regina dos Santos Assis; Elizita Gama Picot; Jennifer dos Santos Gomes; Maria da Penha Dovales Martins; Mariana Vitorino Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

014.676/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alair Gomes Pinheiro da Silva; Angélica Tereza da Silva; Aurea Chagas Pereira; Francisca Carneiro Lemos Vieira; Geny da Costa Ribeiro; Ivana Almeida Santos; Izaura Clara Diniz; Maria Apparecida Faria Rodrigues; Maria Gabriel do Rego Barros Pereira; Sebastiana Garcia Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

016.633/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Cleber Paulo Ventura; Francisco de Assis Xavier; José Carlos Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

016.644/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Angela Martins Ferreira; Beatriz Helena Carvalho de Mendonca; Fernanda Benevides da Silva Alves; Graziela França de Faria Correia; Iêda Gentil Alvares de Oliveira; Juvenalia Maria Banevides Alves; Laura Maddalena Brito; Monica da Costa Guedes; Neyde de Araujo Silva; Neyde de Araujo Silva; Petronilla Leal Maia; Rosana Cristina Bezerra da Silva; Sandra Maria Bezerra Nascimento; Stael Correa Ravalhia; Tania Isabel Bezerra da Silva; Valeria Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

016.649/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Amalia Regina da Mota Oliveira; Ana Angelica dos Santos Lopes; Andrea Mota de Oliveira Felix Pereira; Doris Solange Almeida Souza da Silva; Eliana de Paiva e Mello dos Santos; Irene da Silva Siqueira; Madalena de Carvalho Andrade Motta; Marcia Bielicka de Souza; Margareth de Carvalho Andrade; Maria Faustina da Silva Andrade; Mayre Lucy da Mota Oliveira; Milena Pezzino Santos; Nina Rosa de Oliveira Martins; Rose Mary da Mota Oliveira Manhaes; Sara Jane Rodrigues Lima de Jesus; Sonia Maria Feita e Silva; Teresa Cristina dos Santos; Waldira das Graças Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

016.655/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Claudia Roberta Okada; Cláudia Maria Werner da Silva; Elizabeth Vianna Farias Gomes; Maria Edilma Lopes; Mary Leila Bariani Ribeiro; Nayara Aparecida Okada; Patricia Maria Werner Saddi; Renata Aparecida Okada; Rosangélica Luiza Dorotéia Seixas de Almeida; Silene Quelho Werner
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

016.660/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Miranda Guimaraes Avila Dominot; Adriane Rubbo; Ana Aparecida de Oliveira Souza; Ana Lucia do Canto Rubbo; Antonio Oliveira Telles de Souza; Celia de Oliveira Souza; Eliane Beatriz do Canto Rubbo; Elizabete de Oliveira Souza; Fadia Maria Ortiz Moreira Viecili Pinheiro; Fasia Maria Ortiz Moreira; Felisberta Silva de Freitas; Heloisa Oliveira Souza; Jacira Gomes dos Santos; Juacema Gomes dos Santos Mello; Jussara Gomes dos Santos Py; Leonor Barcelos Teles de Souza; Lucia Borges Onofrio; Luciana Drumond Cafarate; Luciane do Canto Rubbo de Amorim; Maria Conceição de Oliveira Souza; Maria da Conceição de Souza Soares; Olidia da Silva Oliveira; Patricia Oliveira Teles de Souza; Rosangela Santos Silva; Selma Souza Lencina; Selmi de Oliveira Souza; Tania Regina Onofrio da Silva; Tania de Souza Brittes; Tereza Cristina Teles de Souza Ferreira; Vanessa da Costa Drumond; Vitor Casanova Dominot; Vivian Casanova Dominot
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

016.672/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andrea Aguiar Guimarães; Antonia Maria de Assis França; Bruna Tatiane dos Santos Almeida; Cristiane Avelino de Carvalho; Elionai de Jesus; Elisabeth Dolores Schneebeli; Erika Herdy Guimarães; Josefa Francisca de Carvalho; Juliana Maria da Conceição; Jurema Nascimento Santos; Laurici Nunes Santos; Maria Aparecida de Abreu Nascimento; Maria Helena Martins Santos; Maria Lucia dos Anjos; Nair Pedro da Silva; Sandra Maria Vinhote Rêgo; Sandra Regina Rocha da Cruz; Tassiana Herdy Guimarães Longo; Teresinha Pereira de Souza; Valéria Barbosa Ferreira Lima da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

016.676/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Elizete da Silva Mariano; Gilda Maria Gil de Almeida; Inalda L Penalber Gonçalves; Jaqueline da Silva Tergolina; Jorge Moura de Faria; Laura Martha Muniz de Araújo; Maria Helena G. A. Assumpção; Pétala Wendehausen Fraga Rio Branco; Simone Luiza Salvado Baldi; Sintia Regina Salvado; Suzane Heloisa Salvado; Thereza dos Santos Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

018.185/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Dorilda Bicca D'ornelles; Jucinaide Tavares de Menezes; Jucineide Tavares de Menezes; Luciana de Menezes Rodrigues; Luzia Bernardete Garay Sasso; Neisa Rosa de Menezes; Neuraci Gomes Lima; Nilza Tereza Lacerda Gomes; Rosangela Rossinollo Madeira
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.198/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alda Velozo da Veiga; Alzeni Terezinha Boabaede; Eli de Andrade Túlio; Idara da Graça Pereira; Jucara Gemma Pereira Penkal; Juçara de Andrade Nicoleli; Marlene de Andrade; Miriam Otto; Neusa Maria Vaccari Moraes; Suely Schimmel Figueiró
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.201/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Eleuza Guimarães Dutra; Eliana Guimarães Dutra Patrão; Joana de Morais Souza Leandro; Maria Izabel Paysano Bogéa; Mirian Guimarães Dutra Oliveira; Patrícia Brilhante Ustra de Medeiros; Renata Silva Brilhante Ustra; Sandra Maria Leal de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.202/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carlos Alberto Franco Goncalves; Islene Nunes Rodrigues Alves; Leticia Djueine Amorim Telheria; Maiza Aparecida Franco Goncalves; Margarida Fortuna; Maria Auxiliadora Franco Goncalves; Maria Leonor Franco Goncalves; Maria de Lourdes Alves Moreira; Marildes de Souza Domingues; Marilena Franco Goncalves; Terezinha de Jesus Goncalves de Sa
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.590/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Fernanda Camargo Barretto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.591/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilan da Luz Cerqueira de Morais; Daniel Yago de Melo Souza Matos; Eduardo Alves Moreira; Gustavo Amaro Cardoso da Silva; Marcos Aurelio Bentes Junior; Matheus das Merces Pereira; Mathews Rigor Rosma Marques; Rodrigo Domingos Borges Sales de Barros; Vinicius Emanuel Freitas; Vinicius Santos Mendonca de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.594/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton Alexandrino Junior; Eduardo do Carmo Diniz; Felipe Pereira Galvão; Gian Lucas Dantas Gomes; Leandro Sardinha da Silva; Rodrigo Ramos Batista; Vinicius Gabriel Cardoso Correa; Yago Silva da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.595/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Julmar Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.601/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helton Ramos de Lima dos Santos; Jeferson Machado Dumann; Lucas Gomes Rezende; Lucas Leite da Silva; Luis Felipe Santos de Assis; Marcelo Emmerick de Oliveira; Matheus Vicente Simão Silva; Nicollas da Conceição Barbosa Savelli; Vinicius Lopes Nascimento; Yuri Wellington da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.602/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adnilson Junio Silva do Nascimento; Alex Sandro Horner Freitas; Daniel Oliveira de Barros; Edney Lino de Paula Neto; Gilmar Marques Serafim Junior; Joao Pedro Alcantara da Silva; Lucas Leão Peixoto; Matheus Gomes Lopes; Matheus de Oliveira Givigi; Ruan Gomes Galvão de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

018.606/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Davi Gomes de Aguiar Correia; Denilson de Araújo Vasconcelos; Eddy Isac Toledo Aco; Filipi Rodrigues Berto; Gustavo Gabriel Pereira de Almeida Costa; Luan Queima Pontes; Nathan Freitas do Nascimento; Paulo Vitor Arcangelo Silva; Phelipe Correa de Oliveira; Victor da Costa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.607/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Almeida Costa; Augusto Galvão Ribeiro Rocha; Clayton dos Santos Fuli; Daniel Brito Garcez; Felipe Guimaraes Fernandes; Joelson de Azevedo Lima Junior; Matheus Ribeiro de Mendonca; Rafael Dias; Wesley do Nascimento Cavalheiro; Yuri Mercon Domingues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.608/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brendon de Araujo Cardoso Stampini; Caio Romario do Carmo Lopes; Cleidson Matheus Ferreira dos Santos; Fernando Conceição Batista; Hugo Breno dos Santos; Juan Pablo da Silva Affonso; Juan Paiva de Oliveira; Matheus Davila Nogueira Diogenes; Matheus de Oliveira Goncalves; Vitor Amorim Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.609/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alison Sass Pedroso; Evando de Souza Junior; Joao Marcos Marques Teixeira; Luan Queiroz Marinho; Lucas Gabriell Rezende dos Santos; Luiz Patrick Gomes da Silva; Marcos dos Santos Souza; Matheus Ferreira Guimaraes; Rafael Ambrozio de Oliveira Junior; Youri Marcio do Espirito Santo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.614/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Santos de Almeida; Everton da Silva Conceicao; Glaydson Eduardo Gomes Lima dos Reis; Joao Vitor de Souza Knupp; Jorge Alexandre de Carvalho Bonifacio; Leonardo de Jesus Siqueira; Lucas Brandao Goncalves; Matheus Timbo Vieira; Roberto Carlos Matos de Souza; Vilter Barbosa Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.615/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrei de Araujo Almeida; Andrew Pinto Marques Silva; Cristian de Macena Chagas; Deyvid dos Santos Teixeira; Flavio Morais da Silva; Gabriel Vitor de Oliveira Carvalho Severino; Iremar Vinicius da Silva Castro; Jadson Pinheiro Torres; João Victor Miranda Luciano; Jonas Thayna de Souza Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.618/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emerson Esteves Martins; Maria Amélia de Mello Galvão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.620/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sandhiego da Silva Crispim
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.681/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Klein Palma; Felipe Bruno Moreira dos Santos Goes; Iury Jakson Miguel da Silva; Jeanderson Ribeiro Amaral; Lohan Ribeiro de Souza; Lorenzzo Blas Correa Bogado; Luiz Penha Freitas Silva; Rafael Albino de Araujo; Ricardo Oliveira do Nascimento; Rodrigo Madriaga Canario de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.682/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrew Campos Leandro; Diogo Machado Nascimento; Fernando Martins de Jesus; Gabriel Luiz Pinto do Amaral; Gabriel Merlim da Costa; Marcio Lopes de Moura Junior; Melquisedeque Efrain Silva dos Santos; Paulo Enock de Oliveira Tavares; Wilton Marcos Stanislau Souza; Yuri Martin de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.684/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Carlos de Sa Junior; Crysthian Luiz Bayer Pereira; Daniel Rodrigues da Silveira Bandeira de Lima; Gabriel Henrique Barbosa Gomes da Silva; Heryclis Nascimento Candeu; Joao Victor Ribeiro Rodrigues Carneiro; Lucas Vinicius Goncalves Silva; Samuel Oliveira Romaskevis; Tiago Vianna Core; Victor Bueno Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.685/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Davi Filipe Santos de Sousa; Gabriel Krsna Souza da Silva; Julio Cesar Nascimento Junior; Lucas da Costa dos Santos; Matheus Luiz da Silva; Matheus dos Santos Oliveira; Mikael Lima de Araujo; Paulo Eduardo Fernandes Arnoud; Thiago Santos Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.689/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Macedo Damasceno Junior; Joao Victor Oliveira Ramos; Jonatas do Carmo Souza; Jonathan da Silva Fidelis; Lucas Loureiro Lira Bruno; Matheus Feijo Rodrigues; Matheus Gabriel Willeman Ribeiro; Odyr da Silva Almeida Junior; Raslan Chrisostomo da Silva Pinto; Samuel de Moura Estevam Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.690/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Faria de Lima; Allan Patrick Santos da Silva; Heitor Correa Falcão; Jeferson Bignon da Rosa Junior; Lucas Ricardo Queiroz da Silva; Luiz Phillipe Lopes Soares Fernandes; Matheus de Barros Mesquita; Moises Teixeira da Silva Neto; Nycollas Ferreira da Silva; Rafael Belmiro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.695/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Sivirino do Nascimento; Carlos Henrique da Silva Ferreira; Jeffrey Brito Guedes; Joao Pedro Bazeth Braziel; Leonardo Bernardo da Silva; Leonardo de Araujo Santos; Lucas Soares Parreiras de Freitas; Marcelo de Sousa Velasco Riesenberg; Matheus dos Santos Costa Pessoa; Ramon Rangel dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.696/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Manteiga de Oliveira Junior; Cyro Renato Santos Marques da Costa; Gabriel Josefh de Souza Santos; Luan Pessoa Genuino; Marlon Santana Espindola; Matheus Luiz Ribeiro Salvador; Raphael Chrispim de Souza Paes; Rerison Davis Lima Lopes; Thallyson Rios Fagundes; Yan da Costa Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.698/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson dos Santos Souza; Cristian Cipriano Mendes; Daniel Costa de Souza Junior; Diogo de Oliveira Costa; Eduardo de Oliveira Gomes; Gabriel Oliveira Bravo; Kayan Lima Ferreira; Matheus Mello Barabani Alves; Renan Couto dos Santos de Mattos; Willian Gomes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.699/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Batista Ramos; Anderson da Silva Batista; Eduardo Castro da Silva; Elivelton de Oliveira Silva; Gabriel Barbosa Alves; Galviny Weslley de Souza Lino; Mateus Vinicius Cruz de Souza; Murillo Estevão Araujo; Richard Fonseca Mauricio; Wallace Prodigios Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.703/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Trajano da Silva Junior; Daniel Nicola de Souza Antunes Moreira; Danilo Moreira Onofre; David Luciano Correa Coelho; Luan Fernandes Pereira; Lucas Lima; Marcos Wagner Costa da Fonseca; Rafael Passos Teixeira; Wellington da Silva Ramos; Weslley Otavio Lima de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.705/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro de Ornelas Santos Miguez; Andercley Reis dos Santos Junior; Axel Santos Silva; Davi Valentim de Lima Melo; Everton Matheus Moreira Neves Pinto; Joao Cravo da Silva Neto; Lucas de Souza Dias; Matheus de Oliveira Pamplona; Mike Oliveira da Silva; Vinicius Figueiredo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.707/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Amaral Davila; Brendo dos Santos Pinto; Daniel Fernando de Albuquerque; Everaldo Gomes de Oliveira Junior; Jorge de Freitas Estevão; Leonardo Alencar Ramos Botelho; Matheus Vinicius da Silva Santos; Rafhael Ferreira de Arruda; Ramon Marsal Penha de Souza; Thales de Freitas Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.710/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Santos da Silva; Alexsander da Cruz Costa; Andre Victor Ribeiro de Oliveira; Dennis Annderson Elias de Sousa; Jorge Silva de Araujo; Kenni de Castro de Lucena Fernandes; Lucas Mateus Monteiro de Castro; Luiz Ricardo Catalano Alves; Marcelo Lucas do Nascimento; Matheus de Almeida Nalbone Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.712/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Amorim dos Santos; Danilo Oliveira dos Santos; Denis Silva da Trindade; Douglas de Jesus da Silva Ferreira; Gabriel Folgosa de Morais; Joao Pedro de Avilla Bastos; Lucas Dione Oliveira Portugal de Souza; Marlon de Oliveira Joaquim; Paulo Junio do Vale da Silva; Victor Hugo da Palma de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.715/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Kennedy Ribeiro Rodrigues; Fabio Miranda dos Santos; Gabriel Vasconcelos Neves; Henrique Gimenes Muniz Bastos; Lucas Cabral Ogassawara; Manuel Alexander Marques dos Santos; Matheus da Silva Pereira; Nicolas Daniel da Rocha Silva; Pedro de Sousa Ernesto; Yan Reis da Silva Roberto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.717/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Gomes Peixoto; Gabriel Moutinho Angelo; Gabriel de Abreu Amancio; Herisson Borgo Vila Nova Moreira; Luiz Otavio Bezerra da Silva; Lukas Ribeiro Xavier; Marckus Barros da Assumpcao Santos Nunes; Rayldson Emerson de Melo Nunes; Vinicius da Silva Vicente; Vitor Samuel Santos Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.720/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariel Costa Gomes da Silva; Douglas da Fonseca Braga da Silva; Gabriel Manoel de Morais Silva; Magnus Lenon do Nascimento Silva; Marcio Viana da Silva Junior; Rodolfo Felipe Rodrigues Souza da Silva; Thiago da Costa Fontenele; Victor Hugo Felipe Vieira; Vinicius da Silva Couto; Wendel Maia Gomes do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.722/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristyan Fialho Calazans Belo; Danilo da Silva Cavalcante; Davi Oliveira de Moraes; Gabriel Dias de Azevedo Araujo; Italo Pessanha dos Santos; Kevin Raulino do Nascimento dos Santos; Laureano Vicente Ferreira Junior; Luiz Felipe Oliveira Custodio; Thiago Luiz de Souza Rocha; Thiago Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

018.723/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Freitas Ferreira; Breno Dlucca Machado Sa; Davi Ramos Ibiapina Diniz; Ivan Ferreira Casemiro Junior; Jean Lucas dos Santos Freitas; Lucas Pereira Gallo de Jesus; Luiz Fernando Borges Matos; Marcos Max Costa Silvares da Silva; Patrick Pinsani Barbosa; Thales Amaral Correia dos Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.729/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre da Silva Unger; Carlos Anderson de Oliveira; Caue Fabian Bomfim Farias; Ed Carlos Junior Jesus da Silva Marques; Higor Weldon de Paiva Melo; Leandro Santos da Silveira; Luiz Eduardo Marques dos Santos; Matheus da Silva Lima; Thiago Nazareno Cordeiro; Victor Hugo Terencio da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.744/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Anna Beatriz Gaglianone; Cleide de Oliveira Rodrigues; Debora Tagarro Miranda Lima; Elisabeth Maria Silva de Arruda; Elizabeth Chaib Rezeck; Elza Maria Rodrigues Pimentel Lesaffre; Gleice Santos de Oliveira; Graca Maria da Silva Meirelles; Ivonete Santos de Oliveira; Lucia Maria Rodrigues Pimentel; Margarida Lemos de Almeida; Maria Aparecida da Mota Serafim; Maria da Conceição Miranda do Nascimento; Mirian Miranda Cohen; Nilma Cavalcante dos Santos; Nilva Cavalcante Ruas; Nilza Cavalcante dos Santos; Rita de Cassia Gaglianone; Rosemary Miranda Pimenta; Thereza Cristina Gaglianone; Vera Lucia Barros Campestre; Vitoria Maria Almeida e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.753/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Pereira Portela; Fernando Soares Esteves Junior; Iury Castro Duarte; Josepph Washington Campos Avelino; Matheus Barbosa da Silva; Matheus Batista de Oliveira; Milton Coelho de Siqueira Junior; Sergio Vinicius Viana Rosa; Wesley Silva de Andrade; Winicius Alex Soares Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.757/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Edcléia Isaura Gomes Fahl; Esmeralda Simões Xavier; Maria Cecilia Teles; Maria José Bastos dos Santos; Maria Luiza Teles Rodrigues da Silva; Maria do Carmo Pozza; Rosana Baptista da Fonseca Almeida; Rosangela Gonçalves da Fonseca Ferraz; Rozangela Simões Xavier Martins; Valdete Bastos Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.759/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Siegbert Hein Soares; Augusto Cesar de Belo Nascimento da Silva Dias; Fabricio Ribas Cabral; Gabriel Araujo da Cruz; Joseph Bryan Macedo Ramos; Leonardo Sidney das Chagas Silva; Lucas Ramos de Freitas; Mauricio dos Santos Lins; Vinicius Santos de Aguiar; Yuri Vieira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.763/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleison Luiz Viana da Conceição; Daniel Soares de Oliveira Junior; Leandro Borba Hafner Cruz; Patrick Bernardes Machado; Wagner de Aguiar Joaquim
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.768/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bryan Rodrigues Lima; Danilo Falcão de Souza Moreira; Hericles Firmino da Silva; Joao Alberto de Aguiar Vieira Dias; Marcos Gabriel de Paula Melo; Matheus Willian Salgado Abreu Laureano; Ronaldo Borcem de Souza; Valdegir Jose Lemos Siqueira Junior; Victor Luiz Miller da Fonseca; Ygor Jose das Virgens
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.772/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Lucia da Silva Alves Pereira; Daliana Cascudo Roberti Leite; Janaina Lauana Lemos de Oliveira; Maria Betania Lemos de Oliveira; Maria das Graças Silva de Almeida; Maria de Fatima Tenorio de Deus; Maria de Lourdes Lemos de Oliveira; Maria de Nazare de Deus de Andrade; Maristela de Guadalupe Oliveira Lasalvia; Socorro Lacel Lemos de Oliveira; Sofia de Deus Pinheiro; Ssuerguerds de Sales Lima; Teresinha de Jesus Rabelo Maciel; Walquiria Rogéria Lemos de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

018.773/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brendon de Lima Souza; Carlos Eduardo Pinto Salles; Douglas Marques Fernandes; Éliel de Lucas Macedo Mongin; Felipe Andre Marques de Mattos; Joathan Bomfim Marinho da Silva; Lucas Aleluia Nunes; Matheus David Tavares Rainha; Renan Fernando Calavort Costa; Vinicius de Sousa Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.777/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alvaro Marins Bonate Junior; Filipe dos Reis Marques; Gabriel Alves Sabino; Jorge Rui Pinheiro dos Santos Junior; Leonardo Jorge da Silva; Marcos Rodrigues Machado; Matheus Silva de Souza; Raphael Pinheiro Resplande; Vander da Silva Verlingue; Walisson Ramos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.781/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur dos Santos de Oliveira; Dennis dos Santos Carmo; Fabio Ferreira da Silva Filho; Filbert Freitas de Aguiar Campos; Kaio Souza Clemente; Matheus Camara Alves; Matheus da Silva Napoleão; Matheus dos Santos Leite; Michael Santos do Nascimento Junior; Vinicius Cabral dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.782/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Agmar Nobre; Celia de Freitas Soares; Darlene do Nascimento; Eliana dos Santos Ognibene; Elza Rodrigues Mamede; Esmeralda do Nascimento; Eunice Rodrigues Magalhães; Heloisa Monaco do Nascimento; Hilda Maria Albuquerque Silva; Honorina da Silva Ferreira da Silva; Honorina da Silva Ferreira da Silva; Ilka Cibele Silva Carabelli; Maria Aparecida Nobre Brenkenfeld; Maria da Gloria Ferreira Mendes; Maria da Gloria Ferreira Mendes; Marilda Nobre da Cunha; Marilene Ferreira Terra; Marlene Ferreira Brum; Marlene Ferreira Brum; Marli de Andrade Romeu; Rosana do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.787/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Luvize de Souza; Guilherme Rodrigues Costa dos Santos; Igor Gomes de Oliveira; Iuri Henrique de Mello; Kalebe Leonardo de Souza Carvalho; Lorran Silva de Lima; Lucas Mendonca de Souza; Lucas de Freitas Vieira; Vinicius de Azevedo Vieira; Willian Andrade de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.792/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Oliveira Ito Arruda; Gabriel de Moraes Furtado de Mendonca; Guilherme Varela Barbosa; Kaio Vinicios Silveira de Souza; Lucas Silveira Hespanhol; Marcos Eduardo da Silveira Jatoba; Marcos Leonardo Nogueira Cutrim; Nathan Gomes de Souza; Patrick Lennon Justo da Cruz; William Salvado de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.793/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Airam Barbosa Reis; Alcenildes Correa Reis; Alcenêz Corrêa Reis Freire; Alda Fernandes Cavalcante; Celia Machado de Oliveira; Clarice dos Anjos Lopes dos Santos; Débora Gonçalves dos Santos; Edna dos Anjos Abreu; Irene Gonçalves dos Anjos Santos; Lêda Gonçalves dos Anjos; Neide de Oliveira Moreira; Neuza Fernandes Borges de Faria; Quintina Barbosa Reis; Sirley de Oliveira Barbosa; Vanderlea de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.794/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Jorge Cumaru Vieira; Igor Roberto da Silva Moraes; Leonardo Nery Santos Magalhaes; Lucas Deivid de Souza Miranda; Lucas Mendonca Ferraz; Luiz Gustavo Teixeira de Castro Severino; Matheus Rocha Monteiro; Maxwell Monteiro Queiroz; Paulo Fernando Santiago de Oliveira; Pedro Paulo Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.801/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz da Costa Mota; Bruno Silva Gomes de Almeida; Edson Vitor Lima Barreto; Erick Perluxo de Moura; Gabriel Augusto de Oliveira; Hugo Valentim Gomes Pereira; Luan de Sant Anna Morais dos Santos; Lucas Simões de Andrade; Matheus Barreto de Oliveira; Tiago Felipe de Sa Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.803/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Vicente de Amorim Junior; Henrique Eufrasio Muniz dos Santos; Isaias dos Anjos Santos; Leonardo Simoes de Andrade; Lucas Miguel Nascimento Macaiba; Luiz Claudio Moreno Silva Junior; Marcelo Vianna Lopes; Pedro Henrique de Oliveira Machado; Rafael do Nascimento Tostes; Venancius Fraga da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.804/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aranaí Mendes Pinto dos Santos; Cleide Eloy Dore; Dina Honória da Silva; Eva da Silva Poletto; Janet Dore dos Reis; Maria Jose Mendes Gaspary; Maria Tereza Gama Dore; Maria da Gloria Sampaio Fraquim; Marina Alcântara Guimarães; Marjo Mendes Gaspary; Neire Eloy Dore; Priscila da Costa de Carvalho; Therezinha Alcântara Guimarães; Valda T. T. de Oliveira; Walmir Palma da Silva Longoni
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

018.809/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Nunes da Silva Neto; Daniel da Costa Silva; Jorge Gabriel Fagundes dos Santos; Jose Rafael Pereira de Araujo; Julio Duarte de Oliveira Neto; Nathan Augusto de Souza Garofogli; Thiago Coutinho Rocha Husbardo; Victor Emanoel Soares Nogueira; Vinicius Bruno do Nascimento Silva; William Gregorio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.813/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Barreto de Santana; Caio Luis de Nazareth Marins; Gabriel Lima de Almeida; Guilherme Borba Teixeira; Ian Ornelas de Moraes; Igor Justino de Souza; Lucas Rafael Reis Figueiredo; Thallys Murilo da Silva Rodrigues; Thiago dos Santos Cardozo; Vinicius de Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.814/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cristiana Machado Santos; Dilma dos Santos Souza; Dina dos Santos Barbosa; Elizabeth do S. A. dos Santos; Erika Cassia Felix Tavares; Gabriella Vieira Braga; Marcia Barreto de Assis; Maria Aparecida A. Vilanova; Nair Maria Felix Tavares; Nanci Felix Tavares; Selma dos Santos Nascimento; Shuely dos Santos Barbosa; Sidnéia Móia dos Santos; Telma Rodrigues da S Magalhães; Vania Almeida Thiago; Vivian Fernandes Fraga da Costa; Walewska Martins de Almeida; Wanessa Guilhermina de Almeida Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

018.818/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alba Maria Toffoletto; Ana Katia Menezez Ramos Coelho da Silva; Ana Maria Toffoletto; Ana Virginia Ramos Carneiro de Campos; Claudenice Barbosa Silva de Oliveira; Claudete Barbosa de Sousa e Silva; Cleide Barbosa de Souza Lins; Cleonice Barbosa de Souza e Silva; Cleria Cícero de Sá; Euclair Nunes Cavalcanti; Gloria Regina de Oliveira Castro; Heloah Aparecida Monteiro; Heloisa Helena G. Monteiro; Jane Penteado Camboim; Katia de Castro Correa; Lígia Maria Toffoletto Marini; Maria Alda Xavier Leoncio; Maria Zenir Pinto; Sonia Maria Toffoletto; Sueli Paula Gonçalves; Tânia Maria Toffoletto
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

018.819/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan dos Santos Dias Novais; Cleyton Ferreira de Almeida; Gabriel Mello Martins de Azeredo; Gustavo Jesus de Medeiros; Jackson Almeida de Freitas Junior; Joao Victor Rodrigues Correa; Matheus de Oliveira Mesquita; Moises Scorza de Oliveira; Nathan Lucas Magalhaes; Ygor Alves Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.821/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Ferreira Ribeiro; Cristian Antonio de Melo Miranda; Diogo Soares de Souza; Gabriel Victor Silva; Mauricio Junior Tavares de Oliveira; Pablo Henrique do Nascimento Ribeiro; Patrick Santos Ferreira; Rodrigo Silva Martins Moreira; Sanderson Ribeiro Torres Junior; Sergio Henrique Freire de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.826/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Brasil da Silva Ferreira; Daniel do Nascimento Lemos; Eduardo da Cruz Terra; Fernando Silveira Lopes Neto; Ibis Wallace Zaria da Silva; Lucas Acacio Ferreira dos Reis; Luiz Eduardo Felix de Lima; Matheus Lima Garcia; Pedro Henrique Firmino de Alcantara; Pedro Henrique Silva Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.828/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denys Edson Escrivani de Freitas Araujo; Emanuel dos Santos Fraga; Felipe Matheus Paschoal dos Santos; Felipe de Jesus Rocha; Gabriel Maximo Lima da Silva; Igor Fraga de Moraes; Luiz Fernando Afonso de Souza; Natanael do Amaral Gonzaga; Victor Duarte Pereira Coutinho; Willian Verli de Almeida Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.832/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno de Araujo Loetscher de Almeida; Bruno Machado Menechini da Costa; Joao Pedro Silva Guedes; Joao Vitor Rodrigues Cauduro; Leonardo Penido Pereira; Lucas de Melo Macedo; Marco Gabriel Menezes de Souza; Nicolas La Camera; Pedro Henrique Oliveira de Araujo; Rafael Simões Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.833/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Reis Diniz; Caio Henrique de Almeida Dias; Daniel Vieira da Mota Moura; Danyel Pereira da Silva Pinto; Erick Bernardo da Silva; Gabriel de Vasconcelos Gaida; Jose Victor Alves da Rocha Almeida; Mailson Lopes Nascimento Junior; Marcus Vinicius Mendes de Avila Chaves; Marlon do Nascimento Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.853/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abnner Ferreira Barbosa; Diego Fialho; Fabricio Oliveira da Silva; Guilherme Leonel Raimundo; Murilo de Souza Hoff
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.856/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela de Andrade Cavalcanti; Yudji Watanabe Guerreiro Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.858/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Jose Blanc Morais; Giselle Jones Ohana; Tatiana Resende Alvarez
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.861/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Travassos Pereira; Carlos Antonio Gomes Lima; Ezequiel Knupp Barreto Ferreira; Gabriel Aurelio de Oliveira Pires; Heitor da Silva Ribeiro; Italo Taborda dos Santos Camara; Leandro Souza da Conceição; Lucas Sales Pereira da Silva; Paulo Vinicius Monteiro Santos; Rodrigo da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.862/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angelo Tertuliano da Silva Filho; Carlos Henrique Achilles da Silva; Daniel Malaquias Aranda de Campos; Douglas Patrick Silva Garcia; Gustavo Muniz Sacramento; Manoel Francisco Domingo de Freitas; Marcos de Oliveira Sena; Phelipe da Silva Domingues; Raphael Henrique Alves Queiroz; Rogerio de Lima e Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.867/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danrley Aguilar dos Santos; Ellielton Nunes Gomes; Erick Santos Silva; Gustavo dos Santos Santiago; Harrison Inacio dos Santos; Igor Luiz de Oliveira da Silva; Isaac Silva de Magalhaes; Joao Paulo Pereira da Silva; Leonardo Chayd Leite Silva; Victor Hugo Alcantara Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.869/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Lessa Pires; Andre Ricardo Oliveira Nogueira Filho; Caio Thierry de Macedo Faria; Guilherme de Oliveira Goncalves; Henrique Mendonca Queirolo; Igor Muniz da Silva; Leonardo e Silva Monteiro; Luiz Fernando Goncalves; Matheus Garcia Campos; Rullian Sant Ana Coutinho Damasceno
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.872/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Junior Rosa Vilagra; Joao Vitor Sousa Nascimento; Riemerson Erik Bispo Leandro; William Costa Martins de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.874/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrew Batista Sousa; Antonio Lucas Araujo Rodrigues; Arthur Nascimento Santos; Joao Victor Novais Santos; John Wesley Ferreira de Carvalho; Leonardo Fontes Valadão; Rennan Joaquim da Silva; Thaliton Breno Correa da Silva; Victor Eduardo Lima Alvarenga; Victor Gabriel Lustosa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.876/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan de Souza Ferreira; Alexandre Pereira de Oliveira; Brendo Moreira Furtado; Erick Morais Silva; Gilmar Pereira Lima; Ian Gabriel Barbosa Siqueira; Joao Pedro Freitas Cardoso; Leonardo Feitosa Nogueira; Victor Bispo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.878/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo da Silva Saes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.881/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Marciano Duarte; Dante Neto Dias Villela; Gustavo Esteves Ramos; Igor Silva Tavares; Matheus Christian Pereira Alves; Pedro Henrique Aquino de Andrade Veiga; Pedro Henrique Caridade Conceição; Pedro Paulo Rodrigues Mendes Martins; Rafael Dantas Quaresma; Rennan Laurindo Ramalho de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.882/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Domingos Bello Souza; Eduardo Rodrigues Renz; Felipe Alexandre Pereira de Miranda; Gabriel dos Reis Henriques Barros; Joao Victor da Silva Falcão Avila; Joao Vitor Vasconcelos Marques Lopes; Marco Antonio Galdez de Castro Silva; Pedro Henrique de Franca Bezerra; Ronaldo Moura Passos Filho; Rubson Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.885/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Barbosa de Lemos Junior; Caio Espinosa dos Santos; Danuzio Pinto Junior; Gabriel Gomes dos Santos Oliveira; Joao Marques da Silva Junior; Jocsan de Mendonca Lopes; Lucas Carre de Almeida; Moises Henrique Bittencourt Pimpao; Paulo Rodrigues de Menezes Neto; Vitor Lanzillotti Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.886/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Leme Cabral Soares; Guilherme Góes Oliveira; Israel Silva Barros; Joao Victor Batista Dutra de Figueiredo; Jorge Gabriel Barbosa Barreto; Leonardo da Cunha Rios Correia; Lucas Pessoa Duran; Lucas Rodrigues Rebonato; Paulo Victor Ataliba Ribeiro de Araujo; Victor Hugo Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.893/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Claudio Afonso dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.896/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marisa Figueiredo Bueno
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.946/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Romario de Souza Martinez; Eduardo dos Santos Joanoni Pedreiro; Gabriel Moreira Blanco; Hasller dos Santos Macedo; Igor da Silva; Jideone Vaz Bordon; Keterson da Silva Reis; Leandro Pereira de Souza; Lincoln Colman dos Santos; Vinicius Conceição dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.948/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Celso da Silva Miranda; Eduardo Lorena de Oliveira; Luana Neves Varella
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.951/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julia Mayara Oliveira Lopes; Oseas Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

018.955/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Artur Anderson Sales Baptista; Caio Martins dos Santos Carneiro; Daniel Jefferson Lopes; Gabriel Vale da Silva; Jhonathan Gabriel da Silva Molteno de Mendonca; Leonardo de Lima Lara; Luiz Felipe de Castro Vieira da Rocha; Marcos Paulo Chaves Cariolando Lessa; Pedro Alves Soares; Willoow The Lyon Gomes de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.956/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis de Souza da Silva; Gabriel Vieira Malta Furtado; Lannon de Oliveira Vasconcelos; Lucas dos Santos Reis; Mateus Lemes da Silva; Patrick Santana Seguer de Andrade; Raphael Peixoto de Albuquerque Coutinho; Rodrigo Peres da Silva Barbosa; Roger Silva dos Reis; Wellington Goncalves de Sa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.958/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Luiz da Silva Pereira; Felipe Samuel de Santana Barbosa; Heloan de Souza Duarte; Luan Souza da Cunha; Lucas dos Santos Fiuza da Cunha; Marlon Andrews de Arruda Munhoes; Pedro Barreto Lira; Riedson Max Bispo Leandro; Roberto Graciliano da Silva Junior; Yan Alexsander de Oliveira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

018.960/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Vinicius do Carmo dos Santos; Erich Marques da Silva Oliveira; Fabio Wilkson Pereira Rodrigues; Felipe Caldas Gomes; Gabriel Rodrigues Candido; Jose Carlos da Silva; Kenedy Maia de Souza Junior; Lucas Wilian da Silva; Rafael Maia Rocha; Romulo de Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.963/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Pedroza dos Santos; Emerson Garcia da Rosa Filho; Filipe Silva dos Santos; Gabriel Damacena Ferreira; Gleidson Henrique Costa Leite; Joao Gabriel Ramos de Almeida; Josinaldo Cavalcante da Silva Junior; Lais de Souza dos Santos; Lucas Henrique de Faria; Rute de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.966/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Matos da Silva; Edson Matheus de Azevedo dos Santos Viana; Gabriel Araujo Salgado; Gabriel Bacelette Pereira; Gabriel Rodrigues de Sa Ribeiro; Jeferson dos Santos Ribeiro; Joao Gabriel Tonini; Joao Pedro Machado de Souza; Lucas Moura Santos; Victor Gabriel Rocha Martiniano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.967/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Elias Pereira Leite; Daniel Batista da Silva; Edemar dos Santos Costa Neto; Joao Manoel Lima da Silva Avelino; Lucas da Rocha Alves de Souza; Luis Rafael de Oliveira Nunes; Luiz Guilherme Ferreira Vianna; Matheus Felipe Machado Monteiro; Ruhan Sigmaringa Coviello; Wallace da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

018.970/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Henrique Brito Rodriguez; Luis Henrique Dolinski Toledo; Luiz Arthur Coutinho de Brito; Rodrigo Naue Pinheiro; Talita Lima Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.972/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Monteiro Dedes Ferreira; Alexander Mauricio Lopes; Caio Duarte Melo Silva; Caio Mauro Piazzarollo; Cleyton Daniel Machado da Silva; Daniel Mateus Correa Fernandes; Daniel Victor Campos; Diego Gabriel Alves Silva; Dyllan dos Santos Correa; Fabio Vinicius Oliveira Fukuma
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

018.974/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno da Silva Lima; Daniel Sabino da Silva Junior; Dimas Mazzini Rodrigues; Erick Silva de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.031/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Victor Rosa da Silva Hurtado; Allan dos Santos Moraes; Bismark da Franca de Jesus; Enderson Claudio de Souza Farias; Enzo Acilon Ferraz Magalhaes; Gabriel Matheus dos Santos Massa; Joao Victor Araujo Frutuoso; Lankellyson Rhosller Felix Tavares; Samuel Lucas Santos de Abreu; Thomas Brendo Coelho Bomtempo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.035/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Marcio do Carmo Junior; Davi Leopoldino da Silva; Eduardo Guedes de Oliveira; Filipe Crespo Diogo; Jeferson Campos Bezerra Silva; Joao Gabriel Mesquita Ramos de Mello Morais; Lucas Alves Fonseca; Marcelo Henrique de Souza Silva; Raylan dos Santos Silva; Vinicius da Silva Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.036/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Daniel dos Santos Freitas; Carlos Henrique Santos de Moraes; Diego Silva Alvim; Jefferson Luiz Viana da Conceição; Mario Victor Ferreira dos Santos; Samuel Queiroz Gabriel da Cunha; Telson Bomfim Lacerda Junior; Victor Hugo Brito Barreto; Vinicius Gomes de Souza; Vinicius Inocêncio de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.040/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel da Silva Ferreira; Felipe Carino de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.043/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Henrique Almeida da Cunha; Danilo Romeu Farias de Souza; Davi Ricardo Santos de Sousa; Diene Xie; Eduardo Willrich Padilha Padovany; Gabriel Flintz Fraga Marques; Gabriel Henrique Marcellino Silva; Guilherme Clementino de Sa Menezes; Matheus Fernandes Vivas da Silva; Vilson Wenis dos Santos Belle
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.046/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Lucas Machado Correa Schulz e Silva; Beatriz Luberiaga Bezerra; Fernanda Pascoa Lemos; Francisco Gabriel da Silva Maia Filho; Gustavo Alves Casqueiro; Henrique Carneiro Caputo; Italo de Oliveira Moreira; Joao Victor de Oliveira Queiroz; Kaio Torres Dias; Lincoln Esteves dos Anjos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.047/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Pereira de Freitas; Clara Beatriz Melo Moreira Caminha; Gabriel Henrique Cabezas Assis; Harllon Oliveira da Paz; Landerman de Lima Medeiros Guimaraes; Leonardo Paraiba Cidrao; Lucas Duarte Fernandes; Luis Felipe Matuchewski; Rodrigo Pereira Abranches; Victor Vinicius Valentim da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.049/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz dos Santos; Jonas Nunes de Moraes; Paulo Ricardo Ferreira de Carvalho; Pedro Antonio de Souza Vieira; Roberta Coelho Scarabucci; Thais Alves da Penha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.050/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jean Carlo Staub
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.113/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Henrique Rodrigues Soares da Costa; Carlos Alexandre Vandes Goncalves; Daniel Felipe Gomes da Costa; Eliezer Gustavo Correia dos Santos; Felipe Alves Correa; Gustavo Gattis Panziera; Hadley Bento de Araujo Junior; Joel Bruno de Oliveira Moraes; Joelson de Oliveira; Paulo Ricardo Pereira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.116/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danillo Rocha Braconaro; Ezequias dos Santos Alves Ferreira; Fabio Neto Olicio Pereira; Gabriel Augusto Santos Barbosa; Henrique Lopes de Oliveira; Jose Donizeti Isaac Junior; Jose Guilherme dos Santos; Kennedy Alan Santos Prado; Lucas Augusto de Toledo; Marcus Vinicius Prado Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.117/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Rita Rogerio Maia Nogueira; Joel Felipe Horn; Luciana Costa Gil
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.120/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bernardo Ramos Scarlatelli; Davi Luiz Bezerra de Menezes; Douglas Pires Almeida; Isaque Salgado dos Santos; Joao Victor Bezerra de Araujo; Jose Carlos Souza de Lima; Kevin Xavier Augusto Santos; Lucas Iago Ribeiro Lapa; Wander Junior Santos da Silva; Yan Patrick Barbosa Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.123/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Claudio Yago Rossi Bettecher Crivellari
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.124/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Bestwina; Ana Luiza Buse da Silva; Antonio Santana de Oliveira; Barbara da Costa Araujo; Bruno Benjamim Bertucci; Daniel Daher Moura; Daniel Ferreira Gayer; Davi Bonfim Moraes Morant de Holanda; Guilherme Paz Santos; Joao Miguel de Lima Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.212/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Amilton Jacinto dos Santos; Helio Evaristo do Vale; Julio Cesar de Almeida Silva; Mario Gakiya; Silvio Luiz Rockenbach
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.215/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Adamario Maximo dos Santos; Adilson Avelar dos Santos; Alexandre Soares da Rocha; Jaciro Alves Gama; Joao de Deus dos Santos; Jose Irismar da Silva Aquino; Manoel Antonio Martins Dorneles; William dos Santos Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.220/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Jeronimo dos Santos; Antonio Luiz Marcos; Erivan Goncalves da Silva; Ginaldo Nunes Soares; Hamilton dos Santos Chagas; Joao Batista Goncalves; Joenyr de Almeida Silva; Roberto Dias Duarte; Sideni Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.227/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Santos de Araujo; Gastão Teodoro Knak; Jose Francisco Nacif; Jose Raimundo Machado; Jose Rosario; Severino Ribeiro da Cruz; Sidney Marinet Guedes de Almeida; Washington de Oliveira Viegas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.230/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Jorge Rodrigues Silva; Geraldo Garcia Rabello; Joaquim Jose P Pereira; Jose Gomes Miranda; Jose Maria da Silva; Jose Vicente da Silva Filho; Juvenal Gonzaga Glycerio; Manoel Antonio de Andrade; Marcio Carapeba Monteiro; Nachson Pereira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.233/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Jose do Nascimento; Hilrio Del Bosco de Azevedo; Joao Gomes de Castro Filho; Jose Lima de Sena; Jurandy de Queiroz; Manoel Ramos dos Santos; Odilon Barcellos Martins; Paulo Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

019.241/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Aloisio Carneiro da Silva; Arnaldo Duque Estrada; Gastão Almeida Rodrigues; Ianto Macedo do Couto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.245/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Alaelto Macedo Barbosa; Andrew Safatli de Jesus Vieira; Euder Abreu Carvalhar; Geldson Ortiz; Jackson Balthazar de Arruda Câmara; Michel de Siqueira Pinto; Renata de Oliveira Nunes; Sandro Rogerio Silva Nunes; Thiago Gois de Santana; Waldir de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.251/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Aldo Bastos da Silva Vila; Antonio Augusto Renaud
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.253/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Lourival Gomes da Silva; Roberval Ritter Von Jelita; Vicente Palmieri Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.258/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Ilson Roberto Ferreira dos Santos; Joao Cruz Silva; Jose Noe Correa Alvarenga; Jose Samuel Thomaz; Juarez Irigojen Vescia; Manfredo Unterberger; Manoel Vieira Cavalcanti; Mario Ricardo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.266/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Ademir Moreira dos Santos; Andre Rodrigues Filho; Durval Jose de Anchieta; Herivelto Paz da Paixão; Lauro Fortuna Campos; Luiz Carlos de Freitas Oliveira; Marcos Antonio Goncalves Ferreira Cruz; Oscar Raul Lima; Raimundo Umbelino de Lima; Vicente Dias Pedrosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.275/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Clidenor Monteiro de Almeida; Francisco de Assis de Souza; Holberg Rotterdam de Oliveira; Isaac Nazare Matos Santos; Ivan Macedo; Jose Guilherme de Oliveira; Jose Ribeiro da Costa; Milton Rosa da Silva; Nelson Ramos Ayres; Vicente Estevam Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.279/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Eduardo Parente Ribeiro; Cicero Enoque Gouveia; Geraldo Felix da Silva; Heider de Oliveira Dias; Joao Ferreira da Costa; Jorge dos Reis Bispo; Luiz Beneciano Lopes; Luiz Carlos Requeijo; Nilo Mendes Figueiredo; Paulo Heli Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.285/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Ary Magalhaes Marinho; Bernardino Santos Neves; Francisco Jose Torres Montenegro; Horacio de Freitas Carvalho; Jose Messias do Nascimento; Nelson Dendena; Rocco Antonio Sivolella; Sergio Garcia da Costa Freitas; Valdemar Romualdo de Souza; William Motta Candreva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.286/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alexsander Sampaio da Silva; Anderson Rita Moreira; Angela Nisia Coutinho; Darcy Dutra; Francisco das Chagas de Albuquerque; Francisco de Assis Santos; Gaspar Nestor da Silva; Gastão Teodoro Knak; Jair Gomes da Silva; Jose Severino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.293/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Airton Gomes de Oliveira; Antonio de Padua Borges; Dilson Jose Pires; Djalma Felix de Melo; Djalma Rodrigues Goncalves; Edgard Guimaraens Filho; Eduardo da Silva Souza; Joao Bosco de Roma; Pedro Lopes Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.297/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Claret da Mota; Castoru Utibaba; Gilson de Almeida Costa; Joel Jose Joaquim; Jose Bernardo de Oliveira; Jose Juvencio Alves; Roberto Marques; Rubens Correa Porto; Socrates Flamarion Moraes Varjão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.304/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Eber Candido Euzebio; Joao Baptista da Silva; Osman Muniz Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.306/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alberto Raimundo dos Santos; Hilton Murici de Jesus; Rosevaldo Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.313/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Carlos Izolan; Eloy Bitencourt; Joao Carlos Miranda; Valduy Vieira; Valerio Dondoni; Vanderlei Fichel de Oliveira; Vilmar Rodrigues Furtado; Waldecir Fagundes Avila
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.320/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Amauri dos Anjos; Aniceto Alves de Carvalho; Ariosto Rosa; Celio Sanz Soares; Claricio Mendel Doria; Edison de Souza Ribeiro; Edson Amieiro Sampaio; Jaldson Lima Teixeira; Jose Carlos Guimaraes Osorio; Roberto Pinheiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.325/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Ferreira de Souza; Djalma de Oliveira Pinheiro; Ernesto Arthur Monteiro; Hamilcar Tavares Vieira; Jose Eugenio Alberto de Melo; Severino Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.329/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Absalao Rodrigues de Lima; Antonio Barbosa da Rocha; Edson Dantas da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.336/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Alex Sander da Silveira Chagas; Antonio de Almeida; Basilio Rufino Carvalho; Geraldo Batista Mendes dos Santos; Ivo Jose de Oliveira; Jatemar Rodrigues; Jonas Paim Pereira; Jose Alfredo Machado Rosa; Raimundo Reis Lisboa; Roberto Ferreira Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.340/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Jurandir Ferraz de Azevedo; Marco Antonio Freire Pedroso; Roberto Rezende Silva; Ruy da Silva Vianna
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.344/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ailton Pereira Passos; Alberico de Cerqueira; Edemilson Goncalves da Silva; Edine Ferreira Menezes; Evanilton Miguel Lima; Gerson Carvalho de Almeida; Joao Batista dos Santos; Jose Loretti; Luiz Carlos Veiga do Amaral; Vicente Martiniano de Paula Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.348/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Carlos Sampaio Bastos; Carlos Eduardo do Espirito Santo Tavares; Carlos Wagner Souza Toscano; Celso Rodrigues Lopes de Oliveira; Hidemburgo Magaldi da Silva; Jairo Bezerril Fontenelle; Jose Genival de Souza Gomes; Paulo Fernando Diniz Maffioletti; Paulo Roberto Gomes; Sandoval dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.354/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Domingos Marques Athanes; Antonio Duarte Neto; Felipe Santiago Borges; Geraldino de Melo Morais; Iomar Flau da Silva; Jomar Avena Barbosa; Jose Adão de Souza Silva; Masakatsu Kakehashi; Milton Conceição; Valdir Andrade Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.356/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Arnaldo Alves de Souza; Hamilton Nascimento Bourguignon; Joaquim Alves de Oliveira Neto; Jose Marciano Dias Sarmento; Jose Schwartz Lima; Marival Maceio Machado; Roberto Araujo; Sebastiao Monteiro; Ubaldo Augusto Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.362/2018-8
Interessados: Antonio Carlos Cursi; Antonio Ereneu Kuss; Leonides Antonio de Moraes; Manoel Pereira da Silva; Nery Bettega; Romoaldo Antonio D Agostini; Silvio Garcia Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.374/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Abrao Dias; Aclides Lunardi; Algacir Braga Pereira; Aparecido Mariano de Souza; Joao Ferreira Fraga; Jose Damacio Benites; Luiz Fernando Guazina Marques; Ney Francisco Krieger; Ourival Rodrigues de Souza; Ramao Notario
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.379/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Agenor Lopes da Cunha; Benedito Carlos de Almeida; Cicero Assunção Cardoso; Genesio Moutinho Machado; Jose Ribamar Nery Rodrigues; Miguel Magalhaes Cavalcanti; Nelson Cruz; Silvio Palhano de Souza; Ubiratan Cury
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.382/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Aylton Magalhaes Coelho; Fabio de Jesus Silva; Ivan Nogueira; Joao Gervazoni Serrano; Mario Lopes Castanheira; Milton Carmo; Moacir Terton da Silva; Paulo Antonio da Silva; Walter Jose Azevedo Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.383/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Alcides Amancio Teixeira Filho; Candido Cavalcante de Souza; Ecio de Oliveira Silva; Eduardo Tadeu Braga; Joaquim Jorge Karlguth; Jose Antonio Gomes da Rocha; Jose Carlos de Carvalho; Paulo Cesar Barbosa; Walfrido Jairo Lucena Martins; Wilson Vieira Goes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.392/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Albino Magalhaes Junior; Carlos Mesquita Ferreira; Marcos Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.398/2018-2
Natureza: Reforma
Interessados: Ary Souza de Jesus; Marcelo Pereira Guimaraes; Marcos Duarte Esteves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

019.402/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Evaldo Ferreira Lins; Arindal Carneiro Cesar Pires; Bianor Carvalho; Carlos Gomes Cavalcanti; Helio Morteira de Carvalho; Jacques Vasconcelos de Sousa; Joao Basilio; Luciano Batista da Silva; Moises Rodrigues Pinto; Rubens Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.409/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Nilson Gonçalves Damasio; Roberto Gomes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

019.411/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Ary Jose dos Santos; Chrispim Morett; Cilas Rodrigues; Edgard Jose Ribeiro de Queiroz; Gabriel Felix Balbueno Alves; Joao de Almeida; Wanderley Correa de Moraes; Wandyr Figueira de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.418/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Cicero do Nascimento; Gervasio Francisco de Jesus; Jose Synval Vianna
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.422/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Adão Jardim da Costa; Alceu Beck; Alvaro Walter Xavier; Joao Carlos de Freitas Barros; Jose Ozorio Balestrero de Oliveira; Natal Gentile; Raul Quadros de Oliveira; Saul Cruz Amado; Tito Alvim da Silva Borges; Walter Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.428/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Amaro dos Santos Correa; Evaristo Coutinho do Nascimento; Genesio Leite de Mello; Getulio de Medeiros Carceles; Jose Geraldo Martins; Jose Rubens Paixão Passos; Julio Sampaio Faria; Pedro Luiz de Azevedo Taulois; Sthel de Azevedo Cruz Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.431/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Ferreira de Campos Torres Neto; Antonio Rafael Santos; Carlos Jose Fernandes; Gastão Viegas de Pinho; Hermes Lucindo de Souza; Jose Ramos Cavalcanti; Oladis Penteado Krauz; Romualdo Julio Karwowski
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.432/2018-6
Natureza: Reforma
Interessados: Abelardo Nunes Vieira; Antonio Lourenco de Oliveira; Armando Gouvea; Daniel Milazzo; Edison de Souza Ribeiro; Elio Tozi Rodrigues; Ivai de Almeida; Luiz Paulo da Silva; Roberto Pinheiro da Silva; Ujerfeson Lauriano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.435/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Arley Fernandes do Val; Cleonal Lopes Cardoso; Edson Rocha de Almeida; Flavio Antonio Guerra da Silva; Ivan Lellis; Jose de Souza; Juracy Vivas de Araújo; Paulo Roberto Queiroz Bomfim; Walter dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.443/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Cislene Hitoe Pipa Kitamura; Claudio Alves Ferreira; Claudio Antonio Guirra de Souza; Daniel da Costa Campos; Ilson Fernandes de Souza; Joaquim Jose Felix da Silva; Luciano Alves; Marinaldo Lopes dos Santos; Renato dos Santos da Silva; Silvia Maria Goes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.448/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alexandre Jose Monteiro; Bruno Henrique da Silva Giori de Araujo; Carlos Augusto Jardim Barreto; Carlos Henrique Santos; Charles Cristiane Pereira; Elizeu Silva de Souza; Fabio Leal Thome; Frederico Rodrigues Moura; Rafael Francisco dos Santos Silva; Rodrigo dos Santos de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.757/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Amalia Reis Brasil; Antonia da Silva Carvalho Oliveira; Debora Bastos Braga; Elza Oliveira Lima; Francisca Luiz do Nascimento de Souza; Iaskara Moreira Lima; Lucia Maria Gomes Lopes; Maira Ligia Riedel da Costa; Maria das Gracas da Silva Loureiro; Marilia de Dirceu Riedel da Costa; Pedro Ilo Borges Brasil; Sibeli Chagas Arruda Santos; Tania Maura Riedel da Costa; Vania Deborah Riedel da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

019.832/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Augusta Maria Sousa Cabral; Aydee Silva de Melo; Ingrid Muniz Rocha; Janaina Walvick Martins; Jandra Silva Coelho; Jane Coelho Serafim; Jeane Tehaikowsky de Melo; Jussara Silva Coelho; Louise Gomes Rocha; Marcia Martins de Carvalho; Maria Jose Zeraib Campos; Marina de Lima Arcuri; Marlene Calil Cysne; Maxmiliano Leuchtermberg Lopes de Melo; Paulete Martins Cordeiro; Sandra Botelho Fayao de Carvalho; Sandra Regina Borges Bittencourt; Willamys Leuchtemberg Lopes de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

019.866/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cleusa Severo da Silva; Elaine Terezinha Silveira; Franciele Medianeira Martins da Rosa; Leni Terezinha Carvalho de Camargo; Lorena Viana Amaral; Maria Cristina Bertolo de Conti; Palmira Clave Gomes; Rosmarie Trindade; Salete Teresinha Bertolo de Conti; Sonia Maria dos Santos Flores; Vera Liliane Bertolo de Conte; Zeli Santos Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.404/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alison Luiz da Silva Costa; Daniel Lopes Pinto; Elbian Gilbert Rocha Malaquias; Gabriel de Lima Paiva; Guilherme Patrik Monteiro de Lima; Luiz Gustavo da Silva Ramos; Matheus Henrique Goncalves de Oliveira; Thalles Jacinto Rocha Alves; Thierry Henrique Emidio Correa; Toni Zacarias Diniz Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.414/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Rai dos Santos Lima; Caio Henrique Cavalcante Coqueiro de Souza; Darlison da Silva Santos; Gerderson Schumacher de Medeiros Dantas; Jhony Agapito da Silva; Jonh Selton Moutinho Sousa Pereira; Maikon Alex Ribeiro Bobadilla; Renan Messias Sousa Evangelista
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.418/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aneilto Mariano de Oliveira Junior; Antonio Jorge Ribeiro Paes Junior; Cristianne dos Guimaraes Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.485/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Leoni da Rosa Souza; Lucas Charao Gaier; Otavio Soares de Paula Vasconcellos; Pietro dos Santos Marques Arruda; Yago da Silva Cardoso Kummel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.488/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Pamplona; Igor da Silva Junior; Lucas Alan Gomes do Nascimento; Pedro Otavio Garcia do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.495/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Felipe Fedele de Souza; Ederson Benigno Cortez; Gabriel Cavalcante Carbone; Lucas Costa do Rosario; Lucas Cunha de Oliveira; Matheus Soares da Costa; Matheus do Amaral de Carvalho Marcelino; Ricky Ribeiro Botelho da Silva; Rodolfo Julião do Nascimento; Samuel da Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.498/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Victor de Araujo Cruz; Gilmar Oliveira da Silva Junior; Luiz Dionisio Aramis de Mattos Vieira Ii; Luiz Ramon dos Reis Lopes; Pablo Teixeira Estivalete; Samuel Silva de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.555/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro de Oliveira Cheverria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.559/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Augusto de Souza Leite; Joao Gabriel Seabra Fernandes Bernardes; Levy Augusto Ferreira; Victor Hugo Ribeiro Savio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.564/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Arcanjo Baptista da Silva; Ilson da Silva Araujo; Israel Pinto; Juliano da Silva Souza; Lucas Dantas de Souza; Lucas Gabriel Soares Vianna Mendes; Marcelo Rian Rodrigues Ferreira Alves; Marcos Brendon Monteiro de Souza; Marcus Vinicius Martins Sepulveda; Matheus Azevedo de Paula Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.569/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clayton Albert Neri da Silva; Eduardo Henrique Barreto Alves; Fabiano da Silva Couto; Marcelo de Oliveira Correia da Silva; Marlon Pereira da Silva; Paulo Pinheiro de Lima Junior; Rodrigo Silva Moreno; Thiago Luiz Vargas de Andrade; Vailson Santos Pereira Filho; Wilknson Xavier Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.576/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Diego Dantas de Oliveira; Felipe de Oliveira Nascimento; Filipe dos Santos Cabral; Jose Anselmo de Santana Junior; Jose Viana Rodrigues Neto; Julio Raphael Santos Cruz; Nathiel Nilson Mendes; Rogerio Acacio da Silva Junior; Ruan Quelvin da Cruz Barreto; Teylor de Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.577/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Berlisson de Paula Silva; Carlos Alberto Brandao de Lima Furtado; Carlos Henrique da Rocha de Almeida; Dawiny Ribeiro Franca; Erick Fernandes Esterque; Joao Gabriel Marques de Jesus de Moraes; Jose Eduardo do Nascimento; Paolo Menezes Bispo; Pedro Manoel de Oliveira; Wellington Barbosa dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.585/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iolanda Ferreira dos Santos; Kleber de Oliveira Moura; Tatiane Borges Gontijo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.588/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dennys Phylipe da Silva Cruz; Guilherme da Silva Ramos Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.621/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Felipe Dias Torraca; Cristiano Charlesson Souza de Oliveira; Damiao Edivan Cabral da Silva; David Rodrigues de Carvalho; Douglas Thiago Jesus Duarte; Leonardo Cordeiro Moco; Marcos Vinicius Silva Antunes; Ricardo Moreira Banos; Sergio Santos de Souza Junior; Wellington Vieira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.630/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Alvarenga da Silva Filho; Joao Vitor de Paula Jorge; Lucas Oliveira Tavares de Jesus; Lucas Oliveira da Silva; Lucas dos Passos Pereira; Marlon Assis da Silva; Michael Luckas Araujo Dino Ferreira; Nathan de Arimatea Freires; Romulo Felix Alves da Silva; Wander Wandrunes Jesus Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.637/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brunno Cesar do Prado Costa; Bruno Santos de Oliveira; Caio Henrique Peixoto de Lima; Flavio Almeida Pimentel; Gabriel Bastos Delgado Silva; Gustavo Silva Pinto; Joao Cesar de Araujo Campos; Lucas Gabriel Lima de Maria; Marcus Vinicius da Silva Pires; Pedro Henrique Ramos Velloso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.640/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Baresz Franca Ines; Edivan Gomes Alves Maciel; Francisco Herlon Lemos de Oliveira; Igor Pereira de Amorim; Jean Carlos Coutinho Machado; Jorci Delgado Melquiades; Jorge Felipe de Sousa Pinto Medeiros; Joseph Julian Coelho Capitulino; Nielson Oliveira de Moraes; Wanderson Ortiz Velasques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.646/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Pales Braga; Daniel Mattar de Lima; Fabiano Alex Sandro Soares Leitão; Gabriel Victor da Silva; Isaac Araujo da Silva; Jean Vieira; Leonardo Joao de Freitas Nunes; Lucas Moreira da Silva; Marcelo Costa Vianna; Sergio Ricardo Ronchi da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.649/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Felipe Rodrigues Teodoro; Bruno Silva de Almeida; Edlauro Coelho Cavalcante; Ewerton Abrego Ribeiro; Felipe de Oliveira Matias; Joao Paulo Alves Fortunato; Joao Victor da Conceição Pereira Rosa; Matheus Vitor de Araujo Cassimiro; Pablo Henrique Augusto Dias; Pedro Feitosa Pereira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.656/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Luan Alves; Estevan Weber; Everton Castro Rodrigues; Jean Pretto; Joel Lorenz da Veiga; Jorge Luiz dos Santos Vestena; Laisom Alfredo Medina Alves da Conceição; Mateus Luiz Lobler; Matheus Rodrigues de Rodrigues; Tiago Martins Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.659/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nilson Sangy Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.673/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Junior Medeiros; Lucas Henrique da Silva Fidelis; Wagner de Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.681/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Patrick Novis da Silva; Dhiego Gusmão Medeiros da Cruz; Gabriel Ferreira de Araujo; Geovane dos Santos Silva; Higor Souza Brito; Paulo Matheus Santos da Silva; Ramon da Silva Arruda; Rhuan Luis Ferreira da Silva; Roger da Silva Fernandes; Ruan Victor Pereira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.689/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cazuhissa Iqueda Junior; Gabriel Del Guerso da Silva; Gabriel Rocha da Silva; Gil Anderson Batista da Silva; Igor Melo de Araujo; Lucas Kassem Mahmoud Harbouki Pereira; Marcilio de Paula Dias Filho; Marco Antonio de Santana Silva Junior; Paulo Henrique Goncalves Pereira; Welerson Santos Simas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.694/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Renan Damasceno Moura Matos do Nascimento; Daniel Lourenco da Silva Lima; Jefferson Schaider Brito da Silva; Leonardo Vieira de Almeida; Lucas Gabriel Antunes Pinheiro; Marcelo Fernando da Silva Muniz; Matheus de Moura Ferreira de Almeida; Savio de Morais Almeida; Vinicius Padilha do Nascimento; Wallace de Lima Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.702/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro de Lemos Balthar Martins Areas; Andrew Gabriel Silva Rodrigues; Bruno Rogerio Silva; Gabriel da Silva Solino; Joeliton Silva dos Santos; Lucas Henrique da Silva Santos; Marcos Paulo Breves de Sa Ferreira; Rodrigo Ulisses Pereira Santos; Tulio Renato Leandro da Silva; Vitor Costa Aristides Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.818/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adolpho Johson Silva das Chagas; Daniel Tavares de Souza Junior; Edson Cassimiro de Lima Filho; Fabio Monteiro Reis Melo; Felipe Passos Rodrigues; Gean Machado Borges; Joao Emanuel Nunes de Morais; Lucas Okonovski; Pedro Ayala Torales Fidalgo; Yan Augusto da Cruz Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.820/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Silva de Castro; Felipe Dias Rodrigues; Felipe Fonseca de Melo; Joao Batista Gomes de Souza; Luis Ricardo Rocha da Silva; Renan Marchon de Oliveira; Wallyson Bruno Tavares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.823/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Augusto Barroso Uchoa; Ivan Jeronimo de Moraes Mesiano; Laura Alves das Neves; Nathalie Torreão Serrão; Pedro Gabriel Pereira de Lima; Victor de Castro Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.829/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner de Mello Berger; Anderson Cardoso de Jesus; Fellipe Garcia Marques; Hugo Eitaro Noguchi; Larissa Mardegan Araujo; Luis Fernando de Souza Dias; Marcio Barros Neto Barbosa de Barros; Rafael Mazzini de Souza; Renata Ramos Rodrigues de Paula; Thiago de Oliveira Porfirio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.831/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acassio Matheus Roque; Daniel Oliveira Avelino; Diego Alves Correa; Joaci de Souza Brito; Jorge Alexandre Onoda Pessanha; Marcos Thadeu Palmeira Baptista; Rafael Brasoloto; Regina Calixto Gazire; Roberto Pereira de Oliveira; Rodrigo Klim Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.840/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evandro Elias Barros Albuquerque; Gabriel Barbosa Fazolo; Gustavo Vinicius Medeiros da Silva; Gustavo da Cruz Santos Silva; Italo Barros Marques; Iury Vasconcelos Rodrigues; Leonardo Giron Guimaraes Garcia; Matheus Ranielle Ferreira de Souza; Myke Phelipe do Monte Teixeira; Thiago Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.842/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Miranda Silva de Mello; David Madson Lima da Silva; Diogo da Silva Simões; Francisco Assis Fernandes dos Santos Neto; Igor da Silva Oliveira; Josielem Pimentel; Junny Ronnyery Cunha Galdino; Kamila Rodrigues do Valle Temponi; Lucas Malaquias Leandro; Thiago de Jesus Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.845/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Braulio Sergio Mendes; Daniel de Souza Baruffi; Gustavo Paim Carivali; Jessica Teixeira Tartarini Castro; Lizia Felix Cotias de Mattos Oliveira; Lorena Fraga Costa Moulin; Nicollas Branco Castello Branco; Rafael Alcantara Martins; Stephannie dos Anjos Borges da Conceição Nascimento; Tahinah da Cunha Ferreira dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.847/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alefh Roberto de Aguiar Lima Gomes; Barbara dos Santos Ferreira da Silva; Bruno da Costa Leal Ribeiro Guimaraes; Jonathan Wallace dos Santos Gomes; Mateus Kennedy de Moraes Salles; Paulo Roberto Godoy Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

020.850/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Savio Vilela Moreno
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.855/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Cesar Possidonio Chang Che; Allamy Monteiro Pereira; Felipe Costa de Casaes; Lucas Lauschner Bohnen; Lucas da Silva Osorio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.860/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Gomes dos Santos; Claudio Henrique Marzzona Rodrigues; Matheus Silveira Guerra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.865/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edilson Aparecido da Silva; Fernando Marcondes de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.892/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo da Rocha Monteiro Ribeiro; Fernando Moreira; Gabriel Eduardo Tareszkiewicz; Gabriel Souza dos Santos; Jhonatan Marques Monteiro; Luiz Fernando Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

020.904/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Querino de Souza; Victor Daniel Rodrigues Fogaca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

020.916/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fabricio Lilge Wolter
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.923/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Cunha Ferreira; Vitor Hugo dos Santos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

020.947/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Queiroz dos Anjos; Icaro Silva de Oliveira; Igor Lehmann Fernandes; Lucas Silva Teixeira Lima; Murilo Henrique da Mota Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.017/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleiton Nunes Costa; Joao Pedro dos Santos Goncalves; Victor Valencio Bastos Alberto; Yan Carlos Neves Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.023/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Villela de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.028/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Polato; Joao Victor Scardini Moreira; Juliana Llopis Alves; Wagner Zanon Hespanhol
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

021.327/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alba Pessoa Cyrillo; Alda Cyrillo de Sousa; Ana Maria Perrotta Mourao; Beatriz Pessoa Cyrillo; Dirce Leopoldina Lopes Teixeira; Dolinda Pessôa Cirilo; Helena Perrotta Mourao; Lucia Maria Quaresma dos Santos; Maria Cristina Mourão Barboza; Nubia Pessoa Cyrillo; Regina Celia Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.332/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Catharina Cortijos Jaguaribe; Cristiana Henrique Santana de Andrade; Lourdes Rodrigues Leme; Maria Benedita Silva Santos; Virginia Paes Barreto Fioravante
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.341/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carmen Rosa Dias de Freitas; Joana Aparecida Barbosa; Lidice de Fatima Barbosa Jacques; Mônica Aparecida Ferreira da Costa; Regina Aparecida Naves Carvalho; Tonya Cristina de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.346/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Deise de Oliveira Pochmann; Eloina do Rocio Valenga Baroni; Jomar Schimmelpfeng Fortes Nowacki; Rubia Karla Felsky dos Santos; Vivianne Dal Castel de Oliveira Cunha; Yara Cristina Pedroso
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.351/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Helena Moraes Andrade de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

021.358/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adali Muniz Ratamal; Ana Cristina Leite Salenave; Ana Flavia de Assis Brasil Ribeiro Coelho; Elvira da Costa Azeredo; Inadiva de Macêdo Silva; Maria Angelica Leite de Oliveira; Themis de Assis Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

023.093/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Saesa do Brasil Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: 1º Batalhão Ferroviário
Representação legal: Vanisa Kelly Euzebio (OAB/SC 32877) e outros, representando Saesa do Brasil Ltda

025.544/2017-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Marlon Douglas Lourenço Lacerda; Sonia Maria Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.709/2018-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Central do Exército
Representação legal: não há

006.316/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Juçara Duarte Santos; Moacyr Ferreira Rodrigues e Telmo Seganfredo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

006.321/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Cecília Yuriko Tateiwa; Cinthia Paiva Silva Bednarczuk; Izabel Terezinha Polak; Maria Heloisa Brás Loureiro Costa; Neiva Pasqualotto; Rosy Divanir de Melo e Sirlene do Carmo Lins Gonçalves Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Inss - Curitiba/PR
Representação legal: não há

006.337/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eleni Viana de Castro Amaral e Paulo Roberto de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Barbacena/MG
Representação legal: não há

008.379/2017-3
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
Representação legal: não há

008.554/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marcia Aparecida Kersul de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Sul - SP
Representação legal: não há

008.564/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Carlos Dilli
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Novo Hamburgo - RS
Representação legal: não há

008.570/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Abílio Silva e Luiz Carlos de Souza Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São José dos Campos - SP
Representação legal: não há

008.572/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Alves de Azevedo Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Guarulhos - SP
Representação legal: não há

008.576/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Henrique Nelson Pereira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte - MG
Representação legal: não há

011.122/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Guilherme Westphal Kirchner
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Joinville/SC
Representação legal: não há

014.821/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Mário Alberto Cozzuol
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Representação legal: não há

017.794/2008-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Almeron Caminha; Emanuel de Lima Botelho Neto; Emanuelle Lima Botelho; Fátima Mustafa Caminha e Lucas Barbosa Caminha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

017.821/2008-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ingrid Alice Oliveira de Freitas; Maria do Carmo Silva Freitas e Roberta Silva de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Representação legal: não há

020.999/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Raquel Oliveira Guabiraba Soares e Jucineia Alegre de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social/INSS
Representação legal: não há

021.517/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Carmen de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/Norte/SP
Representação legal: não há

021.560/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ademir Barreto Rangel; Alaor Barreto Duarte; Cremilda Bastos Rocha; Gabriel Costa Fritz; Mamertino Nogueira Souza; Maria Pedrinha de Azevedo e Maria de Lourdes Cardoso Cavati
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Vitória/ES
Representação legal: não há

021.566/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria Braga de Oliveira; Antonio Edmilson Nunes dos Santos Junior; Augusto Kleber Braga; Iolanda Magalhães Maia; Ítalo Ramalho Façanha Santiago; Jose Barbosa Lima Neto; Maria Alves Rodrigues; Maria Amélia Pereira; Maria Cleide Meireles Barros; Maria Pereira de Araújo; Maria das Neves Paiva Abreu; Marilia Lima Mendes; Murilda Brasil Moura; Nelson Castelo Branco Maia; Neusa Rodrigues Vargas; Nicia Ferraz Coelho; Paulo de Cesar de Brito; Pautilia Braga de Oliveira; Stephane Estela Alves Machado; Tania Botelho de Morais Rangel; Valquíria Braga de Castro e Vitor Silveira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

021.571/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: João Paulo Marques da Silva; Mayara Vieira da Rocha e Simone Affonso de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió/AL
Representação legal: não há

021.657/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nellie Miranda de Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santo Antônio de Jesus/BA
Representação legal: não há

021.659/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Mariko Abe Ito
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ribeirão Preto/SP
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

021.661/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dair Rossetti Cosimo e João Alves Marinho Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Piracicaba/SP
Representação legal: não há

021.664/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Terezinha Lucia Ferraz Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Guarulhos/SP
Representação legal: não há

021.666/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alira Eunice Botelho Camargo e Fouad El Naddaf
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Araraquara/SP
Representação legal: não há

021.668/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Lucia Teixeira Cunha; Antonio Monteiro Gonzaga; Apparecida Nascimento Salles; Ascendino Antunes Ferreira Filho; Barbara Curvelo Franco; Conceição Morroni de Mello; Dulce Alessio Gardini; Emmerenciana Castello Branco Marotta; Geraldo Teixeira de Souza; Hulda Mattos Dantas Cioglia; Iraci da Conceição de Aquino; Irene Ferreira da Silva; Irene Ferreira da Silva; Leticia Curvelo Franco; Lindanor Lazara Diniz do Nascimento; Lucas Mendes Soares; Maria Jose Soares Amia; Maria Jose Vilaça Gomes da Silva; Maria Manoelina Marques; Sebastiana Arlita da Silva Walter e Tolentino Alvares
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

021.670/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gualco Carlos de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis/MG
Representação legal: não há

021.673/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Ruckert Braga; Ângela Maria Ruckert Braga; Ângelo Fabretti Tindó; Avany Moreira Sampaio Machado; Avany Moreira Sampaio Machado; Avany Moreira Sampaio Machado; Eduardo Malheiros; Eduardo Sampaio Machado; Fernando Sampaio Machado; Jubyra Marreiros dos Santos; Louilse Tavares Macieira; Maria Benedita Silva Machado; Maria Cacilda dos Santos Guimarães; Maria Gomes da Silva; Mayde Silva Mathias; Mayde Silva Mathias; Mônica Sampaio Machado; Mônica Sampaio Machado; Nathália Torres Paiva; Nathália Torres Paiva; Neusa de Andrade Silva; Nilma Domingues do Amparo; Regina Fabretti Tindó; Renata Figueiredo dos Santos Silva; Ruth Fabretti Tindó; Ruth Fabretti Tindó; Ruth Fabretti Tindó e Swellen Tavares Macieira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Inss/Niterói/RJ
Representação legal: não há

021.677/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Militão de Castro; Aloysio de Oliveira Neto; David Maier Neto; Elias Nahum Bijani; Gabriel Maia da Silva Maier; Gabriel Torres Modesto da Silva; Ione Amaral de Souza; Isabel Lopes da Silva; James Christiano da Silva Passos; Jandyra Soares de Castro; Jercelina Genoveva Monteiro Serrano; Joyce da Silva Passos; Leonardo Maia José Maier; Maria Apparecida dos Santos Pinto; Maria Jesuína Cheriff Schettini Pereira; Maria Sylvia de Araújo Bittencourt; Maria de Lourdes Souza dos Santos; Nádma Cristina Corrêa da Silva; Shayenne Martins de Carvalho Malafaia; Thereza Vargas Lomelino; Thereza Vargas Lomelino; Wandi Rodrigues da Silva e Wilson Rolin de Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói/RJ
Representação legal: não há

021.681/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice de Oliveira Souza; Atelina da Silva Oliveira; Dandara Fernandes dos Santos; Egina da Cruz Dias; Faraildes Fonseca Marques; Geralda da Silva Correa; Hugo Teixeira Figueiredo; Isa da Gama Moret Santos; Joaquim Aragon Duarte; Jose Vieira Braga; Ligia Teixeira Figueiredo; Lourenço Petrillo Sobrinho; Mafalda Lia Pietrobom de Araújo; Maria Beatriz Madeira Corner; Neli Garrido Dias; Neli Garrido Dias; Nelson Paula Dias; Rosalina Martins Lyrio; Rosilani Maria Garrido Dias e Therezinha Gitahy Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Petrópolis/RJ
Representação legal: não há

021.685/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula de Souza Carneiro Fialho; Antônio da Silva das Pereiras; Cecilia Skibinski Fenocchio; Edmilson da Silva Ramos; Elza Mascarenhas Lima; Eny Ricardinha Santana Silva; Ilza Cândida de Carvalho Raymundo; Isidora Chaves Gomes; Ivonnette Prata Figueiredo; Jesus Justo Mato Mira; Jorge Lacerda Victorio; Juliana Gonçalves Rosa; Linda Eduardo Domingos; Luzinette Garcia Rodrigues; Maria da Gloria Pereira Farias; Nathalina Neves Silva; Nelson Correa; Nilo Gonçalves da Silva; Sergio Alves Caroni; Sueli Maria Pinho Moura; Thereza Fidelis Vasconcellos; Valeska Pinho Moura; Veronica Pinho Moura e Yvone Rodi Pizarro
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte/RJ
Representação legal: não há

021.687/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline de Oliveira Hans; Antonio Francisco dos Santos; Carlos Roberto Hans Junior; Cecília da Conceição Ferreira; Dolvina Costa de Oliveira; Edvaldo José Francisco; Glady Maria Oliveira Rivero; Ivonne da Silva Moreira; Jose Amendola; Jose Elias de Menezes; Josmar dos Santos; Lourdes Martins Nazareth; Marcelle Moreira de Brito; Maria de Lourdes Palmeira; Marilia de Souza Pinheiro; Marina de Souza Rocha; Paulina Ramos da Silva; Paulino Pires da Silva; Regina Celia Macedo Sant'anna; Regina Gabriel Cavalcante; Vera Lucia Gaspar do Nascimento e Yara de Freitas Cantinho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte/RJ
Representação legal: não há

021.690/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adalgisa Sampaio Loureiro; Benedita Rosa Neves Ribeiro; Celia Martins Costa Paiva; Denanci Gomes dos Santos; Élcio Sampaio; Fernanda Frazão Conduru; Hamilton Mota Mendes; Helena Ferreira; Jair Cunha de Araújo Queiroz; Jose Barbosa; Jose Mauricio Gonçalves Sampaio; Liandra Felix Fontes; Maria Dulce de Mello Gomes da Costa; Maria Eugenia Machado Graciosa; Maria Luiza Dantas; Mariah Tavares de Miranda; Theresinha Leilah Paredes de Hollanda Cavalcanti; Waldir Juncken e Zuleika Gonçalves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Sul - RJ
Representação legal: não há

021.692/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Vanni Mocchetti
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/Centro
Representação legal: não há

021.696/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Geraldo José Bittencourt; Neuza Salgado Ferreira; Silas Jardim da Silva Bittencourt e Tales Jardim da Silva Bittencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ouro Preto/MG
Representação legal: não há

021.697/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jair Zolini; Leonardo Oliveira Teles e Maura de Jesus Rubim Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Contagem/MG
Representação legal: não há

021.972/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elayne Baptista de Oliveira; Kelly Samara Pereira Santana; Maria das Dores da Silva; Maria Claudenice dos Santos; Maria Francisca Vieira de Oliveira; Maria Lenira Soares Sampaio; Maria de Lourdes Araújo; Marina dos Santos Ferreira; Marinny Cavalcanti Oliveira Chaves e Neide Rossiter da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió/AL
Representação legal: não há

021.973/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nadir Rodrigues de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador/BA
Representação legal: não há

021.974/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Bervane de Oliveira Mota; Bervane de Oliveira Mota; Bruno Viriato Freire; Maria Gleyciane Simão de Araújo; Maria Gleyciane Simão de Araújo e Maria Iolanda Viana Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

021.976/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Sonia Maria de Paula Zacheu
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Luís/MA
Representação legal: não há

021.977/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joao da Silva Prates; Lucília Alves de Carvalho; Santuza Terezinha Neiva de Melo Franco e Terezinha dos Santos Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

021.978/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alexandre da Silva; Cezarina Pradal Maia; Dalva Silva Anjo; Darklea Carvalho da Costa Morgado; David da Silva Reiff; Dulce Menini Pimente; Edith Nascimento Ferreira de Assis; Edith Paula Silva Reiff; Eliana Luiza de Abreu Guterres; Elias Saieg; Emirema Quintanilha Hollanda Cunha; Euclides da Matta Trannin; Francisca Anjos da Silva; Jose Pereira Borba; Lucia Wilbert Felippe; Magdalena Alves da Silva; Maria Margarida Pessoa de Oliveira Rosa; Marlene da Silva Castello; Nercina Ramos Guimaraes; Nilce Soares de Andrade e Norma da Silva Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

021.979/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cecilia Teixeira Ribeiro; Daiane Marinho Santos; Diego Marinho Santos; Geralda de Souza; Ighor Las Heras Amorim Rodrigues; Illyria de Medeiros Silva; Luiza de Marilac Castagnet Possi; Marcia Tania Nogueira Rosa; Maria Eimar Thebaldi Carvalho; Maria Inez Costa Direna; Maria da Conceição Passos Ferraz; Maria da Gloria Gomes; Maria das Dores Rosas Vilela; Maria de Lourdes Barata Pereira da Costa; Maria do Carmo Reis; Mercedes Damas de Assis; Nair Amaral Sobrinho Ciuffo; Regina Santos Ornellas; Sollanjar Penha Pinheiro Marcello; Vera Lucia da Silva e Yara de Souza Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

021.981/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alice Militao de Castro; Anita Fonseca de Saldanha da Gama; Constância de Oliveira Ribeiro; Daniele Pereira Oliveira; Edimea de Oliveira Sousa; Edith da Gloria Barroso Alves; Elba Moreno Geão; Eliana das Graças; Fernanda Trapa Gomes Pereira; Flavia Cristina da Silva Damiao; Hellia Ferreira Coimbra; Hilca Câmara de Luna Freire; Jorge Luiz Dionísio Damião; Ligia Maria da Cruz Gaspar; Loisette Ferreira Carvalho; Luciana Regina Pereira Oliveira; Luciene Silva Damião; Maria da Conceição Martins Castelo Branco; Maria de Jesus Oliveira; Maria de Lourdes Dias de Souza; Marphiza Lopes Nogueira; Nair Machado Linhares Pires; Regina Celia Fernandes da Silva; Renato Luiz Pereira Oliveira; Serafina Alfaya; Vitoria Augusta de Aguiar Neubarth e Wagner da Silva Damião
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

021.982/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Joelma Peixoto do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro/RJ
Representação legal: não há

021.983/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ruth Kaestner Mattar
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianopólis/SC
Representação legal: não há

022.033/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Alcy Fontenele
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Teresina/PI
Representação legal: não há

022.045/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Gonçalves; Franklin Delano Freire de Menezes; Hilda Alves de Matos; Licurgo Robson Gomes; Marco Antônio Fraga Poltronieri e Maria Jose Kinake Bernardino
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Vitória/ES
Representação legal: não há

022.048/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vilson Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Pelotas/RS
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

022.053/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Delirce Oliveira Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba/PR
Representação legal: não há

022.058/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Elza de Jesus Pereira; Jonilda de Souza e Marluce Mergulhão de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Recife/PE
Representação legal: não há

022.061/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Reinaldo Moreira de Melo e Selma Moraes Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maceió/AL
Representação legal: não há

022.079/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joabil Lira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Garanhuns/PE
Representação legal: não há

022.087/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eliezer Batista da Silva; Maria da Conceição Gomes Lomba e Sônia Maria Conceição Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santo Antônio de Jesus/BA
Representação legal: não há

022.093/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sonia Aparecida de Oliveira; Tania Maria Paixão e Zenilton Vieira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

022.097/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir da Silva Morais; Jose Amarilio do Amaral e João Batista Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte/RJ
Representação legal: não há

022.101/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alayde das Dores Drummond; Gláucio Antonio Sant'ana; Jeová Lopes; José Expedito de Rezende; José Expedito de Rezende; Maria Helena Vieira Duarte Baptista; Raimundo Soares; Stella Matutina de Queiroz e Tânia Mara Ribeiro dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Contagem/MG
Representação legal: não há

022.368/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Admetina Maria Dantas da Silva; Antonio José Domingues; Chakib Aride; Eliete Silva Rosa; George Henrique Colnago Azevedo; Inez da Conceição Pereira Alves; Izabel Cristina Rezende de Moraes Costa; Jamil Viana Malek; Katia Ferreira Motta; Marcos Antonio Evangelista; Marcos Antonio Prest; Maria Valentina Brandão; Maria de Lourdes Tedoldi de Araújo e Marialda Almeida Siquara
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Vitória/ES
Representação legal: não há

022.371/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Antonieta Maria Lombardi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo/SP
Representação legal: não há

022.420/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

017.271/2016-9
Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou o ato de aposentadoria da recorrente legal e determinou a exclusão em seus proventos de vantagem, por ser incompatível sua percepção com o subsídio.
Recorrente: Regina Célia de Miranda Jordão
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há
Interessado em sustentação oral:
- José Carlos Tavares de Moraes Sarmento (OAB/RJ 80.183), em nome de REGINA CELIA DE MIRANDA JORDÃO

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

034.577/2011-4
Recurso de reconsideração interposto por Marcos Paulo do Nascimento contra decisão em TCE no sentido de que não houve comprovação da aplicação de recursos públicos repassados ao município de Matriz de Camaragibe-AL.
Recorrente: Marcos Paulo do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Matriz de Camaragibe/AL
Representação legal: Rubens Marcelo Pereira da Silva (OAB/AL 6.638)
Revisor: Ministro Raimundo Carreiro (12/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

003.971/2015-5
Recurso de Reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão da inexecução do objeto de contrato destinado à construção de sistema de esgotamento sanitário.
Recorrente: Henrique Sávio Pereira Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipu/CE
Interessado: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

009.000/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de parte dos recursos de convênio que teve por objeto a realização do evento "Promoção e Apoio à Comercialização dos Produtos Turísticos dos Municípios que integram o Roteiro do Extremo Sul do Estado da Bahia".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; João Luiz dos Santos Moreira; Paulo César Boechat Lemos da Silva
Representação legal: não há

009.004/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados por intermédio de convênio, cujo objeto era "incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado '1º Canta Brasil Encontro de Gerações'".
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo
Representação legal: não há

010.366/2015-6
Recurso de Reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente e condenou-o em débito em razão da inexecução do objeto de contrato destinado a construção de sistema de abastecimento de água em comunidades rurais.

Recorrente: Ernesto Gomes da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Anori/AM
Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9221) e outros, representando Ernesto Gomes da Rocha

012.600/2007-3
Atos de concessão de pensão civil a dependentes de ex-servidores da Superintendência Estadual do INSS em Fortaleza/CE,
Interessados: Andrezza de Albuquerque Espíndola; Francisca Olívia Gonçalves de Souza, Maria Catarina de Sousa e Nathália Ramalho Espíndola Beltrão
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

013.613/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na prestação de contas relacionada à execução do Termo de Aceitação de Apoio Financeiro à Proposta de Natureza Científica, Tecnológica ou de Inovação, com o projeto "X Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás".
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsável: Rosidalva Lopes Feitosa da Paz
Interessados: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Representação legal: não há

019.094/2015-9
Tomada de contas especial instaurada tendo em vista irregularidades na execução física e financeira de convênio visando à realização de ações para sensibilização da sociedade e mobilização do trade turístico no estado do Amapá, no enfrentamento ao abuso sexual comercial de crianças e adolescentes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux - FBC&VB, João Luiz dos Santos Moreira e Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva
Representação legal: não há

023.144/2018-1
Representação, com pedido de adoção de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades na condução de pregão eletrônico destinado ao registro de preços para aquisição de insumos necessários à realização de exames laboratoriais.
Representante: D-MED Material Médico Laboratorial Ltda.
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)
Representação legal: Marco Aurélio Alves Medeiros (OAB/RJ 102.520) e outros.

023.145/2018-8
Representação, com pedido de adoção de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades na condução de pregão eletrônico destinado ao registro de preços para aquisição de insumos necessários à realização de exames laboratoriais.
Representante: Plast Labor Indústria e Comércio de Equipamentos Hospitalares e Laboratoriais Ltda.
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)
Representação legal: Marco Aurélio Alves Medeiros (OAB/RJ 102.520) e outros.

024.616/2014-1
Tomada de contas especial instaurada ante a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais através de convênio visando ao apoio financeiro à execução do projeto "Fortalecimento Institucional das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado de Mato Grosso do Sul".
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR-PR
Responsáveis: Arcilio Bonifácio Catarino e Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Descendentes de Bonifácio Lino Maria, José Matias Ribeiro e João Bonifácio Catarino Furnas da Boa Sorte
Representação legal: não há

031.015/2012-3
Tomada de contas especial instaurada em virtude da não comprovação da regular aplicação, por não apresentação das prestações de contas, de recursos por intermédio de convênio, cujo objeto era o desenvolvimento de tecnologia para o cultivo de jundiá amazônico.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Fundação Rio Madeira (Riomar), extinta
Responsáveis: Alcebíades Flávio da Silva; Claudia Clementino Oliveira; Edson Izídio Guimarães; Flávio Batista Simão; Maria das Graças Silva Nascimento Silva; Oscar Martins Silveira; Vinícius Soares Souza; Waldemarina Vieira de Melo; e Banco do Brasil S. A.
Interessado: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
Representação legal: Ana Cristina da Silva Barbosa (OAB/RO 3.232), representando o Sr. Flávio Batista Simão; Morel Marcondes Santos (OAB/RO 3.832 e OAB/AC 3.009), representando a Sra. Waldemarina Vieira de Melo.

038.217/2012-0
Embargos de declaração interposto contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração em tomada de contas especial com o objetivo de investigar irregularidades levantadas na representação da 4ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, no âmbito da Assistência Farmacêutica Básica e da distribuição de Medicamentos Excepcionais.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Embargantes: Fernando Passos Cupertino de Barros; Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A.; e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.
Representação legal: Marlus Vinicius Siqueira (OAB/GO 32.670) e outros, representando Medcomerce Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.; Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703), Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.627) e outros, representando Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A.; Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5795), representando Fernando Passos Cupertino de Barros

045.677/2012-3
Embargos de declaração que conheceu e negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares e imputou-lhe débito.
Embargante: Antonio Balhmann Cardoso Nunes Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará
Representação legal: José Marques Júnior (OAB/CE 17.257)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.228/2015-0
Tomada de Contas Especial. Irregularidades na execução do Convênio 2.902/2006 (SIAFI 592957), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Riachão/PB, tendo por objeto a construção de Sistema de Abastecimento de Água.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Riachão/PB
Interessada: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Espólio de Paulo da Cunha Torres e empresa Diagonal Construções Ltda.
Representação legal: Diocemira Cunha Torres, representando o espólio de Paulo da Cunha Torres

000.271/2014-4
Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS) contra a Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde de Cianorte/PR (FHISA/PR), em razão da omissão na prestação de contas do Convênio 3477/2007 (Siafi 616946), firmado entre referida entidade e o FNS/MS, no valor de R$ 420.000,00, tendo como objeto a aquisição de equipamentos e material permanente.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Alcides Nascimento de Oliveira, Clélia Alves Santos, Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde, Jorge Abou Nabhan, Josenilda Cordeiro Bahia Pinha, João Carlos Raddi e Wagner Luiz Marques
Representação legal:
Marcos Roberto Brianezi Cazon (OAB/PR 38.006) e outros, representando Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde; e Luiz Carlos Biaggi (OAB/PR 16.880) e outros, representando João Carlos Raddi.

003.276/2015-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de parte dos recursos repassados ao município de Monteiro - PB por intermédio do Convênio 962/2008, cujo objeto era a realização do projeto denominado "Festa de Emancipação Política de Monteiro - PB":
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo; Município de Monteiro - PB
Responsáveis: Ednaldo de Sousa Lima - ME; Jose Ribamar Aragão - ME; Maria de Lourdes Aragão Cordeiro
Representação legal:
Rodrigo Oliveira dos Santos Lima (OAB/PB 10478), representando Ednaldo de Sousa Lima - ME
Rodrigo Lima Maia (OAB/PB 14.610) e Terezinha de Jesus Rangel da Costa (OAB/PB 12.242), representando Maria de Lourdes Aragão Cordeiro

006.764/2016-9
Recurso de Reconsideração interposto por Luís Severino da Silva, ex-prefeito de Frei Miguelinho/PE durante a gestão 2009/2012, contra o Acórdão 12.500/2016-TCU-2ª Câmara que, em sede de Tomada de Contas Especial, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento do débito apurado nos autos, bem como da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 30.000,00, em razão omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos à municipalidade pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), nos exercícios de 2009 e 2010, pela modalidade fundo a fundo para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE).
Recorrente: Luís Severino da Silva
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Frei Miguelinho/PE
Representação legal: José Francisco de Oliveira Junior (OAB/PE 12579)

007.035/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela mencionada pasta ministerial, em 2010, ao Município de Charqueadas/RS no âmbito do Programa de Proteção Social Básica e do Programa de Proteção Social Especial.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades: Município de Charqueadas/RS
Responsável: Davi Gilmar de Abreu de Souza
Representação legal: não há.

007.125/2000-7
Embargos de declaração interposto por Mario Gilberto de Oliveira contra Acórdão 3478/2018 - TCU - 2ª Câmara que negou provimento ao Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 142/2003, retificado por inexatidão material pelo Acórdão de Relação 429/2003, ambos da Segunda Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento do débito apurado nos autos, em solidariedade com outros responsáveis, bem como aplicando-lhe a multa individual, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão de irregularidades apuradas em acordos trabalhistas celebrados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC) (extinto), envolvendo o índice de reajuste de salários denominado Unidade de Referência de Preços - URP/89.
Embargante: Mario Gilberto de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.
Interessado: Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.
Responsáveis: Antônio Lázaro Ferreira; Ceres Nogueira Lustosa; Maria Lúcia de Melo Siqueira; Mario Gilberto de Oliveira
Representação legal: não há

007.633/2014-9
Recurso de Reconsideração interposto pela Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia - Fidesa e pelos Srs. Helder Boska de Moraes Sarmento, Superintendente da Pesquisa e executor do convênio e Odília Solange Salbé Reis (Peça 85), executora do convênio, Diretora Administrativa e Diretora Superintendente da Fidesa à época dos fatos, contra o Acórdão 10928/2016-TCU-2ª Câmara.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa)
Recorrentes: Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa), Helder Boska de Moraes Sarmento e Odília Solange Salbé Reis
Representante legal: Cassio Barbosa Macola (15533/OAB-PA)

010.484/2014-0
Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Guerino Luiz Zanon, ex-prefeito do Município de Linhares-ES, contra o Acórdão 7.603/2017 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual foi conhecido e não provido Recurso de Reconsideração interposto pelo responsável, contra o Acórdão 4.185/2016 - TCU - 2ª Câmara, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada em razão da conversão determinada pelo Acórdão 1.472/2014-TCU-2ª Câmara, de Representação formulada pela Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo (PR-ES), a partir de abaixo-assinado de moradores da localidade de Pontal de Ipiranga, dando conta de irregularidades relacionadas com a execução do Convênio 619/1999/FNS, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Linhares-ES.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Linhares-ES e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Embargante: Guerino Luiz Zanon
Representantes constituídos nos autos: Regis Antônio Caetano (OAB/TO 1863), José Gabriel de Castro, José Roberto Figueiredo Santoro (OAB/DF 5.008) e Raquel Botelho Santoro (OAB/DF 28.868), Marcelo Viana Barreto (OAB/DF 41.957) e Giuliana Wiechers Aieta Santoro (OAB/DF 13.517)

011.003/2015-4
Tomada de Contas Especial, ora em fase de Recurso de Reconsideração interposto pelo ex-Prefeito do Município de Sirinhaém/PE nas gestões 2005-2008 e 2009-2012, Sr. Fernando Luiz Urquiza Lima, contra o Acórdão 12.796/2016-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas decidiu julgar irregulares as contas daquele responsável em decorrência da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos federais transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2007, para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial.
Recorrente: Fernando Luiz Urquiza Lima
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sirinhaém/PE
Responsáveis/Interessados/Recorrentes:
Responsável: Fernando Luiz Urquiza Lima
Representação legal: Rafael Patrício Miranda (OAB/PE 30.484), representando Fernando Luiz Urquiza Lima (procuração à peça 36)

013.150/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em razão da não consecução dos objetivos pactuados nos Convênios 395/1998 e 201/2000, firmados entre a União e o Estado da Paraíba, tendo por objeto a implantação de projetos de irrigação no Rio Piancó, localizado naquele ente federativo.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia da Paraíba
Responsáveis: Francisco Jácome Sarmento e Marilo Costa
Representação legal: Manoel Gomes da Silva (OAB/PB 2.057), representando Marilo Costa (procuração autuada como peça 37)

015.096/2007-5
Pensões civis instituídas por ex-servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
Interessados: Silvia Helena Pessoa, Rocilda Barbosa Benevides, Idelzuite Ferreira da Ponte Arruda, Klaustemizia Ferreira de Queiroga, Maria Ivaneide Ferreira Queiroga, Klaustrianne Ferreira de Queiroga, Klaustria Lana Ferreira Queiroga, Ricardo Guerra Benevides, Francisco Alberto Rodrigues Ferreira e Francisca Roberta Rodrigues Ferreira
Representação legal: não há

015.683/2013-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional/MI, em razão de inexecução do Convênio 72/2005 (Siafi 538526), celebrado com o Município de Bocaiúva do Sul-PR, tendo por objeto a construção de galpão para a instalação de incubadora industrial de móveis e peças de mobiliário com 1.125 m² de área construída, destinado à criação de um polo moveleiro no Vale do Ribeira/Guaraqueçaba.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bocaiúva do Sul/PR
Responsável: Município de Bocaiúva do Sul/PR
Representação legal: Darley França (OAB/PR 71.545), representando o município de Bocaiúva do Sul/PR e Helcio Xavier da Silva Junior (OAB/PR 41.413), representando Ademir Costacurta

017.666/2017-1
Representação formulada por iniciativa da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife, na qual são reportadas supostas irregularidades atinentes ao não cumprimento de cláusula do Plano de Carreira e Remuneração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e ao pagamento indevido de gratificações a empregados daquela estatal.
Representante: Ministério Público do Trabalho, por intermédio de sua Procuradoria Regional da 6ª Região - Recife
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)
Representação legal: não há

018.049/2015-0
Representação autuada por iniciativa do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, na qual são reportadas possíveis irregularidades ocorridas na execução de diversos convênios e contratos de repasse firmados com o Município de Catingueira/PB envolvendo recursos públicos federais.
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB
Representação legal: não há

018.565/2016-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. José Costa Aragão Júnior, ex-Prefeito Municipal de Matinhas/PB (gestão 2009-2012), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados ao município mediante o Termo de Compromisso 112/08 e Termo de Aprovação Formal, celebrados em 31/12/2008 com a Funasa, cujo objeto era a "Execução de Sistemas de Abastecimento de Água" a captação de recursos para a execução de obras e serviços de implantação de 17 (dezessete) sistemas simplificados de abastecimento de água, a partir da perfuração, instalação e aparelhamento de poços tubulares em comunidades rurais do município.
Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Matinhas/PB
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Matinhas/PB
Responsável: José Costa Aragão Júnior
Representação legal: não há

023.603/2011-9
Concessão de aposentadoria de Cláudio Manfredini, ex-servidor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, fundamentada na Lei Complementar 51/1985, que trata da aposentadoria especial para policial, com a averbação de tempo de serviço insalubre.
Interessado: Cláudio Manfredini
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: Giovani Zanatta (OAB/SC 11.790) e outro, representando Cláudio Manfredini

024.598/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor do Sr. José Severiano de Paulo Bezerra da Silva, ex-prefeito do município de Tavares/PB, em razão da não apresentação da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 136/2008, celebrado com o referido município e o MDS, com vigência de 25/11/2008 a 30/4/2010, o qual tinha por objeto "a implantação de feira comunitária".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tavares/PB
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social
Responsável: José Severiano de Paulo Bezerra da Silva
Representação legal: não há

025.213/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., na qual são arrolados como responsáveis solidários a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina e o Sr. Maurício Nunes Santos, este na condição de presidente da aludia entidade e signatário do Termo de Cooperação 07/08, cujo objeto consistiu no "apoio prestado pelo HOSPITAL, por meio de repasse de recursos financeiros e de ações do Programa Cultura Viva, ao projeto PONTO IMPERATRIZ, selecionado para constituição da Rede de Pontos de Cultura do GHC".
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsáveis: Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa Imperatriz Dona Leopoldina e Maurício Nunes Santos
Representação legal: João Augusto Moojen (OAB/RS 34.572), representando Maurício Nunes Santos (procuração à peça 27 dos autos)

026.884/2010-0
Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Andelson Gil do Amaral, José Antônio Rosa, Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, Gervásio Madal de Assis, Orozimbo José Alves Guerra Neto e Quidauguro Marino Santos da Fonseca e Adilson Moreira da Silva, Cácila Marilia Pires Nassarden, Ryta de Cássia Pereira Duarte e Wânia Cristina Nunes da Conceição, contra o Acórdão 7.249/2016-TCU-2ª Câmara que julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando-lhes débito e multa do ar. 57 da Lei 8.443/1992 a alguns deles e multa do art. 58, inciso da Lei 8.443/1992, aos demais.
Interessado: Ministério Público Federal.
Recorrentes: Orozimbo José Alves Guerra Neto, Gervásio Madal de Assis, Quidauguro Marino Santos da Fonseca, José Antônio Rosa, Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, Andelson Gil do Amaral, Adilson Moreira da Silva, Ryta de Cássia Pereira Duarte, Wânia Cristina Nunes da Conceição e Cácila Marília Pires Nassarden.
Entidades: Caixa Econômica Federal, Município de Cuiabá - MT, Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.
Responsáveis: Orozimbo José Alves Guerra Neto, Gervásio Madal de Assis, Quidauguro Marino Santos da Fonseca, José Antônio Rosa, Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, Andelson Gil do Amaral, Adilson Moreira da Silva, Ryta de Cássia Pereira Duarte, Wânia Cristina Nunes da Conceição, Cácila Marília Pires Nassarden e Empresa Conspavi - Construção e Participação Ltda..
Representação legal: Flávio José Pereira (OAB/MT 3.574)

030.047/2014-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em desfavor de Eduardo Raupp de Vargas, à época dos fatos pesquisador vinculado à Universidade de Brasília (UnB), em razão de não apresentação da prestação de contas e do relatório técnico final dos recursos recebidos a título de Auxílios Financeiros à Pesquisa por dois projetos: "Análise da dinâmica da inovação em organizações de serviços e do papel dos serviços nos sistemas de inovação" (Processo CNPq 40.0673/2009-6), com valor total aprovado de R$ 19.978,30 (Peça 1, p. 15-19) e vigência de 29/9/2009 a 28/9/2011; e "Ciclo de eventos sobre inovação em serviços" (Processo CNPq 40.0269/2010-4), com valor aprovado de R$ 85.000,00 e vigência de 23/7/2010 a 22/7/2011.
Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Eduardo Raupp de Vargas
Representação legal: Giorginei Trojan Repiso (OAB/DF 12.225), Juvenal Norberto da Silva Júnior (OAB/DF 24.107), Carolina Lopes Petry (OAB/DF 33.881), Josué Venceslau da Silva Junior (OAB/DF 43.757) e Rodolfo Salustiano Neri (OAB/DF 39.056), representando Eduardo Raupp de Vargas

031.896/2015-4
Tomada de Contas Especial referente Convênio n. 402/2006 (Siafi n. 567.604), firmado entre a Associação Cultural Reculuta e o Ministério do Turismo, tendo por objeto a implementação do Projeto intitulado "Festival de Música Crioula do Rio Grande do Sul".
Interessado: Ministério do Turismo
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Cultural Reculuta
Responsáveis: Associação Cultural Reculuta, César Almir Cattani e Salatiel Rauter de Oliveira
Representação legal: não há

033.138/2014-1
Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Joaquim Guimarães Neto, contra o Acórdão 4206/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe, o débito apurado nos autos e aplicando-lhe multa com fundamento nos art. 57 e 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00.
Recorrente: Joaquim Guimarães Neto
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Groaíras/CE
Responsáveis: Joaquim Guimarães Neto e Zoélia Maria Loiola Paiva
Representação legal: Fernando Luís Melo da Escóssia (OAB/CE 6569) e outros, representando Joaquim Guimarães Neto

041.898/2012-5
Prestação de contas anuais do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG (Nems/MG), relativo ao exercício de 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Exercício: 2012
Interessado: Ministério da Saúde
Responsáveis: Alencar Tadeu Winter; Ester Aparecida Borges Freitas; Meire Thomaino
Representação legal: não há

046.794/2012-3
Recurso de Reconsideração interposto, conjuntamente, pelos Srs. Leandro Balestrin, Antônio Chrisóstomo de Sousa, José Claudenor Vermohlen e Dirceu Silva Lopes, contra o Acórdão 1.467/2015 - 2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas, imputando-lhes, solidariamente, débito no valor de R$ 1.434.825,03 e aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 200.000,00, R$ 200.000,00, R$ 210.000,00 e R$ 210.000,00 respectivamente.
Recorrentes: Leandro Balestrin; Antonio Chrisostomo de Sousa; Dirceu Silva Lopes; José Claudenor Vermohlen
Interessado: Andrea de Lima Gouvea Vieira
Responsáveis: Antonio Chrisostomo de Sousa; Dirceu Silva Lopes; José Claudenor Vermohlen; Leandro Balestrin
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12250) e outros, representando Leandro Balestrin, Antonio Chrisostomo de Sousa, Dirceu Silva Lopes e José Claudenor Vermohlen

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.417/2015-5
Pedido de reexame interposto pela Diretoria de Administração do Pessoal contra decisão de considerar ilegais atos de aposentadoria de ocupantes de cargos de natureza estritamente administrativa com contagem ponderada de tempo de serviço.
Recorrente: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

008.562/2016-4
Tomada de contas especial instaurada pelo Incra contra Eraldo Sorge Sebastião Pimenta, ex-prefeito de Uruará/PA, em razão de irregularidades na execução de termo de compromisso cujo objeto era a implantação e recuperação de estradas vicinais para atender projetos de assentamento na região.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uruará/PA
Responsável: Eraldo Sorge Sebastião Pimenta
Representação legal: Djalma Leite Feitosa Filho (OAB/PA 15.670), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546/) e outros

013.066/2016-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor de ex-prefeito de Santa Izabel do Pará/PA em razão de irregularidades na execução física e financeira ocorridas em convênio para implantação de sistemas de abastecimento de água potável.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Pará/PA
Responsáveis: Carlos Marió de Brito Kató e KC Empreendimentos Associados Ltda.
Representação legal: Thalita Pereira Carneiro Delgado (OAB/PA 15.354) e Tayanna Pereira Carneiro Delgado (OAB/PA 12.977)

016.925/2015-7
Tomada de contas especial referente à inexecução parcial de convênio firmado com o Incra para a recuperação e complementação de estradas vicinais em assentamentos.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uruará/PA
Responsável: Eraldo Sorge Sebastião Pimenta
Representação legal: Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885)

022.435/2010-7
Aposentadorias concedidas a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social.
Interessados: Ana Rosa da Silva Ferreira Santos, José Aldir Macedo, Luiz Alberto Lazinho e Odilon José Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

028.504/2014-3
Recursos de reconsideração interpostos pelos ex-prefeitos de São Gonçalo do Gurguéia/PI, contra o Acórdão 2.024/2017 - 2ª Câmara
Recorrentes: Evaldo Lobato Lima e Cecilio de Souza Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia/PI
Representação legal: Adriano Moura de Carvalho (OAB/PI 4.503) e outros

037.842/2012-9
Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 4.458/2017 - 2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares e condenou-os em débito.
Recorrentes: Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento e Marlene Libardoni
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República
Representação legal: Dimitri Graco Lages Machado (OAB/DF 26.911) e outros

045.601/2012-7
Embargos de declaração contra deliberação que negou provimento a recurso de reconsideração em tomada de contas especial.
Embargante: Jorge Alberto Teles Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Representação legal: Bianca Maria Gonçalves e Silva (OAB/DF 23.097) e outros

Ministra ANA ARRAES

001.922/2014-9
Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde do Maranhão - Funasa/MA em razão da não apresentação da prestação de contas final dos recursos originados de convênio firmado entre a Funasa e município, tendo por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: município de Sucupira do Norte/MA
Responsável: Benedito Sá de Santana
Interessada: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Romualdo Silva Marquinho (OAB/MA 9.166) e outros representando Benedito Sá de Santana

011.389/2014-1
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em decorrência da omissão na prestação de contas de apoio financeiro recebido para projeto de pesquisa.
Recorrente: Vanja Joice Bispo Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: Mauro Pinto Barbalho (OAB/PA 20.829) e outro representando Vanja Joice Bispo Santos

012.532/2018-5
Ato de aposentadoria de policial rodoviário federal em que houve o cômputo de tempo como aluno-aprendiz.
Interessado: Jander Antônio
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

014.795/2010-8
Aposentadoria de ex-servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco em que se discute quintos e parcela de plano econômico incorporados por decisão judicial.
Interessados: Franklin de Araújo Lima, Mário José Cordeiro Silva e Tânia Orelana Lima Leão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE
Representação legal: Wilton Santos (OAB/PE 16.199) representando Tânia Orelana Lima Leão

017.307/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Universidade Federal da Bahia em razão da irregularidades na execução de termos de convênio celebrados com a Fundação Baiana de Cardiologia.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Responsáveis: Álvaro Rabelo Alves Júnior e Fundação Bahiana de Cardiologia
Representação legal: Antônio Glaucius de Morais (OAB/DF 15.720) e outros representando Álvaro Rabelo Alves Júnior e a Fundação Bahiana de Cardiologia

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

008.246/2018-1
Processo consolidado de atos de pensões militares concedidas pelo Comando do Exército.
Interessadas: Patrícia Vale Silva de Aquino; Regina Célia Bello Lisboa Dias; Tereza Cristina Borges Pinheiro; Regina Maria Meirelles Santos, Maria Cecília Meirelles Santos, Maria Helena Meirelles Santos; Eurides Batista de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército/Ministério da Defesa
Representação legal: não há

019.565/2015-1
Tomada de Contas Especial deflagrada em face da não consecução dos objetivos pactuados em contrato de repasse, que teve por escopo a transferência de recursos financeiros da União para a construção do "Portal da Cidade" no município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Fonte Boa/AM
Responsáveis: Sebastião Ferreira Lisboa; Antônio Gomes Ferreira
Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros

031.897/2014-2
Tomada de Contas Especial instaurada em face da impugnação total das despesas do convênio que teve por objeto o apoio ao projeto "Núcleo de Memória e Produção de Cultura Popular Coco de Umbigada".
Órgão/Entidade/Unidade: Djumbay - Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável
Responsáveis: Antônio Carlos de Santana Ferreira; Djumbay - Direitos Humanos e Desenvolvimento Local Sustentável; e Gilson Francisco Pereira
Representação legal: não há

034.578/2016-1
Tomada de Contas Especial em face da execução parcial do objeto pactuado e da omissão no dever de prestar contas de convênio, que tinha por objeto promover melhorias sanitárias domiciliares no município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Caridade/CE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsável: Arcelino Tavares Filho
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

002.236/2015-0
Tomada de contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. José Américo Carneiro, como então prefeito de Araguacema - TO (gestão: 2005-2008), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 826/2008 (Siafi 631702) destinado a apoiar a realização da "Temporada de Praia 2008", sob o valor de R$ 100.000,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 25/6 a 9/11/2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araguacema/TO
Responsáveis: Francisca Pereira Cardoso - ME e José Américo Carneiro
Representação legal: Rafael Pereira Parente (OAB/TO 4.971) e outros, representando José Américo Carneiro

007.529/2016-3
Representação formulada pelo Exmo. Sr. Rafael da Silva Rocha, como Procurador da República no Estado do Amazonas - AM (Peça 1), noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades havidas no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), relacionadas com supostas coação e intimidação de servidores do Ibama por seu superior hierárquico no bojo do processo de licenciamento ambiental referente às obras de pavimentação na BR-319, no trecho que liga Porto Velho/RO a Manaus/AM.
Representante: Procuradoria da República no Estado do Amazonas/AM
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

015.473/2018-0
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Intelecto Contact Center Ltda. sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 56/2018 conduzido pelo Sesi-RJ e pelo Senai-RJ, sob o valor total de R$ 4.713.912,00, para a contratação de empresa para a prestação de serviços de call center, com abrangência em todo o território nacional, para o atendimento à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan, ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Rio de Janeiro - Sesi-RJ, ao Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Rio de Janeiro - Senai-RJ e ao Instituto Evaldo Lodi - IEL, entidades integrantes do "Sistema Firjan".
Representante: Intelecto Contact Center Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Rio de Janeiro - Sesi-RJ e Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Rio de Janeiro - Senai-RJ
Representação legal: Gisela Pimenta Gadelha Dantas (OAB/RJ 111.202) e outros, representando o Sesi-RJ e o Senai-RJ.

020.243/2010-3
Aposentadorias deferidas pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Interessados: Luiz Carlos Carvalho; Olival Pereira Sobrinho; Solange Gerardi Leo e Tacito Meirelles Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

030.653/2015-0
Tomada de Contas Especial autuada a partir da conversão do processo de representação (TC 016.176/2013-8), por força do Acórdão 9.563/2015-2ª Câmara, em desfavor do Sr. Paulo Ney Martins, ex-prefeito de Campos Sales - CE (gestão: 2009-2012), diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Convênio nº 667655/2011 celebrado entre o aludido município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sob o valor de R$ 2.880.560,09, para a construção de uma escola de ensino fundamental constituída por oito salas de aula.

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Campos Sales/CE
Responsáveis: A.P.B.J. Construções Indústria Comércio e Serviços de Mão de Obras Ltda.; Antonio Diego Rodrigues Feitosa; Carlos Virgílio Pereira de Brito; Cesar Carlos Rodrigues Lima; Fabricio Lima de Matos; Fênix Serviços, Assessoria, Construções e Empreendimentos Ltda.; Luzeílton de Oliveira Santiago; M7 Construções e Serviços Ltda.; Paulo Ney Martins; Sandra Maria da Silva Araujo
Representação legal: Antonio Moreira Cavalcante (OAB/CE 30.385), representando M7 Construções e Serviços Ltda.; e Francisco Gonçalves Dias (OAB/CE 10.416), representando Sandra Maria da Silva Araujo

Em 27 de julho de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Câmara

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL E APURADORA PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO BIÊNIO 2018/2020, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2018

No dia 25 de julho de 2018, às 17:30 h, reuniu-se a Comissão Eleitoral e Apuradora, constituída pela Portaria GABDPGF nº 502, de 25 de junho de 2018, composta pelo Exmo. Defensor Público Federal, Dr. William Charley Costa de Oliveira, representante da Categoria Especial e presidente da Comissão, pela Exma. Defensora Pública Federal, Drª Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira, representante da 1ª Categoria, e pela Exma. Defensora Pública Federal, Drª Thaíssa Assunção de Faria, representante da 2ª Categoria, bem como a Dra. Isabella Karen Araújo Simões, representante da ANADEF, em sessão pública, com acesso também via Link, no auditório do Conselho Superior da Defensoria Pública da União.

Considerando o encerramento do período de votação às 17 horas do dia 25 de julho do presente ano, a Comissão e a representante da ANADEF inseriram a senha quadripartite no sistema e acessaram o resultado da votação.

O presidente da Comissão proclamou os votos apurados, divididos por categoria, listados os candidatos em ordem alfabética:

Categoria Especial
Andre do Nascimento Del Fiaco - 69 votos
Fabiano Caetano Prestes - 430 votos
João Paulo Gondim Picanço - 238 votos
Marcos Antônio Paderes Barbosa - 243 votos
Branco/Nulo para a 1ª resposta - 47 votos
Branco/Nulo para a 2ª resposta - 119 votos
1ª Categoria
Carlos Eduardo Barbosa Paz - 163 votos
Dennis Otte Lacerda - 80 votos
Fernando da Cunha Cavalcanti - 79 votos
João Paulo de Campos Dorini - 85 votos
João Thomas Luchsinger - 130 votos
Karina Rocha Mitleg Bayerl - 275 votos
Leonardo Cardoso de Magalhães - 290 votos
Branco/Nulo para a 1ª resposta - 11 votos
Branco/Nulo para a 2ª resposta - 33 votos
2ª Categoria
Alexandre Kaiser Rauber - 72 votos
Éverton Santini - 131 votos
Fernando de Souza Carvalho - 147 votos
Fernando Henrique Aguiar Seco de Alvarenga - 144 votos
Leticia Sjoman Torrano - 187 votos
Pedro Paula Gandra Torres - 95 votos
Shelley Duarte Maia - 281 votos
Branco/Nulo para a 1ª resposta - 19 votos
Branco/Nulo para a 2ª resposta - 70 votos

Considerando a contagem dos votos e o resultado final da apuração, as candidatas e os candidatos eleitos são os seguintes:

Categoria especial
1- Fabiano Caetano Prestes
2- Marcos Antônio Paderes Barbosa
Suplentes:
1- João Paulo Gondim Picanço
2- Andre do Nascimento Del Fiaco
1ª Categoria
1- Leonardo Cardoso de Magalhães
2- Karina Rocha Mitleg Bayerl
Suplentes:
1- Carlos Eduardo Barbosa Paz
2- João Thomas Luchsinger
3- João Paulo de Campos Dorini
4- Dennis Otte Lacerda
5- Fernando da Cunha Cavalcanti
2ª Categoria
1- Shelley Duarte Maia
2- Leticia Sjoman Torrano
Suplentes:
1- Fernando de Souza Carvalho
2- Fernando Henrique Aguiar Seco de Alvarenga
3- Éverton Santini
4- Pedro Paula Gandra Torres
5- Alexandre Kaiser Rauber

Encerrada a reunião, nada mais havendo a ser discutido, a presente ata será enviada a publicação nos termos do EDITAL - DPU/GABDPGF DPGU - Nº 107, DE 04 DE JULHO DE 2018.

Solicitamos à ASCOM que publique nota relativa ao resultado do presente processo eleitoral.

WILLIAM CHARLEY COSTA DE OLIVEIRA
Defensor Público Federal de Categoria Especial

ANA LÚCIA MARCONDES FARIA DE OLIVEIRA
Defensora Pública Federal

THAÍSSA ASSUNÇÃO DE FARIA
Defensora Pública Federal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.408, DE 4 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a possibilidade de celebração de convênio com empresas administradoras de benefícios, na área da saúde complementar, nos termos da Resolução Normativa RN-195/2009, da Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS. "Ad referendum"

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 16, inciso XVII, da Lei nº 6530, de 12 de maio de 1978, Artigo 10, inciso III, do Decreto nº 81.871, de 29 de junho de 1978 e pelos artigos 4º, inciso XIX e 19, inciso IV, do Regimento Interno aprovado com a Resolução-Cofeci nº 1.126, de 25 de março de 2009, CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei nº 6.530/78 impõe, como missão institucional, ao Sistema COFECI-CRECI representar os legítimos interesses da categoria profissional que congrega, dentre estes proporcionar melhores condições de trabalho aos Corretores de Imóveis, empresas e respectivos colaboradores; CONSIDERANDO o incentivo do Governo em promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País; CONSIDERANDO que a proteção à saúde, sob a forma de contratos coletivos com empresas administradoras de benefícios à saúde possibilita aos Corretores de Imóveis e aos empresários e seus empregados celebrar contratos por adesão, visando à redução de custos e melhores condições junto às operadoras de Plano de Saúde; CONSIDERANDO que a Resolução Normativa - RN nº 195, de 2009, da Agência Nacional de Saúde Complementar normatiza, em seu artigo 9º, o Plano Privado de Assistência à saúde coletivo, por adesão, com cobertura aos profissionais registrados nos respectivos conselhos de fiscalização (Inciso I do art. 9°); CONSIDERANDO ainda a Resolução Normativa RN nº 264, de 19 de agosto de 2011, da ANS, que dispõe sobre a promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças e seus Programas na saúde suplementar; CONSIDERANDO que o Sistema COFECI-CRECI congrega profissionais e empresas imobiliárias em praticamente todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - Os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis - CRECIs ficam autorizados a celebrar convênio com administradoras de benefícios, legalmente capacitadas a operacionalizar Planos de Saúde, a fim de possibilitar a contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde, individual ou familiar, por livre adesão dos beneficiários, a pessoas naturais e empresas imobiliárias vinculadas ao Regional.

Art. 2º - O Plano Privado de Assistência à Saúde coletivo a ser oferecido aos profissionais e empresas vinculadas ao Regional terá de permitir a abrangência, em especial: a. de todos os Corretores de Imóveis pertencentes à jurisdição do Regional conveniado, inclusive aqueles isentos do pagamento de anuidades; b. dos sócios e empregados da empresa imobiliária aderente; c. dos Corretores de Imóveis aposentados, ainda que desvinculados do respectivo Regional; d. do grupo familiar consanguíneo até terceiro grau de parentesco e, quando por afinidade, até o segundo grau, cônjuge ou companheira(o) dos Corretores de Imóveis e dos proprietários e empregados das empresas imobiliárias aderentes.

Art. 3º - As condições para celebração de Convênio com administradora de benefícios e empresas operadoras de planos privados de assistência à saúde suplementar obedecerão ao que dispõe a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e aos normativos legais estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Art. 4º - A celebração de convênio, sob a forma disposta nesta Resolução, com cláusula expressa de não oneração financeira ao Regional, permanecerá em aberto e poderá ser firmado com qualquer empresa administradora de benefícios regularmente registrada na ANS e que atenda aos preceitos legais e institucionais contidos nesta Resolução, sob a estipulação do Regional da jurisdição.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conbselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor Secretário

RETIFICAÇÃO

No Diário Ofício da União nº 10, do dia 01/01/2018, Seção 1, página 78, onde se lê: Art. 1° - AUTORIZAR a aquisição, pelo Creci 2ª Região/SP, do imóvel localizado na Alameda dos Quinimuras, 187 - Planalto Paulista - São Paulo/SP, visando a instalação da nova sede daquele Conselho Regional, recomendando fiel observância às disposições pertinentes da Lei n° 8.666/93., leia-se: Art. 1° - AUTORIZAR a aquisição, pelo Creci 2ª Região/SP, de um imóvel na cidade de São Paulo., visando a instalação da nova sede daquele Conselho Regional, precedido de "Prospecção do Mercado Imobiliário", recomendando, consequentemente, fiel observância às disposições da Lei n° 8.666/93, restando, pois ratificados os arts. 2º e 3º da referida Decisão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.223, DE 26 DE JULHO 2018

Julga as Prestações de Contas anual do CFMV e dos Conselhos Regionais.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso X, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; Considerando os Pareceres emitidos pela Comissão de Tomada de Contas do CFMV (CTC/CFMV);Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na CCCXIV Sessão Plenária Ordinária, realizada no período de 10 a 12 de julho de 2018, em Brasília - DF, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas a seguir discriminadas:

I - Exercício 2013: CRMV-AL;

II - Exercício 2014: CRMV-AL;

III - Exercício 2017: CFMV;

Art. 2º Julgar regular com ressalva a Prestação de Contas a seguir discriminada:

I - Exercício 2016: CRMV-DF.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

ACÓRDÃO

Acórdão nº 119 de 22 de setembro de 2017 - 1T. PA CFMV nº 3628/2017. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Laudelio Santos Fonseca.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
Presidente da 1ª Turma

DECISÃO Nº 1, DE 11 DE JULHO DE 2018

Processo Administrativo CFMV nº 2348/2018. Interessado: Méd. Vet. Márcio Bernstein. Assunto: Título de Especialista. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do pedido e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

HÉLIO BLUME
Presidente da 2ª Turma

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

DECISÃO Nº 24, DE 19 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre o reajuste salarial 2018 dos empregados públicos do Coren-AM, e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - Coren-AM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Coren-AM nº 01, de 08 de janeiro de 2013 e homologada pela Decisão Cofen nº 27/2013, de 15 de março de 2013 e; CONSIDERANDO a deliberação da 482ª Reunião Ordinária de Plenário - ROP, ocorrida em 16 de julho de 2018; CONSIDERANDO a Lei nº 10.192, de 14-2-2001, que versa sobre a livre negociação dos respectivos reajustes salariais e a variação acumulada do INPC-r entre a última data-data; CONSIDERANDO que a contagem de tempo para fins de correção salarial será feita a partir da data base da categoria profissional, entendendo-se por data-base, a data de início de vigência da decisão normativa que fixou a data de reajuste anual; CONSIDERANDO ainda a inexistência de sindicato em âmbito regional da categoria dos empregados públicos dos Conselhos Profissionais, acordo ou convenção coletiva que defina legalmente o reajuste salarial dos empregados do Coren-AM, levando-se em consideração os parâmetros como data-base para reajuste dos respectivos salários o período dos últimos aumentos efetuados no mês Abril e as bases do INPC; CONSIDERANDO ainda o levantamento do valor percentual do INPC realizada pela Administração, o Parecer da Controladoria nº 048/2018/CONTROL e Parecer Jurídico nº 196/2018/PROGER, decidem:

Art. 1º - Estabelecer o índice de reajuste salarial dos empregados do Coren-AM em 3,5% retroativo a data base do mês de abril 2018;

Art. 2º - A diferença dos valores de salários reajustados dos meses de abril, maio, junho e julho de 2018, deverão ser calculados para pagamento na folha de agosto de 2018;

Art. 3º - Não se aplicam os efeitos desta Decisão aos cargos criados e que tiveram equiparação salarial pela Decisão Coren-AM nº 002/2018;

Art. 4º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial da União.

SANDRO ANDRÉ DA SILVA PINTO
Presidente do Conselho

CLEISE MARIA DE GOES MARTINS
Conselheira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 50, DE 20 DE JULHO DE 2018

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com o Secretário, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO que "O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem", nos termos do art. 2º da Lei n. 5.509/73;

CONSIDERANDO que "os Conselhos Regionais de Enfermagem possuem personalidade jurídica própria e gozam de autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem.", estabelecida no art. 3º da Lei n. 5.905/73 (art. 76, primeira parte do Regimento Interno do Cofen);

CONSIDERANDO que, em se tratando de autarquia pública, é função precípua do controle e acompanhamento dos gastos, como fruto da reformulação de métodos e técnicos de administração que assegure a excelência da gestão de recursos disponíveis e o primado da sua integridade;

CONSIDERANDO a deliberação na 436ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada nos dias 19 e 20 de julho de 2018, decidem:

Art. 1ºAprovar a Reformulação Orçamentária n. 03/2018, do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, apresentada pela Contadora Sra. Sandra Rebeca Mayumi Oguihara, CRC-MS n. 014351/O, cujo valor do remanejamento não altera o valor global do orçamento.

Art. 2º Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Presidente do Conselho

RODRIGO ALEXANDRE TEIXEIRA
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 386, DE 18 DE JULHO DE 2018

Aprovar a 1ª Reformulação/Retificação Orçamentária de 2018.

(Homologada pela Decisão COFEN Nº 0107/2018 de 25 de julho de 2018)

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais: e CONSIDERANDO:1.O Art. 165, §5º da Constituição Federal, que dispõe sobre a obrigatoriedade do orçamento na Administração Pública; 2.Os Arts. 23, XXI e 24, IX ambos do Regimento Interno do COREN-RJ que atribuem à Diretoria a competência de elaborar a proposta de orçamento na Administração Pública; 3. A Resolução COFEN nº 503/2016, que estabelece procedimentos para apresentação de Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências; 4.O Parecer da Controladoria Geral do COREN-RJ nº 966/2018; 5.O Deliberado na 535ª ROP; decide:

Art. 1° - Aprovar a 1ª Reformulação/Retificação Orçamentária de 2018. §1º - A reformulação/ retificação atribui-se ao Superávit financeiro apontado no fechamento contábil do exercício de 2017 no valor de R$ 1.599.400,00 (hum milhão quinhentos e noventa e nove mil e quatrocentos reais). §2º - A receita da proposta orçamentária para o exercício de 2018 passa do montante de R$ 36.736.000,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta e seis mil reais) para R$ 38.335.400,00 (trinta e oito milhões trezentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais) e fixa a despesa em igual valor. §3º - A autorização contida no inciso 1º vale até 31/12/2018.

Art. 2° - Remeter a 1ª Reformulação/Retificação Orçamentária de 2018 ao COFEN, nos termos da legislação vigente. Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
1ª Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 121, DE 26 DE JULHO DE 2018

Processos nº: 016/2016, 022/2018, 296/2016 E 107/2017.

Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (PHPPD), (RCM), (RSS), (WPP), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária Especial dos Processos Éticos e Administrativos Disciplinares

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2.781, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.782, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.783, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 2.784, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.785, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar o cancelamento de registro dos profissionais em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivados neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.786, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.787, DE 13 DE JUNHO DE 2018

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 491ª Reunião Plenária, de 13.6.2018, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização (anexo I), as defesas dos autos de infração (anexo II) e os recursos dos autos de multa (anexo III), autos cancelados (anexo IV), aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MÁRIO EDUARDO PULGA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário Geral

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018072700274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.